PODER JUDICIÁRIO

AUDIÊNCIAS
DIA 31/05/12, às 13:30 H.
DIA 27/06/12, às 15:00 H.
DIA ___/___/___, às ____ H.
DIA ___/___/___, às ____ H.

SÃO PAULO

1º VOL.

JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE ATIBAIA

CARTÓRIO DO ____º OFÍCIO **1ª VARA**

ESCRIVÃO(Ã) DIRETOR(A) PEDRO GONZETTI SIN
Escrivão - diretor
matrícula 302.5

1º Apenso
SENTENÇA fls. 11/13

Processo: 048.01.2011.010369-9/000000-000

Grupo: **1.Cível**
Ação: **144-Procedimento Ordinário (em geral)**
Valor da Causa: R$53.800,00
Data Distribuição : 27/07/2011 Hora: 15:44
Tipo de Distribuição : Dependência

RTE: **GABRIELE BARALDI**
Representante: ANNITA HERMINE BARALDI
ADV: MELISSA YUMI KOGA BARALDI
OAB: 211408/SP
RDO: **RAUL DONATO MENDES** JG

Nº DE ORDEM: 01.01.2011/001527

AUTUAÇÃO

Em ____ de 28 JUL 2011 de ____
autuo neste Ofício a petição inicial e documentos
que segue(m) e lavro este termo.
Wilma Aparecida de Souza
Escrevente - Estagiária
Eu, ____, ____ (____), Escr., sub

REG. SOB nº ____
LIVRO nº ____ **1527/11**

1527/11

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303BF6.

10

0010369-26.2011.8.26. 0048

APELAÇÃO
(Com revisão)
30ª Câmara de Direito Privado
Des. Orlando Pistoresi
Distribuição: 13/03/2013

1º OFÍCIO JUDICIAL
04 JUN 2013
14:20
PROTOCOLO

Just. Gratuita

0010369-26.2011.8.26.0048

Entrada	: 20/02/2013
Classe	**: APELAÇÃO (Com revisão)**
Ação	: Não informado
Assunto	: DIREITO CIVIL - Coisas - Propriedade - Direito de Vizinhança
Comarca	: Atibaia
Origem	: 048.01.2011.010369-9/000000-000 - Fórum de Atibaia / 1ª Vara Cível
Juiz	: Marcos Cosme Porto Fls.Decisão : 228
Procedência	: Normal
Volumes	: 2 Apensos : 2 Anexos : 0
Folhas	: Justiça Gratuita(11 ap)
Apelante(s)	**: Raul Donato Mendes (Justiça Gratuita)**
Advogada(s)	: Duenes do Carmo Silva (OAB: 209712/SP) (Fls: 77)
Apelado(s)	**: Gabrielle Baraldi (Espólio)**
Advogada(s)	: Melissa Yumi Koga Baraldi (OAB: 211408/SP) (Fls: 17)

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303BF6.

MELISSA YUMI KOGA BARALDI
Advogada

02

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DE UMA DAS VARAS CÍVEIS DA COMARCA DE ATIBAIA, SP.

PRIMEIRO OFÍCIO JUDICIAL
Registro n.º 1527/11
Livro _ Fls
Atibaia, 28 JUL 2011
Escrivão Diretor

1º 12294-4

Distribuído por dependência aos autos 048.01.2010.012294-4
TRAMITAÇÃO PRIORITÁRIA – MAIOR DE 65 ANOS – Lei 10.173/2001

ESPÓLIO DE GABRIELE BARALDI, representado pela viúva inventariante **ANNITA HERMINE BARALDI**, (doc 1) brasileira, professora aposentada, portadora do RG número 2.339.992-2, inscrita no CPF/MF sob o número 054.774.848-53, residente na cidade de São Paulo na Rua Afonso Celso, 718, apto 94, Vila Mariana, Cep: 04119-060, (doc 2) proprietária do sítio Recanto Valejo, localizado nessa Comarca de Atibaia, SP , por sua advogada subscritora (doc 3), vem, respeitosamente à presença de Vossa Excelência propor a presente ação de

OBRIGAÇÃO DE FAZER CUMULADO COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA E PEDIDO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS

em face de **RAUL DONATO MENDES**, brasileiro, solteiro, floricultor, a portador do RG número 27.233.858-8 e CPF/MF número 252.972.718-00, residente na Rua Anice Cury Sabag, 123, Jardim Shangri-lá, Bairro Ribeirão dos Porcos, Atibaia, Cep: 12.948-022, pelos motivos e fatos que passa a expor:

Avenida Cupecê, 3736 – sala 02 – sobreloja – Cidade Ademar – Cep : 04366-001 – São Paulo/SP – Fone : (11) 5623-0702 – e-mail:mel.adv2007@gmail.com

TJSP 20110727451 048.01.2011.010369-9o

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303BF6.

MELISSA YUMI KOGA BARALDI
Advogada

DOS FATOS:

A Autora é proprietária do sítio Recanto Valejo, localizado na Comarca de Atibaia (doc 4), desde setembro de 1995 que tem como vizinho de fundos o Réu.

Na noite de 10 de Janeiro de 2011, uma forte chuva causou o desmoronamento do muro, galinheiro e de 3 (três) quartinhos, além de comprometer seriamente a estrutura de um curral, localizados nos fundos da propriedade da Autora. (docs 5, 6, 7, e 8)

Ocorre que, o desmoronamento foi causado pelo Réu que, desviando o curso do rio que havia em sua propriedade, fez com que as águas desse rio encostassem no muro divisório entre as propriedades, o que ocasionou o fato relatado.

Ressalta-se que a Autora tinha ciência de que tal desastre estava prestes a acontecer, e ingressou com o pedido de antecipação de provas, em trâmite nessa 1ª Vara Cível sob o número 048.01.2010.012294-4.

Pretendia provar que o ato do Réu consistente em desviar o curso do rio que passa em sua propriedade, juntamente com o elevado volume de águas que chegariam com o verão próximo, causaria a destruição das edificações existentes nos fundos do sítio, junto ao muro divisório existente entre as duas propriedades.

Infelizmente, antes que a Autora pudessem obter o provimento jurisdicional pretendido na citada demanda, e que a perícia requerida pudesse ser realizada, o desmoronamento ocorreu.

Desse modo, restou a Autora aguardar pelo resultado do anexo laudo pericial que concluiu que o Réu realizou alteração no curso do rio que passa em sua propriedade, sendo que o novo curso do rio ficou rente à propriedade da Autora, o que provocou o desmoronamento das aludidas edificações (doc 9)

Salienta-se ainda que ambas as propriedades encontram-se em Área de Preservação Ambiental e também Área de Preservação Permamente, e desse modo, o Réu JAMAIS poderia ter feito tal alteração, o que será

Avenida Cupecê, 3736 – sala 02 – sobreloja – Cidade Ademar – Cep : 04366-001 – São Paulo/SP – Fone : (11) 5623-0702 – e-mail:mel.adv2007@gmail.com

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303BF6.

MELISSA YUMI KOGA BARALDI
Advogada

inclusive objeto de **representação ambiental** junto à Secretaria do Meio Ambiente de Atibaia.

DO DANO MATERIAL E DA RESPONSABILIDADE OBJETIVA:

O nosso atual Código Civil, prevê, em sua artigo 927, a possibilidade de reparação do dano em virtude da prática de ato ilícito. Vejamos: *"Art. 927. Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo."*

"Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito".

O ato ilícito é a manifestação de vontade, dolosa ou culposa, que viola direito e causa dano à vítima, seja por omissão, negligência ou imprudência, podendo este dano ser moral ou patrimonial.

Do ato ilícito que causa dano a outrem, surge o dever de INDENIZAR.

Na responsabilidade objetiva a atitude culposa ou dolosa do agente causador do dano é de menor relevância, pois, desde que exista relação de causalidade entre o dano experimentado pela vítima e o ato do agente, surge o dever de indenizar, quer tenha este último agido ou não culposamente.

Desse modo, resta claro que há dever do Réu em reparar o prejuízo causado à Autora, em virtude de ato ILÍCITO por ele cometido - no caso, desvio do curso do rio em Área de Proteção Permanente SEM AUTORIZAÇÃO, que provocou a destruição quase total das mencionadas edificações.

O nexo causal está comprovado, pois o próprio experto concluiu que o prejuízo sofrido pela Autora foi causado pela obra de desvio do rio que trouxe as águas para junto da divisa localizado entre os imóveis.

Comprova a Autora inclusive através de PROVAS fotográficas (doc 10) que o rio que corta a propriedade do Réu localizava-se junto onde hoje foi construída a piscina e quadra (doc 11), tendo procedido o mesmo

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303BF6.

MELISSA YUMI KOGA BARALDI
Advogada

05

alteração do curso de rio, em descumprimento inclusive às Leis Ambientais vigentes, que prevêem que em Área de Preservação Permanente, como passa a demonstrar:

RESOLUÇÃO CONAMA Nº 303, de 18 de março de 2002

Dispõe sobre parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente.

Art. 1º Constitui objeto da presente Resolução o estabelecimento de parâmetros, definições e limites referentes às Áreas de Preservação Permanente

Art. 3º Constitui Área de Preservação Permanente a área situada:

a) trinta metros, para o curso d`água com menos de dez metros de largura;

DO DIREITO DE VIZINHANÇA:

Desse modo, Vossa Excelência, fica claro que O RÉU NÃO PODERIA ter feito edificações no envolto de 30 (trinta) metros de onde passava o curso d'água e quando adquiriu a propriedade, estava plenamente ciente de que nunca poderia desmatar para edificar a área.

Salienta-se ainda que quando a Autora construiu as citadas edificações que foram destruídas por culpa do Réu, o rio NÃO passava encostado junto ao muro, obviamente.

O córrego inclusive passava RENTE à casa do Réu que nem poderia ter feito tal edificação nessa distância, respeitando os 30 metros previstos pelo CONAMA.

Imagine, Vossa Excelência, se a Autora teria conseguido construir um MURO junto ao rio? O Réu é que "empurrou" o rio para junto ao muro da Autora.

É de se concluir que o curso do rio original, não era colocado junto ao muro, como demonstra aliás através de documentação acostada aos autos e também da prova feita através de perícia judicial.

Avenida Cupecê, 3736 – sala 02 – sobreloja – Cidade Ademar – Cep : 04366-001 – São Paulo/SP – Fone : (11) 5623-0702 – e-mail:mel.adv2007@gmail.com

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303BF6.

MELISSA YUMI KOGA BARALDI
Advogada

Configura abuso do direito de propriedade os atos arbitrários praticados pelo ora Réu, que de sua propriedade se utiliza nocivamente, pondo em risco e afetando a segurança e o sossego da Autora, que conta atualmente com 72 anos de idade.

Portanto, define-se o uso da propriedade conforme prevê o art. 1.228 do C.C. privilegiando sua função social com efetivo interesse do proprietário ou a sua comodidade e, nunca sendo utilizada como instrumento de vingança, capricho ou com o fito de perturbar ou causar dano a outrem.

Fato é que o Réu, Sr. Raul Donato Mendes, vem causando muita perturbação à Autora, procedendo inclusive o aterramento de parte do córrego, o que está "empurrando" as águas cada dia mais para dentro da propriedade da Autora.

O direito de vizinhança é uma restrição ou limitação ao direito de propriedade em benefício do direito privado. San Tiago Dantas preleciona: "para que haja conflito de vizinhança é sempre necessário que um ato praticado pelo possuidor de um prédio, ou o estado de coisas por ele mantido, vá exercer seus efeitos sobre o imóvel vizinho, causando prejuízo ao próprio imóvel ou incômodos ao seu morador."

O fundamento da responsabilidade nessa seara, não se esteia na culpa e assenta-se efetivamente na responsabilidade objetiva. Assim, se o ato praticado no imóvel vizinho repercute de modo prejudicial e danoso ao outro, impõe-se o dever de remover o mal causado ou indenizar o dano experimentado, a exemplo da construção de um imóvel em terreno contíguo, cujo sistema de estaqueamento cause trincas, fissuras, rachaduras no imóvel vizinho.

"A responsabilidade civil pelos danos de vizinhança é objetiva, conduzindo a obrigação de indenizar independentemente da existência de culpa, se da atuação nociva do agente resultar dano efetivo. É necessária a comprovação de nexo causal entre a ação do vizinho e o

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303BF6.

MELISSA YUMI KOGA BARALDI
Advogada

dano sofrido pelo outro como pressuposto essencial para caracterização do dever de indenizar recaindo o ônus da prova, tratando-se se de ação de indenização ao autor" (TA/MG, Ap. Civ. 259 054-3, relatora Desa. Jurema Brasil, DJ 1.7.98).

Desse modo, resta claro que os atos praticados pelo Réu causaram um prejuízo imenso à Autora, afetando a saúde e sossego da mesma vez que a mesma encontra-se temerosa, pois ainda há risco de novos desmoronamentos no restante das edificações (docs 12, 13, 14 e 15 – e 1ª e 10ª pergunta do quesito – laudo pericial)

DA REVERSÃO DO CURSO DO RIO ao *"status quo ante":*

Demonstrou a Autora que seria imprescindível que o curso do rio fosse revertido ao *"status quo ante"*, vez que se permanecer com seu trajeto desviado proporcionará a mesma PERDA de parte de sua propriedade, vez que, em atendimento à Lei Ambiental, só poderá reconstruir suas edificações a pelo menos 30 metros de distância da trajetória atual do rio.

Ou seja, Vossa Excelência: Inicialmente o Réu não poderia ter feito a alteração do curso do rio em sua propriedade, e com isso não era possível a ele construir e aproveitar plenamente o seu terreno.

O Réu "empurrou" o curso do rio para junto do muro da Autora para ganhar proveito da área e poder fazer uma piscina e quadra de esportes no meio de sua propriedade (onde antes passava o curso original do rio) e agora a Autora é quem vai PERDER 30 metros de seu terreno por não poder (re)construir junto ao rio que foi JOGADO para o seu terreno?

Não é aceitável que o Réu assim proceda em detrimento da Autora, Excelência, especialmente sem sofrer nenhum tipo de punição!

Dessa forma, e sendo praticamente impossível a reversão total do curso do rio, requer seja condenado o Réu a proceder a **canalização e adequação de distância do córrego na divisa entre as duas propriedades**, e consequentemente indenizar a Autora em sua área perdida em valor a ser arbitrado judicialmente (pelo menos 30 metros de distância do córrego)

Avenida Cupecê, 3736 – sala 02 – sobreloja – Cidade Ademar – Cep : 04366-001 – São Paulo/SP – Fone : (11) 5623-0702 – e-mail:mel.adv2007@gmail.com

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303BF6.

MELISSA YUMI KOGA BARALDI
Advogada

08

DO PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA:

Encontram-se presentes os requisitos para concessão de tutela antecipada, em conformidade com o artigo 273 do CPC, conforme vejamos:

Art. 273 - O juiz poderá, a requerimento da parte, antecipar, total ou parcialmente, os efeitos da tutela pretendida no pedido inicial, desde que, existindo prova inequívoca, se convença da verossimilhança da alegação e: (Alterado pela L-008.952-1994)

I - haja fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação; ou
II - fique caracterizado o abuso de direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório do réu.

Do "fumus boni iuris":

No caso em testilha, está comprovado o dano sofrido pela Autora, visto ter perdido suas edificações junto ao muro divisório entre as propriedades, sendo que o córrego localiza-se na propriedade do Réu e ficou comprovado através de perícia que HOUVE desvio do citado córrego.

Do "periculum in mora":

Como pode se observar, o aterramento feito pelo Réu (docs 16, 17, 18 , 19 , 20 e 21) está empurrando cada vez mais o córrego para DENTRO da propriedade da Autora.

Desse modo, a situação está se agravando dia a dia, pois o córrego está cada vez mais junto ao restante das construções, podendo causar desabamento no curral e galinheiro (docs 22 e 23) que ainda está sendo utilizado pela Autora.

Nas primeira e na décima pergunta dos quesitos elaborados no laudo pericial, o experto confirma que ainda há riscos de desabamento, e que há inclusive **partes da edificação com alto grau de periculosidade para que isso ocorra.**

Avenida Cupecê, 3736 – sala 02 – sobreloja – Cidade Ademar – Cep : 04366-001 – São Paulo/SP – Fone : (11) 5623-0702 – e-mail:mel.adv2007@gmail.com

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303BF6.

MELISSA YUMI KOGA BARALDI
Advogada

Comprovado está aqui o receio de dano de difícil reparação e talvez irreparável, vez que ainda há perigo de desabamento das construções remanescentes e **também porque dia após o rio adentra a propriedade do Autor,** fato pelo qual o mesmo não pode aguardar decisão final da presente ação, sob pena de sofrer daí, dano irreparável.

DOS PEDIDOS:

Diante de todo o exposto, requer a Vossa Excelência:

1 – Seja concedida *"inaudita altera pars"* a tutela antecipada, no sentido de obrigar o Réu a proceder IMEDIATAMENTE obras para distanciamento do rio do muro divisório entre as propriedades (reversão parcial do curso do rio), e canalização para que não mais invada área da Autora;

2 - A citação do Requerido para, querendo, apresentar resposta, sob pena de revelia nos termos da lei;

3- Ao final, seja condenado o Réu definitivamente a proceder à reversão parcial do curso do rio e sua canalização na divisa dos dois imóveis e INDENIZAR a Autora em perdas e danos pela inutilização de suas terras (30 metros de distância do rio) em valor a ser arbitrado por perito judicial;

4 - Seja condenado o Réu ao pagamento do montante a título de indenização por danos materiais no valor de R$53.800,00 (cinqüenta e três mil e oitocentos reais), em conformidade com o laudo pericial anexo.

5 - A condenação do Réu em honorários advocatícios no percentual de 20% ou em outro que entender o MM. Juízo;

6 – Seja determinada perícia judicial, caso entenda Vossa Excelência pela indenização por perdas e danos da área da Autora, que em cumprimento a Lei Ambiental NÃO poderá mais construir entorno de 30 metros do citado córrego;

7 – Seja determinado no pedido de obrigação de fazer – canalisar e/ou reverter parcialmente o córrego da propriedade da Autora, a aplicação

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303BF6.

MELISSA YUMI KOGA BARALDI
Advogada

de ASTREINTES na razão de R$500,00 (quinhentos reais/dia) em caso de descumprimento de decisão que determine sua realização.

8 – Seja apreciada como prova judicial/prova emprestada, o laudo do perito elaborado nos autos 048.01.2010.012294-4, em trâmite na 1ª Vara Cível de Atibaia;
9 - Caso entenda Vossa Excelência, seja citada a CETESB, a Secretaria do Meio Ambiente e a Prefeitura de Atibaia,para que forneçam a autorização, estudo e planejamento da adequação para que seja feita reversão do rio;

Protesta provar o alegado por todos os meios de prova admitidos em direito e cabíveis à espécie, em especial pelos documentos juntados.

Em tempo, comprova o recolhimento das custas processuais e à CPA.

Dá-se à presente o valor de R$53.800,00 (cinqüenta e três mil e oitocentos reais) *para fins de alçada;*

Termos em que,
Pede deferimento.

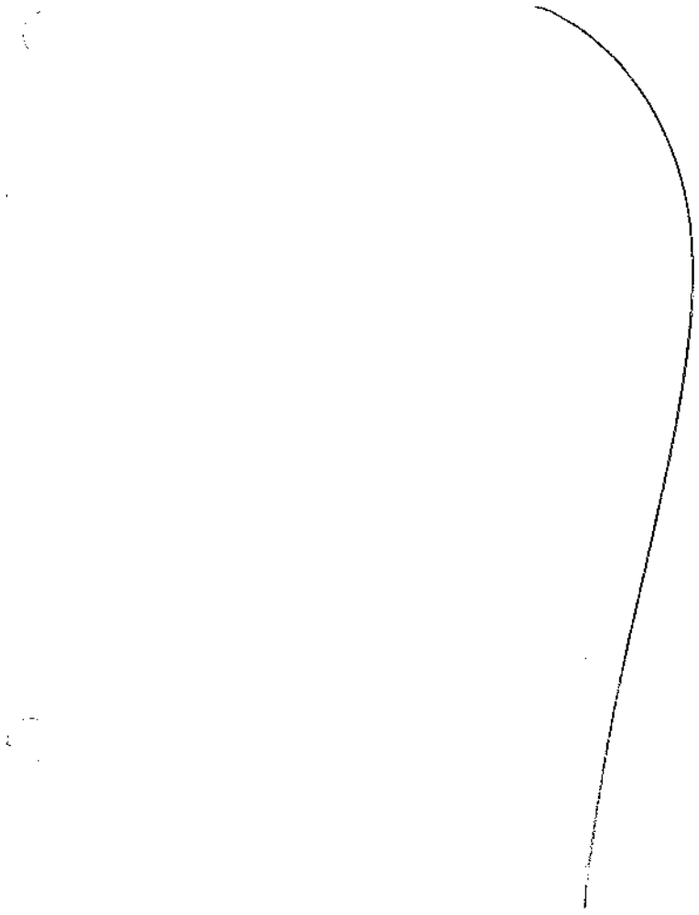
São Paulo, 27 de Julho de 2011.

MELISSA YUMI KOGA BARALDI
OAB/SP 211.4008

Avenida Cupecê, 3736 – sala 02 – sobreloja – Cidade Ademar – Cep : 04366-001 – São Paulo/SP – Fone : (11) 5623-0702 – e-mail:mel.adv2007@gmail.com

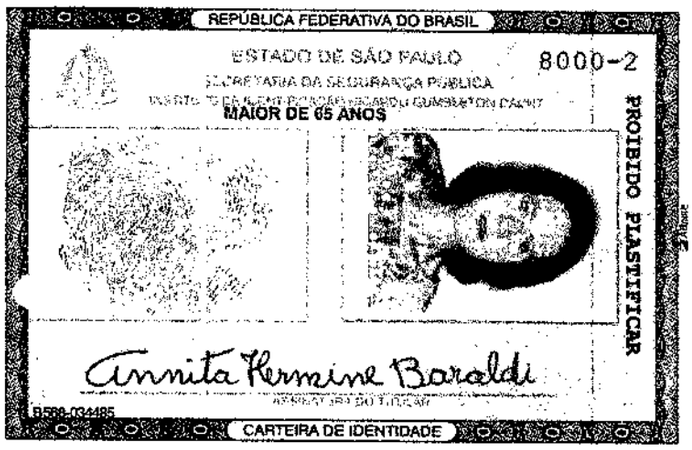
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303BF6.

Documentos pessoais da Autora



Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303BF6.

12


REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO 8000-2

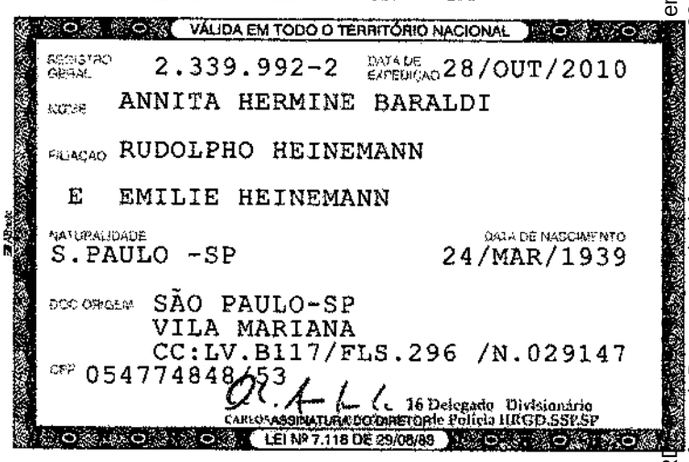
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

MAIOR DE 65 ANOS

PROIBIDO PLASTIFICAR

Annita Hermine Baraldi

CARTEIRA DE IDENTIDADE


VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 2.339.992-2 DATA DE EXPEDIÇÃO 28/OUT/2010

NOME ANNITA HERMINE BARALDI

FILIAÇÃO RUDOLPHO HEINEMANN

E EMILIE HEINEMANN

NATURALIDADE S.PAULO -SP

DATA DE NASCIMENTO 24/MAR/1939

DOC ORIGEM SÃO PAULO-SP
VILA MARIANA
CC:LV.B117/FLS.296 /N.029147

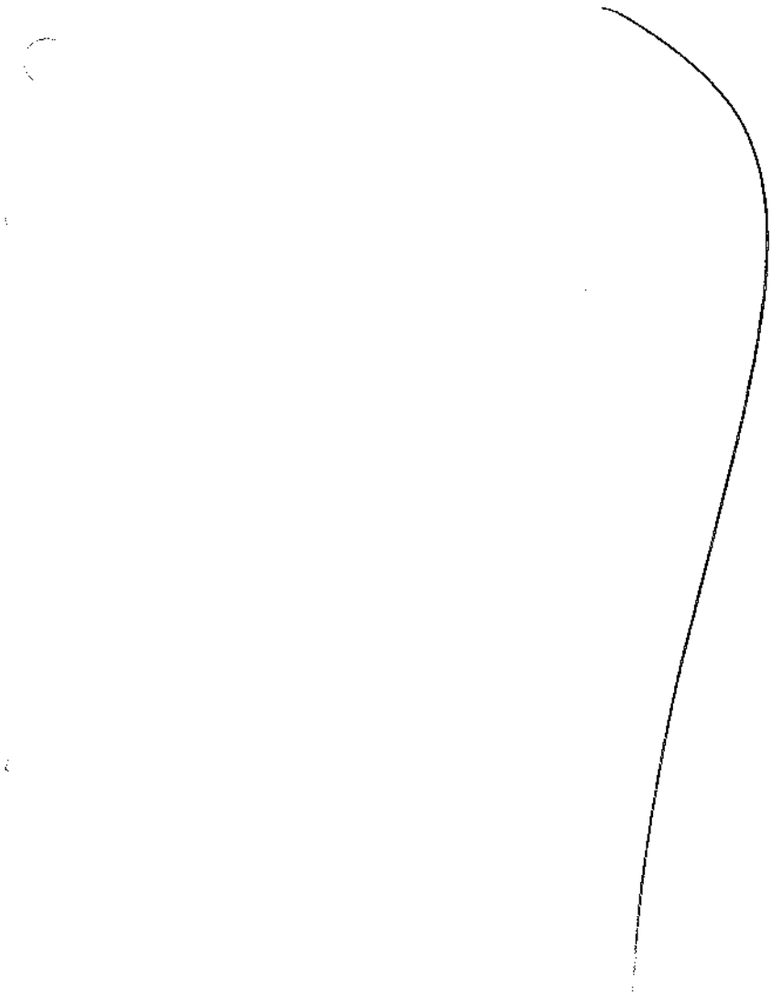
CPF 054774848/53

16 Delegado Divisionário
ASSINATURA DO DIRETOR Polícia IIRGD.SSP.SP

LEI Nº 7.118 DE 29/08/88

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES e Tribunal de Justica de Sao Paulo, em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303BF6.

Comprovante de residência da Autora



Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303BF6.

Telecomunicações de São Paulo S.A. - TELESP
Rua Martiniano de Carvalho, 851 - Bela Vista
São Paulo - SP - CEP:01321-001
Inscrição Estadual 108.353.949.112 CNPJ/MF: 02.556.157/0001-62
http://www.telefonica.com.br

DEMONSTRATIVO DE DESPESAS
DÉBITO AUTOMÁTICO

Telefônica

18867 - 4

Local	Uso
11000	RESIDENCIAL

Telefone	DV	NRC
5571-9796 0	0	00101728409

Total da Fatura	Vencimento	Mês
84,67	21/07/2011	07/2011

00056711

CTC SANTO AMARO SPM PL1
GABRIELE BARALDI
R AFONSO CELSO 718 AP 94
04118-060 VILA MARIANA SAO PAULO - SP

Devolução Cx Postal 61015 SP
05001-970 D 00101728409

7206091889086270000002677510130711

Vencimento
21/07/2011

Central de Relacionamento:
10315

SERVIÇOS	VALOR (R$)
Planos de Minutos - Ligações Locais	50,04
Outros Serviços	12,70
Ligações Fixo-Fixo Locais em Horário Reduzido	0,20
Ligações Adicionais Fixo-Fixo Locais em Horário Normal	3,10
Ligações para Celular	16,94
Chamadas de Longa Distância Nacional - Telefônica 15	1,69
TOTAL A PAGAR	**84,67**

Contribuição para o FUST e FUNTTEL - 1,5% do valor dos serviços - não repassada às tarifas.

Nas lojas de atendimento da Telefônica você pode esclarecer dúvidas e obter informações sobre produtos, serviços e sobre sua conta de telefone. Consulte o endereço da loja mais próxima pelo telefone 102 ou no site www.telefonica.com.br

Atenção: O atraso do pagamento acarreta em multa de 2% e juros de 1% a.m.

Para longa distância: 12-CTBC 14-BRT 15-TELEFÔNICA 17-TRANSIT 18-SPIN 19-ÉPSILON 21-EMBRATEL 23-INTELIG 24-DIALDATA 25-GVT 26-IDT 28-T-LESTE 31-TELEMAR 32-CONVERGIA 34-ETML 35-EASYTONE 36-DSLI VOX 38-TESA 41-TIM 42-GT GROUP 45-GLOBAL CROSSING 46-HOJE TELECOM 47-BT COMUNICATIONS 49-CAMBRIDGE 57-ITACEU 58-VOITEL 61-NEXUS 62-OTS OPTION 63-HELLO BRAZIL 67-E1 72-LOCAWEB 75-VIPWAY 81-SERMATEL 85-AMERICA NET 89-KONECTA 91-IP CORP TELECOM 96-AMIGO TELECOM 98-ALPHA NOBILIS. Para recurso Telefônica, ligue 10315 c/ protocolo fornecido pela Prestadora. ANATEL 133, ligue com o protocolo da Telefonica.

O processo de faturamento das ligações está Certificado conforme Resolução 426 de 09/12/2005 (artigo 18).

Disque **15**

Aviso aos clientes Banda Larga: o ressarcimento pela paralisação de 13/06/2011 será realizado mediante desconto incondicional de 4 horas, em sua mensalidade. Esse desconto virá a partir das contas de 18/07/2011.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PAULO SERGIO ROMANO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo - Comarca de Sao Paulo - Foro Central Civel - 1 Vara Civel - Anexo Fazenda, em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303BF6.

15

Destinatário
GABRIELE BARALDI
R AFONSO CELSO 718
SAO PAULO - SP
04119-000

Informações ao Entregador
Local 0175 | Etapa 14 | Livro Sequência 00066 1-169 | Medidor B0868907 | Referência JUN/2011

NOTA FISCAL / CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA

Seu Código 13859927
Vencimento 04/07/2011

CDD BOSQUE DA SAUDE SPM

MISTO
Papel produzido a partir de fontes responsáveis
FSC® C015542

Todos os dias 24h
0800 701 0102
www.elektro.com.br
Central de Atendimento ao Cliente

Data de Postagem: 24/06/2011

CORREIOS
Conta Certa Distribuição
57452003320/2006
DR/SPI/SPM

19350351.123 - 12301416

ELEKTRO

GUARUJA DOIS	04/2011
19,92	

DIC-Duração de Interrupção Individual (horas)	4,83	9,67	19,34	0,00
FIC-Frequência de Interrupção Individual	3,17	6,35	12,70	0,00
DMIC-Duração máxima de Interrupção Contínua (horas)	2,69			0,00

O Consumidor tem direito de solicitar apurações dos indicadores DIC, FIC e DMIC, a qualquer tempo, a ser compensado em caso de violação do padrão permitido.

CUSTO DE DISPONIBILIDADE DO SISTEMA: Consumos mensais inferiores aos limites mencionados, serão cobrados os valores equivalentes em mo[illegible] corrente (Res. ANEEL nº 456, art. 48) - Para Monofásico 30 kWh/mês, Bifásico 50 kWh/mês e Trifásico 100 kWh/mês.
PAGAMENTO: Esta conta deve ser paga em bancos ou estabelecimentos credenciados pela ELEKTRO, mesmo após o vencimento. O recibo, devidamente autenticado mecanicamente nesta conta, quita somente os valores citados, não abrangendo qualquer outro débito. Pagamento efetuado com cheque, considerar conta quitada após compensação bancária.
ESCLARECIMENTOS ADICIONAIS: A Elektro não possui recebedores domiciliares. As condições gerais de fornecimento de energia elétrica, tarifas, produtos, serviços prestados e impostos encontram-se à disposição dos clientes, para consulta, nas agências da concessionária.
ATENDIMENTO A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA OU DE FALA (0800 701 0155): Para ser atendido é necessária a utilização de aparelho telefônico especialmente adaptado para esta finalidade.

0800 701 0102	0800 012 4050	0800 055 5591	Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL
Central de Atendimento ao Cliente	**Ouvidoria Elektro**	**ARSESP**	167 - ligação gratuita de telefones fixos Tarifada na origem para telefones celulares.

Reservado FISCO: 9E7D.7327.B77D.3D18.7DF9.581F.33BE.3AE3 **Período Fiscal:** 06/2011

END. DEVOLUÇÃO: Rua Ary Antenor de Souza, 321 - Jd Nova América - CEP: 13053-024 - Campinas/SP

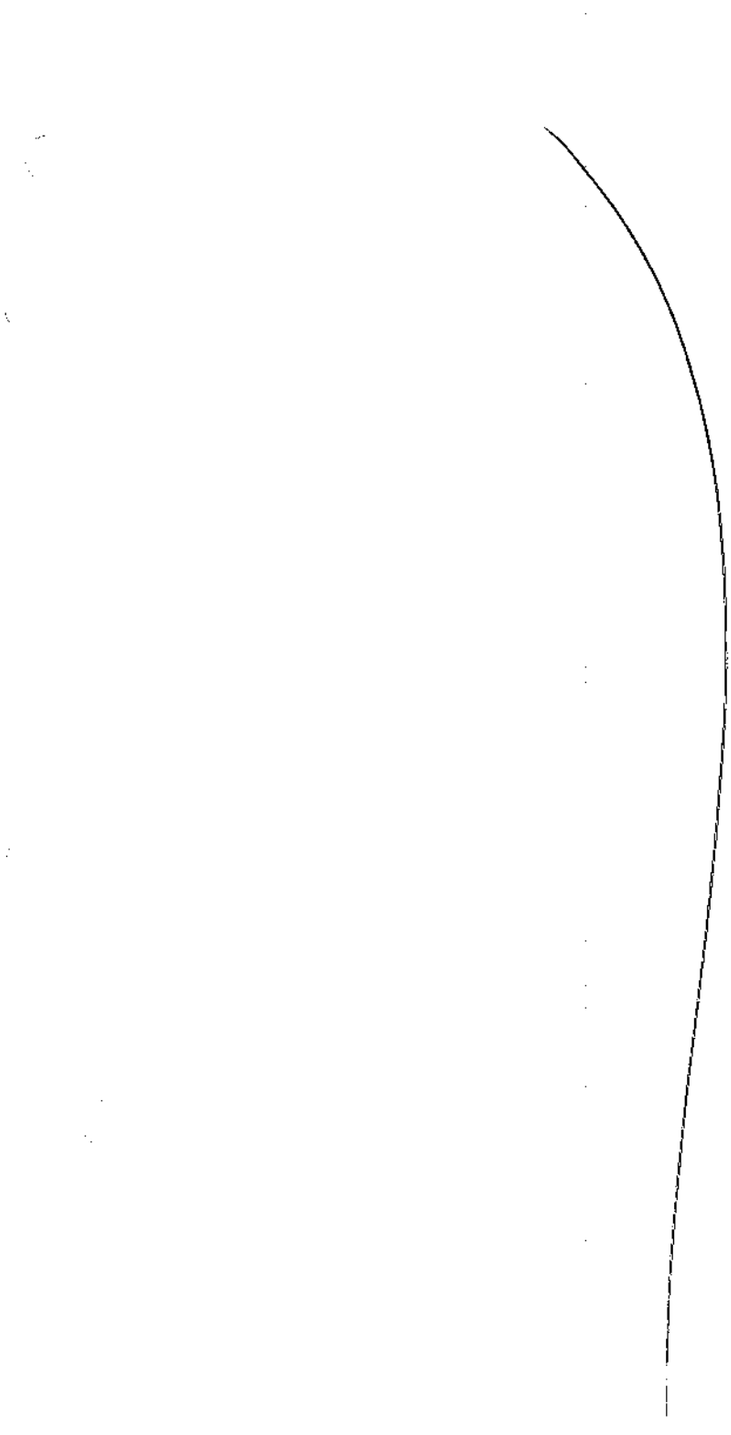
☐ Mudou-se ☐ Ausente ☐ Desconhecido ☐ Endereço insuficiente
☐ Recusado ☐ Falecido ☐ Não procurado ☐ Não existe o número indicado

DATA | REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL EM | ASSINATURA E Nº DO ENTREGADOR

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303BF6.

16

Procuração



Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303BF6.

17

INSTRUMENTO PARTICULAR DE MANDATO

Pelo presente instrumento particular de procuração, **ANNITA HERMINE BARALDI,** brasileira, viúva, professora aposentada, portadora do RG nº2.339.992-2, inscrita no CPF/MF sob o nº 054.774.848-53, residente e domiciliada na rua Afonso Celso, 718, apto 94, CEP: 04119-060, Vila Mariana nomeia e constitui como sua bastante **PROCURADORA,** a advogada **MELISSA YUMI KOGA BARALDI,** brasileira, casada, inscrita na OAB/SP sob o nº 211.408, com escritório na Avenida Cupecê, número 3736, sobreloja, Cidade Ademar, Cep:04366-001, São Paulo, Capital, com os poderes *"ad judicia"*, agindo em Juízo em todas as instâncias, extra e judicialmente, em conjunto ou de per si, independentemente da ordem de nomeação, podendo para tanto, confessar, desistir, transigir, firmar compromisso ou acordos, receber ou dar quitação, bem como substabelecer esta com ou sem reservas de poderes, os representando totalmente no que for necessário e especialmente para ingressar e atuar em ação civil indenizatória contra RAUL DONATO MENDES, em uma das varas da Comarca de Atibaia.

São Paulo, 25 de Julho de 2011.

Annita H. Baraldi

ANNITA HERMINE BARALDI

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303BF6.

18

Matrícula imóvel Atibaia



Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303BF6.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS E ANEXOS DA COMARCA DE ATIBAIA - SP

Maria do Carmo de Rezende Campos Coutó
OFICIAL

Folha 01 de 02.

LIVRO N.º 2 - REGISTRO GERAL

CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
ATIBAIA - ESTADO DE SÃO PAULO

MATRÍCULA	FICHA
49.952	1

IMÓVEL:- GLEBA "B", com a área de 30.443 m2., desmembrada de/ imóvel maior composto da Fazenda Campo Grande, da Fazenda São/ Jacinto e pequenas glebas, localizada no bairro do Itapetinga, zona rural deste município e Comarca de Atibaia-SP., compreendida pelas seguintes divisas e confrontações:-pela frente confronta com a Gleba C de Fernando da Silva Filho e Manuel Gabriel Godet Henriques Lima, e com a gleba D, de propriedade de Abílio Fernando Macário; pelos fundos com propriedade de Joaquim Bueno de Aguiar;por um lado com a gleba A, de Moyses Albano Nunes, Altino Luiz de Campos Pinheiro e Elda Genaro; e por outro lado com propriedade de Antonio Dalpesco.
INCRA:-nº634.018.327.891-3, área total 238,4 has., módulo fiscal 16,0 has., f.m.p. 3,0 has..
PROPRIETÁRIOS:-Manuel Gabriel Godet Henriques Lima, portugues/ e sm. Marta Simões de Oliveira Lima, brasileira, casados no regime da comunhão parcial de bens, na vigência da lei 6515/77 , ele comerciário, ela do lar, RGs.6475687 e 11416530-SP.,CICs.- 006108778-52 e 029547078-01, domiciliados em Guarulhos-SP., à/ Rua do Rosário nº 515, aptº.32; Fernando Silva Filho e sm.Marli Pinto Silva, brasileiros, casados no regime da comunhão de bens, antes da lei 6515/77, ele militar, ela do lar, RGs.38456 50-SP e 6568198-SP., CIC. 279549518-04, domiciliados em São / Paulo-SP., à Rua Frei Vicente Salvador 367,bloco I,aptº.11,Santana; Orlando Genaro e sm. Anna Molezini Genaro, que também assina Anna Mozezini Genaro, brasileiros, casados no regime da / comunhão de bens, antes da lei 6515/77, ele assistente social, ela do lar, RGs. 1313840 e 1313841-SP.,CIC.006446508-00, domiciliados em São Paulo-SP., à Rua Quixadá nº 83, Vila Invernada Água Rasa;Gabriele Baraldi e sm. Annitta Baraldi, ele italiano técnico eletrônico, ela brasileira, professora, casados no regime da comunhão universal de bens, antes da lei 6515/77, RGs. 2785911 e 2339992-SP CICs. 063971668-72 e 054774848-53, domiciliados em São Paulo-SP., à Rua Afonso Celso nº 718, aptº.94,Vila Mariana; Abilio Fernando Macário, portugues, comerciante e sm.Neide Fernandes Macário, brasileira, do lar, casados no regime da comunhão de bens, antes da lei 6515/77, RGs.1807400 e 6805092-SP, CIC.622122738-00, domiciliados em São Paulo-SP., à Largo Nossa Senhora do Bom Parto 155, Tatuapé; Moyses Albano / Nunes e sm. Neide Bravo Nunes, brasileiros, ele militar,ela do lar, casados no regime da comunhão de bens, antes da lei 6515/ 77,RGs. 5201225 e 6728674-SP.,CICs.572887128-34 e 896414268-34

continua no verso.

Escrevente Autorizado

Prot.: 82457 - Mat./ 49952

Rua Benedito de Almeida Bueno, 457 - Centro - Atibaia/SP - CEP: 12940-660
Fone: (11) 4414-0600 - Fax: (11) 4414-0602 - e-mail: riatibaia@gmail.com

"QUALQUER ADULTERAÇÃO, RASURA OU EMENDA INVALIDA ESTE DOCUMENTO"

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES PARBONI RAMOS, ilocrado e protocolado sob o número 1139747 em 26/11/2014 às 09:47 , gerado pelo usuário 1139747 em 26/11/2014 às 09:47 e identificado pelo código 14112609474700001180389.
Para conferir o original, acesse o site http://www.tjsp.jus.br/pastadigital/pgd/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0011038-26.2011.8.26.0048 e código 303BF6.

Folha 01v de 02.

MATRÍCULA 49.952 | FICHA 1 VERSO

domiciliados em São Paulo-SP., à Rua Rachid B.Saliba 48,Vila / Gustavo;Altino Luiz de Campos Pinheiro e sm. Carmen Assunta / Candido de Faria Campos Pinheiro, brasileiros, ele médico,ela/ Professora, casados no regime da comunhão parcial de bens, na vigência de lei 6515/77, RGs. 5010580 e 7916331-SP.,CIC.810450 008-25, domiciliados em São Paulo-SP., à Rua Pelotas 323,ap.102 Ibirapuera; Albino Yoshihiro Aykawa e sm. Miyako Aykawa,brasileiros, ele lavrador, ela do lar, casados no regime da comunhão de bens, antes da lei 6515/77,RGs. 2.202.633 e 17169800-SP., e CIC. 214.773.708-97, domiciliados nesta cidade, a Rua Napoleão Ferro nº 494, Bº. Alvinópolis;Sergio Antonio de Almeida Pessoa/ e sm. Claudia Soria Cavalini Pessoa, brasileiros, ele autonomo ela do lar, casados no regime da comunhão universal de bens,na vigência da lei 6515/77, conforme escritura de pacto antenupcial, lavrada nas notas do Tabelionato Tucuruvi,Subdistrito de São Paulo-SP., fls.70,lv.412, registrada sob nº 6.801,lv.3,15º Cartório de Registro de imóveis de São Paulo-SP., RGs. 6893560 e 13038112-SP., CICs.031185558-07 e 053786618-38, domiciliados em São Paulo-SP., à Rua Manoel Martins Ferreira nº 90,Bº.Jaçanã; Wellington Utuari Lacerda, brasileiro ,solteiro,maior,operador de bolsa de valôres, RG.16466589-SP.,CIC.052623378-80,domiciliados em São Paulo-SP., a Rua D.Miguel Bulhões nº07,Itaim Jacinto Salvador Nascimento e sm.Aparecida Pace Nascimento,brasileiros, ele operador de bolsa de valôres, ela do lar, casados no regime da comunhão parcial de bens, na vigência da lei/ 6515/77, RGs.1229594 e 1229593-SP.,CIC.943570568-53, domiciliados em São Paulo-SP., à Rua Irmã Filomena nº 749; e Elda Genaro, brasileira, solteira, maior, pedagoga, domiciliada em S. Paulo-SP., à Rua Quixadá nº 83, Vila Invernada, Água Rasa, RG. 4774951 SP, CIC. 758356658-49.

TITULO AQUISITIVO:- R.1-43.044 e R.2-R.3-R.4- 43.395.

Atibaia,16 de junho de 1.988.

O Escrevente Autorizado.

REGINALDO GRANDA
Escrevente Aut.

R.1- 49.952 - Por escritura de divisão amigável lavrada em 24/ de maio de 1.988, das notas do 1º Cartório de Atibaia-SP., lv.- 602,fls.232, o imóvel desta matricula, no valor de cz$. - - - - 115.987,83, foi atribuido aos condominos 1º)ORLANDO GENARO e sm. ANNA MOLEZINI GENARO que também se assina ANNA MOZEZINI GENARO; e 2º) GABRIELE BARALDI e sm.ANNITA BARALDI, todos já qua

continua na ficha nº 02.

José Roberto Antonio Lemos
Escrevente Autorizado

Prot.: 82457 - Mat.: 49952

QUALQUER ADULTERAÇÃO, RASURA OU EMENDA, INVALIDARÁ ESTE DOCUMENTO

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303BF6.

OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS E ANEXOS DA COMARCA DE ATIBAIA - SP

Maria do Carmo de Rezende Campos Couto
OFICIAL

Folha 02 de 02.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

LIVRO N.º 2 - REGISTRO GERAL

MATRÍCULA 49.952 | FICHA 02

CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
ATIBAIA - ESTADO DE SÃO PAULO

lificados, na seguinte proporção:- aos primeiros- parte ideal/ de 10.000 ms2;aos segundos - parte ideal de 20.443 ms2..Atibaia,16 de junho de 1.988.0 Escr.Autº.

REGINALDO GRANJA
Escrevente Aut.

Av.1- 49.952 - O imóvel desta, é servido por estrada de servidão, que onera o imóvel objeto da matricula nº 49.951 -R.2-. - Atibaia,16 de junho de 1.988.0 Escr.Autº.

REGINALDO GRANJA
Escrevente Aut.

R.2-49.952 -Pela mesma escritura objeto do Rl acima e retro , os proprietários acima qualificados, instituiram em favor dos/ imóveis das matriculas nºs 49.951 e 49.953 a 49.955 ,sobre/ o imóvel desta, uma servidão de passagem, que ocupa a área de 1.680 ms2., medindo 10 ms. de largura por 168 ms. de comprimento, na linha em que divide com a gleba C de Fernando da Silva/ Filho e outros;com a gleba D de Abilio Fernando Macário, e com a estrada de servidão objto do Rl- 49.951 .Sendo esta instituida em carater permanente.VALOR- cz$ 2.500,00.Atibaia,16 de junho de 1.988.0 Escr.Autº.

REGINALDO GRANJA
Escrevente Aut.

Av.3-49.952- Em cumprimento à R. determinação da E. Corregedoria Geral da Justiça constante da Ata de Correição Geral Ordinária realizada em 05/7/2000, averba-se que a numeração seqüencial dos atos nesta matrícula obedecerá à forma do art. 232 da LRP, a partir do último ato lavrado. Atibaia, 22 de janeiro de 2.001. O Escr. Autº.,

José Roberto Amaral Zanoni

CERTIFICO E DOU FÉ, que a presente é reprodução autêntica da ficha a que se refere, Matrícula nº 49952 do livro 2 de Registro Geral, extraída nos termos do artigo 19 da Lei 6.015 de 1973, e que o imóvel tem sua situação com referência a alienações, constituições de ônus reais, de penhoras, arrestos e sequestros, citações de ações reais ou pessoais reipersecutórias, integralmente noticiadas na presente fotocópia. Serve a presente como certidão de FILIAÇÃO VINTENÁRIA no caso de a matrícula ter sido aberta há mais de 20 anos.
Eu, José Roberto Amaral Zanoni, Escrevente Autorizado, conferi, imprimi e assinei a presente certidão.

Atibaia-SP, 05 de novembro de 2010.

Oficial R$ 19,61 + Estado R$ 5,57 + IPESP R$ 4,13 + Reg. Civil R$ 1,03 + Trib. Just. R$ 1,03
Total R$ 31,37. Código de Autênticidade: 457o.128976349154639/1LIVRO 0249952

ESTA CERTIDÃO TEM PRAZO DE VALIDADE DE 30 DIAS PARA FINS DE LAVRATURA DE ATOS NOTARIAIS, NOS TERMOS DO ITEM "IV" DO ART. 1º DO DEC. 93.240 DE 09/09/86.

Prof.: 82457 - Mat.: 49952

Rua Benedito de Almeida Bueno, 457 - Centro - Atibaia/SP - CEP: 12940-660
Fone: (11) 4414-0600 - Fax: (11) 4414-0602 - e-mail: riatibaia@gmail.com

QUALQUER ADULTERAÇÃO, RASURA OU EMENDA, INVALIDA ESTE DOCUMENTO!

Este documento é cópia do original, gerado por CRISTIANA ALOURO RAMOS, ID 1100214, Oficial de Registro de Imóveis e Anexos, em 11/01/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303BF6.

21/22

Fotos Curral (docs 5 e 6)



21



22

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303BF6.

Fotos curral (docs 7 e 8)





Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303BF6.

Doc 9 – laudo pericial que constatou o desvio do córrego que causou o desabamento das edificações

25



Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303BF6.

26

Processo Nº 048.01.2010.012294-4

Imprimir Fechar

Texto integral da Sentença

VISTOS Proc. 2.057/10 Medida Cautelar de Antecipação de Provas Autor: Espólio de Gabrielle Baraldi Requerido: Raul Donato Mendes O autor ajuizou a presente ação a fim de produzir provas sobre determinada situação de seu imóvel, que teria sido danificado por obras realizadas pelo requerido. Houve citação com resposta e em seguida veio aos autos o laudo pericial, com posterior manifestação das partes. Relatei. DECIDO. Trata-se de medida cautelar de antecipação de provas, sendo impertinentes as solicitações do requerido (fls. 169). Ao menos aqui, nesses autos, não se fará juízo de valor sobre essa prova. A prova pericial aqui produzida, sob o crivo do contraditório e sob a proteção das demais garantias constitucionais do processo, será homologada, o que significa dizer, que terá esse grau de legitimidade, nada mais do que isso, não se reconhecendo razão a um ou a outro. Assim, cabem duas observações doutrinárias a respeito da sentença proferida nesse tipo de ação: "A sentença que o juiz profere nas ações de antecipação de prova é apenas homologatória, isto é, refere-se apenas ao reconhecimento da eficácia dos elementos coligidos, para produzir efeitos inerentes à condição de prova judicial. Não há qualquer declaração sobre sua veracidade e suas consequências sobre a lide. Não são ações declaratórias e não fazem coisa julgada material. Apenas há documentação judicial de fatos. E nesse sentido merece acolhida a lição de PONTES DE MIRANDA que considera essa espécie de ação como constitutiva por pré-constituir prova judicial para os interessados" (Processo Cautelar, Humberto Theodoro Júnior, 9a ed., pag. 304/305). "...se, porém, houver contestação ao cabimento da medida, as custas do feito preparatório serão desde logo imputadas ao vencido – requerente ou requerido – segundo a regra geral da sucumbência (art. 20, par. 1o)" (ob. cit., pag. 312). Observe-se, vencido aqui, quanto ao cabimento ou não da medida. É certo, outrossim, que o requerido desde logo se insurgiu contra a medida, inclusive requerendo o indeferimento da inicial e também a "improcedência da ação" (fls. 100/101). Observe-se, outrossim: "Não são devidos honorários na produção antecipada de prova" (STJ 3ª T. Resp 401.003, Min. Menezes Direito, j. 11.6.02). Posto isto homologo a prova pericial para que produza os seus efeitos de direito e condeno o requerido ao pagamento das custas processuais, inclusive honorários do perito. Os autos devem permanecer em Cartório (art. 851, CPC), ficando autorizada a expedição de certidões. P. R. I. C. Atibaia, 27 de abril de 2011 Marcos Cosme Porto Juiz de Direito

Imprimir Fechar

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303BF6.

Walmir Pereira Modotti

ENGENHEIRO CIVIL
E TÉCNICO EM ELETRÔNICA
CREA 128 680/D

117
27

Avaliações e Perícias de Engenharia

I - RESUMO DO PROCESSO:

O presente Laudo refere-se a uma **PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVAS**, requerida por **GABRIELLE BARALDI**, em face de **RAUL DONATO MENDES**, em curso na **1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ATIBAIA - SP**, Autos: **048.01.2010.012294-4 (2057/2010)**.

Segundo consta na inicial, o Requerente ingressou com a presente Ação pelos motivos a seguir expostos:-

É proprietário do imóvel matriculado sob numero 49.952 junto ao Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de Atibaia.

Trata-se de uma propriedade rural onde foram erigidas há muitos anos, algumas construções como estábulos e barracões, limitados por um muro de divisa que se distanciava muito do córrego lá existente.

Entretanto, em época não muito recente, o antigo proprietário da área pertencente hoje ao Requerido, construiu uma pequena barragem, de modo que o córrego, conhecido como Ribeirão dos Porcos, ficou mais próximo da propriedade da Requerente.

Tal obra resultou na apuração de vários danos, como trincas na parede lateral na junção da parte dos muros e outras sérias rachaduras e movimentações das construções lá erigidas.

Rua Tabatinguera, 140, conj. 403, Centro, São Paulo - SP CEP 01020-901
Tel./Fax: (11) 3115-0750 e-mail: walmirmodotti@uol.com.br

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303BF6.

Walmir Pereira Modotti

ENGENHEIRO CIVIL
E TÉCNICO EM ELETRÔNICA
CREA 128 880/D

118
28

Avaliações e Perícias de Engenharia

Isto posto, requer seja produzida prova pericial no imóvel e adjacências, através de engenheiro técnico para aferição dos trabalhos necessários para a solução de vez do problema existente, bem como, os valores das obras necessárias, conforme quesitos aduzidos.

O Requerente apresentou rol de quesitos às fls. 05 e indicou como Assistente Técnico para assisti-la o Eng. Maximo Marcelo da Silva.

Foi deferida a Perícia de Engenharia às fls. 31, sendo o presente signatário nomeado para exercer as funções de Perito Judicial.

Às fls. 61/62 o Requerente informa que, recentemente, houve a destruição das construções existentes no local, causados pelas águas desviadas do córrego. Informa, ainda, que no dia seguinte o Réu colocou máquinas pesadas e trabalhadores para que o ribeirão não voltasse ao seu leito natural, enchendo crateras, removendo grande quantidade de terras e, sobretudo, protegendo sua propriedade e, mais uma vez, empurrando toda a água para o propriedade do Autor.

Às fls. 99/101, o Requerido apresenta contestação afirmando, em síntese que, com as fortes chuvas, as provas a serem obtidas para a presente ação deixaram de existir.

Afirma que, antes da citação, por ocasião das chuvas, o Requerido solicitou a visita de técnicos da Defesa Civil local para a devida vistoria, já prevendo que algum confrontante viesse a cobrar pelos danos

Rua Tabatinguera, 140, conj. 403, Centro, São Paulo - SP CEP 01020-901
Tel./Fax: (11) 3115-0750 e-mail: walmirmodotti@uol.com.br

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303BF6.

Walmir Pereira Modotti

ENGENHEIRO CIVIL
E TÉCNICO EM ELETRÔNICA
CREA 128.880/D

Avaliações e Perícias de Engenharia

114
29

eventualmente sofridos, aos quais não deu causa, mas sim, em razão de fenômenos da natureza.

Para colaborar junta mapas de seu imóvel, antes e após sua aquisição, onde se pode observar quanto às construções existentes e a posição geográfica, onde se vê que o muro da Requerente estava construído em área de preservação permanente. Portanto, o risco de eventuais danos ao seu imóvel é de sua total responsabilidade.

Ante ao exposto, requer a improcedência da ação, pois a causa de pedir deixou de existir; na hipótese da continuação da presente, seja o Requerido avisado com antecedência da data da vistoria; seja condenada a Autora à sucumbência.

O Requerido não apresentou rol de quesitos e, tampouco, indicou Assistente Técnico para assisti-lo.

Rua Tabatinguera, 140, conj 403, Centro, São Paulo - SP CEP 01020-901
Tel./Fax: (11) 3115-0750 e-mail: walmirmodotti@uol.com.br

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303BF6.

Walmir Pereira Modotti
ENGENHEIRO CIVIL
E TÉCNICO EM ELETRÔNICA
CREA 128.880/D

120
30

Avaliações e Perícias de Engenharia

II - ÂMBITO DA PERÍCIA:

Atendendo ao r. despacho de fls. 31, a presente perícia tem por finalidade verificar os danos causados no imóvel da Autora pelo desvio do córrego localizado no imóvel do Requerido, bem como determinar as obras necessárias para recompor o imóvel e seus valores.

III - VISTORIA:

III.1- Do Local:

III.1.1- Características gerais:

O imóvel, objeto da presente Ação, situa-se na Estrada Municipal Mackenzie, Sítio Primavera, Bairro Ribeirão dos Porcos, cidade de Atibaia - SP. A reprodução do guia, retirada do Google Maps, da cidade melhor ilustra a situação do imóvel e de seu entorno:

Rua Tabatinguera, 140, conj. 403, Centro, São Paulo - SP CEP 01020-901
Tel./Fax: (11) 3115-0750 e-mail: walmirmodotti@uol.com.br

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303BF6.

Walmir Pereira Modotti
ENGENHEIRO CIVIL
E TÉCNICO EM ELETRÔNICA
CREA 128.880/D

Avaliações e Perícias de Engenharia

IV- CONSIDERAÇÕES E COMENTÁRIOS COMPLEMENTARES:

Apresentam-se neste capitulo considerações e comentários, visando a atender os objetivos estabelecidos no capítulo "II".

Trata-se o local da área de divisa entre o imóvel da Autora e o imóvel do Réu, no bairro Ribeirão dos Porcos.

IV.1 - DO CÓRREGO RIBEIRÃO DOS PORCOS:

Dentro da área pertencente ao Réu passa um trecho do córrego Ribeirão dos Porcos.

O curso de referido córrego foi alterado no interior do imóvel do Requerido. O Anexo II do corpo deste Laudo demonstra a situação atual (2010) sobreposto à situação anterior (1979), demonstrando o desvio do córrego.

O novo curso do córrego ficou rente à propriedade da Autora.

As fotos a seguir, retirados do Google Earth, demonstram que o córrego foi alterado antes de 2005, pois a foto aérea de 12 de março de 2005 mostra a mesma situação da foto aérea atual:

Rua Tabatinguera, 140, conj. 403, Centro, São Paulo - SP CEP 01020-901
Tel./Fax: (11) 3115-0750 e-mail: walmirmodotti@uol.com.br

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303BF6.

Walmir Pereira Modotti

ENGENHEIRO CIVIL
E TÉCNICO EM ELETRÔNICA
CREA 128 886/D

Avaliações e Perícias de Engenharia

IV.2 - DO DESMORONAMENTO OCORRIDO:

Em janeiro de 2011, devido às fortes chuvas, ocorreu um desmoronamento de terras na divisa do imóvel do Requerente e do Requerido.

O desmoronamento se deu devido à cheia do córrego, o qual, pelo efeito do desvio, está localizado rente à divisa das áreas.

Junto a essa divisa, o Requerente possuía três edificações, as quais ficaram comprometidas, segundo descrito no próximo tópico.

IV.3 - DOS DANOS AO IMÓVEL DO REQUERENTE:

Próximo à divisa com o imóvel do Requerido, o Requerente possuía as seguintes edificações, descritas a seguir com a situação atual em que se encontram:

1. Uma edícula rústica de três cômodos, com área total de 50m² (cinqüenta metros quadrados), utilizada como depósito: todo o fundo desmoronou, tornando a edificação toda inutilizável, com a estrutura completamente comprometida;

2. Um galinheiro parcialmente coberto, com área total de 98m²: totalmente destruído;

Rua Tabatinguera, 140, conj. 403, Centro, São Paulo SP CEP 01020-901
Tel./Fax: (11) 3115 0750 e-mail: walmirmodotti@uol.com.br

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303BF6.

Walmir Pereira Modotti

ENGENHEIRO CIVIL
E TECNICO EM ELETRÔNICA
CREA 128 880/D

Avaliações e Perícias de Engenharia

146

V - CONCLUSÕES:

- O trecho do córrego Ribeirão dos Porcos que passa no interior da propriedade do Réu sofreu uma obra de desvio, realizada pelo proprietário anterior;

- Referida obra trouxe o córrego para junto da divisa do imóvel do Requerente;

- As chuvas fortes de janeiro de 2011, e a proximidade do córrego com as benfeitorias do Requerente causaram o desmoronamento de uma edícula e de um galinheiro, além de separação nas juntas de alguns pontos do estábulo;

- O orçamento para retornar o imóvel às condições originais resultou em R$ 53.800,00 (cinqüenta e três mil e oitocentos reais), válido para março de 2011;

- As edificações, mesmo depois de reforçadas, não devem situar-se tão próximas ao córrego, de modo a evitar que os mesmos problemas se repitam futuramente.

Rua Tabatinguera, 140, conj. 403, Centro, São Paulo - SP CEP 01020-901
Tel./Fax: (11) 3115-0750 e-mail: walmirmodotti@uol.com.br

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303BF6.

Walmir Pereira Modotti
ENGENHEIRO CIVIL
E TÉCNICO EM ELETRÔNICA
CREA 128.980/D

Avaliações e Perícias de Engenharia

147

34

VI - QUESITOS DO REQUERENTE (FLS. 05 DOS AUTOS):

01° QUESITO: Se no prédio do autor existem danos? Se existem quais são? Detalhe inclusive, tecnicamente, o grau de periculosidade?

RESPOSTA: O Autor possuía três benfeitorias no local:

1. Uma edícula: houve desmoronamento parcial, com alto grau de periculosidade;
2. Um galinheiro: desmoronamento total, alto grau de periculosidade;
3. Um estábulo: está com danos nas juntas de movimentação, grau de periculosidade baixo.

02° QUESITO: Quais os serviços necessários para solução do problema no prédio do Autor?

RESPOSTA: Os serviços necessários para voltar o imóvel às condições originais foram apresentados nos capítulos anteriores e são: muro de arrimo para sustentação das edificações, reparo das juntas de movimentação do estábulo, reconstrução total da edícula e do galinheiro.

03° QUESITO: Qual é o valor devido para corrigir os defeitos surgidos no prédio do autor?

RESPOSTA: O valor calculado para os serviços necessários é de R$ 53.800,00 (cinquenta e três mil e oitocentos reais), válido para março de 2011.

Rua Tabatinguera, 140, conj. 403, Centro, São Paulo - SP CEP 01020-901
Tel./Fax: (11) 3115-0750 e-mail: walmirmodotti@uol.com.br

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303BF6.

Walmir Pereira Modotti

ENGENHEIRO CIVIL
E TÉCNICO EM ELETRÔNICA
CREA 123.880/D

Avaliações e Perícias de Engenharia

04° QUESITO: Se haverá seqüelas no prédio do autor, mesmo após as correções necessárias?

RESPOSTA: As edificações, mesmo depois de reforçadas, não devem situar-se tão próximas ao córrego, de modo a evitar que os mesmos problemas se repitam futuramente.

05° QUESITO: Existe ou existiu alguma infiltração de água que pudesse danificar a estrutura do prédio do autor? E dos vizinhos?

RESPOSTA: O que causou danos nas benfeitorias do Autor não foi infiltração de água e, sim, o aumento do volume de águas do córrego, que causou erosão do solo às margens do mesmo e, consequentemente, os danos no imóvel do Autor.

06° QUESITO: Se afirmativa a resposta, devido a que e como tal infiltração ocorreu?

RESPOSTA: Quesito prejudicado.

07° QUESITO: Nos prédios vizinhos, mais precisamente o de propriedade do requerido, houve movimentação de terras ou desvio do córrego Ribeiro dos Porcos, vindo a encostar água no imóvel do requerente?

RESPOSTA: Sim, houve obra de desvio do córrego no interior da propriedade do Requerido, fazendo com que o mesmo passasse rente ao imóvel do Requerente.

Rua Tabatinguera, 140, conj. 403, Centro, São Paulo - SP CEP 01020-901
Tel./Fax (11) 3115-0750 e-mail: walmirmodotti@uol.com.br

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303BF6.

36

Walmir Pereira Modotti

ENGENHEIRO CIVIL
E TÉCNICO EM ELETRÔNICA
CREA 128.860/D

Avaliações e Perícias de Engenharia

08° QUESITO: Houve alguma aparição de danos que possam comprometer a utilização do imóvel do requerente?

RESPOSTA: Sim, conforme já relatado nos tópicos anteriores (duas edificações com estrutura comprometida e uma com danos mais leves).

09° QUESITO: Qual é o estado atual e anterior do córrego e, se houver chuvas, comprometerá a segurança do imóvel do requerente?

RESPOSTA: Como pode ser visto no Anexo II deste laudo, o córrego passava distante da divisa com o imóvel do Requerente e, atualmente passa rente à civisa, comprometendo a segurança das benfeitorias ali situadas.

10° QUESITO: A propriedade do requerido está em risco de dano pelas águas das chuvas? Se a resposta for negativa, porque?

RESPOSTA: Sim, ainda há riscos de novos desmoronamentos, pois o córrego está rente às edificações do Autor.

11° QUESITO: Com a movimentação de terras o córrego antes distante das construções do requerente, se encontra agora, rente à suas construções? Quais construções? Quais os prejuizos já existentes? Como determinar o grau de risco com a elaboração das obras do córrego? Quais riscos? Como proceder para não haver risco para a propriedade do requerente?

Rua Tabatinguera, 140 conj 403, Centro, São Paulo - SP CEP 01020-901
Tel /Fax: (11) 3115-0750 e-mail: walmirmodotti@uol.com.br

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303BF6.

37

Walmir Pereira Modotti

ENGENHEIRO CIVIL
E TÉCNICO EM ELETRÔNICA
CREA 128.880/D

Avaliações e Perícias de Engenharia

RESPOSTA: O córrego encontra-se rente às construções do Requerente. As construções existentes no local eram: uma edícula que desmoronou porcialmente, um galinheiro que desmoronou integralmente e um estábulo que está com problemas apenas nas juntas de ligação. Com o corrego rente às edificações do Autor o risco de novos desmoronamentos é alto, pois em epocas de chuvas fortes haverá nova erosão às margens do mesmo. Para não haver mais riscos ao imóvel do Requerente, suas construções devem situar-se a, pelo menos, 30m (trinta metros) do córrego, segundo Resolução do CONAMA n. 303, de 20 de março de 2002:

"Art. 3º Constitui Área de Preservação Permanente a área situada

I - em faixa marginal, medida a partir do nível mais alto, em projeção horizontal, com largura mínima, de

a) trinta metros, para o curso d'agua com menos de dez metros de largura."

Rua Tabatinguera, 140 conj. 403, Centro, São Paulo - SP CEP 01020-901
Tel./Fax: (11) 3115-0753 e-mail: walmirmodotti@uol.com.br

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303BF6.

38

Walmir Pereira Modotti

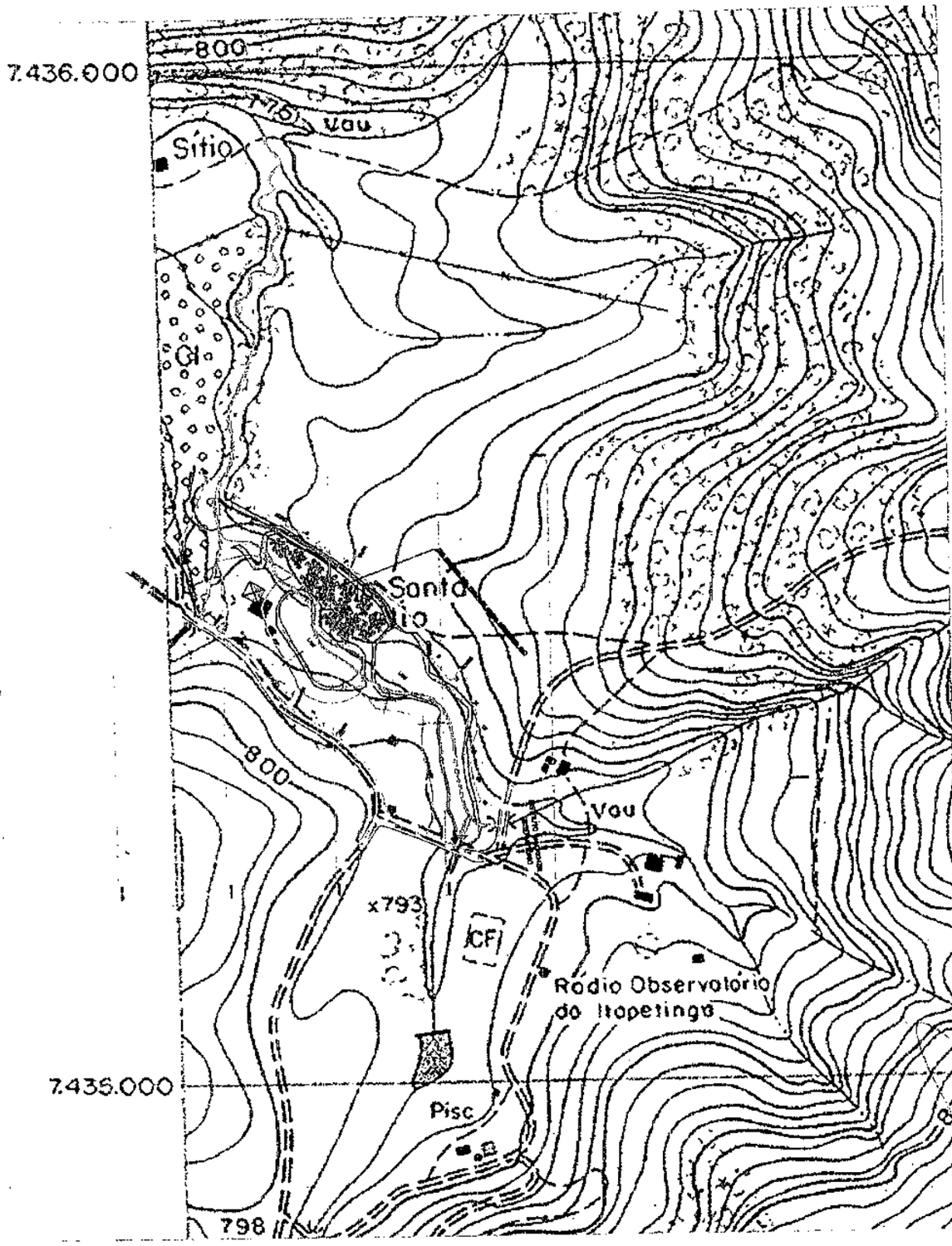
ENGENHEIRO CIVIL
E TÉCNICO EM ELETRÔNICA
CREA 128 880/D

Avaliações e Perícias de Engenharia

158

ANEXO II - SOBREPOSIÇÃO DA PLANTA ATUAL SOBRE A CARTA TOPOGRÁFICA OFICIAL DO LOCAL

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303BF6.



LEGENDA:

CÓRREGO POSIÇÃO ANTIGA: - - - - -

CÓRREGO POSIÇÃO ATUAL: ———

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303BF6.

40

Walmir Pereira Modotti

ENGENHEIRO CIVIL
E TÉCNICO EM ELETRÔNICA
CREA 128.880/D

Avaliações e Perícias de Engenharia

160

ANEXO III - PLANTA PLANIMÉTRICA ATUAL DO IMÓVEL DO RÉU

Rua Tabatinguera, 140, conj. 403, Centro, São Paulo SP CEP 01020-901
Tel./Fax (11) 3115-0750 e-mail: walmirmodotti@uol.com.br

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303BF6.

Talude

PLANTA PLANIMÉTRICA PARA USO AMBIENTAL

FOLHA ÚNICA

IMÓVEL: **Gleba 1 – Parte do Sítio Primavera**

PROPRIETÁRIO: **RENIL WILLIAN MENDES**

LOCAL: **Estrada Municipal do Makenzie s/n.º**
Bairro Itapetinga

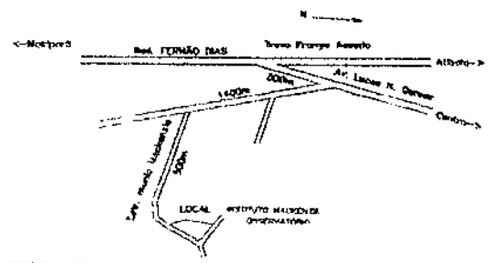
MUNICÍPIO: **Atibaia – SP**

INCRA: **634018000809/5 – NIRF: 385.274.3-0**

MATRÍCULA: **N.º 93.959 – CRI Atibaia**

ESCALA: **1/1000** DATA: **24/Maio/2010**

SITUAÇÃO S/ESCALA



ÁREAS

Área medida = 42.115,19 m2
A.P.Pe (total) = 29.356,50 m2 (69,70%)

Renil Willian Mendes
Proprietário

Responsável Técnico
ENGENHEIRO AGRÔNOMO
OSWALDO BARONE FILHO
CREA.: 0601675824

Observações:

1 – Essa planta ambiental foi confeccionada com informações fornecidas pelo proprietário e pelo levantamento topográfico realizado pelo agrimensor José Carlos Deinero.

2 – A Carta Topográfica Oficial do local tem a seguinte nomenclatura:
MORRO DA PEDRA GRANDE SF-23-Y-C-III-2-SE-D folha 083/107

3 – A utilização das coordenadas em base UTM deve ser exclusivamente para fins de interpretações agrícolas ou ambientais ou simples localização, não servindo para efeito do Georreferenciamento dos imóveis rurais ou fins semelhantes.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303BF6.

Walmir Pereira Modotti

ENGENHEIRO CIVIL
E TÉCNICO EM ELETRÔNICA
CREA 128.880/D

Avaliações e Perícias de Engenharia

ANEXO IV - TRECHO DA CARTA TOPOGRÁFICA OFICIAL DO LOCAL: MORRO DA PEDRA GRANDE SF-23-Y-C-III-2-SE-D FOLHA 083/107

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303BF6.

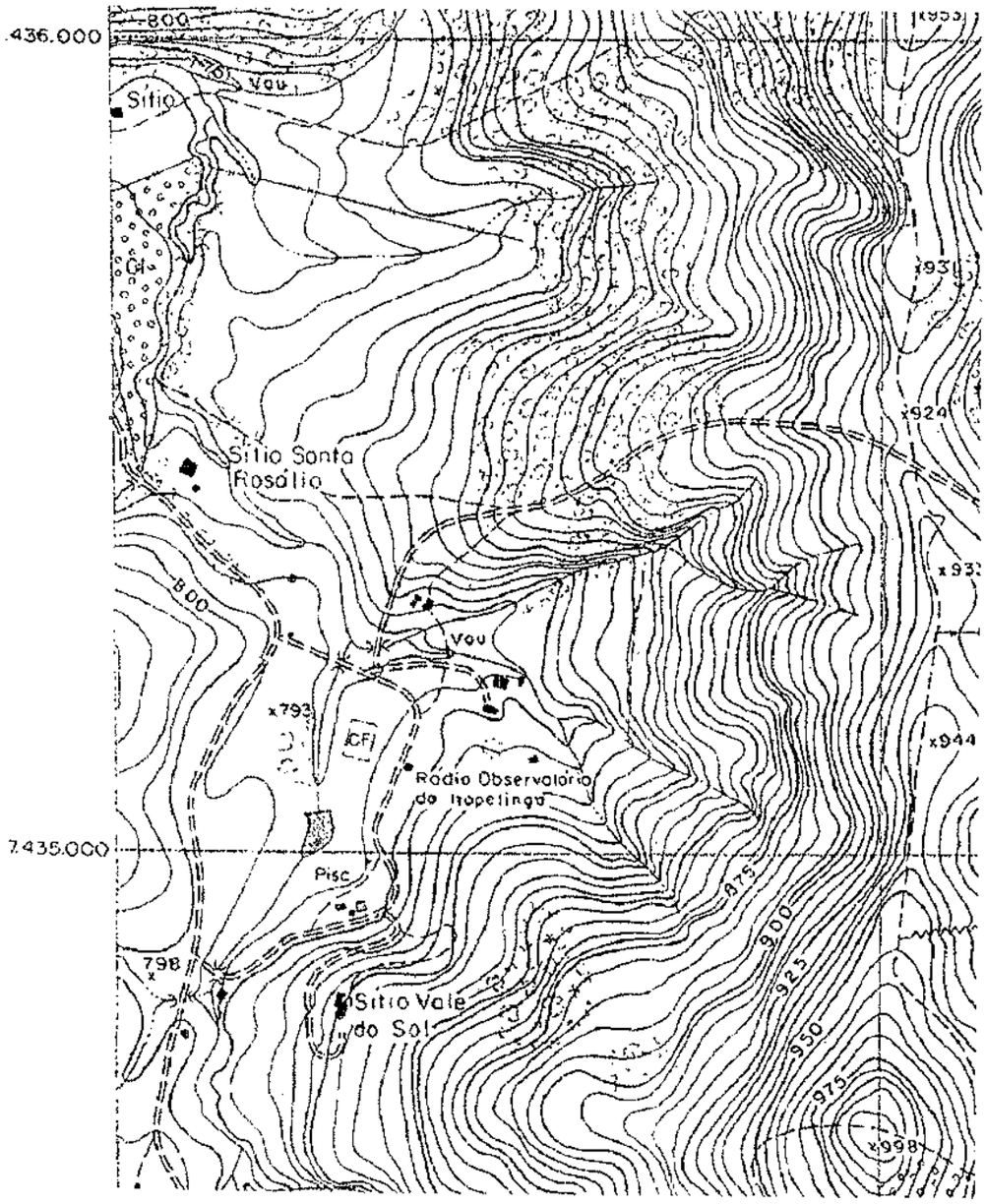
43

162

Walmir Pereira Modotti

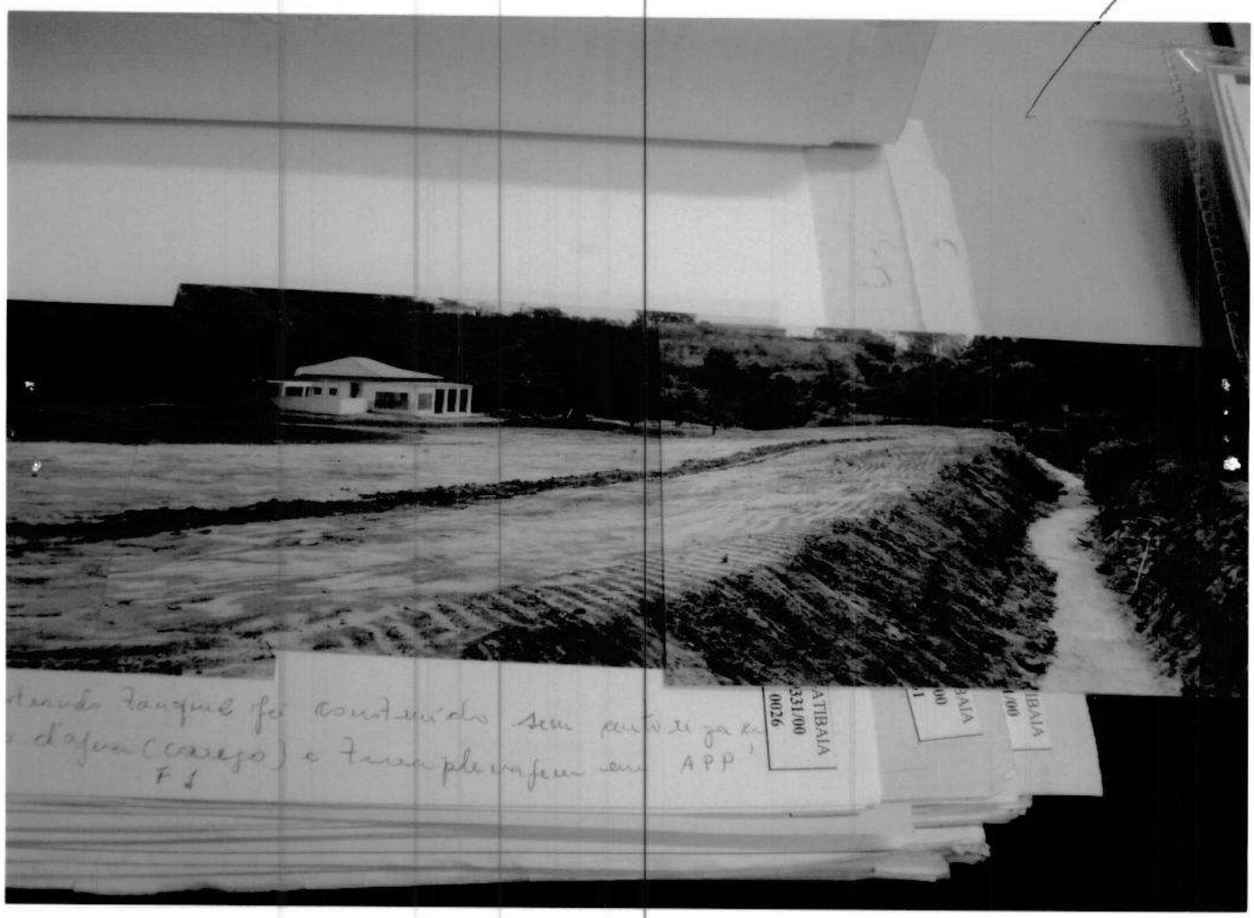
ENGENHEIRO CIVIL
E TÉCNICO EM ELETRÔNICA
CREA 128.880/D

Avaliações e Perícias de Engenharia



Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303BF6.

Foto comprovando o curso original do córrego (doc 10)



RIO ATERRADO FICAVA PRÓXIMO À CASA DO DEU.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303BF6.

45/46

Foto antes e depois (doc 11)

45



46



Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303BF6.

47/48

Construções remanescentes oficina e curral (docs 12 e 13)

47

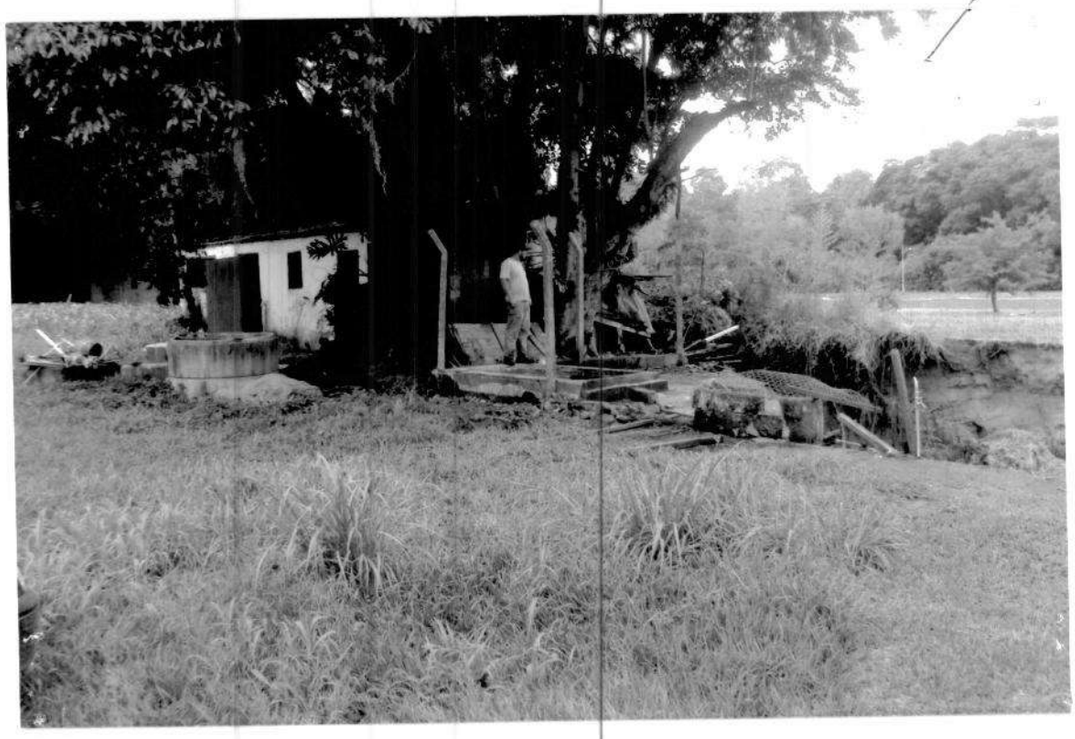


48



Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303BF6.

Construções remanescentes (docs 14 e 15)





Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303BF6.

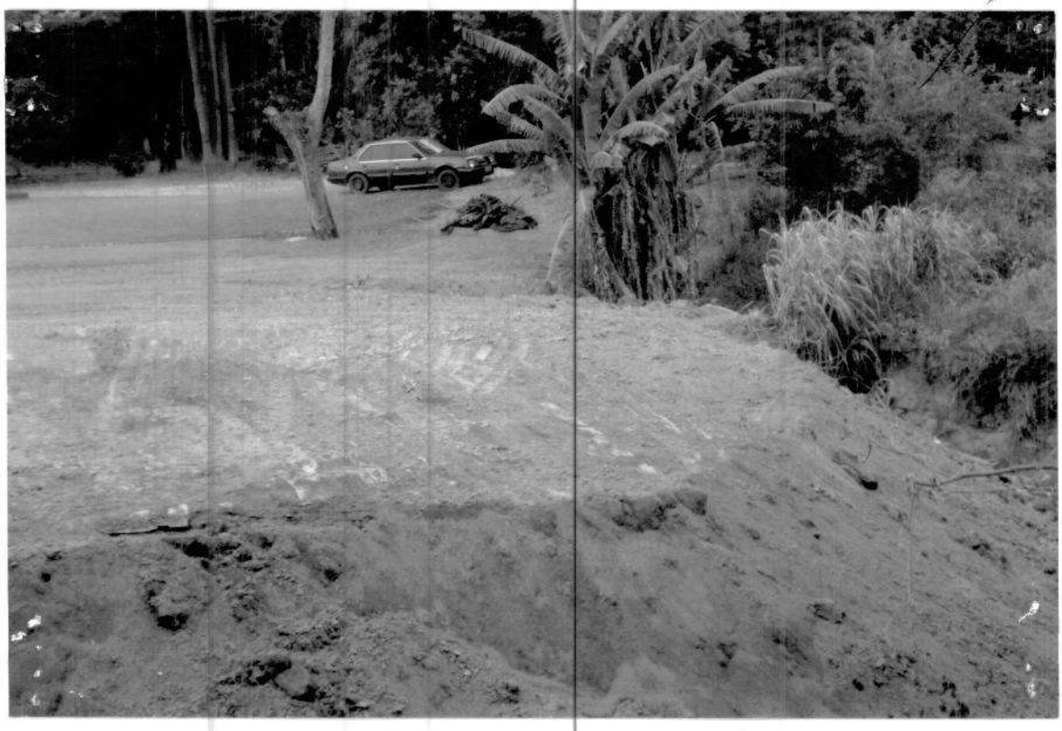
51/52

Fotos aterramento (docs 16 e 17)

51



52



Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303BF6.

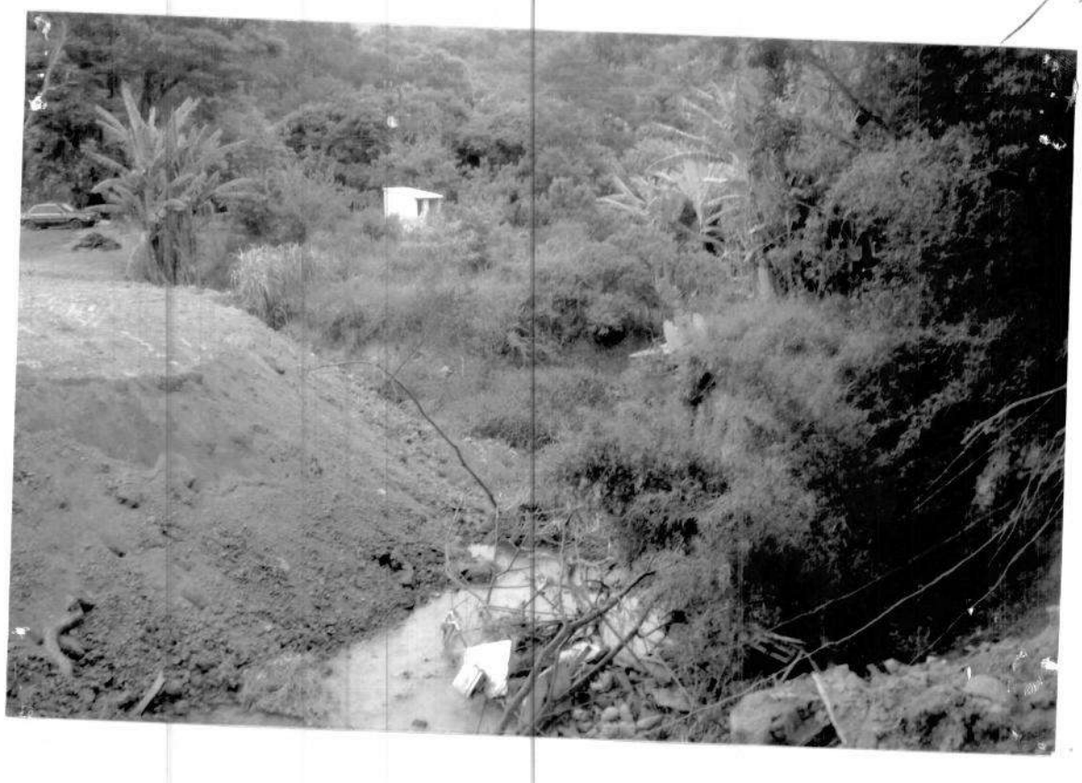
53/54

Fotos aterramento (docs 18 e 19)

53



54



Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303BF6.

55/56

Fotos aterramento (docs 20 e 21)

55



56



Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303BF6.

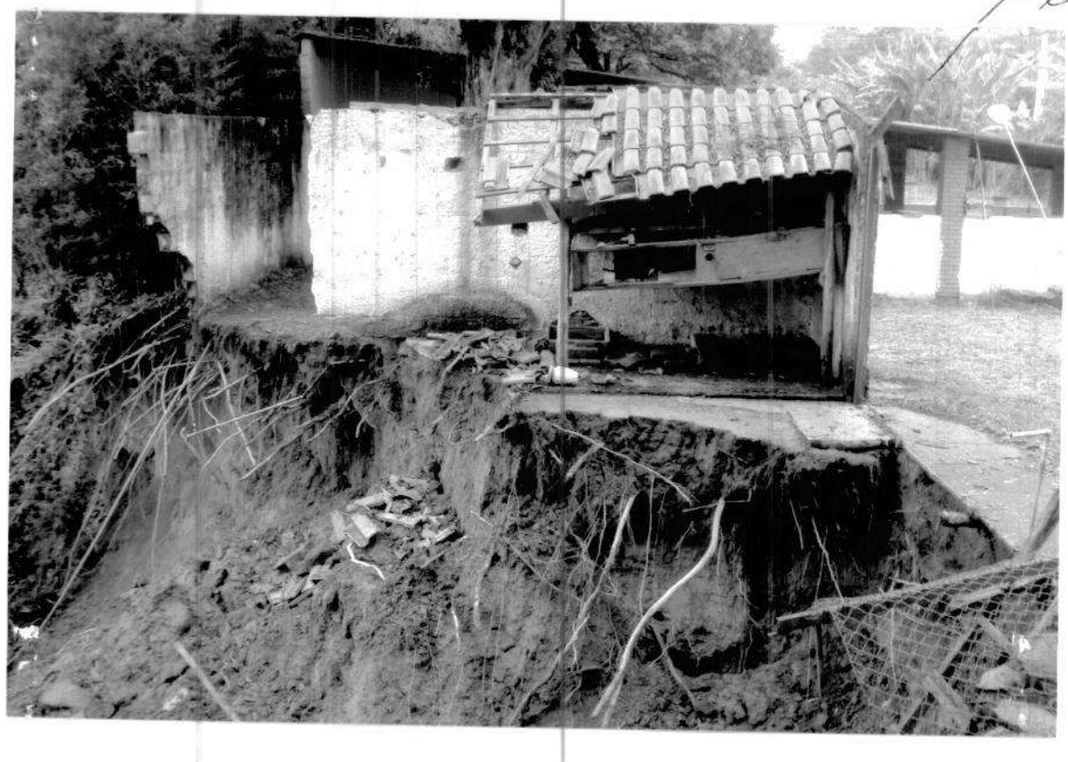
57/58

Fotos curral (doc 22 e 23)

57



58



Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303BF6.

Custas processuais

59

26/07/2011 BANCO DO BRASIL 13:53:58
594113242 0099
OUVIDORIA BB 0800 729 56 78

COMPROVANTE DE PAGAMENTO

CONVENIO: ARRECAD SAO PAULO-GARE-DR
BANCO: 001-BANCO DO BRASIL
DATA DO PAGAMENTO 26/07/2011
DATA DO VENCIMENTO 26/07/2011
COD RECEITA 304.9
CPF/CNPJ 27484962805
VALOR RECEITA 10,90
VALOR TOTAL 10,90

AUTENTICACAO DIGITAL
RPZ8UR00 6DRXLZX7 H00008HP D0001YCR
29LKK9N2 51Y31N32 AUTN46FG E5EGRRYJ

COMPROVANTE APROVADO CONFORME PROCESSO SF-38-90/8843/2001, EM CONFORMIDADE COM AS PORTARIAS CAT98 DE 04/12/1997 E CAT60/2002-SEFAZ-SP.

NR.AUTENTICACAO 6.EE6.7CD.352.E17.FFC
**** 1A VIA ****

59/60

60

26/07/2011 BANCO DO BRASIL 12:54:36
594113242 0100
OUVIDORIA BB 0800 729 56 78

COMPROVANTE DE PAGAMENTO

CONVENIO: ARRECAD SAO PAULO GARE DR
BANCO: 001-BANCO DO BRASIL
DATA DO PAGAMENTO 26/07/2011
DATA DO VENCIMENTO 26/07/2011
COD RECEITA 230,6
CPF/CNPJ 27484962805
VALOR RECEITA 538,00
VALOR TOTAL 538,00

AUTENTICACAO DIGITAL
RPZ8T800 6DRXLZX2 H000E4A6 2H001YC0
6G08FQNZ XG5L31MU 6X1KUAKH DD71D7U

COMPROVANTE APROVADO CONFORME PROCESSO SF-38-90/8843/2001, EM CONFORMIDADE COM AS PORTARIAS CAT98 DE 04/12/1997 E CAT60/2002-SEFAZ-SP.

NR.AUTENTICACAO 6.A80.D00.8AA.774.B1A
**** 1A VIA ****

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303BF6.

61

Citação oficial de justiça

61

26/07/2011 BANCO DO BRASIL 13:55:56
594113242 0101
OUVIDORIA BB 0800 729 5678

COMPROVANTE DE DEPOSITO EM CONTA CORRENTE
EM DINHEIRO

CLIENTE: 1242 4 C DE O DE JUSTICA
AGENCIA: 6554-4 CONTA: 950.001 4

DATA 26/07/2011
VALOR DINHEIRO 25,00
VALOR TOTAL 25,00

IDENTIFICADOR 1: 27.484.962.805

NR.AUTENTICACAO C.071.D3B.F20.B4C.350

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303BF6.

62

C O N C L U S Ã O

Faço estes autos conclusos ao Excelentíssimo Senhor Doutor **MARCOS COSME PORTO**, MM. Dr. Juiz Direito Titular desta Vara. Atibaia, 02 de agosto de 2011. Eu,_____ Escrevente, subscrevo.

Proc. nº 1527/11

Acrescente-se aos autos da contestação.

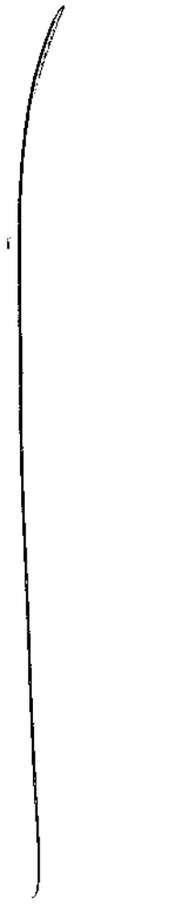
O pedido de tutela antecipada será melhor apreciado após a contestação, observando-se que os riscos indicados pelo perito estão ligados ao período de chuvas.

Cite-se.

Int. 2.8.11

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303BF6.

DATA
02 AGO 2011
recebi estes autos em cartório



Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303BF6.

63
f

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Juízo de Direito da 1ª. Vara Cível da Comarca de Atibaia

Rua Dr. José Roberto Paim, 99 - Parque dos Coqueiros- Atibaia/SP - CEP: 12945-007

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Processo nº: **048.01.2011.010369-9/000000-000** Ordem nº: **1527/2011**
Oficial de Justiça: MARCELO
Guia nº (...)B4C.350 – R$ 25,00

Ação: **Procedimento Ordinário (em geral)**
Requerente: **GABRIELE BARALDI**
Requerido: **RAUL DONATO MENDES**

MANDADO DE CITAÇÃO

O MM. Juiz de Direito da 1ª. Vara Cível da Comarca de Atibaia, Estado de São Paulo, Dr. MARCOS COSME PORTO, na forma da lei,

MANDA a qualquer Oficial de Justiça de sua jurisdição que, em cumprimento ao presente, expedido nos autos da ação em epígrafe, proceda à

CITAÇÃO do requerido: **RAUL DONATO MENDES, brasileiro, solteiro, floricultor, RG 27.233.858-8 e CPF 252.972.718-00,** com endereço na ***Rua Anice Cury Sabag, 123, Jardim Shangri-lá, Bairro Ribeirão dos Porcos, Atibaia-SP, CEP 12948-022,*** para responder aos atos e termos da ação proposta, conforme cópia da petição inicial que segue anexa e de acordo com o seguinte despacho: "Apensem-se aos autos da cautelar. O pedido de tutela antecipada será melhor apreciado após a contestação, observando-se que os riscos indicados pelo perito estão ligados ao período de chuvas. Cite-se. Int. (a) Dr. Marcos Cosme Porto – Juiz de Direito".

PRAZO PARA DEFESA: 15 (quinze) dias.

ADVERTÊNCIA: Nos termos do artigo 285 do Código de Processo Civil, não sendo contestada a ação, presumir-se-ão aceitos pelo(a) requerido(a) como verdadeiros os fatos articulados pelo(a)(s) requerente(s).

CUMPRA-SE observadas as formalidades legais. Em Atibaia, Estado de São Paulo, aos 09 de agosto de 2011. Eu,_____ (HÉLIO FERNANDO CLOSEL), Escrevente, digitei e providenciei a impressão. Eu,_____ (PEDRO DONIZETTI SIMÕES), Diretor, conferi e assino por ordem do(a) MM. Juiz(a) de Direito.

PEDRO DONIZETTI SIMÕES
Escrivão Diretor

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303BF6.

64

C E R T I D Ã O – REMESSA/PUBLICAÇÃO

Certifico e dou fé que o despacho/providência mencionado(a) no recorte abaixo estará disponibilizado(a) no Diário da Justiça Eletrônico em 12/08/11. Considera-se a data da PUBLICAÇÃO o primeiro dia útil subseqüente à data acima mencionada (15/08/11). O prazo terá início em 16/08/11.

At., 11 de agosto de 2.011.

Escrevente / 1º. Ofício Cível

048.01.2011.010369-9/000000-000 - nº ordem 1527/2011 - Procedimento Ordinário (em geral) - GABRIELE BARALDI X RAUL DONATO MENDES - Fls. 62 - Apensem-se aos autos da cautelar. O pedido de tutela antecipada será melhor apreciado após a contestação, observando-se que os riscos indicados pelo perito estão ligados ao período de chuvas. Cite-se. Int. - ADV MELISSA YUMI KOGA BARALDI OAB/SP 211408

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303BF6.

65

Processo nº 1527/11

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que, de conformidade com a O.S. 02/93 deste Juízo, os processos não podem ficar mais de 30 (trinta) dias paralisados em cartório, desta feita, **CIENTIFIQUEI** o (a) Sr (a). MARCELO, Oficial de Justiça, da necessidade de devolver o mandado e/ou solicitar mais prazo para cumprimento.

Atibaia, 2 de dezembro de 2011.

Hélio Fernando Closel
escrevente

02/12/2011

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303BF6.

JUNTADA

Em ***14 de dezembro de 2011,*** faço a juntada a estes autos o (s) documento (s) adiante assinalado (s)

( ) a petição e documentos que a instruem;
(X) o mandado;
( ) o A.R.;
( ) o ofício (s);
( ) a Carta Precatória;
( ) a guia;
( ) _____

Ana Carolina G. Baumann
Escrevente Técnico Judiciário
Matrícula n.º 355.238-A - TJ

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303BF6.

2045-87
11/8/11

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Juízo de Direito da 1ª. Vara Cível da Comarca de Atibaia
Rua Dr. José Roberto Paim, 99 - Parque dos Coqueiros- Atibaia/SP - CEP: 12945-007
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

67

Processo nº: **048.01.2011.010369-9/000000-000** Ordem nº: **1527/2011**
Oficial de Justiça: MARCELO
Guia nº (...)B4C.350 – R$ 25,00

Ação: **Procedimento Ordinário (em geral)**
Requerente: **GABRIELE BARALDI**
Requerido: **RAUL DONATO MENDES**

MANDADO DE CITAÇÃO

O MM. Juiz de Direito da 1ª. Vara Cível da Comarca de Atibaia, Estado de São Paulo, Dr. MARCOS COSME PORTO, na forma da lei,

MANDA a qualquer Oficial de Justiça de sua jurisdição que, em cumprimento ao presente, expedido nos autos da ação em epígrafe, proceda à

CITAÇÃO do requerido: **RAUL DONATO MENDES, brasileiro, solteiro, floricultor, RG 27.233.858-8 e CPF 252.972.718-00,** com endereço na ***Rua Anice Cury Sabag, 123, Jardim Shangri-lá, Bairro Ribeirão dos Porcos, Atibaia-SP, CEP 12948-022,*** para responder aos atos e termos da ação proposta, conforme cópia da petição inicial que segue anexa e de acordo com o seguinte despacho: "Apensem-se aos autos da cautelar. O pedido de tutela antecipada será melhor apreciado após a contestação, observando-se que os riscos indicados pelo perito estão ligados ao período de chuvas. Cite-se. Int. (a) Dr. Marcos Cosme Porto – Juiz de Direito".

PRAZO PARA DEFESA: 15 (quinze) dias.

ADVERTÊNCIA: Nos termos do artigo 285 do Código de Processo Civil, não sendo contestada a ação, presumir-se-ão aceitos pelo(a) requerido(a) como verdadeiros os fatos articulados pelo(a)(s) requerente(s).

CUMPRA-SE, observadas as formalidades legais. Em Atibaia, Estado de São Paulo, aos 09 de agosto de 2011. Eu,_____ (HÉLIO FERNANDO CLOSEL), Escrevente, digitei e providenciei a impressão. Eu,_____ (PEDRO DONIZETTI SIMÕES), Diretor, conferi e assino por ordem do(a) MM. Juiz(a) de Direito.

PEDRO DONIZETTI SIMÕES
Escrivão Diretor

Raul Donato Mendes

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303BF6.

68

1ª VARA CÍVEL DE ATIBAIA SP

PROC. ORDEM Nº: 1527/11*
Reqdo: Raul Donato Mendes
Ação: Ordinário..
Endereço diligenciado: Rua Anice Cury Sabag, 123, Jd. Shangrila, nesta.

CERTIDÃO

Certifico, eu, Oficial de Justiça infra-assinado que em cumprimento ao p. mandado diligenciei ao endereço supramencionado em tres oportunidades, logrando encontrar o reqdo. em tela no final da tarde do dia 02/12 (sexta feira), e desta feita, aí sendo **citei, intimei e cientifiquei** Raul[1] Donato Mendes do inteiro teor do presente mandado que lhe li, de tudo ficou bem ciente, aceitou a contrafé que lhe ofereci e exarou o seu ciente no presente. O referido é verdade e dou fé. Atibaia, 05 de dezembro de 2011.

Marcelo
Oficial de Justiça

Carga nº.: 2045/87//11**
Condução guia nº B4C.350 bb.**

B4C350 BJ.00

13 DEZ 2011

[1] Res. 4411-2926 e 7442-1974** (so final de tarde de sexta-feira)

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303BF6.

69

JUNTADA

Em 09 JAN 2012 de

este autos CONTESTAÇÃO

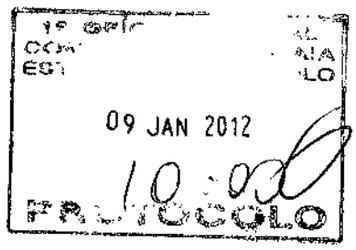
que segue(m)

Bser oà

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303BF6.

70

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA ***1ª. VARA CÍVEL*** DA COMARCA DE ***ATIBAIA*** – SP.



TJSP 048 ATA 19122011023 1DV- 01 0100628-00

Proc. 048.01.2011.010369-9/000000-000 – ordem 1527/2011
Requerente: Espólio de Gabriele Baraldi
Requerido: Raul Donato Mendes

RAUL DONATO MENDES, brasileiro, solteiro, trabalhador rural, RG. 27.233.858-8 SSP/SP, e CPF 252.972.718-00, com endereço para receber intimações na Rua Anice Cury Sabag – 123 – Jardim Shangri-lá, Bairro Ribeirão dos Porcos – Atibaia – SP., vem respeitosamente a presença de Vossa Excelência, por sua advogada adiante assinado, apresentar CONTESTAÇÃO, nos autos em questão.

DA PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE DE PARTE

A autora impetrou em face do Requerido Ação de Obrigação de Fazer cumulada com pedido de tutela antecipada e pedido de indenização por danos materiais sofridos em sua propriedade em razão das fortes chuvas ocorridas em janeiro de 2011, que destruiu parcialmente construções existentes no local, pretendendo imputá-lo também responsabilidade sobre o desvio de um córrego existente em suas divisas. Pede a reversão do rio e demais requerimentos.

Preliminarmente pede pelo indeferimento da inicial, por lhe faltar um dos requisitos a ação:

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.

71

Art. 295 do CPC: A petição inicial será indeferida:
I –
II- quando a parte for manifestamente ilegítima;

Conforme explanação a seguir, restará comprovada a ilegitimidade de parte no feito:

1- Às fls. 146, 1°. Parágrafo, o Laudo Pericial, elaborado nos autos 2057/10 de Produção antecipada de provas, tramitado neste cartório, ***identifica*** como responsável pelo desvio do curso do rio existente em área de divisa dos imóveis das partes o proprietário anterior; e às fls. 137, último parágrafo do mesmo laudo consta que tal desvio se deu ***antes de 2005.*** Desta forma, no mínimo por economia processual, e em razão de conhecimento dos fatos, deveria ser ele a parte legítima para responder a presente ação.

2- O Requerido adquiriu o imóvel em 11 de julho de 2008 e sequer conhecia a existência do desvio do curso do rio.

3- Além disso, o item 3 da inicial do citado processo dá conta de que houve ***concordância de GABRIELE BARALDI*** (cópia anexa) com o desvio do rio. Mesma informação foi dada pelo proprietário anterior, JOSÉ FORTUNA, que oportunamente, comprovará tal assertiva.

Nessa hipótese, torna-se a autora responsável pelos resultados deste ato, posto que, como esposa de Gabriele Baraldi, era tão responsável quanto os demais no desvio do curso do rio, cabendo em tese, nesta ação, uma Reconvenção.

4- O citado Laudo Pericial demonstrou e a autora confirma que os danos causados no seu imóvel se deram em razão das fortes chuvas ocorridas em 10 de janeiro de 2011, e que, após o desvio do rio, suas construções ficaram em área de preservação permanente.

5- A resolução do CONAMA sob nr. 303, de 20/03/2002 , dispõe sobre parâmetros, definições e limites de Área de Preservação Permanente, em seu art. 3°., item I alínea a, que é de 30 metros para o curso d' água com menos de 10 metros de largura.

- Ora Exa.! Havendo concordância do esposo da Requerente, e por conseqüência também a dela, no desvio do curso do rio; observando-se a orientação do Conama que já no ano de 2002, determina que as construções teriam que estar a pelo menos 30 metros da área de APP, demonstrando a imprudência da autora em mantê-las, e porque não

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.

72

dizer, a configuração de crime ambiental por parte daquela; e de que o desvio do rio se deu pelo proprietário anterior, conclui-se que:

- A atitude da autora em impetrar o presente vislumbra a sua má fé, de forma dolosa, já que planejou, (fazendo denúncias aos órgãos públicos e impetrando produção antecipada de provas), quando poderia, ter contatado o requerido e os proprietários anteriores, na forma amigável para solucionar o problema existente. Ao invés disso, pretende a qualquer custo, ver reparado o seu prejuízo do qual ela é também responsável -

Além disso, a mesma chuva que causou o transbordamento do rio, resultou em grande prejuízo ao Requerido, mas nem por isso recorreu à Justiça, impondo a inocentes a reparação pelos danos sofridos.

Diante disso, não é o Requerido parte legítima no feito, e por tal razão deverá ser extinto sem o julgamento do mérito.

DOS FATOS

O Requerido adquiriu o imóvel em 11 de julho de 2008, e a perícia(fls 137 dos autos de produção antecipada de provas) demonstra que o desvio do rio se deu antes de 2005.

Por ocasião das chuvas, o Requerido solicitou Vistoria pela Polícia Ambiental, que juntamente com o SR. FERNANDO PROTA, como integrante da defesa Civil, autorizou a realização de obras emergenciais, conforme cópia do Boletim Ambiental anexo.

A Requerente no curso do processo de produção antecipada de provas, de forma mentirosa, alegou que o Requerido utilizava-se de máquinas para causar-lhe ainda mais prejuízos....

"Data vênia" e lamentavelmente, a autora é mentirosa, dissimulada e vingativa, e o que é pior, desrespeita todas as regras de boa vizinhança e vem alimentando um ambiente hostil para com o seu vizinho.

Não há que se falar em responsabilidade de terceiros para com a autora posto que ela própria desobedeceu a Lei mantendo construções em áreas de preservação permanente, desta forma, ela é responsável pelos danos sofridos.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.

73

A atitude da autora em tentar culpar um inocente, é descabida. Ela assumiu os riscos ao manter as construções em APP, e inclusive confirma na inicial, "***que uma forte chuva causou os desmoronamentos do muro....***"

Sabendo-se que não pode cobrar do meio ambiente, que lhe deu uma punição, imputa a um inocente uma culpa que lhe é própria.

DOS FATOS ALEGADOS PELA AUTORA:

É verdadeira a assertiva de que as fortes chuvas causaram danos, não só para autora, mas também houve grandes prejuízos para o Requerido.

É mentirosa a assertiva de que o Requerido fez o desvio do rio assim como de que ele é o causador do desmoronamento.

Se realmente a autora quisesse evitar o prejuízo deveria ter construído o muro, o galinheiro, o curral ou qualquer outra benfeitoria distante de trinta metros da margem, conforme determina a resolução do Conama nr. 303, de 20 e março de 2002, citada por ela na inicial e inclusive pelo perito em seu relatório, para que os danos não se repitam.

Ou seja: é de total responsabilidade da autora os danos sofridos em seu imóvel, já que foi imprudente em manter as edificações em ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE.

Diz a autora que o Requerido jamais poderia ter feito tal alteração no rio, e que ele está sendo objeto de representação ambiental, ***(o que se diga de passagem, representação feita pela autora)***, novamente de forma mentirosa, e que certamente após as provas apresentadas ao Ministério Público haverá decisão favorável ao Requerido. (Inquérito Civil nr. 302/11).

Ressalta-se neste ato que mesmo não tendo sido o Requerido o responsável pelo desvio do curso do rio, ele, obedecendo as formalidades legais, está regularizando sua área junto aos órgãos ambientais, conforme demonstra requerimento ao DAEE e demais documentos probatórios vinculados.

Também é importante ressaltar que já foi homologado pelo Ministério Público o arquivamento do inquérito Civil RU n. 20/10-MA demonstrando que o Requerido não foge às suas responsabilidades.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.

74

DO DANO MATERIAL E DA RESPONSABILIDADE OBJETIVA

Concorda o Requerido que todos que cometem ato ilícito e causar dano a outrem fica obrigado a repará-lo; porém, desde que comprovada sua autoria.

Ratificando: o requerido em nenhum momento causou dano a autora, mas por outro lado é a autora é quem vem lhe causando danos materiais e morais.

No caso em tela, não há que se falar em responsabilidade de terceiros para com a autora quando se constata que ela descumpriu a lei ao manter suas construções em área de preservação permanente.

DO DIREITO DE VIZINHANÇA ALEGADO PELA AUTORA

Ao adquirir o imóvel em julho de 2008, já havia o desvio do rio, e também esta é a situação atual do imóvel do autor.

O Laudo pericial demonstra claramente a inocência do réu quanto a autoria do desvio do Rio, e de que os danos causados no imóvel da autora se deram em função das fortes chuvas. Por outro lado não resta dúvida da participação da autora no mesmo evento ao manter construções em área de preservação permanente.

Fica difícil compreender porque a autora insiste em que o Requerido "empurrou" o rio se ele sequer conhecia a existência de seu desvio.

Por outro lado resta clara a má fé da autora no presente feito devendo ser responsabilizada por tal.

Há de se repetir neste ato o redigido pela autora em dos seus argumentos que se enquadra perfeitamente no direito do requerido:

"Portanto, define-se o uso da propriedade conforme prevê o art. 1228 do C.C. privilegiando sua função social com efetivo interesse do proprietário ou a sua comodidade e, nunca sendo utilizada como instrumento de vingança, capricho ou com o fito de perturbar ou causar dano a outrem". (Grifo nosso)

O fato é que a senhora ANNITA HERMINE BARALDI, vem causando muita perturbação e danos ao Requerido.

Se houve aterramento de parte do córrego, após as chuvas, isto se deu sob orientação dos órgãos ambientais, como forma de evitar danos maiores. (cópia de Boletim ambiental).

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.

75

E o Laudo pericial orienta a autora no sentido de que não se faça edificações em desobediência à Lei ambiental, portanto cabe a ela fazer a sua parte. E em havendo pendências junto ao requerido que se faça de uma forma amistosa, para preservar o bom convívio entre vizinhos. Mas ao que se apresenta, não é esta a intenção da autora.

Pretende ainda a autora a reversão do curso do rio; o que certamente é inviável, tendo que se submeter à apreciação ambiental, assim como assumir os custos resultantes do evento.

Repetindo: o réu não fez o desvio do rio. Ele adquiriu o imóvel com o rio já desviado.....

Diz ainda a autora que o réu "empurrou" o curso do rio para junto do muro para ganhar proveito da área e poder fazer uma piscina e quadra de esportes: a piscina foi construída em área permitida em Lei e a quadra de esportes *não existe*.

"Data venia", ao que se apresenta a autora não LEU o laudo pericial contratado por ela.

Quanto aos procedimentos de regularização da área, já estão sendo feitos e o requerido está aguardando a outorga pelo órgão competente.

DO PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA

Não cabe a tutela antecipada, pois não preenche os requisitos da Lei. Além disso, autora e réu sofreram danos em razão das fortes chuvas.

Quanto ao receio de difícil reparação, junta aos autos, documentos suficientes para demonstrar que o requerido está fazendo o que determina a Lei para cumprir a sua parte. Porquanto a autora, infringe a Lei ambiental mantendo suas construções em área de APP, invoca a justiça de forma desnecessária e incomoda o seu vizinho.

DOS PEDIDOS

Ante o exposto, requer:

- O indeferimento da inicial ante a ilegitimidade de parte com a extinção do feito sem julgamento do mérito, posto que o laudo pericial demonstrou que o responsável pelo desvio do rio é o proprietário anterior e pelo fato dos danos causados tanto à autora quanto ao requerido serem ocasionados por fenômenos da natureza.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.

76

- Ante a impossibilidade do indeferimento da preliminar argüida, sejam citados os proprietários anteriores, para que respondam de forma solidária no presente feito.

- O benefício da justiça gratuita, pois apesar de haver um imóvel em seu nome, não possui rendimentos fixos; portanto, pobre no sentido interpretativo da Lei.

- A condenação da autora às custas e honorários advocatícios.

- A improcedência do pedido de reversão do Rio, com base na legislação ambiental vigente e porque já existe um pedido de regulamentação junto ao DAEE.

- A improcedência de perícia ambiental, em razão de já haver documentação suficiente para esclarecimentos dos fatos.

- A improcedência total do pedido descrito no item 7 da inicial, posto que descabida no presente feito.

- A improcedência do pedido de citação aos órgãos ambientais, posto que, para o caso, seria intimação dos atos do processo, e também porque o estudo de adequação da situação atual já foi providenciado.

- Seja instaurado Inquérito Civil para que a autora responda por manter construções em área de preservação permanente, apesar de conhecer a resolução do conama nr. 303, conforme inicial.

- Protesta provar o alegado por todos os meios em Lei admitidos.

- A improcedência total do pedido ante a ilegitimidade de parte.

Termos em que,
Pede deferimento.

Atibaia, 13 de dezembro de 2011.

DUENES DO CARMO SILVA
OAB/SP. 209712

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.

77

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: RAUL DONATO MENDES, brasileiro, solteiro, trabalhador rural, portador do RG. 27.233.858-8-SSP/SP., e CPF 252.972.718-00, residente e domiciliado na Rua Anice Curi Sabbag – 123 – Jardim Shangri-lá - Bairro Ribeirão dos Porcos – Cep 12948-022 – **ATIBAIA – SP.**

OUTORGADA : DUENES DO CARMO SILVA, brasileira, casada, advogada regularmente inscrita na OAB/SP., sob nr. 209712-b, por transferência de outra Seccional, RG. 11.890.511-9 e CPF 011.831.558-75, com endereço na Praça Manuel Dias Henrique – nr. 9 – casa 10 – Bairro Canindé – cep 03030-080 – **SÃO PAULO – SP.,** telefone (11) 3624-5922, celular (11) 9338-5922, "e-mail": duenes_adv@hotmail.com.

PODERES GERAIS: para representá-lo no foro em geral, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações competentes e defendê-lo nas contrárias, seguindo umas e outras, até final decisão, usando os recursos legais, acompanhando-os, conferindo-lhe ainda, poderes para receber e dar quitação, concordar e discordar, firmar compromissos, desistir da ação, conforme assegura o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil, podendo ainda, substabelecer esta, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso.

PODERES ESPECÍFICOS: para representá-lo na AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER, EM CURSO NA 1ª. VARA CÍVEL DESTA COMARCA SOB NR. 1527/2011.

Atibaia, 13 de dezembro de 2011.

Raul Donato Mendes

RAUL DONATO MENDES

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS E ANEXOS DA COMARCA DE ATIBAIA - SP

Maria do Carmo de Rezende Campos Couto

OFICIAL

78

Folha 01 de 02.

LIVRO Nº 2 - REGISTRO GERAL

REGISTRO DE IMÓVEIS

ATIBAIA - Estado de São Paulo

MATRÍCULA	FICHA
93.959	01

IMÓVEL:- Gleba 1, com a área total de 42.115,19 metros quadrados, denominado "Sítio Primavera", e que corresponde à parte do terreno que originariamente era composto de três quinhões distintos, mas anexos formando um só todo, correspondente as glebas 1, 3, 4, 5 e 6, situado no Bairro do Itapetinga, zona rural do Município e Comarca de Atibaia-SP, localizado na margem direita da Estrada Municipal do Mackenzie, sentido de quem do imóvel vai a Rodovia Fernão Dias e a cidade de Atibaia, contendo casa sede do imóvel, casa de empregado, ambas de tijolos e telhas, pomar e pequenas benfeitorias, compreendida dentro das seguintes medidas, divisas e confrontações: "Tem início no marco 01, situado na margem direita da Estrada Municipal do Mackenzie, sentido de quem do imóvel vai a Rodovia Fernão Dias e a cidade de Atibaia, numa ponte sobre um pequeno córrego, onde confronta com o imóvel objeto da Matrícula 768, de propriedade ALBERTO CARDOSO DE ALMEIDA e sua esposa HANNE BARB HERLINDE HINDERBERGER CARDOSO DE ALMEIDA; deste ponto abandonando a estrada, segue por cerca e alambrado, com esta confrontação com os seguintes azimutes e distâncias: 7º37'58" e distância de 56,04 metros até o marco 2; 21º15'18" e distância de 14,36 metros até o marco 03; 48º14'03" e distância de 35,26 metros até o marco 4; 40º06'44" e distância de 27,04 metros até o marco 5; cravado num canto de cerca de arame, no vértice formado com a divisa do imóvel objeto da Matrícula 49952, denominado Gleba B, de propriedade de GABRIELE BARALDI e s/m ANNITA BARALDI e de ORLANDO GENARO e s/m ANNA MOLEZININI GENARO; deste ponto deflete à direita e segue, por muro, com esta confrontação, com os seguintes azimutes e distâncias: 141º41'26" e distância de 103,53 metros até o marco 6; 147º51'08" e distância de 49,38 metros até o marco 7, no canto do muro e alinhamento de uma cerca de arame; deste ponto segue, por cerca de arame, com a mesma confrontação, com os seguintes azimutes e distâncias: 148º55'00" e distância de 60,23 metros até o marco 8; 156º50'03" e distância de 38,00 metros até o marco 9; 194º39'45" e distância de 23,60 metros até o marco 10; 163º29'52" e distância de 25,91 metros até o marco 11; vértice formado com a divisa do imóvel objeto da Matrícula 49951, denominado Gleba A, de propriedade de MOYSES ALBANO NUNES E S/M NEIDE BRAVO NUNES, ALTINO LUIZ DE

CONTINUA NO VERSO ...

José Roberto Amaral Lemos
Escrevente Autorizado

Rua Benedito de Almeida Bueno, 457 - Centro - Atibaia/SP - CEP: 12940-660
Fone: (11) 4414-0600 - Fax: (11) 4414-0602 - e-mail: riatibaia@gmail.com

QUALQUER ADULTERAÇÃO, RASURA OU EMENDA, INVALIDA ESTE DOCUMENTO

Prot.: 94805 - Mat.: 93959

Certidão expedida em 06/11/2014 às 09:47
Oficial de Registro de Imóveis e Anexos
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por 3974 e LOURDES ROSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47.

MATRÍCULA 93.959 | FICHA 01 VERSO

CAMPOS PINHEIRO E S/M CARMEM ASSUNTA CANDIDO DE FARIA CAMPOS PINHEIRO E ELDA GENARO; deste ponto segue, ainda, por cerca de arame, com esta confrontação, com os seguintes azimutes e distâncias: 158º51'09" e distância de 29,94 metros até o marco 12; 183º13'18" e distância de 18,40 metros até o marco 13; 223º25'53" e distância de 26,79 metros até o marco 14; 192º47'39" e distância de 27,74 metros até o marco 15; 182º50'11" e distância de 18,27 metros até o marco 16; 226º51'07" e distância de 47,79 metros até o marco 19; cravado numa ponte sob um córrego e margem de uma Estrada Municipal que do bairro vai a Rodovia Fernão Dias e a esta cidade de Atibaia; deste ponto deflete à direita e segue por cerca de arame, margeando a referida estrada sentido a Rodovia Fernão Dias e a esta cidade de Atibaia, com o azimute de 314º38'29" e distância de 64,76 metros até o marco 20, num ponto de curva, deste ponto deflete à direita e segue em curva de raio de 15,73 metros, desenvolvendo uma distância de 10,60 metros pela confluência desta estrada municipal com a Estrada Municipal do Mackenzie, até o marco 21, ponto de curva; deste ponto deflete a direita e segue margeando a Estrada Municipal do Mackenzie, por cerca de arame e alambrado, em direção à Rodovia Fernão Dias e a cidade de Atibaia, por uma distância de 258,34 metros até o marco 1, início dessa descrição.

INCRA: 634.018.000.809-5, área total 17,0 ha, mod. fiscal 16,0 ha, n. mod. fiscais 1,0625, fmp 2,0 ha, NIRF: 3.852.743-0

PROPRIETARIOS:- ORLANDO FEDERZONI, arquiteto, RG. 2.550.250-SSP/SP, CPF. 027.513.218-87 e sua esposa, com quem é casado pelo regime da comunhão de bens, antes da vigência da Lei 6.515/77, EUCELIA FEDERZONI, do lar, RG. 4.939.085-SSP/SP, CPF. 147.385.298-62, brasileiros, residentes e domiciliados na Estrada Mackenzie, 3.300, bairro do Itapetinga, nesta cidade; e JOSE FORTUNA, brasileiro, divorciado, eletricitário, RG. 11.377.404-7-SSP/SP, CPF. 804.346.308-53, residente e domiciliado na Travessa Ultima Cantiga, 29, Penha, São Paulo-SP, na proporção de 77,10% ao primeiro e de 22,90% ao segundo.

CONTINUA NA FICHA 02

José Roberto Amaral Zanoni
Escrevente Autorizado

José Roberto Amaral Zanoni
Escrevente Autorizado

Prot.: 94805 - Mat.: 93959

'QUALQUER ADULTERAÇÃO, RASURA OU EMENDA, INVALIDA ESTE DOCUMENTO'

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS E ANEXOS DA COMARCA DE ATIBAIA - SP

Maria do Carmo de Rezende Campos Couto
OFICIAL

Folha 02 de 02.

LIVRO Nº 2 - REGISTRO GERAL

REGISTRO DE IMÓVEIS
ATIBAIA - Estado de São Paulo

MATRÍCULA	FICHA
93.959	02

TITULO AQUISITIVO:- R.3 de 19/04/2000 e Av.6 (Retificação administrativa), desta data, na matrícula 54.559, livro 02 de registro geral.
Atibaia, 05 de outubro de 2007.
(Microfilme nº. 202.878 de 14/05/2007 - Rolo nº. 3.630).

João de Amarante Leite
Escrevente Autorizado

R.1/93.959 - PERMUTA - Pela escritura de permuta lavrada aos 25.10.2007, no 2º Tabelionato de Notas local, Lv. 822, fls. 364, os condôminos, ORLANDO FEDERZONI, e s/mulher EUCELIA FEDERZONI, já qualificados, transmitiram uma fração ideal de 77,10% do imóvel objeto desta matrícula a JOSÉ FORTUNA, RG: 11.377.404-7/SP, CPF: 804.346.308/53, brasileiro, divorciado, eletricitário, domiciliado e residente em São Paulo/SP, na Rua Togo, n. 405, apto. 02, Jardim Japão, Vila Maria, pelo preço de R$ 19.500,00, ficando desta forma proprietário da totalidade. Foram apresentados os seguintes documentos do imóvel: 1) Certificado de Cadastro de Imóvel Rural - CCIR 2003 - 2004 - 2005; 2) Certidão Negativa de Débitos de Imóvel Rural, NIRF: 3.852.743-0, emitida em 24.10.2007; e, 3) Recibo de Entrega da Declaração do ITR através do DIAC/DIAT 2007. Valor Venal R$ 25.978,00. Atibaia, 08 de novembro de 2007. O Escrevente Autorizado,

EMERSON LUÍS LADINI

(Protocolo 206258, de 01.11/Microfilme/Rolo 3653)

R.2 - 93.959 - VENDA E COMPRA - Por escritura Particular de venda e compra (art. 108 CCB), passada nesta cidade, em 11 de julho de 2008, o proprietário, JOSÉ FORTUNA (divorciado), já qualificado, atualmente domiciliado nesta cidade, na Rua Anice Cury Sabbag, 123, bairro do Ribeirão, transmitiu o imóvel desta matrícula a RAUL DONATO MENDES, RG. 27.233.858-8 SSP/SP., CPF/MF. 252.972.718-00, brasileiro, solteiro, maior, comerciante, domiciliado nesta cidade, na Estrada Municipal do Mackenzie, Sítio Primavera, bairro do Ribeirão, pelo preço de R$ 10.500,00. O comprador e os vendedores, em comum acordo, dispensaram a apresentação dos documentos enumerados no Decreto n. 93.240/86, inclusive as certidões fiscais e de feitos ajuizados, declarando

CONTINUA NO VERSO

José Roberto Amaral Ladini
Escrevente Autorizado

Prot.: 94805 - Mat.: 93959

Rua Benedito de Almeida Bueno, 457 - Centro - Atibaia/SP - CEP: 12940-660
Fone: (11) 4414-0600 - Fax: (11) 4414-0602 - e-mail: riatibaia@gmail.com

"QUALQUER ADULTERAÇÃO, RASURA OU EMENDA, INVALIDA ESTE DOCUMENTO"

Este documento é cópia do original, gerado por 09714508 LOURDES BARBOSA RAMOS, Oficial de Registro de Imóveis e Anexos, em 06/11/2014 às 09:47:14.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.

Folha 02v de 02.

MATRÍCULA 93.959 | FICHA 02 VERSO

expressamente e sob responsabilidade solidária, que tem pleno conhecimento da lei 11.382/06. Foi apresentada a comprovação da quitação do Imposto Territorial Rural, dos cinco últimos exercícios, através da Certidão de Regularidade Fiscal do Imóvel Rural, expedida pelo Ministerio da Fazenda Secretaria da Receita Federal, em 10/07/2008, com validade até 12/01/2009, nº. 84FA.5ADB.6569.4BA6, o DIAC/DIAT 2007 e o C.C.I.R. 2003/2004/2005 expedido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrario - MDA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agraria - INCRA, com recolhimento da taxa de serviços cadastrais, e guia de ISTBI no valor de R$ 210,00, devidamente autenticada. Atibaia, 22 de julho de 2008.
[Microfilme nº. 211.456 de 11/07/2008 - Rolo nº. 3.820].

Wagner Luis Constantino Veiani
Escrevente Autorizado

CERTIFICO E DOU FÉ, que a presente é reprodução autêntica da Matrícula nº 93959 do livro 2 de Registro Geral, extraída nos termos do artigo 19 da Lei 6.015/73.O imóvel tem sua situação com referência a alienações, constituições de ônus reais, de penhoras, arrestos e sequestros, citações de ações reais où pessoais reipersecutórias, integralmente noticiadas na presente fotocópia.
Esta certidão serve de filiação vintenária no caso de a matrícula ter sido aberta há mais de 20 anos.
Eu, José Roberto Amaral Zanoni, Escrevente Autorizado, conferi, e assinei a presente certidão.
Atibaia-SP, 29 de agosto de 2011.
Oficial R$ 20,83+Est. R$ 5,92+IPESP R$ 4,39+Reg. Civil R$ 1,10+Trib. Just. R$ 1,10 = R$ 33,34.

ESTA CERTIDÃO TEM PRAZO DE VALIDADE DE 30 DIAS PARA FINS DE LAVRATURA DE ATOS NOTARIAIS, NOS TERMOS DO ITEM "IV" DO ART. 1º DO DEC. 93.240 DE 09/09/86.

Prot.: 94805 - Mat.: 93959

'QUALQUER ADULTERAÇÃO, RASURA OU EMENDA, INVALIDA ESTE DOCUMENTO'

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.

Contesini e
Advogados Associados

Marcos Tadeu Contesini
Homero Benedicto Ottoni Netto (in memoriam)
Fábio José Oliveira Magro
Altevir Cunha
Lisângela A. Ferreira
Murilo Bacci Cavaleiro
André Menezes Bio
Franchesca T. de C. R. e Silva

João Paulo Silva Pinto Jr.
Iara Alves Cordeiro Pacheco
Amanda de Almeida Dias Peres
Marcela Abrantes de Aguiar
Gerson Washington Moreira
Rodrigo Goulart Pereira - est.
André Gustavo do A. M. Gomes - est.
Priscila Muckenberger - est.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA DA COMARCA DE ATIBAIA - SP.

O ESPÓLIO DE GABRIELLE **BARALDI**, neste ato representado pela viúva inventariante ANITA BARALDI, brasileira, residente na cidade de São Paulo vem, por seu advogado que esta subscreve, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, propor o presente pedido de **PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVAS** em face de RAUL DONATO MENDES, brasileiro, solteiro, maior, comerciante, residente nesta cidade de Atibaia, na Estrada Municipal Mackenzie, Sítio Primavera, Bairro Ribeirao, pelos motivos adiante aduzidos:

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.

Contesini e
Advogados Associados

Marcos Tadeu Contesini
Homero Benedicto Ottoni Netto (in memoriam)
Fábio José Oliveira Magro
Altevir Cunha
Lisângela A. Ferreira
Murilo Bacci Cavaleiro
André Menezes Bio
Franchesca T. de C. R. e Silva

João Paulo Silva Pinto Jr.
Iara Alves Cordeiro Pacheco
Amanda de Almeida Dias Peres
Marcela Abrantes de Aguiar
Gerson Washington Moreira
Rodrigo Goulart Pereira - est.
André Gustavo do A. M. Gomes - est.
Priscila Muckenberger - est.

81

do Registro de Imóveis da Comarca de Atibaia, assim descrito:

GLEBA B – com a área de 30.443 metros quadrados, desmembrada de imóvel maior composto da Fazenda Campo Grande, da Fazenda Sao Jacinto e pequenas glebas, localizada no Bairro do Itapetinga, zona rual deste município e Comarca de Atibaia – SP., compreendida pelas seguintes divisas e confrontaçoes : Pela frente confronta com a Gleba C de Fernando da Silva Filho e Manoel Gabriel Godet Henriques de Lima, e com a Gleba D, de propriedade de Abilio Fernando Macário, pelos fundos com propriedade de Joaquim Bueno de Aguiar, por uma lado com a gleba A, de Moyses Albano Nunes, Altino Luiz de Campos Pinheiro e Elda Genaro, e por outro lado com propriedae de Antonio Delpesco.

Trata-se, portanto, de uma propriedade rural onde foram erigidas de há muitos anos, um muro de divida que se distanciava muito do córrego lá existente, e, algumas construções, como estabulos, barracões etc.

2- Entretanto, em época não muito recente, o antigo proprietário da área pertencente hoje ao requerido, fez construir uma pequena barragem estendendo-a para mais próxima à propriedade do requerente, que antes de tal obra, se distanciava e, muito, do corrego conhecido como RIBEIRÃO DOS PORCOS.

3 – De tal acontecimento, foi informado o antigo proprietário Sr. Orlando Federzoni, que assim mesmo, inciou e terminou a obra de desvio do córrego, embora se nos parece, com a concordância do falecido dono.

4 – Tal obra resultou na apuração de vários danos, como trincas na parede lateral na junção da

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.

POLICIA MILITAR
DO
ESTADO DE SÃO PAULO

BOLETIM DE OCORRÊNCIA AMBIENTAL

TERMO CIRCUNSTANCIADO [ ]

DATA DE EMISSÃO	CÓDIGO DA OPM	NÚMERO DO BO
17/01/2011	1420	11013
HORA DA EMISSÃO	DATA DO FATO	HORA DO FATO
11:55	17/01/2011	13:20

NATUREZA DA OCORRÊNCIA	TIPO		ÁREA EM HECTARE
126-VISTORIA AMBIENTAL	FLORESTAL		0.0000
LOGRADOURO (AV,RUA,PRAÇA,ALAMEDA,ETC)	BAIRRO	SETOR	ÁREA
EST. DO MACKENZIE, 3000	RIBEIRAO DOS PORCOS	103	RURAL
MUNICÍPIO	LONGITUDE	LATITUDE	
ATIBAIA-SP	46° 33' 43.7 "	23° 10' 52.4 "	

CONDIÇÃO	NOME	RG	SSP	SEXO	DATA DE NASCIMENTO
TE	RENIL WILLIAN MENDES	26.178.503-5	SP	MASCULINO	06/20/1975

NOME DO PAI	NOME DA MÃE	NATURAL
JOSE MARIA MENDES	MARIA DE LOURDES MENDES	ATIBAIA

CUTIS	ESTADO CIVIL	PROFISSÃO	TELEFONE	DOC	NÚMERO
BRANCA	CASADO	LAVRADOR	9918-2365	CPF	252978918-50

ENDEREÇO (AV,RUA,PRAÇA,ALAMEDA,ETC)	CEP	BAIRRO	MUNICÍPIO
EST. DO MACKENZIE, 3000	12940-000	RIBEIRAO DOS PORCOS	ATIBAIA

VEÍ :

CONDIÇÃO	NOME	RG	SSP	SEXO	DATA DE NASCIMENTO

NOME DO PAI	NOME DA MÃE	NATURAL

CUTIS	ESTADO CIVIL	PROFISSÃO	TELEFONE	DOC	NÚMERO

ENDEREÇO (AV,RUA,PRAÇA,ALAMEDA,ETC)	CEP	BAIRRO	MUNICÍPIO

CONDIÇÃO	NOME	RG	SSP	SEXO	DATA DE NASCIMENTO

NOME DO PAI	NOME DA MÃE	NATURAL

CUTIS	ESTADO CIVIL	PROFISSÃO	TELEFONE	DOC	NÚMERO

ENDEREÇO (AV,RUA,PRAÇA,ALAMEDA,ETC)	CEP	BAIRRO	MUNICÍPIO

HISTÓRICO: GTEL1TARIA1141061610100000010000010000 EM ATIVIDADE DE PATRULHAMENTO RURAL, ESTA PATRULHA VEIO A ATENDER A FICHA DE MISSÃO N 06/1420/11, REFERENTE A DENUNCIA N 008/1420/11 E COMPARECEMOS AO LOCAL, SENDO CONSTATADO O COMEÇO DE ROMPIMENTO DE BARRAGEM, O PROPRIETARIO RECEBEU NO DIA 11/01/11 A FISCALIZA DO MEIO AMBIENTE DO MUNICIPIO DE ATIBAIA, O SR FERNANDO PROTA, COMO INTEGRANTE DA DEFESA CIVIL. ELABORANDO TERMO OCORRENCIA N 4179, REFERENTE A REFORÇAR A BARRAGEM, PELO MOTIVO DAS FORTES CHUVAS QUE OCASIONARAM EM DESLIZAMENTO PARCIAL DA BARRAGEM E DAS LATERAIS, PARA NAO TRAZER TRANSTORNO MAIOR COM MORADORES DO BAIRRO, FOI AUTORIZADO COM OBRAS EMERGENCIAIS, CONFORME ART. 4°, PARAGRAFO 3°, INCISO I. DA RES. CONAMA N 369/06.

SI

ELABORADOR	COMANDANTE DA PTR	VIATURA	ASSINATURA
CB PM 812999-1 TOZETTO		A-01407	
AUXILIARES			
SD 1C PM 893009-A GERALDO			

ATIBAIA-SP, 19 DE JANEIRO DE 2011 (S 0450 - Extrato do BOA)

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.

ANEXO I

83

REQUERIMENTO DE DISPENSA DE OUTORGA DE RECURSOS HÍDRICOS

AO DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA – DAEE

FICHA CADASTRAL

1. IDENTIFICAÇÃO DO USUÁRIO / REQUERENTE

Nome/razão social			
RAUL DONATO MENDES			
Nome fantasia			CPF/CNPJ
n/tem			252.972.718-00
Endereço			Complemento
RUA ANICE CURY SABBAG, N.°123			
Bairro/distrito	Município		CEP
JARDIM CHANGRILA	ATIBAIA		12948-022
Caixa postal	Fone	Fax	
n/tem	(11) 4411-29-26	( )	

2. LOCALIZAÇÃO E FINALIDADE DO USO INTERFERÊNCIA

Endereço		
ESTRADA DO MAKENZIE S/N.(ao lado do Radio Observatorio)		
Bairro/distrito	Município	CEP
ITAPETINGA	ATIBAIA	12940-000
Finalidade		
USO RURAL		

Requerimento de Outorga
Protocolo DAEE/BMT/BMAT Nº 413 /2011
Data: 27 /09 /2011. **Hora:** 14 h 39 min.
Recebido

3. TIPOS DE USOS E INTERFERÊNCIAS NOS RECURSOS HÍDRICOS

ASSINALAR COM X OS TIPOS DE USOS/INTERFERÊNCIAS			QUANTIDADE
☒	Captação de água	superficial	2
		subterrânea	--
☒	Reservatório de acumulação	sem captação	1
		com captação	--
☐	Lançamento de efluente	curso d'água	--
		fossa séptica	--
		solo	--
		rede	--

ESTE DOCUMENTO NÃO VALE COMO OUTORGA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.

4. INFORMAÇÕES TÉCNICAS DO USO /INTERFERÊNCIA

[daee1] Comentário: Imprim. este documento no verso do Anexo I - frente.

4.1. Captação de água superficial

Nome do curso d'água	Coordenadas UTM		MC	Volume captado (m3/dia)	Obra implantada (S/N)
	km N	km E			
SEM NOME	7.435,384	340,260	45	2,7	S
SEM NOME	7.435.127	340,708	45	0,9	S
--					

4.2. Captação de água subterrânea

Tipo de obra (1) / Aqüífero	Coordenadas UTM		MC	Volume extraído (m3/dia)	Obra implantada (S/N)
	km N	km E			
--					
--					
--					

(1) Cisterna / Poço manual / Poço Artesiano / Outros (especificar)

4.3. Reservatório de acumulação

Tipo de obra (2)	Captação (S/N)	Coordenadas UTM		MC	Reservatório		Obra impl. (S/N)
		km N	km E		Área (m^2)	Volume (m^3)	
Tanque Escavado	S	7.435,420	340,190	45	3.071,40	4.607	S
--							
--							

(2) Tanque escavado / Barramento / Outros (especificar)

4.4. Lançamento de efluente

Local do lançamento de efluente (3)	Coordenadas UTM		MC	Volume lançado (m^3/dia)	Obra implantada (S/N)
	km N	km E			
--					
--					
--					

(3) Curso d'água (obrigatório preencher todos os campos) / Fossa séptica / Solo / Rede / Outros (especificar)

Requeiro por este instrumento a DISPENSA da Outorga do Direito de Uso e/ou interferência nos Recursos Hídricos, conforme características descritas neste requerimento, de acordo com que estabelece a Lei Estadual 7.663/91 e o Artigo 1º do Decreto Estadual 41.258/96, com redação dada Decreto Estadual 50.667/06.

Termos em que,
P. Deferimento

Atibaia, 22 de setembro de 2011

Raul Donato Mendes
Assinatura do proprietário / requerente

Nome: RAUL DONATO MENDES
R.G.: 27.233.858-8 C.P.F.: 252.972.718-00

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.

84

Requerimento de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos

Ao Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE

Tipo: **Barramento**

1 - DADOS CADASTRAIS DO USUÁRIO/REQUERENTE — ANEXO XI

Nome/Razão Social: RAUL DONATO MENDES

Nome de Fantasia: ----X-----

CPF: 252.972.718-00 RG: 27.233.858-8

Atividade: Produtor Rural

Endereço p/ correspondência: RUA ANICE CURY SABBAG, N.° 123

Bairro: JARDIM CHANGRILA Município: ATIBAIA CEP 12.948-022

Fone: (11) 4411-29-26 Cel: 9918-23-65 e.mail: rdm@ig.com.br

CARACTERÍSTICAS DA OBRA

Novo **X** Regularização Desativação

2.1 - Localização do empreendimento

Endereço ESTRADA DO MAKENZIE S/N. ao lado do Radio Observatorio

Bairro/Distrito do ITAPETINGA Município: ATIBAIA

Nome da Propriedade SITIO PRIMAVERA - GLEBA 1

Requerimento de Outorga
Protocolo DAEE/BMT/BMAT N° 411 /2011
Data: 29 / 09 /2011. Hora: 14 h 33 min.
Recebido por:

2.2 - Dados da Obra / Serviço

Curso d'água: Córrego Sem Nome afluente à margem direita do Ribeirão dos Porcos

Bacia RIO ATIBAIA UGRHI 05

Coordenadas UTM: 7.435,450 Km N; 340,260 Km E; MC: 45°

Finalidade: Uso Rural para Irrigação e Paisagismo.

Área de drenagem da Bacia Hidrográfica: 4,828287 Km^2

ESTE DOCUMENTO NÃO VALE COMO OUTORGA

2.3 - Características da obra:

Vertedouro: Tipo: **Superficial / Seção retangular**

Largura útil **4,00m** ; Cota da Crista (arbitrária): **102,729**

Período de Retorno: T= **100 anos** Chuva **X** Cheia

Maciço: Tipo: TERRA

Altura Máxima **4,80 m** ; Largura da Crista **5,00** m

Inclinação talude de jusante. **1**(V) : **1,5**(H); Inclinação talude de montante. **1**(V) : **1.75**(H);

Comprimento da Crista **50m** ; Cota do Coroamento (arbitrário) **102,329** nível max. / água

Filtro: ☐ vertical + horizontal ☐ horizontal ☐ de pé de talude de jusante **X não tem**

2.4 - Caractarísticas da utilização:

Finalidade: U S O P A I S A G Í S T I C O

Reservatório: Volume Total **8.329,00m³**; Volume Útil **8.329,00** m^3

Cota NA_{normal} (arbitrária) **100,657** ; Cota $Na_{máx}$ (arbitrária) **102,329**

Área Inundada no NA_{normal} **5.552,39** m^2 ; Vazão Regularizável: **2,7** m^3/dia

Período de Retorno da Regularização: T= 100 anos

Vazão mínima para jusante: **Q7,10 = 0.018 m^3/ s**

Vazão média plurianual: **0,061 m^3/ s**

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.

2.5 - Tipo de Estrutura para descarga para jusante:

- **X** Não possui dispositivo hidráulico para descarga a jusante
- ☐ Tubulação/galeria de descarga de fundo com controle (válvula/comporta) a montante
- ☐ Tubulação/galeria de descarga de fundo com monge a montante
- ☐ Sifão com válvula de controle
- ☐ Sifão sem válvula de controle
- ☐ Outro: especificar: **Não Tem**

Responsabilizo-me, ~~solidariamente ao re~~querente , pelas informações no Quadro 2 deste requerimento.

Assinatura do ~~Responsável~~ Técnico

Nome: OSWALDO BARONE FILHO

CREA N.° 060167582-4

ART N.°

Requeiro por este instrumento, a outorga de direito de uso de recursos hídricos, conforme descrito neste requerimento, de acordo com o que estabelece a Lei Estadual 7663, de 30/12/91, e seu regulamento

Termos em que,

P. Deferimento

Atibaia, 22 de Setembro de 2011.

Assinatura Proprietário/Requerente

Nome: RAUL DONATO MENDES

RG: 27.233.858-8

CPF: 252.972.718-00

DOCUMENTOS ANEXOS A ESTE REQUERIMENTO:

OBS: **Preenchimento exclusivo do DAEE**

- ☐ Cópia do Protocolo de Entrada de Pedido ou do ARF do DEPRN
- ☐ Cópia da ART do Responsável Técnico
- ☐ Documento de Posse ou de cessão de uso da área da barragem e do reservatório
- ☐ Fotos da barragem, estruturas hidráulicas e reservatório, no cado de obra já existente
- ☐ Cópia do CPF e do RG (para pessoa Física), ou do cartão do CGC (para pessoa Jurídica).
- ☐ Planta da barragem e do reservatório p/ indicação dos proprietários ribeirinhos (duas vias)
- ☐ Comprovante de pagamento da taxa de Barramento.
- ☐ Planta da barragem mostrando os principais dispositivos (descarrega de fundo, vertedouro, etc.) (duas vias)

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.

85
1

Requerimento de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos

Ao Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE

Tipo: **Obra ou Serviço de Proteção do Leito**

1 - DADOS CADASTRAIS DO USUÁRIO/REQUERENTE ANEXO XVI

Nome/Razão Social: RAUL DONATO MENDES

Nome de Fantasia: ----X-----

CPF: 252.972.718-00 RG: 27.233.858-8

Atividade: Produtor Rural

Endereço p/ correspondência: RUA ANICE CURY SABBAG, N.° 123

Bairro: JARDIM CHANGRILA Município: ATIBAIA CEP 12.948-022

Fone: (11) 4411-29-26 Cel: 9918-23-65 e.mail: rdm@ig.com.br

2- CARACTERÍSTICAS DO USO

Nova X Regularização Desativação

2.1 - Localização do empreendimento

Endereço ESTRADA DO MAKENZIE S/N. ao lado do Radio Observatorio

Bairro/Distrito do ITAPETINGA Município: ATIBAIA

Nome da Propriedade SITIO PRIMAVERA - GLEBA 1

Requerimento de Outorga
Protocolo DAEE/BMT/BMAT Nº 412 / 2011
Data: 27 / 09 / 2011. Hora: 14 h 35 min.
Recebido por: Luzia

2.2 - Dados da Obra / Serviço

Curso d'água: Córrego Sem Nome afluente à margem direita do Ribeirão dos Porcos

Bacia RIO ATIBAIA UGRHI 05

Coordenadas UTM: 7.435,535 Km N; 340,125 Km E; MC: 45°

Finalidade: Construção de Muro de Arrimo, proteção de margem e leito contra erosões.

2.2.1 - Proteção Direta

Inclinação dos taludes das margens. 1,5(V) : 1 (H) (CANAL)

Lâmina d'água máxima de projeto: 1,672 m (canal principal) e 1,45 m (canal de restituição ao córrego)

Declividade longitudinal do curso dágua: 0,02293 m/m;

Velocidade máxima de escoamento: 3,2 m/s (no canal principal) e 2,84 m/s (canal de restituição)

Revestimento:	**X margens**	**X fundo**
enrocamento lançado:(Bacia de Dissipação)	d_{50} = 0 cm espessura = _____ m	d_{50} = 0,20 / 0,40 cm espessura = _____ m
gabiões manta:	espessura = _____ m (da camada) d_{50} = _____ cm (diâmetro médio)	espessura = _____ m d_{50} = _____ cm
gabiões caixa: Margem Direita / espessura = 2 x 1 m	d_{50} = 0,05 cm	espessura = _____ m d_{50} = _____ cm
concreto simples	espessura = _____ m	espessura = _____ m
armado	espessura = _____ m	espessura = _____ m
grama	tipo : _____	
outros	especificar = Solo Cimento Ensacado	Pneus + Pedras

Observações: O canal de restituição ao córrego receberá revestimento de pneus + pedras, assim como o leito da Bacia de Dissipação. Na Bacia de Dissipação no ponto de choque das águas com o fundo da haverá um enrocamento com pedras (0,20 ~0,40 e pneus); uma das margens terá Muro de Arrimo e do outro Sacos de Solo Cimento como proteção de margens.

ESTE DOCUMENTO NÃO VALE COMO OUTORGA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 as 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.

2.2.2 - Proteção Indireta

diques longitudinais espigões ambos

Inclinação dos taludes. 1(V) : _____(H);

Lâmina d'água máxima do projeto: _____ m

Velocidade máxima de escoamento: _____ m/s

Material de construção, especificar (tipo, d_{50}, etc)

_____

Vazão de projeto: _____ m^3/s

Largura da crista: _____ m ângulo dos taludes com a horizontal _____ (°)

Descrever método construtivo: _____ _____

_____

_____

Responsabilizo-me, solidariamente ao requerente , pelas informações do quadro 2 deste requerimento.

_____

Assinatura do Responsável Técnico

Nome OSWALDO BARONE FILHO

CREA N.° 0601675824

ART N _____

Requeiro por este instrumento a outorga de direito de uso de recursos hídricos, conforme características descritas neste requerimento, de acordo com o que estabelece a Lei Estadual 7663, de 30/12/91 e seu regulamento

Termos em que ,

P. Deferimento

Atibaia, 22 de Setembro de 2011

Raul Donato Mendes

Assinatura Proprietário/Requerente

Raul Donato Mendes

RG 27.233.858-8 CPF 252.972.718-00

DOCUMENTOS ANEXOS A ESTE REQUERIMENTO:

OBS: **Preenchimento exclusivo do DAEE**

- ☐ Cópia do pedido, ou do ARF, emitido pelo DEPRN
- ☐ Planta do trecho a ser protegido, com secções transversais, indicação de cotas, locação das obras previstas e indicação dos proprietários ribeirinhos (duas vias)
- ☐ Cópia da ART do Responsável Técnico
- ☐ Documento de posse ou cessão de uso das áreas envolvidas
- ☐ Cópia do CPF e do RG (para pessoa Física) ou cartão do CGC (para pessoa Jurídica)
- ☐ Comprovante de pagamento da taxa de emolumentos

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.

86
1

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO
Av. Brig. Faria Lima, 1059 - Pinheiros - São Paulo - SP CEP 01452-920 Tel.: 0800 17 18 11

CREA-SP

ART	1- Nº DA ART
Anotação de Responsabilidade Técnica Lei Federal Nº. 6.496 de 07/12/77	**92221220111100962**

CONTRATADO

2 - Nº DO CREASP DO PROFISSIONAL	3 - Nº DO CPF DO PROFISSIONAL
0601675824	**85126683853**
4 - NOME DO PROFISSIONAL	5 - TÍTULO DO PROFISSIONAL
OSWALDO BARONE FILHO	**Engenheiro Agronomo**

ART

6 - TIPO DE ART	7 - VINCULADA A ART Nº	8 - HÁ OUTRAS ARTs VINCULADAS
1-Obra/Servico		**1 - Não**
9 - ALTERAÇÃO/COMPL./SUBST. DA ART		10 - SUBEMPREITADA
1 - Não		**1 - Não**

ANOTAÇÃO

11 - CLASSIFICAÇÃO DA ANOTAÇÃO	12 - ÁREA DE ATUAÇÃO	13 - TIPO DE CONTRATADO
1 - Responsabilidade Principal	**4 - Agronomia**	**2- Pessoa Física**

EMPRESA CONTRATADA

14 - Nº DE REGISTRO NO CREA	15 - NOME COMPLETO
16 - CGC/CNPJ	17 - CLASSIFICAÇÃO

CONTRATANTE

18 - NOME DO CONTRATANTE DA OBRA / SERVIÇO	19 - TELEFONE P/ CONTATO	20 - CPF/CNPJ
RAUL DONATO MENDES	**(11)44112926 (11)44112926**	**25297271800**

DADOS DA OBRA / SERVIÇO OBJETO DO CONTRATO

21 - ENDEREÇO DA OBRA / SERVIÇO	22 - CEP
Estr.Makenzie s/n. Bairro Itapetinga-Atibaia	**12940-000**

CLASSIFICAÇÃO

	23 - NATUREZA	24 - UNIDADE	25 - QUANTIFICAÇÃO	26 - ATIVIDADES TÉCNICAS
1	A6004	15	42115,19	37
2				
3				

27 - DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS EXECUTADOS SOB SUA RESPONSABILIDADE OU DO CARGO/FUNÇÃO

Regularizacao de Um barramento, duas captacoes superficiais, um Tanque de reservacao junto ao DAEE de Atibaia

RESUMO DO CONTRATO

Nº E ESCOPO DO CONTRATO, CONDIÇÕES, PRAZO, CUSTOS, ETC...

O servico e de apresentacao de um projeto de regularizacao de usos em recursos hidricos com obtencao de Outorgas junto ao DAEE. O servico termina ao ato do protocolo dos doc. no DAEE. Havera um atendimento no prazo de 90 dias para ajustes de projeto. O pagamento dos honorarios sera de 50% no inicio e 50% no protocolo dos trabalhos

28 - VALOR DO CONTRATO	29 - DATA DO CONTRATO	30 - DATA INÍCIO DA EXECUÇÃO	31 - 10% ENTIDADE DE CLASSE	32 - VALOR DA ART A PAGAR
3.500,00	22/09/2011	22/09/2011	128	33,00

ASSINATURA

Declaro não ser aplicável, dentro das atividades assumidas nesta ART e nos termos aqui anotados, o atendimento às regras de acessibilidade previstas nas Normas Técnicas de Acessibilidade da ABNT e na legislação específica, em especial o Decreto nº.5.296/2004, para os projetos de construção, reforma ou ampliação de edificações de uso público ou coletivo, nos espaços urbanos ou em mudança de destinação (usos) para estes fins.

33 - LOCAL E DATA	PROFISSIONAL	CONTRATANTE
Atibaia 22/09/2011	Oswaldo Barone Filho	RAUL DONATO MENDES

Obs:
- O comprovante deverá ser anexado a ART para comprovação de quitação
- A ART deverá ser devidamente assinada pelo profissional
- Linha digitável:

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.

BANCO DO BRASIL

Recibo do Sacado

CREA-SP CONS. REG. ENG. ARQ. AGRON. DO ESTADO DE SÃO PAULO

Agência/Código do Cedente 3336-7/401783-8

Nosso Número 92221220111100962

SACADO: OSWALDO BARONE FILHO	**CREASP:601675824**
Data de Emissão: 22/09/2011	Data de Vencimento: 01/10/2011
ART Nº 92221220111100962	
VALOR	**33,00**

- O comprovante de pagamento deverá ser anexado a ART para comprovação de quitação
-Depósitos ou transferências entre contas não serão reconhecidos por nossos sistemas.
- A quitação do título ocorrerá somente após a informação do crédito bancário.

Autenticação Mecânica

Loterias CAIXA

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

QUINA: sorteios de segunda-feira a sábado, Ap

270-768667745-2

27/SET/2011 HORA DF 13:26:16

LOT. 21,19907-5 TERM 041296

LOCALIDADE: ATIBAIA

AG. VINCULADA: 0285

COMPROVANTE PAGAMENTO DE
BLOQUETO BANCOS

DATA DE VENCIMENTO: 01/10/2011
VALOR DO PAGAMENTO: 33,00

00199222210 29222122011
11100962213 1 51070000003300

Disque CAIXA - 0800 726 0101

Ouvidoria da CAIXA - 0800 725 7474
Reclamações, sugestões e elogios

www.caixa.gov.br

270-768667745-2

VIA DO CLIENTE

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.

87

RAE – RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO E EFICIÊNCIA

Interessado:	RAUL DONATO MENDES
Propriedade :	Gleba 1 – Parte do Sítio Primavera (Rural)
Localização :	Estrada municipal do Makenzie s/n.° Bairro Itapetinga Município de Atibaia/SP
Bacia Hidrográfica:	Rio Atibaia
UGRHI:	05
Curso d'água:	Ribeirão dos Porcos, afluente à margem esquerda do Rio Atibaia
Objetivo:	Avaliar para fins de regularização Um Barramento, Um Tanque, Uma proteção de leito, Uma captação superficial em Lago e Uma captação superficial em nascente para uso doméstico.

12/09/2011
Oswaldo Barone Filho
Engº Agrônomo
CREA/SP nº – 0601675824

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.

2 88 1

ÍNDICE

I- Apresentação 3

II- Elementos de Avaliação 3

- **Estudos Hidrológicos** 3
- **Estudos Hidráulicos** 6

III – Observações 9

V – Conclusões 11

VI – Encerramento 11

Anexos

- Cópia da carta 1:10.000
- Cópia da carta 1:50.00
- Uma cópia do Levantamento Planialtimétrico da Área
- Plantas com detalhes do barramento, lago e demais interferências.
- Fotos terrestres e aérea de satélite da área.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.

89

I – APRESENTAÇÃO

O presente estudo tem por objetivo avaliar as condições de uso das seguintes interferências em recursos hídricos:

Uma captação superficial em Lago barrado;
Um barramento;
Uma captação superficial em nascente;
Um tanque;
Uma proteção de margem.

Tais interferências foram levantadas no campo, e, os respectivos estudos hidrológicos e hidráulicos foram desenvolvidos utilizando-se as informações técnicas presentes nas cartas topográficas oficiais do local e dos manuais indicados pelo DAEE. O método utilizado para as estimatívas de vazões máximas foi o método I-PAI-WU, utilizado para bacias entre 2 a 200 km². O método I-PAI-WU, para determinação da vazão máxima de projeto ou enchente, foi utilizado para os estudos do Barramento, do respectivo Vertedor de Superficie e do Canal de Restituição. Já os estudos referentes a Vazão Mínima e Vazão Disponível foram para conhecer a disponibilidade hídrica para Uso Doméstico e da respectiva captação superficial em nascente.

II- ELEMENTOS DE AVALIAÇÃO

ESTUDOS HIDROLÓGICOS

1.0 – Áreas das Bacias

As áreas dessas bacias hidrográficas de contribuição foram achadas através do uso das seguintes cartas topográficas do IGC:

Morro Pedra Grande: SF-23-Y-C-III-2-SE-D 83/107 (escala 1:10.000)
Jardim Vitoria Régia: SF-23-Y-C-III-2-SE-C 83/106 (escala 1:10.000)
Serra da Pedra Vermelha: SF-23-Y-C-III-2-SE-F 84/107 (escala 1:10.000)

Foram encontradas as bacias no:
Inicio do canal de restituição = 4,828287 km^2 (340.260mE e 7.435.450mN mc 45°)
Final do canal de restituição = 4,8674 km^2 (340.150mE e 7.435.550mN mc 45°)
Nascente = 0,094307523 km^2 (340.708 mE e 7.435.127 mN mc 45°)
Para esse estudo adotou-se a bacia de contribuição menor, ou seja, a bacia formada no inicio do canal de restituição ou no vertedor do barramento de 4,828 km^2.

2.0 – Declividade equivalente do Talvegue

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.

90

A declividade equivalente assumida para esse estudo é a declividade do inicio do canal de restituição ou do próprio vertedor do barramento. Essa decisão foi devido as observações de campo, que mostraram que esse canal, praticamente, não recebe águas oriundas de outras áreas. As águas que passam por esse canal são exatamente as mesmas oriundas do lago formado pela barragem de terra.

Cota H (m)	**Distância** L (Km)	**Desnível no trecho** H'(m)	**Extensão do trecho** L_n(Km)	**Declividade** J_n (m/Km)
1284	0	-	-	-
1200	297,77	84	0,29777	404,29309
1195	59,25	5	0,05925	84,38819
1170	391,99	25	0,39199	63,77714
1050	275,64	120	0,27564	435,35046
990	209,45	60	0,20945	286,46455
945	196,49	45	0,19649	229,01929
915	181,66	30	0,18166	165,14368
900	74,43	15	0,07443	201,53164
885	183,75	15	0,18375	81,63265
880	109,07	5	0,10907	45,84212
875	88,63	5	0,08863	56,41431
870	120,51	5	0,12051	41,49033
865	318,69	5	0,31869	15,68923
860	35,79	5	0,03579	139,70383
835	301,04	25	0,30104	83,04544
815	315,60	20	0,31560	63,37136
805	195,69	10	0,19569	51,10123
795	361,20	10	0,36120	27,68549
790	316,45	5	0,31645	15,80028
785	318,30	5	0,31830	15,70845
780	210,53	5	0,21053	23,74958
talvegue	4.471,93	------	4,47193	------

$Ieq = \{ L / [L_1/\sqrt{J_1} + ... L_n/\sqrt{J_n}]\}^2$ = **47,910 m/Km**

3.0-ESTIMATIVA DE VAZÃO DE ENCHENTE PELO MÉTODO I-PAI-WU

3.1 – Determinação do fator F da bacia hidrográfica:

$F = L / 2.(A/3,1415927)^{0,5}$
A = Área da bacia = 4,828287 km^2
L = Comprimento do talvegue = 4,47193

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.

F = 1,8

3.2 – Tempo de concentração

$Tc = 57 (L^2 / I_{eq})^{0,385}$
Tc = minutos ; L = comprimento do talvegue em Km = 4,47193
I_{eq} : declividade equivalente = 47,910 m/Km
$Tc = 57 (4,47193^2 / 47,910)^{0,385}$
*Tc = 40,718 min ou 0,679h

3.3 – Cálculo da intensidade de uma chuva crítica ou chuva de projeto para um período de retorno de 100 anos:

Equação para a região de Bragança Paulista

$I = 33,78945 (40,718 +30)^{-0,88317} +5,4415 (40,718 +10)^{-0,84419} [- 0,48847 – 0,96354 \ln . \ln (100/ 100 – 1)]$
I = 1,56597 mm/ min ou 93,958 mm/h

3.4 – Calculo do valor ponderado de C2:

O valor de C2 foi estimado com grau baixo (ver tabela) devido a predominância de matas e áreas com pastagens. C2=0,20 (TABELA 01)

3.5 – Determinação do coeficiente de distribuição espacial da chuva K:

O valor foi achado por interpolação de dados no gráfico da Fig.3,7.
K = 0,985%

3.6 – Determinação do coeficiente C1:

C1 = 4/(2+F) = 1,053

3.7 – Determinação do coeficiente C:

C = 2/(1+F) x C2/C1 = 0,136

3.8 – Cálculo da vazão de cheia:

$Q = 0,278 \times C \times I \times A^{0,9} \times K$
$Q = 0,278 \times 0,136 \times 93,958 \times 4,828^{0,9} \times 0,985$
Q = 14,433 m³/s

3.9 – Cálculo da vazão de cheia + 10% de segurança:
Q = 15,876 m³/s ou **Q = 16 m³/s**

4.0-<u>ESTIMATIVA DA VAZÃO DISPONÍVEL Q_{disp} e $Q_{7,10}$</u>

Essa estimativa é para avaliar o consumo doméstico.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.

92

A captação superficial pode ser localizada pela coordenada em base **UTM: 7.435.127 m N e 340.708 m E – MC 45°** e a respectiva micro bacia hidrográfica tem uma área de 0,094307523 km2.

As informações foram obtidas no *site:* **www.daee.sp.gov.br** (Regionalização Hidrológica) e através da utilização dos procedimentos de cálculos do Manual de cálculo das vazões máximas, médias e mínimas nas bacias hidrográficas do Estado de São Paulo.

4.1 – Estimativa da vazão específica

Q_{esp} = a+b.P = -26,23 + 0,0278 x 1.395,5 = 12,5649 l/s.km2

Precipitação anual média = 1.395,5 (fonte *site/* regionalização hidrológica)

4.2 – Estimativa da vazão média de Longo Período

$Q_{longo} = Q_{esp}.A = 12,5649 \times 0,094307523 = 1,18496$ l/s

4.3 – Estimativa da vazão para 95% de permanência

$Q_{95\%} = 0,434 \times 1,18496 = 0,51427$ l/s = 44,433m3/dia

4.4 – Estimativa da vazão mínima $Q_{7,10}$

$Q_{7,10} = C_{7,m} . X_T . (A+B).Q_{longo} = 0,80 \times 0,689\ (0,4951 + 0,0279)1,18496 = 0,34160$ l/s = 29,514 m3/dia.

4.5 – Estimativa da vazão disponível para o mês mais seco

$Q_{disponível} = Q_{95\%} - Q_{7,10} = 0,51427 - 0,34160 = 0,17267$ l/s ou 621,612 l/h ou 14.918,688 l/dia ou **14,920 m3/dia** (Vazão máxima que pode ser utilizada)

ESTUDOS HIDRÁULICOS

1.0-CARACTERÍSTICAS DO BARRAMENTO

O barramento foi construido para fins Paisagísticos. Dessa forma, por não haver a necessidade do conhecimento exato do volume total de armazenamento de água, então, optou-se apenas em se levantar os níveis do espelho d'água, da crista e pé da barragem.

As características básicas estão expressas no quadro abaixo:

Quadro 1 - Volume de amortização entre os níveis normal e máximo do lago

	Área no Nível Normal (m^2) A	Área no Nível Máximo (m^2) B	Área média m^2 (A+B)/2	Diferença de nível (m)	Volume de Reservação (VR) m^3	Volume total estimado do lago no nível normal m^3
Lago	5.552,39	6.177,35	5.864,87	*1,672	**9.806,063	8.329,00

* O nível máximo ficou a 0,063m abaixo do nível atual da crista da barragem.

** Esse é o volume de reservação utilizado nos calculos (V_R).

Localização do barramento: 340.260mE e 7.435.450mN mc 45°

Comprimento da crista: 50m

Largura da crista: 5m

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.

93

7

Diferença de nível entre a crista e o nível da água do lago barrado: 1,735m
Diferença de nível entre a crista e o nível da água do lago à jusante: 3,293m
Diferença de nível entre a crista e o nível da água do lago barrado: 1,735m
Altura total estimada do barramento: 5m
Inclinação do talude da jusante: 1,50m (horizontal) e 1m (vertical)
Inclinação do talude da montante: 1,75m (horizontal) e 1m (vertical)

Vertedor de superficie **Atual** com formato trapezoidal: largura da base = 1,5m, altura total = 3,00m e largura superior com 5,5m.
Não possui descarregador de fundo ou monje.

2.0 – REGULARIZAÇÃO DO BARRAMENTO

2.1 – Estudo do Amortecimento da Onda de Cheia no Lago Barrado.

O vertedor do barramento possui um perfil que é o mesmo do canal de restituição. Para esse estudo com finalidades de regularização, adotou-se um perfil ideal para o vertedor no sentido a aproveitar ao máximo as dimensões do próprio canal. O desenho n.°1, em anexo, mostra bem toda essa realidade.

Observações iniciais devem ser citadas para dizer que o coeficiente de rugosidade de Manning (n) utilizado nesse estudo foi de 0,040, pelo motivo que a velocidade da água é superior ao limite para canais em terra de 1,50m/s. Dessa forma já fica previsto em cálculos a necessidade de proteção do leito desse canal.

Foi utilizado o método do Amortecimento Simplificado de Onda de Cheia, que é baseado numa representação simplificada do hidrograma triangular (desenho n.°2), utilizando-se para esse fim o tb (tempo de base) = 3 tc (tempo de concentração).

Tb = 3tc

Tb = 3 x 40,718 min = 122,154 min ou 7.329,34s

A vazão estimada de projeto ou de cheia que entra no lago da barragem é de $16m^3/s$, então $Q_{MAX} = 16m^3/s$

O volume de reservação é de $V_R = 9.806,063m^3$

O volume que entra é de $V_E = Q_{MAX} . Tb / 2 = 16 \times 7.329,24/2 = 58.633,92$

O volume que sai será $V_S = V_E - V_R$ ou $58.633,92 - 9.806,063 = 48.827,86\ m^3$

$V_S = Q_S . Tb/2$, então $Q_S = 2V_S/Tb = 2 \times 48.827,86 / 7.329,24 = 13,324\ m^3/s$

Daí, o vertedor deverá verter uma vazão de no mínimo **13,324 m^3/s**.

2.2 – Características do Canal de Restituição

O canal foi construido partindo direto do vertedor, que tem um formato trapezoidal, mantendo a mesma declividade até a bacia de dissipação. Essa bacia acabou sendo formada naturalmente pela própria erosão causada pelas águas vertidas desse canal.

O desenho da seção do inicio do canal esta em anexo.
Qcheia = $13,324m^3/s$
Declividade = 0,02293m/m
n = 0,040 (Canal de terra com leito pedregoso e vegetação em más condições)
Área molhada = 4,37 m^2
Perímetro molhado = 5,521

7

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.

94

8

Raio hidráulico = área / perímetro = 0,791523274
$V = 0{,}791523274^{\,0{,}6666667} / 0{,}040 \times 0{,}02293 m^{0{,}5} = 3{,}239299919$
Q = 4,37 x 3,239299919 = **14,156 m³/s** > vazão de cheia de **13,324 m³/s**

Quadro 1 – Resumo das características do Canal (formato trapezoidal)

Seção	Declividade (m/m)	Vazão cheia m ³/s	Vazão Calc. m ³/s	Velocidade de escoamento m/ s	COTA De Fundo do Canal
inicio	0,02293	13,324	14,156	3,239	*100,657

*Cota 100,657 é aleatória (não é altitude do terreno)

2.3 – Regularização do Vertedor de Superfície

O desenho da seção do vertedor esta em anexo
Q = 13,324
H = 1,672
$Q = 1{,}55 \times L \times H^{1{,}5} = 3{,}98m$
L = 4,00m Comprimento = 5m

Altura máxima da lamina de água sobre a soleira do vertedor	COTA na soleira do vertedor	COTA no nível máximo	COTA atual da Crista da barragem	COTA do nível máximo + 0,40m de segurança	Elevação do nível do aterro da crista da barragem
1,672	100,657	102,329	**102,392**	**102,729**	**0,337**

2.4 – Regularização da Bacia de Dissipação

Os desenhos da bacia atual e bacia projetada estão em anexo.

A bacia atual foi formada pela erosão causada pelo fluxo d'água e possui uma área aproximada de 280 m². Observa-se no local dois lances: 20m de comprimento por 14m de largura até a divisa do imóvel.

Para Regularização serão assumidas as seguintes dimensões mínimas estimadas para projeto:

Profundidade na bacia = cota 95,447
Comprimento da bacia = 10,40m
Largura da bacia = 5m
Área da bacia estimada = 52m²
Altura do talude da bacia = 2,00
Profundidade no Canal de Restituição = cota 96,070 (diferença h= 0,63)
*Altura do canal de restituição = 1,45m
*Velocidade dentro da bacia = V_1 = 10,82 m/s
*Numero de Froude = 6,95 (para V_1 = 10,82 m/s e Y_1 = 0,25)
*Velocidade no canal de restituição = V_3 = 2,84 m/s
*Desnível entre o fundo da bacia e o leito do Canal de Restituição = 0,63m
* Essas dimensões foram estimadas para uma vazão extrema de projeto de período de retorno de 100 anos.

8

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.

95

2.5 – Proteção de margens

A atual bacia de dissipação formada pelas águas do canal acabou causando erosão das margens. Na margem direita a movimentação de terra causou, além da erosão, prejuízos devido a destruição de edificações de uso rural, exigindo reparos. Um dos reparos necessários é a construção de um muro de arrimo no alinhamento da divisa.

Esse muro de arrimo deverá ter as seguintes dimensões mínimas: Altura de 5m e comprimento de 20m.

Por não se tratar de um muro muito grande e para facilitar a sua construção são dadas quatro soluções construtivas de muros de gravidade e uma de alvenaria reforçada, todos indicados para muros de arrimo de até 5m de altura:

A – Muros de Gabiões:

Dimensões mínimas: 5m de altura, base de largura mínima de 60% da altura ou seja 3m na base e 1m na crista.

B – Muros de Solo/Cimento ensacado: com as mesmas dimensões acima. O solo do local para ser utilizado deverá ser testado, isso é, observado a sua textura para a decisão de utilizar mais areia na mistura para obter um agregado mais firme. A mistura de cimento e solo ficará entre 1:10 a 1:15.

C – Muro de Pedras rejuntadas:

Na região existe a possibilidade de obtenção de pedras de diversos tamanhos que podem ser utilizadas nessa construção.

D – Muro de Pneus:

Segue a mesma dimensão do muro de sacos de solo cimento, base com 3m de largura, altura 5m e comprimento de 10m.

E – Muro de alvenaria reforçada:

Nesse caso, o ideal é contratar um profissional conhecedor das técnicas construtivas desses muros.

Para todos os efeitos, os desenhos em anexos mostram as possibilidades mínimas para a construção desses muros com segurança. No caso dos Muros de Alvenaria fica recomendado que se façam sondagens, broqueando o solo numa profundidade mínima de 1,5m para se determinar a profundidade das Brocas ou Pilares armados das fundações do muro.

III – OBSERVAÇÕES

1 – CAPTAÇÃO SUPERFICIAL EM LAGO BARRADO

Essa captação é feita direto no lago do barramento por uma moto-bomba centrífuga elétrica da Marca FAL, modelo FM 210/3500 rpm e 10 CV de potencia com motor elétrico WEG. O conjunto pode ser localizado a beira do lago barrado nas proximidades da coordenada em base **UTM = 340.260mE e 7.435.384mN** – mc 45.° (Foto 01). O consumo de água foi avaliado para uso em irrigação de gramados e pequeno pomar com área total aproximada de 2.000 m2. Utilizando-se uma lamina d'água de 5mm ou 5 litros por metro quadrado e duas vezes por semana ou oito vezes por mês, então, teremos um consumo médio diário de 2,7 m3/dia.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.

96

2 – BARRAMENTO

A barragem que é de terra, cujas características já foram acima especificadas, demonstra ser estável, não havendo vazamentos por infiltrações no seu maciço à jusante. Pode ser localizado na mesma coordenada do vertedor de superfície, **UTM = 340.260mE e 7.435.450mN** (Fotos 02, 03 e 04). Foi construída sem descarregador de fundo (monge), mas possui um vertedor de superfície construido em solo natural vertendo água para o Canal de Restituição, também construido em solo natural. Foi observado que esse Canal tem dimensões mais que suficientes para extravasar uma vazão extrema calculada, mas haverá a necessidade de elevar a crista da barragem em 0,34m, para se ter uma borda livre mínima de 0,40m. A diferença de nível entre o Nível Normal e o Nível Máximo é de 1,672m e construindo-se um vertedor com as dimensões projetadas, então, a vazão máxima que poderá ser vertida será de 13,324 m^3/s.

3 – CAPTAÇÃO SUPERFICIAL EM NASCENTE

Basicamente o consumo doméstico pode ser avaliado em 0,9 m3/dia (consumo médio de seis pessoas a 150 litros por pessoa por dia). Essa captação esta localizada na coordenada **UTM = 340.708mE e 7.435.127mN** (Foto 05). Os estudos hidrológicos indicam que para esse ponto pode haver um consume de até 14,920 m3/dia. A água vem por gravidade, aduzida por tubos de PVC enterrados e mangueiras de polietileno de uma polegada ou 25 mm de diâmetro até as caixas d'águas na residência. O controle da vazão é feito com válvula de bóia na caixa d'água da casa sede. Notar que a água captada na nascente fica protegida numa caixa plástica (foto n.05).

4 – TANQUE

Esse tanque, localizado na coordenada **UTM = 340.190mE e 7.435.420mN** (Foto 06), possui uma superfície líquida de 3.071,40 m2 e um volume de armazenamento estimado em 4.607,1 m^3 (profundidade media estimada em 1,5m) é utilizado para paisagismo e pisicultura. O nível de suas águas é mantido pelo próprio lençol freático e sofre variações de nível pela sazonalidade anual pluviométrica, exigindo assim, uma elevação da sua crista (borda livre) de pelo menos 0,40m. Atualmente tem uma borda livre de 0,20m, que pode ser suficiente para deter uma precipitação extrema de período de retorno de 100 anos, estimada em 125,7 mm. (tabela 9 – Boletim Técnico 07/86 – Unesp). Deverá haver um cuidado especial no sentido de não se permitir a entrada de águas pluviais, provindas dos acessos internos ou da própria estrada municipal.

5 – PROTEÇÃO DE MARGENS E FUNDO DO CANAL

Devido as erosões provocadas pela saída do canal de restituição (Foto 07 e 09), nesse mesmo local deverão ser construídos um muro de arrimo e aterro de uma das margens. Isso se fará necessário, pois houve perda de solo na divisa do imóvel, fato que exige reparação. Nesse local, ainda, deverá haver uma proteção de fundo de leito com enrocamento por pedras e/ou pneus, proporcionando uma bacia de dissipação protegida para receber as águas do canal de restituição. O fundo do canal, também, deverá receber algum tipo de proteção por causa da velocidade estimada das águas. Recomenda-se o

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.

97

enrocamento por pedras no fundo desse canal. As sugestões construtivas se encontram nos desenhos anexos e na respectiva Planta Topográfica anexada a esse Relatório.

6 – VERTEDOR DE SUPERFICIE DO BARRAMENTO

O vertedor de superfície projetado com largura de 4m, altura de 1,672m e comprimento de 5m, tem dimensões mais que suficientes para verter uma vazão máxima de período de retorno de 100 anos. Esse vertedor que será construido em alvenaria, em formato retangular, verterá águas para o canal atual, de terra e formato trapezoidal. Apenas deverá haver uma elevação do nível da crista da barragem de 0,34m, para se manter uma borda livre mínima de 0,40m. Esse vertedor ficará no mesmo lugar do atual, que está localizado à direita da barragem e em solo firme (foto 08).

IV – CONCLUSÕES

Havendo uma vazão disponível de **14,920** m^3/dia, então, é mais que suficiente para servir o consumo doméstico que é de apenas **0,9** m^3/dia.

Com relação ao Barramento, apenas deverá ser feito um aumento da altura da Crista de 0,34m para se ter uma borda livre mínima de 0,40m. O respectivo vertedor de superfície escoará a vazão máxima estimada de 13,324 m^3/s, já considerado o amortecimento da onda de cheia.

Deverá haver uma proteção mínima do tipo enrocamento no fundo e na saída do canal de restituição, para evitar-se erosão de fundo de canal e dissipar a energia, evitando-se as erosões, assim como a construção de um muro de arrimo ao lado da bacia de dissipação de energia.

A Crista do Tanque, também, deverá ser erguida de 0,40m para se ter uma borda livre mínima, protegendo o mesmo das fortes chuvas.

V – ENCERRAMENTO

Esse Relatório de Avaliação e Eficiência é composto por 11 páginas digitadas e todas rubricadas, nove fotografias do local, uma fotografia aérea de satélite Google Earth, uma planta topográfica e uma cópia da carta topográfica oficial da região do imóvel, nas escalas 1:10.000 e 1:50.000 e outros anexos.

Atibaia, 22 de Setembro de 2011

OSWALDO BARONE FILHO
Engenheiro Agrônomo
CREA No 0601675824

Endereço: Rua das Orquídeas, 83 – Jardim dos Pinheiros – Atibaia –SP CEP: 12.945-560
Tel.: (11) 4411-06-12, celulares 9875-18-80 (vivo) 8646-75-09 (tim)
Email: obarone@itelefonica.com.br

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.

98

12

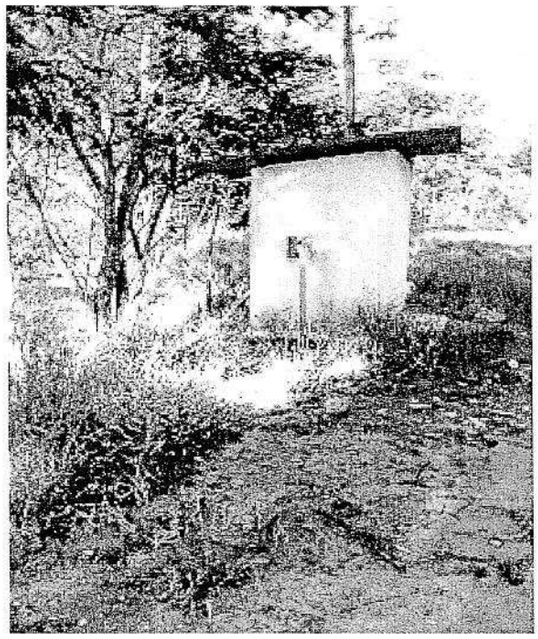


Foto 01: Captação superficial no lago da barragem.

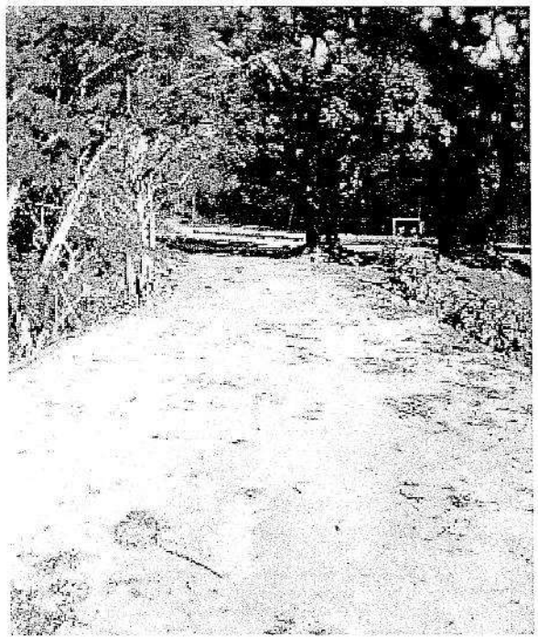


Foto 02: Crista da barragem com largura de 5m.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.

99

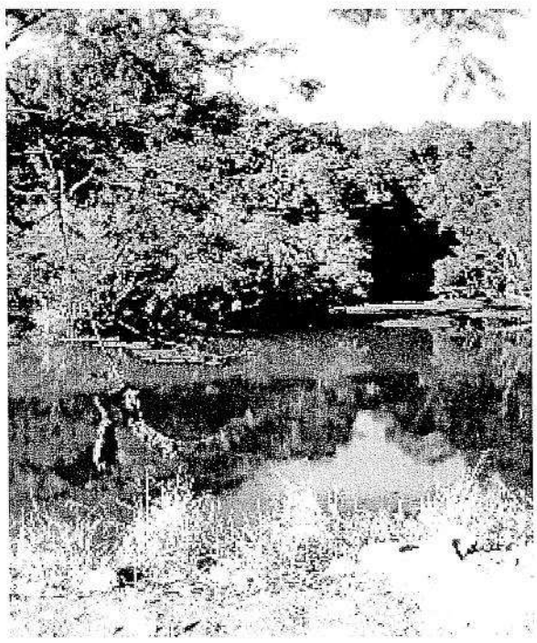


Foto 03: Lago da Barragem

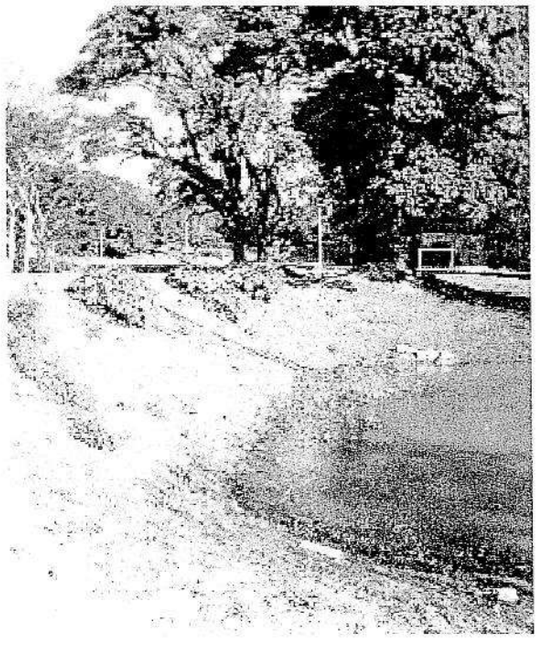


Foto 04: Talude da jusante do barramento

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.

100
14



Foto 05: Captação superficial em nascente para uso doméstico.

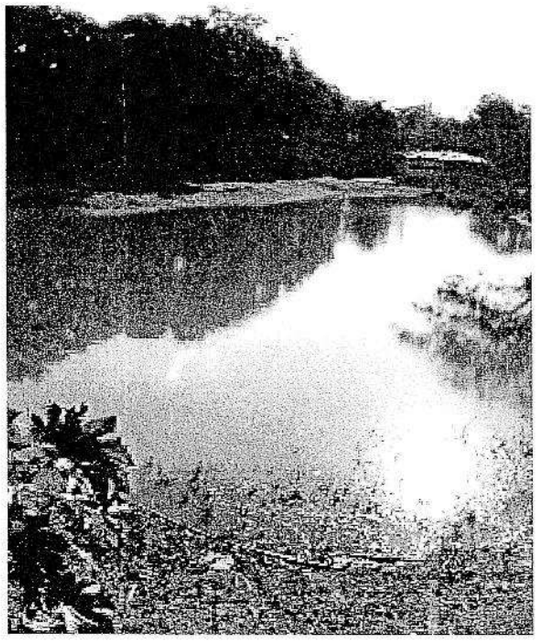


Foto 06: Lago do Tanque visto de cima da barragem.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.



Foto 07: Erosão causada pelas águas vertidas pelo canal de restituição, provenientes da barragem. Nesse local será erguido um muro de arrimo para proteção de margens.

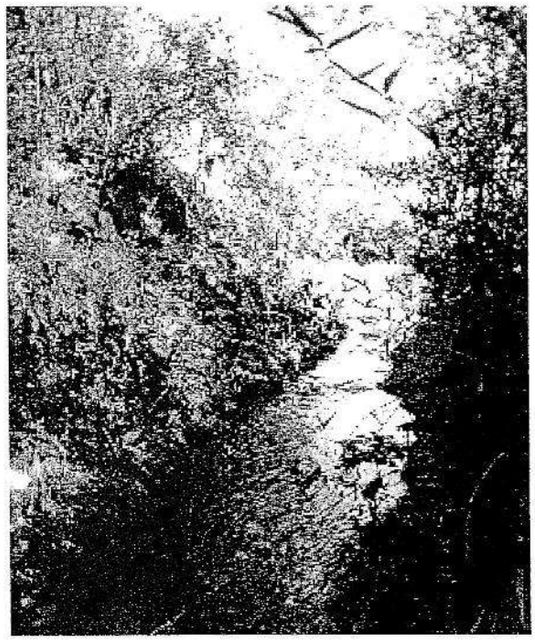


Foto 08: Vertedor de superfície da barragem e inicio do canal de restituição.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.

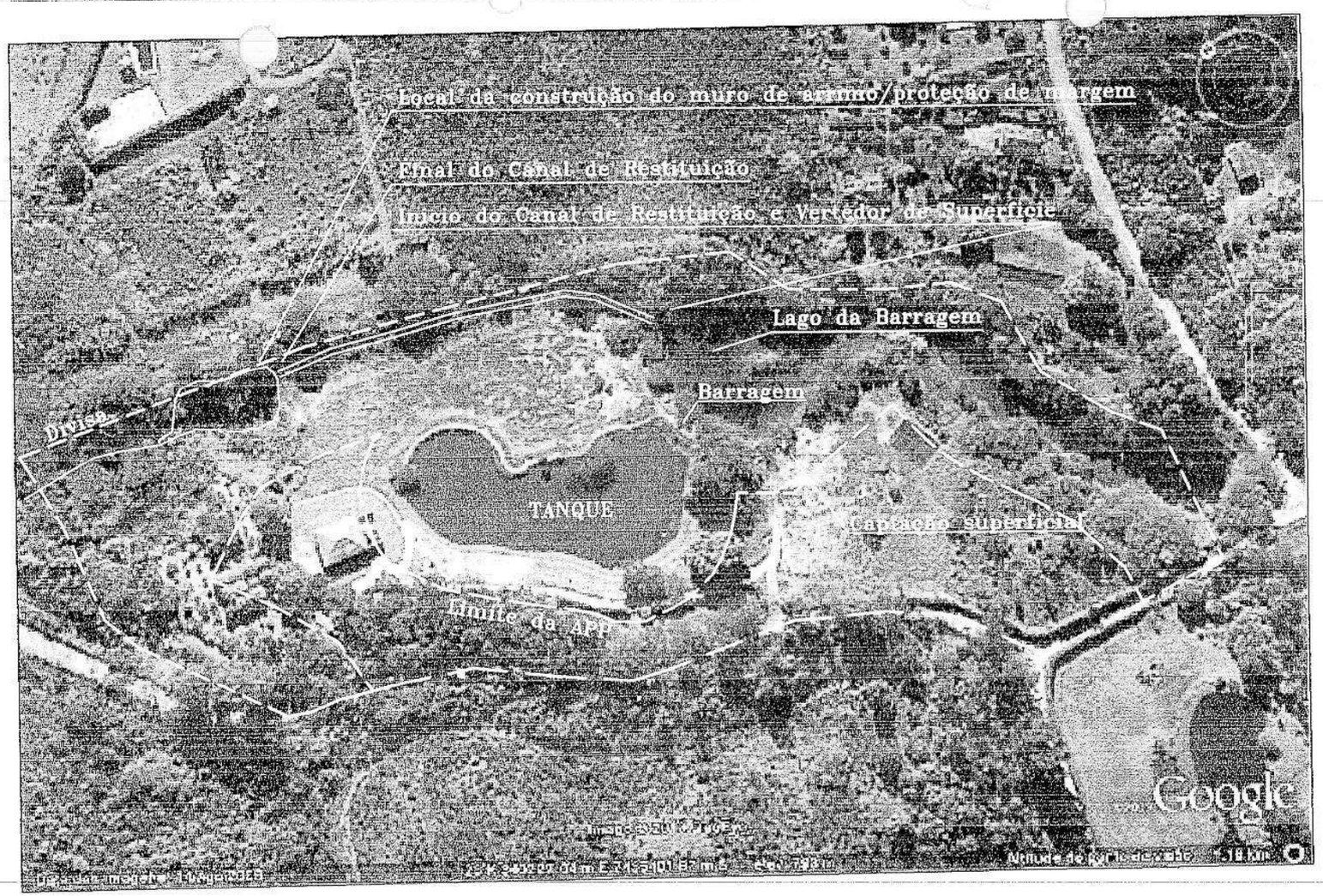
102

16



Foto 09: Final do canal de restituição. Nesse local haverá a necessidade de se criar um enrocamento para proteger o fundo do córrego da erosão e dissipação de energia.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.



interessado: RAUL DONATO MENDES		ESCALA 1:2000
PROJEÇÃO DAS INTERFERÊNCIAS DE RECURSOS HÍDRICOS		
desenho: Oswaldo Barone Filho	visto:	data: 22/09/2011

fls. 102

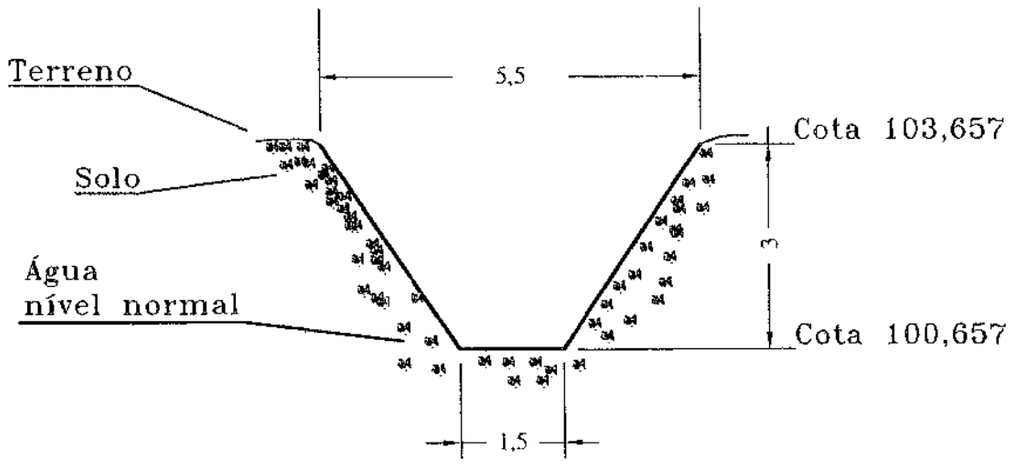
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.

104

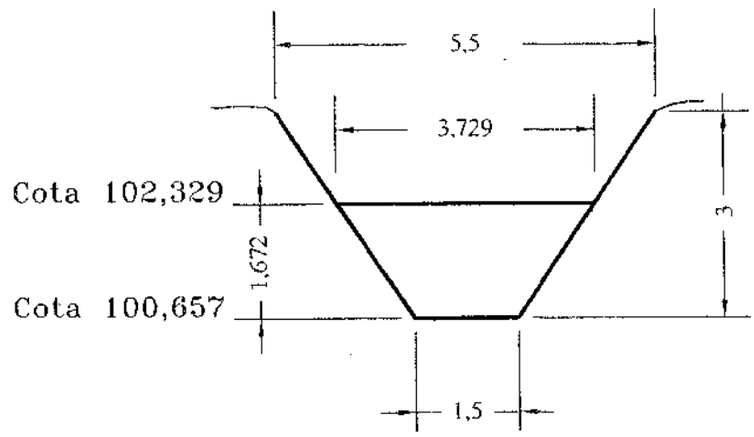
DESENHO N.°1

SEÇÃO NO INICIO DO CANAL DE RESTITUIÇÃO

PERFIL ATUAL COTADO



NÍVEL MÁXIMO DE ENCHENTE ESTIMADO

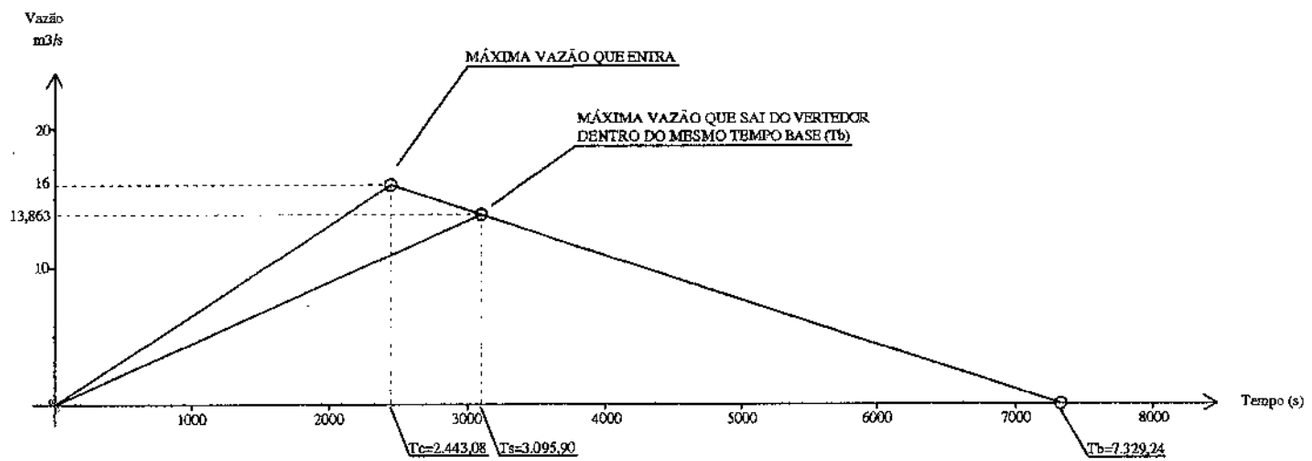


interessado: RAUL DONATO MENDES		ESCALA 1:100
SEÇÃO TRANSVERSAL NO INICIO DO CANAL DE RESTITUIÇÃO		
desenho: Oswaldo Barone Filho	visto:	data: 22/09/2011

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.

DESENHO N.° 2

REPRESENTAÇÃO DOS HIDROGRAMAS DE CHEIA QUE PASSAM PELO RESERVATORIO.



ESCALA HORIZONTAL 1 : 50.000

ESCALA VERTICAL 1 : 500

interessado: RAUL DONATO MENDES

REPRESENTAÇÃO SIMPLIFICADA DOS HIDROGRAMAS DE CHEIA

desenho: Oswaldo Barone Filho | visto: | data: 22/09/2011

fls. 104

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.

DESENTRANHAMENTO

Certifico e dou fé haver desentranhado o MAPA _____, que aqui constava (fls. 106) para fins de digitalização do processo nº 048.01.2011.010369-9 - 1527/11.

Certifico mais, que entreguei o documento descrito acima ao Gestor em exercício.

Atibaia/DERSA, 03/11/14.

Eu, _____ Escrevente, subscrevi.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.

DESENTRANHAMENTO

Certifico e dou fé haver desentranhado o MAPA

_____, que aqui constava (fls. 107) para fins de digitalização do processo. 048.01.2011.0103.69-9 - 1527/11

Certifico mais, que entreguei o documento descrito acima ao Gestor em exercício.

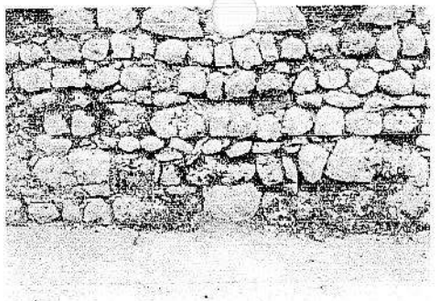
Atibaia/DERSA, 03/11/14

Eu, _____ Escrevente, subscrevi.

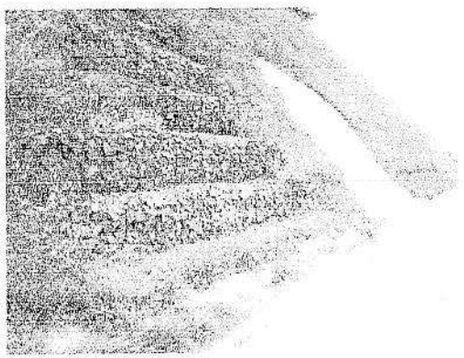
010.099.051-06

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.

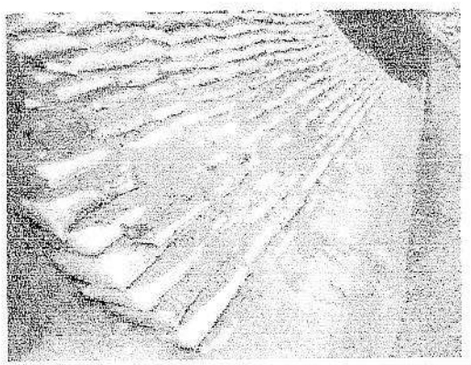
DESENHO N.º 5



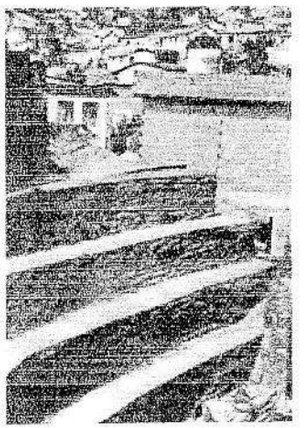
Muro de arrimo de Pedra



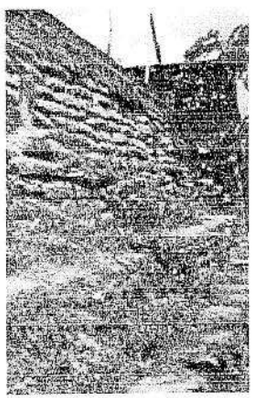
Gabião em contenção de barranco



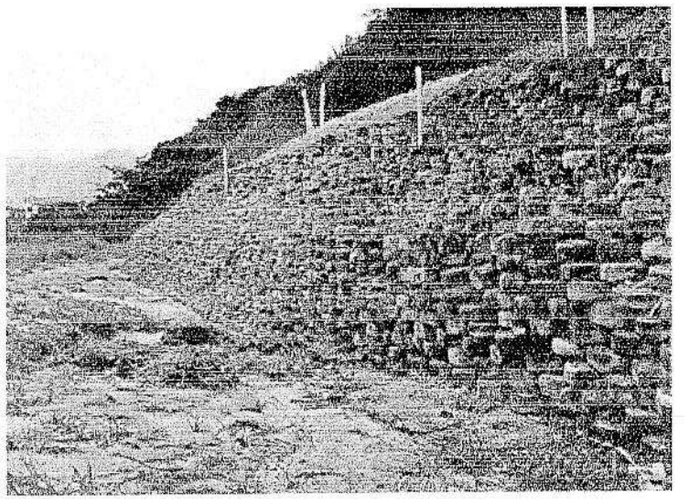
Solo ensacado para proteção de encostas



Muro de arrimo com solo cimento ensacado em degraus



Muro de arrimo com solo cimento ensacado



Muro de arrimo com solo/pneu

interessado: RAUL DONATO MENDES

EXEMPLOS DE MUROS DE ARRIMO

desenho: Oswaldo Barone Filho	visto:	data: 22/09/2011

fls. 107

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.

109

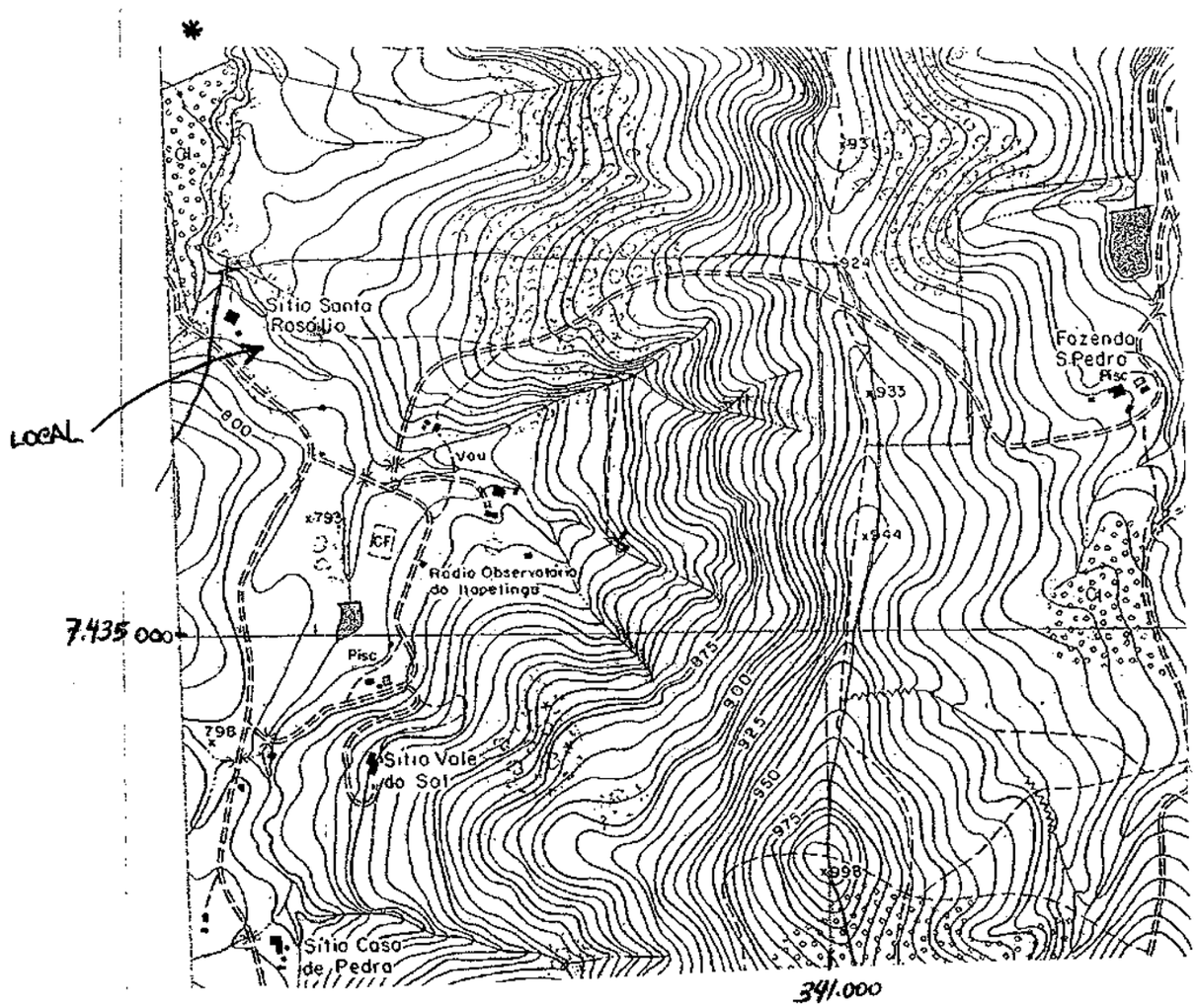
LOCALIZAÇÃO

Interessado: RAUL DONATO MENDES
Propriedade: Sítio Primavera
Localização: Estrada Municipal do Mackenzie – s/n° Bairro Itapetinga Atibaia. – SP

Carta Topográfica

Nomenclatura:
* Morro Pedra Grande: SF-23-Y-C-III-2-SE-D 83/107 (escala 1:10.000)
Jardim Vitoria Régia: SF-23-Y-C-III-2-SE-C 83/106 (escala 1:10.000)
Serra da Pedra Vermelha: SF-23-Y-C-III-2-SE-F 84/107 (escala 1:10.000)

Localização geográfica em UTM: 356.137m E(leste) 7.446.854 m N (norte) meridiano central 45°



Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.

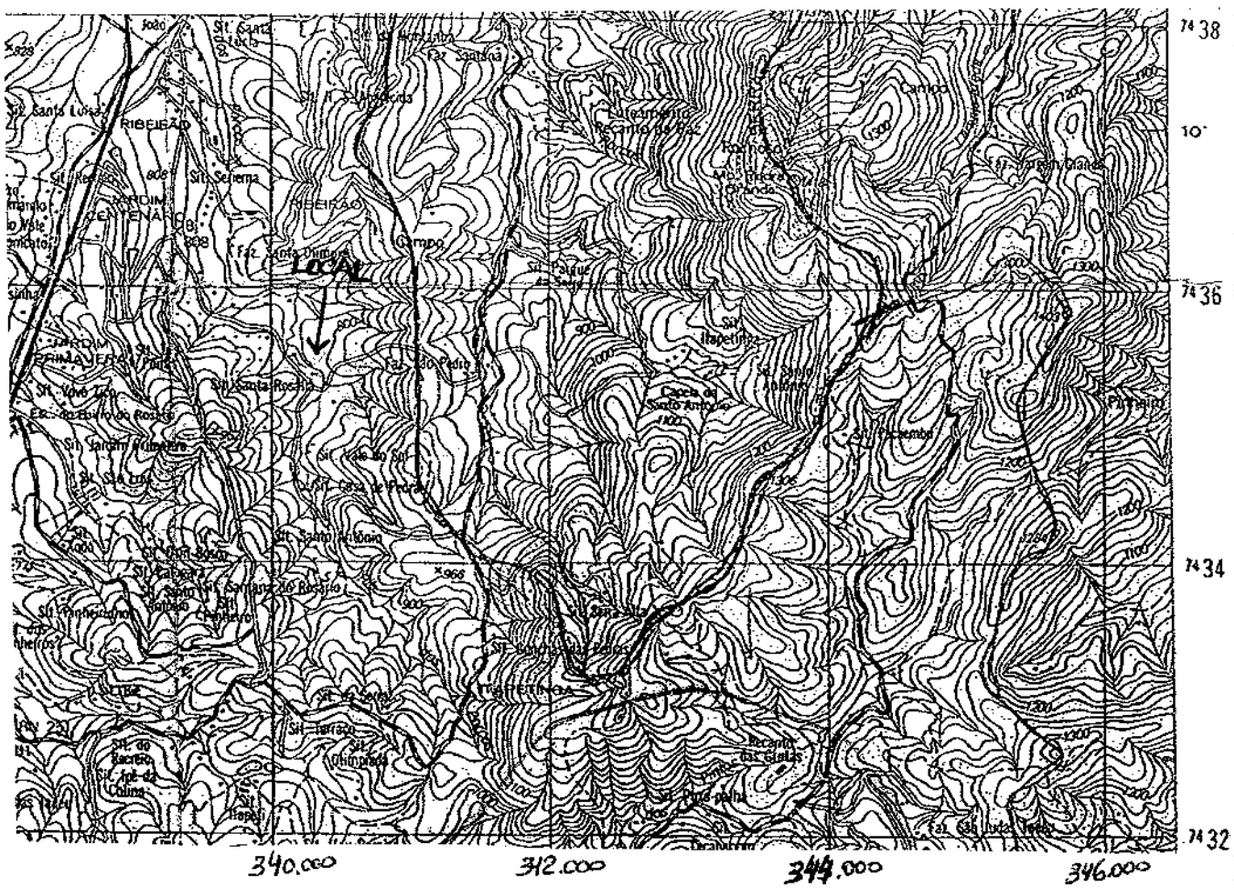
110

LOCALIZAÇÃO

Interessado: RAUL DONATO MENDES
Propriedade: Sítio Primavera
Localização: Estrada Municipal do Mackenzie – s/n° Bairro Itapetinga
Atibaia. – SP

Carta Topográfica
Nomenclatura: ATIBAIA SF-23-Y-C-III-2 Folha MI-2767-2
IBGE Escala 1 : 50.000

Localização geográfica em UTM: 356.137m E(leste) 7.446.854 m N (norte) meridiano central 45°



Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.

DESENTRANHAMENTO

Certifico e dou fé haver desentranhado o Mapa

_____, que aqui constava (fls. 111) para fins de digitalização do processo. 048.01.2011.010369-9 - 1527/11

Certifico mais, que entreguei o documento descrito acima ao Gestor em exercício.

Atibaia/DERSA, 03/11/14.

Eu, Hugo. Escrevente, subscrevi.

010.099.051.066

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.

112

C E R T I D Ã O – REMESSA/PUBLICAÇÃO

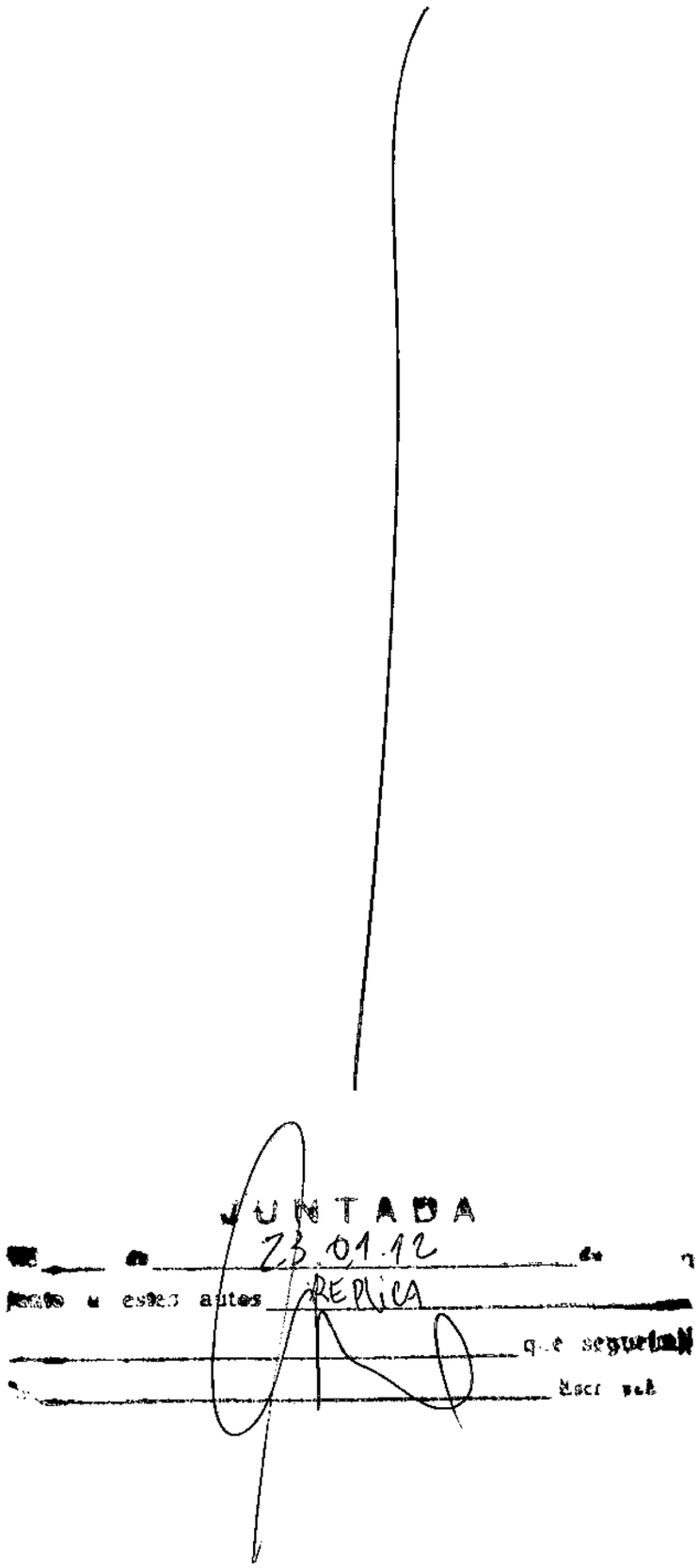
Certifico e dou fé que o despacho/providência mencionado(a) no recorte abaixo estará disponibilizado(a) no Diário da Justiça Eletrônico em 16/01/12. Considera-se a data da PUBLICAÇÃO o primeiro dia útil subseqüente à data acima mencionada (17/01/12). O prazo terá início em 18/01/12.

At., 13 de janeiro de 2.012.

Escrevente / 1º. Ofício Cível

048.01.2011.010369-9/000000-000 - nº ordem 1527/2011 - Procedimento Ordinário (em geral) - GABRIELE BARALDI X RAUL DONATO MENDES - - - - (NOTA DE CARTÓRIO - manifestar-se o(a) autor(a), em 10 dias sobre a CONTESTAÇÃO de fls. 70/76-111) - - - - ADV MELISSA YUMI KOGA BARALDI OAB/SP 211408 - ADV DUENES DO CARMO SILVA OAB/SP 209712

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.

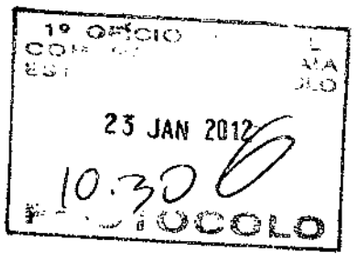


Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.

113

MELISSA YUMI KOGA BARALDI
ADVOGADA

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ATIBAIA – SP.



Processo número 048.01.2011.010369-9
Número de controle 1527/2011

GABRIELE BARALDI, já qualificado nos autos em epígrafe que move contra **RAUL DONATO MENDES,** por sua advogada subscritora, vem, respeitosamente à presença de Vossa Excelência, em cumprimento ao r. despacho de fls, apresentar sua **RÉPLICA** à contestação ofertada pelo Requerido, nos termos que passa a expor.

DA PRELIMINAR ALEGADA

Suscita o Requerido, a preliminar de ilegitimidade de parte alegando não ser o Autor do desvio de rio e outras modificações que ensejaram na destruição do muro divisório entre as propriedades, em janeiro de 2011.

Ocorre que o ATUAL proprietário do imóvel é o Requerido, e portanto, deverá responder pela presente demanda, não podendo escusar-se da responsabilidade que lhe é imputada, pois a partir do momento que

TJSP 048 ATA 20012012245 1CV- 01 00037221-70

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.

114

comprou o imóvel, responde pelas eventuais irregularidades e vícios ocultos que o mesmo possuía, vez que tinha possibilidade de verificar tais irregularidades, saná-las antes da compra ou optar por não comprar o imóvel.

Portanto, não importa QUEM desviou o curso do rio e quem fez barragens irregulares no terreno: o relevante é que o prejuízo ocorreu e o atual proprietário do imóvel é o Requerido.

É legítima a parte para responder os termos da presente demanda e se entende ter sido prejudicado pelos atos do proprietário anterior, deve o Requerido mover ação regressiva contra ele.

Gustavo Tepedino leciona ainda que: "Sujeito passivo da responsabilização **é o proprietário,** não se podendo responsabilizar com base neste dispositivo (leia-se art. 937, CC/02) o locatário ou mero detentor do imóvel. **Também não se admite que o proprietário alegue, como excludente, a culpa do anterior titular do domínio**, do construtor do prédio ou do locatário que nele resida. Isto porque a conduta culposa de qualquer destes personagens não exclui, por si só, a falta do proprietário com relação ao seu dever de guarda do imóvel (culpa 'in vigilando'). Ao proprietário condenado a reparar o dano assegura-se o direito de regresso contra o efetivo culpado pela ruína, seja ele detentor, construtor ou anterior proprietário." (grifo nosso).

Ultrapassada a preliminar alegada, passa o Requerente à discussão do mérito.

DA SUPOSTA AUTORIZAÇÃO DO REQUERENTE

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.

115

MELISSA YUMI KOGA BARALDI
ADVOGADA

Alega o Requerido que supostamente, o Requerente Sr. Gabriele Baraldi (falecido em agosto de 2010), teria dado autorização para que o antigo proprietário procedesse obras no seu terreno.

Primeiramente, o Requerido NÃO TROUXE AOS AUTOS em momento oportuno, ou seja, em sua contestação, documento que comprova que houve tal autorização.

Não será o Sr. José Fortuna que acostará aos autos tal documento, como afirma o Requerido, pois SEQUER É PARTE DESSA DEMANDA.

Em segundo lugar, caso tenha sido dada autorização pelo Sr. Gabriele Baraldi, não se pode admitir que ***"havendo concordância do esposo da Requerente, e, por conseqüência também a dela..."***, pois a esposa do Requerente, Sra. Annita Baraldi sequer residia em Atibaia na época dos fatos e NUNCA assinou qualquer tipo de autorização para o Sr. José Fortuna.

Aliás, nunca soube se o marido assinou ou não tal autorização, pois o mesmo faleceu antes do desabamento do muro.

Eram casados em regime de comunhão universal de bens, sendo meeiros um do outro e, para tanto, se houvesse autorização do Requerente, precisaria haver também autorização da esposa do Requerente através da outorga uxória, ou seja, necessidade expressa da interposição da concordância do outro cônjuge em negócios que poderiam onerar de alguma maneira o patrimônio comum da família.

Em terceiro lugar, mesmo que o Requerente houvesse dado autorização para obras de desvio do rio no terreno vizinho, não era ela autoridade competente para fornecer tal documento.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.

MELISSA YUMI KOGA BARALDI
ADVOGADA

116

A autorização deveria ser solicitada aos órgãos competentes, pois o imóvel encontra-se em Área de Proteção Permanente, dentro ainda da Área de Proteção Ambiental.

DOS FATOS

O Requerido, de forma agressiva, ofensiva e calculada, acusa a Requerente de agir com má-fé processual, de forma mentirosa, inclusive a ofendendo com termos às fls 72, como **"mentirosa, dissimulada e vingativa".**

A Requerente JAMAIS criou ou quis criar ambiente de hostilidade com o Requerido, entretanto, quando o procurou para tentativa de composição, antes mesmo do desabamento do muro, foi muito mal recebida pelo seu irmão, Sr. Renil, que a mandou "procurar os seus direitos" pois não tinha nada para conversar.

Pois não é a Requerente "mentirosa, dissimulada e vingativa". Tão-somente foi em busca de seus direitos ao constatar que não haveria conversa amigável. E tem direito de fazer denúncia aos órgãos competentes, sem necessariamente estar "planejando" contra o Requerido, como ele afirma.

No início de 2011, a Requerente procurou pelos Senhores Diogo e Fernando Protta que informaram a concessão em caráter de urgência, de autorização para obras, ao irmão do Sr. Raul, pois havia perigo iminente do rompimento das barragens artificiais, causando ainda mais estragos à coletividade e ao meio ambiente. Alegaram ainda NÃO estarem cientes do cometimento do crime de desvio de curso de rio e desmatamento em área de preservação permanente.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.

117

Dessa forma o Sr. Raul Donato Mendes, conseguiu uma autorização administrativa para livremente "aterrar" os buracos formados em seu terreno quando o solo desmoronou, e consequentemente está desviando ainda mais o curso do rio, que se encontra agora no terreno da Representante.

E vingativa por qual motivo? Possui o sítio há mais de 15 (quinze) anos, sendo que é seu local de descanso e recreação junto com seus netos e filhos, tendo sempre tido boa relação com todos os vizinhos e nunca tendo incomodado ninguém, ao contrário do Requerido.

O mais perverso é o Requerido alegar que "sabendo-se que não pode cobrar o meio ambiente, que lhe deu uma punição, imputa a um inocente culpa que lhe é própria", sendo que a Requerente constatou ainda a existência dos seguintes processos: cerca de 9(nove) penalidades emitidas pela CETESB no ano de 2000 por ter alterado o curso original do rio e desmatado flora nativa, além dos processos MP 73.903/01 processo 111/01; MP 74.448 – 64.678/03 PJ.

Informa ainda o próprio Requerido ainda que houve um Inquérito Civil recentemente arquivado e que há outro em curso.

DOS FATOS ALEGADOS PELA AUTORA

O Requerido tenta a qualquer modo alterar a verdade dos fatos ao seu favor.

Ora, Excelência! Quando a Requerida construiu o curral, galinheiro e oficina, o curso original do RIO passava MUITO LONGE de seu muro. Certamente há mais de 30(trinta) metros do muro como a lei prevê! (docs 10 e 11 da exordial)

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.

Ou a Requerida faria suas construções SABENDO que atrás do muro passava um rio? Quem em sã consciência faria uma coisa dessas?

O Requerido ou proprietário anterior, ou quem quer que seja, DESVIOU O CURSO DO RIO, como já comprovado através da perícia realizada na ação antecipatória de provas. (doc anexo – V – Conclusões)

Não importa que o Requerido tenho comprado o imóvel JÁ com o rio desviado (veja, Excelência, que em nenhum momento o Requerido NEGA que tenha havido o desvio do rio).

Além do que, o Requerido é sobrinho do conhecido Sr. Vavá que foi proprietário do imóvel anteriormente, conhecendo portanto, perfeitamente o terreno e localidade, sabendo de todas irregularidades lá ocorridas.

Ressalta-se ainda que as construções feitas no imóvel da Requerente **são todas regulares e construídas ainda nos anos 90**, e que a proibição de construção seria para o Requerido, visto que o rio passa **dentro** de sua propriedade e que deveria respeitar o espaço de 30(trinta) metros de distância para proceder qualquer edificação.

Repisa-se, MM. Juiz, que a única limitação do direito de construir em Área de Proteção Permanente, é que as construções sejam feitas respeitando-se o que reza o Código Florestal em seu artigo 5º:

> **Art. 5º - Consideram-se de preservação permanente, em todo o território do Estado de Goiás, as florestas e demais formas de vegetação natural situadas:**

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.

119

(...)II - ao longo dos rios ou qualquer curso d'água, desde seu nível mais alto, cuja largura mínima, em cada margem, seja de: a) 30m (trinta metros), para curso d'água com menos de 10m (dez metros) de largura;

b) 50m (cinqüenta metros), para o curso d'agua de 10m a 50m (dez a cinqüenta Metros) de largura;

IV - nas nascentes, ainda que intermitentes, e nos chamados "olhos d'água", qualquer que seja a sua situação topográfica, num raio mínimo de 50m (cinqüenta metros) de largura

Ou seja: o Requerido tenta aproveitar-se de sua própria torpeza para invocar direito alheio, pois ELE não poderia construir, já que o curso original do rio passava LITERALMENTE NO MEIO DE SUA PROPRIEDADE.

DO DANO MATERIAL E DA RESPONSABILIDADE OBJETIVA

No caso em testilha, a responsabilidade imputada ao Requerido é objetiva, independente de seu dolo ou culpa, exigindo a lei apenas o nexo causal entre o ato ou omissão e o dano.

Número do processo:	**1.0024.05.6636 81-4/001(1)**	**Númeraçã o Única:**	**6636814-72.2005.8.13.0024**	**Acórdão Indexado!**

Relator: Des.(a) TARCISIO MARTINS COSTA

Relator do Acórdão: Des.(a) TARCISIO MARTINS COSTA

7

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.

120

MELISSA YUMI KOGA BARALDI
ADVOGADA

Data do Julgamento: 29/07/2008

Data da Publicação: 30/08/2008

EMENTA: AÇÃO ORDINÁRIA - OBRIGAÇÃO DE FAZER - DIREITO DE VIZINHANÇA - TERRAPLANAGEM - MURO DIVISÓRIO - PRÉDIO CONFINANTE - DANO COMPROVADO - RESPONSABILIDADE OBJETIVA - CONSTRUTOR - RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA AFASTADA - ÔNUS DA PROVA.- **A responsabilidade do proprietário do terreno é objetiva, devendo responder pelos danos causados ao imóvel vizinho**, caso demonstradas a sua ocorrência e o nexo causal, não havendo se cogitar de prova da culpa. - Não se desvencilhando do ônus fundamental da prova, imposto pelos ditames do art. 333, II, do CPC, ou seja, que os danos ao prédio vizinho foram decorrentes de vícios de construção, não há se falar em responsabilidade solidária do construtor (grifo nosso).

APELAÇÃO CÍVEL Nº 1.0024.05.663681-4/001 - COMARCA DE BELO HORIZONTE - APELANTE(S): LUIZ RONCALLI ROCHA - APELADO(A)(S): CONDOMINIO EDIFICIO ISSACAR JOSÉ RESIDENCE - RELATOR: EXMO. SR. DES. TARCISIO MARTINS COSTA

Fica claro que em dado momento, HOUVE um desvio no curso original do rio, que passou a correr junto ao muro da Requerente, como comprovou a perícia (item V – Conclusões da perícia, doc 1 anexo)

Verifica-se ainda que em momento algum o perito afirma que o desabamento foi causado pelas chuvas isoladamente, mas que a proximidade do rio junto ao muro ocasionado pelo desvio de seu curso natural é que ocasionou o desmoronamento.

Tal desvio, ocasionou a aproximação do rio junto as edificações da Autora e o desabamento do muro, sendo que tal fato poderia e

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.

121

DEVERIA ser evitado pelo Requerido, vez que o muro também é por ele utilizado para sua divisa.

Comprovada está a conduta OMISSIVA do Requerido em não tomar nenhuma providência ao perceber que o muro divisório poderia ruir, **pois tem dever de guarda.**

Diga-se ainda que o muro fica de FRENTE para a casa do Requerido, que tem ampla visão da citada divisória e tinha como constatar a proximidade do rio com o muro e o perigo de queda.

Por outro lado, a Requerente demorou muito tempo para perceber o que estava acontecendo, e só tomou ciência de que o muro poderia desabar a qualquer momento, pois o caseiro que lá trabalhava na época dos fatos, ao constatar uma enorme e repentina rachadura no chão do galinheiro, subiu no muro para verificar se havia algum problema e alertou a proprietária de que junto ao muro "*havia um buraco de uns 15 metros de profundidade*".

Para a Requerente tais alterações não eram visíveis e muito menos previsíveis, pois não tinha como saber que o rio estava passando junto ao seu muro.

A alegação do réu no sentido de que não poderia ser condenado ao ressarcimento dos prejuízos suportados pela Autora, porque adquiriu o terreno após a construção do MURO e desvio do curso de água não merece prosperar, pois sua responsabilidade decorre do descumprimento do dever legal de guarda do imóvel, dever esse que não se esvai diante da culpa do antigo possuidor ou proprietário.

DO DIREITO DE VIZINHANÇA ALEGADO PELA AUTORA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.

122

MELISSA YUMI KOGA BARALDI
ADVOGADA

Repisa-se que é DIREITO da Requerente edificar e manter edificações, mesmo que em Área de Proteção Permanente, ASSIM COMO O FAZ O REQUERIDO, e portanto é incompreensível a alegação do mesmo.

O laudo pericial demonstra claramente houve o desvio do curso do rio e que por conseqüência, o rio passou a correr junto ao muro da Autora.

Portanto, não importa QUEM FEZ O TAL DESVIO, pois a responsabilidade é do proprietário atual do imóvel, que deveria ter tomado providências para que o rio que passa em sua propriedade, não invadisse o terreno vizinho, causando destruição e prejuízos.

Obviamente, uma vez que o rio foi desviado e agora passa JUNTO ao muro da Autora e nem mesmo o Réu, poderão edificar sem o consentimento dos órgãos competentes.

A Requerente LEU MUITO BEM o laudo do perito por ela contratado, e obviamente, se houve o desvio do curso original do rio, a situação terá que ser revista, pois não pode a Autora "perder" um pedaço do seu terreno (não podendo mais construir em obedência à lei ambiental) e o Requerido GANHAR um pedaço do terreno, como já ganhou (pois não poderia construir se não tivesse desviado o rio). Por esse motivo pleiteia indenização de parte de seu terreno, caso se torne inutilizável.

Veja ainda, Excelência, que no próprio estudo apresentado pelo Requerido, o engenheiro experto afirma no item 2.5, fls 95, que "a atual bacia de dissipação formada pelas águas do canal acabou causando erosão das margens. **Na margem direita a movimentação de terra causou, além da erosão, prejuízos devido a destruição de edificações de uso rural, exigindo reparos**. Um dos reparos necessários é a construção de um muro de arrimo no alinhamento da divisa". (grifo nosso).

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.

MELISSA YUMI KOGA BARALDI
ADVOGADA

123

Ora, o próprio Requerido fez prova contra si mesmo ao juntar tal documento, que comprova que houve prejuízos devido à destruição de edificações de uso rural, e que ainda, há necessidade de reparos.

É contraditório que o Requerido afirme que irá proceder tais reparos "do seu lado da propriedade" e afirme que a Requerente não pode fazer o mesmo, pois estaria desobedecendo à lei ambiental.

Se a restrição para construção vale para a Autora, vale também para o Réu, que também não poderia (re)construir o muro.

DA LITIGÂNCIA DE MÁ- FÉ

Seja condenado o Requerido ao pagamento da multa do artigo 18 do CPC, em valor de 20%, por incidir o mesmo em litigância de má-fé, ao alterar a verdade dos fatos e deduzir defesa contra fato incontroverso (artigo 17, I e II, CPC), pois SABE que a Requerente NÃO CONSTRUIU e nem mantém construções em APP.

Quando a Requerente construiu junto ao muro divisório, o local em questão NÃO era APP, pois estava há mais de 30 (trinta) metros do rio, que originalmente, localizava-se no MEIO da propriedade do Requerido, como antes comprovado (fotos 10 e 11 inicial).

Portanto, quem construiu em APP foi o Requerido e não a Requerente e alega de má-fé o Requerido que a Requerente encontra-se irregularmente em seu terreno.

DAS OFENSAS PROFERIDAS À REQUERENTE

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.

124

MELISSA YUMI KOGA BARALDI
ADVOGADA

Extrai-se dos autos às fls 72, que o Requerido, por meio de seu procurador, ofende a honra subjetiva da Requerente a xingando-a de "mentirosa, dissimulada e vingativa" e ainda alega que a mesma "planejou, quando poderia ter contatado o Requerido de forma amigável".

Ora, Excelência! Isso é o que pensa o Réu da Autora e é totalmente desnecessário ao esclarecimento dos fatos.

Ambos devem se abster de emitir suas opiniões, pois é direito da Requerente buscar o Judiciário para solucionar suas questões, sem necessariamente ser "mentirosa, dissimulada e vingativa".

O presidente do Tribunal de Ética da OAB de São Paulo, Carlos Roberto Mateucci, diz que o advogado precisa da imunidade profissional para atuar com autonomia e liberdade. **"Porém, não quer dizer que ofensas desproporcionais, não vinculadas ao tema do processo, não possam ser punidas tanto no Tribunal de Ética quanto por uma eventual ação de danos morais"**, afirma. O diretor presidente do Movimento de Defesa da Advocacia (MDA) Marcelo Knopfelmacher, também concorda com essa posição. Para ele, **o advogado não pode fazer ofensas pessoais ao juiz ou à parte contrária nas contestações.** (grifo nosso)

Desse modo, requer a Vossa Excelência seja determinado ao *"ex adversus"* RISCAR da contestação os termos "mentirosa, dissimulada e vingativa" por nada acrescer aos autos, além de ser ofensivo à honra subjetiva da Requerente, senhora idosa e desmerecedora de tais agressões.

DOS PEDIDOS

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.

125

MELISSA YUMI KOGA BARALDI
ADVOGADA

1 - Seja vencida a preliminar de ilegitimidade de parte alegada pelo Requerido e que seja apreciado o mérito da questão.

2 - Seja deferida a tutela antecipada pleiteada na peça exordial, a fim de que o Requerido inicie imediatamente obras para regularização do leito do rio e (re)construção do muro de arrimo, em consonância com os próprios estudos por ele apresentados.

3 – Seja condenado o Requerido ao pagamento de multa por litigância de má-fé por incidir no artigo 17, I e II, CPC, alterando a verdade dos fatos e deduzindo defesa contra fato incontroverso, na razão de 20% do valor da causa.

4 – Seja determinado ao procurador do Requerido RISCAR de sua contestação de fls 72 os termos "**mentirosa, dissimulada e vingativa**" por nada acrescer ao esclarecimento dos fatos e ser ainda ofensivo à honra subjetiva da Requerente, sob pena ainda da Autora ingressar com ação de danos morais contra o procurador e o Requerido.

5 – Reitera ainda a Requerente todos os termos da exordial e requer seja produzida prova pericial caso o MM. Juízo entenda pela indenização da parte do terreno que será inutilizado.

6 – Requer seja utilizado para embasamento de decisão judicial, a prova pericial produzida na antecipação de provas apenso a esses autos.
Protesta ainda por todos os meios de prova em direito admitidos.

Termos em que,
Pede deferimento.

São Paulo, 20 de Janeiro de 2012.

18

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.

MELISSA YUMI KOGA BARALDI
ADVOGADA

126

MELISSA YUMI KOGA BARALDI
OAB/SP 211.408

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.

ENGENHEIRO CIVIL
E TECNICO EM ELETRÔNICA
CREA 128.880/D

Avaliações e Perícias de Engenharia

127
1

V - CONCLUSÕES:

- O trecho do córrego Ribeirão dos Porcos que passa no interior da propriedade do Réu sofreu uma obra de desvio, realizada pelo proprietário anterior;

- Referida obra trouxe o córrego para junto da divisa do imóvel do Requerente;

- As chuvas fortes de janeiro de 2011, e a proximidade do córrego com as benfeitorias do Requerente causaram o desmoronamento de uma edícula e de um galinheiro, além de separação nas juntas de alguns pontos do estábulo;

- O orçamento para retornar o imóvel às condições originais resultou em R$ 53.800,00 (cinqüenta e três mil e oitocentos reais), válido para março de 2011;

- As edificações, mesmo depois de reforçadas, não devem situar-se tão próximas ao córrego, de modo a evitar que os mesmos problemas se repitam futuramente.

Rua Tabatinguera, 140, conj. 403, Centro, São Paulo - SP CEP 01020-901
Tel./Fax: (11) 3115-0750 e-mail: walmirmodotti@uol.com.br

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.

128

Processo nº 1527/11

CERTIDÃO

Certifico e dou por fé que procedi ao apensamento do incidente de **impugnação ao pedido de assistência judiciária** nestes autos principais.

Atibaia, 23 de janeiro de 2012.

Hélio Fernando Closel
Escrevente
Mat. 353037-A

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.

129

PODER JUDICIÁRIO
SÃO PAULO

ILUSTRÍSSIMO SENHOR DIRETOR DO 1º OFÍCIO CÍVEL DA COMARCA DE ATIBAIA

PROCESSO Nº 1527 / 2011

REQUERENTE: Dienes do Carmo Lima
(Advogado ou Estagiário de Direito constituído nos autos)

ENDEREÇO: R. Manoel Dias Henrique Nº 9 - S. 10
São Paulo - SP

TELEFONE: 3624-5922 / 9338-5922

Solicito vista em Cartório, fora do balcão, por 45 (quarenta e cinco) minutos, nos termos do Provimento CG 04/2006.

Atibaia, 06 de fevereiro de 2012

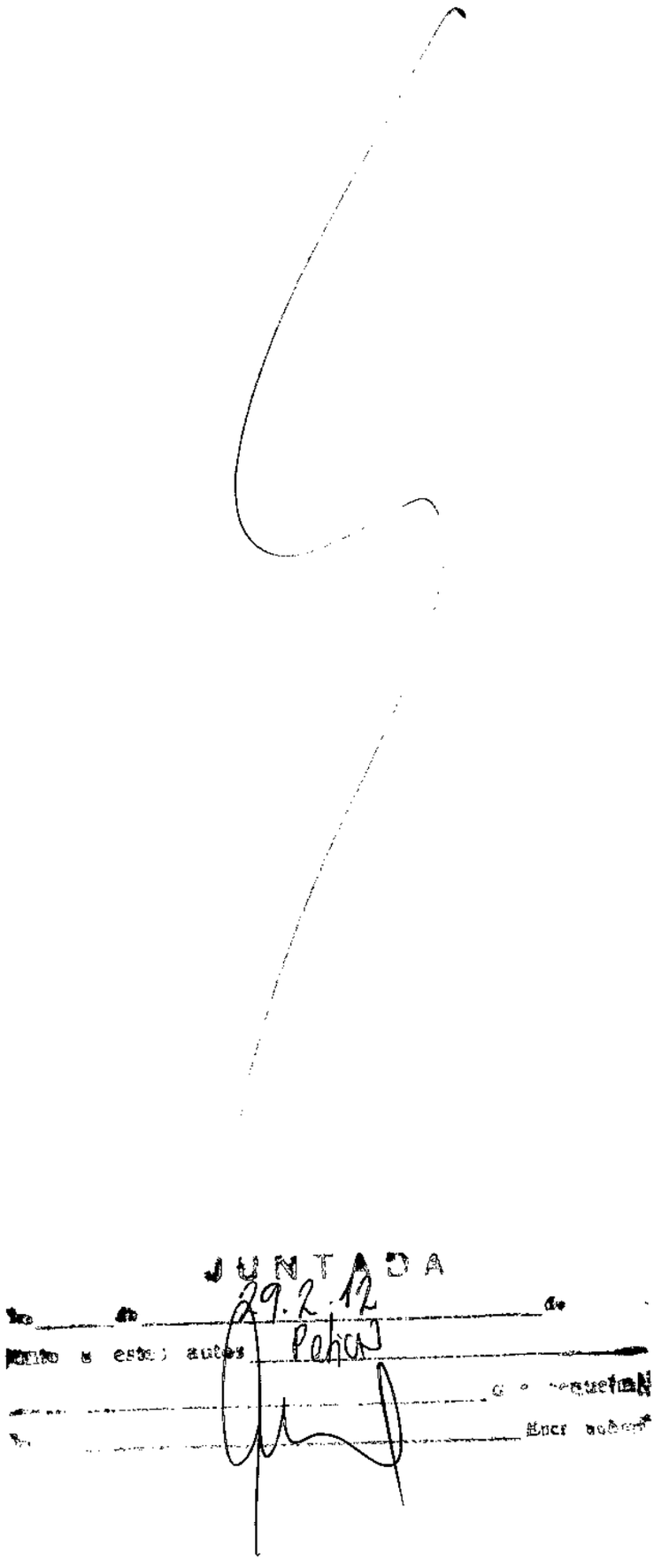
OAB/SP nº: 209712

Horário de Entrega dos Autos: _____ _____
(visto do Diretor ou Escrevente)

Horário de Devolução dos Autos: _____ _____
(visto do Diretor ou Escrevente)

50.18.019

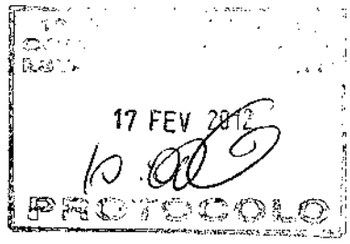
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.



Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.

130

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA **1ª. VARA CÍVEL** DA COMARCA DE ATIBAIA-SP.



TJSP 040 ACM 16022012038 ICV- 09 0011911-80

Proc. 048.01.2011.010369-9 nr. de ordem 1527/2011
REQUERENTE: Gabriele Baraldi
REQUERIDO: Raul Donato Mendes

RAUL DONATO MENDES, qualificado nos autos, vem respeitosamente a presença de Vossa Excelência, por sua advogada adiante assinado, manifestar-se no feito em questão.

Por ocasião da Contestação, não foi possível juntar as provas documentais do alegado, em razão dos procedimentos exigidos pelo DAEE (departamento de água e energia elétrica) para o fornecimento de cópias de processos antigos e já em arquivo.

Num primeiro momento, apesar do proprietário anterior insistir na existência da OUTORGA regularizando o desvio do córrego, ele não a possuía, e dizia que tudo havia sido feito pelo co-proprietário à época, e do qual não se tinha notícia.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.

131

Foi necessário um trabalho investigativo árduo para se chegar a algo que permitisse ao DAEE iniciar a busca em seus arquivos, já que nada constava do sistema informatizado.

Enquanto isso, o Ministério Público, em razão de denúncia feita pela autora, pretendendo apurar eventual crime ambiental cometido pelo Requerido, requereu à CETESB e ao DAEE que se manifestasse à respeito, trazendo muitos transtornos aos envolvidos.

Após muito empenho, as partes inocentes lograram êxito, e neste ato, junta cópia da OUTORGA referente ao desvio do córrego, e as declarações de concordância do autor e do outro confrontante provando a inocência do réu neste feito.

Enfim, estando demonstrado que o desvio do curso do córrego ocorreu atendendo às exigências legais, e que a prova pericial demonstrou que os danos se deram em razão das fortes chuvas da época, não assiste qualquer razão a autora, devendo como conseqüência responder pelos seus atos.

Ante o exposto, espera seja julgado totalmente improcedente o pedido da inicial, com a extinção do feito, sem julgamento do mérito, condenando a autora às penas da lei.

Termos em que,
Pede deferimento.

Atibaia, 10 de fevereiro de 2011.

DUENES DO CARMO SILVA
OAB/SP 209712

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.

Ilmo. Sr. Diretor da Bacia do Médio Tiet
Luiz Roberto Moretti.

132

Nunes de Camargo Silva, OAB/SP 209712, representante de Raul Donato Mendes, nos autos do processos judiciais 2057/2010 e 1527/2011, vem a presença de V.Sa. requerer, para fins de atendimento a Justiça e também ao Ministério Público Estadual CÓPIA dos Processos particulados junto ao DAEE, sob nºs, abaixo, auto nº 9802888.

DAEE/BMT/BMEE/063/2002
DAEE/BMT/BMEE/062/2002
DAEE/BMT/BMEE/064/2002

Para tanto se compromete ao pagamento da taxa respectiva, tão logo constate do nº de cópias a serem extraídas.

Atibaia, 11/ janeiro /2012

Requerimento de Outorga
Protocolo DAEE/BMT/BMAT Nº 198/2012
Data: 11/01/2012 Hora: 10 h 25 min.
Recebido por: Juzamara Canato Cabral

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.

200
133
7

REQUERIMENTO

José Fortuna, RG: 11.377.404-7 proprietário de uma chácara sem denominação localizada na estrada do Makenzie, 3.330 no Bairro do Itapetinga, município de Atibaia, vem por meio desta pedir a regularização de um barramento, retificação de curso dágua uma vez que o mesmo estava prejudicando a estrutura de uma casa próxima e construção de um barramento para efeito paisagístico e lazer no local, devendo salientar que cumprirei todas as normas da legislação ambiental vigente.

Sem mais para o momento:

Atibaia 24 de Abril de 2000

Engº. Agrº. Heron Guidorizzi Lopes
CREA/MG 66.603/D
Casa da Agricultura de Joanópolis

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.

8
134

DECLARAÇÃO

DECLARO, para os devidos fins e perante o **DAEE** e **DPRN** – DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO DE RECURSOS NATURAIS, na qualidade de confrontante do imóvel de propriedade de **JOSÉ FORTUNA** e **ORLANDO FEDERZONI**, localizada no Bairro do Itapetinga, Município de Atibaia-SP, denominado como sendo Sítio Primavera, que estou ciente que as divisas na qual confrontam com a minha propriedade estão corretas, bem como também nada tenho a opor quanto ao leito do Córrego existente no local.

Por ser verdade e para que produza os efeitos legais pretendidos assino a presente declaração.

2.º TABELIÃO DE NOTAS
ATIBAIA / SP

GABRIELE BARALDI
RNE W-165.387-X

2º Tabelião de Notas e de Protestos - Atibaia
R. Treze de Março, 291 - Centro - Cep 12940-680 - Fone/Fax (11) 4412-1911 - Tabelião (11) 4412 0922
Bel. Luiz Carlos Borges
E-Mail: tabelionato.borges@ig.com.br

Reconheço, por semelhança a Firma supra de: GABRIELE BARALDI.
Valores:
Firma 1,29
Custas 0,78
Total 2,07
10416071103234

Atibaia, 04 de Julho de 2003
Em testemunho da Verdade.
Emerson Silveira Pra - Escrevente/Prepos
VALIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE

FIRMA 0078AA006199

Recebido no D.E.P.R.N. - E.T. Atibaia
Em 10 / 07 / 03

ATIBAIA - 04/07/2003

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.

135

DECLARAÇÃO

DECLARO, para os devidos fins e perante o **DAEE** e **DPRN** – DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO DE RECURSOS NATURAIS, na qualidade de confrontante do imóvel de propriedade de **JOSÉ FORTUNA** e **ORLANDO FEDERZONI**, localizada no Bairro do Itapetinga, Município de Atibaia-SP, denominado como sendo Sítio Primavera, que estou ciente que as divisas na qual confrontam com a minha propriedade estão corretas, bem como também nada tenho a opor quanto ao leito do Córrego existente no local.

Por ser verdade e para que produza os efeitos legais pretendidos assino a presente declaração.

12 JUN. 2003

22º Subdistrito Cerqueira Cesar VISTO CONFERIDO

MOYSES ALBANO NUNES
RG 5.201.225/SSP-SP

MARINA DE CASSIA F. DA SILVA ESCREVENTE AUTORIZADA

OFICIAL DE REG. CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIÃO DE NOTAS 22.º SUBDISTRITO TUCURUVI - SP
Bel. Maria Elena C. Costa Neves - Oficial / Tabeliã
Av. Nova Cantareira, 3345 / 2347 - CEP: 02341-000 - PBX (0XX11) 6953-0125 - Tucuruvi - Capital - SP

RECONHEÇO por semelhança a(s) firma(s) de MOYSES ALBANO NUNES (27426). . . .
. . . . . .
. . . . . .
. . . . . Dou fé.
SÃO PAULO, 12 de junho de 2003. EM TESTEMUNHO DA VERDADE.
MARINA DE CASSIA F. DA SILVA - ESCREVENTE AUTORIZADA R$ 2,00
ABM1944 VALIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE

Colégio Notarial do Brasil SP FIRMA 1 1100AA024101

Marina de Cássia F. da Silva Escrevente Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais e Tabelião de Notas 22º Subdistrito - Tucuruvi - SP

Recebido no D.E.P.R.N. - E.T. Atibaia
Em 10 / 07 / 03

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.

SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS, SANEAMENTO E OBRAS
DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA
DIRETORIA DA BACIA DO MÉDIO TIETÊ – BMT
Escritório de Apoio Técnico de Campinas - BMEC
Av. Brasil n.º 2.340 – Campinas – SP – CEP 13073-001 - Fone / Fax (19) 242 6591

136

ATA DE REUNIÃO

ASSUNTO: COMPLEMENTAÇÃO DE INFORMAÇÕES REFERENTE AOS PROTOCOLOS 062 à 064 de 24/01/2002			
DATA: 07/03/02	AUTOS 98028888	PROV.	VOL.

PRESENÇAS				
Nº	NOME	CARGO / FUNÇÃO	REPRESENTA	ASSINATURA
01	PAULO SERGIO LUCIO	DAEE	DAEE/CAMP	
02	HERON GUIDORIZZI LOPES	ENGº	PROPRIETÁRIO	
03	SIDNEI A. F. PINTO	AGRONOMO	DAEE/CAMPINAS	

HISTÓRICO:
ESTEVE PRESENTE AO EAT/CAMPINAS O ENGº RESPONSÁVEL HERON GUIDORIZZI LOPES QUANDO INFORMOU QUE AS OBRAS JÁ ESTÃO REALIZADAS, ENTRETANTO APÓS ANALISAMOS O MATERIAL FORNECIDO ENCONTRAMOS ALGUMAS EQUAÇÃO APLICADAS FORA DAS NORMAS TÉCNICAS EXIGIDAS PELO DAEE, SENDO ASSIM SOLICITAMOS QUE FOSSE CORRIGIDO CONFORME ORIENTAÇÃO PASSADA PARA O ENGENHEIRO HERON.

PROVIDÊNCIAS TOMADAS / SUGERIDAS:
- LOCALIZAÇÃO EM MAPA NA ESCALA 1:10.000 DA BACIA DE CONTRIBUIÇÃO DO NALVEQUÊ E ÁREA DE CONTRIBUIÇÃO (AD)
- ESTUDOS DE HIDROLOGIA E HIDRÁULICA DO BARRAMENTO E DA CANALIZAÇÃO USANDO A EQUAÇÃO DE CHUVA DE BRAGANÇA PAULISTA, COM PERÍODO DE RETORNO T=100 ANOS
- TIRAR NOVAS FOTOS DA ÁREA, RECOLHER TAXA DA CANALIZAÇÃO
- PREENCHER NOVO ANEXO XI e XII CONFORME NOVOS VALORES DE VAZÃO DE CHEIA CALCULADO.
- USAR A EQUAÇÃO DE CHUVA MÉTODO DE I. PAI-WU OU MÉTODO REGIONAL.

RUBRICAS:

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.

~~28~~
137

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL E PROTEÇÃO DE RECURSOS NATURAIS
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE PROTEÇÃO DE RECURSOS NATURAIS

Fls.: 1

Informação
Autos nº
Interessado: Processo SMA nº 69331/2000
Assunto: Interessado: José Fortuna

Compareceu neste DEPRN-ETAT, a procuradora do interessado, a Engª Agrônª Gláucia Ramos de Carvalho, onde informamos da necessidade da complementação do projeto como segue:

1- Visto.

2- Apresentar levantamento planialtimétrico georeferenciado em coordenadas UTM, cotas reais, locando-se a situação anterior as degradações efetuadas no local (retificação do curso d'água, construção do lago etc:), anuência do proprietário confrontante ao curso d'água retificado e desviado.

3- O projeto de reflorestamento deverá atender a Resolução SMA 21/2001;

4- Apresentar a anuência dos proprietários da área ou contrato de compra e venda do imóvel.

5- O prazo para apresentação do solicitado é de 60 (sessenta) dias a contar da presente data.

6 - Obtenção

ETAT, 18 de setembro de 2002.

Ciente:

Eng. Agr. Carlos Eduardo da Silva Francisco
DPRN-ET de Atibaia
SUPERVISOR
CREA 156 153/D

Recebido no D.E.P.R.N. - E.T. Atibaia
Em 21/11/02

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL E PROTEÇÃO DE RECURSOS NATURAIS
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE PROTEÇÃO DE RECURSOS NATURAIS

(DEPRN)

138

REQUERIMENTO

uso exclusivo do DEPRN			
DOC.	TIPO	CAT	E.L.
AUT	APP	AI	Ca

2. Nº. PROCESSO SMA: 69.331/2000

3. DOCUMENTO PLEITEADO
AUT.....Autorização
PAT.....Parecer Técnico Florestal
.....Autorização para Exemplares
GF.....Licença de Transporte de Produtos Florestais

4. TIPO
CVN.....Corte de Vegetação Natural
CAI.....Corte de Árvore Isolada
APP.....Intervenção em APP
UAR.....Utilização de Várzea
MAN.....Manejo

5. CATEGORIA DA AUTORIZAÇÃO PLEITEADA
AI.....Autorização Inicial
RV.....Revalidação
NA.....Nova Autorização

6. FINALIDADE
Plano de Manejo Sustentado
Isenção 91R
Obras Públicas (especificar)
Parcelamento de Solo
Agricultura
Mineração
Represamento/Tanque
Escoamento de Produtos Florestais
Transporte de Produtos Florestais
Outros Fins (especificar)

7. Nome do proprietário.
JOSÉ FORTUNA

8. CIC ou CGC.
804 346 308-53

9. Inscrição ou RG.
11.377.404-7

10. Estado civil
DIVORCIADO

11. Profissão.
ELETRICITÁRIO

12. Endereço.
TRAV. ÚLTIMA CANTIGA, 29 VILA BUENOS AIRES PENHA - SP

13. Fone
6621 7903 (011)

14. CEP

15. Nome do procurador ou representante legal.
HERON GUIDORIZZI LOPES

16. CIC
461 202 546-68

17. RG
1.110.449-SSP-MG

18. Denominação da propriedade.
SEM DENOMINAÇÃO.

19. Área total da propriedade.
4.12 Ha

20. [X] RURAL [ ] URBANO

21. IPTU/ITR.
3852 743-0

22. Localização da propriedade (bairro, distrito, loteamento).
BAIRRO DO ITAPETINGA

23. Município
ATIBAIA

24. Cartório de registro de imóveis.
2º TAB. NOTAS ATIBAIA

25. Nº(s) matrícula(s).
54 559

26. Vem requerer ao DEPRN.
REGULARIZAÇÃO DE BARRAMENTO E RETIFICAÇÃO DE CURSO D'AGUA

27. Finalidade do pedido
OUTORGA.

28. Área total do empreendimento
6700 M2

29. Local.
ESTRADA DO MANGUE Nº 3300
BAIRRO DO ITAPETINGA

30. Data
24/04/2000

31. Assinatura.

Recebido na E. T. CAMPINAS
em 02 MAI 2000

BENEDITO FRANCISCO DE FRANÇA
RG 18 832 048 - Escriturário DPRN

Modelo III

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.

139

SECRETARIA DE ESTADO DE ENERGIA, RECURSOS HÍDRICOS E SANEAMENTO
DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA
DIRETORIA DA BACIA DO MÉDIO TIETE
ESCRITÓRIO DE APOIO TÉCNICO DE CAMPINAS

PARECER TÉCNICO DE OUTORGA - PTO

BMT/BMC/BMEC Nº 303/2003, de 18/07/2003

1. ***IDENTIFICAÇÃO***

AUTOS nº: 9802888 - DAEE

INTERESSADO

nome/razão social: **JOSÉ FORTUNA**		
C.P.F.: 804.346.308 - 53	end. p/ corresp.: Travessa Última Cantiga - nº 29 (Vila Buenos Aires)	
bairro: Penha	município: São Paulo - S.P.	CEP: 03.627 – 200
telefone: (0xx11) 6621 - 7903	Fax: (0xx11) 6671 - 2466	

OUTORGAS REQUERIDAS

Nº SEQ.	TIPO DE USO	Nº DO PROTOCOLO
001	BARRAMENTO - BA	DAEE/BMT/BMEC/ 062/2002
002	CAPTAÇÃO SUPERFICIAL – CA	DAEE/BMT/BMEC/ 063/2002
003	LANÇAMENTO SUPERFICIAL – LA	DAEE/BMT/BMEC/ 064/2002
004	CANALIZAÇÃO - CN	DAEE/BMT/BMEC//015/2003

LOCALIZAÇÃO

Nº SEQ.	CORPO D'ÁGUA	MUNICÍPIO	UGRHI	SUB-BACIA	FOLHA CART.
001	RIBEIRÃO DOS PORCOS	ATIBAIA	05	RIO ATIBAIA	083-084/106-107 ESC:1:10.000 FOL: N-27 ESC:1: 50.000
002	RIBEIRÃO DOS PORCOS				
003	RIBEIRÃO DOS PORCOS				
004	RIBEIRÃO DOS PORCOS				

DADOS BÁSICOS

Nº SEQ.	FINALIDADE	UTM N (km)	UTM E (km)	MC (°)	VAZÃO (M^3/H)	PERIODO (h/dia)
001	PAISAGISMO/LAZER	7435,43	340,22	45	64,80(*)	24
002	RECIRCULAÇÃO EM TANQUE	7435,42	340,21	45	01,29	24
003	LANÇAM. APÓS RECIRCULAÇÃO	7435,53	340,15	45	01,29	24
004	DRENAGEM	7435,43 I	340,22 I	45	-	-
		7435,50 F	340,20 F	45	-	-

OBS: (*) VAZÃO MINIMA NATURAL PARA JUSANTE DO BARRAMENTO

2. ESTUDO HIDROLÓGICO

2.1-Conforme relatório efetuado pela engº Heron Guidorizzi Lopes (resp. técnico), o Barramento (BA), situado no Ribeirão dos Porcos, deverá ter como objetivo a formação de um lago para fins de paisagismo e lazer. Quanto a Captação Superficial (CA), situada também no Ribeirão dos Porcos, deverá ter como objetivo o uso da água para recirculação em um tanque para lazer e paisagismo. Após recirculação no tanque, a água deverá ser devolvida no mesmo manancial, em um ponto de Lançamento Superficial (LA). Salientamos ainda que a Canalização (CN), deverá também ser efetuada em trecho do Ribeirão dos Porcos, a fim de melhorar o escoamento das águas, em épocas de chuva. Outrossim salientamos que as características e parâmetros técnicos das interferências acima citadas, estão contidas no projeto e documentações anexas.

Nome do funcionário :SIDNEI DOS ANJOS FERREIRA PINTO , pront.: 4824, rubrica:

Sidnei A. Ferreira Pinto
Eng. VI - Pront. 4824

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.

140

SECRETARIA DE ESTADO DE ENERGIA, RECURSOS HÍDRICOS E SANEAMENTO
DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA
DIRETORIA DA BACIA DO MÉDIO TIETE
ESCRITÓRIO DE APOIO TÉCNICO DE CAMPINAS

PARECER TÉCNICO DE OUTORGA - PTO

BMT/BMC/BMEC Nº 303/2003, de 18/07/2003

BARRAMENTO - BA
Área de drenagem (AD) = 4,82 Km²
Precipitação Média Plurianual (Pm) = 1.400 mm/ano
Vazão Média Plurianual (Qm) = 219,60 m³/h
Vazão Mínima Natural (Q7,10) = 64,80 m³/h
Vazão p/ 95% de Permanência (Q95%) = 97,20 m³/h
Vazão de Pico (Qmax) = 19,90 m³/s

CANALIZAÇÃO – CN
Tipo de canal = trapezoidal
Comprimento do trecho = 225,77 m
Declividade = 0,015 m/m
Vazão = 19,92 m³/s
Velocidade escoamento = 3,06 m/s
Tipo de Revestimento do Canal = Gabião

3. ANÁLISE E MANIFESTAÇÃO

3.1 -Segue anexo, documentações necessárias para outorga de regularização para, um barramento, uma captação superficial, um lançamento superficial e uma canalização, sendo que as mesmas estão de acordo com a portaria nº 717 - DAEE de 12/12/96.

3.2– De acordo com documentos e relatório anexos, o barramento (BA) localizado no Ribeirão dos Porcos, tem como finalidade a formação de um lago para paisagismo e lazer. Salientamos que a vazão mínima (Q7,10) para jusante, permitida pelo barramento em aprêço, nos faz concluir que não deverá haver prejuízos em outros usuários localizados a jusante, bem como no corpo hídrico. Conforme cálculos apresentado em projeto, a largura útil do vertedor, deverá se suficiente para permitir a passagem da vazão de cheias, correspondente a um período de retôrno (p/ T=100 anos)

3.3-A Captação Superficial (CA) efetuada no espelho d'água do barramento (BA), a uma vazão de 1,29 m³/h - 24 h/dia – 30 dia/mês, deverá ter a finalidade de derivar água para um tanque com objetivo para lazer e paisagismo. Após a recirculação no tanque, a água deverá ser lançada em um ponto de lançamento superficial (CA) no mesmo manancial e na mesma vazão e período.

3.4-Quanto a Canalização (CN), a ser efetuada no Ribeirão dos Porcos, em trecho de 225,77 metros de extensão e com seção trapezoidal, deverá ter como objetivo melhorar o escoamento das águas em períodos de chuvas. Segundo cálculo apresentado em projeto, a seção proposta para o trecho da Canalização (CN), deverá ser suficiente para escoar a vazão de cheia, correspondente a um período de retôrno (p/ T=100 anos).

3.5- Ressaltamos que estes Autos, permaneceu neste EAT/Campinas até o presente momento, em decorrência da necessidade de ser efetuada correções e verificações dos cálculos de projeto, bem como a demora na obtenção por parte do usuário, das anuência dos vizinhos confrontantes, em relação as interferências objeto de outorga.

Nome do funcionário :SIDNEI DOS ANJOS FERREIRA PINTO . pront.: 4824. rubrica:

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.

SECRETARIA DE ESTADO DE ENERGIA, RECURSOS HÍDRICOS E SANEAMENTO
DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA
DIRETORIA DA BACIA DO MÉDIO TIETE
ESCRITÓRIO DE APOIO TÉCNICO DE CAMPINAS

PARECER TÉCNICO DE OUTORGA - PTO

BMT/BMC/BMEC Nº 303/2003, de 18/07/2003

3.5 -Conforme verificamos, os estudos e documentações apresentadas pelo responsável técnico, estão dentro dos parâmetros fixados por esta Autarquia. Segue anexos, projeto, plantas, fotos, Requerimento expedido pelo DEPRN, bem como guia de recolhimento de taxa (Nossa Caixa), no valor total de R$ 315,60 (trezentos e quinze reais, sessenta centavos).

4. CONCLUSÃO

Com base nos estudos constantes neste Parecer Técnico de Outorga, propõe-se:

- O **deferimento** dos requerimentos abaixo relacionados:

Nº SEQ.	MODALIDADE DA OUTORGA	VALIDADE (anos)	OBSERVAÇÕES
001	BARRAMENTO – BA	30	64,00 m^3/h – 24 h/d –30 d/mês
002	CAPTAÇÃO SUPERFICIAL – CA	05	01,29 m^3/h – 20 h/d –30 d/mês
003	LANÇAMENTO SUPERFICIAL – LA	05	01,29 m^3/h – 24 h/d –30 d/mês
004	CANALIZAÇÃO – CN	-	EXTENSÃO = 225,77 metros

- Observações e considerações complementares:

Submetemos o assunto à Vossa Senhoria para apreciação e providências necessárias.

"ARQUIVO 9802888 FORTUNA". doc

Nome do funcionário :SIDNEI DOS ANJOS FERREIRA PINTO , pront.: 4824, rubrica:

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.

SECRETARIA DE ENERGIA, RECURSOS HÍDRICOS E SANEAMENTO
DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA
DIRETORIA DA BACIA DO MÉDIO TIETÊ
Av. Estados Unidos, 988 - Piracicaba - SP CEP 13416-500
Fone-Fax (0xx19) 3434-5111

141-a

Sr. Diretor da BMR:

1. Face ao Parecer Técnico de Outorga BMEC / 303 / 2003, nada há a opor, por parte desta BMR, quanto a outorga, ao interessado, para barramento, captação de água superficial, lançamento e canalização, conforme elementos cadastrais anexos e nos termos da Conclusão de folhas 84;

2. Sugere-se, s. m. j., envio destes Autos à DPO, para as providências cabíveis quanto a emissão da outorga requerida.

BMR, 21/07/2003

Geól. Otavio Galembeck
Coordenador de Outorgas da BMT
Pront.: 7480

1. De acordo;
2. Ao Sr. Resp. p/ Exp. da BMT.

BMR, 21/07/2003

Engº Agr. Sebastião Vainer Bosquilia
Resp. Divisão Técnica de Recursos Hídricos da BMT
Pront.: 5082

1. Ciente;
2. À DPO, conforme despacho supra.

BMT, 21/07/2003

Engº Luiz Roberto Moretti
Resp. p/ Exp. da BMT
Pront.: 7705

DAEE SIAT
21 JUL 2003

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.

SECRETARIA DE ESTADO DE ENERGIA, RECURSOS HÍDRICOS E SANEAMENTO
DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA
Rua Butantã, 285 - 5º andar - Telefone 3814-9011 - CEP 05424-140 - São Paulo-SP
www.daee.sp.gov.br

142

OFÍCIO/DPO nº 2977/2003
(Autos nº 9802888- DAEE)

São Paulo, 29 de setembro de 2003

Prezado(a) Senhor(a):

De ordem do Senhor Superintendente, Engenheiro Ricardo Daruiz Borsari, encaminhamos a Vossa Senhoria, cópia da outorga concedida por este Departamento, na qual encontram-se relacionados os direitos, deveres e obrigações referentes ao uso/interferência nos recursos hídricos de domínio do Estado.

Aproveitamos a oportunidade para apresentar a Vossa Senhoria os protestos da nossa estima e consideração.

p/ LEILA DE CARVALHO GOMES
Diretora de Procedimentos de Outorga e Fiscalização

A
JOSÉ FORTUNA
Travessa Última Cantiga, 29
SÃO PAULO - SP

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.

C O N C L U S Ã O

Faço estes autos conclusos ao Excelentíssimo Senhor **Dr. Marcos Cosme Porto**, MM. Dr. Juiz de Direito desta Vara. Atibaia, 6 de março de 2012. Eu, _____ Escrevente, subscrevo.

143

PROC. Nº 1527/11

Vistos, etc.

Nos termos do Artigo 398 do CPC, diga o autor sobre os documentos juntados a fls. 132/142, pelo autor, em cinco dias.

Int.

Atibaia, 6 de março de 2012

Marcos Cosme Porto
Juiz de Direito

D A T A

Nesta data foram-me entregues estes autos em cartório. Eu, _____ Escrivão-Diretor, subscrevo.

ATIBAIA, 07 MAR 2012

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.

044

C E R T I D Ã O - REMESSA/PUBLICAÇÃO

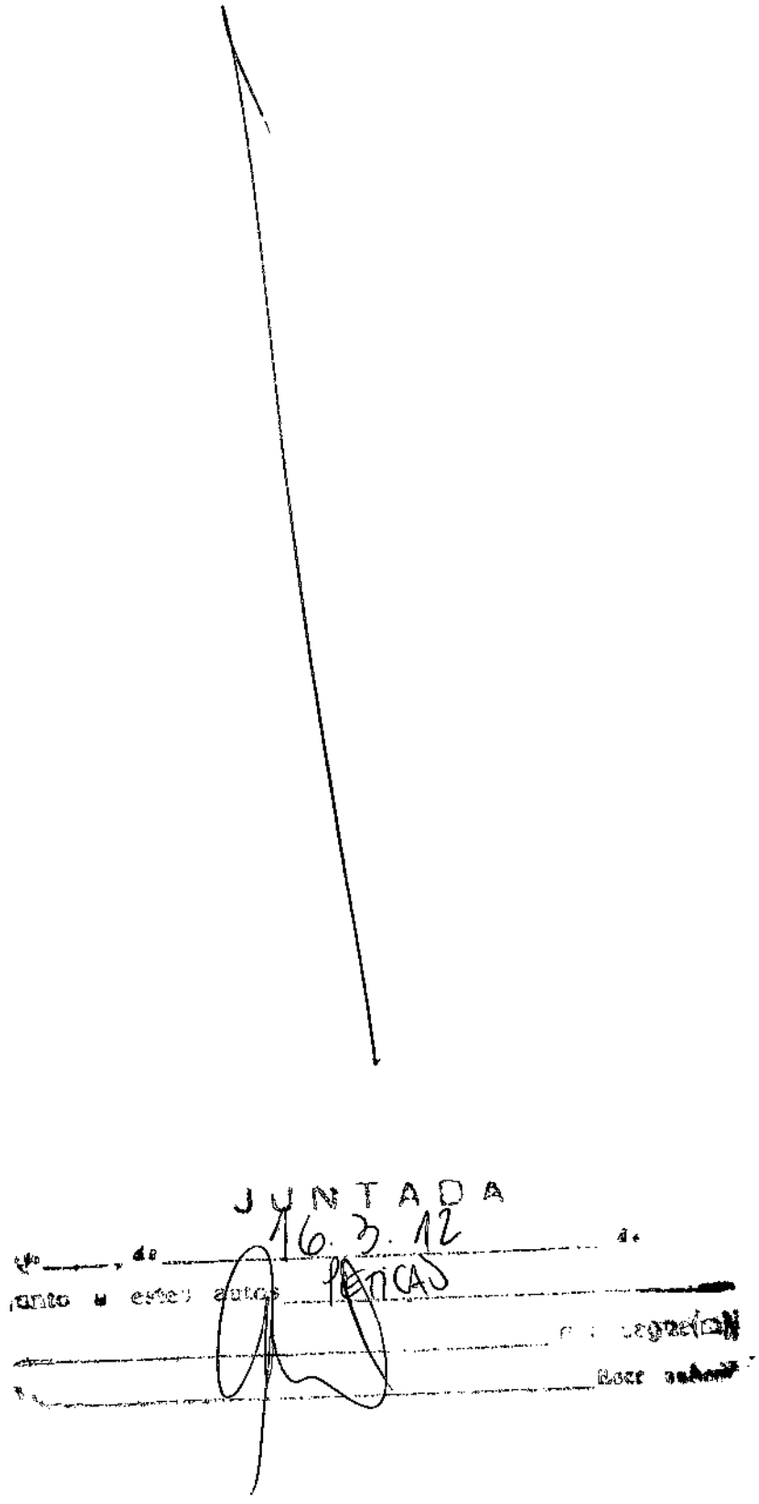
Certifico e dou fé que o despacho/providência mencionado(a) no recorte abaixo estará disponibilizado(a) no Diário da Justiça Eletrônico em 09/03/12. Considera-se a data da PUBLICAÇÃO o primeiro dia útil subseqüente à data acima mencionada (12/03/12). O prazo terá início em 13/03/12.

At., 08 de março de 2.012.

Escrevente / 1º. Ofício Cível

048.01.2011.010369-9/000000-000 - nº ordem 1527/2011 - Procedimento Ordinário (em geral) - GABRIELE BARALDI X RAUL DONATO MENDES - Nos termos do Artigo 398 do CPC, diga o autor sobre os documentos juntados a fls. 132/142, pelo autor, em cinco dias. Int. - ADV MELISSA YUMI KOGA BARALDI OAB/SP 211408 - ADV DUENES DO CARMO SILVA OAB/SP 209712

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.



Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.

145

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ATIBAIA, SP.

16 MAR 2012
PROTOCOLO

Processo número 048.01.2011.010369-0

Número de ordem 1527/2011

GABRIELE BARALDI, já qualificado nos autos em epígrafe que move contra **RAUL DONATO MENDES**, por sua advogada subscritora, vem, respeitosamente à presença de Vossa Excelência, em cumprimento ao r. despacho de fls 143, manifestar-se sobre os documentos juntados pelo Réu FORA DO PRAZO legal, pelos motivos e fatos que passa a expor.

Primeiramente, o Réu deveria ter juntado todos os documentos necessários à sua defesa na contestação, o que não o fez.

De qualquer maneira, e como já dito anteriormente, a viúva do Autor DESCONHECIA que o Sr. Gabriele Baraldi havia assinado a inclusa declaração dizendo que nada tinha a opor quanto ao leito do córrego existente no local, vez que à época dos fatos, nem sequer residia com o mesmo (encontravam-se separados de fato).

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.

146

No mais, sendo casada no regime de comunhão universal de bens, e sendo meeira do imóvel em questão, teria que também dar autorização ou declaração concordando com o Réu.

O Réu junta aos autos somente documentos que lhe interessam, pois não houve outorga definitiva do pedido feito pelo antigo proprietário Sr. José Fortuna e como ainda pode-se observar dos documentos acostados, especialmente o de fls 140/141, a outorga foi concedida, DEPENDENDO ainda de providências da DPO, e apenas para captação da água superficial, lançamento e canalização das águas e NÃO PARA O DESVIO DE LEITO DE RIO, fato que aqui se discute.

Ora, Excelência! Observe atentamente a foto (doc 10, fls 44) e veja ONDE passava o córrego (local aterrado) e para onde foi "empurrado" (para junto ao muro do Autor, à direita)

Na própria conclusão do perito (fls 33), pode-se ter certeza de que o córrego foi desviado, e certamente, não atendendo a citada outorga do DAEE que nem sequer chegou a ser concedida definitivamente.

Note-se novamente em documento de fls 141 que a autorização concedida foi para barramento, captação, lançamento e canalização do córrego e JAMAIS para o desvio realizado.

Ademais, pode-se observar no documento de fls 134 que a data da assinatura do Sr. Gabriele Baraldi, data de 04 de Julho de 2003 e que na vista do engenheiro responsável (doc fls 136), **datado de 07 de Março de 2002, a OBRA já tinha sido feita e fora das observâncias das normas técnicas,** como a mesma afirma.

Além disso, em documento de fls 137, datado de 18 de Setembro de 2002, é que houve a exigência da anuência dos proprietários (item 4) e no item 2, a Engenheira afirma que houve a degradação no local (RETIFICAÇÃO de curso d' água, construção do lago, etc) anuência do proprietário confrontante ao curso d'água retificado e desviado).

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.

147

Vejamos então, MM. Juízo, que primeiro o Sr. José Fortuna desvio e retificou o curso do rio e DEPOIS, na data de 04 de julho de 2003 é que pediu a anuência ao Sr. Gabriele Baraldi.

É passível portanto de NULIDADE a tal anuência concedida pelo Sr. Gabriele Baraldi, primeiramente porque faltante a outorga uxória da viúva também proprietária do imóvel, e porque concedida quando já havia sido realizada a obra sem regularidade pelo Réu.

Em fls 19 da peça exordial, comprova-se que a Sra. Annita Hermine Baraldi é também proprietária do imóvel, portanto, a anuência de que trata o Réu, é nula.

Por todo o exposto, requer a Vossa Excelência seja julgada totalmente PROCEDENTE a presente demanda para condenar o Réu ao ressarcimento dos danos causados ao Autor, reiterando os termos da exordial.

Termos em que,

Pede deferimento.

Atibaia, 15 de Março de 2012.

MELISSA YUMI KOGA BARALDI

OAB/SP 211.408

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.

148

C O N C L U S Ã O

Faço estes autos conclusos ao Excelentíssimo Senhor Doutor **MARCOS COSME PORTO**, MM. Dr. Juiz Direito Titular desta Vara. Atibaia, **21 de março de 2012**. Eu,_____ Escrevente, subscrevo.

Proc. nº 1527/11

Em Sentido
(2 laudas).
21.3.12

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.

149

VISTOS

Proc. 1.527/11
Ação de Obrigação de Fazer c.c. Indenização

Afasto a preliminar de ilegitimidade de parte.

O autor fundamenta sua pretensão na causa de pedir que trata de danos em sua propriedade em razão de obras realizadas na propriedade vizinha, do requerido.

Não importa saber se tais obras foram realizadas pelo antigo proprietário.

Observe-se:

"RESPONSABILIDADE CIVIL - DANOS EM PRÉDIO URBANO VIZINHO - INDENIZAÇÃO - OBRLGAÇÃO DO PROPRIETÁRIO OU POSSUIDOR - A responsabilidade pela reparação de danos causados a prédio vizinho é obrigação "propter rem", vinculando quem se encontre na posição de dono ou possuidor, independentemente de ter sido autor direto da obra causadora do prejuízo" (Ap. d Rev. 488.077 - 9" Câm. - Rei Juiz MARCIAL HOLLANDA – J 6.8 97, "in"JTA (LEX) 169/427).

A participação do falecido na iniciativa de construção da obra impugnada é tema de mérito e as consequências desse fato devem ser melhor apuradas na fase instrutória.

A prova pericial já foi produzida nos autos da medida cautelar em apenso, razão pela qual, defiro a produção de prova oral, inclusive com depoimentos pessoais.

Observo que, caso queiram ouvir o perito que elaborou o laudo nos autos da medida cautelar, que formulem quesitos em 15 dias, breves, objetivos e complementares aos que já foram por ele respondidos, para

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.

150

encaminhamento e intimação para comparecimento à audiência, que designo para o dia 31 de Maio de 2012, às 13:30 horas.

INT.

Atibaia, 21 de março de 2012

Marcos Cosme Porto

Juiz de Direito

DATA

22 MAR 2012

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.

151

PODER JUDICIÁRIO
SÃO PAULO

ATIBAIA - ESTADO DE SÃO PAULO
DR. ALVARO CORREA LIMA
JUÍZO DA PRIMEIRA VARA CÍVEL DA COMARCA DE ATIBAIA - SP.
PRIMEIRO OFICIO CÍVEL DA COMARCA DE ATIBAIA - SP.
Rua Dr. José Roberto Paim, 99 - Parque dos Coqueiros- Atibaia/SP - CEP: 12945-007 – Tel: 4412-9688 (R. 238) - Fax: 4412-7092 - e-mail: atibaia1cv@tj.sp.gov.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Processo nº 048.01.2011.010369-9/000000-000 Ordem nº 1527/2011
Oficial de Justiça: MIGUEL
Determinação judicial

Ação: Procedimento Ordinário (em geral)
Requerente: ESPÓLIO de GABRIELE BARALDI
Requerido: RAUL DONATO MENDES

MANDADO DE INTIMAÇÃO (DEPOIMENTO PESSOAL)

O(A) Doutor(a) MARCOS COSME PORTO, Meritissimo(a) Juíz(a) da 1ª. Vara Cível da Comarca de Atibaia, Estado de São Pauto, na forma da Lei,

MANDA, a qualquer Oficial de Justiça de sua jurisdição que em cumprimento deste, expedido nos autos da ação de Procedimento Ordinário (em geral), requerida por GABRIELE BARALDI contra RAUL DONATO MENDES, dirija-se à RUA AFONSO CELSO, 718, APARTº 94, - VILA MARIANA, Atibaia - SP, e, aí sendo, proceda a **INTIMAÇÃO** de **ANNITA HERMINE BARALDI, brasileira, professora aposentada, RG 2.339.992-2 e CPF 054.774.848-53,** BEM COMO, dirija-se a RUA ANICE CURY SABAG, 123, JARDIM SHANGRI-LÁ, BAIRRO RIBEIRÃO DOS PORCOS, ATIBAIA-SP e proceda também a **INTIMAÇÃO** de **RAUL DONATO MENDES, brasileiro, solteiro, floricultor, RG 27.233.858-8 e CPF 252.972.718-00,** para comparecerem perante este Juízo, sito à Rua Dr. José Roberto Paim, 99 - Parque dos Coqueiros- Atibaia/SP - CEP: 12945-007, no dia

31 de MAIO de 2012, às 13:30 HORAS

a fim de participar de audiência para produção de prova oral com depoimentos pessoais , ocasião em que serão inquiridos, tudo conforme r.despacho de fls. 149/150 cujas cópias acompanham o presente, devendo ser entregues as partes.

ADVERTÊNCIA: Caso não compareça ou se recuse a depor, presumir-se-ão verdadeiros os fatos alegados pela parte adversa.

CUMPRA-SE, na forma e sob as penas da Lei. Atibaia, 26 de março de 2012. Eu, _____ (HÉLIO FERNANDO CLOSEL), Escrevente, digitei. Eu, _____ (PEDRO DONIZETTI SIMÕES), Diretor, subscrevi e assino por determinação judicial.

PEDRO DONIZETTI SIMÕES
Escrivão Diretor

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.

152

C E R T I D Ã O – REMESSA/PUBLICAÇÃO

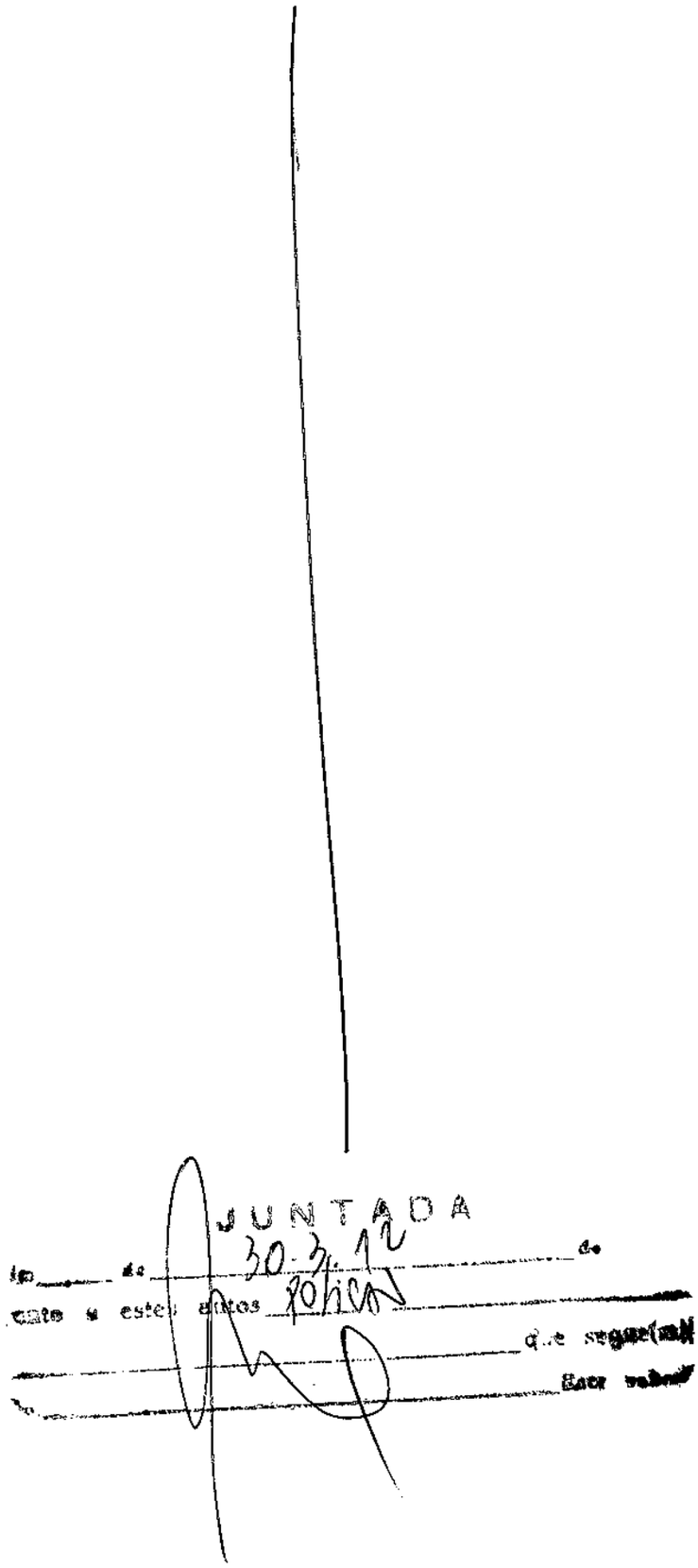
Certifico e dou fé que o despacho/providência mencionado(a) no recorte abaixo estará disponibilizado(a) no Diário da Justiça Eletrônico em 30/03/12. Considera-se a data da PUBLICAÇÃO o primeiro dia útil subseqüente à data acima mencionada (02/04/12). O prazo terá início em 03/04/12.

At., 29 de março de 2.012.

Escrevente / 1º. Ofício Cível

048.01.2011.010369-9/000000-000 - nº ordem 1527/2011 - Procedimento Ordinário (em geral) - GABRIELE BARALDI X RAUL DONATO MENDES - Fls. 149/150 - Afasto a preliminar de ilegitimidade de parte. O autor fundamenta sua pretensão na causa de pedir que trata de danos em sua propriedade em razão de obras realizadas na propriedade vizinha, do requerido. Não importa saber se tais obras foram realizadas pelo antigo proprietário. Observe-se: "RESPONSABILIDADE CIVIL - DANOS EM PRÉDIO URBANO VIZINHO - INDENIZAÇÃO - OBRLGAÇÃO DO PROPRIETÁRIO OU POSSUIDOR - A responsabilidade pela reparação de danos causados a prédio vizinho é obrigação "propter rem", vinculando quem se encontre na posição de dono ou possuidor, independentemente de ter sido autor direto da obra causadora do prejuízo" (Ap. d Rev. 488.077 - 9" Câm. - Rei Juiz MARCIAL HOLLANDA - J 6.8 97, "in"JTA (LEX) 169/427). A participação do falecido na iniciativa de construção da obra impugnada é tema de mérito e as consequências desse fato devem ser melhor apuradas na fase instrutória. A prova pericial já foi produzida nos autos da medida cautelar em apenso, razão pela qual, defiro a produção de prova oral, inclusive com depoimentos pessoais. Observo que, caso queiram ouvir o perito que elaborou o laudo nos autos da medida cautelar, que formulem quesitos em 15 dias, breves, objetivos e complementares aos que já foram por ele respondidos, para encaminhamento e intimação para comparecimento à audiência, que designo para o dia 31 de MAIO de 2012 às 13:30 horas. INT. - ADV MELISSA YUMI KOGA BARALDI OAB/SP 211408 - ADV DUENES DO CARMO SILVA OAB/SP 209712

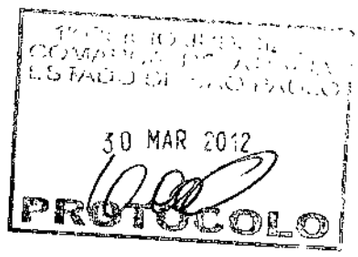
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.



Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.

153

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª. **VARA CÍVEL** DA COMARCA DE ATIBAIA – SP.



Processo 048.01.2011.010369-9 – ordem 1527/2011
Requerente: Espólio de Gabriele Baraldi
Requerido: Raul Donato Mendes

RAUL DONATO MENDES, qualificado nos autos, vem respeitosamente a presença de V.Exa. por sua advogada adiante assinado manifestar-se no feito em questão.

Por um equívoco não houve a juntada da Outorga citada em petição protocolada em 16/02/12, o que faz neste ato. Sua emissão data de 26/09/2003, e vigência pelo prazo de 30 (trinta anos) para a Canalização do Ribeirão dos Porcos, ou seja: para o desvio do curso do rio, parte mais importante do presente litígio.

Para atualizar e transferir os direitos da Outorga vigente para o proprietário atual, ora Requerido, o DAEE orientou o engenheiro responsável OSWALDO BARONE FILHO, no dia 27/03/12, para que seja elaborado um projeto de construção de uma estrutura capaz de reduzir a velocidade da água, sem alterar o curso atual do rio em complementação a outorga concedida.

Tão logo seja protocolado dito projeto junto ao DAEE, dar-se-á conhecimento a este Juízo.

Também neste ato, apenas a titulo informativo, junta cópia de comprovante de despesas com obras emergenciais realizadas pelo irmão do Requerido,

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.

154

por ocasião das chuvas de janeiro 2011, no valor de R$ 37.800,00 (trinta e sete mil e oitocentos reais).

Tais obras foram autorizadas pela Defesa Civil conforme Boletim Ambiental constante dos autos, onde se vê os dizeres "para não trazer transtorno maior com moradores do bairro," o que demonstra a preocupação do Requerido com a vizinhança; o que inclui a Autora.

Por sua vez a Autora, até então não comprovou a realização de nenhuma obra para solucionar o problema em sua propriedade, nem apresentou provas de despesas eventualmente realizadas.

Termos em que,
Pede Deferimento.

Atibaia, 29 de março de 2011.

DUENES DO CARMO SILVA
OAB/SP. 209712.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.

SECRETARIA DE ESTADO DE ENERGIA

DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA

Rua Butantã, 285 - 5º andar - tel. 3814-1766 - CEP 05424-140 - São Paulo - SP

155

PORTARIA DAEE Nº 1466, DE 26 DE SETEMBRO DE 2003

O SUPERINTENDENTE DO DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 11, incisos I e XVI do Decreto nº 52.636 de 03/02/71, e à vista do Código de Águas, da Lei nº 6.134 de 02/06/88, do Decreto nº 32.955 de 07/02/91, da Lei nº 7.663 de 30/12/91, do Decreto 41.258 de 01/11/96 e da Portaria D.A.E.E. nº 717 de 12/12/96, em solução aos requerimentos constantes dos Autos nº 9802888 - DAEE

D E T E R M I N A

ARTIGO 1º - Fica o Sr. JOSÉ FORTUNA, CPF 804.346.308-53, autorizado a utilizar e interferir em recursos hídricos, no Sítio Primavera, Estrada do Mackenzie, 3300, Bairro Itapetinga, município de ATIBAIA, para fins de lazer, paisagismo e dreangem, conforme abaixo relacionado:

USO	RECURSO HÍDRICO	COORD. UTM KM		MC	Prazo (anos)	VAZÃO M³/H	PERIODO	
		N	E				H/D	D/M
Barramento	Ribeirão dos Porcos	7.435,43	340,22	45	30			
Captação	Ribeirão dos Porcos	7.435,42	340,21	45	5	1,29	24	30
Lançamento	Ribeirão dos Porcos	7.435,53	340,15	45	5	1,29	24	30
Canalização (trapezoidal - B=3,60 m)	Ribeirão dos Porcos	7.435,43 7.435,50	340,22 340,20	45 45	30			

ARTIGO 2º - Os usos e/ou interferências nos recursos hídricos acima outorgados, deverão estar de acordo com a legislação municipal, referente ao uso e ocupação do solo, e/ou ainda estar de acordo com a legislação estadual e federal, referentes à proteção ambiental (artigo 2º da lei 4771/65 - Código Florestal) e à poluição das águas (Lei Estadual 997 e seu regulamento), atendendo às exigências dos órgãos responsáveis nos aspectos de sua competência e especificamente:

- Ao Departamento Estadual de Proteção de Recursos Naturais - DEPRN.

ARTIGO 3º - Fica o autorizado obrigado a:

1- operar as obras, segundo as condições que venham a ser determinadas pelo DAEE;

2- manter as obras e serviços em perfeitas condições de estabilidade e segurança, respondendo pelos danos a que der causa, em relação ao meio ambiente e a terceiros;

3- responder, civilmente, por danos causados à vida, à saúde, e ao meio ambiente, prejuízos de qualquer natureza a terceiros, em razão da manutenção , operação ou funcionamento das obras, bem como do uso inadequado que vier a fazer da outorga solicitada.

4- responder por todos os encargos relativos à execução de serviços ou obras e a implantação de equipamentos ou mecanismos, necessários a manter as condições acima, bem como nos casos de alteração, modificação ou adaptação dos sistemas que, a critério do DAEE, venham a ser exigidos, em função do interesse público ou social;

5- manter a jusante do(s) Barramento(s)a vazão mínima natural.

ARTIGO 4º - Esta outorga deverá, obrigatoriamente, permanecer no local onde foram autorizados os usos e/ou interferências nos recursos hídricos, citados nesse documento, para fins de fiscalização.

ARTIGO 5º - A não observância ao estabelecido neste ato, poderá caracterizar o usuário como infrator com a conseqüente aplicação das penalidades previstas na Portaria DAEE nº 1/98, que regulamentou os artigos 9º a 13 da Lei Estadual 7663/91.

ARTIGO 6º - Esta Portaria poderá ser revogada, sem que caiba indenização a qualquer título, além dos casos gerais, nos seguintes casos especiais:

I - quando os estudos de planejamento regional de utilização dos recursos hídricos tornarem necessárias adequações dos sistemas outorgados;

II - na hipótese de infringência das disposições relativas à legislação pertinente.

ARTIGO 7º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA,
aos de de 2003

RICARDO DARUIZ BORSARI
Superintendente

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.

156

CH Entulho e Terraplenagem

CNPJ.: 03.911.449/0001-08

Recibo de Serviço

A Empresa CH Entulho e Terraplenagem , Declara receber a quantia de R$ 37.800,00 do Sr.Raul Donato Mendes RG: 27.233.858-8 e CPF: 252.972.718-00 , referente serviço para reforço de um lago com risco de rompimento , localizado na Estrada Mackenzie n, 3000 Bairro Itapetinga Atibaia SP , no período de 14 de janeiro de 2011 á 12 de Fevereiro de 2011, dando como executado e encerrado os serviços.

200 horas de retroescavadeira	**R$ 18.000,00**
260 viajem terra 5 m3	**R$ 15.600,00**
60 horas de bob cat	**R$ 4.200,00**

Atenciosamente,

CH Entulho e Terraplenagem.
Responsável : Henrique Biazini

(Escritório) Rua José Pires n. 301 Centro Atibaia 011-4412-1529
(pátio)End.: Avenida Brigadeiro José Vicente Faria Lima, 455 – Alvinópolis – Atibaia/SP.
Tel. : 4411-9577 / Cel.: 7889-0813
email: chentulho@hotmail.com

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.

C O N C L U S Ã O

Faço estes autos conclusos ao Excelentíssimo Senhor **Dr. Marcos Cosme Porto**, MM. Juiz de Direito desta Vara. Atibaia, 3 de abril de 2012. Eu, _____ Escrevente, subscrevo.

157

PROC. Nº 1527/11

Vistos, etc.

Fls.153/156: ciência à parte contrária.

No mais, aguarde-se a audiência.

Int.

Atibaia, 3 de abril de 2012

Marcos Cosme Porto
Juiz de Direito

D A T A

Nesta data foram-me entregues estes autos em cartório. Eu, _____ Escrivão-Diretor, subscrevo.

ATIBAIA, 0 9 ABR 2012

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.

458

C E R T I D Ã O – REMESSA/PUBLICAÇÃO

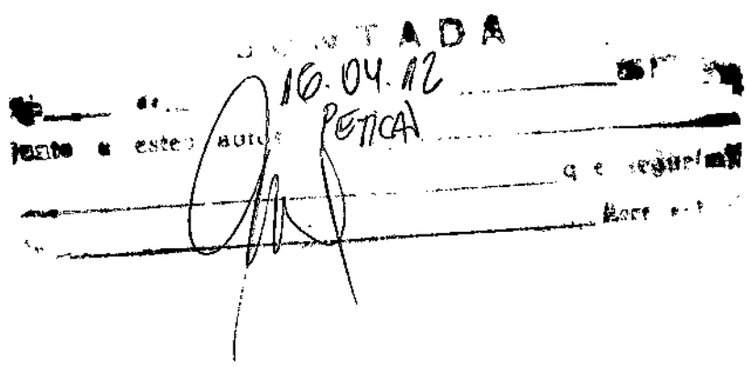
Certifico e dou fé que o despacho/providência mencionado(a) no recorte abaixo estará disponibilizado(a) no Diário da Justiça Eletrônico em 12/04/12. Considera-se a data da PUBLICAÇÃO o primeiro dia útil subseqüente à data acima mencionada (13/04/12). O prazo terá início em 16/04/12.

At., 11 de abril de 2.012.

Escrevente / 1º. Ofício Cível

048.01.2011.010369-9/000000-000 - nº ordem 1527/2011 - Procedimento Ordinário (em geral) - GABRIELE BARALDI X RAUL DONATO MENDES - Fls.153/156: ciência à parte contrária. No mais, aguarde-se a audiência. Int. - ADV MELISSA YUMI KOGA BARALDI OAB/SP 211408 - ADV DUENES DO CARMO SILVA OAB/SP 209712

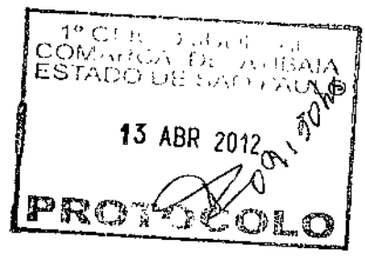
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.



Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.

159

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE ATIBAIA, SP.



TJSP GAB ATIB 12042012130? ICV- 01 0027646-70

Processo número 048.01.2011.010369-9
"Procedimento ordinário em geral"

GABRIELE BARALDI, já qualificado na presente ação que move em desfavor de **RAUL DONATO MENDES**, por sua advogada subscritora, vem, respeitosamente à presença de Vossa Excelência, formular novos quesitos para oitiva do perito em audiência a se realizar no dia 31 de Maio de 2012, em conformidade com o r. despacho de fls 149, a seguir expostos, dentro do prazo estipulado.

NOVOS QUESITOS PARA O PERITO:

1 - O muro, galinheiro e demais imóveis danificados foram construídos ANTES ou DEPOIS do desvio do córrego?

2 – Seria possível ter construído o muro SE o córrego já estivesse passando no local que passa atualmente?

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.

1160

3 – Seria possível ao Autor realizar alguma obra atualmente, sem a colaboração do Requerido, no sentido de canalizar o córrego?

4 – É possível afirmar com certeza que o córrego foi desviado para junto da propriedade dos Autores?

5 – É possível precisar o ano em que tal desvio foi realizado?

6 – É possível que o Requerido volte o córrego ao curso original?

7 – É possível que a Autora perca área útil de seu terreno em razão da impossibilidade de se construir novamente rente ao córrego?

8 – O serviço necessário para reparo do desmoronamento teria que ser realizado conjuntamente entre Autores e Requerido?

Quanto a petição de fls153/156 apresentada pelo Requerido, nota-se que o mesmo supostamente haveria obtido uma outorga do DAEE para realização da canalização do córrego, EM CONFORMIDADE com o estudo realizado, que sabiamente, em seu artigo 3°, item 2, prevê que:

Artigo 3°: Fica o obrigado a:
2 – manter as obras e serviços em perfeitas condições de estabilidade e segurança, RESPONDENDO PELOS DANOS A QUE DER CAUSA, EM RELAÇÃO AO MEIO AMBIENTE E A TERCEIROS (grifo nosso).

Portanto, não pode esquivar-se o Requerido de suas obrigações perante terceiros, vez que não pode utilizar-se da referida outorga para isentar-se de culpa em relação aos danos causados aos Autores.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.

161

Termos em que,

Pede deferimento.

São Paulo, 12 de Abril de 2012.

MELISSA YUMI KOGA BARALDI

OAB/SP 211.408

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.

162

Poder Judiciário
São Paulo

JUÍZO DE DIREITO DA PRIMEIRA VARA CÍVEL DA COMARCA DE ATIBAIA
Rua Dr. José Roberto Paim, 99 – Pq. dos Coqueiros – CEP 12940-910 – Tel. 11-. 4412-9688 ramal 238- fax 4412-7092

Processo nº: 048.01.2011.010369-9/000000-000 **Controle nº 1527/11**

Ref. nº: HFC
Ação: Procedimento Ordinário
Autor: GABRIELE BARALDI
Réu: RAUL DONATO MENDES

Atibaia, 17 de abril de 2012.

Ilmo. Sr.
WALMIR PEREIRA MODOTTI
R. Tabatinguera, 140, Conj. 403, Centro, São Paulo-SP
01020-901

Tenho a honra de **INTIMAR** a Vossa Senhoria para a audiência de prova oral, com depoimentos pessoais, designada para o **DIA 31 de MAIO de 2012, às 13:30 HORAS,** tudo conforme r.decisão de fls. 149/150, a seguir transcrita em sua parte final: ***A participação do falecido na iniciativa de construção da obra impugnada é tema de mérito e as consequências desse fato devem ser melhor apuradas na fase instrutória. A prova pericial já foi produzida nos autos da medida cautelar em apenso, razão pela qual, defiro a produção de prova oral, inclusive com depoimentos pessoais. Observo que, caso queiram ouvir o perito que elaborou o laudo nos autos da medida cautelar, que formulem quesitos em 15 dias, breves, objetivos e complementares aos que já foram por ele respondidos, para encaminhamento e intimação para comparecimento à audiência, que designo para o dia 31 de MAIO de 2012 às 13:30 horas. INT.***

Outrossim, informo que prova pericial foi produzida na ação cautelar: prudução antecipada de provas, processo nº **2057/10.**

Por fim, acompanham, o presente, cópias de fls. 159/161 dos autos.

Apresento a Vossa Senhoria, protestos de elevada estima e distinta consideração.

Pedro Donizetti Simões
Escrivão Diretor
ass.p/determ.jud.
Cap II – 64 – NSCGJ

Via cartório c/ A.R.
DETERMINAÇÃO JUDICIAL

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.

163

C E R T I D Ã O – REMESSA/PUBLICAÇÃO

Certifico e dou fé que o despacho/providência mencionado(a) no recorte abaixo estará disponibilizado(a) no Diário da Justiça Eletrônico em 19/04/12. Considera-se a data da PUBLICAÇÃO o primeiro dia útil subseqüente à data acima mencionada (20/04/12). O prazo terá início em 23/04/12.

At., 18 de abril de 2.012.

Escrevente / 1º. Ofício Cível

048.01.2011.010369-9/000000-000 - nº ordem 1527/2011 - Procedimento Ordinário (em geral) - GABRIELE BARALDI X RAUL DONATO MENDES - - - - (NOTA DE CARTÓRIO: Ciência à parte contrária, no caso, o requerido, da petição de fls. 159/161) - - - - ADV MELISSA YUMI KOGA BARALDI OAB/SP 211408 - ADV DUENES DO CARMO SILVA OAB/SP 209712

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.

164

PODER JUDICIÁRIO
SÃO PAULO

ILUSTRÍSSIMO SENHOR DIRETOR DO 1° OFÍCIO CÍVEL DA COMARCA DE ATIBAIA

PROCESSO Nº 1527 / 2011

REQUERENTE: Dienes do C. Lisboa
(Advogado ou Estagiário de Direito constituído nos autos)

ENDEREÇO: R. Manoel Dias Henrique - 9 - Sl. 12

TELEFONE: 9338-5922

Solicito vista em Cartório, fora do balcão, por 45 (quarenta e cinco) minutos, nos termos do Provimento CG 04/2006.

Atibaia, 20 de abril de 2012

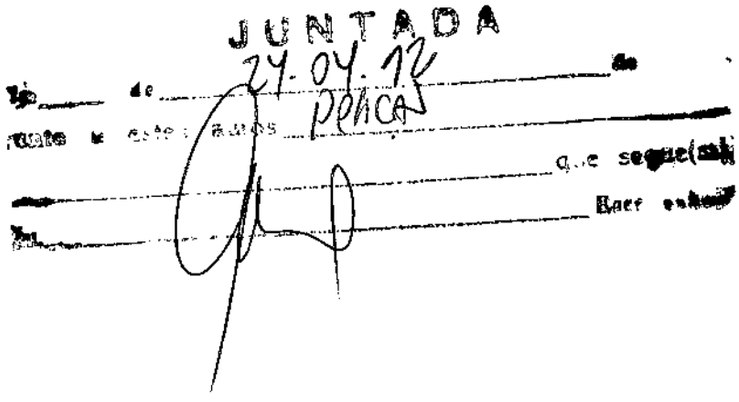
OAB/SP nº: 209712

Horário de Entrega dos Autos: _____ _____
(visto do Diretor ou Escrevente)

Horário de Devolução dos Autos: _____ _____
(visto do Diretor ou Escrevente)

50.18.019

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.



Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.

TJSP DRE AIA 23042012220 ICV- 01 0030794-40
SPI3.20 - 16-04-2012 14:21 AIA 000.0.0614768A

165

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA **1ª. VARA CÍVEL DA COMARCA DE ATIBAIA – SP.**



Processo 048.01.2011.010369-9 – nr. de ordem 1527/2011
Requerente: Gabriele Baraldi
Requerido: Raul Donato Mendes

RAUL DONATO MENDES, qualificado nos autos, vem respeitosamente a presença de Vossa Excelência, por sua advogada adiante assinado manifestar-se no feito em questão.

Em R. Despacho V.Exa., deferiu que caso as partes quisessem ouvir o perito que elaborou o Laudo nos autos da medida cautelar, que se formulassem os quesitos.

1- Com base em documentos do processo principal, quando confrontados com o laudo, assim como às explicações que se seguem, pretende o Requerido formular apenas uma pergunta.

- às fls. 146 do processo 2057/2010 – produção antecipada de provas, no 1º. parágrafo disse o perito:

- *"O trecho do córrego Ribeirão dos Porcos que passa no interior da propriedade do Réu sofreu uma obra de desvio, realizada pelo proprietário anterior."*

Tal afirmação é valida, porém não conclusiva, quando diz ser o proprietário anterior o responsável pelo desvio do curso do rio.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.

166

Ao se observar o documento protocolado no DAEE em 24/01/2002, mais precisamente às fls. em que consta a "APRESENTAÇÃO: OBJETIVO DO EMPREENDIMENTO: Lazer e efeito Paisagístico do Relatório de avaliação de eficiência (RAE), que diz: (descrito conforme documento).

DESCRIÇÃO: Os recursos Hídricos são DE Nascentes próximas a propriedade O empreendimento **já se encontra implantado** e o requerente busca a sua regularização." (grifo nosso).

Ou seja: se o empreendimento já estava implantado, poderia ter sido o proprietário anterior ou qualquer um dos confrontantes, ou mesmo, ***o mais provável, é que fizeram o desvio do curso do rio em comum acordo,*** e na mesma forma pretenderem sua regularização, sendo deferida a outorga pelo órgão competente.

Por sua vez a autora, em nenhum momento comprovou quem realmente fez o desvio do curso do córrego. Inclusive afirmou que estava separada de fato e que sequer residia em Atibaia à época dos fatos.

Porém, sabendo-se que consta dos autos declaração firmada por GABRIELI BARALDI, em 04/07/03 de que nada tem a opor quanto ao leito do rio existente no local, pode-se concluir que:

- o desvio do curso rio pode ter sido feito pelo proprietário anterior ou não -

- QUESITO 1:
Ante a documentação apresentada poderia ter sido o próprio autor o responsável pelo desvio do curso do rio?

2- Oportunamente apresentará rol de testemunhas, para as quais não haverá necessidade de intimação.

Termos em que,
Pede Deferimento.

De São Paulo p/ Atibaia, em 16 de abril de 2012.

DUENES DO CARMO SILVA
OAB/SP. 209712

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.

167

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DE EFICIÊNCIA DO USO DE RECURSOS HÍDRICOS — RAE

REQUERENTE: José Fortuna

Endereço: Atibaia,SP.
CEP 12980.000
Sitio: Sem Denominação
FONE: 011 – 6621-7903

CPF: 804.346.308-53
RG: 11.377.404-7

EMPREENDIMENTO: Barramento eTanque Paisagístico e Lazer

LOCAL: Bacia hidrográfica do Piracicaba, Juagari e Jacarei.
UGRHI:05

MUNICÍPIO: Atibaia
Estrada do Mackenzie 3300
Bairro: Itapetinga

CURSO D'AGUA: Córrego (Sem Nome) Margem esquerda do Rio Atibaia

DATA DO PROJETO: JANEIRO DE 2002

RESPONSÁVEL: Heron Guidorizzi Lopes
CREA MG 66603
VISTO CREA SP:5060789917

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.

168

ÍNDICE:

ELEMENTOS DE AVALIAÇÃO

CARACTERISTICA DO EMPREENDIMENTO

DEMANDA DE ÁGUA
CARACTERIZAÇÃO DO ABASTECIMENTO E DESCARTE DOS EFLUENTES

DESCRIÇÃO E LOCALIZAÇÃO DAS OBRAS

LEVANTAMENTO HIDROLÓGICO
CALCULO DA VAZÃO MÁXIMA
ESTUDOS HIDRAÚLICOS
INFLUÊNCIA DO EMPREEENDIMENTO NOS RECURSOS HÍDRICOS LOCAIS
CONCLUSÃO

ANEXOS:
BARRAMENTO
CAPTAÇÃO E LANÇAMENTO
FOTOS
REQUERIMENTO DE OUTORGA E AUTORIZAÇAO DE IMPLANTAÇÃO DO EMPREENDIMENTO, COM UTILIZAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS.
REQUERIMENTO DE OUTORGA DE DIREITO DE USO DE RECURSOS HÍDRICOS (BARRAMENTO, TANQUE, CANALIZAÇÃO)
TERMO DE COMPROMISSO
PLANTA E LOCALIZACAO DAS INSTALAÇÕES 1:1000
MAPA DE LOCALIZAÇÃO 1:10.000
DOCUMENTOS DO REQUERENTE

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.

169

APRESENTAÇÃO:

OBJETIVO DO EMPREEENDIMENTO: Lazer e efeito Paisagisco

DESCRIÇÃO: Os recursos Hídricos são DE Nascentes próximas a propriedade

O empreendimento já se encontra implantado e o requerente busca a sua regularização.

Sua localização é: 7.435.420 km N e 340.150 Km E.

O único curso de água em uso, cujo comprimento total desde a nascente até a saída de sua propriedade não ultrapassa 1500 m de comprimento. Sua utilização se baseia em um barramento com área abrangente de 5.000 metros quadrados.

O Abastecimento de água do tanque que ocupa uma área de 3000 m^2 ocorre totalmente por Gravidade de uma captação de nascente

O local é dominado por pastagens e matas ha anos estabelecidas, não possuindo vegetação nativa em conflito com o empreendimento e o proprietário está plantando árvores conforme as exigencias do DPRN.

O local é excelente para a implantação de empreendimento com relevante efeito paisagístico e lazer indispensáveis para o local, com excelente potencial turístico devido a exuberante natureza e beleza do local.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.

170

ELEMENTOS DE AVALIAÇAO:

CARACTERISTICAS DO EMPREENDIMENTO:

Barramento para lazer e efeito paisagistico. Barramento este já implantado, possuindo um canal de escoamento lateral (planta anexa) a parte da microbacia hidrográfica que abriga o empreendimento é pequena com 3,0 Km^2 minimizando os riscos de acidentes em função dos indices pluviométricos da região.

DEMANDA DE ÁGUA:

O empreendimento já está pronto e todas as sua demandas estão estabilizadas e estão descritas a seguir.

A demanda será mínima, restringindo a evaporação, já que o tanque possui água própria e não existe consumo de água para nenhuma outra finalidade.

O uso de técnicas para a construção do barramento e do tanque garantirão a viabilidade do projeto.

A captação de água será do Córrego com vazão total de 9,6 Metros^3 Cúbicos) por hora no inverno e 16 Metros^3 (Cúbicos) por Hora no verão (**medição direta**).

Uma captação de nascente com 1,29 m^3 (cúbicos) por Hora que abastece o tanque

O sistema de escoamento garantirá todo o reaproveitamento da água e a água retornando para o seu curso normal em perfeitas condições e sem prejuízos para a natureza.

O sistema de escoamento do Barramento consta de um canal de escoamento lateral.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.

171

CARACTERIZAÇÃO DO ABASTECIMENTO E DESCARTES DE EFLUENTES:

A capacidade do empreendimento será determinada pela eficiência máxima obtida em função da vazão existente em dada época do ano, ou seja, as fontes de abastecimento serão as existentes no local.

A carga poluidora será mínima pois o lançamento partirá do tanque principal para o leito normal do córrego, atividade que seria inviabilizada em condições de alta concentração de resíduos orgânicos.

DESCRIÇÃO E LOCALIZAÇÃO DAS OBRAS:

O empreendimento já tem sua obra instalada, segue anexo a planta de localização, fotos e croquis necessários para a sua visualização.

O barramento possui um canal de escoamento lateral por onde seguirá a agua até retornar ao seu leito normal

O Barramento é totalmente coberto por grama Batatais e a sua crista se encontra a 3m do nível de água do Lago.

O tanque possui um cano de concreto de 30 Cm de Diâmetro por onde entra e a saída de água do tanque possui um cano de concreto de 30 Cm de Diâmetro e sua crista se encontra a 1m do nível da água.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.

172

LEVANTAMENTO HIDROLÓGICO

A variação da disponibilidade de água na região é normal e segue o padrão verão-inverno típico para a serra da mantiqueira. A altitude do empreendimento situa-se entre 790 e 793m. Nas piores secas pode-se constatar quedas de até 60% do volume de água nas microbacias da região.

A precipitação anual média é da ordem de 1.450mm.

A vazão média do córrego, levando em consideração somente o escoamento subterrânco, a jusante do empreendimento varia entre:

Verão: 16 m^3/h
Inverno: 9,6 m^3/h

A micro bacia hidrográfica possui um solo de textura média que diminui o coeficiente de escoamento superficial.

A área possui pastagem cultivada e nativa (com ótimo stand) e vegetação nativa do tipo capoeira o que auxilia ainda mais na diminuição desse coeficiente.

CÁLCULO DA VAZÃO MÁXIMA:

Q MÁX= C.I.A/360

ONDE C- Coeficiente de escoamento
I - Intesidade máxima de chuva em mm
A= Área da microbacia (em Ha)

* Durante o tempo de concentração (Tc) de acordo com as normas técnicas adequadas

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.

173

PARÂMETROS:

PERÍODO DE RETORNO: O estudo deve ser de 100 anos (atendendo as normas de segurança do **DAEE**)

COEFICIENTE DE ESCOAMENTO: © Com intúito de atender as normas de segurança mais seguras, consideraremos toda a microbacia hidrográfica coberta com pastagens e capoeiras Levando-se em conta, ainda a declividade média da microbacia hidrográfica entre 10 e 20%, admite-se um coeficiente de escoamento da ordem de 0,48 (segundo **E.C.RAMSER**).

Área da microbacia determinada em 30 Há, medição direta no mapa 1.10.000 do I.G.C.

TEMPO DE CONCENTRAÇÃO: (EXPRESSÃO DE KIRPICH)

$$T_c = 57(L^2 / S)^{0,385}$$

ONDE:

L= Comprimento do talvergue (Km): 1,5

S= Declividade equivalente (m/Km) : 24

ENTÃO: T_c = 22,9 Minutos

Intensidade máxima de chuva para um período de retorno de 100 anos:

Para a região onde se localiza a microbacia em questão, o valor mais apropriado é **4,08 mm/Minuto** posto pluviográfico E_3-076. Piracaia, publicação do **DAEE** Abril de 1995 Chuvas intensas no estado de SP.)

Este valor foi adotado, pois trata-se de um estudo realizado a partir do pluviógrafo localizado bem próximo da área em questão

Outro fator decisivo é a equação de intensidade máxima de chuva para a região de campinas (Vieira, D.B, 1981), obtem-se um valor menor (207,2 mm/Hora, contra 224,8 mm/Hora, que teria de ser interpolado diminuindo a segurança

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.

174

CÁLCULO DE CHUVA DE PROJETO

Usando a equação da Cidade de São Paulo, onde:

$I = 2809.9/(Tc + 15)^{0,868}$ ..... (mm/H)

SUBSTITUINDO FICA.

$I = 2809.9/(22,9 + 15)^{0,868}$

ENTÃO **I = 119,79 mm/H**

CÁLCULO DA VAZÃO MÁXIMA: (CHEIA)

A Vazão do pico de Cheia de projeto sera calculada através da expressão do método racional, A Saber

Q máx = C x I x A/360

ONDE:

Q= Vazão de Pico de Enchente (m/H)
C= 0,20 (Coeficiente de escoamento)
I = 119,79 mm (Itensidade máxima de chuva no Tc em questão)
A= 300 Há. (Área da microbacia Hidrográfica)

Q= 0,2778 x C x I x AD
Q= C x I x AD/360

ENTÃO: Q máx= 19,96 m^3/Seg.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.

175

INFLUÊNCIA DO EMPREENDIMENTO NOS RECURSOS HÍDRICOS LOCAIS:

A influência já é conhecida e não foi constatada nenhuma mudança a jusante do empreendimento.

Este fato é facilmente comprovado, pois as propriedades situadas a jusante não foram prejudicadas e seus proprietários não se mostraram contrários ao empreedimento.

CONCLUSÃO:

- O empreendimento é viável e apresenta as condições técnicas necessárias a sua aprovação.
- O empreendimento já se encontra construído no local há dois anos e nunca ocorreu qualquer espécie de acidente nesse período devidos as chuvas da região.

Atibaia 27 de Fevereiro de 2002

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.

176

RESPONSÁVEL TÉCNICO:

Eng. Agr. Heron Guidorizzi Lopes
CREA-SP 5060789917

Heron Guidorizzi Lopes
Eng. Agrônomo
CREA MG: 66603/D
VISTO SP:5060789917

PROPRIETÁRIO/REQUERENTE:

P/ Sr. José Fortuna
José Fortuna
CPF 804 346 308-53

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL E PROTEÇÃO DE RECURSOS NATURAIS
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE PROTEÇÃO DE RECURSOS NATURAIS

(DEPRN)

177
1

REQUERIMENTO

uso exclusivo do DEPRN

1. DOC.	TIPO	CAT	E.I.
AUT	APP	AI	ia

2. Nº. PROCESSO SMA: 69331/2000

3. DOCUMENTO PLEITEADO
AU — Autorização
PE — Parecer Técnico Florestal
AE — Autorização para Exaurimento
LTPF — Licença de Transporte de Produtos Florestais

4. TIPO
CVN — Corte de Vegetação Natural
CAI — Corte de Árvore Isolada
APP — Intervenção em APP
UAR — Utilização de Árvore
MAN — Manejo

5. CATEGORIA DA AUTORIZAÇÃO PLEITEADA
AI — Autorização Inicial
RA — Retificação
NA — Nova Autorização

6. FINALIDADE
Plano de Manejo Sustentado
Isenção IER
Obras Públicas (especificar)
Parcelamento de Solo
Agricultura
Mineração
Reflorestamento/Lenha
Exaurimento de Produtos Florestais
Transporte de Produtos Florestais
Outros (Especificar)

7. Nome do proprietário: JOSE FORTUNA
8. CIC ou CGC: 804 346 308-53
9. Inscrição ou RG: 11.377.404-7
10. Estado civil: DIVORCIADO
11. Profissão: ELETRICITARIO
12. Endereço: TRAV. ULTIMA CANTIGA, 29 VILA BUENOS AIRES PENHA - SP
13. Fone: 6621 7903 (011)
14. CEP:
15. Nome do procurador ou representante legal: HERON GUIDORIZZI LOPES
16. CIC: 461 202 546-68
17. RG: 1.110.449-SSP-MG
18. Denominação da propriedade: SEM DENOMINAÇÃO.
19. Área total da propriedade: 4,12 Ha
20. [X] RURAL [ ] URBANO
21. IPTU / ITR: 3852 743-0
22. Localização da propriedade (bairro, distrito, loteamento): BAIRRO DO ITAPETININGA
23. Município: ATIBAIA
24. Cartório de registro de imóveis: 2º TAB. NOTAS ATIBAIA
25. Matrícula ou matrículas: 54 559
26. Vem requerer ao DEPRN: REGULARIZAÇÃO DE BARRAMENTO E RETIFICAÇÃO DE CURSO D'AGUA
27. Finalidade do pedido: OUTORGA.
28. Área total do empreendimento: 6704 m²
29. Local: ESTRADA DO ~~MANCHETE~~ Nº 3300 BAIRRO DO ITAPETININGA
30. Data: 24/04/2000
31. Assinatura: José Fortuna

Recebido na E. I. CAMPINAS
em 09 MAI 2000

BENEDITO FRANCISCO DE FRANÇA
RG 18.832.048 - Escriturário DPRN

Modelo 01

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.

178

Poder Judiciário
São Paulo

JUÍZO DE DIREITO DA PRIMEIRA VARA CÍVEL DA COMARCA DE ATIBAIA
Rua Dr. José Roberto Paim, 99 – Pq. dos Coqueiros – CEP 12940-910 – Tel. 11-. 4412-9688 ramal 238- fax 4412-7092

Processo nº: 048.01.2011.010369-9/000000-000 **Controle nº 1527/11**

Ref. nº: HFC
Ação: Procedimento Ordinário
Autor: GABRIELE BARALDI
Réu: RAUL DONATO MENDES

Atibaia, 25 de abril de 2012.

Ilmo. Sr.
WALMIR PEREIRA MODOTTI
R. Tabatinguera, 140, Conj. 403, Centro, São Paulo-SP
01020-901

Em **complementação** ao ofício HFC, datado de 17/04/2012, tenho a honra de **encaminhar** a Vossa Senhoria cópia dos quesitos da parte requerida (fls. 165/177) para serem respondidos na audiência designada para o **DIA 31 de MAIO de 2012, às 13:30 HORAS,** tudo conforme r.decisão de fls. 149/150, a seguir transcrita em sua parte final: ***A participação do falecido na iniciativa de construção da obra impugnada é tema de mérito e as consequências desse fato devem ser melhor apuradas na fase instrutória. A prova pericial já foi produzida nos autos da medida cautelar em apenso, razão pela qual, defiro a produção de prova oral, inclusive com depoimentos pessoais. Observo que, caso queiram ouvir o perito que elaborou o laudo nos autos da medida cautelar, que formulem quesitos em 15 dias, breves, objetivos e complementares aos que já foram por ele respondidos, para encaminhamento e intimação para comparecimento à audiência, que designo para o dia 31 de MAIO de 2012 às 13:30 horas. INT.***

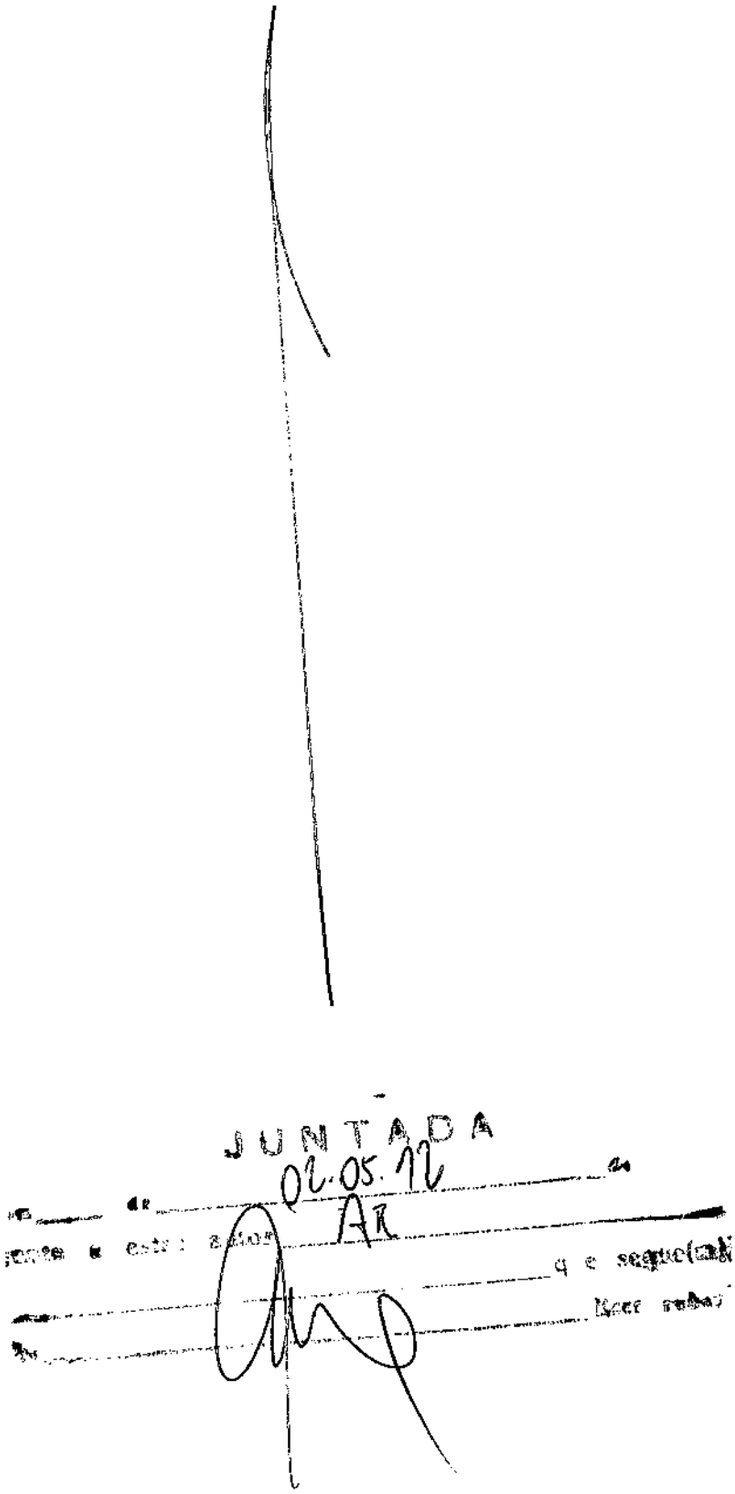
Outrossim, informo que prova pericial foi produzida na ação cautelar: prudução antecipada de provas, processo nº **2057/10.**

Apresento a Vossa Senhoria, protestos de elevada estima e distinta consideração.

Pedro Donizetti Simões
Escrivão Diretor
ass.p/determ.jud.
Cap II – 64 – NSCGJ

Via cartório c/ A.R.
DETERMINAÇÃO JUDICIAL

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.



Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.

AR - AVISO DE RECEBIMENTO

PODER JUDICIÁRIO/SP - ECT/DR/SPM - 0509752599

PROCESSO nº 1527/11 – PROCED. ORD.
Declaração de conteúdo: OF. - INTIMAÇÃO

AR

DATA DA POSTAGEM	UNIDADE DE POSTAGEM
19/04/12	AC/ATIBAIA/SP

Nº de Registro Postal
5201
RQ 38710694 1 BR

REMETENTE / ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO

Juízo de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Atibaia
Rua Dr. José Roberto Paim, 99 – Parque dos Coqueiros
12940-910 Atibaia - SP

__/__/__ ____:____h | __/__/__ ____:____h | __/__/__ ____:____h

DESTINATÁRIO

26 ABR 2012
PROTOCOLO

WALMIR PEREIRA MODOTTI
RUA TABATINGUERA, 140 – CONJ. 403
01020-901 SÃO PAULO/SP

MOTIVO DA DEVOLUÇÃO

- ☐ MUDOU-SE
- ☐ DESCONHECIDO
- ☐ RECUSADO _____
- ☐ NÃO PROCURADO
- ☐ NÚMERO INEXISTENTE
- ☐ END. INSUFICIENTE
- ☐ NF. ESCR. PORT./SÍNDICO
- ☐ OUTROS: _____

CARIMBO DA UNIDADE DE DESTINO

CDD SÉ
20 ABR 2012
SÃO PAULO - DR/SPM

NOME E ASSINATURA DO RECEBEDOR

DATA DO RECEBIMENTO
20 / 20 ABR 2012
RG. 24955745

RUBRICA E MATRÍCULA DO EMPREGADO

JOSÉ [illegible]
[illegible]072-4

DATA

50

fls. 186

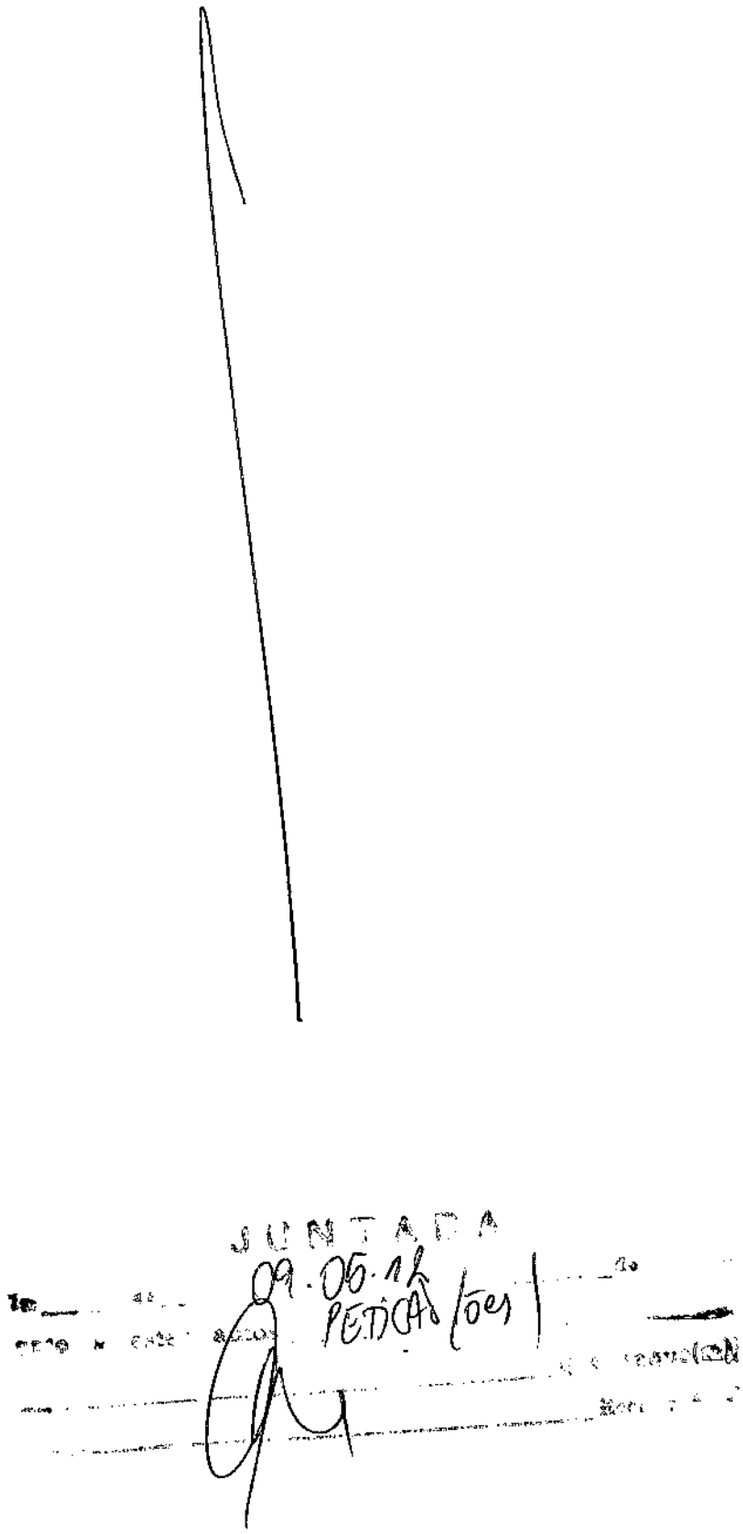
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.

180

Certifico e dou fé que estes autos retirados do Offic
em 02.5.12 pelo Adv. Valmir
Pereira Motta foram devolvidos nesta dat
Em 09 de 05 de 2012

Escr

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.



Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.

Walmir Pereira Modotti

ENGENHEIRO CIVIL
E TÉCNICO EM ELETRÔNICA
CREA 128.880/D

181

Avaliações e Perícias de Engenharia

Avaliação de Imóveis
Patologias Construtivas
Possessórias
Georreferenciamento de Imóveis Rurais - Lei 10.267/01
Fraudes contra Concessionárias de Energia Elétrica
Violação de Marcas e Patentes de Softwares

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ATIBAIA - SP

AUTOS Nº 048.01.2011.010369-9

1º OFÍCIO JUDICIAL
COMARCA DE ATIBAIA
ESTADO DE SÃO PAULO
7 MAI 2012 / 14:30h
PROTOCOLO

WALMIR PEREIRA MODOTTI, engenheiro, Perito Judicial, nomeado nos ***AUTOS DO PROCEDIMENTO ORDINÁRIO***, requerido por ***GABRIELE BARALDI***, em face de ***RAUL DONATO MENDES***, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência para requerer **redesignação** da audiência marcada para o dia 31 de Maio de 2012 às 13:30horas.-, haja vista que no mesmo dia o signatário possui viagem marcada, com passagens compradas.

Termos em que,
P.Deferimento

Atibaia, 04 de maio de 2012.

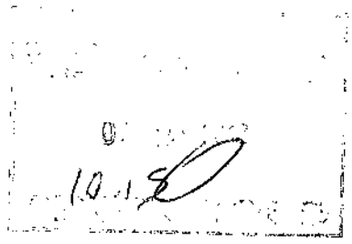
WALMIR PEREIRA MODOTTI
CREA: 128.880/D

Rua Tabatinguera, 140, conj. 403, Centro, São Paulo - SP CEP 01020-901
Tel./Fax: (11) 3115-0750 e-mail: walmirmodotti@uol.com.br

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.

182

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO
DA 1ª. **VARA CÍVEL DA COMARCA DE ATIBAIA - SP.**



Processo 048.01.2011.010369-9 – controle 1527/2011
Requerente: Gabriele Baraldi
Requerido: Raul Donato Mendes

RAUL DONATO MENDES, qualificado nos autos, vem respeitosamente a presença de V.Exa., por sua advogada adiante assinado, manifestar-se no feito em questão.

Quanto aos quesitos complementares, embora haja alguns desnecessários, fica a cargo deste Juízo o deferimento ou não.

Quanto ao demais das fls. 159/161, resta lamentável o fato do autor subestimar as provas ofertadas pelo réu, principalmente quando se refere à outorga juntada, dizendo que "supostamente" haveria obtido uma outorga do DAEE para a realização da canalização do córrego.

Tal atitude em nada ajuda na solução do problema.

O fato é que ANNITA HERMINE BARALDI e o Réu são vítimas de decisões tomadas pelo autor e pelo proprietário anterior ao réu, os quais, com permissão legal regularizaram o desvio do curso do córrego, resultando em danos materiais para as partes.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.

183

E, para se obter a dita outorga regularizando o desvio do curso do rio, o proprietário anterior, o autor e o outro confrontante fizeram uma composição amigável obtendo êxito.

Como há novo proprietário, no caso o réu, nova outorga será requerida, e novamente terá que haver uma composição entre ele e o autor.

Portanto, o ideal é que as partes entrem num acordo, para a realização da obra a ser feita para evitar a continuação da erosão, preferencialmente, ainda neste semestre, antes da época das chuvas.

Certamente neste momento o urgente é solucionar a causa da erosão.

Quanto à possibilidade do retorno do rio ao curso anterior, esta foi cogitada em reunião com técnicos do DAEE. Porém, ante a demora na autorização para este evento o viável é fazer a obra necessária no curso atual, beneficiando-se da outorga existente já que para a sua concessão foi permitida a realização de obras de manutenção.

Cópia da presente está sendo encaminhada diretamente à procuradora do autor, pois, talvez surja, para o bem das partes, uma possibilidade de conciliação antes mesmo da audiência.

Termos em que,
Pede deferimento.

Atibaia, 02 de maio de 2012.

DUENES DO CARMO SILVA
OAB/SP. 209712

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.

184

CONCLUSÃO

Faço estes autos conclusos ao Excelentíssimo Senhor Doutor **MARCOS COSME PORTO**, MM. Dr. Juiz Direito Titular desta Vara. Atibaia, **10 de maio de 2012**. Eu,_____ Escrevente, subscrevo.

Proc. nº 1527/11

Redesigno a audiência para o dia 27.06.12, às 15:00 horas.

Int.

10.5.12

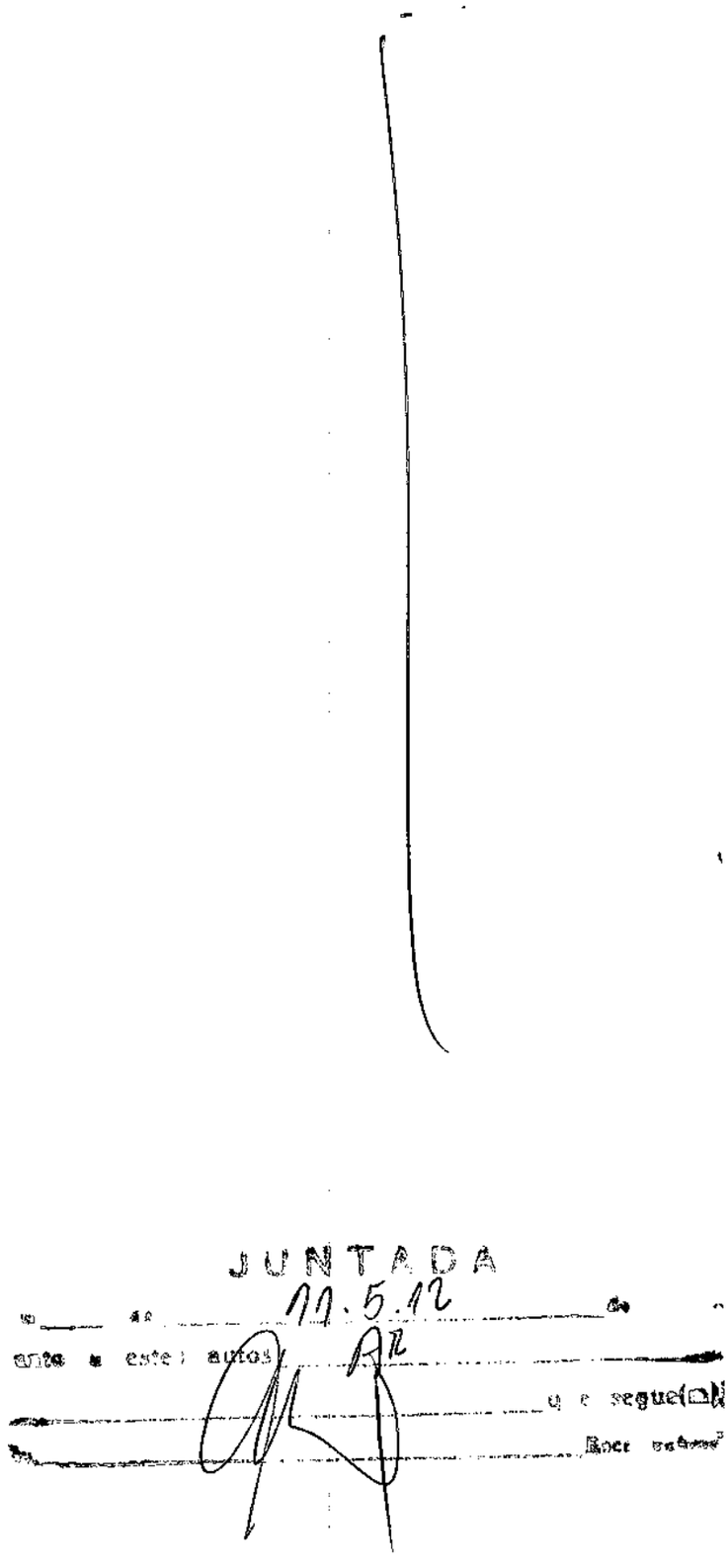
DATA

Aos 10 de MAI 2012 de 12

recebi estes autos em cartório

Em _____

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.



Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.

AR - AVISO DE RECEBIMENTO

PODER JUDICIÁRIO/SP - ECT/DR/SPM - 0509752599

PROCESSO nº 1527/11 – PROC. ORD.
Declaração de conteúdo: -ENC.-

AR

DATA DA POSTAGEM: 27/04/12

UNIDADE DE POSTAGEM: AC/ATIBAIA/SP

Nº de Registro Postal: RQ 38710934 7 BR

03 MAI 2012

REMETENTE / ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO

Juízo de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Atibaia
Rua Dr. José Roberto Paim, 99 – Parque dos Coqueiros
12940-910 Atibaia - SP

5507

DESTINATÁRIO

WALMIR PEREIRA MODOTTI
RUA TABATINGUERA, 140 – CONJ. 403 – CENTRO
SÃO PAULO/SP
01020-901

__/__/__ ___:___h

__/__/__ PROTOCOLO ___h

MOTIVO DA DEVOLUÇÃO

- ☐ MUDOU-SE
- ☐ DESCONHECIDO
- ☐ RECUSADO _____
- ☐ NÃO PROCURADO
- ☐ NÚMERO INEXISTENTE
- ☐ END. INSUFICIENTE
- ☐ NF. ESCR. PORT/SÍNDICO
- ☐ OUTROS: _____

CARIMBO DA UNIDADE DE DESTINO

30 ABR 2012

SÃO PAULO - SP

NOME E ASSINATURA DO RECEBEDOR

DATA DO RECEBIMENTO: 30 ABR 2012

RG: _____

RUBRICA E MATRÍCULA DO EMPREGADO

DATA:

fls. 194

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.

186

Processo nº 1527/11

CERTIDÃO

Certifico e dou por fé, em cumprimento ao r.despacho de fls. 184, expedi carta precatória, carta com AR para intimação da autora, bem como, aditei o mandado de intimação expedido a fls. 151 para a intimação do requerido, e, ainda, expedi carta para intimação do perito, conforme cópias que seguem.

Atibaia, 11 de maio de 2012.

Hélio Fernando Closel
Escrevente
Matr. 353037-A

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.

187

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Juízo de Direito da 1ª. Vara Cível da Comarca de Atibaia
Rua Dr. José Roberto Paim, 99 - Parque dos Coqueiros- Atibaia/SP - CEP: 12945-007
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

CARTA PRECATÓRIA

Determinação Judicial

Processo nº 048.01.2011.010369-9/000000-000 **Ordem nº 1527/2011**
Valor da Causa: R$ 53800,0000
DISTRIBUIÇÃO
ADVERTÊNCIA: **AUDIÊCIA REDESIGNADA PARA O**
DIA 27 de JUNHO de 2012, às 15:00 HORAS

DEPRECANTE: Juízo de Direito da 1ª. Vara Cível da Comarca de Atibaia
DEPRECADO: Juízo de Direito da Comarca de **SÃO PAULO-SP**

DESPACHO

O Exmo Sr. Dr. MARCOS COSME PORTO, MM Juiz de Direito do 1ª. Vara Cível da Comarca de Atibaia, Estado de São Paulo, na forma da lei,

FAZ SABER ao(a) Exmo(a) Sr(a) Dr(a) Juiz(a) de Direito da Comarca de **SÃO PAULO-SP,** à qual esta for distribuída, que, perante este Juízo e respectivo Cartório se processam os termos e atos da Procedimento Ordinário, processo nº 048.01.2011.010369-9/000000-000, requerida por GABRIELE BARALDI, representado pela viúva inventariante ANNITA HERMINE BARALDI contra RAUL DONATO MENDES.

FINALIDADE

INTIMAÇÃO de **ANNITA HERMINE BARALDI, brasileira, professora aposentada, RG 2.339.992-2 e CPF 054.774.848-53,** residente na ***Rua Afonso Celso, 718, Apartº 94, Vila Mariana, São Paulo-SP*** para que compareça ao Fórum, na sala de audiências da **1ª Vara Cível**, sito a Rua Dr. José Roberto Paim, 99 - Parque dos Coqueiros- Atibaia/SP - CEP: 12945-007, para a realização da audiência ***para a produção de prova oral, com depoimentos pessoais,*** REDESIGNADA para o **DIA 27 de JUNHO de 2012, às 15:00 HORAS, *sob pena de confissão com relação à matéria de fato,***

ADVOGADOS: Autor: MELISSA YUMI KOGA BARALDI - OAB/SP 211408; Réu: DUENES DO CARMO SILVA – OAB-SP 209.712

ENCERRAMENTO

Assim, pelo que dos autos consta, expediu-se a presente, pela qual depreca a Vossa Excelência que, após exarar o seu respeitável "cumpra-se", se digne determinar as diligências para o seu integral cumprimento com o que estará prestando relevantes serviços à justiça. Data e passada nesta Cidade da Comarca de Atibaia, Estado de São Paulo, aos 11 de maio de 2012. Eu _____ (HÉLIO FERNANDO CLOSEL), Escrevente, digitei. Eu, _____ (PEDRO DONIZETTI SIMÕES), Diretor, subscrevi.

MARCOS COSME PORTO
Juiz de Direito

CERTIDÃO
Certifico ser autêntica a assinatura do Dr. **MARCOS COSME PORTO**, MM Juiz de Direito da 1ª. Vara Cível da Comarca de Atibaia-SP.
Atibaia, 11 de maio de 2012.

PEDRO DONIZETTI SIMÕES
Diretor

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.

188

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Juízo de Direito da 1ª. Vara Cível da Comarca de Atibaia
Rua Dr. José Roberto Paim, 99 - Parque dos Coqueiros- Atibaia/SP - CEP: 12945-007
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Processo nº: **048.01.2011.010369-9/000000-000** Ordem nº: **1527/2011**

Ação: **Procedimento Ordinário**
Requerente: GABRIELE BARALDI
Requerido: RAUL DONATO MENDES

A(o) Ilmo(a) Sr(a):
ANNITA HERMINE BARALDI
Rua Afonso Celso, 718, apartº 94, Vila Mariana
04119-060

Pelo presente, fica Vossa Senhoria **INTIMADO(A)** a comparecer perante este juízo da 1ª. Vara Cível, para participar de audiência abaixo indicada, **para a produção de prova oral, com depoimentos pessoais, sob pena de confissão com relação à matéria de fato,** munido de documento de identidade.

AUDIÊNCIA REDESIGNDA para o **DIA 27 de JUNHO de 2012, às 15:00 HORAS,** dirigir-se à Rua Dr. José Roberto Paim, 99 - Parque dos Coqueiros- Atibaia/SP - CEP: 12945-007, sala de audiências da 1ª Vara Cível.

Em 11 de maio de 2012

PEDRO DONIZETTI SIMÕES
Diretor

Via cartório – c/AR – Fls 192
Determinação Judicial

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.

189

Poder Judiciário
São Paulo
JUÍZO DE DIREITO DA PRIMEIRA VARA CÍVEL DA COMARCA DE ATIBAIA
Rua Dr. José Roberto Paim, 99 – Pq. dos Coqueiros – CEP 12940-910 – Tel. 11-. 4412-9688 ramal 238- fax 4412-7092

PROCESSO Nº 048.01.2011.010369-9/000000-000
Controle nº 1527/11
Oficial de Justiça: MIGUEL
Determinação Judicial

AUDIÊNCIA REDESIGNADA PARA O DIA
27 de JUNHO de 2012, às 15:00 HORAS

ADITAMENTO

Fica aditado ao mandado expedido a fls. 151, para **intimação pessoal das partes, no caso, SOMENTE do requerido RAUL DONATO MENDES, brasileiro, solteiro, floricultor, RG 27.233.858-8 e CPF 252.972.718-00**, residente na ***Rua Anice Cury Sabag, 123, Jardim Shangrilá, Bairro Ribeiro dos Porcos, Atibaia-SP, CEP 12.948-022,*** de conformidade com o r. despacho de fls. 184 deste Juízo: ***"Redesigno a audiência para o DIA 27 de JUNHO de 2012 às 15:00 HORAS. Int. Atibaia-SP, 10/05/12, (a) Dr. Marcos Cosme Porto – Juiz de Direito"***. Nada mais. Atibaia, 11 de maio de 2012 Eu, _____ (Hélio Fernando Closel) Escrevente digitei. Eu, _____(Pedro Donizetti Simões) Escrivão Diretor, subscrevi e assino por determinação do Juízo - Cap II - 64 - NSCGJ.

OBS: Cap. VI, item 4 - NSCGJ: "É vedado ao oficial de Justiça o recebimento de qualquer numerário diretamente da parte".

Cap. VI, item 5 - NSCGJ: "A identificação do Oficial de Justiça, no desempenho de suas funções, será feita mediante apresentação da carteira funcional obrigatória, em todas as diligências".

PEDRO DONIZETTI SIMÕES
Escrivão Diretor
(Cap. II, item 64, NSCGJ)

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.

190

Poder Judiciário
São Paulo

JUÍZO DE DIREITO DA PRIMEIRA VARA CÍVEL DA COMARCA DE ATIBAIA
Rua Dr. José Roberto Paim, 99 – Pq. dos Coqueiros – CEP 12940-910 – Tel. 11-. 4412-9688 ramal 238- fax 4412-7092

Processo nº: 048.01.2011.010369-9/000000-000 **Controle nº 1527/11**

Ref. nº: HFC
Ação: Procedimento Ordinário
Autor: GABRIELE BARALDI
Réu: RAUL DONATO MENDES

Atibaia, 11 de maio de 2012.

Ilmo. Sr.
WALMIR PEREIRA MODOTTI
R. Tabatinguera, 140, Conj. 403, Centro, São Paulo-SP
01020-901

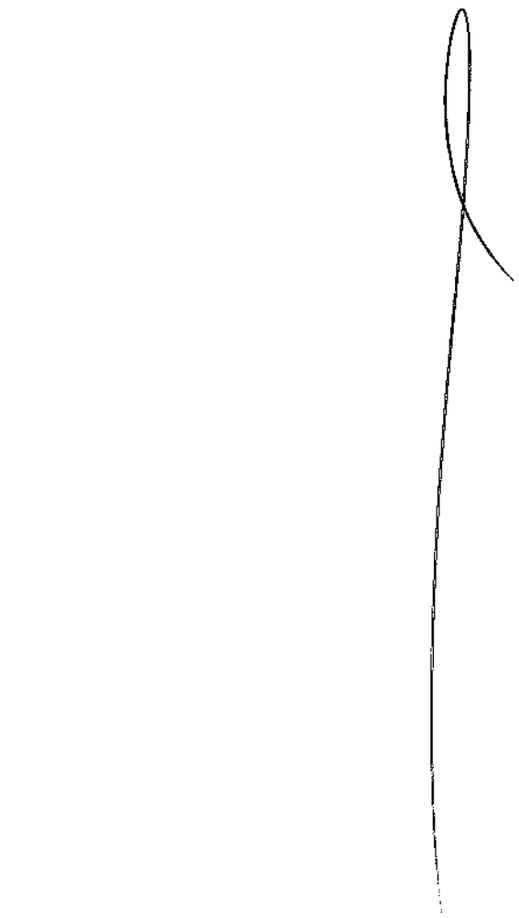
Tenho a honra de **INTIMAR** a Vossa Senhoria para a audiência de prova oral, com depoimentos pessoais, **REDESIGNADA** para o **DIA 27 de JUNHO de 2012, às 15:00 HORAS,** tudo conforme r.despacho de fls. 184, a seguir transcrito: ***"Redesigno a audiência para o dia 27.06/2012, às 15:00 horas. Int. Atibaia-SP, 10/0582012.***

Apresento a Vossa Senhoria, protestos de elevada estima e distinta consideração.

Pedro Donizetti Simões
Escrivão Diretor
ass.p/determ.jud.
Cap II – 64 – NSCGJ

Via cartório c/ A.R. – fls. 193
DETERMINAÇÃO JUDICIAL

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.



JUNTADA
16.5.12
CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.

191

C E R T I D Ã O – REMESSA/PUBLICAÇÃO

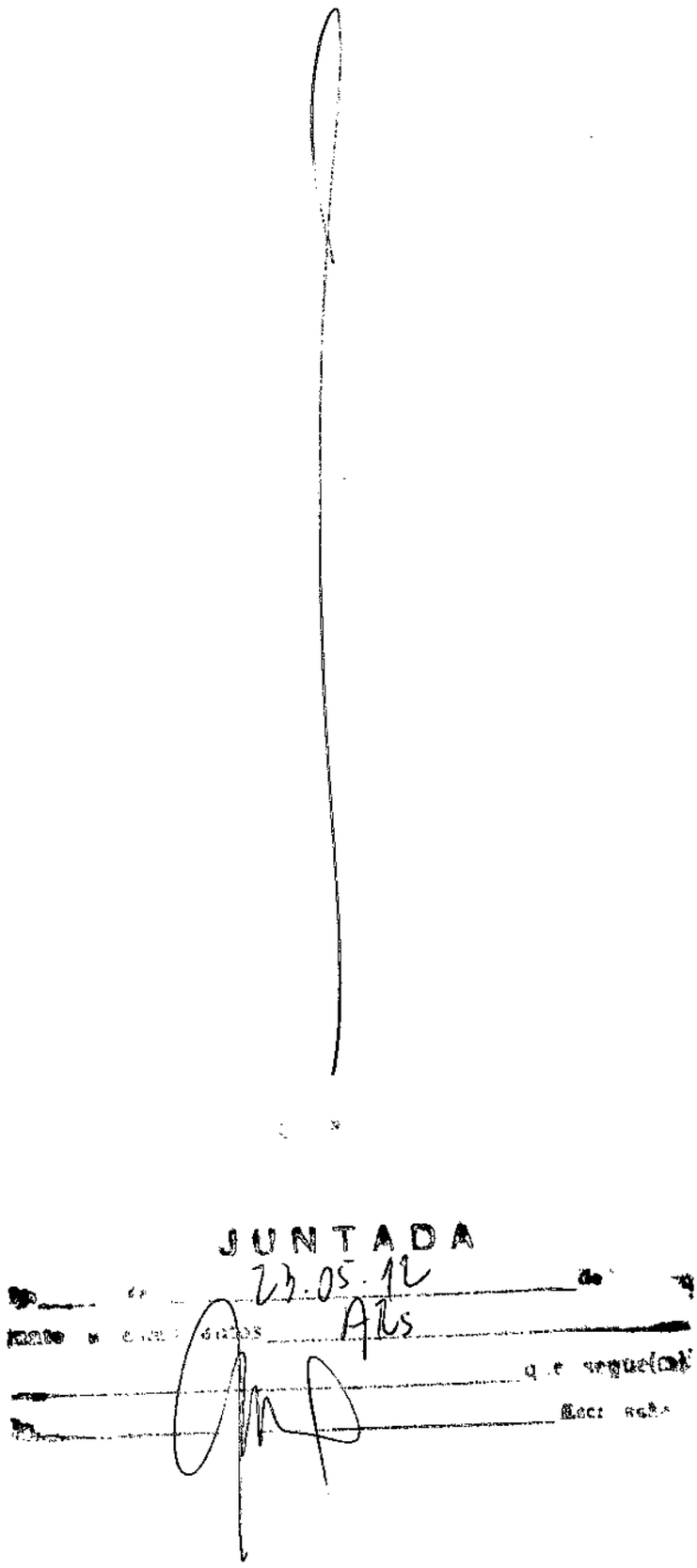
Certifico e dou fé que o despacho/providência mencionado(a) abaixo estará disponibilizado(a) no Diário da Justiça Eletrônico em 15/05/12. Considera-se a data da PUBLICAÇÃO o primeiro dia útil subseqüente à data acima mencionada (16/05/12). O prazo terá início em 17/05/12.

At., 14 de maio de 2.012.

Escrevente / 1º. Ofício Cível

048.01.2011.010369-9/000000-000 - nº ordem 1527/2011 - Procedimento Ordinário - Indenização por Dano Material - GABRIELE BARALDI X RAUL DONATO MENDES - Redesigno a audiência para o dia 27 de JUNHO de 2012 às 15:00 horas. Int. - ADV MELISSA YUMI KOGA BARALDI OAB/SP 211408 - ADV DUENES DO CARMO SILVA OAB/SP 209712

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.



Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.

AR - AVISO DE RECEBIMENTO

PODER JUDICIÁRIO/SP - ECT/DR/SPM - 0509752599

AR

DATA DA POSTAGEM	UNIDADE DE POSTAGEM
15/05/12	AC/ATIBAIA/SP

PROCESSO nº 1527/11 - Proc. Ord.
Declaração de conteúdo: OF. – INTIMAÇÃO

Nº de Registro Postal

RQ 387113469 BR

22 MAI 2012

REMETENTE / ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO

Juízo de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Atibaia
Rua Dr. José Roberto Paim, 99 – Parque dos Coqueiros
12940-910 Atibaia - SP

6597

DESTINATÁRIO

ANNITA HERMINE BARALDI
RUA AFONSE CELSO, 718, APTO. 94 VILA MARIANA
04119-060 SÃO PAULO/SP

__/__/__ ___:___ h

__/__/__ ___:___ h

MOTIVO DA DEVOLUÇÃO

- ☐ MUDOU-SE
- ☐ DESCONHECIDO
- ☐ RECUSADO _____
- ☐ NÃO PROCURADO
- ☐ NÚMERO INEXISTENTE
- ☐ END. INSUFICIENTE
- ☐ NF. ESCR. PORT/SÍNDICO
- ☐ OUTROS: _____

CARIMBO DA UNIDADE DE DESTINO

CDD - DOCENTE DA SAÚDE
17 MAI 2012
DR/SPM

NOME E ASSINATURA DO RECEBEDOR	DATA DO RECEBIMENTO:	RUBRICA E MATRÍCULA DO EMPREGADO	DATA
	14/5/12	Adelmo E. Cecílio MAT. 8.858.795-1	
	RG 22627368		

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.



AR - AVISO DE RECEBIMENTO

PODER JUDICIÁRIO/SP - ECT/DR/SPM - 0509752599

PROCESSO nº 1527/11 . Proced. Cível.
Declaração de conteúdo: OF. – INTIMAÇÃO

AR

DATA DA POSTAGEM	UNIDADE DE POSTAGEM
15/05/12	ACIATIBAIA/SP

Nº de Registro Postal

RQ 38711339 0 BR

REMETENTE / ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO

Juízo de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Atibaia
Rua Dr. José Roberto Paim, 99 – Parque dos Coqueiros
12940-910 Atibaia - SP

__/__/__ ___:___h | __/__/__ ___:___h | __/__/__ ___:___h

DESTINATÁRIO

WALMIR PEREIRA MODOTTI
RUA TABATINGUERA, 140 CONJ. 403 CENTRO
01020-901 SÃO PAULO/SP

1º OFÍCIO JUDICIAL
COMARCA DE ATIBAIA
ESTADO DE SÃO PAULO
23 MAI 2012
PROTOCOLO

MOTIVO DA DEVOLUÇÃO
- ☐ MUDOU-SE
- ☐ DESCONHECIDO
- ☐ RECUSADO
- ☐ NÃO PROCURADO
- ☐ NÚMERO INEXISTENTE
- ☐ END. INSUFICIENTE
- ☐ DT. ESCR. PORT/SÍNDICO
- ☐ OUTROS:

CARIMBO DA UNIDADE DE DESTINO
CDD SE
17 MAI 2012
SÃO PAULO/SP DR/SPM

NOME E ASSINATURA DO RECEBEDOR
EDUARDO ALVES

DATA DO RECEBIMENTO
17 MAI 2012
RG:

RUBRICA E MATRÍCULA DO EMPREGADO

fls. 204

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.

194

PODER JUDICIÁRIO
SÃO PAULO

ATIBAIA - ESTADO DE SÃO PAULO
DR. ALVARO CORREA LIMA
JUÍZO DA PRIMEIRA VARA CÍVEL DA COMARCA DE ATIBAIA - SP.
PRIMEIRO OFICIO CÍVEL DA COMARCA DE ATIBAIA - SP.
Rua Dr. José Roberto Paim, 99 - Parque dos Coqueiros- Atibaia/SP - CEP: 12945-007 – Tel: 4412-9688 (R. 238) - Fax: 4412-7092 - e-mail: atibaia1cv@tj.sp.gov.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Processo nº 048.01.2011.010369-9/000000-000 Ordem nº 1527/2011
Oficial de Justiça: MIGUEL
Determinação judicial

Ação: Procedimento Ordinário (em geral)
Requerente: ESPÓLIO de GABRIELE BARALDI
Requerido: RAUL DONATO MENDES

MANDADO DE INTIMAÇÃO (DEPOIMENTO PESSOAL)

O(A) Doutor(a) MARCOS COSME PORTO, Meritíssimo(a) Juíz(a) da 1ª. Vara Cível da Comarca de Atibaia, Estado de São Paulo, na forma da Lei,

MANDA, a qualquer Oficial de Justiça de sua jurisdição que em cumprimento deste, expedido nos autos da ação de Procedimento Ordinário (em geral), requerida por GABRIELE BARALDI contra RAUL DONATO MENDES, dirija-se à RUA AFONSO CELSO, 718, APARTº 94, - VILA MARIANA, Atibaia - SP, e, aí sendo, proceda a **INTIMAÇÃO** de **ANNITA HERMINE BARALDI, brasileira, professora aposentada, RG 2.339.992-2 e CPF 054.774.848-53,** BEM COMO, dirija-se a RUA ANICE CURY SABAG, 123, JARDIM SHANGRI-LÁ, BAIRRO RIBEIRÃO DOS PORCOS, ATIBAIA-SP e proceda também a **INTIMAÇÃO** de **RAUL DONATO MENDES, brasileiro, solteiro, floricultor, RG 27.233.858-8 e CPF 252.972.718-00,** para comparecerem perante este Juízo, sito à Rua Dr. José Roberto Paim, 99 - Parque dos Coqueiros- Atibaia/SP - CEP: 12945-007, no dia

31 de MAIO de 2012, às 13:30 HORAS

a fim de participar de audiência para produção de prova oral com depoimentos pessoais , ocasião em que serão inquiridos, tudo conforme r.despacho de fls. 149/150 cujas cópias acompanham o presente, devendo ser entregues as partes.

ADVERTÊNCIA: Caso não compareça ou se recuse a depor, presumir-se-ão verdadeiros os fatos alegados pela parte adversa.

CUMPRA-SE, na forma e sob as penas da Lei. Atibaia, 26 de março de 2012. Eu, _____ (HÉLIO FERNANDO CLOSEL), Escrevente, digitei. Eu, _____ (PEDRO DONIZETTI SIMÕES), Diretor, subscrevi e assino por determinação judicial.

PEDRO DONIZETTI SIMÕES
Escrivão Diretor

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.

CERTIDÃO

CERTIFICO que em cumprimento ao mandado, em diligências efetuadas nos endereços indicados não encontrei pessoalmente o DDr. RAUL DONATO MENDES – recados com Sra. Maria de Lourdes Mendes. Outrossim, devolvo o mandado, tendo em vista a redesignação de audiência. Atibaia, 24.05.12. Oficial de Justiça,

(Miguel A. Stepanies)

2 atos

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.

Poder Judiciário
São Paulo
JUÍZO DE DIREITO DA PRIMEIRA VARA CÍVEL DA COMARCA DE ATIBAIA
Rua Dr. José Roberto Paim, 99 – Pq. dos Coqueiros – CEP 12940-910 – Tel. 11-. 4412-9688 ramal 238- fax 4412-7092

15 JUN 2012

PROCESSO Nº 048.01.2011.010369-9/000000-000
Controle nº 1527/11
Oficial de Justiça: MIGUEL
Determinação Judicial

195

AUDIÊNCIA REDESIGNADA PARA O DIA
27 de JUNHO de 2012, às 15:00 HORAS

ADITAMENTO

Fica aditado ao mandado expedido a fls. 151, para **intimação pessoal das partes, no caso, SOMENTE do requerido RAUL DONATO MENDES, brasileiro, solteiro, floricultor, RG 27.233.858-8 e CPF 252.972.718-00,** residente na ***Rua Anice Cury Sabag, 123, Jardim Shangrilá, Bairro Ribeiro dos Porcos, Atibaia-SP, CEP 12.948-022,*** de conformidade com o r. despacho de fls. 184 deste Juízo: ***"Redesigno a audiência para o DIA 27 de JUNHO de 2012 às 15:00 HORAS. Int. Atibaia-SP, 10/05/12, (a) Dr. Marcos Cosme Porto – Juiz de Direito".*** Nada mais. Atibaia, 11 de maio de 2012 Eu, _____ (Hélio Fernando Closel) Escrevente digitei. Eu, _____ (Pedro Donizetti Simões) Escrivão Diretor, subscrevi e assino por determinação do Juízo - Cap II - 64 - NSCGJ.

OBS: Cap. VI, item 4 - NSCGJ: "É vedado ao oficial de Justiça o recebimento de qualquer numerário diretamente da parte".

Cap. VI, item 5 - NSCGJ: "A identificação do Oficial de Justiça, no desempenho de suas funções, será feita mediante apresentação da carteira funcional obrigatória, em todas as diligências".

PEDRO DONIZETTI SIMÕES
Escrivão Diretor
(Cap. II, Item 64, NSCGJ)

X Raul Donato Mendes

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.

C E R T I D Ã O

Certifico que nos dias úteis nos Juizados Indevidos e Bairro de Jacuba, [illegible] o requerido RAUL DONATO MENDES, o qual bem ciente teor do despacho/redesignação de audiência. At., 14.6.12. Oficial de Justiça. (Miguel A. Stepanies)

Ato - mapa

E.T recebem cópia e exarem seu ciente

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.

Tribunal de Justiça
do Estado de São Paulo
Juízo de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Atibaia

196

TERMO DE AUDIÊNCIA
DE
INSTRUÇÃO E JULGAMENTO

Processo Cível nº 1527/11
Ação: Obrigação de Fazer
Requerente: Espólio de GABRIELE BARALDI, representado por Sra. ANNITA HERMINE BARALDI
Requerido: RAUL DONATO MENDES

Em 27 de Junho de 2012, na hora designada, cidade e Comarca de Atibaia/SP, sala de audiência da Primeira Vara, com o Exmo. Sr. Dr. MARCOS COSME PORTO, MM. Juiz de Direito Titular, comigo Escrevente, em audiência nos autos supra mencionados. No pregão verificou-se o seguinte: presente a parte Requerente representada pela Sra. Annita Hermine Baraldi; presente sua Advogada, Dra. MELISSA YUMI KOGA BARALDI; presente a parte Requerida; presente sua Advogada, Dra. DUENES DO CARMO SILVA. Presente o Perito Judicial, Sr. Walmir Pereira Modotti. Não foram arroladas testemunhas pelas partes.

Iniciados os trabalhos foi proposta a conciliação, tendo a mesma sido, por ora, rejeitada pelas partes.

Após, foi homologado a desistência dos depoimentos pessoais, bem como foi tomado o depoimento do Perito Judicial em auto apartado pelo sistema de estenotipia.

Não havendo mais nenhuma prova a produzir foi encerrada a instrução, determinando que se passassem aos debates.

Requereram prazo para memoriais.

O MM. Juiz proferiu a seguinte decisão:

Vistos.

Defiro o requerido, concedendo o prazo de DEZ (10) dias para entrega dos memoriais com as alegações finais, cada parte dentro de seu prazo. O prazo começará a ser contado após a juntada da transcrição do depoimento hoje tomado.

Após a entrega das alegações finais venham os autos à conclusão para sentença, saindo intimados os presentes.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

Juízo de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Atibaia

197

Saem intimados os presentes. Nada mais. Do que para constar lavrei o presente que após lido e achado conforme vai devidamente assinado. Eu _____ (*Milton Alves Barbosa*) Chefe de Seção Judiciário digitei e subscrevo.

MM. JUIZ

Annita R. Baraldi

REPRESENTANTE DO REQUERENTE (Sra. Annita)

ADV. DA PARTE REQUERENTE

REQUERIDO (Sr. Raul)

Raul Donato Mendes

ADV. DA PARTE REQUERIDA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 00102369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.

Walmir Pereira Modotti

ENGENHEIRO CIVIL
E TÉCNICO EM ELETRÔNICA
CREA 128.880/D

1981

Avaliações e Perícias de Engenharia

Avaliação de Imóveis
Patologias Construtivas
Possessórias
Georreferenciamento de Imóveis Rurais - Lei 10.267/01
Fraudes contra Concessionárias de Energia Elétrica
Violação de Marcas e Patentes de Softwares

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ATIBAIA - SP

AUTOS Nº: 048.01.2011.010369-9 (1527/11)

WALMIR PEREIRA MODOTTI, engenheiro, Perito Judicial, nomeado nos **AUTOS DO PROCEDIMENTO ORDINÁRIO**, requerido por **GABRIELE BARALDI**, em face de **RAUL DONATO MENDES**, **tendo sido intimado para comparecer em audiência** vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência para apresentar, por escrito, resposta aos quesitos formulados pelas partes.

Termos em que,

P. Deferimento

Atibaia, 27 de junho de 2.012.

WALMIR PEREIRA MODOTTI
CREA: 128.880/D

Rua Tabatinguera, 140, conj. 403, Centro, São Paulo - SP CEP 01020-901
Tel./Fax: (11) 3115-0750 e-mail: walmirmodotti@uol.com.br

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.

Walmir Pereira Modotti

ENGENHEIRO CIVIL
E TÉCNICO EM ELETRÔNICA
CREA 128.880/D

189

Avaliações e Perícias de Engenharia

I - QUESITOS COMPLEMENTARES DA REQUERENTE (fls. 159/161):

A Requerente apresenta alguns quesitos complementares que serão respondidos a seguir pelo Perito:

01° QUESITO COMPLEMENTAR: *O muro, galinheiro e demais imóveis danificados foram construídos ANTES ou DEPOIS do desvio do córrego?*

RESPOSTA: O muro, galinheiro e demais imóveis danificados foram construídos antes do desvio do córrego.

02° QUESITO COMPLEMENTAR: *Seria possível ter construído o muro SE o córrego já estivesse passando no local que passa atualmente?*

RESPOSTA: Não seria possível.

03° QUESITO COMPLEMENTAR: *Seria possível ao Autor realizar alguma obra atualmente, sem a colaboração do Requerido, no sentido de canalizar o córrego?*

RESPOSTA: Não, o Requerido deve colaborar com as obras.

04° QUESITO COMPLEMENTAR: *É possível afirmar com certeza que o córrego foi desviado para junto da propriedade dos Autores?*

Rua Tabatinguera, 140, conj. 403, Centro, São Paulo - SP CEP 01020-901
Tel./Fax: (11) 3115-0750 e-mail: walmirmodotti@uol.com.br

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.

Walmir Pereira Modotti

ENGENHEIRO CIVIL
E TÉCNICO EM ELETRÔNICA
CREA 128.880/D

Avaliações e Perícias de Engenharia

RESPOSTA: Sim, é possível afirmar com certeza.

05° QUESITO COMPLEMENTAR: *É possível precisar o ano em que tal desvio foi realizado?*

RESPOSTA: Não é possível precisar o ano do desvio do córrego, estima-se, através das imagens do Google Earth juntadas no laudo, que o córrego foi desviado antes do ano de 2005.

06° QUESITO COMPLEMENTAR: *É possível que o Requerido volte o córrego ao curso original?*

RESPOSTA: Sim, com a ajuda de especialistas na área, é possível voltar o córrego ao curso original.

07° QUESITO COMPLEMENTAR: *É possível que a Autora perca área útil de seu terreno em razão da impossibilidade de se construir novamente rente ao córrego?*

RESPOSTA: Sim.

08° QUESITO COMPLEMENTAR: *O serviço necessário para reparo do desmoronamento teria que ser realizado conjuntamente entre Autores e Requerido?*

RESPOSTA: Trata-se de matéria que constitui direito, e será apreciada pelo M.M. Juiz quando prolatar a sentença.

Rua Tabatinguera, 140, conj. 403, Centro, São Paulo - SP CEP 01020-901
Tel./Fax: (11) 3115-0750 e-mail: walmirmodotti@uol.com.br

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.

Walmir Pereira Modotti

ENGENHEIRO CIVIL
E TÉCNICO EM ELETRÔNICA
CREA 128.880/D

Avaliações e Perícias de Engenharia

II - QUESITOS COMPLEMENTARES DO REQUERIDO (fls. 165/166):

O Requerido apresenta um quesito complementar que será respondido a seguir pelo Perito:

"Com base em documentos do processo principal, quando confrontados com o laudo, assim como às explicações que se seguem, pretende o Requerido formular apenas uma pergunta.

- às fls. 146 do processo 2057/2010 - produção antecipada de provas, no 1º parágrafo disse o perito:

- "O trecho do córrego Ribeirão dos Porcos que passa no interior da propriedade do Réu sofreu uma obra de desvio, realizada pelo proprietário anterior."

Tal afirmação é válida, porém não conclusiva, quando diz ser o proprietário anterior o responsável pelo desvio do curso do rio.

Ao se observar o documento protocolado no DAEE em 24/01/2002, mais precisamente às fls. em que consta a "APRESENTAÇÃO: OBJETIVO DC EMPREENDIMENTO: Lazer e efeito Paisagístico do Relatório de avaliação de eficiência (RAE), que diz: (escrito conforme documento).

DESCRIÇÃO: Os recursos Hídricos são DE Nascentes próximas a propriedade

Rua Tabatinguera, 140, conj. 403, Centro, São Paulo - SP CEP 01020-901
Tel./Fax: (11) 3115-0750 e-mail: walmirmodotti@uol.com.br

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.

Walmir Pereira Modotti

ENGENHEIRO CIVIL
E TÉCNICO EM ELETRÔNICA
CREA 128.880/D

202

Avaliações e Perícias de Engenharia

*O empreendimento **já se encontra implantado** e o requerente busca a regularização." (grifo nosso)*

Ou seja: se o empreendimento já estava implantado, poderia ter sido o proprietário anterior ou qualquer um dos confrontantes, ou mesmo, o mais provável, é que fizeram o desvio do curso do rio em comum acordo, e na mesma forma pretendem sua regularização, sendo deferida a outorga pelo órgão competente.

Por sua vez a autora, em nenhum momento comprovou quem realmente fez o desvio do curso do córrego. Inclusive afirmou que estava separada de fato e que sequer residia em Atibaia à época dos fatos.

Porém, sabendo-se que consta dos autos declaração firmada por GABRILELI BARALDI, em 04/07/03 de que nada tem a opor quanto ao leito do rio existente no local, pode-se concluir que:

- o desvio do curso do rio pode ter sido feito pelo proprietário anterior ou não.

01° QUESITO COMPLEMENTAR: *Ante a documentação apresentada, poderia ter sido o próprio autor o responsável pelo desvio do curso do rio?*

RESPOSTA: O desvio foi feito dentro da propriedade do Réu, não tendo o Autor qualquer responsabilidade sobre o mesmo. O documento citado é assinado pelo então proprietário, Sr. José Fortunato, e indica que a obra foi realizada em meados do ano 2.000 (fls. 175).

Rua Tabatinguera, 140, conj. 403, Centro, São Paulo - SP CEP 01020-901
Tel./Fax: (11) 3115-0760 e-mail: walmirmodotti@uol.com.br

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.

Walmir Pereira Modotti

ENGENHEIRO CIVIL
E TÉCNICO EM ELETRÔNICA
CREA 128.880/D

Avaliações e Perícias de Engenharia

Avaliação de Imóveis
Patologias Construtivas
Possessórias
Georreferenciamento de Imóveis Rurais - Lei 10.267/01
Fraudes contra Concessionárias de Energia Elétrica
Violação de Marcas e Patentes de Softwares

III - ENCERRAMENTO:

Dando por terminado o seu trabalho, mandou datilografar o presente Esclarecimento, que é composto de 6 (seis) folhas datilografadas de um lado só, todas rubricadas, vindo esta última datada e assinada pelo Perito.

Em atenção ao Artigo 4º do Provimento nº 797/2003 do Conselho Superior de Magistratura, informa que se encontram à disposição das partes, respectivos advogados e demais interessados, em arquivo desta Egrégia Vara: "curriculum vitae", carteiras de habilitação (CREA e OAB), diplomas de Engenharia Civil (Graduação - USP e Mestrado - USP), Direito PUC/SP, Técnico em Eletrônica - Objetivo, Habilitação do INCRA para Georrefenciamento em Imóveis Rurais e certidões (cível e criminal).

Termos em que,

P. Deferimento.

Atibaia, 27 de junho de 2.012.

WALMIR PEREIRA MODOTTI
CREA 128.880/D

Rua Tabatinguera, 140, conj. 403, Centro, São Paulo - SP CEP 01020-901
Tel./Fax: (11) 3115-0750 e-mail: walmirmodotti@uol.com.br

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.

204

CERTIDÃO

Certifico [illegible] a presente gravação.
Ribeirão Preto, 29 JUN 2012

Escrevente / Estenotipista

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.

205

Tribunal de Justiça
do Estado de São Paulo
Juízo de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Atibaia

Processo Cível nº 1527/11

QUALIFICAÇÃO DA TESTEMUNHA
(Perito Judicial)

Nome: **WALMIR PEREIRA MODOTTI**
Filiação: MYRIAN de JESUS Pereira Modotti
Nacionalidade: brasileira
RG. n.º: CREA 260213918-1
Data de nascimento: 2/01/61
Estado Civil: casado
Profissão: Engenheiro Civil
Endereço: consta dos autos

Às de costume disse nada. Compromissada e/ou advertida e inquirida na forma e sob as penas da Lei, foi o depoimento da testemunha acima qualificada tomado pelo sistema de estenotipia. Eu _____ *(Milton Alves Barbosa)* Chefe de Seção Judiciário digitei e subscrevo.

MM. JUIZ

REPRESENTANTE DO AUTOR

REQUERIDO (Sr. Raul)

Raul Donato Mendes

TESTEMUNHA

ADVOGADO(S)

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigitalweb/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010360-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.

206

PODER JUDICIÁRIO
PRIMEIRA VARA CÍVEL DA COMARCA DE ATIBAIA/SP

Processo nº 152[illegible]/11

Transcrição do depoimento do Perito Judicial **WALMIR PEREIRA MODOTTI**, qualificado a fls. 205

J: Bom, na condição de Perito o senhor foi nomeado nesse processo, apresentou seu laudo e as Advogadas fizeram algum questionamento. O senhor teve ciência desse questionamento por escrito? O senhor apresentou com as respostas por escrito também ou tem esclarecimento?
D: Eu tenho as respostas por escrito e, inclusive, trouxe cópias para cada parte para eles acompanharem no processo.

Nesse momento o Perito apresentou os quesitos.

Dada a palavra à Advogada da autora, nada reperguntou.

Dada a palavra à Advogada do requerido, nada reperguntou.

NADA MAIS. Lido e achado conforme vai devidamente assinado.
Eu Wilma Apª de Souza. (Wilma Apª de Souza)
Escrevente-Estenotipista, estenotipei, transcrevi e digitei.

Atibaia, 27 de junho de 2012.

MARCOS COSME PORTO
Juiz de Direito

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.

207

PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

Primeiro Ofício Judicial Cível da Comarca de Atibaia/SP

Processo nº 1527/11

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que a fita estenotipada referente ao(s) depoimento de folhas 206, encontra(m)-se arquivada(s) em Cartório, conforme determinação do MM. Doutor Juiz de Direito desta Vara.
O referido é verdade e dou fé.
Atibaia, 29 de 06 de 2012.

Pasta nº 110

Escrevente Estenotipista

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.

208

PRIMEIRA VARA DA COMARCA DE ATIBAIA

C E R T I D Ã O

Certifico e dou fé que em cumprimento ao provimento 1169/02, Cap II, seção III, ítens 47 e 47.2 das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça, procedi na data de hoje, a formação do 2º (SEGUNDO) Volume destes autos da ação de **PROC. ORDINÁRIO,** Proc. nº 1527/2011 requerida por **GABRIELE BARALDI**, contra **RAUL DONATO MENDES**- 1ª Vara.-

Atibaia, 11 de julho de 2012

Ana Carolina G. Baumann
Escrevente

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.

210

PRIMEIRA VARA DA COMARCA DE ATIBAIA

C E R T I D Ã O

Certifico e dou fé que em cumprimento ao provimento 1169/02, Cap II, seção III, ítens 47 e 47.2 das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça, procedi na data de hoje, a formação do 2º (SEGUNDO) Volume destes autos da ação de **PROC. ORDINÁRIO,** Proc. nº 1527/2011 requerida por **GABRIELE BARALDI**, contra **RAUL DONATO MENDES**- 1ª Vara.-

Atibaia, 11 de julho de 2012

Ana Carolina G. Baumann
Escrevente

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.

211

JUNTADA

Em ***10 de julho de 2012,*** faço a juntada a estes autos o (s) documento (s) adiante assinalado (s)

(X) a petição e documentos que a instruem;
( ) o mandado;
( ) o A.R.;
( ) o ofício (s);
( ) a Carta Precatória;
( ) a guia;
( ) _____

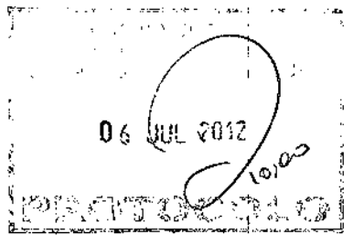
Ana Carolina G. Baumann
Escrevente Técnico Judiciário
Matrícula n.º 355.238-A - TJ

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.

MARTA REGINA APPARECIDO
MELISSA YUMI KOGA BARALDI
ADVOGADAS

212

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ATIBAIA, SP.



TJSP 048 ATA 05072012555 1CV- 01 00541147-30

Processo número 048.01.2011.010369-9
Número de ordem 1527/11

GABRIELE BARALDI, já qualificado nos autos em epígrafe que move em desfavor de **RAUL DONATO MENDES**, por sua advogada subscritora, vem, respeitosamente à presença de Vossa Excelência , em cumprimento ao determinado em audiência, apresentar seus memoriais, pelos motivos e fatos que passa a expor.

DA LIDE

Ação movida pelo Espólio de Gabriele Baraldi, em desfavor de Raul Donato Mendes, visto ter sofrido prejuízos em sua propriedade motivada por fortes chuvas ocorridas no verão de 2011, que causou desabamento de um muro divisório entre as propriedades das partes, juntamente com um galinheiro, e de 3(três) quartinhos, além de colocar em risco a estrutura de um curral, tudo localizado nos fundos da propriedade da Autora.

Informa a Autora que antes de tal desabamento ocorrer, procurou pelo Réu, conversando com a sua mãe, que informou nada poder fazer a respeito do desastre iminente.

Avenida Cupecê, 3736 – sala 02 – sobreloja – Cidade Ademar – Cep : 04366-001 – São Paulo/SP – Fone : (11) 5623-0702 – e-mail: mel.adv2007@gmail.com

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.

MARTA REGINA APPARECIDO
MELISSA YUMI KOGA BARALDI
ADVOGADAS

213

Não tendo alternativa, ingressou com medida cautelar de antecipação de provas, pretendendo provar que o ato do Réu consistente em desviar o curso do rio que passa em sua propriedade, juntamente com o elevado volume de águas que chegariam com o verão próximo, poderiam causar um verdadeiro desastre, derrubando tudo que estivesse em seu caminho.

Infelizmente, antes que a Autora pudesse obter o provimento jurisdicional pretendido, as previsões se concretizaram e houve o desmoronamento do muro divisório entre as propriedades, juntamente com o galinheiro, 3(três) quartos e parte do curral localizado nos fundos da propriedade da Autora.

Realizada a perícia, **ficou comprovado que houve desvio de curso original do rio, que acabou por causar o desabamento das citadas estruturas. (nexo causal).**

Pleiteia portanto a Autora, o pagamento a título de indenização por danos materiais no montante de R$53.800,00 (cinquenta e três mil e oitocentos reais), prejuízo calculo pelo senhor experto, além da indenização caso haja inutilização de suas terras, e ainda, a obrigação de fazer, consistente na reversão/canalização do rio, junto à sua propriedade.

Apresentada a defesa, o Réu alega sucintamente que NÃO foi ele o autor do desvio, que comprou o sítio no estado em que se encontrava, desconhecendo o que nele havia sido feito e não tendo nenhuma responsabilidade sobre tal fato.

Levantou documentação antiga em que o proprietário anterior, Sr. José Fortuna, assumiu ter feito obras em sua propriedade, por volta do ano 2000 e procurando posteriormente por sua regularização – o que NUNCA conseguiu de fato fazer, visto as obras estarem sempre fora dos padrões exigidos pelo DAEE.

Apresentou ainda uma suposta autorização dada pelo falecido Senhor GABRIELE BARALDI, onde dizia nada ter a se opor sobre o córrego do leito do rio, autorização totalmente desconhecida pela família da Autora.

Avenida Cupecê, 3736 – sala 02 – sobreloja – Cidade Ademar – Cep : 04366-001 – São Paulo/SP – Fone : (11) 5623-0702 – e-mail: mel.adv2007@gmail.com

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.

MARTA REGINA APPARECIDO
MELISSA YUMI KOGA BARALDI
ADVOGADAS

Ocorre que tal autorização, além de ter sido dada SOMENTE pelo Sr.Gabriele Baraldi (casado em regime de comunhão TOTAL de bens com a Autora), **foi dada em 04 de julho de 2003, sendo que estima o perito que o desvio do rio foi feito por volta do ano 2000.**

Ou seja: mesmo existindo tal autorização, de nada valia, vez que a obra já tinha sido realizada.

Na apresentação dos quesitos suplementares, ficou ainda mais claro diante da pergunta formulada pelo Réu, de que ***"O desvio foi feito dentro da propriedade do Réu, não tendo o Autor qualquer responsabilidade sobre o mesmo.*** *O documento citado é assinado pelo então proprietário, Sr. José Fortuna, e indica que a obra foi realizada em meados do ano 2000".*

Ora, Excelência! Não resta qualquer dúvida que houve o desvio do curso original do rio que veio a causar prejuízos a Autora no início do ano de 2011, devendo ser responsabilizado o atual proprietário a responder pelos danos causados à mesma, indiscutivelmente – em desejando, poderá o Réu ingressar com ação regressiva contra o antigo proprietário – mas deverá ser condenado na presente demanda a ressarcir os prejuízos da Autora.

Informa ainda a Vossa Excelência, que foi instaurado pela Ilustríssima 2ª Promotoria de Justiça de Atibaia, o inquérito civil número 302/11, onde está sendo apurado os fatos alegados pela Autora nessa mesma demanda: o desvio do curso de águas que causou inúmeros prejuízos à fauna e flora local e à propriedade da mesma.

Ressalta ainda a Autora, que o estudo para regularização das obras realizadas na propriedade do Réu, está sendo por ele desenvolvido e apresentado por força do que determinou a Ilustríssima Promotoria – e não com a real intenção de tentar um acordo nesses autos.

Inclusive, se Vossa Excelência requisitar a vista dos autos, poderá constar que os fatos alegados pela Autora são verdadeiros e que o Réu está sendo obrigado a regularizar a obra realizada em sua propriedade, apresentando um novo projeto de adequação em conformidade com o que determina o DAEE.

Avenida Cupecê, 3736 – sala 02 – sobreloja – Cidade Ademar – Cep : 04366-001 – São Paulo/SP – Fone : (11) 5623-0702 – e-mail: mel.adv2007@gmail.com

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.

215

MARTA REGINA APPARECIDO
MELISSA YUMI KOGA BARALDI
ADVOGADAS

De fato, o Réu está procurando solucionar o problema existente, mas não por vontade própria e sim por coerção do Ministério Público de Atibaia, que determinou a readequação dos estudos hidrológicos para diminuição da velocidade da água do rio localizado na propriedade do Réu.

Portanto, Excelência, deverá ser o Réu condenado na obrigação de fazer (canalizar/readequar) a passagem do rio entre as propriedades, além de indenizar a Autora por perdas e danos sofridos com o desabamento de suas construções, e de ser determinado um valor a título de indenização do terreno que a mesma irá perder – valor a ser determinado em liquidação de sentença (quesito complementar número 7).

Reitera dessa forma, todos os pedidos formulados na peça exordial, protestando pela CONDENAÇÃO do Réu e TOTAL PROCEDÊNCIA da presente ação, por ser medida de JUSTIÇA!

Termos em que,
Pede deferimento.

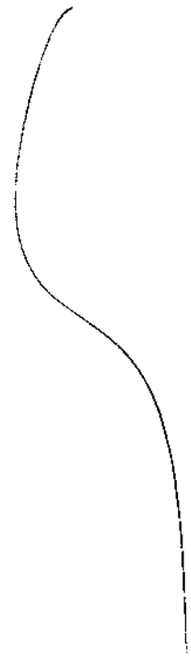
São Paulo, 05 de Julho de 2012.

MELISSA YUMI KOGA BARALDI
OAB/SP 211.408

Avenida Cupecê, 3736 – sala 02 – sobreloja – Cidade Ademar – Cep : 04366-001 – São Paulo/SP – Fone : (11) 5623-0702 – e-mail: mel.adv2007@gmail.com

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.

216



JUNTADA

Em 18 de julho de 2014

junto a estes autos a petição e

Docs.

que segue(m).

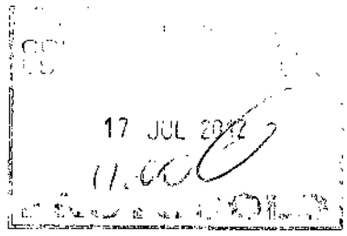
Eu, Escr. subscr

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.

TJSP 068 ATA 16072012040 ICV- 01 00564408-40

SPI3.20 - 10-07-2012 15:24 ATA 300.0.1176166#

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA ***1ª. VARA CÍVEL*** DA COMARCA DE ***ATIBAIA – SP.***



Processo 048.01.2011.010369-9 – nr. de ordem 1527/2011
REQUERENTE: Espólio de Gabriele Baraldi
REQUERIDO: Raul Donato Mendes

RAUL DONATO MENDES, qualificado nos autos, vem respeitosamente a presença de V.Exa. por sua advogada adiante assinado, com fulcro no artigo 454 , parágrafo 3º. do CPC, apresentar Memoriais.

RESUMO DOS FATOS

ANNITA HERMINE BARALDI, representando o Espólio de GABRIELE BARALDI, impetrou a presente objetivando ser indenizada por danos materiais ocorridos em sua propriedade, imputando ao Requerido a responsabilidade sobre os mesmos, atribuindo à causa o valor de R$ 53.800,00, valor este extraído do Laudo Pericial do processo de nr. 2057/2010 - produção antecipada de provas.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.

Argüiu a autora que os danos ocorreram em razão do desvio do curso do córrego, (que anteriormente corria dentro da propriedade do requerido), para a divisa das propriedades.

Em sua defesa o Requerido, argüiu e comprovou, também ter sofrido sérios prejuízos materiais, e utilizando-se do mesmo laudo pericial, demonstrou serem os danos ocorridos em razão das chuvas do dia 10/01/11 e pelo desvio do curso do rio feito pelo proprietário anterior, e que, além disso, o desvio se deu com a devida concordância de GABRIELE BARALDI, esposo da autora, conseqüentemente, tornando-a também responsável pelo desvio do curso do rio.

Ou seja: os danos se deram por fenômenos da natureza, e o desvio do curso do córrego foi feito por outro proprietário, com a devida concordância de GABRIELE BARALDI, restando demonstrada a total isenção da participação do Requerido no evento.

A mesma chuva do dia 10/01/2011, como se vê de fotos acostadas, torna evidente que o Requerido sofreu e está sofrendo prejuízos, posto que a erosão está invadindo sua propriedade.

No dia seguinte à chuva, conforme Boletim da Polícia Ambiental, foi autorizado ao Requerido a realizar obras emergenciais, que só em terraplanagem lhe custou R$ 37.000,00.

Por outro lado a autora, que até então nada colaborou para com as despesas, e de forma totalmente equivocada, se referiu à obra emergencial dizendo que o Requerido estava fazendo um aterramento de parte do córrego empurrando as águas cada dia mais para sua propriedade.

Quanto a afirmação do perito de que o curso do córrego pode ser retornado ao curso anterior, (quesito complementar item 06), é questionável. O Ministério Público, no Inquérito Civil nr. 20/10 –MA, homologou e arquivou o Termo de Ajuste de Conduta, em que ficou acordado uma plantação de mudas na área onde antes era o curso do córrego a qual vem sendo monitorado por Relatório Técnico e fotográfico, portanto, em princípio, não pode ser alterada.

CONCLUSÃO

No decorrer do feito, logrou êxito o Requerido ao comprovar a existência de outorga, anda vigente, regularizando o desvio do curso do córrego, deferida nos termos das exigências ambientais, com a devida concordância dos confrontantes, o que inclui a autora.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.

219

Ante a concordância de GABRIELE BARALDI, no desvio do curso do rio, deveria a autora indenizar o Requerido pelos danos materiais e morais que sofreu em todo o curso do processo, posto que ele sim, provou de forma incontestável sua inocência no feito e demonstrou suas ações efetivas para solucionar o problema.

No decorrer do feito, provou também, que o proprietário anterior, quando do pedido de outorga, declarou ao Órgão competente que o desvio do curso do córrego já existia há mais de 2 anos. (fls. 165/177). Isto implicará num complicador em eventual ação regressiva.

Atualmente o Requerido, objetivando transferir a outorga para seu nome, e assim ser deferida a realização de obras de manutenção, norteando-se por orientações do Departamento de Águas e Energia Elétrica, ingressou com o procedimento respectivo.

Porém, ANTES, reuniu-se com os herdeiros do imóvel da Autora, no local dos danos, entabularam amigavelmente, com um único engenheiro, para, após aprovação do projeto, construírem as obras necessárias à solução do problema que vem trazendo prejuízos às partes.

É importante ratificar que sem autorização do DAEE, resta proibido ao Requerido realizar quaisquer obra de manutenção no curso do córrego.

DO PEDIDO

Por todo o exposto, requer se digne Vossa Excelência julgar totalmente improcedente a pretensão da autora, condenando-a a sucumbência, por medida de JUSTIÇA.

Termos em que,
Pede Deferimento.

De São Paulo para Atibaia, em 06 de julho de 2012.

DUENES DO CARMO SILVA
OAB/SP. 209712

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.

220

RAE – RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO E EFICIÊNCIA

(2.a VERSÃO)

Interessado:	RAUL DONATO MENDES
Propriedade :	Gleba 1 – Parte do Sítio Primavera (Rural)
Localização :	Estrada municipal do Makenzie s/n.° Bairro Itapetinga Município de Atibaia/SP
Bacia Hidrográfica:	Rio Atibaia
UGRHI:	05
Curso d'água:	Ribeirão dos Porcos, afluente à margem esquerda do Rio Atibaia
Objetivo:	Apresentar uma nova proposta de regularização, com re-adequação dos estudos hidrológicos e hidráulicos, para o Vertedor e o Canal de Restituição do barramento.

25/06/2012
Oswaldo Barone Filho
Engº Agrônomo
CREA/SP nº – 0601675824

Requerimento de Outorga
Protocolo DAEE/BMT/BMAT Nº 55711/2012
Data: 27/06/12. Hora: 10 h 41 min.
Recebido por:

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.

221

2

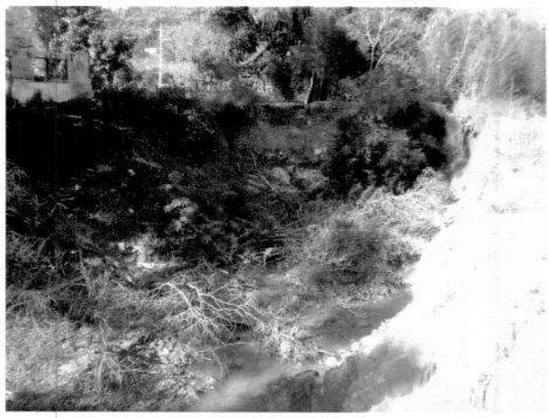


Foto 04: Área erodida pela ação das águas da saída do canal de restituição

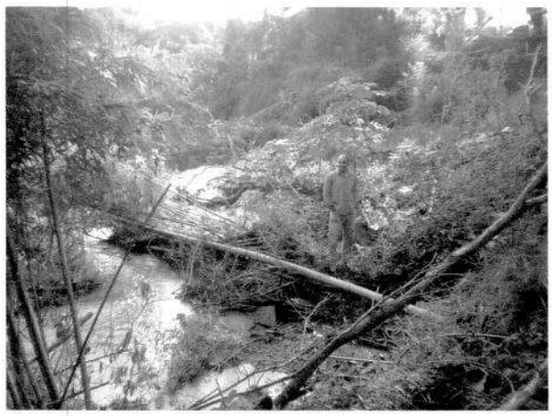


Foto 05: Local onde será instalada a bacia de dissipação de energia



Foto 06: Local onde será instalada a bacia de dissipação e o canal de fuga para o córrego

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.

CONCLUSÃO

227

Faço estes autos conclusos ao Excelentíssimo Senhor Doutor **ROGÉRIO A. CORREIA DIAS**, MM. Dr. Juiz de Direito. Atibaia, 18 de julho de 2012. Eu, _____ Escrevente, subscrevo.

Proc. nº 1527/11

Vistos.

Nos termos do Artigo 398 do CPC, diga a autora, sobre os documentos juntados a fls. 217/221, pelo réu, em cinco dias.

Int.

Atibaia, 18 de julho de 2012.

ROGÉRIO A. CORREIA DIAS
Juiz de Direito

DATA

Nesta data foram-me entregues estes autos em cartório. Eu, _____ Escrivão-Diretor, subscrevo.

ATIBAIA, 20 JUL 2012

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.

223

C E R T I D Ã O – REMESSA/PUBLICAÇÃO

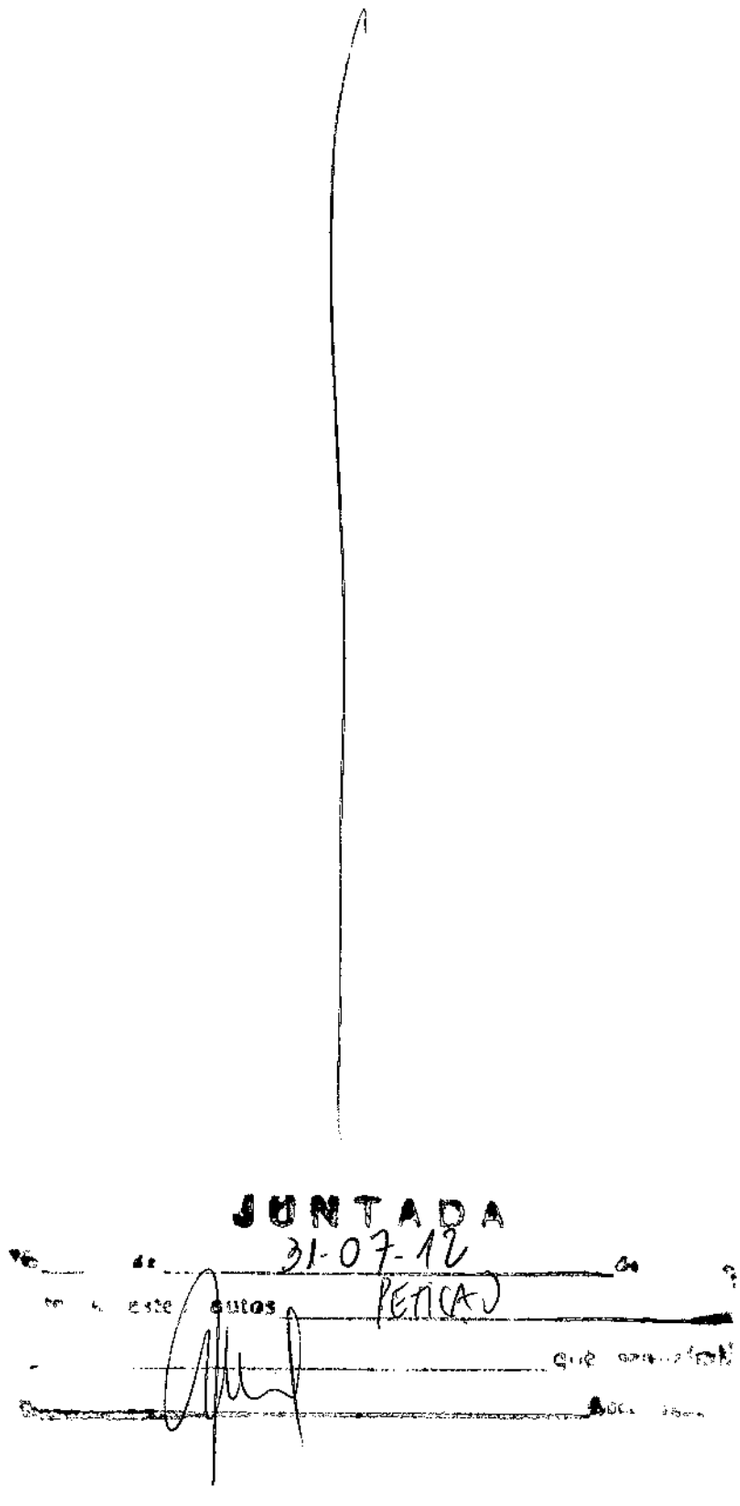
Certifico e dou fé que o despacho/providência mencionado(a) abaixo estará disponibilizado(a) no Diário da Justiça Eletrônico em 24/07/12. Considera-se a data da PUBLICAÇÃO o primeiro dia útil subseqüente à data acima mencionada (25/07/12). O prazo terá início em 26/07/12.

At., 23 de julho de 2012.

Escrevente / 1º. Ofício Cível

048.01.2011.010369-9/000000-000 - nº ordem 1527/2011 - Procedimento Ordinário - Indenização por Dano Material - GABRIELE BARALDI X RAUL DONATO MENDES - Vistos. Nos termos do Artigo 398 do CPC, diga a autora, sobre os documentos juntados a fls. 217/221, pelo réu, em cinco dias. Int. - ADV MELISSA YUMI KOGA BARALDI OAB/SP 211408 - ADV DUENES DO CARMO SILVA OAB/SP 209712

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.

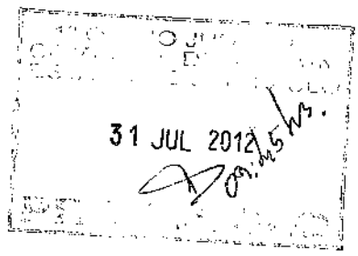


Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.

MELISSA YUMI KOGA BARALDI
ADVOGADA

224

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ATIBAIA – SP.



Processo número 048.01.2011.010369-9
Número de controle 1527/2011

GABRIELE BARALDI, já qualificado nos autos em epígrafe que move contra **RAUL DONATO MENDES,** por sua advogada subscritora, vem, respeitosamente à presença de Vossa Excelência, em cumprimento ao r. despacho de fls, manifestar-se sobre os documentos de fla 217/220, como passa a expor.

O Requerido, por força de determinação do Ministério Público Ambiental da Comarca de Atibaia (2ª Promotoria de Justiça), nos autos do Inquérito Civil número 302/11, foi compelido a apresentar projeto de adequação hidráulica do córrego que passa em sua propriedade, sendo tal projeto o anexado nos autos.

Portanto, Excelência, não está o Requerido espontaneamente procurando solucionar o problema existente.

Avenida Cupecê, 3736 – sala 02 – sobreloja – Cidade Ademar – Cep : 04366-001 – São Paulo/SP – Fone : (11) 5623-0702 – e-mail: mel.adv2007@gmail.com

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.

MELISSA YUMI KOGA BARALDI
ADVOGADA

225

Está sendo compelido judicialmente a fazê-lo, em outro feito também em andamento.

O Autor concorda com a realização das obras do projeto como parte do cumprimento do que foi requerido na peça exordial, desde que seja de encargo exclusivo do Réu (pagamento total da adequação hidráulica com reconstrução do muro de arrimo e demais construções perdidas), como pretende através do provimento jurisdicional ora pleiteado.

Não entabulou nenhum acordo amigável com as partes e nem com o engenheiro responsável como afirma o Réu. Apenas se dispôs a conversar e concordar com a realização das obras caso sejam aprovadas, vez que não é possível qualquer tipo de modificação da situação atual (rio erodindo a divisa entre as propriedades), sem o consentimento das partes.

Novamente insiste que a tal autorização dada pelo falecido Sr. Gabriele Baraldi, foi dada sem o consentimento da Sra. Annita Hermine Baraldi, casada pelo regime de comunhão universal de bens, antes de 1977, e portanto, igualmente proprietária do supracitado imóvel.

Além de que, a autorização foi dada na data de 04 de Junho de 2003, sendo que as alterações foram feitas no ano de 2000, conforme constatação do próprio órgão que EXIGIU a exigência de tal documento - o que por si só exclui o seu efeito – pois do que vale uma autorização dada DEPOIS de já realizada as modificações?

Não pode afirmar ainda a Autora se a assinatura realmente é do Sr. Gabriele Baraldi e se não houve alterações em tal documento, sendo impossível ainda a realização de perícia grafotécnica, tendo em vista o falecimento do mesmo na data de 18 de Agosto de 2010.

Avenida Cupecê, 3736 – sala 02 – sobreloja – Cidade Ademar – Cep : 04366-001 –
São Paulo/SP – Fone : (11) 5623-0702 – e-mail: mel.adv2007@gmail.com

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.

226

MELISSA YUMI KOGA BARALDI
ADVOGADA

Além do que, o Réu que afirma veementemente ter sido vítima, entendendo inclusive ter sido indenizado pela Autora (pela concordância do Sr. Gabriele Baraldi nas condições que se encontrava o leito do rio) deveria então ter reconvido no correto momento processual e assim não o fez – não podendo agora tentar inverter os papeis dessa demanda.

Observe-se ainda, que o próprio Réu admite que o proprietário anterior, ao requerer a outorga ao órgão competente, JÁ HAVIA desviado o curso do rio há mais de 2(dois) anos, ou seja: as obras foram irregularmente e ilegalmente realizadas e somente depois buscou-se sanear os problemas.

Ou seja, se o desvio do rio foi de fato realizado até mesmo ANTES da outorga pelo órgão competente, de que vale a tal autorização eventualmente dada pelo Sr. Gabriele anos após sua realização?

Por todo o exposto, requer a Vossa Excelência seja dada PROCEDÊNCIA TOTAL aos pedidos formulados na peça inaugural, como medida da mais lídima Justiça!

Termos em que,
Pede deferimento.

São Paulo, 26 de Julho de 2012.

MELISSA YUMI KOGA BARALDI
OAB/SP 211.408

Avenida Cupecê, 3736 – sala 02 – sobreloja – Cidade Ademar – Cep : 04366-001 – São Paulo/SP – Fone : (11) 5623-0702 – e-mail: mel.adv2007@gmail.com

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.

227

C O N C L U S Ã O

Faço estes autos conclusos ao Excelentíssimo Senhor Doutor **MARCOS COSME PORTO**, MM. Dr. Juiz de Direito Titular desta Vara. Atibaia, 31 de maio de 2012. Eu, _____ Escrevente, subscrevo.

Proc. nº 1527/11.

Sentença em separado, em cinco (05) lauda(s), somente no anverso.

Atibaia, 08 de agosto de 2012

MARCOS COSME PORTO
Juiz de Direito

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303E86.

VISTOS

Proc. 1.527/11
Ação Ordinária de Obrigação de Fazer c.c. Indenização
Autor: Espólio de Gabriele Baraldi (representado pela inventariante Annita Hermine Baraldi)
Requerido: Raul Donato Mendes

O autor ajuizou essa ação alegando que é proprietário do imóvel que descreveu, um sítio localizado nessa Comarca de Atibaia e que o requerido é seu vizinho.

Em janeiro de 2011, em decorrência de fortes chuvas, houve o desmoronamento de um muro, um galinheiro e de três quartinhos, comprometendo ainda a estrutura de um curral, localizados no fundo de sua propriedade.

Argumentou que a causa desses danos foi o desvio do curso do rio que havia na propriedade do requerido, uma vez que as águas passaram a correr ao lado do muro divisório das propriedades.

Ajuizou antes uma ação cautelar de antecipação de provas, que tramitou por essa mesma Vara, confirmando a sua suposição de que o desvio do curso do rio causaria danos dessa espécie.

Ocorre que os danos ocorreram antes mesmo da perícia a ser realizada naqueles autos.

Afirmou que o desvio nunca poderia ter sido realizado, mesmo porque ambas as propriedades encontram-se em área de preservação ambiental e de preservação permanente.

Após expor o direito que considera pertinente ao caso requereu a procedência da ação com determinação para o requerido reverter o

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

229

curso do rio e sua canalização, com indenização pelos prejuízos causados. Estimou os danos materiais em R$ 53.800,00.

O pedido de tutela antecipada para a imediata realização das obras foi indeferido (fls. 62).

Em contestação o requerido alegou que é parte ilegítima porque o desvio do curso do rio foi realizado pelo anterior proprietário do imóvel, com concordância de Gabriele Baraldi, o que seria comprovado pelo depoimento do proprietário anterior, que realizou a obra.

Argumentou que as chuvas daquele dia também lhe causaram prejuízos e que não haveria nexo causal entre a obra e os danos.

Requereu a extinção do processo ou a improcedência da ação (fls. 70/76).

Após a réplica e outras manifestações o juízo proferiu o despacho de fls. 149/150, afastando a preliminar, acolhendo a prova pericial produzida nos autos da medida cautelar e ressaltando a importância da prova testemunhal.

Em audiência compareceu o perito com as respostas por escrito, sem perguntas pelas partes. Encerrou-se a instrução e vieram os memoriais (fls. 196/206; 212/215 e 217/221).

Nos autos da medida cautelar antes ajuizada foi produzida a prova pericial, com respeito ao contraditório e definitivamente homologada (fls. 171/172 do apenso).

Relatei.

DECIDO.

A solução do conflito não oferece muita dificuldade.

Pela causa de pedir a autora responsabilizou o requerido pelos danos que sofreu em razão de uma obra irregular realizada em sua propriedade.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

230

A preliminar de ilegitimidade de parte foi afastada pelo despacho de fls. 149/150, destacando-se a natureza *propter rem* dessa obrigação.

A prova pericial foi conclusiva em indicar o nexo causal entre a obra, totalmente irregular e os danos sofridos pelo autor, destacando-se:

"O trecho do córrego Ribeirão dos Porcos que passa no interior da propriedade do Réu sofreu uma obra de desvio, realizada pelo proprietário anterior...

Referida obra trouxe o córrego para junto da divisa do imóvel do Requerente...

As chuvas fortes de janeiro de 2011, e a proximidade do córrego com as benfeitorias do Requerente causaram o desmoronamento de uma edícula e de um galinheiro, além de separação nas juntas de alguns pontos do estábulo...

O orçamento para retornar o imóvel às condições originais resultou em R$ 53.800,00, válido para março de 2011...

As edificações, mesmo depois de reforçadas, não devem situar-se tão próximas ao córrego, de modo a evitar que os mesmos problemas se repitam futuramente" (fls. 146).

Ao final, transcreveu Resolução do CONAMA confirmando tratar-se de Área de Preservação Permanente (fls. 150).

Diante dessas conclusões do perito, é certo que caberia ao requerido fazer a prova oral prometida em sua contestação.

Ao invés disso, desistiu do depoimento pessoal da parte contrária e não arrolou testemunhas.

Portanto, as teses de resistência não se sustentam.

Os prejuízos sofridos pelo requerido são irrelevantes para os pontos do conflito, uma vez que os danos sofridos pelo autor são decorrentes da obra irregular realizada na propriedade do requerido, pouco importando tenha sido ele ou o proprietário anterior o seu empreendedor.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

Poderá, certamente, se voltar contra o responsável pela obra para a recomposição do seu prejuízo.

Irrelevante também, tenha o *de cujus* concordado com a realização da obra (mesmo porque, pelas datas, a suposta concordância se deu após a sua realização).

Não poderia ele prever o prejuízo decorrente dessa intervenção ou a irregularidade da sua execução.

Enfim, como bem ressaltado a fls. 224, em momento algum o requerido atuou de forma voluntária e espontânea para reverter o quadro, tendo sido, isso sim, submetido a uma imposição do Ministério Público nos autos do inquérito civil n. 302/11, a apresentar projeto de adequação hidráulica do córrego que passa por sua propriedade.

Posto isto julgo procedente a ação e condeno o requerido a reverter a situação, alterando o curso do rio e sua canalização na divisa dos dois imóveis, respeitando-se a legislação específica (art. 3°, Resolução do CONAMA n. 303/02).

Para o cumprimento dessa obrigação concedo o prazo de 60 dias, decisão essa que concedo em tutela antecipada, acolhendo o pedido da inicial após exauriente cognição.

Diante disso, a partir do 61° dia passará a correr multa diária de R$ 200,00, no caso de descumprimento.

Condeno o requerido a pagar indenização ao autor no valor de R$ 53.800,00, com correção monetária a partir de março de 2011 e juros legais a partir da citação.

Condeno o requerido ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, que fixo em 15% sobre o valor corrigido da condenação, verba essa que só poderá ser cobrada feita a prova de ter o requerido perdido a condição de beneficiário da Justiça Gratuita.

P. R. I. C.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 09/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj/portal.do?servico=190090 e código 303F14.

Atibaia, 8 de agosto de 2012

Marcos Cosme Porto
Juiz de Direito

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site http://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 3031F1.

233

DATA

Em 10 AGO 2012, foram-me entregues estes autos em cartório. Eu, _____ Escrivão-Diretor, subscrevo.

PUBLICAÇÃO

Em 10 AGO 2012, publico em cartório a r. sentença de fls. 228/230. Eu, _____ Escr. Subscr.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

234

C E R T I D Ã O

CERTIFICO E DOU FÉ, para o processo **048.01.2011.010369-9/000000-000** - nº ordem **1527/2011**, haver registrado a sentença em Livro próprio de nº **271**, às Fls. **253/257**, sob nº **1287/2012.**

Atibaia, em 14 de Agosto de 2012. Eu, _____ **ZILDA APARECIDA DOS SANTOS MOU, Escrevente**, subscrevi.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pgdabir/Conferir.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0037 e código 303F54

235

Poder Judiciário
São Paulo
JUÍZO DE DIREITO DA PRIMEIRA VARA JUDICIAL DA COMARCA DE ATIBAIA

Rua Dr. José Roberto Paim, 99 – Pq. dos Coqueiros – CEP 12940-910 – Tel. 11-. 4412-9688 ramal 238- fax 44127092

PROC. 1527/11

Cálculo de Custas

Valor da Causa: R$ 56.681,62 (atualização pela tabela prática).

Taxa Judiciária - 2% do valor da causa ou valor mínimo de 5 UFESP's (Lei 11.608 de 29/12/03).

Valor à recolher do Preparo de apelação R$ 1.133,63

(+ porte de remessa e retorno no valor de R$ 25,00 cada volume - guia FEDTJ código 110-4, nos termos da Lei nº. 11.608, de 29/12/03, e prov. 833/2004, do Conselho Superior da Magistratura, DOE. 09/jan/04, pag. 01).

Valor à recolher do porte de remessa e retorno = R$ 50,00

Atibaia, 16 de agosto de 2012

Hélio Fernando Closel
Escrevente

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

236

C E R T I D Ã O – REMESSA/PUBLICAÇÃO

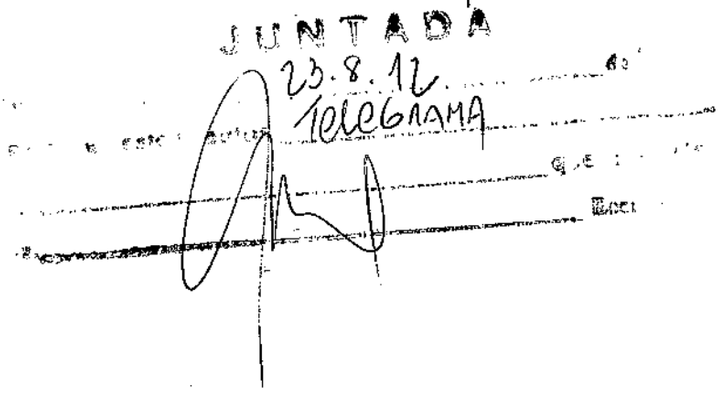
Certifico e dou fé que o despacho/providência mencionado(a) abaixo estará disponibilizado(a) no Diário da Justiça Eletrônico em 21/08/12. Considera-se a data da PUBLICAÇÃO o primeiro dia útil subseqüente à data acima mencionada (22/08/12). O prazo terá início em 23/08/12.

At., 20 de agosto de 2.012.

Escrevente / 1º. Ofício Cível

048.01.2011.010369-9/000000-000 - nº ordem 1527/2011 - Procedimento Ordinário - Indenização por Dano Material - GABRIELE BARALDI X RAUL DONATO MENDES - Fls. 228/232 - Sentença nº 1287/2012 registrada em 14/08/2012 no livro nº 271 às Fls. 253/257: Posto isto julgo procedente a ação e condeno o requerido a reverter a situação, alterando o curso do rio e sua canalização na divisa dos dois imóveis, respeitando-se a legislação específica (art. 3º, Resolução do CONAMA n. 303/02). Para o cumprimento dessa obrigação concedo o prazo de 60 dias, decisão essa que concedo em tutela antecipada, acolhendo o pedido da inicial após exauriente cognição. Diante disso, a partir do 61º dia passará a correr multa diária de R$ 200,00, no caso de descumprimento. Condeno o requerido a pagar indenização ao autor no valor de R$ 53.800,00, com correção monetária a partir de março de 2011 e juros legais a partir da citação. Condeno o requerido ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, que fixo em 15% sobre o valor corrigido da condenação, verba essa que só poderá ser cobrada feita a prova de ter o requerido perdido a condição de beneficiário da Justiça Gratuita. P. R. I. C. - - - (NOTA DO CARTÓRIO: CUSTAS DE PREPARO: taxa judiciária 2% sobre o valor da causa ou valor mínimo de 5 UFESP´s (Lei 11.608 de 29/12/03) - Valor à recolher - R$ 1.113,63 , em guia GARE código 230, (+ porte de remessa e retorno no valor de R$ 25,00 cada volume - guia FEDTJ código 110-4, nos termos da Lei nº 11.608, de 29/12/03, e prov. 833/2004, do Conselho Superior da Magistratura, DOE 09/jan/04, pág.01). Valor à recolher do porte de remessa e retorno = R$ 50,00) - - - - ADV MELISSA YUMI KOGA BARALDI OAB/SP 211408 - ADV DUENES DO CARMO SILVA OAB/SP 209712

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.



Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

CORREIOS TELEGRAMA

Para enviar telegrama ligue 0800 5700100 ou acesse www.correios.com.br

237

CONTEÚDO DA MENSAGEM

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

<<SOLICITO A REDESIGNAÇÃO DA AUDIÊNCIA, OBSERVANDO-SE O PRAZO MÍNIMO DE 90 DIAS PARA A REALIZAÇÃO DO ATO DEPRECADO, DEVENDO A RESPOSTA SER ENVIADA A ESTE JUÍZO POR OFÍCIO, PREFERENCIALMENTE PELO FAX ABAIXO ANOTADO, AGUARDANDO-SE POR 30 DIAS FINDOS OS QUAIS, E NO SILÊNCIO, A CP SERÁ DEVOLVIDA. CASO A RESPOSTA SEJA ENCAMINHADA VIA FAX, NÃO É NECESSÁRIO O ENVIO DO OFÍCIO ORIGINAL PARA ESTE JUÍZO.

SETOR DE CARTAS PRECATÓRIAS CÍVEIS - FAX (11) 3105-6060
CARTA PRECATÓRIA: 58952/12-0
VARA DE ORIGEM: 1° VARA CÍVEL
COMARCA: ATIBAIA - SP
AÇÃO: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO
PROCESSO: 048.01.2011.010369-9
PARTES: ANNITA HERMINE BARALDI x RAUL DONATO MENDES>>

1° OFÍCIO JUDICIAL
COMARCA DE ATIBAIA
ESTADO DE SÃO PAULO
22 AGO 2012
PROTOCOLO

TJSP 048 AIA 220820121723 1CV- 01 0068187-86

DOBRAR

NOVOS NÚMEROS PARA ENVIAR TELEGRAMA: Capitais e Regiões Metropolitanas: 3003-0100 Demais Localidades: 0800 725 7282

REMETENTE

SETOR DE CARTAS PRECATORIAS CIVEIS
Viaduto Dona Paulina 80 17°/18° Andar
Centro
01501-020 - São Paulo/SP

USO EXCLUSIVO DOS CORREIOS

1 Mudou-se
2 Ausente
3 Desconhecido
4 Endereço insuficiente. Faltou:.....
5 Outros (Especificar) .....
6 Recusado
7 Falecido
8 Não existe o número indicado

DESTINATÁRIO

CP 58952/12-0
1° VARA CÍVEL
Rua Doutor José Roberto Paim 99
Ressaca
12945-007 - Atibaia/SP

NÚMERO DO TELEGRAMA ME335095086BR 84979

DHP 22/08/2012 14:08

PE 22/08 18:08

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

C O N C L U S Ã O

Faço estes autos conclusos ao Excelentíssimo Senhor **Dr. Marcos Cosme Porto**, MM. Juiz de Direito desta Vara. Atibaia, 28 de agosto de 2012. Eu, _____ Escrevente, subscrevo.

238

PROC. Nº 1527/11

Vistos, etc.

Fls.237: oficie-se solicitando a devolução da carta precatória, independente de cumprimento.

No mais, aguarde-se o trânsito em julgado da sentença.

Int.

Atibaia, 28 de ~~agosto de~~ 2012

Marcos Cosme Porto
Juiz de Direito

D A T A

Nesta data foram-me entregues estes autos em cartório. Eu, _____ Escrivão-Diretor, subscrevo.

ATIBAIA, 29 AGO 2012

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

239

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
Juízo de Direito da 1ª. Vara Cível da Comarca de Atibaia
Rua Dr. José Roberto Paim, 99 - Parque dos Coqueiros- Atibaia/SP - CEP: 12945-007 -
Tel: 4412-9688 (R. 238) - Fax: 4412-7092 - e-mail: atibaia1cv@tj.sp.gov.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Processo nº048.01.2011.010369-9/000000-000 Ordem nº 1527/2011

Ação: Procedimento Ordinário
Requerente: GABRIELE BARALDI
Requerido: RAUL DONATO MENDES

Atibaia, 04 de setembro de 2012.

Excelentíssimo(a) Senhor(a),

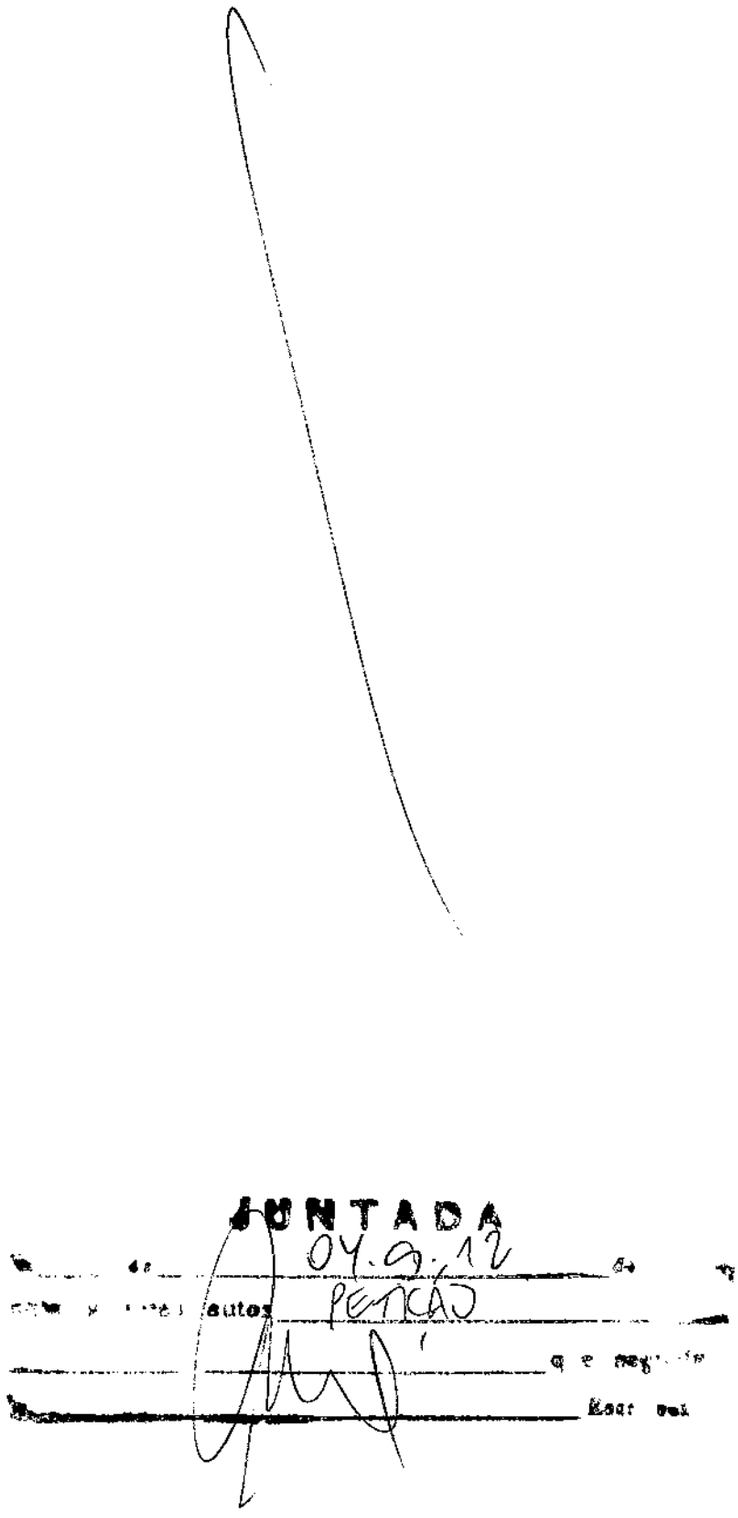
Atendendo ao que foi requerido nos autos em epígrafe, solicito a Vossa Excelência a devolução da carta precatória 58952/12-0 independentemente de cumprimento.

Apresento a Vossa Excelência protestos de distinta consideração.

MARCOS COSME PORTO
Juiz de Direito

Ao(A) Exmo(a). Sr(a). Dr(a).
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
SETOR DE CARTAS PRECATÓRIAS CÍVEIS
Viaduto Dona Paulina, 80, 17º, 18º andar, Centro, São Paulo-SP
01501-020

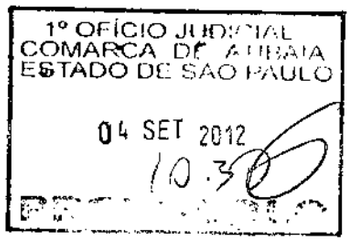
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.



Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

240

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1º. VARA CÍVEL DA COMARCA DE ATIBAIA – SP.



Processo 1527/2011 – indenização por dano material
Requerente: Espólio de Gabriele Baraldi
Requerido: Raul Donato Mendes

RAUL DONATO MENDES, qualificado nos autos, vem respeitosamente a presença de Vossa Excelência por sua advogada adiante assinado, manifestar-se no feito em questão.

Em R. Sentença proferida, decidiu V.Exa., pela tutela antecipada, determinando a reversão do curso do córrego, num prazo de 60 dias, sob pena de multa diária de R$ 200,00 ao dia.

É imprescindível a impetração de Recurso desta decisão, posto que, a área, onde antes era o curso do córrego, é atualmente, **nova área de preservação permanente**, onde foram plantadas 700 (setecentas mudas de árvores nativas, por força do Termo de Ajustamento de Conduta firmado entre o Ministério Estadual e o Requerido, no Inquérito Civil RU nr. 20/10-MA, homologado e arquivado, estando apenas em fase de monitoramento com relatórios fotográficos.

Além disso, a aprovação para um projeto de reversão, pelos órgãos competentes, certamente não lograria êxito em prazo tão curto. Apenas para ilustrar, o projeto para a manutenção da área em litígio, foi protocolado em 22/09/11 e sua primeira resposta pela **Secretaria**

TJSP DOC ATA 03092012163O 1CV- 01 0071371-50

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

241

de Saneamento e Recursos Hídricos, se deu em 21/06/12, ou seja: **nove meses** após o protocolo.

Ocorre que este feito foi concluso em 24/08/12, dentro do prazo para recurso, o que impediu o acesso aos autos.

Ante o exposto, requer:

Devolução dos autos ao cartório com nova abertura da contagem de prazo recursal.

Termos em que,
Pede Deferimento.

Atibaia, 03 de setembro de 2012.

DUENES DO CARMO SILVA
OAB/SP. 209712

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

I.C. n. 20/10

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**, pelo Promotor de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Atibaia, abaixo assinado e, de outro lado, **RAUL DONATO MENDES**, brasileiro, solteiro, comerciante, portador do RG n. 27.233.858-8, CIC n. 252.972.718-00, residente e domiciliado na Rua Anice Cury Sabbag, 123, Bairro Ribeirão, nesta cidade; **ESPÓLIO DE SERGIO GONÇALVES PACHECO**, representado pela inventariante **ADRIANA GONÇALVES PACHECO,** brasileira, solteira, portadora do RG n. 12.922.046 e CIC n. 127.582.588-54, residente e domiciliada na Rua Afonso de Freitas, 488, apto. 62, São Paulo/SP; e **RENIL WILLIAN MENDES**, brasileiro, casado, floricultor, portador do RG n. 26.178.503-5 e CIC n. 252.978.918-50, residente e domiciliado na Rua Emídio Gomes, 120, Jd. Shangri-lá, nesta cidade, doravante chamados de **COMPROMISSÁRIOS**, nos autos do Inquérito Civil sob número em epígrafe, acordaram as seguintes cláusulas:

imprensaoficial

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

243

1. O primeiro **COMPROMISSÁRIO** – na qualidade de proprietário do **"Sítio Primavera"**, situado no Bairro Itapetinga, neste município, matriculado no Cartório de Registro de Imóveis desta comarca sob o n. 93.959, com área de 4,21 hectares (fls. 52/55), cadastrado no INCRA sob o n. 950.092.758.264-9 (fls. 56) –; o segundo **COMPROMISSÁRIO** – na qualidade de proprietário da **"Fazenda Santa Olímpia"**, situada no Bairro Itapetinga, neste município, matriculado no Cartório de Registro de Imóveis desta comarca sob o n. 38.617, com área de 173,19 hectares (fls. 84), cadastrado no INCRA sob o n. 634.018.014.915-2 (fls. 84) –; e, por fim, o terceiro **COMPROMISSÁRIO** – na qualidade de **arrendatário** de parte desses imóveis, inclusive das áreas objeto do dano ambiental (fls. 71/73 e 81/83) –, reconhecem a responsabilidade pelas degradações ambientais perpetradas nesses imóveis, conforme autuações da Polícia Militar Ambiental (**AIA n. 234.562 –** "Sítio Primavera" – fls. 8; **AIA n. 234.575/09 –** "Fazenda Santa Olímpia" – fls. 76);

2. OS **COMPROMISSÁRIOS** se comprometem a cumprir rigorosamente as obrigações assumidas com a Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo através dos **TCRA's ns. 88.922/09** ("Sítio Primavera" – fls. 48) e **88.941/09** ("Fazenda Santa Olímpia" – fls. 77);

impresaoficial

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

3. OS **COMPROMISSÁRIOS** obrigam-se, finalmente, a apresentar, após a efetiva execução das medidas ambientais, relatório técnico e fotográfico atestando o integral cumprimento de suas obrigações, assinado por profissional habilitado, com recolhimento de ART;

4. Os prazos acima delineados somente serão prorrogados por motivos devidamente justificados e a pedido dos **COMPROMISSÁRIOS**.

5. O não cumprimento das obrigações aqui assumidas pelos **COMPROMISSÁRIOS**, até as datas fixadas no presente termo, implicará na execução do presente **título extrajudicial**, especificamente no pagamento ao Fundo Estadual para Reparação dos Interesses Difusos Lesados (arts. 13 e 20 da Lei Federal nº 7.347/85, regulamentada pelo Decreto nº 1.306/94), criado, em âmbito Estadual, pelo Decreto nº 27.070, de 8.6.87, da **multa diária** correspondente a **meio salário mínimo** nacional vigente na data do inadimplemento, até a satisfação integral das obrigações aqui assumidas, sem prejuízo das providências cíveis pertinentes (obrigação de fazer e de não fazer);

6. A fiscalização do cumprimento do compromisso ora firmado será feita pela Coordenadoria da Biodiversidade e Proteção de Recursos Naturais – Centro Técnico Regional 1-Campinas (CTR1), ou outro órgão que vier a ser indicado pelo **MINISTÉRIO PÚBLICO**, através da

impresaoficial

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Curadoria de Meio Ambiente da Promotoria de Justiça da Comarca de Atibaia;

7. Este compromisso não inibe ou restringe, de forma alguma, as ações de controle, fiscalização e monitoramento de qualquer órgão ambiental, nem limita ou impede o exercício, por ele, de suas atribuições e prerrogativas legais e regulamentares;

8. A celebração deste compromisso de ajustamento de conduta ou de outro pactuado com qualquer órgão da Administração Pública não impede que um novo termo seja firmado entre o **MINISTÉRIO PÚBLICO** e a **COMPROMISSÁRIA**, desde que mais vantajoso para o meio ambiente;

9. O **MINISTÉRIO PÚBLICO** poderá, a qualquer tempo, diante de novas informações ou se assim as circunstâncias o exigirem, retificar ou complementar este compromisso, determinando outras providências que se fizerem necessárias, sob pena de invalidade imediata deste termo, ficando autorizado, nesse caso, a dar prosseguimento ao Inquérito Civil eventualmente arquivado pelo Conselho Superior do Ministério Público em decorrência deste instrumento;

10. Este acordo produzirá efeitos legais depois de homologado o arquivamento do respectivo Inquérito Civil pelo Conselho Superior do Ministério Público;

impresaoficial

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

11. As questões decorrentes deste compromisso serão dirimidas no foro do local do imóvel mencionado nos autos do Inquérito Civil sob número em epígrafe.

Satisfeitos com os termos acima fixados, firma-se o presente em cinco vias, que são assinadas pelo Promotor de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Atibaia e pelos compromissários.

Atibaia, 21 de junho de 2011.

MARCIO FRANCISCO ESCUDEIRO LEITE
2º Promotor de Justiça de Atibaia

RAUL DONATO MENDES
COMPROMISSÁRIO

ESPÓLIO DE SERGIO GONÇALVES PACHECO
COMPROMISSÁRIO

RENIL WILLIAN MENDES
COMPROMISSÁRIO

PROMOTORIA DE JUSTIÇA
DO MEIO AMBIENTE DE ATIBAIA
5

imprensaoficial

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

247
/
1

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE ATIBAIA
Rua Dr. José Roberto Paim nº 99 - Parque dos Coqueiros
ATIBAIA/SP - CEP: 12940-910 (Fórum de Atibaia)
Fone: (11) 4412-6963 e-mail: pjatibaia@mp.sp.gov.br
2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA

Atibaia, 26 de Outubro de 2011

Ofício n. 517/2011

Senhor Renil,

Apraz-me cumprimentar Vossa Senhoria na oportunidade em que cientifico-lhe da homologação do arquivamento e do TAC celebrado referente aos autos do **Inquérito Civil RU n. 20/10-MA**, conforme cópias que seguem em anexo e, *com fundamento no artigo 129, inciso VI da Constituição da República e disposições constantes na Lei Federal 8.625/93, na Lei Complementar Estadual 734/93 e no Ato Normativo n. 484/06-CPJ*, **NOTIFICO-LHE** a, até **19/12/2011**, encaminhar Relatório Técnico e Fotográfico, com a ART recolhida, acerca do desenvolvimento do plantio.

MARCIO FRANCISCO ESCUDEIRO LEITE
2º PROMOTOR DE JUSTIÇA

Ilustríssimo Senhor
RENIL WILLIAN MENDES
Rua Emidio Gomes nº 120
Jd. Shangri-lá- ATIBAIA - SP
CEP 12948-023

imprensaoficial

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

248

I. C. n. 20/10

VISTOS.

1. TAC a fls. 231/235. Arquivamento a fls. 236/239. Homologação do E. Conselho Superior do Ministério Público a fls. 244/245.

O Compromissário RENIL encaminhou dois Relatórios Técnicos e Fotográficos, elaborado no mês de **AGO/11**: 1) o primeiro se refere ao **Sítio Primavera**, dando conta do plantio de **700 mudas**, conforme **TCRA n. 88.922/09** (fls. 249/255); 2) o segundo diz respeito à **Fazenda Santa Olímpia**, noticiando o plantio de **415 mudas**, conforme **TCRA n. 88.941/09** (fls. 256/263).

Pelo que se observa dos referidos TCRA's (fls. 48 e 77), os Compromissários deverão encaminhar Relatórios Técnicos e Fotográficos em **19/11/2011, 19/05/2012, 19/11/2012 e 19/05/2013**.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

249
7

2. O feito permanece para fins de fiscalização do quanto acordado, sendo desnecessárias novas prorrogações de prazo para sua conclusão.

3. Com cópia deste desapcho e de fls. 231/239 e 244/245, oficie-se aos Compromissários cientificando-os da homologação do arquivamento e notificando-os a, até **19/12/11**, encaminhar Relatório Técnico e Fotográfico, com a ART recolhida, acerca do desenvolvimento do plantio.

Atibaia, 24 de outubro de 2011.

MÁRCIO FRANCISCO ESCUDEIRO LEITE
2º PROMOTOR DE JUSTIÇA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

250

SECRETARIA DE SANEAMENTO E RECURSOS HÍDRICOS
DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA
DIRETORIA DA BACIA DO MÉDIO TIETÊ
Av. Estados Unidos, 988 - Piracicaba - SP - CEP: 13416-500
Fone-Fax (19) 3434-5111 www.daee.sp.gov.br

Ofício BMT/ Nº 1814 / 2012 Piracicaba, 21 de junho de 2012.
(Autos nº 9813035 - DAEE)

Ref.: Complementação de documentos.

Prezado Senhor:

Tramitam neste Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE, Autos em nome de Raul Donato Mendes - CPF nº 252.972.718-00, que tratam de um requerimento de outorga de uso de recursos hídricos para regularização de um barramento e outro de obra ou serviço de proteção de leito - Protocolos DAEE/BMT/BMAT Nº 411/412/2011, localizado na Estrada do Mackenzie, s/nº - Sítio Primavera - Gleba I - bairro do Itapetinga, município de Atibaia - SP.

Após análise da documentação apresentada, constatou-se a necessidade de sua complementação com apresentação dos documentos abaixo relacionados:

- ✓ Protocolo CETESB - Agenda Verde;
- ✓ Correção dos valores de volume total e volume útil do barramento;
- ✓ Projeto de readequação do barramento, contemplando: vertedor de superfície, descarregador de fundo e bacia de dissipação, observando a velocidade máxima admissível no canal, que é a velocidade que não causará erosão no corpo do canal;
- ✓ No projeto apresentado para a proteção de leito e margens, deverá utilizar revestimento rígido, do tipo pedra argamassada. Deverá apresentar também projeto para construção de uma escada hidráulica, devido ao intenso processo erosivo que ocorre no local;
- ✓ Proposta de cronograma para a execução das obras de proteção de leito e margens e para obras de readequação do barramento.

Desta forma, vimos comunicá-lo que o processo de outorga encontra-se **arquivado temporariamente** e solicitamos, no prazo de até **60 (sessenta) dias,** contados a partir do recebimento deste, o comparecimento de representante legal, em nosso Escritório de Apoio Técnico de Atibaia, Rua José Pires, 514 - Centro, município de Atibaia - SP, fone (11) 4413-6288/4413-6244, para apresentação da documentação acima mencionada.

Outrossim, ***advertimos*** que o não atendimento ao prazo acima estabelecido **implicará no indeferimento dos requerimentos protocolados neste DAEE**, ficando esse posto sujeito às sanções que dispõem a Lei nº 7.663, de 30/12/91; o Decreto Federal nº 24.643, de 10/07/34 - "Código de Águas", e o Decreto Estadual nº 41.258, de 31/10/96 e, ainda, à ação da fiscalização deste órgão, segundo a Portaria DAEE nº 01/98, de 03/01/98.

Atenciosamente,

Luiz Roberto Moretti
Resp. p/ Expediente da BMT

Ilmo. Senhor
Raul Donato Mendes
Rua Anísio Curi Sobbro, 122 - bairro Jardim Shangrila

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

251

C O N C L U S Ã O

Faço estes autos conclusos ao Excelentíssimo Senhor Doutor **MARCOS COSME PORTO**, MM. Dr. Juiz Direito Titular desta Vara. Atibaia, **11 de setembro de 2012**. Eu,_____ Escrevente, subscrevo.

Proc. nº 1527/11

Informe a Serventia sobre a alegação de fls 240/241.

11.9.12

DATA
12 SET 2012

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

232

Processo nº 1527/11

CERTIDÃO

Certifico e dou por fé, em cumprimento ao r.despacho de folhas retro, que compulsando os autos verifiquei, em face da juntada de fls. 237 (na data de 23/08/2012), que os foram remetidos à conclusão no dia subsequente (24/08/2012, uma sexta-feira).

Atibaia, 20 de setembro de 2012.

Hélio Fernando Closel
Escrevente
Matr. 353037-A

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

253

C O N C L U S Ã O

Faço estes autos conclusos ao Excelentíssimo Senhor Doutor **MARCOS COSME PORTO**, MM. Dr. Juiz Direito Titular desta Vara. Atibaia, **26 de setembro de 2012**. Eu,_____ Escrevente, subscrevo.

Proc. nº 1527/11

Fls. 240/241:

Indefiro a devolução do prazo.

Os autos foram conclusos no dia 28.8.12 e devolvidos no mesmo dia.

Prossiga-se.

I.

26.9.12

DATA

Em 26 de SET 2012 de

Recebi estes autos em cartório

Eu, Esc. subsc.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

254

C E R T I D Ã O – REMESSA/PUBLICAÇÃO

Certifico e dou fé que o despacho/providência mencionado(a) abaixo estará disponibilizado(a) no Diário da Justiça Eletrônico em 01/10/12. Considera-se a data da PUBLICAÇÃO o primeiro dia útil subsequente à data acima mencionada (02/10/12). O prazo terá início em 03/10/12.

At., 28 de setembro de 2.012.

Escrevente / 1º. Ofício Cível

048.01.2011.010369-9/000000-000 - nº ordem 1527/2011 - Procedimento Ordinário - Indenização por Dano Material - GABRIELE BARALDI X RAUL DONATO MENDES - Fls. 240/241: Indefiro a devolução do prazo. Os autos foram conclusos no dia 28/08/12 e devolvidos no mesmo dia. Prossiga-se. Int. - ADV MELISSA YUMI KOGA BARALDI OAB/SP 211408 - ADV DUENES DO CARMO SILVA OAB/SP 209712

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

Certifico e dou fé que estes autos retirados no [illegible]
em 03.10.12 pelo Adv. Alvenes
de Gouveia Silva foram devolvidos [illegible] esta
Em 1 de 10 de 2012
Eu, [illegible] Escr. subscr.

JUNTADA

Em 11.10.12 de
[illegible] a estes autos CARTA PRECATÓRIA
[illegible] que segue
Escr. [illegible]

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
S P
9 DE FEVEREIRO DE 1874

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Juízo de Direito da 1ª. Vara Cível da Comarca de Atibaia
Rua Dr. José Roberto Paim, 99 - Parque dos Coqueiros- Atibaia/SP - CEP: 12945-007
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

155

CARTA PRECATÓRIA

Determinação Judicial

Processo nº 048.01.2011.010369-9/000000-000 **Ordem nº 1527/2011**
Valor da Causa: R$ 53800,0000
DISTRIBUIÇÃO
ADVERTÊNCIA: **AUDIÊCIA REDESIGNADA PARA O DIA 27 de JUNHO de 2012, às 15:00 HORAS**

28 SET 2012
PROTOCOLO

DEPRECANTE: Juízo de Direito da 1ª. Vara Cível da Comarca de Atibaia
DEPRECADO: Juízo de Direito da Comarca de **SÃO PAULO-SP**

DESPACHO

O Exmo Sr. Dr. MARCOS COSME PORTO, MM Juiz de Direito do 1ª. Vara Cível da Comarca de Atibaia, Estado de São Paulo, na forma da lei,

FAZ SABER ao(a) Exmo(a) Sr(a) Dr(a) Juiz(a) de Direito da Comarca de **SÃO PAULO-SP,** à qual esta for distribuida, que, perante este Juízo e respectivo Cartório se processam os termos e atos da Procedimento Ordinário, processo nº 048.01.2011.010369-9/000000-000, requerida por GABRIELE BARALDI, representado pela viúva inventariante ANNITA HERMINE BARALDI contra RAUL DONATO MENDES.

FINALIDADE

INTIMAÇÃO de **ANNITA HERMINE BARALDI, brasileira, professora aposentada, RG 2.339.992-2 e CPF 054.774.848-53,** residente na ***Rua Afonso Celso, 718, Apartº 94, Vila Mariana, São Paulo-SP*** para que compareça ao Fórum, na sala de audiências da **1ª Vara Cível**, sito a Rua Dr. José Roberto Paim, 99 - Parque dos Coqueiros- Atibaia/SP - CEP: 12945-007, para a realização da audiência ***para a produção de prova oral, com depoimentos pessoais,*** REDESIGNADA para o **DIA 27 de JUNHO de 2012, às 15:00 HORAS, *sob pena de confissão com relação à matéria de fato,***

ADVOGADOS: Autor: MELISSA YUMI KOGA BARALDI - OAB/SP 211408; Réu: DUENES DO CARMO SILVA – OAB-SP 209.712

ENCERRAMENTO

Assim, pelo que dos autos consta, expediu-se a presente, pela qual depreca a Vossa Excelência que, após exarar o seu respeitável "cumpra-se", se digne determinar as diligências para o seu integral cumprimento com o que estará prestando relevantes serviços à justiça. Dada e passada nesta Cidade da Comarca de Atibaia, Estado de São Paulo, aos 11 de maio de 2012. Eu, _____ (HÉLIO FERNANDO CLOSEL), Escrevente, digitei. Eu, _____ (PEDRO DONIZETTI SIMÕES), Diretor, subscrevi.

MARCOS COSME PORTO
Juiz de Direito

CERTIDÃO
Certifico ser autêntica a assinatura do Dr. **MARCOS COSME PORTO**, MM Juiz de Direito da 1ª. Vara Cível da Comarca de Atibaia-SP.
Atibaia, 11 de maio de 2012.
PEDRO DONIZETTI SIMÕES
Diretor

RECEBIDO PELO MALOTE

TJSP 048 RTO 27092012145 ICV- 15 0078366-30

TJSP 20120525209 583.21.2012.058952-0

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

PODER JUDICIÁRIO
SÃO PAULO
Setor Unificado de Cartas Precatórias Cíveis da Capital

CERTIDÃO

Nos termos do art. 162, §4º do Código de Processo Civil, certifico e dou fé que encaminhei os autos para:

( ) o oficial de justiça regularizar sua certidão de fls._____;

( ) redistribuição à Comarca de _____;

( ) redistribuição ao Setor Anexo de Execuções Fiscais;

( ) redistribuição a uma das Varas da Infância e Juventude;

( ) redistribuição a uma das Varas Criminais;

( ) redistribuição nos termos do provimento 679/99 a uma das Varas de Família e Sucessões;

( ) expedição de ofício de _____;

( ) expedição de telex ao Juízo deprecante para que o mesmo informe à data designada para o comparecimento do (a) réu (ré), na audiência, uma vez que referida data não consta na carta precatória, ressaltando que essa data deverá estar com o prazo mínimo de 90 dias para a realização do ato deprecado;

( ) expedição de documento solicitando redesignação da (o) _____, com prazo mínimo de 90 dias para a realização do ato deprecado;

(X) expedição de documento solicitando redesignação da audiência, com prazo mínimo de 90 dias para a realização do ato deprecado;

( ) _____;

( ) _____;

São Paulo, 01 JUN 2012.

Eu, _____, Escrevente Técnico Judiciário, subscrevi.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

7
257

CERTIDÃO

Certifico ter expedido telex, conforme comprovante que segue.

Em **22 de agosto de 2012**.

Eu,____, escrevente, subscrevi.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

SISTEMA DE POSTAGEM ELETRONICA
escritório

Visualização Telegrama

Esta visualização não corresponde ao Telegrama impresso pelos Correios
Este telegrama, quando impresso, poderá conter mais páginas

CORREIOS

Data : 22/08/2012 13:59:52
Assunto : RED 58952/12-0

Mensagem

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

SOLICITO A REDESIGNAÇÃO DA AUDIÊNCIA, OBSERVANDO-SE O PRAZO MÍNIMO DE 90 DIAS PARA A REALIZAÇÃO DO ATO DEPRECADO, DEVENDO A RESPOSTA SER ENVIADA A ESTE JUÍZO POR OFÍCIO, PREFERENCIALMENTE PELO FAX ABAIXO ANOTADO, AGUARDANDO-SE POR 30 DIAS FINDOS OS QUAIS, E NO SILÊNCIO, A CP SERÁ DEVOLVIDA. CASO A RESPOSTA SEJA ENCAMINHADA VIA FAX, NÃO É NECESSÁRIO O ENVIO DO OFÍCIO ORIGINAL PARA ESTE JUÍZO.

SETOR DE CARTAS PRECATÓRIAS CÍVEIS - FAX (11) 3105-6060
CARTA PRECATÓRIA: 58952/12-0
VARA DE ORIGEM: 1° VARA CÍVEL
COMARCA: ATIBAIA - SP
AÇÃO: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO
PROCESSO: 048.01.2011.010369-9
PARTES: ANNITA HERMINE BARALDI x RAUL DONATO MENDES

Remetente

SETOR DE CARTAS PRECATORIAS CIVEIS
Viaduto Dona Paulina
80
17°/18° Andar
Centro
01501020 São Paulo
SP

Destinatário

CP 58952/12-0
1° VARA CÍVEL
Rua Doutor José Roberto Paim
99

Ressaca
12945007 Atibaia
SP

Serviços

Assinatura Digital

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

259

JUNTADA

Em _____, junto a estes autos:

( ) Petição;

(X) Ofício;

( ) Mandado;

( ) Aditamento; _____

( ) Guia de recolhimento de diligência;

( ) Guia de depósito judicial;

( ) Comprovante de depósito judicial;

( ) Mandado de levantamento judicial;

( ) _____ Telegrama(s);

( ) _____ A.R.;

( ) _____ Carta(s) devolvida(s);

( ) _____.

Eu, _____, escr. téc. judiciário, subscrevi.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

260

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
Juízo de Direito da 1ª. Vara Cível da Comarca de Atibaia
Rua Dr. José Roberto Paim, 99 - Parque dos Coqueiros- Atibaia/SP - CEP: 12945-007 -
Tel: 4412-9688 (R. 238) - Fax: 4412-7092 - e-mail: atibaia1cv@tj.sp.gov.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Processo nº 048.01.2011.010369-9/000000-000 Ordem nº 1527/2011

Ação: Procedimento Ordinário
Requerente: GABRIELE BARALDI
Requerido: RAUL DONATO MENDES

Atibaia, 04 de setembro de 2012.

Excelentíssimo(a) Senhor(a),

Atendendo ao que foi requerido nos autos em epígrafe, solicito a Vossa Excelência a devolução da carta precatória 58952/12-0 independentemente de cumprimento.

Apresento a Vossa Excelência protestos de distinta consideração.

MARCOS COSME PORTO
Juiz de Direito

TJSP-S.PRECATORIAS CIVEIS-12/SET/2012 17:12-024624-1/2

Ao(A) Exmo(a). Sr(a). Dr(a).
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
SETOR DE CARTAS PRECATÓRIAS CÍVEIS
Viaduto Dona Paulina, 80, 17º, 18º andar, Centro, São Paulo-SP
01501-020

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

261

CERTIDÃO

Nos termos do artigo 162, § 4º do Código de Processo Civil, certifico e dou fé que encaminhei estes autos para:.

( ) designação de oficial de justiça;

( ) designação de oficial de justiça para novas diligências;

( ) regularização da certidão do(a) oficial de justiça;

( ) redistribuição à comarca de _____;

( ) expedição de documento solicitando redesignação de audiência;

( ) expedição de documento solicitando redesignação de _____;

( ) expedição de ofício;

( ) apreciação do Juízo deprecante, tendo em vista o decurso do prazo sem resposta ao telex/ofício/email expedido;

( ) apreciação do Juízo deprecante, tendo em vista o decurso do prazo sem manifestação da parte interessada;

(X) apreciação do Juízo deprecante;

( ) _____;

( ) _____.

São Paulo, _____. Eu, _____, escrevente técnico judiciário, subscrevi.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

262
7

JUNTADA

Aos 17.10.12 faço juntada a estes autos APELAÇÃO que segue

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

TJSP DAM 16100212250 1CV- 16 00835541-90

263

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA **1ª. VARA CÍVEL** DA COMARCA DE **ATIBAIA – SP.**

1º OFÍCIO JUDICIAL
COMARCA DE ATIBAIA
ESTADO DE SÃO PAULO
17 OUT 2012
PROTOCOLO

** TJ SP - 05-10-2012 16:12 AIS 000 0 [illegible]

Processo 048.01.2011.010369-9 – nr. de ordem 1527/2011
Requerente: Espólio de Gabriele Baraldi
Requerido: Raul Donato Mendes

RAUL DONATO MENDES, qualificado nos autos, vem respeitosamente a presença de Vossa Excelência por sua advogada adiante assinado, manifestar-se no feito em questão, apresentando suas *RAZÕES DE APELAÇÃO*, requerendo seu apensamento aos autos e seja recebida em ambos os efeitos.

Termos em que,
Pede e E. Deferimento.

De São Paulo p/Atibaia, em 03 de outubro de 2012.

DUENES DO CARMO SILVA
OAB/SP. 209712.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

264
7

EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

RAZÕES DE APELAÇÃO

Apelante: RAUL DONATO MENDES
Apelado: ESPÓLIO DE GABRIELE BARALDI, representado por ANNITA HERMINE BARALDI

EMÉRITOS JULGADORES!

1- ***BREVE RELATO DOS FATOS:***

Por volta do ano 2000, ORLANDO FEDERZONI e JOSÉ FORTUNA, então proprietários do imóvel, (fls.79), hoje de propriedade de RAUL DONATO MENDES, ora Apelante, em comum acordo com o Apelado e o outro confrontante MOYSES ALBANO NUNES (fls 134 e 135), fizeram o desvio do curso do córrego, que antes passava na propriedade do Apelante.

O Requerimento da outorga para regularização do evento se deu em 09/05/2000 (fls. 138), sendo concedida em 26 de setembro de 2003 (fls.155), vigente até setembro de 2033; ou seja: dentro da legalidade.

E, se em algum momento constatar que a obra é irregular deverá se legitimar como responsável o ÓRGÃO ESTADUAL que a aprovou, porém jamais o ora Apelante.

Posteriormente a área onde antes era o curso rio foi transformada em nova ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE, por força do Termo de Ajustamento de Conduta firmado no Inquérito Civil nr. 20/10, já homologado e arquivado. (fls. 242 / 249), e vem sendo monitorado por relatório fotográfico, juntando o último, datado de 31/05/12.

O Apelante, após tomar conhecimento junto ao DAEE que deveria transferir para seu nome a outorga de uso dos recursos hídricos, e sua manutenção, requereu-a em 27/09/11 (fls.83/111), complementando em 27/06/12 em atendimento à exigências de fls.250.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

265

Dito processo está em andamento sendo que a DEFESA CIVIL já deferiu a realização da obra de manutenção, expedindo Termo de Autorização Emergencial (cópia anexa).

Faz-se necessário ressaltar que o Apelante desconhecia que teria que pedir a transferência da outorga para seu nome, e que tão logo tomou conhecimento de que deveria fazê-lo, o fêz.

Em nenhum momento foi intimado a fazê-lo; mas sim, procurou o DAEE da comarca de Atibaia onde recebeu as orientações necessárias. E, como o próprio DAEE desconhecia a existência da outorga concedida aos proprietários anteriores, se fez necessário readequar o projeto apresentado inicialmente (fls.83/111).

Ou seja: jamais o apelante fugiu às suas responsabilidades.

O fato é que a Apelada, impetrou a presente objetivando o ressarcimento por danos sofridos em sua propriedade, confrontante com a do Apelante, localizada no município de Atibaia – SP., por danos materiais ocorridos em razão das fortes chuvas de janeiro 2011, que desmoronou um muro existente em suas divisas, e destruiu um galinheiro, três quartinhos e comprometeu a estrutura de um curral.

Alegou que a causa desses danos foi o desvio do curso do rio que havia na propriedade do Apelante, uma vez que atualmente corre nas divisas das propriedades.

Além disso, fez denúncias ao Ministério Público e também à Secretaria do meio ambiente municipal, onde a Defesa Civil de pronto concedeu ao Apelante autorização para a realização de obras emergenciais.

Por outro lado o Apelante em contestação declinou pela ilegitimidade de parte, posto que o Apelado, mediante concordância expressa, (fls. 134), assim como o outro confrontante (fls. 135) e os proprietários anteriores, é quem fizerem o desvio.

E que, portanto, a Apelada é muito mais responsável pelo desvio do curso do rio que o ora Apelante, o qual sequer conhecia a sua existência, já que adquiriu o imóvel em julho 2008.

Em nenhum momento o Apelante se excusou às suas responsabilidades, tanto é que pretende fazer a manutenção necessária do desvio, cuja autorização de obra já foi requerida.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

266

A primeira destas obras se deu em razão das fortes chuvas que causou os danos ao imóvel da Apelada, (fls.82 e 156), e também ao seu próprio; enquanto a Apelada se referiu à esta obra emergencial, (autorizada pela defesa civil, fls.82), como agravante dos danos, e de sua parte nada fez para prevenir ou repará-los.

No decorrer do feito a Apelada alegou desconhecer que seu marido houvesse autorizado o desvio do curso do córrego, e o douto Juiz a quo sentenciou dizendo que a assinatura se deu após o desvio e que ele não podia prever os danos.

MAGNÂNIMO TRIBUNAL!

Data venia equivoca-se o douto magistrado; o fato é que não há nos autos provas de que o Apelado foi forçado a autorizar o desvio do rio, além disso, o órgão ambiental teria que observar que os bens, objetos dos danos ocorridos, estavam a partir do desvio, em APP, o que confirma que a apelada estava cometendo crime ambiental, sendo requerido por ocasião da contestação, o envio de ofício ao Ministério Público para apuração dos fatos, sobre o que o Douto magistrado não declinou.

O Apelante também sofreu prejuízo de grande monta em obras emergenciais e também com os projetos para a manutenção de obras no local; e ainda o terá em obras de manutenção, onde certamente poderá pleitear o ressarcimento. Porém, jamais irá cobrar ou incomodar seu vizinho em razão de danos causados por fenômenos naturais, e com os quais tivesse contribuído.

2- DA SENTENCA APELADA:

1- Decidiu o Douto Juiz "a quo" pela reversão do curso do rio à situação anterior.

- Resta totalmente prejudicada tal decisão, cabendo a suspensão imediata da tutela antecipada concedida, bem como suas conseqüências, devendo ser reformada conforme esclarecimentos a seguir.

O local onde antes corria o rio, é atualmente uma nova *ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE*, oriunda do Termo de Ajustamento de Conduta celebrado entre o ora Apelante e o Ministério Público da Comarca de Atibaia, no Inquérito Civil 20/10, (inquérito esse Homologado e Arquivado), em cuja área foram plantadas 700

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

267
1

(setecentas) mudas de espécies arbóreas nativas da região, em cumprimento do TCRA n. 88.922/09. (fls.242/249).

Esta área vem sendo monitorada pelo Ministério Público e outros órgãos competentes, por meio de relatórios fotográficos anuais, segundo os quais, as mudas encontram-se em bom desenvolvimento. (cópia do último relatório anexo).

Além disso, o Apelante objetivando a transferência da outorga para seu nome, quando então poderá realizar as obras de manutenção, já tomou as providências necessárias, cujo projeto está em fase de aprovação junto ao órgão competente. (fls.83/111) e cópia do último documento protocolado, bem como da vistoria da Defesa Civil Municipal deferindo a realização das obras.

É importante ressaltar que enquanto não autorizadas as obras de manutenção do atual curso do córrego, pelo DAEE e demais órgãos competentes, as obras de manutenção do atual curso do rio, não poderão ser realizadas.

Apenas para ilustrar, quando da ocorrência das chuvas em janeiro 2011, o Apelante solicitou à Polícia Ambiental uma autorização para uma obra emergencial, sendo deferida, e que por sua vez a Apelada utilizou-se de afirmações inverídicas para denunciar ao Ministério Público que o Apelante estava movimentando terras em sua propriedade de forma irregular.

Ainda, com todo respeito ao Douto Juiz a quo, constata-se mais um equívoco seu quando se referiu às fls. 231, 4º. Parágrafo dizendo:

"Enfim, como bem ressaltado a fls. 224, em momento algum o requerido .....tendo sido, isso sim submetido a uma imposição do Ministério Público nos autos do Inquérito Civil n.302/11 a apresentar projeto de adequação hidráulica do córrego que passa por sua propriedade"

Esta afirmativa não procede; o ofício nr. 462/2011, referente a instauração do IC 302/11 para apuração dos fatos enviado ao Apelante, data de 27/09/11, e certamente levaria pelo menos um dia para ser entregue; enquanto o protocolo de regularização junto ao DAEE foi na mesma data, ou seja: mesmo que o apelante houvesse recebido o ofício no mesmo dia (27/09/11), o que é improvável, não haveria tempo hábil para elaboração de projeto tão trabalhoso(fls. 83/111).

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

268
1

3- DA ILEGITIMIDADE DE PARTE DO APELANTE

Quanto a decisão para o pagamento de indenização ao Apelado, na ordem de R$ 53.800,00 (cinqüenta e três mil e oitocentos reais) corrigido desde março de 2011 e juros legais a partir da citação, apela também pela sua total reforma, baseando-se no seguinte:

- Relatou o Douto magistrado "a quo" : "Os prejuízos sofridos pelo Requerido são irrelevantes para os ponto do conflito, uma vez que os danos sofridos pelo autor são decorrentes da **obra irregular** realizada na propriedade do Requerido, pouco importando tenha sido ele ou o proprietário anterior o seu empreendedor" (grifo nosso).

EMÉRITOS JULGADORES!

Em existindo a Outorga, (fls.155), a qual ainda vigente, o fato é que a obra atendeu às exigências ambientais. Data vênia constata-se neste relato um equívoco do Douto magistrado, pois em havendo outorga pelo órgão competente não deveria ser considerada **obra irregular**, e caso o seja, resta demonstrada a Ilegitimidade de Parte argüida em Contestação.

Portanto, restando demonstrado que o órgão ambiental competente concedeu a regularização do desvio do curso do córrego com a devida concordância do Apelado (fls.134), se a obra foi em algum momento considerada irregular, a parte legítima para responder por ela deverá ser o ESTADO mas nunca o ora Apelante.

Além disso, quando o Apelado juntamente com o proprietário anterior e o confrontante Sr. Moyses (fl.135) em comum acordo, executaram o desvio do curso do rio, certamente tinham conhecimento de que as obras de sua propriedade, destruídas em razão das fortes chuvas, (o galinheiro, os três quartinhos e o abalo da estrutura de um curral), estariam a partir de então, em área de preservação permanente, e muito próxima do córrego.

Ou seja: o Apelado assumiu os riscos do desvio do rio, portanto, responsável pelo prejuízo próprio sofrido, assim como pelos prejuízos do Apelante.

Porque então penalizar o Apelante, que adquiriu a área no ano de 2008, e sequer tinha conhecimento do avençado entre o Apelado, o proprietário anterior e o órgão ambiental que concedeu a outorga?

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

269
7

EGRÉGIO TRIBUNAL!

No máximo será o Apelante responsável em parte pelos danos ocorridos, isso se a obra for considerada regular por V.Exas., com o que não concordou o douto magistrado a quo que sentenciou afirmando ser a obra irregular.

3- DO DIREITO:
Artigo 513 do CPC: "Da sentença caberá Apelação.

4- DO PEDIDO:

Por todo o exposto, deve ser a R. Sentença prolatada de fls. 228/232 reformada em todo o seu teor, suspendendo-se de imediato a proteção da tutela antecipada, posto que impossível a reversão do curso do rio, ante a existência de nova área de preservação permanente onde antes era o seu curso, sentença esta que, em sendo cumprida, levará o Apelante ao cometimento de CRIME AMBIENTAL.

Assim como deverá ser acolhida a preliminar de Ilegitimidade de Parte do Apelante, ante o relato do douto Juiz "a quo" que, ao afirmar ser irregular o desvio do curso do rio, transfere a legitimidade ao Estado que concedeu outorga ao evento, e como tal deve ser responsabilizado.

E, em entendendo esta Corte por não acolher a Ilegitimidade de parte, e concluir que a obra se deu observando os trâmites da lei, sejam considerados como corresponsáveis, na forma proporcional, pelos danos materiais, o Apelado e o confrontante MOYSES ALBANO NUNES, ante a concordância expressa para o desvio do rio. (fls.134/135).

Por ser o Apelante beneficiário da Justiça gratuita, requer a manutenção deste benefício, juntando cópia da declaração de Imposto de renda do último exercício.

Requer ainda, a manifestação do Ministério Público, norteando-se pela decisão proferida que determinou ao Apelante a reversão do curso do rio, o que significa a interferência em área de preservação permanente, qual seja, de interesse difuso e coletivo.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

270

7

A procedência total deste Recurso, por medida de Justiça.

Termos em que,
Pede e Espera Deferimento.

De São Paulo p/Atibaia, em 05 de outubro de 2012.

DUENES DO CARMO SILVA
OAB/SP. 209712

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

271

Ao Ministério Público do Estado de São Paulo

-Promotoria de Justiça da Comarca de Atibaia

Excelentíssimo Promotor Marcio Francisco Escudeiro Leite

Em atendimento ao Ofício nº 515(Raul Donato Mendes), 516(Adriana Gonçalves Pacheco),517(Renil Willian Mendes) de 2011 segue Laudo Técnico Fotográfico elaborado pelo engº agrº Paulo Eduardo Mamede, CREA 0700212495.

Atenciosamente;

Renil Willian Mendes

RG 26178503/5

CPF 252978918-50

MINISTÉRIO PÚBLICO
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ATIBAIA

1555 12

Atibaia,31 de Maio de2012

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

272

RELATÓRIO FOTOGRÁFICO DE RECUPERAÇÃO FLORESTAL EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE

TCRA: 88922/2009
Vara do Juizado Especial Civil e Criminal da Comarca de Atibaia.
Processo MP: 048.01.2009.015359-6/000000-000 (CTRL: 2029/2009)

Proprietário/Arrendatário: Renil Willian Mendes

Localização: Sitio Primavera – Bairro Itapetinga

Município: Atibaia – SP

Área:

Total do Sitio: 42.000 m² (4,2ha)

Parcial do terreno: 4.200m² (0,42ha) autuado em APP.

Proprietário: Raul Donato Mendes

Finalidade:

Comprovar o manejo e o desenvolvimento das 700 mudas de espécies arbóreas nativas plantadas na Área de Preservação Permanente – APP situada nos fundos do endereço em epigrafe.

Maio /2012
Paulo Eduardo Mamede
Engenheiro Agrônomo

CETESB / ATIBAIA
RECEBIDO
Prot. N.º 1333
Data 31/05/12
Visto:

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

273

7

INTRODUÇÃO

Trata-se da elaboração de um relatório técnico fotográfico comprobatório sobre manutenção e desenvolvimento de 700 (setecentos) mudas de espécies arbóreas nativas plantadas em APP.

A área era utilizada pelo arrendatário (pequeno produtor) para o cultivo de milho.

DESENVOLVIMENTO

Em vistoria no local onde as mudas foram plantadas, observou-se que a área vem recebendo tratos culturais manuais e mecanizados, como exemplo, adubação de cobertura, roçadas nas gramíneas competidoras e coroamento nas mudas, evitando-se o controle químico com herbicidas.

As mudas plantadas que **não vingaram,** ou seja, que não houve pegamento foram substituídas.

Quanto ao desenvolvimento das plantas, observou-se que aquelas menos exigentes quanto à fertilidade do solo se desenvolveram melhor, e aquelas menos adaptadas incluindo Pioneiras apresentam um crescimento lento.

No momento não se observou ataque de formigas cortadeiras.

CONCLUSÃO

Diante da condição de pequeno produtor rural, o arrendatário procurou fomentar o mais rápido possível a recuperação do dano, com isso está se dedicando no que se refere à manutenção das plantas.

Quanto ao desenvolvimento das mudas, o interessado deve observar aquelas menos adaptadas (sendo aquelas que apresentam um baixo crescimento), e promover a substituição destas por espécies adaptadas, para essa observação recomenda-se um acompanhamento técnico, pois a mudas são classificadas em Pioneiras e Não Pioneiras.

Em geral pode-se considerar que a área esta em processo de recuperação florestal.

Atibaia, 31 de Maio de 2012.

Paulo Eduardo Mamede
Engenheiro Agrônomo

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

274

RAE – RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO E EFICIÊNCIA

(2.a VERSÃO)

Interessado:	RAUL DONATO MENDES
Propriedade :	Gleba 1 – Parte do Sítio Primavera (Rural)
Localização :	Estrada municipal do Makenzie s/n.°
	Bairro Itapetinga
	Município de Atibaia/SP
Bacia Hidrográfica:	Rio Atibaia
UGRHI:	05
Curso d'água:	Ribeirão dos Porcos, afluente à margem esquerda do Rio Atibaia
Objetivo:	Apresentar uma nova proposta de regularização, com re-adequação dos estudos hidrológicos e hidráulicos, para o Vertedor e o Canal de Restituição do barramento.

25/06/2012
Oswaldo Barone Filho
Engº Agrônomo
CREA/SP nº – 0601675824

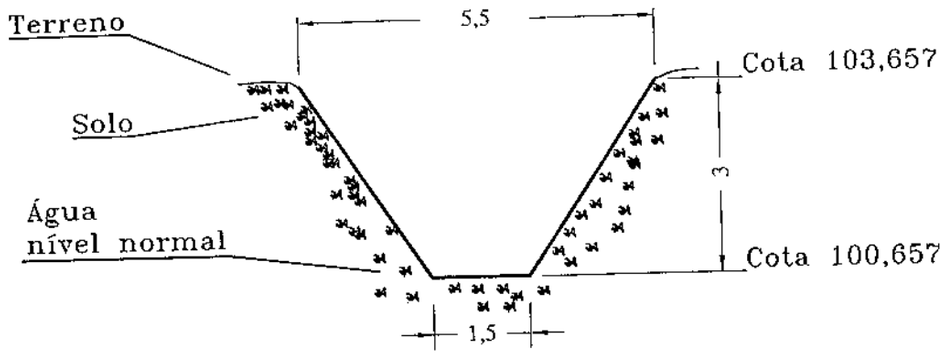
Requerimento de Outorga
Protocolo DAEE/BMT/BMAT Nº 5577/2012
Data: 25/06/12. Hora: 10 h 41 min.
Recebido por:

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

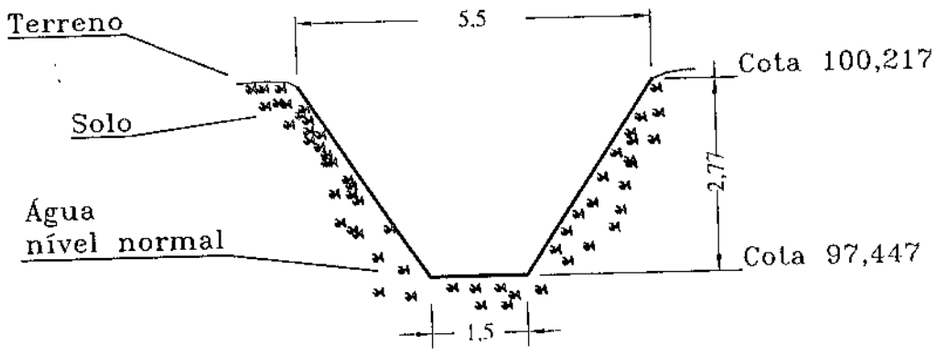
DESENHO N.°1

275

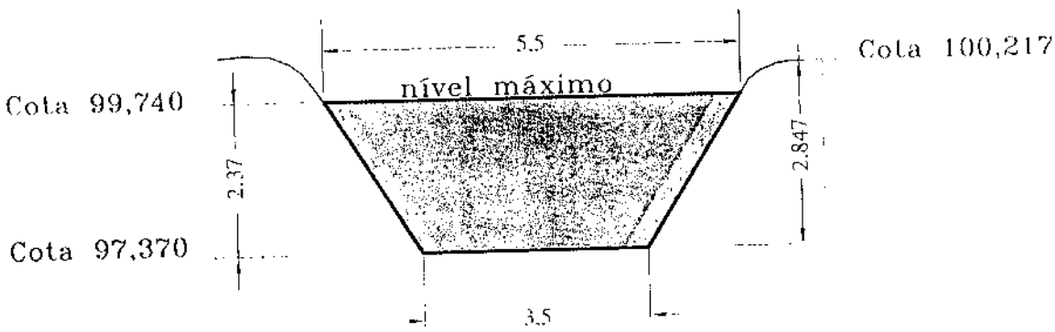
SEÇÃO NO INICIO DO CANAL DE RESTITUIÇÃO



SEÇÃO NO FINAL DO CANAL DE RESTITUIÇÃO



SEÇÃO PROJETADA NO FINAL DO CANAL DE RESTITUIÇÃO

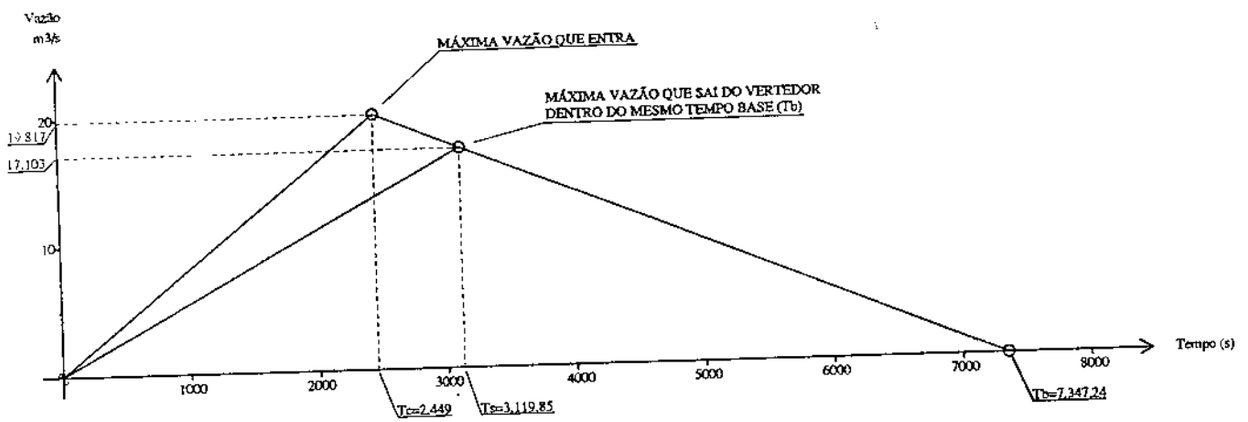


interessado: RAUL DONATO MENDES	Folha: 1/4
SEÇÕES TRANSVERSAIS DO CANAL DE RESTITUIÇÃO	ESCALA 1:100
desenho: Oswaldo Barone Filho — visto:	data: 25/06/2012

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

DESENHO N.º 2

REPRESENTAÇÃO TRIANGULAR DOS HIDROGRAMAS DE CHEIA QUE PASSAM PELO RESERVATORIO.



ESCALA HORIZONTAL 1 : 50.000

ESCALA VERTICAL 1 : 500

interessado: RAUL DONATO MENDES	Folha: 2/4
REPRESENTAÇÃO SIMPLIFICADA DOS HIDROGRAMAS DE CHEIA	
desenho: Oswaldo Barone Filho / visto:	data: 25/06/2012

fls. 292

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

DESENTRANHAMENTO

Certifico e dou fé haver desentranhado o MAPA que aqui constava (fls. 277) para fins de digitalização do processo. 048.01.2011.010369-9. 1527/11

Certifico mais, que entreguei o documento descrito acima ao Gestor em exercício.

Atibaia/DERSA, 03/11/14.

Eu, Hug Escrevente, subscrevi.

010.099.051.866

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

DESENTRANHAMENTO

Certifico e dou fé haver desentranhado o Mapa

_____, que aqui constava (fls. 278) para fins de digitalização do processo. 048.01.2011.~~010369-9~~ 010369-9.1527/11

Certifico mais, que entreguei o documento descrito acima ao Gestor em exercício.

Atibaia/DERSA, 03/11/14.

Eu, HG Escrevente, subscrevi.

010.099.051.066

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

219

CRONOGRAMA DE REGULARIZAÇÃO DO BARRAMENTO

(ANO DE 2.012)

MESES	ATIVIDADE	DESCRIÇÃO
Julho	1- Subir o nível da crista da barragem	1-Utilizar terra argilosa e distribuir em camadas de 0,20 m de altura, sobre a crista da barragem e compactar com pé de carneiro.
	2- Construção de um canal auxiliar	2- Construir um canal auxiliar paralelo ao atual para o escoamento da água do lago barrado.
	3- Limpar a bacia	3- Remover os materiais soltos da bacia (erosão), abaixo do canal. Trocar parte do solo da superfície por solo argiloso, misturado com entulho limpo de construção civil e compactar.
Agosto	1- Continuação dos serviços na bacia	1- Construir a cascata com pedras grandes, fazer as fundações dos muros de arrimo.
Setembro	1- Idem	1- Construir os muros de arrimo e fazer todos os enrocamentos de fundo da bacia e do canal.
	2- Construção do Vertedor	2- Construir todas as fundações e alvenarias do vertedor da barragem.
Outubro	1- Contrução da Rampa de queda d'água, bacia de dissipação de energia e Canal.	1- Escavar e regularizar os taludes do canal. Escavar o local da construção da rampa e da bacia de dissipação. Construir as fundações e os muros de arrimo. Fazer todos os enrocamentos.
Novem-bro	1- continuação dos serviços anteriores	1- Continuação dos serviços anteriores. Regularizar todos os taludes com terra argilosa compactada. Plantar grama nos taludes.

Observações: Após o desvio das águas do canal, a primeira atividade tem que ser a reforma da bacia existente (erosão) para se evitar o aumento de perda de solo. A ultima atividade tem que ser a reforma do canal principal e construção da primeira bacia de dissipação. O motivo é a aproximação do novo período chuvoso e a necessidade das águas voltarem a correr pelo canal atual. O canal auxiliar não estará dimensionado para vazões extremas. Caso haver um período chuvoso muito longo, então as obras serão paralisadas, e só poderão ser re-iniciadas após a passagem desse período, num novo período seco. Dessa forma haverá um atraso nesse cronograma e os trabalhos deverão ser re-iniciados nos meses secos a partir de Março de 2013.

Atibaia, 25 de junho de 2.012.

Oswaldo Barone Filho
Responsável Técnico

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

PREFEITURA DA ESTÂNCIA DE ATIBAIA
Estado de São Paulo
Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente

DEFESA CIVIL
ATIBAIA-SP

280
7

Atibaia, 11 de setembro de 2.012

TERMO DE AUTORIZAÇÃO EMERGENCIAL

A Prefeitura da Estância de Atibaia, representada neste ato pelo funcionário que sub-escreve, tendo em vista o requerimento de autorização emergencial para reparos de um canal e de uma barragem, localizados na Estrada do Mackenzie, s/n – Ribeirão dos Porcos, efetuado pelo responsável técnico, Engenheiro Oswaldo Barone Filho, e considerando toda a documentação apresentada, fica o Senhor Renil Willian Mendes autorizado a executar os serviços descritos no projeto e no pedido de licenciamento apresentando ao Departamento de Água e Energia Elétrica – DAEE, protocolado em 27/09/2011.

Esta autorização não exime o proprietário dos demais trâmites, e compensações determinados pelo Departamento de Meio Ambiente.

Atenciosamente,

Thiago Franco de Oliveira
Engenheiro Civil
Chefe do Setor de Diretrizes e Pré-análises

Avenida da Saudade, 252 – Centro - CEP. 12.940-560
Telefone: 11 4414-2000 / www.atibaia.sp.gov.br

Atibaia PREFEITURA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

261

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ATIBAIA
Rua Dr. José Roberto Paim nº 99 - Parque dos Coqueiros
ATIBAIA/SP - CEP: 12940-910 (Fórum de Atibaia)
Fone: (11) 4412-6963 e-mail: pjatibaia@mp.sp.gov.br
2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA

Atibaia, 27 de Setembro de 2011.

Ofício n. 462/2011

Senhor Renil,

Apraz-me cumprimentar Vossa Senhoria na oportunidade em que lhe cientifico da instauração do **Inquérito Civil nº 302/11**, com a finalidade de apurar possível intervenção em curso d'água, para fins do disposto no artigo 108 da Lei Complementar Estadual n. 734/93 (Ato Normativo n. 484/06-CPJ, arts. 20 e 21), conforme Portaria em anexo, solicitando, no prazo de 30 dias, a comprovação da apresentação aos órgãos ambientais competentes de projetos técnicos tendentes a regularizar as indevidas interferências em área de preservação permanente.

MARCIO FRANCISCO ESCUDEIRO LEITE
2º PROMOTOR DE JUSTIÇA

Ilustríssimo Senhor
RENIL WILLIAN MENDES
Rua Emídio Gomes, 120
Jd. Shangri-Lá - ATIBAIA - SP
CEP 12948-023

impresaoficial

MP 41

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

MINISTÉRIO DA FAZENDA — **IMPOSTO SOBRE A RENDA - PESSOA FÍSICA**

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL — **EXERCÍCIO 2012**

Ano-Calendário 2011

182

RECIBO DE ENTREGA DA DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL - OPÇÃO PELO DESCONTO SIMPLIFICADO

DECLARAÇÃO ORIGINAL

X

IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE

CPF do declarante	Nome do declarante	Telefone
252.972.718-00	RAUL DONATO MENDES	

Endereço	Número	Complemento
RUA ANICE CURY SABBAG	123	

Bairro/Distrito	CEP	Município	UF
SHANGRI-LA	12948-022	ATIBAIA	SP

	(Valores em Reais)
TOTAL RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS	17.650,00
IMPOSTO DEVIDO	0,00
IMPOSTO A RESTITUIR	0,00
SALDO DO IMPOSTO A PAGAR	0,00
IMPOSTO A PAGAR GANHO DE CAPITAL - MOEDA EM ESPÉCIE	0,00

Declaração recebida via Internet JV
pelo Agente Receptor SERPRO
em 30/04/2012 às 10:11:35
1124415552

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

283

C O N C L U S Ã O

Faço estes autos conclusos ao Excelentíssimo Senhor **Dr. Marcos Cosme Porto**, MM. Dr. Juiz de Direito desta Vara. Atibaia, 19 de outubro de 2012. Eu, _____ Escrevente, subscrevo.

PROC. Nº 1527/11

Vistos, etc.

Recebo o recurso de fls. 263/282, somente no efeito devolutivo com relação à tutela e em ambos os efeitos com relação à condenação.

Processe-se.

Dê-se vista a parte contrária para oferecimento de contrarrazões.

Ofertadas as contrarrazões subam os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo – Seção de Direito Privado com as homenagens deste Juízo.

Desnecessária a formação de Autos Suplementares, posto o contido no Provimento 36/07, em seu artigo 8º, item 46.2 da Corregedoria Geral de Justiça, publicado no D.O.E., em 21.12.2007 – fls. 02 – Caderno Administrativo.

Intimem-se.

Atibaia, 19 de outubro de 2012

Marcos Cosme Porto
Juiz de Direito

D A T A

Nesta data foram-me entregues estes autos em cartório. Eu, _____ Escrivão-Diretor, subscrevo.

ATIBAIA, 24 OUT 2012.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

284

C E R T I D Ã O – REMESSA/PUBLICAÇÃO

Certifico e dou fé que o despacho/providência mencionado(a) abaixo estará disponibilizado(a) no Diário da Justiça Eletrônico em 31/10/12. Considera-se a data da PUBLICAÇÃO o primeiro dia útil subsequente à data acima mencionada (01/11/12). O prazo terá início em 05/11/12.

At., 30 de outubro de 2.012.

Escrevente / 1º. Ofício Cível

048.01.2011.010369-9/000000-000 - nº ordem 1527/2011 - Procedimento Ordinário - Indenização por Dano Material - GABRIELE BARALDI X RAUL DONATO MENDES - Recebo o recurso de fls. 263/282, somente no efeito devolutivo com relação à tutela e em ambos os efeitos com relação à condenação. Processe-se. Dê-se vista a parte contrária para oferecimento de contrarrazões. Ofertadas as contrarrazões subam os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo - Seção de Direito Privado com as homenagens deste Juízo. Desnecessária a formação de Autos Suplementares, posto o contido no Provimento 36/07, em seu artigo 8º, item 46.2 da Corregedoria Geral de Justiça, publicado no D.O.E., em 21.12.2007 - fls. 02 - Caderno Administrativo. Intimem-se. - ADV MELISSA YUMI KOGA BARALDI OAB/SP 211408 - ADV DUENES DO CARMO SILVA OAB/SP 209712

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

Certifico e dou fé que estes autos retirados do Ofício em 07/11/12 pelo Adv. Dra. Melissa Laura Loza Pandolfi foram devolvidos nesta data.

Em 14 NOV 2012 de

Escr. subscrevi

JUNTADA

Em 20 NOV 2012 faço juntada a este autos de (a) (s) petição (ões) e documento (s) a(s) seguir relacionado (s).

(X) a petição e documentos a que se referem.
( ) o mandado
( ) o AR
( ) o ofício (s)
( ) a C. de Precatória
( ) a guia
( )

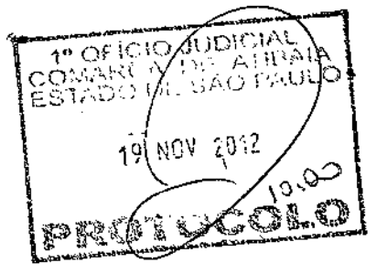
Escrev.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

285

MELISSA YUMI KOGA BARALDI
ADVOGADA

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CIVEL DA COMARCA DE ATIBAIA, SP.



TJSP 048 ATB 14112012134342 ICV- 16 00092753-30

Processo n.º 048.01.2011.010369-9
Ordem n.º 1527/2011

Tramitação preferencial estatuto do idoso

ANNITA HERMINE BARALDI E OUTROS, já qualificada nos autos que move em desfavor de **RAUL DONATO MENDES**, vem, por seu advogado no final assinado, mui respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, em atenção ao r. despacho de folhas, apresentar **CONTRARRAZÕES DE RECURSO DE APELAÇÃO**, requerendo seu processamento e encaminhamento ao E. Tribunal de Justiça de São Paulo.

Requer-se ao final seja negado provimento ao recurso de apelação, por este E. Tribunal por medida de justiça.

Termos em que
Pede deferimento
São Paulo, 13 de Novembro de 2012.

MELISSA YUMI KOGA BARALDI
OAB/SP 211.408

Avenida Cupecê, 3736 – sala 02 – sobreloja – Cidade Ademar – Cep : 04366-001 – São Paulo/SP – Fone : (11) 5623-0702 – e-mail: mel.adv2007@gmail.com

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

MELISSA YUMI KOGA BARALDI
ADVOGADA

CONTRARRAZÕES DE RECURSO DE APELAÇÃO

APELANTE: RAUL DONATO MENDES
APELADA: ANNITA HERMINE BARALDI
PROCESSO N.º 048.01.2011.010369-9
ORIGEM: 1ª. VARA CÍVEL
COMARCA: ATIBAIA

EGRÉGIO TRIBUNAL

COLENDA CÂMARA

ÍNCLITOS

DESEMBARGADORES

PRELIMINARMENTE

Inicialmente requer a tramitação especial, com prioridade do feito, posto que, autora conta com mais de 60 anos, estando amparada pelo estatuto do idoso.

Inconformados com a r. decisão de fls 228 a 232, Recorre a Apelante, todavia, a r. sentença expressou o melhor direito devendo ser mantida incólume, senão vejamos:

RESUMO "IN LIDE"

A Apelada é proprietária do Sítio Recanto Valejo, desde 1995, localizado na Comarca de Atibaia, e tendo como vizinho confrontante ao fundo da propriedade, o Apelante.

Na noite de 10 de janeiro de 2011, uma forte chuva causou o desmoronamento do muro, galinheiro e de 3 (três) quartinhos, além de comprometer seriamente a estrutura de um curral, localizados nos

Avenida Cupecê, 3736 – sala 02 – sobreloja – Cidade Ademar – Cep : 04366-001 – São Paulo/SP – Fone : (11) 5623-0702 – e-mail: mel.adv2007@gmail.com

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

MELISSA YUMI KOGA BARALDI
ADVOGADA

fundos da propriedade da Apelada, no qual confrontam os mesmos, havendo um muro divisório entre os terrenos.

A Apelada que tomou ciencia de que um desastre estava para acontecer, procurou pelo Apelante, que informou que em nada poderia ajudá-la, restando pois a mesma ingresar com o pedido de antecipação de provas, que tramitou na 1ª Vara Cível de Atibaia.

Pretendia provar a mesma que o ato de Apelante consistente em desviar o curso do rio que passa em sua propriedade, juntamente com o elevado volumen de águas que chegariam com o verão próximo, causaria a destruição das edificações existentes nos fundos do sítio, junto ao muro divisório citado.

E infelizmente, antes que a Apelada pudesse obter o provimento jurisdicional do qual necessitava, e antes mesmo da realização da perícia, o desmoronamento ocorreu.

A perícia posteriormente foi realizada e se constatou que de fato, o Apelante realizou uma brusca alteração no curso do rio, o que acabou causando tal desastre.

O prejuízo da Apelada foi calculado em R$53.800,00 (cinquenta e três mil e oitocentos reais), o qual pleiteia, juntamente com a reversão do curso do rio ao *"status quo ante"*.

O Apelante alega que a obra feita em sua propriedade, foi realizada pelo proprietário anterior, e que portanto, não tem responsabilidade sobre o ocorrido. Alega ainda que o Sr. Gabriele Baraldi (falecido marido da Apelada) fez o desvio do curso do rio EM COMUM ACORDO com o Apelado, e que ainda, tinha outorga do órgão responsável para realização de tal evento.

Apresentadas a defesa, réplica e juntados mais documentos intempestivos por parte do Apelante, foi designada audiência de instrução e julgamento – onde o Apelante, que pleiteava a necessidade de produzir provas testemunhais, nada produziu.

Às razões finais, o MM. *Juízo "a quo"* sentenciou brilhantemente em favor da Apelada, fazendo justiça ao seu pedido.
Sem razão e inconformado com a r. decisão, apela a parte perdedora.

Avenida Cupecê, 3736 – sala 02 – sobreloja – Cidade Ademar – Cep : 04366-001 – São Paulo/SP – Fone : (11) 5623-0702 – e-mail: mel.adv2007@gmail.com

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

MELISSA YUMI KOGA BARALDI
ADVOGADA

DOS FATOS ALEGADOS PELO APELANTE

Alega o Apelante que o desvio do curso de rio teria sido feito pelo proprietário anterior, e que portanto, não teria nenhuma responsabilidade sobre o ocorrido, ignorando sumariamente o previsto no Direito de Vizinhança.

Anexou o Apelante o documento de fls 134, sendo que se consiste numa "suposta" DECLARAÇÃO do falecido Sr. Gabriele Baraldi (marido da Apelada) dizendo que *"nada tenho a opor quanto ao leito do Córrego existente no local"*.

Primeiramente, tal declaração data de 04 de Julho de 2003, sendo que nessa data, tal desvio do curso do rio, já teria sido feito, conforme estipulou o perito (desvio realizado por volta do ano 2000).

A família da Apelada desconhece tal declaração e não tem certeza sobre a autenticidade da assinatura, além do que, tal documento foi considerado sem validade pelo MM. Juízo de 1° grau, ao prolatar a r. decisão, senão vejamos:

"Irrelevante também , tenha o "de cujus" concordado com a realização da obra (mesmo porque, pelas datas, a suposta concordância se deu após a sua realização).

Não poderia ele prever o prejuízo decorrente dessa intervenção ou a irregularidade de sua execução"

Alega ainda que "a área onde antes era o curso do rio foi transformada em nova ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE" por força do TAC firmado no Inquérito Civil número 20/10, já homologado e arquivado.

Ora, Excelências!! TODO o envolto do rio SEMPRE foi ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMAMENTE, em conformidade com a Resolução Conama, número 303, de 18 de Março de 2002, *in verbis*:

Dispõe sobre parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permamente.

Avenida Cupecê, 3736 – sala 02 – sobreloja – Cidade Ademar – Cep : 04366-001 – São Paulo/SP – Fone : (11) 5623-0702 – e-mail: mel.adv2007@gmail.com

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

MELISSA YUMI KOGA BARALDI
ADVOGADA

Artigo 1° - Constitui objeto da presente Resolução o estabelecimento de parâmetros, definições e limites referentes à Áreas de Preservação Permamente

Artigo 3° - Constitui Área de Preservação Permamente a situada:
a) Trinta metros, para o curso d'água com menos de dez metros de largura

Ou seja: a área em questão, não foi "transformada" em APP recentemente como alega o Apelante, mas SEMPRE foi uma APP, o que demonstra claramente a violação do mesmo às regras ambientais, ao desmatar e desviar o curso do rio.

Na foto de fls 44, pode-se observar ONDE ficava o curso original do rio, quase em frente à casa do Apelante e para onde o mesmo foi desviado (praticamente junto ao muro da Apelada)
As edificações realizadas pela Apelada, já se localizavam nos fundos do sítio junto ao muro, MUITO antes de ocorrer o desvio do rio, sendo que não pode ser responsabilizada pelo prejuízo que teve por alegações totalmente infundadas por parte do Apelante, que de todo o modo, tenta se esquivar de seus deveres.

Outro fato que alega o Apelante é que ele espontaneamente procurou pelo DAEE para "regularizar" sua área, sendo que só procurou pelo Departamento de Águas após o ingresso da presente demanda, visando juntar documentos para comprovação de seu direito.

Por várias vezes alega o Apelante que "jamais fugiu às suas responsabilidades" (fls 265), mas a verdade é que o requerido jamais atuou de forma voluntária e espontânea para reverter tal quadro, tendo sido SUBMETIDO à uma imposição do Ministério Público nos autos do inquérito civil 302/11 a apresentar projeto de adequação hidráulica do córrego que passa por sua propriedade.

Não sem razão a Apelada fez denúncia ao Ministério Público Ambiental da Comarca de Atibaia!

Tanto que somente assim, o Apelante foi obrigado a apresentar um projeto de adequação hidráulica para minimizar os efeitos devastadores que suas "obras" causaram à natureza.

Avenida Cupecê, 3736 – sala 02 – sobreloja – Cidade Ademar – Cep : 04366-001 – São Paulo/SP – Fone : (11) 5623-0702 – e-mail: mel.adv2007@gmail.com

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

MELISSA YUMI KOGA BARALDI
ADVOGADA

O Apelante repete-se em dizer que foi concedida AUTORIZAÇÃO pelo marido da Apelada, mas leia-se o documento de fls 135, Senhores:

"Declaro, para os devidos fins e perante o DAEE e DPRN – Departamento de Proteção de Recursos Naturais, na qualidade de confrontante do imóvel de propriedade de JOSÉ FORTUNA E ORLANDO FEDERZONI, localizada no Bairro do Itapetinga, Município de Atibaia – SP, denominado como sendo Sítio Primavera, **que estou ciente que as dividas na qual confrontam com a minha propriedade estão corretas, bem como também nada tenho a opor quanto ao leito do Córrego existente no local." (grifo nosso).**

Ora, Excelências!!! Isso não se trata de AUTORIZAÇÃO, mas de simples DECLARAÇÃO!!! Como pode afirmar o Apelante que inclusive o falecido marido da Apelada fez a obra EM COMUM ACORDO com outros proprietários?

Observe-se ainda que na apresentação dos quesitos suplementares, ficou respondida tal pergunta, formulada a pedido do Apelante:

Vejam que absurdo a pergunta da nobre colega: (fls 202)
Ante a documentação apresentada, poderia ter sido o próprio Autor o responsável pelo desvio do curso do rio?

"**O desvio foi feito dentro da propriedade do Réu, não tendo o Autor qualquer responsabilidade sobre o mesmo**. O documento citado é assinado pelo então proprietário Sr. José Fortuna, e indica que a obra foi realizada em meados do ano 2000".

O Apelante, sem razão inconforma-se com a r. decisão prolatada, visto que lhe é totalmente desfavorável.

Entretanto, não demonstra sequer litigar de boa-fé, desde o início do processo, quando em sua contestação chama a Apelada de "mentirosa, dissimulada e vingativa" (fls 72), alegando inverdades "O fato é que a senhora ANNITA HERMINE BARALDI, vem causando muita perturbação e danos ao Requerido" (fls 74) imputando a ela o fato de desrespeitar todas as regras de boa vizinhança, quando ficou mais do que provado, que não assiste razão ao Apelante.

Avenida Cupecê, 3736 – sala 02 – sobreloja – Cidade Ademar – Cep : 04366-001 – São Paulo/SP – Fone : (11) 5623-0702 – e-mail: mel.adv2007@gmail.com

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

MELISSA YUMI KOGA BARALDI
ADVOGADA

E ainda, sobre a alegada outorga existente (fls 137/138), observem os Nobres Desembargadores que no documento datado de 18 de Setembro de 2002, houve exigência da anuência dos proprietários (item 4) e no item 2, a engenheira responsável afirma que houve a degradação no local (RETIFICAÇÃO de curso d'água, construção do lago, etc) anuência do proprietário confrontante ao curso d'água refiticado e desviado.

Vejamos então que o Sr. José Fortuna desviou e retificou o curso do rio e DEPOIS, na data de 04 de julho de 2003 é que pediu anuência ao Sr. Gabriele Baraldi.

Caso considerados os documentos passíveis de aceitação por esse E. Tribunal, vejam ainda que foi dado sem a devida outorga uxória da Apelada, que era casada em regime de comunhão total de bens, antes de 77.

Além disso, sobre a outorga propriamente dita, a mesma foi concedida precariamente, dependendo ainda de providências da DPO, e apenas para captação de água superficial, lançamento e canalização das águas e não para o desvio de curso de rio, fato que aqui se discute.

No documento de fls 155, vê se claramente que o Apelante nunca teve outorga para realizar o desvio do curso do rio, mas somente barramento, captação, lançamento e canalização do curso d'água.

Prevê ainda o DEPRN (Departamento Estadual de Recursos Naturais) que o autorizado fica obrigado a: artigo 3º

3 – responder civilmente, por danos causados à vida, à saúde e ao meio ambiente, prejuízos de qualquer natureza a terceiros, em razão de manutenção, operação ou funcionamento das obras, bem como do USO INADEQUADO que vier a fazer da outorga solicitada; (grifo nosso)

Artigo 6º - Esta portaria poderá ser revogada, sem que caiba indenização a qualquer título, além dos casos gerais, nos seguintes casos especiais:

II – na hipótese de infringência das disposições relativas à legislação pertinente.

Avenida Cupecê, 3736 – sala 02 – sobreloja – Cidade Ademar – Cep : 04366-001 – São Paulo/SP – Fone : (11) 5623-0702 – e-mail: mel.adv2007@gmail.com

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

MELISSA YUMI KOGA BARALDI
ADVOGADA

Conclui-se portanto, que nenhuma das alegações do Apelante se sustenta, e que a r. sentença prolatava fez jus às expectativas da Apelada, como era de se esperar.

DA ILEGITIMIDADE DE PARTE DO APELANTE

Alega o Apelante que não pode se responsabilizar pelos prejuízos causados à Apelada por obra irregular que foi realizada pelo proprietário anterior, tendo em vista que existe uma outorga ainda vigente, e que se a outorga foi concedida, é porque atendeu às exigências ambientais.

Obviamente, como demonstrado pela Apelada no item anterior, a outorga pode ser REVOGADA, sobretudo se houver infringência das disposições relativas à legislação pertinente.

Ora, Nobres Julgadores! Observe-se que a tal outorga (fls 155) foi concedida com fins específicos, e entre eles certamente não está o desvio de curso de rio!

Portanto, não pode o DAEE e o órgão Estadual se responsabilizarem por obra a qual não autorizou!

Vejamos também o Artigo 5° da Portaria do DAEE 1466/2003:

Artigo 5° - A não observância ao estabelecido neste ato, poderá caracterizar o usuário como infrator, com a consequente aplicação das penalidades previstas na portaria DAEE 1/98, que regulamentou os artigos 9° a 13° da Lei Estadual 7663/91.

Ou seja: não é porque o Apelante obteve uma outorga que significa que "não está cometendo crimes ambientais".

Apenas conseguiu a outorga, e após, violou todos os dispositivos possíveis, encaixando-se na previsão de sua revogação, em conformidade com o artigo 6°, inciso II.

Insiste o Apelante em dizer que a Apelada fez o desvio do rio DE COMUM ACORDO com o Apelante, quando já ficou provado por mais de uma vez que isso é uma inverdade.

Avenida Cupecê, 3736 – sala 02 – sobreloja – Cidade Ademar – Cep : 04366-001 – São Paulo/SP – Fone : (11) 5623-0702 – e-mail: mel.adv2007@gmail.com

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

293

MELISSA YUMI KOGA BARALDI
ADVOGADA

Alega ainda que "certamente tinham conhecimento de que as obras de sua propriedade, destruídas em razão das fortes chuvas (o galinheiro, os três quartinho e o abalo da estrutura de um curral), estariam a partir de então, em área de preservação permanente, e muito próxima ao córrego".

Com isso, alega que: "o Apelado assumiu os riscos do desvio do rio, portanto responsável pelo próprio prejuízo sofrido, assim como pelos prejuízos do Apelante".

Quando a Apelada edificou as citadas construções, o rio se localizava em frente a casa do Apelante, isso é: a mais de 30 m da margem do rio, - não sendo portanto, considerada APP.

O proprietário anterior realizou o desvio do curso, retirando um "problema" que tinha: um rio que passava no meio do terreno, impossibilitando seu total aproveitamento.

Pelo Direito de Vizinhança, não interessa se o Apelante sabia ou não desse desvio, tratando-se de responsabilidade objetiva, independente de culpa e também pela natureza *"propter rem"*dessa obrigação.

Requer o Apelante que a obra seja considerada regular pelo Tribunal, e finaliza o requerimento no sentido de se suspender a tutela concedida, **alegando ser impossível a reversão do curso do rio por descumprimento de lei ambiental.**

A lei ambiental já foi descumprida anteriormente pelo Apelante e agora ele se utiliza desse fundamento em seu favor!

Mesmo que a obra fosse considerada regular, estaria causando inúmeros transtornos à Apelada, o que seria passível de indenização pelo abuso de Direito de Vizinhança.

Portanto, resta sem saída o Apelante, que de todas as formas tenta se esquivar de suas responsabilidades.

Pleiteia ainda pelo acolhimento de preliminar de ilegitimidade de parte, tentando transferir a legitimidade ao "Estado" que concedeu a Outorga ao evento.

Avenida Cupecê, 3736 – sala 02 – sobreloja – Cidade Ademar – Cep : 04366-001 – São Paulo/SP – Fone : (11) 5623-0702 – e-mail: mel.adv2007@gmail.com

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

MELISSA YUMI KOGA BARALDI
ADVOGADA

Como se pode extrair do próprio documento de outorga, a mesma foi apenas "concedida", mas a responsabilidade que o Autorizado tem sobre danos causados à natureza e a terceiros, é EXCLUSIVAMENTE DELE, ou seja: o Estado não pode se responsabilizar caso o Autorizado não cumpra fielmente o estabelecido na outorga, o que ocorreu no caso em testilha.

DA LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ

Agiu o Apelante com extrema deslealdade durante todo o processo, através de acusações infundadas, inverdades e ofensas pessoais, como pode se observar:

Às fls 72, o Apelante diz que "a autora é mentirosa, dissimulada e vingativa, e o que é pior, desrespeita todas as regras de boa vizinhança e vem alimentando um ambiente hostil para com seu vizinho".

Suscita a dúvida às fls 202 perguntando ao perito: "Ante a documentação apresentada, poderia ter sido O PRÓPRIO AUTOR o responsável pelo desvio do curso do rio?" (Vide resposta do perito fls 202).

Durante várias vezes, suscita dúvida sobre a dignidade do marido da Apelada, que faleceu durante essa demanda e não tem como se defender.

Aduz em fls 182: O fato é que ANNITA HERMINE BARALDI e o Réu são vítimas de decisões tomadas pelo Autor (subentende-se o falecido Sr. Gabriele Baraldi) e pelo proprietário anterior ao réu, os quais, com permissão legal, regularizaram o desvio do curso do córrego, resultando em danos materiais para as partes.

Como pode o Apelante TANTO concluir sozinho, sendo que as provas não apontam nessa direção? http://novo.ipeclube.com.br/

Ora, Nobres Julgadores, não opera o Apelante com a dignidade com que deveria, levando-se em consideração ser a Apelada uma senhora de 73 (setenta e três) anos de idade, que não merece passar por esse tipo de constrangimento.

Avenida Cupecê, 3736 – sala 02 – sobreloja – Cidade Ademar – Cep : 04366-001 – São Paulo/SP – Fone : (11) 5623-0702 – e-mail: mel.adv2007@gmail.com

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

295

MELISSA YUMI KOGA BARALDI
ADVOGADA

Seja portanto condenado o Apelante ao pagamento da multa de 20% do artigo 18 CPC, em razão de 20%, por incidir o mesmo em tal artigo, alterando a verdade dos fatos e deduzindo defesa contra fato incontroverso (artigo 17, I e II, CPC).

DOS PEDIDOS

Por todo o exposto, requer a Apelada à Vossa Excelência seja a r. sentença prolatada inteiramente MANTIDA, por ser medida da mais lídima JUSTIÇA!

Termos em que,
Pede deferimento

São Paulo, 13 de Novembro de 2012.

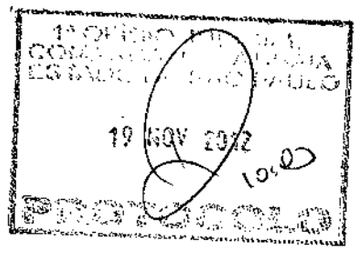
MELISSA YUMI KOGA BARALDI
OAB/SP 211.408

Avenida Cupecê, 3736 – sala 02 – sobreloja – Cidade Ademar – Cep : 04366-001 – São Paulo/SP – Fone : (11) 5623-0702 – e-mail: mel.adv2007@gmail.com

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

246

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO
DA 1ª. VARA CÍVEL DA COMARCA DE ATIBAIA/SP.



Processo 1527/11 - INDENIZAÇÃO POR DANO MATERIAL
Requerente: Espólio de Gabriele Baraldi
Requerido: Raul Donato Mendes

RAUL DONATO MENDES, qualificado nos autos, vem respeitosamente a presença de V.Exa., por sua advogada adiante assinado, juntar cópia do Agravo de Instrumento impetrado, conforme previsão do art. 526 do CPC., informando a seguir os documentos que o instruíram.

1- cópia da decisão agravada;
2- cópia da certidão de publicação da decisão;
3- cópia das procurações dos representantes das partes;
4- cópia da sentença;
5- cópia do Termo de Ajustamento de Conduta firmado no Inquérito Civil 20/2010;
6- cópia do relatório de acompanhamento da nova Área de Preservação Permanente, datado em 31/05/2012;
7- cópia do controle de publicações do D.O.E. de 24/10/12 e do próprio Diário Oficial, poder Executivo - seção I - São Paulo 122(201)-41 com a publicação do deferimento de outorga, assim como da sua dispensa, em favor de RAUL DONATO MENDES, ora Requerido.

Termos em que,
Pede Deferimento.

De São Paulo para Atibaia, em 07 de novembro de 2012.

DUENES DO CARMO SILVA
OAB/SP. 209712

SF13.20 - 07-11-2012 16:55 AIA 000.0.19261334
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

cópia

291

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO/SP.

AGRAVANTE: RAUL DONATO MENDES
AGRAVADO: ESPÓLIO DE GABRIELE BARALDI
PROCESSO DE ORIGEM: 048.01.2011.010369-9/000000-000 - NR DE ORDEM 1527/11-INDENIZAÇÃO POR DANO MATERIAL.
ORIGEM: 1ª. VARA CÍVEL - COMARCA DE ATIBAIA/SP.

TJSP2INSPAT 07NOV12 16:35 2012.01218177-01291

RAUL DONATO MENDES, brasileiro, solteiro, trabalhador rural, portador do RG.27.233.858-8-SSP/SP., e do CPF 252.972.718-00, residente e domiciliado na Rua Anice Cury Sabag - 123 - Jardim Shangri-lá - CEP 12948-022 - ATIBAIA - SP., vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, por sua advogada adiante assinado interpor, com fulcro no art. 522 e seguintes do CPC.,

AGRAVO DE INSTRUMENTO COM PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA,

em face do ESPÓLIO DE GABRIELE BARALDI, representado por ANNITA HERMINE BARALDI, brasileira, viúva, professora aposentada, portadora do RG.2.339.992-2, e CPF 054.774.848-53, tendo em vista a r. decisão de fls.283, proferida pelo douto Juízo da 1ª. Vara cível da comarca de Atibaia - SP., nos autos acima, onde, por despacho interlocutório recebeu o RECURSO DE APELAÇÃO impetrado pelo ora Agravante, apenas no efeito devolutivo, em parte da sentença conforme a seguir.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

A decisão do D.Juiz "a quo" *se cumprida* implicará em cometimento de crime ambiental e *se não cumprida* implicará em multa de R$ 200,00 (duzentos reais)ao dia para o ora Agravante.

O r. despacho manteve a tutela antecipada, recebendo o recurso de Apelação apenas no efeito devolutivo.

A r. sentença apelada determina que o Agravante reverta o curso de um córrego, (o que implicará na destruição de ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE), criada por força do Termo de Ajustamento de Conduta,homologado e arquivado, firmado entre o Agravante, seu irmão RENIL WILLIAM MENDES e o Ministério Público de São Paulo.(cópia anexa)

Em cumprimento ao dito Termo de Ajustamento de Conduta, foram plantadas 700 (setecentas) mudas de espécies nativas onde antes corria o córrego.

Transcrição da decisão agravada:
"Recebo o recurso de fls. 263/282, somente no efeito devolutivo com relação à tutela e em ambos os efeitos com relação à condenação. Processe-se. Dê-se vista a parte contrária para oferecimento de contrarrazões subam os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo - Seção de Direito Privado com as homenagens deste Juízo. Desnecessária a formação de Autos Suplementares, posto o contido no Provimento 36/07, em seu artigo 8no, item 46.2 da Corregedoria Geral de Justiça, publicado no D.O.E., em 21.12.2007 - fls. 02 - Caderno Administrativo. Intimem-se."

ÍNCLITOS JULGADORES!

1- BREVE RESUMO DOS FATOS:

A Agravada impetrou ação pretendendo a reversão do curso de um córrego, que antes passava dentro da propriedade do Agravante, e reparação de danos sofridos em sua propriedade, já que com a mudança do curso do córrego algumas edificações em seu imóvel ficaram em área de preservação permanente, e em razão das fortes chuvas de janeiro/11 foram avariadas.

Ressalte-se que o desvio do curso do córrego se deu por volta do ano 2000, com a devida concordância por escrito dos confrontantes, o que inclui o ora Agravado.(prova documental nos autos).

A Aquisição do bem pelo Agravante se deu em julho/08, e este também sofreu sérios danos com as chuvas. Não só

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

materiais, mas principalmente morais, posto que a Agravada, fez denúncias no Ministério Publico, as quais estão sendo apuradas no Inquérito Civil 302/2012, assim como na Secretaria do Meio Ambiente.

Ressalte-se que a defesa Civil, na ocasião, ante a urgência de obras emergenciais, emitiu autorização para o evento, e posteriormente já deferiu termo emergencial para a realização das obras de manutenção.

No mesmo sentido, também decidiu o Órgão Ambiental Estadual, cuja cópia da publicação no Diário Oficial do Estado anexa.

O Ministério Público e a Secretaria Municipal do Meio Ambiente estão acompanhando o processo de regularização da outorga em nome do Agravante.

Ou seja: até então, inexiste qualquer condenação para o Agravante em razão das denúncias feitas pela Agravada; e o que se comprova é que vem respeitando as normas ambientais, obtendo aprovação dos Órgãos responsáveis pelos procedimentos até então efetuados.

O Recurso de Apelação, anteriormente apresentado, se fez necessário, por uma série de motivos, explicitados naquele, mas principalmente porque o Douto Juiz, em sentença decidiu equivocadamente, ao conceder a Tutela antecipada, determinando ao Agravante que retornasse o curso do córrego à situação anterior, num prazo de 60(sessenta dias) sob pena de multa diária de R$ 200,00(duzentos reais).

Ocorre que, onde antes era o curso do córrego, é atualmente uma nova área de preservação permanente, por força de um Termo de Ajustamento de Conduta citado acima, homologado e arquivado.

Mas, apesar do Douto Juiz "a quo" ter sido informado nos autos sobre o referido TAC,nada manifestou sobre ele.

Pretendia o Agravante interpor Embargos Declaratórios, sob o argumento da contradição, posto que o D.Juiz "a quo" ao sentenciar determinando a reversão do curso do córrego, estaria determinando a destruição de uma APP, homologada anteriormente pelo Ministério Público.

Porém, quando da ida ao cartório objetivando carga dos autos, eles se encontravam conclusos.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

Diante de tal situação requereu a devolução dos autos e nova contagem de prazo, o que foi indeferido sob o argumento de que os autos estiveram fora do cartório apenas por um dia.

Enfim, para evitar protelação do feito preferiu o Agravante interpor o Recurso de Apelação, no qual pretendeu, em mais uma oportunidade demonstrar ao Douto Julgador a existência da nova ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE onde antes corria o córrego, e o impedimento legal do Agravante em nela interferir; e caso o fizesse estaria infringindo Lei ambiental.

Também consta dos autos farta documentação demonstrando as providências efetivadas pelo Agravante junto aos órgãos ambientais no sentido de regularizar a outorga para uso dos recursos hídricos em sua propriedade.

E,é importante ressaltar que tal pretensão foi aprovada e publicada no D.O.E., conforme cópia anexa, e que as obras de manutenção no atual curso do córrego podem ser feitas dentro da legalidade e sem interferir na Área de Preservação Permanente, conforme sentenciou o douto Juiz.

EMÉRITOS JULGADORES!

2- DA LESÃO GRAVE E DE DIFÍCIL REPARAÇÃO

Vejam a situação conflitiva em que se encontra o Agravante em razão da r.sentença proferida:

- se cumprir a Tutela Antecipada, irá destruir Área de Preservação Permanente onde crescem setecentas mudas de árvores nativas; e se não cumprir a sentença estará sujeito a multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais)-

Em qualquer das situações descritas, o dano ao Agravante será irreparável.

3- DO DIREITO

Apesar da previsão do artigo 520 do CPC, quanto ao recebimento apenas no efeito devolutivo para os casos de antecipação de tutela em Recurso de Apelação, o parágrafo único do artigo 558, soluciona a questão nos casos de Lesão grave e difícil reparação, portanto dele se socorre.

Artigo 558 do CPC "O relator poderá, a requerimento do Agravante, nos casos de prisão civil, adjudicação,

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

301

remição de bens, levantamento de dinheiro sem caução idônea e em outros casos dos quais possa resultar lesão grave e de difícil reparação, sendo relevante a fundamentação, suspender o cumprimento de decisão até o pronunciamento definitivo da turma ou câmara.

Parágrafo único. Aplicar-se-á o disposto neste artigo às hipóteses do artigo 520."

4- DO PEDIDO

Ante o exposto requer seja o presente recebido e processado, suspendendo-se o cumprimento da decisão proferida, concedendo-se a antecipação da tutela, e ao final, seja o Recurso de Apelação recebido em ambos os efeitos, da sentença em todo o seu teor, mas principalmente quanto ao despacho que o recebeu apenas no efeito devolutivo de parte da sentença em que deferiu a Tutela antecipada.

Requer também os benefícios da justiça gratuita, por dela ser beneficiário.

Requer a intimação da patrona da Agravada para que se manifeste se o desejar.

Informa os dados dos patronos das partes:
Pelo Agravante: Duenes do Carmo Silva, OAB/SP 209712, por transferência; com endereço na praça Manoel Dias Henrique, nr. 09 - casa 10 - CEP 03030-080 - Bairro Canindé - São Paulo / SP., e-mail: duenes_adv@hotmail.com

Pela Agravada: Melissa Yumi Koga Baraldi, OAB/SP 211408, com endereço na Avenida Cupeçê - 3736 - sobreloja - Cidade Ademar - CEP 04366-001 - São Paulo/SP.

Termos em que,
Pede e E. Deferimento.

São Paulo, 06 de novembro de 2012.

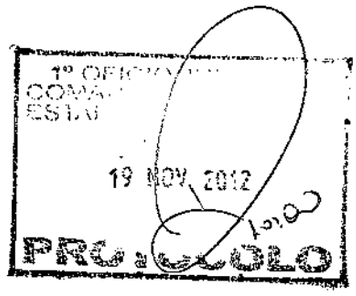
DUENES DO CARMO SILVA
OAB/SP. 209712

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

302

MELISSA YUMI KOGA BARALDI
ADVOGADA

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ATIBAIA.



TJSP 048 ATA 14112012342 ICV- 16 0092754-50

Processo número 048.01.2011.010369-9
Número de controle 1527/2011

ANNITA HERMINE BARALDI, já qualificada nos autos em epígrafe que move contra **RAUL DONATO MENDES,** por sua advogada subscritora, vem, respeitosamente à presença de Vossa Excelência, informar e requerer o que se segue:

Com a prolatação da brilhante r. sentença pelo MM. Juízo, que concedeu a tutela pretendida pela Autora após exaustiva instrução probatória, o Réu, deveria cumprir tal decisão no prazo de 60 dias (obrigação de fazer, consistente na reversão da situação, alterando o curso do rio e sua canalização na divisa dos dois imóveis).

Ocorre que, passados mais de 60 dias, a Autora foi procurado pelo Réu, através de sua procuradora, (e-mail anexo) **que veio informar que não poderia reverter o curso do rio** (ao contrário do que determina a r. decisão), pois em Termo de Ajustamento de Conduta firmado nos autos do Inquérito Civil número 20/10 (fls 242 a 250), pois a área onde antigamente passava o rio é agora Área de Preservação Permanente e que se cumprir a sentença, estará cometendo crime ambiental.

Avenida Cupecê, 3736 – sala 02 – sobreloja – Cidade Ademar – Cep : 04366-001 – São Paulo/SP – Fone : (11) 5623-0702 – e-mail: mel.adv2007@gmail.com

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

303

MELISSA YUMI KOGA BARALDI
ADVOGADA

Informou ainda o Réu que **iniciou obras na divisa entre os imóveis**, mas não especificou quais são as obras (já que alega ser impossível a reversão no curso do rio, qual providência estaria tomando?) e se o engenheiro responsável está acompanhando tais movimentações.

A Autora somente poderá **autorizar formalmente as obras,** se estiverem de acordo com o prolatado na r. sentença, o que parece não ser o caso.

Diante desses fatos, requer a Vossa Excelência:

- seja determinado ao Réu **em prazo de URGÊNCIA o** esclarecimento e a discriminação do cronograma das obras que estão realizando na divisa dos imóveis (sob pena de execução dos astreintes por parte da Autora);

- pedido de esclarecimentos do MM. Juízo ao Ministério Público de São Paulo (Promotoria de Justiça do Meio Ambiente de Atibaia) sobre a contradição entre a r. sentença prolatada, que determina a reversão do curso do rio e a alegada "proibição de reversão" do mesmo (petição de fls 240 e 241 do Réu);

Termos em que,
Pede deferimento.

São Paulo, 13 de Novembro de 2012.

MELISSA YUMI KOGA BARALDI
OAB/SP 211.408

Avenida Cupecê, 3736 – sala 02 – sobreloja – Cidade Ademar – Cep : 04366-001 – São Paulo/SP – Fone : (11) 5623-0702 – e-mail: mel.adv2007@gmail.com

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

304

Gmail by Google

Melissa Koga <mel.adv2007@gmail.com>

processo

4 mensagens

Duenes Carmo <duenes_adv@hotmail.com> 26 de outubro de 2012 14:53
Para: "mel.adv2007@gmail.com" <mel.adv2007@gmail.com>

Boa tarde Doutora!

Faço contato para atualizarmos as pendências:

1- gostaria que desse sua posição sobre a seguinte situação:
- em parte da sentença decidiu o Juiz que se retorne o curso do rio sob pena de multa. E como já e do seu conhecimento, o fato é que a área onde antes corria o rio é
atualmente nova APP, conforme TAC firmado pela 2a. promotoria, o Renil e Raul, Inquérito já homologado e arquivado.

Estive na 2a. Promotoria onde falei á respeito, e a informação obtida é que NÃO PODERÁ ALTERAR A NOVA APP, SOB PENA DAS CONSEQUÊNCIAS DA LEI AMBIENTAL.

2- Por outro lado, saiu hoje o deferimento do DAEE para o início das obras conforme o projeto do qual vc tem a cópia, assim como o deferimento da defesa civil.

3- Apesar do Juiz ter conhecimento da existência da nova APP, ele, quanto ao desvio do curso do rio, recebeu a apelação somente no efeito devolutivo.

Ou seja: O Raul NÃO PODE REVERTER O CURSO DO RIO, e já tem aprovação para o início das obras de manutenção.

Queira por favor posicionar-se sobre o início das obras que se faz URGENTE posto que a época das chuvas estão próximas.

Obrigada e bom fim de semana.

Duenes

Melissa Koga <mel.adv2007@gmail.com> 26 de outubro de 2012 15:12
Para: Duenes Carmo <duenes_adv@hotmail.com>

Dra. Duenes, boa tarde:

Gostaria de saber se irão arcar com os custos da obra, visto que estão correndo astreintes.
Caso concordem em realizar a obra, não irei executar os atreintes e entendo que o problema esteja resolvido em parte (pelo menos quanto ao problema de termos o "buraco" entre a divisa).

O que a Dra. acha?

Atenciosamente,

Melissa

Em 26 de outubro de 2012 14:53, Duenes Carmo <duenes_adv@hotmail.com> escreveu:

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

305

[Texto das mensagens anteriores oculto]

Duenes Carmo <duenes_adv@hotmail.com> 30 de outubro de 2012 13:26
Para: "mel.adv2007@gmail.com" <mel.adv2007@gmail.com>

Boa Tarde!

Considerando a proximidade das chuvas, as obras já foram iniciadas às custas do Raul/Renil, (Queira por favor informar à Sra. Annita que há máquina trabalhando no local);
que foi orientado a guardar todos os comprovantes de despesas, para dar conhecimento, conforme conversa feita anteriormente.

Tão logo eu tenha cópia do deferimento do DAEE, da outorga e da manifestação do MP, quanto ao possível equívoco do Juiz que decidiu
pela reversão do curso do córrego, interferindo na nova APP, juntarei no processo.

À disposição.
Duenes

Date: Fri, 26 Oct 2012 15:12:37 -0200
Subject: Re: processo
From: mel.adv2007@gmail.com
To: duenes_adv@hotmail.com
[Texto das mensagens anteriores oculto]

Melissa Koga <mel.adv2007@gmail.com> 30 de outubro de 2012 16:50
Para: Duenes Carmo <duenes_adv@hotmail.com>

Dra.Duenes, boa tarde:

Concordo que com a proximidade das chuvas, é imprescindível iniciar algum tipo de obra. Mas isso realmente contrasta com o que foi decidido judicialmente.

Que eu saiba, é possível desarquivar o inquérito civil e pedir a revisão do Tac. Eu vou para Atibaia essa semana conversar no MP Ambiental.

Enfim, Dra, eu gostaria de perguntar se o engenheiro responsável pelo laudo irá acompanhar as obras desde o início e quando irá se iniciar (meu marido disse que não tinha máquina ainda hoje).

Na verdade, passamos o trabalho técnico para um engenheiro para que ele dê o seu parecer.
A preocupação é fazer um trabalho e o juiz manter a sentença de reversão do rio.
Pelo que li na sentença, pelo menos a parte da contenção, acho que podemos fazer.

Obrigada,

Melissa

Em 30/10/2012 13:27, "Duenes Carmo" <duenes_adv@hotmail.com> escreveu:
[Texto das mensagens anteriores oculto]

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

306

C O N C L U S Ã O

Faço estes autos conclusos ao Excelentíssimo Senhor Doutor **MARCOS COSME PORTO**, MM. Dr. Juiz Direito Titular desta Vara. Atibaia, **22 de novembro de 2012**. Eu,_____ Escrevente, subscrevo.

Proc. nº 1527/11

A Sentença foi Publicada e há recurso de apelação em trâmite.

Não se irá instaurar nova lide.

A vencedora deverá requerer o que de direito em autos Suplementares, Fase Execução do julgado.

Cancelo do dia Pauta de Audiências designada.

Decorrido o prazo, com ou sem as Providências examinem-se Para o

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

Egrégio Tribunal de
Justiça - SP.

22.11.12

DATA
22 NOV 2012 às 10

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

307

C E R T I D Ã O – REMESSA/PUBLICAÇÃO

Certifico e dou fé que o despacho/providência mencionado(a) abaixo estará disponibilizado(a) no Diário da Justiça Eletrônico em 28/11/12. Considera-se a data da PUBLICAÇÃO o primeiro dia útil subsequente à data acima mencionada (29/11/12). O prazo terá início em 30/11/12.

At., 27 de novembro de 2.012.

Escrevente / 1º. Ofício Cível

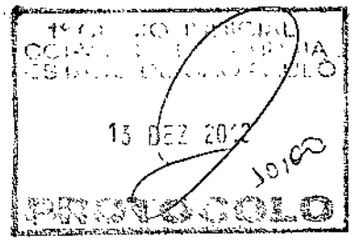
048.01.2011.010369-9/000000-000 - nº ordem 1527/2011 - Procedimento Ordinário - Indenização por Dano Material - GABRIELE BARALDI X RAUL DONATO MENDES - Fls. 306 - A sentença foi proferida e há recurso de apelação em trâmite. Não se irá instaurar nova lide. A vencedora deverá requerer o que de direito, em autos suplementares, para execução do julgado. Concedo 10 dias para as providências adequadas. Decorrido o prazo, com ou sem as providências, encaminhem-se para o Egrégio Tribunal de Justiça. Int. - ADV MELISSA YUMI KOGA BARALDI OAB/SP 211408 - ADV DUENES DO CARMO SILVA OAB/SP 209712

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

308

MELISSA YUMI KOGA BARALDI
ADVOGADA

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ATIBAIA.



Processo número 048.01.2011.010369-9
Número de controle 1527/2011

ANNITA HERMINE BARALDI, já qualificada nos autos em epígrafe que move contra **RAUL DONATO MENDES,** por sua advogada subscritora, vem, respeitosamente à presença de Vossa Excelência, em cumprimento ao r. despacho de fls, requerer **a expedição de carta de sentença**, comprovando o recolhimento das custas devidas, e anexando para tal, as cópias necessárias para seu instrumento.

Termos em que,
Pede deferimento.
São Paulo, 03 de Dezembro de 2012.

MELISSA YUMI KOGA BARALDI
OAB/SP 211.408

Avenida Cupecê, 3736 – sala 02 – sobreloja – Cidade Ademar – Cep : 04366-001 – São Paulo/SP – Fone : (11) 5623-0702 – e-mail: mel.adv2007@gmail.com

TJSP GAB ADA 12122012365 ICV- 16 01012251-40

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

GUIA DE RECOLHIMENTO

PODER JUDICIÁRIO - TRIBUNAL DE JUSTIÇA
FUNDO ESPECIAL DE DESPESA - F. E. D. T. J.

Nome		Código	Valor
Annita Hermine Baraldi		130-9	29,00
RG: 23399932	CPF: 063.971.668-72		
Nº do Processo: 010369-9/2011	Unidade: 1a Vara Civel		
Endereço: Rua Afonso Celso, 718 apto 94			
CEP: 04119-060	Comarca: São Paulo		
Histórico: Recolhimento guia referente expedição de carta de sentença processo Annita Hermine Baraldi X Raul Donato Mendes			
		Total	29,00

309

1ª Via - Unidade Geradora do Serviço
2ª Via - Contribuinte
3ª Via - Banco
O Tribunal de Justiça não se responsabiliza pela qualidade da cópia extraída de peça pouco legível.

Autenticação Mecânica

03/10 - 10/0493-1

BGA - 0786 - 2

COBAN:49093 LOJA:0033 PDV:0002
BANCO DO BRASIL S.A.
10/12/2012 - AUTO-ATENDIMENTO - 11:26:1
94149093

COMPROVANTE DE PAGAMENTO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA - SP

TF 63.971.668-
Receita 0130
Número do Processo..... 10369920
Número do Pedido ..... 29,(
Valor Total Arrecadado .....

AUTENTICACAO 8.BC2.861.0D3.534.6

310

004

fls. 327

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

C O N C L U S Ã O

Faço estes autos conclusos ao Excelentíssimo Senhor **Dr. Marcos Cosme Porto**, MM. Juiz de Direito desta Vara. Atibaia, 17 de dezembro de 2012. Eu, _____ Escrevente, subscrevo.

311

PROC. Nº 1527/11

Vistos, etc.

Fls.308: defiro. Forme-se a carta de sentença; após, cumpra-se fls. 306, última parte.

Int.

Atibaia, 17 de dezembro de 2012

Marcos Cosme Porto
Juiz de Direito

D A T A

Nesta data foram-me entregues estes autos em cartório. Eu, _____ Escrivão-Diretor, subscrevo.

ATIBAIA, 19 DEZ 2012

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

312

Poder Judiciário
São Paulo

JUÍZO DE DIREITO DA PRIMEIRA VARA CÍVEL DA COMARCA DE ATIBAIA
Rua Dr. José Roberto Paim, 99 – Pq. dos Coqueiros – CEP 12940-910 – Tel. 11-. 4412-9688 ramal 238- fax 4412-7092

Carta de Sentença

Aos(as) Excelentíssimos(as) Senhores(as) Doutores(as) Ministros(as), Juízes(as) e demais pessoas da Justiça a quem o conhecimento deste(a) haja de pertencer.

O Doutor Marcos Cosme Porto, Meritíssimo Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Atibaia, Estado de São Paulo, na forma da lei, etc.

Faz saber que perante este Juízo e Cartório respectivo, processaram-se regularmente os termos da **AÇÃO DE PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (Indenização por Dano Material)**, movida por **GABRIELE BARALDI** contra **RAUL DONATO MENDES**, e tendo a r.sentença de fls. 228/232, que julgou procedente a ação, a seguir transcrita em sua parte decisória: " Vistos. (...). Posto isto julgo procedente a ação e condeno o requerido a reverter a situação, alterando o curso do rio e sua canalização na divisa dos dois imóveis, respeitando-se a legislação específica (art. 3º, Resolução do CONAMA n. 303/02). Para o cumprimento dessa obrigação concedo o prazo de 60 dias, decisão essa que concedo em tutela antecipada, acolhendo o pedido da inicial após exauriente cognição. Diante disso, a partir do 61º dia passará a correr multa diária de R$ 200,00, no caso de descumprimento. Condeno o requerido a pagar indenização ao autor no valor de R$ 53.800,00, com correção monetária a partir de março de 2011 e juros legais a partir da citação. Condeno o requerido ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, que fixo em 15% sobre o valor corrigido da condenação, verba essa que só poderá ser cobrada feita a prova de ter o requerido perdido a condição de beneficiário da Justiça Gratuita. **P. R. I. C.** Atibaia, 8 de agosto de 2012; sendo que houve apelação por parte do requerido, a qual foi recebida, somente no efeito devolutivo em 19/10/2012 (fls. 283); é expedida a favor de **Annita Hermine Baraldi**, extraída dos autos nº **1527/11,** a presente **carta de sentença** constituída das principais peças dos autos, as quais foram xerocopiadas, autenticadas e rubricadas, que adiante seguem e deste ficam fazendo parte integrante.

Retire Carta de Sentença em São Paulo, 18 de janeiro de 2013

OAB/SP 211.408

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

313

Encerramento

Nada mais se continha nos referidos autos de **Procedimento Ordinário (Indenização por Dano Material)** para ser transcrita na presente ***carta de sentença***, constituída de 19 (dezenove) cópia(s) xerográfica(s) autenticada(s) e rubricada(s), que deste ficam fazendo parte integrante, o qual mando que se cumpra e guarde tão inteiramente como dele se contém e declara, rogando às autoridades deste país lhe dêem inteiro cumprimento e justiça. Dado e passado nesta cidade de Atibaia, Estado de São Paulo, em 8 de janeiro de 2013. Eu, _____ (Hélio Fernando Closel) escrevente, digitei. Eu _____ (Pedro Donizetti Simões) Escrivão Diretor, subscrevi.

MARCOS COSME PORTO
Juiz de Direito

Ao Estado: R$ 29,00 (referente à Lei Estadual n.º 11.608 de 29 de dezembro de 2003)

Certidão

Certifico e dou fé ser autêntica a assinatura do Dr. Marcos Cosme Porto , MM Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Atibaia, Estado de São Paulo.

Atibaia, SP., data supra

Pedro Donizetti Simões
Escrivão Diretor

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

314

C E R T I D Ã O – REMESSA/PUBLICAÇÃO

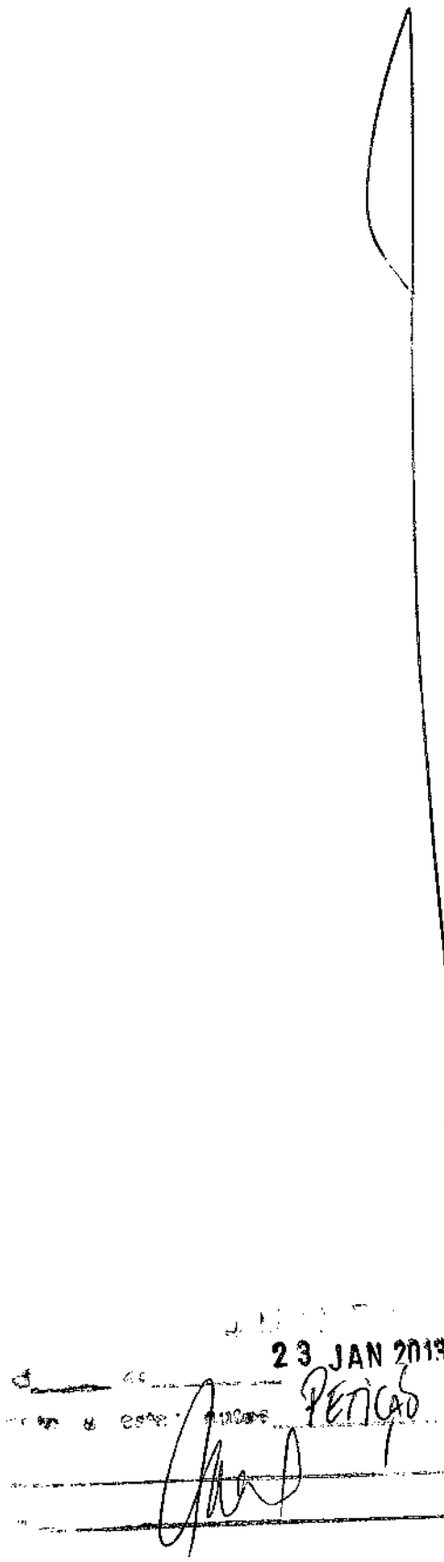
Certifico e dou fé que o despacho/providência mencionado(a) abaixo estará disponibilizado(a) no Diário da Justiça Eletrônico em 15/01/13. Considera-se a data da PUBLICAÇÃO o primeiro dia útil subsequente à data acima mencionada (16/01/13). O prazo terá início em 17/01/13.

At., 14 de janeiro de 2013.

Escrevente / 1º. Ofício Cível

0010369-26.2011.8.26.0048 (048.01.2011.010369-9/000000-000) Nº Ordem: 001527/2011 - Procedimento Ordinário - Indenização por Dano Material - GABRIELE BARALDI X RAUL DONATO MENDES - Fls. 311 - Fls.308: defiro. Forme-se a carta de sentença; após, cumpra-se fls. 306, última parte. Int. - - - (NOTA DE CARTÓRIO: retirar carta de sentença em 10 dias) - - - - ADV MELISSA YUMI KOGA BARALDI OAB/SP 211408 - ADV DUENES DO CARMO SILVA OAB/SP 209712

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.



23 JAN 2019

PETIÇÃO

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

Fls. 315/323

Processo nº 1527/11

DESENTRANHAMENTO

Certifico e dou por fé, em cumprimento ao r.despacho de folhas 324, que procedi ao desentranhamento das folhas 315/323, juntando-as na carta de sentença cadastrada como Incidente de Cumprimento Provisório de Sentença (proc. 0001385-82.2013.8.26.0048 incidente 2).

Atibaia, 7 de fevereiro de 2013

Hélio Fernando Closel
Escrevente
Matr. 353037-A

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

324

CONCLUSÃO

Faço estes autos conclusos ao Excelentíssimo Senhor **Dr. Marcos Cosme Porto**, MM. Juiz de Direito desta Vara. Atibaia, 25 de janeiro de 2013. Eu, _____ Escrevente, subscrevo.

PROC. Nº 1527/11

Vistos, etc.

Fls.315/323: desentranhe-se juntando nos autos da Carta de Sentença; lá, cls. Aqui, cumpra-se fls.306, última parte.

Int.

Atibaia, 25 de janeiro de 2013.

Marcos Cosme Porto
Juiz de Direito

DATA

Nesta data foram-me entregues estes autos em cartório. Eu, _____ Escrivão-Diretor, subscrevo.

ATIBAIA, 31 JAN 2013.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

325

Processo nº 1527/11

CERTIDÃO

Certifico e dou por fé, em cumprimento ao r.despacho de folhas retro, que procedi ao desentranhamento das folhas 315/323, juntando-as na carta de sentença cadastrada como Incidente de Cumprimento Provisório de Sentença (proc. 0001385-82.2013.8.26.0048 incidente 2).

Atibaia, 7 de fevereiro de 2013

Hélio Fernando Closel
Escrevente
Matr. 353037-A

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

326
7

Processo nº 1527/11

CERTIDÃO

Certifico e dou por fé que conferi a numeração de todas as folhas dos autos, encontrando-as em perfeita ordem.

Atibaia, 8 de fevereiro de 2013

HÉLIO FERNANDO CLOSEL
Escrevente

REMESSA

Nesta data, faço remessa destes autos ao EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO - SEÇÃO DE DIREITO PÚBLICO E MEIO AMBIENTE - 1ª a 17ª Câmaras - Endereçamento: Serviço de Entrada de Autos de Direito Público – SEJ 2.1.4 Complexo Judiciário do Ipiranga – sala 38.

Atibaia, 8 de fevereiro de 2013

HÉLIO FERNANDO CLOSEL
Escrevente

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

327

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Judiciária
SJ 2.1.3 - Serviço de Entrada de Autos de Direito Privado 3

TERMO DE RECEBIMENTO

Apelação	Volumes	Apensos
Nº **0010369-26.2011.8.26.0048**	**2**	**2**

Certifico e dou fé que os presentes autos foram recebidos nesta Secretaria em 20/02/2013, sendo constituídos de:

2 volume(s) com 326 folhas;

2 apenso(s):

048.01.2011.010369-0/000001-000 - Impugnação de Assistência Judiciária - Volumes: 1 - Fls: 17
048.01.2010.012294-4/000000-000 - Produção Antecipada de Provas - Volumes: 1 - Fls: 202

São Paulo, 28 de fevereiro de 2013.

Escrevente

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Judiciária

328

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO

Apelação nº **0010369-26.2011.8.26.0048 .**

Entrado em: **20/02/2013**

Tipo da Distribuição: **Prevenção ao Magistrado**

Impedimento: Magistrados impedidos Não informado

Observação:0244804-55.2012

O presente processo foi distribuído nesta data, por processamento eletrônico, conforme descrito abaixo:

RELATOR: **Des. Orlando Pistoresi**

ÓRGÃO JULGADOR: **30ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO**

São Paulo, 13/03/2013 11:32:41.

Luis Antonio Alves
Supervisor(a) do Serviço

CONCLUSÃO

Faço estes autos conclusos ao Des. ORLANDO PISTORESI.
São Paulo, 15 de março de 2013.

Luis Antonio Alves
Supervisor(a) do Serviço

Vistos.

Voto nº 24.018

Relatório em separado.

Ao Revisor.

São Paulo, 21 de março de 2013.

Orlando Pistoresi
Relator

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

329
PL

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE SÃO PAULO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO

Apelação com revisão nº 0010369-26.2011.8.26.0048 - Atibaia

Voto nº 24.018

Apelante: Raul Donato Mendes
Apelado: Espólio de Gabrielle Baraldi
Juiz de Direito: Marcos Cosme Porto

Trata-se de ação de obrigação de fazer cumulada com indenização por danos materiais objetivando a autora que seja compelido o réu a realizar obras para distanciamento do rio do muro divisório entre as propriedades (reversão parcial do curso do rio) e canalização, e a indenizá-la em perdas e danos.

Pela sentença de fls. 228/232, de relatório adotado, a ação foi julgada procedente, condenado o requerido a reverter a situação, alterando o curso do rio e sua canalização na divisa dos dois imóveis, respeitando-se a legislação específica, concedido o prazo de 60 dias, sob pena de multa diária de R$ 200,00, além de pagar indenização no valor de R$53.800,00, com correção monetária a partir de março de 2011 e juros legais a partir da citação, além de arcar com as custas processuais e honorários advocatícios de 15% sobre o valor corrigido da condenação, observada a gratuidade concedida ao requerido.

Apelou o réu sustentando que o local onde antes corria o rio é atualmente uma área de preservação permanente, oriunda de termo de ajustamento de conduta celebrado com o Ministério Público nos autos de inquérito civil. Aduz que enquanto não autorizadas as obras de manutenção do atual curso do córrego pelo DAEE e demais órgãos competentes, as obras de manutenção do atual curso do rio não poderão ser realizadas. Alega que houve outorga pelo órgão competente e, portanto, a obra não pode ser considerada irregular, devendo ser reconhecida a ilegitimidade de parte, tudo a justificar o provimento do recurso para reforma da sentença (fls. 263/282).

Recurso respondido, sem anotação de preparo por ser o apelante beneficiário da justiça gratuita, pleiteando o apelado a condenação do apelante nas penas por litigância de má-fé.

É o relatório.

Ao Revisor.

São Paulo, 21 de março de 2013.

Orlando Pistoresi
Relator

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

330

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

Secretaria Judiciária
Serviço de Processamento do 15º Grupo de Câmaras de Direito Privado

CONCLUSÃO

Conclusos ao Exmo. Sr. Des. Revisor

DR. LINO MACHADO.

São Paulo, 21 de março de 2013.

O Escrevente, _____

Ronaldo de Lima Viti (gab. 84)

V. 21.154

Vistos

A mesa.

SP, 01/4/13.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

Tribunal de Justiça de São Paulo
SJ 3.3.3.2 - Seção de Proces. da 30ª Câmara de Dir. Privado
Relatório Tira de Julgamento

Emitido :11/04/2013 - 09:37:20

331

30ª Câmara de Direito Privado

Nº do processo		Número de ordem
0010369-26.2011.8.26.0048 - Pauta		105
Publicado em	Julgado em	Retificado em
05/04/2013	10/04/2013	
Julgamento presidido pelo Exmo(a) Sr(a) Desembargador		
Andrade Neto		
Resultado da Sessão Anterior		

Apelação
Comarca
Atibaia

Turma Julgadora

Relator(a): Des. Orlando Pistoresi — Voto: 24018
Revisor(a): Des. Lino Machado — Voto: 21154
3º juiz(a): Des. Carlos Russo

Juiz de 1ª Instância
Marcos Cosme Porto

Partes e advogados

Apelante	**Raul Donato Mendes (Justiça Gratuita)**
Advogado	**Duenes do Carmo Silva**
Apelado	**Gabrielle Baraldi (Espólio)**
Advogado	**Melissa Yumi Koga Baraldi**

Súmula

NÃO CONHECERAM DO RECURSO. V. U.

Sustentou oralmente o advogado:
Usou a palavra o Procurador:
Impedido(s):

Jurisprudência		
Acórdão	Parecer	Sentença

SAJ/SG5

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

332

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

30ª Câmara de Direito Privado

Apelação nº 0010369-26.2011.8.26.0048 - Atibaia - Fórum de Atibaia

Registro: 2013.0000194793

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 0010369-26.2011.8.26.0048, da Comarca de Atibaia, em que é apelante RAUL DONATO MENDES (JUSTIÇA GRATUITA), é apelado GABRIELLE BARALDI (ESPÓLIO).

ACORDAM, em 30ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Não Conheceram do recurso. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores ANDRADE NETO (Presidente sem voto), LINO MACHADO E CARLOS RUSSO.

São Paulo, 10 de abril de 2013.

Orlando Pistoresi
RELATOR
Assinatura Eletrônica

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ORLANDO PISTORESI, e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Este documento é cópia do original assinado digitalmente por ORLANDO PISTORESI. Para conferir o original, acesse o site http://esaj.tjsp.jus.br/pastadigitalsg5/sgcr/abrirConferenciaDocumento.do,
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
30ª Câmara de Direito Privado
Apelação nº 0010369-26.2011.8.26.0048 - Atibaia - Fórum de Atibaia

Voto nº 24.018

Apelante: Raul Donato Mendes
Apelado: Espólio de Gabrielle Baraldi
Juiz de Direito: Marcos Cosme Porto

Direito de vizinhança - Recurso - Apelação - Intempestividade - Não conhecimento.

Configurada a intempestividade do recurso o seu não conhecimento constitui medida de rigor.

Recurso não conhecido.

Trata-se de ação de obrigação de fazer cumulada com indenização por danos materiais objetivando a autora que seja compelido o réu a realizar obras para distanciamento do rio do muro divisório entre as propriedades (reversão parcial do curso do rio) e canalização, e a indenizá-la em perdas e danos.

Pela sentença de fls. 228/232, de relatório adotado, a ação foi julgada procedente, condenado o requerido a reverter a situação, alterando o curso do rio e sua canalização na divisa dos dois imóveis, respeitando-se a legislação específica, concedido o prazo de 60 dias, sob pena de multa diária de R$ 200,00, além de pagar indenização no valor de R$53.800,00, com correção monetária a partir de março de 2011 e juros legais a partir da citação, além de arcar com as custas processuais e honorários advocatícios de 15% sobre o valor corrigido da condenação, observada a gratuidade concedida ao requerido.

Apelou o réu sustentando que o local onde antes corria o rio é atualmente uma área de preservação permanente, oriunda de termo de ajustamento de conduta celebrado com o Ministério Público nos autos de inquérito civil. Aduz que enquanto não autorizadas as obras de manutenção do atual curso do córrego pelo DAEE e demais órgãos competentes, as obras de manutenção do atual curso do rio não poderão ser realizadas.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ORLANDO PISTORESI, Para conferir o original, acesse o site http://esaj.tjsp.jus.br/pastadigitalsg5/sgcr/abrirConferenciaDocumento.do, informando o código 303F14 e o código verificador 00000215204138260048, em 06/11/2014 às 09:47 .
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ORLANDO PISTORESI e ANA LUCIA CATABRIGA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

Alega que houve outorga pelo órgão competente e, portanto, a obra não pode ser considerada irregular, devendo ser reconhecida a ilegitimidade de parte, tudo a justificar o provimento do recurso para reforma da sentença (fls. 263/282).

Recurso respondido, sem anotação de preparo por ser o apelante beneficiário da justiça gratuita, pleiteando o apelado a condenação do apelante nas penas por litigância de má-fé.

É o relatório.

O recurso não comporta conhecimento.

Verifica-se que a r. sentença combatida foi disponibilizada no Diário da Justiça Eletrônico em 21 de agosto de 2012, terça-feira (fls. 236).

De acordo com o disposto na Lei nº 11.419, de 19.12.2006 em seu artigo 4º, § 3º, considera-se como data da publicação o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação no Diário da Justiça Eletrônico, qual seja, 22 de agosto de 2012, quarta-feira, iniciando-se o prazo de quinze dias para recorrer (art. 508 do CPC) no dia 23 do mesmo mês, quinta-feira.

Consoante se constata, o prazo recursal encerrou-se em 06 de setembro de 2012, quinta-feira, e o recurso somente foi interposto no dia 05 de outubro de 2012 (fls. 263), data em que foi protocolado e quando já escoado o prazo recursal, nos termos do artigo 508 do Código de Processo Civil, revelando-se, destarte, manifestamente intempestivo o inconformismo manifestado.

Relevante salientar que o pedido formulado pelo requerido, ora apelante, de devolução de prazo para interposição de recurso (fls. 240/241) foi indeferido por decisão proferida em 26.09.2012 (fls. 253), contra a qual não foi interposto recurso.

Destarte, configurada a intempestividade do recurso o seu não conhecimento constitui medida de rigor.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ORLANDO PISTORESI, Para conferir o original, acesse o site http://esaj.tjsp.jus.br/pastadigitalsg5/sgcr/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ORLANDO PISTORESI e ANTONIO CELSO AGUILAR CORTEZ, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

335

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

30ª Câmara de Direito Privado

Apelação nº 0010369-26.2011.8.26.0048 - Atibaia - Fórum de Atibaia

Por fim, não se entrevê, na hipótese, litigância de má-fé configurada e que pudesse justificar a reclamada imposição de penalidade ao apelante.

Pelo exposto, não se conhece do recurso.

Orlando Pistoresi
Relator
Assinatura Eletrônica

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ORLANDO PISTORESI. Para conferir o original, acesse o site http://esaj.tjsp.jus.br/pastadigitalsg5/sgcr/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ORLANDO PISTORESI e Tribunal de Justica de Sao Paulo - SP, em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Judiciária
Serviço de Processamento do 15º Grupo de Câmaras de Direito Privado

336

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO

Certifico que o v. acórdão foi disponibilizado no DJE de hoje.

Considera-se data da publicação o dia **17/04/2013**.

São Paulo, **16** de abril de 2013.

Escrevente Técnico Judiciário
Marival Marinho
matr. 120.430

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

Secretaria Judiciária
Serviço de Processamento do 15º Grupo de Câmaras de Direito Privado

337

Apelação - 0010369-26.2011.8.26.0048

CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO E REMESSA DOS AUTOS

Certifico que o v. acórdão transitou em julgado em 02/05/13 e, nesta data, faço remessa dos presentes autos à 1ª Vara Cível da Comarca de Atibaia - Fórum de Atibaia.

São Paulo, 27 de maio de 2013.

José Sales do Nascimento - *M120432*
Escrevente Técnico Judiciário

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

338

PODER JUDICIÁRIO

Primeiro Ofício Judicial Cível da
Comarca de Atibaia
Estado de São Paulo

RECEBIMENTO

Em 04/Junho/2013 recebi estes autos de Instância Superior.

Eu _____, digitei e subscrevi.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

339

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ATIBAIA
FORO DE ATIBAIA
1ª VARA CÍVEL
Rua Dr. José Roberto Paim, 99 - Parque dos Coqueiros
CEP: 12945-007 - Atibaia - SP
Telefone: (11) 4412-9688 - E-mail: atibaia1cv@tjsp.jus.br

TERMO DE CONCLUSÃO

Em 12 de junho de 2013, faço estes autos conclusos ao Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito Titular, Dr. MARCOS COSME PORTO

DESPACHO

Processo nº:	**0010369-26.2011.8.26.0048**
Classe – Assunto:	**Procedimento Ordinário - Indenização por Dano Material**
Requerente:	**Gabriele Baraldi**
Requerido:	**Raul Donato Mendes**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Marcos Cosme Porto**
Proc. 1527/11

Vistos.

Certifique a Serventia a regularidade dos advogados cadastrados nestes autos, para futuras intimações.

Ciência às partes do V. Acórdão.

Aguarde-se o prazo previsto no artigo 475-J, § 5º . da Lei nº. 11.232/05.

Decorridos e nada sendo requerido, arquivem-se os autos, observadas as formalidades legais.

Intimem-se.

Atibaia, 12 de junho de 2013.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por MARCOS COSME PORTO. Para acessar os autos processuais, acesse o site www.tjsp.jus.br, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e o código 1C000000004.
Assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARCOS COSME PORTO, liberado nos autos em 12/06/2013 às 00:00 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

340/1

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ATIBAIA
FORO DE ATIBAIA
1ª VARA CÍVEL
Rua Dr. José Roberto Paim, 99, Parque dos Coqueiros - CEP 12945-007, Fone: (11) 4412-9688, Atibaia-SP - E-mail: atibaia1cv@tjsp.jus.br

CERTIDÃO

Processo nº:	**0010369-26.2011.8.26.0048 - Controle nº 1527/11**
Classe – Assunto:	**Procedimento Ordinário - Indenização por Dano Material**
Requerente:	**Gabriele Baraldi**
Requerido:	**Raul Donato Mendes**

C E R T I D Ã O

Certifico e dou fé que os advogados das partes estão regularmente cadastrados nestes autos. Nada Mais. Atibaia, 19 de junho de 2013. Eu, ___, Hélio Fernando Closel, Escrevente Técnico Judiciário.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

341

Processo nº 1527/11

CERTIDÃO:

Certifico e dou fé que, nesta data procedi o apensamento a estes autos dos autos de Cumprimento Provisório de Sentença.

Atibaia, 21 de junho de 2013

NATÁLIA APARECIDA DA SILVA
Escrevente Técnico Judiciário
Matrícula nº 811.850-P

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

342

Foro de Atibaia
Certidão - Processo 0010369-26.2011.8.26.0048

Emitido em: 28/06/2013 09:03
Página: 1

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0162/2013, foi disponibilizado na página 411/422 do Diário da Justiça Eletrônico em 28/06/2013. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subseqüente à data acima mencionada.

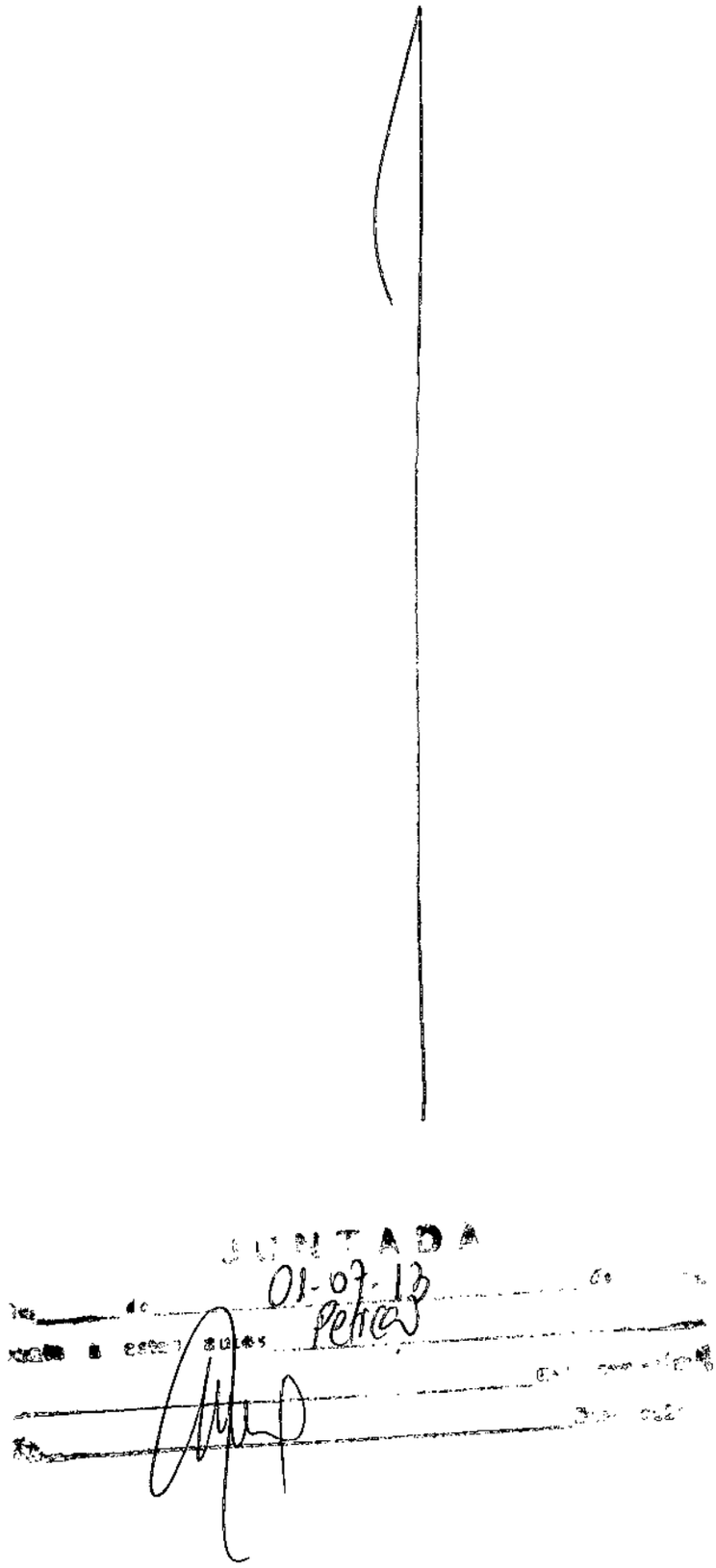
Advogado
Duenes do Carmo Silva (OAB 209712/SP)
Melissa Yumi Koga Baraldi (OAB 211408/SP)

Teor do ato: "Proc. 1527/11 Vistos. Certifique a Serventia a regularidade dos advogados cadastrados nestes autos, para futuras intimações. Ciência às partes do V. Acórdão. Aguarde-se o prazo previsto no artigo 475-J, § 5º . da Lei nº. 11.232/05. Decorridos e nada sendo requerido, arquivem-se os autos, observadas as formalidades legais. Intimem-se."

Atibaia, 28 de junho de 2013.

Andrea De Lima
Escrevente Técnico Judiciário

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.



Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

MELISSA YUMI KOGA BARALDI
ADVOGADA

343

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ATIBAIA.

1.º OFÍCIO JUDICIAL
COMARCA DE ATIBAIA
ESTADO DE SÃO PAULO
28 JUN 2013
PROTOCOLO

048 FAIA.13.000265243 270613 1241 02

Processo número 048.01.2011.010369-9
Número de controle 1527/2011

ESPÓLIO DE GABRIELE BARALDI, representado pela inventariante ANNITA HERMINE BARALDI, já qualificada nos autos em epígrafe que move contra **RAUL DONATO MENDES,** por sua advogada subscritora, vem, respeitosamente à presença de Vossa Excelência, requerer o prosseguimento da presente execução definitiva, indicando o bem imóel do Réu como garantia da presente execução, tendo em vista o próprio ter afirmado que não possui bens executáveis.

Desde já, afirma que o Réu NÃO reside no imóvel supra, sendo que sempre foi citado em endereço diverso, conforme se comprova dessa inicial. Além disso não possui esposa ou filhos menores e dependentes que com ele residam, não preenchendo nenhum dos requisitos da impenhorabilidade de bens (disposto no artigo 1° da Lei 8009/90), além de não estar o bem gravado com cláusula de impenhorabilidade.

Desse modo, deve ser averbada à matrícula 93.959, a penhora do "Sítio Primavera"- Gleba 1, em favor do Espólio de Gabriele Baraldi no Oficial

Avenida Cupecê, 3736 – sala 02 – sobreloja – Cidade Ademar – Cep : 04366-001 – São Paulo/SP – Fone : (11) 5623-0702 – e-mail: mel.adv2007@gmail.com

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

MELISSA YUMI KOGA BARALDI
ADVOGADA

344

de Registro de Imóveis e Anexos da Comarca de Atibaia – SP, para garantia da presente execução.

Termos em que,
Pede deferimento.
De São Paulo para Atibaia, 25 de Junho de 2013.

MELISSA YUMI KOGA BARALDI
OAB/SP 211.408

Avenida Cupecê, 3736 – sala 02 – sobreloja – Cidade Ademar – Cep : 04366-001 – São Paulo/SP – Fone : (11) 5623-0702 – e-mail: mel.adv2007@gmail.com

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

345

2.2 – **Causa modificativa**: para a realização da obra houveram gastos custeados por familiares do impugnante, inicialmente da ordem de R$ 37.106,83(trinta e sete mil, cento e seis reais e oitenta e três centavos) os quais certamente devem ser divididos entre as partes pois que o valor esteja na divisa dos imóveis, o que se conclui serem ambos os proprietários responsáveis por sua manutenção.

Apenas para se ter uma idéia da obra realizada, que durou "**alguns dias, com alguns tratores cavando no terreno como afirmou a própria Impugnada**", junta algumas fotos e espera que o impugnante pelo menos tenha informações sobre o quanto custa o braço hidráulico de um trator.

- Calcule-se então o custo de vários "tratores" trabalhando por alguns dias !

3- DA AUSÊNCIA DE GARANTIA DA EXECUÇÃO ANTE A INEXISTÊNCIA DE BENS PENHORÁVEIS E DO DIREITO A AMPLA DEFESA

Não obstante, a impugnação pressupõe prévia garantia do juízo, o que não se trata-se da inexistência de bens penhoráveis o que por si só não impede o executado de exercer seu direito de ampla defesa e contraditório. Assim garante a Constituição Federal.

O imóvel indicado pela Impugnada para garantir a execução é o único bem imóvel de propriedade do Impugnante e consequentemente impenhorável.

E embora exista um veículo registrado em seu nome, placa [illegible], esclarece que o mesmo encontra-se na posse de terceiros, pessoa esta transmitida em razão de um acordo de divórcio na família, no qual nr. 048.01.2011.014426-2 – 3ª Vara Cível desta Comarca.

4- DO REQUERIMENTO ALHEIO À EXECUÇÃO

Apesar dos pedidos da Impugnada ultrapassarem os limites desta lide, o que os levam a uma ação cognitiva, pretende o Impugnante respondê-los:

A Impugnada dispõe do projeto completo das obras. Além disso informou que engenheiro de sua confiança já esteve [illegible], portanto, inverídica a assertiva de que desconhece o tipo de obra em curso e o cronograma da realização.

Quanto ao pedido de esclarecimentos do Ministério Público, nada tem a opor, porém entende desnecessário ante a cópia do Termo de Ajustamento de conduta ser peça constante dos autos.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

OFICIAL DE IMÓVEIS E ANEXOS DA COMARCA DE ATIBAIA - SP
Maria do Carmo de Rezende Campos Couto
OFICIAL

Folha 01 de 02.

LIVRO Nº 2 - REGISTRO GERAL

MATRÍCULA 93.959 | FICHA 01

REGISTRO DE IMÓVEIS
ATIBAIA - Estado de São Paulo

IMÓVEL:- Gleba 1, com a área total de 42.115,19 metros quadrados, denominado "Sítio Primavera", e que corresponde à parte do terreno que originariamente era composto de três quinhões distintos, mas anexos formando um só todo, correspondente as glebas 1, 3, 4, 5 e 6, situado no Bairro do Itapetinga, zona rural do Município e Comarca de Atibaia-SP, localizado na margem direita da Estrada Municipal do Mackenzie, sentido de quem do imóvel vai a Rodovia Fernão Dias e a cidade de Atibaia, contendo casa sede do imóvel, casa de empregado, ambas de tijolos e telhas, pomar e pequenas benfeitorias, compreendida dentro das seguintes medidas, divisas e confrontações: "Tem inicio no marco 01, situado na margem direita da Estrada Municipal do Mackenzie, sentido de quem do imóvel vai a Rodovia Fernão Dias e a cidade de Atibaia, numa ponte sobre um pequeno córrego, onde confronta com o imóvel objeto da Matrícula 768, de propriedade ALBERTO CARDOSO DE ALMEIDA e sua esposa HANNE BARB HERLINDE HINDERBERGER CARDOSO DE ALMEIDA; deste ponto abandonando a estrada, segue por cerca e alambrado, com esta confrontação com os seguintes azimutes e distâncias: 7º37'58" e distância de 56,04 metros até o marco 2; 21º15'18" e distância de 14,36 metros até o marco 03; 48º14'03" e distância de 35,26 metros até o marco 4; 40º06'44" e distância de 27,04 metros até o marco 5; cravado num canto de cerca de arame, no vértice formado com a divisa do imóvel objeto da Matrícula 49952, denominado Gleba B, de propriedade de GABRIELE BARALDI e s/m ANNITA BARALDI e de ORLANDO GENARO e s/m ANNA MOLEZININI GENARO; deste ponto deflete à direita e segue, por muro, com esta confrontação, com os seguintes azimutes e distâncias: 141º41'26" e distância de 103,53 metros até o marco 6; 147º51'08" e distância de 49,38 metros até o marco 7, no canto do muro e alinhamento de uma cerca de arame; deste ponto segue, por cerca de arame, com a mesma confrontação, com os seguintes azimutes e distâncias: 148º55'00" e distância de 60,23 metros até o marco 8; 156º50'03" e distância de 38,00 metros até o marco 9; 194º39'45" e distância de 23,60 metros até o marco 10; 163º29'52" e distância de 25,91 metros até o marco 11; vértice formado com a divisa do imóvel objeto da Matrícula 49951, denominado Gleba A, de propriedade de MOYSES ALBANO NUNES E S/M NEIDE BRAVO NUNES, ALTINO LUIZ DE

CONTINUA NO VERSO

José Roberto Amaral Zonaro
Escrevente Autorizado

Prot. 94805 - Mat. 93959

Rua Benedito de Almeida Bueno, 457 - Centro - Atibaia/SP - CEP: 12940-660

Oficial de Registro de Imóveis e Anexos
Comarca de Atibaia - SP

3974 - AA 080217

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

347

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ATIBAIA
FORO DE ATIBAIA
1ª VARA CÍVEL
Rua Dr. José Roberto Paim, 99, Compl. do Endereço da Vara << Nenhuma informação disponível >> - Parque dos Coqueiros
CEP: 12945-007 - Atibaia - SP
Telefone: (11) 4412-9688 - E-mail: atibaia1cv@tjsp.jus.br

DESPACHO

Processo nº:	**0010369-26.2011.8.26.0048**
Classe – Assunto:	**Procedimento Ordinário - Indenização por Dano Material**
Requerente:	**Gabriele Baraldi**
Requerido:	**Raul Donato Mendes**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Marcos Cosme Porto**

Vistos.

O cumprimento da sentença deve seguir nos autos principais, com pedido adequado, pertinente e objetivo.

Aguardo.

Int.

Atibaia, 03 de julho de 2013.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por MARCOS COSME PORTO. Para acessar os autos processuais, acesse o site www.tjsp.jus.br, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e o código 1C00000009TM3.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

348

Foro de Atibaia
Certidão - Processo 0010369-26.2011.8.26.0048

Emitido em: 16/07/2013 09:09
Página: 1

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0197/2013, foi disponibilizado na página 387/393 do Diário da Justiça Eletrônico em 16/07/2013. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subseqüente à data acima mencionada.

Advogado
Duenes do Carmo Silva (OAB 209712/SP)
Melissa Yumi Koga Baraldi (OAB 211408/SP)

Teor do ato: "Proc. nº 1527/11 - Vistos. O cumprimento da sentença deve seguir nos autos principais, com pedido adequado, pertinente e objetivo. Aguardo. Int. Atibaia, 03 de julho de 2013."

Atibaia, 16 de julho de 2013.

Andrea De Lima
Escrevente Técnico Judiciário

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

349

INFORMAÇÃO:

Informo a V. Ex.ª que fiz a materialização das peças digitais do Mandado de Segurança nº 2001271-59.2013.8.26.0000, oriundo da 30ª Câmara de Direito Privado do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e as junto neste processo.

Atibaia, 10 de setembro de 2013.

João Luis Cardoso
Agente Administrativo Judiciário
Matrícula 309.972-0

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

Informando trânsito em julgado em Agravo de Instrumento digital

CARLOS ADALBERTO SEQUINI

Enviado: terça-feira, 27 de agosto de 2013 17:45

Para: ATIBAIA - 1 OFICIO CIVEL

350

Comunico que os autos do Mandado de Segurança Nº 2001271-59.2013.8.26.0000 transitaram em julgado e a íntegra dos mesmos encontram-se disponível no endereço eletrônico https://esaj.tjsp.jus.br, sendo sua senha de acesso **xzstaq.**

Dados do processo:

Mandado de Segurança Nº 2001271-59.2013.8.26.0000

Comarca de Atibaia – Fórum de Atibaia - 1ª Vara Cível

Ação de Origem do Processo Não informado nº. 0010369-26.2011.8.26.0048

Impetrante: raul donato mendes
Impetrado: Mm J D da 1ª Vara Civel da Comarca de Atibaia
Interessado: Gabriele Baraldi

Resultado do julgamento: Não se conhece do recurso. V. U.

Att.

Carlos Adalberto Sequini - Matrícula M350561

Supervisor de Serviços

Carlos Adalberto Sequini
Supervisor de Serviço do 15º Grupo de Câmaras de Direito Privado - SJ 3.3.3
Tel.: (11) 3292-4900 - ramais 32107 e 2153 e 3104-9264 (direto)

AVISO - O remetente desta mensagem é responsável por seu conteúdo e endereçamento. Cabe ao destinatário dar a ela tratamento adequado. Sem a devida autorização, a reprodução, a distribuição ou qualquer outra ação, em desconformidade com as normas internas do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP), são proibidas e passíveis de sanções.
Se eventualmente aquele que deste tomar conhecimento não for o destinatário, saiba que a divulgação ou cópia da mensagem são proibidas. Favor notificar imediatamente o remetente e apagá-la. A mensagem pode ser monitorada pelo TJSP.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

351

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
30ª Câmara de Direito Privado
Mandado de Segurança nº 2001271-59.2013.8.26.0000 - Atibaia - Fórum de Atibaia

Registro: 2013.0000292454

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Mandado de Segurança nº 2001271-59.2013.8.26.0000, da Comarca de Atibaia, em que é impetrante RAUL DONATO MENDES, é impetrado MM J D DA 1ª VARA CIVEL DA COMARCA DE ATIBAIA.

ACORDAM, em 30ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Julgaram extinto o processo. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores ANDRADE NETO (Presidente sem voto), LINO MACHADO E CARLOS RUSSO.

São Paulo, 22 de maio de 2013.

Orlando Pistoresi
RELATOR
Assinatura Eletrônica

Este documento foi assinado digitalmente por ORLANDO PISTORESI.
Se impresso, para conferência acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 2001271-59.2013.8.26.0000 e o código 36A0EB.
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
30ª Câmara de Direito Privado
Mandado de Segurança nº 2001271-59.2013.8.26.0000 - Atibaia
Fórum de Atibaia

352

Voto nº 24.382

Impetrante: Raul Donato Mendes
Impetrado: MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Atibaia
Interessado: Espólio de Gabriele Baraldi

Mandado de segurança - Ato judicial passível de recurso próprio - Descabimento.

Não constituindo o mandado de segurança meio adequado para atacar decisão judicial sujeita a recurso próprio, declara-se a extinção do processo sem resolução de mérito.

Extinção do processo sem resolução de mérito.

Trata-se de mandado de segurança impetrado por Raul Donato Mendes contra ato judicial do MM. Juiz de Direito da Primeira Vara Cível da Comarca de Atibaia e que, em autos de ação ordinária de obrigação de fazer c.c. indenização, fundada em direito de vizinhança, julgou procedente a ação, condenado o requerido, ora impetrante, a reverter a situação, alterando o curso do rio e sua canalização na divisa dos dois imóveis, respeitando-se a legislação específica, concedido o prazo de 60 dias, sob pena de multa diária de R$ 200,00, além de pagar indenização no valor de R$53.800,00, com correção monetária a partir de março de 2011 e juros legais a partir da citação, arcando com as custas processuais e honorários advocatícios de 15% sobre o valor corrigido da condenação, observada a gratuidade concedida ao requerido.

Sustenta o impetrante que o cumprimento da sentença levará ao cometimento de crime previsto em Lei ambiental. Assevera que não pode ser considerada irregular a obra de desvio do curso do córrego e, caso assim o fosse, caberia ao Estado responder pela concessão da respectiva outorga. Afirma ser inacreditável ter sido reconhecido como irrelevante tenha o *de cujus* (Gabriele Baraldi) concordado com a realização da obra. Acrescenta que a área em questão é nova área de preservação, com documentação vigente e as obras de manutenção em dia, o que não é possível mudar, tudo a justificar, com pedido de antecipação de tutela, a anulação da sentença, cabendo ao Espólio de Gabriele Baraldi retirar suas construções da margem do córrego e edificá-las a pelo menos 30 metros da margem, sob o risco de serem novamente destruídas.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ORLANDO PISTORESI.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.
Este documento foi assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS.
Se impresso, para conferência acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2001271-59.2013.8.26.0000 e o código 36A0EB.
Este documento foi liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

30ª Câmara de Direito Privado

Mandado de Segurança nº 2001271-59.2013.8.26.0000 - Atibaia -

Fórum de Atibaia

353

É o relatório.

Impõe-se o indeferimento da inicial por ser o impetrante carecedor da segurança impetrada, manejada que foi como sucedâneo de recurso próprio, já que o mandado de segurança revela-se inadequado para hostilizar decisão como aquela que aqui vem impugnada.

Nos termos do disposto no artigo 5º, inciso II, da Lei nº12.016, de 07 de agosto de 2009, não se concederá mandado de segurança quando se tratar de decisão judicial da qual caiba recurso com efeito suspensivo.

E consoante previsto no artigo 513 do Código de Processo Civil, da sentença caberá apelação, à qual poderá ser atribuído efeito suspensivo (CPC, art. 520 c.c. art. 558, parágrafo único), o que afasta a impetração de mandado de segurança como substituto recursal.

A Súmula nº 267 do STF assenta que "não cabe mandado de segurança contra ato judicial passível de recurso ou correição".

Aliás, no caso dos autos, o próprio impetrante noticiou que o recurso de apelação por ele interposto não foi conhecido por intempestividade (fls. 11).

Assim, o mandado de segurança não constitui meio adequado para atacar decisão judicial, sujeita a recurso próprio.

Pelo exposto, o processo é declarado extinto sem resolução de mérito, com fulcro nos artigos 267, I, e 295, III, ambos do Código de Processo Civil.

Custas pelo impetrante, observada a regra contida no artigo 12 da Lei nº 1.060/50.

Orlando Pistoresi
Relator
Assinatura Eletrônica

Este documento foi assinado digitalmente por ORLANDO PISTORESI.
Se impresso, para conferência acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 2001271-59.2013.8.26.0000 e o código 36A0EB.
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
SJ 3.3.3.2 - Seção de Proces. da 30ª Câmara de Dir. Privado
Páteo do Colégio, nº 73 - Páteo do Colégio - Sala 905 - CEP: 1016040 - 3292-4900 r2153

354

CERTIDÃO

Processo nº:	**2001271-59.2013.8.26.0000**
Classe – Assunto:	**Mandado de Segurança - Direito de Vizinhança**
Impetrante	**raul donato mendes**
Impetrado	**Mm J D da 1ª Vara Civel da Comarca de Atibaia**
Relator(a):	**Orlando Pistoresi**
Órgão Julgador:	**30ª Câmara de Direito Privado**

CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO

Certifico que o v. acórdão transitou em julgado em 08/08/2013.

São Paulo, 27 de agosto de 2013.

José Sales do Nascimento – matrícula 120.432
Escrevente Técnico Judiciário

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Este documento foi assinado digitalmente por JOSE SALES DO NASCIMENTO.
Se impresso, para conferência acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 2001271-59.2013.8.26.0000 e o código 4136D3.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ATIBAIA
FORO DE ATIBAIA
1ª VARA CÍVEL
Rua Dr. José Roberto Paim, 99 - Parque dos Coqueiros
CEP: 12945-007 - Atibaia - SP
Telefone: (11) 4412-9688 - E-mail: atibaia1cv@tjsp.jus.br

355

TERMO DE CONCLUSÃO

Em **11 de setembro de 2013**, faço estes autos conclusos ao Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito Titular, Dr. MARCOS COSME PORTO

DESPACHO

Processo nº:	**0010369-26.2011.8.26.0048**
Classe – Assunto:	**Procedimento Ordinário - Indenização por Dano Material**
Requerente:	**Gabriele Baraldi**
Requerido:	**Raul Donato Mendes**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Marcos Cosme Porto**
Proc. 1527/11

Vistos.

Fls. 349/354: Ciência às partes.

No mais, prossiga-se.

Int.

Atibaia, 11 de setembro de 2013.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por MARCOS COSME PORTO. Para acessar os autos processuais, acesse o site www.tjsp.jus.br, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e o código 1C000000DVF.
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

356

Foro de Atibaia
Certidão - Processo 0010369-26.2011.8.26.0048

Emitido em: 19/09/2013 09:12
Página: 1

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0371/2013, foi disponibilizado na página 471/477 do Diário da Justiça Eletrônico em 19/09/2013. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subseqüente à data acima mencionada.

Advogado
Duenes do Carmo Silva (OAB 209712/SP)
Melissa Yumi Koga Baraldi (OAB 211408/SP)

Teor do ato: "Proc. 1527/11 Vistos. Fls. 349/354: Ciência às partes. No mais, prossiga-se. Int."

Atibaia, 19 de setembro de 2013.

Andrea De Lima
Escrevente Técnico Judiciário

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

JUNTADA

Em 04 OUT 2013 faço juntada a estes autos do(a) documento(s) adiante assinalado(a).

(X) a petição e documentos que a instruem
( ) o mandado
( ) o A.R.
( ) o ofício(s)
( ) a Carta Precatória
( ) a guia
( ) _____

Escrev.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

MELISSA YUMI KOGA BARALDI
ADVOGADA

357

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ATIBAIA.

1.º OFÍCIO JUDICIAL
COMARCA DE ATIBAIA
ESTADO DE SÃO PAULO
04 OUT 2013
PROTOCOLO

048 FATA13.00051341-1 051013 1944 25

Processo número 048.01.2011.010369-9
Número de controle 1527/2011

ESPÓLIO DE GABRIELE BARALDI, representado pela inventariante ANNITA HERMINE BARALDI, já qualificada nos autos em epígrafe que move contra **RAUL DONATO MENDES,** por sua advogada subscritora, vem, respeitosamente à presença de Vossa Excelência, REITERAR A PETIÇÃO ANTERIORMENTE PROTOCOLADA, requerendo o prosseguimento da presente execução definitiva e da provisória, indicando o bem imóvel do Réu como garantia da presente execução, **tendo em vista o próprio ter afirmado que não possui bens executáveis.**

Informa que até o presente momento, o Réu não cumpriu a obrigação de fazer determinada na r. sentença, não revertendo portanto, o curso do rio, se limitando a fazer uma pequena obra de contenção para que a chuva não agravasse ainda mais o problema já causado.

Desde já, afirma que o Réu NÃO reside no imóvel supra, sendo que sempre foi citado em endereço diverso, conforme se comprova dessa inicial. Além disso não possui esposa ou filhos menores e dependentes

Avenida Cupecê, 3736 – sala 02 – sobreloja – Cidade Ademar – Cep : 04366-001 – São Paulo/SP – Fone : (11) 5623-0702 – e-mail: mel.adv2007@gmail.com

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

MELISSA YUMI KOGA BARALDI
ADVOGADA

3.58

que com ele residam, não preenchendo nenhum dos requisitos da impenhorabilidade de bens (disposto no artigo 1° da Lei 8009/90), além de não estar o bem gravado com cláusula de impenhorabilidade.

Desse modo, deve ser averbada à matrícula 93.959, a penhora do "Sítio Primavera"- Gleba 1, em favor do Espólio de Gabriele Baraldi no Oficial de Registro de Imóveis e Anexos da Comarca de Atibaia – SP, para garantia da presente execução, decretando-se alternativamente a **INDISPONIBILIDADE do bem para garantia do pagamento da dívida.**

Termos em que,
Pede deferimento.

De São Paulo para Atibaia, 03 de Outubro de 2013.

MELISSA YUMI KOGA BARALDI
OAB/SP 211.408

Avenida Cupecê, 3736 – sala 02 – sobreloja – Cidade Ademar – Cep : 04366-001 – São Paulo/SP – Fone : (11) 5623-0702 – e-mail: mel.adv2007@gmail.com

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ATIBAIA
FORO DE ATIBAIA
1ª VARA CÍVEL
Rua Dr. José Roberto Paim, 99 - Parque dos Coqueiros
CEP: 12945-007 - Atibaia - SP
Telefone: (11) 4412-9688 - E-mail: atibaia1cv@tjsp.jus.br

357

TERMO DE CONCLUSÃO

Em 9 de outubro de 2013, faço estes autos conclusos ao Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito Titular, Dr. MARCOS COSME PORTO

DESPACHO

Processo nº:	**0010369-26.2011.8.26.0048**
Classe – Assunto:	**Procedimento Ordinário - Indenização por Dano Material**
Requerente:	**Gabriele Baraldi**
Requerido:	**Raul Donato Mendes**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Marcos Cosme Porto**
Proc. 1527/11

Vistos.

Mais uma vez:
Cumpra-se corretamente a decisão de fls. 347.

Novo pedido inadequado forçará a remessa dos autos ao arquivo.

Int.

Atibaia, 09 de outubro de 2013.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por MARCOS COSME PORTO, Para acessar os autos processuais, acesse o site www.tjsp.jus.br, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARCOS COSME PORTO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo - SP/BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

360

Foro de Atibaia
Certidão - Processo 0010369-26.2011.8.26.0048

Emitido em: 21/10/2013 09:23
Página: 1

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0459/2013, foi disponibilizado na página 389/394 do Diário da Justiça Eletrônico em 21/10/2013. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subseqüente à data acima mencionada.

Advogado
Duenes do Carmo Silva (OAB 209712/SP)
Melissa Yumi Koga Baraldi (OAB 211408/SP)

Teor do ato: "Proc. 1527/11 Vistos. Mais uma vez: Cumpra-se corretamente a decisão de fls. 347. Novo pedido inadequado forçará a remessa dos autos ao arquivo. Int."

Atibaia, 21 de outubro de 2013.

Andrea De Lima
Escrevente Técnico Judiciário

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

JUNTADA

Em 25 OUT 2013 faço juntada a estes autos do(a) documento(s) adiante assinalado(s).

( ) a petição e documentos que a instruem
( ) o mandado
( ) o A.R.
( ) o ofício(s)
( ) a Carta Precatória
( ) a guia
(X) Cumprimento de Sentença

Escrev.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

MELISSA YUMI KOGA BARALDI
ADVOGADA

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ATIBAIA.

361

1.º OFÍCIO JUDICIAL
COMARCA DE ATIBAIA
ESTADO DE SÃO PAULO
25 OUT 2013
PROTOCOLO

048 FAIA.13.0005360-0 24MM3 1222 07

Processo número 048.01.2011.010369-9
Número de controle 1527/2011

ESPÓLIO DE GABRIELE BARALDI, representado pela inventariante ANNITA HERMINE BARALDI, já qualificada nos autos em epígrafe que move contra **RAUL DONATO MENDES,** por sua advogada subscritora, vem, respeitosamente à presença de Vossa Excelência, requerer seja dado inicio a fase de cumprimento da sentença, com supedâneo nos artigos 461 e 475-I do CPC, nos seguintes moldes:

A r. sentença transitada em julgado em 22.08.2013, condenou o requerido ao pagamento de indenização de R$ 53.800,00 com correção monetária a partir de março de 2011 e juros legais a partir da citação, bem como à obrigação de fazer para alterar o curso do rio e sua canalização na divisa dos imóveis, revertendo a situação, sob pena de multa diária de R$ 200,00 a partir do 61º. dia, in verbis:

"Fls. 228/232 - Sentença nº 1287/2012 registrada em 14/08/2012 no livro nº 271 às Fls. 253/257: Posto isto julgo procedente a ação e condeno o requerido a reverter a situação, alterando o curso do rio e sua canalização na divisa dos dois imóveis, respeitando-se a legislação específica (art. 3º, Resolução do CONAMA n. 303/02). Para o cumprimento dessa obrigação concedo o prazo de 60 dias, decisão essa que concedo em

Avenida Cupecê, 3736 – sala 02 – sobreloja – Cidade Ademar – Cep : 04366-001 – São Paulo/SP – Fone : (11) 5623-0702 – e-mail: mel.adv2007@gmail.com

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

MELISSA YUMI KOGA BARALDI
ADVOGADA

tutela antecipada, acolhendo o pedido da inicial após exauriente cognição. Diante disso, a partir do 61º dia passará a correr multa diária de R$ 200,00, no caso de descumprimento. Condeno o requerido a pagar indenização ao autor no valor de R$ 53.800,00, com correção monetária a partir de março de 2011 e juros legais a partir da citação. Condeno o requerido ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, que fixo em 15% sobre o valor corrigido da condenação, verba essa que só poderá ser cobrada feita a prova de ter o requerido perdido a condição de beneficiário da Justiça Gratuita. P. R. I. C."

362

Acontece que, o requerido, até o presente momento não cumpriu a obrigação de fazer disposta no comando sentencial, nem sinaliza fazê-lo, mesmo com risco de novos danos aos Requerentes, já que se inicia nova temporada de chuvas.

Esclarece ainda que o próprio Requerido assume não ter cumprido a r. sentença prolatada, tendo apenas feitos uma manutenção mínima para não agravar para ambos os proprietários, o estrago por ele causado.

Desta forma, requer a execução da multa diária aplicada, no valor de R$73.000,00 (setenta e três mil reais), correspondente aos 365 dias que sucederam o prazo para cumprimento da sentença, expirado em 23.08.2012.

Desde já salienta o requerente que não há limitação para imposição da multa diária, não havendo que se falar em enriquecimento sem causa, posto que a fim de evitar sua aplicação deveria o Requerido ter cumprido o comando sentencial, todavia, se mantém inerte em evidente prejuízo ao direito do requerente.

Não obstante, ainda é devida a indenização no valor de R$ **R$ 53.800,00** (cinquenta e tres mil e oitocentos reais), devendo ser aplicada atualização e juros além da multa prevista no artigo 475-J do cpc, tendo em vista que o trânsito em julgado ocorreu em 23.08.2013, conforme certidão de fls.

Requer o Autor providências no sentido de compelir o Réu ao cumprimento da obrigação de fazer, consistente em retornar o leito do rio ao seu local original, considerando-se ainda a decisão tomada pelo MP Ambiental de Atibaia em prosseguir com o Inquérito Civil 302/11 que trâmita na 2ª Promotoria da Vara de Atibaia - TENDO EM VISTA AINDA QUE EVENTUAL TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA FIXADO ENTRE AS PARTES NÃO TRANSITA EM JULGADO - com a

Avenida Cupecê, 3736 – sala 02 – sobreloja – Cidade Ademar – Cep : 04366-001 – São Paulo/SP – Fone : (11) 5623-0702 – e-mail: mel.adv2007@gmail.com

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

MELISSA YUMI KOGA BARALDI
ADVOGADA

363

execução imediata da multa diária fixada vencida, e as que vencerem até o cumprimento efetivo da obrigação de fazer.

Pleiteia ainda a penhora online dos valores existentes em instituições bancárias, através do sistema Bacenjud, tantos quantos bastem para fazer frente ao débito atualizado até 24/10/2013, no valor total de **R$167.826,24 (cento e sessenta e sete mil oitocentos e vinte e seis reais e vinte e quatro centavos,** sendo R$15.263,27 em razão da multa diária e R$79.632,97 em razão da indenização devidamente atualizada, conforme memória anexa.

Comprova desde já o recolhimento para tal pesquisa solicitada.

A fim de garantir o direito do requerente, requer **seja expedido ofício para averbação da execução premonitória prevista no artigo 615 – A do CPC**, junto ao Oficial de Registro de Imóveis e Anexos da Comarca de Atibaia – SP, matrícula do imóvel número 49.952;

Termos em que,
Pede deferimento.

De São Paulo para Atibaia, 24 de Outubro de 2013.

MELISSA YUMI KOGA BARALDI
OAB/SP 211.408

Avenida Cupecê, 3736 – sala 02 – sobreloja – Cidade Ademar – Cep : 04366-001 – São Paulo/SP – Fone : (11) 5623-0702 – e-mail: mel.adv2007@gmail.com

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

MELISSA YUMI KOGA BARALDI
ADVOGADA

CÁLCULO DE LIQUIDAÇÃO

364

Valor execução astreintes - Em consonância com a medida liminar e r. sentença, requerendo a execução da multa diária com fundamentos nos artigos 877 e 878 da CLT c/c 461, parágrafo 4°. do CPC;

Intimação da sentença 23/08/2012 –
Cumprimento até – 23/09/2012 + 23/10/2012 – 60 dias
61° dia – 24/10
Não cumprido desde 24/10/2012

Não cumprimento de 24/10/2012 de 2013 até 24/10/2013 – 365 dias x R$200,00 = **R$73.000,00 (valor atualizado para outubro 2013)**

Valor da condenação – R$53.800,00 (cinquenta e três mil e oitocentos reais)
Correção monetária a partir de março de 2011 – R$61.878,97
Juros 1% a.m a partir de 15/01/2011 – Juros 33 meses = R$538,00 x 33 = R$17.754,00

Valor atualizado para outubro de 2013 em conformidade com a tabela do TJ/SP = R$79.632,97

TOTAL DO VALOR A SER EXECUTADO = R$73.000,00 + R$79.632,97 = R$152.632,97 + multa 475 J 10% = R$15.263,27 = R$167.826,24 (cento e sessenta e sete mil oitocentos e vinte e seis reais e vinte e quatro centavos)

Avenida Cupecê, 3736 – sala 02 – sobreloja – Cidade Ademar – Cep : 04366-001 – São Paulo/SP – Fone : (11) 5623-0702 – e-mail: mel.adv2007@gmail.com

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS E ANEXOS DA COMARCA DE ATIBAIA - SP
Maria do Carmo de Rezende Campos Couto
OFICIAL

Folha 01 de 02.

LIVRO N.º 2 - REGISTRO GERAL

CARTORIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
ATIBAIA - ESTADO DE SÃO PAULO

MATRÍCULA	FICHA
49.952	1

IMÓVEL:- GLEBA "B", com a área de 30.443 m2., desmembrada do/ imovel maior composto da Fazenda Campo Grande, da Fazenda São/ Jacinto e pequenas glebas, localizada no bairro do Itapetinga, zona rural deste municipio e Comarca de Atibaia-SP., compreendida pelas seguintes divisas e confrontações:-pela frente confronta com a Gleba C de Fernando da Silva Filho e Manuel Gabriel Godet Henriques Lima, e com a gleba D, de propriedade de Abilio Fernando Macário; pelos fundos com propriedade de Joaquim Bueno de Aguiar;por um lado com a gleba A, de Moyses Albano Nunes, Altino Luiz de Campos Pinheiro e Elda Genaro; e por outro lado com propriedade de Antonio Delpesco.
INCRA:-nº634.018.327.891-3, área total 238,4 has., módulo fiscal 16,0 has., f.m.p. 3,0 has..
PROPRIETÁRIOS:-Manuel Gabriel Godet Henriques Lima, portugues/ e sm. Marta Simões de Oliveira Lima, brasileira, casados no regime da comunhão parcial de bens, na vigência da lei 6515/77 , ele comerciário, ela do lar, RGs.6475687 e 11416530-SP.,CICs.-006108778-52 e 029547078-01, domiciliados em Guarulhos-SP., à/ Rua do Rosário nº 515, aptº.32; Fernando Silva Filho e sm.Marli Pinto Silva, brasileiros, casados no regime da comunhão de bens, antes da lei 6515/77, ele militar, ela do lar, RGs.38456 50-SP e 6568198-SP., CIC. 279549518-04, domiciliados em São / Paulo-SP., à Rua Frei Vicente Salvador 367,bloco I,aptº.11,Santana; Orlando Genaro e sm. Anna Molezini Genaro, que também assina Anna Mozezini Genaro, brasileiros, casados no regime da / comunhão de bens, antes da lei 6515/77, ele assistente social, ela do lar, RGs. 1313840 e 1313841-SP.,CIC.006446508-00, domiciliados em São Paulo-SP., à Rua Quixadá nº 83, Vila Invernada Água Rasa;Gabriele Baraldi e sm. Annitta Baraldi, ele italiano técnico eletrônico, ela brasileira, professora, casados no regime da comunhão universal de bens, antes da lei 6515/77, RGs. 2785911 e 2339992-SP CICs. 063971668-72 e 054774848-53, domiciliados em São Paulo-SP., à Rua Afonso Celso nº 718, aptº.94,Vila Mariana; Abilio Fernando Macário, portugues, comerciante e sm.Neide Fernandes Macário, brasileira, do lar, casados no regime da comunhão de bens, antes da lei 6515/77, RGs.1807400 e 6805092-SP, CIC.622122738-00, domiciliados em São Paulo-SP., à Largo Nossa Senhora do Bom Parto 155, Tatuapé; Moyses Albano / Nunes e sm. Neide Bravo Nunes, brasileiros, ele militar,ela do lar, casados no regime da comunhão de bens, antes da lei 6515/77,RGs. 5201225 e 6728674-SP.,CICs.572887128-34 e 89641426 8-34

continua no verso.

3974 - AA 011801

Prot.: 82457 - Mat.: 49952

Rua Benedito de Almeida Prado, 457 - Centro - Atibaia/SP - CEP 12940-660
Fone: (11) 4414-0602 - Fax: (11) 4414-0602 - e-mail: riatibaia@gmail.com

CÓPIA EXTRAÍDA NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

BANCO DO BRASIL

Guia de Recolhimento Nº Pedido 2013102311462551

Poder Judiciário – Tribunal de Justiça

Fundo Especial de Despesa - FEDTJ

Nome	RG	CPF	CNPJ
Valéria Baraldi	196699721	188.347.398-50	

Nº do processo	Unidade	CEP
010369-9/2013		04119-060

Endereço	Código
Rua Afonso Celso, 694 apto 62 - A	434-1

Histórico	Valor
Processo 1a VCível de Atibaia Espólio de Gabriele Baraldi X Raul Donato Mendes	11,00
	Total 11,00

O Tribunal de justiça não se responsabiliza pela qualidade da cópia extraída de peça pouco legível.
Importante: evitem amassar, dobrar ou perfurar as contas, para não danificar o código de barras.

Mod. 0.70.731-4 - Out/12 - SISBB 12273 - pvb

1ª Via – Unidade geradora do serviço, 2ª via – Contribuinte e 3ª via – Banco

868700000003 | 110051174000 | 143410001880 | 347398505514

11,00 BB 6554 0071 2412 2013

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

367

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ATIBAIA
FORO DE ATIBAIA
1ª VARA CÍVEL
Rua Dr. José Roberto Paim, 99 - Parque dos Coqueiros
CEP: 12945-007 - Atibaia - SP
Telefone: (11) 4412-9688 - E-mail: atibaia1cv@tjsp.jus.br

TERMO DE CONCLUSÃO

Em **31 de outubro de 2013**, faço estes autos conclusos ao Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito Titular, Dr. MARCOS COSME PORTO

DESPACHO

Processo nº:	**0010369-26.2011.8.26.0048**
Classe – Assunto:	**Procedimento Ordinário - Indenização por Dano Material**
Requerente:	**Gabriele Baraldi**
Requerido:	**Raul Donato Mendes**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Marcos Cosme Porto**
Proc. 1527/11

Vistos.

Fls. 357/366: Anote-se tratar-se de Cumprimento de Sentença.

Com relação à obrigação de pagar quantia certa, prossiga-se, intimando-se nos termos do art. 475 – JU, do CPC.

Com relação à obrigação de fazer, intime-se para cumprimento, independentemente de multa, que está correndo, dia a dia.

Int.

Atibaia, 31 de outubro de 2013.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por MARCOS COSME PORTO. Para acessar os autos processuais, acesse o site www.tjsp.jus.br, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e o código 1C000000OCC4.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

368

Foro de Atibaia
Certidão - Processo 0010369-26.2011.8.26.0048

Emitido em: 11/11/2013 09:28
Página: 1

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0516/2013, foi disponibilizado na página 287/292 do Diário da Justiça Eletrônico em 11/11/2013. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subseqüente à data acima mencionada.

Advogado
Duenes do Carmo Silva (OAB 209712/SP)
Melissa Yumi Koga Baraldi (OAB 211408/SP)

Teor do ato: "Proc. 1527/11 Vistos. Fls. 357/366: Anote-se tratar-se de Cumprimento de Sentença. Com relação à obrigação de pagar quantia certa, prossiga-se, intimando-se nos termos do art. 475 - JU, do CPC. Com relação à obrigação de fazer, intime-se para cumprimento, independentemente de multa, que está correndo, dia a dia. Int."

Atibaia, 11 de novembro de 2013.

Andrea De Lima
Escrevente Técnico Judiciário

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

369

PODER JUDICIÁRIO

Primeiro Ofício Judicial Cível da
Comarca de Atibaia – São Paulo

CERTIDÃO

CERTIFICO e dou fé que estes autos retirados do Cartório em 19/11/13 pelo(a) Advogado(a) Dr(a). Ruenes do Carmo Silva foram devolvidos nesta data.

Atibaia, 22/11/13

Eu, _____ Escrevente subscrevi.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

370

JUNTADA

EM 25 de novembro de 2013, FAÇO JUNTADA A ESTES AUTOS DO(S) DOCUMENTO(S) ADIANTE ASSINALADO(S):

(X) A PETIÇÃO E DOCUMENTOS QUE A INSTRUEM;
( ) O MANDADO;
( ) O A.R.;
( ) O (S) OFÍCIO (S);
( ) A CARTA PRECATÓRIA;
( ) A GUIA;
( ) RAZÕES;
( ) CONTRARRAZÕES;
( ) _____

_____

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

371

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª. VARA CÍVEL DA COMARCA DE ATIBAIA – SP.



048 FAIA.13.0006293A-8 221113 1222 01

Processo 0010369-26.2011.8.26.0048 – nr de ordem 1527/2011
Cumprimento de sentença 0001385-82.2013.8.26.0048

RAUL DONATO MENDES, qualificado nos autos, vem respeitosamente a presença de Vossa Excelência por sua advogada adiante assinado, manifestar-se no feito em questão.

1- A Exequente às fls. 24/30, dos autos **0001385-82.2013.8.26.0048 – 2º. Volume**, iniciou Execução provisória , pretendendo o recebimento da multa diária fixada em R$ 200,00 a que foi condenado o Executado em R. Sentença, caso não revertesse o curso do córrego para a situação anterior.

A execução prossegue de forma definitiva, posto que o Recurso de Apelação foi improvido ante sua intempestividade.

O ora Réu ofertou impugnação.

2- É sabido que SENTENÇA SE CUMPRE, porém no caso em tela, a sentença, embora clara, para ser cumprida implica em desobediência ao cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta, firmado ***anteriormente***, (em 2010) e sobre o que as partes reiteradas vezes requereu uma posição deste Juízo.

Quanto a isso ambas as partes estão de acordo e esperam por uma solução.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

372

3- Além disso, é certo que Vossa Excelência, com o vasto saber jurídico de que é detentor, conhece de forma aprofundada, muito melhor que as partes, as exigências ambientais a que estão sujeitos todo aquele que pretender a reversão de um curso de água. E que, portanto, uma autorização para se atender a r. sentença proferida, diante da situação que se apresenta, pode levar meses. Enquanto isso a multa diária está em curso, em total prejuízo ao réu.

4-Transcreve-se a seguir o item 5 do TAC, em que deu origem a uma nova área de preservação onde *antes era o curso do córrego* firmado no Inquérito Civil 20/2010, entre o MINISTÉRIO PÚBLICO, o Réu, seu irmão Renil e o Espólio de Sergio Gonçalves Pacheco, acostado às folhas 47/52 – desta execução.

"5- *O não cumprimento das obrigações aqui assumidas pelos* ***COMPROMISSÁRIOS,*** *até as datas fixadas no presente termo implicará na execução do presente* ***título extrajudicial,*** *especificamente no pagamento ao Fundo Estadual par reparação dos Interesses Difusos Lesados (arts. 13 e 20 da Lei Federal nr. 7.347/85, regulamentada pelo Decreto nr. 1.306/94, criado,em âmbito Estadual, pelo Decreto nr. 27.070, de 8.6.87, da* ***multa diária*** *correspondente a* ***meio salário*** *mínimo nacional vigente na data do inadimplemento, até a satisfação integral das obrigações aqui assumidas, sem prejuízo das providências cíveis pertinentes (obrigação de fazer e de não fazer);"*

5- Ou seja: o curso do córrego que V.Exa. determinou seja revertido, sob pena de multa diária, está dentro da legalidade e com manutenção em dia quando se analisa a documentação e fotos acostadas às fls. 47/60 da execução.

A obra foi realizada, sob orientação e acompanhamento do DAEE , além do engenheiro responsável e Ministério Público, para suportar chuvas de grande vulto, tanto é que por ocasião das chuvas de verão 2012/2013, transcorreu dentro da normalidade.

E o mais importante: sem qualquer interferência na ÁREA DE PRESERVAÇÃO que passou a existir após o TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA supracitado.

6- Frisa-se também que a autora, embora tentando não se comprometer, confirma que autorizou as obras de manutenção. Consta também dos autos que as partes se reuniram na residência do réu, a seu pedido, o que demonstra sua intenção de solucionar o problema, posto que são confrontantes, e isto não muda, portanto o problema é comum às partes.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

313

7- Ante o exposto, e conforme classicamente se dizia; basta a imploratio officii indicicis, em qualquer grau de jurisdição, podendo sê-lo incidentalmente ou de ofício, se é possível modificar uma decisão.

Por tal razão se requer uma posição acerca do conflito existente entre a sentença prolatada e a impossibilidade do réu interferir na nova Área de Preservação oriunda do TAC firmado com o Ministério Público, sob pena também de multa, que inclusive é superior aquela determinada por V.Exa., mas, principalmente porque o réu é detentor de documentação que lhe confere legalidade à situação atual do curso do córrego.

Por todo o exposto, por cautela e bom senso, diante das dificuldades e impossibilidades pelo réu de se cumprir a presente, assim como pelo prejuízo material e moral a que está sujeito e pelo retardamento que a situação em questão traz no andamento do feito, com preferência a qualquer ato, requer a suspensão da presente execução, até que se esclareça por este r. Juizo o conflito existente.

Aguarda também pela apreciação da impugnação à execução ofertada.

Termos em que,
Pede deferimento.

Atibaia, 20 de novembro de 2013.

DUENES DO CARMO SILVA
OAB/SP. 209712

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

374

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ATIBAIA
FORO DE ATIBAIA
1ª VARA CÍVEL
Rua Dr. José Roberto Paim, 99 - Parque dos Coqueiros
CEP: 12945-007 - Atibaia - SP
Telefone: (11) 4412-9688 - E-mail: atibaia1cv@tjsp.jus.br

TERMO DE CONCLUSÃO

Em 28 de novembro de 2013, faço estes autos conclusos ao Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito Titular, Dr. MARCOS COSME PORTO

DESPACHO

Processo nº:	**0010369-26.2011.8.26.0048**
Classe – Assunto:	**Procedimento Ordinário - Indenização por Dano Material**
Requerente:	**Gabriele Baraldi**
Requerido:	**Raul Donato Mendes**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Marcos Cosme Porto**
Proc. 1527/11

Vistos.

Fls. 371/372: Diga a exequente, em 10 dias.

Int.

Atibaia, 28 de novembro de 2013.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por MARCOS COSME PORTO. Para acessar os autos processuais, acesse o site www.tjsp.jus.br, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e o código 1C0000000STKX.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

345

Foro de Atibaia
Certidão - Processo 0010369-26.2011.8.26.0048

Emitido em: 05/12/2013 09:21
Página: 1

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0579/2013, foi disponibilizado na página 472/478 do Diário da Justiça Eletrônico em 05/12/2013. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subseqüente à data acima mencionada.

Advogado
Duenes do Carmo Silva (OAB 209712/SP)
Melissa Yumi Koga Baraldi (OAB 211408/SP)

Teor do ato: "Proc. 1527/11 Vistos. Fls. 371/372: Diga a exequente, em 10 dias. Int."

Atibaia, 5 de dezembro de 2013.

Andrea De Lima
Escrevente Técnico Judiciário

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

376

JUNTADA

Em 13 de dezembro de 2013, FAÇO JUNTADA A ESTES AUTOS DO(S) DOCUMENTO(S) ADIANTE ASSINALADO(S):

(X) Petição(ões) e documentos
( ) Carta Precatória
( ) A.R. ( ) positivo ( ) negativo referente ao ofício de fls.
( ) Ofício(s)
( ) Mandado de ( ) citação ( ) intimação
( ) Laudo(s)
( ) Guia de depósito / Mandado de Levantamento
( ) Guia de depósito de diligência
( ) Contestação
( ) Réplica
( ) Recurso de apelação
( ) Contrarrazões
( ) Alegações Finais (memorias)
( ) Cumprimento de Sentença
( ) Mensagem eletrônica
( ) Outros _____

_____

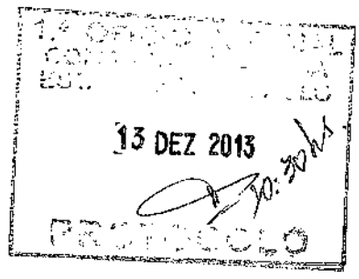
Eu, Escr. Subscr.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

MELISSA YUMI KOGA BARALDI
ADVOGADA

377

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ATIBAIA.



PGE FAZ:13.00067394-0 171213 1456 35

Processo número 048.01.2011.010369-9
Número de controle 1527/2011

ESPÓLIO DE GABRIELE BARALDI, representado pela inventariante ANNITA HERMINE BARALDI, já qualificada nos autos em epígrafe que move contra **RAUL DONATO MENDES,** por sua advogada subscritora, vem, respeitosamente à presença de Vossa Excelência, manifestar-se sobre o r. despacho de fls, pelos fatos e motivos que passa a expor.

Requer o Autor providências **URGENTES** desse MM. Juízo no sentido de compelir o Réu ao cumprimento da obrigação de fazer, consistente em retornar o leito do rio ao seu local original, considerando-se ainda a decisão tomada pelo MP Ambiental de Atibaia em prosseguir com o Inquérito Civil 302/11 que trâmita na 2ª Promotoria da Vara de Atibaia - TENDO EM VISTA AINDA QUE EVENTUAL TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA FIXADO ENTRE AS PARTES NÃO TRANSITA EM JULGADO - com a execução imediata da multa diária fixada vencida, e as que vencerem até o cumprimento efetivo da obrigação de fazer.

Avenida Cupecê, 3736 – sala 02 – sobreloja – Cidade Ademar – Cep : 04366-001 – São Paulo/SP – Fone : (11) 5623-0702 – e-mail: mel.adv2007@gmail.com

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

MELISSA YUMI KOGA BARALDI
ADVOGADA

378

O Réu sempre alega que NÃO PODE CUMPRIR a r. sentença porque firmou um TAC com o MP Ambiental nos autos do Inquérito Civil supracitado para reflorestamento de mata nativa no local onde antigamente passava o rio.

Ora, Excelência, o próprio Ilustríssimo Doutor Promotor Márcio Francisco Escudeiro Leite decidiu no TAC às fls 336 em 14 de janeiro de 2013:

> *Fls 330/335: qualquer modificação de decisão judicial deve ser buscada através do recurso próprio, providência essa já tomada pelos Compromissários. Deve-se portanto, aguardar a decisão definitiva do Poder Judiciário.*
>
> *Em prevalecendo a ordem judicial de primeira instância, decerto haverá a necessidade de se avaliar eventual modificação nos termos do TAC.*

Como já é sabido, há trânsito do v. acórdão nos autos, o que tornou possível o início da fase de cumprimento de sentença.

Portanto, HOUVE PREVALECIMENTO DA ORDEM JUDICIAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA e deve o Réu cumpri-la IMEDIATAMENTE.

Pleiteia ainda a penhora online dos valores existentes em instituições bancárias, através do sistema Bacenjud, tantos quantos bastem para fazer frente ao débito atualizado até 24/10/2013, no valor total de **R$167.826,24 (cento e sessenta e sete mil oitocentos e vinte e seis reais e vinte e quatro centavos,** sendo R$15.263,27 em razão da multa diária e R$79.632,97 em razão da indenização devidamente atualizada, conforme memória anexa.

Comprova desde já o recolhimento para tal pesquisa solicitada.

A fim de garantir o direito do requerente, requer **seja expedido ofício para averbação da execução premonitória prevista no artigo 615 – A do CPC**, junto ao Oficial de Registro de Imóveis e Anexos da Comarca de Atibaia – SP, matrícula do imóvel número 49.952;

Avenida Cupecê, 3736 – sala 02 – sobreloja – Cidade Ademar – Cep : 04366-001 – São Paulo/SP – Fone : (11) 5623-0702 – e-mail: mel.adv2007@gmail.com

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

MELISSA YUMI KOGA BARALDI
ADVOGADA

379

Informa ainda que o pedido de suspensão do feito por parte da Ré, tem como único fim PROTELAR o feito, vez que ciente de a condenação transitou em julgado.

Portanto, sejam executados os valores a que foram condenados o Réu a título de indenização, além dos astreintes, já acrescidos da multa do 475 – j;

Seja determinada de forma URGENTE e a se forçar o cumprimento da r. sentença prolatada em sua obrigação de fazer, qual seja: REVERTER O CURSO DO RIO, sob pena de causar ainda mais prejuízos à Autora, vez que a obra emergencial que realizou, está JOGANDO AS MARGENS DO RIO AINDA MAIS PARA DENTRO DO TERRENO do Autor.

Requer a manifestação conjunta de Vossa Excelência junto ao Ministério Público de Atibaia, no sentido de esclarecer que a r. sentença prolatada deverá PREVALECER sobre o TAC firmado pelo Réu.

Termos em que,
Pede deferimento.

De São Paulo para Atibaia, 10 de Dezembro de 2013.

MELISSA YUMI KOGA BARALDI
OAB/SP 211.408

Avenida Cupecê, 3736 – sala 02 – sobreloja – Cidade Ademar – Cep : 04366-001 – São Paulo/SP – Fone : (11) 5623-0702 – e-mail: mel.adv2007@gmail.com

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

380

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ATIBAIA
FORO DE ATIBAIA
1ª VARA CÍVEL
Rua Dr. José Roberto Paim, 99 - Parque dos Coqueiros
CEP: 12945-007 - Atibaia - SP
Telefone: (11) 4412-9688 - E-mail: atibaia1cv@tjsp.jus.br

TERMO DE CONCLUSÃO

Em 18 de dezembro de 2013, faço estes autos conclusos ao Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito Titular, Dr. MARCOS COSME PORTO

DESPACHO

Processo nº:	**0010369-26.2011.8.26.0048**
Classe – Assunto:	**Procedimento Ordinário - Indenização por Dano Material**
Requerente:	**Gabriele Baraldi**
Requerido:	**Raul Donato Mendes**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Marcos Cosme Porto**
Proc. 1527/11

Vistos.

Oficie-se como requerido a fls. 378.

O réu já foi intimado e, como já ressaltado, a multa diária está correndo.

O Juízo irá ignorar a petição de fls. 371/373, que está muito próximo da deslealdade processual e das sanções do art. 600, do CPC.

Aguardo provocação adequada do vencedor.

Int.

Atibaia, 18 de dezembro de 2013.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por MARCOS COSME PORTO. Para acessar os autos processuais, acesse o site www.tjsp.jus.br, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 1C000000101VO.
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ATIBAIA
FORO DE ATIBAIA
1ª VARA CÍVEL
Rua Dr. José Roberto Paim, 99
Parque dos Coqueiros - CEP 12945-007, Atibaia-SP
Fone: (11) 4412-9688 - E-mail: atibaia1cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

394

OFÍCIO

Processo Físico nº:	**0010369-26.2011.8.26.0048 - Controle 1527/11**
Classe – Assunto:	**Procedimento Ordinário - Indenização por Dano Material**
Requerente:	**Gabriele Baraldi**
Requerido:	**Raul Donato Mendes**

(FAVOR MENCIONAR ESTAS REFERÊNCIAS NA RESPOSTA)

Atibaia, 19 de dezembro de 2013.

Prezado(a) Senhor(a),

Pelo presente, expedido nos autos da ação em epígrafe, solicito a Vossa Senhoria a averbação da execução premonitória, prevista no artigo 615-A, do CPC, referente o imóvel com área de 30.443 m², Gleba "B", desmembrada de imóvel maior composto da Fazenda Campo Grande, da Fazenda São Jacinto e pequenas glebas, localizado no Bairro Itapetinga, zona rural do Municipio de Atibaia, matricula número 49.952.

Atenciosamente.

Juiz(a) de Direito: **Dr(a). Marcos Cosme Porto**

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Ilma. Sra. Oficial do
Cartório de Registro de Imóvel da
Comarca de Atibaia - SP

VIA PARTE

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

Foro de Atibaia
Certidão - Processo 0010369-26.2011.8.26.0048

Emitido em: 13/01/2014 09:11
Página: 1

382

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0010/2014, foi disponibilizado na página 343/348 do Diário da Justiça Eletrônico em 13/01/2014. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subseqüente à data acima mencionada.

Advogado
Duenes do Carmo Silva (OAB 209712/SP)
Melissa Yumi Koga Baraldi (OAB 211408/SP)

Teor do ato: "Proc. 1527/11 Vistos. Oficie-se como requerido a fls. 378. O réu já foi intimado e, como já ressaltado, a multa diária está correndo. O Juízo irá ignorar a petição de fls. 371/373, que está muito próximo da deslealdade processual e das sanções do art. 600, do CPC. Aguardo provocação adequada do vencedor. (NOTA DE CARTÓRIO - Providenciar a impressão do documento (ofício) através do Portal de Serviços e-SAJ.)"

Atibaia, 13 de janeiro de 2014.

Andrea De Lima
Escrevente Técnico Judiciário

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

JUNTADA

Em 21 JAN 2014 faço juntada a estes autos do (s) Documento (s) adiante assinalado (s).

(X) A petição e documentos que a instruem.
( ) O mandado
( ) O AR
( ) O ofício (s)
( ) a Carta Precatória
( ) a guia
( )

Escrev.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

383

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª. VARA CÍVEL DA COMARCA DE ATIBAIA - SP.

1.º OFÍCIO JUDICIAL
COMARCA DE ATIBAIA
ESTADO DE SÃO PAULO
21 JUL 2014
10:40
PROTOCOLO

OAB FAIA.14.00002705-3 200114 1612 1961

Processo 0010369-26.2011.8.26.0048 - Procedimento Ordinário
Autor: Espólio de Gabriele Baraldi
Réu: Raul Donato Mendes

RAUL DONATO MENDES, qualificado nos autos, vem respeitosamente a presença de V.Exa. por sua advogada adiante assinado, manifestar-se no feito em questão.

1-Junta Certidão de Busca no Cartório de Registro de Imóveis, datada de 08 de janeiro de 2014, comprovando ser o único imóvel de sua propriedade, portanto Impenhorável.

2-Como se vê na Contestação escreveu: "*com endereço para receber intimações*" na Rua Anice Cury Sabag - 123" e *não como residente e domiciliado neste endereço.*

3-O Réu trabalha no cultivo de mudas na FAZENDA SANTA OLIMPIA, de propriedade do ESPÓLIO DE SERGIO GONÇALVES, e forneceu na ocasião o endereço do irmão para receber intimações, demonstrando sua boa intenção em facilitar o trabalho da Justiça, pois só pode ser encontrado em casa à noite e nos finais de semana; ele e sua mãe que é viúva.

Após ter o casamento anulado e perder o pai, este imóvel tornou-se uma espécie de refúgio do réu.

Termos em que,
Pede deferimento.
Atibaia, 17 de janeiro de 2014.

DUENES DO CARMO SILVA
OAB/SP. 209712

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS E ANEXOS DA COMARCA DE ATIBAIA - SP

Maria do Carmo de Rezende Campos Couto
OFICIAL

384

LIVRO Nº 2 - REGISTRO GERAL

REGISTRO DE IMÓVEIS
ATIBAIA - Estado de São Paulo

MATRÍCULA	FICHA
93.959	01

IMÓVEL:- Gleba 1, com a área total de 42.115,19 metros quadrados, denominado "Sítio Primavera", e que corresponde à parte do terreno que originariamente era composto de três quinhões distintos, mas anexos formando um só todo, correspondente as glebas 1, 3, 4, 5 e 6, situado no Bairro do Itapetinga, zona rural do Município e Comarca de Atibaia-SP, localizado na margem direita da Estrada Municipal do Mackenzie, sentido de quem do imóvel vai a Rodovia Fernão Dias e a cidade de Atibaia, contendo casa sede do imóvel, casa de empregado, ambas de tijolos e telhas, pomar e pequenas benfeitorias, compreendida dentro das seguintes medidas, divisas e confrontações: "Tem início no marco 01, situado na margem direita da Estrada Municipal do Mackenzie, sentido de quem do imóvel vai a Rodovia Fernão Dias e a cidade de Atibaia, numa ponte sobre um pequeno córrego, onde confronta com o imóvel objeto da Matrícula 768, de propriedade ALBERTO CARDOSO DE ALMEIDA e sua esposa HANNE BARB HERLINDE HINDERBERGER CARDOSO DE ALMEIDA; deste ponto abandonando a estrada, segue por cerca e alambrado, com esta confrontação com os seguintes azimutes e distâncias: 7º37'58" e distância de 56,04 metros até o marco 2; 21º15'18" e distância de 14,36 metros até o marco 03; 48º14'03" e distância de 35,26 metros até o marco 4; 40º06'44" e distância de 27,04 metros até o marco 5; cravado num canto de cerca de arame, no vértice formado com a divisa do imóvel objeto da Matrícula 49952, denominado Gleba B, de propriedade de GABRIELE BARALDI e s/m ANNITA BARALDI e de ORLANDO GENARO e s/m ANNA MOLEZININI GENARO; deste ponto deflete à direita e segue, por muro, com esta confrontação, com os seguintes azimutes e distâncias: 141º41'26" e distância de 103,53 metros até o marco 6; 147º51'08" e distância de 49,38 metros até o marco 7, no canto do muro e alinhamento de uma cerca de arame; deste ponto segue, por cerca de arame, com a mesma confrontação, com os seguintes azimutes e distâncias: 148º55'00" e distância de 60,23 metros até o marco 8; 156º50'03" e distância de 38,00 metros até o marco 9; 194º39'45" e distância de 23,60 metros até o marco 10; 163º29'52" e distância de 25,91 metros até o marco 11; vértice formado com a divisa do imóvel objeto da Matrícula 49951, denominado Gleba A, de propriedade de MOYSES ALBANO NUNES E S/M NEIDE BRAVO NUNES, ALTINO LUIZ DE

CONTINUA NO VERSO

Wagner Luiz Constantino Venâncio
Escrevente Autorizado

Prot.: 133805 - Mat.: 93959

93959

Rua Benedito de Almeida Bueno, 457 - Centro - Atibaia/SP - CEP: 12940-660
Fone: (11) 4414-0600 - Fax: (11) 4414-0602 - e-mail: riatibaia@gmail.com

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA e MARIA DO CARMO DE REZENDE CAMPOS COUTO, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site http://esaj.tjsp.jus.br e informe o processo 0011036-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

MATRÍCULA 93.959 | FICHA 01 VERSO

CAMPOS PINHEIRO E S/M CARMEM ASSUNTA CANDIDO DE FARIA CAMPOS PINHEIRO E ELDA GENARO; deste ponto segue, ainda, por cerca de arame, com esta confrontação, com os seguintes azimutes e distâncias: 158º51'09" e distância de 29,94 metros até o marco 12; 183º13'18" e distância de 18,40 metros até o marco 13; 223º25'53" e distância de 26,79 metros até o marco 14; 192º47'39" e distância de 27,74 metros até o marco 15; 182º50'11" e distância de 18,27 metros até o marco 16; 226º51'07" e distância de 47,79 metros até o marco 19; cravado numa ponte sob um córrego e margem de uma Estrada Municipal que do bairro vai a Rodovia Fernão Dias e a esta cidade de Atibaia; deste ponto deflete à direita e segue por cerca de arame, margeando a referida estrada sentido a Rodovia Fernão Dias e a esta cidade de Atibaia, com o azimute de 314º38'29" e distância de 64,76 metros até o marco 20, num ponto de curva, deste ponto deflete à direita e segue em curva de raio de 15,73 metros, desenvolvendo uma distância de 10,60 metros pela confluência desta estrada municipal com a Estrada Municipal do Mackenzie, até o marco 21, ponto de curva; deste ponto deflete a direita e segue margeando a Estrada Municipal do Mackenzie, por cerca de arame e alambrado, em direção à Rodovia Fernão Dias e a cidade de Atibaia, por uma distância de 258,34 metros até o marco 1, início dessa descrição.
INCRA: 634.018.000.809-5, área total 17,0 ha, mod. fiscal 16,0 ha, n. mod. fiscais 1,0625, fmp 2,0 ha, NIRF: 3.852.743-0
PROPRIETARIOS:- ORLANDO FEDERZONI, arquiteto, RG. 2.550.250-SSP/SP, CPF. 027.513.218-87 e sua esposa, com quem é casado pelo regime da comunhão de bens, antes da vigência da Lei 6.515/77, EUCELIA FEDERZONI, do lar, RG. 4.939.085-SSP/SP, CPF. 147.385.298-62, brasileiros, residentes e domiciliados na Estrada Mackenzie, 3.300, bairro do Itapetinga, nesta cidade; e JOSE FORTUNA, brasileiro, divorciado, eletricitário, RG. 11.377.404-7-SSP/SP, CPF. 804.346.308-53, residente e domiciliado na Travessa Ultima Cantiga, 29, Penha, São Paulo-SP, na proporção de 77,10% ao primeiro e de 22,90% ao segundo.

CONTINUA NA FICHA 02.

Wagilla Luis Constantino Vailon
Escrevente Autorizado

Prot.: 133805 - Mat.: 93959

93959

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS E ANEXOS DA COMARCA DE ATIBAIA - SP

Maria do Carmo de Rezende Campos Couto

OFICIAL

Folha 02 de 02.

LIVRO Nº 2 - REGISTRO GERAL

REGISTRO DE IMÓVEIS

ATIBAIA - Estado de São Paulo

MATRÍCULA 93.959 | FICHA 02

TITULO AQUISITIVO:- R.3 de 19/04/2000 e Av.6 (Retificação administrativa), desta data, na matrícula 54.559, livro 02 de registro geral.
Atibaia, 05 de outubro de 2007.
(Microfilme nº.) 202.878 de 14/05/2007 - Rolo nº. 3.6301.

João de Amarante Leite
Escrevente Autorizado

R.1/93.959 - PERMUTA - Pela escritura de permuta lavrada aos 25.10.2007, no 2º Tabelionato de Notas local, Lv. 822, fls. 364, os condôminos, ORLANDO FEDERZONI, e s/mulher EUCELIA FEDERZONI, já qualificados, transmitiram uma fração ideal de 77,10% do imóvel objeto desta matrícula a JOSÉ FORTUNA, RG: 11.377.404-7/SP, CPF: 804.346.308/53, brasileiro, divorciado, eletricitário, domiciliado e residente em São Paulo/SP, na Rua Togo, n. 405, apto. 02, Jardim Japão, Vila Maria, pelo preço de R$ 19.500,00, ficando desta forma proprietário da totalidade. Foram apresentados os seguintes documentos do imóvel; 1) Certificado de Cadastro de Imóvel Rural - CCIR 2003 - 2004 - 2005; 2) Certidão Negativa de Débitos de Imóvel Rural, NIRF: 3.852.743-0, emitida em 24.10.2007; e, 3) Recibo de Entrega da Declaração do ITR através do DIAC/DIAT 2007. Valor Venal R$ 25.978,00. Atibaia, 08 de novembro de 2007. O Escrevente Autorizado,

EMERSON LUIS LADINI

(Protocolo 206258, de 01.11/Microfilme/Rolo 3653)

R.2 - 93.959 - VENDA E COMPRA - Por escritura Particular de venda e compra (art. 108 CCB), passada nesta cidade, em 11 de julho de 2008, o proprietário, JOSÉ FORTUNA (divorciado), já qualificado, atualmente domiciliado nesta cidade, na Rua Anice Cury Sabbag, 123, bairro do Ribeirão, transmitiu o imóvel desta matricula a **RAUL DONATO MENDES**, RG. 27.233.858-8 SSP/SP., CPF/MF. 252.972.718-00, brasileiro, solteiro, maior, comerciante, domiciliado nesta cidade, na Estrada Municipal do Mackenzie, Sítio Primavera, bairro do Ribeirão, pelo preço de R$ 10.500,00. O comprador e os vendedores, em comum acordo, dispensaram a apresentação dos documentos enumerados no Decreto n. 93.240/86, inclusive as certidões fiscais e de feitos ajuizados, declarando

CONTINUA NO VERSO ..

Prot.: 133805 - Mat.: 93959

93959

Wagner Luis Cogo Barbino Vellani
Escrevente Autorizado

Rua Benedito de Almeida Bueno, 457 - Centro - Atibaia/SP - CEP: 12940-660
Fone: (11) 4414-0600 - Fax: (11) 4414-0602 - e-mail: riatibaia@gmail.com

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES PAIVA DOS SANTOS RAMOS, liberado nos autos em 07/11/2014 às 09:47.
Para conferir o original, acesse o site http://www.tjsp.jus.br e informe o código 303F14. Documento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

MATRÍCULA 93.959 | FICHA 02 VERSO

expressamente e sob responsabilidade solidária, que tem pleno conhecimento da lei 11.382/06. Foi apresentada a comprovação da quitação do Imposto Territorial Rural, dos cinco últimos exercícios, através da Certidão de Regularidade Fiscal do Imóvel Rural, expedida pelo Ministerio da Fazenda Secretaria da Receita Federal, em 10/07/2008, com validade até 12/01/2009, nº. 84FA.5ADE.6569.4BA6, o DIAC/DIAT 2007 e o C.C.I.R. 2003/2004/2005 expedido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrario - MDA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agraria - INCRA, com recolhimento da taxa de serviços cadastrais, e guia de ISTBI, no valor de R$ 210,00, devidamente autenticada. Atibaia, 22 de julho de 2008.
[Microfilme nº. 211.456 de 11/07/2008 - Rolo nº. 3.820].

Wagner Luis Constantino Vellani
Escrevente Autorizado

CERTIFICO E DOU FÉ, que a presente cópia é reprodução autêntica da ficha a que se refere, Matrícula n.º **93.959** do livro 2 de Registro Geral, extraída nos termos do artigo 19 da Lei 6.015/73. * * * * * * * **CERTIFICO FINALMENTE**, não existirem outros registros de aquisição de bens Imóveis em nome de **RAUL DONATO MENDES**, CPF: 252.972.718/00 e RG: 27.233.858/8 SSP/SP, abrangendo o período de 1º de maio de 1929, até a presente data. O referido é verdade. Atibaia, 08 de janeiro de 2014. O Escrevente Autorizado,

Wagner Luis Constantino Vellani

Valor cobrado pela certidão:
Oficial R$24,04 + Estado R$6,84+IPESP R$5,06+Reg.Civil R$1,27+Trib.Justiça R$1,27= R$38,48. Recibo n.º 133.805.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

386

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA ***1ª. VARA CÍVEL*** DA COMARCA DE ***ATIBAIA*** – SP.

cópia

1ºSP 048 ATA 19122011023 1CV- 01 01060628-01

Proc. 048.01.2011.010369-9/000000-000 – ordem 1527/2011
Requerente: Espólio de Gabriele Baraldi
Requerido: Raul Donato Mendes

RAUL DONATO MENDES, brasileiro, solteiro, trabalhador rural, RG. 27.233.858-8 SSP/SP, e CPF 252.972.718-00, com endereço para receber intimações na Rua Anice Cury Sabag – 123 – Jardim Shangri-lá, Bairro Ribeirão dos Porcos – Atibaia – SP., vem respeitosamente a presença de Vossa Excelência, por sua advogada adiante assinado, apresentar CONTESTAÇÃO, nos autos em questão.

DA PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE DE PARTE

A autora impetrou em face do Requerido Ação de Obrigação de Fazer cumulada com pedido de tutela antecipada e pedido de indenização por danos materiais sofridos em sua propriedade em razão das fortes chuvas ocorridas em janeiro de 2011, que destruiu parcialmente construções existentes no local, pretendendo imputá-lo também responsabilidade sobre o desvio de um córrego existente em suas divisas. Pede a reversão do rio e demais requerimentos.

Preliminarmente pede pelo indeferimento da inicial, por lhe faltar um dos requisitos a ação:

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

387

ESTADO DE MINAS GERAIS.
Cartório de Reg.Civil - Inhapim.
Mônica de Souza Grossi Andrade
Oficial do Cart. Reg. Civil.
Sérgio Luís da Silva
Escrevente Substituto.

CERTIDÃO DE CASAMENTO

CERTIFICO que sob No. 554 às folhas 255 do Livro No. 50-B de Registro de Casamentos consta que no dia quinze de janeiro de dois mil e cinco (15/01/2005), foi realizado o casamento de **RAUL DONATO MENDES e de ÉLICA REGINA GONÇALVES,** contraído perante Sr.Paulo Lucca, Juiz de Paz e as testemunhas constantes no termo.

Ele, nascido em Alfenas, Estado de MG, aos quatorze de dezembro de mil novecentos e setenta e três (14/12/1973), profissão floricultor, solteiro, domiciliado e residente em Atibaia, SP, filho de: **JOSÉ MARIA MENDES e MARIA DE LOURDES MENDES.**

Ela, nascida no Município de Inhapim, Estado de MG, aos sete de novembro de mil novecentos e setenta e três (07/11/1973), profissão pedagoga, solteira, domiciliada e residente nesta cidade, filha de: **ILSON GONÇALVES LEITE e ISABEL CLARA DO NASCIMENTO.**

A Contraente passou a assinar: **ÉLICA REGINA GONÇALVES MENDES. O Contraente continuará assinar seu nome primitivo**. Foram apresentados os documentos a que se refere o Artigo 1.525 No. 1,3e4 do Código Civil Brasileiro. Foi adotado o regime de **Comunhão Parcial**.

"Vide no verso desta certidão Averbação da Anulação do casamento".

O referido é verdade e dou fé.

Inhapim-MG, 08 de dezembro de 2006.

Mônica de Souza Grossi Andrade
MÔNICA DE SOUZA GROSSI ANDRADE
Oficial do Cartório de Registro Civil-Inhapim,MG

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL DE INHAPIM - MG
R. Cel. Antônio Fernandes 30
CEP: 35330-000

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

ESTADO DE MINAS GERAIS.
Cartório de Reg.Civil - Inhapim.
Mônica de Souza Grossi Andrade
Oficial de Cart. Reg. Civil.
Sérgio Luis da Silva
Escrevente Substituto.

Certifico que no dia 02 de outubro de 2006, nesta cidade e Comarca de Inhapim, Estado de Minas Gerais, foi feito a **Averbação da Anulação do casamento do casal: RAUL DONATO MENDES e ÉLICA REGINA GONÇALVES,** cuja Sentença do MM.Dr.Juiz de Direito da 2ª Vara da Comarca de Inhapim, Estado de MG, Dr. Marcelo Gonçalves de Paula, data de 08 de agosto de 2006.

O referido é verdade, dou fé.

Inhapim, 08 de dezembro de 2006.

MÔNICA DE SOUZA GROSSI ANDRADE
Oficiala do Cart. Reg.Civil de Inhapim, MG.

Tabela 7.9 lei 15.424/04
Emolumentos 18,11
Taxa Fisc. Jud. 3,45
Total 21,58

Selo de Fiscalização CERON ABU 15816
Selo de Fiscalização BLF 45533

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS NATURAIS - INHAPIM - MG
Rua Cel. Antônio Fernandes 30 CEP: 35330-000

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

388

JUNTADA

Em 23 de janeiro de 2014, FAÇO JUNTADA A ESTES AUTOS DO(S) DOCUMENTO(S) ADIANTE ASSINALADO(S):

(X) Petição(ões) e documentos
( ) Carta Precatória
( ) A.R. ( ) positivo ( ) negativo referente ao ofício de fls.
( ) Ofício(s)
( ) Mandado de ( ) citação ( ) intimação
( ) Laudo(s)
( ) Guia de depósito / Mandado de Levantamento
( ) Guia de depósito de diligência
( ) Contestação
( ) Réplica
( ) Recurso de apelação
( ) Contrarrazões
( ) Alegações Finais (memorias)
( ) Cumprimento de Sentença
( ) Mensagem eletrônica
( ) Outros _____

_____

Eu, Escr. Subscr.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

MELISSA YUMI KOGA BARALDI
ADVOGADA

389

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ATIBAIA.

1.º OFÍCIO JUDICIAL
COMARCA DE ATIBAIA
ESTADO DE SÃO PAULO
23 JAN 2014
PROTOCOLO

048 FAIA 14 00003264-1 20114 1716 41

Processo número 048.01.2011.010369-9
Número de controle 1527/2011

ESPÓLIO DE GABRIELE BARALDI, representado pela inventariante ANNITA HERMINE BARALDI, já qualificada nos autos em epígrafe que move contra **RAUL DONATO MENDES,** por sua advogada subscritora, vem, respeitosamente à presença de Vossa Excelência, manifestar-se sobre o r. despacho de fls nos seguintes termos.

Diante do não cumprimento da obrigação de fazer consistente em reposicionar o leito do rio em seu local original, requerem os Autores a conversão da obrigação de fazer em **indenização por perdas e danos,** levando-se em consideração que, realizada tal conversão haverá prejuízo para os Autores, que perderão parte do seu terreno útil que faz divisa com o terreno do Réu.

Visto que o Réu igualmente se silenciou quanto à execução do valor condenatório, os Autores indicam à penhora o imóvel do Réu, matrícula 93.959 – imóvel Gleba 1 "Sítio Primavera" Registrado no Oficial de Registros de Imóveis e Anexos da Comarca de Atibaia – SP, onde deverá

Avenida Cupecê, 3736 – sala 02 – sobreloja – Cidade Ademar – Cep : 04366-001 – São Paulo/SP – Fone : (11) 5623-0702 – e-mail: mel.adv2007@gmail.com

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

MELISSA YUMI KOGA BARALDI
ADVOGADA

390

ser averbada a penhora em favor de Espólio de Gabriele Baraldi em razão da garantia da execução da presente execução.

Termos em que,
Pede deferimento.

De São Paulo para Atibaia, 21 de Janeiro de 2013.

MELISSA YUMI KOGA BARALDI
OAB/SP 211.408

Avenida Cupecê, 3736 – sala 02 – sobreloja – Cidade Ademar – Cep : 04366-001 – São Paulo/SP – Fone : (11) 5623-0702 – e-mail: mel.adv2007@gmail.com

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

391

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ATIBAIA
FORO DE ATIBAIA
1ª VARA CÍVEL
Rua Dr. José Roberto Paim, 99 - Parque dos Coqueiros
CEP: 12945-007 - Atibaia - SP
Telefone: (11) 4412-9688 - E-mail: atibaia1cv@tjsp.jus.br

TERMO DE CONCLUSÃO

Em 27 de janeiro de 2014, faço estes autos conclusos ao Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito Titular, Dr. MARCOS COSME PORTO

DESPACHO

Processo nº:	**0010369-26.2011.8.26.0048**
Classe – Assunto:	**Procedimento Ordinário - Indenização por Dano Material**
Requerente:	**Gabriele Baraldi**
Requerido:	**Raul Donato Mendes**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Marcos Cosme Porto**
Proc. 1527/11

Vistos.

Sobre a alegada impenhorabilidade, diga a exequente, em 10 dias.

Int.

Atibaia, 27 de janeiro de 2014.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por MARCOS COSME PORTO. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 1G000000TU12, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

Fls. 392

JUNTADA:

Faço a juntada do Agravo de Instrumento nº 0244804-55.2012.8.26.0000, oriundo da 30ª Câmara de Direito Privado do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, bem como do Recurso Especial nº 0244804-55.2012.8.26.0000 - com as suas peças principais, conforme disciplina a eliminação de agravos pelo artigo 208 das Normas de Serviço da Corregedoria Geral de Justiça.

Informo ainda que foi comunicada a sua interposição, bem como apresentada a cópia da minuta do agravo como dispõe o artigo 526 do Código de Processo Civil às fls. 296/301.

Atibaia, 31 de janeiro de 2014.

João Luís Cardoso
Agente Administrativo Judiciário
Matrícula 309.972-0

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Judiciária

293

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO

Agravo de Instrumento nº 0244804-55.2012.8.26.0000 .

Entrado em: **07/11/2012**

Tipo da Distribuição: **Livre**

Impedimento: Magistrados impedidos Não informado

Observação:Motivo do Estudo da Prevenção Não informado

O presente processo foi distribuído nesta data, por processamento eletrônico, conforme descrito abaixo:

RELATOR: **Des. Orlando Pistoresi**

ÓRGÃO JULGADOR: **30ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO**

São Paulo, 12/11/2012 16:31:38.

Janete Izumi Sato da Silva
Supervisor(a) do Serviço

CONCLUSÃO

Faço estes autos conclusos ao Des. ORLANDO PISTORESI.
São Paulo, 13 de novembro de 2012.

Janete Izumi Sato da Silva
Supervisor(a) do Serviço

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

394

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Despacho

Agravo de Instrumento Processo nº 0244804-55.2012.8.26.0000

Relator(a): **ORLANDO PISTORESI**
Órgão Julgador: **30ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO**

Vistos.

1. Deixo de deferir a pretendida antecipação de tutela recursal cujos pressupostos de concessão não vejo configurados.

2. Ao agravado para o oferecimento de resposta no prazo legal.

São Paulo, 13 de novembro de 2012.

Orlando Pistoresi
Relator

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Judiciária

395

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO

Certifico que o r. despacho de fls. 41 e a intimação do(a)(s) agravado(a)(s) para resposta, foram disponibilizados no DJE de hoje.

Considera-se data da publicação o dia 21 de novembro de 2012.

São Paulo, 19 de novembro de 2012.

Marilda Marcos Soares Benigno
Escrevente Téc. Judiciário, Matr. nº. 306.865-5

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

396

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Judiciária
Serviço de Processamento do 15º Grupo de Câmaras de Direito Privado

TERMO DE JUNTADA

Junto a estes autos o protocolado nº 0125963-9.

que segue.

São Paulo, 5 de dezembro de 2012.

Escrevente Técnico Judiciário, subscrevi

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

MELISSA YUMI KOGA BARALDI
ADVOGADA

297

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO.

TJSP2INSPLJ 23NOV12 11h21 2012.01259363-9(75)

Agravo de Instrumento n.º 0244804-55.2012.8.26.0000

ESPÓLIO DE GABRIELE BARALDI, já qualificado nos autos que move em desfavor de **RAUL DONATO MENDES**, por sua advogada subscritora, vem, respeitosamente à presença de Vossa Excelência apresentar suas **CONTRARRAZÕES AO AGRAVO DE INSTRUMENTO**, fazendo-as mediante os motivos de fato e de direito que passa a expor:

Termos em que
Pede deferimento
São Paulo, 23 de Novembro de 2012.

MELISSA YUMI KOGA BARALDI
OAB/SP 211.408

Avenida Cupecê, 3736 – sala 02 – sobreloja – Cidade Ademar – Cep : 04366-001 – São Paulo/SP – Fone : (11) 5623-0702 – e-mail: mel.adv2007@gmail.com

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

MELISSA YUMI KOGA BARALDI
ADVOGADA

398

CONTRARRAZÕES AO AGRAVO DE INSTRUMENTO

Agravante: Raul Donato Mendes
Agravada: Espólio de Gabriele Baraldi/Annita Hermine Baraldi
Processo n.º 0179560-82.2012.8.26.0000 /1527/2011
Origem: 1ª Vara Cível da Comarca de Atibaia

Egrégio Tribunal

Nobres Julgadores

Em que pese o inconformismo do Agravante, a r. decisão de fls, que indeferiu o efeito suspensivo do recurso de apelação, deve ser mantida intacta, posto que aplicou o melhor direito a matéria em apreço.

DOS FATOS

O Agravado ingressou com ação de obrigação de fazer cumulada com indenização por danos materiais em face do Agravante, tendo em vista a destruição de edificações em sua propriedade causadas por obra de desvio de leito de rio feita irregularmente pelo mesmo.

Pleiteou inicialmente, liminar com antecipação de tutela para que as obras fossem imediatamente iniciadas, sob pena de ocorrerem maiores prejuízos. A tutela inicialmente foi negada, alegando o Douto Juízo que necessitava de apreciação e aprofundamento da questão para poder decidi-la.

Ocorre que após exauriente processo, o MM. Juíz "a quo" prolatou sua sentença totalmente favorável ao Agravado, condenando o Agravante a

Avenida Cupecê, 3736 – sala 02 – sobreloja – Cidade Ademar – Cep : 04366-001 – São Paulo/SP – Fone : (11) 5623-0702 – e-mail: mel.adv2007@gmail.com

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

reverter o curso do rio (obra que havia sido feita de maneira irregular) e indenizar o Autor, CONCEDENDO a pretendida tutela antecipada somente na sentença, tudo com vistas a bloquear o efeito suspensivo de eventual recurso de apelação, tendo em vista a urgência em se realizar obras de contenção.

Portanto, sabiamente, o MM. Juízo de 1° grau, concedeu a tutela antecipada em sentença, ciente de que se assim não o fizesse, o Agravante jamais iniciaria as obras o que ocasionaria até o julgamento final do recurso de apelação, mais prejuízos ao Agravado.

Alega entretanto o Agravante, que firmou Termo de Ajustamento de Conduta perante o Ministério Público Ambiental de Atibaia, e que a decisão do MM. Juízo "a quo", que o obriga a reverter o curso do rio ao seu "status quo ante", acarretará crime ambiental, pois a área onde originalmente o leito do rio passava, hoje é Área de Proteção Permamente.

A determinação do Douto Magistrado foi clara, e o Agravante deve reverter o curso do rio ao seu estado original, realizando às suas expensas as canalizações que se fizerem necessárias, tudo para afastar as águas que se localizam hoje na divisa das propriedades.

Não há que se falar em cometimento de crime ambiental, visto que o mesmo já foi cometido quando a obra de desvio do rio foi feita irregularmente.

Na seara civil, o Agravante foi condenado a reverter o curso do rio de forma imediata (prazo de 60 dias, sob pena de astreintes de R$200,00), o que se esquiva de fazer sob o falso pretexto de estar descumprindo a lei ambiental.

Avenida Cupecê, 3736 – sala 02 – sobreloja – Cidade Ademar – Cep : 04366-001 – São Paulo/SP – Fone : (11) 5623-0702 – e-mail: mel.adv2007@gmail.com

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

MELISSA YUMI KOGA BARALDI
ADVOGADA

Ressalta-se ainda que o Agravante está respondendo Inquérito Civil pelo cometimento do crime ambiental de desvio de curso de rio, Inquérito que foi iniciado pela denúncia ambiental feita pelo Agravado perante o Ministério Público de Atibaia.

O que pretende de fato o Agravante é não realizar a tal obra enquanto não houver decisão final dos Tribunais, deixando o Agravado com um problema sem solução e eventualmente causando-lhe mais prejuízos, visto que há abalo de estrutura em uma das edificações que ainda não foi ARRASTADA pelo rio que desviaram.

DO PEDIDO

Diante do exposto, requer o Agravado seja mantida a r. decisão agravada que indeferiu o efeito suspensivo na recurso de apelação, visto que, caso seja modificada desvirtuará por completo o que pretendia o MM.Juízo de 1° grau ao conceder a tutela antecipada na sentença!

Termos em que,
Pede deferimento.

São Paulo, 23 de Novembro de 2012.

MELISSA YUMI KOGA BARALDI
OAB/SP 211.408

Avenida Cupecê, 3736 – sala 02 – sobreloja – Cidade Ademar – Cep : 04366-001 – São Paulo/SP – Fone : (11) 5623-0702 – e-mail: mel.adv2007@gmail.com

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Judiciária
Serviço de Processamento do 15º Grupo de Câmaras de Direito Privado

CONCLUSÃO

Faço estes autos conclusos a(o) Exmo(a). Senhor(a)
Desembargador(a) ORLANDO PISTORESI
São Paulo, 06 de dezembro de 2012.
Eu, José Sales do Nascimento, matr. 120.432,
Escrevente Técnico Judiciário, subscrevi.

Vistos.

Voto nº 23.551

À mesa.

São Paulo, 07 de dezembro de 2012.

Orlando Pistoresi
Relator

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

30ª Câmara de Direito Privado

Nº do processo		Número de ordem
0244804-55.2012.8.26.0000 - Pauta		40
Publicado em	Julgado em	Retificado em
14/12/2012	19/12/2012	
Julgamento presidido pelo Exmo(a) Sr(a) Desembargador		
Andrade Neto		
Resultado da Sessão Anterior		

Agravo de Instrumento

Comarca

Atibaia

Turma Julgadora

Relator(a): Des. Orlando Pistoresi — Voto: 23551
2º juiz(a): Des. Lino Machado
3º juiz(a): Des. Carlos Russo

Juiz de 1ª Instância

Marcos Cosme Porto

Partes e advogados

Agravante	**Raul Donato Mendes**
Advogado	**Duenes do Carmo Silva**
Agravado	**Gabriele Baraldi (Espólio)**
Advogado	**Melissa Yumi Koga Baraldi**

Súmula

NEGARAM PROVIMENTO AO RECURSO. V. U.

Sustentou oralmente o advogado:
Usou a palavra o Procurador:
Impedido(s):

Jurisprudência					
	Acórdão		Parecer		Sentença

SAJ/SG5

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

403

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

30ª Câmara de Direito Privado

Agravo de Instrumento nº 0244804-55.2012.8.26.0000 - Atibaia - Fórum de Atibaia

Registro: 2012.0000689909

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento nº 0244804-55.2012.8.26.0000, da Comarca de Atibaia, em que é agravante RAUL DONATO MENDES, é agravado GABRIELE BARALDI (ESPÓLIO).

ACORDAM, em 30ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Negaram provimento ao recurso. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores ANDRADE NETO (Presidente sem voto), LINO MACHADO E CARLOS RUSSO.

São Paulo, 19 de dezembro de 2012.

Orlando Pistoresi
RELATOR
Assinatura Eletrônica

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ORLANDO PISTORESI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site http://esaj.tjsp.jus.br/pastadigitalsg5/sgcr/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

30ª Câmara de Direito Privado

Agravo de Instrumento nº 0244804-55.2012.8.26.0000 - Atibaia - Fórum de Atibaia

Voto nº 23.551

Agravante: Raul Donato Mendes
Agravado: Gabriele Baraldi (Espólio)
Juiz de Direito: Marcos Cosme Porto

Direito de vizinhança - Ação de obrigação de fazer cumulada com pedido indenizatório - Antecipação de tutela concedida na sentença - Apelação - Efeito devolutivo - Artigo 520, inciso VII, do Código de Processo Civil - Concessão de efeito suspensivo - Inadmissibilidade - Decisão mantida.

"Caso a tutela tenha sido concedida na própria sentença, a apelação eventualmente interposta contra essa sentença será recebida no efeito devolutivo quanto à parte que concedeu a tutela, e no duplo efeito quanto ao mais".

Recurso improvido.

Trata-se de recurso de agravo de instrumento interposto contra a decisão reproduzida às fls. 07, e que, em autos de "ação ordinária de obrigação de fazer c.c. indenização", recebeu o recurso de apelação somente no efeito devolutivo com relação à tutela e em ambos os efeitos em relação à condenação.

Sustenta o agravante, objetivando a concessão de antecipação de tutela recursal e a reforma do decidido, que o cumprimento da tutela antecipada acarretará a destruição de área de preservação permanente, onde crescem setecentas mudas de árvores nativas; o artigo 558 do Código de Processo Civil permite a concessão de efeito suspensivo em casos de lesão grave e de difícil reparação, tudo a justificar o provimento do recurso, para que o recurso de apelação seja recebido em ambos os efeitos.

Recurso processado sem a pretendida antecipação de tutela recursal, apresentando o agravado resposta às fls. 44/47.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por LUIS PAULO ARANTES ARANHA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site http://esaj.tjsp.jus.br/pastadigitalsg5/sgcr/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

405

É o relatório.

O recurso não comporta provimento.

Pretende o agravante a reforma da decisão hostilizada a fim de que o recurso de apelação por ele interposto seja recebido nos efeitos devolutivo e suspensivo

Consoante se constata dos autos, o agravado ajuizou contra o agravante a presente ação de obrigação de fazer cumulada com pedido de indenização, julgada procedente por meio da sentença reproduzida às fls. 11/15, ocasião em que foi concedida antecipação de tutela para condenar "o requerido a reverter a situação, alterando o curso do rio e sua canalização na divisa dos dois imóveis, respeitando-se a legislação específica (art. 3º, Resolução do CONAMA n. 303/02).

"Para o cumprimento dessa obrigação concedo o prazo de 60 dias, decisão essa que concedo em tutela antecipada, acolhendo o pedido da inicial após exauriente cognição", passando a correr multa diária por descumprimento, no valor de R$ 200,00, a partir do 61º dia.

Inconformado, o requerido interpôs recurso de apelação recebido apenas no efeito devolutivo em relação à antecipação de tutela, pelo que se insurge, pugnando pelo recebimento do apelo também no efeito suspensivo no tocante a tal ponto, sem razão contudo.

Isso porque, concedida a medida de urgência por ocasião do julgamento do feito, eventual recurso contra ele interposto somente será recebido no efeito suspensivo em relação aos capítulos diversos do que concedeu a antecipação de tutela.

Sobre o tema, lecionam Nelson Nery Júnior e Rosa Maria de Andrade Nery que "Caso a tutela tenha sido concedida na própria sentença, a apelação eventualmente interposta contra essa sentença será recebida no efeito devolutivo quanto à parte que concedeu a tutela, e no duplo efeito quanto ao mais" (*in* "Código de Processo Civil Comentado Legislação Processual Civil Extravagante em Vigor", 11.ª ed., São Paulo: RT, 2010, p. 906, art. 520, nota 19).

A propósito, já decidiu esta Corte:

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DELANO RANGEL DES SANTOS e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site http://esaj.tjsp.jus.br/pastadigitalsg5/sgcr/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

406

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

30ª Câmara de Direito Privado

Agravo de Instrumento nº 0244804-55.2012.8.26.0000 - Atibaia - Fórum de Atibaia

"Agravo de Instrumento - Obrigação de fazer - Preclusão - Inocorrência - Apelação - Recebimento no efeito meramente devolutivo - Concessão de tutela antecipada na sentença - Inteligência do inciso VII do art. 520, CPC - Decisão reformada - Recurso conhecido e provido" (Agravo de Instrumento nº 0060302-78.2012.8.26.0000 - 29ª Câmara de Direito Privado - Rel. Des. Ferraz Felisardo - J. 30.12.2012).

"Agravo Regimental - Decisão monocrática que negou seguimento ao Agravo de Instrumento - Recurso improvido. Concedida a antecipação da tutela quando da sentença, o recurso de apelação terá, nesta parte, efeito meramente devolutivo, autorizada a execução provisória, conforme a regra insculpida no art. 520, inc. VII, do CPC" (Agravo Regimental nº 0526381-42.2010.8.26.0000/50000 - 35ª Câmara de Direito Privado - Rel. Des. Mendes Gomes - J. 17.01.2011).

No mesmo sentido é o entendimento do Colendo Superior Tribunal de Justiça:

"Processual Civil. Recurso Especial. Antecipação de tutela deferida na sentença. Efeito da apelação.

I - A apelação interposta contra sentença em que deferida a antecipação de tutela deve ser recebida no efeito devolutivo. O art. 520 do Código de Processo Civil deve ser interpretado teleologicamente a fim de que se considere como hipótese de incidência o deferimento de tutela de urgência - Precedentes.

II - Agravo Regimental improvido" (AgRg no Ag 1217740/SP - Terceira Turma - Rel. Min. Sidnei Beneti - J. 17.06.2010 - Dje 01.07.2010).

Por outro lado, os documentos colacionados pelo recorrente às fls. 16/35 não comprovam, por si sós, a impossibilidade de cumprimento do quanto restou determinado por meio da medida de urgência concedida na sentença hostilizada.

Desta forma, na hipótese dos autos e nos termos do disposto no artigo 520, inciso VII, do Código de Processo Civil, o recebimento do recurso de apelação somente no efeito devolutivo era mesmo medida de rigor.

Este documento foi liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

30ª Câmara de Direito Privado

Agravo de Instrumento nº 0244804-55.2012.8.26.0000 - Atibaia - Fórum de Atibaia

Pelo exposto, nega-se provimento ao agravo de instrumento.

Orlando Pistoresi
Relator
Assinatura Eletrônica

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por ORLANDO PISTORESI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo - Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigitalsg5/sgcr/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0244804-55.2012.8.26.0000 e código 2015ab.
Este documento é cópia do original assinado digitalmente por ORLANDO PISTORESI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo - Para conferir o original, acesse o site http://esaj.tjsp.jus.br/pastadigitalsg5/sgcr/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.
Este documento é cópia do original assinado digitalmente por ORLANDO PISTORESI e BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Judiciária
Serviço de Processamento do 15º Grupo de Câmaras de Direito Privado

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO

Certifico que o v. acórdão foi disponibilizado no DJE de hoje.

Considera-se a data da publicação o dia 15/01/2013.

São Paulo, 14 de janeiro de 2013.

Marcelo L. D. Gomyde – 800.736 - Escrevente Téc. Judiciário

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

409

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Judiciária
Serviço de Processamento do 15º Grupo de Câmaras de Direito Privado

TERMO DE JUNTADA

Junto a estes autos o protocolado nº 000026588-9.

que segue.

São Paulo, 21 de janeiro de 2013.

Escrevente Técnico Judiciário, subscrevi

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO.

Agravo de Instrumento nr. 0244804-55.2012.8.26.0000 – Atibaia
Registro: 2012.0000689909
30º. Câmara de Direito Privado

RAUL DONATO MENDES, qualificado nos autos em que litiga contra o Espólio de GABRIEL BARALDI, não se conformando data vênia com a r. decisão do Egrégio Tribunal de Justiça, que negou provimento ao Agravo de Instrumento Interposto, vem, respeitosamente a presença de V.Exa. por sua procuradora adiante assinado interpor

RECURSO ESPECIAL,

nos termos do artigo 105, inciso III, alínea "a" da Constituição Federal, e inteligência da súmula STJ 86 de 18/06/93, para o Colendo SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, juntando suas Razões Recursais.

O ora Recorrente é beneficiário da Justiça Gratuita, o que o isenta de preparo.

Termos em que,
Pede e E. Deferimento.

São Paulo, 10 de janeiro de 2013.

DUENES DO CARMO SILVA
OAB/SP. 209712

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

411

RECORRENTE: Raul Donato Mendes
RECORRIDO: Espólio de Gabrieli Baraldi

RAZÕES DO RECORRENTE

EGRÉGIO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA!

COLENDO TRIBUNAL!

O v. Acórdão registrado sob nr. 2012.0000689909, proferido pela 30ª. Câmara de Direito Privado, negando provimento ao Agravo de Instrumento impetrado merece total reforma, sob o risco iminente de grave lesão e difícil reparação conforme a seguir exposto.

De forma singela, e com base nos documentos probatórios, resta cristalino que a decisão do r. Tribunal proferida, se não recorrida, obrigaria o recorrente a cometer a infração prevista no artigo 38 da Lei federal 9605, de 12/02/1998.

DOS CRIMES CONTRA A FLORA

Art. 38 – Destruir ou danificar floresta considerada de preservação permanente, mesmo que em formação, ou utilizá-la com infringência das normas de proteção.

DAS RAZÕES DO AGRAVO DE INSTRUMENTO

Pretendeu o recorrente que o Recurso de Apelação fosse recebido em ambos os efeitos, posto que a decisão de primeira instância da forma em que está o obriga a interferir em ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE, em sua propriedade, criada por força de um TAC – Termo de Ajustamento de Conduta, firmado entre ele, o Sr. Renil Willian Mendes, Adriana Gonçalves Pacheco e o MINISTÉRIO PÚBLICO.

Em seu direito argüiu a previsão do artigo 558, parágrafo único, que excepciona a previsão do artigo 520, ambos do CPC, nos casos de lesão grave e difícil reparação, onde a Lei assegura o recebimento do Recurso de Apelação em duplo efeito.

DA LESÃO GRAVE E DIFÍCIL REPARAÇÃO

Caso o recorrente cumpra a tutela antecipada descrita na sentença de primeira instância, revertendo o curso do rio, irá destruir área de preservação permanente, onde crescem 700 (setecentas) mudas de árvores nativas, que estão sendo monitoradas e acompanhadas por laudos fotográficos, órgãos ambientais e o Ministério Público.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

E se não cumprir a sentença estará sujeito a multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais).

Em qualquer das situações descritas o dano ao recorrente será irreparável.

Diante de tal fato é evidente que a decisão do R. Tribunal de Justiça é equivocada, pois contraria Lei Federal e ignora totalmente o TAC firmado entre o MINISTÉRIO PÚBLICO e os compromissários, que inclui o Recorrente.

Como se observa do v. Acórdão, a negativa do provimento pautou exclusivamente em decisões proferidas na inteligência do artigo 520 inciso VII, ignorando totalmente a previsão do artigo 558, ambos do CPC.

DAS RAZÕES DO PRESENTE

Obedecidas as formalidades legais, a necessidade de ver seu direito preservado, e porque não dizer, para que se mantenha a ordem e a Justiça, posto que houve "error in judicando" impetrou o presente.

Data venia o r. Acórdão recorrido merece ser revisto em sua totalidade, eis que prolatado em ofensiva a Lei de Crimes Ambientais, 9.605/98, notadamente em seu artigo 38.

Observa-se também que além de ofender a lei 9.605 - Crimes ambientais ignorou a vigência do artigo 558 do código de Processo Civil, e em nenhum momento reconheceu a tutela do Ministério Público constatada no Termo de Ajustamento de Conduta, firmado ante as previsões da Lei 7.347/85, em seus artigos 5º., parágrafo 6º., que disciplina a Ação Civil Pública, bem como a Lei 8.078/90.

O benefício do Recurso Especial dá prevalência à tutela de um interesse geral do Estado sobre os interesses do litigante.

O Superior Tribunal de Justiça ao apreciar o Recurso Especial, mais que um exame do direito das partes estará a exercer o controle da legalidade.

Questionando ainda o r. Acórdão, inconformado também o recorrente quando o Egrégio Tribunal diz que os documentos colacionados às fls. 16/35 não comprovam a impossibilidade de cumprimento da sentença.

ÍNCLITOS JULGADORES!

Como entender e acatar a decisão dos doutos julgadores "a quo" quando desconsideram documentos tão evidentes do alegado, que demonstram que a situação atual do curso do córrego está dentro da

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

413

legalidade, sendo monitorada pelos órgãos competentes, com obras de manutenção em dia e com a devida outorga.

Segundo a decisão proferida, foram ignorados o Termo de Ajustamento de Conduta, fotos da Área de Preservação Permanente, cópia de laudos de acompanhamento da APP, publicações do Diário Oficial, outorga ambiental, etc... –

- É evidente o error in judicando e in procedendo, portanto, a decisão denegatória há que ser revista.

DO PEDIDO

Por todo o exposto, requer e espera que o presente RECURSO ESPECIAL seja conhecido e provido reformando-se o ACÓRDAO RECORRIDO, concedendo ao Recorrente o direito de que o Recurso de Apelação seja recebido no duplo efeito, para o fim de preservação do direito e garantia da ordem social, respeitando-se Lei Federal que disciplina os Crimes Ambientais, por medida de lídima Justiça.

A manutenção dos benefícios da Justiça gratuita a que faz jus.

Termos em que,
Pede Deferimento,

São Paulo, 10 de janeiro de 2013.

DUENES DO CARMO SILVA
OAB/SP. 209712

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

Exmo. Sr. Doutor Promotor de Justiça da 2º. Promotoria da Comarca de Atibaia – SP.

11:23 11/01/2013 000107 MPSP - PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ATIBAIA

Inquérito Civil RU n. 20/2010-MA – homologado e arquivado

RAUL DONATO MENDES, qualificado nos autos, vem respeitosamente à presença de V.Exa. , por sua procuradora adiante assinado manifestar-se no feito em questão.

Objetivando dar conhecimento a esta Promotoria acerca de fatos conexos ao presente, informa o seguinte:

O Inquérito Civil em questão deu origem ao Termo de Ajustamento de Conduta, o qual o ora manifestante e os demais compromissários, vem cumprindo suas obrigações, restando apenas um relatório técnico fotográfico a ser entregue em maio 2013.

Por força deste TAC, foi criada uma nova área de preservação permanente, dentro da propriedade do ora manifestante, denominada Sítio Primavera.

Nesta área, por volta do ano 2000, quando o proprietário era o Sr. JOSÉ FORTUNA, houve o desvio de um córrego, com outorga do órgão ambiental, o que aparenta ter o evento obedecido aos ditames da Lei.

Em julho/08 o ora manifestante adquiriu o imóvel; e em janeiro/11, em virtude de fortes chuvas, o córrego desviado transbordou trazendo prejuízos a um dos confrontantes, que recorreu à Justiça pleiteando o retorno do curso do córrego à situação anterior, etc.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

O douto Juiz da 1ª. Vara, apesar de constar dos autos cópia do TAC firmado por esta promotoria e os compromissários, sentenciou determinando o retorno do córrego ao seu curso anterior sob pena de multa diária de R$200,00. (cópia da sentença anexa)

O ora manifestante Apelou da sentença, que foi recebida apenas no efeito devolutivo. Desta vez interpôs Agravo, pretendendo o recebimento da Apelação em duplo efeito, o que também foi denegado e do qual se recorrerá, posto que, caso reverta o curso do córrego estará destruindo APP, ou seja: *COMETERÁ UM CRIME AMBIENTAL.*

Além disso, foi deferido pelos órgãos ambientais e publicado no Diário Oficial, autorização para realização de obras de manutenção no atual curso do córrego, as quais já foram iniciadas, estando no aguardo da vistoria pelos órgãos competentes, para evitar que chuvas fortes possam causar prejuízos, quer seja ao ora manifestante ou aos confrontantes.

Cópia da documentação também foi juntada no Inquérito Civil 302/11.

Além de dar conhecimento dos fatos, espera por uma manifestação desta D. Promotoria.

Termos em que,
Pede deferimento.

Atibaia, 07 de janeiro de 2013.

Duenes do Carmo Silva
OAB/SP. 209712
e-mail: duenes_adv@hotmail.com
telefone: (11) 3624-5922
celular: (11)99338-5922

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

MINISTÉRIO DA FAZENDA **IMPOSTO SOBRE A RENDA - PESSOA FÍSICA**

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL **EXERCÍCIO 2012**

Ano-Calendário 2011

RECIBO DE ENTREGA DA DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL - OPÇÃO PELO DESCONTO SIMPLIFICADO

DECLARAÇÃO ORIGINAL

IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE

CPF do declarante	Nome do declarante	Telefone
252.972.718-00	RAUL DONATO MENDES	

Endereço	Número	Complemento
RUA ANICE CURY SABBAG	123	

Bairro/Distrito	CEP	Município	UF
JD SHANGRI-LA	12948-022	ATIBAIA	SP

(Valores em Reais)

TOTAL RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS	17.650,00
IMPOSTO DEVIDO	0,00
IMPOSTO A RESTITUIR	0,00
SALDO DO IMPOSTO A PAGAR	0,00
IMPOSTO A PAGAR GANHO DE CAPITAL - MOEDA EM ESPÉCIE	0,00

Declaração recebida via Internet JV
pelo Agente Receptor SERPRO
em 30/04/2012 às 10:11:35
1124415552

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Judiciária
Serviço de Processamento do 15º Grupo de Câmaras de Direito Privado

417

REMESSA

Remeto os presentes autos ao Serviço de Processamento de Recursos para os Tribunais Superiores de Direito Privado-3.
São Paulo 24 de JANEIRO de 2013

José Sales do Nascimento
Escrevente Técnico Judiciário
Matr. 120.432

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria Judiciária
Serviço de Processamento de Recursos aos Tribunais Superiores de Direito Privado 3

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO

Certifico que foi disponibilizado no DJE de hoje, a intimação do(a)(s) agravado para apresentar(em) contrarrazões. Considera-se data da publicação o dia de 07/02/2013.

São Paulo, 06 de fevereiro de 2013.

_____, Marina A.Konishi – 309.357-5

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria Judiciária
Serviço de Processamento de Recursos aos Tribunais Superiores de Direito Privado 3

CERTIDÃO

Certifico, em cumprimento ao r. despacho de fls. retro, que decorreu o prazo sem apresentação de contrarrazões

_____.

_____.

São Paulo, 01 de abril de 2013.

Orlando Correia de Araújo
Escrevente Técnico Judiciário
Matrícula 358.424

CONCLUSÃO

Faço estes autos conclusos ao Exmo. Senhor Presidente da Seção de Direito Privado.

São Paulo, 03 de abril de 2013.

Orlando Correia de Araújo
Escrevente Técnico Judiciário
Matrícula 358.424

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PRESIDÊNCIA DA SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO

0244804-55.2012.8.26.0000
M110270

Recurso especial nº 0244804-55.2012.8.26.0000.

Trata-se de recurso especial (fls. 57/63) no qual se alega ofensa a dispositivos de lei federal.

O recurso não reúne condições de admissibilidade.

Com efeito, observe-se não ter sido demonstrada a alegada vulneração aos dispositivos arrolados, eis que as exigências legais na solução das questões de fato e de direito da lide foram atendidas pelo acórdão ao declinar as premissas nas quais assentada a decisão.

Ora, conforme decidiu o Superior Tribunal de Justiça no julgamento do agravo regimental no recurso especial 804622/SP, relator o ministro **JOSÉ DELGADO**, *in* DJU de 3/4/2006, p. 295: ***A simples alegação de que a lei foi contrariada não é suficiente para justificar o recurso especial pela letra a da previsão constitucional. Tem-se, antes, que demonstrá-la, a exemplo do que ocorre com o recurso extraordinário* (AgReg no AG nº 22394/SP, Rel. Min. José de Jesus Filho).**

Ademais, o acórdão, ao decidir da forma impugnada, assim o fez em decorrência de convicção formada pela Turma Julgadora diante do substrato fático próprio do processo *sub judice*, sendo certo, por esse prisma, aterem-se as razões do recurso a uma perspectiva de reexame desses elementos. A esse objetivo, todavia, não se

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por [illegible]
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PRESIDÊNCIA DA SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO

0244804-55.2012.8.26.0000
M110270

presta o reclamo, a teor do disposto na súmula 7 do Superior Tribunal de Justiça.

Ante o exposto, nego seguimento ao recurso especial.

São Paulo, 29 de outubro de 2013.

SILVEIRA PAULILO
Desembargador
Presidente da Seção de Direito Privado
do Tribunal de Justiça

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por SILVEIRA PAULILO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, em 29/10/2013 16:26:00 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pgd/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

422

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO

Certifico que o(s) despacho(s) de fls. 67/68 foi(ram) disponibilizado(s) no DJE de hoje, considerando-se data da publicação o dia **11/11/2013.**

São Paulo, 08 de novembro de 2013.

Neiva E. Silva - matr. 95.473-5
Escrevente Técnico Judiciário

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

Secretaria Judiciária
Serviço de Processamento de Recursos aos Tribunais Superiores de Direito Privado 3
Páteo do Colégio, 73 - 3º andar - sala 309 – São Paulo/SP - CEP: 01016-040

Número do processo: 0244804-55.2012.8.26.0000

CERTIDÃO

Certifico que decorreu o prazo legal sem manifestação ao despacho de fls 67/68 .

São Paulo, 15 de janeiro de 2014

SILVIA SANTOS SAMORA, M809504

REMESSA

Nesta data, faço remessa destes autos ao Foro de Atibaia 1ª Vara Cível, da Comarca de Atibaia
São Paulo, 15 de janeiro de 2014

SILVIA SANTOS SAMORA, M809504

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ATIBAIA
FORO DE ATIBAIA
1ª VARA CÍVEL
Rua Dr. José Roberto Paim, 99, Parque dos Coqueiros - CEP 12945-007, Fone: (11) 4412-9688
Atibaia-SP - E-mail: atibaia1cv@tjsp.jus.br

424

TERMO DE RECEBIMENTO

Em 23/01/14 recebi estes autos de Instância Superior.

Eu _____ (Milton Alves Barbosa, Chefe de Seção Judiciário) certifiquei.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

402

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0071/2014, foi disponibilizado na página 392/397 do Diário da Justiça Eletrônico em 03/02/2014. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subseqüente à data acima mencionada.

Advogado
Duenes do Carmo Silva (OAB 209712/SP)
Melissa Yumi Koga Baraldi (OAB 211408/SP)

Teor do ato: "Proc. 1527/11 Vistos. Sobre a alegada impenhorabilidade, diga a exequente, em 10 dias. Int."

Atibaia, 3 de fevereiro de 2014.

Natália Aparecida Da Silva
Escrevente Técnico Judiciário

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

JUNTADA

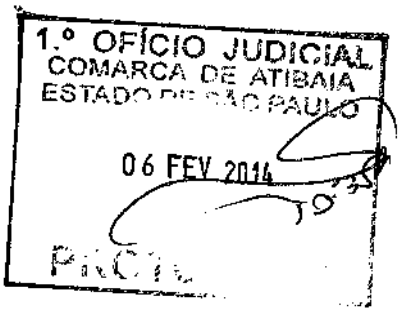
Em 06 FEV 2014 faço juntada a estes autos do (a) Declaração (ões) anexada (o).

(X) A petição e documentos que a instruem.
( ) O mandado
( ) O AR
( ) o ofício (s)
( ) a Carta Precatória
( ) a guia
( )

Escrev.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

EXCENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ATIBAIA, SP.



OAB FAIA 14.000005666-7 056214 1213 80

Processo número 048.01.2011.010369

Controle número 1527/2011

ESPÓLIO DE GABRIELE BARALDI, representado pela inventariante ANNITA HERMINE BARALDI, já qualificada nos autos em epígrafe que move contra **RAUL DONATO MENDES**, por sua advogada subscritora, vem, respeitosamente à presença de Vossa Excelência, manifestar-se sobre o r. despacho de fls nos seguintes moldes.

Alega o Réu que seu único bem imóvel é impenhorável, tendo em vista ser bem de família, sendo seu único bem.

Ocorre que, primeiramente, o Réu não é casado de fato, somente permanece casado "no papel", requerendo-se portanto seja intimada a esposa do Réu a depor em juízo, sob pena de falso testemunho.

Que seja considerado verdadeiramente casado, o Réu NÃO MORA E NUNCA MOROU NO IMÓVEL OBJETO DE FUTURA PENHORA, podendo inclusive ser observado nos autos que recebe citação em endereço diverso (fls 67) e também declara em seu IMPOSTO DE RENDA, que reside em endereço diverso (fls 416).

Conforme a jurisprudência dominante, pode se observar:

Dados Gerais

Processo:	AI 6094368 PR 0609436-8
Relator(a):	Francisco Luiz Macedo Junior
Julgamento:	29/10/2009

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

427

Órgão Julgador: 9ª Câmara Cível
Publicação: DJ: 283

Ementa

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO INDENIZATÓRIA. IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. RECURSO CONTRA DECISÃO QUE NÃO RECONHECEU A IMPENHORABILIDADE DO BEM DE FAMÍLIA ALEGADA PELO DEVEDOR. LEI Nº 8.009/90. EXECUTADO QUE NÃO COMPROVA RESIDIR NO IMÓVEL. ÔNUS DE QUEM ALEGA A IMPENHORABILIDADE. ART. 333, CPC. BEM DE FAMÍLIA NÃO CARACTERIZADO. DECISÃO MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO.

1. Cabe a parte que invoca a proteção constante da Lei 8009/90 - impenhorabilidade do bem de família, a prova de que o bem constritado é destinado à residência permanente da entidade familiar do executado.

2. Imóvel comercial ocupado por empresa que não se coaduna com a idéia de bem de família.

3. Agravo não provido.

Dados Gerais

Processo: AC 2158103 PR 0215810-3
Relator(a): Francisco Luiz Macedo Junior
Julgamento: 28/09/2006
Órgão Julgador: 10ª Câmara Cível
Publicação: DJ: 7232

Ementa

EMBARGOS DO DEVEDOR - EXECUÇÃO DE SENTENÇA - AÇÃO DE DESPEJO POR FALTA DE PAGAMENTO DE ALUGUEIS - CONSTRIÇÃO JUDICIAL - DEVEDORA SOLTEIRA E SEM FILHOS - IMPENHORABILIDADE DO BEM - IMPOSSIBILIDADE DE RECONHECIMENTO, POR NÃO RESIDIR NO IMÓVEL, BEM COMO NÃO COMPROVAR QUE A RENDA DELE AUFERIDA LHE DÊ SUBSISTÊNCIA - EXCESSO DE EXECUÇÃO NÃO VERIFICADO - ÍNDICE DE CORREÇÃO MONETÁRIA INDICADO NA INICIAL - IGP/FGV - QUESTÃO NÃO IMPUGNADA NA AÇÃO DE CONHECIMENTO - IMPOSSIBILIDADE DE DISCUSSÃO NO PROCESSO EXECUTIVO SOB PENA DE OFENSA À COISA JULGADA - MANUTENÇÃO DA DECISÃO - RECURSO DESPROVIDO.

"Ao invocar a impenhorabilidade do imóvel penhorado é ônus do embargante exibir prova robusta de sua propriedade e destinação. Não havendo nos autos prova segura que sustente ser o imóvel destinado à residência do executado e sua família, deve ser mantida a penhora realizada" . (TJPR, Ac 681, Jucimar Novochadlo, 23/05/2005). "Tratando-se de execução de título judicial, impõe-se a observação do que dita a sentença. Se, no caso, a sentença deferiu" os pedidos exarados na inicial "e na inicial se fez expressa menção à utilização do IGP-M da Fundação Getúlio Vargas como índice de correção monetária, impõe-se, sob pena de violação à coisa julgada, sua adoção. Recurso provido, para determinar a utilização do IGP-M" (TJPR, Ac 6010, José Simões Teixeira, 12/01/2006).

Como pode se observar, o ônus da prova recai sobre QUEM ALEGA a impenhorabilidade, devendo portanto o Réu o fazer, sob pena de ter seu imóvel penhorado para pagamento de condenação judicial transitada em julgado.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

428

Desse modo, requer a Vossa Excelência seja penhorado o imóvel do Réu para a garantia do pagamento da presente execução, matricula imóvel 93.959 – imóvel gleba 1 – "Sítio Primavera" registrado no Oficial de Registros de Imóveis e Anexos da Comarca de Atibaia, devendo a mesma ser averbada em favor de Espólio de Gabriele Baraldi.

Caso haja controvérsia sobre a impenhorabilidade suscitada, requer a oitiva (depoimento pessoal) da esposa do Réu, para esclarecer se ainda são casados e onde residem atualmente.

Termos em que,

Pede deferimento.

De São Paulo para Atibaia, 05 de Fevereiro de 2014.

MELISSA YUMI KOGA BARALDI

OAB/SP 211.408

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ATIBAIA
FORO DE ATIBAIA
1ª VARA CÍVEL
Rua Dr. José Roberto Paim, 99, Parque dos Coqueiros - CEP 12945-007, Fone: (11) 4412-9688,
Atibaia-SP - E-mail: atibaia1cv@tjsp.jus.br

429

TERMO DE ENCERRAMENTO DO 2º VOLUME

Processo nº:	**0010369-26.2011.8.26.0048 - Controle nº 1527/11**
Classe – Assunto:	**Procedimento Ordinário - Indenização por Dano Material**
Requerente:	**Gabriele Baraldi**
Requerido:	**Raul Donato Mendes**

Certifico e dou fé que, nesta data, procedi ao encerramento do 2º volume dos autos do processo em epígrafe às fls. 429, em cumprimento ao item 47 e seus subitens do Capítulo II das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça. Atibaia, 07 de fevereiro de 2014. Eu,_____, (Vera Lúcia Romanato, Escrevente Técnico Judiciário), certifiquei.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

431

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ATIBAIA
FORO DE ATIBAIA
1ª VARA CÍVEL
Rua Dr. José Roberto Paim, 99, Parque dos Coqueiros - CEP 12945-007, Fone: (11) 4412-9688, Atibaia-SP - E-mail: atibaia1cv@tjsp.jus.br

TERMO DE ABERTURA DO 3º VOLUME

Processo nº:	**0010369-26.2011.8.26.0048 - Controle nº 1527/11**
Classe – Assunto:	**Procedimento Ordinário - Indenização por Dano Material**
Requerente:	**Gabriele Baraldi**
Requerido:	**Raul Donato Mendes**

Certifico e dou fé que, nesta data, procedi à abertura do 3º volume dos autos do processo em epígrafe às fls. 431, em cumprimento ao item 47 e seus subitens do Capítulo II das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça. Atibaia, 07 de fevereiro de 2014. Eu,_____, (Vera Lúcia Romanato, Escrevente Técnico Judiciário), certifiquei.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

432

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ATIBAIA
FORO DE ATIBAIA
1ª VARA CÍVEL
Rua Dr. José Roberto Paim, 99 - Parque dos Coqueiros
CEP: 12945-007 - Atibaia - SP
Telefone: (11) 4412-9688 - E-mail: atibaia1cv@tjsp.jus.br

TERMO DE CONCLUSÃO

Em 12 de fevereiro de 2014, faço estes autos conclusos ao Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito Titular, Dr. MARCOS COSME PORTO

DESPACHO

Processo nº:	**0010369-26.2011.8.26.0048**
Classe – Assunto:	**Procedimento Ordinário - Indenização por Dano Material**
Requerente:	**Gabriele Baraldi**
Requerido:	**Raul Donato Mendes**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Marcos Cosme Porto**
Proc. 1527/11

Vistos.

Penhore-se o imóvel.

A prova é clara no sentido de que o réu não reside nesse imóvel, não se falando em bem de família.

Após, intimem-se.

Int.

Atibaia, 12 de fevereiro de 2014.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do processo eletrônico nº 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 86D043.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 86D043.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ATIBAIA
FORO DE ATIBAIA
1ª VARA CÍVEL
Rua Dr. José Roberto Paim, 99, Parque dos Coqueiros - CEP 12945-007,
Fone: (11) 4412-9688, Atibaia-SP - E-mail: atibaia1cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

433

TERMO DE PENHORA E DEPOSITO

Processo Físico nº:	**0010369-26.2011.8.26.0048 (1527/11)**
Classe – Assunto:	**Procedimento Ordinário - Indenização por Dano Material**
Requerente:	**Gabriele Baraldi**
Requerido:	**Raul Donato Mendes**

Em Atibaia, aos 11 de março de 2014, no Cartório da 1ª Vara Cível, do Foro de Atibaia, em cumprimento à r. decisão proferida nos autos da ação em epígrafe, lavro o presente TERMO DE PENHORA do(s) seguinte(s) bem(ns): imóvel matriculado no CRI local sob nº 93.959, tratando-se da Gleba 1 "Sítio Primavera" com área total de 42.115,19 m2, situado no bairro do Itapetinga, zona rural de Atibaia – SP, do(s) qual(is) foi(ram) nomeado(a)(s) depositário(a)(s), o(a)(s) Sr(a)(s). RAUL DONATO MENDES, portador do RG 27.233.858-8 e do CPF 252.972.718-00. O(A)(s) depositário(a)(s) não pode(m) abrir mão do(s) bem(ns) depositado(s) sem expressa autorização deste Juízo, observadas as conseqüências do descumprimento das obrigações inerentes. NADA MAIS. Lido e achado conforme segue devidamente assinado.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por MARCOS COSME PORTO, Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 86D079.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 86D079.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ATIBAIA
FORO DE ATIBAIA
1ª VARA CÍVEL
Rua Dr. José Roberto Paim, 99, Parque dos Coqueiros - CEP 12945-007,
Fone: (11) 4412-9688, Atibaia-SP - E-mail: atibaia1cv@tjsp.jus.br

ATO ORDINATÓRIO

Processo nº:	**0010369-26.2011.8.26.0048 (1527/11)**
Classe – Assunto:	**Procedimento Ordinário - Indenização por Dano Material**
Requerente:	**Gabriele Baraldi**
Requerido:	**Raul Donato Mendes**

CERTIDÃO - Ato Ordinatório

Certifico e dou fé que, nos termos do art. 162, § 4º, do CPC, preparei para remessa ao Diário da Justiça Eletrônico o(s) seguinte(s) ato(s) ordinatório(s):
Providenciar a parte autora, em 10 dias, o recolhimento da condução do oficial de justiça, para intimação da penhora.
Nada Mais. Atibaia, 12 de março de 2014. Eu, ___, Ivanete Paula Pinheiro Campanella, Escrevente Técnico Judiciário.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por IVANETE PAULA PINHEIRO CAMPANELLA. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 86D079.
Este documento é cópia do original assinado digitalmente por LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 86D079.

Foro de Atibaia
Certidão - Processo 0010369-26.2011.8.26.0048

Emitido em: 14/03/2014 09:10
Página: 1

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0187/2014, foi disponibilizado na página 457/462 do Diário da Justiça Eletrônico em 14/03/2014. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subseqüente à data acima mencionada.

Advogado
Duenes do Carmo Silva (OAB 209712/SP)
Melissa Yumi Koga Baraldi (OAB 211408/SP)

Teor do ato: "Proc. 1527/11 Vistos. Penhore-se o imóvel. A prova é clara no sentido de que o réu não reside nesse imóvel, não se falando em bem de família. Após, intimem-se. Int. (NOTA DE CARTÓRIO: Providenciar a parte autora, em 10 dias, o recolhimento da condução do oficial de justiça, para intimação da penhora.)"

Atibaia, 14 de março de 2014.

Andrea De Lima
Escrevente Técnico Judiciário

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 86D079.

CERTIDÃO

Em 28 MAR 2014 faço juntada a estes autos do(a) Excelentíssimo(a) advogado(a) constituído(a).

( ) A petição e documentos que a instruem.
( ) O mandado
( ) O AR
( ) o ofício (s)
( ) a Carta Precatória
( ) a guia
( )

Escrev.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 86D079.

MELISSA YUMI KOGA BARALDI
ADVOGADA

436

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ATIBAIA.

1.º OFÍCIO JUDICIAL
COMARCA DE ATIBAIA
ESTADO DE SÃO PAULO
28 MAR 2014

Processo número 0010369-26.2011.8.26.0048

ESPÓLIO DE GABRIELE BARALDI, representado pela inventariante ANNITA HERMINE BARALDI, já qualificada nos autos em epígrafe que move contra **RAUL DONATO MENDES,** por sua advogada subscritora, vem, respeitosamente à presença de Vossa Excelência, em cumprimento ao r. despacho de fls, comprovar o recolhimento da condução do Sr. Oficial de justiça para intimação da penhora.

Termos em que,
Pede deferimento.

De São Paulo para Atibaia, 23 de Março de 2014.

MELISSA YUMI KOGA BARALDI
OAB/SP 211.408

Avenida Cupecê, 3736 – sala 02 – sobreloja – Cidade Ademar – Cep : 04366-001 – São Paulo/SP – Fone : (11) 5623-0702 – e-mail: mel.adv2007@gmail.com

OAB FAIA.14.00015129-0 270314 1322 99

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 86D079.

3ª via - ESCRIVÃO

BANCO DO BRASIL 001-9 | 00190.00009 02016.273001 00011.903184 3 60180000001359

Cedente	Agência/Código do cedente	Data Emissão	Vencimento
TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DE SAO PAU	6654-4 960001-4	26/03/2014	30/03/2014

Endereço	CPF/CNPJ
R ONZE DE AGOSTO SN - SE - SAO PAULO - SP - 00101-010	51174001/0001-93

Sacado	Nosso Número	Nº Documento	Valor documento
ESPOLIO DE GABRIELE BARALDI	201627300000011903	0000011903	13,59

Autenticação Mecânica

Instruções
Referência: Depósito Oficiais de Justiça
Depositante/Remetente: ESPOLIO DE GABRIELE BARALDI
Nome do Autor: ESPÓLIO DE GABRIELE BARALDI
Nome do Réu: RAUL DONATO MENDES

Número do Depósito: 000011903
Vara Judicial: 1 - VARA CIVEL
Comarca/Fórum: ATIBAIA

Nº Processo: 00103692622011026004B
Ano Processo: 2011

Este documento serve como Comprovante de Depósito de Despesas de Condução de Oficiais de Justiça nos termos do Provimento CG 08/85. O depositante deverá apresentar 03 vias desse comprovante junto ao Cartório (Ofício Judicial), sendo: 02 vias à guarda pelo escrivão e 01 via ao entranhamento nos autos. Se o pagamento for efetuado através de Internet Banking, apenas cada uma das vias citadas acima, o comprovante de pagamento do boleto fornecido pelo banco recebedor.

fls. 455

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 86D079.

438

JUNTADA

Em 1 de abril de 2014, FAÇO JUNTADA A ESTES AUTOS DO(S) DOCUMENTO(S) ADIANTE ASSINALADO(S):

(X) Petição(ões) e documentos
( ) Carta Precatória
( ) A.R. ( ) positivo ( ) negativo referente ao ofício de fls.
( ) Ofício(s)
( ) Mandado de ( ) citação ( ) intimação
( ) Laudo(s)
( ) Guia de depósito / Mandado de Levantamento
( ) Guia de depósito de diligência
( ) Contestação
( ) Réplica
( ) Recurso de apelação
( ) Contrarrazões
( ) Alegações Finais (memorias)
( ) Cumprimento de Sentença
( ) Mensagem eletrônica
( ) Outros _____

Eu, Escr. Subscr.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 86D079.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª. VARA CÍVEL DA COMARCA DE ATIBAIA/SP.

1.º OFÍCIO JUDICIAL
COMARCA DE ATIBAIA
ESTADO DE SÃO PAULO
01 ABR 2014
10:50
PROTOCOLO

OAB FAIA.14.00015631-5 310314 1445 26

Processo 0010369.26.2011.8.26.0048 – nr. de ordem 1527/2011
Execução de sentença
Exeqüente: Espólio de Gabriele Baraldi
Executado: Raul Donato Mendes

RAUL DONATO MENDES, qualificado nos autos vem respeitosamente a presença de V.Exa., por sua advogada adiante assinado, juntar cópia do AGRAVO DE INSTRUMENTO impetrado, conforme determinação do artigo 526 do CPC, informando a seguir os documentos que os instruíram.

- Cópia da Decisão Agravada;
- Cópia da Certidão de Publicação da Decisão;
- Cópia das procurações dos representantes das partes;
- Documentos facultativos: (sentença, Declaração firmada pelo Agravado, Outorgas de 26/09/2003 e de 24/10/2012, Boletim de Ocorrência ambiental, Instauração de Inquérito Civil 302/11, protocolo de entrada de documentos no DAEE, termo de autorização emergencial expedida pela Prefeitura da estância de Atibaia, ofício/sup/1506/2012 do DAEE ao Ministério Público, declarando a concessão da outorga vigente, recibo de despesas, ofício 517/2011 do Ministério Público informando homologação e arquivamento do IC/20/2010, TAC referente ao IC.20/10, fls. 212 dos autos principais onde a autora declarou o encontro com a mãe do réu, petição onde o réu descreveu o encontro da autora com a mãe do réu, parte da contestação do réu em que informou ser o endereço ali constante para receber intimações,

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 86D079.

conta de luz (anual) do imóvel objeto da penhora, comprovante atual da entrega de imposto de renda.

Termos em que,
Pede Deferimento.

Atibaia, 31 de março de 2014.

DUENES DO CARMO SILVA
OAB/SP. 209712.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 86D079.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PODER JUDICIÁRIO

RECIBO DO PROTOCOLO
PETICIONAMENTO INICIAL - SEGUNDO GRAU

Dados Básicos

Tribunal de Justiça:	Tribunal de Justiça
Seção:	Direito Público e Direito Ambiental
Processo:	20462134520148260000
Classe do Processo:	Agravo de Instrumento
Assunto principal:	Recursos Hídricos
Data/Hora:	26/03/2014 10:41:11

Partes

Agravante:	Raul Donato Mendes
Agravado:	Annita Hermine Baraldi - Espólio Gabriele Baraldi

Documentos

Petição:	1Raul Agravo da penhora.pdf
Justiça Gratuita:	44.pdf
Cópia(s) da(s) procuração(ões):	1.pdf
Cópia(s) da(s) procuração(ões):	2.pdf
Cópia da Decisão recorrida:	3.pdf
Cópia da Certidão de intimação:	6.pdf
Cópia da sentença/acórdão:	7.pdf
Cópia da sentença/acórdão:	8.pdf
Cópia da sentença/acórdão:	9.pdf
Cópia da sentença/acórdão:	10.pdf
Cópia da sentença/acórdão:	11.pdf
Peças Facultativas do Instrumento:	4.pdf
Peças Facultativas do Instrumento:	5.pdf
Peças Facultativas do Instrumento:	12.pdf

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 86D079.

Peças Facultativas do Instrumento:	13.pdf
Peças Facultativas do Instrumento:	14.pdf
Peças Facultativas do Instrumento:	15.pdf
Peças Facultativas do Instrumento:	16.pdf
Peças Facultativas do Instrumento:	17.pdf
Peças Facultativas do Instrumento:	18.pdf
Peças Facultativas do Instrumento:	19.pdf
Peças Facultativas do Instrumento:	20.pdf
Peças Facultativas do Instrumento:	21.pdf
Peças Facultativas do Instrumento:	22.pdf
Peças Facultativas do Instrumento:	23.pdf
Peças Facultativas do Instrumento:	24.pdf
Peças Facultativas do Instrumento:	25.pdf
Peças Facultativas do Instrumento:	26.pdf
Peças Facultativas do Instrumento:	27.pdf
Peças Facultativas do Instrumento:	28.pdf
Peças Facultativas do Instrumento:	29.pdf
Peças Facultativas do Instrumento:	30.pdf
Peças Facultativas do Instrumento:	31.pdf
Peças Facultativas do Instrumento:	32.pdf
Peças Facultativas do Instrumento:	33.pdf
Peças Facultativas do Instrumento:	34.pdf
Peças Facultativas do Instrumento:	35.pdf
Peças Facultativas do Instrumento:	36.pdf
Peças Facultativas do Instrumento:	37.pdf
Peças Facultativas do Instrumento:	38.pdf

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 86D079.

Peças Facultativas do Instrumento:	39.pdf
Peças Facultativas do Instrumento:	40.pdf
Peças Facultativas do Instrumento:	41.pdf
Peças Facultativas do Instrumento:	42.pdf
Peças Facultativas do Instrumento:	43.pdf

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 86D079.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO.

AGRAVANTE: RAUL DONATO MENDES
AGRAVADO: ESPÓLIO DE GABRIELE BARALDI
PROCESSO DE ORIGEM: 0010369-26.2011.8.26.0048
NÚMERO DE ORDEM: 1527/2011

RAUL DONATO MENDES, brasileiro, trabalhador rural, portador do RG. 27.233.858-9 - SSP/SP., e do CPF 252.972.718-00, residente e domiciliado na Estrada Municipal do Mackenzie - 3000 - Bairro do Ribeirão dos Porcos - ATIBAIA - com endereço para receber intimações na Rua Anice Cury Sabag - 123 - Jardim Shangri-lá - CEP 12948-022 - ATIBAIA/SP., vem respeitosamente a presença de Vossa Excelência, por sua advogada adiante assinado interpor, com fulcro no arts. 496, II, 522 e seguintes do CPC.,

AGRAVO DE INSTRUMENTO COM PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA,

em face do ESPÓLIO DE GABRIELE BARALDI, representado por ANNITA HERMINE BARALDI, brasileira, viúva, professora aposentada, portadora do RG. 2.339.992-2 e do CPF 054.774.848-53, residente na Rua Afonso Celso - 718 - apto. 94 - Vila Mariana - CEP 04119-060, tendo em vista a r. decisão de fls. 432, proferida pelo D.Juízo da 1ª. Vara Cível da Comarca de Atibaia, nos autos em questão, onde determinou a penhora do único bem imóvel de propriedade e residência do Agravante, e para uso futuro no cultivo de mudas, atividade como pequeno produtor rural, exercida no regime de economia familiar.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 86D079.

445

DA COMPETÊNCIA PARA O JULGAMENTO DESTE FEITO

- Desvio de curso de rio -

I - EXPOSIÇÃO DOS FATOS

A R. Sentença proferida que deu origem à Execução de título judicial, (cuja cópia se anexa), determinou a reversão do curso do rio para a situação anterior, cujo curso atual está na divisa das propriedades das partes, sob pena de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais). Também condenou o Agravante a ressarcir os danos da Agravada no valor de R$ 53.800,00, em razão do desvio.

- Sabendo-se que a ação principal envolve Recursos Hídricos e Área de Preservação Permanente entende o Agravante que a competência para o presente é da Câmara de Direito Ambiental-

O desvio do rio foi realizado com a concordância de GABRIELE BARALDI, (esposo da autora), pelo proprietário anterior de nome JOSÉ FORTUNA, por volta do ano 2000, desvio esse em que se conclui ter atendido às exigências ambientais, ante a existência da outorga pelo DAEE - Departamento de Água e Energia Elétrica.

Em janeiro de 2011, em razão de chuvas consideradas atípicas, houve prejuízos para ambos. E na mesma data, o irmão do Agravante de nome Renil, registrou Boletim de Ocorrência Ambiental, obtendo na ocasião autorização para realização de obras emergenciais.

A Agravada por seu lado dirigiu-se à Secretaria de Meio Ambiente e ao Ministério Público denunciando o Agravante, dizendo que ele teria dado continuidade às indevidas interferências ambientais, promovidas pelo proprietário anterior,que causaram vultuosos danos ao seu imóvel.

A denúncia ao Ministério Público resultou no Inquérito Civil 302/2011, que assim determinou:

b) oficie-se aos interessados identificados dando ciência da presente instauração para fins do disposto no artigo 108 da lei Complementar Estadual n. 734/93 (Ato Normativo n. 484/06-CPJ, arts. 20 e 21, solicitando, no prazo de 30 dias, a comprovação da apresentação aos órgãos ambientais competentes de projetos técnicos tendentes a regularizar as indevidas interferências em área de preservação permanente;

O Agravante tomou ciência do I.C.302/2011, pelo ofício datado de 27 de setembro/2011.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 86D079.

Coincidência ou não, nesta mesma data foi protocolado junto ao DAEE o Requerimento de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos - REGULARIZAÇÃO - em nome do Agravante.

446

O Agravante de pronto atendeu ao Ministério Público, juntando cópia do projeto, que após ajustes obteve o deferimento pelo DAEE, deferindo-lhe a outorga, vigente por trinta anos, cuja publicação no Diário Oficial ocorreu em 24/10/2012.

Cópia do projeto também foi entregue à Agravada.

O Agravante realizou obras necessárias, devidamente acompanhadas pelos órgãos competentes, em valores superiores a R$ 70.000,00 (setenta mil reais).

Em virtude de Lei, os herdeiros e sucessores são responsáveis pelos atos do Espólio. Mas no caso em tela, apesar da DECLARAÇÃO firmada por GABRIELE BARALDI, com o devido reconhecimento da assinatura, a Agravada pretende, além da reversão do curso do rio, que o Agravante pague pelos prejuízos dos quais ELA é também responsável.

A Agravada sequer manifestou a intenção de dividir as despesas de manutenção do rio que já ultrapassam R$ 70.000,00. Como exemplo junta recibo de R$37.000,00,(trinta e sete mil) apenas na terraplanagem.

Por seu lado a denúncia Municipal não prosperou, posto que demonstrasse o Agravante estar em dia com as exigências ambientais.

Além disso, há também um TAC, (homologado e arquivado) firmado anteriormente, IC 20/2010, no qual ficou acordado que o Agravante plantaria 700(setecentas) mudas de árvores nativas no local onde antes era o curso do rio, sob pena de multa diária de ½(meio) salário mínimo.

O ministério Público, desde a instauração do IC. 302/2011 foi informado pelo Agravante sobre a existência da ação, inclusive pedindo que se manifestasse acerca do conflito existente entre a decisão daquele órgão e a sentença prolatada. Mas, apesar do processo exigir a sua manifestação, por se tratar de direito difuso e coletivo, isso não ocorreu.

A existência de um TAC firmado anteriormente, que em sendo descumprido implica em multa de ½ salário mínimo e as exigências feitas pelo Ministério Público no

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 86D079.

I.C.302/2011, tornou inexeqüível a sentença no que se refere ao desvio do curso do rio.

Além disso, o Agravante realizou obras permanentes no imóvel, as quais terão que ser destruídas para o caso de se retornar o curso do rio à situação anterior.

- Quem pagará por seus prejuízos?

Obviamente se poderá pedir ressarcimento em parte, pela Agravada, já que seu esposo foi um dos responsáveis pelo desvio do curso do rio. Mas, com base no princípio da boa vizinhança a intenção é que se chegue a um consenso.

O processo está em fase de execução. Por um lado a impossibilidade de se desviar o curso do rio ante o conflito das decisões da Justiça e Ministério Público, e porque com as obras de manutenção em dia leva a prevenção de danos futuros. Mas principalmente porque a outorga vigente foi deferida no curso da ação de reparação de danos interposta pela Agravada.

Do que se depreende não ser mais necessário o retorno do curso do rio à situação anterior.
Ou seja: uma das pretensões foi solucionada.

Quanto à reparação dos danos materiais, apesar de ter comprovado o Agravante que o esposo da autora é também responsável pelo desvio, e que a autora em nada contribuiu para a realização das obras, espera-se que o douto Juiz acate a Impugnação à Execução ofertada.

Por todo o exposto, e do que restou demonstrado documentalmente, é importante ressaltar que o Agravante está em dia com documentação do atual desvio do curso do rio.

II- TRANSCRIÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA - RAZÕES DO PEDIDO E REFORMA DA DECISÃO

Em decisão interlocutória assim decidiu o douto Juiz "a quo":

"Vistos.

Penhore-se o imóvel.

A prova é clara no sentido de que o réu não reside nesse imóvel, não se falando em bem de família.
Após, intimem-se.
Int.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 86D079.

Atibaia, 12 de fevereiro de 2014."

EMÉRITOS JULGADORES!

Com todo respeito ao R. Juiz de 1ª Instância, mas o fato é que não se sabe de onde foi extraída prova clara de que o Agravante não resida no imóvel.

O livre convencimento do Juiz por si só, em prejuízo da parte inocente por certo não há de prevalecer.

Na dúvida, pró réu, é o que diz a Lei!

DAS PROVAS DA IMPENHORABILIDADE

Primeiro reafirma tratar-se de único imóvel do Agravante, conforme busca do Cartório de Registro de Imóveis.

Segundo, dá-se a seguir conhecimento da condição familiar do Agravante para facilitar o entendimento deste R. Tribunal:

- O Agravante é o filho mais velho de uma família composta pelos pais JOSÉ e MARIA, e os irmãos RENIL, DALTON E RITA.

- O pai JOSÉ faleceu em 2003 não deixando imóveis;

A família é originária de zona rural e sempre trabalhou em atividades a ela inerentes. Os filhos cresceram e se mantiveram na atividade rural, e há alguns anos, o irmão RENIL, cadastrou-se como produtor rural, e com ele continuam trabalhando o Agravante e o irmão DALTON.

Arrendaram uma área da Fazenda Santa Olímpia e ali cultivam mudas de rosas.

Um dos objetivos para o imóvel do Agravante é a sua utilização na transferência da atividade laboral, pois assim se libertarão das despesas de arrendamento.

- O Agravante casou-se após a morte do pai, separando-se posteriormente. E como filho mais velho e a mãe viúva, vivem no mesmo imóvel.

- É importante destacar, que se trata de uma família muito unida, que além de trabalharem juntos todos os dias desde crianças, também se reunem com freqüência nos fins de semana na casa do Agravante.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 86D079.

O imóvel do Agravante foi adquirido em julho de 2008, após muito trabalho e contribuição financeira do conjunto familiar, para onde pretendem transferir a plantação de mudas tão logo vença o contrato de arrendamento com a Fazenda Santa Olímpia.

Este imóvel não significa apenas o único bem imóvel do Agravante e sua residência, mas sim a possibilidade de se libertarem das despesas de arrendamento no cultivo de mudas de rosas, pelos três irmãos os quais sustentam o grupo familiar.

Os irmãos RENIL e RITA são casados e residem em endereços distintos, e a residência pertencente ao irmão DALTON, onde a mãe residiu logo após o falecimento do marido, ficou para ele e a esposa, cuja união será legalizada, com o casamento civil em 2015.

Restou demonstrado ao D. Juízo "a quo", juntando cópia da Contestação, (primeira participação no feito), e o faz neste ato, que o Agravante utiliza do endereço do irmão para receber intimações e as demais correspondências, por ser o único com serviço de correios.

Reforça-se a comprovação da residência no imóvel pelo Agravante, juntando parte de petição da AGRAVADA, fls.212 a 215, onde afirmou ter estado com a mãe do Agravante, em conversa.

Apesar de a Agravada não ter afirmado que o encontro se deu no imóvel objeto da penhora, o Agravante relatou em petição datada de 31/janeiro/2011, muito antes de sequer se pensar na possibilidade de penhora, as circunstâncias em que a SRA. ANNITA HERMINE BARALDI adentrou ao imóvel, indo falar com a sua mãe.

Junta também conta de luz do imóvel onde se pode constatar seu consumo anual. Embora se trate de documento não conclusivo, é possível constatar a variação de consumo de energia, demonstrando que há morador no local.

III - DO DIREITO

Art. 522 – CPC - Das decisões interlocutórias caberá agravo, no prazo de 10 (dez) dias, na forma retida, salvo quando se tratar de decisão suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação, bem como nos casos de inadmissão da apelação e nos relativos aos efeitos em que a apelação é recebida, quando será admitida a sua interposição por instrumento. (Alterado pela L-011.187-2005)

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 86D079.

Art.620 – Quando por vários meios o credor puder promover a execução, o Juiz mandará que se faça pelo modo menos gravoso para o devedor.

470

TJ-ES - Agravo de Instrumento AG 24079006896 ES 024079006896 (TJ-ES)

Data de publicação 31/12/2007

Ementa: AGRAVO DE INSTRUMENTO AÇAO DE REPARAÇAO DE DANOS - **EXECUÇAO** DE SENTENÇA - PENHORA "ON LINE" - **AFRONTA** AO **PRINCÍPIO** DA **EXECUÇAO** PELO **MEIO** MENOS**GRAVOSO PARA** O **DEVEDOR** - RECURSO PROVIDO. 1 - A ordem **estabelecida no art. 655, não é absoluta, merecendo ser interpretada de acordo com o disposto no artigo 620 do mesmo diploma legal que contém** princípio **a que se deve submeter o processo de** execução, **ou seja, a** execução **deve ser levada a cabo do modo menos** gravoso **para o** devedor. **2 - Recurso provido.**

IV - DO PEDIDO

Por todo o exposto requer seja o presente recebido e processado, suspendendo-se o cumprimento da decisão proferida, concedendo-se a antecipação de tutela ante a ameaça de lesão grave e de difícil reparação, que é o direito à moradia, um dos princípios básicos constitucionais, e ao final, seja deferida a impenhorabilidade do único bem imóvel de propriedade do Agravante.

Em não se concedendo a tutela antecipada, que se suspenda a execução da decisão conforme previsão do art. 558 do Código de Processo Civil.

Requer os benefícios da Justiça Gratuita por preencher os requisitos da Lei.

A intimação da patrona da Agravada para que se manifeste se o desejar.

Informa os dados dos patronos das partes:
Pelo Agravante: Duenes do Carmo Silva - OAB/SP. 209712, por transferência; com endereço na Rua Pedro Dominicali - 17 - Jardim do Trevo - Cep 12944-491 - ATIBAIA - SP.

Pela Agravada: Melissa yumi koga Baraldi - OAB/SP. 211408, com endereço na Av. Cupece - 3736 - sobreloja - Cidade Ademar - CEP 04366-001 - SÃO PAULO/SP.

Termos em que,
Pede e E. Deferimento

Atibaia, 25 de março de 2014.

Duenes do Carmo Silva
OAB/SP. 209712

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 86D079.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ATIBAIA
FORO DE ATIBAIA
1ª VARA CÍVEL
RUA DR. JOSÉ ROBERTO PAIM, 99, Atibaia-SP - CEP 12945-007
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

451

MANDADO DE INTIMAÇÃO DE PENHORA

Processo nº:	**0010369-26.2011.8.26.0048 (1527/11)**
Classe – Assunto:	**Procedimento Ordinário - Indenização por Dano Material**
Requerente:	**Gabriele Baraldi**
Requerido:	**Raul Donato Mendes**
Oficial de Justiça:	
Mandado nº:	**048.2014/006579-0**

O MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Cível do Foro de Atibaia, Dr. Marcos Cosme Porto, na forma da lei,

M A N D A a qualquer Oficial de Justiça de sua jurisdição que, em cumprimento ao presente, expedido nos autos da ação em epígrafe, proceda à

INTIMAÇÃO do(a,s) devedor(a,s) **Raul Donato Mendes**, Anice Cujry Sabag, 123, JARDIM SHANGRILA, Atibaia-SP, CPF 252.972.718-00, RG 27233858, da **penhora realizada** sobre o bem a seguir descrito, conforme cópia do Termo de Penhora e nomeação de depositário que seguem anexos e deste passa a fazer parte integrante:

Bem penhorado: imóvel matriculado no CRI local sob nº 93.959, tratando-se da Gleba 1 "Sítio Primavera" com área total de 42.115,19 m2, situado no bairro do Itapetinga, zona rural de Atibaia – SP. Foi nomeado depositário o Sr. RAUL DONATO MENDES, portador do RG 27.233.858-8 e do CPF 252.972.718-00. O depositário não pode abrir mão do(s) bem(ns) depositado(s) sem expressa autorização deste Juízo, observadas as conseqüências do descumprimento das obrigações inerentes.

CUMPRA-SE, observadas as formalidades legais. Em Atibaia, Estado de São Paulo, aos 16 de abril de 2014.

Diligência: guia nº 11903 (30/03/14) valor: R$ 13,59

Nos termos do Prov. 3/2001 da CGJ, fica constando o seguinte: "**4.** É vedado ao oficial de justiça o recebimento de qualquer numerário diretamente da parte. **4.1.** As despesas em caso de transporte e depósito de bens e outras necessárias ao cumprimento de mandados, ressalvadas aquelas relativas à condução, serão adiantadas pela parte mediante depósito do valor indicado pelo oficial de justiça nos autos, em conta corrente à disposição do juízo. **4.2.** Vencido o prazo para cumprimento do mandado sem que efetuado o depósito (4.1.), o oficial de justiça o devolverá, certificando a ocorrência. **4.3.** Quando o interessado oferecer meios para o cumprimento do mandado (4.1.), deverá desde logo especificá-los, indicando dia, hora e local em que estarão à disposição, não havendo nesta hipótese depósito para tais diligências. **5.** A identificação do oficial de justiça, no desempenho de suas funções, será feita mediante apresentação de carteira funcional, obrigatória em todas as diligências." Texto extraído do Cap. VI, das Normas de Serviço da Corregedoria Geral de Justiça.
Advertência: "Opor-se à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a quem esteja prestando auxílio: Pena – detenção, de 2 (dois) meses a 2 (dois) anos. Desacatar funcionário público no exercício da função ou em razão dela: Pena – detenção, 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, ou multa." Texto extraído do Código Penal, artigos 329, "caput" e 331.

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por PEDRO DONIZETTI SIMÕES, para acessar os autos acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 86D079.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 86D079.

452

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ATIBAIA
FORO DE ATIBAIA
1ª VARA CÍVEL
Rua Dr. José Roberto Paim, 99 - Parque dos Coqueiros
CEP: 12945-007 - Atibaia - SP
Telefone: (11) 4412-9688 - E-mail: atibaia1cv@tjsp.jus.br

TERMO DE CONCLUSÃO

Em 25 de abril de 2014, faço estes autos conclusos ao Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito Titular, Dr. MARCOS COSME PORTO

DESPACHO

Processo nº:	**0010369-26.2011.8.26.0048**
Classe – Assunto:	**Procedimento Ordinário - Indenização por Dano Material**
Requerente:	**Gabriele Baraldi**
Requerido:	**Raul Donato Mendes**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Marcos Cosme Porto**

Vistos.

Mantenho a decisão agravada por seus próprios fundamentos.

Prossiga-se.

Int.

Atibaia, 25 de abril de 2014.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por MARCOS COSME PORTO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo - SAJ, em 25/04/2014 às 14:26:36 , sob o código 303F54.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F54.

453

PODER JUDICIÁRIO
SÃO PAULO

ILUSTRÍSSIMO SENHOR DIRETOR DO 1º OFÍCIO CÍVEL DA COMARCA DE ATIBAIA

PROCESSO Nº 1527 /2011

REQUERENTE: Melissa R. Baraldi
(Advogado ou Estagiário de Direito constituído nos autos)

ENDEREÇO: Av. Cupece', 3736

TELEFONE: (11) 5623-0702

Solicito vista em Cartório, fora do balcão, por 45 (quarenta e cinco) minutos, nos termos do Provimento CG 04/2006.

Atibaia, 10 de Abril de 2014

Melissa Baraldi

OAB/SP nº 211.408

Horário de Entrega dos Autos: _____ _____
(visto do Diretor ou Escrevente)

Horário de Devolução dos Autos: _____ _____
(visto do Diretor ou Escrevente)

50.16.019

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F54.

Foro de Atibaia
Certidão - Processo 0010369-26.2011.8.26.0048

Emitido em: 07/05/2014 09:42
Página: 1

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0326/2014, foi disponibilizado na página 382/387 do Diário da Justiça Eletrônico em 07/05/2014. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subseqüente à data acima mencionada.

Advogado
Duenes do Carmo Silva (OAB 209712/SP)
Melissa Yumi Koga Baraldi (OAB 211408/SP)

Teor do ato: "Proc. nº 1527/11 - Vistos. Mantenho a decisão agravada por seus próprios fundamentos. Prossiga-se. Int."

Atibaia, 7 de maio de 2014.

Andréa De Lima
Escrevente Técnico Judiciário

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F54.

JUNTADA

Em 14 MAI 2014 faço juntada a estes autos do (s) Documento (s) adiante assinalado (s).

( ) A petição e documentos que a instruem.
(X) O mandado
( ) O AR
( ) o ofício (s)
( ) a Carta Precatória
( ) a guia
( )

Escrev

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F54.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ATIBAIA
FORO DE ATIBAIA
1ª VARA CÍVEL
RUA DR. JOSÉ ROBERTO PAIM, 99, Atibaia-SP - CEP 12945-007
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

455

14 MAI 2014

MANDADO DE INTIMAÇÃO DE PENHORA

Processo nº:	**0010369-26.2011.8.26.0048 (1527/11)**
Classe – Assunto:	**Procedimento Ordinário - Indenização por Dano Material**
Requerente:	**Gabriele Baraldi**
Requerido:	**Raul Donato Mendes**
Oficial de Justiça:	
Mandado nº:	**048.2014/006579-0**

O MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Cível do Foro de Atibaia, Dr. Marcos Cosme Porto, na forma da lei,

M A N D A a qualquer Oficial de Justiça de sua jurisdição que, em cumprimento ao presente, expedido nos autos da ação em epígrafe, proceda à

INTIMAÇÃO do(a,s) devedor(a,s) **Raul Donato Mendes**, Anice Cujry Sabag, 123, JARDIM SHANGRILA, Atibaia-SP, CPF 252.972.718-00, RG 27233858, da **penhora realizada** sobre o bem a seguir descrito, conforme cópia do Termo de Penhora e nomeação de depositário que seguem anexos e deste passa a fazer parte integrante:

Bem penhorado: imóvel matriculado no CRI local sob nº 93.959, tratando-se da Gleba 1 "Sítio Primavera" com área total de 42.115,19 m2, situado no bairro do Itapetinga, zona rural de Atibaia – SP. Foi nomeado depositário o Sr. RAUL DONATO MENDES, portador do RG 27.233.858-8 e do CPF 252.972.718-00. O depositário não pode abrir mão do(s) bem(ns) depositado(s) sem expressa autorização deste Juízo, observadas as conseqüências do descumprimento das obrigações inerentes.

CUMPRA-SE, observadas as formalidades legais. Em Atibaia, Estado de São Paulo, aos 16 de abril de 2014.

Diligência: guia nº 11903 (30/03/14) valor: R$ 13,59

Nos termos do Prov. 3/2001 da CGJ, fica constando o seguinte: "**4.** É vedado ao oficial de justiça o recebimento de qualquer numerário diretamente da parte. **4.1.** As despesas em caso de transporte e depósito de bens e outras necessárias ao cumprimento de mandados, ressalvadas aquelas relativas à condução, serão adiantadas pela parte mediante depósito do valor indicado pelo oficial de justiça nos autos, em conta corrente à disposição do juízo. **4.2.** Vencido o prazo para cumprimento do mandado sem que efetuado o depósito (4.1.), o oficial de justiça o devolverá, certificando a ocorrência. **4.3.** Quando o interessado oferecer meios para o cumprimento do mandado (4.1.), deverá desde logo especificá-los, indicando dia, hora e local em que estarão à disposição, não havendo nesta hipótese depósito para tais diligências. **5.** A identificação do oficial de justiça, no desempenho de suas funções, será feita mediante apresentação de carteira funcional, obrigatória em todas as diligências." Texto extraído do Cap. VI, das Normas de Serviço da Corregedoria Geral de Justiça.
Advertência: "Opor-se à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executa-lo ou a quem esteja prestando auxílio. Pena – detenção, de 2 (dois) meses a 2 (dois) anos. Desacatar funcionário público no exercício da função ou em razão dela. Pena – detenção, 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, ou multa." "Texto extraído do Código Penal, artigos 329, "caput" e 331.

Raul Donato Mendes

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANDRESA PEREIRA GUIMARAES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F54.

456

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ATIBAIA
FORO DE ATIBAIA
1ª VARA CÍVEL
Rua Dr. José Roberto Paim, 99, Parque dos Coqueiros - CEP 12945-007,
Fone: (11) 4412-9688, Atibaia-SP - E-mail: atibaia1cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

CERTIDÃO

Processo Físico nº:	**0010369-26.2011.8.26.0048**
Classe - Assunto:	**Procedimento Ordinário - Indenização por Dano Material**
Requerente:	**Gabriele Baraldi**
Requerido:	**Raul Donato Mendes**
Situação do Mandado	**Cumprido - Ato positivo**
Oficial de Justiça	**Maurício Rozeira Costa (24338)**

CERTIDÃO - MANDADO CUMPRIDO POSITIVO

CERTIFICO eu, Oficial de Justiça, que em cumprimento ao mandado nº 048.2014/006579-0 dirigi-me ao endereço indicado e, aí sendo, intimei Raul Donato Mendes, que aceitou a contrafé, ficou ciente de todo teor e exarou sua assinatura.

valor recolhido (guia 11903) 13,59
*cond. 13,59
resta=0

O referido é verdade e dou fé.

Atibaia, 13 de maio de 2014.

Número de Atos:

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por MAURICIO ROZEIRA COSTA e BARBOSA DE LOURDES
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F54.

30ª Câmara de Direito Privado

Nº do processo		Número de ordem
2046213-45.2014.8.26.0000 **Pauta**		**4**
Publicado em	**Julgado em**	**Retificado em**
	14 de maio de 2014	
Julgamento presidido pelo Exmo(a) Sr(a) Juiz (a)		
Andrade Neto		

Agravo de Instrumento
Comarca

Atibaia

Turma Julgadora

Relator(a): Orlando Pistoresi Voto: 26603
2º juiz(a): José Roberto Lino Machado
3º juiz(a): Carlos Alberto Russo

Juiz de 1ª Instância

Marcos Cosme Porto

Partes e advogados

Agravante : Raul Donato Mendes
Advogada : Duenes do Carmo Silva (OAB: 209712/SP) (Fls: 10)
Agravada : Gabriele Baraldi (Espólio)
Advogada : Melissa Yumi Koga Baraldi (OAB: 211408/SP) (Fls: 9)

Súmula

NEGARAM PROVIMENTO AO RECURSO. V. U.



Sustentou oralmente o advogado: Não houve solicitação de preferência ou sustentação oral.
Usou a palavra o Procurador: Procurador da sessão atual do processo Não informado
Impedido(s): Magistrados impedidos Não informado

Jurisprudência					
	Acórdão		Parecer		Sentença

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por GABRIELA ARDUINI SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 19/03/2015 às 16:10 .
Para conferir o original, acesse o site http://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/validaDocumento.do, informe o processo 2046213-45.2014.8.26.0000 e código 3F20AE.

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

30ª Câmara de Direito Privado

Agravo de Instrumento nº 2046213-45.2014.8.26.0000 - Atibaia - Foro de Atibaia

Registro: 2014.0000283552

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento nº 2046213-45.2014.8.26.0000, da Comarca de Atibaia, em que é agravante RAUL DONATO MENDES, é agravada GABRIELE BARALDI (ESPÓLIO).

ACORDAM, em 30ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Negaram provimento ao recurso. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores ANDRADE NETO (Presidente sem voto), LINO MACHADO E CARLOS RUSSO.

São Paulo, 14 de maio de 2014.

Orlando Pistoresi
RELATOR
Assinatura Eletrônica

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ORLANDO PISTORESI e Tribunal de Justica de Sao Paulo - SP, em 19/03/2015 às 16:10 .
Para conferir o original, acesse o site http://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/validaDocumento.do, informe o processo 20462131420148260000 e código 3F20AE.
Assinado digitalmente por ORLANDO PISTORESI e Tribunal de Justica de Sao Paulo - SP, em 19/03/2015 às 16:10 .
Para conferir o original, acesse o site http://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/validaDocumento.do, informe o processo 20462131420148260000 e código 3F20AE.

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

30ª Câmara de Direito Privado

Agravo de Instrumento nº 2046213-45.2014.8.26.0000 - Atibaia - Foro de Atibaia

Processo Digital

Voto nº 26.603

Agravante: Raul Donato Mendes
Agravada: Espólio de Gabriele Baraldi
Juiz de Direito: Marcos Cosme Porto

Direito de vizinhança - Ação de obrigação de fazer cumulada com pedido indenizatório - Bem de família - Impenhorabilidade - Inocorrência - Ausência de comprovação de que o imóvel se destina à moradia do executado.

Para que se livre o bem da constrição, há necessidade de prova, através de elementos convincentes, de que o imóvel serve de residência para o executado, do que na hipótese não se cogita.

Recurso improvido.

Trata-se de recurso de agravo de instrumento interposto contra a decisão reproduzida às fls. 11, e que, em autos de ação ordinária de obrigação de fazer c.c. indenização, determinou a penhora do imóvel, ao argumento de que a prova é clara no sentido de que o réu não reside nele, não se falando em bem de família.

Sustenta o agravante que a competência para o julgamento do presente recurso seria de uma das Câmaras de Direito Ambiental. Aduz que o bem penhorado é seu único imóvel e sua residência, afirmando que será utilizado para transferir a atividade laboral de cultivo de mudas de rosas que é realizado em terreno arrendado. Afirma que utiliza o endereço do irmão para receber intimações e demais correspondências, tudo a justificar o provimento do recurso para que seja deferida a impenhorabilidade do único imóvel de propriedade do agravante.

Recurso processado sem o pretendido efeito

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CRISTINA JARUSSI, liberado nos autos em 19/03/2015 às 16:10 .
Para conferir o original, acesse o site http://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/validaDocumento.do, informe o processo 20462134520148260000 e código 3F20AE.

suspensivo, apresentando o agravado resposta às fls. 67/144, pleiteando a condenação do agravante nas penas por litigância de má-fé.

É o relatório.

Cumpre salientar que a presente ação objetiva a condenação do requerido ao cumprimento de obrigação de fazer, além do pagamento de indenização, com fundamento em direito de vizinhança, razão pela qual competente esta 30.ª Câmara da Seção de Direito Privado para o julgamento do presente recurso.

No mais, o recurso descomporta provimento.

Os elementos trazidos pelo recorrente não permitem alterar o quanto restou decidido, porquanto não demonstram a incorreção da decisão hostilizada.

Consoante se constata o MM. Juiz *a quo* afastou a alegação de bem de família, entendendo que a prova dos autos demonstra que o réu não reside nesse imóvel.

A questão da impenhorabilidade do bem de família foi disciplinada na Lei 8.009/90, que, em relação ao imóvel rural, expressamente consignou em seu artigo 4º, §2º, que: "Quando a residência familiar constituir-se em imóvel rural, a impenhorabilidade restringir-se-á à sede da moradia, com os respectivos bens móveis e, nos casos do art. 5º, incisos XXVI, da Constituição, à área limitada como pequena propriedade rural".

Entretanto, não cuidou o agravante de trazer a este instrumento provas suficientes a comprovar que o imóvel objeto de penhora se presta à moradia própria e de sua família.

Ainda que seja o único imóvel de sua propriedade, para que se livre o bem da constrição, há necessidade de prova, através de elementos convincentes, de que o imóvel serve de residência para o executado, do que na hipótese não se cogita.

Assim, não há se falar em impenhorabilidade do bem constrito e que justifique a declaração de nulidade da penhora, porquanto não trouxe o agravante provas que pudessem alterar o quanto restou

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARCIA CRISTINA JARUSSI, liberado nos autos em 19/03/2015 às 16:10 .
Para conferir o original, acesse o site http://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/validaDocumento.do, informe o processo 20462131420148260000 e código 3F20AE.

decidido.

É certo que a execução deve ser efetivada pelo modo menos gravoso para o devedor, como o consagra o artigo 620 do Código de Processo Civil. Entretanto, não se pode ignorar o princípio segundo o qual a execução deve ser útil ao credor, de modo que o deferimento da penhora no imóvel mencionado deve ser mantido.

Por fim, não se entrevê, na hipótese, litigância de má-fé configurada e que pudesse justificar a reclamada imposição de penalidade ao agravante.

Pelo exposto, nega-se provimento ao recurso.

Orlando Pistoresi
Relator
Assinatura Eletrônica

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ORLANDO PISTORESI e Tribunal de Justica de Sao Paulo, em 19/03/2015 às 16:10 .
Para conferir o original, acesse o site http://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/validaDocumento.do, informe o processo 20462134520148260000 e código 3F20AE.

30ª Câmara de Direito Privado

Nº do processo		Número de ordem
2046213-45.2014.8.26.0000/50000 Pauta		**280**
Publicado em	**Julgado em**	**Retificado em**
	4 de junho de 2014	
Julgamento presidido pelo Exmo(a) Sr(a) Juiz (a)		
Andrade Neto		

Embargos de Declaração

Comarca

Atibaia

Turma Julgadora

Relator(a): Orlando Pistoresi Voto: 26848
2º juiz(a): José Roberto Lino Machado
3º juiz(a): Carlos Alberto Russo

Juiz de 1ª Instância

Marcos Cosme Porto

Partes e advogados

Embargte : Raul Donato Mendes
Advogada : Duenes do Carmo Silva (OAB: 209712/SP)
Embargdo : Gabriele Baraldi
Advogada : Melissa Yumi Koga Baraldi (OAB: 211408/SP)

Súmula

REJEITARAM OS EMBARGOS. V. U.



Sustentou oralmente o advogado: Não houve solicitação de preferência ou sustentação oral.

Usou a palavra o Procurador: Procurador da sessão atual do processo Não informado

Impedido(s): Magistrados impedidos Não informado

Jurisprudência					
	Acórdão		Parecer		Sentença

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por GABRIELA ARDUINI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo - SP, liberado nos autos em 19/03/2015 às 16:10 .
Para conferir o original, acesse o site http://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/validaDocumento.do, informe o processo 2046213-45.2014.8.26.0000 e código 3F20AE.

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

30ª Câmara de Direito Privado

Embargos de Declaração nº 2046213-45.2014.8.26.0000/50000

- Atibaia - Foro de Atibaia

Registro: 2014.0000338666

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração nº 2046213-45.2014.8.26.0000/50000, da Comarca de Atibaia, em que é embargante RAUL DONATO MENDES, é embargado GABRIELE BARALDI.

ACORDAM, em 30ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Rejeitaram os embargos. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores ANDRADE NETO (Presidente sem voto), LINO MACHADO E CARLOS RUSSO.

São Paulo, 4 de junho de 2014.

Orlando Pistoresi
RELATOR
Assinatura Eletrônica

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ORLANDO PISTORESI e Tribunal de Justica de Sao Paulo - SP, em 19/03/2015 às 16:10 .
Para conferir o original, acesse o site http://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 20461324520148260000 e código 3F20AE.
Para conferir o original, acesse o site http://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 20461324520148260000 e código 3F20AE.

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

30ª Câmara de Direito Privado

Embargos de Declaração nº 2046213-45.2014.8.26.0000/50000

- Atibaia - Foro de Atibaia

Processo Digital

Voto nº 26.848

Embargante: Raul Donato Mendes
Embargado: Espólio de Gabriele Baraldi

Embargos de declaração - Omissão - Inocorrência.

Inexistindo omissão a ser suprida, os embargos de declaração opostos ficam rejeitados.

Embargos rejeitados.

Ao V. Acórdão de fls. 151/154 e que, por votação unânime, negou provimento ao recurso, interpõe o agravante embargos de declaração sustentando que o julgado apresenta-se omisso no que concerne às provas constantes dos autos, afirmando que Gabriele Baraldi teria agido de má-fé, tudo a justificar o acolhimento dos embargos.

O julgado não contém o vício apontado.

Em verdade, os embargos de declaração não se prestam a um rejulgamento da causa, como pretendido, tendo finalidade de completar decisão omissa ou de completá-la aclarando-a, ou dissipando obscuridades ou contradições.

Ainda que se tenha presente que ao examinar os embargos de declaração o órgão julgador haverá de fazê-lo com espírito de compreensão, atentando para o fato de consubstanciarem verdadeira contribuição da parte em prol do devido processo legal, a verdade é que seu cabimento só se verifica quando se objetiva o afastamento de obscuridades, contradições ou omissões.

Na hipótese vertente o julgado abordou todos os temas relevantes para a solução das questões, sendo incogitável vislumbrar-se

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANA CRISTINA JARUSSI, liberado nos autos em 19/03/2015 às 16:10 .
Para conferir o original, acesse o site http://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 20462131420148260000 e código 3F20AE.

omissão.

Restou expressamente definido que "Os elementos trazidos pelo recorrente não permitem alterar o quanto restou decidido, porquanto não demonstram a incorreção da decisão hostilizada.

"Consoante se constata o MM. Juiz *a quo* afastou a alegação de bem de família, entendendo que a prova dos autos demonstra que o réu não reside nesse imóvel.

"A questão da impenhorabilidade do bem de família foi disciplinada na Lei 8.009/90, que, em relação ao imóvel rural, expressamente consignou em seu artigo 4º, §2º, que: "Quando a residência familiar constituir-se em imóvel rural, a impenhorabilidade restringir-se-á à sede da moradia, com os respectivos bens móveis e, nos casos do art. 5º, incisos XXVI, da Constituição, à área limitada como pequena propriedade rural".

"Entretanto, não cuidou o agravante de trazer a este instrumento provas suficientes a comprovar que o imóvel objeto de penhora se presta à moradia própria e de sua família.

"Ainda que seja o único imóvel de sua propriedade, para que se livre o bem da constrição, há necessidade de prova, através de elementos convincentes, de que o imóvel serve de residência para o executado, do que na hipótese não se cogita.

"Assim, não há se falar em impenhorabilidade do bem constrito e que justifique a declaração de nulidade da penhora, porquanto não trouxe o agravante provas que pudessem alterar o quanto restou decidido.

"É certo que a execução deve ser efetivada pelo modo menos gravoso para o devedor, como o consagra o artigo 620 do Código de Processo Civil. Entretanto, não se pode ignorar o princípio segundo o qual a execução deve ser útil ao credor, de modo que o deferimento da penhora no imóvel mencionado deve ser mantido".

E consoante já pronunciado pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça, "... o juiz não está obrigado a responder todas alegações das partes, quando já tenha encontrado motivos suficientes para

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANA CRISTINA JARUSSI e Colegiado - 30ª Câmara de Direito Privado, liberado nos autos em 19/03/2015 às 16:10 .
Para conferir o original, acesse o site http://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/validaDocumento.do, informe o processo 20462131420148260000 e código 3F20AE.

fundamentar a decisão, nem está obrigado a ater-se aos fundamentos indicados por ela e tampouco a responder um ou todos os seus argumentos" (REsp. nº254.409/MG, Relator Ministro Vicente Leal, *in* DJ 15/10/2001).

Assim, nada havendo a ser acrescentado e inexistindo qualquer vício no julgado, sanável através da presente via, não há como acolher-se o reclamo. Eventual erro do julgamento deverá ser reparado pelas vias próprias.

Por fim, não se justifica a imposição de penalidade por litigância de má-fé ao embargado, cujos pressupostos não restaram configurados.

Pelo exposto, os embargos de declaração ficam rejeitados.

Orlando Pistoresi
Relator
Assinatura Eletrônica

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ORLANDO PISTORESI e Tribunal de Justica de Sao Paulo - SPSESSP, em 19/03/2015 às 16:10 .
Para conferir o original, acesse o site http://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/validaDocumento.do, informe o processo 20462134520148260000 e código 3F20AE.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
30ª Câmara de Direito Privado
Páteo do Colégio, nº 73 - CEP 01016-040 - Páteo do Colégio - Sala 905 - 3292-4900 r2153

CERTIDÃO

Processo nº:	**2046213-45.2014.8.26.0000/50000**
Classe – Assunto:	**Embargos de Declaração - Direito de Vizinhança**
Embargante	**Raul Donato Mendes**
Embargado	**Gabriele Baraldi**
Relator(a):	**Orlando Pistoresi**
Órgão Julgador:	**30ª Câmara de Direito Privado**

CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO

Certifico que o v. acórdão transitou em julgado em 01/07/2014.

São Paulo, 3 de julho de 2014.

_____

MARINEI TERESINHA NUNES - Matrícula: M314529
Escrevente Técnico Judiciário

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARINEI TERESINHA JARUSSI, liberado nos autos em 19/03/2015 às 16:10 .
Para conferir o original, acesse o site http://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 2046213-45.2014.8.26.0000 e código 3F20AE.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ATIBAIA
FORO DE ATIBAIA
1ª VARA CÍVEL
Rua Dr. José Roberto Paim, 99, Parque dos Coqueiros - CEP 12945-007,
Fone: (11) 4412-9688, Atibaia-SP - E-mail: atibaia1cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

CERTIDÃO

Processo Digital n°:	**0010369-26.2011.8.26.0048**
Classe – Assunto:	**Procedimento Ordinário - Indenização por Dano Material**
Requerente:	**Gabriele Baraldi**
Requerido:	**Raul Donato Mendes**

C E R T I D Ã O

Certifico e dou fé que conforme provimento 28/2008, arts. 1º e 2º e seus itens e sub-itens, procedi à juntada a estes autos das cópias necessárias do agravo de instrumento. Nada Mais. Atibaia, 19 de março de 2015. Eu, ___, Magda Cristina Jarussi, Escrevente Técnico Judiciário.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MAGDA CRISTINA JARUSSI, liberado nos autos em 19/03/2015 às 16:14 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 3F8500.

MELISSA YUMI KOGA BARALDI
ADVOGADA

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ATIBAIA.

Processo número 0010369-26.2011.8.26.0048

ESPÓLIO DE GABRIELE BARALDI, representado pela inventariante ANNITA HERMINE BARALDI, já qualificada nos autos em epígrafe que move contra **RAUL DONATO MENDES,** por sua advogada subscritora, vem, respeitosamente à presença de Vossa Excelência, requerer o que se segue:

Vez que a citação do Réu tomando ciência da penhora foi positiva, REITERA O PEDID à Vossa Excelência da expedição imediata da **CERTIDÃO PARA FINS DE AVERBAÇÃO DA PENHORA NA MATRÍCULA DO IMÓVEL**, em conformidade com o Termo de Penhora lavrado nos autos.

Termos em que,
Pede deferimento.

De São Paulo para Atibaia, 1º de Dezembro de 2014

MELISSA YUMI KOGA BARALDI
OAB/SP 211.408

Avenida Cupecê, 3736 – sala 02 – sobreloja – Cidade Ademar – Cep : 04366-001 – São Paulo/SP – Fone : (11) 5623-0702 – e-mail: mel.adv2007@gmail.com

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA YUMI KOGA BARALDI e Tribunal de Justica Sao Paulo, protocolado em 01/12/2014 às 17:24 , sob o número WAIA14700260440
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 3F8512.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ATIBAIA
FORO DE ATIBAIA
1ª VARA CÍVEL
Rua Dr. José Roberto Paim, 99 - Parque dos Coqueiros
CEP: 12945-007 - Atibaia - SP
Telefone: (11) 4412-9688 - E-mail: atibaia1cv@tjsp.jus.br

TERMO DE CONCLUSÃO

Em 20 de março de 2015. , faço estes autos conclusos ao(a) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Doutor(a) Juiz(a) de Direito Titular, Dr(a). **Marcos Cosme Porto**

DESPACHO

Processo nº:	**0010369-26.2011.8.26.0048**
Classe – Assunto:	**Procedimento Ordinário - Indenização por Dano Material**
Requerente:	**Gabriele Baraldi**
Requerido:	**Raul Donato Mendes**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Marcos Cosme Porto**

Vistos.

Fls. 488: Defiro. Expeça-se a certidão requerida.

Int.

Atibaia, 20 de março de 2015.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARCOS COSME PORTO, liberado nos autos em 28/03/2015 às 09:19 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 3F99E6.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª. VARA CÍVEL DA COMARCA DE ATIBAIA / SP.

Processo 0010369-26.2011.8.26.0048 – Reparação de Danos / Execução
Autor: Espólio de Gabriele Baraldi, repres. Por Annita H. Baraldi
Réu: Raul Donato Mendes

RAUL DONATO MENDES, qualificado nos autos, vem respeitosamente a presença de Vossa Excelência, por sua advogada adiante assinado manifestar-se no feito em questão.

Junta neste ato cópia de decisão onde se obteve TUTELA ANTECIPADA, deferida parcialmente nos autos em curso na 2ª. Vara Cível – 1000739-84.2015.8.26.0048, para suspender os atos de expropriação do imóvel do ora Requerente.

Termos em que,
Pede deferimento.

Atibaia, 05 de março de 2015.

DUENES DO CARMO SILVA
OAB/SP. 209712

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica de Sao Paulo, protocolado em 08/03/2015 às 11:41 , sob o número WAIA15700059142
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 45A465.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ATIBAIA
FORO DE ATIBAIA
2ª VARA CÍVEL
Rua Dr. José Roberto Paim, 99, Atibaia-SP - 12945-007
Horário de Atendimento ao Público: das Horário de Atendimento ao Público<< Campo excluído do banco de dados >>

DECISÃO/CARTA

Processo Digital nº:	**1000739-84.2015.8.26.0048**
Classe – Assunto:	**Procedimento Sumário - Indenização por Dano Moral**
Requerente:	**Raul Donato Mendes**
Requerido:	**José Fortuna, CPF 804.346.308-53**

A(o) Ilmo(a) Sr(a):
José Fortuna
Ultima Cantiga, 29, Vila Buenos Aires
03627-200 São Paulo-SP

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Marcelo Octaviano Diniz Junqueira**

Vistos.

Concedo à parte autora os benefícios da assistência judiciária gratuita, ***ANOTANDO-SE.***

Adoto o rito ordinário, que permite às partes melhores oportunidades de ação e defesa, sem olvidar que a situação pela qual passa esta Comarca torna muito dificultosa a realização de audiência de conciliação.

Trata-se de ação regressiva com pedido de antecipação da tutela através do qual o autor pretende obter provimento jurisdicional que suspenda a penhora realizada nos autos da ação movida contra ele por Espólio de Grabriele Baraldi.

Como não se desconhece, para que se antecipem os efeitos da tutela jurisdicional final, é imprescindível a presença dos requisitos insertos no art. 273 do CPC, quais sejam, verossimilhança das alegações e perigo na demora da análise do pedido, representado pelo risco de ocorrência de um dano irreparável ou de difícil reparação caso a tutela jurisdicional não seja concedida de imediato.

No presente caso, verifico a presença de tais requisitos.

Com efeito, há elementos que, se não permitem a direta atribuição da responsabilidade ao requerido, conferem verossimilhança às alegações do autor.

Há também iminente risco de prejuízo irreparável ao autor, representado pela possibilidade, bastante plausíve, aliás, de arrematação do bem em eventual hasta pública.

Não obstante, não se pode olvidar que o autor se encontra numa verdadeira "sinuca de bico", já que a decisão judicial manda que providencie o restabelecimento do curso d'água ao seu local original, e há acordo com o Ministério Público que o proíbe de fazê-lo.

Assim, presentes os requisitos legais, ANTECIPO, PARCIALMENTE, OS EFEITOS DA TUTELA para suspender os atos de expropriação do imóvel do autor até decisão final transitada em julgado a ser proferida nesta ação.

A cópia da presente decisão, digitalmente assinada, servirá de documento hábil à comunicação ao Juízo da execução, cabendo ao autor imprimi-la diretamente a partir do sistema e-saj e providenciar o encaminhamento, sem necessidade de comprovação

Este documento foi assinado digitalmente por MARCELO OCTAVIANO DINIZ JUNQUEIRA.
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DHIENIFER DA CARMO BRESSAN e MARCELO OCTAVIANO DINIZ JUNQUEIRA, em 08/03/2015 às 11:41 , sob o número WAIA15700059142
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 45A466.

da entrega nestes autos.

No mais, **CITE-SE** a(o) ré(u) para os termos da ação em epígrafe, cuja cópia da inicial segue em anexo, ficando advertida(o) do prazo de 15 (quinze) dias para apresentar a defesa, sob pena de serem presumidos como verdadeiros os fatos articulados na inicial, nos termos do artigo 285 do Código de Processo Civil.

Servirá a presente, por cópia digitada, como carta de citação, ficando, ainda, ciente de que o recibo que a acompanha valerá como comprovante de que esta citação se efetivou. Cumpra-se na forma e sob as penas da Lei.

Intime-se.

Atibaia, 23 de fevereiro de 2015.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

(CÓPIA DA INICIAL SEGUE ANEXA E FICA FAZENDO PARTE INTEGRANTE DESTA)

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por DANIELA CRISTINA VIANA DE OLIVEIRA e Tribunal de Justica Sao Paulo, protocolado em 08/03/2015 às 11:41 , sob o número WAIA15700059142
Para conferir o original acesse o site http://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 0000700-23.2015.8.26.0048 e código 45A466.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª. VARA CÍVEL DA COMARCA DE ATIBAIA / SP.

Processo 0010369-26.2011.8.26.0048 – Reparação de Danos / Execução
Autor: Espólio de Gabriele Baraldi, repres. Por Annita H. Baraldi
Réu: Raul Donato Mendes

RAUL DONATO MENDES, qualificado nos autos, vem respeitosamente a presença de Vossa Excelência, por sua advogada adiante assinado manifestar-se no feito em questão.

Em 08/março/2015 protocolou cópia de decisão onde se obteve TUTELA ANTECIPADA, deferida parcialmente nos autos em curso na 2ª. Vara Cível – 1000739-84.2015.8.26.0048, para suspender, por ora os atos de expropriação do imóvel do ora Requerente.

Porém, por algum problema técnico não houve a juntada.

Ante o exposto reenvia os documentos aguardando pela suspensão do feito até final decisão nos autos supracitados.

Termos em que,
Pede deferimento.

Atibaia, 24 de abril de 2015.

DUENES DO CARMO SILVA
OAB/SP. 209712

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica Sao Paulo, protocolado em 24/04/2015 às 18:20 , sob o número WAIA15700118572
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 45EF98.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PODER JUDICIÁRIO

RECIBO DO PROTOCOLO
PETICIONAMENTO INTERMEDIARIA - PRIMEIRO GRAU

Dados Básicos

Foro:	
Processo:	00103692620118260048
Classe do Processo:	Impugnação ao Cumprimento da Sentença
Data/Hora:	08/03/2015 11:41:08

Partes

Solicitante:	Raul Donato Mendes

Documentos

null:	raul suspensao penhora 1a.pdf
null:	decisao 0001.pdfcomprimido.pdf
null:	decisao 02.pdf

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica de Sao Paulo, protocolado em 24/04/2015 às 18:20 , sob o número WAIA15700118572
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 45EF99.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ATIBAIA
FORO DE ATIBAIA
2ª VARA CÍVEL
Rua Dr. José Roberto Paim, 99, Atibaia-SP - 12945-007
Horário de Atendimento ao Público: das Horário de Atendimento ao Público<< Campo excluído do banco de dados >>

DECISÃO/CARTA

Processo Digital nº:	**1000739-84.2015.8.26.0048**
Classe – Assunto:	**Procedimento Sumário - Indenização por Dano Moral**
Requerente:	**Raul Donato Mendes**
Requerido:	**José Fortuna, CPF 804.346.308-53**

A(o) Ilmo(a) Sr(a):
José Fortuna
Ultima Cantiga, 29, Vila Buenos Aires
03627-200 São Paulo-SP

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Marcelo Octaviano Diniz Junqueira**

Vistos.

Concedo à parte autora os benefícios da assistência judiciária gratuita, ***ANOTANDO-SE.***

Adoto o rito ordinário, que permite às partes melhores oportunidades de ação e defesa, sem olvidar que a situação pela qual passa esta Comarca torna muito dificultosa a realização de audiência de conciliação.

Trata-se de ação regressiva com pedido de antecipação da tutela através do qual o autor pretende obter provimento jurisdicional que suspenda a penhora realizada nos autos da ação movida contra ele por Espólio de Grabriele Baraldi.

Como não se desconhece, para que se antecipem os efeitos da tutela jurisdicional final, é imprescindível a presença dos requisitos insertos no art. 273 do CPC, quais sejam, verossimilhança das alegações e perigo na demora da análise do pedido, representado pelo risco de ocorrência de um dano irreparável ou de difícil reparação caso a tutela jurisdicional não seja concedida de imediato.

No presente caso, verifico a presença de tais requisitos.

Com efeito, há elementos que, se não permitem a direta atribuição da responsabilidade ao requerido, conferem verossimilhança às alegações do autor.

Há também iminente risco de prejuízo irreparável ao autor, representado pela possibilidade, bastante plausíve, aliás, de arrematação do bem em eventual hasta pública.

Não obstante, não se pode olvidar que o autor se encontra numa verdadeira "sinuca de bico", já que a decisão judicial manda que providencie o restabelecimento do curso d'água ao seu local original, e há acordo com o Ministério Público que o proíbe de fazê-lo.

Assim, presentes os requisitos legais, ANTECIPO, PARCIALMENTE, OS EFEITOS DA TUTELA para suspender os atos de expropriação do imóvel do autor até decisão final transitada em julgado a ser proferida nesta ação.

A cópia da presente decisão, digitalmente assinada, servirá de documento hábil à comunicação ao Juízo da execução, cabendo ao autor imprimi-la diretamente a partir do sistema e-saj e providenciar o encaminhamento, sem necessidade de comprovação

Este documento foi assinado digitalmente por MARCELO OCTAVIANO DINIZ JUNQUEIRA.
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DHIENE SOUZA DO CARMO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, em 24/04/2015 às 18:20 , sob o número WAIA15700118572
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 45EF9A.

da entrega nestes autos.

No mais, **CITE-SE** a(o) ré(u) para os termos da ação em epígrafe, cuja cópia da inicial segue em anexo, ficando advertida(o) do prazo de 15 (quinze) dias para apresentar a defesa, sob pena de serem presumidos como verdadeiros os fatos articulados na inicial, nos termos do artigo 285 do Código de Processo Civil.

Servirá a presente, por cópia digitada, como carta de citação, ficando, ainda, ciente de que o recibo que a acompanha valerá como comprovante de que esta citação se efetivou. Cumpra-se na forma e sob as penas da Lei.

Intime-se.

Atibaia, 23 de fevereiro de 2015.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

(CÓPIA DA INICIAL SEGUE ANEXA E FICA FAZENDO PARTE INTEGRANTE DESTA)

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por DULCE HELENA SANCHES DE LIMA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 24/04/2015 às 18:20 , sob o número WAIA15700118572
Para conferir o original, acesse o site http://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 0000700-88.2015.8.26.0048 e código 45EF9B.

MELISSA YUMI KOGA BARALDI
ADVOGADA

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ATIBAIA.

Processo número 0010369-26.2011.8.26.0048

ESPÓLIO DE GABRIELE BARALDI, representado pela inventariante ANNITA HERMINE BARALDI, já qualificada nos autos em epígrafe que move contra **RAUL DONATO MENDES,** por sua advogada subscritora, vem, respeitosamente à presença de Vossa Excelência, em manifestação ao r. despacho de fls 474, informar que o Réu JÁ FOI INTIMADO DA PENHORA, conforme se observa através do cumprimento positivo do mandado às fls 475, datado de 13 de maio de 2014.

Com isso, requer a expedição da certidão da penhora para averbação da matrícula do imóvel, reiterando pedido formulado às fls 488.

Termos em que,
Pede deferimento.
São Paulo, 27 de Maio de 2015.

MELISSA YUMI KOGA BARALDI
OAB/SP 211.408

Avenida Cupecê, 3736 – sala 02 – sobreloja – Cidade Ademar – Cep : 04366-001 – São Paulo/SP – Fone : (11) 5623-0702 – e-mail: mel.adv2007@gmail.com

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA YUMI KOGA BARALDI e Tribunal de Justica de Sao Paulo, protocolado em 27/05/2015 às 08:38 , sob o número WAIA15700164485
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 4A3B73.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0080/2015, foi disponibilizado na página 473/480 do Diário da Justiça Eletrônico em 27/05/2015. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subseqüente à data acima mencionada.

Advogado
Duenes do Carmo Silva (OAB 209712/SP)
Melissa Yumi Koga Baraldi (OAB 211408/SP)

Teor do ato: "Vistos. Fls. 488: Defiro. Expeça-se a certidão requerida. Int."

Atibaia, 28 de maio de 2015.

Natália Aparecida Da Silva
Escrevente Técnico Judiciário

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA APARECIDA DA SILVA, liberado nos autos em 28/05/2015 às 11:09 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 4A8B54.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0080/2015, foi disponibilizado na página 473/480 do Diário da Justiça Eletrônico em 27/05/2015. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subseqüente à data acima mencionada.

Advogado
Duenes do Carmo Silva (OAB 209712/SP)
Melissa Yumi Koga Baraldi (OAB 211408/SP)

Teor do ato: "Providenciar a parte autora, em 10 dias, o recolhimento da condução do oficial de justiça, para intimação da penhora."

Atibaia, 28 de maio de 2015.

Natália Aparecida Da Silva
Escrevente Técnico Judiciário

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA APARECIDA DA SILVA, liberado nos autos em 28/05/2015 às 11:09 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 4A8B58.

MELISSA YUMI KOGA BARALDI
ADVOGADA

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ATIBAIA.

Processo número 0010369-26.2011.8.26.0048 (048.01.2011.010369)
Número de controle 1527/2011

ESPÓLIO DE GABRIELE BARALDI, representado pela inventariante ANNITA HERMINE BARALDI, já qualificada nos autos em epígrafe que move contra **RAUL DONATO MENDES,** por sua advogada subscritora, vem, respeitosamente à presença de Vossa Excelência, requerer PRIORIDADE NO ANDAMENTO DO FEITO com embasamento na Lei 5.869/73, tendo em vista estar sofrendo a Autora do feito com doença grave, além de estar com 77 anos de idade.

Informa ainda que o Réu já foi intimado da penhora, conforme se aduz das fls 474 – 475, justificando o não recolhimento da taxa de intimação para penhora.

Reitera o pedido de CERTIDÃO PARA AVERBAÇÃO DA PENHORA na matrícula do imóvel, sob pena de não obter o efeito "erga omnes" pretendido.

Termos em que,
Pede deferimento.
São Paulo, 25 de Junho de 2015.

MELISSA YUMI KOGA BARALDI
OAB/SP 211.408

Avenida Cupecê, 3736 – sala 02 – sobreloja – Cidade Ademar – Cep : 04366-001 – São Paulo/SP – Fone : (11) 5623-0702 – e-mail: mel.adv2007@gmail.com

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA YUMI KOGA BARALDI e Tribunal de Justica Sao Paulo, protocolado em 25/06/2015 às 13:04 , sob o número WAIA15700223058
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 50BEA3.

Iamspe

Hospital do Servidor Público Estadual
Francisco Morato de Oliveira
Rua Pedro de Toledo, 1800 - Pabx: (11) 4573-8000

Receituário

Nome: Annita H Baraldi Registro:

Atesto para os devidos fins que a paciente acima é portadora de neoplasia maligna de pâncreas, C1010: C25 e encontra-se em quimioterapia.

Dr. Evandro V. Reis
Oncologista Clínica
CRM 102324

09/06/15

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA YUMI KOGA BARALDI e Tribunal de Justica de Sao Paulo, protocolado em 25/06/2015 às 13:04 , sob o número WAIA15700223058
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 50BEA4.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ATIBAIA
FORO DE ATIBAIA
1ª VARA CÍVEL
Rua Dr. José Roberto Paim, 99 - Parque dos Coqueiros
CEP: 12945-007 - Atibaia - SP
Telefone: (11) 4412-9688 - E-mail: atibaia1cv@tjsp.jus.br

TERMO DE CONCLUSÃO

Em 27 de maio de 2015. , faço estes autos conclusos ao(a) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Doutor(a) Juiz(a) de Direito Titular, Dr(a). **Marcos Cosme Porto**

DESPACHO

Processo nº:	**0010369-26.2011.8.26.0048**
Classe – Assunto:	**Procedimento Ordinário - Indenização por Dano Material**
Requerente:	**Gabriele Baraldi**
Requerido:	**Raul Donato Mendes**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Marcos Cosme Porto**

Vistos.

Manifeste-se a parte contrária, em 10 dias.

Int.

Atibaia, 27 de maio de 2015.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARCOS COSME PORTO, liberado nos autos em 21/07/2015 às 11:28 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 4A3FA9.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0142/2015, foi disponibilizado na página 513/518 do Diário da Justiça Eletrônico em 30/07/2015. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subseqüente à data acima mencionada.

Advogado
Duenes do Carmo Silva (OAB 209712/SP)
Melissa Yumi Koga Baraldi (OAB 211408/SP)

Teor do ato: "Vistos. Manifeste-se a parte contrária, em 10 dias. Int."

Atibaia, 30 de julho de 2015.

Natália Aparecida da Silva
Chefe de Seção Judiciário

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA APARECIDA DA SILVA, liberado nos autos em 30/07/2015 às 13:55 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 574F9B.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO.

RAUL DONATO MENDES, brasileiro, solteiro, trabalhador rural, RG. 27.233.858-8 – SSP/SP., e CPF 252.972.718-00, residente e domiciliado no Sítio Primavera – Estrada Municipal do Mackenzie – 3000 - Bairro Ribeirão dos Porcos – ATIBAIA/SP., com endereço para receber intimações na R. Anice Cury Sabag,123 - Jardim Shangrilá, CEP 12948-022 *ATIBAIA /SP.,* vem respeitosamente a presença de Vossa Excelência por sua advogada adiante assinado impetrar

AÇÃO RESCISÓRIA, com pedido de antecipação de tutela, da R. Sentença prolatada pelo D. Juiz da 1ª. Vara Cível da Comarca de Atibaia, nos autos nr. 0010369-26.2011.8.26.0048 - AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS CUMULADA COM PEDIDO DE REVERSÃO DE CURSO DE RIO - transitada em julgado em 02 de maio de 2013,

em face do ESPÓLIO DE GABRIELE BARALDI, representado por ANNITA HERMINE BARALDI, brasileira, viúva, professora aposentada, portadora do RG. 2.339.992-2 e do CPF 054.774.848-53, residente e domiciliada na Rua Afonso Celso – 718 – apart. 944 – Vila Mariana – CEP 04119-060 – *SÃO PAULO/SP.,* pelas razões de fato e direito a seguir expostas.

I- RAZÕES DA PRESENTE

1- O D. Juiz de 1ª. Instância sentenciou dizendo ser irregular a reversão de um curso de rio, feita pelos proprietários anteriores ao autor, JOSÉ FORTUNA e ORLANDO FEDERZONI, por volta do ano 2000.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por [illegible]
Para conferir o original, acesse o site http://esaj.tjsp.jus.br e informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 58A0EE.

Ocorre que dita reversão obteve OUTORGA do Órgão Ambiental, sendo exigida para a sua regularização a concordância dos confrontantes, na ocasião GABRIELE BARALDI (Requerido) e MOYSES ALBANO NUNES.

O Estado, pelo órgão ambiental competente concedeu a OUTORGA, do que se conclui ter a obra atendido às formalidades ambientais.

E quanto à concordância de GABRIELE BARALDI, mediante DECLARAÇÃO, com o atual curso do rio, disse o D. Juiz:

"Irrelevante também tenha o *de cujus* concordado com a realização da obra (mesmo porque pelas datas, a suposta concordância se deu após sua realização)."

O R. Juiz nada disse quanto a concordância com o atual curso do rio do confrontante MOYSÉS ALBANO NUNES

Ou seja: em existindo OUTORGA, presume-se que a obra atendeu às exigências ambientais, logo não deveria ser considerada irregular, assim estamos diante de erro de fato, resultante de atos ou de documentos da causa, ***conforme artigo 485, inciso IX, do*** **CPC.**

Porém, caso dita reversão seja IRREGULAR, deve se responsabilizar o ESTADO por qualquer dano resultante da obra , mas nunca o ora Autor!

2- Além de considerar irregular a obra determinou a reversão do curso do rio à situação anterior, sob pena de multa diária de R$ 200,00 a partir do 61º. dia do não cumprimento da sentença, mais o pagamento de indenização ao Espólio de Gabriele Baraldi, na quantia de R$ 53.800,00 desde março de 2011, mais juros e correção.

- Pois bem: no ano de 2010, a área onde antes era curso do rio, por força de um TAC – Termo de Ajustamento de Conduta, homologado e arquivado (com força de Título Executivo), firmado entre o Ministério Público, o autor, e outros, foi transformada em nova área de preservação onde foram plantadas 700 mudas de árvores nativas.

Caso o autor descumprisse o TAC, fazendo a reversão do curso do rio estaria sujeito à pena de multa de meio salário mínimo/dia.

Assim, viu-se o autor diante de uma *Sentença Inexequível,* se fazendo imprescindível a manifestação do Ministério Público no feito, que apesar de requerido tanto nos autos principais como diretamente a ele, não ocorreu.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por [illegible]
Para conferir o original, acesse o site http://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pgd/pgdLocalizarDocumento.do e informe o processo 0010966-62.2011.8.26.0048 e código 58A0EE.

Ou seja: a falta de manifestação do Ministério Público em ação que envolve matéria de Direito ambiental leva a nulidade processual. Logo estamos diante do ***inciso V – violar literal disposição de lei, artigo 485 do CPC.***

3- Antes da citação, em 27 de setembro/2011 o Autor protocolou Requerimento junto ao DAEE – Departamento de Água e Energia Elétrica, pretendendo regularizar a OUTORGA de uso de recursos hídricos, transferindo-a para seu nome.

A OUTORGA pretendida se deu após a sentença, portanto, não pode fazer uso dela no feito. Embora constasse dos autos principais o projeto ambiental e o requerimento que a originou.

Acreditava o autor que caso a OUTORGA em seu nome constasse dos autos antes da sentença, por se tratar de prova definitiva da legalização do atual curso do rio, provavelmente poderia o D.Juiz "a quo" suspender a sua reversão.

Ou seja: depois da sentença, o autor obteve documento do qual não pode fazer uso, e que por si só, lhe asseguraria pronunciamento favorável, posto que, reforçaria a legalidade do atual curso do rio. Requisito do inciso VII do artigo 485 do CPC.

- Pelo exposto se conclui que a presente ação Rescisória atende a três requisitos do artigo 485 do Código de Processo Civil -

II - SÍNTESE DA SENTENÇA RESCINDENDA

Resumidamente assim sentenciou o D. Juiz de primeira Instância:

" Os prejuízos sofridos pelo requerido são irrelevantes para os pontos de conflito, uma vez que os danos sofridos pelo autor são decorrentes da **obra irregular** realizada na propriedade do requerido, pouco importando tenha sido ele ou o proprietário anterior o seu empreendedor.

Poderá, certamente, se voltar contra o responsável pela obra para a recomposição do seu prejuízo.

Irrelevante também tenha o *de cujus* concordado com a realização da obra (mesmo porque, pelas datas, **a suposta concordância** se deu após a sua realização).

....Posto isto julgo procedente a ação e condeno o requerido a reverter a situação, alterando o curso do rio e sua canalização na divisa dos dois imóveis, respeitando-se a legislação específica (art.3º., Resolução do CONAMA n. 303/02).

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por [illegible]
Para conferir o original, acesse o site http://esaj.tjsp.jus.br e informe o processo 0010966-[illegible]2011.8.26.0048 e código 58A0EE.

Para o cumprimento dessa obrigação concedo o prazo de 60 dias, decisão essa que concedo em tutela antecipada, acolhendo o pedido da inicial após exauriente cognição.

Diante disso, a partir do 61°. dia passará a correr multa diária de R$ 200,00, no caso do descumprimento.

Condeno o requerido a pagar indenização ao autor no valor de R$53.800,00, com correção monetária a partir de março de 2011 e juros legais a partir da citação."

III – DA IMPOSSIBILIDADE DO CUMPRIMENTO DA SENTENÇA

1- No ano de 2010, o Autor e outras duas partes firmaram um TAC com o Ministério Público, no IC. 20/2010, homologado e arquivado, no qual se comprometeram ao Plantio de 700 mudas de árvores nativas na área de propriedade do autor, a qual é a mesma onde antes corria o rio, transformando-a em Área de Preservação Permanente. Caso descumprissem esse TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA, estariam obrigados à **multa de meio salário mínimo/dia,** além das demais cominações legais.

Ou seja: para reverter o curso do rio, inicialmente teria o Autor, e as demais partes do TAC, solicitar ao Ministério Público "cancelar" o TAC; e se cancelado, contratar engenheiro para elaboração de projeto ambiental, requerer aos órgãos ambientais o cancelamento da Outorga vigente e o deferimento de nova autorização para a realização da reversão, e uma nova OUTORGA.

Isso levaria meses!!!

Além disso, estava em curso no Ministério Público o IC. 302/2011, oriundo de denúncia de ANNITA H. BARALDI, (representante do espólio) no qual exigia do autor a comprovação da regularização da obra existente, o que foi atendido, com o deferimento da OUTORGA.

2- Há que se destacar que o desvio do curso d'água teve a OUTORGA deferida pelo Órgão Ambiental**; logo a obra não está irregular.**

3- O curso d'água está com as obras de manutenção em dia e o Autor detém OUTORGA vigente ; **logo respeitando-se a Lei.**

4- Também resta difícil concordar com a menção do D.Juiz "a quo" - **suposta concordância do de cujus,** com o desvio do rio, por razões óbvias: desviar o curso de um rio sem a concordância dos confrontantes é no mínimo duvidoso, pois não se trata de obra que se possa fazer de forma invisível, mesmo porque, tal obra facilmente seria

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por [illegible]
Para conferir o original, acesse o site http://esaj.tjsp.jus.br, e informe o processo 0010966-[illegible]2011.8.26.0048 e código 58A0EE.

interrompida e ainda levaria seu responsável a responder civil e criminalmente.

5- Quanto à reparação pelos danos, certamente concorda o Autor; porém, se o Estado legalizou o desvio do curso do rio, a Ele cabe responder pelos danos daí resultantes.

Vejamos: o desvio do curso do rio foi construído por JOSÉ FORTUNA, tendo a concordância dos confrontantes GABRIELE BARALDI e MOYSÉS ALBANO NUNES. O ESTADO por seu lado legalizou a obra.

Dito desvio também trouxe prejuízos ao Autor em razão da obra e das fortes chuvas de 11 de janeiro de 2011; mas não lhe é permitido simplesmente contratar uma máquina e reverter o curso do rio.

6- De todo o acima exposto, foram informados o D. Juiz e o Ministério Público, mas, ambos silenciaram-se à respeito restando o autor impossibilitado de reverter o curso do rio.

7- É importante frisar que em obediência aos órgãos ambientais, mas principalmente ao Ministério Público em exigências no IC.302/11, o autor realizou obras no valor de mais de setenta mil reais no atual curso d'água para prevenir eventuais danos com novas chuva.

Ou seja: em existindo outorga vigente e com obras de manutenção em dia não há se falar em irregularidades por parte do autor.

IV - DOS FATOS

1- Conforme restou demonstrado nos **autos principais** (fls.165/177), JOSÉ FORTUNA em **09/05/2000** , (proprietário anterior do Sítio Primavera, atualmente de propriedade do ora autor), protocolou na E.T. Campinas o Requerimento de Outorga ao DPRN objetivando regularização de Barramento e Retificação de curso d'água, ocasionado pelo seu desvio para as divisas de seus confrontantes, GABRIELE BARALDI e MOYSÉS A. NUNES, sendo a Outorga deferida em 26/09/2003, conforme a seguir:

- Barramento com prazo de 30 anos;
- Captação com prazo de 5 anos;
- Lançamento com prazo de 5anos;
- Canalização com prazo de 30 anos.

- Diante disso, mesmo que o desvio do curso da água tenha sido realizado antes da Outorga o seu deferimento posterior legalizou a obra, levando a concluir obediência aos pressupostos legais.

2- ANNITA HERMINE BARALDI, Representante do espólio, conforme a própria descreveu nos autos, era separada de fato de GABRIELE

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por [illegible]
Para conferir o original, acesse o site http://esaj.tjsp.jus.br e informe o processo 0010966-[illegible]2011.8.26.0048 e código 58A0EE.

BARALDI, e após ficar viúva constatou que o atual curso do rio estava rente a algumas benfeitorias na propriedade do ESPÓLIO.

- Conclui-se daí que quando do desvio do curso do rio as edificações existentes no imóvel de GABRIELE BARALDI ficaram em Área de Preservação Permanente; portanto, em tendo concordado com a obra assumiu os riscos de prejuízos dela resultante

3- O Espólio de GABRIELE BARALDI Impetrou Ação de produção antecipada de provas, na qual se realizou perícia, confirmando que o desvio se deu antes de 2005, que a causa da erosão e prejuízos se deram em razão do desvio e das fortes chuvas de janeiro/11, e o risco de se manter as edificações no mesmo local, descumprindo resolução do CONAMA.

4- Em janeiro de 2011, antes mesmo de findar a ação de produção antecipada de provas, ocorreram chuvas atípicas, amplamente divulgadas pela imprensa, ocasionando prejuízos para ambas as partes.

No dia seguinte às chuvas, enquanto RAUL DONATO MENDES recorria aos órgãos ambientais pedindo autorização para realizar obras emergenciais, *sendo deferido*, ANNITA BARALDI foi ao Ministério Público e também à Secretaria Municipal do Meio Ambiente denunciá-lo.

As denúncias feitas ao Município não se sustentaram, porém a denúncia no Ministério Público resultou no IC 302/2011, ainda em curso.

5- O Ministério Público no Inquérito Civil 302/11, ocasionado pela denúncia de ANNITTA BARALDI, determinava que RAUL DONATO MENDES apresentasse documentação da regularização das interferências ambientais, conforme ofício datado 27/setembro/2011.

Assim disse o MINISTÉRIO PÚBLICO:
b) oficie-se aos interessados identificados dando ciência da presente instauração para fins do disposto no artigo 108 da lei Complementar Estadual n. 734/93 (Ato Normativo n. 484/06-CPJ, arts. 20 e 21, solicitando, no prazo de 30 dias, a comprovação da apresentação aos órgãos ambientais competentes de projetos técnicos tendentes a regularizar as indevidas interferências em área de preservação permanente;

Nesta mesma data (27/09/2011), quando ainda **não havia recebido o ofício do Ministério Público e sequer citado da ação ora Rescindenda,** o Autor protocolou no DAEE Requerimento de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos - REGULARIZAÇÃO, e de pronto atendeu ao Ministério Público, juntando cópia do projeto, que após ajustes obteve o deferimento da outorga, vigente por trinta anos, cuja publicação no Diário Oficial se deu em 24/10/2012.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por [illegible]
Para conferir o original, acesse o site http://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pgdoc.do e informe o processo 0010966-[illegible]2011.8.26.0048 e código 58A0EE.

Cópia do projeto de regularização foi entregue à ANNITA BARALDI.

6- Quanto ao Ministério Público, RAUL DONATO MENDES, o manteve informado acerca da AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS CUMULADA COM PEDIDO DO RETORNO DO CURSO DO RIO à situação anterior impetrada por ANNITA BARALDI.

7- A ação fluiu com sentença desfavorável ao autor determinando a reversão do curso do rio, multa diária pelo não cumprimento e a indenização pelos danos.

Ante o existência do TAC no IC 20/2010, que criou uma nova área de preservação, e que se nela houvesse interferência o autor e as demais partes responderiam civil e criminalmente, assim estava frente a uma *sentença inexeqüível.*

Diante disso, AUTOR e RÉU, requereram ao D. Juiz que dirimisse o conflito entre a sentença prolatada e a decisão firmada anteriormente no Termo de Ajustamento de Conduta; porém ele silenciou.

8- RAUL DONATO MENDES também deu também conhecimento ao MINISTÉRIO PÚBLICO esperando uma manifestação, posto estar regular perante os Órgãos Ambientais, onde também não obteve resposta.

9- Ante as robustas provas documentais demonstrando ter RAUL DONATO MENDES, adquirido o sítio primavera somente em julho 2008, e que o desvio do rio feito pelo proprietário anterior, estava devidamente legalizado, observando-se que sem a concordância dos confrontantes, não ocorreria, bem como a existência da outorga vigente em seu nome, e com obras de manutenção em dia, esperava assim, que sua legitimidade e responsabilidade como confrontante seria a de realizar obras de manutenção, e na forma conjunta com o ESPÓLIO DE GABRIELE BARALDI, posto estar o curso do rio na divisa de suas propriedades.

Porém isso não ocorreu.

10- Os procedimentos necessários à reversão do curso do rio poderiam levar meses, quando se compara ao pedido de outorga protocolado em setembro/2011 e sua concessão somente em 24/10/2012, mais de um ano após.

Reverter o atual curso do rio poderá resultar numa degradação ambiental muito maior, o que é inviável e depende de avaliação aprofundada. Além do que há que se considerar as despesas já suportadas pelo autor para as obras de manutenção.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por [illegible]
Para conferir o original, acesse o site http://esaj.tjsp.jus.br, e informe o processo 0010966-[illegible]2011.8.26.0048 e código 58A0EE.

11- E, Apesar de juntado aos autos farta documentação suficiente a isentar RAUL DONATO MENDES de culpa; quer seja no desvio, quer seja quanto a situação atual com Outorga vigente e obras de manutenção, em sentença disse o D. Juiz que RAUL deveria ter chamado a testemunhar o proprietário anterior JOSÉ FORTUNA.

- Ora Exa! Ainda na fase de produção antecipada de provas, requereu o autor que se desse conhecimento do feito ao proprietário anterior José fortuna, mas lamentavelmente o D. Juiz nada disse.

12- Como se vê da r. Sentença o D. Juiz, ignorou as DUAS OUTORGAS dizendo ser a obra do desvio totalmente irregular imputando a responsabilidade ao autor e sequer cogitou responsabilizar o Estado.

13- RAUL DONATO MENDES apelou da sentença que foi extinta sem julgamento do mérito, por intempestividade.

É importante informar que quando dos autos com vista ao autor para apelar, sua procuradora esteve no cartório para a retirada dos autos, estando estes conclusos. Orientada então a pedir devolução do prazo, assim o fez, vez que não residia na Comarca. Lamentavelmente em resposta o d. Juiz decidiu pelo indeferimento dizendo que os autos ficaram fora do cartório apenas por 24 horas.

Estaria o autor diante de cerceamento de defesa, do que não recorreu pois esperava que após a manifestação do Ministério Público sobre a impossibilidade da reversão do curso do rio naquela momento, o bom senso do D.Julgador pudesse prevalecer e não se chegaria ao ponto de se recorrer da AÇÃO RESCISÓRIA.

Mesmo assim Apelou. Seguindo-se na mesma linha, o Agravo requerendo ambos os efeitos da Apelação também não seria conhecido.

Eméritos Julgadores!

14- RAUL DONATO MENDES, com OUTORGA em seu nome, realizou obras de manutenção do curso d'água, as quais devidamente acompanhadas pelos órgãos competentes, e em valores superiores a R$ 70.000,00 (setenta mil reais).

O espólio de GABRIELE BARALDI por seu lado nunca manifestou intenção em dividir as despesas; pelo contrário, insiste em obrigar o autor a reparar pelo prejuízo.

15- A outorga em nome de RAUL DONATO MENDES foi deferida após a sentença; porém os trâmites iniciais para a sua concessão datam de 27

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por [illegible]
Para conferir o original, acesse o site http://esaj.tjsp.jus.br e informe o processo 0010966-[illegible]2011.8.26.0048 e código 58A0EE.

de setembro de 2011, antes, portanto de ser citado do feito em questão, ressaltando-se que devidamente informado no feito a concessão da outorga, tendo sido juntado inclusive o projeto de sua regularização.

Constata-se que novamente estaria o D. Juiz diante de documento que demonstrava estar RAUL DONATO MENDES em dia com a Lei, e que mesmo após sentença poderia ser apreciada.

Diante disso, AUTOR e RÉU, em vários momentos requereram ao D. Juiz que dirimisse o conflito, pedindo também que desse vista ao Ministério Público, por se tratar de ação envolvendo Meio Ambiente; porém novamente silenciou.

16- RAUL DONATO MENDES também deu conhecimento ao MINISTÉRIO PÚBLICO esperando por uma manifestação, quer fosse no feito ou nos autos do IC 302/11, posto estar em dia perante os Órgãos Ambientais, mas também não obteve resposta.

- Não houve a manifestação do Ministério Público no feito, o que seria requisito essencial, posto que a ação envolva desvio de curso de rio e área de preservação ambiental.

VI– DO PERIGO DE DANO IRREPARÁVEL

Ante a constatação da existência de Sentença judicial capaz de lesar direito individual ou coletivo, a Constituição Federal prevê que não serão prejudicados os atos jurídicos perfeitos, assim como a possibilidade de anulação e reparação.

1- As obras de manutenção do atual curso o rio foram realizadas à custa de RAUL DONATO MENDES num montante aproximado R$ 70.000,00(setenta mil reais); - Quem irá reparar tal quantia?

2- RAUL DONATO MENDES possui apenas um imóvel, e nele reside; mas mesmo assim o D. Juiz determinou que fosse penhorado; - Onde irá residir se o perder?

3- O autor trabalha em regime de economia familiar em área sob arrendamento, no cultivo de mudas de rosas. Esse imóvel foi adquirido com a intenção de saírem do aluguel; se perdem o imóvel não terão onde cultivar suas mudas; - Quem reparará tais danos?

VII - DO DIREITO

Art. 5º - C.FEDERAL - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XXXVI - a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada;

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por [illegible]
Para conferir o original, acesse o site http://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pgdoc.do e informe o processo 0010966-[illegible]2011.8.26.0048 e código 58A0EE.

Art. 273 – DO CPC - O juiz poderá, a requerimento da parte, antecipar, total ou parcialmente, os efeitos da tutela pretendida no pedido inicial, desde que, existindo prova inequívoca, se convença da verossimilhança da alegação e: (Alterado pela L-008.952-1994)

I - haja fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação;

TJ-DF – Apelação Cível APL 38722519988070001 DF 0003872-25.1998.807.0001 (TJ-DF)
Ementa: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO REINVINDICATÓRIA. EXTINÇÃO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. PERDA SUPERVENIENTE DO INTERESSE PROCESSUAL. ÁREA DE RELEVANTE INTERESSE ECOLÓGICO. PRELIMINAR DE **NULIDADE** DO **PROCESSO** POR **FALTA** DE **INTERVENÇÃO** DO **MINISTÉRIO PÚBLICO**
ACOLHIDA – SENTENÇA CASSADA. 1. NOS TERMOS DO ARTIGO 82, INCISO III, DO CÓDIGO DE **PROCESSO** CIVIL, É OBRIGATÓRIA A **INTERVENÇÃO** DO **MINISTÉRIO PÚBLICO** NAS DEMANDAS EM QUE HÁ INTERESSE **PÚBLICO** EVIDENCIADO PELA NATUREZA DA LIDE OU QUALIDADE DA PARTE. 2. A **FALTA** DE INTIMAÇÃOO MINISTÉRIO PÚBLICO NO PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO CARACTERIZA **NULIDADE** DO **PROCESSO** QUANDO CONSTATADO O INTERESSE PÚBLICO, CONSISTENTE EM EVENTUAL LESÃO À ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL. 3.PRELIMINAR DE NULIDADE DO PROCESSO ACOLHIDA. SENTENÇA CASSADA.

VIII- DOS REQUISITOS DA AÇÃO RESCISÓRIA

CPC - Artigo 485 - A sentença de mérito, transitada em julgado, pode ser rescindida quando:

V – violar literal disposição de lei;

VII - depois da sentença, o autor obtiver documento novo, cuja existência ignorava, ou de que não pôde fazer uso, capaz, por si só, de lhe assegurar pronunciamento favorável;

IX - fundada em erro de fato, resultante de atos ou de documentos da causa.

1- VIOLAR LITERAL DISPOSIÇÃO DE LEI – inciso V – art. 485 - CPC: o art. 82, III, do CPC diz que compete ao Ministério Público intervir nas ações que há interesse público. Constatando-se que a ação determina intervenção em área de preservação e desvio de curso de rio, logo é interesse público. Portanto, é requisito essencial a manifestação MP;

2- DOCUMENTO NOVO – inciso VII – art. 485 CPC: após sentença surgiu documento novo; a outorga concedida ao autor, embora tenha sido requerida junto ao DAEE em 27 de setembro de 2011, somente foi concedida em 24/10/2012, após prolação da sentença em 08/08/2012;

3- ERRO DE FATO – inciso IX – art. 485 CPC: ao sentenciar dizendo ter sido a obra totalmente irregular implica em considerar incompetente o órgão estadual que a regularizou, ignorando assim ter ocorrido ato jurídico perfeito, o que fere a Constituição Federal, levando a erro.

O D. Juiz também silenciou quanto a concordância do segundo confrontante, corresponsável pelo desvio do curso d'água, o que

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por [illegible]
Para conferir o original, acesse o site http://esaj.tjsp.jus.br, informe o processo 0010966-[illegible]2011.8.26.0048 e código 58A0EE.

caracteriza erro de fato. Ainda mais prejudicial ao autor, foi o silêncio do D.Juiz acerca do Termo de Ajustamento de Conduta, que transformou a área onde antes corria o rio em APP, o que impede o autor a reverter o curso de água sem a concordância do Ministério Público, o que leva novamente a erro de fato.

IX – DO PEDIDO

1- Por todo o exposto, requer se digne este Colendo Tribunal a desconstituir a Sentença Rescindenda, concedendo a tutela antecipada para suspender os seus efeitos enquanto tramita a presente, e ao final seja julgada totalmente procedente.

2- Um novo julgamento da causa, responsabilizando o Estado pelos danos suportados pelas partes, posto que ELE regularizasse a reversão do curso do rio, a qual decidiu o D. Juiz tratar-se de obra irregular, cabendo a ELE eventual reversão, o que somente deverá ocorrer, mediante estudo ambiental evitando-se degradação ainda maior.

3- Ao decidir o D. Juiz "a quo" ser irregular a obra do desvio do curso do rio, transfere a legitimidade e responsabilidade ao Estado, posto que concedesse a Outorga; portanto requer a isenção do autor no evento, por estar em dia perante os órgãos ambientais competentes.

4- E por improvável que este E. Tribunal entenda ser o autor responsável pelos danos do Espólio de Gabriele Baraldi, que respondam também todos os confrontantes, proporcionalmente, no limite da culpa de cada parte. Em sendo três os confrontantes que assumiram os riscos, ao concordaram com o desvio, assim como o Estado, por regularizá-lo.

5- E que sejam reparados os danos suportados pelo autor até então.

6- O benefício da justiça gratuita a que faz jus.

7- A citação da Requerida para que manifeste se o desejar.

8- Protesta provar por todos os meios em lei admitidos.

9- Dá-se à causa o valor de R$ 53.800,00.

Termos em que,
Pede Deferimento.

De Atibaia p/SãoPaulo, em 10 de junho de 2014.

DUENES DO CARMO SILVA
OAB/SP. 209712/B

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica de Sao Paulo, em 05/08/2015 às 14:01 .
Para conferir o original, acesse o site http://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 0010966-20.2011.8.26.0048 e código 58A0EE.

77

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: RAUL DONATO MENDES, brasileiro, solteiro, trabalhador rural, portador do RG. 27.233.858-8-SSP/SP., e CPF 252.972.718-00, residente e domiciliado na Rua Anice Curi Sabbag – 123 – Jardim Shangri-lá - Bairro Ribeirão dos Porcos – Cep 12948-022 – **ATIBAIA – SP.**

OUTORGADA : DUENES DO CARMO SILVA, brasileira, casada, advogada regularmente inscrita na OAB/SP., sob nr. 209712-b, por transferência de outra Seccional, RG. 11.890.511-9 e CPF 011.831.558-75, com endereço na Praça Manuel Dias Henrique – nr. 9 – casa 10 – Bairro Canindé – cep 03030-080 – **SÃO PAULO – SP.,** telefone (11) 3624-5922, celular (11) 9338-5922, "e-mail": duenes_adv@hotmail.com.

PODERES GERAIS: para representá-lo no foro em geral, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações competentes e defendê-lo nas contrárias, seguindo umas e outras, até final decisão, usando os recursos legais, acompanhando-os, conferindo-lhe ainda, poderes para receber e dar quitação, concordar e discordar, firmar compromissos, desistir da ação, conforme assegura o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil, podendo ainda, substabelecer esta, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso.

PODERES ESPECÍFICOS: para representá-lo na AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER, EM CURSO NA 1ª. VARA CÍVEL DESTA COMARCA SOB NR. 1527/2011.

Atibaia, 13 de dezembro de 2011.

Raul Donato Mendes

RAUL DONATO MENDES

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, em 05/08/2015 às 14:01 .
Para conferir o original, acesse o site http://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pgf/abrirConferencia.do, informe o processo 0006426-20.2011.8.26.0048 e código 58AOEE.

1ª Vara Cível
Processo nº 1527/11 – Incidente

CONCLUSÃO

Aos 16 de Fevereiro de 2012, faço os presentes autos conclusos à MMª. Juíza Substituta, Dra. **MARIA CAROLINA MARQUES CARO QUINTILIANO**. Eu, _____ Escrevente, subscrevi.

Vistos.

GABRIELE BARALDI, qualificada nos autos, ajuizou o presente incidente de **IMPUGNAÇÃO AOS BENEFÍCIOS DA JUSTIÇA GRATUITA** postulados pelo requerido **RAUL DONATO MENDES** na ação cominatória c.c. danos morais, aduzindo, em síntese, que o impugnado não faz jus à benesse em virtude de ser solteiro e não ter filhos e ser proprietário de imóveis, tendo constituído advogado particular e apresentado estudo técnico com custo de R$ 3.000,00 (três mil reais), o que demonstra situação incompatível com o estado de miserabilidade alegado. Pleiteou a revogação dos benefícios concedidos ao impugnado.

O impugnado, intimado, respondeu a fls. 09/10, reafirmando não ter condições de suportar as custas do processo, estando presentes os pressupostos do benefício da assistência judiciária. Rebateu as alegações da impugnante.

Vieram-me conclusos os autos.

É o relatório.

Fundamento e DECIDO.

A impugnação é improcedente.

Este documento foi gerado pelo usuário 000.000.000-00 em 05/08/2015 às 14:01 .
Para conferir o original, acesse o site http://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pgfabricaCopiaDigital.do e informe o processo 0000000-00.0000.0.00.0000 e código 58AOEE.

12

1ª Vara Cível
Processo nº 1527/11 – Incidente

Inicialmente, convém esclarecer que, embora o impugnado tenha requerido a concessão dos benefícios da assistência judiciária, por um lapso deste juízo, o pedido não foi apreciado. Entretanto, nada obsta que a presente impugnação seja analisada.

Alega a impugnante a condição financeira do impugnado para arcar com as custas processuais sem prejuízo de seu sustento e de sua família.

Com relação a este tema, impende salientar que, embora deva, o postulante do benefício, demonstrar o estado de incapacidade econômica, a jurisprudência majoritária se inclina para a concessão àquele que o postula mediante mera declaração de que não possui condições de suportar as despesas do processo sem prejuízo da sua sobrevivência. Assim, é suficiente que a parte declare a hipossuficiência e não haja indícios de deslealdade processual para que o juiz conceda o benefício, mas se, eventualmente, se tratar de uma declaração falsa, o equívoco não precisa persistir, bastando que a parte contrária demonstre a injustiça da concessão.

Está assentado também o entendimento de que incumbe a quem impugna a concessão do benefício provar que a parte contrária tem condições econômicas para suportar as despesas do processo. Isso não foge à regra do artigo 333 do código de processo civil, que impõe ao autor a prova dos fatos constitutivos do seu direito. Ainda que a impugnante não houvesse trazido provas das suas alegações, poder-se-ia concluir pela procedência da impugnação se existissem outros elementos nos autos evidenciando a boa situação econômica do

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARIA APARECIDA DA SILVA, liberado nos autos em 05/08/2015 às 14:01 .
Para conferir o original, acesse o site http://www.tjgo.jus.br/index.jsp e digite o código 58AOEE.

13

1ª Vara Cível
Processo nº 1527/11 – Incidente

impugnado, mas isso não ocorre no caso concreto.

Os argumentos utilizados pela impugnante são muito frágeis para, por si só, afastar o benefício; ademais, argumento por argumento, é de se aceitar o de quem pede porque a lei o autoriza, sendo imperioso reconhecer que a parte impugnante não pode se limitar a fazer alegações, competindo-lhe o dever de provar, ainda que minimamente, o que alega.

Assim, seria imprescindível que a impugnante houvesse trazido aos autos algum elemento de sustentação à sua tese, infirmando as alegações do impugnado e incutindo nesta julgadora o convencimento da veracidade de suas alegações.

Ante o exposto, **JULGO IMPROCEDENTE** a presente **IMPUGNAÇÃO AO PEDIDO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA,** que **GABRIELE BARALDI** intentou contra **RAUL DONATO MENDES** nos autos da ação ordinária promovida contra o impugnado, para deferir o pedido de concessão do benefício da assistência judiciária requerido pelo impugnado.

Certifique-se o desfecho nos autos principais, anotando-se.

P.R.I.

Atibaia, 23 de Fevereiro de 2.012.

MARIA CAROLINA MARQUES CARO QUINTILIANO
Juíza Substituta

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARIA CAROLINA MARQUES CARO QUINTILIANO e MARIA APARECIDA DA SILVA, liberado nos autos em 05/08/2015 às 14:01 .
Para conferir o original, acesse o site http://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pgdLocalizar.do e informe o processo 0006426-20.2011.8.26.0048 e código 58AOEE.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

Secretaria Judiciária
Serviço de Processamento do 15º Grupo de Câmaras de Direito Privado

Apelação - 0010369-26.2011.8.26.0048

CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO E REMESSA DOS AUTOS

Certifico que o v. acórdão transitou em julgado em 02/05/13 e, nesta data, faço remessa dos presentes autos à 1ª Vara Cível da Comarca de Atibaia - Fórum de Atibaia.

São Paulo, 27 de maio de 2013.

José Sales do Nascimento - *M120432*
Escrevente Técnico Judiciário

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DIGLENE DO CARMO SILVA e MARIA APARECIDA DA SILVA, liberado nos autos em 05/08/2015 às 14:01 .
Para conferir o original, acesse o site http://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pgdLocalizar.do?cdVolume=1&nuDocumento=2006642 e informe o processo 0010369262011.8.26.0048 e código 58AOEE.

VISTOS

Proc. 1.527/11
Ação Ordinária de Obrigação de Fazer c.c. Indenização
Autor: Espólio de Gabriele Baraldi (representado pela inventariante Annita Hermine Baraldi)
Requerido: Raul Donato Mendes

O autor ajuizou essa ação alegando que é proprietário do imóvel que descreveu, um sítio localizado nessa Comarca de Atibaia e que o requerido é seu vizinho.

Em janeiro de 2011, em decorrência de fortes chuvas, houve o desmoronamento de um muro, um galinheiro e de três quartinhos, comprometendo ainda a estrutura de um curral, localizados no fundo de sua propriedade.

Argumentou que a causa desses danos foi o desvio do curso do rio que havia na propriedade do requerido, uma vez que as águas passaram a correr ao lado do muro divisório das propriedades.

Ajuizou antes uma ação cautelar de antecipação de provas, que tramitou por essa mesma Vara, confirmando a sua suposição de que o desvio do curso do rio causaria danos dessa espécie.

Ocorre que os danos ocorreram antes mesmo da perícia a ser realizada naqueles autos.

Afirmou que o desvio nunca poderia ter sido realizado, mesmo porque ambas as propriedades encontram-se em área de preservação ambiental e de preservação permanente.

Após expor o direito que considera pertinente ao caso requereu a procedência da ação com determinação para o requerido reverter o

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARIA APARECIDA DA SILVA, liberado nos autos em 05/08/2015 às 14:01 .
Para conferir o original, acesse o site http://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pgf/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0009626-20.2011.8.26.0048 e código 58AOEE.

curso do rio e sua canalização, com indenização pelos prejuízos causados. Estimou os danos materiais em R$ 53.800,00.

O pedido de tutela antecipada para a imediata realização das obras foi indeferido (fls. 62).

Em contestação o requerido alegou que é parte ilegítima porque o desvio do curso do rio foi realizado pelo anterior proprietário do imóvel, com concordância de Gabriele Baraldi, o que seria comprovado pelo depoimento do proprietário anterior, que realizou a obra.

Argumentou que as chuvas daquele dia também lhe causaram prejuízos e que não haveria nexo causal entre a obra e os danos.

Requereu a extinção do processo ou a improcedência da ação (fls. 70/76).

Após a réplica e outras manifestações o juízo proferiu o despacho de fls. 149/150, afastando a preliminar, acolhendo a prova pericial produzida nos autos da medida cautelar e ressaltando a importância da prova testemunhal.

Em audiência compareceu o perito com as respostas por escrito, sem perguntas pelas partes. Encerrou-se a instrução e vieram os memoriais (fls. 196/206; 212/215 e 217/221).

Nos autos da medida cautelar antes ajuizada foi produzida a prova pericial, com respeito ao contraditório e definitivamente homologada (fls. 171/172 do apenso).

Relatei.

DECIDO.

A solução do conflito não oferece muita dificuldade.

Pela causa de pedir a autora responsabilizou o requerido pelos danos que sofreu em razão de uma obra irregular realizada em sua propriedade.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por [illegible] e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, em 05/08/2015 às 14:01 .
Para conferir o original, acesse o site http://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pgfabricaCopiaDocs.do, informe o processo 0009636-62.2011.8.26.0048 e código 58AOEE.

A preliminar de ilegitimidade de parte foi afastada pelo despacho de fls. 149/150, destacando-se a natureza *propter rem* dessa obrigação.

A prova pericial foi conclusiva em indicar o nexo causal entre a obra, totalmente irregular e os danos sofridos pelo autor, destacando-se:

"O trecho do córrego Ribeirão dos Porcos que passa no interior da propriedade do Réu sofreu uma obra de desvio, realizada pelo proprietário anterior...

Referida obra trouxe o córrego para junto da divisa do imóvel do Requerente...

As chuvas fortes de janeiro de 2011, e a proximidade do córrego com as benfeitorias do Requerente causaram o desmoronamento de uma edícula e de um galinheiro, além de separação nas juntas de alguns pontos do estábulo...

O orçamento para retornar o imóvel às condições originais resultou em R$ 53.800,00, válido para março de 2011...

As edificações, mesmo depois de reforçadas, não devem situar-se tão próximas ao córrego, de modo a evitar que os mesmos problemas se repitam futuramente" (fls. 146).

Ao final, transcreveu Resolução do CONAMA confirmando tratar-se de Área de Preservação Permanente (fls. 150).

Diante dessas conclusões do perito, é certo que caberia ao requerido fazer a prova oral prometida em sua contestação.

Ao invés disso, desistiu do depoimento pessoal da parte contrária e não arrolou testemunhas.

Portanto, as teses de resistência não se sustentam.

Os prejuízos sofridos pelo requerido são irrelevantes para os pontos do conflito, uma vez que os danos sofridos pelo autor são decorrentes da obra irregular realizada na propriedade do requerido, pouco importando tenha sido ele ou o proprietário anterior o seu empreendedor.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARIA APARECIDA DA SILVA, liberado nos autos em 05/08/2015 às 14:01 .
Para conferir o original, acesse o site http://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pgfabricaCopiaDocs.do, informe o processo 20060426120118260000000096825 e código 58AOEE.

Poderá, certamente, se voltar contra o responsável pela obra para a recomposição do seu prejuízo.

Irrelevante também, tenha o *de cujus* concordado com a realização da obra (mesmo porque, pelas datas, a suposta concordância se deu após a sua realização).

Não poderia ele prever o prejuízo decorrente dessa intervenção ou a irregularidade da sua execução.

Enfim, como bem ressaltado a fls. 224, em momento algum o requerido atuou de forma voluntária e espontânea para reverter o quadro, tendo sido, isso sim, submetido a uma imposição do Ministério Público nos autos do inquérito civil n. 302/11, a apresentar projeto de adequação hidráulica do córrego que passa por sua propriedade.

Posto isto julgo procedente a ação e condeno o requerido a reverter a situação, alterando o curso do rio e sua canalização na divisa dos dois imóveis, respeitando-se a legislação específica (art. 3º, Resolução do CONAMA n. 303/02).

Para o cumprimento dessa obrigação concedo o prazo de 60 dias, decisão essa que concedo em tutela antecipada, acolhendo o pedido da inicial após exauriente cognição.

Diante disso, a partir do 61º dia passará a correr multa diária de R$ 200,00, no caso de descumprimento.

Condeno o requerido a pagar indenização ao autor no valor de R$ 53.800,00, com correção monetária a partir de março de 2011 e juros legais a partir da citação.

Condeno o requerido ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, que fixo em 15% sobre o valor corrigido da condenação, verba essa que só poderá ser cobrada feita a prova de ter o requerido perdido a condição de beneficiário da Justiça Gratuita.

P. R. I. C.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DIGLENE SOUZA DE OLIVEIRA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, em 05/08/2015 às 14:01 .
Para conferir o original, acesse o site http://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pgf/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0009683-62.2011.8.26.0048 e código 58AOEE.

Atibaia, 8 de agosto de 2012

Marcos Cosme Porto
Juiz de Direito

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARCOS COSME PORTO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo - Comarca de Atibaia, em 05/08/2015 às 14:01 .
Para conferir o original, acesse o site http://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pgdLocalizar.do?cdVolume=1 e informe o processo 0009683-62.2011.8.26.0048 e código 58AOEE.

DECLARAÇÃO

DECLARO, para os devidos fins e perante o **DAEE** e **DPRN** – DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO DE RECURSOS NATURAIS, na qualidade de confrontante do imóvel de propriedade de **JOSÉ FORTUNA** e **ORLANDO FEDERZONI**, localizada no Bairro do Itapetinga, Município de Atibaia-SP, denominado como sendo Sítio Primavera, que estou ciente que as divisas na qual confrontam com a minha propriedade estão corretas, bem como também nada tenho a opor quanto ao leito do Córrego existente no local.

Por ser verdade e para que produza os efeitos legais pretendidos assino a presente declaração.

2.º TABELIÃO DE NOTAS
ATIBAIA - SP

GABRIELE BARALDI
RNE W-165.387-X

2º Tabelião de Notas e de Protestos - Atibaia
R. Thome Franco, 291 - Centro - Cep 12940-060 - Fone/Fax: (11) 4412-1911 - Tabelião: (11) 4412-0822
Bel. Luiz Carlos Borges
E-Mail: tabelionato_borges@qdnet.com.br

Reconheço, por semelhança a Firma supra de: GABRIELE BARALDI.
Valores:
Firma 1,29
Custas 0,78
Total 2,07
1041607110323#

Atibaia, 04 de Julho de 2003
Em testemunho da Verdade.
Emerson Silveira Fra - Escrevente/Prepos
VALIDO SAMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE

FIRMA 0078AA0061199

Recebido no D.E.P.R.N. - E.T. Atibaia
Em 10 / 07 / 03

ATIBAIA - 04/07/2003

Este documento foi gerado pelo usuário 010.***.***-** em 05/08/2015 às 14:01 . Para conferir o original, acesse o site http://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pgfabricaCopiaDigital.do e informe o processo 0009686-26.2011.8.26.0048 e código 58AOEE.

DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA

Rua Butantã, 285 - 5º andar - tel. 3814-1766 - CEP 05424-140 - São Paulo - SP

PORTARIA DAEE Nº 1466, DE 26 DE SETEMBRO DE 2003

O SUPERINTENDENTE DO DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 11, incisos I e XVI do Decreto nº 52.636 de 03/02/71, e à vista do Código de Águas, da Lei nº 6.134 de 02/06/88, do Decreto nº 32.955 de 07/02/91, da Lei nº 7.663 de 30/12/91, do Decreto 41.258 de 01/11/96 e da Portaria D.A.E.E. nº 717 de 12/12/96, em solução aos requerimentos constantes dos Autos nº 9802888 - DAEE

D E T E R M I N A

ARTIGO 1º - Fica o Sr. JOSÉ FORTUNA, CPF 804.346.308-53, autorizado a utilizar e interferir em recursos hídricos, no Sítio Primavera, Estrada do Mackenzie, 3300, Bairro Itapetinga, município de ATIBAIA, para fins de lazer, paisagismo e dreangem, conforme abaixo relacionado:

USO	RECURSO HÍDRICO	COORD. UTM KM		MC	Prazo (anos)	VAZÃO M^3/H	PERIODO	
		N	E				H/D	D/M
Barramento	Ribeirão dos Porcos	7.435,43	340,22	45	30			
Captação	Ribeirão dos Porcos	7.435,42	340,21	45	5	1,29	24	30
Lançamento	Ribeirão dos Porcos	7.435,53	340,15	45	5	1,29	24	30
Canalização (trapezoidal - B=3,60 m)	Ribeirão dos Porcos	7.435,43 7.435,50	340,22 340,20	45 45	30			

ARTIGO 2º - Os usos e/ou interferências nos recursos hídricos acima outorgados, deverão estar de acordo com a legislação municipal, referente ao uso e ocupação do solo, e/ou ainda estar de acordo com a legislação estadual e federal, referentes à proteção ambiental (artigo 2º da lei 4771/65 - Código Florestal) e à poluição das águas (Lei Estadual 997 e seu regulamento), atendendo às exigências dos órgãos responsáveis nos aspectos de sua competência e especificamente:

- Ao Departamento Estadual de Proteção de Recursos Naturais - DEPRN.

ARTIGO 3º - Fica o autorizado obrigado a:

1- operar as obras, segundo as condições que venham a ser determinadas pelo DAEE;

2- manter as obras e serviços em perfeitas condições de estabilidade e segurança, respondendo pelos danos a que der causa, em relação ao meio ambiente e a terceiros;

3- responder, civilmente, por danos causados à vida, à saúde, e ao meio ambiente, prejuízos de qualquer natureza a terceiros, em razão da manutenção , operação ou funcionamento das obras, bem como do uso inadequado que vier a fazer da outorga solicitada.

4- responder por todos os encargos relativos à execução de serviços ou obras e a implantação de equipamentos ou mecanismos, necessários a manter as condições acima, bem como nos casos de alteração, modificação ou adaptação dos sistemas que, a critério do DAEE, venham a ser exigidos, em função do interesse público ou social;

5- manter a jusante do(s) Barramento(s)a vazão mínima natural.

ARTIGO 4º - Esta outorga deverá, obrigatoriamente, permanecer no local onde foram autorizados os usos e/ou interferências nos recursos hídricos, citados nesse documento, para fins de fiscalização.

ARTIGO 5º - A não observância ao estabelecido neste ato, poderá caracterizar o usuário como infrator com a conseqüente aplicação das penalidades previstas na Portaria DAEE nº 1/98, que regulamentou os artigos 9º a 13 da Lei Estadual 7663/91.

ARTIGO 6º - Esta Portaria poderá ser revogada, sem que caiba indenização a qualquer título, além dos casos gerais, nos seguintes casos especiais:

I - quando os estudos de planejamento regional de utilização dos recursos hídricos tornarem necessárias adequações dos sistemas outorgados;

II - na hipótese de infringência das disposições relativas à legislação pertinente.

ARTIGO 7º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA,
aos de de 2003

RICARDO DARUIZ BORSARI
Superintendente

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARIA APARECIDA DA SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 05/08/2015 às 14:01 .
Para conferir o original, acesse o site http://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pgfa/bmc_Consulta_Assinatura_Digital.do e informe o processo 0009683-26.2011.8.26.0048 e código 58AOEE.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE ATIBAIA
Rua Dr. José Roberto Paim nº 99 - Parque dos Coqueiros
ATIBAIA/SP - CEP: 12940-910 (Fórum de Atibaia)
Fone: (11) 4412-6963 e-mail: pjatibaia@mp.sp.gov.br
2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA

Atibaia, 26 de Outubro de 2011

Ofício n. 517/2011

Senhor Renil,

Apraz-me cumprimentar Vossa Senhoria na oportunidade em que cientifico-lhe da homologação do arquivamento e do TAC celebrado referente aos autos do **Inquérito Civil RU n. 20/10-MA**, conforme cópias que seguem em anexo e, *com fundamento no artigo 129, inciso VI da Constituição da República e disposições constantes na Lei Federal 8.625/93, na Lei Complementar Estadual 734/93 e no Ato Normativo n. 484/06-CPJ*, **NOTIFICO-LHE** a, até **19/12/2011**, encaminhar Relatório Técnico e Fotográfico, com a ART recolhida, acerca do desenvolvimento do plantio.

MARCIO FRANCISCO ESCUDEIRO LEITE
2º PROMOTOR DE JUSTIÇA

Ilustríssimo Senhor
RENIL WILLIAN MENDES
Rua Emidio Gomes nº 120
Jd. Shangri-lá– ATIBAIA - SP
CEP 12948-023

imprensaoficial
41

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARCIO FRANCISCO ESCUDEIRO LEITE e MARIA APARECIDA DA SILVA, liberado nos autos em 05/08/2015 às 14:01 .
Para conferir o original, acesse o site http://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pgdLocalizar.do?cdLocal=156&arquivo=/2015/2015.8.26.0048 e código 58AOEE.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

232
CA

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

I.C. n. 20/10

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**, pelo Promotor de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Atibaia, abaixo assinado e, de outro lado, **RAUL DONATO MENDES**, brasileiro, solteiro, comerciante, portador do RG n. 27.233.858-8, CIC n. 252.972.718-00, residente e domiciliado na Rua Anice Cury Sabbag, 123, Bairro Ribeirão, nesta cidade; **ESPÓLIO DE SERGIO GONÇALVES PACHECO**, representado pela inventariante **ADRIANA GONÇALVES PACHECO,** brasileira, solteira, portadora do RG n. 12.922.046 e CIC n. 127.582.588-54, residente e domiciliada na Rua Afonso de Freitas, 488, apto. 62, São Paulo/SP; e **RENIL WILLIAN MENDES**, brasileiro, casado, floricultor, portador do RG n. 26.178.503-5 e CIC n. 252.978.918-50, residente e domiciliado na Rua Emídio Gomes, 120, Jd. Shangri-lá, nesta cidade, doravante chamados de **COMPROMISSÁRIOS**, nos autos do Inquérito Civil sob número em epígrafe, acordaram as seguintes cláusulas:

imprensaoficial
MP 41

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARIA APARECIDA DA SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo - SAJ, liberado nos autos em 05/08/2015 às 14:01 .
Para conferir o original, acesse o site http://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pgLocalizarDocumento.do e informe o processo 0009683-26.2011.8.26.0048 e código 58AOEE.

232

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

1. O primeiro **COMPROMISSÁRIO** – na qualidade de proprietário do **"Sítio Primavera"**, situado no Bairro Itapetinga, neste município, matriculado no Cartório de Registro de Imóveis desta comarca sob o n. 93.959, com área de 4,21 hectares (fls. 52/55), cadastrado no INCRA sob o n. 950.092.758.264-9 (fls. 56) –; o segundo **COMPROMISSÁRIO** – na qualidade de proprietário da **"Fazenda Santa Olímpia"**, situada no Bairro Itapetinga, neste município, matriculado no Cartório de Registro de Imóveis desta comarca sob o n. 38.617, com área de 173,19 hectares (fls. 84), cadastrado no INCRA sob o n. 634.018.014.915-2 (fls. 84) –; e, por fim, o terceiro **COMPROMISSÁRIO –** na qualidade de **arrendatário** de parte desses imóveis, inclusive das áreas objeto do dano ambiental (fls. 71/73 e 81/83) –, reconhecem a responsabilidade pelas degradações ambientais perpetradas nesses imóveis, conforme autuações da Polícia Militar Ambiental (**AIA n. 234.562 –** "Sítio Primavera" – fls. 8; **AIA n. 234.575/09 –** "Fazenda Santa Olímpia" – fls. 76);

2. OS **COMPROMISSÁRIOS** se comprometem a cumprir rigorosamente as obrigações assumidas com a Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo através dos **TCRA's ns. 88.922/09** ("Sítio Primavera" – fls. 48) e **88.941/09** ("Fazenda Santa Olímpia" – fls. 77);

impressaoficial
MP 41

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARIA APARECIDA DA SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, em 05/08/2015 às 14:01 .
Para conferir o original, acesse o site http://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pgdLocalizar.do?cdVolume=1 e informe o processo 0009683-26.2011.8.26.0048 e código 58AOEE.

2 5 3
A

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

3. OS **COMPROMISSÁRIOS** obrigam-se, finalmente, a apresentar, após a efetiva execução das medidas ambientais, relatório técnico e fotográfico atestando o integral cumprimento de suas obrigações, assinado por profissional habilitado, com recolhimento de ART;

4. Os prazos acima delineados somente serão prorrogados por motivos devidamente justificados e a pedido dos **COMPROMISSÁRIOS**.

5. O não cumprimento das obrigações aqui assumidas pelos **COMPROMISSÁRIOS**, até as datas fixadas no presente termo, implicará na execução do presente **título extrajudicial**, especificamente no pagamento ao Fundo Estadual para Reparação dos Interesses Difusos Lesados (arts. 13 e 20 da Lei Federal nº 7.347/85, regulamentada pelo Decreto nº 1.306/94), criado, em âmbito Estadual, pelo Decreto nº 27.070, de 8.6.87, da **multa diária** correspondente a **meio salário mínimo** nacional vigente na data do inadimplemento, até a satisfação integral das obrigações aqui assumidas, sem prejuízo das providências cíveis pertinentes (obrigação de fazer e de não fazer);

6. A fiscalização do cumprimento do compromisso ora firmado será feita pela Coordenadoria da Biodiversidade e Proteção de Recursos Naturais – Centro Técnico Regional 1-Campinas (CTR1), ou outro órgão que vier a ser indicado pelo **MINISTÉRIO PÚBLICO**, através da

impresaoficial
MP 41

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DIGNA MARIA DE OLIVEIRA CARAMASCHI e MARIA APARECIDA DA SILVA, liberado nos autos em 05/08/2015 às 14:01 .
Para conferir o original, acesse o site http://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pgdLocalizar.do?cdProcesso=20150000396826 e informe o processo 0003968-26.2011.8.26.0048 e código 58AOEE.

Curadoria de Meio Ambiente da Promotoria de Justiça da Comarca de Atibaia;

7. Este compromisso não inibe ou restringe, de forma alguma, as ações de controle, fiscalização e monitoramento de qualquer órgão ambiental, nem limita ou impede o exercício, por ele, de suas atribuições e prerrogativas legais e regulamentares;

8. A celebração deste compromisso de ajustamento de conduta ou de outro pactuado com qualquer órgão da Administração Pública não impede que um novo termo seja firmado entre o **MINISTÉRIO PÚBLICO** e a **COMPROMISSÁRIA**, desde que mais vantajoso para o meio ambiente;

9. O **MINISTÉRIO PÚBLICO** poderá, a qualquer tempo, diante de novas informações ou se assim as circunstâncias o exigirem, retificar ou complementar este compromisso, determinando outras providências que se fizerem necessárias, sob pena de invalidade imediata deste termo, ficando autorizado, nesse caso, a dar prosseguimento ao Inquérito Civil eventualmente arquivado pelo Conselho Superior do Ministério Público em decorrência deste instrumento;

10. Este acordo produzirá efeitos legais depois de homologado o arquivamento do respectivo Inquérito Civil pelo Conselho Superior do Ministério Público;

impressaoficial
MP 41

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARIA APARECIDA DA SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, em 05/08/2015 às 14:01 .
Para conferir o original, acesse o site http://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pgdoc.do e informe o processo 0010968-26.2011.8.26.0048 e código 58AOEE.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

11. As questões decorrentes deste compromisso serão dirimidas no foro do local do imóvel mencionado nos autos do Inquérito Civil sob número em epígrafe.

Satisfeitos com os termos acima fixados, firma-se o presente em cinco vias, que são assinadas pelo Promotor de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Atibaia e pelos compromissários.

Atibaia, 21 de junho de 2011.

MARCIO FRANCISCO ESCUDEIRO LEITE
2º Promotor de Justiça de Atibaia

RAUL DONATO MENDES
COMPROMISSÁRIO

ESPÓLIO DE SERGIO GONÇALVES PACHECO
COMPROMISSÁRIO

RENIL WILLIAN MENDES
COMPROMISSÁRIO

PROMOTORIA DE JUSTIÇA
DO MEIO AMBIENTE DE ATIBAIA
5

impensaoficial
MP 41

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARIA APARECIDA DA SILVA, liberado nos autos em 05/08/2015 às 14:01 .
Para conferir o original, acesse o site http://esaj.tjsp.jus.br e informe o processo 0006426-20.2011.8.26.0048 e código 58AOEE.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ATIBAIA
Rua Dr. José Roberto Paim nº 99 - Parque dos Coqueiros
ATIBAIA/SP - CEP: 12940-910 (Fórum de Atibaia)
Fone: (11) 4412-6963 e-mail: pjatibaia@mp.sp.gov.br

2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA

Atibaia, 27 de Setembro de 2011.

Ofício n. 461/2011

Senhor Raul,

Apraz-me cumprimentar Vossa Senhoria na oportunidade em que lhe cientifico da instauração do **Inquérito Civil nº 302/11**, com a finalidade de apurar possível intervenção em curso d'água, para fins do disposto no artigo 108 da Lei Complementar Estadual n. 734/93 (Ato Normativo n. 484/06-CPJ, arts. 20 e 21), conforme Portaria em anexo, solicitando, no prazo de 30 dias, a comprovação da apresentação aos órgãos ambientais competentes de projetos técnicos tendentes a regularizar as indevidas interferências em área de preservação permanente.

MARCIO FRANCISCO ESCUDEIRO LEITE
2º PROMOTOR DE JUSTIÇA

Ilustríssimo Senhor
RAUL DONATO MENDES
Rua Anice Cury Sabbag, 123
B. Ribeirão do Porcos – ATIBAIA – SP
CEP 12948-022

impresaoficial

MP 41

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARCIO FRANCISCO ESCUDEIRO LEITE e MARIA APARECIDA DA SILVA, liberado nos autos em 05/08/2015 às 14:01 .
Para conferir o original, acesse o site http://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pgdoc.do e informe o processo 0009683-26.2011.8.26.0048 e código 58AOEE.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

P O R T A R I A

INTERESSADOS *JOSÉ FORTUNA*

RAUL DONATO MENDES

RENIL WILLIAN MENDES

TEMA/ASSUNTO *RECURSOS HÍDRICOS – CANALIZAÇÃO E DERIVAÇÃO DE CURSO D'ÁGUA – REPRESAMENTO*

Trata-se de representação encaminhada por Annita Hermine Baraldi, inventariante do Espólio de Gabriele Baraldi, dando conta de que é proprietária do "Sítio Recanto Valejo", localizado neste município, matriculado sob o n. 49.952, imóvel esse vizinho ao "**SÍTIO PRIMAVERA**", matriculado sob o n. **93.959**, de propriedade de **RAUL DONATO MENDES,** brasileiro, solteiro, comerciante, portador do RG n. 27.233.858-8, CIC n. 252.972.718-00, residente e domiciliado na Rua Anice Cury Sabbag, 123, Bairro Ribeirão dos Porcos, nesta cidade.

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DO
MEIO AMBIENTE DE ATIBAIA

1

impresaoficial

MP 41

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DIGLENE DO CARMO SILVA e VANESSA APARECIDA DA SILVA, liberado nos autos em 05/08/2015 às 14:01 .
Para conferir o original, acesse o site http://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pgdLocalizarDocumento.do e informe o processo 0009683-26.2011.8.26.0048 e código 58AOEE.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

RAUL teria dado continuidade às indevidas interferências ambientais promovidas pelo anterior proprietário – **JOSÉ FORTUNA**, de qualificação ignorada até o presente momento –, junto ao "Sítio Primavera", que causaram vultosos danos ao seu imóvel.

Como forma de beneficiar e valorizar referida propriedade rural, JOSÉ promoveu, por volta do ano de 2000, o desmatamento e o desvio de curso d'água, como forma de construir dois lagos artificiais. Tempos depois, RAUL construiu piscina e quadra poliesportiva na área de preservação permanente. Tudo sem a devida autorização dos órgãos ambientais (fls. 2/62).

A Prefeitura da Estância de Atibaia informou que possui dois procedimentos a respeito: PEA n. 1.321/11 e PEA n. 8.597/2011. Notificou o irmão de RAUL, **RENIL WILLIAN MENDES**, brasileiro, casado, floricultor, portador do RG n. 26.178.503-5 e CIC n. 252.978.918-50, residente e domiciliado na Rua Emídio Gomes, 120, Jd. Shangri-lá, nesta cidade, a apresentar projeto técnico tendente à "regularização dos lagos, das canalizações e das intervenções em APP – áreas de preservação permanente".

Depreende-se de suas informações que o natural curso d'água existente nesse imóvel foi obstaculizado com a construção de um barramento e o aterro de suas margens, criando-se

MP 41 | imprensaoficial

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CARMEN SILVIA RAMALHO DE OLIVEIRA e MARIA APARECIDA DA SILVA, liberado nos autos em 05/08/2015 às 14:01 .
Para conferir o original, acesse o site http://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pgdLocalizar.do?cdProcesso=20150001096826 e informe o processo 20150001096826 e código 58AOEE.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

dois lagos artificiais. Além da implantação de canalização para escoar as sobras das águas do lago à jusante até o curso d'água preservado à frente, abriu-se um vertedouro como forma de evitar o transbordamento do lago à montante (fls. 66/84).

Dessa forma,

CONSIDERANDO que a Constituição da República confere ao Ministério Público a defesa dos interesses sociais, estabelecendo o poder-dever de promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção, dentre outros interesses difusos e coletivos, do meio ambiente (arts. 127 *caput* e 129, inciso III);

CONSIDERANDO que referido preceito constitucional encontra-se reafirmado e disciplinado pela Lei 8.625/93 (arts. 25, inciso IV, alínea *a* e 26) e pela Lei Complementar Estadual n. 734/93 (arts. 103, inciso VIII e 104 a 113);

CONSIDERANDO que o inquérito civil, de titularidade exclusiva do Ministério Público, é o meio procedimental adequado para a coleta de elementos de convicção sobre a pertinência de eventual ajuizamento de ação civil pública;

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DO
MEIO AMBIENTE DE ATIBAIA
3

impresaoficial
VP 41

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CARMEN APARECIDA DA SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, em 05/08/2015 às 14:01 .
Para conferir o original, acesse o site http://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pgdoc.do e informe o processo 0009683-26.2011.8.26.0048 e código 58AOEE.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

INSTAURO

INQUÉRITO CIVIL

para apurar os fatos antes descritos, em todas as suas circunstâncias, determinando, desde logo, que a secretaria da Promotoria de Justiça providencie o seguinte:

a) oficie-se à Representante cientificando-a da presente instauração (Ato Normativo n. 484/06-CPJ, art, 19, inciso IV);

b) oficie-se aos interessados identificados dando ciência da presente instauração para fins do disposto no artigo 108 da Lei Complementar Estadual n. 734/93 (Ato Normativo n. 484/06-CPJ, arts. 20 e 21), solicitando, no prazo de 30 dias, a comprovação da apresentação aos órgãos ambientais competentes de projetos técnicos tendentes a regularizar as indevidas interferências em área de preservação permanente;

c) oficie-se ao Cartório de Registro de Imóveis solicitando, no prazo de 15 dias, a matrícula n. 93.959;

d) com cópia da Portaria, oficie-se à CETESB – Agência Ambiental de Atibaia, solicitando, no prazo de 30 dias, informações a respeito do caso;

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DO
MEIO AMBIENTE DE ATIBAIA

imprensaoficial
MP 4.1

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARIA APARECIDA DA SILVA, liberado nos autos em 05/08/2015 às 14:01 .
Para conferir o original, acesse o site http://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pgdoc.do e informe o processo 0009683-26.2011.8.26.0048 e código 58AOEE.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

e) Informe-se ao "SIS MP INTEGRADO", encaminhando-se as peças necessárias ao Centro de Apoio Operacional Cível – Meio Ambiente (art. 103, § 2º da LCE 734/93 e art. 127, inciso I do Ato Normativo n. 484/06 – CPJ).

Nos termos do artigo 330, § 2°, inciso V do Ato n. 168/98–PGJ/CGMP, **NOMEIO** Nucibeli Aparecida Elesbão, Oficial de Promotoria, para exercer as funções de secretária do inquérito civil, mediante compromisso formalizado por termo nos autos.

Autue-se, registre-se, comunique-se e arquive-se cópia desta Portaria em livro próprio desta Promotoria de Justiça.

Atibaia, 26 de setembro de 2011.

MARCIO FRANCISCO ESCUDEIRO LEITE
2º PROMOTOR DE JUSTIÇA

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DO
MEIO AMBIENTE DE ATIBAIA
5

MP 41 imprensaoficial

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DIULENES DO CARMO SILVA e MARCIO FRANCISCO ESCUDEIRO LEITE e Tribunal de Justica de Sao Paulo, em 05/08/2015 às 14:01 .
Para conferir o original, acesse o site http://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pgfa/pfConferenciaDocumento.aspx, informe o processo 0009683-26.2011.8.26.0048 e código 58AOEE.

Requerimento de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos

Ao Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE

Tipo: **Obra ou Serviço de Proteção do Leito**

1 - DADOS CADASTRAIS DO USUÁRIO/REQUERENTE — **ANEXO XVI**

Nome/Razão Social: RAUL DONATO MENDES

Nome de Fantasia: ----X-----

CPF: 252.972.718-00 RG: 27.233.858-8

Atividade: Produtor Rural

Endereço p/ correspondência: RUA ANICE CURY SABBAG, N.° 123

Bairro: JARDIM CHANGRILA Município: ATIBAIA CEP 12.948-022

Fone: (11) 4411-29-26 Cel: 9918-23-65 e.mail: rdm@ig.com.br

2- CARACTERÍSTICAS DO USO

Nova X Regularização Desativação

2.1 - Localização do empreendimento

Endereço ESTRADA DO MAKENZIE S/N. ao lado do Radio Observatorio

Bairro/Distrito do ITAPETINGA Município: ATIBAIA

Nome da Propriedade SITIO PRIMAVERA - GLEBA 1

Requerimento de Outorga
Protocolo DAEE/BMT/BMAT Nº 412 / 2011
Data: 27 / 09 / 2011. Hora: 14 h 35 min.
Recebido por: [illegible]

2.2 - Dados da Obra / Serviço

Curso d'água: Córrego Sem Nome afluente à margem direita do Ribeirão dos Porcos

Bacia RIO ATIBAIA UGRHI 05

Coordenadas UTM: 7.435,535 Km N; 340,125 Km E; MC: 45°

Finalidade: Construção de Muro de Arrimo, proteção de margem e leito contra erosões.

2.2.1 - Proteção Direta

Inclinação dos taludes das margens. 1,5(V) : 1 (H) (CANAL)

Lâmina d'água máxima de projeto: 1,672 m (canal principal) e 1,45 m (canal de restituição ao córrego)

Declividade longitudinal do curso dágua: 0,02293 m/m;

Velocidade máxima de escoamento: 3,2 m/s (no canal principal) e 2,84 m/s (canal de restituição)

Revestimento:	X margens	X fundo
enrocamento lançado:(Bacia de Dissipação)	d_{50} = 0 cm espessura = _____ m	d_{50} = 0,20 / 0,40 cm espessura = _____ m
gabiões manta:	espessura = _____ m (da camada) d_{50} = _____ cm (diâmetro médio)	espessura = _____ m d_{50} = _____ cm
gabiões caixa:	Margem Direita / espessura = 2 x 1 m d_{50} = 0,05 cm	espessura = _____ m d_{50} = _____ cm
concreto simples	espessura = _____ m	espessura = _____ m
concreto armado	espessura = _____ m	espessura = _____ m
grama	tipo : _____	
outros	especificar = Solo Cimento Ensacado	Pneus + Pedras

Observações: O canal de restituição ao córrego receberá revestimento de pneus + pedras, assim como o leito da Bacia de Dissipação. Na Bacia de Dissipação no ponto de choque das águas com o fundo da haverá um enrocamento com pedras (0,20 ~0,40 e pneus); uma das margens terá Muro de Arrimo e do outro Sacos de Solo Cimento como proteção de margens.

ESTE DOCUMENTO NÃO VALE COMO OUTORGA

Este documento foi cópia do original, assinado digitalmente por CARMATOSILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, em 05/08/2015 às 14:01 .
Para conferir o original, acesse o site http://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pgf/abrirConferencia.do, informe o processo 0009626-26.2011.8.26.0048 e código 58AOEE.

Requerimento de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos

Ao Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE

Tipo: **Barramento**

1 - DADOS CADASTRAIS DO USUÁRIO/REQUERENTE — **ANEXO XI**

Nome/Razão Social: RAUL DONATO MENDES

Nome de Fantasia: ----X-----

CPF: 252.972.718-00 RG: 27.233.858-8

Atividade: Produtor Rural

Endereço p/ correspondência: RUA ANICE CURY SABBAG, N.° 123

Bairro: JARDIM CHANGRILA Município: ATIBAIA CEP 12.948-022

Fone: (11) 4411-29-26 Cel: 9918-23-65 e.mail: rdm@ig.com.br

2 - CARACTERÍSTICAS DA OBRA

Novo **X** Regularização Desativação

2.1 - Localização do empreendimento

Endereço ESTRADA DO MAKENZIE S/N. ao lado do Radio Observatorio

Bairro/Distrito do ITAPETINGA Município: ATIBAIA

Nome da Propriedade SITIO PRIMAVERA - GLEBA 1

Requerimento de Outorga
Protocolo DAEE/BMT/BMAT N° 411 /2011
Data: 27 / 09 /2011. Hora: 14 h 33 min.
Recebido por: Suzana

2.2 - Dados da Obra / Serviço

Curso d'água: Córrego Sem Nome afluente à margem direita do Ribeirão dos Porcos

Bacia RIO ATIBAIA UGRHI 05

Coordenadas UTM: 7.435,450 Km N; 340,260 Km E; MC: 45°

Finalidade: Uso Rural para Irrigação e Paisagismo.

Área de drenagem da Bacia Hidrográfica: 4,828287 Km^2

ESTE DOCUMENTO NÃO VALE COMO OUTORGA

2.3 - Caracteristicas da obra:

Vertedouro: Tipo: **Superficial / Seção retangular**

Largura útil **4,00m** ; Cota da Crista (arbitrária): **102,729**

Período de Retorno: T= **100 anos** Chuva X Cheia

Maciço: Tipo: TERRA

Altura Máxima **4,80 m** ; Largura da Crista **5,00** m

Inclinação talude de jusante. **1**(V) : **1,5**(H); Inclinação talude de montante. **1**(V) : **1.75**(H);

Comprimento da Crista **50m** ; Cota do Coroamento (arbitrário) **102,329** nível max. / água

Filtro: ☐ vertical + horizontal ☐ horizontal ☐ de pé de talude de jusante **X não tem**

2.4 - Caractarísticas da utilização:

Finalidade: U S O P A I S A G Í S T I C O

Reservatório: Volume Total **8.329,00m^3**; Volume Útil **8.329,00** m^3

Cota NA_{normal} (arbitrária) **100,657** ; Cota $Na_{máx}$ (arbitrária) **102,329**

Área Inundada no NA_{normal} **5.552,39** m^2 ; Vazão Regularizável: **2,7** m^3/dia

Período de Retorno da Regularização: T= 100 anos

Vazão mínima para jusante: **Q7,10 = 0.018 m^3/ s**

Vazão média plurianual: **0,061 m^3/ s**

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANA MARIA DA SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo - Poder Judiciario, liberado nos autos em 05/08/2015 às 14:01 .
Para conferir o original, acesse o site http://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pgdLocalizarDocumento.do e informe o processo 0009626-26.2011.8.26.0048 e código 58AOEE.

SECRETARIA DE SANEAMENTO E RECURSOS HÍDRICOS
DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA
Rua Boa Vista, 170/175, PABX 3293-8200/8201 - CEP 01014-000 - Centro – Capital - SP
www.daee.sp.gov.br

OFÍCIO/SUP/1506/2012
(Autos nº 52.000/2011 – Prov. 1935 – DAEE)
Ref.: MP nº 302/2011-MA

São Paulo, 1 de novembro de 2012

Senhor Promotor,

Em atenção aos termos do Ofício nº 469/2012 datado de 22/10/2012, versando sobre o requerimento de outorga formulado pelo Senhor Raul Donato Mendes, para um barramento e uma proteção de leito, informamos que foram deferidos, conforme Portaria de Outorga n° 2404/2012 de 23/10/2012 e publicada no D.O.E em 24/10/2012, bem como a dispensa de outorga para as duas captações superficiais e tanque escavado, que foram deferidos e autorizados por intermédio do Despacho do Superintendente em 23/10/2012 e publicado no D.O.E do dia 24/10/2012, cujas cópias das publicações seguem anexas.

Atenciosamente,

ALCEU SEGAMARCHI JUNIOR
Superintendente
NELSON MASSAKAZU NAGHIRO
Assessor Técnico Chefe
Prontº nº 7956

Ilustríssimo Senhor
MARCIO FRANCISCO ESCUDEIRO LEITE
M.D. 2° Promotor de Justiça
Ministério Público do Estado de São Paulo
ATIBAIA - SP
BMT/fab

16:59 06/11/2012 003192 MP - PROMOTORIA DE JUSTICIA DE ATIBAIA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CARMEN SILVIA APARECIDA DA SILVA, liberado nos autos em 05/08/2015 às 17:08 .
Para conferir o original, acesse o site http://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pgdLocalizar.do?cdProcesso=20060426120118260048 e informe o processo 20060426120118260048 e código 58AOEE.

DAEE

Controle de Publicações do D.O.E.

Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE | Diretoria da Bacia do Médio Tietê – BMT

Listar Publicações Sair Acesso ao Diário Oficial

Publicação do Diário Oficial

Data da Publicação: 24/10/2012

Caderno: Executivo 1 **Página:** 41

Interessado: RAUL DONATO MENDES

CPF/CNPJ Interessado: 252.972.718-00

Município: ATIBAIA

Autos: 9813035

Portaria: 2404/12

Assunto: Outorga

Descrição:
Fica RAUL DONATO MENDES, CPF 252.972.718-00, autorizado a interferir em recursos hídricos, no Sítio Primavera - Gleba 1, Estrada do Makenzie, s/nº, Bairro Itapetinga, município de ATIBAIA, para fins de proteção de leito e paisagismo, conforme abaixo relacionado:
- Barramento - Ribeirão dos Porcos - Coord. UTM (Km) - N 7.435,45 - E 340,26 - MC 45 - Prazo 01 anos.
- Proteção de Leito/Margem - Ribeirão dos Porcos - Coord. UTM (Km) - N 7.435,53 - E 340,12 - MC 45 - Prazo 30 anos - Extensão 28,00 m. Autos DAEE 9813035 - Extrato de Portaria 2404/12.

Voltar

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CARMEN SILVIA XAVIER DE QUEIROZ e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, em 05/08/2015 às 14:01 .
Para conferir o original, acesse o site http://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pgf/abrirConferencia.do, informe o processo 0009683-26.2011.8.26.0048 e código 58AOEE.

MELISSA YUMI KOGA BARALDI
ADVOGADA

mesmo apenas aterrou uma parte do seu terreno e NADA MAIS o fez, quedando-se inerte até o presente momento.

Suspeita ainda o Exequente que assim agiu o Executado pretendendo LUDIBRIAR o MM. Juízo, pretendendo fazê-lo entender que houve início das obras para reversão do rio, fato que é inverdadeiro!

NADA está sendo feito pelo Executado, motivo pelo qual a Exequente pretende o prosseguimento da demanda, executando o valor dos astreintes com fim de ver cumprida a r. sentença prolatada.

Dos pedidos

Diante do exposto requer a V.Exa, digne-se:

- A execução de forma definitiva dos 107 dias de multa ($21.400,00 vinte e um mil e quatrocentos reais), sob pena da aplicação do artigo 475-J do CPC;

- A intimação do Executado na pessoa de seus advogados para que pague o valor da execução no prazo de 48 horas, ou garanta a execução sob pena de penhora, desde já indicando o próprio imóvel do Executado como garantia da execução.

- seja determinado ao Réu **em prazo de URGÊNCIA o** esclarecimento e a discriminação do cronograma das obras que estão realizando na divisa dos imóveis;

- pedido de esclarecimentos do MM. Juízo ao Ministério Público de São Paulo (Promotoria de Justiça do Meio Ambiente de Atibaia) sobre a contradição entre a r. sentença prolatada, que determina a reversão do

Avenida Cupecê, 3736 – sala 02 – sobreloja – Cidade Ademar – Cep : 04366-001 – São Paulo/SP – Fone : (11) 5623-0702 – e-mail: mel.adv2007@gmail.com

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por [illegible] e Tribunal de Justica de Sao Paulo, em 05/08/2015 às 14:01 .
Para conferir o original, acesse o site http://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pgfabrico/Conferencia.aspx e informe o processo 0006426-20.2011.8.26.0048 e código 58AOEE.

MELISSA YUMI KOGA BARALDI
ADVOGADA

curso do rio e a alegada "proibição de reversão" do mesmo (petição de fls 240 e 241 do Réu);

Dá-se a causa o valor de R$21.400,00 (vinte e um mil e quatrocentos reais).

Termos em que,
Pede deferimento.
São Paulo, 18 de Janeiro de 2013.

MELISSA YUMI KOGA BARALDI
OAB/SP 211.408

Avenida Cupecê, 3736 – sala 02 – sobreloja – Cidade Ademar – Cep : 04366-001 – São Paulo/SP – Fone : (11) 5623-0702 – e-mail: mel.adv2007@gmail.com

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DIGLENE DO CARMO SILVA e MARIA APARECIDA DA SILVA, liberado nos autos em 05/08/2015 às 14:01 .
Para conferir o original, acesse o site http://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pgfa/pmcConferenciaDocumento.do, informe o processo 0009636-26.2011.8.26.0048 e código 58AOEE.

Exmo. Sr. Doutor Promotor de Justiça da 2ª. Promotoria da Comarca de Atibaia – SP.

11:23 11/01/2013 000107 MP/SP - PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ATIBAIA

Inquérito Civil RU n. 20/2010-MA – homologado e arquivado

RAUL DONATO MENDES, qualificado nos autos, vem respeitosamente à presença de V.Exa. , por sua procuradora adiante assinado manifestar-se no feito em questão.

Objetivando dar conhecimento a esta Promotoria acerca de fatos conexos ao presente, informa o seguinte:

O Inquérito Civil em questão deu origem ao Termo de Ajustamento de Conduta, o qual o ora manifestante e os demais compromissários, vem cumprindo suas obrigações, restando apenas um relatório técnico fotográfico a ser entregue em maio 2013.

Por força deste TAC, foi criada uma nova área de preservação permanente, dentro da propriedade do ora manifestante, denominada Sítio Primavera.

Nesta área, por volta do ano 2000, quando o proprietário era o Sr. JOSÉ FORTUNA, houve o desvio de um córrego, com outorga do órgão ambiental, o que aparenta ter o evento obedecido aos ditames da Lei.

Em julho/08 o ora manifestante adquiriu o imóvel; e em janeiro/11, em virtude de fortes chuvas, o córrego desviado transbordou trazendo prejuízos a um dos confrontantes, que recorreu à Justiça pleiteando o retorno do curso do córrego à situação anterior, etc.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CLAUDIA APARECIDA DA SILVA, liberado nos autos em 05/08/2015 às 14:01 .
Para conferir o original, acesse o site http://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pgfabricaCopiaPeca.do e informe o processo 0009636-26.2011.8.26.0048 e código 58AOEE.

O douto Juiz da 1ª. Vara, apesar de constar dos autos cópia do TAC firmado por esta promotoria e os compromissários, sentenciou determinando o retorno do córrego ao seu curso anterior sob pena de multa diária de R$200,00. (cópia da sentença anexa)

O ora manifestante Apelou da sentença, que foi recebida apenas no efeito devolutivo. Desta vez interpôs Agravo, pretendendo o recebimento da Apelação em duplo efeito, o que também foi denegado e do qual se recorrerá, posto que, caso reverta o curso do córrego estará destruindo APP, ou seja: *COMETERÁ UM CRIME AMBIENTAL.*

Além disso, foi deferido pelos órgãos ambientais e publicado no Diário Oficial, autorização para realização de obras de manutenção no atual curso do córrego, as quais já foram iniciadas, estando no aguardo da vistoria pelos órgãos competentes, para evitar que chuvas fortes possam causar prejuízos, quer seja ao ora manifestante ou aos confrontantes.

Cópia da documentação também foi juntada no Inquérito Civil 302/11.

Além de dar conhecimento dos fatos, espera por uma manifestação desta D. Promotoria.

Termos em que,
Pede deferimento.

Atibaia, 07 de janeiro de 2013.

Duenes do Carmo Silva
OAB/SP. 209712
e-mail: duenes_adv@hotmail.com
telefone: (11) 3624-5922
celular: (11)99338-5922

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo - Comarca de Atibaia - Vara Judicial, liberado nos autos em 05/08/2015 às 14:01 .
Para conferir o original, acesse o site http://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pgf/abrirConferencia.do e informe o processo 0006426-20.2011.8.26.0048 e código 58AOEE.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª. VARA CÍVEL DA COMARCA DE ATIBAIA – SP.

cópia

048 FATA13.0005293A-8 211113 1222 01

Processo 0010369-26.2011.8.26.0048 – nr de ordem 1527/2011
Cumprimento de sentença 0001385-82.2013.8.26.0048

RAUL DONATO MENDES, qualificado nos autos, vem respeitosamente a presença de Vossa Excelência por sua advogada adiante assinado, manifestar-se no feito em questão.

1- A Exequente às fls. 24/30, dos autos **0001385-82.2013.8.26.0048 – 2º. Volume**, iniciou Execução provisória , pretendendo o recebimento da multa diária fixada em R$ 200,00 a que foi condenado o Executado em R. Sentença, caso não revertesse o curso do córrego para a situação anterior.

A execução prossegue de forma definitiva, posto que o Recurso de Apelação foi improvido ante sua intempestividade.

O ora Réu ofertou impugnação.

2- É sabido que SENTENÇA SE CUMPRE, porém no caso em tela, a sentença, embora clara, para ser cumprida implica em desobediência ao cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta, firmado ***anteriormente***, (em 2010) e sobre o que as partes reiteradas vezes requereu uma posição deste Juízo.

Quanto a isso ambas as partes estão de acordo e esperam por uma solução.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CARMEN SILVIA RAMALHO DE ANDRADE e MARIA APARECIDA DA SILVA, liberado nos autos em 05/08/2015 às 14:01 .
Para conferir o original, acesse o site http://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pgfa/conferirDocumento.do, informe o processo 00103692620118260048 e código 58AOEE.

3- Além disso, é certo que Vossa Excelência, com o vasto saber jurídico de que é detentor, conhece de forma aprofundada, muito melhor que as partes, as exigências ambientais a que estão sujeitos todo aquele que pretender a reversão de um curso de água. E que, portanto, uma autorização para se atender a r. sentença proferida, diante da situação que se apresenta, pode levar meses. Enquanto isso a multa diária está em curso, em total prejuízo ao réu.

4-Transcreve-se a seguir o item 5 do TAC, em que deu origem a uma nova área de preservação onde *antes era o curso do córrego* firmado no Inquérito Civil 20/2010, entre o MINISTÉRIO PÚBLICO, o Réu, seu irmão Renil e o Espólio de Sergio Gonçalves Pacheco, acostado às folhas 47/52 – desta execução.

*"5- O não cumprimento das obrigações aqui assumidas pelos **COMPROMISSÁRIOS**, até as datas fixadas no presente termo implicará na execução do presente **título extrajudicial**, especificamente no pagamento ao Fundo Estadual par reparação dos Interesses Difusos Lesados (arts. 13 e 20 da Lei Federal nr. 7.347/85, regulamentada pelo Decreto nr. 1.306/94, criado,em âmbito Estadual, pelo Decreto nr. 27.070, de 8.6.87, da **multa diária** correspondente a **meio salário** mínimo nacional vigente na data do inadimplemento, até a satisfação integral das obrigações aqui assumidas, sem prejuízo das providências cíveis pertinentes (obrigação de fazer e de não fazer);"*

5- Ou seja: o curso do córrego que V.Exa. determinou seja revertido, sob pena de multa diária, está dentro da legalidade e com manutenção em dia quando se analisa a documentação e fotos acostadas às fls. 47/60 da execução.

A obra foi realizada, sob orientação e acompanhamento do DAEE , além do engenheiro responsável e Ministério Público, para suportar chuvas de grande vulto, tanto é que por ocasião das chuvas de verão 2012/2013, transcorreu dentro da normalidade.

E o mais importante: sem qualquer interferência na ÁREA DE PRESERVAÇÃO que passou a existir após o TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA supracitado.

6- Frisa-se também que a autora, embora tentando não se comprometer, confirma que autorizou as obras de manutenção. Consta também dos autos que as partes se reuniram na residência do réu, a seu pedido, o que demonstra sua intenção de solucionar o problema, posto que são confrontantes, e isto não muda, portanto o problema é comum às partes.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CARMEN APARECIDA DA SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 05/08/2015 às 14:01 .
Para conferir o original, acesse o site http://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pgf/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0009626-26.2011.8.26.0048 e código 58AOEE.

7- Ante o exposto, e conforme classicamente se dizia; basta a imploratio officii indicicis, em qualquer grau de jurisdição, podendo sê-lo incidentalmente ou de ofício, se é possível modificar uma decisão.

Por tal razão se requer uma posição acerca do conflito existente entre a sentença prolatada e a impossibilidade do réu interferir na nova Área de Preservação oriunda do TAC firmado com o Ministério Público, sob pena também de multa, que inclusive é superior aquela determinada por V.Exa., mas, principalmente porque o réu é detentor de documentação que lhe confere legalidade à situação atual do curso do córrego.

Por todo o exposto, por cautela e bom senso, diante das dificuldades e impossibilidades pelo réu de se cumprir a presente, assim como pelo prejuízo material e moral a que está sujeito e pelo retardamento que a situação em questão traz no andamento do feito, com preferência a qualquer ato, requer a suspensão da presente execução, até que se esclareça por este r. Juizo o conflito existente.

Aguarda também pela apreciação da impugnação à execução ofertada.

Termos em que,
Pede deferimento.

Atibaia, 20 de novembro de 2013,

DUENES DO CARMO SILVA
OAB/SP. 209712

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e MARIA APARECIDA DA SILVA, liberado nos autos em 05/08/2015 às 14:01 .
Para conferir o original, acesse o site http://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pgdLocalizar.do?cdProcesso=1009686620118260048 e código 58AOEE.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
SJ 1.2.4.2 - Serv. de Entrada e Distrib. de Feitos Originários de Dir. Privado 3
Praça da Sé s/nº - Palácio da Justiça - Salas 321/323 - CEP: 1018001

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO COM CONCLUSÃO

Processo nº:	**2096428-25.2014.8.26.0000**
Classe – Assunto:	**Ação Rescisória - Direito de Vizinhança**
Autor:	**Raul Donato Mendes**
Réu:	**Annita Hermine Baraldi - Espólio Gabriele Baraldi e outro**
Relator(a):	**Andrade Neto**
Órgão Julgador:	**15º Grupo de Câmaras de Direito Privado**

Ação Rescisória nº **2096428-25.2014.8.26.0000 .**

Entrado em: **16/06/2014**

Tipo da Distribuição: **Prevenção ao Órgão**

Impedimento: Orlando Pistoresi, Lino Machado, Carlos Russo, Penna Machado e Hamid Bdine

Observação: prevenção apelação 0010369-26.2011.8.26.0048 (ART. 235 PAR III E ART. 40 PAR I DO RI)

O presente processo foi distribuído nesta data, por processamento eletrônico, conforme descrito abaixo:

RELATOR: **Des. Andrade Neto**

ÓRGÃO JULGADOR: **15º GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PRIVADO**

São Paulo, 17/06/2014 10:19:55.

Maurício Gomes da Silva
Supervisor(a) do Serviço

CONCLUSÃO

Faço estes autos conclusos ao Des. Andrade Neto.
São Paulo, 17 de junho de 2014.

Maurício Gomes da Silva
Supervisor(a) do Serviço

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARIA APARECIDA DA SILVA, liberado nos autos em 05/08/2015 às 14:01 .
Para conferir o original, acesse o site http://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2096428-25.2014.8.26.0000 e código 58A0EE.

Registro: 2015.0000273935

Ação Rescisória Processo nº **2096428-25.2014.8.26.0000**
Relator(a): **Andrade Neto**
Órgão Julgador: **15º Grupo de Câmaras de Direito Privado**

Autora: Raul Donato Mendes
Réu: Annita Hermine Baraldi - Espólio Gabriele Baraldi
Comarca: Atibaia – 1ª Vara Única (Autos nº 0010369-26.2011.8.26.0048)
Juiz prolator: Marcos Cosme Porto

Decisão Monocrática Nº 23003

Vistos.

Trata-se de ação rescisória pretendendo desconstituir a sentença proferida pelo juiz da Vara Única (Autos nº 0010369-26.2011.8.26.0048) do Foro de Atibaia, que julgou procedente ação proposta para obrigá-lo a reverter o curso do rio que faz divisa com o autor, sob pena de multa diária de R$ 200,00 e também condená-lo ao pagamento de danos materiais no valor de R$ 53.800,00, em razão dos danos causados pelo desvio do curso do rio.

O autor argumenta que a decisão violou o art. 82, III (485, V, CPC), que determina a intervenção do Ministério Público em ações em que há interesse público, como modificação da área de preservação permanente.

Alega, ainda, que obteve documento novo (Outorga para alteração do curso d'agua junto ao Departamento de Água e Energia Elétrica - DAEE) que não podia fazer uso, capaz de, por si só, lhe assegurar

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANDRADE NETO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 05/08/2015 às 14:01 .
Para conferir o original, acesse o site http://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/validaDocumento.do, informe o processo 2096428-25.2014.8.26.0000 e código 58A0EE.

pronunciamento favorável.

Aduz, também, que o magistrado incidiu em erro de fato, ao considerar a obra totalmente irregular, ignorando a outorga conferida pelo DAEE.

Alega, ainda, que o magistrado silenciou sobre o Termo de Ajustamento de Conduta, que transformou a área antes ocupada pelo rio em área de preservação permanente, o que impede a reversão do curso do rio sem a concordância do MP.

Pede, ao final, que a sentença seja rescindida, proferindo-se um novo julgamento parar I – responsabilizar o Estado pelos danos suportados pelas partes, incumbindo a Ele a reversão do curso do rio; II- isentá-lo "*... no evento, por estar em dia perante os órgãos ambientais competentes*" e que III – a condenação seja rateada entre os três confrontantes "*...que assumiram os riscos, ao concordarem com o desvio, assim como o Estado, por regularizá-lo*".

É o relatório.

Inicialmente cumpre ponderar ter o relator competência para indeferir liminarmente pedido de ação rescisória, nos casos previstos no art. 490 do CPC. Neste particular, pondera com percuciência José Carlos Moreira Alves que "*É de inteira conveniência que o relator não se omita no exercício rigoroso desse controle in limine litis, a fim de evitar o inútil prosseguimento de rescisória manifestamente inviável. Para o próprio autor, é preferível o indeferimento liminar a eventual julgamento colegiado de inadmissibilidade da ação, com condenações acessórias e, se unânime a decisão, com perda do depósito*" (Comentários ao Código de Processo Civil, 11ª edição, Forense,

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANTONIO CARLOS MALHEIROS e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, em 05/08/2015 às 14:01 .
Para conferir o original, acesse o site http://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/validaDocumento.do, informe o processo 20964282520148260000 e código 58A0EE.

vol. V, p. 187).

Nesse sentido já decidiu o Superior Tribunal de Justiça: "*Assim, o relator pode decretar a extinção do processo, sem julgamento do mérito (RT 578/150, 658/114) ou extinguir o processo, por impossibilidade jurídica do pedido*" (STJ- 1ª Seção, AR 487 - PR - AgRg, rel. Min. Humberto Gomes Barros, j. 10.12.97, negaram provimento, maioria, DJU 23.3.98, p. 3; RT 682/124).

É exatamente esta a hipótese dos autos.

A demanda onde proferida a sentença rescindenda foi proposta com a finalidade de responsabilizar o vizinho – ora requerente – pelos danos causados pela modificação do curso do rio que faz divisa entre os imóveis dos litigantes e, por conseguinte, obter a reversão da obra com a finalidade de evitar novos danos ao imóvel prejudicado.

Como cediço, a responsabilidade fundada no direito de vizinhança é de natureza objetiva, bastando para sua configuração a comprovação do dano e do nexo de causalidade com a edificação erigida na propriedade limítrofe.

Isso significa que, a despeito da adoção das providências e a observância das normas ambientais, uma vez consumado o dano em decorrência da obra vizinha, surge a obrigação de indenizar.

Segundo a sentença copiada às fls. 17/21, "*A prova pericial foi conclusiva em indicar o nexo causal entre a obra, totalmente irregular, e os danos sofridos pelo autor...*" e a reversão da obra de desvio do rio foi justificada pelo perito ao afirmar que as edificações dos autores "*... não*

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANTONIO CARLOS MALHEIROS e ANTONIO CELSO AGUILAR CORTEZ e SILVA, liberado nos autos em 05/08/2015 às 14:01 .
Para conferir o original, acesse o site http://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/validaDocumento.do, informe o processo 20964282520148260000 e código 58A0EE.

devem situar-se tão próximas do córrego, de modo a evitar que os mesmos problemas se repitam futuramente". (fls. 146).".

Sendo assim, considerando a conclusão de que a obra feita pelo proprietário do imóvel transmitido ao autor acarretou danos e causa risco à propriedade do vizinho, mostra-se irrelevante a obtenção de licença governamental para sua realização e descabida a pretensão de responsabilizar os vizinhos apenas pelo fato de terem autorizado a realização da obra.

Frise-se, ainda, que não é possível responsabilizar o Estado na presente demanda, uma vez que o ente público sequer fez parte do polo passivo da ação.

Também se mostra desnecessária a participação do Ministério Público, uma vez que a demanda envolve exclusivamente direito de vizinhança e a alteração determinada nada mais fez senão retornar o leito fluvial a sua condição natural anterior, sem qualquer repercussão negativa na área de preservação permanente dos imóveis.

Além disso, conforme constou expressamente no item 9 do termo de ajustamento de conduta referido pelo autor, firmado antes da prolação da sentença, em setembro de 2011, o "*Ministério Público poderá, a qualquer tempo, diante de novas informações ou se assim as circunstâncias exigirem, retificar ou complementar este compromisso, determinando outras providências necessárias, sob pena de invalidade imediata deste termo, ficando autorizado, neste caso, a dar prosseguimento ao Inquérito Civil eventualmente arquivado pelo Conselho do Ministério Público em decorrência deste instrumento.*" (fls. 28)

Dessa forma, considerando que a decisão judicial transitada em

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANTONIO CARLOS MALHEIROS e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, em 05/08/2015 às 14:01 .
Para conferir o original, acesse o site http://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pgd/pgd.do?cdDocumento=1 e código 58A0EE.

julgado é circunstância que impõe necessariamente a modificação do termo de ajustamento, não há falar em necessidade de anuência do Ministério Público, bastando à parte levar ao conhecimento do Parquet a existência do título judicial.

Nesta perspectiva, ausentes na espécie quaisquer das hipóteses legais que autorizariam a propositura da rescisória, há que se reputar o autor carecedor da ação por falta de interesse processual, razão pela qual, com fundamento no art. 490, I e 295, III, e 267, VI, todos do CPC, indefiro liminarmente a petição inicial e julgo extinto o processo sem julgamento de mérito.

Int.

São Paulo, 28 de abril de 2015.

Andrade Neto
Relator

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANDRADE NETO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 05/08/2015 às 14:01 .
Para conferir o original, acesse o site http://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/validaDocumento.do, informe o processo 20964282520158260000 e código 58A0EE.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
SJ 3.3.3 - Serv. de Proces. do 15º Grupo de Câmara de Dir. Privado
Conselheiro Furtado, nº 503 - 5º andar - CEP: 01511-000 - São Paulo/SP - 3104-9264

CERTIDÃO

Processo nº:	**2096428-25.2014.8.26.0000**
Classe – Assunto:	**Ação Rescisória - Direito de Vizinhança**
Autor	**Raul Donato Mendes**
Réu	**Annita Hermine Baraldi - Espólio Gabriele Baraldi e outro**
Relator(a):	**Andrade Neto**
Órgão Julgador:	**15º Grupo de Câmaras de Direito Privado**

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO

Certifico que a r. decisão foi disponibilizada no DJE de 08/05/2015. Considerou-se data da publicação o dia 11/05/2015.

São Paulo, 27 de maio de 2015.

_____
Marilda M. Soares Benigno - Matr. 306865-5
Escrevente Técnico Judiciário

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARILDA MARIA SOARES BENIGNO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo - SAJ, liberado nos autos em 05/08/2015 às 14:01 .
Para conferir o original, acesse o site http://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/validaDocumento.do, informe o processo 2096428-25.2014.8.26.0000 e código 58A0EE.

PODE JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
SJ 3.3.3 - Serv. de Proces. do 15º Grupo de Câmara de Dir. Privado
Conselheiro Furtado, nº 503 - 5º andar - CEP: 01511-000 - São Paulo/SP - 3104-9264

CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO

Processo nº:	**2096428-25.2014.8.26.0000**
Classe – Assunto:	**Ação Rescisória - Direito de Vizinhança**
Autor:	**Raul Donato Mendes**
Réu:	**Annita Hermine Baraldi - Espólio Gabriele Baraldi e outro**
Relator(a):	**Andrade Neto**
Órgão Julgador:	**15º Grupo de Câmaras de Direito Privado**
Comarca de Origem:	**Atibaia**
Vara de Origem:	**1ª Vara Cível**

Certifico que a r. decisão transitou em julgado em 18/05/2015.

São Paulo, 16 de junho de 2015

Carlos Adalberto Sequini - M350561
Supervisor de Serviços

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DIRCEU DE ALMEIDA DA SILVA, liberado nos autos em 05/08/2015 às 14:01 .
Para conferir o original, acesse o site http://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pgdoc.do e informe o processo 2096428-25.2014.8.26.0000 e código 58A0EE.

fls. 55

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
SJ 3.3.3 - Serv. de Proces. do 15º Grupo de Câmara de Dir. Privado
Conselheiro Furtado, nº 503 - 5º andar - CEP: 01511-000 - São Paulo/SP

TERMO DE ENCAMINHAMENTO AO ARQUIVO

Processo nº:	**2096428-25.2014.8.26.0000**
Classe:	**Ação Rescisória**
Assunto:	**Direito de Vizinhança**
Órgão Julgador:	**15º Grupo de Câmaras de Direito Privado**
Partes:	**é autor RAUL DONATO MENDES, são réus ANNITA HERMINE BARALDI - ESPÓLIO GABRIELE BARALDI e GABRIELE BARALDI (ESPÓLIO)**
Foro/Vara de origem:	**Foro de Atibaia - 1ª Vara Cível**
Nº do processo na origem:	**0010369-26.2011.8.26.0048**

Certifico que, nesta data, enviei o e-mail com a comunicação do trânsito em julgado à Vara de Origem e encaminhei os presentes autos ao arquivo.

São Paulo, 16 de junho de 2015.

Carlos Adalberto Sequini - Matrícula M350561
Supervisor de Serviços

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CARLOS ADALBERTO SEQUINI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo - SEAO, liberado nos autos em 05/08/2015 às 14:01 .
Para conferir o original, acesse o site http://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/validaDocumento.do, informe o processo 2096428-25.2014.8.26.0000 e código 58A0EE.

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR (A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA 1ª. VARA CÍVEL DA COMARCA DE ATIBAIA.

Processo 0010369-26.2011.8.26.0048 – Indenização por Danos Materiais
Requerente: Espólio de Gabriele Baraldi
Requerido: Raul Donato Mendes

RAUL DONATO MENDES, qualificado nos autos, vem respeitosamente a presença de V.Exa. por sua advogada adiante assinado, manifestar-se em resposta ao Despacho de pág. 502,

I – SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO

A presente Execução encontra-se SUSPENSA, por força de decisão nos autos 1000739-84.2015.8.26.0048 – 2ª. Vara desta Comarca – onde obteve a TUTELA ANTECIPADA, juntada às págs. 490/492, AÇÃO REGRESSIVA em face de JOSÉ FORTUNA, o executor da obra de alteração do curso do córrego, objeto desse litígio, cujos documentos ainda não foram apreciados por V.Exa.

Além disso, as partes, juntamente com JOSÉ FORTUNA, um dos antigos proprietários e executor da mudança do curso do córrego, estão entabulando uma ACORDO no CEJUSC, que está se encaminhando para a solução do conflito.

II – IMPUGNAÇÃO A EXECUÇÃO

O ora Requerido aguarda também pelo recebimento da IMPUGNAÇÃO A EXECUÇÃO, cuja petição encontra-se às páginas 47/50 dos autos de Execução Provisória - 0001385-82.2012.8.26.0048.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica Sao Paulo, protocolado em 10/08/2015 às 20:28 , sob o número WAIA15700306646
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 5B0EE0.

III – DO PROPRIETÁRIO ATUAL DO IMÓVEL

E por fim, tem-se informação de que a Requerente ANNITA HERMINE BARALDI, deixou de ser proprietária do imóvel após a Partilha dos bens deixados por GABRIELE BARALDI; logo, não é de se deferir a prioridade requerida.

Por todo o exposto, aguarda pelo indeferimento do quanto requerido às páginas 500 e 501.

Termos em que,
Pede deferimento.

Atibaia, 10 de agosto de 2015.

DUENES DO CARMO SILVA
OAB/SP. 209712

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica Sao Paulo, protocolado em 10/08/2015 às 20:28 , sob o número WAIA15700306646
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 5B0EE0.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ATIBAIA
FORO DE ATIBAIA
1ª VARA CÍVEL
Rua Napoleão Ferro, 315 - Alvinópolis
CEP: 12942-610 - Atibaia - SP
Telefone: (11) 4412-9688 - E-mail: atibaia1cv@tjsp.jus.br

TERMO DE CONCLUSÃO

Em 12 de agosto de 2015. , faço estes autos conclusos ao(a) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Doutor(a) Juiz(a) de Direito Titular, Dr(a). **Marcos Cosme Porto**

DESPACHO

Processo nº:	**0010369-26.2011.8.26.0048**
Classe – Assunto:	**Procedimento Ordinário - Indenização por Dano Material**
Requerente:	**Gabriele Baraldi**
Requerido:	**Raul Donato Mendes**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Marcos Cosme Porto**

Vistos.

Fls. 504/557: Ciência às partes.

Requeira o exequente, em 10 dias, o que de direito.

Int.

Atibaia, 12 de agosto de 2015.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARCOS COSME PORTO, liberado nos autos em 08/09/2015 às 12:19 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 5A72BB.

MELISSA YUMI KOGA BARALDI
ADVOGADA

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ATIBAIA - SP.

Processo n.º 0010369-26.2011.8.26.0048

ESPÓLIO DE GABRIELE BARALDI, representado pela inventariante **ANNITA HERMINE BARALDI**, por sua advogada subscritora, vem, respeitosamente à presença de Vossa Excelência, manifestar-se sobre o r. despacho de fls 561, informando e requerendo o que se segue:

1) REITERA o pedido de **expedição de certidão para averbação da penhora na matrícula do imóvel**, tendo em vista o deferimento de fls 489, considerando ainda que o Réu já foi intimado da penhora em 13 de maio de 2014 (fls 475), sendo tal medida imprescindível a obtenção do efeito "erga omnes" do ônus imobiliário.

Informa que caso o MM. Juízo DECIDA pelo acolhimento da suspensão a que pretende o Réu (fls 559/560), a Autora irá agravar de tal decisão, sendo o requerimento de direito.

Avenida Cupecê, 3736 – sala 01 – sobreloja – Cidade Ademar – Cep : 04366-001 – São Paulo/SP – Fone : (11) 5623-0702 – e-mail: mrapparecido@hotmail.com

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA YUMI KOGA BARALDI e Tribunal de Justica Sao Paulo, protocolado em 14/09/2015 às 16:22 , sob o número WAIA15700390612
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 645600.

MELISSA YUMI KOGA BARALDI
ADVOGADA

Esclarece que mesmo que haja suspensão dos atos de expropriação do imóvel do Réu, a penhora foi efetivada, faltando somente sua averbação no cartório competente, tendo a Autora requerido a expedição da certidão de averbação e aguardando sua confecção.

Informa ainda que por motivos pessoais, não há mais interesse na composição amigável pretendida pelo Réu junto ao CEJUSC, devendo as partes prosseguirem no feito.

Reitera ainda que a inventariante, Sra. Annita Hermine Baraldi, continua sendo proprietária do imóvel, não o deixando de ser em razão do falecimento de seu marido, visto que meeira do bem, requerendo a prioridade no andamento dessa ação.

Termos em que,
Pede deferimento.
São Paulo, 10 de Setembro de 2015.

MELISSA YUMI KOGA BARALDI
OAB/SP 211.408

Avenida Cupecê, 3736 – sala 01 – sobreloja – Cidade Ademar – Cep : 04366-001 – São Paulo/SP – Fone : (11) 5623-0702 – e-mail: mrapparecido@hotmail.com

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA YUMI KOGA BARALDI e Tribunal de Justica Sao Paulo, protocolado em 14/09/2015 às 16:22 , sob o número WAIA15700390612
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 645600.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0230/2015, foi disponibilizado na página 498/501 do Diário da Justiça Eletrônico em 28/09/2015. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subseqüente à data acima mencionada.

Advogado
Duenes do Carmo Silva (OAB 209712/SP)
Melissa Yumi Koga Baraldi (OAB 211408/SP)

Teor do ato: "Vistos. Fls. 504/557: Ciência às partes.Requeira o exequente, em 10 dias, o que de direito.Int."

Atibaia, 28 de setembro de 2015.

Natália Aparecida da Silva
Chefe de Seção Judiciário

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA APARECIDA DA SILVA, liberado nos autos em 28/09/2015 às 11:21 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 67AA22.

MELISSA YUMI KOGA BARALDI
ADVOGADA

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ATIBAIA - SP.

Processo n.º 0010369-26.2011.8.26.0048

ESPÓLIO DE GABRIELE BARALDI, representado pela inventariante **ANNITA HERMINE BARALDI**, por sua advogada subscritora, vem, respeitosamente à presença de Vossa Excelência, manifestar-se sobre o r. despacho de fls 561, informando e requerendo o que se segue:

1) REITERA o pedido de **expedição de certidão para averbação da penhora na matrícula do imóvel**, tendo em vista o deferimento de fls 489, considerando ainda que o Réu já foi intimado da penhora em 13 de maio de 2014 (fls 475), sendo tal medida imprescindível a obtenção do efeito "erga omnes" do ônus imobiliário.

Informa que caso o MM. Juízo DECIDA pelo acolhimento da suspensão a que pretende o Réu (fls 559/560), a Autora irá agravar de tal decisão, sendo o requerimento de direito.

Avenida Cupecê, 3736 – sala 01 – sobreloja – Cidade Ademar – Cep : 04366-001 – São Paulo/SP – Fone : (11) 5623-0702 – e-mail: mrapparecido@hotmail.com

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA YUMI KOGA BARALDI e Tribunal de Justica Sao Paulo, protocolado em 05/10/2015 às 17:42 , sob o número WAIA15700449919
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 6BD36A.

MELISSA YUMI KOGA BARALDI
ADVOGADA

Esclarece que mesmo que haja suspensão dos atos de expropriação do imóvel do Réu, a penhora foi efetivada, faltando somente sua averbação no cartório competente, tendo a Autora requerido a expedição da certidão de averbação e aguardando sua confecção.

Informa ainda que por motivos pessoais, não há mais interesse na composição amigável pretendida pelo Réu junto ao CEJUSC, devendo as partes prosseguirem no feito.

Reitera ainda que a inventariante, Sra. Annita Hermine Baraldi, continua sendo proprietária do imóvel, não o deixando de ser em razão do falecimento de seu marido, visto que meeira do bem, requerendo a prioridade no andamento dessa ação.

Termos em que,
Pede deferimento.
São Paulo, 02 de Outubro de 2015.

MELISSA YUMI KOGA BARALDI
OAB/SP 211.408

Avenida Cupecê, 3736 – sala 01 – sobreloja – Cidade Ademar – Cep : 04366-001 – São Paulo/SP – Fone : (11) 5623-0702 – e-mail: mrapparecido@hotmail.com

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA YUMI KOGA BARALDI e Tribunal de Justica Sao Paulo, protocolado em 05/10/2015 às 17:42 , sob o número WAIA15700449919
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 6BD36A.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ATIBAIA
FORO DE ATIBAIA
1ª VARA CÍVEL
Rua Napoleão Ferro, 315 - Alvinópolis
CEP: 12942-610 - Atibaia - SP
Telefone: (11) 4412-9688 - E-mail: atibaia1cv@tjsp.jus.br

TERMO DE CONCLUSÃO

Em 26 de outubro de 2015. , faço estes autos conclusos ao(a) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Doutor(a) Juiz(a) de Direito Titular, Dr(a). **Marcos Cosme Porto**

DESPACHO

Processo nº:	**0010369-26.2011.8.26.0048**
Classe – Assunto:	**Procedimento Ordinário - Indenização por Dano Material**
Requerente:	**Gabriele Baraldi**
Requerido:	**Raul Donato Mendes**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Marcos Cosme Porto**

Vistos.

Defiro a averbação da penhora.

Com o devido respeito, o juízo não irá considerar outra decisão judicial, proferida por juízo do mesmo Grau de Jurisdição, que interfira no objeto do processo que tramita por essa Vara.

Int.

Atibaia, 26 de outubro de 2015.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARCOS COSME PORTO, liberado nos autos em 04/11/2015 às 19:21 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 70DF6E.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ATIBAIA
FORO DE ATIBAIA
1ª VARA CÍVEL
Rua Napoleão Ferro, 315, Alvinópolis - CEP 12942-610, Fone: (11) 4412-9688, Atibaia-SP - E-mail: atibaia1cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

CERTIDÃO PARA AVERBAÇÃO DE PENHORA

Processo Digital n°:	**0010369-26.2011.8.26.0048**
Classe – Assunto:	**Procedimento Ordinário - Indenização por Dano Material**
Requerente:	**Gabriele Baraldi**
Requerido:	**Raul Donato Mendes**
Valor da Causa:	**R$ 53.800,00**
MM.. Juiz(a):	**Marcos Cosme Porto**

PEDRO DONIZETTI SIMÕES, Escrivão do Cartório da 1ª Vara Cível do Foro de Atibaia, na forma da lei,

C E R T I F I C A, para os efeitos do artigo 659, § 4º do CPC, nos autos do processo acima mencionado, em que figura como autor espólio de Gabriele Baraldi, representado pela inventariante ANNITA HERMINE BARALDI, aos 11 dias do mês de março do ano de 2014 foi lavrado termo de penhora, referente ao imóvel assim descrito: "Sítio Primavera" - Gleba 1, com área total de 42.115,19 m², situado no Bairro Itapetinga, zona rural da cidade de Atibaia-SP, registrado na matricula sob nº 93.959, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Atibaia-SP, em nome de Raul Donato Mendes; tendo sido nomeado depositário, RAUL DONATO MENDES, CPF 252.972.718-00, RG 27233858, com endereço na Rua Anice Cujry Sabag, 123, Jardim Shangri-la, Atibaia-SP. O depositário não pode abrir mão do bem depositado sem expressa autorização deste Juízo, observadas as consequências do descumprimento das obrigações inerentes.

O referido é verdade e dá fé. NADA MAIS. Atibaia, 02 de dezembro de 2015.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PEDRO DONIZETTI SIMOES, liberado nos autos em 09/12/2015 às 09:48 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 7DB85C.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ATIBAIA
FORO DE ATIBAIA
1ª VARA CÍVEL
Rua Napoleão Ferro, 315, Alvinópolis - CEP 12942-610, Fone: (11) 4412-9688, Atibaia-SP - E-mail: atibaia1cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

ATO ORDINATÓRIO

Processo Digital nº: **0010369-26.2011.8.26.0048**
Classe – Assunto: **Procedimento Ordinário - Indenização por Dano Material**
Requerente: **Gabriele Baraldi**
Requerido: **Raul Donato Mendes**

CERTIDÃO - Ato Ordinatório

Certifico e dou fé que, nos termos do art. 162, § 4º, do CPC, preparei para remessa ao Diário da Justiça Eletrônico o(s) seguinte(s) ato(s) ordinatório(s):

Providenciar no prazo de dez (10) dias, memoria atualizada do débito, para possibilitar o registro da penhora.

Nada Mais. Atibaia, 14 de janeiro de 2016. Eu, ___, Natália Aparecida da Silva, Chefe de Seção Judiciário.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA APARECIDA DA SILVA, liberado nos autos em 14/01/2016 às 16:42 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 86D371.

MELISSA YUMI KOGA BARALDI
ADVOGADA

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ATIBAIA.

Processo número 0010369-26.2011.8.26.0048

ESPÓLIO DE GABRIELE BARALDI, representado por ANNITA HERMINE BARALDI, já qualificada nos autos em epígrafe que move contra **RAUL DONATO MENDES,** por sua advogada subscritora, vem, respeitosamente à presença de Vossa Excelência, atualizar seus cálculos de liquidação em conformidade com a r. sentença prolatada nos moldes abaixo, requerendo a juntada da planilha anexa, apresentando o valor total de R$444.526,63 (quatrocentos e quarenta e quatro mil quinhentos e vinte e seis mil e sessenta e três centavos).

Requer finalmente, seja averbada a penhora na matrícula do imóvel para que surta os efeitos *"erga omnes".*

Fls. 228/232 - Sentença nº 1287/2012 registrada em 14/08/2012 no livro nº 271 às Fls. 253/257: Posto isto julgo procedente a ação e condeno o requerido a reverter a situação, alterando o curso do rio e sua canalização na divisa dos dois imóveis, respeitando-se a legislação específica (art. 3º, Resolução do CONAMA n. 303/02). Para o cumprimento dessa obrigação concedo o prazo de 60 dias, decisão essa que concedo em tutela antecipada, acolhendo o pedido da inicial após exauriente cognição. Diante disso, a partir do 61º dia passará a correr multa diária de R$ 200,00, no caso de descumprimento. Condeno o requerido a pagar indenização ao autor no valor de R$ 53.800,00, com correção monetária a partir de março de 2011 e juros legais a partir da citação. Condeno o requerido ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, que fixo em 15% sobre o valor corrigido da condenação, verba essa que só poderá ser cobrada feita a prova de ter o requerido

Avenida Cupecê, 3736 – sala 02 – sobreloja – Cidade Ademar – Cep : 04366-001 – São Paulo/SP – Fone : (11) 5623-0702 – e-mail: mel.adv2007@gmail.com

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA YUMI KOGA BARALDI e Tribunal de Justica Sao Paulo, protocolado em 22/01/2016 às 13:58 , sob o número WAIA16700029139
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 89D4F2.

MELISSA YUMI KOGA BARALDI
ADVOGADA

perdido a condição de beneficiário da Justiça Gratuita. P. R. I. C. - - - (NOTA DO CARTÓRIO: CUSTAS DE PREPARO: taxa judiciária 2% sobre o valor da causa ou valor mínimo de 5 UFESP´s (Lei 11.608 de 29/12/03) ? Valor à recolher ? R$ 1.113,63 , em guia GARE código 230, (+ porte de remessa e retorno no valor de R$ 25,00 cada volume ? guia FEDTJ código 110-4, nos termos da Lei nº 11.608, de 29/12/03, e prov. 833/2004, do Conselho Superior da Magistratura, DOE 09/jan/04, pág.01). Valor à recolher do porte de remessa e retorno = R$ 50,00) - - -

Termos em que,
Pede deferimento.

De São Paulo para Atibaia, 21 de Janeiro de 2016.

MELISSA YUMI KOGA BARALDI
OAB/SP 211.408

Avenida Cupecê, 3736 – sala 02 – sobreloja – Cidade Ademar – Cep : 04366-001 – São Paulo/SP – Fone : (11) 5623-0702 – e-mail: mel.adv2007@gmail.com

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA YUMI KOGA BARALDI e Tribunal de Justica Sao Paulo, protocolado em 22/01/2016 às 13:58 , sob o número WAIA16700029139
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 89D4F2.

Tabela de atualização de cálculo

Item 1: Condenação						
Val. Inicial:	Data:	Atualização TJ		Val. Atual:	Juros 1% ao mês	**Valor Final**
R$ 53.800,00	mar/11	44,834327	62,10254	R$ 74.521,40	60% R$ 44.712,84	**R$ 119.234,23**
Data inicial para correção em março de 2011						
Data inicial para contagem de juros em janeiro de 2011						

Item 2: Multa					
Valor ao dia	Data Inicial	Data final	Valor Atualizado	Juros 1% ao mês	**Valor final:**
R$ 200,00	24/10/12	31/01/16	R$ 271.458,35	Conforme Tab. anexa	**R$ 325.292,40**
Data inicial para correção em outubro de 2012					

Cálculo final	
Item 1: Condenação	R$ 119.234,23
Item 2: Multa	R$ 325.292,40
Soma final de valores devidos:	**R$ 444.526,63**

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA YUMI KOGA BARALDI e Tribunal de Justica Sao Paulo, protocolado em 22/01/2016 às 13:58 , sob o número WAIA16700029139 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 89D4F3.

Tabela para calculo de multa arbritada

Valor ao dia **R$ 200,00**

mês	ano	dias	valor	atualização TJ		valor atual.	juros 1% m	v. juros	total
outubro	2012	7	1400,00	48,791424	62,10254	1781,94	39%	694,96	2476,90
novembro	2012	30	6000,00	49,137843	62,10254	7583,06	38%	2881,56	10464,62
dezembro	2012	31	6200,00	49,403187	62,10254	7793,74	37%	2883,68	10677,43
janeiro	2013	30	6000,00	49,76877	62,10254	7486,93	36%	2695,29	10182,22
fevereiro	2013	28	5600,00	50,226642	62,10254	6924,10	35%	2423,43	9347,53
março	2013	31	6200,00	50,48782	62,10254	7626,31	34%	2592,95	10219,25
abril	2013	30	6000,00	50,790746	62,10254	7336,28	33%	2420,97	9757,26
maio	2013	31	6200,00	51,090411	62,10254	7536,36	32%	2411,64	9948,00
junho	2013	30	6000,00	51,269227	62,10254	7267,81	31%	2253,02	9520,84
julho	2013	31	6200,00	51,41278	62,10254	7489,11	30%	2246,73	9735,84
agosto	2013	30	6000,00	51,345943	62,10254	7256,96	29%	2104,52	9361,47
setembro	2013	31	6200,00	51,428096	62,10254	7486,88	28%	2096,33	9583,20
outubro	2013	30	6000,00	51,566951	62,10254	7225,85	27%	1950,98	9176,83
novembro	2013	31	6200,00	51,881509	62,10254	7421,44	26%	1929,58	9351,02
dezembro	2013	30	6000,00	52,161669	62,10254	7143,47	25%	1785,87	8929,34
janeiro	2014	30	6000,00	52,537233	62,10254	7092,40	24%	1702,18	8794,58
fevereiro	2014	28	5600,00	52,868217	62,10254	6578,13	23%	1512,97	8091,11
março	2014	31	6200,00	53,206573	62,10254	7236,62	22%	1592,06	8828,68
abril	2014	30	6000,00	53,642866	62,10254	6946,22	21%	1458,71	8404,93
maio	2014	31	6200,00	54,06128	62,10254	7122,21	20%	1424,44	8546,65
junho	2014	30	6000,00	54,385647	62,10254	6851,35	19%	1301,76	8153,11
julho	2014	31	6200,00	54,527049	62,10254	7061,37	18%	1271,05	8332,42
agosto	2014	30	6000,00	54,597934	62,10254	6824,71	17%	1160,20	7984,91
setembro	2014	31	6200,00	54,69621	62,10254	7039,53	16%	1126,33	8165,86
outubro	2014	30	6000,00	54,964221	62,10254	6779,23	15%	1016,88	7796,12
novembro	2014	31	6200,00	55,173085	62,10254	6978,69	14%	977,02	7955,70
dezembro	2014	30	6000,00	55,465502	62,10254	6717,96	13%	873,34	7591,30
janeiro	2015	31	6200,00	55,809388	62,10254	6899,12	12%	827,89	7727,02
fevereiro	2015	28	5600,00	56,635366	62,10254	6140,58	11%	675,46	6816,05
março	2015	31	6200,00	57,292336	62,10254	6720,55	10%	672,05	7392,60
abril	2015	30	6000,00	58,15745	62,10254	6407,01	9%	576,63	6983,64
maio	2015	31	6200,00	58,570367	62,10254	6573,90	8%	525,91	7099,81
junho	2015	30	6000,00	59,150213	62,10254	6299,47	7%	440,96	6740,44
julho	2015	31	6200,00	59,605669	62,10254	6459,72	6%	387,58	6847,30
agosto	2015	30	6000,00	59,951381	62,10254	6215,29	5%	310,76	6526,05
setembro	2015	31	6200,00	60,101259	62,10254	6406,45	4%	256,26	6662,71
outubro	2015	30	6000,00	60,407775	62,10254	6168,33	3%	185,05	6353,38
novembro	2015	31	6200,00	60,872914	62,10254	6325,24	2%	126,50	6451,74
dezembro	2015	30	6000,00	61,548603	62,10254	6054,00	1%	60,54	6114,54
janeiro	2016	31	6200,00	62,10254	62,10254	6200,00	0%	0,00	6200,00
Total						**271458,35**			**325292,40**

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA YUMI KOGA BARALDI e Tribunal de Justica de Sao Paulo, protocolado em 22/01/2016 às 13:58 , sob o número WAIA16700029139
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 89D4F4.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0018/2016, foi disponibilizado na página 939/944 do Diário da Justiça Eletrônico em 27/01/2016. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subseqüente à data acima mencionada.

Advogado
Duenes do Carmo Silva (OAB 209712/SP)
Melissa Yumi Koga Baraldi (OAB 211408/SP)

Teor do ato: "Vistos. Defiro a averbação da penhora.Com o devido respeito, o juízo não irá considerar outra decisão judicial, proferida por juízo do mesmo Grau de Jurisdição, que interfira no objeto do processo que tramita por essa Vara. Int. (NOTA DE CARTÓRIO - Providencie o requerente, no prazo legal, a impressão da Certidão para Averbação de Penhora após sua disponibilização no sistema.) "

Atibaia, 27 de janeiro de 2016.

Natália Aparecida da Silva
Chefe de Seção Judiciário

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA APARECIDA DA SILVA, liberado nos autos em 27/01/2016 às 12:27 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 8B1F3E.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0018/2016, foi disponibilizado na página 939/944 do Diário da Justiça Eletrônico em 27/01/2016. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subseqüente à data acima mencionada.

Advogado
Duenes do Carmo Silva (OAB 209712/SP)
Melissa Yumi Koga Baraldi (OAB 211408/SP)

Teor do ato: "Providenciar no prazo de dez (10) dias, memoria atualizada do débito, para possibilitar o registro da penhora. "

Atibaia, 27 de janeiro de 2016.

Natália Aparecida da Silva
Chefe de Seção Judiciário

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA APARECIDA DA SILVA, liberado nos autos em 27/01/2016 às 12:27 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 8B1F40.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ATIBAIA
FORO DE ATIBAIA
1ª VARA CÍVEL
Rua Napoleão Ferro, 315 - Alvinópolis
CEP: 12942-610 - Atibaia - SP
Telefone: (11) 4412-9688 - E-mail: atibaia1cv@tjsp.jus.br

TERMO DE CONCLUSÃO

Em 11 de fevereiro de 2016. , faço estes autos conclusos ao(a) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Doutor(a) Juiz(a) de Direito Titular, Dr(a). **Marcos Cosme Porto**

DESPACHO

Processo nº:	**0010369-26.2011.8.26.0048**
Classe – Assunto:	**Procedimento Ordinário - Indenização por Dano Material**
Requerente:	**Gabriele Baraldi**
Requerido:	**Raul Donato Mendes**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Marcos Cosme Porto**

Vistos.

Proceda-se o registro da penhora pelo sistema a ARISP.

Em seguida, digam.

Int.

Atibaia, 11 de fevereiro de 2016.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARCOS COSME PORTO, liberado nos autos em 12/02/2016 às 16:34 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 904A86.

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ DE DIREITO DA 1ª. VARA CÍVEL DA COMARCA DE ATIBAIA.

Processo 0010369-26.2011.8.26.0040 – Indenização por danos materiais
Requerente: Espólio de Gabrieli Baraldi
Requerido: Raul Donato Mendes

RAUL DONATO MENDES, qualificado nos autos, vem respeitosamente a presença de V.Exa., por sua advogada adiante assinado, manifestar-se no feito em questão.

1 - Os Autores impetraram o presente pretendendo a reparação por danos materiais sofridos em sua propriedade, causados pelo desvio de um curso d'água feito pelo proprietário anterior, JOSÉ FORTUNA, com a devida concordância de GABRIELI BARALDI (autor) e o outro confrontante MOISÉS ALBANO NUNES.(**pág. 134, 135,136 e 139)**

2 - O desvio do curso do córrego foi devidamente autorizado pelo DAEE, órgão ambiental competente, conforme se depreende dos autos; logo, ocorreu um ato jurídico perfeito.(**pág.159**)

3 - Nessa seara, em tendo ocorrido participação do Autor no evento, haveria de ser tão responsável pelos danos sofridos, quanto o réu, que hoje é parte, por ser o atual proprietário da área por onde corria o rio antes da reversão.

E ainda, constatando-se ter o Estado autorizado a realização da obra de reversão do curso d'água, em maior proporção seria sua, a responsabilidade de indenizar.

- *Essa será sempre a posição da parte ré, que está pagando por erros de terceiros. Porém, "data venia," assim não entendeu Vossa Excelência.*

4 – Pois bem: em estando o MEIO AMBIENTE inserido no feito, durante a fase de conhecimento, requereram as partes a manifestação do Ministério Público. Também o fizeram, após prolação da sentença, posto que Vossa Excelência determinasse a reversão do rio à situação anterior, sob pena de multa diária de R$200,00.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica Sao Paulo, protocolado em 18/02/2016 às 10:41 , sob o número WAIA16700092302
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 931DB7.

Para tal cumprimento se sentiu o réu impossibilitado, ante a existência de Termo de Ajustamento de Conduta, (firmado em 2010, portanto, antes da impetração do presente), entre ele e o Ministério Público, no qual, constata-se que a área onde era o curso anterior do córrego, foi utilizada para plantio de 700 (setecentas) mudas de árvores nativas. Dito TAC estava em curso, e o seu não cumprimento implicaria em multa diária de ½ salário mínimo.

Assim, far-se-ia obrigatória a manifestação do Ministério Público, que só veio a ocorrer na fase de execução, onde de forma sábia, sugeriu a intervenção no feito do órgão do Estado responsável pela autorização da mudança curso do rio realizada em 2003.

É importante esclarecer que se equivocou o D. representante do Ministério Público ao afirmar ter sido o executado quem promoveu as alterações em recursos hídricos, (desvio do curso do rio).

Como se vê às **pág.139** foi o proprietário anterior, JOSÉ FORTUNA, que em 09 de maio de 2003 requereu ao DAEE a regularização do desvio do curso do rio.

Além de outras assertivas, assim manifestou o Ministério Público:

"Como se sabe, o ato administrativo tem como atributo: presunção de legitimidade e veracidade, imperatividade, exigibilidade e autoexecutoriedade."

"Incontroverso, ainda, que o Judiciário pode rever os atos administrativos no caso de suposta ilegalidade, conforme magistério de José dos Santos Carvalho Filho:"

"*Ocorre que, para isto, contudo, se revela imprescindível a intervenção no feito da responsável pela edição do ato contrariado, ou seja o órgão da Administração Pública que concedeu ou não a autorização para intervenções, o que não se constatou no processo de conhecimento."(grifo nosso)*

4- Ante o exposto, pelo princípio do Contraditório e Ampla Defesa, requer , se digne V.Exa., conforme recomendou o Ministério Público, seja intimado o DAEE – DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA – no endereço abaixo, para que esclareça a regularização do desvio do curso do córrego, no ano de 2003, cujo curso atual está na divisa das propriedades.

SECRETARIA DE SANEAMENTO E RECURSOS HÍDRICOS
DAEE – DEPARTAMENTO E ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA
Rua Boa Vista – 170/175 – - CENTRO
Cep 01014-000 – SÃO PAULO CAPITAL

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica Sao Paulo, protocolado em 18/02/2016 às 10:41 , sob o número WAIA16700092302
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 931DB7.

5 – Requer também a suspensão do registro da Penhora, conforme despacho de pág.576, até que o DAEE – Departamento de Águas e Energia Elétrica, preste os esclarecimentos devidos.

Termos em que,
Pede Deferimento.

Atibaia, 17 de fevereiro de 2016.

Duenes do Carmo Silva
OAB/SP. 209712

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica Sao Paulo, protocolado em 18/02/2016 às 10:41 , sob o número WAIA16700092302
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 931DB7.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
1ª PROMOTORIA DE ATIBAIA

1ª. Vara Cível de Atibaia
Autos n° 0001385-82.2013
Cumprimento de sentença

MM. Juiz:

Trata-se de cumprimento de sentença que condenou RAUL DONATO MENDES à reversão de curso de rio *a status quo ante*, bem como sua canalização na divisa de dois imóveis, bem como ao pagamento de indenização em favor do autor no valor de R$ 53.800,00, com correção monetária a partir de março de 2.011 e juros legais a partir da citação (fls. 17/20).

Executado apresentou impugnação a fls. 47/50, aduzindo impossibilidade de cumprimento desta obrigação de fazer em razão de ter celebrado termo de ajustamento de conduta com o Ministério Público, após a realização de intervenções no local, que contempla a sua reparação, por meio de plantio compensatório que abarca a área, objeto do pedido inicial.

Forneceu cópia do termo do termo de ajustamento (fls. 52/56), do termo de autorização emergencial expedida pela Prefeitura para fins de realização de reparos do canal e da barragem existentes no local, decorrentes do pedido de licenciamento concedido pelo DAEE (fls. 59).

Apresentou, ainda, cópia de ofício enviado ao Ministério Público pelo departamento de águas e energia elétrica comunicando deferimento de autorização e dispensa de outorga em 24/10/2012 (fls. 60), certidão de publicação (fls. 61 e 62).

Pois bem.

Este documento foi protocolado em 29/10/2015 às 18:47, é cópia do original assinado digitalmente por FABIO VITAL DE AVILA.
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DJENER DO CARMO E SILVA e Tribunal de Justica Sao Paulo, protocolado em 18/02/2016 às 10:48 , sob o número WMAIA16700092302
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 931DB9.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
1ª PROMOTORIA DE ATIBAIA

Pelo que se verifica, o executado promoveu alterações em recursos hídricos após obter autorização e dispensa de outorga dos órgãos da administração competentes para tanto.

O ato administrativo se trata de ato jurídico por meio do qual os agentes públicos, no desempenho de determinada função administrativa, exteriorizam, observando as normas legais, sob certa forma e com autoridade, o querer do Estado, consistente em, juridicamente, criar, reconhecer, renunciar, modificar e extinguir vantagens ou impor obrigações[1].

Como se sabe, o ato administrativo tem como atributo: presunção de legitimidade e veracidade, imperatividade, exigibilidade e autoexecutoriedade.

Incontroverso, ainda, que o Judiciário pode rever os atos administrativos no caso de suposta ilegalidade, conforme magistério de José dos Santos Carvalho Filho:

Inquinado o ato de vício de legalidade, pode ele ser invalidado pelo Judiciário ou pela própria Administração. Distinguindo-se a função jurisdicional das demais funções pelo fato de defrontar-se com situação de dúvida ou conflito e de enfrentar tais situações mediante a aplicação da lei in concreto, claro que é ela adequada para dirimir eventual conflito entre o ato administrativo e a lei, e é por isso, aliás, que, como observa GABINO FRAGA, configura-se como forma de garantia aos indivíduos. Desse modo, discutida numa ação judicial a validade de um ato administrativo e verificando o juiz a ausência de um dos requisitos de validade, profere decisão invalidando o ato. Ao fazê-lo, procede à retirada do ato de dentro do mundo jurídico.[2]

---

[1] Da CUNHA JUNIOR, Dirley. *Curso de Direito Administrativo*. 10ª. Ed. Salvador: Editora Juspodivm, 2011, p. 99.
[2] CARVALHO FILHO, José dos Santos. *Manual de Direito Administrativo*. 21ª. Ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009, p. 151.

Este documento foi protocolado em 29/10/2015 às 18:47, é cópia do original assinado digitalmente por FABIO VITAL DE AVILA.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 931DBC.
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por FABIO VITAL DE AVILA e FERNANDO SILVA e FERNANDO SILVA, em 18/02/2016 às 10:41 , sob o número WAIA16700092302
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 931DBC.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
1ª PROMOTORIA DE ATIBAIA

Ocorre que, para isto, contudo, se revela imprescindível a intervenção no feito da responsável pela edição do ato contrariado, ou seja, o órgão da Administração Pública que concedeu ou não a autorização para intervenções, o que não se constatou no processo de conhecimento.

Nesta linha, de se sopesar que tal intervenção se justifica para se aferir sob o aspecto técnico, a melhor e mais adequada solução, sob o enfoque difuso, no que se refere á reversão das medidas adotadas ou sua manutenção, até mesmo porque não se dispõe de elementos que demonstrem que após a realização da medida questionada tenha ocorrido novo evento suscetível de danos aos interessados.

Não bastasse, observa-se existência de manifestação por parte do exequente no sentido de possível conversão da obrigação de fazer em indenização por perdas e danos, pois tal medida poderá lhe ocasionar prejuízos em razão da perda de parte de seu terreno útil – medida esta, então, que poderia ensejar a manutenção da situação atual e convalidar os atos praticados pelo Poder Público, indiretamente afetados pela decisão ora questionada pelos executados.

Diante do quanto restou deduzido, por primeiro, entende o Ministério Público que as partes se manifestem sobre a conversão da obrigação de fazer em perdas e danos, para fins de solucionar o impasse gerado, de modo, inclusive, a ratificar os termos dos ajustes de condutas formalizados na área, possibilitando seu efetivo cumprimento.

Atibaia, 29 de outubro de 2015.

FÁBIO VITAL DE ÁVILA
Promotor de Justiça

Cristina Celia Garcia
Analista de Promotoria I

Este documento foi protocolado em 29/10/2015 às 18:47, é cópia do original assinado digitalmente por FABIO VITAL DE AVILA.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 931DBE.
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por FABIO VITAL DE AVILA e Tribunal de Justica de Sao Paulo, em 18/02/2016 às 10:41 , sob o número WAIA16700092302
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 931DBE.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ATIBAIA
FORO DE ATIBAIA
1ª VARA CÍVEL
Rua Napoleão Ferro, 315 - Alvinópolis
CEP: 12942-610 - Atibaia - SP
Telefone: (11) 4412-9688 - E-mail: atibaia1cv@tjsp.jus.br

TERMO DE CONCLUSÃO

Em 07 de março de 2016. , faço estes autos conclusos ao(a) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Doutor(a) Juiz(a) de Direito Titular, Dr(a). **Luis Mario Mori Domingues**

DESPACHO

Processo nº:	**0010369-26.2011.8.26.0048**
Classe – Assunto:	**Procedimento Ordinário - Indenização por Dano Material**
Requerente:	**Gabriele Baraldi**
Requerido:	**Raul Donato Mendes**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Luis Mario Mori Domingues**

Vistos.

FLS. 577/579: Diga a autora, em 10 dias.

Int.

Atibaia, 07 de março de 2016.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por LUIS MARIO MORI DOMINGUES, liberado nos autos em 07/03/2016 às 20:06 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 9B5B2B.

MELISSA YUMI KOGA BARALDI
ADVOGADA

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ATIBAIA.

Processo número 0001385-82. 2013.8.26.0048
0010369-26.2011.8.26.0048 (principal)

ESPÓLIO DE GABRIELE BARALDI, representado pela inventariante ANNITA HERMINE BARALDI, já qualificada nos autos em epígrafe que move contra **RAUL DONATO MENDES,** por sua advogada subscritora, vem, respeitosamente à presença de Vossa Excelência, em cumprimento ao r. despacho de fls, manifestar-se sobre a petição do Réu.

Embora a inventariante e seus herdeiros já tenham atualizado os cálculos do processo bem como CONCORDADO com a conversão da obrigação de fazer em indenização por perdas e danos, o Requerido continua INSISTINDO EM VER APRECIADO O MÉRITO DA DEMANDA, como se já não existisse uma r. sentença transitada em julgado.

Vejamos, Excelência, que NÃO IMPORTA MAIS se o falecido proprietário Gabriele Baraldi, anuiu ou não com a obra realizada;

Avenida Cupecê, 3736 – sala 02 – sobreloja – Cidade Ademar – Cep : 04366-001 – São Paulo/SP – Fone : (11) 5623-0702 – e-mail: mel.adv2007@gmail.com

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA YUMI KOGA BARALDI e Tribunal de Justica Sao Paulo, protocolado em 23/03/2016 às 17:19 , sob o número WAIA16700193702
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código A350A6.

MELISSA YUMI KOGA BARALDI
ADVOGADA

NÃO IMPORTA MAIS que haja a intervenção do Ilustríssimo Senhor Doutor Representante do Ministério Público (pois o mesmo já opinou pela conversão);

NÃO IMPORTA MAIS que o Requerido DIGA ser impossível realizar a obrigação de fazer;

NÃO IMPORTA que alega o Requerido que conseguiu liminar EM OUTRO PROCESSO alegando que impedirá a penhora do imóvel;

Importante é que o Requerido VIABILIZE de qualquer maneira, a indenização a qual faz jus à Autora, e se manifeste CLARAMENTE informando se concorda ou não com a conversão da obrigação de fazer em indenização por perdas e danos.

Somado a esses fatos, a inércia do Réu até o presente momento faz com que cada vez mais se agrave a situação dos Autores, não tomando consciência de que precisam tomar algum tipo de providência ou indenizar a Autora para que essa FINANCEIRAMENTE possa se restabelecer.

Eventual discussão da Requerida com o DAEE cabe em ação regressiva contra proprietário anterior, e não no presente caso, onde HÁ SENTENÇA TRANSITADA EM JULGADO, devendo pela ordem, ser cumprida dentro de seu rito.

Requer manifeste-se o Requerido sobre o cálculo apresentado pela Autora bem como se o valor eventualmente gasto para realização da perícia, poderá integrar a indenização por danos OU ALTERNATIVAMENTE SE SERÁ POR ELES CUSTEADO, tendo em vista que até o presente momento, os Autores NADA receberam do Réu, a

Avenida Cupecê, 3736 – sala 02 – sobreloja – Cidade Ademar – Cep : 04366-001 – São Paulo/SP – Fone : (11) 5623-0702 – e-mail: mel.adv2007@gmail.com

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA YUMI KOGA BARALDI e Tribunal de Justica Sao Paulo, protocolado em 23/03/2016 às 17:19 , sob o número WAIA16700193702
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código A350A6.

MELISSA YUMI KOGA BARALDI
ADVOGADA

nenhum título de pagamento e que o interesse aqui na resolução do problema é MÚTUO.

Requer a Autora o regular andamento do feito, pretendendo com a manifestação do Requerido, liquidar efetivamente os cálculos.

Termos em que,
Pede deferimento.
De São Paulo para Atibaia, 23 de Março de 2016.

MELISSA YUMI KOGA BARALDI
OAB/SP 211.408

Avenida Cupecê, 3736 – sala 02 – sobreloja – Cidade Ademar – Cep : 04366-001 – São Paulo/SP – Fone : (11) 5623-0702 – e-mail: mel.adv2007@gmail.com

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA YUMI KOGA BARALDI e Tribunal de Justica Sao Paulo, protocolado em 23/03/2016 às 17:19 , sob o número WAIA16700193702 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código A350A6.

MELISSA YUMI KOGA BARALDI
ADVOGADA

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ATIBAIA.

Processo número 0001385-82. 2013.8.26.0048
0010369-26.2011.8.26.0048 (principal)

ESPÓLIO DE GABRIELE BARALDI, representado pela inventariante ANNITA HERMINE BARALDI, já qualificada nos autos em epígrafe que move contra **RAUL DONATO MENDES,** por sua advogada subscritora, vem, respeitosamente à presença de Vossa Excelência, em cumprimento ao r. despacho de fls, manifestar-se sobre a petição do Réu.

Embora a inventariante e seus herdeiros já tenham atualizado os cálculos do processo bem como CONCORDADO com a conversão da obrigação de fazer em indenização por perdas e danos, o Requerido continua INSISTINDO EM VER APRECIADO O MÉRITO DA DEMANDA, como se já não existisse uma r. sentença transitada em julgado.

Vejamos, Excelência, que NÃO IMPORTA MAIS se o falecido proprietário Gabriele Baraldi, anuiu ou não com a obra realizada;

Avenida Cupecê, 3736 – sala 02 – sobreloja – Cidade Ademar – Cep : 04366-001 – São Paulo/SP – Fone : (11) 5623-0702 – e-mail: mel.adv2007@gmail.com

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA YUMI KOGA BARALDI e Tribunal de Justica Sao Paulo, protocolado em 23/03/2016 às 17:30 , sob o número WAIA16700193761
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código A350F4.

MELISSA YUMI KOGA BARALDI
ADVOGADA

NÃO IMPORTA MAIS que haja a intervenção do Ilustríssimo Senhor Doutor Representante do Ministério Público (pois o mesmo já opinou pela conversão);

NÃO IMPORTA MAIS que o Requerido DIGA ser impossível realizar a obrigação de fazer;

NÃO IMPORTA que alega o Requerido que conseguiu liminar EM OUTRO PROCESSO alegando que impedirá a penhora do imóvel;

Importante é que o Requerido VIABILIZE de qualquer maneira, a indenização a qual faz jus à Autora, e se manifeste CLARAMENTE informando se concorda ou não com a conversão da obrigação de fazer em indenização por perdas e danos.

Somado a esses fatos, a inércia do Réu até o presente momento faz com que cada vez mais se agrave a situação dos Autores, não tomando consciência de que precisam tomar algum tipo de providência ou indenizar a Autora para que essa FINANCEIRAMENTE possa se restabelecer.

Eventual discussão da Requerida com o DAEE cabe em ação regressiva contra proprietário anterior, e não no presente caso, onde HÁ SENTENÇA TRANSITADA EM JULGADO, devendo pela ordem, ser cumprida dentro de seu rito.

Requer manifeste-se o Requerido sobre o cálculo apresentado pela Autora bem como se o valor eventualmente gasto para realização da perícia, poderá integrar a indenização por danos OU ALTERNATIVAMENTE SE SERÁ POR ELES CUSTEADO, tendo em vista que até o presente momento, os Autores NADA receberam do Réu, a

Avenida Cupecê, 3736 – sala 02 – sobreloja – Cidade Ademar – Cep : 04366-001 – São Paulo/SP – Fone : (11) 5623-0702 – e-mail: mel.adv2007@gmail.com

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA YUMI KOGA BARALDI e Tribunal de Justica Sao Paulo, protocolado em 23/03/2016 às 17:30 , sob o número WAIA16700193761
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código A350F4.

MELISSA YUMI KOGA BARALDI
ADVOGADA

nenhum título de pagamento e que o interesse aqui na resolução do problema é MÚTUO.

Requer a Autora o regular andamento do feito, pretendendo com a manifestação do Requerido, liquidar efetivamente os cálculos.

Termos em que,

Pede deferimento.

De São Paulo para Atibaia, 23 de Março de 2016.

MELISSA YUMI KOGA BARALDI

OAB/SP 211.408

Avenida Cupecê, 3736 – sala 02 – sobreloja – Cidade Ademar – Cep : 04366-001 – São Paulo/SP – Fone : (11) 5623-0702 – e-mail: mel.adv2007@gmail.com

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA YUMI KOGA BARALDI e Tribunal de Justica Sao Paulo, protocolado em 23/03/2016 às 17:30 , sob o número WAIA16700193761
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código A350F4.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0093/2016, foi publicada no Diário Oficial da Justiça nº 2082, do dia 28/03/2016, página 477/495.

Advogado
Duenes do Carmo Silva (OAB 209712/SP)
Melissa Yumi Koga Baraldi (OAB 211408/SP)

Teor do ato: "Vistos. Proceda-se o registro da penhora pelo sistema a ARISP. Em seguida, digam. Int. "

Atibaia, 23 de março de 2016.

Natália Aparecida da Silva
Chefe de Seção Judiciário

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA APARECIDA DA SILVA, liberado nos autos em 23/03/2016 às 19:09 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código A36271.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0093/2016, foi publicada no Diário Oficial da Justiça nº 2082, do dia 28/03/2016, página 477/495.

Advogado
Duenes do Carmo Silva (OAB 209712/SP)
Melissa Yumi Koga Baraldi (OAB 211408/SP)

Teor do ato: "Vistos. FLS. 577/579: Diga a autora, em 10 dias. Int. "

Atibaia, 23 de março de 2016.

Natália Aparecida da Silva
Chefe de Seção Judiciário

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA APARECIDA DA SILVA, liberado nos autos em 23/03/2016 às 19:09 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código A36272.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ATIBAIA
FORO DE ATIBAIA
1ª VARA CÍVEL
Rua Napoleão Ferro, 315 - Alvinópolis
CEP: 12942-610 - Atibaia - SP
Telefone: (11) 4412-9688 - E-mail: atibaia1cv@tjsp.jus.br

TERMO DE CONCLUSÃO

Em 25 de abril de 2016, faço estes autos conclusos ao(a) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Doutor(a) Juiz(a) de Direito, Dr(a). **Luis Mario Mori Domingues**

DESPACHO

Processo nº:	**0010369-26.2011.8.26.0048**
Classe – Assunto:	**Procedimento Comum - Indenização por Dano Material**
Requerente:	**Gabriele Baraldi**
Requerido:	**Raul Donato Mendes**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Luis Mario Mori Domingues**

Vistos.

Considerando que a parte exequente está requerendo desde dezembro de 2014 (fls. 488) a averbação da penhora na matrícula do imóvel constrito, cumpra-se ***de imediato*** a ordem exarada a fls. 576, procedendo-se ao registro da penhora pelo sistema ARISP.

Fls. 577/579: Indefiro o pedido de intimação do DAEE, pois este não integra a relação jurídica processual.

No mais, manifeste-se o executado sobre fls. 588/589. Prazo: cinco (5) dias.

Intimem-se.

Atibaia, 25 de abril de 2016.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por LUIS MARIO MORI DOMINGUES, liberado nos autos em 25/04/2016 às 18:30 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código BA0865.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0136/2016, foi disponibilizado na página 543/551 do Diário da Justiça Eletrônico em 02/05/2016. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subseqüente à data acima mencionada.

Advogado
Duenes do Carmo Silva (OAB 209712/SP)
Melissa Yumi Koga Baraldi (OAB 211408/SP)

Teor do ato: "Vistos.Considerando que a parte exequente está requerendo desde dezembro de 2014 (fls. 488) a averbação da penhora na matrícula do imóvel constrito, cumpra-se de imediato a ordem exarada a fls. 576, procedendo-se ao registro da penhora pelo sistema ARISP.Fls. 577/579: Indefiro o pedido de intimação do DAEE, pois este não integra a relação jurídica processual.No mais, manifeste-se o executado sobre fls. 588/589. Prazo: cinco (5) dias.Intimem-se."

Atibaia, 4 de maio de 2016.

Natália Aparecida da Silva
Chefe de Seção Judiciário

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA APARECIDA DA SILVA, liberado nos autos em 04/05/2016 às 12:33 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código BEBE7A.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª. VARA CÍVEL DA COMARCA DE ATIBAIA.

Proc. 0010369.26.2011.8.26.0048 - Indenização p/Dano Material
Autor: Espólio de Gabriele Baraldi
Réu: Raul Donato Mendes

RAUL DONATO MENDES, qualificado nos autos, vem respeitosamente a presença de V.Exa., por sua advogada adiante assinado, manifestar-se sobre as fls,. 587/589.

1 – É fato que em existindo Sentença Condenatória é certo que há uma obrigação a ser cumprida.

2 – É fato também que certamente se o Réu dispusesse de dita quantia, teria adimplido a obrigação, pondo fim à demanda.

3 - Como não dispõe de dita quantia, e em havendo possibilidade da AÇÃO REGRESSIVA contra o proprietário anterior JOSÉ FORTUNA assim o fez, pois assim destinaria o valor à Autora.

I - DAS TENTATIVAS DE CONCILIAR

1 - Como confrontantes, sempre entendeu a parte ré que as partes deveriam conciliar. Isso se pode observar, por exemplo, às pág. 304/305, em 26/10/12, por contato via eletrônica, quando da necessidade da realização de obras para evitar novos danos às partes.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica Sao Paulo, protocolado em 17/05/2016 às 13:11 , sob o número WAIA16700341329
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código C52B81.

2 - Também se pode observar que o Réu recorreu ao **CEJUSC,** convidando a parte Autora e o proprietário anterior para a tentativa de um acordo.

E, por ocasião da **Audiência dia 30/junho/2015,** ficou acordado que as partes formulariam um pedido conjunto ao órgão ambiental sobre a possibilidade da construção de um novo muro na divisa das propriedades e próximo ao rio.

Ao mesmo tempo acordaram que cada uma das partes providenciaria um orçamento para a construção do muro acima referido.

Ficando designada nova audiência para 11/agosto/2015, para a qual foi convidado também o sócio do proprietário anterior, na propriedade, de nome ORLANDO FEDERZONI.

Pois bem: o Réu procurou o órgão ambiental, bem como efetuou o orçamento, com base em orientação recebida do DAEE.

- Entretanto, a parte Autora desistiu de conciliar.

3 – Por outro lado o proprietário anterior fez uma proposta para pagar R$ 35.000,00(trinta e cinco mil). E em sendo intenção do Réu de que a quantia fosse entregue diretamente à autora, enviou-lhe e-mail, pedindo, inclusive, que se fizesse contraproposta.

- A parte Autora quedou-se em silêncio.

4 - É lamentável a situação, mas infelizmente, a capacidade financeira do Réu, da qual a autora é conhecedora, mostra que como lavrador e sem rendimentos fixos, levaria anos para obter a quantia a que foi condenado.

A Autora também deve conhecer da capacidade financeira do proprietário anterior, posto que fossem vizinhos, e que não deve ser muito diferente da do Réu.

Ao que consta, JOSÉ FORTUNA, o proprietário anterior, é um eletricista aposentado e não possui outras rendas.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica Sao Paulo, protocolado em 17/05/2016 às 13:11 , sob o número WAIA16700341329
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código C52B81.

II - CONVERSÃO DA OBRIGAÇÃO DE FAZER EM INDENIZAÇÃO POR PERDAS E DANOS E REALIZAÇÃO DE PERÍCIA

É do conhecimento da Autora, que a procuradora do Réu atua no feito de forma graciosa e que o Réu está sob o pálio dos benefícios da Justiça Gratuita; logo não dispõe de condições financeiras para arcar com os custos de uma perícia.

Porém, dito documento poderá ser útil para as partes, em AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS, contra o Estado que aprovou obra considerada "irregular" por V.Exa.

Diante disso, desde que se tenha uma previsão do valor dos honorários do perito, concorda o Réu em dividir as custas da perícia.

Termos em que,
Pede deferimento.

Atibaia, 16 de maio de 2016.

DUENES DO CARMO SILVA
OAB/SP. 209712

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica Sao Paulo, protocolado em 17/05/2016 às 13:11 , sob o número WAIA16700341329
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código C52B81.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ATIBAIA
FORO DE ATIBAIA
CEJUSC (PRÉ-PROCESSUAL)
Rua bartolomeu Peranovich, nº 200
CEP 12940-610, Atibaia - SP

TERMO DE AUDIÊNCIA

Nº. 314/15

Reclamação nº:	**0004064-84.2015.8.26.0048**
Classe - Assunto	**Reclamação Pré-processual – Obrigação de Fazer/Não Fazer**
Reclamante:	**Raul Donato Mendes -CPF: 252.972.718-00,**
Advogada:	**RG:272338588-8**
	Drª. Duenes do Carmo Silva - OAB/SP: 209.712
Reclamante:	**José Fortuna -CPF:804.346.308-53, RG: 11.377.404-7**
Advogada:	**Drª. Aleksandra Dias Carneiro Faga – OAB/SP: 265.092**
Reclamado:	**Espolio de Gabriele Baraldi**
Representante:	**Jose Renato Baraldi – CPF: 278.447.828-97, RG: 23.402.412**
Advogada:	**Drª. Melissa Yumi Koga Baraldi – OAB/SP: 211.408**
Data da audiência:	**30/06/2015 às 17:00h**

No dia 30 de junho de 2015, na cidade de Atibaia, no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de Atibaia, na presença dos conciliadores, Sr. Djalma Campos Garcia e Sr. Alder Esmil Machado, foi aberta a sessão.

PRESENTES os conciliandos acima qualificados, acompanhados por seus patronos. Realizada a tentativa de conciliação as partes decidiram formular um pedido conjunto junto ao órgão ambiental sobre a possibilidade da construção de um novo muro n divisa das propriedades e próximo ao rio. Ao mesmo tempo acordam que cada uma das partes irá providenciar um orçamento para a construção do muro acima referido, e em seguida acharam bem redesignar a audiência de conciliação, para o dia 11 de agosto de 2015 às 17:00 horas, da qual saem cientes.
As partes acordam também em convidar para a sessão de conciliação o Sr. Orlando Federzoni cujo endereço será ofertado pela Drª. Aleksandra em até 3 dias para a devido convite.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica Sao Paulo, protocolado em 17/05/2016 às 13:11 , sob o número WAIA16700341329
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código C52B83.

Nada mais havendo, foi encerrado o presente termo.

Eu _____, (Silvana Maria Fuentes Orozco), digitei e subscrevi em duas laudas.

Atibaia, 30 de junho de 2015.

_____
Sr. Djalma Campos Garcia
Conciliador

_____
Sr. Alder Esmil Machado
Conciliador

_____
Sr. Raul Donato Mendes

_____
Drª. Duenes do Carmo Silva

_____
Sr. José Fortuna

_____
Drª. Aleksandra Dias Carneiro Faga

_____
Sr. José Renato Baraldi

_____
Drª. Melissa Yumi Koga Baraldi

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica Sao Paulo, protocolado em 17/05/2016 às 13:11 , sob o número WAIA16700341329
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código C52B85.

Ação de Reparação de Danos

Duenes Carmo

ter 05/01/2016 15:23

Para:mel.adv2007@gmail.com <mel.adv2007@gmail.com>;

Boa tarde e um Feliz 2016.

Doutora!

O Sr. José Fortuna fez uma proposta de R$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), e pelo que entendi, para pagamento à vista,.
Segundo a Dra. Aleksandra ela informou à Sra. à respeito, porém não obteve resposta.

Gostaria que a Sra. posicionasse, mesmo que seja fazendo uma contraproposta.

Att.
Duenes.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica Sao Paulo, protocolado em 17/05/2016 às 13:11 , sob o número WAIA16700341329
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código C52B86.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ATIBAIA
FORO DE ATIBAIA
1ª VARA CÍVEL
Rua Napoleão Ferro, 315, Alvinópolis - CEP 12942-610, Fone: (11) 4412-9688, Atibaia-SP - E-mail: atibaia1cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

CERTIDÃO

Processo Digital n°:	**0010369-26.2011.8.26.0048**
Classe – Assunto:	**Procedimento Comum - Indenização por Dano Material**
Requerente:	**Gabriele Baraldi**
Requerido:	**Raul Donato Mendes**

C E R T I D Ã O

Certifico e dou fé que faço a juntada das peças principais do Agravo de Instrumento nº 2075462-70.2016.8.26.0000, oriundo da 30ª Câmara de Direito Privado do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, conforme disciplina sua a eliminação pelo artigo 208 das Normas de Serviço da Corregedoria Geral de Justiça.
Certifico mais ainda que não foi comunicada a sua interposição, bem como apresentada a cópia da minuta do agravo como dispõe o artigo 1018 do Código de Processo Civil. Nada Mais. Atibaia, 27 de junho de 2016. Eu, ___, João Luis Cardoso, Escrevente Técnico Judiciário.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO LUIS CARDOSO, liberado nos autos em 27/06/2016 às 18:14 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código DAE8BB.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
SJ 1.2.4.2 - Serv. de Entrada e Distrib. de Feitos Originários de Dir. Privado 3
Pátio do Colégio, nº 73 - Sala 306 - CEP: 01016-040

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO COM CONCLUSÃO

Processo nº:	**2075462-70.2016.8.26.0000**
Classe – Assunto:	**Agravo de Instrumento - Direito de Vizinhança**
Agravante:	**raul donato mendes**
Agravado:	**Gabriele Baraldi e outro**
Relator(a):	**Maria Lúcia Pizzotti**
Órgão Julgador:	**30ª Câmara de Direito Privado**

Agravo de Instrumento nº **2075462-70.2016.8.26.0000 .**

Entrado em: **12/04/2016**

Tipo da Distribuição: **Prevenção ao Magistrado**

Impedimento: Magistrados impedidos Não informado

Observação: PREVENÇÃO AI 0244804-55.2012.8.26.0000

O presente processo foi distribuído nesta data, por processamento eletrônico, conforme descrito abaixo:

RELATOR: **Desª. Maria Lúcia Pizzotti**

ÓRGÃO JULGADOR: **30ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO**

São Paulo, 12/04/2016 16:06:59.

Maurício Gomes da Silva
Supervisor(a) do Serviço

CONCLUSÃO

Faço estes autos conclusos ao Des. Maria Lúcia Pizzotti.
São Paulo, 12 de abril de 2016.

Maurício Gomes da Silva
Supervisor(a) do Serviço

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARIA LUCIA PIZZOTTI e Tribunal de Justica de Sao Paulo, em 12/04/2016 16:06:59.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2075462-70.2016.8.26.0000 e código DAEA0A.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

DESPACHO

Agravo de Instrumento Processo nº 2075462-70.2016.8.26.0000

Relator(a): **MARIA LÚCIA PIZZOTTI**
Órgão Julgador: **30ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO**

Voto nº 14937 (yf)

Vistos.

À Mesa.

São Paulo, 26 de abril de 2016.

MARIA LÚCIA PIZZOTTI
Relatora

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARIA LUCIA RIBEIRO DE CASTRO PIZZOTTI MENDES.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2075462-70.2016.8.26.0000 e código DAEA0A.

Emitido: 12/05/2016
14:22

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Processamento de Turmas
Relatório Tira de Julgamento

30ª Câmara de Direito Privado

Nº do processo		Número de ordem
2075462-70.2016.8.26.0000 **Pauta**		**119**
Publicado em	**Julgado em**	**Retificado em**
	11 de maio de 2016	
Julgamento presidido pelo Exmo(a) Sr(a) Desembargador(a)		
Alberto de Oliveira Andrade Neto		

M.P.

Agravo de Instrumento
Comarca

Atibaia

Turma Julgadora

Relator(a): Maria Lúcia Pizzotti — Voto: 14937
Revisor(a): José Roberto Lino Machado
3º juiz(a): Carlos Alberto Russo

Juiz de 1ª Instância

Marcos Cosme Porto

Partes e advogados

Agravante : raul donato mendes
Advogada : Duenes do Carmo Silva (OAB: 209712/SP) (Fls: 29)
Agravados : Gabriele Baraldi (Espólio) e outro
Advogada : Melissa Yumi Koga Baraldi (OAB: 211408/SP)

Súmula

NÃO CONHECERAM DO RECURSO. V. U.

Sustentou oralmente o advogado: Não houve solicitação de preferência ou sustentação oral.
Usou a palavra o Procurador: Procurador da sessão atual do processo Não informado
Impedido(s): Magistrados impedidos Não informado

Jurisprudência					
	Acórdão		Parecer		Sentença

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por [illegible] e Colegislador, em 12/05/2016 14:22:16 - [illegible]
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2075462-70.2016.8.26.0000 e código 9000000[illegible].
Este documento foi gerado pelo usuário 369-26.2011.8.26.0048 e código DAEA0A.

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2016.0000344992

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento nº 2075462-70.2016.8.26.0000, da Comarca de Atibaia, em que é agravante RAUL DONATO MENDES, são agravados GABRIELE BARALDI (ESPÓLIO) e ANNITA HERMINE BARALDI.

ACORDAM, em 30ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Não Conheceram do recurso. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores ANDRADE NETO (Presidente sem voto), LINO MACHADO E CARLOS RUSSO.

São Paulo, 11 de maio de 2016.

Maria Lúcia Pizzotti
RELATOR
Assinatura Eletrônica

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARIA LUCIA RIBEIRO DE CASTRO PIZZOTTI MENDES.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2075462-70.2016.8.26.0000 e código DAEA0A.

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2075462-70.2016.8.26.0000
Voto 14937 (yf)
AGRAVANTE: RAUL DONATO MENDES
AGRAVADO: GABRIELE BARALDI (ESPÓLIO) E OUTRO
COMARCA: ATIBAIA
JUIZ PROLATOR DA DECISÃO: Dr(a). MARCOS COSME PORTO
(yf)

EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO – REGISTRO DA PENHORA – DESPACHO SEM NATUREZA DECISÓRIA – AUSÊNCIA DE INTERESSE RECURSAL – INADEQUAÇÃO – AGRAVO DE INSTRUMENTO – ROL TAXATIVO – NOVO CÓDIGO DE PROCESSO.

- Ausência de interesse recursal – não demonstrado gravame porque ausente matéria decisória no despacho recorrido (decorrência lógica da penhora já efetivada, sem notícia de recurso tempestivo)– binômio "utilidade-adequação";
- Adequação esvaziada – irresignação contra decisão que não se encontra dentre o rol taxativo do artigo 1.015, do Novo Código de Processo Civil – restrição ao agravo de instrumento às hipótese previstas em lei – recurso não conhecido;

AGRAVO DE INSTRUMENTO NÃO CONHECIDO.

Vistos.

Cuida-se de *AGRAVO DE INSTRUMENTO* interposto por Raul Donato Mendes, contra a decisão da R. Primeira Instância (fl. 27) – que determinou registro da penhora no sistema disponibilizado pela ARISP.

O executado reiterou que não tem condições e não é o responsável pelos danos cobrados na fase de cumprimento de sentença, impositiva a suspensão da execução enquanto tramita a ação regressiva. Disse que é necessário aguardar a manifestação do DAEE e do Ministério Público, inviável a penhora.

É o relatório.

O recurso não comporta conhecimento, uma vez que a decisão recorrida não encontra natureza decisória, tampouco se subsome ao rol taxativo do agravo de instrumento introduzido pelo artigo 1.015, do Novo Código de Processo Civil. Em outras palavras, o demandante carece de interesse recursal – impositiva a rejeição liminar, com fundamento no artigo 932, inciso III, da Lei n. 13.105, de 2015. Explicito.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARIA LUCIA RIBEIRO DE CASTRO PIZZOTTI MENDES.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2075462-70.2016.8.26.0000 e código DAEA0A.

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2075462-70.2016.8.26.0000
Voto 14937 (yf)

Assim como a ação, o recurso está sujeito ao interesse de agir, aqui qualificado como interesse recursal, consubstanciando no binômio utilidade-adequação. Para tanto, transcrevo a lição de Cassio Scarpinella Bueno:

> *"O 'interesse de recorrer' a exemplo do 'interesse de agir' repousa na reunião do binômio 'utilidade/necessidade'. A utilidade é apurada pelo gravame – também designado pela doutrina como 'prejuízo' ou 'sucumbência' – experimentado pela parte ou pelo terceiro com o proferimento da decisão. A necessidade, por sua vez, justifica-se porque só com a interposição de recurso a remoção do gravame será alcançada"* (*Curso Sistematizado de Direito Processual Civil 5: recursos, processos e incidentes nos tribunais, sucedâneos recursais: técnicas de controle das decisões jurisdicionais*, p. 76).

No caso concreto, não há utilidade, tampouco adequação. O despacho agravado "proceda-se o registro da penhora pelo sistema da ARISP" (fl. 27) não ostenta cunho decisório, porque consiste em decorrência lógica da ordem de penhora já efetivada sem notícia de recurso da parte. Com efeito, não há gravame a justificar a interposição de agravo de instrumento. A irresignação é de decisão anterior, que deferiu a penhora, incabível fazê-lo por meio de recurso contra a decisão posterior sem natureza decisória.

Igualmente, inexiste adequação do pedido, já que o Novo Código de Processo Civil restringe a interposição do agravo de instrumento – traduzindo verdadeira *"tarifação"* no cabimento deste recurso, em consonância com o que previa o Código de Processo de 1939 (art. 842). No caso concreto, a decisão não se encontra dentre aquelas previstas no rol do artigo 1.015, do Novo Código de Processo – o que torna insubsistente a irresignação interposta.

Deste modo, tanto no aspecto da utilidade, quanto no da adequação, o agravo de instrumento não merece ser conhecido.

Diante do exposto, NÃO CONHEÇO do agravo de instrumento (art. 932, III, do NCPC).

MARIA LÚCIA PIZZOTTI
Relatora

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARIA LUCIA RIBEIRO DE CASTRO PIZZOTTI MENDES.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2075462-70.2016.8.26.0000 e código DAEA0A.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
SJ 3.3.3.2 - Serv. de Proces. da 30ª Câmara de Dir. Privado
Conselheiro Furtado, nº 503 - 5º andar - CEP: 01511-000 - São Paulo/SP - 3399-6084

CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO

Processo nº:	**2075462-70.2016.8.26.0000**
Classe – Assunto:	**Agravo de Instrumento - Direito de Vizinhança**
Agravante	**raul donato mendes**
Agravado	**Gabriele Baraldi e outro**
Relator(a):	**Maria Lúcia Pizzotti**
Órgão Julgador:	**30ª Câmara de Direito Privado**
Comarca de Origem	**Atibaia**
Vara de Origem	**1ª Vara Cível**

Certifico que o v. acórdão transitou em julgado em 20.06.2016.

São Paulo, 22 de junho de 2016.

_____

Rosana Aparecida da Silva Carvalho - M316194
Escrevente Técnico Judiciário

TERMO DE ENCAMINHAMENTO AO ARQUIVO

Certifico que nesta data enviei o e-mail com a comunicação do trânsito em julgado à Vara de Origem e encaminhei os presentes autos ao arquivo.

São Paulo, 22 de junho de 2016.

_____

Rosana Aparecida da Silva Carvalho - M316194
Escrevente Técnico Judiciário

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ROSANA APARECIDA DA SILVA CARVALHO.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2075462-70.2016.8.26.0000 e código DAEA0A.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª. VARA CÍVEL DA COMARCA DE ATIBAIA – SP.

Processo 0010369-26.2011.8.26.0048 – INDENIZAÇÃO DANOS MATERIAIS
Requerente: Espólio de Gabriele Baraldi
Requerido: Raul donato Mendes

RAUL DONATO MENDES, qualificado nos autos, vem respeitosamente a presença de Vossa Excelência por sua advogada adiante assinado, manifestar-se no feito em questão.

1- Às páginas 490/492, o Réu juntou documento demonstrando obtenção de TUTELA ANTECIPADA, para suspender os atos de expropriação nesse feito, do seu único imóvel, deferida nos autos de Ação Regressiva, em face de JOSÉ FORTUNA, proprietário anterior, comprovado mediante Laudo pericial, ser o responsável pelo desvio do curso do rio que resultou nos danos sofridos pela parte Requerente.

2- V.Exa. às páginas 567, não acolheu a Tutela Antecipada, decidindo conforme a seguir:

"Com o devido respeito, o Juízo não irá considerar outra decisão judicial, proferida por Juízo do mesmo grau de Jurisdição, que interfira no objeto do processo que tramita por esta Vara."

3- A Ação Regressiva nos Autos do processo de nr. 1000739.84.2015-8.26.0048 – da 2a. Vara Cível subiu ao Tribunal, e nele o Requerido, obteve provimento para suspender a alienação do imóvel penhorado neste feito.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica Sao Paulo, protocolado em 01/07/2016 às 15:58 , sob o número WAIA16700472466
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código DE8978.

ACÓRDÃO registro: 2016.0000429568 (anexo), publicado em 30/junho/2016, item 2, da EMENTA, a seguir transcrito:

"2 – *Autor/apelante que foi condenado em outra demanda a ressarcir prejuízos causados pelo réu, conforme restou comprovado por laudo pericial. Vizinho que deve ressarcir os gastos efetuados, suspendendo-se a alienação de imóvel penhorado em nome do autor, que não é responsável pela causa do dano.*"

Ante o exposto, acreditando também na possibilidade de um acordo entre as partes, requer a suspensão da penhora no único bem imóvel do Requerido.

Termos em que,
Pede deferimento.

Atibaia, 01 de julho de 2016.

Duenes do Carmo Silva
OAB/SP. 209712

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica Sao Paulo, protocolado em 01/07/2016 às 15:58 , sob o número WAIA16700472466
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código DE8978.

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2016.0000429568

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 1000739-84.2015.8.26.0048, da Comarca de Atibaia, em que é apelante RAUL DONATO MENDES (JUSTIÇA GRATUITA), são apelados JOSÉ FORTUNA e ORLANDO FEDERZONI.

ACORDAM, em 30ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Deram provimento ao recurso. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores ANDRADE NETO (Presidente sem voto), LINO MACHADO E CARLOS RUSSO.

São Paulo, 1º de junho de 2016.

Maria Lúcia Pizzotti
RELATOR
Assinatura Eletrônica

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARIA LUCIA PIZZOTTI e Tribunal de Justica de Sao Paulo, em 01/06/2016 16:10:36 - ACORDAO
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1000739-84.2015.8.26.0048 e código DE897A.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica Sao Paulo, protocolado em 01/07/2016 às 15:58 , sob o número WAIA16700472466
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código DE897A.

APELAÇÃO Nº 1000739-84.2015.8.26.0048
VOTO 15203

APELANTE: RAUL DONATO MENDES

APELADO: JOSÉ FORTUNA e ORLANDO FEDERZONI

COMARCA: ATIBAIA

MAGISTRADO PROLATOR DA DECISÃO: DR. MARCELO OCTAVIANO DINIZ JUNQUEIRA

(cra)

EMENTA
AÇÃO REGRESSIVA – IMÓVEIS CONTÍGUOS – VIZINHANÇA – DESVIO DE CÓRREGO – RESPONSABILIDADE PELOS DANOS CAUSADOS – CORREÇÃO MONETÁRIA
1 - *A simples correção monetária plena é mecanismo mediante o qual se empreende a recomposição da efetiva desvalorização da moeda, com o escopo de preservar o poder aquisitivo original, não constituindo um plus que se acrescenta ao crédito, mas um minus que se evita;*
2 – *Autor/ apelante que foi condenado em outra demanda a ressarcir prejuízos causados pelo réu, seu vizinho, conforme restou comprovado por laudo pericial. Vizinho que deve ressarcir os gastos efetuados, suspendendo-se a alienação de imóvel penhorado em nome do autor, que não é responsável pela causa do dano.*
RECURSO PROVIDO.

Trata-se de recurso de apelação interposto contra a r. decisão de fls. 186/191, cujo relatório se adota, que julgou IMPROCEDENTE o pedido inicial em face do réu Orlando e PROCEDENTE em face do réu José, condenando este ao pagamento de R$ 53.800,00, com juros e correção. Diante da sucumbência, condenou o réu José ao pagamento das custas, despesas e honorários em favor do autor, fixados em 10% do valor da condenação. Como deu causa ao chamamento do réu Orlando, deverá pagar ao seu advogado honorários arbitrados em R$ 1.600,00.

Entendeu, o magistrado *a quo*, que deveria ser afastada a tese de prescrição, pois a pretensão de ressarcimento em regresso apenas teve origem por ocasião do julgamento definitivo em desfavor do autor. Quanto ao mérito propriamente dito, disse que o réu Orlando não guarda qualquer responsabilidade pelo evento danoso, pois sua propriedade era dividida por uma estrada com a propriedade do réu José, não lhe sendo imputáveis os atos praticados por este. Observou que José reconheceu ter realizado o desvio no curso d'água, o que obrigou o demandante a realizar obras de caráter urgente para contenção dos danos, que não ocasionaram prejuízo ao réu. Disse que o laudo pericial realizado comprova

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ... e Tribunal de Justiça de São Paulo, em 22/06/2016 às 17:10:39
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, e informe o processo 1000739-84.2015.8.26.0048 e código DE897A.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica Sao Paulo, protocolado em 01/07/2016 às 15:58 , sob o número WAIA16700472466
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código DE897A.

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
PROCURADORIA REGIONAL DE CAMPINAS

EXMO(A). SR(A). DR(A). JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ATIBAIA

AUTOS Nº. 0001385-82.2013.8.26.0048

REQUERENTE: GABRIELE BARALDI

INTERESSADO: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ENERGIA ELÉTRICA - DAEE

O *DAEE*, autarquia estadual, nos autos em epígrafe, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., requerer a juntada da documentação anexa, encaminhada ao subscritor pelos órgãos técnicos da peticionária.

Termos em que,
Pede deferimento.

Campinas, 28 de novembro de 2016.

ARTHUR DA MOTTA TRIGUEIROS NETO
Procurador do Estado - OAB/SP Nº 237.457

Rua José Paulino, no. 1399, Centro - CEP 13013-911, Campinas-SP

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ARTHUR DA MOTTA TRIGUEIROS NETO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 28/11/2016 às 14:40 , sob o número WAIA16800016594
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 1324193.

SECRETARIA DE SANEAMENTO E RECURSOS HÍDRICOS
DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA
DIRETORIA DA BACIA DO MÉDIO TIETÊ – BMT
Escritório de Apoio Técnico de Atibaia – BMAT

Processo DAEE Nº **9813035**
Interessado: **Raul Donato Mendes**
INF/ BMT / BMAT N° 023 / 2016

Senhor Diretor da BMT

Assunto: Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos em propriedade denominada Sítio Primavera, localizada na Estrada do Makenzie, s/n, bairro Itapetinga, município de Atibaia;

Apreciação: Trata-se do Processo 9813035 em nome Raul Donato Mendes, com Requerimento de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos para um barramento e Requerimento de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos para Serviço de Proteção de Leito. Temos a informar:

- Em 27/09/2011 foram protocolados no DAEE os requerimentos de outorga de direito de uso para regularização de um barramento, sob protocolo DAEE/BMT/BMAT nº 411/2011 e Obra ou Serviço de Proteção de Leito, sob protocolo DAEE nº 412/2011. Na mesma data foi protocolado também o requerimento de dispensa de outorga de recursos hídricos para duas captações de água superficial e um tanque escavado;

- Informamos que, após análise de toda a documentação, tanto técnica como administrativa apresentada pelo usuário, foi elaborado o Parecer Técnico de Outorga – PTO BMAT 070/2012 em 04/10/2012, propondo o deferimento do pleito solicitado. Ainda em 04/10/2012 foi emitido também o Parecer Técnico de Dispensa de Outorga – PTDO 135/2012, manifestando favoravelmente pela dispensa de outorga de recursos hídricos;

- Declaramos que os estudos hidrológicos, hidráulicos e demais documentos apresentados pelo usuário encontravam-se dentro da legislação de recursos hídricos vigente e das Normas e Instruções técnicas do DAEE. Salientamos também que os Pareceres Técnicos foram elaborados sempre obedecendo ao que determina a legislação estadual recursos hídricos do Estado de São Paulo, bem como as Normas e Instruções Técnicas do DAEE;

- Uma vez procedida a análise técnica, foi publicada no D.O.E. a Portaria DAEE nº 2404, de 23 de outubro de 2012, autorizando o Sr. Raul Donato Mendes a interferir em recursos hídricos no Sítio Primavera. De acordo com o Artigo 2º da referida Portaria, a emissão da outorga ficou condicionada à execução de obras de adequação do barramento;

- Em 12/12/2014, através do protocolo DAEE/BMT/BMAT 12565/2014, o usuário encaminhou ao DAEE o relatório fotográfico referente a execução das obras do canal e do barramento;

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ARTHUR DA MOTTA TRIGUEIROS NETO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 28/11/2016 às 14:40 , sob o número WAIA16800016504
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 1324194.

- Aos 10/09/2015 realizamos vistoria no local e constatamos que foi executada a etapa que compreende o alteamento da barragem e a construção da primeira bacia de dissipação, como consta no projeto apresentado ao DAEE. A segunda bacia de dissipação proposta não foi executada. Dessa forma, lavramos o Auto de Inspeção BMT/BMAT n° 069/2015-05;

- Observamos também um intenso processo erosivo nas margens e leito do curso d' água, ao longo do canal que percorre o trecho da propriedade, fazendo-se imprescindível a continuidade da obra de proteção de leito para combate à erosão;

- Era o que tínhamos a informar;

Conclusão: Estamos encaminhando para as providências que se façam necessárias.

BMAT, em 27 de junho de 2016.

Cid Augusto Granado Soares
Respondendo pelo expediente do BMAT
Engenheiro VI - Prontuário 8049

Suzana Langona Cincoto Albertini
Engenheiro III - Prontuário 9767

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ARTHUR DA MOTTA TRIGUEIROS NETO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 28/11/2016 às 14:40 , sob o número WAIA16800016594
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 1324195.

SECRETARIA DE SANEAMENTO E RECURSOS HÍDRICOS
DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA
DIRETORIA DA BACIA DO MÉDIO TIETÊ – BMT
Escritório de Apoio Técnico de Campinas - BMEC
Av. Brasil n.º 2.340 – Campinas – SP – CEP 13073-001 - Fone / Fax (19) 3242 6591

INF / BMT / BMEC /Nº 009/2016
Autos: DAEE nº 9813035 – 1 / 2 Vol.
Interessado: Raul Donato Mendes

Senhor Responsável pelo BMEC:

ASSUNTO: CANALIZAÇÃO DE CURSO D'ÁGUA

APRECIAÇÃO:

1- Atendendo à solicitação de V.S., informamos que em 24/01/2002 foi protocolado neste Escritório de Apoio Técnico de Campinas (EAT/BMEC), documentos referentes a solicitação para regularização de um Barramento, uma Captação Superficial, um Lançamento e uma Canalização (aberta), situados em curso d'água denominado de Ribeirão dos Porcos (afluente do Rio Atibaia), em nome do usuário/requerente **Sr. José Fortuna**, CPF: 804.346.308-53 e R.G. nº 11.377.404-7, em propriedade denominada de "Sítio Primavera", pertencente na época ao citado usuário, localizada no bairro Itapetinga, município de Atibaia – S.P.
2- Destacamos ainda que as documentações protocoladas na época, atenderam à Portaria vigente, sendo que a Canalização (seção trapezoidal, aberta) e de paredes de terra (revestimento com grama), obedeceu aos critérios técnicos para uma seção B = 3,60 e suficiente para escoamento de vazão de cheia referente a um período de retorno para T = 100 anos (vide fotos fls.36/39), conforme projeto elaborado pelo responsável técnico Engº Agrº Heron Guidorizzi Lopes.
3- Outrossim esclarecemos que em reunião efetuada neste EAT/Campinas (fl.78), foi solicitado anuência com firma reconhecida, dos vizinhos do Sr. José Fortuna, confrontantes na época com sua propriedade, o Sr. Moyses Albano Nunes e Sr. Gariele Baraldi (vide fls. 81/82), bem como documentos SMA/DEPRN (fls. 79/80).
4- Destacamos também que anteriormente foram realizadas outras reuniões neste EAT/BMEC, com o proprietário e o engenheiro responsável, a fim de complementar documentos técnicos das citadas interferências em curso d'água (vide fls. 43/44).
5- Salientamos ainda que as citadas interferências em curso d'água, na época existentes em sua propriedade, foram outorgadas conforme extrato de Portaria DAEE Nº 1466, publicada no Diário Oficial de 26/09/2003 (vide fls.91/92).
6- Outrossim destacamos que conforme Matrícula nº 93.959 ficha nº 01 (fls. 128/129) consta que o Sr. José Fortuna vendeu a citada propriedade ao Sr. Raul Donato Mendes, em 22/07/2008 (vide fls.128/129), sendo que em decorrência da titularidade das Outorgas em cursos d'água e aquíferos serem intransferíveis a novos proprietários, entendemos que a Portaria DAEE nº 1466, de 26/09/2003, não mais se aplica ao proprietário atual.

CONCLUSÃO:

1- Submetemos o assunto, para consideração de Vossa Senhoria.

BMEC, 27 de junho de 2016.

Sidnei A. Ferreira Pinto
Engº VI - Pront. 4824

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ARTHUR DA MOTTA TRIGUEIROS NETO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 28/11/2016 às 14:40 , sob o número WAIA16800016594
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 1324197.

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
PROCURADORIA REGIONAL DE CAMPINAS

EXMO(A). SR(A). DR(A). JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ATIBAIA

AUTOS Nº. 0001385-82.2013.8.26.0048

REQUERENTE: GABRIELE BARALDI

INTERESSADO: DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA - DAEE

O *DAEE*, autarquia estadual, em complementação à anterior petição, vem reproduzir o quanto aduzido pelo Engº CID AUGUSTO GRANADO SOARES, que responde pelo expediente do Escritório de Apoio Técnico de Atibaia, pertencente à estrutura administrativa da peticionária: *"Ambas as situações que possam acontecer, primeiro, permanecer o córrego na divisa das propriedades, e é bom que se registre que houve autorização dos vizinhos quando da outorga em nome de José Fortuna e segundo, como sentenciou o competente julgador, o réu foi condenado a reverter a situação por ele provocada ao estado anterior, em nada trará de prejuízo aos recursos hídricos, desde que as obras sejam executadas dentro das normas do DAEE e sejam dirigidas e acompanhadas por profissional habilitado, recolhida a respectiva ART - Anotação de Responsabilidade Técnica da obra. Esclarecendo uma questão que acredito ser importante, as obras de canalização que alteraram o curso d'água foram executadas pelo Sr. José Fortuna (antigo proprietário) , sem autorizações, mas regularizadas posteriormente dentro das Normas vigentes. Quanto a eventuais prejuízos ambientais que poderão advir da reversão das obras realizadas no local, essa manifestação deverá ser do orgão ambiental competente, a CETESB ou no caso de Atibaia que tem Convênio de Cooperação, será da Diretoria de Meio Ambiente da Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente local."* (sic).

Em suma, a execução do comando emergente da r. sentença, no tocante aos eventuais impactos ambientais negativos, do ponto de vista hídrico, serão inexistentes desde que observadas as normas técnicas do DAEE.

Outras implicações de ordem ambiental deverão ser apreciadas pela CETESB e Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Atiabaia.

É o que se tem a esclarecer.

Campinas, 28 de novembro de 2016.

ARTHUR DA MOTTA TRIGUEIROS NETO
Procurador do Estado - OAB/SP Nº 237.457

Rua José Paulino, no. 1399, Centro - CEP 13013-911, Campinas-SP

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ARTHUR DA MOTTA TRIGUEIROS NETO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 28/11/2016 às 16:32 , sob o número WAIA16800016624
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 132426D.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ATIBAIA
FORO DE ATIBAIA
1ª VARA CÍVEL
Rua Napoleão Ferro, 315, Alvinópolis - CEP 12942-610, Fone: (11) 4412-9688, Atibaia-SP - E-mail: atibaia1cv@tjsp.jus.br

DECISÃO

Processo nº:	**0010369-26.2011.8.26.0048**
Classe – Assunto:	**Procedimento Comum - Indenização por Dano Material**
Requerente:	**Gabriele Baraldi**
Requerido:	**Raul Donato Mendes**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Adriana da Silva Frias Pereira**

Vistos.

1. Fls. 594/599, 608/613: manifeste-se o exequente.

2. Fls. 614/617 e 618: manifestem-se as partes.

Int.

Atibaia, 29 de novembro de 2016.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ADRIANA DA SILVA FRIAS PEREIRA, liberado nos autos em 30/11/2016 às 11:45 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 133219E.

MELISSA YUMI KOGA BARALDI
ADVOGADA

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ATIBAIA.

Processo número 0001385-82. 2013.8.26.0048
0010369-26.2011.8.26.0048 (principal)

ESPÓLIO DE GABRIELE BARALDI, representado pela inventariante ANNITA HERMINE BARALDI, já qualificada nos autos em epígrafe que move contra **RAUL DONATO MENDES,** por sua advogada subscritora, vem, respeitosamente à presença de Vossa Excelência, em cumprimento ao r. despacho de fls, manifestar-se sobre as petições de fls 594/596 e documentos acostados, nos seguintes termos:

PRELIMINARMENTE

Informa primeiramente, que **NÃO HÁ QUALQUER POSSIBILIDADE DE COMPOSIÇÃO,** diante de inúmeras tentativas frustradas desde o ano de 2012, não se interessando a Autora pelo valor de R$35.000,00 (trinta e cinco mil reais), ofertado pelo Sr. José Fortuna (proprietário anterior) - e não pelo Réu - que, diga-se de

Avenida Cupecê, 3736 – sala 02 – sobreloja – Cidade Ademar – Cep : 04366-001 – São Paulo/SP – Fone : (11) 5623-0702 – e-mail: mel.adv2007@gmail.com

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA YUMI KOGA BARALDI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 01/12/2016 às 08:57 , sob o número WAIA16700914922
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 133FD1C.

MELISSA YUMI KOGA BARALDI
ADVOGADA

passagem, que JAMAIS ofertou sequer 1 centavo a título de tentativa de composição.

Em segundo lugar, o DAEE se manifestou às fls. 618 **DOS AUTOS PRINCIPAIS** informando que em qualquer das hipóteses possíveis (reversão do curso do rio ou permanência no local onde se encontra atualmente), NÃO HAVERÁ DANOS, desde que observadas as normas pertinentes e pré-determinadas.

Observe-se aqui que, na há andamento nesse mesmo sentido no **CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DE SENTENÇA**, ou seja, os autos devem ser todos reunidos para regular andamento do feito, sob pena de haver mais prejuízos à Autora.

DOS FATOS E DA IMPUGNAÇÃO

Uma vez observada a IMPOSSIBILIDADE DA OBRIGAÇÃO DE FAZER, consistente na reversão do curso do rio, foi requerida pela Autora a conversão em INDENIZAÇÃO POR PERDAS E DANOS, em consonância com o artigo 816 e seguintes do CPC, passando-se para fase de liquidação.

Para a Autora, a discussão se RESTRINGE somente à liquidação dos valores, tendo em vista que é necessária a realização de nova perícia para quantificar o prejuízo causado pelo desgaste das terras da Autora pelo curso alterado do rio que divide as propriedades (sendo necessário além da indenização, a nova demarcação das divisas).

Além das perdas já sofridas até o momento, a Autora perderá um considerável pedaço de seu terreno, e serão necessárias novas medidas, tanto para conter o leito do rio desviado, quanto para

Avenida Cupecê, 3736 – sala 02 – sobreloja – Cidade Ademar – Cep : 04366-001 – São Paulo/SP – Fone : (11) 5623-0702 – e-mail: mel.adv2007@gmail.com

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA YUMI KOGA BARALDI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 01/12/2016 às 08:57 , sob o número WAIA16700914922
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 133FD1C.

MELISSA YUMI KOGA BARALDI
ADVOGADA

indenizá-la (especialmente por não mais poder edificar NADA na distância de 30 m do leito - conforme a legislação ambiental vigente).

A questão a ser dirimida por esse Excelentíssimo Juízo portanto é: QUEM ARCARÁ COM AS CUSTAS PERICIAIS para liquidação da conversão de obrigação de fazer em indenização por perdas e danos?

Vejamos a situação: a Autora, vencedora da demanda, jamais recebeu um centavo até o presente momento, tendo apenas penhorado o imóvel como garantia do recebimento, ou seja: levou e não ganhou.

O Réu, beneficiando-se da gratuidade de Justiça (a qual foi novamente impugnada), interpõe inúmeros recursos e tenta a todo custo retardar o andamento do presente feito, ganhando tempo e quedando-se inerte até o presente momento.

Entende a Autora que o Réu deverá arcar com as custas periciais, tendo em vista ser sucumbente na ação principal e também ser o maior interessado em colocar fim a essa demanda.

DOS PEDIDOS

Diante de todo o exposto, requer a Autora:

Seja analisado o pedido de impugnação das beneces da Justiça Gratuita formulado pela Autora na petição de fls 150/153 do cumprimento provisório de sentença, requerendo ainda sejam todos os autos unificados, sob pena de haver prejuízo ao andamento do presente feito.

Avenida Cupecê, 3736 – sala 02 – sobreloja – Cidade Ademar – Cep : 04366-001 – São Paulo/SP – Fone : (11) 5623-0702 – e-mail: mel.adv2007@gmail.com

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA YUMI KOGA BARALDI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 01/12/2016 às 08:57 , sob o número WAIA16700914922
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 133FD1C.

MELISSA YUMI KOGA BARALDI
ADVOGADA

Tendo em vista a manifestação do DAEE às fls 618 dos AUTOS PRINCIPAIS, no sentido que de forma alguma haverá prejuízos ambientais, seja convertida a obrigação de fazer em indenização por perdas e danos, sendo ainda as custas periciais arcadas integralmente pela parte sucumbente, ou seja, pelo Réu.

Portanto, seja requerida a realização de perícia judicial para apuração do valor a ser indenizado pelo Réu à Autora, em razão da impossibilidade de se cumprir com a obrigação de fazer a que foi condenado.

Termos em que,

Pede deferimento.

De São Paulo para Atibaia, 1° de Dezembro de 2016.

MELISSA YUMI KOGA BARALDI

OAB/SP 211.408

Avenida Cupecê, 3736 – sala 02 – sobreloja – Cidade Ademar – Cep : 04366-001 – São Paulo/SP – Fone : (11) 5623-0702 – e-mail: mel.adv2007@gmail.com

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA YUMI KOGA BARALDI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 01/12/2016 às 08:57 , sob o número WAIA16700914922
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 133FD1C.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0328/2016, foi disponibilizado na página 617/622 do Diário da Justiça Eletrônico em 01/12/2016. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subseqüente à data acima mencionada.

Advogado
Duenes do Carmo Silva (OAB 209712/SP)
Melissa Yumi Koga Baraldi (OAB 211408/SP)
Arthur da Motta Trigueiros Neto (OAB 237457/SP)

Teor do ato: "1. Fls. 594/599, 608/613: manifeste-se o exequente.2. Fls. 614/617 e 618: manifestem-se as partes.Int."

Atibaia, 1 de dezembro de 2016.

Natália Aparecida da Silva
Chefe de Seção Judiciário

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA APARECIDA DA SILVA, liberado nos autos em 01/12/2016 às 11:18 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 1342425.

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA 1ª. VARA CÍVEL DA COMARCA DE ATIBAIA.

Processo 0010369-26.2011 – Reparação de Danos Materiais
Requerente: Espólio de Gabriele Baraldi
Requerido: Raul Donato Mendes

RAUL DONATO MENDES, qualificado nos autos, vem respeitosamente a presença de V.Exa., por sua advogada adiante assinado, manifestar-se sobre as fls. 614/618.

1 - A manifestação do DAEE – DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA confirma os fatos narrados e comprovados pelo Réu no decorrer do feito, de que a obra foi realizada por volta do ano 2000, pelo proprietário anterior, JOSÉ FORTUNA, e regularizada posteriormente, com a concordância do Autor.

Logo, resta claro que o Réu não deu causa ao evento; confirmado também pelo Acórdão 2016.0000429568 acostado.

2 - Os documentos juntados demonstram a existência de Outorga em nome do Réu.

3 - Quanto a pendência da obra de Proteção do Leito, referida na manifestação do DAEE, por se tratar de obra muito cara, cuja execução deve ser dividida e acordada entre as partes, já que será feita nas divisas das propriedades, esclarece e junta documento protocolado no DAEE-ATIBAIA em 02/12/2015, no qual informa ser conveniente aguardar pelo trâmite deste feito, após manifestação daquele Órgão, ocorrida recentemente às fls. 614/618.

Pois, diante da dúvida sobre a reversão ou não do curso do rio, naquele momento, corria-se o risco de realizar a obra e ter que desfazê-la.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 09/12/2016 às 20:18 , sob o número WAIA16700940770
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 1394F88.

4 – Pondera também sobre a não aceitação da proposta de R$ 35.000,00 ofertada pelo proprietário anterior, JOSÉ FORTUNA, considerando-se o seguinte:

4.1- A condenação inicial em março 2011 é R$ 53.800,00; e o Réu realizou obras no valor de R$74.906,83; sabendo-se que o rio está na divisa das propriedades, a parte autora é também responsável pelas despesas de manutenção na mesma proporção.

Logo, num cálculo simplista, sem as devidas correções para ambas as partes, dividindo-se as despesas de manutenção, necessárias aos dois imóveis, conclui-se que a quantia ofertada deveria ser melhor apreciada.

Termos em que,
Pede Deferimento.

Atibaia, 09 de dezembro de 2016.

Duenes do Carmo Silva
OAB/SP. 209712

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 09/12/2016 às 20:18 , sob o número WAIA16700940770
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 1394F88.

ILMOs. SRS. DIRETORES DE RECURSOS HÍDRICOS E DA DIRETORIA DE BACIA – SECRETARIA DE SANEAMENTO E RECURSOS HÍDRICOS – DEPARTAMANTO DE ÁGUA E ENERGIA ELÉTRICA.

Requerimento de Outorga
Protocolo DAEE/BMT/BMAT Nº 26279 2015
Data: 02 / 12 / 15 . Hora: 15 h 54 min.
Recebido por:

REF.: AUTOS DAEE NR. 9813035/2011
RAUL DONATO MENDES

RAUL DONATO MENDES, qualificado nos autos, vem respeitosamente a presença de V.Sas., manifestar-se no feito em questão, esclarecendo os motivos que o levaram a não execução da continuação das obras, especificamente a OBRA DE PROTEÇÃO DE LEITO/MARGEM, BACIA DE DISSIPAÇÃO, conforme o projeto aprovado pelo DAAE.

BREVE RELATO DOS FATOS

1 - Em janeiro/2011, fortes chuvas, atípicas para a região, amplamente divulgado pela mídia, resultou em vários transtornos ambientais, consequentemente em danos materiais em minha propriedade, denominada SÍTIO PRIMAVERA.

2 - Pelo mesmo motivo, ocorreram danos na propriedade do ESPÓLIO DE GABRIELE BARALDI, meu confrontante.

3 - Ocorre que, ANNITA H. BARALDI, viúva do confrontante, ao invés de me procurar para tratativas de um acordo, enveredou pela litigância, efetuando DENÚNCIA ao MINISTÉRIO PÚBLICO, bem como junto à SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE MUNICIPAL.

4 - Quanto aos processos Municipais restou comprovada minha inocência.

5 - Porém, quanto à Denúncia no MINISTÉRIO PÚBLICO, foi instaurado INQUÉRITO CIVIL sob nr. 302/11, onde foi solicitado apresentação de projeto de Adequação e Realização de Obras.

6 – Dito projeto já estava em curso, conforme orientações do DAEE, pois eu desconhecia da necessidade de se fazer, ou atualizar, a transferência da OUTORGA deferida ao proprietário anterior JOSÉ FORTUNA, para o meu nome.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 09/12/2016 às 20:18 , sob o número WAIA16700940770
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 1394F89.

7 - Desta forma, encaminhei o projeto ao Ministério Público, que vem acompanhando o andamento, inclusive com ofícios expedidos ao DAEE, chegando-se ao DEFERIMENTO DA OUTORGA.

8 – Por outro lado, o ESPÓLIO DE GABRIELE BARALDI, representado pela Inventariante, ANNITA BARALDI, antes mesmo da ocorrência das chuvas, ingressou na Justiça, mediante processo de PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVAS, pretendendo provar que o córrego, atualmente localizado na divisa das propriedades, estava lhe trazendo prejuízos.

8 – Antes mesmo que se concluísse o processo de PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVAS ocorreram as chuvas, culminando no desastre ambiental, e os danos no imóvel vizinho se confirmaram. Em consequência, ANNITA H. BARALDI impetrou AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS, obtendo êxito.

9 – No decorrer do processo, apresentei provas de que o DESVIO DO RIO se realizou com a **autorização do DAEE**, e obviamente com a devida concordância do confrontante GABRIELI BARALDI. (anexo cópia do REQUERIMENTO em nome do proprietário anterior JOSÉ FORTUNA, protocolado em 09/maio/2000 e da outorga deferida em 26/setembro/2003).

É importante relatar, que segundo informou ORLANDO FEDERZONI, coproprietário de JOSÉ FORTUNA à época da reversão do curso do rio, GABRIELI BARALDI ,(hoje falecido) foi favorecido com a alteração. De outro modo certamente NÃO CONCORDADRIA com a mudança do curso d`água.

- Apesar de restar comprovado a existência de documentação que autorizou o desvio do curso do rio, o D. Juiz sentenciou afirmando que a OBRA FOI IRREGULAR, e que o CURSO DO RIO DEVERIA SER RETORNADO À SITUAÇÃO ANTERIOR.

10 - Durante o feito, várias vezes (Autor e Réu) requereram ao JUIZ que desse vista ao MINISTÉRIO PÚBLICO para se manifestar a respeito, porém, só recentemente isso ocorreu.

O MINISTÉRIO PÚBLICO manifestou dizendo ser ***imprescindível*** seja ouvido o ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL pela EDIÇÃO DO ATO CONTRARIADO, ou seja, O ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO QUE CONCEDEU OU NÃO AUTORIZAÇÃO PARA INTERVENÇÕES. (anexo cópia de manifestação do MP.)

11 - Além disso, a confrontante ANNITA H. BARALDI, em uma das últimas manifestações no processo, disse NÃO MAIS PRETENDER A REVERSÃO DO CURSO DO RIO.

Ocorre, porém, que o D. Juiz ainda não se manifestou a respeito.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 09/12/2016 às 20:18 , sob o número WAIA16700940770
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 1394F8A.

12 – Ante o exposto, e considerando que quantia vultuosa já foi dispendida para a realização das obras até então, e diante da dúvida quanto a reversão ou não do curso do rio à situação anterior, o que demandará de novo projeto e de tantas outras despesas, correndo-se o risco de pagar por uma obra e ser obrigado a desfazê-la, considerando-se também, que as obras já realizadas trouxeram resultados muito positivos na solução dos problemas, e acreditando que, após ouvido o DAEE, possa, enfim a JUSTIÇA trazer a melhor solução para as partes, requer a suspensão temporária das obras de PROTEÇÃO DO LEITO/MARGEM.

Termos em que,
Pede Deferimento.

ATIBAIA, 25 de novembro de 2015.

Raul Donato Mendes

RAUL DONATO MENDES

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 09/12/2016 às 20:18 , sob o número WAIA16700940770 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 1394F8C.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ATIBAIA
FORO DE ATIBAIA
1ª VARA CÍVEL
Rua Napoleão Ferro, 315 - Alvinópolis
CEP: 12942-610 - Atibaia - SP
Telefone: (11) 4412-9688 - E-mail: atibaia1cv@tjsp.jus.br

TERMO DE CONCLUSÃO

Em 24 de maio de 2017. , faço estes autos conclusos ao(a) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Doutor(a) Juiz(a) de Direito Titular, Dr(a). **Adriana da Silva Frias Pereira**

DESPACHO

Processo nº:	**0010369-26.2011.8.26.0048**
Classe – Assunto:	**Procedimento Comum - Indenização por Dano Material**
Requerente:	**Gabriele Baraldi**
Requerido:	**Raul Donato Mendes**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Adriana da Silva Frias Pereira**

Vistos.

Fls. 625/629: Diga a autora, em 10 dias.

Int.

Atibaia, 24 de maio de 2017.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ADRIANA DA SILVA FRIAS PEREIRA, liberado nos autos em 25/05/2017 às 08:50 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 19EE373.

MELISSA YUMI KOGA BARALDI
ADVOGADA

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ATIBAIA.

Processo número 0001385-82. 2013.8.26.0048
0010369-26.2011.8.26.0048 (principal)

ESPÓLIO DE GABRIELE BARALDI, representado pela inventariante ANNITA HERMINE BARALDI, já qualificada nos autos em epígrafe que move contra **RAUL DONATO MENDES,** por sua advogada subscritora, vem, respeitosamente à presença de Vossa Excelência, em cumprimento ao r. despacho de fls 630, manifestar-se sobre a petição de fls 625/629, nos termos a seguir:

A Autora **NÃO SUPORTA MAIS DISCUTIR** sobre a autorização possivelmente dada pelo *decujus*, Sr. Gabriele Baraldi para que fosse feita a obra que culminou com a alteração do curso do rio divisório entre as propriedades.

Conforme se extrai da r. sentença de fls 241/245, pode se observar que o MM. Juízo determinou que é irrelevante a possível outorga dada pelo *decujus*, bem como entende que os danos sofridos pelo Requerido são de menor importância, diante o estrago que causou à Autora:

Avenida Cupecê, 3736 – sala 02 – sobreloja – Cidade Ademar – Cep : 04366-001 – São Paulo/SP – Fone : (11) 5623-0702 – e-mail: mel.adv2007@gmail.com

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA YUMI KOGA BARALDI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 29/05/2017 às 14:42 , sob o número WAIA17700407681
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 1A41CC6.

MELISSA YUMI KOGA BARALDI
ADVOGADA

Portanto, as teses de resistência não se sustentam.

Os prejuízos sofridos pelo requerido são irrelevantes para os pontos do conflito, uma vez que os danos sofridos pelo autor são decorrentes da obra irregular realizada na propriedade do requerido, pouco importando tenha sido ele ou o proprietário anterior o seu empreendedor.

Irrelevante também, tenha o *de cujus* concordado com a realização da obra (mesmo porque, pelas datas, a suposta concordância se deu após a sua realização).

Não poderia ele prever o prejuízo decorrente dessa intervenção ou a irregularidade da sua execução.

Lembrando ainda que a r. sentença transitou em julgado com o retorno do v. acórdão em 02/05/2013, **NÃO CABENDO PORTANTO**, mais discussão sobre o mérito.

Isso posto, com a manifestação do DAEE, requer ALTERNATIVAMENTE: sejam realizadas as obras necessárias para se reverter o curso do rio/se determinar a conversão da obrigação de fazer em perdas e danos.

Esclarece a Autora que nunca moveu ação contra o Sr. José Fortuna, e portanto, não cabe NEGOCIAR um acordo com tal pessoa, ficando a cargo do Réu em alegado processo regressivo, com ele negociar.

De qualquer maneira, informa que NÃO ACEITA PROPOSTA DO RÉU no montante de R$35.000,00 (trinta e cinco mil reais), considerando que o valor do débito era de R$444.526,63 (quatrocentos e quarenta e quatro mil quinhentos e vinte e seis mil e sessenta e três centavos) em janeiro de 2016.

Requer portanto, seja decidido por Vossa Excelência que o Réu CUMPRA a obrigação de fazer, consistente na conversão do curso do rio e pagamento da indenização OU que converta a obrigação de fazer em perdas e danos, determinando a realização de perícia topográfica para apuração do percentual do terreno perdido pela Autora em razão da erosão havida desde o fato ocorrido.

Avenida Cupecê, 3736 – sala 02 – sobreloja – Cidade Ademar – Cep : 04366-001 – São Paulo/SP – Fone : (11) 5623-0702 – e-mail: mel.adv2007@gmail.com

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA YUMI KOGA BARALDI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 29/05/2017 às 14:42 , sob o número WAIA17700407681
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 1A41CC6.

MELISSA YUMI KOGA BARALDI
ADVOGADA

Termos em que,

Pede deferimento.

De São Paulo para Atibaia, 29 de Maio de 2017.

MELISSA YUMI KOGA BARALDI

OAB/SP 211.408

Avenida Cupecê, 3736 – sala 02 – sobreloja – Cidade Ademar – Cep : 04366-001 – São Paulo/SP – Fone : (11) 5623-0702 – e-mail: mel.adv2007@gmail.com

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA YUMI KOGA BARALDI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 29/05/2017 às 14:42 , sob o número WAIA17700407681
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 1A41CC6.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0157/2017, foi disponibilizado na página 591/598 do Diário da Justiça Eletrônico em 29/05/2017. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subseqüente à data acima mencionada.

Advogado
Duenes do Carmo Silva (OAB 209712/SP)
Melissa Yumi Koga Baraldi (OAB 211408/SP)
Arthur da Motta Trigueiros Neto (OAB 237457/SP)

Teor do ato: "Vistos.Fls. 625/629: Diga a autora, em 10 dias.Int."

Atibaia, 29 de maio de 2017.

Natália Aparecida da Silva
Chefe de Seção Judiciário

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA APARECIDA DA SILVA, liberado nos autos em 29/05/2017 às 17:49 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 1A421C6.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ATIBAIA
FORO DE ATIBAIA
1ª VARA CÍVEL
Rua Napoleão Ferro, 315, Alvinópolis - CEP 12942-610, Fone: (11) 4412-9688, Atibaia-SP - E-mail: atibaia1cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

DECISÃO

Processo nº:	**0010369-26.2011.8.26.0048**
Classe - Assunto	**Procedimento Comum - Indenização por Dano Material**
Requerente:	**Gabriele Baraldi**
Requerido:	**Raul Donato Mendes**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Adriana da Silva Frias Pereira**

Vistos.

Somente nesta data em virtude do acúmulo de serviço a que não dei causa.

O feito tramita de maneira confusa e conturbada, com rediscussão de questões já decididas na sentença e insistência na responsabilização de pessoas estranhas a esta lide, que não se pode admitir tampouco apreciar.

Os pedidos anteriores do exequente, quanto à obrigação de fazer, apresentava-se em conformidade com as decisões aqui proferidas e abarcadas pela preclusão.

Quanto ao pedido de conversão da obrigação de fazer, em perdas e danos, formulado às fls. 584/586, 587/589, 620/623, deverá ser observado o disposto no art. 499 do Código de Processo Civil, vez que necessário definir o valor da indenização, prosseguindo-se, então, posteriormente, com a obrigação de pagar o valor que vier a ser apurado.

Segundo preleciona o artigo 816, parágrafo único, do Código de Processo Civil, as perdas e danos devem ser apuradas em liquidação, seguindo-se a execução para cobrança de quantia certa.

Como já tramita, de longa data, a execução quanto à parte líquida, o pedido de liquidação das perdas e danos deve ser formulado em incidente próprio. E, no pedido de liquidação, deverá o exequente informar se pretende que se realize a liquidação por arbitramento ou pelo procedimento comum (art. 509, 510 e 511 do CPC), apresentando requerimento apropriado justificando o pedido e fazendo os requerimentos pertinentes ao caso.

Aqui, manifeste-se o exequente em termos de prosseguimento (quanto à parte líquida).

Intime-se.

Atibaia, 13 de julho de 2018.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ADRIANA DA SILVA FRIAS PEREIRA, liberado nos autos em 27/07/2018 às 09:20 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 2CF3A29.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0386/2018, foi disponibilizado na página 627/634 do Diário da Justiça Eletrônico em 01/08/2018. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subseqüente à data acima mencionada.

Advogado
Melissa Yumi Koga Baraldi (OAB 211408/SP)
Duenes do Carmo Silva (OAB 209712/SP)
Arthur da Motta Trigueiros Neto (OAB 237457/SP)

Teor do ato: "Somente nesta data em virtude do acúmulo de serviço a que não dei causa. O feito tramita de maneira confusa e conturbada, com rediscussão de questões já decididas na sentença e insistência na responsabilização de pessoas estranhas a esta lide, que não se pode admitir tampouco apreciar. Os pedidos anteriores do exequente, quanto à obrigação de fazer, apresentava-se em conformidade com as decisões aqui proferidas e abarcadas pela preclusão. Quanto ao pedido de conversão da obrigação de fazer, em perdas e danos, formulado às fls. 584/586, 587/589, 620/623, deverá ser observado o disposto no art. 499 do Código de Processo Civil, vez que necessário definir o valor da indenização, prosseguindo-se, então, posteriormente, com a obrigação de pagar o valor que vier a ser apurado. Segundo preleciona o artigo 816, parágrafo único, do Código de Processo Civil, as perdas e danos devem ser apuradas em liquidação, seguindo-se a execução para cobrança de quantia certa. Como já tramita, de longa data, a execução quanto à parte líquida, o pedido de liquidação das perdas e danos deve ser formulado em incidente próprio. E, no pedido de liquidação, deverá o exequente informar se pretende que se realize a liquidação por arbitramento ou pelo procedimento comum (art. 509, 510 e 511 do CPC), apresentando requerimento apropriado justificando o pedido e fazendo os requerimentos pertinentes ao caso. Aqui, manifeste-se o exequente em termos de prosseguimento (quanto à parte líquida). Intime-se."

Atibaia, 1 de agosto de 2018.

Natália Aparecida da Silva
Chefe de Seção Judiciário

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA APARECIDA DA SILVA, liberado nos autos em 01/08/2018 às 09:51 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 2EFEC3F.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DO FORO DA COMARCA DE ATIBAIA, SP.

Processo número 0010369.26.2011.8.26.0048

ESPÓLIO DE GABRIELE BARALDI, já qualificado nos autos em epígrafe que move em desfavor de **RAUL DONATO MENDES**, por sua procuradora subscritora, vem, respeitosamente à presença de Vossa Excelência, em cumprimento ao r. despacho de fls 635, manifestar-se em termos de prosseguimento do presente feito quanto à execução da parte líquida da condenação.

Como pode se observar através da matrícula do imovel CRI 93.959, até o presente momento, não foi realizada a averbação da penhora do imóvel pelo sistema ARISP, embora determinado por Vossa Excelência às fls 576 e especialmente às fls 592.

Informa o Exequente que desde dezembro de 2014 está tentando averbar a penhora na matrícula do imóvel sem sucesso, em razão de sucessivos pedidos incabíveis por parte do Executado, com o único intuito de tumultuar o feito.

Requer-se portanto DERRADEIRAMENTE a averbação da penhora através do sistema ARISP, apresentando

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA YUMI KOGA BARALDI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 07/08/2018 às 14:44 , sob o número WAIA18700705187
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 2F53194.

o Exequente o valor atualizado da dívida na planilha anexa, para após, no TOTAL de R$828.266,63 (valor da condenação e astreintes)proceder-se a avaliação dos bens para fins de venda através de leilão judicial.

Termos em que,
pede e espera deferimento.

São Paulo, 07 de Agosto de 2018.

documento assinado digitalmente

MELISSA YUMI KOGA BARALDI
OAB/SP 211.408

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA YUMI KOGA BARALDI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 07/08/2018 às 14:44 , sob o número WAIA18700705187
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 2F53194.

Tabela de atualização de cálculo

Item 1: Condenação

Val. Inicial:	Data:	Atualização TJ		Val. Atual	Juros 1% ao mês		Valor final
R$ 53.800,00	mar/11	44,834327	69,29366	R$ 83.150,55	88%	R$ 73.172,48	R$ 156.323,03

Data inicial para correção em março de 2011
Data inicial para contagem de júros em janeiro de 2011

Item2: Multa

Val. ao dia:	Data inicial	Data final	Val. Atualizado	Juros 1% ao mês	Valor final
R$ 200,00	24/10/2012	31/07/2018	R$ 493.106,36	Conforme Tab. Anexa	R$ 671.943,59

Cálculo Final

Item 1: Condenação	R$ 156.323,03
Item2: Multa	R$ 671.943,59
Soma final dos valores devidos	**R$ 828.266,63**

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA YUMI KOGA BARALDI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 07/08/2018 às 14:44 , sob o número WAIA18700705187
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 2F53196.

Lote	quadra		
	ANO		**Atibaia atualizaçao de cálculo**

R$ 200,00 /dia

mês	ano	dias	valor	atualização TJ		valor atual.	juros 1% m	v. juros	total
outubro	2012	7	1400,00	48,791424	69,29366	1988,28	69%	R$ 1.371,91	3360,20
novembro	2012	30	6000,00	49,137843	69,29366	8461,14	68%	R$ 5.753,57	14214,71
dezembro	2012	31	6200,00	49,403187	69,29366	8696,21	67%	R$ 5.826,46	14522,68
janeiro	2013	30	6000,00	49,76877	69,29366	8353,87	66%	R$ 5.513,56	13867,43
fevereiro	2013	28	5600,00	50,226642	69,29366	7725,87	65%	R$ 5.021,82	12747,69
março	2013	31	6200,00	50,48782	69,29366	8509,39	64%	R$ 5.446,01	13955,40
abril	2013	30	6000,00	50,790746	69,29366	8185,78	63%	R$ 5.157,04	13342,82
maio	2013	31	6200,00	51,090411	69,29366	8409,03	62%	R$ 5.213,60	13622,63
junho	2013	30	6000,00	51,269227	69,29366	8109,39	61%	R$ 4.946,73	13056,11
julho	2013	31	6200,00	51,41278	69,29366	8356,30	60%	R$ 5.013,78	13370,08
agosto	2013	30	6000,00	51,345943	69,29366	8097,27	59%	R$ 4.777,39	12874,66
setembro	2013	31	6200,00	51,428096	69,29366	8353,81	58%	R$ 4.845,21	13199,02
outubro	2013	30	6000,00	51,566951	69,29366	8062,57	57%	R$ 4.595,66	12658,23
novembro	2013	31	6200,00	51,881509	69,29366	8280,81	56%	R$ 4.637,25	12918,06
dezembro	2013	30	6000,00	52,161669	69,29366	7970,64	55%	R$ 4.383,85	12354,49
janeiro	2014	30	6000,00	52,537233	69,29366	7913,66	54%	R$ 4.273,38	12187,04
fevereiro	2014	28	5600,00	52,868217	69,29366	7339,84	53%	R$ 3.890,12	11229,96
março	2014	31	6200,00	53,206573	69,29366	8074,58	52%	R$ 4.198,78	12273,36
abril	2014	30	6000,00	53,642866	69,29366	7750,55	51%	R$ 3.952,78	11703,34
maio	2014	31	6200,00	54,06128	69,29366	7946,92	50%	R$ 3.973,46	11920,38
junho	2014	30	6000,00	54,385647	69,29366	7644,70	49%	R$ 3.745,90	11390,60
julho	2014	31	6200,00	54,527049	69,29366	7879,04	48%	R$ 3.781,94	11660,98
agosto	2014	30	6000,00	54,597934	69,29366	7614,98	47%	R$ 3.579,04	11194,01
setembro	2014	31	6200,00	54,69621	69,29366	7854,67	46%	R$ 3.613,15	11467,82
outubro	2014	30	6000,00	54,964221	69,29366	7564,23	45%	R$ 3.403,90	10968,13
novembro	2014	31	6200,00	55,173085	69,29366	7786,78	44%	R$ 3.426,18	11212,96
dezembro	2014	30	6000,00	55,465502	69,29366	7495,87	43%	R$ 3.223,22	10719,09
janeiro	2015	31	6200,00	55,809388	69,29366	7698,00	42%	R$ 3.233,16	10931,16

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA YUMI KOGA BARALDI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 07/08/2018 às 14:44 , sob o número WAIA18700705187
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 00103369-26.2011.8.26.0048 e código 2F53199.

fevereiro	2015	28	5600,00	56,635366	69,29366	6851,63	41%	R$ 2.809,17	9660,80
março	2015	31	6200,00	57,292336	69,29366	7498,75	40%	R$ 2.999,50	10498,24
abril	2015	30	6000,00	58,15745	69,29366	7148,90	39%	R$ 2.788,07	9936,97
maio	2015	31	6200,00	58,570367	69,29366	7335,12	38%	R$ 2.787,35	10122,47
junho	2015	30	6000,00	59,150213	69,29366	7028,92	37%	R$ 2.600,70	9629,62
julho	2015	31	6200,00	59,605669	69,29366	7207,72	36%	R$ 2.594,78	9802,49
agosto	2015	30	6000,00	59,951381	69,29366	6934,99	35%	R$ 2.427,24	9362,23
setembro	2015	31	6200,00	60,101259	69,29366	7148,28	34%	R$ 2.430,42	9578,70
outubro	2015	30	6000,00	60,407775	69,29366	6882,59	33%	R$ 2.271,25	9153,84
novembro	2015	31	6200,00	60,872914	69,29366	7057,67	32%	R$ 2.258,45	9316,12
dezembro	2015	30	6000,00	61,548603	69,29366	6755,02	31%	R$ 2.094,06	8849,07
janeiro	2016	31	6200,00	62,10254	69,29366	6917,92	30%	R$ 2.075,38	8993,30
fevereiro	2016	29	5800,00	63,040288	69,29366	6375,34	29%	R$ 1.848,85	8224,19
março	2016	31	6200,00	63,63917	69,29366	6750,88	28%	R$ 1.890,25	8641,13
abril	2016	30	6000,00	63,919182	69,29366	6504,49	27%	R$ 1.756,21	8260,71
maio	2016	31	6200,00	64,328264	69,29366	6678,57	26%	R$ 1.736,43	8415,00
junho	2016	30	6000,00	64,95868	69,29366	6400,41	25%	R$ 1.600,10	8000,51
julho	2016	31	6200,00	65,263985	69,29366	6582,81	24%	R$ 1.579,88	8162,69
agosto	2016	31	6200,00	65,681674	69,29366	6540,95	23%	R$ 1.504,42	8045,37
setembro	2016	30	6000,00	65,885287	69,29366	6310,39	22%	R$ 1.388,29	7698,68
outubro	2016	31	6200,00	65,937995	69,29366	6515,53	21%	R$ 1.368,26	7883,79
novembro	2016	30	6000,00	66,050089	69,29366	6294,65	20%	R$ 1.258,93	7553,58
dezembro	2016	31	6200,00	66,096324	69,29366	6499,92	19%	R$ 1.234,98	7734,90
janeiro	2017	31	6200,00	66,188858	69,29366	6490,83	18%	R$ 1.168,35	7659,18
fevereiro	2017	28	5600,00	66,466851	69,29366	5838,17	17%	R$ 992,49	6830,65
março	2017	31	6200,00	66,626371	69,29366	6448,21	16%	R$ 1.031,71	7479,92
abril	2017	30	6000,00	66,839575	69,29366	6220,30	15%	R$ 933,04	7153,34
maio	2017	31	6200,00	66,893046	69,29366	6422,50	14%	R$ 899,15	7321,65
junho	2017	30	6000,00	67,13386	69,29366	6193,03	13%	R$ 805,09	6998,12
julho	2017	31	6200,00	66,932458	69,29366	6418,72	12%	R$ 770,25	7188,97
agosto	2017	31	6200,00	67,046243	69,29366	6407,83	11%	R$ 704,86	7112,69
setembro	2017	30	6000,00	67,026129	69,29366	6202,98	10%	R$ 620,30	6823,28
outubro	2017	31	6200,00	67,012723	69,29366	6411,03	9%	R$ 576,99	6988,02

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA YUMI KOGA BARALDI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 07/08/2018 às 14:44 , sob o número WAIA18700705187
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 00103369-26.2011.8.26.0048 e código 2F53199.

novembro	2017	30	6000,00	67,26067	69,29366	6181,35	8%	R$ 494,51	6675,86
dezembro	2017	31	6200,00	67,381739	69,29366	6375,92	7%	R$ 446,31	6822,24
janeiro	2018	31	6200,00	67,556931	69,29366	6359,39	6%	R$ 381,56	6740,95
fevereiro	2018	28	5600,00	67,712311	69,29366	5730,78	5%	R$ 286,54	6017,32
março	2018	31	6200,00	67,834193	69,29366	6333,39	4%	R$ 253,34	6586,73
abril	2018	30	6000,00	67,881676	69,29366	6124,80	3%	R$ 183,74	6308,55
maio	2018	31	6200,00	68,024227	69,29366	6315,70	2%	R$ 126,31	6442,02
junho	2018	30	6000,00	68,316731	69,29366	6085,80	1%	R$ 60,86	6146,66
julho	2018	31	6200,00	69,29366	69,29366	6200,00	0%	R$ 0,00	6200,00
Subtotal						**R$ 493.106,36**			**R$ 671.943,59**

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA YUMI KOGA BARALDI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 07/08/2018 às 14:44 , sob o número WAIA18700705187
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 2F53199.

LIVRO Nº 2 - REGISTRO GERAL

REGISTRO DE IMÓVEIS

ATIBAIA - Estado de São Paulo

MATRÍCULA 93.959 | FICHA 01

IMÓVEL:- Gleba 1, com a área total de 42.115,19 metros quadrados, denominado "Sítio Primavera", e que corresponde à parte do terreno que originariamente era composto de três quinhões distintos, mas anexos formando um só todo, correspondente as glebas 1, 3, 4, 5 e 6, situado no Bairro do Itapetinga, zona rural do Município e Comarca de Atibaia-SP, localizado na margem direita da Estrada Municipal do Mackenzie, sentido de quem do imóvel vai a Rodovia Fernão Dias e a cidade de Atibaia, contendo casa sede do imóvel, casa de empregado, ambas de tijolos e telhas, pomar e pequenas benfeitorias, compreendida dentro das seguintes medidas, divisas e confrontações: "Tem inicio no marco 01, situado na margem direita da Estrada Municipal do Mackenzie, sentido de quem do imóvel vai a Rodovia Fernão Dias e a cidade de Atibaia, numa ponte sobre um pequeno córrego, onde confronta com o imóvel objeto da Matrícula 768, de propriedade ALBERTO CARDOSO DE ALMEIDA e sua esposa HANNE BARB HERLINDE HINDERBERGER CARDOSO DE ALMEIDA; deste ponto abandonando a estrada, segue por cerca e alambrado, com esta confrontação com os seguintes azimutes e distâncias: 7º37'58" e distância de 56,04 metros até o marco 2; 21º15'18" e distância de 14,36 metros até o marco 03; 48º14'03" e distância de 35,26 metros até o marco 4; 40º06'44" e distância de 27,04 metros até o marco 5; cravado num canto de cerca de arame, no vértice formado com a divisa do imóvel objeto da Matrícula 49952, denominado Gleba B, de propriedade de GABRIELE BARALDI e s/m ANNITA BARALDI e de ORLANDO GENARO e s/m ANNA MOLEZININI GENARO; deste ponto deflete à direita e segue, por muro, com esta confrontação, com os seguintes azimutes e distâncias: 141º41'26" e distância de 103,53 metros até o marco 6; 147º51'08" e distância de 49,38 metros até o marco 7, no canto do muro e alinhamento de uma cerca de arame; deste ponto segue, por cerca de arame, com a mesma confrontação, com os seguintes azimutes e distâncias: 148º55'00" e distância de 60,23 metros até o marco 8; 156º50'03" e distância de 38,00 metros até o marco 9; 194º39'45" e distância de 23,60 metros até o marco 10; 163º29'52" e distância de 25,91 metros até o marco 11; vértice formado com a divisa do imóvel objeto da Matrícula 49951, denominado Gleba A, de propriedade de MOYSES ALBANO NUNES E S/M NEIDE BRAVO NUNES, ALTINO LUIZ DE

CONTINUA NO VERSO ...

Visualização disponibilizada pela Central Registradores de Imóveis(www.registradores.org.br)-Visualizado em:03/08/2018 16:02:44

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA YUMI KOGA BARALDI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 07/08/2018 às 14:44 , sob o número WAIA18700705187
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 2F5319E.

MATRÍCULA 93.959 | FICHA 01 VERSO

CAMPOS PINHEIRO E S/M CARMEM ASSUNTA CANDIDO DE FARIA CAMPOS PINHEIRO E ELDA GENARO; deste ponto segue, ainda, por cerca de arame, com esta confrontação, com os seguintes azimutes e distâncias: 158º51'09" e distância de 29,94 metros até o marco 12; 183º13'18" e distância de 18,40 metros até o marco 13; 223º25'53" e distância de 26,79 metros até o marco 14; 192º47'39" e distância de 27,74 metros até o marco 15; 182º50'11" e distância de 18,27 metros até o marco 16; 226º51'07" e distância de 47,79 metros até o marco 19; cravado numa ponte sob um córrego e margem de uma Estrada Municipal que do bairro vai a Rodovia Fernão Dias e a esta cidade de Atibaia; deste ponto deflete à direita e segue por cerca de arame, margeando a referida estrada sentido a Rodovia Fernão Dias e a esta cidade de Atibaia, com o azimute de 314º38'29" e distância de 64,76 metros até o marco 20, num ponto de curva, deste ponto deflete à direita e segue em curva de raio de 15,73 metros, desenvolvendo uma distância de 10,60 metros pela confluência desta estrada municipal com a Estrada Municipal do Mackenzie, até o marco 21, ponto de curva; deste ponto deflete a direita e segue margeando a Estrada Municipal do Mackenzie, por cerca de arame e alambrado, em direção à Rodovia Fernão Dias e a cidade de Atibaia, por uma distância de 258,34 metros até o marco 1, início dessa descrição.

INCRA: 634.018.000.809-5, área total 17,0 ha, mod. fiscal 16,0 ha, n. mod. fiscais 1,0625, fmp 2,0 ha, NIRF: 3.852.743-0

PROPRIETARIOS:- ORLANDO FEDERZONI, arquiteto, RG. 2.550.250-SSP/SP, CPF. 027.513.218-87 e sua esposa, com quem é casado pelo regime da comunhão de bens, antes da vigência da Lei 6.515/77, EUCELIA FEDERZONI, do lar, RG. 4.939.085-SSP/SP, CPF. 147.385.298-62, brasileiros, residentes e domiciliados na Estrada Mackenzie, 3.300, bairro do Itapetinga, nesta cidade; e JOSE FORTUNA, brasileiro, divorciado, eletricitário, RG. 11.377.404-7-SSP/SP, CPF. 804.346.308-53, residente e domiciliado na Travessa Ultima Cantiga, 29, Penha, São Paulo-SP, **na proporção de 77,10% ao primeiro e de 22,90% ao segundo.**

CONTINUA NA FICHA 02

Visualização disponibilizada pela Central Registradores de Imóveis(www.registradores.org.br)-Visualizado em:03/08/2018 16:02:44

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA YUMI KOGA BARALDI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 07/08/2018 às 14:44 , sob o número WAIA18700705187
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 2F5319E.

LIVRO Nº 2 - REGISTRO GERAL

MATRÍCULA 93.959 | FICHA 02

REGISTRO DE IMÓVEIS
ATIBAIA - Estado de São Paulo

TÍTULO AQUISITIVO:- R.3 de 19/04/2000 e Av.6 (Retificação administrativa), desta data, na matrícula 54.559, livro 02 de registro geral.
Atibaia, 05 de outubro de 2007.
[Microfilme nº. 202.878 de 14/05/2007 - Rolo nº. 3.630].

João de Amarante Leite
Escrevente Autorizado

R.1/93.959 - PERMUTA - Pela escritura de permuta lavrada aos 25.10.2007, no 2º Tabelionato de Notas local, Lv. 822, fls. 364, os condôminos, ORLANDO FEDERZONI, e s/mulher EUCELIA FEDERZONI, já qualificados, transmitiram **uma fração ideal de 77,10% do imóvel objeto desta matrícula a JOSÉ FORTUNA**, RG: 11.377.404-7/SP, CPF: 804.346.308/53, brasileiro, divorciado, eletricitário, domiciliado e residente em São Paulo/SP, na Rua Togo, n. 405, apto. 02, Jardim Japão, VIla Maria, pelo preço de R$ 19.500,00, **ficando desta forma proprietário da totalidade**. Foram apresentados os seguintes documentos do imóvel: 1) Certificado de Cadastro de Imóvel Rural - CCIR 2003 - 2004 - 2005; 2) Certidão Negativa de Débitos de Imóvel Rural, NIRF: 3.852.743-0, emitida em 24.10.2007; e, 3) Recibo de Entrega da Declaração do ITR através do DIAC/DIAT 2007. Valor Venal R$ 25.978,00. Atibaia, 08 de novembro de 2007. O Escrevente Autorizado,

EMERSON LUIS LADINI

(Protocolo 206258, de 01.11/Microfilme/Rolo 3653)

R.2 - 93.959 - VENDA E COMPRA - Por escritura Particular de venda e compra (art. 108 CCB), passada nesta cidade, em 11 de julho de 2008, o proprietário, JOSÉ FORTUNA (divorciado), já qualificado, atualmente domiciliado nesta cidade, na Rua Anice Cury Sabbag, 123, bairro do Ribeirão, transmitiu o imóvel desta matricula a **RAUL DONATO MENDES**, RG. 27.233.858-8 SSP/SP., CPF/MF. 252.972.718-00, brasileiro, solteiro, maior, comerciante, domiciliado nesta cidade, na Estrada Municipal do Mackenzie, Sítio Primavera, bairro do Ribeirão, pelo preço de R$ 10.500,00. O comprador e os vendedores, em comum acordo, dispensaram a apresentação dos documentos enumerados no Decreto n. 93.240/86, inclusive as certidões fiscais e de feitos ajuizados, declarando

CONTINUA NO VERSO ..

Visualização disponibilizada pela Central Registradores de Imóveis(www.registradores.org.br)-Visualizado em:03/08/2018 16:02:44

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA YUMI KOGA BARALDI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 07/08/2018 às 14:44 , sob o número WAIA18700705187
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 2F5319E.

MATRÍCULA 93.959 | FICHA 02 VERSO

expressamente e sob responsabilidade solidária, que tem pleno conhecimento da lei 11.382/06. Foi apresentada a comprovação da quitação do Imposto Territorial Rural, dos cinco últimos exercícios, através da Certidão de Regularidade Fiscal do Imóvel Rural, expedida pelo Ministerio da Fazenda Secretaria da Receita Federal, em 10/07/2008, com validade até 12/01/2009, nº. 84FA.5ADE.6569.4BA6, o DIAC/DIAT 2007 e o C.C.I.R. 2003/2004/2005 expedido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrario - MDA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agraria - INCRA, com recolhimento da taxa de serviços cadastrais, e guia de ISTBI no valor de R$ 210,00, devidamente autenticada. Atibaia, 22 de julho de 2008.

[Microfilme nº. 211.456 de 11/07/2008 - Rolo nº. 3.820].

Wagner Luis Constantino Velhani
Escrevente Autorizado

Visualização disponibilizada pela Central Registradores de Imóveis(www.registradores.org.br)-Visualizado em:03/08/2018 16:02:44

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA YUMI KOGA BARALDI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 07/08/2018 às 14:44 , sob o número WAIA18700705187
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 2F5319E.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ATIBAIA
FORO DE ATIBAIA
1ª VARA CÍVEL
Rua Napoleão Ferro, 315, Alvinópolis - CEP 12942-610, Fone: (11) 4412-9688, Atibaia-SP - E-mail: atibaia1cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

CERTIDÃO

Processo Digital n°:	**0010369-26.2011.8.26.0048**
Classe – Assunto:	**Procedimento Comum - Indenização por Dano Material**
Requerente:	**Gabriele Baraldi**
Requerido:	**Raul Donato Mendes**

C E R T I D Ã O

Certifico e dou fé que solicitei registro da penhora via ARISP, atendendo às determinações proferidas nos autos. Nada Mais. Atibaia, 11 de setembro de 2018. Eu, Alexandre Motta Delamano, Coordenador.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ALEXANDRE MOTTA DELAMANO, liberado nos autos em 11/09/2018 às 16:03 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 3149B1A.

Estado: São Paulo

Tribunal: Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

Comarca: ATIBAIA

Foro: Central

Vara: 1A VARA CÍVEL

Escrivão/Diretor: ALEXANDRE MOTTA DELAMANO

CERTIDÃO DE PENHORA

Certifico para fins de averbação da penhora da propriedade ou de direitos sobre o(s) imóvel(is) efetuada no processo como adiante se contém:

PROCESSO

NATUREZA DO PROCESSO: EXECUÇÃO CIVIL

Número de ordem: 00103692620118260048

Exequente(s)

GABRIELE BARALDI

CPF: 063.971.668-72

Executado(a, os, as)

RAUL DONATO MENDES

CPF: 252.972.718-00

Terceiro(s)

Valor da dívida: R$ 828.266,63

IMÓVEIS PENHORADOS

1.

Protocolo de Penhora Online: PH000229481

Comarca: Atibaia

Endereço do imóvel: Sítio Primavera

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ALEXANDRE MOTTA DELAMANO, liberado nos autos em 11/09/2018 às 16:05 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 3149C45.

Bairro: Estrada Municipal do Mackenzie

Município: Atibaia

Estado: São Paulo

Número da Matrícula: 93959

Cartório de Registro de Imóveis: OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE ATIBAIA - SP

DADOS INFORMATIVOS:

TIPO DA CONSTRIÇÃO: PENHORA

Data do auto ou termo: 11/03/2014

Percentual penhorado (%): 100,00

Percentual do proprietário ou titular de direitos sobre o imóvel (Compromissário comprador, devedor fiduciante etc.): % 100,00

Nome do proprietário ou titular de direitos sobre o imóvel: RAUL DONATO MENDES

O Proprietário ou titular de direitos sobre o imóvel é parte no processo? Sim

Nome do depositário: RAUL DONATO MENDES

Eventual necessidade de intimação de cônjuge será analisada nos autos pelo Magistrado.

EMOLUMENTOS

Depósito prévio

ADVOGADO

Nome: Melissa Koga Baraldi

Telefone para contato: (11)5623-0702

E-mail: melissa@kpadvs.com

Número OAB: 211408

Estado OAB: SP

O referido é verdade e dou fé.

Data: 11/09/2018 15:59:38

Emitido por: ALEXANDRE MOTTA DELAMANO

Cargo: Chefe de Seção

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ALEXANDRE MOTTA DELAMANO, liberado nos autos em 11/09/2018 às 16:05 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 3149C45.

Documento eletrônico produzido conforme disposto no artigo 837 do CPC, devendo para validade e acesso no Oficial de Registro de Imóveis ser transmitido e recepcionado em meio eletrônico no site http://www.oficioeletronico.com.br, cujo *download* comprova sua autoria e integridade.

Dados preenchidos em formulário eletrônico, dispensadas a qualificação completa das partes e a descrição completa do imóvel.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ALEXANDRE MOTTA DELAMANO, liberado nos autos em 11/09/2018 às 16:05 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 3149C45.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ATIBAIA
FORO DE ATIBAIA
1ª VARA CÍVEL
Rua Napoleão Ferro, 315, Alvinópolis - CEP 12942-610, Fone: (11) 4412-9688, Atibaia-SP - E-mail: atibaia1cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

DECISÃO

Processo Digital nº:	**0010369-26.2011.8.26.0048**
Classe - Assunto	**Procedimento Comum - Indenização por Dano Material**
Requerente:	**Gabriele Baraldi**
Requerido:	**Raul Donato Mendes**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Adriana da Silva Frias Pereira**

Vistos.

Ante a certidão retro, expeça-se mandado para avaliação do imóvel por Oficial de Justiça.

Intime-se.

Atibaia, 11 de setembro de 2018.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ADRIANA DA SILVA FRIAS PEREIRA, liberado nos autos em 11/09/2018 às 17:26 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 3149E81.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0488/2018, foi disponibilizado na página 600/605 do Diário da Justiça Eletrônico em 17/09/2018. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subseqüente à data acima mencionada.

Advogado
Melissa Yumi Koga Baraldi (OAB 211408/SP)
Duenes do Carmo Silva (OAB 209712/SP)
Arthur da Motta Trigueiros Neto (OAB 237457/SP)

Teor do ato: "Vistos. Ante a certidão retro, expeça-se mandado para avaliação do imóvel por Oficial de Justiça. Intime-se."

Atibaia, 17 de setembro de 2018.

Natália Aparecida da Silva
Chefe de Seção Judiciário

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA APARECIDA DA SILVA, liberado nos autos em 17/09/2018 às 09:55 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 318DD61.

LIVRO Nº 2 - REGISTRO GERAL

REGISTRO DE IMÓVEIS
ATIBAIA - Estado de São Paulo

MATRÍCULA 93.959 | FICHA 01

IMÓVEL:- Gleba 1, com a área total de 42.115,19 metros quadrados, denominado "Sítio Primavera", e que corresponde à parte do terreno que originariamente era composto de três quinhões distintos, mas anexos formando um só todo, correspondente as glebas 1, 3, 4, 5 e 6, situado no Bairro do Itapetinga, zona rural do Município e Comarca de Atibaia-SP, localizado na margem direita da Estrada Municipal do Mackenzie, sentido de quem do imóvel vai a Rodovia Fernão Dias e a cidade de Atibaia, contendo casa sede do imóvel, casa de empregado, ambas de tijolos e telhas, pomar e pequenas benfeitorias, compreendida dentro das seguintes medidas, divisas e confrontações: "Tem inicio no marco 01, situado na margem direita da Estrada Municipal do Mackenzie, sentido de quem do imóvel vai a Rodovia Fernão Dias e a cidade de Atibaia, numa ponte sobre um pequeno córrego, onde confronta com o imóvel objeto da Matrícula 768, de propriedade ALBERTO CARDOSO DE ALMEIDA e sua esposa HANNE BARB HERLINDE HINDERBERGER CARDOSO DE ALMEIDA; deste ponto abandonando a estrada, segue por cerca e alambrado, com esta confrontação com os seguintes azimutes e distâncias: 7º37'58" e distância de 56,04 metros até o marco 2; 21º15'18" e distância de 14,36 metros até o marco 03; 48º14'03" e distância de 35,26 metros até o marco 4; 40º06'44" e distância de 27,04 metros até o marco 5; cravado num canto de cerca de arame, no vértice formado com a divisa do imóvel objeto da Matrícula 49952, denominado Gleba B, de propriedade de GABRIELE BARALDI e s/m ANNITA BARALDI e de ORLANDO GENARO e s/m ANNA MOLEZININI GENARO; deste ponto deflete à direita e segue, por muro, com esta confrontação, com os seguintes azimutes e distâncias: 141º41'26" e distância de 103,53 metros até o marco 6; 147º51'08" e distância de 49,38 metros até o marco 7, no canto do muro e alinhamento de uma cerca de arame; deste ponto segue, por cerca de arame, com a mesma confrontação, com os seguintes azimutes e distâncias: 148º55'00" e distância de 60,23 metros até o marco 8; 156º50'03" e distância de 38,00 metros até o marco 9; 194º39'45" e distância de 23,60 metros até o marco 10; 163º29'52" e distância de 25,91 metros até o marco 11; vértice formado com a divisa do imóvel objeto da Matrícula 49951, denominado Gleba A, de propriedade de MOYSES ALBANO NUNES E S/M NEIDE BRAVO NUNES, ALTINO LUIZ DE

CONTINUA NO VERSO

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ALEXANDRE MOTTA DELAMANO, liberado nos autos em 11/10/2018 às 14:59 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 33041A9.

MATRÍCULA 93.959 | FICHA 01 VERSO

CAMPOS PINHEIRO E S/M CARMEM ASSUNTA CANDIDO DE FARIA CAMPOS PINHEIRO E ELDA GENARO; deste ponto segue, ainda, por cerca de arame, com esta confrontação, com os seguintes azimutes e distâncias: 158º51'09" e distância de 29,94 metros até o marco 12; 183º13'18" e distância de 18,40 metros até o marco 13; 223º25'53" e distância de 26,79 metros até o marco 14; 192º47'39" e distância de 27,74 metros até o marco 15; 182º50'11" e distância de 18,27 metros até o marco 16; 226º51'07" e distância de 47,79 metros até o marco 19; cravado numa ponte sob um córrego e margem de uma Estrada Municipal que do bairro vai a Rodovia Fernão Dias e a esta cidade de Atibaia; deste ponto deflete à direita e segue por cerca de arame, margeando a referida estrada sentido a Rodovia Fernão Dias e a esta cidade de Atibaia, com o azimute de 314º38'29" e distância de 64,76 metros até o marco 20, num ponto de curva, deste ponto deflete à direita e segue em curva de raio de 15,73 metros, desenvolvendo uma distância de 10,60 metros pela confluência desta estrada municipal com a Estrada Municipal do Mackenzie, até o marco 21, ponto de curva; deste ponto deflete a direita e segue margeando a Estrada Municipal do Mackenzie, por cerca de arame e alambrado, em direção à Rodovia Fernão Dias e a cidade de Atibaia, por uma distância de 258,34 metros até o marco 1, início dessa descrição.

INCRA: 634.018.000.809-5, área total 17,0 ha, mod. fiscal 16,0 ha, n. mod. fiscais 1,0625, fmp 2,0 ha, NIRF: 3.852.743-0

PROPRIETARIOS:- ORLANDO FEDERZONI, arquiteto, RG. 2.550.250-SSP/SP, CPF. 027.513.218-87 e sua esposa, com quem é casado pelo regime da comunhão de bens, antes da vigência da Lei 6.515/77, EUCELIA FEDERZONI, do lar, RG. 4.939.085-SSP/SP, CPF. 147.385.298-62, brasileiros, residentes e domiciliados na Estrada Mackenzie, 3.300, bairro do Itapetinga, nesta cidade; e JOSE FORTUNA, brasileiro, divorciado, eletricitário, RG. 11.377.404-7-SSP/SP, CPF. 804.346.308-53, residente e domiciliado na Travessa Ultima Cantiga, 29, Penha, São Paulo-SP, na proporção de 77,10% ao primeiro e de 22,90% ao segundo.

CONTINUA NA FICHA 02.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ALEXANDRE MOTTA DELAMANO, liberado nos autos em 11/10/2018 às 14:59 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 33041A9.

LIVRO Nº 2 - REGISTRO GERAL

MATRÍCULA 93.959 | FICHA 02

REGISTRO DE IMÓVEIS
ATIBAIA - Estado de São Paulo

TITULO AQUISITIVO:- R.3 de 19/04/2000 e Av.6 (Retificação administrativa), desta data, na matrícula 54.559, livro 02 de registro geral.
Atibaia, 05 de outubro de 2007.
[Microfilme nº. 202.878 de 14/05/2007 - Rolo nº. 3.630].

João de Amarante Leite
Escrevente Autorizado

R.1/93.959 - **PERMUTA** - Pela escritura de permuta lavrada aos 25.10.2007, no 2º Tabelionato de Notas local, Lv. 822, fls. 364, os condôminos, ORLANDO FEDERZONI, e s/mulher EUCELIA FEDERZONI, já qualificados, transmitiram **uma fração ideal de 77,10% do imóvel objeto desta matrícula a JOSÉ FORTUNA**, RG: 11.377.404-7/SP, CPF: 804.346.308/53, brasileiro, divorciado, eletricitário, domiciliado e residente em São Paulo/SP, na Rua Togo, n. 405, apto. 02, Jardim Japão, Vila Maria, pelo preço de R$ 19.500,00, **ficando desta forma proprietário da totalidade**. Foram apresentados os seguintes documentos do imóvel: 1) Certificado de Cadastro de Imóvel Rural - CCIR 2003 - 2004 - 2005; 2) Certidão Negativa de Débitos de Imóvel Rural, NIRF: 3.852.743-0, emitida em 24.10.2007; e, 3) Recibo de Entrega da Declaração do ITR através do DIAC/DIAT 2007. Valor Venal R$ 25.978,00. Atibaia, 08 de novembro de 2007. O Escrevente Autorizado,

EMERSON LUÍS LADINI

(Protocolo 206258, de 01.11/Microfilme/Rolo 3653)

R.2 - 93.959 - **VENDA E COMPRA** - Por escritura Particular de venda e compra (art. 108 CCB), passada nesta cidade, em 11 de julho de 2008, o proprietário, **JOSÉ FORTUNA** (divorciado), já qualificado, atualmente domiciliado nesta cidade, na Rua Anice Cury Sabbag, 123, bairro do Ribeirão, transmitiu o imóvel desta matricula a **RAUL DONATO MENDES**, RG. 27.233.858-8 SSP/SP., CPF/MF. 252.972.718-00, brasileiro, solteiro, maior, comerciante, domiciliado nesta cidade, na Estrada Municipal do Mackenzie, Sítio Primavera, bairro do Ribeirão, pelo preço de R$ 10.500,00. O comprador e os vendedores, em comum acordo, dispensaram a apresentação dos documentos enumerados no Decreto n. 93.240/86, inclusive as certidões fiscais e de feitos ajuizados, declarando

CONTINUA NO VERSO ..

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ALEXANDRE MOTTA DELAMANO, liberado nos autos em 11/10/2018 às 14:59 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 33041A9.

MATRÍCULA 93.959 | FICHA 02 VERSO

expressamente e sob responsabilidade solidária, que tem pleno conhecimento da lei 11.382/06. Foi apresentada a comprovação da quitação do Imposto Territorial Rural, dos cinco últimos exercícios, através da Certidão de Regularidade Fiscal do Imóvel Rural, expedida pelo Ministerio da Fazenda Secretaria da Receita Federal, em 10/07/2008, com validade até 12/01/2009, nº. 84FA.5ADE.6569.4BA6, o DIAC/DIAT 2007 e o C.C.I.R. 2003/2004/2005 expedido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrario - MDA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agraria - INCRA, com recolhimento da taxa de serviços cadastrais, e guia de ISTRI no valor de R$ 210,00, devidamente autenticada. Atibaia, 22 de julho de 2008.
[Microfilme nº. 211.456 de 11/07/2008 - Rolo nº. 3.820].

Raquel Inês Constantino Veiraut
Escrevente Autorizado

Av.03/93.959 – Protocolo Eletrônico n. 323.627 de 12/09/2018 – **PENHORA** - Conforme certidão expedida pelo Juízo da 1ª Vara Cível de Atibaia - SP, em 11/09/2018, nos autos da ação de Execução Civil - proc. nº **00103692620118260048**, protocolo PH000229481, que GABRIELE BARALDI, CPF: 063.971.668-72, move em face de RAUL DONATO MENDES, já qualificado, foi determinada a **PENHORA** do imóvel aqui matriculado, sendo nomeado depositário o executado. Valor da causa: R$ 828.266,63. Atibaia, 10 de outubro de 2018. O Escrevente,

Thiago Henrique Alonso Netto

CERTIFICO E DOU FÉ, que a presente é reprodução autêntica da Matrícula nº 93959 do livro 2 de Registro Geral, extraída nos termos do artigo 19 da Lei 6.015/73 e reproduz os atos relativos a ônus e alienações, relatando os fatos jurídicos até o último ato acima, e até o dia útil anterior a esta data. Esta certidão serve de filiação vintenária no caso da matrícula ter sido aberta há mais de 20 anos. Certidão Digital expedida conforme o item 345 e seguintes do Cap. XX - Tomo II das NSCGJSP.
O Escrevente, José Roberto Amaral Zanoni.
Atibaia-SP, 10 de outubro de 2018.

Of:30,69+Est:8,72+IPESP:5,97+RC:1,62+TJ:2,11+MP:1,47+ISS:0,61=R$51,19.
Para lavratura de escrituras esta certidão é valida por 30 dias (NSCGJSP Cap. XIV, 15, "c").

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ALEXANDRE MOTTA DELAMANO, liberado nos autos em 11/10/2018 às 14:59 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 33041A9.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ATIBAIA
FORO DE ATIBAIA
1ª VARA CÍVEL
Rua Napoleão Ferro, 315, Alvinópolis - CEP 12942-610, Fone: (11) 4412-9688, Atibaia-SP - E-mail: atibaia1cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

ATO ORDINATÓRIO

Processo Digital n°:	**0010369-26.2011.8.26.0048**
Classe – Assunto:	**Procedimento Comum - Indenização por Dano Material**
Requerente:	**Gabriele Baraldi**
Requerido:	**Raul Donato Mendes**

CERTIDÃO - Ato Ordinatório

Certifico e dou fé que, nos termos do art. 203, §4º, do CPC, preparei para remessa ao Diário da Justiça Eletrônico o seguinte ato ordinatório: Fica a exequente intimada a comprovar, no prazo de 15 dias, o recolhimento da diligência do Oficial de Justiça, no valor de R$77,10 (setenta e sete reais e dez centavos), para expedição do mandado de avaliação. Nada Mais. Atibaia, 05 de novembro de 2018. Eu, Alexandre Motta Delamano, Coordenador.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ALEXANDRE MOTTA DELAMANO, liberado nos autos em 05/11/2018 às 22:11 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 37C5FC3.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0624/2018, foi disponibilizado na página 618/623 do Diário da Justiça Eletrônico em 07/11/2018. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subseqüente à data acima mencionada.

Advogado
Melissa Yumi Koga Baraldi (OAB 211408/SP)
Duenes do Carmo Silva (OAB 209712/SP)
Arthur da Motta Trigueiros Neto (OAB 237457/SP)

Teor do ato: "Fica a exequente intimada a comprovar, no prazo de 15 dias, o recolhimento da diligência do Oficial de Justiça, no valor de R$77,10 (setenta e sete reais e dez centavos), para expedição do mandado de avaliação."

Atibaia, 7 de novembro de 2018.

Natália Aparecida da Silva
Chefe de Seção Judiciário

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA APARECIDA DA SILVA, liberado nos autos em 07/11/2018 às 11:13 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 38A3F99.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DO FORO DA COMARCA DE ATIBAIA, SP.

Processo número 0010369.26.2011.8.26.0048

ESPÓLIO DE GABRIELE BARALDI, já qualificado nos autos em epígrafe que move em desfavor de **RAUL DONATO MENDES,** por sua procuradora subscritora, vem, respeitosamente à presença de Vossa Excelência, em cumprimento ao r. despacho de fls 657, manifestar-se no seguinte sentido:

Os Exequentes pagaram à ARISP o valor de R$650,74 referente a averbação da penhora na matrícula do imóvel, conforme comprovam.

Sem prejuízo, comprovam também o recolhimento da diligência do Sr. Oficial de Justiça para avaliação do imóvel.

Termos em que,
pede e espera deferimento.

São Paulo, 07 de Novembro de 2018.

***documento assinado digitalmente**

MELISSA YUMI KOGA BARALDI
OAB/SP 211.408

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA YUMI KOGA BARALDI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 07/11/2018 às 11:23 , sob o número WAIA18701041673
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 38A9BA6.

BANCO DO BRASIL | **001-9** | **00190.00009 02844.748000 00004.561171 1 77060000007710**

Beneficiário	Agência/Cód. Cedente	Data Emissão	Vencimento
SAO PAULO TRIBUNAL DE JUSTICA	6554-4 / 950001-4	07/11/2018	12/11/2018

Endereço do Beneficiário	CPF/CNPJ
RUA DA CONSOLACAO 1483 4 ANDAR - CONSOLACAO - SAO PAULO - SP - 1301100	CPF/CNPJ: 51174001/0001-93

Pagador	Nosso Número	Número Documento	Valor do documento
José Renato Baraldi	28447480000004561	4561	77,10

Instruções — **Autenticação mecânica**

Referência: **Depósito Oficiais de Justiça**
Depositante/Remetente: **José Renato Baraldi** — Número do Depósito: **4561** — Número do Processo: **0010369-26.2011.8.26.0048**
Nome do Autor: **Gabriele Baraldi** — Vara Judicial: **1 - VARA CIVEL**
Nome do Réu: **Raul Donato Mendes** — Comarca/Fórum: **ATIBAIA** — Ano Processo: **2011**

Este documento serve como Comprovante de Depósito de Despesas de Condução de Oficiais de Justiça nos termos do Provimento CG 08/85. O depositante deverá apresentar 03 vias desse comprovante junto ao Cartório (Ofício Judicial), sendo: 02 vias à guarda pelo escrivão e 01 via ao entranhamento dos autos. Se o pagamento for efetuado através de Internet Banking, anexar a cada uma das vias citadas acima, o comprovante de pagamento do boleto fornecido pelo banco recebedor.

1ª via - PROCESSO

BANCO DO BRASIL | **001-9** | **00190.00009 02844.748000 00004.561171 1 77060000007710**

Beneficiário	Agência/Cód. Cedente	Data Emissão	Vencimento
SAO PAULO TRIBUNAL DE JUSTICA	6554-4 / 950001-4	07/11/2018	12/11/2018

Endereço do Beneficiário	CPF/CNPJ
RUA DA CONSOLACAO 1483 4 ANDAR - CONSOLACAO - SAO PAULO - SP - 1301100	CPF/CNPJ: 51174001/0001-93

Pagador	Nosso Número	Número Documento	Valor do documento
José Renato Baraldi	28447480000004561	4561	77,10

Instruções — **Autenticação mecânica**

Referência: **Depósito Oficiais de Justiça**
Depositante/Remetente: **José Renato Baraldi** — Número do Depósito: **4561** — Número do Processo: **0010369-26.2011.8.26.0048**
Nome do Autor: **Gabriele Baraldi** — Vara Judicial: **1 - VARA CIVEL**
Nome do Réu: **Raul Donato Mendes** — Comarca/Fórum: **ATIBAIA** — Ano Processo: **2011**

Este documento serve como Comprovante de Depósito de Despesas de Condução de Oficiais de Justiça nos termos do Provimento CG 08/85. O depositante deverá apresentar 03 vias desse comprovante junto ao Cartório (Ofício Judicial), sendo: 02 vias à guarda pelo escrivão e 01 via ao entranhamento dos autos. Se o pagamento for efetuado através de Internet Banking, anexar a cada uma das vias citadas acima, o comprovante de pagamento do boleto fornecido pelo banco recebedor.

2ª via - ESCRIVÃO

BANCO DO BRASIL | **001-9** | **00190.00009 02844.748000 00004.561171 1 77060000007710**

Beneficiário	Agência/Cód. Cedente	Data Emissão	Vencimento
SAO PAULO TRIBUNAL DE JUSTICA	6554-4 / 950001-4	07/11/2018	12/11/2018

Endereço do Beneficiário	CPF/CNPJ
RUA DA CONSOLACAO 1483 4 ANDAR - CONSOLACAO - SAO PAULO - SP - 1301100	CPF/CNPJ: 51174001/0001-93

Pagador	Nosso Número	Número Documento	Valor do documento
José Renato Baraldi	28447480000004561	4561	77,10

Instruções — **Autenticação mecânica**

Referência: **Depósito Oficiais de Justiça**
Depositante/Remetente: **José Renato Baraldi** — Número do Depósito: **4561** — Número do Processo: **0010369-26.2011.8.26.0048**
Nome do Autor: **Gabriele Baraldi** — Vara Judicial: **1 - VARA CIVEL**
Nome do Réu: **Raul Donato Mendes** — Comarca/Fórum: **ATIBAIA** — Ano Processo: **2011**

Este documento serve como Comprovante de Depósito de Despesas de Condução de Oficiais de Justiça nos termos do Provimento CG 08/85. O depositante deverá apresentar 03 vias desse comprovante junto ao Cartório (Ofício Judicial), sendo: 02 vias à guarda pelo escrivão e 01 via ao entranhamento dos autos. Se o pagamento for efetuado através de Internet Banking, anexar a cada uma das vias citadas acima, o comprovante de pagamento do boleto fornecido pelo banco recebedor.

3ª via - ESCRIVÃO

BANCO DO BRASIL | **001-9** | **00190.00009 02844.748000 00004.561171 1 77060000007710**

Local de pagamento	Vencimento
PAGÁVEL EM QUAQUER BANCO ATÉ O VENCIMENTO	12/11/2018
Beneficiário	**Agência / Código do beneficiário**
SAO PAULO TRIBUNAL DE JUSTICA	6554-4 / 950001-4

Data do Documento	Nº do documento	Espécie Doc.	Aceite	Data de Processamento	Nosso número
07/11/2018	4561			07/11/2018	28447480000004561

Carteira	Espécie	Quantidade	Valor	(=) Valor do documento
17/35				77,10

Instruções (texto de responsabilidade do beneficiário)

Até a data de vencimento. O pagamento poderá ser efetuado em qualquer agência bancária do País. Após a data de vencimento. Somente nas agências do Banco d o Brasil.

(-) Desconto / Abatimento

(-) Outras deduções

(+) Mora / Multa

(+) Outros acréscimos

(=) Valor cobrado: 77,10

Pagador
José Renato Baraldi CPF/CNPJ: 278.447.828-97
RUA CAPITAO MACEDO apto 12 A 287, VILA CLEMENTINO
SAO PAULO -SP CEP:04021-020

Sacador/Avalista

Código de baixa

Autenticação mecânica - Ficha de Compensação

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA YUMI KOGA BARALDI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 07/11/2018 às 11:23 , sob o número WAIA18701041673
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 38A9C00.

Boletos, Convênios e outros

A33B071056510736020
07/11/2018 11:01:16

```
07/11/2018    -  BANCO  DO  BRASIL  -   11:01:18
064600646                                   0001

     COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE TITULOS

CLIENTE: MELISSA K B S I ADVOCACIA
AGENCIA: 0646-7          CONTA:         41.682-7
================================================
BANCO DO BRASIL
------------------------------------------------
00190000090284474800000004561171177060000007710
BENEFICIARIO:
SAO PAULO TRIBUNAL DE JUSTICA
NOME FANTASIA:
TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DE SA
CNPJ: 51.174.001/0001-93
PAGADOR:
José Renato Baraldi
CPF: 278.447.828-97
------------------------------------------------
NR. DOCUMENTO                            110.701
NOSSO NUMERO                  28447480000004561
CONVENIO                              02844748
DATA DE VENCIMENTO                    12/11/2018
DATA DO PAGAMENTO                     07/11/2018
VALOR DO DOCUMENTO                         77,10
VALOR COBRADO                              77,10
================================================
NR.AUTENTICACAO           2.BD5.753.F0F.948.63B
================================================
Central de Atendimento BB
4004 0001 Capitais e regioes metropolitanas
0800 729 0001 Demais localidades
Consultas, informacoes e servicos transacionais.

SAC
0800 729 0722
Informacoes, reclamacoes e cancelamento de
produtos e servicos.

Ouvidoria
0800 729 5678
Reclamacoes nao solucionadas nos canais
habituais: agencia, SAC e demais canais de
atendimento.

Atendimento a Deficientes Auditivos ou de Fala
0800 729 0088
Informacoes, reclamacoes, cancelamento de
cartao, outros produtos e servicos de Ouvidoria.
```

Transação efetuada com sucesso por: JC252487 MELISSA YUMI KOGA BARALDI.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA YUMI KOGA BARALDI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 07/11/2018 às 11:23 , sob o número WAIA18701041673
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 38A9C47.

Gmail by Google

Melissa Koga <melissa@kpadvs.com>

ARISP - Penhora Online - Valor de Custas

2 mensagens

no-reply@arisp.com.br <no-reply@arisp.com.br> 13 de setembro de 2018 15:41
Para: adelamano@tjsp.jus.br, melissa@kpadvs.com

Registradores
Central Registradores de Imóveis

Prezado(a) Senhor(a) ALEXANDRE MOTTA DELAMANO

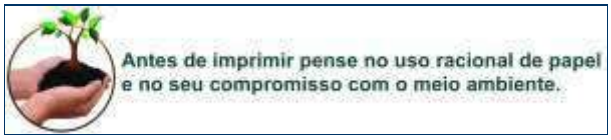
O valor das custas referente ao pedido de penhora PH000229481 é de **R$ 650,74**.
Abaixo as informações do cartório judicial que realizou a solicitação:

Número do processo: **00103692620118260048**
Exequente(s): **GABRIELE BARALDI**
Estado: **São Paulo**
Comarca: **ATIBAIA**
Foro: **Central**
Vara: **1A VARA CÍVEL**
Nº OAB: **211408**
Protocolo de Penhora (PH): **PH000229481**

Clique aqui para gerar o boleto para pagamento.

Para acompanhar a solicitação de penhora, clique aqui.

IMPORTANTE:
Não será necessário o envio do comprovante do boleto bancário à ARISP. Após efetuar o pagamento, o Registro de Imóveis responsável enviará para o cartório judicial solicitante a certidão digital com o registro realizado.



Por favor, não responda essa mensagem. Esse é um e-mail automático do Registradores.
Em caso de dúvida, entre em contato através do e-mail servicedesk@registradores.org.br.

Melissa Koga <melissa@kpadvs.com> 8 de outubro de 2018 08:39
Para: adelamano@tjsp.jus.br

Segue o comprovante de pagamento.

Atenciosamente,

Melissa

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA YUMI KOGA BARALDI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 07/11/2018 às 11:23 , sob o número WAIA18701041673
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 38A9C98.

[Texto das mensagens anteriores oculto]

Comprovante pagamento ARISP.pdf
70K

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA YUMI KOGA BARALDI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 07/11/2018 às 11:23 , sob o número WAIA18701041673
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 38A9C98.

Bradesco

Internet Banking

Comprovante de Transação Bancária

Boleto de Cobrança

Data: 05/1

Nº de controle: 075.670.489.793.50 | Documento: 0000162

Conta de débito:	Agência: 548 | Conta: 115857-0 | Tipo: Conta-Corrente
Nome:	JOSE RENATO BARALDI | CPF: 278.447.828-97
Código de barras:	34191.76106 07748.400343 90189.370001 3 76680000065074
Banco destinatário:	341 - ITAU UNIBANCO S.A.
Razão social beneficiário	ASSOC REGISTRADORES IMOBI SP
Nome beneficiário:	ASSOC REGISTRADORES IMOBI SP
CNPJ do beneficiário:	069.287.639/0001-04
Razão social sacador avalista:	
CPF sacador avalista:	
Instituição recebedora:	237
Nome pagador:	GABRIELE BARALDI
CPF do pagador:	063.971.668-72
Data do vencimento:	05/10/2018
Data de débito:	05/10/2018
Hora:	11:58
Valor:	R$ 650,74
Desconto:	R$ 0,00
Abatimento:	R$ 0,00
Bonificação:	R$ 0,00
Multa:	R$ 0,00
Juros:	R$ 0,00
Valor total:	R$ 650,74
Descrição:	BOLETO ATIBIA

A transação acima foi realizada por meio do Bradesco Internet Banking.

Autenticação

M5WVnFFK	FcnbXKsn	mW6p6wbw	fwC*WQ**	hzSG?@6C	cH##gNJ5	oL4Mq3eI	TQhninb@
MzAHD5AA	Gz8r4kqx	fxC4FhDa	qlk2efNo	2@jjjith	O63ubMue	nhEWu7tl	3tM#Gvd9
2yuGiXQ8	szm2XzQs	@brqw**Q	b3MLcqtF	BnCQknOx	eGISLAIP	75210158	31560140

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA YUMI KOGA BARALDI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 07/11/2018 às 11:23 , sob o número WAIA18701041673
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 38A9CBA.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ATIBAIA
FORO DE ATIBAIA
1ª VARA CÍVEL
RUA NAPOLEÃO FERRO, 315, Atibaia-SP - CEP 12942-610
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

MANDADO DE AVALIAÇÃO – PROCESSO DIGITAL

Processo Digital nº:	**0010369-26.2011.8.26.0048**
Classe – Assunto:	**Procedimento Comum - Indenização por Dano Material**
Requerente:	**Gabriele Baraldi**
Requerido:	**Raul Donato Mendes**
Valor do Débito:	**R$828.266,63 - Atualizado até: 07/08/2018**
Oficial de Justiça:	
Mandado nº:	**048.2018/021580-6**

Localização do imóvel a ser avaliado:
Rodovia Municipal Engenharia Mackenzie, Sítio Primavera - Gleba I, Itapetinga, CEP 12942-135, Atibaia - SP

O(A) MM. Juiz(a) de Direito do(a) 1ª Vara Cível do Foro de Atibaia, Dr(a). Adriana da Silva Frias Pereira,

MANDA a qualquer Oficial de Justiça de sua jurisdição que, em cumprimento ao presente, expedido nos autos da ação em epígrafe, DIRIJA-SE ao endereço supra e proceda à

AVALIAÇÃO do imóvel matriculado sob nº 93.959 do Cartório de Registro de Imóveis de Atibaia, tratando-se da Gleba I do Sítio Primavera, com área total de 452.115,19m2, situado no Bairro do Itapetinga, zona rural de Atibaia – SP.

ADVERTÊNCIA: Este processo tramita eletronicamente. A íntegra do processo (petição inicial, documentos e decisões) poderá ser visualizada na internet, sendo considerada vista pessoal (art. 9º, § 1º, da Lei Federal nº 11.419/2006).

CUMPRA-SE na forma e sob as penas da lei. Atibaia, 05 de novembro de 2018. Alexandre Motta Delamano, Coordenador.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

DILIGÊNCIA: Guia nº 4561 - R$ 77,10

Advogado: Dr(a). Melissa Yumi Koga Baraldi
660,661,653-656

Art. 105, III, das NSCGJ: *"É vedado ao oficial de justiça o recebimento de qualquer numerário diretamente da parte. A identificação do oficial de justiça, no desempenho de suas funções, será feita mediante apresentação de carteira funcional, obrigatória em todas as diligências".*
Advertência: *Opor-se à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxilio: Pena − detenção, de 2 (dois) meses a 2 (dois) anos, Desacatar funcionário público no exercício da função ou em razão dela: Pena − detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, ou multa. "Texto extraído do Código Penal, artigos 329 "caput" e 331.*

**

04820180215806

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ALEXANDRE MOTTA DELAMANO, liberado nos autos em 09/11/2018 às 17:30 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 3958E92.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ATIBAIA
FORO DE ATIBAIA
1ª VARA CÍVEL
RUA NAPOLEÃO FERRO, 315, Atibaia-SP - CEP 12942-610
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

MANDADO DE AVALIAÇÃO – PROCESSO DIGITAL

Processo Digital nº:	**0010369-26.2011.8.26.0048**
Classe – Assunto:	**Procedimento Comum - Indenização por Dano Material**
Requerente:	**Gabriele Baraldi**
Requerido:	**Raul Donato Mendes**
Valor do Débito:	**R$828.266,63 - Atualizado até: 07/08/2018**
Oficial de Justiça:	
Mandado nº:	**048.2018/021580-6**

Localização do imóvel a ser avaliado:
Rodovia Municipal Engenharia Mackenzie, Sítio Primavera - Gleba I, Itapetinga, CEP 12942-135, Atibaia - SP

O(A) MM. Juiz(a) de Direito do(a) 1ª Vara Cível do Foro de Atibaia, Dr(a). Adriana da Silva Frias Pereira,

MANDA a qualquer Oficial de Justiça de sua jurisdição que, em cumprimento ao presente, expedido nos autos da ação em epígrafe, DIRIJA-SE ao endereço supra e proceda à

AVALIAÇÃO do imóvel matriculado sob nº 93.959 do Cartório de Registro de Imóveis de Atibaia, tratando-se da Gleba I do Sítio Primavera, com área total de 452.115,19m2, situado no Bairro do Itapetinga, zona rural de Atibaia – SP.

ADVERTÊNCIA: Este processo tramita eletronicamente. A íntegra do processo (petição inicial, documentos e decisões) poderá ser visualizada na internet, sendo considerada vista pessoal (art. 9º, § 1º, da Lei Federal nº 11.419/2006).

CUMPRA-SE na forma e sob as penas da lei. Atibaia, 05 de novembro de 2018. Alexandre Motta Delamano, Coordenador.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

DILIGÊNCIA: Guia nº 4561 - R$ 77,10

Advogado: Dr(a). Melissa Yumi Koga Baraldi
660,661,653-656

Art. 105, III, das NSCGJ: "É vedado ao oficial de justiça o recebimento de qualquer numerário diretamente da parte. A identificação do oficial de justiça, no desempenho de suas funções, será feita mediante apresentação de carteira funcional, obrigatória em todas as diligências".
Advertência: Opor-se à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxílio: Pena – detenção, de 2 (dois) meses a 2 (dois) anos. Desacatar funcionário público no exercício da função ou em razão dela: Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, ou multa. "Texto extraído do Código Penal, artigos 329 "caput" e 331.

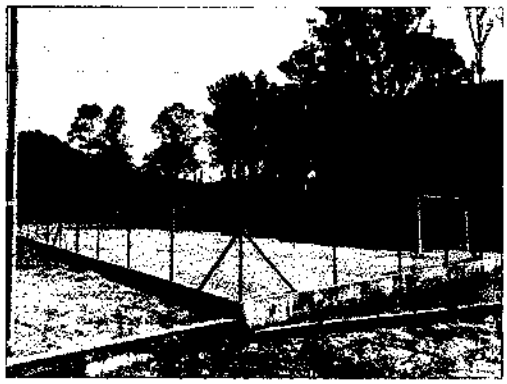
Este documento é cópia do original assinado digitalmente por ALEXANDRE MOTTA DELAMANO. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e o código 3958E92.
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO LUIS CARDOSO, liberado nos autos em 17/01/2019 às 16:18 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 410A510.

DO IMÓVEL: Estrada Municipal Mackenzie, nº 3000, Gleba I - Itapetinga

ÁREA TOTAL: 42.115 m² - ÁREA CONSTRUÍDA: 374,50 m²

OUTROS: PISCINA – CHURRASQUEIRA – QUADRA DE FUTEBOL – LAGO - GALINHEIRO



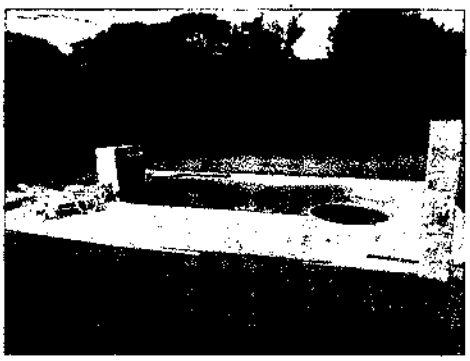








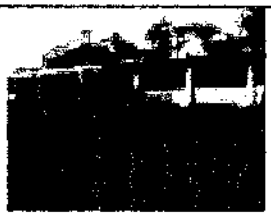
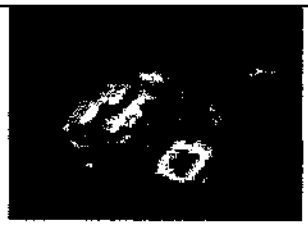






Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO LUIS CARDOSO, liberado nos autos em 17/01/2019 às 16:18 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 410A510.

DEMONSTRATIVO DE AVALIAÇÃO

	IMÓVEL 1	IMÓVEL 2	IMÓVEL 3
FOTO			
ANÚNCIO	https://www.vivareal.com.br/imovel/fazenda---sitio-3-quartos-rio-abaixo-bairros-atibaia-com-garagem-400m2-venda-R$1500000-id-1041663211/?__vt=wab:b	https://www.vivareal.com.br/imovel/fazenda---sitio-5-quartos-rio-abaixo-bairros-atibaia-com-garagem-1000m2-venda-R$1500000-id-1327235480/?__vt=wab:b	https://www.vivareal.com.br/imovel/fazenda---sitio-5-quartos-rio-abaixo-bairros-atibaia-1000m2-venda-R$1600000-id-47402070/?__vt=wab:b
BAIRRO	Rio Abaixo	Rio Abaixo	Rio Abaixo
ÁREA	53.000 m²	42.307 m²	62.932 m2
VALOR	R$ 1.500.000,00	1.500.000,00	R$ 1.600.000,00
VALOR POR M²	**R$ 28,30**	**R$ 35,45**	**R$ 25,42**

VALOR MÉDIO DO M² COM BASE NOS DADOS COLETADOS

	VALOR DO M²
	R$ 28,30
	R$ 35,45
	R$ 25,42
MÉDIA	**R$ 29,72**
REGATEIO	

CÁLCULO DO VALOR DO IMÓVEL

Endereço: Estrada Municipal Mackenzie – Sítio Primavera – Gleba I – Ipateinga – Atibaia - SP	
Área (m²)	42.115 m²
Valor do m²	R$ 29,72
VALOR DO IMÓVEL	**R$ 1.251.657,80**

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO LUIS CARDOSO, liberado nos autos em 17/01/2019 às 16:18 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 410A510.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ATIBAIA
FORO DE ATIBAIA
1ª VARA CÍVEL
Rua Napoleão Ferro, 315, Alvinópolis - CEP 12942-610, Fone: (11) 4412-9688, Atibaia-SP - E-mail: atibaia1cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

CERTIDÃO

Processo Digital nº:	**0010369-26.2011.8.26.0048**
Classe - Assunto:	**Procedimento Comum - Indenização por Dano Material**
Requerente:	**Gabriele Baraldi**
Requerido:	**Raul Donato Mendes**
Situação do Mandado	**Cumprido - Ato positivo**
Oficial de Justiça	**CLEBER RODRIGUES BERTELI (24300)**

CERTIDÃO - MANDADO CUMPRIDO POSITIVO

CERTIFICO eu, Oficial de Justiça, que em cumprimento ao mandado nº 048.2018/021580-6 dirigi-me ao endereço Estrada Municipal Mackenzie, nº 3000, Sítio Primavera, Gleba I, Itapetinga, Atibaia em 20/12/2018 às 17hs e, aí sendo, efetuei a **AVALIAÇÃO** do imóvel matriculado sob nº 93.959 do Cartório de Registro de Imóveis de Atibaia, tratando-se de Gleba I do Sítio Primavera, com área total de 42.115 m², situado no endereço supra, no importe de **R$ 1.251.657,80 (um milhão, duzentos e cinquenta e um mil e seiscentos e cinquenta e sete reais e oitenta centavos)**, conforme Demonstrativo de Avaliação anexo. Nada Mais.

O referido é verdade e dou fé.

Atibaia, 14 de janeiro de 2019.

Diligência – Guia nº 4561 – R$ 77,10
Utilizado – R$ 77,10

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por CLEBER RODRIGUES BERTELI. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e o código 40B0FF9.
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOAO LUIS CARDOSO, liberado nos autos em 17/01/2019 às 16:18 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 410A510.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ATIBAIA
FORO DE ATIBAIA
1ª VARA CÍVEL
Rua Napoleão Ferro, 315, Alvinópolis - CEP 12942-610, Fone: (11) 4412-9688, Atibaia-SP - E-mail: atibaia1cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

CERTIDÃO

Processo Digital n°:	**0010369-26.2011.8.26.0048**
Classe - Assunto:	**Procedimento Comum - Indenização por Dano Material**
Requerente:	**Gabriele Baraldi**
Requerido:	**Raul Donato Mendes**
Situação do Mandado	**Cumprido - Ato positivo**
Oficial de Justiça	**CLEBER RODRIGUES BERTELI (24300)**

CERTIDÃO - MANDADO CUMPRIDO POSITIVO

CERTIFICO eu, Oficial de Justiça, que em cumprimento ao mandado nº 048.2018/021580-6 dirigi-me ao endereço Estrada Municipal Mackenzie, nº 3000, Sítio Primavera, Gleba I, Itapetinga, Atibaia em 20/12/2018 às 17hs e, aí sendo, efetuei a **AVALIAÇÃO** do imóvel matriculado sob nº 93.959 do Cartório de Registro de Imóveis de Atibaia, tratando-se de Gleba I do Sítio Primavera, com área total de 42.115 m², situado no endereço supra, no importe de **R$ 1.251.657,80 (um milhão, duzentos e cinquenta e um mil e seiscentos e cinquenta e sete reais e oitenta centavos)**, conforme Demonstrativo de Avaliação anexo. Nada Mais.

O referido é verdade e dou fé.

Atibaia, 14 de janeiro de 2019.

Diligência – Guia nº 4561 – R$ 77,10
Utilizado – R$ 77,10

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CLEBER RODRIGUES BERTELI, liberado nos autos em 17/01/2019 às 16:18 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 40B0FF9.

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR JUIZ(A) DE DIREITO DA 1ª. VARA CÍVEL DA COMARCA DE ATIBAIA.

Processo 0010369-26.2011 – Indenização por Dano Material
Requerente: Espólio de Gabriele Baraldi
Requerido: Raul Donato Mendes

RAUL DONATO MENDES, qualificado nos autos, vem respeitosamente a presença de Vossa Excelência, por sua advogada adiante assinado, manifestar-se no presente, expondo e requerendo o quanto segue.

I – DOS CÁLCULOS DE FLS. 639/642

1 - Discorda dos cálculos apresentados pelo autor às fls. 639/642, pelo fato de que às fls. 620/623, manifestou no sentido de **não** mais pretender a reversão do curso do rio.

- Logo, a multa diária pela **não** reversão é indevida.

Ressaltando-se que, a **reversão não foi executada**, **por condição alheia à vontade do Réu**, vez que certamente lhe sairia muito mais barato.

Conforme demonstrado nos autos, e com amplo conhecimento do autor, o Réu se viu impossibilitado de realizar a reversão, por obediência ao TAC 20/2010, firmado com Ministério Público, vez que a área por onde passava o curso d'água, passou a ser de PRESERVAÇÃO, em razão do plantio de 700 (setecentas) mudas de árvores no local. (TAC 20/2010 – fls. 527/532)

- Caso o TAC fosse descumprido o Requerido estaria sujeito à multa de 1/2 (meio) salário mínimo/dia, enquanto no presente, a multa seria de R$200,00 (duzentos reais) dia.

2 – Após manifestação do Ministério Público (fls.580/582) e DAEE (fls. 618), a parte Autora optou por pedir a indenização pelos danos pertinentes à área, cujo valor a ser apurado, conforme decisão às fls. 635, corre em processo autônomo – 1006087-78.2018.8.26.0048.

- Logo, o cálculo referente à multa diária não mais procede.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 31/01/2019 às 15:11 , sob o número WAIA19700068293
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 42862FF.

II – DAS RAZÕES DO NÃO PAGAMENTO

1 - O requerido aguarda pela julgamento da Impugnação à Execução.

2 – Por outro lado, o réu obteve sentença favorável em AÇÃO REGRESSIVA contra o proprietário anterior, que se manifestou no sentido de pagar diretamente ao autor, inclusive tendo efetuado uma primeira proposta, com a qual não concordou o autor, que também não fez contraproposta.

3 - Por economia processual, e em se tratando de título executivo, que ora se junta, pretende o Réu, nos termos da lei, ceder ao Autor o crédito originário da AÇÃO REGRESSIVA em face do proprietário anterior, JOSÉ FORTUNA, já que se trata de valor correspondente ao da indenização no presente.

III – DA IMPENHORABILIDADE DO BEM

O Requerido sempre afirmou não possuir outro imóvel, e nele reside com sua mãe que é viúva.

Além do Réu e a mãe, atualmente, também residem na propriedade, a irmã RITA DE CÁSSIA MENDES, com o marido e filhos, os quais não possuem imóvel próprio.

Houve juntada de Certidão de buscas do Cartório de Registro de Imóveis, constando apenas um bem em nome do Réu, que juntará oportunamente certidão atualizada.

Sabendo-se que o Senhor Oficial de Justiça CLEBER RODRIGUES BERTELI (fls.670) poderá certificar quanto aos atuais moradores, requer se digne Vossa Excelência deferir a certificação, atestando a veracidade dos fatos, para enfim, restar demonstrado quanto a IMPENHORABILIDADE arguida.

TJ-SP - Apelação APL 00035311820138260268 SP 0003531-18.2013.8.26.0268 (TJ-SP)
Jurisprudência - Data de publicação: 30/03/2017

Ementa: EXECUÇÃO FISCAL Embargos do devedor – Rejeição Liminar – Intempestividade – Bem de família – Impenhorabilidade – Matéria de ordem pública – conhecimento – possibilidade: - A i**mpenhorabilidade** do bem de família pode ser **alegada**, a qualquer tempo, inclusive por **simples petição** nos autos da execução.

Ante o exposto requer:

1 – Seja deferida a revisão dos cálculos, excluindo-se a multa diária pela não reversão, já que é objeto de apuração em autos próprios.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 31/01/2019 às 15:11 , sob o número WAIA19700068293
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 42862FF.

2 - Seja deferida cessão de crédito do título executivo judicial.

3 – Seja deferida a certificação pelo Oficial de Justiça quanto aos moradores encontrados por ele no imóvel.

Termos em que,
Pede Deferimento.

Atibaia, 31 de janeiro de 2019.

Duenes do Carmo Silva
OAB/SP. 209712

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 31/01/2019 às 15:11 , sob o número WAIA19700068293
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 00103369-26.2011.8.26.0048 e código 42862FF.

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2016.0000429568

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 1000739-84.2015.8.26.0048, da Comarca de Atibaia, em que é apelante RAUL DONATO MENDES (JUSTIÇA GRATUITA), são apelados JOSÉ FORTUNA e ORLANDO FEDERZONI.

ACORDAM, em 30ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Deram provimento ao recurso. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores ANDRADE NETO (Presidente sem voto), LINO MACHADO E CARLOS RUSSO.

São Paulo, 1º de junho de 2016.

Maria Lúcia Pizzotti
RELATOR
Assinatura Eletrônica

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARIA LUCIA RIBEIRO DE CASTRO PIZZOTTI MENDES, liberado nos autos em 22/06/2016 às 16:15 .
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DORIVAL MOREIRA DOS SANTOS e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 31/10/2016 às 15:11 , sob o número WAIA19700068293
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 00010369-26.2011.8.26.0048 e código 4286307.

APELAÇÃO Nº 1000739-84.2015.8.26.0048
VOTO 15203

APELANTE: RAUL DONATO MENDES

APELADO: JOSÉ FORTUNA e ORLANDO FEDERZONI

COMARCA: ATIBAIA

MAGISTRADO PROLATOR DA DECISÃO: DR. MARCELO OCTAVIANO DINIZ JUNQUEIRA

(cra)

EMENTA
AÇÃO REGRESSIVA – IMÓVEIS CONTÍGUOS – VIZINHANÇA – DESVIO DE CÓRREGO – RESPONSABILIDADE PELOS DANOS CAUSADOS – CORREÇÃO MONETÁRIA
1 - *A simples correção monetária plena é mecanismo mediante o qual se empreende a recomposição da efetiva desvalorização da moeda, com o escopo de preservar o poder aquisitivo original, não constituindo um plus que se acrescenta ao crédito, mas um minus que se evita;*
2 – *Autor/ apelante que foi condenado em outra demanda a ressarcir prejuízos causados pelo réu, seu vizinho, conforme restou comprovado por laudo pericial. Vizinho que deve ressarcir os gastos efetuados, suspendendo-se a alienação de imóvel penhorado em nome do autor, que não é responsável pela causa do dano.*
RECURSO PROVIDO.

Trata-se de recurso de apelação interposto contra a r. decisão de fls. 186/191, cujo relatório se adota, que julgou IMPROCEDENTE o pedido inicial em face do réu Orlando e PROCEDENTE em face do réu José, condenando este ao pagamento de R$ 53.800,00, com juros e correção. Diante da sucumbência, condenou o réu José ao pagamento das custas, despesas e honorários em favor do autor, fixados em 10% do valor da condenação. Como deu causa ao chamamento do réu Orlando, deverá pagar ao seu advogado honorários arbitrados em R$ 1.600,00.

Entendeu, o magistrado *a quo*, que deveria ser afastada a tese de prescrição, pois a pretensão de ressarcimento em regresso apenas teve origem por ocasião do julgamento definitivo em desfavor do autor. Quanto ao mérito propriamente dito, disse que o réu Orlando não guarda qualquer responsabilidade pelo evento danoso, pois sua propriedade era dividida por uma estrada com a propriedade do réu José, não lhe sendo imputáveis os atos praticados por este. Observou que José reconheceu ter realizado o desvio no curso d'água, o que obrigou o demandante a realizar obras de caráter urgente para contenção dos danos, que não ocasionaram prejuízo ao réu. Disse que o laudo pericial realizado comprova

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARIA LUCIA RIBEIRO DE CASTRO PIZZOTTI MENDES, liberado nos autos em 22/06/2016 às 16:15 .
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DORIVAL DE SOUZA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 31/01/2019 às 13:11 , sob o número WAIA19700068293
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 00010369-26.2011.8.26.0048 e código 4286307.

APELAÇÃO Nº 1000739-84.2015.8.26.0048
VOTO 15203

que a alteração do curso da água gerou danos ao autor, não sendo objeto da demanda a discussão acerca dos danos causados aos demais imóveis vizinhos, cujos proprietários não são parte no processo.

Irresignado, apelou o autor Raul.

Aduziu, em suma, que o valor da condenação não deve ser corrigido apenas da data da distribuição, mas sim desde quando o apelado teve conhecimento da ação de reparação de danos anteriormente ajuizada. Disse que o magistrado silenciou sobre a suspensão da penhora realizada sobre seu imóvel e argumentou, com isso, pela reforma da r. decisão, dando-se provimento ao recurso interposto.

Processado o apelo sem o recolhimento do preparo respectivo, diante da gratuidade concedida, restou ele respondido, sendo os autos posteriormente remetidos a este Tribunal.

É a síntese do necessário.

Trata-se de ação por meio da qual pretende o autor ver-se ressarcido das quantias gastas para indenizar terceiros, em virtude de danos causados em seu imóvel por responsabilidade do réu. O pleito foi parcialmente acolhido pelo magistrado *a quo*, insurgindo-se o demandante contra tal decisão por meio deste recurso de apelação.

Pelo que se denota dos autos o autor Raul é o atual proprietário de um imóvel que confronta com o imóvel do réu e de outras pessoas. Nessa qualidade foi condenado, em uma anterior demanda judicial, a reparar danos causados nos tais imóveis de terceiros, que foram atingidos por curso d'água desviado pelo réu ao imóvel do demandante e que acabou atingindo tais terceiros. Diante disso pretende ver-se reparado pelo demandado.

O julgador reconheceu a responsabilidade do réu José pelo evento danoso, constatando-se por perícia que foi ele quem desviou um curso d'água e, com isso, causou os danos apontados. Em momento algum houve debate quanto a isso, afinal, contra a sentença de procedência proferida não houve interposição de outro recurso senão este que ora se analisa, de interesse do autor.

Tem-se, pois, por incontroverso que foi o réu José quem desviou o curso d'água

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARIA LUCIA RIBEIRO DE CASTRO PIZZOTTI MENDES, liberado nos autos em 22/06/2016 às 16:15 .
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DORIVAL MOREIRA DOS SANTOS e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 31/01/2019 às 13:11 , sob o número WAIA19700068293
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 00103369-26.2011.8.26.0048 e código 4286307.

e causou os danos narrados. O objeto de debate, portanto, remanesce apenas com relação a uma matéria, qual seja, o termo inicial de contagem da correção monetária do valor da condenação e a suspensão ou não da penhora que recaiu sobre o imóvel do autor. Estas as únicas matérias devolvidas para análise deste Tribunal.

O magistrado condenou o réu José a reembolsar o demandante das quantias por ele gastas com o ressarcimento dos seus vizinhos, na quantia de R$ 53.800,00, com correção da data da propositura da demanda e juros de mora da citação (fls. 190). Contudo, no processo nº 0010369-26.2011.8.26.0048 que tramitou em face do ora apelante, este foi condenado ao pagamento desta mesma quantia, mas com correção monetária a partir de março de 2011 e juros legais a partir da citação (in http://esaj.tjsp.jus.br/cpopg/show.do?processo.codigo=1CZ0B08010000&processo.foro=48, acesso em 09.05.2016, às 13h55). Assim, o autor pagou R$ 53.800,00 com correção desde março de 2011 e o ora apelado está sendo condenado a ressarci-lo de R$ 53.800,00 com correção desde fevereiro de 2015.

Comporta acolhimento a pretensão recursal.

Isto porque se o apelante – que não foi o causador do dano – efetuou pagamento de indenização com juros e correção na forma determinada pelo magistrado que o condenou em ação anterior e, por meio desta demanda que ora se analisa, ele pretende justamente ser ressarcido da quantia gasta, por ser o réu o verdadeiro causador do dano, não faz sentido que receba quantia menor do que aquela por ele paga.

A correção monetária, como se sabe, nada mais é do que recomposição do valor da moeda e não configura enriquecimento sem causa. Como afirmou o magistrado sentenciante, "se comprovada a conduta ilícita do requerido José, os danos experimentados pelo autor e o nexo causal entre eles, não há como evitar sua responsabilização civil e o consequente dever de indenizar" (fls. 190).

A simples correção monetária plena é mecanismo mediante o qual se empreende a recomposição da efetiva desvalorização da moeda, com o escopo de preservar o poder aquisitivo original, não constituindo um plus que se acrescenta ao crédito, mas um minus que se evita.

Desse modo, é o caso de condenar o réu ao pagamento da quantia gasta pelo autor, nos mesmos moldes em que ele foi condenado na demanda anterior. Neste aspecto,

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARIA LUCIA RIBEIRO DE CASTRO PIZZOTTI MENDES, liberado nos autos em 22/06/2016 às 16:15 .
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DORIVAL MOREIRA DOS SANTOS e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 31/01/2019 às 15:11 , sob o número WAIA19700068293
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 00010369-26.2011.8.26.0048 e código 4286307.

APELAÇÃO Nº 1000739-84.2015.8.26.0048
VOTO 15203

provido o recurso, portanto.

Também comporta acolhimento o pedido de suspensão da penhora, confirmando-se a liminar concedida anteriormente. Veja-se que o autor, ora apelante, foi condenado em outra demanda a efetuar o pagamento de indenização aos seus vizinhos, por danos reconhecidamente causados pelo réu. Em razão disso teve seu imóvel penhora e pode vir a sofrer alienação para terceiros, medida extremamente gravosa e que comporta adiamento, sob pena de danos irreparáveis.

Assim, deve ser mantida a liminar concedida às fls. 29, determinando a suspensão dos atos de expropriação do imóvel do autor até o trânsito em julgado da decisão final proferida nestes autos.

Destarte, **DÁ-SE PROVIMENTO** ao recurso, para o fim de: a) determinar que o valor da condenação do apelado José seja corrigido monetariamente desde março de 2011, na forma desta fundamentação; b) sejam suspensos atos de alienação do imóvel penhorado na demanda nº 0010369-26.2011.8.26.0048 e que está em nome do recorrente Raul.

Maria Lúcia Pizzotti
Relatora

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARIA LUCIA RIBEIRO DE CASTRO PIZZOTTI MENDES, liberado nos autos em 22/06/2016 às 16:15 .
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DORIVAL MOREIRA DOS SANTOS e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 31/01/2019 às 15:11 , sob o número WAIA19700068293
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 00103369-26.2011.8.26.0048 e código 4286307.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ATIBAIA
FORO DE ATIBAIA
1ª VARA CÍVEL
Rua Napoleão Ferro, 315, Alvinópolis - CEP 12942-610, Fone: (11) 4412-9688, Atibaia-SP - E-mail: atibaia1cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

DECISÃO

Processo Digital nº:	**0010369-26.2011.8.26.0048**
Classe - Assunto	**Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material**
Requerente:	**Gabriele Baraldi**
Requerido:	**Raul Donato Mendes**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Adriana da Silva Frias Pereira**

Vistos.

1) Fls. 666/670: Sobre a avaliação do Oficial, digam as partes.

2) Fls. 671/673: Digam os exequentes.

Intime-se.

Atibaia, 15 de março de 2019.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ADRIANA DA SILVA FRIAS PEREIRA, liberado nos autos em 15/03/2019 às 18:17 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 453DEDE.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0160/2019, foi disponibilizado na página 769/776 do Diário da Justiça Eletrônico em 19/03/2019. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subseqüente à data acima mencionada.

Advogado
Melissa Yumi Koga Baraldi (OAB 211408/SP)
Duenes do Carmo Silva (OAB 209712/SP)
Arthur da Motta Trigueiros Neto (OAB 237457/SP)

Teor do ato: "Vistos. 1) Fls. 666/670: Sobre a avaliação do Oficial, digam as partes. 2) Fls. 671/673: Digam os exequentes. Intime-se."

Atibaia, 19 de março de 2019.

Natália Aparecida da Silva
Chefe de Seção Judiciário

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA APARECIDA DA SILVA, liberado nos autos em 19/03/2019 às 12:01 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 45672DA.

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA 2ª. VARA CÍVEL DA COMARCA DE ATIBAIA.

Processo 0010369-26.2011.8.26.0048 – Indenização por Dano Material
Requerente: Espólio de Gabriele Baraldi
Requerido: Raul Donato Mendes

RAUL DONATO MENDES, qualificado nos autos, vem respeitosamente a presença de Vossa Excelência, por sua advogada adiante assinado, manifestar-se em atendimento às fls. 679.

- Quanto a Avalição do bem, antes, faz-se necessário ter acesso ao DEMONSTRATIVO DE AVALIAÇÃO, mencionado pelo Oficial de Justiça às fls. 670, de que estaria anexo.

Termos em que,
Pede deferimento.

Atibaia, 25 de março de 2019.

Duenes do Carmo Silva
OAB/SP. 209712

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 25/03/2019 às 08:59 , sob o número WAIA19700261590
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 45BF023.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ATIBAIA
FORO DE ATIBAIA
1ª VARA CÍVEL
Rua Napoleão Ferro, 315, Alvinópolis - CEP 12942-610, Fone: (11) 4412-9688, Atibaia-SP - E-mail: atibaia1cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

ATO ORDINATÓRIO

Processo Digital nº:	**0010369-26.2011.8.26.0048**
Classe – Assunto:	**Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material**
Requerente:	**Gabriele Baraldi**
Requerido:	**Raul Donato Mendes**

CERTIDÃO - Ato Ordinatório

Certifico e dou fé que, nos termos do art. 203, § 4º, do CPC, preparei para remessa ao Diário da Justiça Eletrônico o(s) seguinte(s) ato(s) ordinatório(s):
Petição de fls. 681: verificar fls. 667/668.
Nada Mais. Atibaia, 25 de março de 2019. Eu, ___, Alexandre Marques Munhoz, Chefe de Seção Judiciário.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ALEXANDRE MARQUES MUNHOZ, liberado nos autos em 25/03/2019 às 14:54 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 45CA103.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0182/2019, foi disponibilizado na página 699/705 do Diário da Justiça Eletrônico em 27/03/2019. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subseqüente à data acima mencionada.

Advogado
Melissa Yumi Koga Baraldi (OAB 211408/SP)
Duenes do Carmo Silva (OAB 209712/SP)
Arthur da Motta Trigueiros Neto (OAB 237457/SP)

Teor do ato: "Petição de fls. 681: verificar fls. 667/668."

Atibaia, 27 de março de 2019.

Natália Aparecida da Silva
Chefe de Seção Judiciário

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA APARECIDA DA SILVA, liberado nos autos em 27/03/2019 às 10:13 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 45EFCDE.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DO FORO DA COMARCA DE ATIBAIA, SP.

Processo número 0010369.26.2011.8.26.0048

ESPÓLIO DE GABRIELE BARALDI, já qualificado nos autos em epígrafe que move em desfavor de **RAUL DONATO MENDES**, por sua procuradora subscritora, vem, respeitosamente à presença de Vossa Excelência, em cumprimento a determinação de fls 679, manifestar-se acerca da avaliação do Sr. Oficial de Justiça, concordando com os valores atribuídos ao imóvel, requerendo-se o prosseguimento do feito no sentido de levar o bem a leilão, para quitação do débito.

Termos em que,
pede e espera deferimento.

De São Paulo para Atibaia, 28 de Março de 2019.

documento assinado digitalmente

MELISSA YUMI KOGA BARALDI
OAB/SP 211.408

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA YUMI KOGA BARALDI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 28/03/2019 às 10:36 , sob o número WAIA19700277542
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 460742D.

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA 1ª. VARA CÍVEL DA COMARCA DE ATIBAIA.

Processo 101369-26.2011- Indenização por Dano Material
Requerente: Espólio de Gabriele Baraldi
Requerido: Raul Donato Mendes

RAUL DONATO MENDES, qualificado, vem respeitosamente a presença de Vossa Excelência, por sua advogada adiante assinado, manifestar-se sobre o seguinte:

1 – Pede desculpas, quanto a certidão de fls. 682.

2 – Quanto a fl. 679, o Requerido providenciará uma avaliação com corretor de imóveis; assim, poderá manifestar de forma mais segura sobre a avaliação de fls. 666 a 670.

Para tanto, requer o prazo de 15 dias.

3 – Reitera pela manifestação da parte Autora quanto a petição às fl. 671 a 678, ante sua omissão à respeito, à fl. 680.

Termos em que,
Pede Deferimento.

Atibaia, 03 de abril de 2019.

Duenes do Carmo Silva
OAB/SP. 209712

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/04/2019 às 11:17 , sob o número WAIA19700300293
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 00103369-26.2011.8.26.0048 e código 466DFE8.

EXCELENTÍSSIMA SENHORA DOUTORA JUIZA DE DIREITO DA 1ª. VARA CÍVEL DA COMARCA DE ATIBAIA.

Processo 0010369-26.2011.8.26.0048 – indenização por dano material
Requerente: Espólio de Gabriele Baraldi
Requerido: Raul Donato Mendes

RAUL DONATO MENDES, qualificado, vem respeitosamente a presença de Vossa Excelência, por sua advogada adiante assinado, manifestar sobre a AVALIAÇÃO do Sr. Oficial de Justiça à fl. 670.

- Discorda do valor da Avaliação.

Podendo citar, como um dos motivos, a área construída. São duas residências; ambas utilizadas pelo grupo familiar, além de outros itens que valorizam em muito o imóvel.

A construção menor, onde reside a irmã do Réu, RITA DE CÁSSIA MENDES, companheiro e dois filhos, não constou da avaliação.

Ao todo, são 554,50 m2 de área construída; e segundo a avaliação, são 374,50 (fls.667).

Tal assertiva pode ser confirmada em imagem extraída do Google Earth, juntada nesse ato.

Reitera pela manifestação da parte autora sobre petição fl.671 a 673 e documentos, ante a omissão à fl. 684.

Termos em que,
Pede deferimento

Atibaia, 27 de maio de 2019

Duenes do Carmo Silva
OAB/SP. 209712

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 27/05/2019 às 11:11 , sob o número WAIA19700500233
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 00010369-26.2011.8.26.0048 e código 4A0A004.

MM CONSULTORIA IMOBILIÁRIA

PARECER TÉCNICO DE AVALIAÇÃO MERCADOLÓGICA

Por solicitação do **SR. RAUL DONATO MENDES**, brasileiro, trabalhador rural, portador da cédula de identidade RG. nº 27.233.858-8-SSP/SP., inscrito no CPF. nº 252.972.718-00, residente e domiciliado na Estrada Municipal Mackenzie - 3000 - Sítio Primavera, ATIBAIA/SP, referente ao Processo n° 0010369-26.2011.8.26.0048 – Procedimento Comum – Indenização por Dano Material, o qual apresentamos a conclusão do nosso departamento de avaliações, quanto ao valor de comercialização do imóvel situado no **Bairro Itapetinga**, emitimos o presente.

OBJETIVO DA AVALIAÇÃO

O objetivo dessa avaliação, trata-se da necessidade da opinião de profissional do ramo imobiliário, para comparação aos valores apresentados pelo Sr. Oficial de Justiça nos autos do processo acima citado.

ZONA E LOGRADOURO

Localizado e identificado como Sitio Primavera, localizado à Estrada Municipal Mackenzie, n° 3000, Gleba I, Bairro Itapetinga - Atibaia SP, com ÁREA de 42.115 m², ÁREA CONSTRUÍDA: 554,50m². As construções puderam ser avaliadas externa e internamente, devido as atuais reformas, composta por uma casa principal, uma casa menor, um campo de futebol, Lago de peixes, barramento para fins de proteção de leito e paisagismo com OUTORGA* VIGENTE (*obs.: a outorga, tem importante influência na valorização, vez que legaliza as intervenções ambientais, junto ao DAEE, para utilização dos recursos hídricos), conforme fotos. A fim de proceder a sua avaliação para fins de comercialização imobiliária. Imóvel registrado no Cartório de Registro de Imóveis de Atibaia sob. Matricula n° 93.959.

Tomando-se por base as considerações descritas acima e tendo em vista, quanto ao terreno, sua localização, formato, dimensões, condições de aproveitamento, características da zona, padrão do logradouro, situação e serviços públicos, seu tipo, reformas e estruturação, imóveis à venda na mesma região;

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 27/05/2019 às 11:11 , sob o número WAIA19700500233
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 4A0A009.

MM CONSULTORIA
IMOBILIÁRIA











Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 27/05/2019 às 11:11 , sob o número WAIA19700500233
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 00103369-26.2011.8.26.0048 e código 4A0A009.

MM CONSULTORIA
IMOBILIÁRIA



Avaliamos o imóvel quanto ao valor de comercialização em:

Área do terreno:	42.115 m²	
Área da construção:	554,50 m².	
Valor do Terreno:	R$ 968.645,00	(R$ 23,00 m²)
Valor da construção:	R$ 720.850,00	(R$ 1.300,00 m²)

VALOR MÉDIO DO IMÓVEL AVALIANDO:

R$ 1.689.495,00 (Hum milhão, seiscentos e oitenta e nove mil, quatrocentos e noventa e cinco mil reais)

Atibaia 11 de abril de 2019.

_____

Assinatura do Corretor Avaliador - Marcio Marin

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 27/05/2019 às 11:11 , sob o número WAIA19700500233
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 00103369-26.2011.8.26.0048 e código 4A0A009.

EXCELENTÍSSIMA SENHORA DOUTORA JUIZA DE DIREITO DA 1ª. VARA CÍVEL DA COMARCA DE ATIBAIA.

Processo 0010369-26.2011.8.26.0048-Indenização por dano material
Requerentes: Espólio de Gabriele Baraldi e outra
Requerido: Raul Donato Mendes

RAUL DONATO MENDES, qualificado, vem respeitosamente a presença de Vossa Excelência, por sua advogada adiante assinado, manifestar-se no presente.

1 – O documento juntado à fls. 687 a 689, ficou pendente de assinatura do corretor responsável. Apesar disso, preferiu fazê-lo, pois entende o Requerido que pelo fato de a foto ser colorida facilita a apreciação.

Junta nesse ato a via assinada.

2 – Informa também, que o IC 302/2011, objeto da denúncia dos Autores ao Ministério Público, inclusive citado em sentença, foi arquivado, sem condenação, diante do fato da existência da presente.

Termos em que,
Pede Deferimento.

Guarulhos, 10 de junho de 2019.

Duenes do Carmo Silva
OAB/SP. 209712

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 10/06/2019 às 12:59 , sob o número WAIA19700557480
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 4B21C4F.

MM CONSULTORIA
IMOBILIÁRIA



Avaliamos o imóvel quanto ao valor de comercialização em:

Área do terreno:	42.115 m²	
Área da construção:	554,50 m².	
Valor do Terreno:	R$ 968.645,00	(R$ 23,00 m²)
Valor da construção:	R$ 720.850,00	(R$ 1.300,00 m²)

VALOR MÉDIO DO IMÓVEL AVALIANDO:

R$ 1.689.495,00 (Hum milhão, seiscentos e oitenta e nove mil, quatrocentos e noventa e cinco reais)

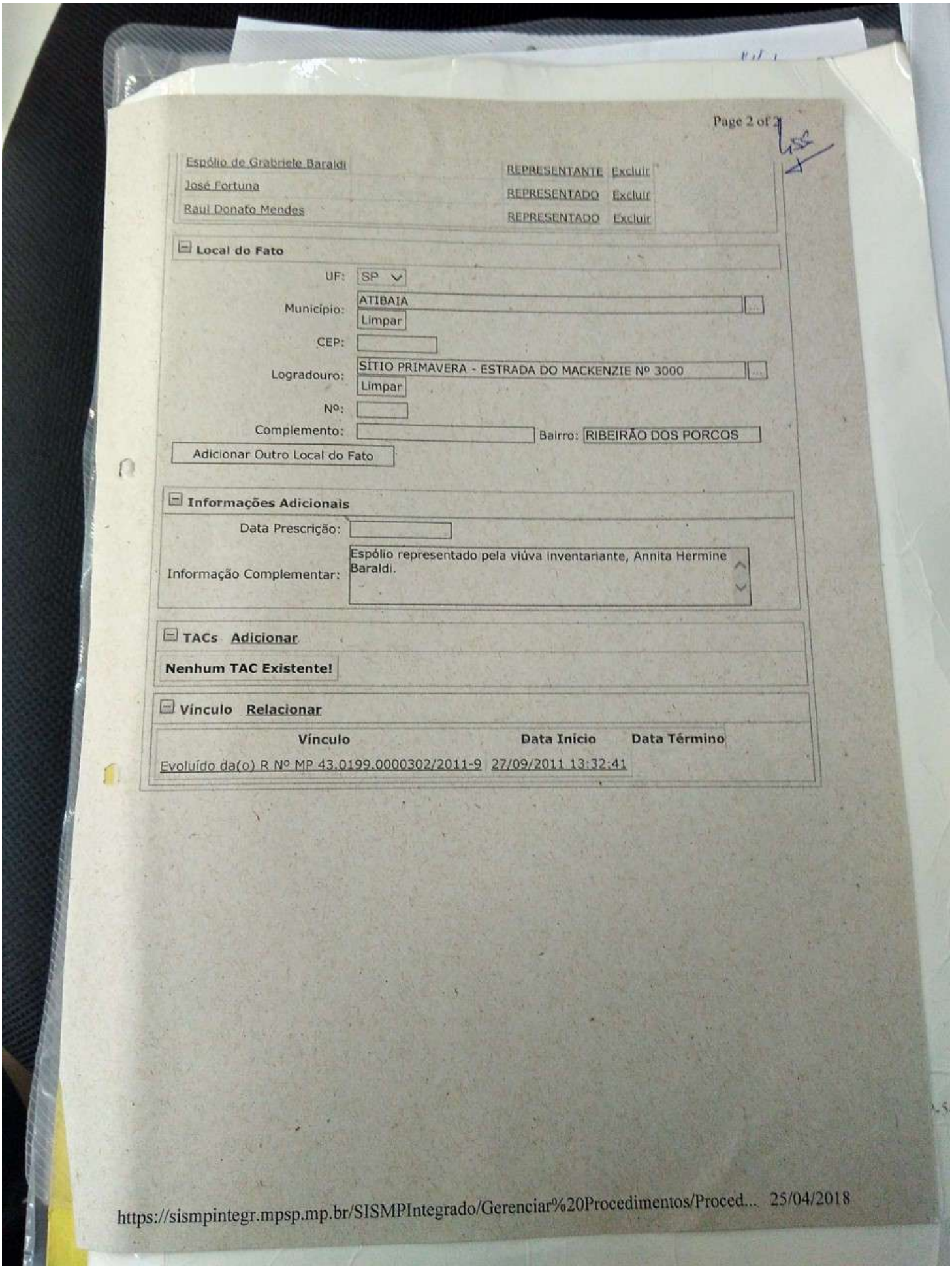
Atibaia 11 de abril de 2019.

Assinatura do Corretor Avaliador - Marcio Marin

MM Consultoria Imobiliária - – CNPJ 24.471.760/0001-45 – CRECI 66.171 F / CNAI 25528
www.mmconsultoriame.com.br - Atibaia/SP - CEP 12952-280
(11) 9.9632-5501 - marciomarin@creci.org.br

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 10/06/2019 às 12:59 , sob o número WAIA19700557480
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 4B21C54.

Scanned by CamScanner



Espólio de Grabriele Baraldi	REPRESENTANTE	Excluir
José Fortuna	REPRESENTADO	Excluir
Raul Donato Mendes	REPRESENTADO	Excluir

Local do Fato

UF: SP

Município: ATIBAIA [Limpar]

CEP:

Logradouro: SÍTIO PRIMAVERA - ESTRADA DO MACKENZIE Nº 3000 [Limpar]

Nº:

Complemento: Bairro: RIBEIRÃO DOS PORCOS

Adicionar Outro Local do Fato

Informações Adicionais

Data Prescrição:

Informação Complementar: Espólio representado pela viúva inventariante, Annita Hermine Baraldi.

TACs Adicionar

Nenhum TAC Existente!

Vínculo Relacionar

Vínculo	Data Início	Data Término
Evoluído da(o) R Nº MP 43.0199.0000302/2011-9	27/09/2011 13:32:41	

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 10/06/2019 às 12:59 , sob o número WAIA19700557480
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 4B21C5A.

462

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PUBLICO

Numero MP: 14.0186.0000302/2011-1 Vol.(s) 3 Ap.(s) 0
Comarca: ATIBAIA
Area: MEIO AMBIENTE
Tema: RECURSOS HÍDRICOS
Assunto: CANALIZAÇÃO OU DERIVAÇÃO DE CURSO DÁGUA e REPRESAMENTO
Interessados: Espolio de Orabindo Bacaldi, José Fortuna e Raul Donato Mendes
Resultado do Julgamento:

HOMOLOGADA A PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO

DELIBERAÇÃO

Em sessão realizada no dia 06/03/2018, o procedimento em epígrafe foi submetido a julgamento pelo Conselho Superior do Ministério Público, por sua turma 1ª Turma de julgamento (integrada pelos Doutores AUGUSTO EDUARDO DE SOUZA ROSSINI, DIMITRIOS EUGENIO BUERI, HAMILTON ALONSO JUNIOR e JOSE ROBERTO ROCHEL DE OLIVEIRA), obtendo-se o resultado que vai acima especificado, por unanimidade, acolhido o voto do(a) Conselheiro(a) Relator(a) Doutor(a) JOSE ROBERTO ROCHEL DE OLIVEIRA, que fica fazendo parte integrante desta deliberação.

Providencie-se como de praxe

São Paulo, 06 de Março de 2018.

OLHENO RICARDO DE SOUZA SCUCUGLIA
Conselheiro/Secretário

CERTIDÃO

Certifico que, tendo recebido os autos na mesma data acima mencionada, providenciei, em cumprimento ao r. despacho supra, a publicação do edital respectivo (Diário Oficial do dia 08/03/2018). São Paulo, 08/03/2018.

FABIANA KIM HIRANO, OFICIAL DE PROMOTORIA

TERMO DE REMESSA

Aos 23/03/2018, em cumprimento ao r. despacho supra, faço a remessa destes autos à Comarca de origem (ATIBAIA-MEIO AMBIENTE)

FABIANA KIM HIRANO, OFICIAL DE PROMOTORIA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 10/06/2019 às 12:59 , sob o número WAIA19700557480
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 4B21C63.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ATIBAIA
FORO DE ATIBAIA
1ª VARA CÍVEL
Rua Napoleão Ferro, 315, Alvinópolis - CEP 12942-610, Fone: (11) 4412-9688, Atibaia-SP - E-mail: atibaia1cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

DECISÃO

Processo Digital nº:	**0010369-26.2011.8.26.0048 - Controle nº 2011/001527**
Classe - Assunto	**Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material**
Requerente:	**Gabriele Baraldi**
Requerido:	**Raul Donato Mendes**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Adriana da Silva Frias Pereira**

Vistos.

1) Fls. 671/673: Quanto às críticas ao cálculo e alegação de impenhorabilidade do bem penhorado, diga a exequente.

Indefiro o pedido de cessão de crédito, uma vez que não houve concordância da exequente.

Quanto ao pedido de constatação, indefiro por prescindível, devendo o executado demonstrar documentalmente aquilo que alega.

2) Fls. 690 e ss: manifeste-se o exequente.

Intime-se.

Atibaia, 27 de junho de 2019.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ADRIANA DA SILVA FRIAS PEREIRA, liberado nos autos em 10/07/2019 às 13:56 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 4B40F49.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0442/2019, foi disponibilizado na página 678/683 do Diário da Justiça Eletrônico em 19/07/2019. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subseqüente à data acima mencionada.

Advogado
Melissa Yumi Koga Baraldi (OAB 211408/SP)
Duenes do Carmo Silva (OAB 209712/SP)
Arthur da Motta Trigueiros Neto (OAB 237457/SP)

Teor do ato: "Vistos. 1) Fls. 671/673: Quanto às críticas ao cálculo e alegação de impenhorabilidade do bem penhorado, diga a exequente. Indefiro o pedido de cessão de crédito, uma vez que não houve concordância da exequente. Quanto ao pedido de constatação, indefiro por prescindível, devendo o executado demonstrar documentalmente aquilo que alega. 2) Fls. 690 e ss: manifeste-se o exequente. Intime-se."

Atibaia, 19 de julho de 2019.

Natália Aparecida da Silva
Chefe de Seção Judiciário

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA APARECIDA DA SILVA, liberado nos autos em 19/07/2019 às 10:21 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 4E001B9.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DO FORO DA COMARCA DE ATIBAIA, SP.

Processo número 0010369.26.2011.8.26.0048

ESPÓLIO DE GABRIELE BARALDI, já qualificado nos autos em epígrafe que move em desfavor de **RAUL DONATO MENDES**, por sua procuradora subscritora, vem, respeitosamente à presença de Vossa Excelência, em cumprimento ao r. despacho de fls 694, manifestar-se acerca dos cálculos da avaliação do imóvel e quanto a alegada impenhorabilidade do bem.

Obviamente, com intuito de valorizar o imóvel - tendência que todo proprietário tem, de estimar o valor sentimental por todo o empenho empregado em sua construção e manutenção, no caso - o Executado está supervalorizando o imóvel.

Os Exequentes concordam com o cálculo do Oficial de Justiça, portanto, se persiste dúvida acerca do valor do imóvel, deverá ser avaliado por perito indicado pelo Juízo, às custas do Executado, vez que não concorda e lhe interessa a prova.

Quanto a alegada impenhorabilidade do bem, é assunto já vencido, vez que o bem foi penhorado, o

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA YUMI KOGA BARALDI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/07/2019 às 12:42 , sob o número WAIA19700698440
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 4E050B5.

Executado valeu-se de todos os recurso possíveis para evitar a penhora, mas houve acórdão transitado em julgado a respeito da matéria.

Termos em que,
pede e espera deferimento.

São Paulo, 19 de Julho de 2019.

documento assinado digitalmente

MELISSA YUMI KOGA BARALDI
OAB/SP 211.408

Rua Cubatão, 929, cj 81 - Vila Mariana, Cep 04013-043 - melissa@kpadvs.com

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA YUMI KOGA BARALDI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/07/2019 às 12:42 , sob o número WAIA19700698440
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 4E050B5.

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA 1ª. VARA CÍVEL DA COMARCA DE ATIBAIA.

Processo 0010369-26.2011 – Indenização por Dano Material
Requerente: Espólio de Gabriele Baraldi
Requerido: Raul Donato Mendes

RAUL DONATO MENDES, qualificado nos autos, vem respeitosamente a presença de Vossa Excelência, por sua advogada adiante assinado, manifestar-se em resposta a R. Decisão de fl. 694, expondo e requerendo o quanto segue:

1 – Às fls. 671 a 673 juntou documentos e requereu, dentre outros:
1.1 - Fosse deferida a revisão dos cálculos, (fls. 639 a 642), excluindo-se a multa diária pela não reversão, já que é objeto de apuração em autos próprios, nesse Cartório sob nº. 1006087-78.2018, bem como pelo fato de os autores não mais pretender a reversão do curso d'agua.

1.2 - Fosse deferida cessão de crédito do título executivo judicial, acostado à fl.674 a 678.

2 - Em Decisão à fl. 679, item 2, disse Vossa Excelência para que os Autores se manifestassem sobre fl. 671 a 673.

- À fl. 684 manifestaram os Autores; entretanto, nada disseram sobre a exclusão dos cálculos da multa diária. Apesar de o Requerido reiterar por mais duas vezes, (fl. 685 e 686)

3 – Quanto a Decisão fls. 694, embora tenham manifestado os Autores (fl. 696 a 697), foram omissos novamente, quanto a necessidade de se retificar os cálculos do valor indenizatório.

-Consta que já tenham sido intimados a fazê-lo, conforme D. de fl. 679.

Com o devido respeito a Decisão proferida, não se trata meramente de críticas, mas de direito, pois ninguém será obrigado a pagar duas vezes pelo mesmo débito.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 05/08/2019 às 15:58 , sob o número WAIA19700764877
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 4F30776.

4 – E, embora a decisão fl. 694 verse também que os Autores não tenham concordado com a cessão de crédito, não houve manifestação de forma explícita de que não a tenham aceitado. O que leva a possibilidade de se Agravar da decisão.

5 – Sobre a impenhorabilidade do bem, cumpre o Requerido manifestar, por uma questão de dar transparência do alegado, que mencionou anteriormente, estar a irmã residindo na casa menor existente dentro de sua propriedade.

- Pois bem: informa que a irmã se mudou, e que a casa está em reforma para residência definitiva do Requerido e a futura esposa, e que oportunamente juntará as provas do alegado.

6 – O fato é que estamos diante da Preclusão do direito, vez que intimados os Autores a manifestar sobre a revisão dos cálculos e a cessão de Crédito, não o fizeram no momento que lhes era oportuno.

Termos em que,
Pede Deferimento.

Atibaia, 05 de agosto de 2019.

Duenes do Carmo Silva
OAB/SP. 209712

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 05/08/2019 às 15:58 , sob o número WAIA19700764877
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 00103369-26.2011.8.26.0048 e código 4F30776.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ATIBAIA
FORO DE ATIBAIA
1ª VARA CÍVEL
Rua Napoleão Ferro, 315, Alvinópolis - CEP 12942-610, Fone: (11) 4412-9688, Atibaia-SP - E-mail: atibaia1cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

DECISÃO

Processo Digital nº:	**0010369-26.2011.8.26.0048**
Classe - Assunto	**Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material**
Requerente:	**Gabriele Baraldi**
Requerido:	**Raul Donato Mendes**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Adriana da Silva Frias Pereira**

Vistos.

1) Deixo de apreciar o pedido de revisão dos cálculos, tendo em vista que o executado sequer apresentou o valor que entende devido, ou seja, se limitou a impugnar, de forma genérica, o valor do débito.

2) Da mesma forma, a questão da impenhorabilidade já foi objeto de discussão (em grau de recurso inclusive - V. Acórdão de fls. 476/486) e não há elementos novos a considerar.

3) Ante a irresignação do executado com a avaliação do Oficial, nomeio MARCOS EDUARDO BIGATTO para avaliação do imóvel penhorado. Intime-se por e-mail para aceitação do encargo e estimativa de honorários, encaminhando-lhe senha dos autos para análise de seu conteúdo.

Cadastre-se sua nomeação no Portal correspondente.

4) Com a estimativa, intime-se o executado para que comprove o depósito dos honorários em 10 dias, sob pena de preclusão.

5) Comprovado o depósito, intime-se o perito para que inicie os trabalhos, devendo apresentar laudo no prazo de 30 dias, observando o teor do artigo 872 do Código de Processo Civil.

6) Com o laudo, intimem-se as partes por ato ordinatório para que digam em 5 dias, expedindo-se mandado de levantamento em favor do perito.

7) Em sua manifestação, deverá o exequente informar qual ato expropriatório pretende: adjudicação, alienação particular ou alienação judicial.

Intime-se.

Atibaia, 25 de setembro de 2019.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ADRIANA DA SILVA FRIAS PEREIRA, liberado nos autos em 14/10/2019 às 10:02 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 5319A18.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0669/2019, foi disponibilizado na página 659/667 do Diário da Justiça Eletrônico em 16/10/2019. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subseqüente à data acima mencionada.

Advogado
Melissa Yumi Koga Baraldi (OAB 211408/SP)
Duenes do Carmo Silva (OAB 209712/SP)
Arthur da Motta Trigueiros Neto (OAB 237457/SP)

Teor do ato: "Vistos. 1) Deixo de apreciar o pedido de revisão dos cálculos, tendo em vista que o executado sequer apresentou o valor que entende devido, ou seja, se limitou a impugnar, de forma genérica, o valor do débito. 2) Da mesma forma, a questão da impenhorabilidade já foi objeto de discussão (em grau de recurso inclusive - V. Acórdão de fls. 476/486) e não há elementos novos a considerar. 3) Ante a irresignação do executado com a avaliação do Oficial, nomeio MARCOS EDUARDO BIGATTO para avaliação do imóvel penhorado. Intime-se por e-mail para aceitação do encargo e estimativa de honorários, encaminhando-lhe senha dos autos para análise de seu conteúdo. Cadastre-se sua nomeação no Portal correspondente. 4) Com a estimativa, intime-se o executado para que comprove o depósito dos honorários em 10 dias, sob pena de preclusão. 5) Comprovado o depósito, intime-se o perito para que inicie os trabalhos, devendo apresentar laudo no prazo de 30 dias, observando o teor do artigo 872 do Código de Processo Civil. 6) Com o laudo, intimem-se as partes por ato ordinatório para que digam em 5 dias, expedindo-se mandado de levantamento em favor do perito. 7) Em sua manifestação, deverá o exequente informar qual ato expropriatório pretende: adjudicação, alienação particular ou alienação judicial. Intime-se."

Atibaia, 16 de outubro de 2019.

Natália Aparecida da Silva
Chefe de Seção Judiciário

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA APARECIDA DA SILVA, liberado nos autos em 16/10/2019 às 10:32 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 54A2AAB.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DO FORO DA COMARCA DE ATIBAIA, SP.

Processo número 0010369.26.2011.8.26.0048

ESPÓLIO DE GABRIELE BARALDI, já qualificado nos autos em epígrafe que move em desfavor de **RAUL DONATO MENDES**, por sua procuradora subscritora, vem, respeitosamente à presença de Vossa Excelência, em cumprimento ao r. despacho de fls 700 item 7, manifestar-se informando que **pretende a expropriação do bem por alienação judicial.**

Termos em que,
pede e espera deferimento.

De São Paulo para Atibaia, 16 de Outubro de 2019.

documento assinado digitalmente

MELISSA YUMI KOGA BARALDI
OAB/SP 211.408

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA YUMI KOGA BARALDI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 16/10/2019 às 10:39 , sob o número WAIA19701069633
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 54A341F.

Retransmitidas: CIENCIA DA NOMEAÇÃO E ESTIMATIVA DE HONORARIOS

Microsoft Outlook

Enviada em: qui 17/10/2019 10:58

Para: ALEXANDRE MARQUES MUNHOZ

A entrega para estes destinatários ou grupos foi concluída, mas o servidor de destino não enviou uma notificação de entrega:

marcosbigatto@terra.com.br (marcosbigatto@terra.com.br)

Assunto: CIENCIA DA NOMEAÇÃO E ESTIMATIVA DE HONORARIOS

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ALEXANDRE MARQUES MUNHOZ, liberado nos autos em 17/10/2019 às 11:00 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pgdConferenciaDoc.do, informe o processo 0010068-26.2011.8.26.0040 e código 14405E.

Marcos E. Bigatto
Engenheiro Civil
CREA 506.105.315 - IBAPE 1507

EXCELENTÍSSIMA SRA. DRA. JUIZA DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ATIBAIA - SP

Autos nº: **0010369-26.2011.8.26.0048**

MARCOS EDUARDO BIGATTO, engenheiro civil e de segurança do trabalho, infra-assinado, Perito Judicial, nomeado nos Autos do processo em epígrafe, atendendo à respeitável decisão de fls. 700 dos Autos, vem, respeitosamente, à Vossa Presença para:

Apresentar a proposta de honorários definitivos no valor de R$ 5.800,00 (Oito Mil e Oitocentos Reais), que correspondem a 13 horas técnicas + despesas, conforme o Regulamento IBAPE/SP.

A) Leitura e estudo prévio dos autos ..... 0,5 hora
B) Vistoria, apurações e reuniões ..... 1,5 hora
C) Laudo (digitação e edição, análises e estudos, fundamentação, conclusão) ..... (mínimo) 10,0 horas
D) Tempo gasto com locomoção ..... 1,0 hora
E) Esclarecimentos ..... não considerado
***** Despesas ..... R$ 200,00

Termos em que,

P. deferimento.

Atibaia, 17 de outubro de 2.019.

Perito Judicial: **Marcos Eduardo Bigatto – CREA 5061053150**
Membro Titular do IBAPE/SP nº. 1507
Pós-Graduado do Curso Perícias de Engenharia e Avaliações
Pós-Graduado do Curso de Eng. de Segurança do Trabalho

☎ (19) 3307-2060 (19) 99684-9644 marcosbigatto@terra.com.br

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARCOS EDUARDO BIGATTO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 17/10/2019 às 15:36 , sob o número WAIA19701077180
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 54C7711.

Marcos E. Bigatto
Engenheiro Civil
CREA 506.105.315 - IBAPE 1507

ibape SP
Qualidade em perícias e avaliações

REGULAMENTO DE HONORÁRIOS PARA AVALIAÇÕES E PERÍCIAS DE ENGENHARIA

Aprovado pela Assembleia Geral Ordinária de 09/04/2019

Capítulo I
NORMAS GERAIS

Art.1º - Este Regulamento de Honorários para Avaliações e Perícias de Engenharia estabelece parâmetros para fixação de honorários profissionais, e pressupõe o conhecimento e a estrita observância:

a) dos preceitos contidos nos Códigos de Ética Profissional do IBAPE/SP, do CAU/BR Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil e do CONFEA - Conselho Federal de Engenharia e Agronomia, destacando-se, neste último diploma, a alínea B do parágrafo III do artigo 10º que prescreve ser vedado: "apresentar proposta de honorários com valores vis ou extorsivos ou desrespeitando tabelas de honorários mínimos aplicáveis";

b) das Normas Brasileiras publicadas pela ABNT aplicáveis à Engenharia de Avaliações e às Perícias de Engenharia;

c) das Normas Técnicas do IBAPE/SP aplicáveis à Engenharia de Avaliações e às Perícias de Engenharia.

Art.2º - A observância deste Regulamento de Honorários deve ser considerada nos contratos escritos, assim como nos verbais, especialmente quanto aos limites mínimos aqui fixados, para todos os tipos de serviços.

Art.3º - É recomendável que o profissional contrate previamente, sempre que possível por escrito, a Prestação de Serviços Profissionais. O profissional deverá solicitar a assinatura do cliente na Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) para Engenheiros ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) para Arquitetos. Em qualquer destes casos, é lícito ao profissional requerer um adiantamento de, no mínimo, 30% (trinta por cento) dos honorários.

Art.4º - Nas Perícias Judiciais recomenda-se que o profissional apresente orçamento justificado requerendo desde logo o arbitramento prévio e depósito integral de seus honorários.

Parágrafo Único - Nos casos complexos, onde não seja possível uma aferição exata "a priori" da extensão dos trabalhos, o profissional deverá apresentar uma estimativa provisória (honorários provisórios), a ser complementada por ocasião do término dos serviços (honorários definitivos).

Art.5º - Os valores constantes nas tabelas deste Regulamento são expressos em horas técnicas, e se referem exclusivamente aos honorários profissionais, aos quais deverão ser acrescidas as despesas, indicadas no Art. 7º, e acrescidos os tempos de deslocamentos e viagens, conforme Art. 9º.

Art.6º - A remuneração mínima do profissional, inclusive no caso de consultorias, é de **R$ 4.730,00 (quatro mil setecentos e trinta Reais)**.

Parágrafo Único - No caso de consultas em que não seja produzido laudo ou parecer, o valor da remuneração será calculado com base no total das horas empenhadas, e aos honorários deverão se acrescidas as despesas, indicadas no Art. 7º.

Art.7º - Além dos honorários citados nos artigos anteriores, os profissionais deverão ser ressarcidos de todas as despesas diretas para a realização dos serviços, acrescidas de uma taxa de administração de 20%. Como exemplo de despesas diretas, tem-se: despesas com transportes, viagens, estadas, cópias de documentos, digitalizações, autenticações, pareceres auxiliares, levantamentos topográficos, registros cartorários, ensaios, análises laboratoriais, etc.

Parágrafo Único - O pagamento dessas despesas deverá ser feito à medida que forem realizadas, podendo ser cobrado antecipado ou simultaneamente com os honorários, a critério do contratado.

Contato SP
Rua Maria Paula, 122, cj. 106 1º andar
São Paulo/SP CEP: 01319-907
(11) 3105-4112 - Segunda a Sexta das 9h às 18h.
secretaria@ibape-sp.org.br

Contato Santos
Rua Arthur Assis, 47
Santos/SP CEP: 11045-540
coordenador-santos@ibape-sp.org.br

Acesse nosso site e fique por dentro das novidades: www.ibape-sp.org.br

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARCOS EDUARDO BIGATTO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 17/10/2019 às 15:36 , sob o número WAIA19701077180
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 54C7711.

Marcos E. Bigatto
Engenheiro Civil
CREA 506.105.315 - IBAPE 1507

ibape SP
Qualidade em perícias e avaliações

Capítulo II
FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS EM FUNÇÃO DO TEMPO DISPENDIDO

Art.8º - Os trabalhos de avaliações e de perícias de engenharia deverão ter seus honorários correspondentes fixados em função do tempo gasto para a execução e apresentação do trabalho, aos quais deverão ser acrescidas as despesas, indicadas no Art. 7º, e respeitada a remuneração mínima do Art. 6º.

Art.9º - A remuneração será calculada à razão de **R$ 430,00 (quatrocentos e trinta Reais) por hora**, de acordo com demonstrativo ANEXO. O tempo para cálculo dos honorários compreende todas as horas efetivamente dispendidas para a realização de vistorias, buscas, estudos, cálculos e demais atividades técnicas necessárias ao desempenho de suas funções, acrescido do tempo gasto em viagens e deslocamentos, desde a saída do domicílio ou do escritório do profissional até o retorno ao mesmo, excluídos os intervalos de tempo dispendidos para as refeições e repouso.

Parágrafo Primeiro – Nas avaliações complexas e/ou que envolvam situações atípicas, recomenda-se que seja apresentado orçamento detalhado, especificando o número de horas efetivamente gastas (ou a serem empreendidas) nas diversas etapas do trabalho técnico, dando-se o devido destaque às etapas impactadas pela complexidade e/ou atipicidade intrínseca ao trabalho, o qual deverá ser realizado de forma a atender ao quanto especificado nas Normas Brasileiras publicadas pela ABNT e nas Normas Técnicas do IBAPE/SP, aplicáveis à Engenharia de Avaliações;

Parágrafo Segundo - Os honorários resultantes da aplicação das disposições deste Regulamento estão sujeitos a acréscimos ou reduções, nos seguintes casos:

a) Acréscimos mínimos de 50% (cinquenta por cento) para os profissionais com experiência superior a 10 (dez) anos, e de 100% para profissionais com tempo de experiência superior a 20 (vinte) anos (ou notória experiência).

b) Acréscimo de no mínimo 20% (vinte por cento) nos serviços realizados fora do Município de domicílio do profissional, e de 50% cinquenta por cento) nos serviços requisitados com urgência ou obrigatoriamente efetuados aos domingos, feriados ou períodos noturnos.

c) Acréscimo de percentual a ser previamente incluído no orçamento apresentado ao solicitante, a critério do profissional, nos trabalhos em zonas insalubres e/ou perigosas, e que, de outro modo, aumentem o risco pessoal do profissional e de seus auxiliares.

d) Acréscimo de até 50% (cinquenta por cento) nos trabalhos em que a complexidade determine a aplicação de conhecimentos técnicos especializados. Entende-se por conhecimentos técnicos especializados aqueles decorrentes de cursos de extensão, de cursos de pós-graduação, ou quando o profissional for consultado ou contratado como especialista no assunto, objeto da contratação.

e) Reduções de percentuais previamente ajustados com o solicitante, respeitado o mínimo do artigo 6º deste Regulamento para trabalhos mais simplificados.

Parágrafo Terceiro – Nos casos específicos de trabalhos envolvendo vistorias de vizinhança ("ad perpetuam rei memoriam") e para procedimentos técnicos envolvendo entrega e recebimento de obras, a remuneração mínima será definida de acordo com as horas técnicas indicadas na Tabela 01, a seguir:

Item a) acréscimo mínimo 50% - não considerado (exp. > 10 anos)

Item b) acréscimo de 20% - não considerado (Campinas-Atibaia)

Contato SP
Rua Maria Paula, 122, cj. 1061° andar
São Paulo/SP CEP: 01319-907
(11) 3105-4112 - Segunda a Sexta das 9h às 18h.
secretaria@ibape-sp.org.br

Contato Santos
Rua Arthur Assis, 47
Santos/SP CEP: 11045-540
coordenador-santos@ibape-sp.org.br

Acesse nosso site e fique por dentro das novidades: www.ibape-sp.org.br

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARCOS EDUARDO BIGATTO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 17/10/2019 às 15:36 , sob o número WAIA19701077180
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 54C7711.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ATIBAIA
FORO DE ATIBAIA
1ª VARA CÍVEL
Rua Napoleão Ferro, 315, Alvinópolis - CEP 12942-610, Fone: (11) 4412-9688, Atibaia-SP - E-mail: atibaia1cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

ATO ORDINATÓRIO

Processo Digital nº:	**0010369-26.2011.8.26.0048**
Classe – Assunto:	**Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material**
Requerente:	**Gabriele Baraldi**
Requerido:	**Raul Donato Mendes**

CERTIDÃO - Ato Ordinatório

Certifico e dou fé que, nos termos do art. 203, § 4º, do CPC, preparei para remessa ao Diário da Justiça Eletrônico o(s) seguinte(s) ato(s) ordinatório(s):
Conforme determinação de fls. 700, providencie o requerido o depósito do honorários do perito(fls. 704/706).
Nada Mais. Atibaia, 18 de outubro de 2019. Eu, ___, Alexandre Marques Munhoz, Chefe de Seção Judiciário.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ALEXANDRE MARQUES MUNHOZ, liberado nos autos em 18/10/2019 às 12:25 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 54DA124.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0682/2019, foi disponibilizado na página 641/647 do Diário da Justiça Eletrônico em 22/10/2019. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subseqüente à data acima mencionada.

Advogado
Melissa Yumi Koga Baraldi (OAB 211408/SP)
Duenes do Carmo Silva (OAB 209712/SP)
Arthur da Motta Trigueiros Neto (OAB 237457/SP)

Teor do ato: "Conforme determinação de fls. 700, providencie o requerido o depósito do honorários do perito(fls. 704/706)."

Atibaia, 23 de outubro de 2019.

Natália Aparecida da Silva
Chefe de Seção Judiciário

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA APARECIDA DA SILVA, liberado nos autos em 23/10/2019 às 10:31 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 552E163.

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA 1ª. VARA CÍVEL DA COMARCA DE ATIBAIA.

Processo 0010369-26.2011.8.26.0048 – indenização por dano material
Requerente: Espólio de Gabriele Baraldi
Requerido: Raul Donato Mendes

RAUL DONATO MENDES, qualificado, vem respeitosamente a presença de Vossa Excelência, por sua advogada adiante assinado, manifestar sobre decisão de fl. 700, item 3 a 5 – depósito de honorários de perito.

1 - Esclarece o Requerido que litiga no presente sob o manto dos benefícios da JUSTIÇA GRATUITA, juntando decisões proferidas no incidente nesse feito, bem como, nos autos 0002104-93.2015.8.26.0048 – 2ª. Vara cível.

Em complemento, junta documento emitido pelo INSS dando conta de que não consta NIT cadastrado; logo, nunca possuiu registro na CTPS.

Junta ainda, comprovante extraído da JUCESP demonstrando inexistir empresa em seu nome.

2 – Quanto a eventual necessidade de juntada de extrato bancário, informa que não possui contas em seu nome, conforme já informado.

3 – Se porventura houver questionamento pelo fato de o Requerido ter apresentado avaliação do imóvel elaborada por profissional particular, esclarece de antemão que foi cobrado o valor mínimo de honorários determinado pelo CREA, na ocasião, R$ 650,00.

Termos em que,
Pede deferimento.
Atibaia, 29 de outubro de 2019.

Duenes do Carmo Silva
OAB.SP. 209712

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 29/10/2019 às 09:18 , sob o número WAIA19701115678
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 558BCD5.

1ª Vara Cível
Processo nº 1527/11 – Incidente

CONCLUSÃO

Aos 16 de Fevereiro de 2012, faço os presentes autos conclusos à MMª. Juíza Substituta, Dra. **MARIA CAROLINA MARQUES CARO QUINTILIANO**. Eu, _____ Escrevente, subscrevi.

Vistos.

GABRIELE BARALDI, qualificada nos autos, ajuizou o presente incidente de **IMPUGNAÇÃO AOS BENEFÍCIOS DA JUSTIÇA GRATUITA** postulados pelo requerido **RAUL DONATO MENDES** na ação cominatória c.c. danos morais, aduzindo, em síntese, que o impugnado não faz jus à benesse em virtude de ser solteiro e não ter filhos e ser proprietário de imóveis, tendo constituído advogado particular e apresentado estudo técnico com custo de R$ 3.000,00 (três mil reais), o que demonstra situação incompatível com o estado de miserabilidade alegado. Pleiteou a revogação dos benefícios concedidos ao impugnado.

O impugnado, intimado, respondeu a fls. 09/10, reafirmando não ter condições de suportar as custas do processo, estando presentes os pressupostos do benefício da assistência judiciária. Rebateu as alegações da impugnante.

Vieram-me conclusos os autos.

É o relatório.

Fundamento e DECIDO.

A impugnação é improcedente.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DE SAO PAULO e TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DE SAO PAULO, sob o número WAIA19701115678 em 29/10/2019 às 09:18 , sob o número WAIA19701115678.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018369-26.2012.8.26.0048 e código 500BCD8.

1ª Vara Cível
Processo nº 1527/11 – Incidente

Inicialmente, convém esclarecer que, embora o impugnado tenha requerido a concessão dos benefícios da assistência judiciária, por um lapso deste juízo, o pedido não foi apreciado. Entretanto, nada obsta que a presente impugnação seja analisada.

Alega a impugnante a condição financeira do impugnado para arcar com as custas processuais sem prejuízo de seu sustento e de sua família.

Com relação a este tema, impende salientar que, embora deva, o postulante do benefício, demonstrar o estado de incapacidade econômica, a jurisprudência majoritária se inclina para a concessão àquele que o postula mediante mera declaração de que não possui condições de suportar as despesas do processo sem prejuízo da sua sobrevivência. Assim, é suficiente que a parte declare a hipossuficiência e não haja indícios de deslealdade processual para que o juiz conceda o benefício, mas se, eventualmente, se tratar de uma declaração falsa, o equívoco não precisa persistir, bastando que a parte contrária demonstre a injustiça da concessão.

Está assentado também o entendimento de que incumbe a quem impugna a concessão do benefício provar que a parte contrária tem condições econômicas para suportar as despesas do processo. Isso não foge à regra do artigo 333 do código de processo civil, que impõe ao autor a prova dos fatos constitutivos do seu direito. Ainda que a impugnante não houvesse trazido provas das suas alegações, poder-se-ia concluir pela procedência da impugnação se existissem outros elementos nos autos evidenciando a boa situação econômica do

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DEBORA DE CARVALHO SIMAO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, em 29/10/2019 às 09:18 , sob o número WAIA19701115678
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018369-26.2012.8.26.0048 e código 500BBD8.

13

1ª Vara Cível
Processo nº 1527/11 – Incidente

impugnado, mas isso não ocorre no caso concreto.

Os argumentos utilizados pela impugnante são muito frágeis para, por si só, afastar o benefício; ademais, argumento por argumento, é de se aceitar o de quem pede porque a lei o autoriza, sendo imperioso reconhecer que a parte impugnante não pode se limitar a fazer alegações, competindo-lhe o dever de provar, ainda que minimamente, o que alega.

Assim, seria imprescindível que a impugnante houvesse trazido aos autos algum elemento de sustentação à sua tese, infirmando as alegações do impugnado e incutindo nesta julgadora o convencimento da veracidade de suas alegações.

Ante o exposto, **JULGO IMPROCEDENTE** a presente **IMPUGNAÇÃO AO PEDIDO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA,** que **GABRIELE BARALDI** intentou contra **RAUL DONATO MENDES** nos autos da ação ordinária promovida contra o impugnado, para deferir o pedido de concessão do benefício da assistência judiciária requerido pelo impugnado.

Certifique-se o desfecho nos autos principais, anotando-se.

P.R.I.

Atibaia, 23 de Fevereiro de 2.012.

MARIA CAROLINA MARQUES CARO QUINTILIANO
Juíza Substituta

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por OBENAS DE LOURDES SIBAARBOSA MAIA e Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, em 29/10/2019 às 09:18 , sob o número WAIA19701115678
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018369-26.2012.8.26.0048 e código 500BCD8.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ATIBAIA
FORO DE ATIBAIA
2ª VARA CÍVEL
RUA DR. JOSÉ ROBERTO PAIM, 99, Atibaia - SP - CEP 12945-007

SENTENÇA

Processo nº:	**0002104-93.2015.8.26.0048**
Classe - Assunto	**Impugnação de Assistência Judiciária - Indenização por Dano Moral**
Impugnante:	**José Fortuna**
Impugnado:	**Raul Donato Mendes**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Marcelo Octaviano Diniz Junqueira**

Vistos.

Trata este incidente de impugnação aos benefícios da Justiça Gratuita concedidos ao autor Raul Donato.

Não há de se acolher o pedido.

Não se pode olvidar que, *para que a parte obtenha o benefício da assistência judiciária, basta a simples afirmação da sua pobreza, até provem o contrário* (RSTJ 7/414). Nesse mesmo diapasão, STF-RT 755/182.

Ainda, é inegável que a pessoa presumidamente pobre gozará dos benefícios da assistência judiciária, mediante simples afirmação, na própria petição inicial (artigo 4º da Lei nº 1.060/50). Também, presume-se pobre, até prova em contrário, quem afirmar essa condição nos termos da lei (parágrafo 1º desse artigo 4º).

Com fulcro naquela posição jurisprudencial e nesses dispositivos legais, há de se concluir, quanto à pobreza do beneficiário da Justiça Gratuita, que houve inversão do ônus da prova, pelo que cabe ele ao impugnante.

Feita essa observação, verifico que, na espécie, o impugnante não fez qualquer prova que contrarie a alegada pobreza.

As declarações do imposto de renda juntadas pelo impugnado a fls. 10/11, ao contrário do alegado, demonstram que o impugnado deve ter aquela classificação de pobreza

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARCELO OCTAVIANO DINIZ JUNQUEIRA, liberado nos autos em 22/06/2015 às 13:30 .
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DOMINGOS CARMO SILVA e outro em 29/10/2015 às 09:18 , sob o número WAIA19701115678
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 558BCDB.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ATIBAIA
FORO DE ATIBAIA
2ª VARA CÍVEL
RUA DR. JOSÉ ROBERTO PAIM, 99, Atibaia - SP - CEP 12945-007

jurídica, já que seus rendimentos líquidos mensais não ultrapassam dois salários mínimos.

Ademais, o litigante não está obrigado, em face de seu estado de pobreza, a se valer dos serviços oferecidos pela Assistência Judiciária da Procuradoria do Estado.

Como se vê, o impugnante não carreou para o processo elemento seguro de prova capaz de minar a presunção legal decorrente da manifestação do impugnado de que não possui condições materiais de arcar com despesas sem que possa prejudicar sua manutenção.

Nem se diga que a mera existência de imóveis de propriedade do impugnado possa modificar essa conclusão. Afinal, é irrelevante que tenha propriedade imóvel (RJTJESP 101/216), desde que não produza renda que permita pagar as custas e honorários do advogado (JTA 118/406).

Ante o exposto, ***deixo de acolher*** a impugnação.

P.R.I.C.

Atibaia, 19 de junho de 2015.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARCELO OCTAVIANO DINIZ JUNQUEIRA, liberado nos autos em 22/06/2015 às 13:30 .
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DOMINGOS DE CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 29/10/2019 às 09:18 , sob o número WAIA19701115678
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 00103369-26.2011.8.26.0048 e código 558BCDB.

PREVIDÊNCIA SOCIAL

INSS

CNIS – Cadastro Nacional de Informações Sociais

Dados Pessoa Física - Portal CNIS

Critérios de busca

Nit:	**CPF:**	**Nome:** RAUL DONATO MENDES
Data de Nascimento: 14/12/1973	**CNH:**	**Nome da Mãe:**
Título de Eleitor:	**CTPS:**	**Identidade:**

Dados Pessoa Física

Pessoa Física não localizada na base de dados do CNIS

"O INSS poderá rever a qualquer tempo as informações constantes deste extrato, conforme artigo 19, § 3° do Decreto 3.048/99."

fls. 715

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 29/10/2019 às 09:18 , sob o número WAIA19701115678
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 558BCE0.

PREVIDÊNCIA SOCIAL

INSS

CNIS – Cadastro Nacional de Informações Sociais

Dados Pessoa Física - Portal CNIS

Critérios de busca

Nit:	**CPF:** 252.972.718-00	**Nome:**
Data de Nascimento:	**CNH:**	**Nome da Mãe:**
Título de Eleitor:	**CTPS:**	**Identidade:**

Dados Pessoa Física

Pessoa Física não localizada na base de dados do CNIS

"O INSS poderá rever a qualquer tempo as informações constantes deste extrato, conforme artigo 19, § 3° do Decreto 3.048/99."

fls. 716

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 29/10/2019 às 09:18 , sob o número WAIA19701115678
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 558BCE1.

MENSAGEM DO SENHOR MINISTRO

Criada em 1932, a Carteira de Trabalho e Previdência Social resistiu ao passar dos anos, assimilando com muita presteza as profundas modificações que se registraram, nestas décadas, na composição, distribuição e qualificação da nossa força de trabalho.

Sem nenhum exagero, pode-se afirmar que este documento, por muitos ainda hoje conhecido como "carteira profissional", converteu-se num dos mais importantes instrumentos à disposição do trabalhador, fazendo às vezes de cédula de identidade, título de crédito, atestado de antecedentes, de boa conduta e de residência, para citar apenas algumas das suas múltiplas utilidades.

Em sua simplicidade, a CTPS reflete a carreira do trabalhador e sua evolução profissional. Cabe-lhe pois, protegê-la atenta e cuidadosamente, porque enquanto pelos seus aspectos externos essa Carteira revela traços importantes da personalidade e da formação do seu possuidor, os registros internos, habitualmente insubstituíveis, se constituem nas melhores garantias da preservação e da efetivação dos seus direitos trabalhistas e previdenciários.

Almir Pazzianotto Pinto

MINISTÉRIO DO TRABALHO

SECRETARIA DE EMPREGO E SALÁRIO

CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

DELEGACIA REGIONAL DO TRABALHO - DRT - SÃO PAULO

Número 048428 Série 00126 S. P.

Polegar Direito.

ASSINATURA DO PORTADOR

Raul Lamarão Mendes

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 29/10/2019 às 09:18 , sob o número WAIA19701115678
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 558BCE4.

8

QUALIFICAÇÃO CIVIL

Nome Raul Donato Duarte

Loc. Nasc. Adamantina

Est. Mato Grosso Data 14/12/73

Filiação José Rogério Duarte e

Francisca Donato Duarte

Est. Civil Solteiro Doc. Nº 36663

Fls 50 Liv. A-73 Reg. Civil C.N

Outro doc.

Situação Militar: Doc.

Nº Órgão Est

Naturalizado Dec. Nº Em ____/____/____

ESTRANGEIROS

Chegada ao Brasil em

Doc. Ident. Nº Exp. em ____/____/____

Estado

Obs

Data Emissão 22/06/93 DRT

Assinatura do Funcionário

Ricardo Leite

9

ALTERAÇÕES DE IDENTIDADE

(Com relação nome, est. civil e data nasc.)

Nome

Doc.

Nome

Doc.

Nome

Doc.

Est. Civil

Doc.

Est. Civil

Doc.

Nascimento

Doc.

12

CONTRATO DE TRABALHO

Empregador

CGC/MF.

Rua Nº

Município Est.

Esp. do estabelecimento

Cargo

C.B.O. nº

Data admissão de de 19

Registro nº Fls./Ficha

Remuneração especificada

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

1º 2º

Data saída de de 19

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

1º 2º

Com. Dispensa CD Nº

CONTRATO DE TRABALHO

13

Empregador

CGC/MF.

Rua Nº

Município Est.

Esp. do estabelecimento

Cargo

C.B.O. nº

Data admissão de de 19

Registro nº Fls./Ficha

Remuneração especificada

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

1º 2º

Data saída de de 19

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

1º 2º

Com. Dispensa CD Nº

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 29/10/2019 às 09:18 , sob o número WAIA19701115678
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 558BCE6.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

JUCESP
Junta Comercial do Estado de São Paulo

CONSULTA DE NOME EMPRESARIAL

Resultados 0 - 0 de 0 para o termo 'Raul Donato Mendes'

Sua pesquisa não encontrou nenhuma empresa correspondente.

Total de Empresas: 0

JUCESP GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

Consulta de Nome Empresarial emitida para DUENES DO CARMO SILVA : 01183155875. Documento certificado por JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. A Junta Comercial do Estado de São Paulo, garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br sob o número de autenticidade 117018235, segunda-feira, 13 de maio de 2019 às 13:01:08.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 29/10/2019 às 09:18 , sob o número WAIA19701115678
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 00103369-26.2011.8.26.0048 e código 558BCEA.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DO FORO DA COMARCA DE ATIBAIA, SP.

Processo número 0010369.26.2011.8.26.0048

ESPÓLIO DE GABRIELE BARALDI, já qualificado nos autos em epígrafe que move em desfavor de **RAUL DONATO MENDES**, por sua procuradora subscritora, vem, respeitosamente à presença de Vossa Excelência, IMPUGNAR a concessão dos benefícios da Justiça Gratuita, pelos motivos e fatos que passa a expor.

Em recente decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo nos autos de execução número 1006087-78.2018.8.26.2018 (doc 1) contra o Réu, Sr. Raul Donato Mendes, os Autores lograram êxito em comprovar que o mesmo não merece ter os benefícios da Justiça Gratuita nos autos, vez que a ele não faz jus, não preenchendo os requisitos necessários para dele usufruir, senão vejamos.

O Tribunal considerou que o recibo no valor de R$37.800,00 (doc 2) que o Réu alegou ter gasto com obras emergenciais é incompatível com a pobreza alegada pelo mesmo, sobretudo por sequer possuir conta bancária.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA YUMI KOGA BARALDI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 29/10/2019 às 17:50 , sob o número WAIA19701120248
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 5611E6B.

Como foi realizado tal pagamento? De onde veio tal valor?

Recibo de Serviço

A Empresa CH Entulho e Terraplenagem , Declara receber a quantia de R$ 37.800,00 do Sr.Raul Donato Mendes RG: 27.233.858-8 e CPF: 252.972.718-00 , referente serviço para reforço de um lago com risco de rompimento , localizado na Estrada Mackenzie n, 3000 Bairro Itapetinga Atibaia SP , no período de 14 de janeiro de 2011 á 12 de Fevereiro de 2011, dando como executado e encerrado os serviços.

200 horas de retroescavadeira R$ 18.000,00
260 viajem terra 5 m3 R$ 15.600,00
60 horas de bob cat R$ 4.200,00

**** documento anexado aos autos de forma integral***

Além disso, os Autores comprovam que em ação regressiva movida pelo Autor contra o antigo proprietário do imóvel, número 1000739-84.2015.8.26.0048, o mesmo alega ter gasto mais de R$100.000,00 em obras no imóvel, como se observa abaixo (doc 3)

8- O Autor não dispõe de valores para reparar os danos causados no imóvel de Gabriele Baraldi, mesmo porque já suportou despesas em valores próximos a R$100,000,00(cem mil reais) realizando obras de manutenção do atual curso d'agua e para recompor os danos em seu imóvel causados pelas mesmas chuvas de janeiro de 2011; tudo, *em razão do desvio do rio feito pelo Requerido;* caso contrário não obteria a Outorga em seu nome, regularizando a situação atual.

A título de indício de prova, junta comprovante de despesas no valor de R$ 37.800,00, gastos apenas COM obras emergenciais (devidamente autorizadas) logo após as chuvas de 11/janeiro/2011.

Isso, sem considerar as despesas com projetos de Engenharia, pedreiro, materiais, etc, a serem apuradas oportunamente.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA YUMI KOGA BARALDI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 29/10/2019 às 17:50 , sob o número WAIA19701120248
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 5611E6B.

Portanto, litiga de má-fé o Requerido, ora alegando a necessidade da concessão de Justiça Gratuita face a sua condição econômica e ora **alegando que gastou aproximadamente R$100.000,00 (cem mil reais) com despesas relacionadas ao imóvel objeto do processo.**

Em petição de fls 709, o Réu alega que caso haja indagação acerca da avaliação do imóvel realizada por profissional, o valor pago foi o valor mínimo de R$650,00 - o qual não comprova através de recibo.

E mais: o próprio Requerido também pagou pelo perito em ocasião anterior, chegando a pagar os honorários de R$3.500,00 ao profissional contratado, como pode se observar:



RESUMO DO CONTRATO

Nº E ESCOPO DO CONTRATO, CONDIÇÕES, PRAZO, CUSTOS, ETC...

O serviço e de apresentacao de um projeto de regularizacao de usos em recursos hidricos com obtencao de Outorgas junto ao DAEE. O servico termina no ato do protocolo dos doc. no DAEE. Havera um atendimento no prazo de 90 dias para ajustes de projeto. O pagamento dos honorarios sera de 50% no inicio e 50% no protocolo dos trabalhos

28 - VALOR DO CONTRATO	29 - DATA DO CONTRATO	30 - DATA INICIO DA EXECUÇÃO	31 - 10% ENTIDADE DE CLASSE	32 - VALOR DA ART A PAGAR
3.500,00	22/09/2011	22/09/2011	128	33,00

ASSINATURA

Declaro não ser aplicável, dentro das atividades assumidas nesta ART e nos termos aqui anotados, o atendimento às regras de acessibilidade previstas nas Normas Técnicas de Acessibilidade da ABNT e na legislação específica, em especial o Decreto nº 5.296/2004, para os projetos de construção, reforma ou ampliação de edificações de uso público ou coletivo, nos espaços urbanos ou em mudança de destinação (uso) para estes fins.

33 - LOCAL E DATA	PROFISSIONAL	CONTRATANTE
Atibaia 22/09/2011	Oswaldo Barone Filho	RAUL DONATO MENDES

Obs:

Ora, Excelência! Há muito tempo vem se aproveitado o Réu da gratuidade de Justiça para utilizar-se de manobras a fim de protelar o feito, agindo de má-fé, como já constatado anteriormente. (ex fls 567 - doc 4)

Por todo o exposto requer seja cassada a concessão de tal benefício, vez que além de concedido sem o preenchimento dos requisitos há mais de 10 ANOS (autos principais) tem sido utilizado de forma a protelar o feito,

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA YUMI KOGA BARALDI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 29/10/2019 às 17:50 , sob o número WAIA19701120248
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 5611E6B.

prejudicando os Autores, que ganharam, mas nunca viram sequer 1 centavo do pagamento: muito pelo contrário, os Autores pagam por todas as custas e despesas processuais.

O fato é, que o Requerido NUNCA foi, e nunca será hipossuficiente, aproveitando-se do fato de possuir a condição de beneficiário da Justiça Gratuita para realizar manobras processuais, realizando perícias e outras providências às custas dos Autores.

Afirma ainda o Réu que o imóvel foi avaliado sem a construção recente, onde reside a irmã do mesmo com os filhos menores, mas tal construção foi realizada no curso do processo.

Requer portanto, esclarecimentos do Requerido e comprovação da obtenção dos valores para realização da construção em questão, além da aplicação da pena por litigância de má-fé, prevista nos artigos 79 a 81 do NCPC.

Termos em que,
pede e espera deferimento.

De São Paulo para Atibaia, 29 de Outubro de 2018.

documento assinado digitalmente

MELISSA YUMI KOGA BARALDI
OAB/SP 211.408

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA YUMI KOGA BARALDI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 29/10/2019 às 17:50 , sob o número WAIA19701120248
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 5611E6B.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2019.0000650385

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento nº 2118722-95.2019.8.26.0000, da Comarca de Atibaia, em que é agravante RAUL DONATO MENDES, são agravados VALÉRIA BARALDI, JOSÉ RENATO BARALDI, GABRIELE BARALDI (ESPÓLIO) e ANNITA HERMINE BARALDI (ESPÓLIO).

ACORDAM, em 30ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Negaram provimento ao recurso. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores ANDRADE NETO (Presidente sem voto), LINO MACHADO E CARLOS RUSSO.

São Paulo, 14 de agosto de 2019.

MARIA LÚCIA PIZZOTTI
RELATOR
Assinatura Eletrônica

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARIA LUCIA PIZZOTTI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, em 14/08/2019 17:50 , sob o número WAIA19701120248
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2118722-95.2019.8.26.0000 e código B2EH0TA.

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2118722-95.2019.8.26.0000
VOTO N. 25924

AGRAVANTE: RAUL DONATO MENTES
AGRAVADA: VALÉRIA BARALDI, JOSÉ RENATO BARALDI, ESPÓLIO DE GABRIELE BARALDI e **ESPÓLIO DE ANNITA HERMINE BARALDI**
LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA
COMARCA: ATIBAIA
MAGISTRADA PROLATORA DA DECISÃO: DRA. ADRIANA DA SILVA FRIAS PEREIRA

EMENTA
AGRAVO DE INSTRUMENTO — LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA — ILEGITIMIDADE PASSIVA — GRATUIDADE — PRESSUPOSTOS LEGAIS NÃO PREENCHIDOS
1 - A ilegitimidade alegável em impugnação ao cumprimento de sentença é aquela que decorre de a execução de título executivo judicial ser movida em face de pessoa diversa daquela indicada, na ação de conhecimento, como devedora. Havendo identidade entre elas, conclui-se pela legitimidade do executado.
2 - Benefício da Lei 1.060/50 e do Novo Código de Processo Civil que depende de comprovação, desde o advento da Constituição Federal de 1988, art. 5º, LXXIV. Elementos de prova insuficientes para justificar a concessão do benefício.
RECURSO NÃO PROVIDO.

Vistos.

Cuida-se de agravo de instrumento contra a r. Decisão que **rejeitou o pedido de gratuidade da justiça e a alegação de ilegitimidade passiva.**

Argumentou, em suma, que faz jus ao benefício de gratuidade da justiça, pois se encontra em precárias condições financeiras, e que é ilegítimo para figurar no polo passivo, uma vez que não foi o responsável pelos danos objetos da liquidação de sentença.

Foi determinada a juntada de documentos que comprovassem o preenchimento dos pressupostos para o deferimento do benefício (fls. 29).

A agravante juntou documentos (fls. 32/37).

Houve contraminuta (fls. 39/45).

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARIA LUCIA ACOBE BARRETO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo - SAJ, em 23/10/2019 17:50 , sob o número WAIA19701120248
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2118722-95.2019.8.26.0000 e código B2E1E5A.

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2118722-95.2019.8.26.0000
VOTO N. 25924

É a síntese do necessário.

O recurso não comporta provimento.

Inicialmente, cumpre afastar a alegação de ilegitimidade passiva. O agravante participou, no processo de conhecimento, como réu, e contra ele se formou a coisa julgada material subjacente à liquidação de sentença. Desse modo, indiscutível ser a pessoa legítima para figurar no polo passivo, sendo incognoscível qualquer discussão quanto à responsabilidade pelos danos decorrentes do desvio do curso do rio.

A propósito, a alegação de ilegitimidade passiva feita em fase de cumprimento de sentença (no caso, precedida por liquidação) deve se pautar em eventual divergência entre o executado e o devedor reconhecido como tal no título executivo judicial (CPC, art. 779). Com base nessa premissa, a ilegitimidade alegável é aquela que decorre de a execução de título executivo judicial ser movida em face de pessoa diversa daquela indicada, na ação de conhecimento, como devedora.

Como no caso o agravante compôs o polo passivo da ação de conhecimento, legítimo é para figurar no polo passivo da fase de cumprimento de sentença, ora precedida por liquidação.

Posto isso, remanesce à análise quanto à gratuidade da justiça.

O parágrafo único do artigo 2° da Lei nº 1.060/50, assim dispõe: “considera-se necessitado, para fins legais, todo aquele cuja situação econômica não lhe permita pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo do sustento próprio ou da família”. Contudo, é necessária a análise econômico-financeira do pretendente, para aferir as condições de arcar com as custas e despesas processuais sem afetar a própria subsistência.

Conforme iterativa jurisprudência, o benefício da justiça gratuita deve ser concedido em vista da Lei de Responsabilidade Fiscal. Tal benefício, portanto, depende de prova superveniente e irradiante em relação à lei da gratuidade.

Isto porque, o parágrafo único do artigo 2° da Lei n. 1.060, de 1950, assim

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARCIA REGINA LUCCHESI BEZERRA e Colegiado
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2118722-95.2019.8.26.0000 e código 000000.

dispunha: "*considera-se necessitado, para fins legais, todo aquele cuja situação econômica não lhe permita pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo do sustento próprio ou da família*". Como já decidiu este mesmo Tribunal Bandeirante, a concessão do benefício não depende somente da alegação da parte e da apresentação de declaração de pobreza, mas também de análise econômico-financeira do pretendente:

> *"Assistência judiciária - Comprovação da necessidade Exigência constitucional (CF/88, art. 5o, LXXIV) - Concessão, ademais, dependente de análise econômico-financeira, não agilizada no caso em apreço - Benefício - Inadmissibilidade da concessão - Agravo de instrumento desprovido." (Ag.Inst. 7367076-3 Rel. Luiz Sabbato, 13ª Câmara - TJSP)*

Ademais, a questão da gratuidade vem tratada de forma semelhante no Novo Código de Processo Civil, que prevê o indeferimento do pedido quando "houver nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão de gratuidade" (art. 99, §2º). Logicamente, apurando-se a presença de elementos de prova que evidenciem os pressupostos legais o benefício deve ser concedido.

Com arrimo nessas premissas, o pedido de gratuidade formulado pelo agravante deve ser indeferido. O agravante trouxe DIRPF atualizada (fls. 7/13) que indica possuir bens na casa dos R$ 300.000,00 (trezentos mil reais, fls. 38), auferir renda anual de aproximadamente R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais, fls. 10). Todavia, deixou de apresentar outros documentos capazes de retratar a realidade da sua situação financeira. Como explicar, por exemplo, o pagamento de R$ 37.800,00 (trinta e sete mil e oitocentos reais), fls. 48, feito em favor de empresa especializada em terraplanagem? Ora, isso é muito superior à renda anual declarada. A suposta inexistência de contas bancárias (fls. 32) contradiz o dito às fls. 5, uma vez que o objetivo do BacenJud pleiteado junto à I. Primeira Instância era "*comprovar (...) sua movimentação bancária*". Se não possui conta corrente, como afirma, por qual motivo deseja comprovar sua movimentação bancária? E outra: dispunha, então, de dinheiro em espécie para pagar a empresa de terraplanagem?

Em face do parco conjunto probatório, inviável acolher o pedido de gratuidade da justiça.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARCIA LUCIA CACERES BARROS e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, em 23/09/2019 17:50 , sob o número WAIA19701120248
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2118722-95.2019.8.26.0000 e código B2E1E5A.

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2118722-95.2019.8.26.0000
VOTO N. 25924

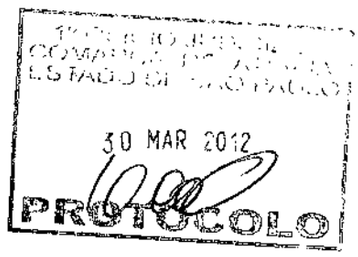
Diante do exposto, **NEGO PROVIMENTO** ao agravo de instrumento, mantendo a r. Decisão.

Maria Lúcia Pizzotti
Relatora

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARIA LUCIA POZZOTTI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, em 23/10/2019 17:50 , sob o número WAIA19701120248
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2118722-95.2019.8.26.0000 e código B2E1E5A.

153

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª. **VARA CÍVEL** DA COMARCA DE ATIBAIA – SP.



Processo 048.01.2011.010369-9 – ordem 1527/2011
Requerente: Espólio de Gabriele Baraldi
Requerido: Raul Donato Mendes

RAUL DONATO MENDES, qualificado nos autos, vem respeitosamente a presença de V.Exa. por sua advogada adiante assinado manifestar-se no feito em questão.

Por um equívoco não houve a juntada da Outorga citada em petição protocolada em 16/02/12, o que faz neste ato. Sua emissão data de 26/09/2003, e vigência pelo prazo de 30 (trinta anos) para a Canalização do Ribeirão dos Porcos, ou seja: para o desvio do curso do rio, parte mais importante do presente litígio.

Para atualizar e transferir os direitos da Outorga vigente para o proprietário atual, ora Requerido, o DAEE orientou o engenheiro responsável OSWALDO BARONE FILHO, no dia 27/03/12, para que seja elaborado um projeto de construção de uma estrutura capaz de reduzir a velocidade da água, sem alterar o curso atual do rio em complementação a outorga concedida.

Tão logo seja protocolado dito projeto junto ao DAEE, dar-se-á conhecimento a este Juízo.

Também neste ato, apenas a titulo informativo, junta cópia de comprovante de despesas com obras emergenciais realizadas pelo irmão do Requerido,

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA [illegible]
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018369-26.2019.8.26.0048 e código 607[illegible]

154

por ocasião das chuvas de janeiro 2011, no valor de R$ 37.800,00 (trinta e sete mil e oitocentos reais).

Tais obras foram autorizadas pela Defesa Civil conforme Boletim Ambiental constante dos autos, onde se vê os dizeres "para não trazer transtorno maior com moradores do bairro," o que demonstra a preocupação do Requerido com a vizinhança; o que inclui a Autora.

Por sua vez a Autora, até então não comprovou a realização de nenhuma obra para solucionar o problema em sua propriedade, nem apresentou provas de despesas eventualmente realizadas.

Termos em que,
Pede Deferimento.

Atibaia, 29 de março de 2011.

DUENES DO CARMO SILVA
OAB/SP. 209712.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA [illegible] e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 29/08/2019 às 17:00 , sob o número WPRO19900162029.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018369-26.2019.8.26.0048 e código 07415663.

156

CH Entulho e Terraplenagem

CNPJ.: 03.911.449/0001-08

Recibo de Serviço

A Empresa CH Entulho e Terraplenagem , Declara receber a quantia de R$ 37.800,00 do Sr.Raul Donato Mendes RG: 27.233.858-8 e CPF: 252.972.718-00 , referente serviço para reforço de um lago com risco de rompimento , localizado na Estrada Mackenzie n, 3000 Bairro Itapetinga Atibaia SP , no período de 14 de janeiro de 2011 á 12 de Fevereiro de 2011, dando como executado e encerrado os serviços.

200 horas de retroescavadeira	**R$ 18.000,00**
260 viajem terra 5 m3	**R$ 15.600,00**
60 horas de bob cat	**R$ 4.200,00**

Atenciosamente,

CH Entulho e Terraplenagem.
Responsável : Henrique Biazini

(Escritório) Rua José Pires n. 301 Centro Atibaia 011-4412-1529
(pátio)End.: Avenida Brigadeiro José Vicente Faria Lima, 455 – Alvinópolis – Atibaia/SP.
Tel. : 4411-9577 / Cel.: 7889-0813
email: chentulho@hotmail.com

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA VELOSO CASTANHEIRA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 29/08/2019 às 17:06 , sob o número WRAD19900620217.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018369-26.2019.8.26.0048 e código 607AE6R.

86

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO

Av. Brig. Faria Lima, 1059 - Pinheiros - São Paulo - SP CEP 01452-920 Tel.: 0800 17 18 11

CREA-SP

ART	1- Nº DA ART
Anotação de Responsabilidade Técnica Lei Federal Nº. 6.496 de 07/12/77	**92221220111100962**

CONTRATADO

2 - Nº DO CREASP DO PROFISSIONAL	3 - Nº DO CPF DO PROFISSIONAL
0601675824	**85126683853**
4 - NOME DO PROFISSIONAL	5 - TÍTULO DO PROFISSIONAL
OSWALDO BARONE FILHO	**Engenheiro Agronomo**

ART

6 - TIPO DE ART	7 - VINCULADA A ART Nº	8 - HÁ OUTRAS ARTs VINCULADAS
1-Obra/Servico		**1 - Não**
9 - ALTERAÇÃO/COMPL./SUBST. DA ART		10 - SUBEMPREITADA
1 - Não		**1 - Não**

ANOTAÇÃO

11 - CLASSIFICAÇÃO DA ANOTAÇÃO	12 - ÁREA DE ATUAÇÃO	13 - TIPO DE CONTRATADO
1 - Responsabilidade Principal	**4 - Agronomia**	**2- Pessoa Física**

EMPRESA CONTRATADA

14 - Nº DE REGISTRO NO CREA	15 - NOME COMPLETO
16 - CGC/CNPJ	17 - CLASSIFICAÇÃO

CONTRATANTE

18 - NOME DO CONTRATANTE DA OBRA / SERVIÇO	19 - TELEFONE P/ CONTATO		20 - CPF/CNPJ
RAUL DONATO MENDES	**(11)44112926**	**(11)44112926**	**25297271800**

DADOS DA OBRA / SERVIÇO OBJETO DO CONTRATO

21 - ENDEREÇO DA OBRA / SERVIÇO	22 - CEP
Estr.Makenzie s/n. Bairro Itapetinga-Atibaia	**12940-000**

CLASSIFICAÇÃO

	23 - NATUREZA	24 - UNIDADE	25 - QUANTIFICAÇÃO	26 - ATIVIDADES TÉCNICAS
1	A6004	15	42115,19	37
2				
3				

27 - DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS EXECUTADOS SOB SUA RESPONSABILIDADE OU DO CARGO/FUNÇÃO

Regularizacao de Um barramento, duas captacoes superficiais, um Tanque de reservacao junto ao DAEE de Atibaia

RESUMO DO CONTRATO

Nº E ESCOPO DO CONTRATO, CONDIÇÕES, PRAZO, CUSTOS, ETC...

O servico e de apresentacao de um projeto de regularizacao de usos em recursos hidricos com obtencao de Outorgas junto ao DAEE. O servico termina ao ato do protocolo dos doc. no DAEE. Havera um atendimento no prazo de 90 dias para ajustes de projeto. O pagamento dos honorarios sera de 50% no inicio e 50% no protocolo dos trabalhos

28 - VALOR DO CONTRATO	29 - DATA DO CONTRATO	30 - DATA INÍCIO DA EXECUÇÃO	31 - 10% ENTIDADE DE CLASSE	32 - VALOR DA ART A PAGAR
3.500,00	22/09/2011	22/09/2011	128	33,00

ASSINATURA

Declaro não ser aplicável, dentro das atividades assumidas nesta ART e nos termos aqui anotados, o atendimento às regras de acessibilidade previstas nas Normas Técnicas de Acessibilidade da ABNT e na legislação específica, em especial o Decreto nº.5.296/2004, para os projetos de construção, reforma ou ampliação de edificações de uso público ou coletivo, nos espaços urbanos ou em mudança de destinação (usos) para estes fins.

33 - LOCAL E DATA	PROFISSIONAL	CONTRATANTE
Atibaia 22/09/2011	Oswaldo Barone Filho	RAUL DONATO MENDES

Obs:
- *O comprovante deverá ser anexado a ART para comprovação de quitação*
- *A ART deverá ser devidamente assinada pelo profissional*
- *Linha digitável:*

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA DE MORAES BARBOSA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 29/08/2019 às 17:06 , sob o número WRAD19900062087.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018369-26.2019.8.26.0048 e código 607A1660.

BANCO DO BRASIL

Recibo do Sacado

CREA-SP CONS. REG. ENG. ARQ. AGRON. DO ESTADO DE SÃO PAULO

Agência/Código do Cedente 3336-7/401783-8

Nosso Número 92221220111100962

SACADO: OSWALDO BARONE FILHO	**CREASP:601675824**
Data de Emissão: 22/09/2011	Data de Vencimento: 01/10/2011
ART Nº 92221220111100962	
VALOR	**33,00**

- O comprovante de pagamento deverá ser anexado a ART para comprovação de quitação
-Depósitos ou transferências entre contas não serão reconhecidos por nossos sistemas.
- A quitação do título ocorrerá somente após a informação do crédito bancário.

Autenticação Mecânica

Loterias CAIXA

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

QUINA: sorteios de segunda-feira a sábado. Ap

270-768667745-2

27/SET/2011 HORA DF 13:26:16

LOT. 21,19907-5 TERM 041296

LOCALIDADE: ATIBAIA

AG. VINCULADA: 0285

COMPROVANTE PAGAMENTO DE BLOQUETO BANCOS

DATA DE VENCIMENTO: 01/10/2011

VALOR DO PAGAMENTO: 33,00

00199222210 29222122011

11100962213 1 51070000003300

Disque CAIXA - 0800 726 0101

Ouvidoria da CAIXA - 0800 725 7474

Reclamações, sugestões e elogios

www.caixa.gov.br

270-768667745-2

VIA DO CLIENTE

Loterias CAIXA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA VELLOSO GOMES BARBOSA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, em 29/08/2019 às 17:06 , sob o número WRAO19900062029087.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018369-26.2019.8.26.0048 e código 607AE6AD.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA CÍVEL DA COMARCA DE ATIBAIA/SP.

RAUL DONATO MENDES, brasileiro, solteiro, trabalhador rural, portador do RG.27.233.858-8, e do CPF 252.972.718-00, residente domiciliado no Sítio Primavera – Estrada do Mackenzie – 3000 – Bairro do Itapetinga – com endereço para receber intimações na Rua Anice Cury Sabag – 123 – CEP 12948-022 – Condomínio Jardim Shangri-lá – Bairro Ribeirão dos porcos – *ATIBAIA/SP.,* vem respeitosamente a presença de V.Exa. por sua advogada adiante assinado impetrar

AÇÃO REGRESSIVA

em face de *JOSÉ FORTUNA*, brasileiro, casado, eletricitário, portador do RG. 11.377.404-7-SSP/SP., e do CPF 804.346.308-53, residente e domiciliado na Travessa Última Cantiga – 29 – Vila Buenos Aires – Bairro Penha – CEP 03627-200 – *SÃO PAULO/SP*., pelas razões de fato e direito a seguir expostas:

I – DOS FATOS

1- Em 11/julho/2008, O Requerente adquiriu do Requerido, o imóvel constante da Matrícula 93.959 do CRI local, denominado Sítio Primavera.

Conforme apurado em perícia constatou-se que até por volta do ano 2000 corria dentro da propriedade um pequeno curso d'água, que foi desviado pelo Requerido,

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARCOS SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/02/2015 15:15:26 - 26.0048 e código 381D471.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000369-84.2015.8.26.0048 e código 381D471.

para as divisas com os confrontes MOYSES ALBANO NUNES e o ESPÓLIO DE GRABRIELE BARALDI, mantendo-se esse curso nos dias atuais.

2-Em janeiro de 2011 ocorreram chuvas acima da média, causando desmoronamento de um muro, um galinheiro e de três quartinhos, comprometendo também a estrutura de um curral na propriedade do confrontante *GABRIELE BARALDI*.

A mesma chuva também trouxe sérios prejuízos ao autor.

O ESPÓLIO DE GABRIELE BARALDI recorreu à Justiça pretendendo a reversão do curso do rio à situação anterior bem como o ressarcimento pelos danos materiais sofridos, restando comprovado mediante perícia que os mesmos ocorreram em razão da mudança do curso do rio feita pelo proprietário anterior, ora Requerido.

3- Durante a apuração dos fatos foi localizado o Requerimento datado de 09 de maio de 2000, feito por *JOSÉ FORTUNA, (então* proprietário do citado imóvel na ocasião), junto ao DAEE – DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA pretendendo a Outorga para Regularização de Barramento e Retificação de Curso d'água.

A OUTORGA foi concedida em 26 de setembro de 2003 com vigência conforme abaixo:

- BARRAMENTO – PRAZO 30 ANOS;
- CAPTAÇÃO - PRAZO 05 ANOS;
- LANÇAMENTO – PRAZO 05 ANOS
- CANALIZAÇÃO (trapezoidal – B = 3,60m) – PRAZO 30 anos.

II – DA DENUNCIAÇÃO DA LIDE

4- A denunciação de direito não ocorreu, posto que a Ação de Reparação de Danos contra o autor foi distribuída em 27/07/2011, antes de finalizar a Medida Cautelar de Produção Antecipada de Provas, na qual se apurava o responsável pelos danos, cujo processo findou em 10/11/2011.

Ocorre, entretanto, que já em 25/abril/2011, quando em fase de PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVAS, o ora Autor, que não dispunha de documentos relativos à Outorga requerida por JOSÉ FORTUNA, acreditando ter sido ORLANDO FEDERZONI, proprietário anterior ao requerido, o responsável pelo desvio do curso do rio, requereu sua intimação; porém a **Justiça silenciou.**

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por [illegible]
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000369-84.2015.8.26.0048 e código 381D171.

III- DA AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E DESVIO DO CURSO DO RIO À SITUAÇÃO ANTERIOR MOVIDA PELO ESPÓLIO DE GABRIELE BARALDI

5- A Ação de Indenização por danos materiais perpetrada pelo ESPÓLIO DE GABRIELE BARALDI, nos autos do processo, 1527/2011; numeração atual 0010369-26.2011.8.26.0048 – 1ª. Vara Cível – fluiu e está em fase de Execução.

Nela a Justiça condenou o Proprietário atual, ora Requerente, a reverter o curso do rio à situação anterior num prazo de 60(sessenta) dias, e que à partir do 61° dia estaria sujeito ao pagamento de multa diária de R$200,00(Duzentos reais), bem como ao pagamento de indenização no valor de R$ 53.800,00 (cinqüenta e três mil e oitocentos reais) à partir de março de 2011 e juros legais a partir da citação.

6- Quanto à reversão do curso do rio determinada pela Justiça, o Requerente se viu impossibilitado de fazê-la ante a existência de um TAC – Termo de Ajustamento de Conduta de nr. 20/10-MA, homologado e arquivado, firmado entre o Autor, RENIL WILLIAN MENDES, ESPÓLIO DE SÉRGIO GONÇALVES PACHECO e o MINISTÉRIO PÚBLICO que transformou a área onde antes era o curso do rio em nova área de preservação com a plantação de 700 (setecentas) mudas de árvores nativas.

Caso o Requerente interferisse na nova área de preservação, sem a concordância do Ministério público, estaria sujeito à multa diária de 1/2 salário mínimo.

– Ou seja: se o Requerente não faz a reversão do rio está sujeito a multa diária de R$ 200,00; e se a faz está sujeito a multa de ½ salário mínimo, atualmente R$394,00 –

E apesar de, tanto o Requerente quanto o Espólio de Gabriele Baraldi, por várias vezes requereram ao D. Juiz do feito uma solução sobre o entrave entre a Sentença que determinou a reversão do rio e a decisão do Ministério Público no TAC 20/2010, inclusive dando também conhecimento ao Ministério Público; ATÉ ENTÃO NÃO SE TEVE UMA RESPOSTA.

7- Enquanto isso, o Requerente teve seu único bem imóvel constrito pela Penhora Judicial, sob o risco de vir a perdê-lo por culpa do Requerido.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARCOS CARNEVALE e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/02/2015 15:45 , sob o número 10067399420158260048
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-94.2015.8.26.0048 e código 3B1D171.

8- O Autor não dispõe de valores para reparar os danos causados no imóvel de Gabriele Baraldi, mesmo porque já suportou despesas em valores próximos a R$100,000,00(cem mil reais) realizando obras de manutenção do atual curso d'agua e para recompor os danos em seu imóvel causados pelas mesmas chuvas de janeiro de 2011; tudo, *em razão do desvio do rio feito pelo Requerido; c*aso contrário não obteria a Outorga em seu nome, regularizando a situação atual.

A título de indício de prova, junta comprovante de despesas no valor de R$ 37.800,00, gastos apenas COM obras emergenciais (devidamente autorizadas) logo após as chuvas de 11/janeiro/2011.

Isso, sem considerar as despesas com projetos de Engenharia, pedreiro, materiais, etc, a serem apuradas oportunamente.

9- Por todo o exposto, o Autor se viu obrigado a impetrar o presente para assim, responsabilizar o verdadeiro causador da reversão do curso do córrego.

10- E, quanto ao direito de regresso, além da previsão de Lei, assim declarou o D. Juiz em sentença: **"Poderá, certamente, se voltar contra o responsável pela obra para a recomposição do seu prejuízo"** (grifo nosso)

IV - DO DIREITO

Código Civil – **Art. 934.** Aquele que ressarcir o dano causado por outrem pode reaver o que houver pago daquele por quem pagou, salvo se o causador do dano for descendente seu, absoluta ou relativamente incapaz.

V - DA SUB-ROGAÇÃO

Pretende o Autor sub-rogar os direitos creditícios da presente ao ESPÓLIO DE GABRIELE BARALDI, adimplindo desta forma a Sentença proferida nos autos da Ação de Reparação de Danos em Execução nos autos de nr.0010369-26.2011.8.26.0048.

VI - DO PROCEDIMENTO SUMÁRIO

Código de Processo Civil – Art. 275. Observar-se-á o procedimento sumário:
II – nas causas, qualquer que seja o valor:
c) de ressarcimento por danos em prédio urbano ou rústico.

VII - DO PEDIDO

Ante a iminência de ver seu único bem imóvel ir a Leilão para pagar dívida à qual não deu causa, e

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARCOS CARNEVALE e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 09/02/2015 15:50 , sob o número 10006739420158260248
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2015.8.26.0048 e código 3B11D71.

sabendo-se que a Lei permite ser a execução promovida pelo meio menos gravoso ao devedor requer:

1-A Tutela Antecipada posto que existentes provas inequívocas da verdade, o "fumus boni iuris" e "periculum in mora", bem como o fundado receio de dano irreparável, caso ocorra hasta pública do único bem imóvel do autor;

2- A Citação do Requerido para que se manifeste se o desejar, sob as penas da Revelia;

3- A Sub-rogação do crédito do presente ao ESPÓLIO DE GABRIELE BARALDI, no valor R$ 53.800,00(cinquenta e três mil e oitocentos reais), desde março 2011, atualizados desde a citação, conforme determinado em sentença nos autos do processo em curso na 1ª. Vara Cível da Comarca, a ser atualizado oportunamente;

4- O benefício da justiça Gratuita, por preencher os requisitos legais;

5- A condenação do Requerido às custas e honorários advocatícios;

6- A tramitação pelo Rito Sumário, ante o preenchimento do requisito do artigo 275, II, c, do CPC;

7- Protesta provar o alegado por todos os meios em Lei Admitidos;

8- Dá-se à causa o valor de R$ 53.800,00(cinquenta e três mil e oitocentos reais).

Termos em que,
Pede deferimento.

Atibaia, 21 de janeiro de 2015.

DUENES DO CARMO SILVA
OAB/SP. 209712

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 02/02/2015 15:50 sob o número 10067394220158260048
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0000369-84.2015.8.26.0048 e código 3B11D71.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ATIBAIA
FORO DE ATIBAIA
1ª VARA CÍVEL
Rua Napoleão Ferro, 315 - Alvinópolis
CEP: 12942-610 - Atibaia - SP
Telefone: (11) 4412-9688 - E-mail: atibaia1cv@tjsp.jus.br

TERMO DE CONCLUSÃO

Em 26 de outubro de 2015. , faço estes autos conclusos ao(a) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Doutor(a) Juiz(a) de Direito Titular, Dr(a). **Marcos Cosme Porto**

DESPACHO

Processo nº:	**0010369-26.2011.8.26.0048**
Classe – Assunto:	**Procedimento Ordinário - Indenização por Dano Material**
Requerente:	**Gabriele Baraldi**
Requerido:	**Raul Donato Mendes**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Marcos Cosme Porto**

Vistos.

Defiro a averbação da penhora.

Com o devido respeito, o juízo não irá considerar outra decisão judicial, proferida por juízo do mesmo Grau de Jurisdição, que interfira no objeto do processo que tramita por essa Vara.

Int.

Atibaia, 26 de outubro de 2015.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARCOS COSME PORTO, liberado nos autos em 26/10/2015 às 17:50 , protocolado em 29/10/2019 às 17:50 , sob o número WAIA19701120248
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 30DFE53.

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA 1ª. VARA CÍVEL DA COMARCA DE ATIBAIA.

Processo 0010369-26.2011.8.26.0048 – indenização por dano material
Requerente: Espólio de Gabriele Baraldi
Requerido: Raul Donato Mendes

RAUL DONATO MENDES, qualificado, vem respeitosamente a presença de Vossa Excelência, por sua advogada adiante assinado, manifestar sobre decisão de fl. 700, item 3 a 5 – depósito de honorários de perito.

1 - Esclarece o Requerido que litiga no presente sob o manto dos benefícios da JUSTIÇA GRATUITA, juntando decisões proferidas no incidente nesse feito, bem como, nos autos 0002104-93.2015.8.26.0048 – 2ª. Vara cível.

Em complemento, junta documento emitido pelo INSS dando conta de que não consta NIT cadastrado; logo, nunca possuiu registro na CTPS.

Junta ainda, comprovante extraído da JUCESP demonstrando inexistir empresa em seu nome.

2 – Quanto a eventual necessidade de juntada de extrato bancário, informa que não possui contas em seu nome, conforme já informado.

3 – Se porventura houver questionamento pelo fato de o Requerido ter apresentado avaliação do imóvel elaborada por profissional particular, esclarece de antemão que foi cobrado o valor mínimo de honorários determinado pelo CREA, na ocasião, R$ 650,00.

Termos em que,
Pede deferimento.
Atibaia, 29 de outubro de 2019.

Duenes do Carmo Silva
OAB.SP. 209712

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARIA CAROLINA SOUZA DE ALMEIDA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 29/10/2019 às 09:19 , sob o número WVNA19701125648
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 00010369-26.2011.8.26.0048 e código 558BE725.

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA 1ª. VARA CÍVEL DA COMARCA DE ATIBAIA

PROCESSO 0010369-26.2011.8.26.0048 – Reparação de danos materiais
REQUERENTES: Espólios de Gabriele Baraldi e Annita H. Baraldi
REQUERIDO: Raul Donato Mendes

RAUL DONATO MENDES, brasileiro, trabalhador rural, convivente em união estável, solteiro, portador do RG. 27.233.858-9 – SSP/SP., e do CPF 252.972.718-00, residente e domiciliado na Estrada Municipal do Mackenzie – 3000 – Sítio Primavera - Bairro Itapetinga – CEP 12948-490 – ATIBAIA, SP., vem respeitosamente a presença de Vossa Excelência, por sua advogada adiante assinado, dar conhecimento da interposição de AGRAVO DE INSTRUMENTO, em razão da decisão interlocutória de fls. 700, juntando protocolo e cópia da inicial.

Termos em que
Pede Deferimento.

Guarulhos, 08 de novembro de 2019.

Duenes do Carmo Silva
OAB.SP. 209712

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/11/2019 às 16:15 , sob o número WAIA19701163133
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 566D111.

Assunto **Protocolo Eletrônico e-Saj - Petição Inicial Protocolada (2252705-93.2019.8.26.0000)**
De Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo <esaj@tjsp.jus.br>
Para duenessilva@adv.oabsp.org.br <duenessilva@adv.oabsp.org.br>
Data 08/11/2019 15:50

Protocolo Eletrônico e-Saj
Petição Inicial Protocolada (2252705-93.2019.8.26.0000)

Prezado(a) Sr(a) **DUENES DO CARMO SILVA**,

Sua petição inicial foi protocolada em **08/11/2019 15:50:53** .
Estas são as informações referentes ao protocolo:

Peticionante: **DUENES DO CARMO SILVA**.
Intimações direcionadas a sociedade: **null - null**.
Número do processo: **2252705-93.2019.8.26.0000**.
Classe: **Agravo de Instrumento**.
Assunto principal: **Indenização por Dano Material**.
Partes:
- **Raul Donato Mendes (Agravante)**
- **Valéria Baraldi (Agravado)**
- **José Renato Baraldi (Agravado)**

Documentos:
- **AGRAVO NO PROCESSO PRINCIPAL - 1-5.pdf (Petição*)**
- **aInicial autos principal - 1-9.pdf (Cópia da inicial (ação originária))**
- **bContestação autos principais - 1-7.pdf (Cópia da contestação)**
- **Sentença JustiçaGratuita a - 1-3.pdf (Justiça Gratuita)**
- **ecertidão de publicação - 1.pdf (Documento 1)**
- **cprocuração a - 1.pdf (Cópia(s) da(s) procuração(ões))**
- **dProcuração b - 1.pdf (Cópia(s) da(s) procuração(ões))**
- **faaDiscordância dos cálculos - 1-3.pdf (Cópia da petição que ensejou a decisão agravada)**
- **fDecisão Agravada - 1.pdf (Decisão Agravada)**
- **gManifestação sobre NÃO reversão do rio - 1-4.pdf (Peças Facultativas do Instrumento)**
- **Facultativo - 1.pdf (Peças Facultativas do Instrumento)**
- **Petição cálculos e penhora - 1-2.pdf (Peças Facultativas do Instrumento)**
- **Cálculo resumo - 1.pdf (Peças Facultativas do Instrumento)**
- **cálculo b - 1-3.pdf (Peças Facultativas do Instrumento)**
- **faDecisão questionada - 1.pdf (Peças Facultativas do Instrumento)**
- **Reiteração Preclusão - 1-2.pdf (Peças Facultativas do Instrumento)**
- **hCumprimenro de sentença - 1-7.pdf (Peças Facultativas do Instrumento)**
- **iImpugnação a execução - 1-8.pdf (Peças Facultativas do Instrumento)**

Após a sua petição ser recebida e encaminhada pelo Tribunal, será possível acompanhar o andamento do processo através da **Consulta de Processos Online** existente no portal.

Os documentos protocolados podem ser obtidos através da **Consulta de Petições** existente no portal.

Esse e-mail é enviado de forma automática e não deve ser respondido.

Obrigado por utilizar o portal de serviços e-SAJ.
Administrador do portal e-SAJ.

AVISO - O remetente desta mensagem é responsável por seu conteúdo e endereçamento. Cabe ao destinatário dar a ela tratamento adequado. Sem a devida autorização, a reprodução, a distribuição ou qualquer outra ação, em desconformidade com as normas internas do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP), são proibidas e passíveis de sanções.
Se eventualmente aquele que deste tomar conhecimento não for o destinatário, saiba que a divulgação ou cópia da mensagem são proibidas. Favor notificar imediatamente o remetente e apagá-la. A mensagem pode ser monitorada pelo TJSP.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/11/2019 às 16:15 , sob o número WAIA19701163133
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 00103369-26.2011.8.26.0048 e código 566D112.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/11/2019 às 16:15 , sob o número WAIA19701163133
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 00103369-26.2011.8.26.0048 e código 566D112.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO.

AGRAVANTE: RAUL DONATO MENDES
AGRAVADOS: ESPÓLIOS DE GABRIELE BARALDI e ANNITA HERMINE BARALDI
PROCESSO DE ORIGEM: 0010369-26.2011.8.26.0048 – Reparação de danos materiais
1ª. Vara Cível da Comarca de Atibaia

RAUL DONATO MENDES, brasileiro, trabalhador rural, convivente em união estável, solteiro, portador do RG. 27.233.858-9 – SSP/SP., e do CPF 252.972.718-00, residente e domiciliado na Estrada Municipal do Mackenzie – 3000 – Sítio Primavera - Bairro Itapetinga – CEP 12948-490 – ATIBAIA, SP., vem respeitosamente a presença de Vossa Excelência, por sua advogada adiante assinado interpor,

AGRAVO DE INSTRUMENTO

em face dos *ESPÓLIOS DE GABRIELE BARALDI* e *ANNITA HERMINE BARALDI,* representado pelos herdeiros VALÉRIA BARALDI, brasileira divorciada, cirurgiã dentista, RG. 19.669.972-1 e CPF 188.347.398-50, e JOSÉ RENATO BARALDI, brasileiro, casado, comerciante, RG. 23.402.412.4 e CPF 278.447.828-97, residentes e domiciliados na Rua Capitão Macedo – 287 – ap. 12.a, V. Clementino – CEP 04021-020 – SÃO PAULO, SP., não se conformando com o R. *DESPACHO INTERLOCUTÓRIO* proferido às fls. 700 dos autos supra, em curso na 1ª. Vara Cível da Comarca de Atibaia pelas razões de fato e direito adiante expostas.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/11/2019 às 16:15 , sob o número WAIA19701163133
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 00103369-26.2011.8.26.0048 e código 566D115.

I – DA TEMPESTIVIDADE
Conforme certidão acostada o presente é tempestivo.

II – DO PREPARO
O Agravante é beneficiário da Justiça gratuita.

III – NOME E ENDEREÇO DOS PROCURADORES
Pelo Agravante: Duenes do Carmo Silva, Rua Iepê – 46 – CEP 07141-380 – GUARULHOS, SP. – OAB/SP. 209712, (por transferência).

Pelos Agravados: Melissa Koga Baraldi, Rua Cubatão – 929 – conj. 81 – Vila Mariana CEP 04013-043 – SÃO PAULO, SP. OAB/SP 211408.

IV – DAS PEÇAS JUNTADAS
Trata-se de autos eletrônicos; entretanto, junta documentos.
- PEÇAS OBRIGATÓRIAS: Inicial (fl. 3 a 11), Contestação (fl.63 a 69), Procurações (fl. 18 e 70), Petição que originou a decisão (671 a 673). Decisão Agravada (fl.700) Certidão de Publicação(fl.701), Justiça Gratuita.

- PEÇAS FACULTATIVAS: fls. 620 a 623– Manifestação dos Agravados sobre a pretensão de não reversão do curso do rio; fl. 635– Despacho; 639 a 642– Cálculos de atualização do débito; 698 a 699- Reiteração pelo Agravante sobre fls. 671 a 673; Petição de Cumprimento de Sentença e Impugnação ao Cumprimento de Sentença dos autos da Execução 0001385-82.2013.

Termos em que,
Pede deferimento.

Guarulhos, 08 de novembro de 2019.

Duenes do Carmo Silva
OAB/SP. 209712

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/11/2019 às 16:15 , sob o número WAIA19701163133
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 00103369-26.2011.8.26.0048 e código 566D115.

EGRÉGIO TRIBUNAL!
COLENDA CÂMARA!

A R. *Decisão interlocutória de fls. 700*, proferida pela Excelentíssima Senhora Doutora Juíza de1a. Instância, deve ser reformada tendo em vista, que resultará em grande prejuízo para a parte Agravante.

PROCESSO DE ORIGEM: 0010369-26.2011.8.26.0048 – Reparação de danos materiais
AGRAVANTE: RAUL DONATO MENDES
AGRAVADOS: ESPÓLIOS DE GABRIELE BARALDI e ANNITA HERMINE BARALDI

I - DOS FATOS

1 - O AGRAVANTE, adquiriu em julho/08 o imóvel confrontante com os AGRAVADOS, e por ser o atual proprietário, foi condenado a ressarcir danos materiais ocorridos na propriedade vizinha, em razão de fortes chuvas de janeiro 2011, e pelo desvio do curso de um rio para a divisa dos imóveis, por volta do ano 2000, executado pelo proprietário anterior, confirmado por PERÍCIA, com a devida concordância dos confrontantes e devidamente autorizado pelo DAEE – departamento de águas e energia elétrica.

2 - Em R. Sentença proferida, o D. Juiz de 1ª. Instância determinou a reversão do curso do rio à situação anterior, sob pena de multa diária de R$ 200,00(duzentos reais), mais a reparação dos danos materiais.

3 - O AGRAVADO, segundo descreveu o D. Juiz da 2ª. Vara de Atibaia, estava numa ***"sinuca de bico"***, pois, anteriormente à Sentença proferida nesse feito, havia firmado TAC-Termo de Ajustamento de Conduta com o Ministério Público, já cumprido na ocasião, para plantar 700 mudas de árvores em sua propriedade, as quais estão dentro da área onde antes passava o curso do rio, e do que não se tinha o agravado conhecimento, criando dessa forma, nova APP, sob pena de multa diária de meio salário mínimo.

- Logo, havia **causa impeditiva** para a reversão do curso do rio à situação anterior, pelo AGRAVADO, uma das razões da Impugnação ao cumprimento de sentença, também relatado no presente.

Ressalte-se que, não raras as vezes, foi dado conhecimento no presente, e inclusive, requerido por ambas as partes, fosse intimado o MINISTÉRIO PÚBLICO a ingressar no feito, só ocorrendo nos autos da AÇÃO DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, em curso, cuja IMPUGNAÇÃO encontra-se pendente de apreciação.

4 – Durante o feito, como se vê às fls. 620 a 623, especificamente à **fl. 621**, os AGRAVADOS **declinaram** da obrigação de fazer, pois segundo

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/11/2019 às 16:15 , sob o número WAIA19701163133
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 00103369-26.2011.8.26.0048 e código 566D115.

o DAEE – não haveria prejuízos em manter o rio na situação atual, optando pela indenização por perdas e danos, que se encontra em fase de apuração.

- Logo, a partir da opção feita pelos AGRAVADOS, a multa diária pela **não** reversão do curso do rio deixa de existir.

5 – Ocorre porém, que às fls. **637 a 642**, apesar de anteriormente os AGRAVADOS terem desistido da reversão do curso do rio à situação anterior, dessa forma, passando a ser indevida a multa diária pela não reversão, juntaram PLANILHAS de cálculos atualizados do débito, incluindo a multa diária.

6 – Em resposta, o AGRAVANTE manifestou discordância com os cálculos apresentados, requerendo, dentre outros, fosse deferida a REVISÃO DOS CÁLCULOS excluindo-se a multa. **(Fls. 671 a 673).**

7 – Em despacho à **fl. 694**, determinou a D. Juíza de 1ª. Instância que os AGRAVADOS manifestassem acerca do questionamento dos cálculos, dentre outros, e como quedaram em silêncio, novamente, o AGRAVANTE, à **fls. 698 a 699** reiterou os pedidos, dessa vez, requerendo fosse deferida a PRECLUSÃO do direito.

II - DA DECISÃO RECORRIDA E DAS RAZÕES DA REFORMA

- Lamentavelmente, em decisão à fl. 700, a R. Juíza de 1ª. Instância, que antes, **(fls.694**) determinou que os AGRAVADOS se posicionassem sobre os cálculos questionados, dessa feita, disse:

"*Deixo de apreciar o pedido de revisão dos cálculos, tendo em vista que o executado sequer apresentou o valor que entende devido, ou seja, se limitou a impugnar de forma genérica, o valor do débito.*"

ÍNCLITOS JULGADORES!

Ante a existência da AÇÃO DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, pendente de apreciação, em curso nos autos 0001385-82.2013.8.26.0048, não é de rigor a apresentação de cálculos que entenda ser devido nesse feito, pelo AGRAVADO.

- Logo, entende ser descabida a decisão interlocutória de fl. 700, quando contradiz decisão proferida à fl. 694, onde determinou a manifestação dos AGRAVADOS sobre o pedido de exclusão da multa diária.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/11/2019 às 16:15 , sob o número WAIA19701163133
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 00010369-26.2011.8.26.0048 e código 566D115.

- O que entende ser ainda mais grave, é o fato de tal decisão, apesar de ainda restar pendente a apreciação da IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, e da opção pelos AGRAVADOS em desistir da reversão do curso do rio, o que por si só exclui a multa diária prevista em sentença, é o fato de que à essa altura, a dívida seria impagável, gerando prejuízos enormes ao AGRAVANTE.

- Além disso, quando os AGRAVADOS cobram o que se é indevido, convenhamos, no mínimo, tratar-se de enriquecimento ilícito, previsto no CC – artigo 884.

É importante ressaltar que informalmente, por muitas vezes, o AGRAVANTE pediu a CONCILIAÇÃO, e em todas elas, com a negativa dos AGRAVADOS.

III - DO DIREITO

1 - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL: - Art. 1.015. Cabe agravo de instrumento contra as decisões interlocutórias que versarem sobre:
Parágrafo único. Também caberá agravo de instrumento contra decisões interlocutórias proferidas na fase de liquidação de sentença ou de cumprimento de sentença, no processo de execução e no processo de inventário.

2 – CONSTITUIÇÃO FEDERAL: - Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;

3 – CÓDIGO CIVIL: - Art. 884. Aquele que, sem justa causa, se enriquecer à custa de outrem, será obrigado a restituir o indevidamente auferido, feita a atualização dos valores monetários.

IV – DO PEDIDO

Ante o exposto, requer se digne Vossa Excelência receber o presente, em ambos os efeitos, julgando-o procedente, deferindo-se o pedido do AGRAVANTE, para que se exclua a multa diária dos cálculos apresentados pelos AGRAVADOS, posto restar cristalino ser indevida, ante a desistência desses pela reversão do curso do rio à situação anterior, reformando-se a decisão interlocutória proferida às fl. 700, por medida de JUSTIÇA.

Termos em que,
Pede deferimento.

Guarulhos, 08 de novembro de 2019.

Duenes do Carmo Silva
OAB/SP. 209712

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/11/2019 às 16:15 , sob o número WAIA19701163133
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 00103369-26.2011.8.26.0048 e código 566D115.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ATIBAIA
FORO DE ATIBAIA
1ª VARA CÍVEL
Rua Napoleão Ferro, 315, Alvinópolis - CEP 12942-610, Fone: (11) 4412-9688, Atibaia-SP - E-mail: atibaia1cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

DECISÃO

Processo Digital nº:	**0010369-26.2011.8.26.0048 - Controle nº 2011/001527**
Classe - Assunto	**Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material**
Requerente:	**Gabriele Baraldi**
Requerido:	**Raul Donato Mendes**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **CARLOS HENRIQUE SCALA DE ALMEIDA**

Vistos.

1) Não consta dos autos que o executado litigue sob os auspícios da gratuidade judiciária, tampouco que faça jus ao benefício, como aliás já se decidiu em Superior Instância.

2) Assim, concedo prazo derradeiro de 5 dias para depósito dos honorários, sob pena de preclusão da prova.

Intime-se.

Atibaia, 06 de fevereiro de 2020.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CARLOS HENRIQUE SCALA DE ALMEIDA, liberado nos autos em 06/02/2020 às 16:30 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 5C461BE.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0093/2020, foi disponibilizado na página 875/883 do Diário da Justiça Eletrônico em 12/02/2020. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subseqüente à data acima mencionada.

Advogado
Melissa Yumi Koga Baraldi (OAB 211408/SP)
Duenes do Carmo Silva (OAB 209712/SP)
Arthur da Motta Trigueiros Neto (OAB 237457/SP)

Teor do ato: "Vistos. 1) Não consta dos autos que o executado litigue sob os auspícios da gratuidade judiciária, tampouco que faça jus ao benefício, como aliás já se decidiu em Superior Instância. 2) Assim, concedo prazo derradeiro de 5 dias para depósito dos honorários, sob pena de preclusão da prova. Intime-se."

Atibaia, 12 de fevereiro de 2020.

Natália Aparecida da Silva
Chefe de Seção Judiciário

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA APARECIDA DA SILVA, liberado nos autos em 12/02/2020 às 11:52 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 5CB254B.

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA 1ª. VARA CÍVEL DA COMARCA DE ATIBAIA.

Processo 0010369-26.2011.8.26.0048 – Indenização por Dano Material
Requerente: Espólio de Gabriele Baraldi
Requerido: Raul Donato Mendes

RAUL DONATO MENDES, qualificado nos autos, vem respeitosamente a presença de Vossa Excelência, por sua advogada adiante assinado, manifestar-se em resposta às fls. 749.

I – DA JUSTIÇA GRATUITA

1- Com o maior respeito que devemos para com Vossa Excelência, mas há um equívoco ao afirmar que não consta dos autos que o Requerido litigue sob os benefícios da Justiça Gratuita.

- A Sentença, fls. 241 a 245, **confirma o benefício**.

Mas se assim não o fosse, o benefício poderia ser pleiteado a qualquer momento, conforme previsão da lei, e o faz novamente nesse ato, ante as provas documentais já acostadas **(fls.710 a 719),** bem como, declaração Imposto de Renda, a qual está obrigado, não pelos rendimentos, mas por possuir imóvel de valor superior a R$300.000,00.

Além disso, estranha o fato de que a JUSTIÇA, tanto em primeira quanto em segunda Instância, nada disse sobre ditos documentos, os quais, claramente demonstram a

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 18/02/2020 às 16:33 , sob o número WAIA20700141286
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 5D3886B.

hipossuficiência, bem como, a inexistência de movimentações financeiras, já que não possui contas bancárias.

2– O Requerido, trabalhador rural desde criança, quando, antes dos 10 anos, juntamente com seu irmão mais novo trabalhavam para Sr. WALTER MATUOKA, produtor rural, em sítio localizado no Bairro Ribeirão dos porcos, enchendo saquinhos, na produção de mudas de rosas.

Em 2008, permutou sua casa, pelo imóvel confrontante de propriedade da Requerente, com intenção de se tornar produtor rural, tendo seu projeto fracassado, pois, ante a falta de informações sobre legislação ambiental, desconhecia que no imóvel não se poderia exercer tal atividade.

Atualmente, com mais de **46 anos,** continua como trabalhador rural, mas **JAMAIS** possuiu emprego com Carteira registrada, conforme documentos fornecidos pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, informando a inexistência de CNIS, bem como, a própria CTPS. (**fls.715 a 718)**

Como se vê, não se trata de ato ilícito, má fé ou quaisquer intenção de burlar dispositivo de lei, mas sim de constatação.

3– O Requerido, também NÃO possui empresa em nome próprio **(fl.719).**

4– E, quanto ao documento, o qual se referiu o Egrégio Tribunal, para indeferir o benefício da Justiça gratuita, constante do corpo da petição de **fls. 721**, tomando-se como base o valor pago referente a serviços de terraplanagem no valor de R$ 37.800,00, datado de **fevereiro 2011,** (há mais de nove anos), por si só, convenhamos; não é prova cabal suficiente para indeferimento da Justiça Gratuita.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 18/02/2020 às 16:33 , sob o número WAIA20700141286
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 00103369-26.2011.8.26.0048 e código 5D3886B.

Além do longo prazo transcorrido, já que se espera seja analisada a situação financeira atual, seria perfeitamente possível, o Requerido obter empréstimo de R$ 37.800,00, dando o seu imóvel em garantia.

- Logo, o Requerido teria condições de obter dita quantia.

- Mas não é esse o caso; o fato é que em documento juntado pela própria Autora, documento esse de autoria do Requerido, datado de 29 de março de 2011, também há mais de 09 anos, consta que a obra de terraplanagem **foi realizada pelo irmão** do Requerido.

5– Consta também no feito, que a subscritora atua no presente de forma graciosa.

II – DO DEPÓSITO DE HONORÁRIOS PARA O PERITO

1 - E, por improvável que seja indeferido os benefícios da Justiça Gratuita, requeridos novamente nesse ato, após prévia análise dos documentos acostados às fls. 710 a 719, informa que a **subscritora** se responsabilizará pelo pagamento do perito, ressaltando que, somente poderá fazê-lo de forma parcelada, na quantia de 30% (trinta por cento) ao mês, do salário mínimo nacional vigente, tomando-se por base o benefício que recebe a título de aposentadoria, único rendimento fixo.

2 - Junta extrato do TJSP, demonstrando que a subscritora não é detentora de grande carteira de trabalho; logo, não possui condições de pagar os honorários do perito na forma à vista.

Termos em que,
Pede Deferimento.

Atibaia, 18 de fevereiro de 2020.

Duenes do Carmo Silva
OAB.SP. 209712

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 18/02/2020 às 16:33 , sob o número WAIA20700141286
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 00103369-26.2011.8.26.0048 e código 5D3886B.

MINISTÉRIO DA FAZENDA	IMPOSTO SOBRE A RENDA - PESSOA FÍSICA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL	EXERCÍCIO 2018 ANO-CALENDÁRIO 2017

RECIBO DE ENTREGA DA DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL - OPÇÃO PELO DESCONTO SIMPLIFICADO

DECLARAÇÃO ORIGINAL

IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE

CPF do declarante	Nome do declarante	Telefone
252.972.718-00	RAUL DONATO MENDES	

Endereço	Número	Complemento
ESTRADA DO MACKINZIE	3000	

Bairro/Distrito	CEP	Município	UF
ITAPETINGA	12948-490	ATIBAIA	SP

(Valores em Reais)

TOTAL RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS	24.951,00
IMPOSTO DEVIDO	0,00
IMPOSTO A RESTITUIR	0,00
SALDO DO IMPOSTO A PAGAR	0,00
IMPOSTO A PAGAR GANHO DE CAPITAL - MOEDA EM ESPÉCIE	0,00

Declaração recebida via Internet JV
pelo Agente Receptor SERPRO
em 25/04/2018 às 09:46:41
2164153221

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 18/02/2020 às 16:33 , sob o número WAIA20700141286
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 00103369-26.2011.8.26.0048 e código 5D3886D.

PREVIDÊNCIA SOCIAL
Instituto Nacional do Seguro Social

INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Histórico de Créditos

18/02/2020 14:29:14

Identificação do Filiado

NIT: 106.81072.25-0 **CPF:** 011.831.558-75 **Data de Nascimento:** 12/07/1959

Nome: DUENES DO CARMO SILVA

Nome da mãe: GERALDA BARBOSA DA SILVA

Compet. Inicial: 01/2020 **Compet. Final:** 02/2020

Créditos do Benefício

NB: 1936923537

Espécie: 42 - APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUICAO

APS: 21025010 - AGÊNCIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL GUARULHOS

Data de Início do Benefício (DIB): 08/06/2019 **Data de Cessação do Benefício (DCB):**

Data de Início do Pagamento (DIP): 08/06/2019 **MR:** R$ 1.017,86

Competência	Período	Valor Líquido	Meio de Pagamento	Status	Previsão do Pagamento	Data do Pagamento	Crédito Invalidado	Isento IR
01/2020	01/01/2020 a 31/01/2020	R$ 1.039,00	CCF - CONTA-CORRENTE	Pago	29/01/2020	29/01/2020	Não	Não

Banco: 389 - BANCO MERCANTIL OP: 833123 - POSTO DE ATENDIMENTO RUA JOAO GONCALVES Ocorrência: Pagamento Efetivado

Data Cálculo: 11/01/2020 Origem: Geração de creditos mensais. Validade Início: 29/01/2020 Fim: 31/03/2020

Código	Descrição Rubrica	Valor
101	VALOR TOTAL DE MR DO PERIODO	R$ 1.039,00
316	SALDO DEVEDOR ARREDONDAMENTO DE CREDITOS	R$ 0,32

Competência	Período	Valor Líquido	Meio de Pagamento	Status	Previsão do Pagamento	Data do Pagamento	Crédito Invalidado	Isento IR
02/2020	01/02/2020 a 29/02/2020	R$ 1.045,00	CCF - CONTA-CORRENTE		21/02/2020		Não	Não

Banco: 389 - BANCO MERCANTIL OP: 833123 - POSTO DE ATENDIMENTO RUA JOAO GONCALVES Ocorrência: Divergência Cadastramento/Crédito

Data Cálculo: 02/02/2020 Origem: Geração de creditos mensais. Validade Início: 21/02/2020 Fim: 30/04/2020

Código	Descrição Rubrica	Valor
101	VALOR TOTAL DE MR DO PERIODO	R$ 1.045,00
316	SALDO DEVEDOR ARREDONDAMENTO DE CREDITOS	R$ 0,32

O INSS poderá rever a qualquer tempo as informações constantes deste extrato, conforme art. 19, § 3° do Decreto 3.048/99.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 18/02/2020 às 16:33 , sob o número WAIA20700141286
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 5D3886E.

PREVIDÊNCIA SOCIAL
Instituto Nacional do Seguro Social

INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Histórico de Créditos

18/02/2020 14:29:14

Identificação do Filiado

NIT: 106.81072.25-0 **CPF:** 011.831.558-75 **Data de Nascimento:** 12/07/1959

Nome: DUENES DO CARMO SILVA

Nome da mãe: GERALDA BARBOSA DA SILVA

Compet. Inicial: 01/2020 **Compet. Final:** 02/2020

Você pode conferir a autenticidade do documento em
https://meu.inss.gov.br/central/#/autenticidade
com o código 20021890PG2305

O INSS poderá rever a qualquer tempo as informações constantes deste extrato, conforme art. 19, § 3° do Decreto 3.048/99.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 18/02/2020 às 16:33 , sob o número WAIA20700141286
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 5D3886E.

Tribunal de Justiça de São Paulo
Poder Judiciário

CAIXA POSTAL | CADASTRO | CONTATO | AJUDA

e-SAJ Portal de Serviços

Identificar-se

MENU

> Bem-vindo > Consultas Processuais > Consulta de Processos do 1ºGrau

Consulta de Processos do 1ºGrau

Orientações

- Processos distribuídos no mesmo dia podem ser localizados se buscados pelo número do processo, com o seu foro selecionado.
- Algumas unidades dos foros listados abaixo não estão disponíveis para consulta. Para saber quais varas estão disponíveis em cada foro clique aqui.
- Dúvidas? Clique aqui para mais informações sobre como pesquisar.
- Processos baixados, em segredo de justiça ou distribuídos no mesmo dia serão apresentados somente na pesquisa pelo número do processo.

Dados para pesquisa

Foro Foro de Atibaia

Pesquisar por: Nome do Advogado

Nome do Advogado: duenes do Carmo Silva ☐ Pesquisar por nome completo

Resultados **1 a 13** de 13 **1**

Foro de Atibaia

1009800-27.2019.8.26.0048
Usucapião / Usucapião Extraordinária
Advogado(a): Duenes do Carmo Silva
Recebido em: 22/11/2019 - 3ª Vara Cível

1008965-39.2019.8.26.0048
Usucapião / Usucapião Ordinária
Advogado(a): Duenes do Carmo Silva
Recebido em: 28/10/2019 - 1ª Vara Cível

1008484-76.2019.8.26.0048
Usucapião / Usucapião Especial (Constitucional)
Advogado(a): Duenes do Carmo Silva
Recebido em: 15/10/2019 - 3ª Vara Cível

1006430-40.2019.8.26.0048
Usucapião / Usucapião Extraordinária
Advogado(a): Duenes do Carmo Silva
Recebido em: 16/08/2019 - 4ª Vara Cível

1000341-98.2019.8.26.0048
Procedimento Comum Cível / Compra e Venda
Advogado(a): Duenes do Carmo Silva
Recebido em: 21/01/2019 - 4ª Vara Cível

1007903-95.2018.8.26.0048
Usucapião / Usucapião Ordinária
Advogado(a): Duenes do Carmo Silva
Recebido em: 27/10/2018 - 4ª Vara Cível

1007640-63.2018.8.26.0048
Usucapião / Usucapião Ordinária
Advogado(a): Duenes do Carmo Silva
Recebido em: 17/10/2018 - 3ª Vara Cível

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 18/02/2020 às 16:33 , sob o número WAIA20700141286
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 5D3886F.

1006087-78.2018.8.26.0048
Liquidação por Arbitramento / Valor da Execução / Cálculo / Atualização
Advogado(a): Duenes do Carmo Silva
Recebido em: 20/08/2018 - 1ª Vara Cível

1007239-35.2016.8.26.0048
Tutela Cautelar Antecedente / Provas
Recebido em: 20/08/2016 - 4ª Vara Cível
Incidentes e recursos

1006452-40.2015.8.26.0048
Cumprimento de sentença / Cheque
Advogado(a): Duenes do Carmo Silva
Recebido em: 01/09/2015 - 3ª Vara Cível

0010369-26.2011.8.26.0048 (048.01.2011.010369)
Procedimento Comum Cível / Indenização por Dano Material
Advogado(a): Duenes do Carmo Silva
Recebido em: 27/07/2011 - 1ª Vara Cível
Incidentes e recursos

0018526-66.2003.8.26.0048 (048.01.2003.018526)
Execução Fiscal
Advogado(a): Duenes do Carmo Silva
Recebido em: 15/12/2003 - SAF - Serviço de Anexo Fiscal

0000074-67.1987.8.26.0048 (048.01.1987.000074)
Inventário / Inventário e Partilha
Advogado(a): Duenes do Carmo Silva
Recebido em: 25/08/1987 - 2ª Vara Cível

Resultados **1 a 13** de 13 **1**

Desenvolvido pela Softplan em parceria com a Secretaria de Tecnologia da Informação - STI

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 18/02/2020 às 16:33 , sob o número WAIA20700141286
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 5D3886F.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
SJ 1.2.4.2 - Serv. de Entrada e Distrib. de Feitos Originários de Dir. Privado 3
Pátio do Colégio, nº 73 - Sala 707 - CEP: 01016-040

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO COM CONCLUSÃO

Processo nº:	**2252705-93.2019.8.26.0000**
Classe – Assunto:	**Agravo de Instrumento - Direito de Vizinhança**
Agravante:	**Raul Donato Mendes**
Agravado:	**Valéria Baraldi e outro**
Relator(a):	**MARIA LÚCIA PIZZOTTI**
Órgão Julgador:	**30ª Câmara de Direito Privado**

Agravo de Instrumento nº **2252705-93.2019.8.26.0000 .**

Entrado em: **08/11/2019**

Tipo da Distribuição: **Prevenção ao Magistrado**

Impedimento: Magistrados impedidos Não informado

Observação: PREVENÇÃO 0244804-55.2012.8.26.0000

O presente processo foi distribuído nesta data, por processamento eletrônico, conforme descrito abaixo:

RELATOR: **Desª. Maria Lúcia Pizzotti**

ÓRGÃO JULGADOR: **30ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO**

São Paulo, 08/11/2019 17:07:42.

Maurício Gomes da Silva
Supervisor(a) do Serviço

CONCLUSÃO

Faço estes autos conclusos ao Des. MARIA LÚCIA PIZZOTTI.
São Paulo, 8 de novembro de 2019.

Maurício Gomes da Silva
Supervisor(a) do Serviço

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ALEXANDRA KOBERSTEIN MONTEVERDE e outros em 08/11/2019 15:39 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2252705-93.2019.8.26.0000 e código 5F6B320.

Emitido: 06/02/2020 16:55

30ª Câmara de Direito Privado

Nº do processo		Número de ordem
2252705-93.2019.8.26.0000 **Pauta**		230
Publicado em	**Julgado em**	**Retificado em**
	5 de fevereiro de 2020	
Julgamento presidido pelo Exmo(a) Sr(a) Desembargador(a)		
Andrade Neto		

Justiça Gratuita
Agravo de Instrumento
Comarca

Atibaia

Turma Julgadora

Relator(a): Maria Lúcia Pizzotti — Voto: 27260
2º juiz(a): José Roberto Lino Machado
3º juiz(a): Carlos Alberto Russo

Juiz de 1ª Instância

Adriana da Silva Frias Pereira

Partes e advogados

Agravante : Raul Donato Mendes
Advogada : Duenes do Carmo Silva (OAB: 209712/SP) (Fls: 26)
Agravados : Valéria Baraldi e outro
Advogada : Melissa Yumi Koga Baraldi (OAB: 211408/SP)
Interessado : O Departamento Estadual de Agua e Energia Eletrica - daee
Interessado : Gabriele Baraldi

Súmula

NÃO CONHECERAM DO RECURSO. V. U.

Sustentou oralmente o advogado: Sustentou oralmente o advogado Não informado
Usou a palavra o Procurador: Procurador da sessão atual do processo Não informado
Impedido(s): Magistrados impedidos Não informado

Jurisprudência					
	Acórdão		Parecer		Sentença

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por [illegible]
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2252705-93.2019.8.26.0000 e código [illegible]

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2020.0000074499

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento nº 2252705-93.2019.8.26.0000, da Comarca de Atibaia, em que é agravante RAUL DONATO MENDES, são agravados VALÉRIA BARALDI e JOSÉ RENATO BARALDI.

ACORDAM, em 30ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Não conheceram do recurso. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores ANDRADE NETO (Presidente sem voto), LINO MACHADO E CARLOS RUSSO.

São Paulo, 5 de fevereiro de 2020.

MARIA LÚCIA PIZZOTTI
RELATOR
Assinatura Eletrônica

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARIA LUCIA PIZZOTTI e outro, em 07/02/2020 às 12:30 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2252705-93.2019.8.26.0000 e código 5E2B0DF.

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2252705-93.2019.8.26.0000
VOTO 27260
AGRAVANTE: RAUL DONATO MENDES
AGRAVADO: VALÉRIA BARALDI E OUTRO
INTERESSADO: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ÁGUA E ENERGIA ELÉTRICA - DAEE
COMARCA: ATIBAIA – 1ª VARA CÍVEL
PROCESSO DE ORIGEM: 0010369-26.2011.8.2.0048
MAGISTRADO PROLATOR DA DECISÃO: ADRIANA DA SILVA FRIAS PEREIRA

EMENTA
AGRAVO INSTRUMENTO- IRRECORRIBILIDADE DAS INTERLOCUTÓRIAS NÃO CONSTANTES DE ROL TAXATIVO DO NCPC
- Atualmente previsto no art. 1.015 do NCPC, o recurso de agravo de instrumento ganhou nova roupagem e uma das maiores diferenças trazidas pelo legislador foi o fato de que mencionado dispositivo prevê um rol TAXATIVO de hipótese de cabimento do tal recurso. Com isso, não estando a matéria - objeto da decisão - dentre aquelas previstas no rol do art. 1.015, não será recorrível imediatamente por meio de agravo, fixando-se assim a irrecorribilidade das interlocutórias em separado, remetendo-se o debate para momento posterior, quando interposto eventual recurso de apelação;
RECURSO NÃO CONHECIDO

Vistos.

Trata-se de agravo de instrumento interposto contra a r. decisão que deixou de apreciar o pedido de revisão de cálculos, considerando que o réu sequer tinha apresentado o valor que entendia devido, isto é, que se limitou a impugnar, de forma genérica, o valor do débito.

Arguiu o agravante, em suma, que é necessário que se exclua a multa diária dos cálculos apresentados pelos agravados, ante a desistência desses pela reversão do curso do rio à situação anterior.

É a síntese do necessário.

O novo regramento recursal do Código de Processo em vigor não autoriza a

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARCIA DE LIMA MENDES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, em 07/02/2020 às 12:30 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2252705-93.2019.8.26.0000 e código 5E2B0DF.

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2252705-93.2019.8.26.0000
VOTO 27260

interposição imediata de recurso contra tal decisão, razão pela qual este agravo não deve ser conhecido. Justifica-se.

Atualmente previsto no art. 1.015 do NCPC, o recurso de agravo de instrumento ganhou nova roupagem, diferindo-se de forma significativa do regramento contido no CPC/73. De plano, uma das maiores diferenças trazidas pelo legislador foi o fato de que mencionado dispositivo prevê um rol TAXATIVO de hipótese de cabimento do tal recurso, optando-se por um sistema mais célere, de forma que algumas matérias, antes recorriveis por agravo, sejam debatidas apenas em momento posterior, quando da eventual interposição de recurso de apelação da sentença a ser proferida, não ocorrendo, com relação a elas, a preclusão.

Com isso, não estando a matéria - objeto da decisão - dentre aquelas previstas no rol do art. 1.015, não será recorrivel imediatamente por meio de agravo, fixando-se assim a irrecorribilidade das interlocutórias em separado. Leciona sobre o tema LUIZ GUILHERME MARINONI (*in* Novo Curso de Processo Civil – vol. 2 – Editora Revista dos Tribunais, 2015, p. 533):

> *"Com a postergação da impugnação das questões decididas no curso do processo para as razões de apelação ou para as suas contrarrazões e com a previsão de rol taxativo das hipóteses de cabimento do agravo de instrumento, o legislador procurou a um só tempo prestigiar a estruturação do procedimento comum a partir da oralidade (que exige, na maior medida possível, irrecorribilidade em separado das decisões interlocutórias), preservar os poderes de condução do processo do juiz de primeiro grau e simplificar o desenvolvimento do procedimento comum"*.

No caso, que DEIXOU de apreciar o pedido de revisão dos cálculos, além de ter nomeado perito para elaboração de perícia, proferida em sede de PROCEDIMENTO COMUM, não está no rol do art. 1.015 do CPC.

Diante do exposto, **NÃO CONHEÇO** do recurso.

MARIA LÚCIA PIZZOTTI
Relatora

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARIA LUCIA PIZZOTTI e outro, em 07/02/2020 às 12:30 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2252705-93.2019.8.26.0000 e código 5E2B0DF.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
SJ 3.3.3.2 - Serv. de Proces. da 30ª Câmara de Dir. Privado
Conselheiro Furtado, nº 503 - 5º andar - CEP: 01511-000 - São Paulo/SP

CERTIDÃO

Processo nº:	**2252705-93.2019.8.26.0000**
Classe – Assunto:	**Agravo de Instrumento - Direito de Vizinhança**
Agravante:	**Raul Donato Mendes**
Agravado:	**Valéria Baraldi e outro**
Relator(a):	**MARIA LÚCIA PIZZOTTI**
Órgão Julgador:	**30ª Câmara de Direito Privado**

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO

CERTIFICO que o v. Acórdão foi disponibilizado no DJE hoje.

Considera-se data da publicação o 1° dia útil subsequente.

São Paulo, 13 de fevereiro de 2020.

Fabiana Alberti de Morais - Matrícula M818968
Escrevente-Chefe

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por [illegible]
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo [illegible] e código [illegible].

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
SJ 3.3.3.2 - Serv. de Proces. da 30ª Câmara de Dir. Privado
Conselheiro Furtado, nº 503 - 5º andar - CEP: 01511-000 - São Paulo/SP - 3399-6084

CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO

Processo nº:	**2252705-93.2019.8.26.0000**
Classe – Assunto:	**Agravo de Instrumento - Direito de Vizinhança**
Agravante	**Raul Donato Mendes**
Agravado	**Valéria Baraldi e outro**
Relator(a):	**MARIA LÚCIA PIZZOTTI**
Órgão Julgador:	**30ª Câmara de Direito Privado**
Comarca de Origem	**Atibaia**
Vara de Origem	**1ª Vara Cível**

Certifico que o v. acórdão transitou em julgado em **13/03/2020.**

São Paulo, 20 de março de 2020.

_____
BRUNO HENRIQUE GRAMULHA PIRES - Matrícula: M370983
Escrevente Técnico Judiciário

TERMO DE ENCAMINHAMENTO AO ARQUIVO

Certifico que nesta data enviei o e-mail com a comunicação do trânsito em julgado à Vara de Origem e encaminhei os presentes autos ao arquivo.

São Paulo, 20 de março de 2020

_____
BRUNO HENRIQUE GRAMULHA PIRES - Matrícula: M370983
Escrevente Técnico Judiciário

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por [illegible]
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2252705-93.2019.8.26.0000 e código [illegible]

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ATIBAIA
FORO DE ATIBAIA
1ª VARA CÍVEL
Rua Napoleão Ferro, 315, Alvinópolis - CEP 12942-610, Fone: (11) 4412-9688, Atibaia-SP - E-mail: atibaia1cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

DECISÃO

Processo Digital nº:	**0010369-26.2011.8.26.0048**
Classe - Assunto	**Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material**
Requerente:	**Gabriele Baraldi**
Requerido:	**Raul Donato Mendes**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Adriana da Silva Frias Pereira**

Vistos.

1) O pedido de gratuidade formulado pelo requerido foi indeferido nas duas instâncias, não havendo elementos novos a considerar.

Assim, ante a inércia do executado, reputo preclusa a prova pericial, acolhendo o valor da avaliação formulado pelo Oficial de Justiça.

2) Defiro a alienação do bem, e nomeio leiloeiro **MEGA LEILÕES - GESTOR JUDICIAL**, contato@megaleiloes.com.br.

O leilão deverá ser realizado em dois pregões, pelo prazo mínimo de 3 dias o primeiro, e 20 dias o segundo.

No primeiro pregão, não serão admitidos lances inferiores ao valor de avaliação do bem. Não havendo lance superior à importância da avaliação, seguir-se-á, sem interrupção, a segunda etapa, que se estenderá por no mínimo 20 (vinte) dias e se encerrará em dia e hora previamente definidos no edital.

No segundo pregão serão admitidos lances não inferiores a 70% da última avaliação atualizada ou 80% do valor de avaliação atualizada, caso se trate de bem de incapaz.

A atualização deverá ser pela Tabela Prática do Tribunal de Justiça para os débitos judiciais comuns.

O pagamento deverá ser feito de uma única vez, em até 24 horas após ter sido declarado vencedor pelo leiloeiro.

O leilão será realizado exclusivamente por meio eletrônico por meio do portal http://www.canaljudicial.com.br/megaleiloes, nos quais serão captados lances, mesmo que abaixo do valor de avaliação, dependendo nesta hipótese, de liberação do Juízo para se concretizar a venda e será presidido pelo leiloeiro oficial, autorizado e credenciado pela Jucesp, **Sr. Fernando José**

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ADRIANA DA SILVA FRIAS PEREIRA, liberado nos autos em 26/03/2020 às 15:06 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 5FA17AB.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ATIBAIA
FORO DE ATIBAIA
1ª VARA CÍVEL
Rua Napoleão Ferro, 315, Alvinópolis - CEP 12942-610, Fone: (11) 4412-9688, Atibaia-SP - E-mail: atibaia1cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

Cerello G. Pereira (Jucesp nº 844), habilitado pelo TJ/SP.

Desde logo, fixo a comissão da leiloeiro em 5% sobre o valor da arrematação, a ser paga pelo arrematante, não se incluindo no valor do lance, o que deverá ser informado previamente aos interessados.

O leilão será presidido pelo leiloeiro oficial, em portal virtual que atenda à regulação específica, no qual serão captados lances, observados os patamares mínimos acima estabelecidos.

Os interessados deverão cadastrar-se previamente no portal para que participem do leilão eletrônico fornecendo todas as informações solicitadas.

Durante a alienação, os lances deverão ser oferecidos diretamente no sistema do gestor e imediatamente divulgados on-line, de modo a viabilizar a preservação do tempo real das ofertas.

Somente será realizada segunda tentativa de leilão caso o primeiro não conte com nenhum lance válido durante todo o período previsto.

O procedimento do leilão deve observar o disposto nos artigos 886 a 903, do Código de Processo Civil, assim como o Provimento CSM nº 1625/2009 e art. 250 e seguintes das Normas de Serviço da Corregedoria Geral de Justiça do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Caberá ao leiloeiro efetuar a publicação do edital no sítio eletrônico previamente designado por este fim de acordo com as normas administrativas do Tribunal.

O edital deve conter todos os requisitos estabelecidos no art. 887, do Código de Processo Civil. Deverá constar do edital, também, que:

- os bens serão vendidos no estado de conservação em que se encontram, sem garantia, constituindo ônus do interessado verificar suas condições, antes das datas designadas para as alienações judiciais eletrônicas;

- o arrematante arcará com os débitos pendentes que recaiam sobre o bem, exceto os decorrentes de débitos fiscais e tributários conforme o artigo 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional, e exceto os débitos de condomínio (que possuem natureza propter rem), os quais ficam sub-rogados no preço da arrematação.

A publicação do edital deverá ocorrer no site designado pelo Tribunal, pelo menos 5 dias antes da data marcada para o leilão.

Ficam autorizados os funcionários do leiloeiro, devidamente identificados, a

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ADRIANA DA SILVA FRIAS PEREIRA, liberado nos autos em 26/03/2020 às 15:06 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 5FA17AB.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ATIBAIA
FORO DE ATIBAIA
1ª VARA CÍVEL
Rua Napoleão Ferro, 315, Alvinópolis - CEP 12942-610, Fone: (11) 4412-9688, Atibaia-SP - E-mail: atibaia1cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

providenciar o cadastro e agendamento, pela internet, dos interessados em vistoriar o bem penhorado, cabendo aos responsáveis pela guarda facultar o ingresso dos interessados, designando-se datas para as visitas.

Igualmente, ficam autorizados os funcionários do leiloeiro, devidamente identificados, a obter diretamente, material fotográfico para inseri-lo no portal do Gestor, a fim de que os licitantes tenham pleno conhecimento das características do bem, que serão vendidos no estado em que se encontram.

No mesmo prazo, deverão ser cientificados o executado e as demais pessoas previstas no art. 889, do Código de Processo Civil, cabendo à parte requerente requerer e providenciar o necessário.

Sem prejuízo, para a garantia da higidez do negócio, fica autorizado que o próprio leiloeiro encaminhe também as comunicações pertinentes, juntando posteriormente aos autos.

Comprovado o recolhimento das despesas necessárias, intime(m)-se executado(s), na pessoa de seu advogado, ou, na ausência , pessoalmente, por via eletrônica ou carta direcionada ao endereço de citação ou último endereço cadastrado nos autos.

Registre-se que, se o executado for revel e não tiver advogado constituído, não constando dos autos seu endereço atual ou, ainda, não sendo ele encontrado no endereço constante do processo, a intimação considerar-se-á feita por meio do próprio edital de leilão.

A presente decisão, assinada digitalmente, servirá como carta, mandado ou ofício, para comunicação do executado e demais interessados, bem como ordem judicial para que os funcionários do leiloeiro possam ingressar no local onde o bem a ser leiloado se encontra.

Cumpra-se na forma e sob as penas da Lei.

Intime-se.

Atibaia, 24 de março de 2020.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ADRIANA DA SILVA FRIAS PEREIRA, liberado nos autos em 26/03/2020 às 15:06 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 5FA17AB.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0209/2020, foi disponibilizado na página 510/518 do Diário da Justiça Eletrônico em 22/04/2020. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subseqüente à data acima mencionada.

Advogado
Melissa Yumi Koga Baraldi (OAB 211408/SP)
Duenes do Carmo Silva (OAB 209712/SP)
Arthur da Motta Trigueiros Neto (OAB 237457/SP)

Teor do ato: "Vistos. 1) O pedido de gratuidade formulado pelo requerido foi indeferido nas duas instâncias, não havendo elementos novos a considerar. Assim, ante a inércia do executado, reputo preclusa a prova pericial, acolhendo o valor da avaliação formulado pelo Oficial de Justiça. 2) Defiro a alienação do bem, e nomeio leiloeiro MEGA LEILÕES - GESTOR JUDICIAL, contato@megaleiloes.com.br. O leilão deverá ser realizado em dois pregões, pelo prazo mínimo de 3 dias o primeiro, e 20 dias o segundo. No primeiro pregão, não serão admitidos lances inferiores ao valor de avaliação do bem. Não havendo lance superior à importância da avaliação, seguir-se-á, sem interrupção, a segunda etapa, que se estenderá por no mínimo 20 (vinte) dias e se encerrará em dia e hora previamente definidos no edital. No segundo pregão serão admitidos lances não inferiores a 70% da última avaliação atualizada ou 80% do valor de avaliação atualizada, caso se trate de bem de incapaz. A atualização deverá ser pela Tabela Prática do Tribunal de Justiça para os débitos judiciais comuns. O pagamento deverá ser feito de uma única vez, em até 24 horas após ter sido declarado vencedor pelo leiloeiro. O leilão será realizado exclusivamente por meio eletrônico por meio do portal http://www.canaljudicial.com.br/megaleiloes, nos quais serão captados lances, mesmo que abaixo do valor de avaliação, dependendo nesta hipótese, de liberação do Juízo para se concretizar a venda e será presidido pelo leiloeiro oficial, autorizado e credenciado pela Jucesp, Sr. Fernando José Cerello G. Pereira (Jucesp nº 844), habilitado pelo TJ/SP. Desde logo, fixo a comissão da leiloeiro em 5% sobre o valor da arrematação, a ser paga pelo arrematante, não se incluindo no valor do lance, o que deverá ser informado previamente aos interessados. O leilão será presidido pelo leiloeiro oficial, em portal virtual que atenda à regulação específica, no qual serão captados lances, observados os patamares mínimos acima estabelecidos. Os interessados deverão cadastrar-se previamente no portal para que participem do leilão eletrônico fornecendo todas as informações solicitadas. Durante a alienação, os lances deverão ser oferecidos diretamente no sistema do gestor e imediatamente divulgados on-line, de modo a viabilizar a preservação do tempo real das ofertas. Somente será realizada segunda tentativa de leilão caso o primeiro não conte com nenhum lance válido durante todo o período previsto. O procedimento do leilão deve observar o disposto nos artigos 886 a 903, do Código de Processo Civil, assim como o Provimento CSM nº 1625/2009 e art. 250 e seguintes das Normas de Serviço da Corregedoria Geral de Justiça do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Caberá ao leiloeiro efetuar a publicação do edital no sítio eletrônico previamente designado por este fim de acordo com as normas administrativas do Tribunal. O edital deve conter todos os requisitos estabelecidos no art. 887, do Código de Processo Civil. Deverá constar do edital, também, que: - os bens serão vendidos no estado de conservação em que se encontram, sem garantia, constituindo ônus do interessado verificar suas condições, antes das datas designadas para as alienações judiciais eletrônicas; - o arrematante arcará com os débitos pendentes que recaiam sobre o bem, exceto os decorrentes de débitos fiscais e tributários conforme o artigo 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional, e exceto os débitos de condomínio (que possuem natureza propter rem), os quais ficam sub-rogados no preço da arrematação. A publicação do edital deverá ocorrer no site designado pelo Tribunal, pelo menos 5 dias antes da data marcada para o leilão. Ficam autorizados os funcionários do leiloeiro, devidamente identificados, a providenciar o cadastro e agendamento, pela internet, dos interessados em vistoriar o bem penhorado, cabendo aos responsáveis pela guarda facultar o ingresso dos interessados, designando-se datas para as visitas. Igualmente, ficam autorizados os funcionários do leiloeiro, devidamente identificados, a obter diretamente, material fotográfico para inseri-lo no portal do Gestor, a fim de que os licitantes tenham pleno conhecimento das características do bem, que serão vendidos no estado em que se encontram. No mesmo prazo, deverão ser cientificados o executado e as demais pessoas previstas no art. 889, do Código de Processo Civil, cabendo à parte requerente requerer e providenciar o necessário. Sem prejuízo, para a garantia da higidez do negócio, fica autorizado que o próprio

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA APARECIDA DA SILVA, liberado nos autos em 22/04/2020 às 08:02 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 6134B60.

leiloeiro encaminhe também as comunicações pertinentes, juntando posteriormente aos autos. Comprovado o recolhimento das despesas necessárias, intime(m)-se executado(s), na pessoa de seu advogado, ou, na ausência , pessoalmente, por via eletrônica ou carta direcionada ao endereço de citação ou último endereço cadastrado nos autos. Registre-se que, se o executado for revel e não tiver advogado constituído, não constando dos autos seu endereço atual ou, ainda, não sendo ele encontrado no endereço constante do processo, a intimação considerar-se-á feita por meio do próprio edital de leilão. A presente decisão, assinada digitalmente, servirá como carta, mandado ou ofício, para comunicação do executado e demais interessados, bem como ordem judicial para que os funcionários do leiloeiro possam ingressar no local onde o bem a ser leiloado se encontra. Cumpra-se na forma e sob as penas da Lei. Intime-se."

Atibaia, 22 de abril de 2020.

Natália Aparecida da Silva
Chefe de Seção Judiciário

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA APARECIDA DA SILVA, liberado nos autos em 22/04/2020 às 08:02 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 6134B60.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DO FORO DA COMARCA DE ATIBAIA, SP.

Processo número 0010369.26.2011.8.26.0048

ESPÓLIO DE GABRIELE BARALDI, já qualificado nos autos em epígrafe que move em desfavor de **RAUL DONATO MENDES**, por sua procuradora subscritora, vem, respeitosamente à presença de Vossa Excelência, em cumprimento ao r. despacho de fls 766/768, juntar o comprovante para citação do Executado acerca da realização do leilão.

Em razão da pandemia de COVID – 19, recolhe as custas para citação do Executado por oficial de justiça, bem como para citação por correio, para que não haja morosidade ao trâmite.

Informa ainda que não há mais pessoas a serem cientificadas do leilão, em atendimento ao art 889, NCPC.

Termos em que,
pede e espera deferimento.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA YUMI KOGA BARALDI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 29/04/2020 às 13:18 , sob o número WAIA20700304924
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 61B2F71.

De São Paulo para Atibaia, 29 de Abril de 2020

*documento assinado digitalmente

MELISSA YUMI KOGA BARALDI
OAB/SP 211.408

Rua Cubatão, 929, cj 81 - Vila Mariana, Cep 04013-043 - melissa@kpadvs.com

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA YUMI KOGA BARALDI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 29/04/2020 às 13:18 , sob o número WAIA20700304924
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 61B2F71.

BANCO DO BRASIL | **001-9** | **00190.00009 02844.748000 00012.543179 9 82450000008283**

Beneficiário	Agência/Cód. Cedente	Data Emissão	Vencimento
SAO PAULO TRIBUNAL DE JUSTICA	6554-4 / 950001-4	29/04/2020	04/05/2020

Endereço do Beneficiário	CPF/CNPJ
RUA DA CONSOLACAO 1483 4 ANDAR - CONSOLACAO - SAO PAULO - SP - 1301100	CPF/CNPJ: 51174001/0001-93

Pagador	Nosso Número	Número Documento	Valor do documento
JOSÉ RENATO BARALDI	28447480000012543	12543	82,83

Instruções — **Autenticação mecânica**

Referência: **Depósito Oficiais de Justiça**
Depositante/Remetente: **JOSÉ RENATO BARALDI** — Número do Depósito: **12543** — Número do Processo:
Nome do Autor:**ESPOLIO DE GABRIELE BARALDI** — Vara Judicial:**1 - VARA CIVEL** — **0010369-26**
Nome do Réu:**RAUL DONATO MENDES** — Comarca/Fórum: **ATIBAIA** — Ano Processo: **2011**

Este documento serve como Comprovante de Depósito de Despesas de Condução de Oficiais de Justiça nos termos do Provimento CG 08/85. O depositante deverá apresentar 03 vias desse comprovante junto ao Cartório (Ofício Judicial), sendo: 02 vias à guarda pelo escrivão e 01 via ao entranhamento dos autos. Se o pagamento for efetuado através de Internet Banking, anexar a cada uma das vias citadas acima, o comprovante de pagamento do boleto fornecido pelo banco recebedor.

1ª via - PROCESSO

BANCO DO BRASIL | **001-9** | **00190.00009 02844.748000 00012.543179 9 82450000008283**

Beneficiário	Agência/Cód. Cedente	Data Emissão	Vencimento
SAO PAULO TRIBUNAL DE JUSTICA	6554-4 / 950001-4	29/04/2020	04/05/2020

Endereço do Beneficiário	CPF/CNPJ
RUA DA CONSOLACAO 1483 4 ANDAR - CONSOLACAO - SAO PAULO - SP - 1301100	CPF/CNPJ: 51174001/0001-93

Pagador	Nosso Número	Número Documento	Valor do documento
JOSÉ RENATO BARALDI	28447480000012543	12543	82,83

Instruções — **Autenticação mecânica**

Referência: **Depósito Oficiais de Justiça**
Depositante/Remetente: **JOSÉ RENATO BARALDI** — Número do Depósito: **12543** — Número do Processo:
Nome do Autor:**ESPOLIO DE GABRIELE BARALDI** — Vara Judicial:**1 - VARA CIVEL** — **0010369-26**
Nome do Réu:**RAUL DONATO MENDES** — Comarca/Fórum: **ATIBAIA** — Ano Processo: **2011**

Este documento serve como Comprovante de Depósito de Despesas de Condução de Oficiais de Justiça nos termos do Provimento CG 08/85. O depositante deverá apresentar 03 vias desse comprovante junto ao Cartório (Ofício Judicial), sendo: 02 vias à guarda pelo escrivão e 01 via ao entranhamento dos autos. Se o pagamento for efetuado através de Internet Banking, anexar a cada uma das vias citadas acima, o comprovante de pagamento do boleto fornecido pelo banco recebedor.

2ª via - ESCRIVÃO

BANCO DO BRASIL | **001-9** | **00190.00009 02844.748000 00012.543179 9 82450000008283**

Beneficiário	Agência/Cód. Cedente	Data Emissão	Vencimento
SAO PAULO TRIBUNAL DE JUSTICA	6554-4 / 950001-4	29/04/2020	04/05/2020

Endereço do Beneficiário	CPF/CNPJ
RUA DA CONSOLACAO 1483 4 ANDAR - CONSOLACAO - SAO PAULO - SP - 1301100	CPF/CNPJ: 51174001/0001-93

Pagador	Nosso Número	Número Documento	Valor do documento
JOSÉ RENATO BARALDI	28447480000012543	12543	82,83

Instruções — **Autenticação mecânica**

Referência: **Depósito Oficiais de Justiça**
Depositante/Remetente: **JOSÉ RENATO BARALDI** — Número do Depósito: **12543** — Número do Processo:
Nome do Autor:**ESPOLIO DE GABRIELE BARALDI** — Vara Judicial:**1 - VARA CIVEL** — **0010369-26**
Nome do Réu:**RAUL DONATO MENDES** — Comarca/Fórum: **ATIBAIA** — Ano Processo: **2011**

Este documento serve como Comprovante de Depósito de Despesas de Condução de Oficiais de Justiça nos termos do Provimento CG 08/85. O depositante deverá apresentar 03 vias desse comprovante junto ao Cartório (Ofício Judicial), sendo: 02 vias à guarda pelo escrivão e 01 via ao entranhamento dos autos. Se o pagamento for efetuado através de Internet Banking, anexar a cada uma das vias citadas acima, o comprovante de pagamento do boleto fornecido pelo banco recebedor.

3ª via - ESCRIVÃO

BANCO DO BRASIL | **001-9** | **00190.00009 02844.748000 00012.543179 9 82450000008283**

Local de pagamento	Vencimento
PAGAVEL EM QUAQUER BANCO ATÉ O VENCIMENTO	04/05/2020
Beneficiário: SAO PAULO TRIBUNAL DE JUSTICA	Agência / Código do beneficiário: 6554-4 / 950001-4

Data do Documento	Nº do documento	Espécie Doc	Aceite	Data de Processamento	Nosso número
29/04/2020	12543			29/04/2020	28447480000012543

Carteira	Espécie	Quantidade	Valor	(=) Valor do documento
17/35				82,83

Instruções (texto de responsabilidade do beneficiário)

Até a data de vencimento: O pagamento poderá ser efetuado em qualquer agência bancária do País. Após a data de vencimento: Somente nas agências do Banco d o Brasil.

(-) Desconto / Abatimento

(-) Outras deduções

(+) Mora / Multa

(+) Outros acréscimos

(=) Valor cobrado: 82,83

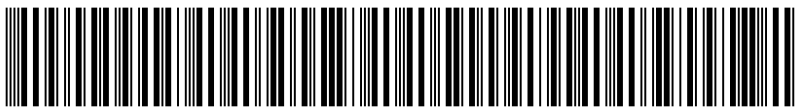
Pagador

JOSÉ RENATO BARALDI CPF/CNPJ: 278.447.828-97
RUA RUA AFONSO CELSO APTO 94 718, VILA MARIANA
SAO PAULO -SP CEP:04119-060

Sacador/Avalista

Código de baixa

Autenticação mecânica - Ficha de Compensação



Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA YUMI KOGA BARALDI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 29/04/2020 às 13:18 , sob o número WAIA20700304924
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 61B2F79.

29/04/2020 - BANCO DO BRASIL - 13:04:56
064600646 0001

AGENDAMENTO DE PAGAMENTO DE TITULOS

CLIENTE: MELISSA K B S I ADVOCACIA
AGENCIA: 0646-7 CONTA: 41.682-7

==========

BANCO DO BRASIL

00190000090284474800000012543179982450000008283
BENEFICIARIO:
SAO PAULO TRIBUNAL DE JUSTICA
NOME FANTASIA:
TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DE SA
CNPJ: 51.174.001/0001-93
PAGADOR:
JOSE RENATO BARALDI
CPF: 278.447.828-97

NR. DOCUMENTO	50.401
NOSSO NUMERO	28447480000012543
CONVENIO	02844748
DATA DE VENCIMENTO	04/05/2020
DATA DO PAGAMENTO	04/05/2020
VALOR DO DOCUMENTO	82,83
VALOR COBRADO	82,83

==========

PAGAMENTO AGENDADO.
A quitaçao efetiva desse debito dependera da validaçao das condiçoes de pagamento junto ao beneficiario e da existencia de saldo na sua conta-corrente as 23:45h da data escolhida. O comprovante definitivo somente sera emitido apos a quitaçao.

==========

Central de Atendimento BB
4004 0001 Capitais e regioes metropolitanas
0800 729 0001 Demais localidades
Consultas, informacoes e servicos transacionais.

SAC
0800 729 0722
Informacoes, reclamacoes e cancelamento de produtos e servicos.

Ouvidoria
0800 729 5678
Reclamacoes nao solucionadas nos canais habituais: agencia, SAC e demais canais de atendimento.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA YUMI KOGA BARALDI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 29/04/2020 às 13:18 , sob o número WAIA20700304924
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 00103369-26.2011.8.26.0048 e código 61B2F82.

Atendimento a Deficientes Auditivos ou de Fala
0800 729 0088
Informacoes, reclamacoes, cancelamento de
cartao, outros produtos e servicos de Ouvidoria.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA YUMI KOGA BARALDI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 29/04/2020 às 13:18 , sob o número WAIA20700304924
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 61B2F82.

BANCO DO BRASIL

Guia de Recolhimento Nº Pedido 2020042912552908

Poder Judiciário – Tribunal de Justiça

Fundo Especial de Despesa - FEDTJ

Nome	RG	CPF	CNPJ
JOSÉ RENATO BARALDI		278.447.828-97	

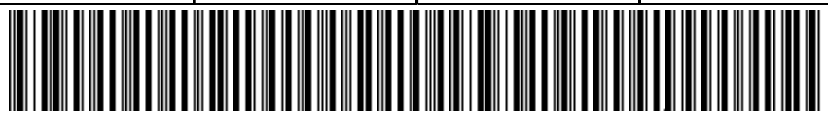
Nº do processo	Unidade	CEP
0010369-26.2011.8.26	ATIBAIA	04119-060

Endereço	Código
RUA AFONSO CELSO, 718 APTO 94	120-1

Histórico	Valor
CITAÇÃO AR DIGITAL - CIÊNCIA DO LEILÃO RAUL DONATO MENDES	23,55
	Total 23,55

O Tribunal de justiça não se responsabiliza pela qualidade da cópia extraída de peça pouco legível.
Importante: evitem amassar, dobrar ou perfurar as contas, para não danificar o código de barras.
Mod. 0.70.731-4 - Fev/19 - SISBB 19042 - lfs
1ª Via – Unidade geradora do serviço, 2ª via – Contribuinte e 3ª via – Banco

868400000008	235551174000	112010002782	447828979083



Corte aqui.

BANCO DO BRASIL

Guia de Recolhimento Nº Pedido 2020042912552908

Poder Judiciário – Tribunal de Justiça

Fundo Especial de Despesa - FEDTJ

Nome	RG	CPF	CNPJ
JOSÉ RENATO BARALDI		278.447.828-97	

Nº do processo	Unidade	CEP
0010369-26.2011.8.26	ATIBAIA	04119-060

Endereço	Código
RUA AFONSO CELSO, 718 APTO 94	120-1

Histórico	Valor
CITAÇÃO AR DIGITAL - CIÊNCIA DO LEILÃO RAUL DONATO MENDES	23,55
	Total 23,55

O Tribunal de justiça não se responsabiliza pela qualidade da cópia extraída de peça pouco legível.
Importante: evitem amassar, dobrar ou perfurar as contas, para não danificar o código de barras.
Mod. 0.70.731-4 - Fev/19 - SISBB 19042 - lfs
1ª Via – Unidade geradora do serviço, 2ª via – Contribuinte e 3ª via – Banco

868400000008	235551174000	112010002782	447828979083



Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA YUMI KOGA BARALDI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 29/04/2020 às 13:18 , sob o número WAIA20700304924
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 61B2F87

Corte aqui.

BANCO DO BRASIL

Guia de Recolhimento Nº Pedido 2020042912552908

Poder Judiciário – Tribunal de Justiça

Fundo Especial de Despesa - FEDTJ

Nome	RG	CPF	CNPJ
JOSÉ RENATO BARALDI		278.447.828-97	

Nº do processo	Unidade	CEP
0010369-26.2011.8.26	ATIBAIA	04119-060

Endereço	Código
RUA AFONSO CELSO, 718 APTO 94	120-1

Histórico	Valor
CITAÇÃO AR DIGITAL - CIÊNCIA DO LEILÃO RAUL DONATO MENDES	23,55
	Total 23,55

O Tribunal de justiça não se responsabiliza pela qualidade da cópia extraída de peça pouco legível.
Importante: evitem amassar, dobrar ou perfurar as contas, para não danificar o código de barras.
Mod. 0.70.731-4 - Fev/19 - SISBB 19042 - lfs
1ª Via – Unidade geradora do serviço, 2ª via – Contribuinte e 3ª via – Banco

868400000008	235551174000	112010002782	447828979083



Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA YUMI KOGA BARALDI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 29/04/2020 às 13:18 , sob o número WAIA20700304924
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 61B2F8

SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL
29/04/2020 - AUTO-ATENDIMENTO - 13.13.03
0646700646

COMPROVANTE DE PAGAMENTO

CLIENTE: MELISSA K B S I ADVOCACIA
AGENCIA: 646-7 CONTA: 41.682-7
EFETUADO POR: MELISSA YUMI KOGA BARAL

Convenio	TJSP - CUSTAS FEDTJ	
Codigo de Barras	86840000000-8	23555117400-0
	11201000278-2	44782897908-3
Data do pagamento		29/04/2020
Valor Total		23,55

DOCUMENTO: 042901
AUTENTICACAO SISBB:
C.D5D.CC8.095.F67.3A9

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA YUMI KOGA BARALDI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 29/04/2020 às 13:18 , sob o número WAIA20700304924
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 61B2F8F.

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR JUIZ(A) DE DIREITO DA 1ª. VARA CÍVEL DA COMARCA DE ATIBAIA.

Processo 0010369-26.2011 – Indenização por Dano Material
Requerente: Espólio de Gabriele Baraldi
Requerido: Raul Donato Mendes

RAUL DONATO MENDES, qualificado nos autos, vem respeitosamente a presença de Vossa Excelência, por sua advogada, assinando digitalmente, dar conhecimento do AGRAVO DE INSTRUMENTO IMPETRADO, motivado pela DECISÃO DE FLS. 766 A 768, anexando petição e as respectivas razões, nos termos do artigo 1018 - Código de Processo Civil.

Termos em que,
Pede deferimento.

Atibaia, 02 de junho de 2020.

Duenes do Carmo Silva
OAB. SP. 209712

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 02/06/2020 às 14:47 , sob o número WAIA20700401873
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 640BE90.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO.

AGRAVANTE: Raul Donato Mendes
AGRAVADOS: ESPÓLIOS de Gabriele Baraldi e Anitta Hermine Baraldi
PROCESSO DE ORIGEM: 0010369-26.2011.8.26.0048 – Reparação de Danos Materiais - 1ª. Vara Cível da Comarca de Atibaia

RAUL DONATO MENDES, brasileiro, trabalhador rural, convivente em união estável, solteiro, portador do RG. 27.233.858-9 – SSP/SP., e do CPF 252.972.718-00, residente e domiciliado na Estrada Municipal do Mackenzie – 3000 – Sítio Primavera - Bairro Itapetinga – CEP 12948-490 – ATIBAIA, SP., vem respeitosamente a presença de Vossa Excelência, por sua advogada, interpor,

AGRAVO DE INSTRUMENTO com PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA

em face dos *ESPÓLIOS DE GABRIELE BARALDI* e *ANNITA HERMINE BARALDI,* representado pelos herdeiros VALÉRIA BARALDI, brasileira divorciada, cirurgiã dentista, RG. 19.669.972-1 e CPF 188.347.398-50, e JOSÉ RENATO BARALDI, brasileiro, casado, comerciante, RG. 23.402.412.4 e CPF 278.447.828-97, residentes e domiciliados na Rua Capitão Macedo – 287 – ap. 12.a, V. Clementino – CEP 04021-020 – SÃO PAULO, SP., não se conformando com o R. *DESPACHO INTERLOCUTÓRIO* proferido às **fls. 766 a 768** dos autos supra, pelas razões de fato e direito adiante expostas.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 02/06/2020 às 14:47 , sob o número WAIA20700401873
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 640BE90.

I – DA TEMPESTIVIDADE
Com a suspensão dos processos, em 16.03.2020 e o retorno em 04.05.2020, o presente é tempestivo.

II – DO PREPARO
Junta comprovante de pagamento.

III – NOME E ENDEREÇO DOS PROCURADORES
Pelo Agravante: Duenes do Carmo Silva, Rua Pedro Dominicali – 17 – CEP 12944-491 – Atibaia, SP., OAB/SP. 209712, (por transferência).

Pelos Agravados: Melissa Koga Baraldi, Rua Cubatão – 929 – conj. 81 – Vila Mariana CEP 04013-043 – SÃO PAULO, SP. OAB/SP 211408.

IV – DAS PEÇAS
Trata-se de autos eletrônicos (art. 1017, V, parágrafo 5º.)
1 - PEÇAS OBRIGATÓRIAS: Inicial (fl. 3 a 11), Contestação (fl.63 a 69), Procurações (fl. 18), Petição que originou a decisão (fls.751/753), Decisão Agravada (fl.766 a 768) Certidão de Publicação (fl.769 a 770).

2 - PEÇAS FACULTATIVAS: **fls. 729 a 731**– Petição informando que foi o irmão do Agravante quem pagou despesas de R$ 37.500,00; Declaração do Município de Atibaia e da Policia Militar comprovando a participação de Renil Willian Mendes (irmão do Agravante) em responsabilidades do imóvel do Agravante; sentença concedendo a Justiça Gratuita em impugnação; **fls.724 a 728** -Acórdão 2118722-95.2019; **fls. 653 a 656** - Matrícula do imóvel; Documentos que demonstram hipossuficiência (CTPS, CNIS, Declaração de IR 2020, Jucesp); **(fls. 704 a 706**) honorários para a perícia de nova avaliação do imóvel do Agravante; **fls. 755 a 758** – provas da capacidade de pagamento dos honorários do perito pela mandatária; **(fls. 666 a 670**) Avaliação por Oficial de Justiça do imóvel do Agravante; **(fl.432)** Decisão afirmando, sem fundamentação, que o Agravante não reside no imóvel; Comprovante de taxa de lixo 2019 e 2020 em nome do Agravante; Comprovante recente de reforma de estofado em nome do Agravante.

Termos em que,
Pede deferimento.

Atibaia, 21 de maio de 2020.

Duenes do Carmo Silva
OAB.SP. 209712

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 02/06/2020 às 14:47 , sob o número WAIA20700401873
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 00103369-26.2011.8.26.0048 e código 640BE90.

EGRÉGIO TRIBUNAL!
COLENDA CÂMARA!

A R. *Decisão interlocutória de fls. 766 a 768*, proferida pela Excelentíssima Doutora Juíza de1a. Instância, deve ser reformada tendo em vista, que resultará em grande prejuízo, com iminente risco de dano ao Agravante.

PROCESSO ORIGEM: 0010369-26.2011.8.26.0048 – Reparação de danos materiais
AGRAVANTE: RAUL DONATO MENDES
AGRAVADOS: ESPÓLIOS DE GABRIELE BARALDI e ANNITA HERMINE BARALDI

I - DOS FATOS

Trata-se de AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS, onde o Agravante foi condenado a indenizar por atos de terceiros, **diga-se:** atos esses, com a concordância dos Agravados, no imóvel onde é o proprietário atual.

II – RAZÕES DO PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA

Como se verá na decisão agravada, ante o risco iminente de se levar a **LEILÃO**, o único imóvel do Agravante, onde reside com sua família, logo, **IMPENHORÁVEL,** sob pena de nulidade, mesmo porque, ainda não foram julgados os EMBARGOS À EXECUÇÃO, o que levará a maior desgaste às partes, despesas desnecessárias, tempo do judiciário, dentre outros prejuízos, requer, o deferimento da Tutela antecipada, para suspender os atos da Decisão proferida em 1ª. Instância, na matéria relativa ao deferimento e procedimentos para o **LEILÃO JUDICIAL**.

III - DA DECISÃO AGRAVADA
1 -INDEFERIMENTO DA JUSTIÇA GRATUITA

Assim decidiu a D. Magistrada:

"*1 – O pedido formulado pelo requerido foi indeferido nas duas instâncias, não havendo elementos novos a considerar.*"

- Como pode afirmar não haver elementos novos a considerar? - E as provas costumeiras, **atuais,** apresentadas, demonstrando que não houve alteração da situação de hipossuficiência? - Onde está a razão da não apreciação das provas atuais?

1.a - Na fase de conhecimento, o R. Juiz de 1ª. Instância **deferiu** a Justiça Gratuita ao Agravante, como se vê em r. decisão que se junta, quando da sua impugnação pelo Agravado.

Entretanto, na decisão agravada (fls.766 a 768) **indeferiu-a**, mesmo tendo sido apresentados documentos atuais e **costumeiros**, demonstrando que a hipossuficiência constada no ano de 2012 se manteve.
Há que se observar que a D. Juíza de 1ª. Instância, de forma sucinta, disse: "*não havendo elementos novos a considerar*"; mas nada disse quanto as provas documentais apresentadas, baseando-se somente no fato de ter

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 02/06/2020 às 14:47 , sob o número WAIA20700401873
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 00010369-26.2011.8.26.0048 e código 640BE90.

sido **negado** ao Agravante, a JUSTIÇA GRATUITA nesse Tribunal, autos 2118722-95.2019 – **30º. Câmara de Direito Privado**, onde, por questões da hipossuficiência não recorreu, pela necessidade de depósito recursal.

Com a *maxima venia,* cumpre destacar também, ser notório que as **provas documentais**, em que se baseou esse Egrégio Tribunal, para decidir em desfavor do Agravante, **contradizem** o **decisório,** como se verá a seguir:

-Disse o Tribunal que o Agravante possui casa no valor de R$ 300,000,00!!!

É verdade!

- A **única** casa de propriedade do Agravante, adquirida em 2008, (mais de doze anos), pela quantia de **R$ 10.500,00**(dez mil e quinhentos reais) conforme **matrícula,** (fls.653 a 656) valorizada ao longo dos anos, e declarada perante a Receita federal o valor de **R$ 310.000,00**, cujo valor de mercado atual, certamente, muito maior.

- O que, por si só **não é razão** para **indeferimento** da Justiça Gratuita !!

1.b - Entretanto, esse foi um dos critérios invocadas por esse Egrégio Tribunal, mais o fato de o Agravante possuir **renda anual em 2017,** próxima de **02 (dois) salários mínimos mensal.**

1.c- Outro argumento desse Tribunal, justificando o indeferimento do Benefício, versa sobre uma petição acostada pela Agravada, **(fls.729/730)** de autoria do Agravante, apreciada, possivelmente de forma equivocada, já que há **provas documentais contundentes** da participação do irmão do Agravante em responsabilidades para com o imóvel, como se verá das acostadas nesse ato.

- Consta da petição: "*Também neste ato, a título informativo, junta cópia de comprovante de despesas com obras emergenciais realizadas pelo* ***irmão*** *do Requerido****" (fls. 729 a 730)***

- Ora! Está escrito que foi **o irmão** do Requerido e **não ele** quem pagou! E, segundo afirmou esse Tribunal em decisão, ***"esse valor é muito superior à renda declarada!!*** E o é realmente. Mas esse valor é do irmão!

- **Não** se trata de **meros argumentos** do Agravante quando afirma ter sido o irmão RENIL WILLIAN MENDES quem pagou pelas obras executadas até então. Há documentos com **datas remotas**, comprovando o alegado, como por exemplo:

a – Termo de autorização EMERGENCIAL emitido pela PREFEITURA DA ESTÂNCIA DE ATIBAIA – Secretaria do Meio Ambiente - datada de

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 02/06/2020 às 14:47 , sob o número WAIA20700401873
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 00103369-26.2011.8.26.0048 e código 640BE90.

11.09.2012, autorizando o Senhor **RENIL WILLIAN MENDES a executar os serviços no imóvel. -** Aqueles mesmos serviços pelos quais foram pagos, R$ 37.500,00, e que em parte, norteou esse Tribunal a negar a Justiça Gratuita.

b – BOLETIM DE OCORRÊNCIA AMBIENTAL - POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SP. Como se vê, também está em nome de RENIL WILLIAN MENDES.

- As provas **documentais**, que se junta, deixam evidente que o AGRAVANTE, conta com ajuda financeira de terceiros; logo, a **assertiva** de que seja **HIPOSSUFICIENTE** vem sendo frequentemente demonstrada.

2 - FALTA DE OITIVA DO PERITO QUANTO A PROPOSTA DE PAGAMENTO DE HONORÁRIOS PELA MANDATÁRIA – cerceamento de defesa

2.a- Prosseguindo sobre a decisão Agravada, ainda **no item 1**, segundo parágrafo, da negativa do benefício da Justiça Gratuita em total prejuízo do Agravante, a R. Juíza assim discorreu:

"*Assim, ante a inércia do executado, reputo preclusa a prova pericial, acolhendo o valor da avaliação formulado pelo Oficial de Justiça.*"

Para melhor entendimento do absurdo dessa decisão, esclarece que, diante da AVALIAÇÃO DO IMÓVEL, pelo Oficial de Justiça, **aquém do valor de mercado,** o Agravante, novamente com ajuda de terceiros, obteve uma avaliação mais detalhada do imóvel. (**fls. 686 a 691).**

Houve então, nomeação de perito, com a determinação de depósito dos honorários pelo Agravante

Como o Agravante não dispunha da quantia, a subscritora, que atua de forma graciosa, efetuou proposta de pagamento dos honorários, dentro das suas possibilidades, juntando comprovação de rendimentos.

- **LAMENTAVELMENTE** a D. Juíza sequer ouviu o PERITO sobre aceitação ou não da proposta de pagamento apresentada, em flagrante prejuízo do Agravante, na hipótese de seu imóvel ir a Leilão com preço muito abaixo de mercado.

- Ora Excelências! Onde foi parar o **direito do Agravante** em tal decisão? Resta evidente o cerceamento de defesa, em total arrepio da Lei.

Ora, Excelências!

A dúvida, por menor que seja, tira a base da convicção para uma condenação!

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 02/06/2020 às 14:47 , sob o número WAIA20700401873
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 00103369-26.2011.8.26.0048 e código 640BE90.

- Restam evidentes os equívocos suscitados, passíveis de uma reapreciação das provas antigas e das novas, deferindo-se, por fim, o benefício da Justiça Gratuita, vez que, podendo ser requerido em qualquer fase do feito.

2.b – Ainda, quanto à gratuidade da Justiça, o novo Código de Processo Civil evoluiu, adequando-se à realidade atual brasileira e dos seus cidadãos. E, ao entender, equivocadamente, acerca dos requisitos para o deferimento da Gratuidade da Justiça, vê-se novos parâmetros utilizados pela D. Magistrada "*a quo*" e porque não, por esse E. Tribunal?

No caso das pessoas naturais, o Novo CPC é claro ao afirmar que, a estas é admitido que, somente seja necessário a **mera declaração de hipossuficiência financeira**, presumindo-se verdadeira e suficiente tal alegação, não sendo preciso a produção de nenhuma outra prova.

Tal entendimento de que **não é necessário que a parte produza nenhuma outra prova além da mera Declaração de Hipossuficiência para a concessão da Gratuidade de Justiça**, possui amparo no que está disposto no inciso IV do art. 374 c/c art. 99, § 3º, ambos do CPC.

*Art. 99, § 3º - **Presume-se verdadeira a alegação de insuficiência** deduzida exclusivamente por pessoa natural.*

2.c- Ocorre porém, que o Agravante apresentou todas as provas frequentemente utilizadas para demonstrar a hipossuficiência.

- Carteira de Trabalho – **inexistência** de contrato de trabalho.
- Comprovante de **inexistência** de Cadastro junto ao INSS – CNIS.
- Declaração de Imposto de Renda 2018 – com renda de R$ 24.951,00.
- Comprovante de **inexistência** de empresa em seu nome junto a JUCESP.

- Por consequência óbvia, não apresentou extratos bancários, ante a **inexistência** de conta e cartão de crédito em seu nome.

- Não se olvidando de esclarecer também quanto ao documento apresentado pelos Agravados, **(fls. 729**) que, com a *máxima vênia,* **não** foi apreciado com acuidade, quer seja por esse Tribunal, quer seja pela D. Juíza de 1ª. Instância.

- Repetindo o descrito no documento citado:

*"Também neste ato, a título informativo, junta cópia de comprovante de despesas com obras emergenciais realizadas pelo **irmão** do Requerido".*

- Ora, se o documento afirma, de **boa-fé**, (vez que datado em **29.03.2011),** que foi o **irmão quem realizou as obras** no valor de R$ 37.500,00 na ocasião, que razão teria a justiça em utilizar-se do

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 02/06/2020 às 14:47 , sob o número WAIA20700401873
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 00103369-26.2011.8.26.0048 e código 640BE90.

documento para, como um dos motivos, **NEGAR** o benefício da JUSTIÇA GRATUITA?

- Junta novamente o documento apresentado pela Agravada na ocasião, requerendo sua reapreciação, entendendo que não esteja precluso, atento ao fato de que o PEDIDO DO BENEFÍCIO DA JUSTIÇA GRATUITA pode ser requerido a qualquer tempo.

E, como dito acima, não se recorreu da decisão desse Tribunal, que indeferiu o benefício da Justiça Gratuita, ante a impossibilidade de suportar as custas do Recurso, também por economia processual, já que poderia reiterá-lo em outro momento, mesmo porque, pendia de decisão a proposta de pagamento apresentada para custear a perícia.

Assim, podendo, **num só agravo** recorrer de vários indeferimentos proferidos numa mesma decisão, no caso, a de fls. **fls. 766 a 768,** mesmo que, parte deles não façam parte do rol do Artigo 1015 do CPC.

Conforme interpretação do Superior Tribunal de Justiça, quanto ao rol do artigo 1015 do CPC: *"Trata-se de reconhecer que o rol do 1.015 possui uma singular espécie de taxatividade mitigada por uma cláusula adicional de cabimento, sem a qual haveria desrespeito às normas fundamentais do próprio CPC e grave prejuízo às partes ou ao próprio processo."*

IV – DA IMPENHORABILIDADE DO BEM

No item 2, da R. decisão de fls.766 a 768, a d. Juíza assim decidiu: "*Defiro a alienação do bem, e nomeio leiloeiro **MEGA – LEILÕES GESTOR JUDICIAL**, contato@megaleilões.com.br.*" e demais itens relacionados com o leilão.

ÍNCLITO TRIBUNAL!

Sempre foi informado à Justiça que o Agravante possui **ÚNICO** imóvel e que nele reside (fls. 653/656); Mas a justiça, **sempre** decidindo de forma contrária.

- Quando a Justiça diz, sem fundamentar, (fl. 432) "*A prova é clara no sentido de que o réu não reside nesse imóvel*", mesmo o Agravante tendo apresentado **BUSCA** do Cartório de Registro de imóveis, comprovante emitido pela Receita Federal do Brasil, dentre outros, fica a sensação de que as provas **NÃO** estão sendo apreciadas com o devido rigor.

- Era intenção do Agravante, nessa oportunidade, apresentar os **Proclamas do Casamento**, inicialmente programado para 11.04.2020; mas, em razão da PANDEMIA, foi adiado.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 02/06/2020 às 14:47 , sob o número WAIA20700401873
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 00103369-26.2011.8.26.0048 e código 640BE90.

Esperava, enfim, por Justiça, ter decisão favorável SUSPENDENDO a PENHORA gravada no seu único imóvel, com a apresentação dos Proclamas do seu Casamento, dando conta de que seu endereço é o mesmo do imóvel constrito, por se tratar de **documento de fé pública.**

Entretanto, com o adiamento do casamento, dita prova fica prejudicada.

OUTRAS PROVAS DA IMPENHORABILIDADE – Residência no imóvel
Dados cadastrais recentes (19.05.2020), extraídos da RECEITA FEDERAL DO BRASIL, **nota fiscal** de reforma de sofá, comprovante de **taxa de lixo** exercícios 2019 e 2020**, todos, em nome do Agravante**, dando conta de seu endereço na Estrada do Mackenzie -3000 – Bairro Itapetinga – Atibaia, SP., mesmo local do imóvel constante da Matrícula.

E, entendendo que seja tão ou mais importante, requer também, análise por esse E. Tribunal, da **CERTIDÃO do Oficial de Justiça**, **fls. 670,** que atesta ter se dirigido ao endereço Estrada Municipal Mackenzie, nr. 3000, sítio Primavera, Atibaia, em 20.12.2018, às 17hs e, aí sendo, efetuei a **AVALIAÇÃO** do imóvel, posto ter requerido em 1ª. Instância, sendo negado.

- Como se vê, e de praxe, **NÃO** constam observações de que **NÃO** fosse encontrado o Agravante no local.

- Reforça-se ainda, que durante o feito, foi solicitado em 1ª. Instância, certificação do Oficial de Justiça, sobre sua impressão, por ocasião da avaliação, quanto a aparência de que o Agravante e seus familiares residissem de forma permanente no imóvel, dessa forma, se confirmaria que ali reside, portanto, BEM DE FAMÍLIA, logo, IMPENHORÁVEL.

- LAMENTAVELMENTE o pedido foi indeferido!

IV - DO DIREITO

1 - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL: - Art. 1.015. Cabe agravo de instrumento contra as decisões interlocutórias que versarem sobre: I, II, III,...XIII
Parágrafo único. Também caberá agravo de instrumento contra decisões interlocutórias proferidas na fase de liquidação de sentença ou de cumprimento de sentença, no processo de execução e no processo de inventário.

2 – Art. 299. A tutela provisória será requerida ao juízo da causa e, quando antecedente, ao juízo competente para conhecer do pedido principal.

Parágrafo único. Ressalvada disposição especial, na ação de competência originária de tribunal e nos recursos a tutela provisória será requerida ao órgão jurisdicional competente para apreciar o mérito.

Art. 303. Nos casos em que a urgência for contemporânea à propositura da ação, a petição inicial pode limitar-se ao requerimento da tutela antecipada e à indicação do pedido de tutela final, com

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 02/06/2020 às 14:47 , sob o número WAIA20700401873
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 00103369-26.2011.8.26.0048 e código 640BE90.

a exposição da lide, do direito que se busca realizar e do perigo de dano ou do risco ao resultado útil do processo.

3 - Art. 833. - São impenhoráveis:
VIII - a pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família;

4 - LEI 8.009/90
Art. 1º O imóvel residencial próprio do casal, ou da entidade familiar, é impenhorável e não responderá por qualquer tipo de dívida civil, comercial, fiscal, previdenciária ou de outra natureza, contraída pelos cônjuges ou pelos pais ou filhos que sejam seus proprietários e nele residam, salvo nas hipóteses previstas nesta lei.

Parágrafo único. A impenhorabilidade compreende o imóvel sobre o qual se assentam a construção, as plantações, as benfeitorias de qualquer natureza e todos os equipamentos, inclusive os de uso profissional, ou móveis que guarnecem a casa, desde que quitados.

5 – CONSTITUIÇÃO FEDERAL: - Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;

XXXV - a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito;

LIV - ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal;

IV – DO PEDIDO

Ante o exposto, requer se digne Vossa Excelência receber o presente, em ambos os efeitos, julgando-o procedente, deferindo-se:

1- A TUTELA ANTECIPADA para suspender o Leilão constante da Decisão proferida às fls. 766 a 768, ante o risco iminente do Agravante na perda de seu único imóvel, sua moradia e de sua família, bem como, na hipótese de indeferimento da suspensão, que se faça constar em eventual edital de leilão que se trata de **imóvel ocupado.**
2- O benefício da Justiça Gratuita, ante a perpetuação da hipossuficiência demonstrada até os dias atuais.
3- E, por improvável o indeferimento da Justiça Gratuita, mas em ocorrendo, seja deferida a oitiva do perito nomeado sobre a proposta de pagamento de honorários apresentada às fls. 751 a 758.

Termos em que,
Pede deferimento.

Atibaia, 21 de maio de 2020

Duenes do Carmo Silva
OAB.SP. 209712

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 02/06/2020 às 14:47 , sob o número WAIA20700401873
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 00103369-26.2011.8.26.0048 e código 640BE90.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ATIBAIA
FORO DE ATIBAIA
1ª VARA CÍVEL
Rua Napoleão Ferro, 315, Alvinópolis - CEP 12942-610, Fone: (11) 4412-9688, Atibaia-SP - E-mail: atibaia1cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

DECISÃO

Processo Digital nº:	**0010369-26.2011.8.26.0048**
Classe - Assunto	**Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material**
Requerente:	**Gabriele Baraldi**
Requerido:	**Raul Donato Mendes**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Adriana da Silva Frias Pereira**

Vistos.

1) Fls. 779/788: Ciente da interposição do recurso, ficando mantida a decisão agravada por seus próprios fundamentos.

2) Cumpra-se o já determinado.

Intime-se.

Atibaia, 04 de junho de 2020.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ADRIANA DA SILVA FRIAS PEREIRA, liberado nos autos em 04/06/2020 às 14:44 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 6432D87.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0330/2020, foi disponibilizado na página 673/677 do Diário da Justiça Eletrônico em 11/06/2020. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subseqüente à data acima mencionada.

Advogado
Melissa Yumi Koga Baraldi (OAB 211408/SP)
Duenes do Carmo Silva (OAB 209712/SP)
Arthur da Motta Trigueiros Neto (OAB 237457/SP)
Fernando Jose Cerello Gonçalves Pereira (OAB 268408/SP)

Teor do ato: "Vistos. 1) Fls. 779/788: Ciente da interposição do recurso, ficando mantida a decisão agravada por seus próprios fundamentos. 2) Cumpra-se o já determinado. Intime-se."

Atibaia, 15 de junho de 2020.

Natália Aparecida da Silva
Chefe de Seção Judiciário

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA APARECIDA DA SILVA, liberado nos autos em 15/06/2020 às 11:11 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 64D31BD.

LIBERAÇÃO MINUTA DE EDITAL- PROC. 0010369-26.2011.8.26.0048 DA 1ª Vara Cível do Foro da Comarca de Atibaia/SP

Talita Silva <talita.silva@megaleiloes.com.br>

Qui, 18/06/2020 14:34

Para: ATIBAIA - 1 OFICIO CIVEL <atibaia1cv@tjsp.jus.br>
Cc: Camila Aparecida Carpinette da Silva <camila.silva@megaleiloes.com.br>; Alice Faria <alice@megaleiloes.com.br>; Caíque Curcio Batista <caique@megaleiloes.com.br>; Camila Winkler <camila.winkler@megaleiloes.com.br>; Caroline Serra <caroline@megaleiloes.com.br>; Janaiane Frota <janaiane@megaleiloes.com.br>; Janaina Santos <janaina.santos@megaleiloes.com.br>; Leonardo Alves de Almeida <leonardo@megaleiloes.com.br>; Maria Helena - Megaleilões <maria.helena@megaleiloes.com.br>; Natalia Lins <natalia@megaleiloes.com.br>; Pedro gmail <pehepaixao@gmail.com>; Pedro Paixão <pedro.paixao@megaleiloes.com.br>; Sabrina Ciancio <Sabrina@megaleiloes.com.br>; Thatiane Ferraz <thatiane@megaleiloes.com.br>

2 anexos (227 KB)

Edital I - 0010369-26.2011.doc; provimento plantão 1 grau pdf pdf pdf.pdf;

Prezados,

Informamos o disposto no Provimento (anexo) cujo a suspensão dos prazos, não se aplica aos pregões/leilões (art. 8º).

<u>Honrosos com a nomeação por este r. Juízo, esta gestora apresenta minuta de edital, com as seguintes datas:</u>

DATAS:
<u>1º Leilão</u> terá início no **<u>dia 03/08/2020 às 15:30h</u>** e se encerrará **<u>dia 06/08/2020 às 15:30h</u>**, onde somente serão aceitos lances iguais ou superiores ao valor da avaliação; não havendo lance igual ou superior ao valor da avaliação, seguir-se-á sem interrupção o **<u>2º Leilão</u>**, que terá início no **<u>dia 06/08/2020 às 15:31h</u>** e se encerrará no **<u>dia 31/08/2020 às 15:30h</u>**, onde serão aceitos lances com no mínimo 70% (setenta por cento) do valor da avaliação.

A minuta será protocolizada digitalmente.

Caso seja necessário realizar alguma alteração no edital, solicitamos a gentileza de nos enviar via e-mail a determinação ou publicar o despacho de retificação no DJE

Importante salientar que o Edital de Leilão seguiu as regras do Código de Processo Civil vigente em 18/03/2015 (art. 879 à 903 do CPC).

Com a finalidade de ratificar as intimações, **<u>já enviadas às partes por esta Gestora</u>**, solicitamos respeitosamente, em atenção ao disposto no artigo 889 do Código de Processo Civil, que sejam

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ALEXANDRE MOTTA DELAMANO, liberado nos autos em 18/06/2020 às 18:17 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 6528287.

disponibilizadas as datas do leilão, através do sistema SAJ (site do Tribunal de Justiça) e remetidas ao Diário de Justiça Eletrônico, no intuito de evitar qualquer alegação de nulidade.

No mais, Permanecemos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente

megaleilões

Talita Silvestre

+55 11 3149-4600
www.megaleiloes.com.br

Alameda Santos, 787 - Cj. 132 - Jardim Paulista - São Paulo/SP - 01419-001

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ALEXANDRE MOTTA DELAMANO, liberado nos autos em 18/06/2020 às 18:17 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 6528287.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DO FORO DA COMARCA DE ATIBAIA/SP

Processo nº 0010369-26.2011.8.26.0048
Controle nº 1527/2011

MEGA LEILÕES GESTOR JUDICIAL, por seu advogado nos autos da **Ação de Procedimento Comum Cível** ajuizada por **GABRIELE BARALDI** em face de **RAUL DONATO MENDES,** vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, requer o quanto segue.

1. Juntada da minuta de edital (já enviada no e-mail atibaia1cv@tjsp.jus.br;) com as datas do leilão para publicação.

2. Juntada da Matrícula nº **93.959 DO CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE ATIBAIA/SP.**

3. Juntada do Provimento (anexo) cujo a suspensão dos prazos, não se aplica aos pregões/leilões (art. 8º).

4. Aprovação da minuta de edital por este M.M Juízo de Direito.

5. Disponibilização da ciência das datas do leilão (abaixo) aos advogados, através do Diário de Justiça Eletrônico.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por FERNANDO JOSE CERELLO GONCALVES PEREIRA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 18/06/2020 às 18:21 , sob o número WAIA20700454756
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 652BB86.

O **1º Leilão** terá início no **dia 03/08/2020 às 15:30h** e se encerrará **dia 06/08/2020 às 15:30h**, onde somente serão aceitos lances iguais ou superiores ao valor da avaliação; não havendo lance igual ou superior ao valor da avaliação, seguir-se-á sem interrupção o **2º Leilão**, que terá início no **dia 06/08/2020 às 15:31h** e se encerrará no **dia 31/08/2020 às 15:30h**, onde serão aceitos lances com no mínimo 70% (setenta por cento) do valor da avaliação.

Termos em que, pede deferimento.

São Paulo, 18 de junho de 2020.

Fernando José Cerello Gonçalves Pereira

OAB/SP nº 268.408

JUCESP Nº 844

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por FERNANDO JOSE CERELLO GONCALVES PEREIRA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 18/06/2020 às 18:21 , sob o número WAIA20700454756
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 652BB86.

1ª Vara Cível do Foro da Comarca de Atibaia/SP

EDITAL DE 1º E 2º LEILÃO e de intimação do executado **RAUL DONATO MENDES**, inscrito no CPF/MF sob o nº 252.972.718-00; **bem como seu cônjuge, se casado for. A Dra. Adriana da Silva Frias Pereira**, MM. Juíza de Direito da 1ª Vara Cível do Foro da Comarca de Atibaia/SP, na forma da lei, **FAZ SABER**, aos que o presente Edital de 1º e 2º Leilão do bem imóvel, virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, que por este Juízo processam-se os autos da **Ação de Procedimento Comum Cível** ajuizada por **GABRIELE BARALDI** em face de **RAUL DONATO MENDES - Processo nº 0010369-26.2011.8.26.0048 – Controle nº 1527/2011,** e que foi designada a venda do bem descrito abaixo, de acordo com as regras expostas a seguir: **DO IMÓVEL** - O imóvel será vendido em caráter "AD CORPUS" e no estado em que se encontra, sem garantia, constituindo ônus da parte interessada verificar suas condições antes das datas designadas para as alienações judiciais eletrônicas. **DA PUBLICAÇÃO DO EDITAL -** O edital será publicado na rede mundial de computadores, no sítio do gestor www.megaleiloes.com.br, em conformidade com o disposto no art. 887, § 2º, do Código de Processo Civil, inclusive as fotos e a descrição detalhada do imóvel a ser apregoado. **DA VISITAÇÃO** - Os interessados em vistoriar o bem deverão enviar solicitação por escrito ao e-mail visitacao@megaleiloes.com.br. Cumpre esclarecer que cabe ao responsável pela guarda do bem autorizar o ingresso dos interessados, sendo que a visitação nem sempre será possível, pois alguns bens estão em posse do executado. Independente da realização da visita, a arrematação será por conta e risco do interessado. **DO LEILÃO** - O Leilão será realizado por **MEIO ELETRÔNICO**, através do Portal www.megaleiloes.com.br, o **1º Leilão** terá início no **dia 03/08/2020 às 15:30h** e se encerrará **dia 06/08/2020 às 15:30h**, onde somente serão aceitos lances iguais ou superiores ao valor da avaliação; não havendo lance igual ou superior ao valor da avaliação, seguir-se-á sem interrupção o **2º Leilão**, que terá início no **dia 06/08/2020 às 15:31h** e se encerrará no **dia 31/08/2020 às 15:30h**, onde serão aceitos lances com no mínimo 70% (setenta por cento) do valor da avaliação. **DO CONDUTOR DO LEILÃO** – O Leilão será conduzido pelo Leiloeiro Oficial Sr. Fernando José Cerello Gonçalves Pereira, matriculado na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP sob o nº 844. **DO VALOR MÍNIMO DE VENDA DO BEM** – No **2º Leilão**, o valor mínimo para a venda do bem corresponderá a **70% (setenta por cento)** do valor da avaliação judicial, que será atualizada até a data da alienação judicial. **DOS LANCES** – Os lances poderão ser ofertados pela Internet, através do Portal www.megaleiloes.com.br. **DOS DÉBITOS** – Eventuais ônus sobre o imóvel correrão por conta do arrematante, exceto eventuais débitos de ITR e demais taxas e impostos que serão sub-rogados no valor da arrematação nos termos do art. 130, "caput" e parágrafo único, do CTN. **DO PAGAMENTO** - O arrematante deverá efetuar o pagamento do preço do bem arrematado, no prazo de até 24h (vinte e quatro horas) após o encerramento do leilão através de guia de depósito judicial em favor do Juízo responsável, sob pena de se desfazer a arrematação. **DA PROPOSTA -** Os interessados poderão apresentar proposta de pagamento parcelado, encaminhando parecer por escrito para o e-mail: proposta@megaleiloes.com.br (Art. 895, I e II, CPC). **A apresentação de proposta não suspende o leilão (Art. 895, § 6º, CPC) e o pagamento do lance à vista sempre prevalecerá sobre o parcelado, ainda que mais vultoso (Art. 895, § 7º, CPC). PENALIDADES PELO DESCUMPRIMENTO DAS PROPOSTAS -** Em caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de dez por cento sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas; O inadimplemento autoriza o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos serem formulados nos autos da execução em que se deu a arrematação (Art. 895, § 4º e 5º do CPC). **DA COMISSÃO** – O arrematante deverá pagar à MEGALEILOES GESTOR JUDICIAL, a título de comissão, o valor correspondente a **5% (cinco por cento)** sobre o preço de arrematação do imóvel. A comissão devida à Mega Leilões gestor judicial não está incluída no valor do lance e não será devolvida ao arrematante em nenhuma hipótese, salvo se a arrematação for desfeita por determinação judicial ou por razões alheias à vontade do arrematante. **DO PAGAMENTO DA COMISSÃO** - O pagamento da comissão da MEGALEILÕES GESTOR JUDICIAL deverá ser realizado em até 24h (vinte e quatro horas) a

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por FERNANDO JOSE CERELLO GONCALVES PEREIRA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 18/06/2020 às 18:21 , sob o número WAIA20700454756
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 652BB88.

contar do encerramento do leilão, através de guia de depósito que será enviada por e-mail. **Todas as regras e condições do Leilão estão disponíveis no Portal www.megaleiloes.com.br.** Por qualquer motivo caso a intimação pessoal do executado não se realizar por meio de seus advogados ou pelo endereço constante dos autos, será intimado através do próprio edital de leilão nos termos do art. 889, I, do CPC. **RELAÇÃO DO BEM: MATRÍCULA Nº 93.959 DO CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE ATIBAIA/SP - IMÓVEL:** Gleba 1, com a área total de 42.115,19 metros quadrados, denominado "Sítio Primavera", e que corresponde à parte do terreno que originariamente era composto de três quinhões distintos, mas anexos formando um só todo, correspondente as glebas 1, 3, 4, 5 e 6, situado no Bairro do Itapetinga, zona rural do Município e Comarca de Atibaia-SP, localizado na margem direita da Estrada Municipal do Mackenzie, sentido de quem do imóvel vai a Rodovia Fernão Dias e a cidade de Atibaia, contendo casa sede do imóvel, cada de empregado, ambas de tijolos e telhas, pomar e pequenas benfeitorias, compreendida dentro das seguintes medidas, divisas e confrontações: "Tem início no marco 01, situado na margem direita da Estrada Municipal do Mackenzie, sentido de quem do imóvel vai a Rodovia Fernão Dias e a cidade de Atibaia, numa ponte sobre um pequeno córrego, onde confronta com o imóvel objeto da Matrícula 768, de propriedade Alberto Cardoso de Almeida e sua esposa Hanne Barb Herlinde Hinderberger Cardoso de Almeida; deste ponto abandonando a estrada, segue por cerca e alambrado, com esta confrontação com os seguintes azimutes e distancias: 7º37'58" e distancia de 56,04 metros até o marco 2; 21º15'18" e distancia de 14,36 metros até o marco 03; 48º14'03" e distancia de 35,26 metros até o marco 4; 40º06'44" e distancia de 27,04 metros até o marco 5; cravado num canto de cerca de arame, no vértice formado com a divisa do imóvel objeto da Matrícula 49952, denominado Gleba B, de propriedade de Gabriele Baraldi e s/m Annita Baraldi e de Orlando Genaro e s/m Anna Molezinini Genaro; deste ponto deflete à direita e segue, por muro, com esta confrotação, com os seguintes azimutes e distancias: 141º41'26" e distancia de 103,53 metros até o marco 6; 147º51'08" e distancia de 49,38 metros até o marco 7, no canto do muro, e alinhamento de uma cerca de arame; deste ponto segue, por cerca de arame, com a mesma confrontação, com os seguintes azimutes e distâncias: 148º55'00" e distancia de 60,23 metros até o marco 8; 156º50'03" e distancia de 23,60 metros até o marco 10; 163º29'52" e distancia de 25,91 metros até o marco 11; vértice formado com a divisa do imóvel objeto da Matrícula 49951, denominado Gleba A, de propriedade de Moyses Albano Nunes e s/m Neide Bravo Nunes, Altino Luiz de Campos Pinheiro e s/m Carmem Assunta Candido de Faria Campos Pinheiro e Elda Genaro; deste ponto segue, ainda, por cerca de arame, com esta confrontação, com os seguintes azimutes e distancias: 158º51'09" e distancia de 29,94 metros até o marco 12; 183º13'18" e distancia de 18,40 metros até o marco 13; 223º25'53" e distancia de 26,79 metros até o marco 14; 192º47'39" e distancia de 27,74 metros até o marco 15; 182º50'11" e distância de 18,27 metros até o marco 16; 226º51'07" e distancia de 47,79 metros até o marco 19; cravado numa ponte sob um córrego e margem de uma Estrada Municipal que do bairro vai a Rodovia Fernão Dias e a esta cidade de Atibaia; deste ponto deflete à direita e segue por cerca de arame, margeando a referida estrada sentido a Rodovia Fernão Dias e a esta cidade de Atibaia, com o azimute de 314º38'29" e distancia de 64,76 metros até o marco 20, num ponto de curva, deste ponto deflete à direita e segue em curva de raio de 15,73 metros, desenvolvendo uma distancia de 10,60 metros pela confluência desta estrada municipal com a Estrada Municipal do Mackenzie, por cerca de arame e alambrado, em direção à Rodovia Fernão Dias e a cidade de Atibaia, por uma distancia de 258,34 metros até o marco 1, inicio dessa descrição. INCRA nº 634.018.000.809-5, área total 17,0ha, mod. Fiscal 16,0ha, nº mod. Fiscais 1,0625, fmp 2,0ha, NIRF: 3.852.743-0. **Consta na Av.03 desta matrícula** a penhora exequenda do imóvel objeto desta matrícula, sendo nomeado depositário o executado. **Valor da Avaliação do Imóvel: R$ 1.251.657,80 (um milhão, duzentos e cinquenta e um mil, seiscentos e cinquenta e sete reais e oitenta centavos) para janeiro de 2019, que será atualizado até a data da alienação conforme tabela de atualização monetária do TJ/SP.**

Atibaia, 18 de junho de 2020.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por FERNANDO JOSE CERELLO GONCALVES PEREIRA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 18/06/2020 às 18:21 , sob o número WAIA20700454756
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 652BB88.

Eu, _____, diretora/diretor, conferi.

_____

Dra. Adriana da Silva Frias Pereira
Juíza de Direito

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por FERNANDO JOSE CERELLO GONCALVES PEREIRA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 18/06/2020 às 18:21 , sob o número WAIA20700454756
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 652BB88.

LIVRO Nº 2 - REGISTRO GERAL

REGISTRO DE IMÓVEIS

ATIBAIA - Estado de São Paulo

MATRÍCULA 93.959 | FICHA 01

IMÓVEL:- Gleba 1, com a área total de 42.115,19 metros quadrados, denominado "Sítio Primavera", e que corresponde à parte do terreno que originariamente era composto de três quinhões distintos, mas anexos formando um só todo, correspondente as glebas 1, 3, 4, 5 e 6, situado no Bairro do Itapetinga, zona rural do Município e Comarca de Atibaia-SP, localizado na margem direita da Estrada Municipal do Mackenzie, sentido de quem do imóvel vai a Rodovia Fernão Dias e a cidade de Atibaia, contendo casa sede do imóvel, casa de empregado, ambas de tijolos e telhas, pomar e pequenas benfeitorias, compreendida dentro das seguintes medidas, divisas e confrontações: "Tem inicio no marco 01, situado na margem direita da Estrada Municipal do Mackenzie, sentido de quem do imóvel vai a Rodovia Fernão Dias e a cidade de Atibaia, numa ponte sobre um pequeno córrego, onde confronta com o imóvel objeto da Matrícula 768, de propriedade ALBERTO CARDOSO DE ALMEIDA e sua esposa HANNE BARB HERLINDE HINDERBERGER CARDOSO DE ALMEIDA; deste ponto abandonando a estrada, segue por cerca e alambrado, com esta confrontação com os seguintes azimutes e distâncias: 7º37'58" e distância de 56,04 metros até o marco 2; 21º15'18" e distância de 14,36 metros até o marco 03; 48º14'03" e distância de 35,26 metros até o marco 4; 40º06'44" e distância de 27,04 metros até o marco 5; cravado num canto de cerca de arame, no vértice formado com a divisa do imóvel objeto da Matrícula 49952, denominado Gleba B, de propriedade de GABRIELE BARALDI e s/m ANNITA BARALDI e de ORLANDO GENARO e s/m ANNA MOLEZININI GENARO; deste ponto deflete à direita e segue, por muro, com esta confrontação, com os seguintes azimutes e distâncias: 141º41'26" e distância de 103,53 metros até o marco 6; 147º51'08" e distância de 49,38 metros até o marco 7, no canto do muro e alinhamento de uma cerca de arame; deste ponto segue, por cerca de arame, com a mesma confrontação, com os seguintes azimutes e distâncias: 148º55'00" e distância de 60,23 metros até o marco 8; 156º50'03" e distância de 38,00 metros até o marco 9; 194º39'45" e distância de 23,60 metros até o marco 10; 163º29'52" e distância de 25,91 metros até o marco 11; vértice formado com a divisa do imóvel objeto da Matrícula 49951, denominado Gleba A, de propriedade de MOYSES ALBANO NUNES E S/M NEIDE BRAVO NUNES, ALTINO LUIZ DE

CONTINUA NO VERSO ...

Visualização disponibilizada pela Central Registradores de Imóveis(www.registradores.org.br)-Visualizado em:17/06/2020 17:36:43

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por FERNANDO JOSE CERELLO GONCALVES PEREIRA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 18/06/2020 às 18:21 , sob o número WAIA20700454756
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 652BB8C.

MATRÍCULA 93.959 | FICHA 01 VERSO

CAMPOS PINHEIRO E S/M CARMEM ASSUNTA CANDIDO DE FARIA CAMPOS PINHEIRO E ELDA GENARO; deste ponto segue, ainda, por cerca de arame, com esta confrontação, com os seguintes azimutes e distâncias: 158º51'09" e distância de 29,94 metros até o marco 12; 183º13'18" e distância de 18,40 metros até o marco 13; 223º25'53" e distância de 26,79 metros até o marco 14; 192º47'39" e distância de 27,74 metros até o marco 15; 182º50'11" e distância de 18,27 metros até o marco 16; 226º51'07" e distância de 47,79 metros até o marco 19; cravado numa ponte sob um córrego e margem de uma Estrada Municipal que do bairro vai a Rodovia Fernão Dias e a esta cidade de Atibaia; deste ponto deflete à direita e segue por cerca de arame, margeando a referida estrada sentido a Rodovia Fernão Dias e a esta cidade de Atibaia, com o azimute de 314º38'29" e distância de 64,76 metros até o marco 20, num ponto de curva, deste ponto deflete à direita e segue em curva de raio de 15,73 metros, desenvolvendo uma distância de 10,60 metros pela confluência desta estrada municipal com a Estrada Municipal do Mackenzie, até o marco 21, ponto de curva; deste ponto deflete a direita e segue margeando a Estrada Municipal do Mackenzie, por cerca de arame e alambrado, em direção à Rodovia Fernão Dias e a cidade de Atibaia, por uma distância de 258,34 metros até o marco 1, início dessa descrição.

INCRA: 634.018.000.809-5, área total 17,0 ha, mod. fiscal 16,0 ha, n. mod. fiscais 1,0625, fmp 2,0 ha, NIRF: 3.852.743-0

PROPRIETARIOS:- ORLANDO FEDERZONI, arquiteto, RG. 2.550.250-SSP/SP, CPF. 027.513.218-87 e sua esposa, com quem é casado pelo regime da comunhão de bens, antes da vigência da Lei 6.515/77, EUCELIA FEDERZONI, do lar, RG. 4.939.085-SSP/SP, CPF. 147.385.298-62, brasileiros, residentes e domiciliados na Estrada Mackenzie, 3.300, bairro do Itapetinga, nesta cidade; e JOSE FORTUNA, brasileiro, divorciado, eletricitário, RG. 11.377.404-7-SSP/SP, CPF. 804.346.308-53, residente e domiciliado na Travessa Ultima Cantiga, 29, Penha, São Paulo-SP, **na proporção de 77,10% ao primeiro e de 22,90% ao segundo.**

CONTINUA NA FICHA 02

Visualização disponibilizada pela Central Registradores de Imóveis(www.registradores.org.br)-Visualizado em:17/06/2020 17:36:43

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por FERNANDO JOSE CERELLO GONCALVES PEREIRA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 18/06/2020 às 18:21 , sob o número WAIA20700454756
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 652BB8C.

LIVRO Nº 2 - REGISTRO GERAL

MATRÍCULA 93.959 | FICHA 02

REGISTRO DE IMÓVEIS
ATIBAIA - Estado de São Paulo

TÍTULO AQUISITIVO:- R.3 de 19/04/2000 e Av.6 (Retificação administrativa), desta data, na matrícula 54.559, livro 02 de registro geral.
Atibaia, 05 de outubro de 2007.
[Microfilme nº. 202.878 de 14/05/2007 - Rolo nº. 3.630].

João de Amarante Leite
Escrevente Autorizado

R.1/93.959 - PERMUTA - Pela escritura de permuta lavrada aos 25.10.2007, no 2º Tabelionato de Notas local, Lv. 822, fls. 364, os condôminos, ORLANDO FEDERZONI, e s/mulher EUCELIA FEDERZONI, já qualificados, transmitiram **uma fração ideal de 77,10% do imóvel objeto desta matrícula a JOSÉ FORTUNA**, RG: 11.377.404-7/SP, CPF: 804.346.308/53, brasileiro, divorciado, eletricitário, domiciliado e residente em São Paulo/SP, na Rua Togo, n. 405, apto. 02, Jardim Japão, VIla Maria, pelo preço de R$ 19.500,00, **ficando desta forma proprietário da totalidade**. Foram apresentados os seguintes documentos do imóvel: 1) Certificado de Cadastro de Imóvel Rural - CCIR 2003 - 2004 - 2005; 2) Certidão Negativa de Débitos de Imóvel Rural, NIRF: 3.852.743-0, emitida em 24.10.2007; e, 3) Recibo de Entrega da Declaração do ITR através do DIAC/DIAT 2007. Valor Venal R$ 25.978,00. Atibaia, 08 de novembro de 2007. O Escrevente Autorizado,

EMERSON LUIS LADINI

(Protocolo 206258, de 01.11/Microfilme/Rolo 3653)

R.2 - 93.959 - VENDA E COMPRA - Por escritura Particular de venda e compra (art. 108 CCB), passada nesta cidade, em 11 de julho de 2008, o proprietário, JOSÉ FORTUNA (divorciado), já qualificado, atualmente domiciliado nesta cidade, na Rua Anice Cury Sabbag, 123, bairro do Ribeirão, transmitiu o imóvel desta matricula a **RAUL DONATO MENDES**, RG. 27.233.858-8 SSP/SP., CPF/MF. 252.972.718-00, brasileiro, solteiro, maior, comerciante, domiciliado nesta cidade, na Estrada Municipal do Mackenzie, Sítio Primavera, bairro do Ribeirão, pelo preço de R$ 10.500,00. O comprador e os vendedores, em comum acordo, dispensaram a apresentação dos documentos enumerados no Decreto n. 93.240/86, inclusive as certidões fiscais e de feitos ajuizados, declarando

CONTINUA NO VERSO ..

Visualização disponibilizada pela Central Registradores de Imóveis(www.registradores.org.br)-Visualizado em:17/06/2020 17:36:43

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por FERNANDO JOSE CERELLO GONCALVES PEREIRA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 18/06/2020 às 18:21 , sob o número WAIA20700454756
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 652BB8C.

MATRÍCULA 93.959 | FICHA 02 VERSO

expressamente e sob responsabilidade solidária, que tem pleno conhecimento da lei 11.382/06. Foi apresentada a comprovação da quitação do Imposto Territorial Rural, dos cinco últimos exercícios, através da Certidão de Regularidade Fiscal do Imóvel Rural, expedida pelo Ministerio da Fazenda Secretaria da Receita Federal, em 10/07/2008, com validade até 12/01/2009, nº. 84FA.5ADE.6569.4BA6, o DIAC/DIAT 2007 e o C.C.I.R. 2003/2004/2005 expedido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrario - MDA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agraria - INCRA, com recolhimento da taxa de serviços cadastrais, e guia de ISTBI no valor de R$ 210,00, devidamente autenticada. Atibaia, 22 de julho de 2008.
[Microfilme nº. 211.456 de 11/07/2008 - Rolo nº. 3.820].

Wagner Luis Constantino Veliani
Escrevente Autorizado

Av.03/93.959 – Protocolo Eletrônico n. 323.627 de 12/09/2018 – **PENHORA** - Conforme certidão expedida pelo Juízo da 1ª Vara Cível de Atibaia - SP, em 11/09/2018, nos autos da ação de Execução Civil - proc. nº **00103692620118260048**, protocolo PH000229481, que GABRIELE BARALDI, CPF: 063.971.668-72, move em face de RAUL DONATO MENDES, já qualificado, foi determinada a **PENHORA** do imóvel aqui matriculado, sendo nomeado depositário o executado. Valor da causa: R$ 828.266,63. Atibaia, 10 de outubro de 2018. O Escrevente,

Thiago Henrique Alonso Netto

Visualização disponibilizada pela Central Registradores de Imóveis(www.registradores.org.br)-Visualizado em:17/06/2020 17:36:43

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por FERNANDO JOSE CERELLO GONCALVES PEREIRA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 18/06/2020 às 18:21 , sob o número WAIA20700454756
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 00103692620118260048 e código 652BB8C.

PROVIMENTO CSM Nº _____/2020

ESTABELECE O SISTEMA DE PLANTÃO JUDICIAL ESPECIAL EM PRIMEIRO GRAU

O CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA, no uso de suas atribuições legais (artigo 16, XVII, do RITJSP),

CONSIDERANDO a situação mundial em relação ao novo coronavírus, classificada como pandemia a *COVID-19*, o que significa dizer que há risco potencial de a doença atingir a população mundial de forma simultânea, não se limitando a locais que já tenham sido identificados como transmissão interna;

CONSIDERANDO que a taxa de mortalidade verificada se eleva entre idosos e portadores de doenças crônicas;

CONSIDERANDO que a adoção de hábitos de higiene não vem se afigurando suficiente a impedir a disseminação do vírus;

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por FERNANDO JOSE CERELLO GONCALVES PEREIRA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 18/06/2020 às 18:21 , sob o número WAIA20700454756
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 00103369-26.2011.8.26.0048 e código 652BB8F.

CONSIDERANDO o alto risco de disseminação do novo coronavírus se mantido o fluxo regular de pessoas nos prédios do Poder Judiciário de São Paulo, tanto no tocante aos públicos interno e externo, como em relação a presos inseridos ou não no sistema prisional, bem como no tocante a adolescentes infratores inseridos ou não na medida de internação;

CONSIDERANDO a intenção de impedir o alastramento da pandemia na sociedade, especialmente dentro dos estabelecimentos prisionais e unidades de internação de adolescentes infratores, cuja aglomeração é inevitável e prejudicial à saúde pública, de modo geral;

CONSIDERANDO que eventual excesso de prazo nas decisões judiciais ou a não realização de determinados atos judicias se justificam pela excepcionalidade da situação crítica envolvendo o risco à saúde pública e dos próprios cidadãos individualmente considerados, inclusive os encarcerados e adolescentes em conflito com a lei internados, não se reconhecendo falta funcional a não observância de prazos processuais;

CONSIDERANDO que a própria Secretaria de Administração Penitenciária entende recomendável evitar a apresentação de presos,

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por FERNANDO JOSE CERELLO GONCALVES PEREIRA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 18/06/2020 às 18:21 , sob o número WAIA20700454756
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 00103369-26.2011.8.26.0048 e código 652BB8F.

sob pena de agravamento do risco de contaminação da população carcerária, de gravíssimas consequências, circunstância que também se nota em relação ao adolescente infrator internado;

CONSIDERANDO a necessidade de se evitar aglomeração de pessoas para reduzir o contágio pelo novo coronavírus;

CONSIDERANDO que a necessidade de substancial diminuição das equipes de trabalho inviabiliza a manutenção do atual período de funcionamento das centenas de unidades do Poder Judiciário;

CONSIDERANDO os Comunicados CSM divulgados nos dias 12, 13 e 14 de março de 2020, o Provimento CSM nº 2545/2020, resultado de deliberações em sessões realizadas por este órgão e a Recomendação CNJ nº 62, de 17 de março de 2020;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica instituído o Sistema de Plantão Judicial Especial em Primeiro Grau de 23 de março a 24 de abril de 2020, nos moldes dos

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por FERNANDO JOSE CERELLO GONCALVES PEREIRA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 18/06/2020 às 18:21 , sob o número WAIA20700454756
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 652BB8F.

artigos 1.127 a 1.167 das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça (NSCGJ);

Art. 2º. Nesse período, suspendem-se os prazos processuais, o atendimento ao público, as sessões do Tribunal do Júri e as audiências, inclusive as de custódia e as de apresentação, ao Juiz, de adolescente em conflito com a lei apreendido e representado, observando-se o Provimento CSM nº2546/2020;

Art. 3º. Para os finais de semana e feriados, ficam mantidas as regras do Plantão Ordinário, das NSCGJ;

Art. 4º. Para os dias úteis deverão ser formadas escalas de duas equipes por semana, sendo que uma equipe atuará de segunda-feira a terça-feira, e a outra equipe atuará de quarta-feira a sexta-feira;

Parágrafo único. As equipes serão formadas nos mesmos moldes do Plantão Ordinário, não se confundindo com a escala dos finais de semana;

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por FERNANDO JOSE CERELLO GONCALVES PEREIRA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 18/06/2020 às 18:21 , sob o número WAIA20700454756
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 00103369-26.2011.8.26.0048 e código 652BB8F.

Art. 5º. Aos Magistrados e Servidores convocados nos termos do artigo 4º deste Provimento será concedido um dia de crédito de compensação, a cada dia de participação;

Art. 6º. Ficam mantidos os afastamentos e o gozo de férias deferidos até a data da publicação deste Provimento e suspensa a apreciação dos demais pedidos desta natureza;

Parágrafo único. Os casos de substituição serão apreciados pela Presidência devendo o requerimento ser encaminhado para à SEMA, para Magistrados, ou à SGP, no caso de Servidores;

Art. 7º. Cada Secretaria da Presidência e Unidade Administrativa, inclusive da Corregedoria Geral da Justiça, indicará Servidores necessários para o trabalho presencial de no máximo 30% (trinta por cento) da equipe, para a manutenção das atividades essenciais de plantão jurisdicional e administrativo;

Art. 8º. O período de suspensão referido no artigo 1º não se aplica para fins de contratos administrativos, licitações, atestes de notas e pregões;

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por FERNANDO JOSE CERELLO GONCALVES PEREIRA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 18/06/2020 às 18:21 , sob o número WAIA20700454756
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 652BB8F.

Art. 9º. A critério do Conselho Superior da Magistratura, poderá ser autorizado trabalho remoto nas unidades judiciais de primeiro grau e administrativas;

Art. 10. Revoga-se o artigo 4º do Provimento nº 2545/2020, mantidas as demais disposições não conflitantes com o presente ato;

Art. 11. Este Provimento entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

São Paulo, 19 de março de 2020.

GERALDO FRANCISCO PINHEIRO FRANCO

Presidente do Tribunal de Justiça

LUIS SOARES DE MELLO NETO

Vice-Presidente do Tribunal de Justiça

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por FERNANDO JOSE CERELLO GONCALVES PEREIRA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 18/06/2020 às 18:21 , sob o número WAIA20700454756
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 00103369-26.2011.8.26.0048 e código 652BB8F.

RICARDO ANAFE

Corregedor Geral da Justiça

JOSÉ CARLOS GONÇALVES XAVIER DE AQUINO

Decano

GUILHERME GONÇALVES STRENGER

Presidente da Seção de Direito Criminal

DIMAS RUBENS FONSECA

Presidente da Seção de Direito Privado

PAULO MAGALHÃES DA COSTA COELHO

Presidente da Seção de Direito Público

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por FERNANDO JOSE CERELLO GONCALVES PEREIRA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 18/06/2020 às 18:21 , sob o número WAIA20700454756
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 00103369-26.2011.8.26.0048 e código 652BB8F.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ATIBAIA
FORO DE ATIBAIA
1ª VARA CÍVEL
Rua Napoleão Ferro, 315, Alvinópolis - CEP 12942-610, Fone: (11) 4412-9688, Atibaia-SP - E-mail: atibaia1cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

DECISÃO

Processo Digital nº:	**0010369-26.2011.8.26.0048**
Classe - Assunto	**Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material**
Requerente:	**Gabriele Baraldi**
Requerido:	**Raul Donato Mendes**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Adriana da Silva Frias Pereira**

Vistos.

Acolho as datas designadas para a realização das praças.

Assim, para 1ª Praça, designo o dia 03/08/2020, às 15h30min. Não havendo lance igual ou superior ao da avaliação nos três dias subsequentes, a 2ª Praça seguirá, sem interrupção, iniciando-se no dia **06/08/2020**, às 15h31min, encerrando-se no dia **31/08/2020** às 15h30min.

Intimem-se as partes através de seus patronos.

Aprovo a minuta apresentada. Dispenso afixação de uma via do edital no saguão deste Fórum.

Cientifique-se a leiloeira para as providências necessárias à divulgação das praças.

Intime-se.

Atibaia, 18 de junho de 2020.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ADRIANA DA SILVA FRIAS PEREIRA, liberado nos autos em 19/06/2020 às 17:12 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 65282E0.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ATIBAIA
FORO DE ATIBAIA
1ª VARA CÍVEL
Rua Napoleão Ferro, 315, Alvinópolis - CEP 12942-610, Fone: (11) 4412-9688, Atibaia-SP - E-mail: atibaia1cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

CERTIDÃO

Processo Digital n°:	**0010369-26.2011.8.26.0048**
Classe – Assunto:	**Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material**
Requerente:	**Gabriele Baraldi**
Requerido:	**Raul Donato Mendes**

C E R T I D Ã O

Certifico e dou fé que encaminhei e-mail para o leiloeiro, nesta data, conforme fls. 809. Nada Mais. Atibaia, 22 de junho de 2020. Eu, ___, Alexandre Marques Munhoz, Chefe de Seção Judiciário.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ALEXANDRE MARQUES MUNHOZ, liberado nos autos em 22/06/2020 às 17:17 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 65629C8.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0351/2020, foi disponibilizado na página 724/730 do Diário da Justiça Eletrônico em 24/06/2020. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subseqüente à data acima mencionada.

Advogado
Melissa Yumi Koga Baraldi (OAB 211408/SP)
Duenes do Carmo Silva (OAB 209712/SP)
Arthur da Motta Trigueiros Neto (OAB 237457/SP)
Fernando Jose Cerello Gonçalves Pereira (OAB 268408/SP)

Teor do ato: "Vistos. Acolho as datas designadas para a realização das praças. Assim, para 1ª Praça, designo o dia 03/08/2020, às 15h30min. Não havendo lance igual ou superior ao da avaliação nos três dias subsequentes, a 2ª Praça seguirá, sem interrupção, iniciando-se no dia 06/08/2020, às 15h31min, encerrando-se no dia 31/08/2020 às 15h30min. Intimem-se as partes através de seus patronos. Aprovo a minuta apresentada. Dispenso afixação de uma via do edital no saguão deste Fórum. Cientifique-se a leiloeira para as providências necessárias à divulgação das praças. Intime-se."

Atibaia, 25 de junho de 2020.

Natália Aparecida da Silva
Chefe de Seção Judiciário

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA APARECIDA DA SILVA, liberado nos autos em 25/06/2020 às 11:08 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 659E195.

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA 1ª. VARA CÍVEL DA COMARCA DE ATIBAIA.

Processo 0010369-26.2011.8.26.0048 – indenização por dano material
Requerente: Espólio de Gabriele Baraldi
Requerido: Raul Donato Mendes

RAUL DONATO MENDES, qualificado, vem respeitosamente a presença de Vossa Excelência, por sua advogada, assinando digitalmente, manifestar DISCORDÂNCIA do **EDITAL** de **fls. 795 a 797**, expondo e requerendo o quanto segue.

I - IMÓVEL OCUPADO

1. Não consta do EDITAL que o imóvel está ocupado.

- Consta dos autos, por **diversas vezes**, que o Réu reside no imóvel, que é seu único bem, e o que se tem visto, é sempre a negativa do Poder Judiciário.

Cita por exemplo, a manifestação às fls. 698/699, que pretendendo dar transparência, informou que após o casamento, por decisão em comum acordo com a companheira, trocaria a sua moradia para a casa menor, antes, moradia da irmã.

- Como se pode observar em foto anexa a casa foi recentemente reformada com esse fim.

- Junta fotos recentes onde se vê que o sítio é cuidado com esmero; que há uma enorme horta, plantações de subsistência, como por exemplo, lavoura de feijão, mandioca, maracujá, árvores frutíferas, dentre outros.

- Fotos do fogo aceso, em plena preparação dos alimentos.

- Também há criação de galinhas, pato, lago de peixes, etc.

- E o Réu sempre afirmou ser um trabalhador rural.

Embora seja um tanto quanto **invasivo,** junta uma foto do réu, adentrando sua residência, onde a imagem certamente pode dizer muito.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 06/07/2020 às 17:21 , sob o número WAIA20700507728
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 666C845.

- Pede desculpas pela má qualidade das fotos, pois em razão da pandemia, foi utilizado um celular bastante simples.

Entretanto, as fotos não deixam dúvidas de que o Réu reside e usufrui do imóvel para sobrevivência.

2. As declarações de Imposto de renda a que está obrigado em razão de ser o imóvel de valor superior a R$ 300.000,00, consta como seu endereço o do imóvel.

Logo, em relatório dos dados cadastrais extraído em 19.05.2020, no sitio da na RECEITA FEDERAL, é o mesmo endereço.

II – DIZ O ARTIGO 886 DO CPC: o leilão será precedido de edital que conterá:

I, II, III, IV, V, ...
VI – menção da existência de ônus, recurso ou processo pendente sobre os bens a serem leiloados.

- Não consta do EDITAL a menção de que está pendente nesse feito RECURSO DE AGRAVO DE INTRUMENTO, dentro do prazo para EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.

- Não consta do EDITAL a menção da existência de processo 0001385-82.2013.8.26.0048 - CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DE SENTENÇA pendente de julgamento da IMPUGNAÇÃO.

Por todo o exposto, requer a Retificação do EDITAL, pois de outra forma será passível de ANULAÇÃO.

Termos em que
Pede Deferimento.

Atibaia, 06 de julho de 2020.

Duenes do Carmo Silva
OAB.SP. 209712

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 06/07/2020 às 17:21 , sob o número WAIA20700507728
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 00103369-26.2011.8.26.0048 e código 666C845.



Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 06/07/2020 às 17:21 , sob o número WAIA20700507728
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 00103369-26.2011.8.26.0048 e código 666C849.



Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 06/07/2020 às 17:21 , sob o número WAIA20700507728
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 00103369-26.2011.8.26.0048 e código 666C84B.



Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 06/07/2020 às 17:21 , sob o número WAIA20700507728
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 00103369-26.2011.8.26.0048 e código 666C84C.



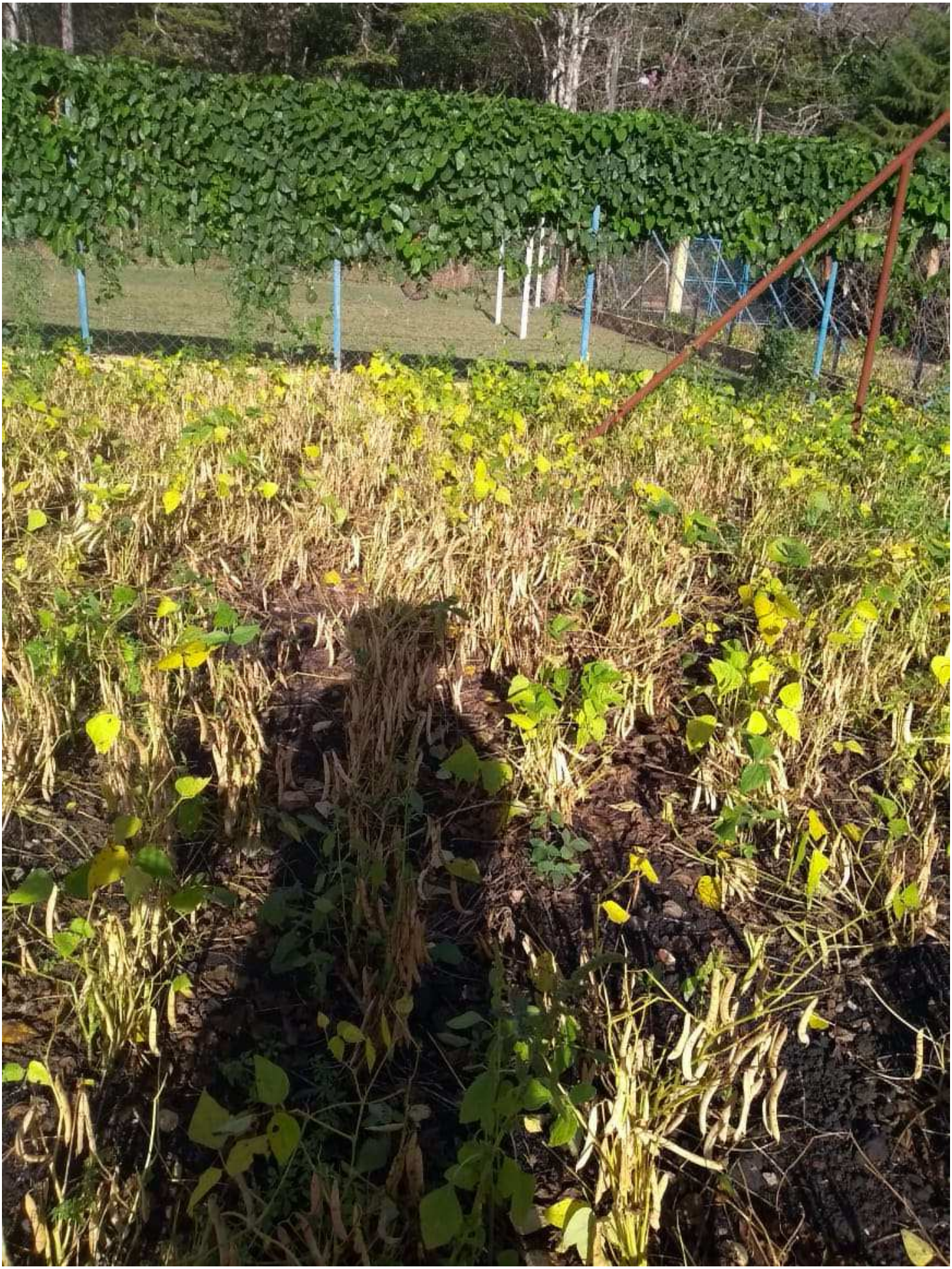
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 06/07/2020 às 17:21 , sob o número WAIA20700507728
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 00103369-26.2011.8.26.0048 e código 666C84E.



Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 06/07/2020 às 17:21 , sob o número WAIA20700507728
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 00103369-26.2011.8.26.0048 e código 666C850.



Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 06/07/2020 às 17:21 , sob o número WAIA20700507728
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 00110369-26.2011.8.26.0048 e código 666C852.



Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 06/07/2020 às 17:21 , sob o número WAIA20700507728
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 00103369-26.2011.8.26.0048 e código 666C855.



Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 06/07/2020 às 17:21 , sob o número WAIA20700507728
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 00103369-26.2011.8.26.0048 e código 666C856.



Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 06/07/2020 às 17:21 , sob o número WAIA20700507728
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 00103369-26.2011.8.26.0048 e código 666C85A.



Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 06/07/2020 às 17:21 , sob o número WAIA20700507728
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 00103369-26.2011.8.26.0048 e código 666C85B.



Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 06/07/2020 às 17:21 , sob o número WAIA20700507728
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 00103369-26.2011.8.26.0048 e código 666C85E.



Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 06/07/2020 às 17:21 , sob o número WAIA20700507728
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 00103369-26.2011.8.26.0048 e código 666C860.



Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 06/07/2020 às 17:21 , sob o número WAIA20700507728
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 00103369-26.2011.8.26.0048 e código 666C863.



Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 06/07/2020 às 17:21 , sob o número WAIA20700507728
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 00103369-26.2011.8.26.0048 e código 666C864.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA	IMPOSTO SOBRE A RENDA - PESSOA FÍSICA
SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL	EXERCÍCIO 2020 ANO-CALENDÁRIO 2019

RECIBO DE ENTREGA DA DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL - OPÇÃO PELO DESCONTO SIMPLIFICADO

DECLARAÇÃO ORIGINAL

IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE

CPF do declarante	Nome do declarante		Telefone
252.972.718-00	RAUL DONATO MENDES		
Endereço		**Número**	**Complemento**
ESTRADA DO MACKINZIE		3000	
Bairro/Distrito	**CEP**	**Município**	**UF**
ITAPETINGA	12948-490	ATIBAIA	SP

(Valores em Reais)

TOTAL RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS	0,00
IMPOSTO DEVIDO	0,00
IMPOSTO A RESTITUIR	0,00
SALDO DO IMPOSTO A PAGAR	0,00
IMPOSTO A PAGAR GANHO DE CAPITAL - MOEDA EM ESPÉCIE	0,00

Declaração recebida via Internet JV
pelo Agente Receptor SERPRO
em 15/04/2020 às 11:11:48
2223362400

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 06/07/2020 às 17:21 , sob o número WAIA20700507728
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 00103369-26.2011.8.26.0048 e código 666C865.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA | **IMPOSTO SOBRE A RENDA - PESSOA FÍSICA**

SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL | **EXERCÍCIO 2020** | **ANO-CALENDÁRIO 2019**

Sr(a) RAUL DONATO MENDES, inscrito no CPF sob o nº 252.972.718-00.

O NÚMERO DO RECIBO de sua declaração apresentada em 15/04/2020, às 11:11:48, é:

25.13.48.61.02 - 10

Este número é de uso pessoal e NÃO deve ser fornecido a terceiros. Ele é obrigatório para:

- retificar esta declaração;
- gerar um código de acesso para obter informações e realizar serviços disponíveis na página da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil na Internet, tais como:
  - Meu Imposto de Renda (Extrato da DIRPF):
    - informação da situação do processamento;
    - apresentação de eventuais pendências e orientações sobre como resolvê-las;
    - alteração ou cancelamento de débito automático das quotas;
    - exibição de quotas do imposto em atraso e emissões dos Documentos de Arrecadação de Receitas Federais (Darf) atualizados.
  - Situação Fiscal:
    - Informação de eventuais pendências, inclusive as relativas à Dívida Ativa da União, e orientação sobre como regularizá-las.

Atenção: Guarde este número para informá-lo na declaração do exercício de 2021, no campo "número do recibo da declaração do ano anterior".

Informações sobre a Impressão do Darf

O programa da Declaração de Ajuste Anual do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física permite a impressão do Darf para pagamento de todas as quotas, inclusive as em atraso. O Darf será impresso acrescido de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic), para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir de 01/07/2020 até o mês anterior ao do pagamento e de 1% no mês do pagamento.

Se o pagamento da quota for efetuado após o seu vencimento, incidirá multa de mora de 0,33% ao dia, observado o limite máximo de 20%.

Para impressão do Darf o contribuinte deve utilizar a opção **Declaração** / **Imprimir** / **Darf do IRPF** e selecionar a quota para impressão.

No caso de quotas decorrentes de declarações retificadoras que ocorra mudança de imposto a pagar, para impressão do DARF acesse o Portal e-CAC na página do sítio da RFB na internet, no endereço <rfb.gov.br>. Em seguida, clique em "**Declarações e Demonstrativos**", selecione o serviço "**Meu Imposto de Renda (Extrato da DIRPF)**". Na lista dos Serviços encontrados clique em "**Pagamento - Consultar Débitos, Emitir DARF e Alterar Quotas**". Após visualizar o quantitativo de quotas e a situação de cada uma delas, clique no ícone "**Impressão**" para emitir o DARF do mês desejado.

Acompanhe o processamento da sua declaração no e-CAC ou no seu dispositivo móvel.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 06/07/2020 às 17:21 , sob o número WAIA20700507728
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 00103369-26.2011.8.26.0048 e código 666C865.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
INFORMAÇÕES DE APOIO PARA EMISSÃO DE CERTIDÃO

Por meio do e-CAC - CPF do código de acesso: 252.972.718-00

19/05/2020 10:12:51

CPF: 252.972.718-00 - RAUL DONATO MENDES

Dados Cadastrais

UA de Domicílio: ARF BRAGANCA PAULISTA-SP **Código da UA:** 08.124.02
Endereço: EST DO MACKINZIE,3000
Bairro: ITAPETINGA **CEP:** 12948-490 **Município:** ATIBAIA **UF:**
Situação: REGULAR **Data de Nascimento:** 14/12/1973

Diagnóstico Fiscal na Receita Federal e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

Não foram detectadas pendências/exigibilidades suspensas nos controles da Receita Federal e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

Final do Relatório

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 06/07/2020 às 17:21 , sob o número WJA20700027728
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 00103369-26.2011.8.26.0048 e código 666C866.

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA 1ª. VARA CÍVEL DA COMARCA DE ATIBAIA.

REQUERIMENTO DE TUTELA DE EVIDÊNCIA INCIDENTAL COM PEDIDO LIMINAR

Processo 0010369-26.2011.8.26.0048-Indenização por dano material
Requerentes: Espólio de Gabriele Baraldi e outra
Requerido: Raul Donato Mendes

RAUL DONATO MENDES, brasileiro, trabalhador rural, portador do RG. 27.233.858-9 – SSP/SP., e do CPF 252.972.718-00, residente e domiciliado na Estrada Municipal do Mackenzie – 3000 – Sítio Primavera - Bairro Itapetinga – CEP 12948-490 – ATIBAIA, SP., vem respeitosamente a presença de Vossa Excelência, por sua advogada assinando digitalmente, com fulcro no artigo 311, do CPC deflagrar a presente

TUTELA DE EVIDÊNCIA INCIDENTAL COM PEDIDO LIMINAR

ante as razões adiante expostas:

I - DO VALOR CONTROVERSO DA PRETENSÃO EM CONDENAÇÃO

1 – Conforme sentença às fls. 241/245, o ora Requerente foi condenado a ressarcir os danos materiais ocorridos na propriedade vizinha, em razão de obras realizadas pelo proprietário anterior.

Resumo da sentença: "*reverter o curso do rio a situação anterior, no prazo de 60 dias, sob pena de multa diária de R$ 200,00 a partir do 61º. dia, indenizar pelos danos em R$ 53.800,00, correção monetária a partir de março 2011 e juros legais a partir da citação.*

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 21/07/2020 às 16:57 , sob o número WAIA20700559027
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 6786628.

Ocorre que em **21.06.2011**, (mais de ano antes da sentença de **28.08.2012)**, o MINISTÉRIO PÚBLICO e o ora Requerente firmaram TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA, **(homologado e arquivado**) que impedia a reversão do curso do rio, pois, no local, havia sido criada uma nova ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE, e em caso do não cumprimento estaria sujeito a multa diária de **½ (meio)** salário mínimo.

- Entende o ora Requerente, que de rigor deveria **prevalecer o TAC sobre a sentença,** não só pelo maior valor da multa, mas pelo fato de já estar **implantada nova APP.**

2 - Em outro feito, com conexão à esse, (**ação regressiva** 1000739-84.2015) em face do proprietário anterior, dentre outros, foi requerida a possibilidade de ele **pagar diretamente ao credor (fls.734/738**), ora autor, obtendo o Requerente **TUTELA ANTECIPADA**, confirmada pelo 30ª. Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, acórdão 2016.0000429568.

- Rememorando a decisão à respeito da **Tutela antecipada,** suspendendo a PENHORA e deferindo a JUSTIÇA GRATUITA, proferida pelo Doutor MARCELO OCTAVIANO DINIZ JUNQUEIRA, 2ª. Vara da Comarca, **ratificada** pelo 30ª. CÂMARA DE DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO, que seria cômica não fosse trágico:

"Não obstante, não se pode olvidar que o autor se encontra numa "sinuca de bico", já que decisão judicial manda que providencie o restabelecimento do curso d'água ao seu local original, e há acordo com o Ministério Público que o proíbe de fazê-lo."

- Na ocasião, Vossa Excelência decidiu que não cumpriria decisão de da mesma instância. Apesar de juntada posterior da confirmação da decisão pela 30ª. Câmara de Direito Público.

Transcorrido o tempo, ouvidos, MINISTÉRIO PÚBLICO e as partes, decidiram os AUTORES, pela **NÃO REVERSÃO DO CURSO DO RIO,** optando por ação de Indenização.

- Logo, a **MULTA DIÁRIA** de R$ 200,00 (duzentos reais) pela NÃO REVERSÃO **deixou de ser devida.**

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 21/07/2020 às 16:57 , sob o número WAIA20700559027
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 00103369-26.2011.8.26.0048 e código 6786628.

- Autos 1006087-78.2018 - Ação de indenização em curso.
- Anexa petição da Autora sobre **NÃO MAIS PRETENDER A REVERSÃO DO CURSO DO RIO**, sob riscos de maior prejuízo

- Diante disso, é EVIDENTE que o **valor da dívida** constante da **PENHORA, e cálculo às fls. 639 a 642 está INCORRETO**.

- A dívida no presente versa tão somente pelo valor inicial de **R$53.800,00, corrigidos conforme sentença**.

- Caso discorde o Autor, estaremos diante de **ENRIQUECIMENTO ILÍCITO, e possivelmente LITIGÂNCIA DE MÁ FÉ.**

II – DA IMPENHORABILIDADE DO BEM

Consta dos autos prova inequívoca do endereço do ora Requerente, extraído do sítio da RECEITA FEDERAL, **(fls.828 a 830**) Imposto de Renda anterior e atual, taxa de lixo antiga e atual, fotos do local, **(fls. 814/827**) busca do Registro de imóveis.

- **Questiona-se:** não é o sítio da Receita Federal um dos meios de se localizar o endereço das partes?? Ora! todos os anos, vem sendo juntada a Declaração de Imposto de Renda **comprovando o endereço e os rendimentos** do ora Requerente.

Além do que, a **MATRÍCULA** do imóvel **não deixa dúvidas** de que se trata de **pequena propriedade rural**; e em sendo e explorada para subsistência, como se vê de fotos acostadas, reforça o direito a **IMPENHORABILIDADE**.

DOCUMENTOS NOVOS

1 - Junta **ESCRITURA DE DECLARAÇÃO, do 1º. Tabelionato de Notas de São Paulo**, de testemunha confirmando a residência do ora Requerente. Taxas de lixo, antiga e atual; comprovante de pagamento por serviços em reforma de almofadas; imposto de Renda 2020 e dados cadastrais extraídos do sítio da Receita Federal **(fls,828 a 830**), todos demonstram o endereço do ora Requerente, o mesmo do imóvel em leilão.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 21/07/2020 às 16:57 , sob o número WAIA20700559027
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 00103369-26.2011.8.26.0048 e código 6786628.

2 - Junta também Certidão de Busca atual **(16.07.2020)** dando conta da **inexistência** de **outros bens** em nome do ora Requerente.

DAS DIVERDSAS TENTATIVAS DE CONCILIAÇÃO

Por várias vezes o ora Requerente tentou negociar. Pediu **Conciliação** no **CEJUSC**, com a participação do proprietário anterior e responsável pelos danos materiais, troca de e-mails, pedido de **cessão de crédito**, proposta para **refazer as construções**, proposta feita pelo proprietário anterior, etc.

- SEM ÊXITO! O que leva a supor LITIGÂNCIA DE MÁ FÉ!

-Ora Excelência!

Os autores **desistiram** da **reversão do curso do rio**, e está em curso ação de indenização em substituição; porém, não consta dos autos, manifestação por parte deles sobre o fato de a multa pela não reversão **não ser mais devida,** pelo contrário; fazem os cálculos inserindo-a.

Cumpre lembrar que o ora Requerente, é pessoa trabalhadora e honesta, e está **em dia** perante Receita Federal, Município, **DAEE**, que lhe deferiu a **OUTORGA**, bem como, com o **MINISTÉRIO PUBLICO**. Tudo devidamente comprovado nos autos.

O ora Requerente tem intenção de pagar a dívida. Mas como fazê-lo?? Já que para pedir empréstimo necessita **liberação da penhora**, pois se trata de único bem!!!!

III – DA JUSTIÇA GRATUITA

É cediço que em regra e ratificados pelos Tribunais, os documentos necessários para comprovar a hipossuficiência são:

- Cópia de CTPS demonstrando o salário (**fls.717 a 718**);
- Declaração de Imposto de Renda atual **(fls.828 a 829;**
- Extratos bancários (se os possuir), no caso em tela não possui conta bancária ou poupança;
- Nome Empresarial: existência ou não
- Declaração firmada pelo Requerente;
- CNIS (se possuir), no caso em tela não possui. **(fls.715 a 716)**

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 21/07/2020 às 16:57 , sob o número WAIA20700559027
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 00103369-26.2011.8.26.0048 e código 6786628.

Todos esses documentos são parte do processo. E a situação financeira do Requerente é pior que em 2011.

- Entretanto, Vossa Excelência insiste que não há provas novas.

Daí se pergunta: onde estaria a lógica em tirar uma nova CTPS, ou abrir uma conta bancária, por exemplo, para se ter uma prova nova? **Não procede!**

Diante disso, **ROGA** à **JUSTIÇA**, que enfim, analise as **provas de praxe**, e por fim, mantenha a JUSTIÇA GRATUITA por medida de direito e justiça.

IV - DO PEDIDO

1 - Ante o exposto, a **URGÊNCIA** que a situação exige, pelo risco de ir a leilão o único bem imóvel, residência da família, novas provas, requer **seja deferida liminarmente a tutela de evidência,** por atender aos requisitos artigo 311, inciso II, diante dos **documentos incontroversos** quanto ao valor da dívida, alterando para R$ 53.800,00 com as devidas atualizações.

2 - A **IMPENHORABILIDADE** do bem, (a qualquer tempo) por ser único imóvel, pequena propriedade rural para subsistência e moradia do Requerente e sua família, logo, preenche os requisitos da Lei 8.009/1990, requerendo a imediata **SUSPENSÃO DO LEILÃO E DA CONSTRIÇÃO DE PENHORA**, que impossibilita a feitura de empréstimo para quitar a dívida.

3 - O benefício da **JUSTIÇA GRATUITA**, (a qualquer tempo) a que faz jus.

Termos em que,
Pede deferimento.

Atibaia, 21 de julho de 2020.

Duenes do Carmo Silva
OAB. SP. 209712

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 21/07/2020 às 16:57 , sob o número WAIA20700559027
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 00103369-26.2011.8.26.0048 e código 6786628.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ATIBAIA
FORO DE ATIBAIA
2ª VARA CÍVEL
Rua Dr. José Roberto Paim, 99, Atibaia-SP - 12945-007
Horário de Atendimento ao Público: das Horário de Atendimento ao Público<< Campo excluído do banco de dados >>

DECISÃO/CARTA

Processo Digital nº:	**1000739-84.2015.8.26.0048**
Classe – Assunto:	**Procedimento Sumário - Indenização por Dano Moral**
Requerente:	**Raul Donato Mendes**
Requerido:	**José Fortuna, CPF 804.346.308-53**

A(o) Ilmo(a) Sr(a):
José Fortuna
Ultima Cantiga, 29, Vila Buenos Aires
03627-200 São Paulo-SP

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Marcelo Octaviano Diniz Junqueira**

Vistos.

Concedo à parte autora os benefícios da assistência judiciária gratuita, ***ANOTANDO-SE.***

Adoto o rito ordinário, que permite às partes melhores oportunidades de ação e defesa, sem olvidar que a situação pela qual passa esta Comarca torna muito dificultosa a realização de audiência de conciliação.

Trata-se de ação regressiva com pedido de antecipação da tutela através do qual o autor pretende obter provimento jurisdicional que suspenda a penhora realizada nos autos da ação movida contra ele por Espólio de Grabriele Baraldi.

Como não se desconhece, para que se antecipem os efeitos da tutela jurisdicional final, é imprescindível a presença dos requisitos insertos no art. 273 do CPC, quais sejam, verossimilhança das alegações e perigo na demora da análise do pedido, representado pelo risco de ocorrência de um dano irreparável ou de difícil reparação caso a tutela jurisdicional não seja concedida de imediato.

No presente caso, verifico a presença de tais requisitos.

Com efeito, há elementos que, se não permitem a direta atribuição da responsabilidade ao requerido, conferem verossimilhança às alegações do autor.

Há também iminente risco de prejuízo irreparável ao autor, representado pela possibilidade, bastante plausíve, aliás, de arrematação do bem em eventual hasta pública.

Não obstante, não se pode olvidar que o autor se encontra numa verdadeira "sinuca de bico", já que a decisão judicial manda que providencie o restabelecimento do curso d'água ao seu local original, e há acordo com o Ministério Público que o proíbe de fazê-lo.

Assim, presentes os requisitos legais, ANTECIPO, PARCIALMENTE, OS EFEITOS DA TUTELA para suspender os atos de expropriação do imóvel do autor até decisão final transitada em julgado a ser proferida nesta ação.

A cópia da presente decisão, digitalmente assinada, servirá de documento hábil à comunicação ao Juízo da execução, cabendo ao autor imprimi-la diretamente a partir do sistema e-saj e providenciar o encaminhamento, sem necessidade de comprovação

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 21/07/2020 às 16:57 , sob o número WAIA20700559027
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1000739-84.2015.8.26.0048 e código 3BDCF0.
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARCELO OCTAVIANO DINIZ JUNQUEIRA, liberado nos autos em 23/02/2015 às 22:41 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 6786633.

da entrega nestes autos.

No mais, **CITE-SE** a(o) ré(u) para os termos da ação em epígrafe, cuja cópia da inicial segue em anexo, ficando advertida(o) do prazo de 15 (quinze) dias para apresentar a defesa, sob pena de serem presumidos como verdadeiros os fatos articulados na inicial, nos termos do artigo 285 do Código de Processo Civil.

Servirá a presente, por cópia digitada, como carta de citação, ficando, ainda, ciente de que o recibo que a acompanha valerá como comprovante de que esta citação se efetivou. Cumpra-se na forma e sob as penas da Lei.

Intime-se.

Atibaia, 23 de fevereiro de 2015.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

(CÓPIA DA INICIAL SEGUE ANEXA E FICA FAZENDO PARTE INTEGRANTE DESTA)

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 21/07/2020 às 16:57 , sob o número WAIA20700559027
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 6786633.
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARCELO OCTAVIANO DINIZ JUNQUEIRA, liberado nos autos em 23/02/2015 às 22:41 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1000739-84.2015.8.26.0048 e código 3BDCF0.

CORREIOS **CE** *COMPROVAÇÃO DE ENTREGA REMESSA LOCAL*

AGÊNCIA e DATA DE POSTAGEM

CE 9912260497/2010-DR/SPM TJSP CORREIOS

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DESTINATÁRIO
José Fortuna
Ultima Cantiga, 29, Vila Buenos Aires
03627-200 São Paulo-SP

CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO CE
Foro de Atibaia - Cartório da 2ª Vara Cível
Rua Dr. José Roberto Paim, 99
12945-007 Atibaia-SP

TENTATIVAS DE ENTREGA
1º ____/____/_____ ____:____h
2º ____/____/_____ ____:____h
3º ____/____/_____ ____:____h

ATENÇÃO:
Após 3(três) tentativas de entrega, devolver o objeto.

MOTIVOS DE DEVOLUÇÃO
(1) Mudou-se **(4) Desconhecido** **(7) Ausente**
(2) Endereço insuficiente **(5) Recusado** **(8) Falecido**
(3) Não existe o número **(6) Não procurado** **(9) Outros:**_____

RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO

( ) Informação prestada pelo porteiro ou síndico. ( ) Reintegrado ao Serviço Postal em ____/____/_____.

Uso exclusivo do Cliente: **PROCESSO Nº 1000739-84.2015.8.26.0048**

ASSINATURA DO RECEBEDOR

DATA DA ENTREGA

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

____/____/_____

CORREIOS **AR** *AVISO DE RECEBIMENTO*

AGÊNCIA e DATA DE POSTAGEM

AR 9912260497/2010-DR/SPM TJSP CORREIOS

Reservado espaço à menção MP

DESTINATÁRIO
José Fortuna
Ultima Cantiga, 29, Vila Buenos Aires
03627-200 São Paulo-SP

CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR
Foro de Atibaia - Cartório da 2ª Vara Cível
Rua Dr. José Roberto Paim, 99
12945-007 Atibaia-SP

TENTATIVAS DE ENTREGA
1º ____/____/_____ ____:____h
2º ____/____/_____ ____:____h
3º ____/____/_____ ____:____h

ATENÇÃO:
Após 3 (três) tentativas de entrega, devolver o objeto.

Uso exclusivo do Cliente: **PROC. Nº 1000739-84.2015.8.26.0048**

MOTIVOS DE DEVOLUÇÃO
(1) Mudou-se **(4) Desconhecido** **(7) Ausente**
(2) Endereço insuficiente **(5) Recusado** **(8) Falecido**
(3) Não existe o número **(6) Não procurado** **(9) Outros:**

RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO

( ) Informação prestada pelo porteiro ou síndico. ( ) Reintegrado ao Serviço Postal em ____/____/_____.

ASSINATURA DO RECEBEDOR

DATA DA ENTREGA ____/____/_____

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

Nº DO DOCUMENTO

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 21/07/2020 às 16:57 , sob o número WAIA20700559027
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1000739-84.2015.8.26.0048 e código 3BDCF0.
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARCELO OCTAVIANO DINIZ JUNQUEIRA, liberado nos autos em 23/02/2015 às 22:41 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 6786633.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ATIBAIA
FORO DE ATIBAIA
2ª VARA CÍVEL
RUA NAPOLEÃO FERRO, 315, Atibaia - SP - CEP 12942-610

SENTENÇA

Processo nº:	**1000739-84.2015.8.26.0048**
Classe - Assunto	**Procedimento Sumário - Indenização por Dano Moral**
Requerente:	**Raul Donato Mendes**
Requerido e Denunciado à Lide (Passivo):	**José Fortuna e outro**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Marcelo Octaviano Diniz Junqueira**

Vistos.

Trata-se de demanda proposta por RAUL DONATO MENDES em face de JOSÉ FORTUNA por meio da qual alega, em síntese, que adquiriu do requerido o imóvel matriculado sob o nº 93.959 do CRI de Atibaia, no qual o réu, então proprietário, realizou desvio de curso d'água para a divisa com a propriedade vizinha, o que resultou, com as chuvas ocorridas em janeiro de 2011, no desmoronamento de cômodos e áreas da propriedade confrontante. Lega que em demanda proposta pelos proprietários da área vizinha, foi condenado ao pagamento de R$ 53.800,00 a título de indenização por danos materiais. Requer seja o demandado condenado a ressarcir-lhe tal prejuízo, inclusive respondendo diretamente perante o vizinho, na execução já em trâmite. Juntou documentos (fls. 9/28).

A liminar requerida para paralisação da execução foi deferida (fl. 30/31).

O réu ofereceu contestação (fls. 35/40), alegando, em resumo, além de requerer o chamamento ao processo do condômino, que o evento ocorreu 3 anos depois da venda, tempo durante o qual não foi o bem devidamente conservado; que realmente "acertou" o rio, mas o fez com anuência do então proprietário do imóvel vizinho e anuência dos órgãos responsáveis; que não se discutiu o primeiro desvio do rio, feito por ele, mas sim o segundo desvio, este realizado pelo autor, sem autorização. Juntou documentos.

Houve réplica (fls. 37/100).

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 21/07/2020 às 16:57 , sob o número WAIA20700559027
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 6786633.
e documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARCELO OCTAVIANO DINIZ JUNQUEIRA, liberado nos autos em 16/11/2015 às 08:44 .
a conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1000739-84.2015.8.26.0048 e código 7745C8.

Diversos documentos foram juntados e o processo foi saneado (fls. 125), com deferimento do chamamento ao processo pleiteado.

Houve contestação por parte do requerido chamado, ORLANDO (fls. 132/139), defendendo, em suma, inépcia da inicial por prescrição, e, no mérito, que sua gleba é completamente separada da do correquerido e que não teve qualquer relação com o córrego; que foi contratado e atuou como engenheiro responsável pelas obras inicialmente realizadas na propriedade do demandado JOSÉ; e, por fim, sustentou que o curso d'água sempre passou pela divisa entre as propriedades e que o desvio realizado levava a água para o mesmo local, passando pelos limites da propriedade vizinha. Juntou documentos.

Sobrevieram petições, requerimentos de provas e diversos outros documentos, sobre as quais as partes se manifestaram ou tiveram oportunidade a tanto.

É o relato do necessário.

Fundamento e DECIDO.

A preliminar suscitada em contestação não se sustenta, pois a inicial foi redigida de forma suficientemente clara e coerente, sem qualquer mínimo prejuízo ao contraditório.

E embora não se trate de questão propriamente "preliminar", tampouco há de se falar em prescrição, pois a pretensão de ressarcimento em regresso apenas teve origem por ocasião do julgamento definitivo em desfavor do ora autor, percebendo-se que a sentença foi proferida em agosto de 2012 (fl. 26) e esta demanda distribuída em fevereiro de 2015.

No mérito, desde logo afasto qualquer responsabilidade do correquerido ORLANDO por eventuais prejuízos experimentados pelos requerente.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 21/07/2020 às 16:57 , sob o número WAIA20700559027
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 00010369-26.2011.8.26.0048 e código 6786633.
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARCELO OCTAVIANO DINIZ JUNQUEIRA, liberado nos autos em 16/11/2015 às 08:44 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1000739-84.2015.8.26.0048 e código 7745C8.

Embora tenha sido, de fato, proprietário tabular, do que decorre a presunção de sua responsabilidade, há, nos autos, suficientes elementos a comprovar que, de fato, a área era dividida em duas (inclusive por uma estrada!) e que a gleba pertence a ORLANDO sequer tinha confrontação com a propriedade alvo do evento danoso, o que afasta a presunção inicial e torna inevitável a conclusão de que não lhe é imputável qualquer responsabilidade por atos praticados no ou sobre o curso d'água que sequer passa pela área de sua efetiva e concreta responsabilidade.

Por outro lado, o próprio requerido JOSÉ reconhece ter realizado um desvio no curso d'água, "acertando-o", bem como absolutamente todos os documentos inerentes ao ocorrido estão em seu nome.

Assentada tal premissa e atento à controvérsia delimitada pela decisão de fls. 125, não há qualquer necessidade de produção de outras provas além daquelas constantes dos autos e já submetidas ao amplo e irrestrito contraditório.

Não há qualquer mínimo indício, muito menos prova, de um segundo desvio do curso d'água, agora por parte do ora demandante. O que há, como suficientemente esclarecido pelo requerente, são elementos indicando a realização, pelo autor, de obras emergenciais para conter a situação (por exemplo, fls. 14/15), o que, sem qualquer dúvida, exigiu a utilização de máquinas e movimentação de terras.

Não se tratou, porém, de desvio do curso d'água, muito menos empurrando-o ainda mais para a propriedade vizinha. Ao menos não há, nos autos, elementos idôneos a corroborar tal assertiva.

Solucionada uma das controvérsias fáticas relevantes ao julgamento (fl. 125, item "i"), analisemos a outra (item "ii").

A bem da verdade, nota-se que sequer há efetiva alegação, pelo requerido, no sentido de não existir nexo causal entre o deslocamento do rio e o evento danoso ocorrido.

De qualquer modo, no processo instaurado pelo proprietário vizinho em

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 21/07/2020 às 16:57 , sob o número WAIA20700559027
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 6786633.
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARCELO OCTAVIANO DINIZ JUNQUEIRA, liberado nos autos em 16/11/2015 às 08:44 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1000739-84.2015.8.26.0048 e código 7745C8.

face do ora requerente, já foi produzida prova pericial no local dos fatos, cujo laudo foi juntado a estes autos e submetido ao crivo das partes, dele tendo constado o seguinte (fl. 156):

"(...) O curso de referido córredo foi alterado no interior do imóvel do Requerido. O Anexo II do corpo deste Laudo demonstra a situação atual (2010) sobreposta à situação anterior (19798), demonstrando o desvio do córrego.

O novo curso do córrego ficou rente à propriedade da Autora.

As fotos a seguir, retiradas do Google Earth, demonstram que o córrego foi aletrado antes de 2005, pois a foto aérea de 12 de março de 2005 mostra a mesma situação da foto aérea atual(...)"

A taxatividade da conclusão pericial é evidente, tanto assim que não foram os requeridos capazes sequer de apresentar efetiva insurgência, muito menos de convencer ou no mínimo tentar convencer o juízo do contrário.

O córrego teve seu curso desviado e passou a margear a propriedade vizinha antes da venda do imóvel ao ora demandante e depois de sua aquisição pelo primeiro requerido, JOSÉ, o que o torna, sem qualquer dúvida, responsável pelos danos causados.

Aliás, a respeito do nexo causal entre o desvio do córrego e o desmoronamento, parece ser dispensável maior abordagem, já que antes do desvio o córrego sequer passava pela divisa das propriedades, razão pela qual, com chuvas ou sem chuvas, não teria como influenciar a estabilidade da propriedade vizinha. Examine-se, a propósito, as claras conclusões de fl. 164.

De qualquer modo, constou expressamente do laudo pericial que (fl. 167):

"O córrego passava distante da divisa com o imóvel do requerente e, atualmente, passa rente à divisa, comprometendo a segurança das benfeitorias ali situadas".

Outras respostas a quesitos ainda abordaram de forma mais minuciosa a

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 21/07/2020 às 16:57 , sob o número WAIA20700559027
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1000739-84.2015.8.26.0048 e código 7745C8.
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARCELO OCTAVIANO DINIZ JUNQUEIRA, liberado nos autos em 16/11/2015 às 08:44 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 6786633.

questão, como, por exemplo, a que afirmou que sequer seria possível ao vizinho ter construído o muro que ali existia se o córrego já estivesse passando no local que passa atualmente (fl. 171).

Aliás, há de se convir que um atento exame das fotografias de fl. 45 basta para que se conclua que o córrego não apenas foi deslocado, mas , isto sim, teve seu curso MUITO deslocado, com evidente aterramento.

Em suma, comprova a conduta ilícita do requerido JOSÉ, os danos experimentados pelo autor e o nexo causal entre eles, não há como evitar sua responsabilização civil e o consequente dever de indenizar.

Neste tópico, relevante assentar o entendimento deste juízo sobre a inviabilidade jurídica de se *transferir* ("sub-rogar") ao ora demandado JOSE toda a responsabilidade do autor perante os proprietários vizinhos, pois estaria sendo atingida a esfera de direitos de pessoa que não integrou a relação processual. Se o crédito daqui decorrente será, ou não, aceito como pagamento pelos vizinhos, trata-se de questão que extrapola o objeto desta demanda, mas que não pode, simplesmente, lhes ser imposto.

Ante todo o exposto, nos termos do artigo 269, inciso I, do Código de Processo Civil, **JULGO IMPROCEDENTE a demanda em face do requerido ORLANDO e PROCEDENTE o pedido para condenar o requerido JOSÉ** a pagar ao autor a importância de R$ 53.800,00, com correção monetária desde a propositura desta demanda e juros de mora de 1% ao mês a partir da citação, eis que, em data anterior, o requerido não pode ser considerado em estado de mora, não podendo o autor, outrossim, auferir vantagem decorrente da demora para a propositura desta demanda.

Sucumbente, deverá o requerido JOSÉ suportar as custas, despesas e honorários em favor do Patrono do autor fixados, com atenção aos critérios legais, em 10% do valor atualizado da condenação. Como deu causa ao chamamento do requerido ORLANDO ao processo, deverá pagar a seu Advogado honorários que, com os mesmos parâmetros, arbitro em R$ 1.600,00.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 21/07/2020 às 16:57 , sob o número WAIA20700559027
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 6786633.
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARCELO OCTAVIANO DINIZ JUNQUEIRA, liberado nos autos em 16/11/2015 às 08:44 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1000739-84.2015.8.26.0048 e código 7745C8.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ATIBAIA
FORO DE ATIBAIA
2ª VARA CÍVEL
RUA NAPOLEÃO FERRO, 315, Atibaia - SP - CEP 12942-610

P.R.I.C.

Atibaia, 13 de novembro de 2015.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 21/07/2020 às 16:57 , sob o número WAIA20700559027
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 00103369-26.2011.8.26.0048 e código 6786633.
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARCELO OCTAVIANO DINIZ JUNQUEIRA, liberado nos autos em 16/11/2015 às 08:44 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1000739-84.2015.8.26.0048 e código 7745C8.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2016.0000429568

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 1000739-84.2015.8.26.0048, da Comarca de Atibaia, em que é apelante RAUL DONATO MENDES (JUSTIÇA GRATUITA), são apelados JOSÉ FORTUNA e ORLANDO FEDERZONI.

ACORDAM, em 30ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Deram provimento ao recurso. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores ANDRADE NETO (Presidente sem voto), LINO MACHADO E CARLOS RUSSO.

São Paulo, 1º de junho de 2016.

Maria Lúcia Pizzotti
RELATOR
Assinatura Eletrônica

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 21/07/2020 às 16:57 , sob o número WAIA20700559027 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 6786645.

APELAÇÃO Nº 1000739-84.2015.8.26.0048
VOTO 15203

APELANTE: RAUL DONATO MENDES

APELADO: JOSÉ FORTUNA e ORLANDO FEDERZONI

COMARCA: ATIBAIA

MAGISTRADO PROLATOR DA DECISÃO: DR. MARCELO OCTAVIANO DINIZ JUNQUEIRA

(cra)

EMENTA
AÇÃO REGRESSIVA – IMÓVEIS CONTÍGUOS – VIZINHANÇA – DESVIO DE CÓRREGO – RESPONSABILIDADE PELOS DANOS CAUSADOS – CORREÇÃO MONETÁRIA
1 - *A simples correção monetária plena é mecanismo mediante o qual se empreende a recomposição da efetiva desvalorização da moeda, com o escopo de preservar o poder aquisitivo original, não constituindo um plus que se acrescenta ao crédito, mas um minus que se evita;*
2 – *Autor/ apelante que foi condenado em outra demanda a ressarcir prejuízos causados pelo réu, seu vizinho, conforme restou comprovado por laudo pericial. Vizinho que deve ressarcir os gastos efetuados, suspendendo-se a alienação de imóvel penhorado em nome do autor, que não é responsável pela causa do dano.*
RECURSO PROVIDO.

Trata-se de recurso de apelação interposto contra a r. decisão de fls. 186/191, cujo relatório se adota, que julgou IMPROCEDENTE o pedido inicial em face do réu Orlando e PROCEDENTE em face do réu José, condenando este ao pagamento de R$ 53.800,00, com juros e correção. Diante da sucumbência, condenou o réu José ao pagamento das custas, despesas e honorários em favor do autor, fixados em 10% do valor da condenação. Como deu causa ao chamamento do réu Orlando, deverá pagar ao seu advogado honorários arbitrados em R$ 1.600,00.

Entendeu, o magistrado *a quo*, que deveria ser afastada a tese de prescrição, pois a pretensão de ressarcimento em regresso apenas teve origem por ocasião do julgamento definitivo em desfavor do autor. Quanto ao mérito propriamente dito, disse que o réu Orlando não guarda qualquer responsabilidade pelo evento danoso, pois sua propriedade era dividida por uma estrada com a propriedade do réu José, não lhe sendo imputáveis os atos praticados por este. Observou que José reconheceu ter realizado o desvio no curso d'água, o que obrigou o demandante a realizar obras de caráter urgente para contenção dos danos, que não ocasionaram prejuízo ao réu. Disse que o laudo pericial realizado comprova

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 21/07/2020 às 16:57 , sob o número WAIA20700559027 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 6786645.

APELAÇÃO Nº 1000739-84.2015.8.26.0048
VOTO 15203

que a alteração do curso da água gerou danos ao autor, não sendo objeto da demanda a discussão acerca dos danos causados aos demais imóveis vizinhos, cujos proprietários não são parte no processo.

Irresignado, apelou o autor Raul.

Aduziu, em suma, que o valor da condenação não deve ser corrigido apenas da data da distribuição, mas sim desde quando o apelado teve conhecimento da ação de reparação de danos anteriormente ajuizada. Disse que o magistrado silenciou sobre a suspensão da penhora realizada sobre seu imóvel e argumentou, com isso, pela reforma da r. decisão, dando-se provimento ao recurso interposto.

Processado o apelo sem o recolhimento do preparo respectivo, diante da gratuidade concedida, restou ele respondido, sendo os autos posteriormente remetidos a este Tribunal.

É a síntese do necessário.

Trata-se de ação por meio da qual pretende o autor ver-se ressarcido das quantias gastas para indenizar terceiros, em virtude de danos causados em seu imóvel por responsabilidade do réu. O pleito foi parcialmente acolhido pelo magistrado *a quo*, insurgindo-se o demandante contra tal decisão por meio deste recurso de apelação.

Pelo que se denota dos autos o autor Raul é o atual proprietário de um imóvel que confronta com o imóvel do réu e de outras pessoas. Nessa qualidade foi condenado, em uma anterior demanda judicial, a reparar danos causados nos tais imóveis de terceiros, que foram atingidos por curso d'água desviado pelo réu ao imóvel do demandante e que acabou atingindo tais terceiros. Diante disso pretende ver-se reparado pelo demandado.

O julgador reconheceu a responsabilidade do réu José pelo evento danoso, constatando-se por perícia que foi ele quem desviou um curso d'água e, com isso, causou os danos apontados. Em momento algum houve debate quanto a isso, afinal, contra a sentença de procedência proferida não houve interposição de outro recurso senão este que ora se analisa, de interesse do autor.

Tem-se, pois, por incontroverso que foi o réu José quem desviou o curso d'água

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 21/07/2020 às 16:57 , sob o número WAIA20700559027
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 6786645.

APELAÇÃO Nº 1000739-84.2015.8.26.0048
VOTO 15203

e causou os danos narrados. O objeto de debate, portanto, remanesce apenas com relação a uma matéria, qual seja, o termo inicial de contagem da correção monetária do valor da condenação e a suspensão ou não da penhora que recaiu sobre o imóvel do autor. Estas as únicas matérias devolvidas para análise deste Tribunal.

O magistrado condenou o réu José a reembolsar o demandante das quantias por ele gastas com o ressarcimento dos seus vizinhos, na quantia de R$ 53.800,00, com correção da data da propositura da demanda e juros de mora da citação (fls. 190). Contudo, no processo nº 0010369-26.2011.8.26.0048 que tramitou em face do ora apelante, este foi condenado ao pagamento desta mesma quantia, mas com correção monetária a partir de março de 2011 e juros legais a partir da citação (in http://esaj.tjsp.jus.br/cpopg/show.do?processo.codigo=1CZ0B08010000&processo.foro=48, acesso em 09.05.2016, às 13h55). Assim, o autor pagou R$ 53.800,00 com correção desde março de 2011 e o ora apelado está sendo condenado a ressarci-lo de R$ 53.800,00 com correção desde fevereiro de 2015.

Comporta acolhimento a pretensão recursal.

Isto porque se o apelante – que não foi o causador do dano – efetuou pagamento de indenização com juros e correção na forma determinada pelo magistrado que o condenou em ação anterior e, por meio desta demanda que ora se analisa, ele pretende justamente ser ressarcido da quantia gasta, por ser o réu o verdadeiro causador do dano, não faz sentido que receba quantia menor do que aquela por ele paga.

A correção monetária, como se sabe, nada mais é do que recomposição do valor da moeda e não configura enriquecimento sem causa. Como afirmou o magistrado sentenciante, "se comprovada a conduta ilícita do requerido José, os danos experimentados pelo autor e o nexo causal entre eles, não há como evitar sua responsabilização civil e o consequente dever de indenizar" (fls. 190).

A simples correção monetária plena é mecanismo mediante o qual se empreende a recomposição da efetiva desvalorização da moeda, com o escopo de preservar o poder aquisitivo original, não constituindo um plus que se acrescenta ao crédito, mas um minus que se evita.

Desse modo, é o caso de condenar o réu ao pagamento da quantia gasta pelo autor, nos mesmos moldes em que ele foi condenado na demanda anterior. Neste aspecto,

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 21/07/2020 às 16:57 , sob o número WAIA20700559027
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 6786645.

provido o recurso, portanto.

Também comporta acolhimento o pedido de suspensão da penhora, confirmando-se a liminar concedida anteriormente. Veja-se que o autor, ora apelante, foi condenado em outra demanda a efetuar o pagamento de indenização aos seus vizinhos, por danos reconhecidamente causados pelo réu. Em razão disso teve seu imóvel penhora e pode vir a sofrer alienação para terceiros, medida extremamente gravosa e que comporta adiamento, sob pena de danos irreparáveis.

Assim, deve ser mantida a liminar concedida às fls. 29, determinando a suspensão dos atos de expropriação do imóvel do autor até o trânsito em julgado da decisão final proferida nestes autos.

Destarte, **DÁ-SE PROVIMENTO** ao recurso, para o fim de: a) determinar que o valor da condenação do apelado José seja corrigido monetariamente desde março de 2011, na forma desta fundamentação; b) sejam suspensos atos de alienação do imóvel penhorado na demanda nº 0010369-26.2011.8.26.0048 e que está em nome do recorrente Raul.

Maria Lúcia Pizzotti
Relatora

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 21/07/2020 às 16:57 , sob o número WAIA20700559027
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 6786645.

MELISSA YUMI KOGA BARALDI
ADVOGADA

389

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ATIBAIA.

1.º OFÍCIO JUDICIAL
COMARCA DE ATIBAIA
ESTADO DE SÃO PAULO
23 JAN 2014
PROTOCOLO

Processo número 048.01.2011.010369-9
Número de controle 1527/2011

ESPÓLIO DE GABRIELE BARALDI, representado pela inventariante ANNITA HERMINE BARALDI, já qualificada nos autos em epígrafe que move contra **RAUL DONATO MENDES,** por sua advogada subscritora, vem, respeitosamente à presença de Vossa Excelência, manifestar-se sobre o r. despacho de fls nos seguintes termos.

Diante do não cumprimento da obrigação de fazer consistente em reposicionar o leito do rio em seu local original, requerem os Autores a conversão da obrigação de fazer em **indenização por perdas e danos,** levando-se em consideração que, realizada tal conversão haverá prejuízo para os Autores, que perderão parte do seu terreno útil que faz divisa com o terreno do Réu.

Visto que o Réu igualmente se silenciou quanto à execução do valor condenatório, os Autores indicam à penhora o imóvel do Réu, matrícula 93.959 – imóvel Gleba 1 "Sítio Primavera" Registrado no Oficial de Registros de Imóveis e Anexos da Comarca de Atibaia – SP, onde deverá

Avenida Cupecê, 3736 – sala 02 – sobreloja – Cidade Ademar – Cep : 04366-001 – São Paulo/SP – Fone : (11) 5623-0702 – e-mail: mel.adv2007@gmail.com

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 21/07/2020 às 16:57 , sob o número WAIA20700559027
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 6786651.

1º TABELIÃO DE NOTAS
SÃO PAULO - SP
COMARCA DE SÃO PAULO
MIRIAN DA SILVA ARBEX

MIRIAN DA SILVA ARBEX, Tabeliã Designada do Primeiro Cartório de Notas da Capital – SP, **CERTIFICA**, a pedido do próprio interessado que revendo no Serviço Notarial a seu cargo o Livro **4711**, na Página **205** verificou constar o ato notarial cujo teor era o seguinte:

ESCRITURA DE DECLARAÇÃO.

Aos vinte e um (21) dias do mês de julho (07) do ano de dois mil e vinte (2020), nesta Cidade de São Paulo, Capital e Estado do mesmo nome, República Federativa do Brasil, no 1º Tabelião de Notas, sito à Rua das Palmeiras, nº 353, Santa Cecília, perante mim, Joyce Teixeira de Moraes, escrevente autorizada, compareceu como declarante: **ANTONIA LEANDRO CLEÚMA DE SOUZA**, brasileira, filha de José Leandro da Silva e de Francisca de Souza Leandro, nascida em 27 de setembro de 1972, solteira, conforme declarou, produtora de eventos, portadora da cédula de identidade RG nº 55.862.358-X-SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob nº 812.961.344-15, residente e domiciliada nesta Capital, na Rua Barão de Tatuí, nº 517, apartamento 105, Vila Buarque – CEP 01226-030, endereço eletrônico: cleoleandro27@yahoo.com.br; A presente devidamente identificada neste ato, pelos documentos supramencionados e apresentados no original, do que dou fé.- Pela declarante me foi dito, assumindo responsabilidade civil e penal, para todos e quaisquer fins, que: Que conheço o Sr. Raul Donato Mendes e que convivo e participo, dos seus dias, bem como os de toda a sua família, inclusive avós e tios, há mais de 20 (vinte) anos, neste período, estive na residência do Sr. Raul Donato Mendes, dezenas de vezes, sendo o endereço da residência é na cidade de Atibaia, deste Estado, na Estrada do Mackenzie, nº 3000, Bairro Itapetinga, no sítio há 02 (duas) casas de moradia, e que após o casamento que irá acontecer com a Senhora Rosângela Ferreira da Silva, da qual serei madrinha, inicialmente o casamento estava previsto para o dia 11 de março de 2020, que teve que ser adiado em razão da pandemia, o casal, após o casamento, irá morar na casa menor, que encontra-se reformada e mobiliada, onde antes residia a irmã do Raul Donato Mendes, Rita de Cássia Mendes, que não possui casa própria, ela morava com o companheiro Marcelo e o filho do casal, Pedro; O Raul Donato Mendes é trabalhador rural e mora com a mãe Maria de Lourdes Mendes, que é viúva e não possui casa própria e um sobrinho maior de idade. O sítio sempre foi habitado pelo Raul Donato Mendes e sua família; O sítio é uma pequena propriedade rural, que contém além de duas (02) casas de moradia, um lago de peixes, criação de galinhas e patos, horta, plantação de feijão, milho, mandioca, maracujá, uva, árvores frutíferas, como jabuticaba, caqui, laranja, entre outras arvores frutíferas, para subsistência da família, posso afirmar que Raul Donato Mendes não possui outro imóvel; pediu-me e eu lhe lavrei a presente escritura de declaração, que feita e lhe sendo lida em voz alta e clara, foi achada em tudo conforme, do que a parte aceita, outorga e assina. - Eu (a) (JOYCE TEIXEIRA DE MORAES), escrevente a lavrei. Eu (a) subscrevo e assino. // **ANTONIA LEANDRO CLEÚMA DE SOUZA //** . Nada mais. - Trasladada terça-feira, 21 de julho de 2020. Eu, (a) (Evilma Gonçalves de Almeida Oliveira) a conferi. Eu, (a) (Tabelião/Substituto), subscrevo e assino em público e raso.-

CUSTAS:

Ao Tabelião:	R$	263,30
Ao Estado:	R$	74,83
Ao IPESP:	R$	51,21
Ao SINOREG:	R$	13,86
Ao Tribunal	R$	18,07
À Sta. Casa:	R$	2,63
Ao MP:	R$	12,64
ISS:	R$	5,63

Nota nº 349826

As contribuições devidas pelo presente serão recolhidas por verba

SELO DIGITAL

1144701TRAA000000115102OP

EM TEST[illegible] DA VERDADE

TABELIÃ DESIGNADA

PRIMEIRO CARTÓRIO
DE NOTAS DA CAPITAL – SP

MIRIAN DA SILVA ARBEX
Tabeliã Designada
FLAVIO ROBERTO DIAS DOS SANTOS
RACHEL NEVES GODINHO
SUEDINA ESTEVAM BOMBARDI
Escreventes Substitutos

10872602028158.000251318-4

R Das Palmeiras 353 Vila Buarque - São Paulo - SP
Fone: 11-3660-0720

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 21/07/2020 às 16:57 , sob o número WAIA20700559027
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 00103369-26.2011.8.26.0048 e código 678665B.

Digitalizado com CamScanner

LIVRO Nº 2 - REGISTRO GERAL

REGISTRO DE IMÓVEIS
ATIBAIA - Estado de São Paulo

MATRÍCULA	FICHA
93.959	01

IMÓVEL:- Gleba 1, com a área total de 42.115,19 metros quadrados, denominado "Sítio Primavera", e que corresponde à parte do terreno que originariamente era composto de três quinhões distintos, mas anexos formando um só todo, correspondente as glebas 1, 3, 4, 5 e 6, situado no Bairro do Itapetinga, zona rural do Município e Comarca de Atibaia-SP, localizado na margem direita da Estrada Municipal do Mackenzie, sentido de quem do imóvel vai a Rodovia Fernão Dias e a cidade de Atibaia, contendo casa sede do imóvel, casa de empregado, ambas de tijolos e telhas, pomar e pequenas benfeitorias, compreendida dentro das seguintes medidas, divisas e confrontações: "Tem inicio no marco 01, situado na margem direita da Estrada Municipal do Mackenzie, sentido de quem do imóvel vai a Rodovia Fernão Dias e a cidade de Atibaia, numa ponte sobre um pequeno córrego, onde confronta com o imóvel objeto da Matrícula 768, de propriedade ALBERTO CARDOSO DE ALMEIDA e sua esposa HANNE BARB HERLINDE HINDERBERGER CARDOSO DE ALMEIDA; deste ponto abandonando a estrada, segue por cerca e alambrado, com esta confrontação com os seguintes azimutes e distâncias: 7º37'58" e distância de 56,04 metros até o marco 2; 21º15'18" e distância de 14,36 metros até o marco 03; 48º14'03" e distância de 35,26 metros até o marco 4; 40º06'44" e distância de 27,04 metros até o marco 5; cravado num canto de cerca de arame, no vértice formado com a divisa do imóvel objeto da Matrícula 49952, denominado Gleba B, de propriedade de GABRIELE BARALDI e s/m ANNITA BARALDI e de ORLANDO GENARO e s/m ANNA MOLEZININI GENARO; deste ponto deflete à direita e segue, por muro, com esta confrontação, com os seguintes azimutes e distâncias: 141º41'26" e distância de 103,53 metros até o marco 6; 147º51'08" e distância de 49,38 metros até o marco 7, no canto do muro e alinhamento de uma cerca de arame; deste ponto segue, por cerca de arame, com a mesma confrontação, com os seguintes azimutes e distâncias: 148º55'00" e distância de 60,23 metros até o marco 8; 156º50'03" e distância de 38,00 metros até o marco 9; 194º39'45" e distância de 23,60 metros até o marco 10; 163º29'52" e distância de 25,91 metros até o marco 11; vértice formado com a divisa do imóvel objeto da Matrícula 49951, denominado Gleba A, de propriedade de MOYSES ALBANO NUNES E S/M NEIDE BRAVO NUNES, ALTINO LUIZ DE

CONTINUA NO VERSO

Certidão emitida pelo SREI
www.registradores.org.br
Registradores
Central Registradores de Imóveis

Esse documento foi assinado digitalmente por PERSIO RUAS MARTINS FILHO - 17/07/2020 09:00 PROTOCOLO: S20070088136D-93959

Para verificar a autenticidade, acesse https://www.registradores.org.br/validacao.aspx e digite o hash eb10d5bb-d811-4ee5-9671-e22a0a99ef0c

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 21/07/2020 às 16:57 , sob o número WAIA20700559027
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 00103369-26.2011.8.26.0048 e código 6786668.

MATRÍCULA 93.959 | FICHA 01 VERSO

CAMPOS PINHEIRO E S/M CARMEM ASSUNTA CANDIDO DE FARIA CAMPOS PINHEIRO E ELDA GENARO; deste ponto segue, ainda, por cerca de arame, com esta confrontação, com os seguintes azimutes e distâncias: 158º51'09" e distância de 29,94 metros até o marco 12; 183º13'18" e distância de 18,40 metros até o marco 13; 223º25'53" e distância de 26,79 metros até o marco 14; 192º47'39" e distância de 27,74 metros até o marco 15; 182º50'11" e distância de 18,27 metros até o marco 16; 226º51'07" e distância de 47,79 metros até o marco 19; cravado numa ponte sob um córrego e margem de uma Estrada Municipal que do bairro vai a Rodovia Fernão Dias e a esta cidade de Atibaia; deste ponto deflete à direita e segue por cerca de arame, margeando a referida estrada sentido a Rodovia Fernão Dias e a esta cidade de Atibaia, com o azimute de 314º38'29" e distância de 64,76 metros até o marco 20, num ponto de curva, deste ponto deflete à direita e segue em curva de raio de 15,73 metros, desenvolvendo uma distância de 10,60 metros pela confluência desta estrada municipal com a Estrada Municipal do Mackenzie, até o marco 21, ponto de curva; deste ponto deflete a direita e segue margeando a Estrada Municipal do Mackenzie, por cerca de arame e alambrado, em direção à Rodovia Fernão Dias e a cidade de Atibaia, por uma distância de 258,34 metros até o marco 1, início dessa descrição.
INCRA: 634.018.000.809-5, área total 17,0 ha, mod. fiscal 16,0 ha, n. mod. fiscais 1,0625, fmp 2,0 ha, NIRF: 3.852.743-0
PROPRIETARIOS:- ORLANDO FEDERZONI, arquiteto, RG. 2.550.250-SSP/SP, CPF. 027.513.218-87 e sua esposa, com quem é casado pelo regime da comunhão de bens, antes da vigência da Lei 6.515/77, EUCELIA FEDERZONI, do lar, RG. 4.939.085-SSP/SP, CPF. 147.385.298-62, brasileiros, residentes e domiciliados na Estrada Mackenzie, 3.300, bairro do Itapetinga, nesta cidade; e JOSE FORTUNA, brasileiro, divorciado, eletricitário, RG. 11.377.404-7-SSP/SP, CPF. 804.346.308-53, residente e domiciliado na Travessa Ultima Cantiga, 29, Penha, São Paulo-SP, na proporção de 77,10% ao primeiro e de 22,90% ao segundo.

CONTINUA NA FICHA 02.

Certidão emitida pelo SREI www.registradores.org.br Registradores Central Registradores de Imóveis

Esse documento foi assinado digitalmente por PERSIO RUAS MARTINS FILHO - 17/07/2020 09:00 PROTOCOLO: S20070088136D-93959

Para verificar a autenticidade, acesse https://www.registradores.org.br/validacao.aspx e digite o hash eb10d5bb-d811-4ee5-9671-e22a0a99ef0c

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 21/07/2020 às 16:57 , sob o número WAIA20700559027
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 00103369-26.2011.8.26.0048 e código 6786668.

OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS E ANEXOS DE ATIBAIA
Rua Castro Faife, nº 255 - 2º andar - sala 06 - centro - Atibaia - SP - CEP 12940-440 - Tel: (11) 4414-5550
Maria do Carmo de Rezende Campos Couto - Oficial

LIVRO Nº 2 - REGISTRO GERAL

REGISTRO DE IMÓVEIS
ATIBAIA - Estado de São Paulo

MATRÍCULA 93.959 | FICHA 02

TITULO AQUISITIVO:- R.3 de 19/04/2000 e Av.6 (Retificação administrativa), desta data, na matrícula 54.559, livro 02 de registro geral.
Atibaia, 05 de outubro de 2007.
[Microfilme nº. 202.878 de 14/05/2007 - Rolo nº. 3.630].

João de Amarante Leite
Escrevente Autorizado

R.1/93.959 - PERMUTA - Pela escritura de permuta lavrada aos 25.10.2007, no 2º Tabelionato de Notas local, Lv. 822, fls. 364, os condôminos, ORLANDO FEDERZONI, e s/mulher EUCELIA FEDERZONI, já qualificados, transmitiram **uma fração ideal de 77,10% do imóvel objeto desta matrícula a JOSÉ FORTUNA**, RG: 11.377.404-7/SP, CPF: 804.346.308/53, brasileiro, divorciado, eletricitário, domiciliado e residente em São Paulo/SP, na Rua Togo, n. 405, apto. 02, Jardim Japão, Vila Maria, pelo preço de R$ 19.500,00, **ficando desta forma proprietário da totalidade**. Foram apresentados os seguintes documentos do imóvel: 1) Certificado de Cadastro de Imóvel Rural - CCIR 2003 - 2004 - 2005; 2) Certidão Negativa de Débitos de Imóvel Rural, NIRF: 3.852.743-0, emitida em 24.10.2007; e, 3) Recibo de Entrega da Declaração do ITR através do DIAC/DIAT 2007. Valor Venal R$ 25.978,00. Atibaia, 08 de novembro de 2007. O Escrevente Autorizado,

EMERSON LUIS LADINI

(Protocolo 206258, de 01.11/Microfilme/Rolo 3653)

R.2 - 93.959 - VENDA E COMPRA - Por escritura Particular de venda e compra (art. 108 CCB), passada nesta cidade, em 11 de julho de 2008, o proprietário, **JOSÉ FORTUNA** (divorciado), já qualificado, atualmente domiciliado nesta cidade, na Rua Anice Cury Sabbag, 123, bairro do Ribeirão, transmitiu o imóvel desta matricula a **RAUL DONATO MENDES**, RG. 27.233.858-8 SSP/SP., CPF/MF. 252.972.718-00, brasileiro, solteiro, maior, comerciante, domiciliado nesta cidade, na Estrada Municipal do Mackenzie, Sítio Primavera, bairro do Ribeirão, pelo preço de R$ 10.500,00. O comprador e os vendedores, em comum acordo, dispensaram a apresentação dos documentos enumerados no Decreto n. 93.240/86, inclusive as certidões fiscais e de feitos ajuizados, declarando

CONTINUA NO VERSO

Certidão emitida pelo SREI www.registradores.org.br Registradores Central de Registradores de Imóveis

Para verificar a autenticidade, acesse https://www.registradores.org.br/validacao.aspx e digite o hash eb10d5bb-d811-4ee5-9671-e22a0a99ef0c

Esse documento foi assinado digitalmente por PERSIO RUAS MARTINS FILHO - 17/07/2020 09:00 PROTOCOLO: S20070088136D-93959

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 21/07/2020 às 16:57 , sob o número WAIA20700559027
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 00103369-26.2011.8.26.0048 e código 6786668.

MATRÍCULA 93.959 | FICHA 02 VERSO

expressamente e sob responsabilidade solidária, que tem pleno conhecimento da lei 11.382/06. Foi apresentada a comprovação da quitação do Imposto Territorial Rural, dos cinco últimos exercícios, através da Certidão de Regularidade Fiscal do Imóvel Rural, expedida pelo Ministerio da Fazenda Secretaria da Receita Federal, em 10/07/2008, com validade até 12/01/2009, nº. 84FA.5ADE.6569.4BA6, o DIAC/DIAT 2007 e o C.C.I.R. 2003/2004/2005 expedido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrario - MDA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agraria - INCRA, com recolhimento da taxa de serviços cadastrais, e guia de ISTBI no valor de R$ 210,00, devidamente autenticada. Atibaia, 22 de julho de 2008.
[Microfilme nº. 211.456 de 11/07/2008 - Rolo nº. 3.820].

Ingrid Aila Constantino Veliani
Escrevente Autorizado

Av.03/93.959 – Protocolo Eletrônico n. 323.627 de 12/09/2018 – **PENHORA** - Conforme certidão expedida pelo Juízo da 1ª Vara Cível de Atibaia - SP, em 11/09/2018, nos autos da ação de Execução Civil - proc. nº **00103692620118260048**, protocolo PH000229481, que GABRIELE BARALDI, CPF: 063.971.668-72, move em face de RAUL DONATO MENDES, já qualificado, foi determinada a **PENHORA** do imóvel aqui matriculado, sendo nomeado depositário o executado. Valor da causa: R$ 828.266,63. Atibaia, 10 de outubro de 2018. O Escrevente,

Thiago Henrique Alonso Netto

CERTIFICO E DOU FÉ, que a presente é reprodução autêntica da Matrícula nº 93959 do livro 2 de Registro Geral, extraída nos termos do artigo 19 da Lei 6.015/73 e reproduz os atos relativos a ônus e alienações, relatando os fatos jurídicos até o último ato acima, e até o dia útil anterior a esta data. Esta certidão serve de filiação vintenária no caso da matrícula ter sido aberta há mais de 20 anos. Certidão Digital expedida conforme o item 356 e seguintes do Cap. XX - Tomo II das NSCGJSP.
O Escrevente, José Roberto Amaral Zanoni.
Atibaia-SP, 16 de julho de 2020.
Selo nº: [1204853C3QX000140518EN206] - https://selodigital.tjsp.jus.br
Of:32,97+Est:9,37+S.FAZ:6,41+RC:1,74+TJ:2,26+MP:1,58+ISS:0,66=R$54,99.
Para lavratura de escrituras esta certidão é valida por 30 dias (NSCGJSP Cap. XIV, 15, "c").

Certidão emitida pelo SREI
www.registradores.org.br
Registradores
Central Registradores de Imóveis

Para verificar a autenticidade, acesse https://www.registradores.org.br/validacao.aspx e digite o hash eb10d5bb-d811-4ee5-9671-e22a0a99ef0c

Esse documento foi assinado digitalmente por PERSIO RUAS MARTINS FILHO - 17/07/2020 09:00 PROTOCOLO: S20070088136D-93959

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 21/07/2020 às 16:57 , sob o número WAIA20700559027
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 00103692620118260048 e código 6786668.

FATURA DE SERVIÇOS

SAAE ATIBAIA
PRAÇA ROBERTO GOMES PEDROSA - CENTRO, 11 - CENTRO - ATIBAIA - SP
CEP: 12941-606 CNPJ: 45.743.580/0001-45
Telefone: (11) 4414-3500

PARA SUA COMODIDADE UTILIZE A AGÊNCIA VIRTUAL

www.saaeatibaia.com.br

NOME / ENDEREÇO	GRUPO	REFERÊNCIA	C D C
	59	05/2019	47331-6

RAUL DONATO MENDES
Estr. MACKENZIE - R. PORCOS, 3000 Sitio Primavera
RIBEIRÃO DOS PORCOS, ATIBAIA - SP CEP: 12942-135

CATEGORIA / ECONOMIA

R001 C000 I000 P000 Localização: 01.01.0509.0001.2680.0001

DESCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS

LIXO R-0	24,02

Valor Base Tributos: R$ 24,02

PISR$ 0,40
COFINSR$ 1,83

VENCIMENTO:	28/06/2019	TOTAL A PAGAR:	24,02

SAAE informa: Reajuste de 4,53% nas tarifas de água e esgoto e nos preços de serviços, conf. Resolução ARES-PCJ nº 259/2018 de 07/11/2018.

AVISO DÉBITO: Em 15/01/2019, consta 1 faturas vencidas no valor total 22,21.

CONTROLE DE QUALIDADE DA ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO

Parâmetros							
Máximo Permitido							
05/2019							

Fatura em débito automático. Obrigado por manter a sua conta em dia.

C D C	REF.	VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR
47331-6	05/2019	28/06/2019	24,02

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA NO VERSO

SAAE ATIBAIA
PRAÇA ROBERTO GOMES PEDROSA - CENTRO, 11 - CENTRO - ATIBAIA - SP
CEP: 12941-606 CNPJ: 45.743.580/0001-45

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 21/07/2020 às 16:57 , sob o número WAIA20700559027
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 00103369-26.2011.8.26.0048 e código 6786675.

FATURA DE SERVIÇOS

SAAE ATIBAIA
PRAÇA ROBERTO GOMES PEDROSA - CENTRO, 11 - CENTRO - ATIBAIA - SP
CEP: 12941-606 CNPJ: 45.743.580/0001-45
Telefone: (11) 4414-3500

PARA SUA COMODIDADE UTILIZE A AGÊNCIA VIRTUAL
www.saaeatibaia.com.br

NOME / ENDEREÇO	GRUPO	REFERÊNCIA	CDC
	59	03/2020	47331-6

RAUL DONATO MENDES
Rodovia MUNICIPAL ENGENHARIA MACKENZIE - ITAPETINGA, 3000 Sitio Primavera
ITAPETINGA, ATIBAIA - SP CEP: 12942-135

CATEGORIA / ECONOMIA				
R001	C000	I000	P000	Localização: 01.01.0509.0001.2680.0001

DESCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS	
LIXO R-0	25,17

Valor Base Tributos: R$ 25,17

PISR$ 0,42
COFINSR$ 1,91

VENCIMENTO:	28/04/2020	TOTAL A PAGAR:	25,17

À partir da ref.: 06/2020 haverá reajuste na TAXA DE LIXO pelo índice inflacionário acumulado dos últimos 12 meses.

AVISO DÉBITO: Em 11/02/2020, consta 1 faturas vencidas no valor total 22,21.

CONTROLE DE QUALIDADE DA ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO

Parâmetros							
Máximo Permitido							
03/2020							

Fatura em débito automático. Obrigado por manter a sua conta em dia.

CDC	REF.
47331-6	03/2020

VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR
28/04/2020	25,17

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA NO VERSO

SAAE ATIBAIA
PRAÇA ROBERTO GOMES PEDROSA - CENTRO, 11 - CENTRO - ATIBAIA - SP
CEP: 12941-606 CNPJ: 45.743.580/0001-45

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 21/07/2020 às 16:57 , sob o número WAIA20700559027
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 00103369-26.2011.8.26.0048 e código 678667D.

PREFEITURA DA ESTÂNCIA DE ATIBAIA
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS
NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA
Código de Verificação
50695796R9

Nº Nota (Nova Versão)
849

Data de Emissão
20/MAI/2020
16:07:39

Competência
05/2020

PRESTADOR DE SERVIÇOS

Razão Social/Nome: **J. DO A. MINE ATIBAIA ME**
CNPJ/CPF: **02.704.086/0001-69**
Endereço: **AV. SÃO JOÃO, 760**
Complemento: **Não Informado**
Município: **Atibaia**
E-mail: **graciela-rp@hotmail.com**
Insc. Municipal: **22662**
CEP: **12.940-260**
Bairro: **CENTRO**
UF: **SP**
Telefone: **(11) 44131432**
Insc. Estadual:
País: **BRASIL**

TOMADOR DE SERVIÇOS

Razão Social/Nome: **RAUL DONATO MENDES**
CNPJ/CPF: **252.972.718-00**
Endereço: **ESTRADA MACKENZIE , 3000**
Complemento: **Não Informado**
Município: **ATIBAIA**
E-mail:
Insc. Municipal:
CEP: **12.942-135**
Bairro: **RIBEIRÃO DOS PORCOS**
UF: **SP**
Telefone:
Insc. Estadual:
País: **BRASIL**

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS

Reforma das almofadas

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

VALOR TOTAL DA NOTA = R$ 300,00

Local da Prestação de Serviço: **ATIBAIA - SP**

Código do Serviço:
Ativ. Serviço: 14.11 - Tapeçaria e reforma de estofamentos em geral.

Valor do INSS Retido (R$)	Valor do IRRF Retido (R$)	Valor do CSLL Retido (R$)	Valor do PIS Retido (R$)	Valor do COFINS Retido (R$)
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Vlr Deduções (R$)	Vlr. Desc. Incondicional	Base de Cálculo do ISS (R$)	Alíquota	Valor do ISS (R$)	Valor Líquido da Nota (R$)
	0,00	300,00	2,01	6,03	300,00

OUTRAS INFORMAÇÕES

O ISSQN desta NFS-e será recolhido pelo PRESTADOR.

Empresa optante do SIMPLES NACIONAL.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 21/07/2020 às 16:57 , sob o número WAIA20700559027
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 00103369-26.2011.8.26.0048 e código 6786687.

DECLARAÇÃO para efeitos da Lei 1060/50

RAUL DONATO MENDES, brasileiro, solteiro, trabalhador rural, portador do RG. 27.233.858-8, SSP/SP., e do CPF 252.972.718-00, residente e domiciliado na Estrada do Mackenzie - 3000 - Bairro do Itapetinga - ATIBAIA/SP., **DECLARA** para os devidos fins, ser hipossuficiente no sentido interpretativo da Lei 1060/50 e suas posteriores alterações, sujeitando-se às sanções cíveis, administrativas e criminais previstas na legislação aplicável, face a presente.

Por ser verdade, firma a presente.

ATIBAIA, 05 de Dezembro de 2014.

Raul Donato Mendes

RAUL DONATO MENDES

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 21/07/2020 às 16:57 , sob o número WAIA20700559027
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 6786695.

MENSAGEM DO SENHOR MINISTRO

Criada em 1932, a Carteira de Trabalho e Previdência Social resistiu ao passar dos anos, assimilando com muita presteza as profundas modificações que se registraram, nestas décadas, na composição, distribuição e qualificação da nossa força de trabalho.

Sem nenhum exagero, pode-se afirmar que este documento, por muitos ainda hoje conhecido como "carteira profissional", converteu-se num dos mais importantes instrumentos à disposição do trabalhador, fazendo às vezes de cédula de identidade, título de crédito, atestado de antecedentes, de boa conduta e de residência, para citar apenas algumas das suas múltiplas utilidades.

Em sua simplicidade, a CTPS reflete a carreira do trabalhador e sua evolução profissional. Cabe-lhe pois, protegê-la atenta e cuidadosamente, porque enquanto pelos seus aspectos externos essa Carteira revela traços importantes da personalidade e da formação do seu possuidor, os registros internos, habitualmente insubstituíveis, se constituem nas melhores garantias da preservação e da efetivação dos seus direitos trabalhistas e previdenciários.

Almir Pazzianotto Pinto

MINISTÉRIO DO TRABALHO

SECRETARIA DE EMPREGO E SALÁRIO

CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

DELEGACIA REGIONAL DO TRABALHO - DRT - SÃO PAULO

Número 048428 Série 00126 S. P.

Polegar Direito

ASSINATURA DO PORTADOR

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 21/07/2020 às 16:57 , sob o número WAIA20700559027
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 67866A3.

8

QUALIFICAÇÃO CIVIL

Nome Raul Donato Duarte

Loc. Nasc. Alfenas

Est. Minas Gerais Data 14/12/73

Filiação José Rogério Duarte e

Maria da Penha Duarte

Est. Civil Solteiro Doc. Nº 36663

Fls 50 Liv. A-73 Reg. Civil C.N

Outro doc.

Situação Militar: Doc.

Nº ..... Órgão ..... Est .....

Naturalizado Dec. Nº ..... Em ...../...../.....

ESTRANGEIROS

Chegada ao Brasil em .....

Doc. Ident. Nº ..... Exp. em ...../...../.....

Estado .....

Obs .....

Data Emissão 22/06/93 DRT Alfenas

Assinatura do Funcionário

Ricardo Leite Gonçalves

9

ALTERAÇÕES DE IDENTIDADE

(Com relação nome, est. civil e data nasc.)

Nome .....

Doc. .....

Nome .....

Doc. .....

Nome .....

Doc. .....

Est. Civil .....

Doc. .....

Est. Civil .....

Doc. .....

Nascimento .....

Doc. .....

12

CONTRATO DE TRABALHO

Empregador .....

CGC/MF. .....

Rua ..... Nº .....

Município ..... Est. .....

Esp. do estabelecimento .....

Cargo .....

..... C.B.O. nº .....

Data admissão ..... de ..... de 19.....

Registro nº ..... Fls./Ficha .....

Remuneração especificada .....

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

1º ..... 2º .....

Data saída ..... de ..... de 19.....

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

1º ..... 2º .....

Com. Dispensa CD Nº .....

13

CONTRATO DE TRABALHO

Empregador .....

CGC/MF. .....

Rua ..... Nº .....

Município ..... Est. .....

Esp. do estabelecimento .....

Cargo .....

..... C.B.O. nº .....

Data admissão ..... de ..... de 19.....

Registro nº ..... Fls./Ficha .....

Remuneração especificada .....

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

1º ..... 2º .....

Data saída ..... de ..... de 19.....

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

1º ..... 2º .....

Com. Dispensa CD Nº .....

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 21/07/2020 às 16:57 , sob o número WAIA20700559027
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 67866AE.

PREVIDÊNCIA SOCIAL

INSS

CNIS – Cadastro Nacional de Informações Sociais

Dados Pessoa Física - Portal CNIS

Critérios de busca

Nit:	**CPF:**	**Nome:** RAUL DONATO MENDES
Data de Nascimento: 14/12/1973	**CNH:**	**Nome da Mãe:**
Título de Eleitor:	**CTPS:**	**Identidade:**

Dados Pessoa Física

Pessoa Física não localizada na base de dados do CNIS

"O INSS poderá rever a qualquer tempo as informações constantes deste extrato, conforme artigo 19, § 3° do Decreto 3.048/99."

fls. 862

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 21/07/2020 às 16:57 , sob o número WAIA20700559027
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 67866B5.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

JUCESP
Junta Comercial do Estado de São Paulo

CONSULTA DE NOME EMPRESARIAL

Resultados 0 - 0 de 0 para o termo 'RAUL DONATO MENDES'

Sua pesquisa não encontrou nenhuma empresa correspondente.

Total de Empresas: 0

JUCESP GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO documento assinado digitalmente

Consulta de Nome Empresarial emitida para DUENES DO CARMO SILVA : 01183155875. Documento certificado por JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. A Junta Comercial do Estado de São Paulo, garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br sob o número de autenticidade 133939548, segunda-feira, 18 de maio de 2020 às 17:52:58.

Documento Gratuito
Proibida a Comercialização

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 21/07/2020 às 16:57 , sob o número WAIA20700559027
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 00103369-26.2011.8.26.0048 e código 67866B9.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ATIBAIA
FORO DE ATIBAIA
1ª VARA CÍVEL
Rua Napoleão Ferro, 315, Alvinópolis - CEP 12942-610, Fone: (11) 4412-9688, Atibaia-SP - E-mail: atibaia1cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

DECISÃO

Processo Digital nº:	**0010369-26.2011.8.26.0048 - Controle nº 2011/001527**
Classe - Assunto	**Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material**
Requerente:	**Gabriele Baraldi**
Requerido:	**Raul Donato Mendes**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Adriana da Silva Frias Pereira**

Vistos.

1) As arguições trazidas a lume, mais uma vez, pelo executado já foram decididas nos autos, inclusive em Superior Instância, em que foi negado o benefício da gratuidade, bem como afastada a impenhorabilidade do bem (fls. 700 e 749)

Não há elementos novos a considerar.

Diante da insistência do executado, que se opõe à execução empregando meios artificiosos e resiste injustificadamente às ordens judiciais, advirto-o de que seu procedimento constitui ato atentatório à dignidade da Justiça (CPC, art. 772, II cc 774, II e IV), passível de aplicação de multa se nova manifestação neste sentido for apresentada.

2) Quanto aos cálculos, diga a exequente em 5 dias.

3) Mantenho o leilão já designado.

Intime-se.

Atibaia, 22 de julho de 2020.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ADRIANA DA SILVA FRIAS PEREIRA, liberado nos autos em 22/07/2020 às 17:20 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 679C0AB.

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA 1ª. VARA CÍVEL DA COMARCA DE ATIBAIA.

Processo 0010369-26.2011.8.26.0048-Indenização por dano material
Requerentes: Espólio de Gabriele Baraldi e outra
Requerido: Raul Donato Mendes

RAUL DONATO MENDES, qualificado, residente e domiciliado na Estrada Municipal do Mackenzie – 3000 – Sítio Primavera - Bairro Itapetinga – CEP 12948-490 – ATIBAIA, SP., vem respeitosamente a presença de Vossa Excelência, por sua advogada assinando digitalmente, manifestar-se no presente.

1 - Requer se digne Vossa Excelência, **apreciar** a Petição de **fls. 812**, sobre o NÃO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS DO EDITAL, artigo 886, VI do CPC.

2 – Com o máximo respeito, e pelo fato de V.Exa. afirmar às fls.864:

"Não há elementos novos a considerar"

Ante a possibilidade de reconsideração, e de que a Impenhorabilidade pode ser requerida a qualquer tempo, pede apreciação do documento de **fls. 851, ESCRITURA DE DECLARAÇÃO**, posto que a lei lhe confira fé pública.

3 – Aguarda pela manifestação da Autora quanto a retificação dos cálculos.

Termos em que,
Pede Deferimento.

Atibaia, 23 de julho de 2020.

Duenes do Carmo Silva
OAB.SP. 209712

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 23/07/2020 às 10:04 , sob o número WAIA20700565736
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 67AC784.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0426/2020, foi disponibilizado na página 659/662 do Diário da Justiça Eletrônico em 24/07/2020. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subseqüente à data acima mencionada.

Advogado
Melissa Yumi Koga Baraldi (OAB 211408/SP)
Duenes do Carmo Silva (OAB 209712/SP)
Arthur da Motta Trigueiros Neto (OAB 237457/SP)
Fernando Jose Cerello Gonçalves Pereira (OAB 268408/SP)

Teor do ato: "Vistos. 1) As arguições trazidas a lume, mais uma vez, pelo executado já foram decididas nos autos, inclusive em Superior Instância, em que foi negado o benefício da gratuidade, bem como afastada a impenhorabilidade do bem (fls. 700 e 749) Não há elementos novos a considerar. Diante da insistência do executado, que se opõe à execução empregando meios artificiosos e resiste injustificadamente às ordens judiciais, advirto-o de que seu procedimento constitui ato atentatório à dignidade da Justiça (CPC, art. 772, II cc 774, II e IV), passível de aplicação de multa se nova manifestação neste sentido for apresentada. 2) Quanto aos cálculos, diga a exequente em 5 dias. 3) Mantenho o leilão já designado. Intime-se."

Atibaia, 24 de julho de 2020.

Natália Aparecida da Silva
Chefe de Seção Judiciário

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA APARECIDA DA SILVA, liberado nos autos em 24/07/2020 às 11:40 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 67C490B.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DO FORO DA COMARCA DE ATIBAIA, SP.

Processo número 0010369.26.2011.8.26.0048

ESPÓLIO DE GABRIELE BARALDI, já qualificado nos autos em epígrafe que move em desfavor de **RAUL DONATO MENDES,** por sua procuradora subscritora, vem, respeitosamente à presença de Vossa Excelência, em cumprimento ao r. despacho, manifestar-se a respeito do cálculo apresentado, no seguinte sentido.

O Exequente, às fls 684, aduz concordar com os valores apresentados na avaliação do Sr. Oficial de Justiça, atribuindo o valor do imóvel em R$1.251.657,80.

Apresentou também o seu cálculo do débito, que atualizado para 31.08.18 era de R$825.266,23.

Não havendo manifestação do perito judicial indicado por Vossa Excelência por falta de pagamento de honorários por parte do Executado, entende-se que o valor a ser homologado e o apresentado pelo Sr. Oficial de Justiça.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA YUMI KOGA BARALDI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 27/07/2020 às 11:01 , sob o número WAIA20700574662
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 67EB81A.

Ademais, requer a Vossa Excelência a aplicação de multa por litigância de má-fé, vez que em petição de fls 865, protocolizada no dia 23.07, o Executado insiste em reiterar o pedido de apreciação de "documento comprovando fatos novos", mais uma vez tentando reverter a penhora do imóvel a ser leiloado, com fim meramente protelatório.

Termos em que,
pede e espera deferimento.

De São Paulo para Atibaia, 27 de Julho de 2020.

documento assinado digitalmente

MELISSA YUMI KOGA BARALDI
OAB/SP 211.408

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA YUMI KOGA BARALDI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 27/07/2020 às 11:01 , sob o número WAIA20700574662
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 67EB81A.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ATIBAIA
FORO DE ATIBAIA
1ª VARA CÍVEL
Rua Napoleão Ferro, 315, Alvinópolis - CEP 12942-610, Fone: (11) 4412-9688, Atibaia-SP - E-mail: atibaia1cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

DECISÃO

Processo Digital nº:	**0010369-26.2011.8.26.0048 - Controle nº 2011/001527**
Classe - Assunto	**Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material**
Requerente:	**Gabriele Baraldi**
Requerido:	**Raul Donato Mendes**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Adriana da Silva Frias Pereira**

Vistos.

1) Retifique-se o edital, constando os informes prestados pelo executado às fls. 813. Intime-se o gestor por e-mail.

2) Mantenho, no mais, o quanto já decidido.

Intime-se.

Atibaia, 27 de julho de 2020.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ADRIANA DA SILVA FRIAS PEREIRA, liberado nos autos em 27/07/2020 às 19:42 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 67F3ED9.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ATIBAIA
FORO DE ATIBAIA
1ª VARA CÍVEL
Rua Napoleão Ferro, 315, Alvinópolis - CEP 12942-610, Fone: (11) 4412-9688, Atibaia-SP - E-mail: atibaia1cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

CERTIDÃO

Processo Digital n°:	**0010369-26.2011.8.26.0048**
Classe – Assunto:	**Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material**
Requerente:	**Gabriele Baraldi**
Requerido:	**Raul Donato Mendes**

C E R T I D Ã O

Certifico e dou fé que nesta data encaminhei e-mail para a mega leiloes conforme decisão de fls. 869. Nada Mais. Atibaia, 28 de julho de 2020. Eu, ___, Alexandre Marques Munhoz, Chefe de Seção Judiciário.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ALEXANDRE MARQUES MUNHOZ, liberado nos autos em 28/07/2020 às 14:31 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 680ADFE.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DO FORO DA COMARCA DE ATIBAIA/SP

Processo nº 0010369-26.2011.8.26.0048
Controle nº 1527/2011

MEGA LEILÕES GESTOR JUDICIAL, por seu advogado nos autos da **Ação de Procedimento Comum Cível** ajuizada por **GABRIELE BARALDI** em face de **RAUL DONATO MENDES,** em atenção ao r. despacho de fls., apresentar **MINUTA DE EDITAL RETIFICADO para constar** o agravo de Instrumento, dentro do prazo para embargos de declaração; e Cumprimento Provisório de Sentença pendente de impugnação para conferencia e aprovação conforme anexo. (doc. 01).

Destaca-se que o leilão será disponibilizado no site desta Gestora (Art. 887 § 2ª NCPC) , qual seja, www.megaleiloes.com.br , servido o mesmo como meio de divulgação, conforme determinado nas fls., destes autos.

Requer que a presente minuta de edital seja APROVADA por este Juízo, e como indicativo de aprovação sejam disponibilizadas as datas do leilão as partes através do Diário de Justiça Eletrônico, evitando qualquer arguição de nulidade futura.

Por fim, requer a intimação de eventual retificação do edital se dê através do e-mail contato@megaleiloes.com.br, na pessoa do representante legal Fernando José Cerello Gonçalves Pereira - OAB/SP nº 268/408.

O **1º Leilão** terá início no **dia 03/08/2020 às 15:30h** e se encerrará **dia 06/08/2020 às 15:30h**, onde somente serão aceitos lances iguais ou

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por FERNANDO JOSE CERELLO GONCALVES PEREIRA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 30/07/2020 às 13:28 , sob o número WAIA20700588442
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 683B6AD.

superiores ao valor da avaliação; não havendo lance igual ou superior ao valor da avaliação, seguir-se-á sem interrupção o **2º Leilão**, que terá início no **dia 06/08/2020 às 15:31h** e se encerrará no **dia 31/08/2020 às 15:30h**, onde serão aceitos lances com no mínimo 70% (setenta por cento) do valor da avaliação.

Termos em que, pede deferimento.

São Paulo, 30 de julho de 2020.



Fernando José Cerello Gonçalves Pereira

OAB/SP nº 268.408

JUCESP Nº 844

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por FERNANDO JOSE CERELLO GONCALVES PEREIRA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 30/07/2020 às 13:28 , sob o número WAIA20700588442
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 683B6AD.

1ª Vara Cível do Foro da Comarca de Atibaia/SP

EDITAL DE 1º E 2º LEILÃO e de intimação do executado **RAUL DONATO MENDES**, inscrito no CPF/MF sob o nº 252.972.718-00; **bem como seu cônjuge, se casado for. A Dra. Adriana da Silva Frias Pereira**, MM. Juíza de Direito da 1ª Vara Cível do Foro da Comarca de Atibaia/SP, na forma da lei, **FAZ SABER**, aos que o presente Edital de 1º e 2º Leilão do bem imóvel, virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, que por este Juízo processam-se os autos da **Ação de Procedimento Comum Cível** ajuizada por **GABRIELE BARALDI** em face de **RAUL DONATO MENDES - Processo nº 0010369-26.2011.8.26.0048 – Controle nº 1527/2011,** e que foi designada a venda do bem descrito abaixo, de acordo com as regras expostas a seguir: **DO IMÓVEL** - O imóvel será vendido em caráter "AD CORPUS" e no estado em que se encontra, sem garantia, constituindo ônus da parte interessada verificar suas condições antes das datas designadas para as alienações judiciais eletrônicas. **DA PUBLICAÇÃO DO EDITAL -** O edital será publicado na rede mundial de computadores, no sítio do gestor www.megaleiloes.com.br, em conformidade com o disposto no art. 887, § 2º, do Código de Processo Civil, inclusive as fotos e a descrição detalhada do imóvel a ser apregoado. **DA VISITAÇÃO** - Os interessados em vistoriar o bem deverão enviar solicitação por escrito ao e-mail visitacao@megaleiloes.com.br. Cumpre esclarecer que cabe ao responsável pela guarda do bem autorizar o ingresso dos interessados, sendo que a visitação nem sempre será possível, pois alguns bens estão em posse do executado. Independente da realização da visita, a arrematação será por conta e risco do interessado. **DO LEILÃO** - O Leilão será realizado por **MEIO ELETRÔNICO**, através do Portal www.megaleiloes.com.br, o **1º Leilão** terá início no **dia 03/08/2020 às 15:30h** e se encerrará **dia 06/08/2020 às 15:30h**, onde somente serão aceitos lances iguais ou superiores ao valor da avaliação; não havendo lance igual ou superior ao valor da avaliação, seguir-se-á sem interrupção o **2º Leilão**, que terá início no **dia 06/08/2020 às 15:31h** e se encerrará no **dia 31/08/2020 às 15:30h**, onde serão aceitos lances com no mínimo 70% (setenta por cento) do valor da avaliação. **DO CONDUTOR DO LEILÃO** – O Leilão será conduzido pelo Leiloeiro Oficial Sr. Fernando José Cerello Gonçalves Pereira, matriculado na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP sob o nº 844. **DO VALOR MÍNIMO DE VENDA DO BEM** – No **2º Leilão**, o valor mínimo para a venda do bem corresponderá a **70% (setenta por cento)** do valor da avaliação judicial, que será atualizada até a data da alienação judicial. **DOS LANCES** – Os lances poderão ser ofertados pela Internet, através do Portal www.megaleiloes.com.br. **DOS DÉBITOS** – Eventuais ônus sobre o imóvel correrão por conta do arrematante, exceto eventuais débitos de ITR e demais taxas e impostos que serão sub-rogados no valor da arrematação nos termos do art. 130, "caput" e parágrafo único, do CTN. **DO PAGAMENTO** - O arrematante deverá efetuar o pagamento do preço do bem arrematado, no prazo de até 24h (vinte e quatro horas) após o encerramento do leilão através de guia de depósito judicial em favor do Juízo responsável, sob pena de se desfazer a arrematação. **DA PROPOSTA -** Os interessados poderão apresentar proposta de pagamento parcelado, encaminhando parecer por escrito para o e-mail: proposta@megaleiloes.com.br (Art. 895, I e II, CPC). **A apresentação de proposta não suspende o leilão (Art. 895, § 6º, CPC) e o pagamento do lance à vista sempre prevalecerá sobre o parcelado, ainda que mais vultoso (Art. 895, § 7º, CPC). PENALIDADES PELO DESCUMPRIMENTO DAS PROPOSTAS -** Em caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de dez por cento sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas; O inadimplemento autoriza o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos serem formulados nos autos da execução em que se deu a arrematação (Art. 895, § 4º e 5º do CPC). **DA COMISSÃO** – O arrematante deverá pagar à MEGALEILOES GESTOR JUDICIAL, a título de comissão, o valor correspondente a **5% (cinco por cento)** sobre o preço de arrematação do imóvel. A comissão devida à Mega Leilões gestor judicial não está incluída no valor do lance e não será devolvida ao arrematante em nenhuma hipótese, salvo se a arrematação for desfeita por determinação judicial ou por razões alheias à vontade do arrematante. **DO PAGAMENTO DA COMISSÃO** - O pagamento da comissão da MEGALEILÕES GESTOR JUDICIAL deverá ser realizado em até 24h (vinte e quatro horas) a

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por FERNANDO JOSE CERELLO GONCALVES PEREIRA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 30/07/2020 às 13:28 , sob o número WAIA20700588442
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 683B6BE.

contar do encerramento do leilão, através de guia de depósito que será enviada por e-mail. **Todas as regras e condições do Leilão estão disponíveis no Portal www.megaleiloes.com.br.** Por qualquer motivo caso a intimação pessoal do executado não se realizar por meio de seus advogados ou pelo endereço constante dos autos, será intimado através do próprio edital de leilão nos termos do art. 889, I, do CPC. **RELAÇÃO DO BEM: MATRÍCULA Nº 93.959 DO CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE ATIBAIA/SP - IMÓVEL:** Gleba 1, com a área total de 42.115,19 metros quadrados, denominado "Sítio Primavera", e que corresponde à parte do terreno que originariamente era composto de três quinhões distintos, mas anexos formando um só todo, correspondente as glebas 1, 3, 4, 5 e 6, situado no Bairro do Itapetinga, zona rural do Município e Comarca de Atibaia-SP, localizado na margem direita da Estrada Municipal do Mackenzie, sentido de quem do imóvel vai a Rodovia Fernão Dias e a cidade de Atibaia, contendo casa sede do imóvel, cada de empregado, ambas de tijolos e telhas, pomar e pequenas benfeitorias, compreendida dentro das seguintes medidas, divisas e confrontações: "Tem início no marco 01, situado na margem direita da Estrada Municipal do Mackenzie, sentido de quem do imóvel vai a Rodovia Fernão Dias e a cidade de Atibaia, numa ponte sobre um pequeno córrego, onde confronta com o imóvel objeto da Matrícula 768, de propriedade Alberto Cardoso de Almeida e sua esposa Hanne Barb Herlinde Hinderberger Cardoso de Almeida; deste ponto abandonando a estrada, segue por cerca e alambrado, com esta confrontação com os seguintes azimutes e distancias: 7º37'58" e distancia de 56,04 metros até o marco 2; 21º15'18" e distancia de 14,36 metros até o marco 03; 48º14'03" e distancia de 35,26 metros até o marco 4; 40º06'44" e distancia de 27,04 metros até o marco 5; cravado num canto de cerca de arame, no vértice formado com a divisa do imóvel objeto da Matrícula 49952, denominado Gleba B, de propriedade de Gabriele Baraldi e s/m Annita Baraldi e de Orlando Genaro e s/m Anna Molezinini Genaro; deste ponto deflete à direita e segue, por muro, com esta confrotação, com os seguintes azimutes e distancias: 141º41'26" e distancia de 103,53 metros até o marco 6; 147º51'08" e distancia de 49,38 metros até o marco 7, no canto do muro, e alinhamento de uma cerca de arame; deste ponto segue, por cerca de arame, com a mesma confrontação, com os seguintes azimutes e distâncias: 148º55'00" e distancia de 60,23 metros até o marco 8; 156º50'03" e distancia de 23,60 metros até o marco 10; 163º29'52" e distancia de 25,91 metros até o marco 11; vértice formado com a divisa do imóvel objeto da Matrícula 49951, denominado Gleba A, de propriedade de Moyses Albano Nunes e s/m Neide Bravo Nunes, Altino Luiz de Campos Pinheiro e s/m Carmem Assunta Candido de Faria Campos Pinheiro e Elda Genaro; deste ponto segue, ainda, por cerca de arame, com esta confrontação, com os seguintes azimutes e distancias: 158º51'09" e distancia de 29,94 metros até o marco 12; 183º13'18" e distancia de 18,40 metros até o marco 13; 223º25'53" e distancia de 26,79 metros até o marco 14; 192º47'39" e distancia de 27,74 metros até o marco 15; 182º50'11" e distância de 18,27 metros até o marco 16; 226º51'07" e distancia de 47,79 metros até o marco 19; cravado numa ponte sob um córrego e margem de uma Estrada Municipal que do bairro vai a Rodovia Fernão Dias e a esta cidade de Atibaia; deste ponto deflete à direita e segue por cerca de arame, margeando a referida estrada sentido a Rodovia Fernão Dias e a esta cidade de Atibaia, com o azimute de 314º38'29" e distancia de 64,76 metros até o marco 20, num ponto de curva, deste ponto deflete à direita e segue em curva de raio de 15,73 metros, desenvolvendo uma distancia de 10,60 metros pela confluência desta estrada municipal com a Estrada Municipal do Mackenzie, por cerca de arame e alambrado, em direção à Rodovia Fernão Dias e a cidade de Atibaia, por uma distancia de 258,34 metros até o marco 1, inicio dessa descrição. INCRA nº 634.018.000.809-5, área total 17,0ha, mod. Fiscal 16,0ha, nº mod. Fiscais 1,0625, fmp 2,0ha, NIRF: 3.852.743-0. **Consta na Av.03 desta matrícula** a penhora exequenda do imóvel objeto desta matrícula, sendo nomeado depositário o executado. **Valor da Avaliação do Imóvel: R$ 1.251.657,80 (um milhão, duzentos e cinquenta e um mil, seiscentos e cinquenta e sete reais e oitenta centavos) para janeiro de 2019, que será atualizado até a data da alienação conforme tabela de atualização monetária do TJ/SP.** Consta nos autos Agravo de Instrumento, dentro do prazo para embargos de declaração; bem como Cumprimento Provisório de Sentença, Processo 0001385-82.2013.8.26.0048, em tramite 1ª Vara Cível do Foro da Comarca de Atibaia/SP, pendente de julgamento da Impugnação.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por FERNANDO JOSE CERELLO GONCALVES PEREIRA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 30/07/2020 às 13:28 , sob o número WAIA20700588442
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 683B6BE.

Atibaia, 30 de julho de 2020.

Eu, _____, diretora/diretor, conferi.

_____

Dra. Adriana da Silva Frias Pereira
Juíza de Direito

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por FERNANDO JOSE CERELLO GONCALVES PEREIRA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 30/07/2020 às 13:28 , sob o número WAIA20700588442
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 683B6BE.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0446/2020, foi disponibilizado na página 605/610 do Diário da Justiça Eletrônico em 31/07/2020. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subseqüente à data acima mencionada.

Advogado
Melissa Yumi Koga Baraldi (OAB 211408/SP)
Duenes do Carmo Silva (OAB 209712/SP)
Arthur da Motta Trigueiros Neto (OAB 237457/SP)
Fernando Jose Cerello Gonçalves Pereira (OAB 268408/SP)

Teor do ato: "Vistos. 1) Retifique-se o edital, constando os informes prestados pelo executado às fls. 813. Intime-se o gestor por e-mail. 2) Mantenho, no mais, o quanto já decidido. Intime-se."

Atibaia, 31 de julho de 2020.

Natália Aparecida da Silva
Chefe de Seção Judiciário

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA APARECIDA DA SILVA, liberado nos autos em 31/07/2020 às 13:45 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 6853076.

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA 1ª. VARA CÍVEL DA COMARCA DE ATIBAIA.

Processo 0010369-26.2011.8.26.0048-Indenização por dano material
Requerentes: Espólio de Gabriele Baraldi
Requerido: Raul Donato Mendes

RAUL DONATO MENDES, brasileiro, trabalhador rural, portador do RG. 27.233.858-9 – SSP/SP., e do CPF 252.972.718-00, residente e domiciliado na Estrada Municipal do Mackenzie – 3000 – Sítio Primavera - Bairro Itapetinga – CEP 12948-490 – ATIBAIA, SP., vem respeitosamente a presença de Vossa Excelência, por sua advogada assinando digitalmente, manifestar-se no presente.

I – DO EDITAL DO LEILÃO

1 – Com o devido respeito a decisão de fls. 864, item 1, mas é de rigor a provocação da Justiça, ante a constatação da manutenção do Leilão Judicial, sem que se tenha Vossa Excelência aprovado o novo EDITAL de fls. 873 a 875.

Dito EDITAL também contém irregularidades a sanar quanto às datas divergentes daquelas no *site.*

– O fato é que é conveniente ao Leiloeiro, e estratégica a manutenção do edital no *site* www.megaleiloes.com.br, que na data de hoje conta com 2148 visualizações.

- Entretanto, manter um leilão com dados incorretos no edital, e não aprovado, acarretará, além do pedido de nulidade, o direito a INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 25/08/2020 às 10:52 , sob o número WAIA20700668748
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 6A23C54.

– Logo, entende o Requerido, ser indevida a manutenção da divulgação do LEILÃO enquanto o EDITAL não for devidamente retificado, e posteriormente **aprovado** por Vossa Excelência.

II – DOS CÁLCULOS DA DÍVIDA – DOCUMENTOS INCONTROVERSOS

2 – Em decisão às **fls. 864**, item 2, V.Exa. mandou os Autores manifestarem sobre os cálculos, pois, é fato e direito que a multa diária fixada em sentença, deixou de ser devida, quando os autores pretendem manter o curso atual do córrego.

Entretanto, às **fls.867/868**, (supondo-se que por equívoco), os autores se referiram a avaliação do imóvel e não sobre o **valor da multa** diária que **deixou de ser devida** à partir do momento em que desistiram da reversão do curso do córrego, optando pela indenização.

2.1- Nesse sentido, a petição de **fls. 621**, (pelos autores) é **incontroversa**. Nela fazem opção por indenização (processo em curso) e **NÃO** a reversão do curso do córrego.

2.2- Também é **incontroversa** a petição dos autores, de **23.01.14,** (desse feito), juntada novamente.

III – DO PEDIDO

1 – Ante o exposto, requer se digne Vossa Excelência, determinar seja imediatamente retirado do "site" www.megaleiloes.com.br, a divulgação do leilão, até que o novo edital, com as devidas retificações e novas datas seja aprovado.

2 – Restando **incontroverso** que a multa diária fixada em sentença, pela não reversão do curso do córrego deixou de existir, quando os autores optaram por indenização à reversão, (autos 1006087-78.2018), é justo o deferimento da sua exclusão na planilha às fls. 639 a 642, mantendo-se apenas a reparação pelos danos materiais de R$53.800,00, corrigidos desde março 2011, bem como, a correção da penhora perante o Cartório de Registro de Imóveis.

Termos em que,
Pede deferimento.

Atibaia, 24 de agosto de 2020.

Duenes do Carmo Silva
OAB.SP. 209712

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 25/08/2020 às 10:52 , sob o número WAIA20700668748
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 00103369-26.2011.8.26.0048 e código 6A23C54.





Judicial

Leilão
ML15253

Código Lote
J50719

Visitas
2.148

Habilitados
0

Lances
0

Área de Terras 42.115 m² - Itapetinga - Atibaia - SP

Localização
Rodovia Municipal Engenharia Mackenzie, Itapetinga, Atibaia, SP

Vara
1ª Vara Cível do Foro da Comarca de Atibaia/SP

Forum
1ª Vara Cível do Foro da Comarca de Atibaia/SP

Processo
0010369-26.2011.8.26.0048 () (https://esaj.tjsp.jus.br/cpopg/search.do?conversationId=&dadosConsulta.localPesquisa.cdLocal=&cbPesquisa=NUMPROC&dadosConsulta.tipoNuProcesso=UNIFICADO&numeroDigitoAnoUnificado=0010369-26.2011&foroNumeroUnificado=0048&dadosConsulta.valorConsultaNuUnificado=0010369-26.2011.8.26.0048&dadosConsulta.valorConsulta=)

Controle
1527/2011

Autor
GABRIELE BARALDI

Réu
RAUL DONATO MENDES

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 25/08/2020 às 10:52 , sob o número WAIA20700668748
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 6A23C56.

fls. 880

Último Lance

Faça sua oferta!

Incremento

R$ 10.000,00

(https://www

Aberto para lances

~~**1ª Praça:** 06/08/2020 às 15:30~~
~~**R$ 1.318.223,07**~~

2ª Praça: 31/08/2020 às 15:30
R$ 922.756,15

LEILÃO TERMINA EM

6	5	2	47
Dias	Horas	Minutos	Segundos

Valor de Avaliação

R$ 1.318.223,07 (Um milhão, trezentos e dezoito mil, duzentos e vinte e três reais e sete centavos) em 8/2020, que será atualizado até a data da alienação conforme tabela de atualização monetária do TJ/SP.

A descrição dos lotes é uma cópia fiel das informações fornecidas pelos cartórios, comitente ou outro órgão responsável. Os bens serão vendidos no estado em que se encontram. Reservamo-nos o direito de corrigir possíveis erros de digitação.

Aquele que tentar fraudar a arrematação, além da reparação do dano na esfera cível - arts. 186 e 927 do Código Civil - ficará sujeito as penalidades do artigo 358 do Código Penal: Art. 358 - Impedir, perturbar ou fraudar arrematação judicial; afastar ou procurar afastar concorrente ou licitante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem: Pena - detenção, de 2 (dois) meses a 1 (um) ano, ou multa, além da pena correspondente à violência.

(https://www.megaleiloes.com.br/login?return=%252Fimoveis%252Fterrenos-e-lotes%252Fsp%252Fatibaia%252Farea-de-terras-42115-m2-itapetinga-atibaia-sp-j50719) Entre para se habilitar no leilão

(https://cdn1.megaleiloes.com.br/batches/50719/megaleiloes_edital_J50719_200730-115256.pdf) Edital

(https://cdn1.megaleiloes.com.br/batches/50719/megaleiloes_laudo_J50719_200619-143633.pdf) Laudo de Avaliação

(https://cdn1.megaleiloes.com.br/batches/50719/megaleiloes_matricula_J50719_200619-143633.pdf) Matrícula

Descrição (https://www.megaleiloes.com.br/#tab-description)

Condições de Venda e Pagamento (https://www.megaleiloes.com.br/#tab-contract)

Lances (https://www.megaleiloes.com.br/#tab-bids)

MATRÍCULA Nº 93.959 DO CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE ATIBAIA/SP - IMÓVEL: Gleba 1, com a área total de 42.115,19 metros quadrados, denominado “Sítio Primavera”, e que corresponde à parte do terreno que originariamente era composto de três quinhões distintos, mas anexos formando um só todo, correspondente as glebas 1, 3, 4, 5 e 6, situado no Bairro do Itapetinga, zona rural do Município e Comarca de Atibaia-SP, localizado na margem direita da Estrada Municipal do Mackenzie, sentido de quem do imóvel vai a Rodovia Fernão Dias e a cidade de Atibaia, contendo casa sede do imóvel, cada de empregado, ambas de tijolos e telhas, pomar e pequenas benfeitorias, compreendida dentro das seguintes medidas, divisas e confrontações: “Tem início no marco 01, situado na margem direita da Estrada Municipal do Mackenzie, sentido de quem do imóvel vai a Rodovia Fernão Dias e a cidade de Atibaia, numa ponte sobre um pequeno córrego, onde confronta com o imóvel objeto da Matrícula 768, de propriedade Alberto Cardoso de Almeida e sua esposa Hanne Barb Herlinde Hinderberger Cardoso de Almeida; deste ponto abandonando a estrada, segue por cerca e alambrado, com esta confrontação com os seguintes azimutes e distancias: 7º37’58” e distancia de 56,04 metros até o marco 2; 21º15’18” e distancia de 14,36 metros até o marco 03; 48º14’03” e distancia de 35,26 metros até o marco 4; 40º06’44” e distancia de 27,04 metros até o marco 5; cravado num canto de cerca de arame, no vértice formado com a divisa do imóvel objeto da Matrícula 49952, denominado Gleba B, de propriedade de Gabriele Baraldi e s/m Annita Baraldi e de Orlando Genaro e s/m Anna Molezinini Genaro; deste ponto

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 25/08/2020 às 10:52 , sob o número WAIA20700668748
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 6A23C56.

Receba as melhores ofertas de leilões diretamente no seu e-mail.

Nome:

E-mail:

Assinar

Institucional

Sobre a empresa (https://www.megaleiloes.com.br/empresa)
Trabalhe conosco (https://www.linkedin.com/company/megaleiloes)

Ajuda

Regulamento (https://www.megaleiloes.com.br/ajuda/regulamentos)
Perguntas Frequentes (FAQ) (https://www.megaleiloes.com.br/ajuda/perguntas-frequentes)
Política de Privacidade (https://www.megaleiloes.com.br/ajuda/politica-d privacidade)

Contato

Formulário de contato (https://www.megaleiloes.com.br/contato)
Telefone: +55 (11) 3149-4600 (tel:(11)3149-4600)

Redes Sociais

(https://www.facebook.com/megaleiloes)
(https://www.instagram.com/megaleiloes)
(https://www.linkedin.com/company/megaleiloes)
(https://www.youtube.com/channel/UCis4tTiR6O5kn-WdEIS2YIg)

Site protegido

(http://www.tjsp.jus.br/)

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 25/08/2020 às 10:52 , sob o número WAIA20700668748
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 00103369-26.2011.8.26.0048 e código 6A23C56.

MELISSA YUMI KOGA BARALDI
ADVOGADA

389

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ATIBAIA.

1.º OFÍCIO JUDICIAL
COMARCA DE ATIBAIA
ESTADO DE SÃO PAULO
23 JAN 2014
PROTOCOLO

Processo número 048.01.2011.010369-9
Número de controle 1527/2011

ESPÓLIO DE GABRIELE BARALDI, representado pela inventariante ANNITA HERMINE BARALDI, já qualificada nos autos em epígrafe que move contra **RAUL DONATO MENDES,** por sua advogada subscritora, vem, respeitosamente à presença de Vossa Excelência, manifestar-se sobre o r. despacho de fls nos seguintes termos.

Diante do não cumprimento da obrigação de fazer consistente em reposicionar o leito do rio em seu local original, requerem os Autores a conversão da obrigação de fazer em **indenização por perdas e danos,** levando-se em consideração que, realizada tal conversão haverá prejuízo para os Autores, que perderão parte do seu terreno útil que faz divisa com o terreno do Réu.

Visto que o Réu igualmente se silenciou quanto à execução do valor condenatório, os Autores indicam à penhora o imóvel do Réu, matrícula 93.959 – imóvel Gleba 1 "Sítio Primavera" Registrado no Oficial de Registros de Imóveis e Anexos da Comarca de Atibaia – SP, onde deverá

Avenida Cupecê, 3736 – sala 02 – sobreloja – Cidade Ademar – Cep : 04366-001 – São Paulo/SP – Fone : (11) 5623-0702 – e-mail: mel.adv2007@gmail.com

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 25/08/2020 às 10:52 , sob o número WAIA20700668748
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 6A23C5E.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA DO FORO DA COMARCA DE ATIBAIA, SP.

Processo nº:0010369.26.2011.8.26.0048

ESPÓLIO DE GABRIELE E ANNITA BARALDI, nesse ato representado pelos herdeiros **VALÉRIA E JOSÉ RENATO BARALDI**, devidamente qualificados nos autos da ação em epígrafe, por sua advogada subscritora, vêm respeitosamente à presença de Vossa Excelência, nos termos dos artigos 879, inciso II e 883, ambos do Código de Processo Civil, expor e requerer o quanto segue:

É sabido que a fase executória deve percorrer o modo menos gravoso (art. 805, do CPC) e que para a alienação do produto da penhora, o procedimento mais eficaz e democrático é o leilão judicial, sendo a forma eletrônica eleita como meio preferencial pelo novo CPC (art. 882, do CPC), ainda que se trate de processo físico.

Além da grande acessibilidade aos interessados, que podem enviar seus lances de qualquer lugar do mundo, o leilão eletrônico evita questionamentos, pois é também a forma mais transparente, uma vez que as

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA YUMI KOGA BARALDI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/09/2020 às 11:57 , sob o número WAIA20700702431
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 6AD9459.

partes e interessados do processo podem acompanhar os leilões ao vivo, via internet.

Ademais, esta forma de alienação segue os termos regulamentados pelo artigo 879 e seguintes do Novo Código de Processo Civil e Provimento 1.625/2009 do Conselho Superior da Magistratura – CSM/TJSP.

Por essa razão, para a realização da alienação dos bem penhorado, com base no art. 883, do CPC, requeiro:

a) A nomeação da Gestora **Sato Leilões**, por intermédio da Leiloeira Oficial **JULIANA HISA SATO, JUCESP nº 804**, com escritório na Cidade de São Caetano do Sul, Estado de São Paulo, na Travessa Comandante Salgado, nº 75, Bairro Fundação, CEP 09520-330, Fone (11) 4223-4343, e-mail judicial@satoleiloes.com.br;

b) A Leiloeira indicada está tecnicamente habilitada pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, conforme publicação no DJE, bem como cadastrada no TJSP como Auxiliares da Justiça, (http://www.tjsp.jus.br/AuxiliaresJustica/AuxiliarJustica/ConsultaPublica/Perfil/2785), para a realização de leilões com divulgação e captação de lances em tempo real, através do site www.satoleilões.com.br, nos termos do Provimento CSM nº 1625/2009, publicado no DJE Ano II – Edição 411 – São Paulo, de 9 de fevereiro de 2009, que Disciplina o

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA YUMI KOGA BARALDI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/09/2020 às 11:57 , sob o número WAIA20700702431
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 6AD9459.

leilão eletrônico tal como determinado pelo Artigo 882, §§ 1° e 2°, do Código de Processo Civil;

c) Aguarda, portanto, que V.Exa. nomeie a leiloeira indicada, nos termos do Artigo 883, antes citado, legitimando-a a tomar as providências cabíveis visando à realização do ato de expropriação.

Salienta-se que a divulgação e realização das hastas públicas no meio eletrônico, bem como, toda a parte burocrática do pregão será conduzido pela Gestora e Leiloeira, com a finalidade de maximização da disputa, resultando na positividade do certame, rapidez na elaboração e publicação dos editais e prestação de contas.

Termos em que
Pede deferimento.

De São Paulo para Atibaia, 03 de Setembro de 2020.

documento assinado digitalmente

MELISSA YUMI KOGA BARALDI
OAB/SP 211.408

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA YUMI KOGA BARALDI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/09/2020 às 11:57 , sob o número WAIA20700702431
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 6AD9459.

megaleilões

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DO FORO DA COMARCA DE ATIBAIA/SP

Processo nº 0010369-26.2011.8.26.0048

Controle nº 1527/2011

MEGA LEILÕES GESTOR JUDICIAL, por seu advogado, nos autos do **Ação de Procedimento Comum Cível** ajuizada por **GABRIELE BARALDI** em face de **RAUL DONATO MENDES**, vem a presença de Vossa Excelência, em atendimento ao r. despacho de fls., requerer a juntada do Auto Negativo do leilão realizado no dia 31/08/2020.

Sendo assim, caso seja entendimento de Vossa Excelência, esta gestora poderá realizar um novo leilão com preço mínimo de 50% valor da avaliação do bem, nos termos do art. 891, parágrafo único do CPC, ensejando novos proponentes para a aquisição do bem.

Requer que a intimação se dê através do DJE, na pessoa de seu representante legal, Fernando José Cerello Gonçalves Pereira - OAB/SP nº 268.408.

Termos em que,
pede deferimento.

São Paulo, 09 de Setembro de 2020.

Fernando José Cerello Gonçalves Pereira
OAB/SP nº 268.408
JUCESP Nº 844

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por FERNANDO JOSE CERELLO GONCALVES PEREIRA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 23/09/2020 às 15:26 , sob o número WAIA20700765450
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 6C3C1D0.

megaleilões

AUTO NEGATIVO DE LEILÃO

1ª Vara Cível do Foro da Comarca de Atibaia/SP

Processo nº. 0010369-26.2011.8.26.0048

Autor: GABRIELE BARALDI
Réu: RAUL DONATO MENDES

Aos Trinta e Um dias do mês de Agosto de Dois Mil e Vinte, foi levado à leilão/pregão através do portal Mega Leilões - Gestor Judicial (www.megaleilões.com.br), o bem abaixo descrito:

ID Lote: J50719

RELAÇÃO DO BEM: MATRÍCULA Nº 93.959 DO CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE ATIBAIA/SP - IMÓVEL: Gleba 1, com a área total de 42.115,19 metros quadrados, denominado " Sítio Primavera" , e que corresponde à parte do terreno que originariamente era composto de três quinhões distintos, mas anexos formando um só todo, correspondente as glebas 1, 3, 4, 5 e 6, situado no Bairro do Itapetinga, zona rural do Município e Comarca de Atibaia-SP, localizado na margem direita da Estrada Municipal do Mackenzie, sentido de quem do imóvel vai a Rodovia Fernão Dias e a cidade de Atibaia, contendo casa sede do imóvel, cada de empregado, ambas de tijolos e telhas, pomar e pequenas benfeitorias, compreendida dentro das seguintes medidas, divisas e confrontações: " Tem início no marco 01, situado na margem direita da Estrada Municipal do Mackenzie, sentido de quem do imóvel vai a Rodovia Fernão Dias e a cidade de Atibaia, numa ponte sobre um pequeno córrego, onde confronta com o imóvel objeto da Matrícula 768, de propriedade Alberto Cardoso de Almeida e sua esposa Hanne Barb Herlinde Hinderberger Cardoso de Almeida; deste ponto abandonando a estrada, segue por cerca e alambrado, com esta confrontação com os seguintes azimutes e distancias: 7º37' 58" e distancia de 56,04 metros até o marco 2; 21º15' 18" e distancia de 14,36 metros até o marco 03; 48º14' 03" e distancia de 35,26 metros até o marco 4; 40º06' 44" e distancia de 27,04 metros até o marco 5; cravado num canto de cerca de arame, no vértice formado com a divisa do imóvel objeto da Matrícula 49952, denominado Gleba B, de propriedade de Gabriele Baraldi e s/m Annita Baraldi e de Orlando Genaro e s/m Anna Molezinini Genaro; deste ponto deflete à direita e segue, por muro, com esta confrotação, com os seguintes azimutes e distancias: 141º41' 26" e distancia de 103,53 metros até o marco 6; 147º51' 08" e distancia de 49,38 metros até o marco 7, no canto do muro, e alinhamento de uma cerca de arame; deste ponto segue, por cerca de arame, com a mesma confrontação, com os seguintes azimutes e distâncias: 148º55' 00" e distancia de 60,23 metros até o marco 8; 156º50' 03" e distancia de 23,60 metros até o marco 10; 163º29' 52" e distancia de 25,91 metros até o marco 11; vértice formado com a divisa do imóvel objeto da Matrícula 49951, denominado Gleba A, de propriedade de Moyses Albano Nunes e s/m Neide Bravo Nunes, Altino Luiz de Campos Pinheiro e s/m Carmem Assunta Candido de Faria Campos Pinheiro e Elda Genaro; deste ponto segue, ainda, por cerca de arame, com esta confrontação, com os seguintes azimutes e distancias: 158º51' 09" e distancia de 29,94 metros até o marco 12; 183º13' 18" e distancia de 18,40 metros até o marco 13; 223º25' 53" e distancia de 26,79 metros até o marco 14; 192º47' 39" e distancia de

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por FERNANDO JOSE CERELLO GONCALVES PEREIRA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 23/09/2020 às 15:26 , sob o número WAIA20700765450
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 6C3C1E3.

27,74 metros até o marco 15; 182º50' 11" e distância de 18,27 metros até o marco 16; 226º51' 07" e distancia de 47,79 metros até o marco 19; cravado numa ponte sob um córrego e margem de uma Estrada Municipal que do bairro vai a Rodovia Fernão Dias e a esta cidade de Atibaia; deste ponto deflete à direita e segue por cerca de arame, margeando a referida estrada sentido a Rodovia Fernão Dias e a esta cidade de Atibaia, com o azimute de 314º38' 29" e distancia de 64,76 metros até o marco 20, num ponto de curva, deste ponto deflete à direita e segue em curva de raio de 15,73 metros, desenvolvendo uma distancia de 10,60 metros pela confluência desta estrada municipal com a Estrada Municipal do Mackenzie, por cerca de arame e alambrado, em direção à Rodovia Fernão Dias e a cidade de Atibaia, por uma distancia de 258,34 metros até o marco 1, inicio dessa descrição. INCRA nº 634.018.000.809-5, área total 17,0ha, mod. Fiscal 16,0ha, nº mod. Fiscais 1,0625, fmp 2,0ha, NIRF: 3.852.743-0. Consta na Av.03 desta matrícula a penhora exequenda do imóvel objeto desta matrícula, sendo nomeado depositário o executado. Consta nos autos Agravo de Instrumento, dentro do prazo para embargos de declaração; bem como Cumprimento Provisório de Sentença, Processo 0001385-82.2013.8.26.0048, em tramite 1ª Vara Cível do Foro da Comarca de Atibaia/SP, pendente de julgamento da Impugnação.

Valor da Avaliação: R$ 1.318.223,07 (um milhão, trezentos e dezoito mil, duzentos e vinte e três reais e sete centavos), para 8/2020 que será atualizado até a data da alienação conforme tabela do TJ/SP.

Ao final do tempo previsto para a disputa, nenhum lance foi computado pelo sistema, não havendo, portanto arrematante para o bem acima descrito.

É o que cumpria informar.

Fernando José Cerello Gonçalves Pereira
OAB/SP nº 268.408
JUCESP Nº 844

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por FERNANDO JOSE CERELLO GONCALVES PEREIRA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 23/09/2020 às 15:26 , sob o número WAIA20700765450
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 6C3C1E3.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ATIBAIA
FORO DE ATIBAIA
1ª VARA CÍVEL
Rua Dr. José Roberto Paim, 99, Parque dos Coqueiros - CEP 12945-007,
Fone: (11) 3402-5547, Atibaia-SP - E-mail: atibaia1cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

DECISÃO

Processo Digital nº:	**0010369-26.2011.8.26.0048 - Controle nº 2011/001527**
Classe - Assunto	**Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material**
Requerente:	**Gabriele Baraldi**
Requerido:	**Raul Donato Mendes**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Adriana da Silva Frias Pereira**

Vistos.

1) Fls. 877/878: Indefiro o pedido de retirada do leilão do site da gestora de leilões, uma vez que o ato havia sido autorizado judicialmente e foi realizado sem qualquer nulidade a ser sanada.

2) Nada a prover acerca da multa diária, questão já debatida nos autos, não havendo fato novo a considerar.

3) Fls. 883/885: Ante a indicação da exequente, nomeio gestora SATO LEILÕES, pela leiloeira Juliana Hisa Sato, para realização dos futuros leilões nos autos.

4) Intime-se a gestora para realização de novo leilão, observando-se o quanto decidido nos autos.

Intime-se.

Atibaia, 11 de novembro de 2020.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ADRIANA DA SILVA FRIAS PEREIRA, liberado nos autos em 12/11/2020 às 13:12 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 6FBC03F.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ATIBAIA DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROCESSO Nº 0010369-26.2011.8.26.0048

SATO LEILÕES, www.satoleiloes.com.br, na pessoa dos leiloeiros oficiais ANTONIO HISSAO SATO JUNIOR, matrícula JUCESP n° 690, e JULIANA HISA SATO, matrícula JUCESP nº 804, neste ato representados pela coordenadoria de hastas públicas subscrita, com escritório na Travessa Comandante Salgado, nº 75, Bairro Fundação, São Caetano do Sul/ SP, CEP 09520-330, telefone 11 4223-4343, e-mail: judicial@satoleiloes.com.br, nos autos do processo supracitado, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, requerer a juntada do EDITAL DE LEILÃO e demais documentos pertinentes.

Por oportuno, em atenção ao disposto no artigo 889 do NCPC, requer sejam publicadas no DJE as datas do leilão, sendo certo que esta gestora encaminhará via correio notificações acerca da realização do leilão a todos os interessados.

Nestes termos,
Pede Deferimento.

Atibaia, 19 de novembro de 2020.

SATO LEILÕES
Coordenaria de Hastas Públicas

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TALITA RODRIGUES GOUVEIA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/11/2020 às 10:36 , sob o número WAIA20700958681
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 70552DC.

EDITAL DE LEILÃO ELETRÔNICO PARA CONHECIMENTO DE INTERESSADOS E INTIMAÇÃO DOS EXECUTADOS

Edital de 1º e 2º Leilão de bem imóvel e para intimação do executado **RAUL DONATO MENDES (CPF/MF 252.972.718-00)** expedido nos autos da ação de Indenização por Dano Material do **Processo nº 0010369-26.2011.8.26.0048**, em trâmite perante a **1ª** Vara Cível da Comarca de **Atibaia** do Estado de São Paulo, promovida por **ESPÓLIO DE GABRIELE BARALDI, representado por ANNITA HERMINE BARALDI (CPF/MF 054.774.848-53);**

INTERESSADOS: PREFEIITURA MUNICIPAL DE ATIBAIA – SP/ INCRA – PGFN

A Dra. **ADRIANA DA SILVA FRIAS PEREIRA**, Juíza de Direito **FAZ SABER** a todos quanto este edital virem ou dele conhecimento tiver e interessar possa, nos termos do artigo 882 e seguintes, do Código de Processo Civil e regulamentado pelo Provimento CSM n.1625/2009 do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, através "Gestor Judicial" **www.satoleiloes.com.br** portal de leilões eletrônicos, levará a público pregão para venda e arrematação, o bem descrito abaixo, de acordo com as regras expostas a seguir:

BEM: **GLEBA 1, COM A ÁREA TOTAL DE 42.115,19 METROS QUADRADOS, DENOMINADO "SÍTIO PRIMAVERA",** e que corresponde à parte do terreno que originariamente era composto de três quinhões distintos, mas anexos formando um só todo, correspondente as glebas 1, 3, 4, 5 e 6, situado no Bairro do Itapetinga, zona rural do Município e Comarca de Atibaia-SP, localizado na margem direita da Estrada Municipal do Mackenzie, sentido de quem do imóvel vai a Rodovia Fernão Dias e a cidade de Atibaia, contendo casa sede do imóvel, cada de empregado, ambas de tijolos e telhas, pomar e pequenas benfeitorias, compreendida medidas, divisas e confrontações melhores descritas na matrícula. INCRA nº 634.018.000.809-5, área total 17,0ha, mod. Fiscal 16,0ha, nº mod. Fiscais 1,0625, fmp 2,0ha, NIRF: 3.852.743-0. **MATRÍCULA:** Nº 93.959 do Cartório de Registro de Imóveis de Atibaia do Estado de São Paulo. **AVALIAÇÃO:** R$ 1.251.657,80 (um milhão, duzentos e cinquenta e um mil, seiscentos e cinquenta e sete reais e oitenta centavos) em janeiro de 2019 (fls. 669)**. LOCALIZAÇÃO:** Sítio Primavera, Estrada do Mackenzie 3300, Bairro Itapetininga, Atibaia – SP.

ÔNUS: Consta **PENHORA** do bem referente ao processo em epígrafe em **fls. 450** e **Av.03**. Consta nos autos Agravo de Instrumento; bem como Cumprimento Provisório de Sentença de nº 0001385-82.2013.8.26.0048, em tramite 1ª Vara Cível do Foro da Comarca de Atibaia/SP. Caberá ao interessado que arrematar o presente bem, verificar o valor da dívida ativa e demais débitos atualizados que recaiam sobre o imóvel até a data do leilão, inclusive de natureza fiscal, *propter rem*, os decorrentes de hipoteca, bem como sua regularização no Cartório de Registro de Imóveis, e desocupação. Não há nos autos informações de que sobre o bem recaia outros

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TALITA RODRIGUES GOUVEIA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/11/2020 às 10:36 , sob o número WAIA20700958681
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 70552E6.

ônus, recursos ou causa pendentes. Os bens serão vendidos no estado de conservação em que se encontram, sem garantia, constituindo ônus do interessado verificar suas condições antes das datas designadas para o leilão, bem como dívidas pendentes sobre o bem e não descritas neste edital (arts. 9º Provimento 1625/2009- CSM/TJSP e 18º da Resolução 236/2016 - CNJ). O interessado em exercer seu direito de preferência, deverá entrar em contato através do e-mail judicial@satoleiloes.com.br, até o início do leilão. Sendo o Gestor autorizado a efetuar fotos do bem e a visitá-lo, acompanhando ou não de interessados na arrematação. Sendo o Gestor autorizado a efetuar fotos do bem e a visitá-lo, acompanhando ou não de interessados na arrematação. Os débitos da arrematação correrão por conta do arrematante, inclusive todas as despesas decorrentes de impostos, taxas, emolumentos e seguros que são de conta e responsabilidade exclusiva do arrematante.

DATAS: **1º LEILÃO em 25/01/2021 a partir das 17h00 com encerramento às 17h00 em 28/01/2021**; correspondente à avaliação no valor de R$ 1.346.355,25 (um milhão, trezentos e quarenta e seis mil, trezentos e cinquenta e cinco reais e vinte e cinco centavos), atualizados de acordo com os índices da Tabela do TJSP-INPC, em **novembro de 2020**, **valor este que será novamente atualizado na data do leilão, diretamente no sistema gestor**. Caso não haja lance, seguirá sem interrupção para o:

2º LEILÃO que se encerrará em 02/03/2021 a partir das 17h00, correspondente à 70% (setenta por cento) do valor da avaliação atualizado até a data do leilão.

DÉBITO DA AÇÃO: R$ 828.266,63 (oitocentos e vinte e oito mil, duzentos e sessenta e seis reais e sessenta e três centavos) em agosto de 2018 (fls. 639).

LEILOEIROS: ANTONIO HISSAO SATO JUNIOR - JUCESP nº 690, TATIANA HISA SATO – JUCESP nº 817, JULIANA HISA SATO – JUCESP nº 804.

PARTICIPAÇÃO: O leilão ocorrerá de modo online podendo os interessados acompanhar o certame no escritório do Leiloeiro (Auditório Antônio Hissao Sato), localizado na Travessa Comandante Salgado, nº 75, Bairro Fundação, São Caetano do Sul/SP, CEP 09520-330, telefone 11 4223-4343.

CADASTRO: Os interessados em ofertar lances deverão se cadastrar previamente no site do Leiloeiro, aceitar os termos e condições informados e encaminhar cópias autenticadas dos seguintes documentos: I – Pessoa Física: RG, CPF e comprovante de endereço (certidão de casamento se casado for); II – Pessoa Jurídica: Contrato Social, comprovante de endereço, documentos pessoais do sócio (RG e CPF) ou procuração com firma reconhecida da assinatura, ficando o cadastro sujeito à conferência de identidade em banco de dados oficiais.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TALITA RODRIGUES GOUVEIA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/11/2020 às 10:36 , sob o número WAIA20700958681
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 70552E6.

PAGAMENTOS: A arrematação far-se-á mediante pagamento à vista do preço pelo arrematante através de guia de depósito judicial (emitida pelo leiloeiro), no prazo de 24 horas da realização do leilão (art. 884, inciso IV, do Código de Processo Civil e art. 19 do Prov. n. CSM n. 1625/2009). A comissão devida ao Leiloeiro será de 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação, não se incluindo no valor do lanço (art. 7 da Resolução 236/2016 - CNJ). Os lanços e dizeres inseridos na sessão on-line correrão exclusivamente por conta e risco do usuário, nos termos do artigo 30 do Prov. n. CSM n. 1625/2009. O pagamento será feito através de boleto bancário ou outro meio a ser indicado pelo leiloeiro oficial e o comprovante deverá ser imediatamente encaminhado pelo e-mail: judicial@satoleiloes.com.br.

PARCELAMENTO: O interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito; proposta por valor que não seja considerado vil, ciente o proponente que a proposta e fica condicionada a apreciação deste D. Juízo. A proposta conterá, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelo menos vinte e cinco por cento do valor do lance à vista e o restante parcelado em até 30 (trinta) meses, garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis, sendo que a proposta de pagamento do lance à vista sempre prevalecerá sobre as propostas de pagamento parcelado. O interessado deverá apresentar a proposta através do e-mail judicial3@satoleiloes.com.br. As propostas para aquisição em prestações indicarão o prazo, a modalidade, o indexador de correção monetária e as condições de pagamento do saldo. No caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de dez por cento sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas e estarão sujeitas, em todos os casos, a homologação do Juízo (art. 895 e seguintes, do Código de Processo Civil).

TRIBUTOS: Eventuais ônus sobre o imóvel correrão por conta do arrematante, exceto eventuais débitos fiscais e tributários, e exceto os débitos de condomínio (que possuem natureza *propter rem*), serão sub-rogados no valor da arrematação nos termos do art. 130, "caput" e parágrafo único, do Código Tributário Nacional.

CONDIÇÕES DO SISTEMA: O sistema estará disponível para recepção de lances com, no mínimo, 5 (cinco) dias de antecedência da data marcada para o 1º leilão (art. 11, da Resolução 236/2016 do CNJ). Caso sejam ofertados lances nos 3 (três) minutos finais dos leilões, o sistema prorrogará a disputa por mais 3 (três) minutos para que todos os participantes tenham a oportunidade de enviar novos lances (arts. 11, 12 e 14 do Provimento 1625/2009 - CSM/TJSP, 21 e 22 da Resolução 236/2016 CNJ). Durante a alienação, os lanços deverão ser oferecidos diretamente no sistema e imediatamente divulgados on-line, de modo a viabilizar a preservação do tempo real das ofertas. Não serão admitidos lances remetidos via e-mail (Art. 15 do Prov. CSM n. 1625/2009). Com a comprovação efetiva do pagamento integral do valor da arrematação e da comissão do Leiloeiro será lavrado o auto de arrematação para expedição da ordem de entrega do bem móvel ou carta de arrematação do bem imóvel, com o respectivo mandado de imissão na posse (art. 901, §1º do Código de Processo Civil e art. 20 do Provimento n° 1625/2009 CSM/TJSP). Não sendo efetuado o depósito da oferta, o Leiloeiro comunicará imediatamente

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TALITA RODRIGUES GOUVEIA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/11/2020 às 10:36 , sob o número WAIA20700958681
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 70552E6.

o fato ao Juízo, informando também os lanços imediatamente anteriores para que sejam submetidos à apreciação do Juízo, sem prejuízo da aplicação de sanções legais (art. 897, do Código de Processo Civil e art. 21 do Provimento n° 1625/2009 CSM/TJSP). Se o exequente arrematar os bens e for o único credor, não estará obrigado a exibir o preço, mas, se o valor dos bens exceder ao seu crédito, depositará, dentro de 3 (três) dias, a diferença, sob pena de tornar-se sem efeito a arrematação, e, nesse caso, realizar-se-á novo leilão, à custa do exequente (art. 892, §1º, do Código de Processo Civil). Ficam os requeridos, demais credores e interessados constantes, intimados das designações supra, caso não sejam localizados para a intimação pessoal. A publicação deste edital supre eventual insucesso nas intimações pessoais e dos respectivos patronos. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei.

Atibaia, 19 de novembro de 2020.

DRA. ADRIANA DA SILVA FRIAS PEREIRA

Juíza de Direito

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TALITA RODRIGUES GOUVEIA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/11/2020 às 10:36 , sob o número WAIA20700958681
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 70552E6.

LIVRO Nº 2 - REGISTRO GERAL

REGISTRO DE IMÓVEIS

ATIBAIA - Estado de São Paulo

MATRÍCULA 93.959 | FICHA 01

IMÓVEL:- Gleba 1, com a área total de 42.115,19 metros quadrados, denominado "Sítio Primavera", e que corresponde à parte do terreno que originariamente era composto de três quinhões distintos, mas anexos formando um só todo, correspondente as glebas 1, 3, 4, 5 e 6, situado no Bairro do Itapetinga, zona rural do Município e Comarca de Atibaia-SP, localizado na margem direita da Estrada Municipal do Mackenzie, sentido de quem do imóvel vai a Rodovia Fernão Dias e a cidade de Atibaia, contendo casa sede do imóvel, casa de empregado, ambas de tijolos e telhas, pomar e pequenas benfeitorias, compreendida dentro das seguintes medidas, divisas e confrontações: "Tem inicio no marco 01, situado na margem direita da Estrada Municipal do Mackenzie, sentido de quem do imóvel vai a Rodovia Fernão Dias e a cidade de Atibaia, numa ponte sobre um pequeno córrego, onde confronta com o imóvel objeto da Matrícula 768, de propriedade ALBERTO CARDOSO DE ALMEIDA e sua esposa HANNE BARB HERLINDE HINDERBERGER CARDOSO DE ALMEIDA; deste ponto abandonando a estrada, segue por cerca e alambrado, com esta confrontação com os seguintes azimutes e distâncias: 7º37'58" e distância de 56,04 metros até o marco 2; 21º15'18" e distância de 14,36 metros até o marco 03; 48º14'03" e distância de 35,26 metros até o marco 4; 40º06'44" e distância de 27,04 metros até o marco 5; cravado num canto de cerca de arame, no vértice formado com a divisa do imóvel objeto da Matrícula 49952, denominado Gleba B, de propriedade de GABRIELE BARALDI e s/m ANNITA BARALDI e de ORLANDO GENARO e s/m ANNA MOLEZININI GENARO; deste ponto deflete à direita e segue, por muro, com esta confrontação, com os seguintes azimutes e distâncias: 141º41'26" e distância de 103,53 metros até o marco 6; 147º51'08" e distância de 49,38 metros até o marco 7, no canto do muro e alinhamento de uma cerca de arame; deste ponto segue, por cerca de arame, com a mesma confrontação, com os seguintes azimutes e distâncias: 148º55'00" e distância de 60,23 metros até o marco 8; 156º50'03" e distância de 38,00 metros até o marco 9; 194º39'45" e distância de 23,60 metros até o marco 10; 163º29'52" e distância de 25,91 metros até o marco 11; vértice formado com a divisa do imóvel objeto da Matrícula 49951, denominado Gleba A, de propriedade de MOYSES ALBANO NUNES E S/M NEIDE BRAVO NUNES, ALTINO LUIZ DE

CONTINUA NO VERSO ...

Visualização disponibilizada pela Central Registradores de Imóveis(www.registradores.org.br)-Visualizado em:19/11/2020 09:32:30

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TALITA RODRIGUES GOUVEIA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/11/2020 às 10:36 , sob o número WAIA20700958681
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 70552EF.

MATRÍCULA 93.959 | FICHA 01 VERSO

CAMPOS PINHEIRO E S/M CARMEM ASSUNTA CANDIDO DE FARIA CAMPOS PINHEIRO E ELDA GENARO; deste ponto segue, ainda, por cerca de arame, com esta confrontação, com os seguintes azimutes e distâncias: 158º51'09" e distância de 29,94 metros até o marco 12; 183º13'18" e distância de 18,40 metros até o marco 13; 223º25'53" e distância de 26,79 metros até o marco 14; 192º47'39" e distância de 27,74 metros até o marco 15; 182º50'11" e distância de 18,27 metros até o marco 16; 226º51'07" e distância de 47,79 metros até o marco 19; cravado numa ponte sob um córrego e margem de uma Estrada Municipal que do bairro vai a Rodovia Fernão Dias e a esta cidade de Atibaia; deste ponto deflete à direita e segue por cerca de arame, margeando a referida estrada sentido a Rodovia Fernão Dias e a esta cidade de Atibaia, com o azimute de 314º38'29" e distância de 64,76 metros até o marco 20, num ponto de curva, deste ponto deflete à direita e segue em curva de raio de 15,73 metros, desenvolvendo uma distância de 10,60 metros pela confluência desta estrada municipal com a Estrada Municipal do Mackenzie, até o marco 21, ponto de curva; deste ponto deflete a direita e segue margeando a Estrada Municipal do Mackenzie, por cerca de arame e alambrado, em direção à Rodovia Fernão Dias e a cidade de Atibaia, por uma distância de 258,34 metros até o marco 1, início dessa descrição.

INCRA: 634.018.000.809-5, área total 17,0 ha, mod. fiscal 16,0 ha, n. mod. fiscais 1,0625, fmp 2,0 ha, NIRF: 3.852.743-0

PROPRIETARIOS:- ORLANDO FEDERZONI, arquiteto, RG. 2.550.250-SSP/SP, CPF. 027.513.218-87 e sua esposa, com quem é casado pelo regime da comunhão de bens, antes da vigência da Lei 6.515/77, EUCELIA FEDERZONI, do lar, RG. 4.939.085-SSP/SP, CPF. 147.385.298-62, brasileiros, residentes e domiciliados na Estrada Mackenzie, 3.300, bairro do Itapetinga, nesta cidade; e JOSE FORTUNA, brasileiro, divorciado, eletricitário, RG. 11.377.404-7-SSP/SP, CPF. 804.346.308-53, residente e domiciliado na Travessa Ultima Cantiga, 29, Penha, São Paulo-SP, **na proporção de 77,10% ao primeiro e de 22,90% ao segundo.**

CONTINUA NA FICHA 02

Visualização disponibilizada pela Central Registradores de Imóveis(www.registradores.org.br)-Visualizado em:19/11/2020 09:32:30

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TALITA RODRIGUES GOUVEIA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/11/2020 às 10:36 , sob o número WAIA20700958681
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 70552EF.

LIVRO Nº 2 - REGISTRO GERAL

MATRÍCULA 93.959 | FICHA 02

REGISTRO DE IMÓVEIS
ATIBAIA - Estado de São Paulo

TÍTULO AQUISITIVO:- R.3 de 19/04/2000 e Av.6 (Retificação administrativa), desta data, na matrícula 54.559, livro 02 de registro geral.
Atibaia, 05 de outubro de 2007.
[Microfilme nº. 202.878 de 14/05/2007 - Rolo nº. 3.630].

João de Amarante Leite
Escrevente Autorizado

R.1/93.959 - PERMUTA - Pela escritura de permuta lavrada aos 25.10.2007, no 2º Tabelionato de Notas local, Lv. 822, fls. 364, os condôminos, ORLANDO FEDERZONI, e s/mulher EUCELIA FEDERZONI, já qualificados, transmitiram **uma fração ideal de 77,10% do imóvel objeto desta matrícula a JOSÉ FORTUNA**, RG: 11.377.404-7/SP, CPF: 804.346.308/53, brasileiro, divorciado, eletricitário, domiciliado e residente em São Paulo/SP, na Rua Togo, n. 405, apto. 02, Jardim Japão, VIla Maria, pelo preço de R$ 19.500,00, **ficando desta forma proprietário da totalidade**. Foram apresentados os seguintes documentos do imóvel: 1) Certificado de Cadastro de Imóvel Rural - CCIR 2003 - 2004 - 2005; 2) Certidão Negativa de Débitos de Imóvel Rural, NIRF: 3.852.743-0, emitida em 24.10.2007; e, 3) Recibo de Entrega da Declaração do ITR através do DIAC/DIAT 2007. Valor Venal R$ 25.978,00. Atibaia, 08 de novembro de 2007. O Escrevente Autorizado,

EMERSON LUIS LADINI

(Protocolo 206258, de 01.11/Microfilme/Rolo 3653)

R.2 - 93.959 - VENDA E COMPRA - Por escritura Particular de venda e compra (art. 108 CCB), passada nesta cidade, em 11 de julho de 2008, o proprietário, JOSÉ FORTUNA (divorciado), já qualificado, atualmente domiciliado nesta cidade, na Rua Anice Cury Sabbag, 123, bairro do Ribeirão, transmitiu o imóvel desta matricula a **RAUL DONATO MENDES**, RG. 27.233.858-8 SSP/SP., CPF/MF. 252.972.718-00, brasileiro, solteiro, maior, comerciante, domiciliado nesta cidade, na Estrada Municipal do Mackenzie, Sítio Primavera, bairro do Ribeirão, pelo preço de R$ 10.500,00. O comprador e os vendedores, em comum acordo, dispensaram a apresentação dos documentos enumerados no Decreto n. 93.240/86, inclusive as certidões fiscais e de feitos ajuizados, declarando

CONTINUA NO VERSO ..

Visualização disponibilizada pela Central Registradores de Imóveis(www.registradores.org.br)-Visualizado em:19/11/2020 09:32:30

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TALITA RODRIGUES GOUVEIA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/11/2020 às 10:36 , sob o número WAIA20700958681
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 70552EF.

MATRÍCULA 93.959 | FICHA 02 VERSO

expressamente e sob responsabilidade solidária, que tem pleno conhecimento da lei 11.382/06. Foi apresentada a comprovação da quitação do Imposto Territorial Rural, dos cinco últimos exercícios, através da Certidão de Regularidade Fiscal do Imóvel Rural, expedida pelo Ministerio da Fazenda Secretaria da Receita Federal, em 10/07/2008, com validade até 12/01/2009, nº. 84FA.5ADB.6569.4BA6, o DIAC/DIAT 2007 e o C.C.I.R. 2003/2004/2005 expedido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrario - MDA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agraria - INCRA, com recolhimento da taxa de serviços cadastrais, e guia de ISTBI no valor de R$ 210,00, devidamente autenticada. Atibaia, 22 de julho de 2008.
[Microfilme nº. 211.456 de 11/07/2008 - Rolo nº. 3.820].

Wagner Luis Constantino Veliani
Escrevente Autorizado

Av.03/93.959 – Protocolo Eletrônico n. 323.627 de 12/09/2018 – **PENHORA** - Conforme certidão expedida pelo Juízo da 1ª Vara Cível de Atibaia - SP, em 11/09/2018, nos autos da ação de Execução Civil - proc. nº **00103692620118260048**, protocolo PH000229481, que GABRIELE BARALDI, CPF: 063.971.668-72, move em face de RAUL DONATO MENDES, já qualificado, foi determinada a **PENHORA** do imóvel aqui matriculado, sendo nomeado depositário o executado. Valor da causa: R$ 828.266,63. Atibaia, 10 de outubro de 2018. O Escrevente,

Thiago Henrique Alonso Netto

Visualização disponibilizada pela Central Registradores de Imóveis(www.registradores.org.br)-Visualizado em:19/11/2020 09:32:30

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TALITA RODRIGUES GOUVEIA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/11/2020 às 10:36 , sob o número WAIA20700958681
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 70552EF.

Cálculo de Atualização Monetária dos Débitos Judiciais do TJSP

Valor (somente números): R$ 1.251.657,80

Data inicial: 01/2019

Data de atualização: 11/2020

Valor atualizado: R$ 1.346.355,25

* Sistema meramente informativo não valendo, portanto, como fonte oficial de elaboração de cálculos judiciais

---

Observação I

Os fatores de atualização monetária estão disponíveis desde Out/1964 até o mês e ano atual.

Observação II

Os fatores de atualização monetária foram compostos pela aplicação dos seguintes índices:

Out/64 a Fev/86	ORTN
Mar/86 e Mar/87 a Jan/89	OTN
Abr/86 a Fev/87	OTN "pro-rata"
Fev/89	42,72% (conforme STJ, índice de Jan/89)
Mar/89	10,14% (conforme STJ, índice de Fev/89)
Abr/89 a Mar/91	IPC do IBGE (Mar/89 a Fev/91)
Abr/91 a Jul/94	INPC do IBGE (Mar/91 a Jun/94)
Ago/94 a Jul/95	IPC-r do IBGE (Jul/94 a Jun/95)
Ago/95 em diante	INPC do IBGE (Jul/95 em diante) sendo que, com relação à aplicação da deflação, a matéria ficará "sub judice"

Observação III

Nova tabela de Cálculo de Atualização Monetária dos Débitos Judiciais, em cumprimento ao que ficou decidido no Processo G-36.676/02, considerando o índice de 10.14%, relativo ao mês de Fevereiro de 1989, ao invés de 23.60%.

Informações complementares sobre a aplicação da tabela poderão ser obtidas no DEPRE 3 - Divisão Técnica de Assessoria e Contador de Segunda Instância, na Rua dos Sorocabanos, nº 680, telefone 6914-9333.

Observações da AASP

I - Em 15/01/1989 a moeda foi alterada de Cruzado (Cz$) para Cruzado Novo (NCz$), com

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TALITA RODRIGUES GOUVEIA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/11/2020 às 10:36 , sob o número WAIA20700958681
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 7055301.

exclusão de 3 (três) zeros, ficando a OTN fixada em NCz$ 6,17 (Seis Cruzados Novos e Dezessete Centavos)

II - O STJ decidiu que o índice de correção para o mês de Janeiro de 1989 deve ser de 42.72%, conforme Recursos Especiais nº 45.382-8-SP (Boletim AASP nº 1895) e nº 43.055-0-SP (disponível em nossa biblioteca para consulta)

III - Em Abril de 1990 a tabela utiliza o percentual de 84.32% sobre o valor de Março, gerando o índice de 509,725310 (276,543680 X 84.32%), o que está de acordo com decisão do STJ - Recurso Especial nº 40.533-0-SP (Boletim AASP nº 1896)

IV - De acordo com o parecer do DEPRE, publicado no DOE Just. de 09/02/1996, p. 43, os índices à partir de Fevereiro de 1991 foram alterados em face da nova orientação da Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça que determina a substituição da TR de Fevereiro de 1991 (7%), anteriormente aplicada, pelo IPC de Fevereiro de 1991 (21.87%)

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TALITA RODRIGUES GOUVEIA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/11/2020 às 10:36 , sob o número WAIA20700958681
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 7055301.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0707/2020, foi disponibilizado na página 662/667 do Diário da Justiça Eletrônico em 19/11/2020. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subseqüente à data acima mencionada.

Advogado
Melissa Yumi Koga Baraldi (OAB 211408/SP)
Duenes do Carmo Silva (OAB 209712/SP)
Arthur da Motta Trigueiros Neto (OAB 237457/SP)
Fernando Jose Cerello Gonçalves Pereira (OAB 268408/SP)

Teor do ato: "Vistos. 1) Fls. 877/878: Indefiro o pedido de retirada do leilão do site da gestora de leilões, uma vez que o ato havia sido autorizado judicialmente e foi realizado sem qualquer nulidade a ser sanada. 2) Nada a prover acerca da multa diária, questão já debatida nos autos, não havendo fato novo a considerar. 3) Fls. 883/885: Ante a indicação da exequente, nomeio gestora SATO LEILÕES, pela leiloeira Juliana Hisa Sato, para realização dos futuros leilões nos autos. 4) Intime-se a gestora para realização de novo leilão, observando-se o quanto decidido nos autos. Intime-se."

Atibaia, 19 de novembro de 2020.

Natália Aparecida da Silva
Chefe de Seção Judiciário

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA APARECIDA DA SILVA, liberado nos autos em 19/11/2020 às 13:02 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 70588A1.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ATIBAIA
FORO DE ATIBAIA
1ª VARA CÍVEL
Rua Dr. José Roberto Paim, 99, Parque dos Coqueiros - CEP 12945-007,
Fone: (11) 3402-5547, Atibaia-SP - E-mail: atibaia1cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

DECISÃO

Processo Digital nº:	**0010369-26.2011.8.26.0048**
Classe - Assunto	**Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material**
Requerente:	**Gabriele Baraldi**
Requerido:	**Raul Donato Mendes**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Adriana da Silva Frias Pereira**

Vistos.

Acolho as datas designadas para a realização das praças.

Assim, para 1ª Praça, designo o dia 25.01.2021, às 17h00. Não havendo lance igual ou superior ao da avaliação nos três dias subsequentes, a 2ª Praça seguirá, sem interrupção, iniciando-se no dia **28/01/2021**, às 17h01min, encerrando-se no dia **02.03.2021** às 17h00.

Intimem-se as partes através de seus patronos.

Aprovo a minuta apresentada.

Cientifique-se a leiloeira para as providências necessárias à divulgação das praças.

Intime-se.

Atibaia, 20 de novembro de 2020.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ADRIANA DA SILVA FRIAS PEREIRA, liberado nos autos em 20/11/2020 às 23:04 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 7072E17.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0718/2020, foi disponibilizado na página 760/766 do Diário da Justiça Eletrônico em 24/11/2020. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subseqüente à data acima mencionada.

Advogado
Melissa Yumi Koga Baraldi (OAB 211408/SP)
Duenes do Carmo Silva (OAB 209712/SP)
Arthur da Motta Trigueiros Neto (OAB 237457/SP)
Fernando Jose Cerello Gonçalves Pereira (OAB 268408/SP)

Teor do ato: "Vistos. Acolho as datas designadas para a realização das praças. Assim, para 1ª Praça, designo o dia 25.01.2021, às 17h00. Não havendo lance igual ou superior ao da avaliação nos três dias subsequentes, a 2ª Praça seguirá, sem interrupção, iniciando-se no dia 28/01/2021, às 17h01min, encerrando-se no dia 02.03.2021 às 17h00. Intimem-se as partes através de seus patronos. Aprovo a minuta apresentada. Cientifique-se a leiloeira para as providências necessárias à divulgação das praças. Intime-se."

Atibaia, 24 de novembro de 2020.

Natália Aparecida da Silva
Chefe de Seção Judiciário

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA APARECIDA DA SILVA, liberado nos autos em 24/11/2020 às 15:14 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 70B5909.

EXCELENTÍSSIMA SENHORA DOUTORA JUÍZA DE DIREITO DA 1a. VARA CÍVEL DA COMARCA DE ATIBAIA.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

Processo 0010369-26.2011.8.26.0048 – indenização de danos materiais
Requerente: Espólio de Gabriele Baraldi
Requerido: Raul Donato Mendes

RAUL DONATO MENDES, qualificado, vem respeitosamente a presença de Vossa Excelência, por sua advogada, assinando digitalmente, com fulcro no artigo **1022 do CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL,** interpor EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, em face a R. DECISÃO DE FLS. 889, expondo e requerendo quanto segue.

I - DA SENTENÇA

– Retornando à SENTENÇA prolatada, decidiu Vossa Excelência que o Réu estaria obrigado a INDENIZAR PELOS DANOS MATERIAIS suportados pelos autores, na quantia de R$ 53.800,00 à época.

Deveria também retornar o curso do rio à condição anterior, no prazo de 60 (sessenta) dias sob pena de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais)

II – DA CAUSA IMPEDITIVA PARA A REVERSÃO DO CURSO DO RIO

A SENTENÇA gerou **IMPASSE,** conforme fartos relatos do MINISTÉRIO PUBLICO, do Tribunal e das próprias partes.

A área onde antes era o curso do rio, e para onde deveria retornar, foi objeto de TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA **– 20/2010** entre o MINISTÉRIO PÚBLICO, o réu e mais 02(dois) terceiros, que, a título de **COMPENSAÇÃO AMBIENTAL,** plantaram no local, 700 mudas de

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 27/11/2020 às 10:11 , sob o número WAIA20700989757
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 70FC302.

árvores nativas, cujo desenvolvimento foi acompanhado pelo MINISTÉRIO PÚBLICO, já HOMOLOGADO E ARQUIVADO.

Dito TAC remonta antes do presente feito, cuja convalidação se confirma conforme as diversas manifestações do MINISTÉRIO PÚBLICO.

Às **fls. 580/582**, reafirmou o MINISTÉRIO PÚBLICO que, ante a desistência dos Autores, pela REVERSÃO DO CURSO DO RIO, optando PELA INDENIZAÇÃO, pelo risco de perda de área, com maior prejuízo, resolve-se o IMPASSE; logo, a MULTA DIÁRIA, deixa de existir.

II - DA CONTRADIÇÃO

Para maior compreensão, reporta às manifestações do **MINISTÉRIO PÚBLICO**, primeiro às **fls.580 a 582,** de 29.10.2015

Disse o Ministério Público:

"Não bastasse**,** observa-se a existência de manifestação por parte do exequente no sentido de possível conversão de obrigação de fazer em indenização por perdas e danos**,** pois tal medida poderá lhe ocasionar prejuízos em razão da perda de parte de seu terreno útil – medida esta**,** então**,** que poderia ensejar a **manutenção da situação atual e convalidar atos praticados pelo poder público, indiretamente afetados pela decisão ora questionada pelo executados." (Grifo nosso)**

Em outro momento, já 12.02.2016, novamente o MINISTÉRIO PÚBLICO ratifica parecer anterior:

"Tendo em vista a manifestação favorável do exequente acerca da possível conversão da obrigação de fazer – reversão do curso do rio a *status quo ante* – a sinalizar **possível convalidação dos atos já praticados.....** (Grifo nosso)

- Dito isso, o MINISTÉRIO PÚBLICO deixa óbvio que a MULTA DIÁRIA, pela não reversão do curso do rio deixou de existir, quando substituída pela INDENIZAÇÃO, já em curso, e o TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA firmado em 2010, entre ele, o réu e terceiros, prevalece.

Logo, a r. decisão de fls. 889, item 2, é contraditória ao parecer do MINISTÉRIO PÚBLICO, no que se refere a cobrança da multa diária pela não reversão do curso do rio.

Caso contrário, além da *bis in idem,* surge um novo IMPASSE, dessa feita, o Executado vindo a exigir reparação

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 27/11/2020 às 10:11 , sob o número WAIA20700989757
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 00103369-26.2011.8.26.0048 e código 70FC302.

do MINISTÉRIO PÚBLICO que o impossibilitou de realizar a reversão do curso do rio!!!

III – DA OMISSÃO

Às **fls. 851**, foi juntada ESCRITURA PÚBLICA, retratando a situação do momento, sobre o domicílio do réu, sua companheira, a mãe e sobrinhos no imóvel, documento sobre o qual Vossa Excelência até então nada disse.

IV – DO DIREITO

Art. 1.022. Cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para

I - esclarecer obscuridade ou eliminar contradição;

II - suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a Requerimento.

III - corrigir erro material.

Ante o exposto, requer se digne Vossa Excelência, apreciar os pontos apontados, esclarecendo-os, julgando procedentes os presentes.

Termos em que,
Pede deferimento.

Atibaia, 27 de novembro de 2020.

Duenes do Carmo Silva
OAB/SP. 209712

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 27/11/2020 às 10:11 , sob o número WAIA20700989757
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 00103369-26.2011.8.26.0048 e código 70FC302.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
1ª PROMOTORIA DE ATIBAIA

Autos n. 0001385-82.2013

MM. Juiz:

Fls. 129/130: Tendo em vista a manifestação favorável do exequente acerca da possível conversão da obrigação de fazer – reversão do curso do rio *a status quo ante* – a sinalizar possível convalidação dos atos já praticados aguarda-se intimação do executado, para fins de se manifestar sobre o quanto postulado, notadamente quanto à questão da perícia técnica solicitada, viabilizando, inclusive, possíveis novos informes obtidos junto ao DAEE no que se refere a eventuais prejuízos ambientais decorrentes das obras de reversão determinadas.

Atibaia, 11 de fevereiro de 2.016.

FÁBIO VITAL DE ÁVILA
Promotor de Justiça

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por FABIO VITAL DE AVILA e Tribunal de Justica Sao Paulo, protocolado em 11/02/2016 às 17:38 , sob o número WAIA16700074002 .
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 27/11/2020 às 10:11 , sob o número WAIA20700989757
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0001385-82.2013.8.26.0048 e código 907E76.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 00010369-26.2011.8.26.0048 e código 70FC30B.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ATIBAIA
FORO DE ATIBAIA
1ª VARA CÍVEL
Rua Dr. José Roberto Paim, 99, Parque dos Coqueiros - CEP 12945-007,
Fone: (11) 3402-5547, Atibaia-SP - E-mail: atibaia1cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

DECISÃO

Processo Digital nº:	**0010369-26.2011.8.26.0048**
Classe - Assunto	**Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material**
Requerente:	**Gabriele Baraldi**
Requerido:	**Raul Donato Mendes**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Adriana da Silva Frias Pereira**

Vistos.

Conheço dos embargos por tempestivos, mas lhes nego conhecimento.

O artigo 1.022 do Código de Processo Civil estabelece que são cabíveis embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para esclarecer obscuridade ou eliminar contradição, suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento, bem como para corrigir erro material.

No caso em testilha, a parte embargante apresenta argumentos que não guardam qualquer relação com a decisão embargada, que limitou-se a aprovar o edital e designar datas das hastas.

Em verdade, como já alertado diversas vezes, o executado limita-se a repisar argumentos já definidos nesta seara e em Superior instância, demonstrando o caráter meramente protelatório do recurso e de diversas manifestações nos autos.

Assim, não acolho os embargos interpostos.

Intime-se.

Atibaia, 30 de novembro de 2020.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ADRIANA DA SILVA FRIAS PEREIRA, liberado nos autos em 30/11/2020 às 19:12 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 712E597.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ATIBAIA
FORO DE ATIBAIA
1ª VARA CÍVEL
Rua Dr. José Roberto Paim, 99, Parque dos Coqueiros - CEP 12945-007,
Fone: (11) 3402-5547, Atibaia-SP - E-mail: atibaia1cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

CERTIDÃO

Processo Digital n°:	**0010369-26.2011.8.26.0048**
Classe – Assunto:	**Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material**
Requerente:	**Gabriele Baraldi**
Requerido:	**Raul Donato Mendes**

C E R T I D Ã O

Certifico e dou fé que encaminhei e-mail para leiloeiro Sato, conforme fls. 902. Nada Mais. Atibaia, 01 de dezembro de 2020. Eu, ___, Alexandre Marques Munhoz, Chefe de Seção Judiciário.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ALEXANDRE MARQUES MUNHOZ, liberado nos autos em 01/12/2020 às 19:43 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 715421F.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0750/2020, foi disponibilizado na página 763/769 do Diário da Justiça Eletrônico em 09/12/2020. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subseqüente à data acima mencionada.

Advogado
Melissa Yumi Koga Baraldi (OAB 211408/SP)
Duenes do Carmo Silva (OAB 209712/SP)
Arthur da Motta Trigueiros Neto (OAB 237457/SP)
Fernando Jose Cerello Gonçalves Pereira (OAB 268408/SP)

Teor do ato: "Vistos. Conheço dos embargos por tempestivos, mas lhes nego conhecimento. O artigo 1.022 do Código de Processo Civil estabelece que são cabíveis embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para esclarecer obscuridade ou eliminar contradição, suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento, bem como para corrigir erro material. No caso em testilha, a parte embargante apresenta argumentos que não guardam qualquer relação com a decisão embargada, que limitou-se a aprovar o edital e designar datas das hastas. Em verdade, como já alertado diversas vezes, o executado limita-se a repisar argumentos já definidos nesta seara e em Superior instância, demonstrando o caráter meramente protelatório do recurso e de diversas manifestações nos autos. Assim, não acolho os embargos interpostos. Intime-se."

Atibaia, 9 de dezembro de 2020.

Natália Aparecida da Silva
Chefe de Seção Judiciário

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA APARECIDA DA SILVA, liberado nos autos em 09/12/2020 às 10:43 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 71C44DF.

EXCELENTÍSSIMA SENHORA DOUTORA JUÍZA DE DIREITO DA 1ª. VARA CÍVEL DA COMARCA DE ATIBAIA.

Processo 0010369-26.2011.8.26.0048 – Indenização por Dano Material
Requerente: Espólio de Gabriele Baraldi
Requerido: Raul Donato Mendes

RAUL DONATO MENDES, trabalhador rural, qualificado, vem respeitosamente a presença de Vossa Excelência, por sua advogada assinando digitalmente, com base no artigo 1022, III, no prazo legal, opor *EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, em razão da decisão proferida as fls.* 908, ante a constatação de erro material.

I – DO DIREITO

Artigo 1022 CPC: cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para:
I – Esclarecer obscuridade ou eliminar contradição.
II – Suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o Juiz de ofício ou a requerimento.
III- corrigir erro material.

Parágrafo primeiro: Considera-se omissa a decisão que:
I - ....
II – incorra em qualquer das condutas do artigo 489, parágrafo 1°..

Artigo 489 – São elementos essenciais da sentença:
Parágrafo 1º.: não se considera fundamentada, qualquer decisão judicial, seja ela interlocutória, sentença ou acórdão, que:
IV - não enfrentar todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador

II - DO ERRO MATERIAL CONSTATADO E RAZÕES DO PRESENTE

1 - No caso em testilha, decidiu V.Exa. que receberia os embargos de fls.904/906, posto que tempestivos, entretanto, negou-lhes

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 15/12/2020 às 11:50 , sob o número WAIA20701048034
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 72439EC.

procedência afirmando que não guardam relação com a decisão embargada, que limitou-se a aprovar o Edital e designar datas das hastas.

Pois bem: - Equivoca-se Vossa Excelência, posto que os EMBARGOS DECLARATÓRIOS de fls. 904 a 906, versam sobre a DECISÃO de fls. **889, it. 2**, devidamente especificado em petição.

Ressaltando-se que, tempestivos, em consonância com certidão de fls. 901. (Pub. 20.11.20, sexta-feira e interposição 27.11.20.

III – DA RAZÃO DOS EMBARGOS IMPETRADOS DE FLS.904 A 906

a) DAS CONTRADIÇÕES

1 - O Embargante, respeitando-se os prazos, vem **questionando** a cobrança da multa diária pelos Embargados, nos cálculos que acompanham a petição de fls. 637/638, pela não reversão do curso do rio para **evitar a preclusão do direito** e **não repisando decisão,** como afirma a justiça, como se verá a seguir.

O último questionamento, se deu às **fls. 877/878**, sobre o qual versa a decisão que gerou os embargos de fls. 904/906.

2 - A cobrança da multa diária prevista em sentença, **deixou de ser devida** à partir do momento em que os Embargados optaram pela conversão da obrigação de fazer em indenização, (fls.584/586, 586/587 e 620/623), **sendo deferido pela justiça, (fls. 635),** com processo de liquidação em andamento.

- Logo, Vossa Excelência *CONTRADIZ* a própria decisão, quando às fls. 889, item 2, diz:

"Nada a prover acerca da multa diária, questão já debatida nos autos, não havendo fato novo a considerar"

3 – O fato é que, desconhece-se as RAZÕES que levaram os EMBARGADOS, quando, sem maiores explicações, às **fls.637/638**, contradizem as próprias manifestações de fls.**584/586, 587/589 e 620/623**, bem como, a **decisão judicial de fls. 635**, ao atualizarem o débito inserindo a multa diária, levando a **Justiça a erro.**

4 - Desde então, respeitando-se os prazos legais, o Embargante questiona os cálculos, repisando ser a multa indevida nesse feito; que já há processo apurando o valor da indenização em substituição da multa; que já houve deferimento judicial para a conversão da multa em indenização, mas infelizmente, não tem logrado êxito.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 15/12/2020 às 11:50 , sob o número WAIA20701048034
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 00103369-26.2011.8.26.0048 e código 72439EC.

5 - Por ocasião da petição de fls.904/906, objetivando aclarar os fatos, reportou o Embargante à sentença prolatada, onde houve a condenação em danos materiais na quantia de R$ 53.800,00 com as devidas correções, mais a reversão do curso do rio a situação anterior sob pena de multa diária de R$ 200,00.

Esclareceu também sobre a existência de **causa impeditiva** para a reversão do curso do rio, ante o TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA, firmado (**antes do presente)** com o MINISTÉRIO PÚBLICO, homologado e arquivado, **tudo,** devidamente documentado no feito.

No **TAC** a **multa diária** pelo não cumprimento era ½ salário mínimo.

- Logo, além da obediência para com o Ministério Público, o valor da multa prevista no TAC era **muito maior** que a multa do presente.

Requereu-se então, **diversas vezes,** o ingresso do MINISTÉRIO PÚBLICO no feito, **só ocorrendo em 29.10.2015**, cuja manifestação encontra-se às **fls.580/582 e** novamente às **fls. 907**, quando confirma que, ante a concordância dos Autores na conversão da obrigação de fazer em perdas e danos, **convalida** os atos já praticados, ou seja, convalida o TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA formalizado entre o Ministério Público, terceiros, e o Embargante, que cedeu suas terras para o plantio de 700 mudas nativas, fazendo sua parte na preservação ambiental.

- Logo, Vossa Excelência *CONTRADIZ* também o MINISTÉRIO PÚBLICO.

Ora! Sabendo-se que a Justiça às **fls. 635 deferiu** a conversão da obrigação de fazer em indenização por perdas e danos cujo processo está em tramitação; para o Ministério Público **(fls. 907**) foi convalidado o TAC firmado com o Embargante, que o impedia de reverter o curso do rio, porque a justiça insiste em penalizar o Embargante a pagar duas vezes a mesma condenação afirmando nada a prover sobre a multa diária?

- Cobra-se uma vez, nesse feito, pela não reversão do curso do rio, e outra, nos autos da ação de Indenização!! Isso é *bis in idem*, logo descabida!

b) DA OMISSÃO

Às fls. 851 foi juntada ESCRITURA PÚBLICA DE DECLARAÇÃO retratando a situação do momento quanto ao domicílio do

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 15/12/2020 às 11:50 , sob o número WAIA20701048034
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 00103369-26.2011.8.26.0048 e código 72439EC.

Embargante, sua companheira, mãe e sobrinho, sobre o qual, Vossa Excelência, até então, nada disse.

Ante o exposto, requer se digne Vossa Excelência receber os presentes, apreciando as contradições e omissão apontadas, decidindo pela procedência.

Termos em que,
Pede Deferimento,

Atibaia, 15 de dezembro de 2020.

Duenes do Carmo Silva
OAB.SP. 209712

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 15/12/2020 às 11:50 , sob o número WAIA20701048034
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 72439EC.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ATIBAIA
FORO DE ATIBAIA
1ª VARA CÍVEL
Rua Dr. José Roberto Paim, 99, Parque dos Coqueiros - CEP 12945-007,
Fone: (11) 3402-5547, Atibaia-SP - E-mail: atibaia1cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

DECISÃO

Processo Digital nº:	**0010369-26.2011.8.26.0048**
Classe - Assunto	**Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material**
Requerente:	**Gabriele Baraldi**
Requerido:	**Raul Donato Mendes**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Adriana da Silva Frias Pereira**

Vistos.

Conheço dos embargos por tempestivos, mas lhes nego conhecimento.

O artigo 1.022 do Código de Processo Civil estabelece que são cabíveis embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para esclarecer obscuridade ou eliminar contradição, suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento, bem como para corrigir erro material.

No caso em testilha, a parte embargante não apresentou qualquer contradição, obscuridade, omissão ou erro material que possa ser corrigido nesta seara.

Em verdade, discorda dos termos da decisão, buscando com isso efeito infringente do qual o remédio escolhido não é dotado, o que leva à rejeição da pretensão deduzida.

Assim, não acolho os embargos interpostos.

Nota-se que o requerido repisa argumentos já apreciados e rejeitados por este Juízo, alguns deles inclusive em Superior Instância, buscando unicamente interromper o andamento da lide.

Intime-se.

Atibaia, 16 de dezembro de 2020.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ADRIANA DA SILVA FRIAS PEREIRA, liberado nos autos em 17/12/2020 às 12:00 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 72555F2.

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA 1ª. VARA CÍVEL DA COMARCA DE ATIBAIA.

REQUERIMENTO DE TUTELA DE EVIDÊNCIA INCIDENTAL COM PEDIDO LIMINAR

Processo 0010369-26.2011.8.26.0048-Indenização por dano material
Requerentes: Espólio de Gabriele Baraldi e outra
Requerido: Raul Donato Mendes

RAUL DONATO MENDES, brasileiro, trabalhador rural, portador do RG. 27.233.858-9 – SSP/SP., e do CPF 252.972.718-00, residente e domiciliado na Estrada Municipal do Mackenzie – 3000 – Sítio Primavera - Bairro Itapetinga – CEP 12948-490 – ATIBAIA, SP., vem respeitosamente a presença de Vossa Excelência, por sua advogada assinando digitalmente, com fulcro no **artigo 311**, inciso II do CPC deflagrar a presente

TUTELA DE EVIDÊNCIA INCIDENTAL COM PEDIDO LIMINAR ante as razões adiante expostas:

I – DECISÃO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL COM REPERCUSSÃO GERAL

1 - Recente decisão do Supremo Tribunal Federal, de 21.12.2020, com Repercussão Geral, Tema 961 ARE 1038507 afirma que:

– "É IMPENHORÁVEL A PEQUENA PROPRIEDADE RURAL FAMILIAR CONSTITUIDA DE MAIS DE 01(UM) TERRENO, DESDE QUE CONTÍNUOS E COM ÁREA TOTAL INFERIOR A 04 (QUATRO) MÓDULOS FISCAIS DO MUNICÍPIO DE LOCALIZAÇÃO.

2 - No caso em tela, reforçando maior direito ao réu, encontra-se no fato de possuir apenas um imóvel, com área de 0,2633 módulo fiscal do município de localização.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 07/01/2021 às 16:52 , sob o número WAIA21700004794
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 7355F9D.

3 - A **MATRÍCULA** do imóvel e o Cadastro Ambiental Rural, **(CAR),** que se junta, demonstra que a propriedade possui 0,2633 módulo fiscal.

4 – Busca no Registro de Imóveis demonstra a inexistência de outro bem em nome do réu.

5 – O imóvel é utilizado para residência do réu, companheira, mãe, sobrinho, e atualmente, com ingresso de mais um irmão, em razão de divórcio, cuja comprovação do endereço manteve atualizado (fls. 828 a 830).

6 – O imóvel é trabalhado para subsistência (fls.814/827).

Logo, sempre atendeu aos requisitos da lei.

II - DOCUMENTOS NOVOS

1 - Junta **extrato atual** do andamento do processo extraído do sitio do **SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**, com **tese de Repercussão Geral** sobre Impenhorabilidade da pequena propriedade Rural

2 – Junta Cadastro Ambiental Rural (CAR) atual onde se vê ser a área do imóvel menor que 04 módulos fiscais, bem como, comprovando **agricultura familiar.**

3 – Junta ainda, *e-mail* trocado com o MINISTÉRIO PÚBLICO, com orientações que as postulações sejam feitas no presente.

O pedido de audiência feito ao MINISTÉRIO PÚBLICO, reside no fato de que, **sendo ELE parte** no TAC 20/2010, que **impediu** o ora Réu de cumprir parte da SENTENÇA, cuja pena é multa diária, multa essa, convertida em indenização, confirmado por V.Exa. (fls.635), mas que a justiça insiste em ignorar não ser mais devida, conferindo direito aos Autores, levando o único bem imóvel do réu a leilão.

Cabendo, dessa feita, a obrigação do MINISTÉRIO PÚBLICO intervir no presente, (requerimento feito diversas vezes, por autores e réu), para **convalidar** os atos do TAC 20/2010, e enfim, **esclarecer a esse R. Juízo, o imbróglio sobre a cobrança indevida da multa diária nesse feito.**

Diante disso, e conforme orientação do MINISTÉRIO PÚBLICO em *e-mail,* mais uma vez, **requer sua intervenção** no feito, pois como **parte no TAC 20/2010**, entende o réu caber a ELE solucionar o problema que de certa forma, deu causa.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 07/01/2021 às 16:52 , sob o número WAIA21700004794
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 00110369-26.2011.8.26.0048 e código 7355F9D.

Objetivando facilitar o entendimento do MINISTÉRIO PÚBLICO, informa que as documentos de **fls. 577 a 584, 904 a 907, 911 a 914,** são muito esclarecedores quanto a necessidade de sua participação no feito.

Informa também, que documentos acostados pelo réu às **fls. 580 a 584 e 907,** de **autoria** do MINISTÉRIO PÚBLICO, foram extraídas dos autos da EXECUÇÃO 0001385-82.2013.

III - DO PEDIDO

1 - Ante o exposto, por força da decisão do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, com repercussão geral, a **URGÊNCIA** que a situação exige, pelo risco de ir a leilão o único bem imóvel, residência da família, requer **seja deferida liminarmente a tutela de evidência,** por preencher os requisitos artigo 311, inciso II, diante de documentos incontroversos.

2 - A suspensão imediata do atos de expropriação em curso, deferindo a **IMPENHORABILIDADE** do bem.

3 – E, por improvável que Vossa Excelência indefira o pedido, requer a suspensão dos atos de expropriação até a manifestação IMPRESCINDÍVEL do MINISTÉRIO PÚBLICO, convalidando os termos do TAC 20/2010, para enfim, confirmar ser indevida a multa diária cobrada nesse feito.

Termos em que,
Pede Deferimento.

Atibaia, 07 de janeiro de 2021.

Duenes do Carmo Silva
OAB.SP. 209712

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 07/01/2021 às 16:52 , sob o número WAIA21700004794
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 00103369-26.2011.8.26.0048 e código 7355F9D.

Pesquisa Avançada

Tema

961 - Impenhorabilidade de propriedade familiar, localizada na zona rural, que não é o único bem imóvel dessa natureza pertencente à família.

Há Repercussão?
Sim

Relator: **MIN. EDSON FACHIN**

Leading Case: **ARE 1038507**

Ver descrição [+]

Ver tese [+]
[-]

Andamentos | DJ/DJe | Jurisprudência | Detalhes | Processo Relacionado | Recursos

Data	Andamento	Órgão Julgador	Observação	Documento
29/12/2020	Juntada		Certidão de Julgamento da Sessão Virtual	
21/12/2020	Julgado mérito de tema com repercussão geral	TRIBUNAL PLENO - SESSÃO VIRTUAL	Decisão: O Tribunal, por maioria, apreciando o Tema 961 da repercussão geral, negou provimento ao recurso extraordinário, nos termos do voto do Relator, vencidos os Ministros Nunes Marques, Roberto Barroso, Alexandre de Moraes, Luiz Fux (Presidente) e Gilmar Mendes. Em seguida, foi fixada a seguinte tese: "É impenhorável a pequena propriedade rural familiar constituída de mais de 01 (um) terreno, desde que contínuos e com área total inferior a 04 (quatro) módulos fiscais do município de localização". Plenário, Sessão Virtual de 11.12.2020 a 18.12.2020.	Decisão de Julgamento
19/12/2020	Finalizado Julgamento Virtual		Finalizado Julgamento Virtual em 18 de Dezembro de 2020 (Sexta-feira), às 23:59 .	
11/12/2020	Iniciado Julgamento Virtual			
02/12/2020	Pauta publicada no DJE - Plenário		PAUTA Nº 175/2020. DJE nº 284, divulgado em 01/12/2020	
30/11/2020	Inclua-se em pauta - minuta extraída	TRIBUNAL PLENO - SESSÃO VIRTUAL	Julgamento Virtual: Incluído na Lista 622-2020.EF - Agendado para: 11/12/2020.	
26/11/2020	Retirado de mesa		Pleno em 26/11/2020 11:12:48 -	
23/11/2020	Conclusos ao(à) Relator(a)			
23/11/2020	Publicação, DJE		DJE nº 277, divulgado em 20/11/2020	Despacho
20/11/2020	Despacho		Nos termos do art. 87, IV, do Regimento	

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 07/01/2021 às 16:52 , sob o número WAIA21700004794
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 7355FA0.

			Interno do Supremo Tribunal Federal, torno desde já disponível na forma escrita o inteiro teor do respectivo Relatório, dele também propiciando ciência isonômica e simultânea às partes. Com a ciência às partes que aqui se determina para todos os fins, cumpre-se a finalidade do relatório nos julgamentos, consoante previsto no artigo 131 do RISTF, o que implica dispensa da leitura em sessão do respectivo relatório, salvo objeção que se verificar. Tal procedimento se fundamenta nos termos do insculpido no inciso LXXVIII do artigo 5º da Constituição Federal de 1988, em cuja abrangência se insere a celeridade de julgamento.	
14/09/2020	Calendário de julgamento publicado no DJe		DJe edição extra, nº 227/2020, divulgado em 11/09/2020	
11/09/2020	Incluído no calendário de julgamento pelo Presidente		Data de Julgamento: 25/11/2020	
29/08/2019	Conclusos ao(à) Relator(a)			
28/08/2019	Manifestação da PGR			Manifestação da PGR
20/03/2019	Pauta publicada no DJE - Plenário		PAUTA Nº 26/2019. DJE nº 54, divulgado em 19/03/2019	
18/03/2019	Inclua-se em pauta - minuta extraída	TRIBUNAL PLENO	Pleno em 18/03/2019 12:41:36 -	
05/04/2018	Publicação, DJE		DJE nº 64, divulgado em 04/04/2018	Despacho
03/04/2018	Vista à PGR			
02/04/2018	Despacho		Abra-se vista dos autos para a Procuradoria Geral da República	
22/09/2017	Conclusos ao(à) Relator(a)			
22/09/2017	Publicado acórdão, DJE		DATA DE PUBLICAÇÃO DJE 22/09/2017 ATA Nº 25/2017 - DJE nº 215, divulgado em 21/09/2017	Inteiro teor do acórdão
08/09/2017	Decisão pela existência de repercussão geral	PLENÁRIO VIRTUAL - RG	Decisão: O Tribunal, por maioria, reputou constitucional a questão, vencido o Ministro Dias Toffoli. Não se manifestaram os Ministros Ricardo Lewandowski e Cármen Lúcia. O Tribunal, por maioria, reconheceu a existência de repercussão geral da questão constitucional suscitada, vencido o Ministro Dias Toffoli. Não se manifestaram os Ministros Ricardo Lewandowski e Cármen Lúcia.	
18/08/2017	Iniciada análise de repercussão geral			
02/08/2017	Conclusos ao(à) Relator(a)			
01/08/2017	Publicação, DJE		DJE nº 168, divulgado em 31/07/2017	Decisão monocrática
28/06/2017	Reconsideração	MIN. EDSON FACHIN	da decisão agravada p/ submeter a controvérsia constitucional, tal qual delimitada no presente recurso, à deliberação do Plenário Virtual do STF.	

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 07/01/2021 às 16:52 , sob o número WAIA21700004794
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 7355FA0.

22/06/2017	Conclusos ao(à) Relator(a)			
21/06/2017	Certidão		CERTIDÃO DE AUSÊNCIA DE MANIFESTAÇÃO	
20/06/2017	Lançamento indevido		17/06/2017 - Conclusos ao(à) Relator(a) Justificativa: registro indevido	
17/06/2017	Conclusos ao(à) Relator(a)			
23/05/2017	Publicação, DJE		DJE nº 107, divulgado em 22/05/2017	
18/05/2017	Vista a parte agravada para apresentar contrarrazões			Vista à parte agravada
18/05/2017	Interposto agravo regimental		Juntada Petição: 24702/2017	
17/05/2017	Petição		Agravo Regimental - Petição: 24702 Data: 17/05/2017 às 11:50:22	
26/04/2017	Publicação, DJE		DJE nº 86, divulgado em 25/04/2017	Decisão monocrática
20/04/2017	Não conhecido(s)	MIN. EDSON FACHIN		
18/04/2017	Conclusos ao(à) Relator(a)			
18/04/2017	Distribuído		MIN. EDSON FACHIN	
18/04/2017	Autuado			
04/04/2017	Protocolado		PROCESSO PROTOCOLADO VIA WEB SERVICE.	

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 07/01/2021 às 16:52 , sob o número WAIA21700004794
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 00103369-26.2011.8.26.0048 e código 7355FA0.

Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente

CAR - Cadastro Ambiental Rural

Número: 35041070394624

SIGAM

Data Emissão:	05/01/2021 10:15:28		
Número do Protocolo:	**501607**	Nome do Imóvel:	Sítio Primavera
Número SiCAR-SP:	**35041070394624**	Tipo de Domínio:	PROPRIEDADE
Número SiCAR-Federal:	**SP-3504107-B8091CCE6FCF40F199950A00C5C8B69F**	Número do CIR:	9500927582649
Data da Inscrição:	05/01/2021	Área Total (Calculada):	4,2132 ha
Situação do CAR:	**Inscrito**	Módulos Fiscais:	0,26
Data da Situação do CAR:	05/01/2021	Atividade Principal:	Agricultura
Situação da Adequação Ambiental:	**Não iniciada - PRA**	Endereço do imóvel:	Estrada do Mackenzie, 3000, , Itapetinga, ATIBAIA
		Tipo de Imóvel:	RURAL

A situação do Cadastro pode ser consultada em tempo real por qualquer cidadão através da Consulta Pública disponível no SIGAM. Para mais informações, consulte www.ambiente.sp.gov.br/sicar, na página sobre acesso à informação.

PROPRIETÁRIOS ou POSSEIROS

CPF / CNPJ	Nome	Telefone	E-mail	Qualificação
CPF: 25297271800	Raul Donato Mendes	11 - 99182365	rauldm12@hotmail.com	

DECLARAÇÕES

Declaração
Desenvolve atividade agrossilvopastoril
É agricultor familiar

MATRÍCULAS

Matrícula	Livro	Comarca	Cartório
93959	2	Atibaia	1

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 07/01/2021 às 16:52 , sob o número WAIA21700004794
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 7355FA8.

Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente

CAR - Cadastro Ambiental Rural

Número: 35041070394624

SIGAM

MAPA



LEGENDA

- Propriedade
- Vegetação Nativa
- APPs
- Corpos d'agua
- Reserva Legal

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 07/01/2021 às 16:52 , sob o número WAIA21700004794
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 7355FA8.

Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente

CAR - Cadastro Ambiental Rural

Número: 35041070394624

SIGAM

ÁREAS

Tipo	Número de Itens	Área Calculada
Propriedade	1	4,2132 ha
Servidão Administrativa	0	0,0000 ha
Área Total da Propriedade	0	4,2132 ha
Rios com mais de 3 metros de largura média	0	0,0000 ha
Rios com até 3 metros de largura média	4	0,0000 ha
Nascentes e Veredas	0	0,0000 ha
Lago e Lagoa Natural	0	0,0000 ha
Outros corpos d'água	2	0,6489 ha
Outras APPs	0	0,0000 ha
Área Total de APP	0	1,4943 ha
Vegetação Nativa	1	1,8019 ha
Reserva Legal	1	1,8023 ha
Declividade entre 25° e 45°	0	0,0000 ha
Uso consolidado	0	0,0000 ha
Reserva Legal de Compensação	0	0,0000 ha
Servidão Ambiental	0	0,0000 ha

ADEQUAÇÃO AMBIENTAL DO IMÓVEL

Optou-se pela adesão ao Programa de Regularização Ambiental

Área do Imóvel em 22/07/2008: 4,2132

Módulos fiscais em 2008: 0,2633

As áreas podem diferir ligeiramente do constante em matrícula ou outros tipos de documento, assim como do georreferenciamento realizado dentro dos padrões do INCRA. Essas pequenas diferenças não são necessariamente erros no cadastro e podem, inclusive, ser ocasionadas pelas diferenças normalmente encontradas com o uso de diferentes sistemas de projeção cartográfica.

RESERVA LEGAL

Reserva Legal Exigida (ha) : 0,8426 ha **Déficit :** 0,0000

RESERVA LEGAL NO IMÓVEL

Tipo de Área	Área (ha)	% Área do Imóvel	Área Sobreposta App (ha)
Proposta	1,8023	42,78%	1,5003

TOTAL DE ÁREAS (ha) : 1,8023

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 07/01/2021 às 16:52 , sob o número WAIA21700004794
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 7355FA8.

Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente

CAR - Cadastro Ambiental Rural

ADEQUAÇÃO AMBIENTAL



LEGENDA

- Propriedade
- Propriedade em 2008
- Reserva Legal a recompor

Áreas da Adequação Ambiental

Tipo	Número de Itens	Área Calculada
Propriedade	1	4,2132 ha
Propriedade em 2008	1	4,2132 ha
Intervenção de baixo impacto em APP	0	0 ha
Ocupações regularmente implantadas em APP	0	0 ha
Compromisso com órgão ambiental	0	0 ha
Compromisso com órgão externo	0	0 ha
Compromisso anterior - Decisão Judicial	0	0 ha
Proposta de Revisão de Compromisso	0	0 ha
Reserva Legal a recompor	3	0,0000 ha
APP de recomposição obrigatória	0	0,0000 ha
Área Comum de recomposição obrigatória	0	0 ha
Áreas a Recompor	3	0,0000 ha

ATIVOS AMBIENTAIS

Total de ativos ambientais (ha) : 0,0086

Vegetação nativa fora de Reserva Legal e APP (ha) : 0,0086

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 07/01/2021 às 16:52 , sob o número WAIA21700004794
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 7355FA8.

fls. 926

Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente

CAR - Cadastro Ambiental Rural

ÁREAS NO IMÓVEL VINCULADAS A OUTROS CADASTROS:

Reserva Legal de Compensação

Área lançadas (ha) : 0,0000 | **Área disponível (ha) : 0,0000** | **Área vinculada (ha) : 0**

Servidão Ambiental

Área lançadas (ha) : 0,0000 | **Área disponível (ha) : 0,0000** | **Área vinculada (ha) : 0,0000**

INFORMAÇÕES GERAIS

1º Este documento garante o cumprimento do disposto no §2º do art. 14 e § 3º do art. 29, da Lei nº 12.651, de 2012 e se constitui em instrumento suficiente para atender ao disposto no art. 78- A da referida Lei;
2º O presente documento representa a confirmação de que foi realizada a declaração do imóvel rural no Cadastro Ambiental Rural - CAR e que está sujeito a validação pelo órgão competente;
3º As informações prestadas no CAR são de caráter declaratório;
4º Os documentos, especialmente os de caráter pessoal ou e os dominial, são de responsabilidade do proprietário ou possuidor rural declarante, que ficarão sujeito à pena prevista no art. 299 do Código Penal (Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940) e no art. 69-A da Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998;
5º Esta inscrição do imóvel rural no CAR poderá ser suspensa ou cancelada a qualquer tempo, em função do não atendimento de notificações de pendências ou inconsistências detectadas pelo órgão competente nos prazos concedidos ou por motivo de irregularidades constatadas;
6º Este documento não substitui qualquer licença ou autorização ambiental para exploração florestal ou supressão de vegetação, como também não dispensa as autorizações necessárias ao exercício da atividade econômica no imóvel rural;
7º A inscrição do imóvel rural no CAR não será considerada título para fins de reconhecimento de direito de propriedade ou posse;
8º O declarante assume plena responsabilidade ambiental sobre o imóvel rural declarado em seu nome, sem prejuízo de responsabilização por danos ambientais em área contínua, posteriormente comprovada como de sua propriedade ou posse.
9º
Será cancelada, total ou parcialmente, eventual compensação da Reserva Legal realizada por meio de alienação ao poder público, se, no prazo de 10 anos, a contar do registro da aludida alienação na matrícula do imóvel, ocorrer evicção ou qualquer outro fato que afete a transferência da área ao poder público, com destaque para os casos em que a alienação tiver sido efetuada por quem não era o legítimo titular do domínio da área.

10º
Cancelada total ou parcialmente eventual compensação de Reserva Legal efetuada por meio de alienação de área inserida em Unidade de Conservação ao poder público, o(s) proprietário(s) ou possuidor(es) do imóvel rural deverá (ão) regularizar o déficit de Reserva Legal do imóvel no prazo estabelecido pelo órgão competente.

SIGAM - Sistema Integrado de Gestão Ambiental - SIMA - Emitido em 05/01/2021 10:15

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 07/01/2021 às 16:52 , sob o número WAIA21700004794
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 7355FA8.

Assunto	**Re: Resposta: AUTOS EM QUE MP É PARTE (TAC 20/2010)**
De	<duenessilva@adv.oabsp.org.br>
Para	Juliana Paulatti Bigheti <JulianaBigheti@mpsp.mp.br>
Data	18/12/2020 20:04
Prioridade	Mais alta

Boa Noite!

Insisto em pedir um AGENDAMENTO, pois, LAMENTAVELMENTE, após reiteradas manifestações nos autos, demonstrando que o MINISTÉRIO PÚBLICO já se posicionou, (como exemplo, cópia da MANIFESTAÇÃO DO MP, anexada no primeiro contato), **a JUSTIÇA IGNORA O PARECER,** levando a risco iminente de leilão, de único bem imóvel da parte.

Sabendo-se que a situação tem ORIGEM em **TAC FIRMADO COM O MINISTÉRIO PÚBLICO**, e ante a OMISSÃO DO R. JUÍZO, que mesmo após diversas provocações, insiste IGNORAR A CONVALIDAÇÃO DO TAC, em total prejuízo da PARTE, reitero o AGENDAMENTO, pois cabe ao MINISTÉRIO PÚBLICO colaborar na solução do IMBRÓGLIO causado.

Att.
Duenes do Carmo Silva

Em 18/12/2020 19:15, Juliana Paulatti Bigheti escreveu:

> Boa noite,
> Com relação ao seu e-mail encaminhado na data de hoje, segue despacho do Exmo. Dr. Fábio Vital de Ávila, DD. 1º Promotor de Justiça de Atibaia, para conhecimento.
>
> "Tendo em vista que se trata de ação judicial em curso encaminhe-se e-mail a interessada informando-lhe que suas postulações devem ser formuladas no âmbito do processo judicial em referência, de modo a propiciar que a autoridade competente - D. Juiz do processo tenha conhecimento e examine os argumentos existentes em favor de sua parte."
>
> Atenciosamente,
>
> MPSP MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
>
> JULIANA PAULATTI BIGHETI
> Oficial de Promotoria
> Promotoria de Justiça de Atibaia
> Tel: (11) 4412-6963
> julianabigheti@mpsp.mp.br

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 07/01/2021 às 16:52 , sob o número WAIA21700004794
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 7355FAE.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ATIBAIA DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROCESSO Nº 0010369-26.2011.8.26.0048

SATO LEILÕES, www.satoleiloes.com.br, neste ato representado pela coordenadoria de hastas públicas subscrita, com escritório na Travessa Comandante Salgado, nº 75, Bairro Fundação, São Caetano do Sul/ SP, CEP 09520-330, telefone 11 4223-4343, e-mail: judicial@satoleiloes.com.br, nos autos do processo supracitado, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, expor e requerer a juntada do comprovante de publicação na rede mundial de computadores (Art. 887, paragrafo 2º do CPC), bem como as notificações encaminhadas por essa gestora nos termos do Art. 889 do CPC.

Atibaia, 7 de janeiro de 2021

SATO LEILÕES
Coordenadoria de Hastas Públicas

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TALITA RODRIGUES GOUVEIA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 07/01/2021 às 16:54 , sob o número WAIA21700004786
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 7356026.

SISTEMA DE POSTAGEM ELETRONICA
escritório

Comprovante Resumido de Postagem Eletrônica

CORREIOS

Protocolo : **14194179**
Especificação : MSG SPEe 06/01/2021 17:47 N
Data: 06/01/2021 17:47 Total: R$ 56,60 Qtd.Telegramas: Qtd.Cartas: 4

Cartas

Identificador	Remetente	Destinatário	Assunto	Preço	AR	Operador
*MH135336294B	ANTONIO HISSAO SATO JUNIOR	RAUL DONATO MENDES	Notificação de Leilão	R$ 14,15	S	
*MH135336303B	ANTONIO HISSAO SATO JUNIOR	PREFEIITURA MUNICIPAL DE ATIBAIA - SP	Notificação de Leilão	R$ 14,15	S	
*MH135336317B	ANTONIO HISSAO SATO JUNIOR	INCRA - PGFN	Notificação de Leilão	R$ 14,15	S	
*MH135336325B	ANTONIO HISSAO SATO JUNIOR	Ocupantes do Imóvel	Notificação de Leilão	R$ 14,15	S	

Assinatura Digital

00C1B2AE068DEFD4F2981EDB1E6883E2F03B4F34B2475CAA9423B83F1A6A6887F

8AD93677B24561269DCE96E0F73EBE85CABEA9B7050EB3F68496CE684A2528939

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TALITA RODRIGUES GOUVEIA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 07/01/2021 às 15:54 , sob o número WAIA21700004786
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 735602B.

SISTEMA DE POSTAGEM ELETRONICA
escritório

Visualização Carta

CORREIOS

Data : 06/01/2021 17:48:03

Assunto : Notificação de Leilão

Mensagem

PROCESSO Nº: 0010369-26.2011.8.26.0048
1ª Vara Cível da Comarca de Atibaia - SP
REQUERENTE: RAUL DONATO MENDES
REQUERIDO: ESPÓLIO DE GABRIELE BARALDI, representado por ANNITA HERMINE BARALDI.

NOTIFICAÇÃO DE LEILÃO JUDICIAL.

SATO LEILÕES, www.satoleiloes.com.br, neste ato representado pela coordenadoria de hastas públicas subscrita, com escritório na Travessa Comandante Salgado, nº 75, Bairro Fundação, São Caetano do Sul/ SP, CEP 09520-330, telefone 11 4223-4343, e-mail: judicial@satoleiloes.com.br, tendo sido designada pelo juízo acima NOTIFICA através da presente a respeito do LEILÃO do imóvel MATRÍCULA Nº 93.959 do Cartório de Registro de Imóveis de Atibaia - SP, que ocorrerá nas seguintes datas: o 1º LEILÃO terá início em 25/01/2021 a partir das 17:00 horas com encerramento às 17:00 horas em 28/01/2021, correspondente à avaliação atualizada na data do leilão. Caso não haja lance, seguirá sem interrupção para o 2º LEILÃO que se encerrará em 02/03/2021 a partir das 17:00 horas, correspondente à 70% (setenta por cento) do valor da avaliação atualizado até a data do leilão.

Era o que cumpria informar.

Atibaia, 6 de janeiro de 2021

SATO LEILÕES
Coordenadoria de Hastas Públicas

Remetente

ANTONIO HISSAO SATO JUNIOR
Travessa Comandante Salgado
75

Fundação
09520330 São Caetano do Sul

Destinatário

RAUL DONATO MENDES
Rua Anice Cury Sabbag
123

Jardim Shangri-Lá
12948022 Atibaia

Serviços

Com Aviso de Recebimento

Assinatura Digital

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TALITA RODRIGUES GOUVEIA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 07/01/2021 às 16:54 , sob o número WAIA21700004786
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 735602F.

SISTEMA DE POSTAGEM ELETRONICA
escritório

Visualização Carta

CORREIOS

Data : 06/01/2021 17:48:03

Assunto : Notificação de Leilão

Mensagem

PROCESSO Nº: 0010369-26.2011.8.26.0048
1ª Vara Cível da Comarca de Atibaia - SP
REQUERENTE: RAUL DONATO MENDES
REQUERIDO: ESPÓLIO DE GABRIELE BARALDI, representado por ANNITA HERMINE BARALDI.

NOTIFICAÇÃO DE LEILÃO JUDICIAL.

SATO LEILÕES, www.satoleiloes.com.br, neste ato representado pela coordenadoria de hastas públicas subscrita, com escritório na Travessa Comandante Salgado, nº 75, Bairro Fundação, São Caetano do Sul/ SP, CEP 09520-330, telefone 11 4223-4343, e-mail: judicial@satoleiloes.com.br, tendo sido designada pelo juízo acima NOTIFICA através da presente a respeito do LEILÃO do imóvel MATRÍCULA Nº 93.959 do Cartório de Registro de Imóveis de Atibaia - SP, que ocorrerá nas seguintes datas: o 1º LEILÃO terá início em 25/01/2021 a partir das 17:00 horas com encerramento às 17:00 horas em 28/01/2021, correspondente à avaliação atualizada na data do leilão. Caso não haja lance, seguirá sem interrupção para o 2º LEILÃO que se encerrará em 02/03/2021 a partir das 17:00 horas, correspondente à 70% (setenta por cento) do valor da avaliação atualizado até a data do leilão.

Era o que cumpria informar.

Atibaia, 6 de janeiro de 2021

SATO LEILÕES
Coordenadoria de Hastas Públicas

Remetente

ANTONIO HISSAO SATO JUNIOR
Travessa Comandante Salgado
75

Fundação
09520330 São Caetano do Sul

Destinatário

PREFEIITURA MUNICIPAL DE ATIBAIA - SP
Rua Guanabara
77

Caetetuba
12951600 Atibaia

Serviços

Com Aviso de Recebimento

Assinatura Digital

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TALITA RODRIGUES GOUVEIA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 07/01/2021 às 16:54 , sob o número WAIA21700004786
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 735602F.

SISTEMA DE POSTAGEM ELETRONICA
escritório

Visualização Carta

CORREIOS

Data : 06/01/2021 17:48:03

Assunto : Notificação de Leilão

Mensagem

PROCESSO Nº: 0010369-26.2011.8.26.0048
1ª Vara Cível da Comarca de Atibaia - SP
REQUERENTE: RAUL DONATO MENDES
REQUERIDO: ESPÓLIO DE GABRIELE BARALDI, representado por ANNITA HERMINE BARALDI.

NOTIFICAÇÃO DE LEILÃO JUDICIAL.

SATO LEILÕES, www.satoleiloes.com.br, neste ato representado pela coordenadoria de hastas públicas subscrita, com escritório na Travessa Comandante Salgado, nº 75, Bairro Fundação, São Caetano do Sul/ SP, CEP 09520-330, telefone 11 4223-4343, e-mail: judicial@satoleiloes.com.br, tendo sido designada pelo juízo acima NOTIFICA através da presente a respeito do LEILÃO do imóvel MATRÍCULA Nº 93.959 do Cartório de Registro de Imóveis de Atibaia - SP, que ocorrerá nas seguintes datas: o 1º LEILÃO terá início em 25/01/2021 a partir das 17:00 horas com encerramento às 17:00 horas em 28/01/2021, correspondente à avaliação atualizada na data do leilão. Caso não haja lance, seguirá sem interrupção para o 2º LEILÃO que se encerrará em 02/03/2021 a partir das 17:00 horas, correspondente à 70% (setenta por cento) do valor da avaliação atualizado até a data do leilão.

Era o que cumpria informar.

Atibaia, 6 de janeiro de 2021

SATO LEILÕES
Coordenadoria de Hastas Públicas

Remetente

ANTONIO HISSAO SATO JUNIOR
Travessa Comandante Salgado
75

Fundação
09520330 São Caetano do Sul

Destinatário

INCRA - PGFN
Rua Doutor Brasílio Machado 203
203

Santa Cecília
01230906 São Paulo

Serviços

Com Aviso de Recebimento

Assinatura Digital

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TALITA RODRIGUES GOUVEIA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 07/01/2021 às 16:54 , sob o número WAIA21700004786
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 735602F.

SISTEMA DE POSTAGEM ELETRONICA
escritório

Visualização Carta

CORREIOS

Data : 06/01/2021 17:48:03

Assunto : Notificação de Leilão

Mensagem

PROCESSO Nº: 0010369-26.2011.8.26.0048
1ª Vara Cível da Comarca de Atibaia - SP
REQUERENTE: RAUL DONATO MENDES
REQUERIDO: ESPÓLIO DE GABRIELE BARALDI, representado por ANNITA HERMINE BARALDI.

NOTIFICAÇÃO DE LEILÃO JUDICIAL.

SATO LEILÕES, www.satoleiloes.com.br, neste ato representado pela coordenadoria de hastas públicas subscrita, com escritório na Travessa Comandante Salgado, nº 75, Bairro Fundação, São Caetano do Sul/ SP, CEP 09520-330, telefone 11 4223-4343, e-mail: judicial@satoleiloes.com.br, tendo sido designada pelo juízo acima NOTIFICA através da presente a respeito do LEILÃO do imóvel MATRÍCULA Nº 93.959 do Cartório de Registro de Imóveis de Atibaia - SP, que ocorrerá nas seguintes datas: o 1º LEILÃO terá início em 25/01/2021 a partir das 17:00 horas com encerramento às 17:00 horas em 28/01/2021, correspondente à avaliação atualizada na data do leilão. Caso não haja lance, seguirá sem interrupção para o 2º LEILÃO que se encerrará em 02/03/2021 a partir das 17:00 horas, correspondente à 70% (setenta por cento) do valor da avaliação atualizado até a data do leilão.

Era o que cumpria informar.

Atibaia, 6 de janeiro de 2021

SATO LEILÕES
Coordenadoria de Hastas Públicas

Remetente

ANTONIO HISSAO SATO JUNIOR
Travessa Comandante Salgado
75

Fundação
09520330 São Caetano do Sul

Destinatário

Ocupantes do Imóvel
Estrada do Mackenzie
3300

Bairro Itapetininga
1294135 Atibaia

Serviços

Com Aviso de Recebimento

Assinatura Digital

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TALITA RODRIGUES GOUVEIA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 07/01/2021 às 16:54 , sob o número WAIA21700004786
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 735602F.

Home / Casa | Atibaia/SP / Casa | Atibaia/SP

Leilão ainda não liberado para lances.

Lote 1 Casa | Atibaia/SP | Cód do Leilão: 5316 695

Futuro | TJ/SP - Online - 1ª Praça



Aguardando

Lance atual
R$ 0,00

Incremento
R$ 10.000,00

R$ 1.346.355,25 — Enviar Lance

0,00 OK — Lance Manual

0,00 OK — Limite Lance

Leilão termina em

21d : 23h : 10m : 52s

1º Leilão 28/01/2021 às 17:00	Lance Inicial R$ 1.346.355,25
2º Leilão 02/03/2021 às 17:00	Lance Inicial R$ 942.448,67

Get ADOBE FLASH PLAYER

Fale conosco, nós estamos online!

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TALITA RODRIGUES GOUVEIA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 07/01/2021 às 16:54 , sob o número WAIA21700004786 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 7356036.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ATIBAIA
FORO DE ATIBAIA
1ª VARA CÍVEL
Rua Dr. José Roberto Paim, 99, Parque dos Coqueiros - CEP 12945-007,
Fone: (11) 3402-5547, Atibaia-SP - E-mail: atibaia1cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

DECISÃO

Processo Digital nº:	**0010369-26.2011.8.26.0048 - Controle nº 2011/001527**
Classe - Assunto	**Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material**
Requerente:	**Gabriele Baraldi**
Requerido:	**Raul Donato Mendes**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **FLÁVIA MARTINS DE CARVALHO**

Vistos.

Fls. 916/918: Diga a exequente.

Intime-se.

Atibaia, 12 de janeiro de 2021.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por FLAVIA MARTINS DE CARVALHO, liberado nos autos em 12/01/2021 às 19:06 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 739BD99.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0016/2021, foi disponibilizado na página 843/849 do Diário da Justiça Eletrônico em 26/01/2021. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subseqüente à data acima mencionada.

Advogado
Melissa Yumi Koga Baraldi (OAB 211408/SP)
Duenes do Carmo Silva (OAB 209712/SP)
Arthur da Motta Trigueiros Neto (OAB 237457/SP)
Fernando Jose Cerello Gonçalves Pereira (OAB 268408/SP)

Teor do ato: "Vistos. Fls. 916/918: Diga a exequente. Intime-se."

Atibaia, 26 de janeiro de 2021.

Natália Aparecida da Silva
Chefe de Seção Judiciário

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA APARECIDA DA SILVA, liberado nos autos em 26/01/2021 às 12:54 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 748B486.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0016/2021, foi disponibilizado na página 843/849 do Diário da Justiça Eletrônico em 26/01/2021. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subseqüente à data acima mencionada.

Advogado
Melissa Yumi Koga Baraldi (OAB 211408/SP)
Duenes do Carmo Silva (OAB 209712/SP)
Arthur da Motta Trigueiros Neto (OAB 237457/SP)
Fernando Jose Cerello Gonçalves Pereira (OAB 268408/SP)

Teor do ato: "Vistos. Conheço dos embargos por tempestivos, mas lhes nego conhecimento. O artigo 1.022 do Código de Processo Civil estabelece que são cabíveis embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para esclarecer obscuridade ou eliminar contradição, suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento, bem como para corrigir erro material. No caso em testilha, a parte embargante não apresentou qualquer contradição, obscuridade, omissão ou erro material que possa ser corrigido nesta seara. Em verdade, discorda dos termos da decisão, buscando com isso efeito infringente do qual o remédio escolhido não é dotado, o que leva à rejeição da pretensão deduzida. Assim, não acolho os embargos interpostos. Nota-se que o requerido repisa argumentos já apreciados e rejeitados por este Juízo, alguns deles inclusive em Superior Instância, buscando unicamente interromper o andamento da lide. Intime-se."

Atibaia, 26 de janeiro de 2021.

Natália Aparecida da Silva
Chefe de Seção Judiciário

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA APARECIDA DA SILVA, liberado nos autos em 26/01/2021 às 12:54 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 748B489.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA DO FORO DA COMARCA DE ATIBAIA, SP.

Processo n°:0010369.26.2011.8.26.0048

ESPÓLIO DE GABRIELE E ANNITA BARALDI, nesse ato representado pelos herdeiros **VALÉRIA E JOSÉ RENATO BARALDI**, devidamente qualificados nos autos da ação em epígrafe, por sua advogada subscritora, vêm respeitosamente à presença de Vossa Excelência, manifestar-se acerca do pedido de tutela antecipada requerido pelo Executado, conforme passa a expor.

Limita-se os Exequentes a rebater que o presente processo corre há mais de 10 anos e que todos os argumentos trazidos pelo Executado são os mesmos já alegados, em 1°grau e em sede recursal, por várias vezes.

Não há mais o que se discutir no que se refere a impenhorabilidade do bem, mesmo que NO PRESENTE MOMENTO, o Executado esteja se valendo de artimanhas para tentar reverter esse ônus.

A decisão já transitou em julgado há muitos anos, e o Executado alega "fato novo" para tentar se escusar de suas responsabilidades no âmbito judicial.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA YUMI KOGA BARALDI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 28/01/2021 às 10:36 , sob o número WAIA21700053930
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 74BC306.

Recentemente, o Executado mudou-se para o local objeto de lide, junto com sobrinhos e seu irmão, com o único fim de tentar configurar "bem de família", tornando o imóvel impenhorável.

Veja, Excelência, que em todos esses anos, o Executado NUNCA residiu no imóvel, e agora, com o local indo à leilão, repentinamente a família toda se muda para o sítio.

Conforme o MM. Juízo observou às fls 915 "*Nota-se que o requerido repisa argumentos já apreciados e rejeitados por este Juízo, alguns deles inclusive em Superior Instância, buscando unicamente interromper o andamento da lide*".

Além de que, tendo o Executado seu benefício da gratuidade processual cassado, age da mesma maneira, recorrendo reiteradamente às instâncias superiores, a fim de protelar o feito (docs anexos).

Ressalta-se ainda que às fls 864, a MM. Juíza já havia advertido o Executado, conforme se vê abaixo:

Vistos.

1) As arguições trazidas a lume, mais uma vez, pelo executado já foram decididas nos autos, inclusive em Superior Instância, em que foi negado o benefício da gratuidade, bem como afastada a impenhorabilidade do bem (fls. 700 e 749)

Não há elementos novos a considerar.

Diante da insistência do executado, que se opõe à execução empregando meios artificiosos e resiste injustificadamente às ordens judiciais, advirto-o de que seu procedimento constitui ato atentatório à dignidade da Justiça (CPC, art. 772, II cc 774, II e IV), passível de aplicação de multa se nova manifestação neste sentido for apresentada.

2) Quanto aos cálculos, diga a exequente em 5 dias.

3) Mantenho o leilão já designado.

Intime-se.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA YUMI KOGA BARALDI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 28/01/2021 às 10:36 , sob o número WAIA21700053930
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 74BC306.

Conforme comprovado, não é a primeira e nem a segunda vez que o Executado comete tal ato, atentatório à dignidade da Justiça, com finalidade meramente protelatória.

Portanto, requerem os Exequentes, a fim de se inibir tais torpezas, que seja aplicada a multa por litigância de má-fé, conforme consta nos artigos 79 a 81 do NCPC, arbitrando esse Juízo multa de 1% a 10% do valor corrigido da causa, condenando-se o Executado a indenizar Exequentes pelos prejuízos sofridos, além de arcar com os honorários advocatícios e despesas efetuadas.

Termos em que,
Pede deferimento.

São Paulo, 28 de Janeiro de 2021.

documento assinado digitalmente

Melissa Yumi Koga Baraldi

OAB/SP 211.408

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA YUMI KOGA BARALDI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 28/01/2021 às 10:36 , sob o número WAIA21700053930
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 74BC306.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2020.0000671552

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração Cível nº 2107843-92.2020.8.26.0000/50000, da Comarca de Atibaia, em que é embargante RAUL DONATO MENDES, são embargados VALÉRIA BARALDI (HERDEIRO), JOSÉ RENATO BARALDI (HERDEIRO), GABRIELE BARALDI (ESPÓLIO) e ANNITA HERMINE BARALDI (ESPÓLIO).

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 30ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Rejeitaram os embargos. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores ANDRADE NETO (Presidente sem voto), LINO MACHADO E CARLOS RUSSO.

São Paulo, 24 de agosto de 2020.

MARIA LÚCIA PIZZOTTI
Relator
Assinatura Eletrônica

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA YUMI KOGA BARALDI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 28/01/2021 às 10:36 , sob o número WAIA21700053980
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 74BC30E
Este documento foi gerado pelo usuário 000.***.***-** em 02/10/2020 às 09:55

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA YUMI KOGA BARALDI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 28/01/2021 às 10:36 , sob o número WAIA21700053930
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2107843-92.2020.8.26.0000 e código 74BC30E
Este documento é cópia do original assinado digitalmente por MARIA LUCIA RIBEIRO DE CASTRO PIZZOTTI MENDES, liberado nos autos em 02/10/2020 às 09:55 .

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMBARGANTE: RAUL DONATO MENDES

EMBARGADO: VALÉRIA BARALDI E OUTROS

COMARCA: ATIBAIA

(mlf)

EMENTA
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – ALEGADA OMISSÃO E CONTRADIÇÃO NO JULGADO – PREQUESTIONAMENTO.
1 – Os embargos de declaração têm por finalidade aclarar ou integrar qualquer decisão que padeça de obscuridade, omissão, contradição ou erro material.
2 - Descabida a alteração do que já foi decidido por meio de embargos de declaração, que não é recurso próprio para este fim. Se o embargante entende que a questão não foi bem apreciada, o recurso cabível é outro, que não os embargos de declaração. Pretensão, ademais, de prequestionamento explícito para fins de interposição de recurso aos Tribunais Superiores.
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CONHECIDOS E REJEITADOS.

Vistos,

Trata-se de embargos de declaração opostos por **Raul Donato Mendes.** contra V. Acórdão desta E. Câmara de Direito Privado que por unanimidade NEGOU PROVIMENTO de recurso.

O embargante interpôs os presentes embargos, alegando omissão e contradição

Contraminuta a fls. 37/40.

É a síntese do necessário.

Prescreve o artigo 1.022 do Código de Processo Civil/2015, que somente serão cabíveis embargos de declaração quando houver obscuridade ou contradição na r.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA YUMI KOGA BARALDI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 28/01/2021 às 10:36 , sob o número WAIA21700053950
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 74BC30E
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARIA LUCIA RIBEIRO DE CASTRO PIZZOTTI MENDES, liberado nos autos em 02/10/2020 às 09:55 .

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO.

AGRAVANTE: Raul Donato Mendes
AGRAVADOS: ESPÓLIOS de Gabriele Baraldi e Anitta Hermine Baraldi
PROCESSO DE ORIGEM: 0010369-26.2011.8.26.0048 – Reparação de Danos Materiais - 1ª. Vara Cível da Comarca de Atibaia

RAUL DONATO MENDES, brasileiro, trabalhador rural, convivente em união estável, solteiro, portador do RG. 27.233.858-9 – SSP/SP., e do CPF 252.972.718-00, residente e domiciliado na Estrada Municipal do Mackenzie – 3000 – Sítio Primavera - Bairro Itapetinga – CEP 12948-490 – ATIBAIA, SP., vem respeitosamente a presença de Vossa Excelência, por sua advogada, interpor,

AGRAVO DE INSTRUMENTO com PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA

em face dos *ESPÓLIOS DE GABRIELE BARALDI* e *ANNITA HERMINE BARALDI,* representado pelos herdeiros VALÉRIA BARALDI, brasileira divorciada, cirurgiã dentista, RG. 19.669.972-1 e CPF 188.347.398-50, e JOSÉ RENATO BARALDI, brasileiro, casado, comerciante, RG. 23.402.412.4 e CPF 278.447.828-97, residentes e domiciliados na Rua Capitão Macedo – 287 – ap. 12.a, V. Clementino – CEP 04021-020 – SÃO PAULO, SP., não se conformando com o R. *DESPACHO INTERLOCUTÓRIO* proferido às **fls. 766 a 768** dos autos supra, pelas razões de fato e direito adiante expostas.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JONES LEX CARDOSO MOTTA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, em 08/05/2020 às 16:19 , sob o número 21078439220208260000.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 15A6FF26.

I – DA TEMPESTIVIDADE
Com a suspensão dos processos, em 16.03.2020 e o retorno em 04.05.2020, o presente é tempestivo.

II – DO PREPARO
Junta comprovante de pagamento.

III – NOME E ENDEREÇO DOS PROCURADORES
Pelo Agravante: Duenes do Carmo Silva, Rua Pedro Dominicali – 17 – CEP 12944-491 – Atibaia, SP., OAB/SP. 209712, (por transferência).

Pelos Agravados: Melissa Koga Baraldi, Rua Cubatão – 929 – conj. 81 – Vila Mariana CEP 04013-043 – SÃO PAULO, SP. OAB/SP 211408.

IV – DAS PEÇAS
Trata-se de autos eletrônicos (art. 1017, V, parágrafo 5º.)
1 - PEÇAS OBRIGATÓRIAS: Inicial (fl. 3 a 11), Contestação (fl.63 a 69), Procurações (fl. 18), Petição que originou a decisão (fls.751/753), Decisão Agravada (fl.766 a 768) Certidão de Publicação (fl.769 a 770).

2 - PEÇAS FACULTATIVAS: **fls. 729 a 731**– Petição informando que foi o irmão do Agravante quem pagou despesas de R$ 37.500,00; Declaração do Município de Atibaia e da Policia Militar comprovando a participação de Renil Willian Mendes (irmão do Agravante) em responsabilidades do imóvel do Agravante; sentença concedendo a Justiça Gratuita em impugnação; **fls.724 a 728** -Acórdão 2118722-95.2019; **fls. 653 a 656** - Matrícula do imóvel; Documentos que demonstram hipossuficiência (CTPS, CNIS, Declaração de IR 2020, Jucesp); **(fls. 704 a 706**) honorários para a perícia de nova avaliação do imóvel do Agravante; **fls. 755 a 758** – provas da capacidade de pagamento dos honorários do perito pela mandatária; **(fls. 666 a 670**) Avaliação por Oficial de Justiça do imóvel do Agravante; **(fl.432)** Decisão afirmando, sem fundamentação, que o Agravante não reside no imóvel; Comprovante de taxa de lixo 2019 e 2020 em nome do Agravante; Comprovante recente de reforma de estofado em nome do Agravante.

Termos em que,
Pede deferimento.

Atibaia, 21 de maio de 2020.

Duenes do Carmo Silva
OAB.SP. 209712

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo - SP, em 25/05/2020 às 16:19 , sob o número 21078439220208260000.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2010869-92.2020.8.26.0000 e código 15A6FF26.

EGRÉGIO TRIBUNAL!
COLENDA CÂMARA!

A R. *Decisão interlocutória de fls. 766 a 768*, proferida pela Excelentíssima Doutora Juíza de1a. Instância, deve ser reformada tendo em vista, que resultará em grande prejuízo, com iminente risco de dano ao Agravante.

PROCESSO ORIGEM: 0010369-26.2011.8.26.0048 – Reparação de danos materiais
AGRAVANTE: RAUL DONATO MENDES
AGRAVADOS: ESPÓLIOS DE GABRIELE BARALDI e ANNITA HERMINE BARALDI

I - DOS FATOS

Trata-se de AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS, onde o Agravante foi condenado a indenizar por atos de terceiros, **diga-se:** atos esses, com a concordância dos Agravados, no imóvel onde é o proprietário atual.

II – RAZÕES DO PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA

Como se verá na decisão agravada, ante o risco iminente de se levar a **LEILÃO**, o único imóvel do Agravante, onde reside com sua família, logo, **IMPENHORÁVEL,** sob pena de nulidade, mesmo porque, ainda não foram julgados os EMBARGOS À EXECUÇÃO, o que levará a maior desgaste às partes, despesas desnecessárias, tempo do judiciário, dentre outros prejuízos, requer, o deferimento da Tutela antecipada, para suspender os atos da Decisão proferida em 1ª. Instância, na matéria relativa ao deferimento e procedimentos para o **LEILÃO JUDICIAL**.

III - DA DECISÃO AGRAVADA
1 -INDEFERIMENTO DA JUSTIÇA GRATUITA

Assim decidiu a D. Magistrada:

"*1 – O pedido formulado pelo requerido foi indeferido nas duas instâncias, não havendo elementos novos a considerar.*"

- Como pode afirmar não haver elementos novos a considerar? - E as provas costumeiras, **atuais,** apresentadas, demonstrando que não houve alteração da situação de hipossuficiência? - Onde está a razão da não apreciação das provas atuais?

1.a - Na fase de conhecimento, o R. Juiz de 1ª. Instância **deferiu** a Justiça Gratuita ao Agravante, como se vê em r. decisão que se junta, quando da sua impugnação pelo Agravado.

Entretanto, na decisão agravada (fls.766 a 768) **indeferiu-a**, mesmo tendo sido apresentados documentos atuais e **costumeiros**, demonstrando que a hipossuficiência constada no ano de 2012 se manteve.
Há que se observar que a D. Juíza de 1ª. Instância, de forma sucinta, disse: "*não havendo elementos novos a considerar*"; mas nada disse quanto as provas documentais apresentadas, baseando-se somente no fato de ter

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOSE LUIZ GAVIAO DE ALMEIDA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo - SP, em 08/05/2020 às 16:19 , sob o número 21078439220208260000.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 15A8F226.

sido **negado** ao Agravante, a JUSTIÇA GRATUITA nesse Tribunal, autos 2118722-95.2019 – **30º. Câmara de Direito Privado**, onde, por questões da hipossuficiência não recorreu, pela necessidade de depósito recursal.

Com a *maxima venia,* cumpre destacar também, ser notório que as **provas documentais**, em que se baseou esse Egrégio Tribunal, para decidir em desfavor do Agravante, **contradizem** o **decisório,** como se verá a seguir:

-Disse o Tribunal que o Agravante possui casa no valor de R$ 300,000,00!!!

É verdade!

- A **única** casa de propriedade do Agravante, adquirida em 2008, (mais de doze anos), pela quantia de **R$ 10.500,00**(dez mil e quinhentos reais) conforme **matrícula,** (fls.653 a 656) valorizada ao longo dos anos, e declarada perante a Receita federal o valor de **R$ 310.000,00**, cujo valor de mercado atual, certamente, muito maior.

- O que, por si só **não é razão** para **indeferimento** da Justiça Gratuita !!

1.b - Entretanto, esse foi um dos critérios invocadas por esse Egrégio Tribunal, mais o fato de o Agravante possuir **renda anual em 2017,** próxima de **02 (dois) salários mínimos mensal.**

1.c- Outro argumento desse Tribunal, justificando o indeferimento do Benefício, versa sobre uma petição acostada pela Agravada, **(fls.729/730)** de autoria do Agravante, apreciada, possivelmente de forma equivocada, já que há **provas documentais contundentes** da participação do irmão do Agravante em responsabilidades para com o imóvel, como se verá das acostadas nesse ato.

- Consta da petição: "*Também neste ato, a título informativo, junta cópia de comprovante de despesas com obras emergenciais realizadas pelo* ***irmão*** *do Requerido****" (fls. 729 a 730)***

- Ora! Está escrito que foi **o irmão** do Requerido e **não ele** quem pagou! E, segundo afirmou esse Tribunal em decisão, ***"esse valor é muito superior à renda declarada!!*** E o é realmente. Mas esse valor é do irmão!

- **Não** se trata de **meros argumentos** do Agravante quando afirma ter sido o irmão RENIL WILLIAN MENDES quem pagou pelas obras executadas até então. Há documentos com **datas remotas**, comprovando o alegado, como por exemplo:

a – Termo de autorização EMERGENCIAL emitido pela PREFEITURA DA ESTÂNCIA DE ATIBAIA – Secretaria do Meio Ambiente - datada de

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JEFFERSON LEX CARDIM DE MORAES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, em 08/05/2020 às 16:19 , sob o número 21078439220208260000.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2007869-22.2020.8.26.0000 e código 15A8F226.

11.09.2012, autorizando o Senhor **RENIL WILLIAN MENDES a executar os serviços no imóvel. -** Aqueles mesmos serviços pelos quais foram pagos, R$ 37.500,00, e que em parte, norteou esse Tribunal a negar a Justiça Gratuita.

b – BOLETIM DE OCORRÊNCIA AMBIENTAL - POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SP. Como se vê, também está em nome de RENIL WILLIAN MENDES.

- As provas **documentais**, que se junta, deixam evidente que o AGRAVANTE, conta com ajuda financeira de terceiros; logo, a **assertiva** de que seja **HIPOSSUFICIENTE** vem sendo frequentemente demonstrada.

2 - FALTA DE OITIVA DO PERITO QUANTO A PROPOSTA DE PAGAMENTO DE HONORÁRIOS PELA MANDATÁRIA – cerceamento de defesa

2.a- Prosseguindo sobre a decisão Agravada, ainda **no item 1**, segundo parágrafo, da negativa do benefício da Justiça Gratuita em total prejuízo do Agravante, a R. Juíza assim discorreu:

"*Assim, ante a inércia do executado, reputo preclusa a prova pericial, acolhendo o valor da avaliação formulado pelo Oficial de Justiça.*"

Para melhor entendimento do absurdo dessa decisão, esclarece que, diante da AVALIAÇÃO DO IMÓVEL, pelo Oficial de Justiça, **aquém do valor de mercado,** o Agravante, novamente com ajuda de terceiros, obteve uma avaliação mais detalhada do imóvel. (**fls. 686 a 691).**

Houve então, nomeação de perito, com a determinação de depósito dos honorários pelo Agravante

Como o Agravante não dispunha da quantia, a subscritora, que atua de forma graciosa, efetuou proposta de pagamento dos honorários, dentro das suas possibilidades, juntando comprovação de rendimentos.

- **LAMENTAVELMENTE** a D. Juíza sequer ouviu o PERITO sobre aceitação ou não da proposta de pagamento apresentada, em flagrante prejuízo do Agravante, na hipótese de seu imóvel ir a Leilão com preço muito abaixo de mercado.

- Ora Excelências! Onde foi parar o **direito do Agravante** em tal decisão? Resta evidente o cerceamento de defesa, em total arrepio da Lei.

Ora, Excelências!

A dúvida, por menor que seja, tira a base da convicção para uma condenação!

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JEFFERSON LEX KARAM MOTTA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo - Secretaria Judiciaria, em 08/05/2020 às 16:19 , sob o número 21078439220208260000.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2010869-92.2020.8.26.0000 e código 15A6F226.

- Restam evidentes os equívocos suscitados, passíveis de uma reapreciação das provas antigas e das novas, deferindo-se, por fim, o benefício da Justiça Gratuita, vez que, podendo ser requerido em qualquer fase do feito.

2.b – Ainda, quanto à gratuidade da Justiça, o novo Código de Processo Civil evoluiu, adequando-se à realidade atual brasileira e dos seus cidadãos. E, ao entender, equivocadamente, acerca dos requisitos para o deferimento da Gratuidade da Justiça, vê-se novos parâmetros utilizados pela D. Magistrada "*a quo*" e porque não, por esse E. Tribunal?

No caso das pessoas naturais, o Novo CPC é claro ao afirmar que, a estas é admitido que, somente seja necessário a **mera declaração de hipossuficiência financeira**, presumindo-se verdadeira e suficiente tal alegação, não sendo preciso a produção de nenhuma outra prova.

Tal entendimento de que **não é necessário que a parte produza nenhuma outra prova além da mera Declaração de Hipossuficiência para a concessão da Gratuidade de Justiça**, possui amparo no que está disposto no inciso IV do art. 374 c/c art. 99, § 3º, ambos do CPC.

*Art. 99, § 3º - **Presume-se verdadeira a alegação de insuficiência** deduzida exclusivamente por pessoa natural.*

2.c- Ocorre porém, que o Agravante apresentou todas as provas frequentemente utilizadas para demonstrar a hipossuficiência.

- Carteira de Trabalho – **inexistência** de contrato de trabalho.
- Comprovante de **inexistência** de Cadastro junto ao INSS – CNIS.
- Declaração de Imposto de Renda 2018 – com renda de R$ 24.951,00.
- Comprovante de **inexistência** de empresa em seu nome junto a JUCESP.

- Por consequência óbvia, não apresentou extratos bancários, ante a **inexistência** de conta e cartão de crédito em seu nome.

- Não se olvidando de esclarecer também quanto ao documento apresentado pelos Agravados, **(fls. 729**) que, com a *máxima vênia,* **não** foi apreciado com acuidade, quer seja por esse Tribunal, quer seja pela D. Juíza de 1ª. Instância.

- Repetindo o descrito no documento citado:

"*Também neste ato, a título informativo, junta cópia de comprovante de despesas com obras emergenciais realizadas pelo **irmão** do Requerido*".

- Ora, se o documento afirma, de **boa-fé**, (vez que datado em **29.03.2011),** que foi o **irmão quem realizou as obras** no valor de R$ 37.500,00 na ocasião, que razão teria a justiça em utilizar-se do

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JONES LEX CARVALHO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, em 08/05/2020 às 16:19 , sob o número 21078439220208260000.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2107843-92.2020.8.26.0000 e código 15A6F226.

documento para, como um dos motivos, **NEGAR** o benefício da JUSTIÇA GRATUITA?

- Junta novamente o documento apresentado pela Agravada na ocasião, requerendo sua reapreciação, entendendo que não esteja precluso, atento ao fato de que o PEDIDO DO BENEFÍCIO DA JUSTIÇA GRATUITA pode ser requerido a qualquer tempo.

E, como dito acima, não se recorreu da decisão desse Tribunal, que indeferiu o benefício da Justiça Gratuita, ante a impossibilidade de suportar as custas do Recurso, também por economia processual, já que poderia reiterá-lo em outro momento, mesmo porque, pendia de decisão a proposta de pagamento apresentada para custear a perícia.

Assim, podendo, **num só agravo** recorrer de vários indeferimentos proferidos numa mesma decisão, no caso, a de fls. **fls. 766 a 768,** mesmo que, parte deles não façam parte do rol do Artigo 1015 do CPC.

Conforme interpretação do Superior Tribunal de Justiça, quanto ao rol do artigo 1015 do CPC: *"Trata-se de reconhecer que o rol do 1.015 possui uma singular espécie de taxatividade mitigada por uma cláusula adicional de cabimento, sem a qual haveria desrespeito às normas fundamentais do próprio CPC e grave prejuízo às partes ou ao próprio processo."*

IV – DA IMPENHORABILIDADE DO BEM

No item 2, da R. decisão de fls.766 a 768, a d. Juíza assim decidiu: "*Defiro a alienação do bem, e nomeio leiloeiro **MEGA – LEILÕES GESTOR JUDICIAL**,* contato@megaleilões.com.br." e demais itens relacionados com o leilão.

ÍNCLITO TRIBUNAL!

Sempre foi informado à Justiça que o Agravante possui **ÚNICO** imóvel e que nele reside (fls. 653/656); Mas a justiça, **sempre** decidindo de forma contrária.

- Quando a Justiça diz, sem fundamentar, (fl. 432) "*A prova é clara no sentido de que o réu não reside nesse imóvel*", mesmo o Agravante tendo apresentado **BUSCA** do Cartório de Registro de imóveis, comprovante emitido pela Receita Federal do Brasil, dentre outros, fica a sensação de que as provas **NÃO** estão sendo apreciadas com o devido rigor.

- Era intenção do Agravante, nessa oportunidade, apresentar os **Proclamas do Casamento**, inicialmente programado para 11.04.2020; mas, em razão da PANDEMIA, foi adiado.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JEFFERSON LEX KARAM MOTTA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, em 08/05/2020 às 16:19 , sob o número 21078439220208260000.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2010369-22.2020.8.26.0000 e código 15A6F226.

Esperava, enfim, por Justiça, ter decisão favorável SUSPENDENDO a PENHORA gravada no seu único imóvel, com a apresentação dos Proclamas do seu Casamento, dando conta de que seu endereço é o mesmo do imóvel constrito, por se tratar de **documento de fé pública.**

Entretanto, com o adiamento do casamento, dita prova fica prejudicada.

OUTRAS PROVAS DA IMPENHORABILIDADE – Residência no imóvel
Dados cadastrais recentes (19.05.2020), extraídos da RECEITA FEDERAL DO BRASIL, **nota fiscal** de reforma de sofá, comprovante de **taxa de lixo** exercícios 2019 e 2020**, todos, em nome do Agravante**, dando conta de seu endereço na Estrada do Mackenzie -3000 – Bairro Itapetinga – Atibaia, SP., mesmo local do imóvel constante da Matrícula.

E, entendendo que seja tão ou mais importante, requer também, análise por esse E. Tribunal, da **CERTIDÃO do Oficial de Justiça**, **fls. 670,** que atesta ter se dirigido ao endereço Estrada Municipal Mackenzie, nr. 3000, sítio Primavera, Atibaia, em 20.12.2018, às 17hs e, aí sendo, efetuei a **AVALIAÇÃO** do imóvel, posto ter requerido em 1ª. Instância, sendo negado.

- Como se vê, e de praxe, **NÃO** constam observações de que **NÃO** fosse encontrado o Agravante no local.

- Reforça-se ainda, que durante o feito, foi solicitado em 1ª. Instância, certificação do Oficial de Justiça, sobre sua impressão, por ocasião da avaliação, quanto a aparência de que o Agravante e seus familiares residissem de forma permanente no imóvel, dessa forma, se confirmaria que ali reside, portanto, BEM DE FAMÍLIA, logo, IMPENHORÁVEL.

- LAMENTAVELMENTE o pedido foi indeferido!

IV - DO DIREITO

1 - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL: - Art. 1.015. Cabe agravo de instrumento contra as decisões interlocutórias que versarem sobre: I, II, III,...XIII
Parágrafo único. Também caberá agravo de instrumento contra decisões interlocutórias proferidas na fase de liquidação de sentença ou de cumprimento de sentença, no processo de execução e no processo de inventário.

2 – Art. 299. A tutela provisória será requerida ao juízo da causa e, quando antecedente, ao juízo competente para conhecer do pedido principal.

Parágrafo único. Ressalvada disposição especial, na ação de competência originária de tribunal e nos recursos a tutela provisória será requerida ao órgão jurisdicional competente para apreciar o mérito.

Art. 303. Nos casos em que a urgência for contemporânea à propositura da ação, a petição inicial pode limitar-se ao requerimento da tutela antecipada e à indicação do pedido de tutela final, com

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JONES LEX CONSULTORIA IMOBILIARIA LTDA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 08/06/2020 às 16:19 , sob o número 21078439220208260000.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2001036-69.2020.8.26.0000 e código 15A6F226.

a exposição da lide, do direito que se busca realizar e do perigo de dano ou do risco ao resultado útil do processo.

3 - Art. 833. - São impenhoráveis:
VIII - a pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família;

4 - LEI 8.009/90
Art. 1º O imóvel residencial próprio do casal, ou da entidade familiar, é impenhorável e não responderá por qualquer tipo de dívida civil, comercial, fiscal, previdenciária ou de outra natureza, contraída pelos cônjuges ou pelos pais ou filhos que sejam seus proprietários e nele residam, salvo nas hipóteses previstas nesta lei.

Parágrafo único. A impenhorabilidade compreende o imóvel sobre o qual se assentam a construção, as plantações, as benfeitorias de qualquer natureza e todos os equipamentos, inclusive os de uso profissional, ou móveis que guarnecem a casa, desde que quitados.

5 – CONSTITUIÇÃO FEDERAL: - Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;

XXXV - a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito;

LIV - ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal;

IV – DO PEDIDO

Ante o exposto, requer se digne Vossa Excelência receber o presente, em ambos os efeitos, julgando-o procedente, deferindo-se:

1- A TUTELA ANTECIPADA para suspender o Leilão constante da Decisão proferida às fls. 766 a 768, ante o risco iminente do Agravante na perda de seu único imóvel, sua moradia e de sua família, bem como, na hipótese de indeferimento da suspensão, que se faça constar em eventual edital de leilão que se trata de **imóvel ocupado.**
2- O benefício da Justiça Gratuita, ante a perpetuação da hipossuficiência demonstrada até os dias atuais.
3- E, por improvável o indeferimento da Justiça Gratuita, mas em ocorrendo, seja deferida a oitiva do perito nomeado sobre a proposta de pagamento de honorários apresentada às fls. 751 a 758.

Termos em que,
Pede deferimento.

Atibaia, 21 de maio de 2020

Duenes do Carmo Silva
OAB.SP. 209712

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JUNES LEX CANDIDO SILVA e TIAGO MOTTA TEIXEIRA, liberado nos autos em 08/07/2020 às 19:22 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1001349-22.2020.8.26.0048 e código 15A6F226.

85850000002-9 76100185112-4 00590027979-7 36520200620-8

Governo do Estado de São Paulo
Secretaria da Fazenda e Planejamento
Documento de Arrecadação de Receitas Estaduais

DARE-SP

Documento Principal

01 - Nome / Razão Social
Raul Donato Mendes

07 - Data de Vencimento
20/06/2020

02 - Endereço
ESTRADA DO MACKENZIE - 3000 Atibaia SP

08 - Valor Total
R$ 276,10

03 - CNPJ Base / CPF	04 - Telefone	05 - Quantidade de Documentos Detalhe
252.972.718-00	(11)99338-5922	1

06 - Observações
Proc. Origem 0010369-26.2011.8.26.0048 - Foro De Atibaia

09 - Número do DARE
200590027979365

Emissão: 21/05/2020

10 - Autenticação Mecânica

Via do Banco

200590027979365-0001

Governo do Estado de São Paulo
Secretaria da Fazenda e Planejamento

DARE-SP

Documento Detalhe

01 - Código de Receita – Descrição		02 - Código do Serviço – Descrição	19 - Qtde Serviços: 1
234-3	Custas - taxa judiciária – petição de agravo de instrumento	TJ - 1123401 - AGRAVO DE INSTRUMENTO	

15 - Nome do Contribuinte	03 - Data de Vencimento 20/06/2020	06 -	09 - Valor da Receita	12 - Acréscimo Financeiro
Raul Donato Mendes	04 - Cnpj ou Cpf 252.972.718-00		R$ 276,10	R$ 0,00
16 - Endereço ESTRADA DO MACKENZIE - 3000 Atibaia SP	05 -	07 - Referência	10 - Juros de Mora R$ 0,00	13 - Honorários Advocatícios R$ 0,00
18 - Nº do Documento Detalhe **200590027979365-0001** Emissão: 21/05/2020	17 - Observações Proc. Origem 0010369-26.2011.8.26.0048 - Foro De Atibaia	08 -	11 - Multa de Mora ou Multa Por Infração R$ 0,00	14 - Valor Total **R$ 276,10**

85850000002-9 76100185112-4 00590027979-7 36520200620-8

Governo do Estado de São Paulo
Secretaria da Fazenda e Planejamento
Documento de Arrecadação de Receitas Estaduais

DARE-SP

Documento Principal

01 - Nome / Razão Social
Raul Donato Mendes

07 - Data de Vencimento
20/06/2020

02 - Endereço
ESTRADA DO MACKENZIE - 3000 Atibaia SP

08 - Valor Total
R$ 276,10

03 - CNPJ Base / CPF	04 - Telefone	05 - Quantidade de Documentos Detalhe
252.972.718-00	(11)99338-5922	1

06 - Observações
Proc. Origem 0010369-26.2011.8.26.0048 - Foro De Atibaia

09 - Número do DARE
200590027979365

Emissão: 21/05/2020

10 - Autenticação Mecânica

Via do Contribuinte

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JONES LEX CARVALHO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, em 08/07/2020 às 16:19 , sob o número 21078439220208260000.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 15A8F229.

fls. 154

Santander

Pagamento agendado com sucesso.

AMBIENTE DE PAGAMENTOS

DARE - SP

Valor:
R$ 276,10

Numero do Controle:
20.059.002.797.936-5

Codigo de Barras:
85850000002-9 76100185112-4
00590027979-7 36520200620-8

Data de Vencimento:
20/06/2020

Data Pagamento:
26/05/2020

Data da transação:
22/05/2020 13:40:42

Autenticação bancária:
MBB35A47D7C4A0E83227204

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JONES LEOCARDIO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, em 08/07/2021 às 19:22:05, sob o número 21078439220208260000.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1001369-22.2021.8.26.0048 e código 15A6F025.

Central de Atendimento Santander

4004–3535 (Capitais e Regiões Metropolitanas)

0800–702–3535 (Demais Localidades)

SAC 0800–762–777

Ouvidoria 0800–762–0322

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JEFFERSON LEOCADIO DA SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, em 08/05/2020 às 16:19 , sob o número 21078439220208260000.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2001084-69.2020.8.26.0048 e código 15A8F025.

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: RAUL DONATO MENDES, brasileiro, solteiro, Trabalhador Rural, portador do RG. 27.233.858-8 –SSP/SP., e CPF 252.972.718-00, residente e domiciliado na Estrada do Mackenzie – 3000 – Bairro Itapetinga - – ATIBAIA/SP.

OUTORGADA : DUENES DO CARMO SILVA, brasileira, casada, advogada regularmente inscrita na OAB/SP., sob nr. 209712-b, por transferência de outra Seccional, RG. 11.890.511-9 e CPF 011.831.558-75, com endereço na Rua Pedro Dominicali - 17 – **ATIBAIA - SP.,** telefones (11) 4402-4333, celular (11) 99338-5922, – "e-mail": duenessilva@adv.oabsp.org.br.

PODERES GERAIS: para representá-lo no foro em geral, com a cláusula "ad judicia", em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações competentes e defendê-lo nas contrárias, seguindo umas e outras, até final decisão, usando os recursos legais, acompanhando-os, conferindo-lhe ainda, poderes para receber intimações, receber e dar quitação, concordar e discordar, firmar compromissos, desistir da ação, conforme assegura o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil, podendo ainda, substabelecer esta, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso.

Atibaia, 05 de dezembro de 2014.

Raul Donato Mendes

RAUL DONATO MENDES

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ALEXANDRE CARVALHO DA SILVA e outro, em 08/02/2021 às 09:25 , sob o número 10007843922020826000000.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1007843-22.2020.8.26.0008 e código 10007843922020826000000.

DECLARAÇÃO para efeitos da Lei 1060/50

RAUL DONATO MENDES, brasileiro, solteiro, trabalhador rural, portador do RG. 27.233.858-8, SSP/SP., e do CPF 252.972.718-00, residente e domiciliado na Estrada do Mackenzie - 3000 - Bairro do Itapetinga - ATIBAIA/SP., **DECLARA** para os devidos fins, ser hipossuficiente no sentido interpretativo da Lei 1060/50 e suas posteriores alterações, sujeitando-se às sanções cíveis, administrativas e criminais previstas na legislação aplicável, face a presente.

Por ser verdade, firma a presente.

ATIBAIA, 05 de Dezembro de 2014.

Raul Donato Mendes

RAUL DONATO MENDES

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ALEXANDRE CARLOS DE SILVA e outro, em 22/05/2020 às 16:19 , sob o número 21078439220208260000.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010869-22.2020.8.26.0048 e código 19A6F25D.

MENSAGEM DO SENHOR MINISTRO

Criada em 1932, a Carteira de Trabalho e Previdência Social resistiu ao passar dos anos, assimilando com muita presteza as profundas modificações que se registraram, nestas décadas, na composição, distribuição e qualificação da nossa força de trabalho.

Sem nenhum exagero, pode-se afirmar que este documento, por muitos ainda hoje conhecido como "carteira profissional", converteu-se num dos mais importantes instrumentos à disposição do trabalhador, fazendo às vezes de cédula de identidade, título de crédito, atestado de antecedentes, de boa conduta e de residência, para citar apenas algumas das suas múltiplas utilidades.

Em sua simplicidade, a CTPS reflete a carreira do trabalhador e sua evolução profissional. Cabe-lhe pois, protegê-la atenta e cuidadosamente, porque enquanto pelos seus aspectos externos essa Carteira revela traços importantes da personalidade e da formação do seu possuidor, os registros internos, habitualmente insubstituíveis, se constituem nas melhores garantias da preservação e da efetivação dos seus direitos trabalhistas e previdenciários.

Almir Pazzianotto Pinto

MINISTÉRIO DO TRABALHO

SECRETARIA DE EMPREGO E SALÁRIO

CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

DELEGACIA REGIONAL DO TRABALHO - PRT 8ª REGIÃO

Número 048428 Série 00126 S. P.

Polegar Direito

ASSINATURA DO PORTADOR

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JUAREZ DE CARVALHO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo em 22/05/2020 às 16:19 , sob o número 21078439220208260000.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2107843-92.2020.8.26.0000 e código 15967725.

8

QUALIFICAÇÃO CIVIL

Nome Raul Donato Duarte

Loc. Nasc. Alfenas

Est. Minas Gerais Data 14/12/73

Filiação José Rogério Duarte e

Maria da Penha Duarte

Est. Civil Solteiro Doc. Nº 36663

Fls 50 Liv. A-73 Reg. Civil C.N

Outro doc.

Situação Militar: Doc.

Nº ..... Órgão ..... Est .....

Naturalizado Dec. Nº ..... Em ...../...../.....

ESTRANGEIROS

Chegada ao Brasil em .....

Doc. Ident. Nº ..... Exp. em ...../...../.....

Estado .....

Obs .....

Data Emissão 22/06/93 DRT Alfenas

Assinatura do Funcionário

Ricardo Leite Gonçalves

9

ALTERAÇÕES DE IDENTIDADE

(Com relação nome, est. civil e data nasc.)

Nome .....

Doc. .....

Nome .....

Doc. .....

Nome .....

Doc. .....

Est. Civil .....

Doc. .....

Est. Civil .....

Doc. .....

Nascimento .....

Doc. .....

12

CONTRATO DE TRABALHO

Empregador .....

CGC/MF. .....

Rua ..... Nº .....

Município ..... Est. .....

Esp. do estabelecimento .....

Cargo .....

..... C.B.O. nº .....

Data admissão ..... de ..... de 19.....

Registro nº ..... Fls./Ficha .....

Remuneração especificada .....

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

1º ..... 2º .....

Data saída ..... de ..... de 19.....

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

1º ..... 2º .....

Com. Dispensa CD Nº .....

13

CONTRATO DE TRABALHO

Empregador .....

CGC/MF. .....

Rua ..... Nº .....

Município ..... Est. .....

Esp. do estabelecimento .....

Cargo .....

..... C.B.O. nº .....

Data admissão ..... de ..... de 19.....

Registro nº ..... Fls./Ficha .....

Remuneração especificada .....

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

1º ..... 2º .....

Data saída ..... de ..... de 19.....

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

1º ..... 2º .....

Com. Dispensa CD Nº .....

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUANES SOUZA E SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo em 22/05/2020 às 16:19 , sob o número 21078439220208260000.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0007869-98.2020.8.26.0048 e código 19967279.

PREVIDÊNCIA SOCIAL

INSS

CNIS – Cadastro Nacional de Informações Sociais

Dados Pessoa Física - Portal CNIS

06/06/2019 13:53:12

Critérios de busca

Nit:	**CPF:**	**Nome:** RAUL DONATO MENDES
Data de Nascimento: 14/12/1973	**CNH:**	**Nome da Mãe:**
Título de Eleitor:	**CTPS:**	**Identidade:**

Dados Pessoa Física

Pessoa Física não localizada na base de dados do CNIS

"O INSS poderá rever a qualquer tempo as informações constantes deste extrato, conforme artigo 19, § 3° do Decreto 3.048/99."

PREVIDÊNCIA SOCIAL

INSS

CNIS – Cadastro Nacional de Informações Sociais

Dados Pessoa Física - Portal CNIS

06/06/2019 13:53:47

Critérios de busca

Nit:	**CPF:** 252.972.718-00	**Nome:**
Data de Nascimento:	**CNH:**	**Nome da Mãe:**
Título de Eleitor:	**CTPS:**	**Identidade:**

Dados Pessoa Física

Pessoa Física não localizada na base de dados do CNIS

"O INSS poderá rever a qualquer tempo as informações constantes deste extrato, conforme artigo 19, § 3° do Decreto 3.048/99."

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JUAN MENESES VIEIRA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo em 22/05/2020 às 16:19 , sob o número 21078439220208260000.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2007869-98.2020.8.26.0008 e código 15967282.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

JUCESP
Junta Comercial do Estado de São Paulo

CONSULTA DE NOME EMPRESARIAL

Resultados 0 - 0 de 0 para o termo 'RAUL DONATO MENDES'

Sua pesquisa não encontrou nenhuma empresa correspondente.

Total de Empresas: 0

JUCESP GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO documento assinado digitalmente

Consulta de Nome Empresarial emitida para DUENES DO CARMO SILVA : 01183155875. Documento certificado por JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. A Junta Comercial do Estado de São Paulo, garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br sob o número de autenticidade 133939548, segunda-feira, 18 de maio de 2020 às 17:52:58.

Documento Gratuito
Proibida a Comercialização

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JUCESP - JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SAO PAULO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, em 18/05/2020 às 16:19 , sob o número 21078439220208260000.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008369-22.2020.8.26.0008 e código 15A8F22D.

NOME: RAUL DONATO MENDES
CPF: 252.972.718-00
DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL

IMPOSTO SOBRE A RENDA - PESSOA FÍSICA
EXERCÍCIO 2020 ANO-CALENDÁRIO 2019

IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

Nome:	RAUL DONATO MENDES	CPF:	252.972.718-00
Data de Nascimento:	14/12/1973	Título Eleitoral:	217341270167
Possui cônjuge ou companheiro(a)?	Não		
Houve mudança de endereço?	Não		

Um dos declarantes é pessoa com doença grave ou portadora de deficiência física ou mental? Não

Endereço:	ESTRADA DO MACKINZIE	Número:	3000
Complemento:		Bairro/Distrito:	ITAPETINGA
Município:	ATIBAIA	UF:	SP
CEP:	12948-490	DDD/Telefone:	
E-mail:		DDD/Celular:	

Natureza da Ocupação: 91 NATUREZA DA OCUPAÇÃO NÃO ESPECIFICADA ANTERIORMENTE
Ocupação Principal: 000 OUTRAS OCUPAÇÕES NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE
Tipo de declaração: Declaração de Ajuste Anual Original
Nº do recibo da última declaração entregue do exercício de 2019: 10.45.13.28.30-24

DEPENDENTES

Sem Informações

ALIMENTANDOS

Sem Informações

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA JURÍDICA PELO TITULAR

Sem Informações

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA JURÍDICA PELOS DEPENDENTES

Sem Informações

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA FÍSICA E DO EXTERIOR PELO TITULAR

Sem Informações

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA FÍSICA E DO EXTERIOR PELOS DEPENDENTES

Sem Informações

RENDIMENTOS ISENTOS E NÃO TRIBUTÁVEIS

(Valores em Reais)

TOTAL	0,00

RENDIMENTOS SUJEITOS À TRIBUTAÇÃO EXCLUSIVA / DEFINITIVA

(Valores em Reais)

TOTAL	0,00

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA JURÍDICA PELO TITULAR (IMPOSTO COM EXIGIBILIDADE SUSPENSA)

Sem Informações

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA JURÍDICA PELOS DEPENDENTES (IMPOSTO COM EXIGIBILIDADE SUSPENSA)

Sem Informações

PROTEGIDA POR SIGILO FISCAL

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JEFFERSON LEX KARATE MOTTA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo - Fazenda Publica, em 08/07/2021 às 19:22:05, sob o número 21078439220208260000.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-22.2021.8.26.0048 e código 15A6F29.

NOME: RAUL DONATO MENDES
CPF: 252.972.718-00
DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL

IMPOSTO SOBRE A RENDA - PESSOA FÍSICA
EXERCÍCIO 2020 ANO-CALENDÁRIO 2019

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS DE PESSOA JURÍDICA RECEBIDOS ACUMULADAMENTE PELO TITULAR

Sem Informações

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS DE PESSOA JURÍDICA RECEBIDOS ACUMULADAMENTE PELOS DEPENDENTES

Sem Informações

IMPOSTO PAGO / RETIDO

Sem Informações

PAGAMENTOS EFETUADOS

Sem Informações

DOAÇÕES EFETUADAS

Sem Informações

DECLARAÇÃO DE BENS E DIREITOS

(Valores em Reais)

CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	SITUAÇÃO EM 31/12/2018	SITUAÇÃO EM 31/12/2019
14	SITIO PRIMAVERA 3000 COM AREA DE 4.2 HA, SITO A ESTRADA MACKINZIE, 3000, BAIRRO ITAPETINGA/SP, ADQ EM 2009 ATRAVEZ DE PERMUTACAO COM IMOVEL 105 - BRASIL NIRF: 74493361 Logradouro: Nº: Comp.: Bairro: Município: UF: CEP: Área Total: 4,2 ha Data de Aquisição: / / Registrado no Cartório:	310.000,00	310.000,00
TOTAL		310.000,00	310.000,00

DÍVIDAS E ÔNUS REAIS

Sem Informações

ESPÓLIO

Sem Informações

DOAÇÕES A PARTIDOS POLÍTICOS E CANDIDATOS A CARGOS ELETIVOS

Sem Informações

PROTEGIDA POR SIGILO FISCAL

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JONES LEX CANDIDO MOTTA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo - Fazenda Publica, em 08/07/2021 às 19:22:05, sob o número 21078439220208260000.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1000349-22.2021.8.26.0048 e código 15A8F027.

DEMONSTRATIVO DE ATIVIDADE RURAL - BRASIL

DADOS E IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL EXPLORADO - BRASIL

Sem Informações

RECEITAS E DESPESAS - BRASIL

Sem Informações

APURAÇÃO DO RESULTADO - BRASIL

Sem Informações

MOVIMENTAÇÃO DO REBANHO - BRASIL

Sem Informações

BENS DA ATIVIDADE RURAL - BRASIL

Sem Informações

DÍVIDAS VINCULADAS À ATIVIDADE RURAL - BRASIL

Sem Informações

PROTEGIDA POR SIGILO FISCAL

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JEFFERSON LEX CARDOSO MOTTA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo - Fazenda Publica, em 08/07/2021 às 16:19 , sob o número 21078439220208260000.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010869-22.2021.8.26.0053 e código 15967207.

DEMONSTRATIVO DE ATIVIDADE RURAL - EXTERIOR

DADOS E IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL EXPLORADO - EXTERIOR

Sem Informações

RECEITAS E DESPESAS - EXTERIOR

Sem Informações

APURAÇÃO DO RESULTADO - EXTERIOR

Sem Informações

MOVIMENTAÇÃO DO REBANHO - EXTERIOR

Sem Informações

BENS DA ATIVIDADE RURAL - EXTERIOR

Sem Informações

DÍVIDAS VINCULADAS À ATIVIDADE RURAL - EXTERIOR

Sem Informações

DEMONSTRATIVO DA APURAÇÃO DOS GANHOS DE CAPITAL

Sem Informações

PROTEGIDA POR SIGILO FISCAL

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por RAUL DONATO MENDES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo - Fazenda Publica, em 08/02/2021 às 19:22:05, sob o número 21078439220208260000.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1001369-22.2021.8.26.0048 e código 15A8F027.

NOME: RAUL DONATO MENDES
CPF: 252.972.718-00
DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL

IMPOSTO SOBRE A RENDA - PESSOA FÍSICA
EXERCÍCIO 2020 ANO-CALENDÁRIO 2019

RENDA VARIÁVEL - OPERAÇÕES COMUNS/DAYTRADE - TITULAR

GANHOS LÍQUIDOS OU PERDAS - JAN

Sem Informações

GANHOS LÍQUIDOS OU PERDAS - FEV

Sem Informações

GANHOS LÍQUIDOS OU PERDAS - MAR

Sem Informações

GANHOS LÍQUIDOS OU PERDAS - ABR

Sem Informações

GANHOS LÍQUIDOS OU PERDAS - MAI

Sem Informações

GANHOS LÍQUIDOS OU PERDAS - JUN

Sem Informações

GANHOS LÍQUIDOS OU PERDAS - JUL

Sem Informações

GANHOS LÍQUIDOS OU PERDAS - AGO

Sem Informações

GANHOS LÍQUIDOS OU PERDAS - SET

Sem Informações

GANHOS LÍQUIDOS OU PERDAS - OUT

Sem Informações

GANHOS LÍQUIDOS OU PERDAS - NOV

Sem Informações

GANHOS LÍQUIDOS OU PERDAS - DEZ

Sem Informações

RENDA VARIÁVEL - OPERAÇÕES COMUNS/DAYTRADE - DEPENDENTES

Sem Informações

RENDA VARIÁVEL - OPERAÇÕES DE FUNDOS DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO - TITULAR

Sem Informações

RENDA VARIÁVEL - OPERAÇÕES DE FUNDOS DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO - DEPENDENTES

Sem Informações

PROTEGIDA POR SIGILO FISCAL

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JONES LEX CANDIDO MOTTA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo - Fazenda Publica - Anexos, em 08/07/2021 às 16:19 , sob o número 21078439220208260000.
Este documento é cópia do original, gerado em 08/07/2021 às 16:19 , sob o número 21078439220208260000.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-22.2021.8.26.0053 e código 15A6F027.

NOME: RAUL DONATO MENDES
CPF: 252.972.718-00
DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL

IMPOSTO SOBRE A RENDA - PESSOA FÍSICA
EXERCÍCIO 2020 ANO-CALENDÁRIO 2019

RESUMO — TRIBUTAÇÃO UTILIZANDO O DESCONTO SIMPLIFICADO

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS E DESCONTO SIMPLIFICADO	
Recebidos de Pessoa Jurídica pelo Titular	0,00
Recebidos de Pessoa Jurídica pelos Dependentes	0,00
Recebidos de Pessoa Física/Exterior pelo Titular	0,00
Recebidos de Pessoa Física/Exterior pelos Dependentes	0,00
Recebidos acumuladamente pelo titular	0,00
Recebidos acumuladamente pelos dependentes	0,00
Resultado tributável da Atividade Rural	0,00
TOTAL DE RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS	0,00
Desconto Simplificado	0,00
Base de cálculo do Imposto	0,00
Imposto devido	0,00
Imposto devido RRA	0,00
Aliquota efetiva (%)	0,00
Total do imposto devido	0,00
IMPOSTO PAGO	
Imposto retido na fonte do titular	0,00
Imp. retido na fonte dos dependentes	0,00
Carnê-Leao do titular	0,00
Carnê-Leao dos dependentes	0,00
Imposto Complementar	0,00
Imposto pago no exterior	0,00
Imposto retido na fonte (Lei nº 11.033/2004)	0,00
Imposto retido RRA	0,00
Total do imposto pago	0,00
IMPOSTO A RESTITUIR	0,00
SALDO IMPOSTO A PAGAR	0,00
PARCELAMENTO	
Valor da quota	0,00
Número de Quotas	0

INFORMAÇÕES BANCÁRIAS

Débito automático: NÃO

Banco
Agência (sem DV)
Conta para crédito

PROTEGIDA POR SIGILO FISCAL

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por RAUL DONATO MENDES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo - Fazenda Publica, em 08/07/2021 às 16:19 , sob o número 21078439220208260000.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1000349-22.2021.8.26.0048 e código 15A8F027.

NOME: RAUL DONATO MENDES
CPF: 252.972.718-00
DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL

IMPOSTO SOBRE A RENDA - PESSOA FÍSICA
EXERCÍCIO 2020 ANO-CALENDÁRIO 2019

EVOLUÇÃO PATRIMONIAL

Bens e direitos em 31/12/2018	310.000,00
Bens e direitos em 31/12/2019	310.000,00
Dívidas e ônus reais em 31/12/2018	0,00
Dívidas e ônus reais em 31/12/2019	0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES

Rendimentos isentos e não tributáveis	0,00
Rendimentos sujeitos à tributação exclusiva/definitiva	0,00
Rendimentos tributáveis - imposto com exigibilidade suspensa	0,00
Depósitos judiciais do imposto	0,00
Imposto pago sobre Ganhos de Capital	0,00
Imposto pago Ganhos de Capital Moeda Estrangeira - Bens, direitos e Aplicações Financeiras	0,00
Total do imposto retido na fonte (Lei nº11.033/2004), conforme dados informados pelo contribuinte	0,00
Imposto pago sobre Renda Variável	0,00
Doações a Partidos Políticos e Candidatos a Cargos Eletivos	
Imposto a pagar sobre o Ganho de Capital - Moeda Estrangeira em Espécie	0,00
Imposto diferido dos Ganhos de Capital	0,00
Imposto devido sobre Ganhos de Capital	0,00
Imposto devido sobre ganhos líquidos em Renda Variável	0,00
Imposto devido sobre Ganhos de Capital Moeda Estrangeira - Bens, direitos e aplic. financeiras	0,00

PROTEGIDA POR SIGILO FISCAL

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JEFFERSON LEX CANDIDO MOTTA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo - Fazenda Publica, em 08/07/2020 às 16:19 , sob o número 21078439220208260000.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010869-22.2020.8.26.0053 e código 15967207.

1ª Vara Cível
Processo nº 1527/11 – Incidente

CONCLUSÃO

Aos 16 de Fevereiro de 2012, faço os presentes autos conclusos à MMª. Juíza Substituta, Dra. **MARIA CAROLINA MARQUES CARO QUINTILIANO**. Eu, _____ Escrevente, subscrevi.

Vistos.

GABRIELE BARALDI, qualificada nos autos, ajuizou o presente incidente de **IMPUGNAÇÃO AOS BENEFÍCIOS DA JUSTIÇA GRATUITA** postulados pelo requerido **RAUL DONATO MENDES** na ação cominatória c.c. danos morais, aduzindo, em síntese, que o impugnado não faz jus à benesse em virtude de ser solteiro e não ter filhos e ser proprietário de imóveis, tendo constituído advogado particular e apresentado estudo técnico com custo de R$ 3.000,00 (três mil reais), o que demonstra situação incompatível com o estado de miserabilidade alegado. Pleiteou a revogação dos benefícios concedidos ao impugnado.

O impugnado, intimado, respondeu a fls. 09/10, reafirmando não ter condições de suportar as custas do processo, estando presentes os pressupostos do benefício da assistência judiciária. Rebateu as alegações da impugnante.

Vieram-me conclusos os autos.

É o relatório.

Fundamento e DECIDO.

A impugnação é improcedente.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por [illegible]
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo [illegible] e código [illegible]

12

1ª Vara Cível
Processo nº 1527/11 – Incidente

Inicialmente, convém esclarecer que, embora o impugnado tenha requerido a concessão dos benefícios da assistência judiciária, por um lapso deste juízo, o pedido não foi apreciado. Entretanto, nada obsta que a presente impugnação seja analisada.

Alega a impugnante a condição financeira do impugnado para arcar com as custas processuais sem prejuízo de seu sustento e de sua família.

Com relação a este tema, impende salientar que, embora deva, o postulante do benefício, demonstrar o estado de incapacidade econômica, a jurisprudência majoritária se inclina para a concessão àquele que o postula mediante mera declaração de que não possui condições de suportar as despesas do processo sem prejuízo da sua sobrevivência. Assim, é suficiente que a parte declare a hipossuficiência e não haja indícios de deslealdade processual para que o juiz conceda o benefício, mas se, eventualmente, se tratar de uma declaração falsa, o equívoco não precisa persistir, bastando que a parte contrária demonstre a injustiça da concessão.

Está assentado também o entendimento de que incumbe a quem impugna a concessão do benefício provar que a parte contrária tem condições econômicas para suportar as despesas do processo. Isso não foge à regra do artigo 333 do código de processo civil, que impõe ao autor a prova dos fatos constitutivos do seu direito. Ainda que a impugnante não houvesse trazido provas das suas alegações, poder-se-ia concluir pela procedência da impugnação se existissem outros elementos nos autos evidenciando a boa situação econômica do

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por [illegible]
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo [illegible] e código [illegible].

13

1ª Vara Cível
Processo nº 1527/11 – Incidente

impugnado, mas isso não ocorre no caso concreto.

Os argumentos utilizados pela impugnante são muito frágeis para, por si só, afastar o benefício; ademais, argumento por argumento, é de se aceitar o de quem pede porque a lei o autoriza, sendo imperioso reconhecer que a parte impugnante não pode se limitar a fazer alegações, competindo-lhe o dever de provar, ainda que minimamente, o que alega.

Assim, seria imprescindível que a impugnante houvesse trazido aos autos algum elemento de sustentação à sua tese, infirmando as alegações do impugnado e incutindo nesta julgadora o convencimento da veracidade de suas alegações.

Ante o exposto, **JULGO IMPROCEDENTE** a presente **IMPUGNAÇÃO AO PEDIDO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA,** que **GABRIELE BARALDI** intentou contra **RAUL DONATO MENDES** nos autos da ação ordinária promovida contra o impugnado, para deferir o pedido de concessão do benefício da assistência judiciária requerido pelo impugnado.

Certifique-se o desfecho nos autos principais, anotando-se.

P.R.I.

Atibaia, 23 de Fevereiro de 2.012.

MARIA CAROLINA MARQUES CARO QUINTILIANO
Juíza Substituta

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por [illegible]
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo [illegible] e código [illegible].

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ATIBAIA
FORO DE ATIBAIA
2ª VARA CÍVEL
RUA DR. JOSÉ ROBERTO PAIM, 99, Atibaia - SP - CEP 12945-007

SENTENÇA

Processo nº:	**0002104-93.2015.8.26.0048**
Classe - Assunto	**Impugnação de Assistência Judiciária - Indenização por Dano Moral**
Impugnante:	**José Fortuna**
Impugnado:	**Raul Donato Mendes**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Marcelo Octaviano Diniz Junqueira**

Vistos.

Trata este incidente de impugnação aos benefícios da Justiça Gratuita concedidos ao autor Raul Donato.

Não há de se acolher o pedido.

Não se pode olvidar que, *para que a parte obtenha o benefício da assistência judiciária, basta a simples afirmação da sua pobreza, até provem o contrário* (RSTJ 7/414). Nesse mesmo diapasão, STF-RT 755/182.

Ainda, é inegável que a pessoa presumidamente pobre gozará dos benefícios da assistência judiciária, mediante simples afirmação, na própria petição inicial (artigo 4º da Lei nº 1.060/50). Também, presume-se pobre, até prova em contrário, quem afirmar essa condição nos termos da lei (parágrafo 1º desse artigo 4º).

Com fulcro naquela posição jurisprudencial e nesses dispositivos legais, há de se concluir, quanto à pobreza do beneficiário da Justiça Gratuita, que houve inversão do ônus da prova, pelo que cabe ele ao impugnante.

Feita essa observação, verifico que, na espécie, o impugnante não fez qualquer prova que contrarie a alegada pobreza.

As declarações do imposto de renda juntadas pelo impugnado a fls. 10/11, ao contrário do alegado, demonstram que o impugnado deve ter aquela classificação de pobreza

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARCELO OCTAVIANO DINIZ JUNQUEIRA, liberado nos autos em 22/06/2015 às 13:30 .
Este documento é cópia do original, gerado em 09/07/2015 às 16:19 , sob o número 21078439220208260000.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0002104-93.2015.8.26.0048 e código 15967227.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ATIBAIA
FORO DE ATIBAIA
2ª VARA CÍVEL
RUA DR. JOSÉ ROBERTO PAIM, 99, Atibaia - SP - CEP 12945-007

jurídica, já que seus rendimentos líquidos mensais não ultrapassam dois salários mínimos.

Ademais, o litigante não está obrigado, em face de seu estado de pobreza, a se valer dos serviços oferecidos pela Assistência Judiciária da Procuradoria do Estado.

Como se vê, o impugnante não carreou para o processo elemento seguro de prova capaz de minar a presunção legal decorrente da manifestação do impugnado de que não possui condições materiais de arcar com despesas sem que possa prejudicar sua manutenção.

Nem se diga que a mera existência de imóveis de propriedade do impugnado possa modificar essa conclusão. Afinal, é irrelevante que tenha propriedade imóvel (RJTJESP 101/216), desde que não produza renda que permita pagar as custas e honorários do advogado (JTA 118/406).

Ante o exposto, ***deixo de acolher*** a impugnação.

P.R.I.C.

Atibaia, 19 de junho de 2015.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARCELO OCTAVIANO DINIZ JUNQUEIRA, liberado nos autos em 22/06/2015 às 13:30 .
Este documento é cópia do original, gerado em 19/08/2021 às 16:19 , sob o número 21078439220208260000.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0001869-22.2010.8.26.0048 e código 15967227.

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA 1ª. VARA CÍVEL DA COMARCA DE ATIBAIA.

Processo 0010369-26.2011.8.26.0048 – Indenização por Dano Material
Requerente: Espólio de Gabriele Baraldi
Requerido: Raul Donato Mendes

RAUL DONATO MENDES, qualificado nos autos, vem respeitosamente a presença de Vossa Excelência, por sua advogada adiante assinado, manifestar-se em resposta às fls. 749.

I – DA JUSTIÇA GRATUITA

1- Com o maior respeito que devemos para com Vossa Excelência, mas há um equívoco ao afirmar que não consta dos autos que o Requerido litigue sob os benefícios da Justiça Gratuita.

- A Sentença, fls. 241 a 245, **confirma o benefício**.

Mas se assim não o fosse, o benefício poderia ser pleiteado a qualquer momento, conforme previsão da lei, e o faz novamente nesse ato, ante as provas documentais já acostadas **(fls.710 a 719),** bem como, declaração Imposto de Renda, a qual está obrigado, não pelos rendimentos, mas por possuir imóvel de valor superior a R$300.000,00.

Além disso, estranha o fato de que a JUSTIÇA, tanto em primeira quanto em segunda Instância, nada disse sobre ditos documentos, os quais, claramente demonstram a

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 18/02/2020 às 16:33 , sob o número WAIA20700141236
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 5D3886B.

hipossuficiência, bem como, a inexistência de movimentações financeiras, já que não possui contas bancárias.

2– O Requerido, trabalhador rural desde criança, quando, antes dos 10 anos, juntamente com seu irmão mais novo trabalhavam para Sr. WALTER MATUOKA, produtor rural, em sítio localizado no Bairro Ribeirão dos porcos, enchendo saquinhos, na produção de mudas de rosas.

Em 2008, permutou sua casa, pelo imóvel confrontante de propriedade da Requerente, com intenção de se tornar produtor rural, tendo seu projeto fracassado, pois, ante a falta de informações sobre legislação ambiental, desconhecia que no imóvel não se poderia exercer tal atividade.

Atualmente, com mais de **46 anos,** continua como trabalhador rural, mas **JAMAIS** possuiu emprego com Carteira registrada, conforme documentos fornecidos pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, informando a inexistência de CNIS, bem como, a própria CTPS. (**fls.715 a 718)**

Como se vê, não se trata de ato ilícito, má fé ou quaisquer intenção de burlar dispositivo de lei, mas sim de constatação.

3– O Requerido, também NÃO possui empresa em nome próprio **(fl.719).**

4– E, quanto ao documento, o qual se referiu o Egrégio Tribunal, para indeferir o benefício da Justiça gratuita, constante do corpo da petição de **fls. 721**, tomando-se como base o valor pago referente a serviços de terraplanagem no valor de R$ 37.800,00, datado de **fevereiro 2011,** (há mais de nove anos), por si só, convenhamos; <u>não é prova cabal suficiente para indeferimento da Justiça Gratuita.</u>

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 18/02/2020 às 16:33 , sob o número WAIA20700141286
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 5D3886B.
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 18/02/2020 às 16:19 , sob o número 21078439220208260000.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 19A8F022.

Além do longo prazo transcorrido, já que se espera seja analisada a situação financeira atual, seria perfeitamente possível, o Requerido obter empréstimo de R$ 37.800,00, dando o seu imóvel em garantia.

- Logo, o Requerido teria condições de obter dita quantia.

- Mas não é esse o caso; o fato é que em documento juntado pela própria Autora, documento esse de autoria do Requerido, datado de 29 de março de 2011, também há mais de 09 anos, consta que a obra de terraplanagem **foi realizada pelo irmão** do Requerido.

5– Consta também no feito, que a subscritora atua no presente de forma graciosa.

II – DO DEPÓSITO DE HONORÁRIOS PARA O PERITO

1 - E, por improvável que seja indeferido os benefícios da Justiça Gratuita, requeridos novamente nesse ato, após prévia análise dos documentos acostados às fls. 710 a 719, informa que a **subscritora** se responsabilizará pelo pagamento do perito, ressaltando que, somente poderá fazê-lo de forma parcelada, na quantia de 30% (trinta por cento) ao mês, do salário mínimo nacional vigente, tomando-se por base o benefício que recebe a título de aposentadoria, único rendimento fixo.

2 - Junta extrato do TJSP, demonstrando que a subscritora não é detentora de grande carteira de trabalho; logo, não possui condições de pagar os honorários do perito na forma à vista.

Termos em que,
Pede Deferimento.

Atibaia, 18 de fevereiro de 2020.

Duenes do Carmo Silva
OAB.SP. 209712

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 18/02/2020 às 16:33 , sob o número WAIA20700141286
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 5D3886B.
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA em 18/02/2020 às 16:19 , sob o número 21078439220208260000.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 19A8F022.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ATIBAIA
FORO DE ATIBAIA
1ª VARA CÍVEL
Rua Napoleão Ferro, 315, Alvinópolis - CEP 12942-610, Fone: (11) 4412-9688, Atibaia-SP - E-mail: atibaia1cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

DECISÃO

Processo Digital nº:	**0010369-26.2011.8.26.0048**
Classe - Assunto	**Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material**
Requerente:	**Gabriele Baraldi**
Requerido:	**Raul Donato Mendes**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Adriana da Silva Frias Pereira**

Vistos.

1) O pedido de gratuidade formulado pelo requerido foi indeferido nas duas instâncias, não havendo elementos novos a considerar.

Assim, ante a inércia do executado, reputo preclusa a prova pericial, acolhendo o valor da avaliação formulado pelo Oficial de Justiça.

2) Defiro a alienação do bem, e nomeio leiloeiro **MEGA LEILÕES - GESTOR JUDICIAL**, contato@megaleiloes.com.br.

O leilão deverá ser realizado em dois pregões, pelo prazo mínimo de 3 dias o primeiro, e 20 dias o segundo.

No primeiro pregão, não serão admitidos lances inferiores ao valor de avaliação do bem. Não havendo lance superior à importância da avaliação, seguir-se-á, sem interrupção, a segunda etapa, que se estenderá por no mínimo 20 (vinte) dias e se encerrará em dia e hora previamente definidos no edital.

No segundo pregão serão admitidos lances não inferiores a 70% da última avaliação atualizada ou 80% do valor de avaliação atualizada, caso se trate de bem de incapaz.

A atualização deverá ser pela Tabela Prática do Tribunal de Justiça para os débitos judiciais comuns.

O pagamento deverá ser feito de uma única vez, em até 24 horas após ter sido declarado vencedor pelo leiloeiro.

O leilão será realizado exclusivamente por meio eletrônico por meio do portal http://www.canaljudicial.com.br/megaleiloes, nos quais serão captados lances, mesmo que abaixo do valor de avaliação, dependendo nesta hipótese, de liberação do Juízo para se concretizar a venda e será presidido pelo leiloeiro oficial, autorizado e credenciado pela Jucesp, **Sr. Fernando José**

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ADRIANA DA SILVA FRIAS PEREIRA, liberado nos autos em 26/03/2020 às 15:06 .
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JUSTICA DO ESTADO DE SAO PAULO - SAJ - TJSP, liberado nos autos em 26/03/2020 às 16:19 , sob o número 21078439220208260000.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 5FA17AB.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ATIBAIA
FORO DE ATIBAIA
1ª VARA CÍVEL
Rua Napoleão Ferro, 315, Alvinópolis - CEP 12942-610, Fone: (11) 4412-9688, Atibaia-SP - E-mail: atibaia1cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

Cerello G. Pereira (Jucesp nº 844), habilitado pelo TJ/SP.

Desde logo, fixo a comissão da leiloeiro em 5% sobre o valor da arrematação, a ser paga pelo arrematante, não se incluindo no valor do lance, o que deverá ser informado previamente aos interessados.

O leilão será presidido pelo leiloeiro oficial, em portal virtual que atenda à regulação específica, no qual serão captados lances, observados os patamares mínimos acima estabelecidos.

Os interessados deverão cadastrar-se previamente no portal para que participem do leilão eletrônico fornecendo todas as informações solicitadas.

Durante a alienação, os lances deverão ser oferecidos diretamente no sistema do gestor e imediatamente divulgados on-line, de modo a viabilizar a preservação do tempo real das ofertas.

Somente será realizada segunda tentativa de leilão caso o primeiro não conte com nenhum lance válido durante todo o período previsto.

O procedimento do leilão deve observar o disposto nos artigos 886 a 903, do Código de Processo Civil, assim como o Provimento CSM nº 1625/2009 e art. 250 e seguintes das Normas de Serviço da Corregedoria Geral de Justiça do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Caberá ao leiloeiro efetuar a publicação do edital no sítio eletrônico previamente designado por este fim de acordo com as normas administrativas do Tribunal.

O edital deve conter todos os requisitos estabelecidos no art. 887, do Código de Processo Civil. Deverá constar do edital, também, que:

- os bens serão vendidos no estado de conservação em que se encontram, sem garantia, constituindo ônus do interessado verificar suas condições, antes das datas designadas para as alienações judiciais eletrônicas;

- o arrematante arcará com os débitos pendentes que recaiam sobre o bem, exceto os decorrentes de débitos fiscais e tributários conforme o artigo 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional, e exceto os débitos de condomínio (que possuem natureza propter rem), os quais ficam sub-rogados no preço da arrematação.

A publicação do edital deverá ocorrer no site designado pelo Tribunal, pelo menos 5 dias antes da data marcada para o leilão.

Ficam autorizados os funcionários do leiloeiro, devidamente identificados, a

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ADRIANA DA SILVA FRIAS PEREIRA, liberado nos autos em 26/03/2020 às 15:06 .
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JONES LEX CARDOSO MOTTA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 08/05/2020 às 16:19 , sob o número 21078439220208260000.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 5FA17AB.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ATIBAIA
FORO DE ATIBAIA
1ª VARA CÍVEL
Rua Napoleão Ferro, 315, Alvinópolis - CEP 12942-610, Fone: (11) 4412-9688, Atibaia-SP - E-mail: atibaia1cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

providenciar o cadastro e agendamento, pela internet, dos interessados em vistoriar o bem penhorado, cabendo aos responsáveis pela guarda facultar o ingresso dos interessados, designando-se datas para as visitas.

Igualmente, ficam autorizados os funcionários do leiloeiro, devidamente identificados, a obter diretamente, material fotográfico para inseri-lo no portal do Gestor, a fim de que os licitantes tenham pleno conhecimento das características do bem, que serão vendidos no estado em que se encontram.

No mesmo prazo, deverão ser cientificados o executado e as demais pessoas previstas no art. 889, do Código de Processo Civil, cabendo à parte requerente requerer e providenciar o necessário.

Sem prejuízo, para a garantia da higidez do negócio, fica autorizado que o próprio leiloeiro encaminhe também as comunicações pertinentes, juntando posteriormente aos autos.

Comprovado o recolhimento das despesas necessárias, intime(m)-se executado(s), na pessoa de seu advogado, ou, na ausência , pessoalmente, por via eletrônica ou carta direcionada ao endereço de citação ou último endereço cadastrado nos autos.

Registre-se que, se o executado for revel e não tiver advogado constituído, não constando dos autos seu endereço atual ou, ainda, não sendo ele encontrado no endereço constante do processo, a intimação considerar-se-á feita por meio do próprio edital de leilão.

A presente decisão, assinada digitalmente, servirá como carta, mandado ou ofício, para comunicação do executado e demais interessados, bem como ordem judicial para que os funcionários do leiloeiro possam ingressar no local onde o bem a ser leiloado se encontra.

Cumpra-se na forma e sob as penas da Lei.

Intime-se.

Atibaia, 24 de março de 2020.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ADRIANA DA SILVA FRIAS PEREIRA, liberado nos autos em 26/03/2020 às 15:06 .
Este documento é cópia do original, gerado em 27/03/2020 às 19:22:05 (GMT-03:00)
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 5FA17AB.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2019.0000650385

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento nº 2118722-95.2019.8.26.0000, da Comarca de Atibaia, em que é agravante RAUL DONATO MENDES, são agravados VALÉRIA BARALDI, JOSÉ RENATO BARALDI, GABRIELE BARALDI (ESPÓLIO) e ANNITA HERMINE BARALDI (ESPÓLIO).

ACORDAM, em 30ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Negaram provimento ao recurso. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores ANDRADE NETO (Presidente sem voto), LINO MACHADO E CARLOS RUSSO.

São Paulo, 14 de agosto de 2019.

MARIA LÚCIA PIZZOTTI
RELATOR
Assinatura Eletrônica

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARIA LUCIA PIZZOTTI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, em 14/08/2019 às 17:50 , sob o número WAIA19701120248
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2118722-95.2019.8.26.0000 e código 15A6F023.

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2118722-95.2019.8.26.0000
VOTO N. 25924

AGRAVANTE: RAUL DONATO MENTES
AGRAVADA: VALÉRIA BARALDI, JOSÉ RENATO BARALDI, ESPÓLIO DE GABRIELE BARALDI e **ESPÓLIO DE ANNITA HERMINE BARALDI**
LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA
COMARCA: ATIBAIA
MAGISTRADA PROLATORA DA DECISÃO: DRA. ADRIANA DA SILVA FRIAS PEREIRA

EMENTA
AGRAVO DE INSTRUMENTO — LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA — ILEGITIMIDADE PASSIVA — GRATUIDADE — PRESSUPOSTOS LEGAIS NÃO PREENCHIDOS
1 - A ilegitimidade alegável em impugnação ao cumprimento de sentença é aquela que decorre de a execução de título executivo judicial ser movida em face de pessoa diversa daquela indicada, na ação de conhecimento, como devedora. Havendo identidade entre elas, conclui-se pela legitimidade do executado.
2 - Benefício da Lei 1.060/50 e do Novo Código de Processo Civil que depende de comprovação, desde o advento da Constituição Federal de 1988, art. 5º, LXXIV. Elementos de prova insuficientes para justificar a concessão do benefício.
RECURSO NÃO PROVIDO.

Vistos.

Cuida-se de agravo de instrumento contra a r. Decisão que **rejeitou o pedido de gratuidade da justiça e a alegação de ilegitimidade passiva.**

Argumentou, em suma, que faz jus ao benefício de gratuidade da justiça, pois se encontra em precárias condições financeiras, e que é ilegítimo para figurar no polo passivo, uma vez que não foi o responsável pelos danos objetos da liquidação de sentença.

Foi determinada a juntada de documentos que comprovassem o preenchimento dos pressupostos para o deferimento do benefício (fls. 29).

A agravante juntou documentos (fls. 32/37).

Houve contraminuta (fls. 39/45).

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOSE RENATO BARALDI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, em 08/05/2020 às 16:19 , sob o número WAIA19701120248 0000000.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2118722-95.2019.8.26.0000 e código 76A8F023.

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2118722-95.2019.8.26.0000
VOTO N. 25924

É a síntese do necessário.

O recurso não comporta provimento.

Inicialmente, cumpre afastar a alegação de ilegitimidade passiva. O agravante participou, no processo de conhecimento, como réu, e contra ele se formou a coisa julgada material subjacente à liquidação de sentença. Desse modo, indiscutível ser a pessoa legítima para figurar no polo passivo, sendo incognoscível qualquer discussão quanto à responsabilidade pelos danos decorrentes do desvio do curso do rio.

A propósito, a alegação de ilegitimidade passiva feita em fase de cumprimento de sentença (no caso, precedida por liquidação) deve se pautar em eventual divergência entre o executado e o devedor reconhecido como tal no título executivo judicial (CPC, art. 779). Com base nessa premissa, a ilegitimidade alegável é aquela que decorre de a execução de título executivo judicial ser movida em face de pessoa diversa daquela indicada, na ação de conhecimento, como devedora.

Como no caso o agravante compôs o polo passivo da ação de conhecimento, legítimo é para figurar no polo passivo da fase de cumprimento de sentença, ora precedida por liquidação.

Posto isso, remanesce à análise quanto à gratuidade da justiça.

O parágrafo único do artigo 2° da Lei nº 1.060/50, assim dispõe: "considera-se necessitado, para fins legais, todo aquele cuja situação econômica não lhe permita pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo do sustento próprio ou da família". Contudo, é necessária a análise econômico-financeira do pretendente, para aferir as condições de arcar com as custas e despesas processuais sem afetar a própria subsistência.

Conforme iterativa jurisprudência, o benefício da justiça gratuita deve ser concedido em vista da Lei de Responsabilidade Fiscal. Tal benefício, portanto, depende de prova superveniente e irradiante em relação à lei da gratuidade.

Isto porque, o parágrafo único do artigo 2° da Lei n. 1.060, de 1950, assim

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por [illegible]
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2118722-95.2019.8.26.0000 e código 15A6F023.

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2118722-95.2019.8.26.0000
VOTO N. 25924

dispunha: "*considera-se necessitado, para fins legais, todo aquele cuja situação econômica não lhe permita pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo do sustento próprio ou da família*". Como já decidiu este mesmo Tribunal Bandeirante, a concessão do benefício não depende somente da alegação da parte e da apresentação de declaração de pobreza, mas também de análise econômico-financeira do pretendente:

> *"Assistência judiciária - Comprovação da necessidade Exigência constitucional (CF/88, art. 5o, LXXIV) - Concessão, ademais, dependente de análise econômico-financeira, não agilizada no caso em apreço - Benefício - Inadmissibilidade da concessão - Agravo de instrumento desprovido." (Ag.Inst. 7367076-3 Rel. Luiz Sabbato, 13ª Câmara - TJSP)*

Ademais, a questão da gratuidade vem tratada de forma semelhante no Novo Código de Processo Civil, que prevê o indeferimento do pedido quando "houver nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão de gratuidade" (art. 99, §2º). Logicamente, apurando-se a presença de elementos de prova que evidenciem os pressupostos legais o benefício deve ser concedido.

Com arrimo nessas premissas, o pedido de gratuidade formulado pelo agravante deve ser indeferido. O agravante trouxe DIRPF atualizada (fls. 7/13) que indica possuir bens na casa dos R$ 300.000,00 (trezentos mil reais, fls. 38), auferir renda anual de aproximadamente R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais, fls. 10). Todavia, deixou de apresentar outros documentos capazes de retratar a realidade da sua situação financeira. Como explicar, por exemplo, o pagamento de R$ 37.800,00 (trinta e sete mil e oitocentos reais), fls. 48, feito em favor de empresa especializada em terraplanagem? Ora, isso é muito superior à renda anual declarada. A suposta inexistência de contas bancárias (fls. 32) contradiz o dito às fls. 5, uma vez que o objetivo do BacenJud pleiteado junto à I. Primeira Instância era "*comprovar (...) sua movimentação bancária*". Se não possui conta corrente, como afirma, por qual motivo deseja comprovar sua movimentação bancária? E outra: dispunha, então, de dinheiro em espécie para pagar a empresa de terraplanagem?

Em face do parco conjunto probatório, inviável acolher o pedido de gratuidade da justiça.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARCIA REGINA DE ALMEIDA CAMARGO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo - SP, em 23/05/2020 às 16:19 , sob o número WAIA19701120248
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2118722-95.2019.8.26.0000 e código 15A8F023.

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2118722-95.2019.8.26.0000
VOTO N. 25924

Diante do exposto, **NEGO PROVIMENTO** ao agravo de instrumento, mantendo a r. Decisão.

Maria Lúcia Pizzotti
Relatora

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARIA LUCIA PIZZOTTI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, em 05/05/2020 às 16:19 , sob o número WAIA19701120208260000.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2118722-95.2019.8.26.0000 e código 15A6F023.

LIVRO Nº 2 - REGISTRO GERAL

REGISTRO DE IMÓVEIS
ATIBAIA - Estado de São Paulo

MATRÍCULA 93.959 | FICHA 01

IMÓVEL:- Gleba 1, com a área total de 42.115,19 metros quadrados, denominado "Sítio Primavera", e que corresponde à parte do terreno que originariamente era composto de três quinhões distintos, mas anexos formando um só todo, correspondente as glebas 1, 3, 4, 5 e 6, situado no Bairro do Itapetinga, zona rural do Município e Comarca de Atibaia-SP, localizado na margem direita da Estrada Municipal do Mackenzie, sentido de quem do imóvel vai a Rodovia Fernão Dias e a cidade de Atibaia, contendo casa sede do imóvel, casa de empregado, ambas de tijolos e telhas, pomar e pequenas benfeitorias, compreendida dentro das seguintes medidas, divisas e confrontações: "Tem inicio no marco 01, situado na margem direita da Estrada Municipal do Mackenzie, sentido de quem do imóvel vai a Rodovia Fernão Dias e a cidade de Atibaia, numa ponte sobre um pequeno córrego, onde confronta com o imóvel objeto da Matrícula 768, de propriedade ALBERTO CARDOSO DE ALMEIDA e sua esposa HANNE BARB HERLINDE HINDERBERGER CARDOSO DE ALMEIDA; deste ponto abandonando a estrada, segue por cerca e alambrado, com esta confrontação com os seguintes azimutes e distâncias: 7º37'58" e distância de 56,04 metros até o marco 2; 21º15'18" e distância de 14,36 metros até o marco 03; 48º14'03" e distância de 35,26 metros até o marco 4; 40º06'44" e distância de 27,04 metros até o marco 5; cravado num canto de cerca de arame, no vértice formado com a divisa do imóvel objeto da Matrícula 49952, denominado Gleba B, de propriedade de GABRIELE BARALDI e s/m ANNITA BARALDI e de ORLANDO GENARO e s/m ANNA MOLEZININI GENARO; deste ponto deflete à direita e segue, por muro, com esta confrontação, com os seguintes azimutes e distâncias: 141º41'26" e distância de 103,53 metros até o marco 6; 147º51'08" e distância de 49,38 metros até o marco 7, no canto do muro e alinhamento de uma cerca de arame; deste ponto segue, por cerca de arame, com a mesma confrontação, com os seguintes azimutes e distâncias: 148º55'00" e distância de 60,23 metros até o marco 8; 156º50'03" e distância de 38,00 metros até o marco 9; 194º39'45" e distância de 23,60 metros até o marco 10; 163º29'52" e distância de 25,91 metros até o marco 11; vértice formado com a divisa do imóvel objeto da Matrícula 49951, denominado Gleba A, de propriedade de MOYSES ALBANO NUNES E S/M NEIDE BRAVO NUNES, ALTINO LUIZ DE

CONTINUA NO VERSO ...

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ALEXANDRE MOTTA DELAMANO, liberado nos autos em 11/10/2018 às 14:59 .
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOSE LEOCADIO DE MOURA e outro em 08/05/2020 às 16:19 , sob o número 21078439220208260000.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 33041A9.

MATRÍCULA 93.959 | FICHA 01 VERSO

CAMPOS PINHEIRO E S/M CARMEM ASSUNTA CANDIDO DE FARIA CAMPOS PINHEIRO E ELDA GENARO; deste ponto segue, ainda, por cerca de arame, com esta confrontação, com os seguintes azimutes e distâncias: 158º51'09" e distância de 29,94 metros até o marco 12; 183º13'18" e distância de 18,40 metros até o marco 13; 223º25'53" e distância de 26,79 metros até o marco 14; 192º47'39" e distância de 27,74 metros até o marco 15; 182º50'11" e distância de 18,27 metros até o marco 16; 226º51'07" e distância de 47,79 metros até o marco 19; cravado numa ponte sob um córrego e margem de uma Estrada Municipal que do bairro vai a Rodovia Fernão Dias e a esta cidade de Atibaia; deste ponto deflete à direita e segue por cerca de arame, margeando a referida estrada sentido a Rodovia Fernão Dias e a esta cidade de Atibaia, com o azimute de 314º38'29" e distância de 64,76 metros até o marco 20, num ponto de curva, deste ponto deflete à direita e segue em curva de raio de 15,73 metros, desenvolvendo uma distância de 10,60 metros pela confluência desta estrada municipal com a Estrada Municipal do Mackenzie, até o marco 21, ponto de curva; deste ponto deflete a direita e segue margeando a Estrada Municipal do Mackenzie, por cerca de arame e alambrado, em direção à Rodovia Fernão Dias e a cidade de Atibaia, por uma distância de 258,34 metros até o marco 1, início dessa descrição.

INCRA: 634.018.000.809-5, área total 17,0 ha, mod. fiscal 16,0 ha, n. mod. fiscais 1,0625, fmp 2,0 ha, **NIRF**: 3.852.743-0

PROPRIETARIOS:- ORLANDO FEDERZONI, arquiteto, RG. 2.550.250-SSP/SP, CPF. 027.513.218-87 e sua esposa, com quem é casado pelo regime da comunhão de bens, antes da vigência da Lei 6.515/77, EUCELIA FEDERZONI, do lar, RG. 4.939.085-SSP/SP, CPF. 147.385.298-62, brasileiros, residentes e domiciliados na Estrada Mackenzie, 3.300, bairro do Itapetinga, nesta cidade; e JOSE FORTUNA, brasileiro, divorciado, eletricitário, RG. 11.377.404-7-SSP/SP, CPF. 804.346.308-53, residente e domiciliado na Travessa Ultima Cantiga, 29, Penha, São Paulo-SP, **na proporção de 77,10% ao primeiro e de 22,90% ao segundo.**

CONTINUA NA FICHA 02.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ALEXANDRE MOTTA DELAMANO, liberado nos autos em 11/10/2018 às 14:59 .
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JONES LEOCANDRO MOTTA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 08/02/2021 às 22:05 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 33041A9.

LIVRO Nº 2 - REGISTRO GERAL

REGISTRO DE IMÓVEIS
ATIBAIA - Estado de São Paulo

MATRÍCULA 93.959 | FICHA 02

TITULO AQUISITIVO:- R.3 de 19/04/2000 e Av.6 (Retificação administrativa), desta data, na matrícula 54.559, livro 02 de registro geral.
Atibaia, 05 de outubro de 2007.
[Microfilme nº. 202.878 de 14/05/2007 - Rolo nº. 3.630].

João de Amarante Leite
Escrevente Autorizado

R.1/93.959 - PERMUTA - Pela escritura de permuta lavrada aos 25.10.2007, no 2º Tabelionato de Notas local, Lv. 822, fls. 364, os condôminos, ORLANDO FEDERZONI, e s/mulher EUCELIA FEDERZONI, já qualificados, transmitiram **uma fração ideal de 77,10% do imóvel objeto desta matrícula a JOSÉ FORTUNA**, RG: 11.377.404-7/SP, CPF: 804.346.308/53, brasileiro, divorciado, eletricitário, domiciliado e residente em São Paulo/SP, na Rua Togo, n. 405, apto. 02, Jardim Japão, VIla Maria, pelo preço de R$ 19.500,00, **ficando desta forma proprietário da totalidade**. Foram apresentados os seguintes documentos do imóvel: 1) Certificado de Cadastro de Imóvel Rural - CCIR 2003 - 2004 - 2005; 2) Certidão Negativa de Débitos de Imóvel Rural, NIRF: 3.852.743-0, emitida em 24.10.2007; e, 3) Recibo de Entrega da Declaração do ITR através do DIAC/DIAT 2007. Valor Venal R$ 25.978,00. Atibaia, 08 de novembro de 2007. O Escrevente Autorizado,

EMERSON LUÍS LADINI

(Protocolo 206258, de 01.11/Microfilme/Rolo 3653)

R.2 - 93.959 - VENDA E COMPRA - Por escritura Particular de venda e compra (art. 108 CCB), passada nesta cidade, em 11 de julho de 2008, o proprietário, **JOSÉ FORTUNA** (divorciado), já qualificado, atualmente domiciliado nesta cidade, na Rua Anice Cury Sabbag, 123, bairro do Ribeirão, transmitiu o imóvel desta matricula a **RAUL DONATO MENDES**, RG. 27.233.858-8 SSP/SP., CPF/MF. 252.972.718-00, brasileiro, solteiro, maior, comerciante, domiciliado nesta cidade, na Estrada Municipal do Mackenzie, Sítio Primavera, bairro do Ribeirão, pelo preço de R$ 10.500,00. O comprador e os vendedores, em comum acordo, dispensaram a apresentação dos documentos enumerados no Decreto n. 93.240/86, inclusive as certidões fiscais e de feitos ajuizados, declarando

CONTINUA NO VERSO ..

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ALEXANDRE MOTTA DELAMANO, liberado nos autos em 11/10/2018 às 14:59 .
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOSE FORTUNA e RAUL DONATO MENDES em 22/05/2020 às 16:19 , sob o número 21078439220208260000.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 33041A9.

MATRÍCULA 93.959 | FICHA 02 VERSO

expressamente e sob responsabilidade solidária, que tem pleno conhecimento da lei 11.382/06. Foi apresentada a comprovação da quitação do Imposto Territorial Rural, dos cinco últimos exercícios, através da Certidão de Regularidade Fiscal do Imóvel Rural, expedida pelo Ministerio da Fazenda Secretaria da Receita Federal, em 10/07/2008, com validade até 12/01/2009, nº. 84FA.5ADE.6569.4BA6, o DIAC/DIAT 2007 e o C.C.I.R. 2003/2004/2005 expedido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrario - MDA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agraria - INCRA, com recolhimento da taxa de serviços cadastrais, e guia de ISTBI no valor de R$ 210,00, devidamente autenticada. Atibaia, 22 de julho de 2008.
[Microfilme nº. 211.456 de 11/07/2008 - Rolo nº. 3.820].

Ragnar Luis Constantino Veliani
Escrevente Autorizado

Av.03/93.959 – Protocolo Eletrônico n. 323.627 de 12/09/2018 – **PENHORA** - Conforme certidão expedida pelo Juízo da 1ª Vara Cível de Atibaia - SP, em 11/09/2018, nos autos da ação de Execução Civil - proc. nº **00103692620118260048**, protocolo PH000229481, que GABRIELE BARALDI, CPF: 063.971.668-72, move em face de RAUL DONATO MENDES, já qualificado, foi determinada a **PENHORA** do imóvel aqui matriculado, sendo nomeado depositário o executado. Valor da causa: R$ 828.266,63. Atibaia, 10 de outubro de 2018. O Escrevente,

Thiago Henrique Alonso Netto

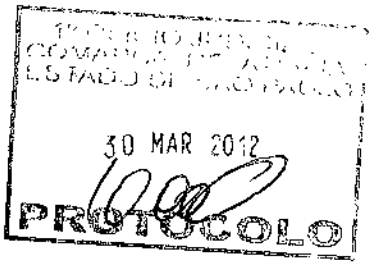
CERTIFICO E DOU FÉ, que a presente é reprodução autêntica da Matrícula nº 93959 do livro 2 de Registro Geral, extraída nos termos do artigo 19 da Lei 6.015/73 e reproduz os atos relativos a ônus e alienações, relatando os fatos jurídicos até o último ato acima, e até o dia útil anterior a esta data. Esta certidão serve de filiação vintenária no caso da matrícula ter sido aberta há mais de 20 anos. Certidão Digital expedida conforme o item 345 e seguintes do Cap. XX - Tomo II das NSCGJSP.
O Escrevente, José Roberto Amaral Zanoni.
Atibaia-SP, 10 de outubro de 2018.

Of:30,69+Est:8,72+IPESP:5,97+RC:1,62+TJ:2,11+MP:1,47+ISS:0,61=R$51,19.
Para lavratura de escrituras esta certidão é valida por 30 dias (NSCGJSP Cap. XIV, 15, "c").

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ALEXANDRE MOTTA DELAMANO, liberado nos autos em 11/10/2018 às 14:59 .
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por [illegible] e [illegible] em 05/05/2020 às 16:19 , sob o número 21078439220208260000.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 33041A9.

153

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª. VARA CÍVEL DA COMARCA DE ATIBAIA – SP.



Processo 048.01.2011.010369-9 – ordem 1527/2011
Requerente: Espólio de Gabriele Baraldi
Requerido: Raul Donato Mendes

RAUL DONATO MENDES, qualificado nos autos, vem respeitosamente a presença de V.Exa. por sua advogada adiante assinado manifestar-se no feito em questão.

Por um equívoco não houve a juntada da Outorga citada em petição protocolada em 16/02/12, o que faz neste ato. Sua emissão data de 26/09/2003, e vigência pelo prazo de 30 (trinta anos) para a Canalização do Ribeirão dos Porcos, ou seja: para o desvio do curso do rio, parte mais importante do presente litígio.

Para atualizar e transferir os direitos da Outorga vigente para o proprietário atual, ora Requerido, o DAEE orientou o engenheiro responsável OSWALDO BARONE FILHO, no dia 27/03/12, para que seja elaborado um projeto de construção de uma estrutura capaz de reduzir a velocidade da água, sem alterar o curso atual do rio em complementação a outorga concedida.

Tão logo seja protocolado dito projeto junto ao DAEE, dar-se-á conhecimento a este Juízo.

Também neste ato, apenas a titulo informativo, junta cópia de comprovante de despesas com obras emergenciais realizadas pelo irmão do Requerido,

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA DE MORAES GARBOGGIA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, em 29/06/2019 às 17:06 , sob o número WRAO19900062047 .
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA DE MORAES GARBOGGIA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, em 29/06/2019 às 17:06 , sob o número WRAO19900062047 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018369-26.2019.8.26.0048 e código 07AE0AR.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018369-26.2019.8.26.0048 e código 07AE0AR.

154

por ocasião das chuvas de janeiro 2011, no valor de R$ 37.800,00 (trinta e sete mil e oitocentos reais).

Tais obras foram autorizadas pela Defesa Civil conforme Boletim Ambiental constante dos autos, onde se vê os dizeres "para não trazer transtorno maior com moradores do bairro," o que demonstra a preocupação do Requerido com a vizinhança; o que inclui a Autora.

Por sua vez a Autora, até então não comprovou a realização de nenhuma obra para solucionar o problema em sua propriedade, nem apresentou provas de despesas eventualmente realizadas.

Termos em que,
Pede Deferimento.

Atibaia, 29 de março de 2011.

DUENES DO CARMO SILVA
OAB/SP. 209712.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA DE MORAES GARBOSA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, em 29/06/2019 às 17:06 , sob o número WRAO19900062020487 .
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, em 29/06/2019 às 17:06 , sob o número 21078439220208260000.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018389-26.2019.8.26.0048 e código 79A8F02E.

156

CH Entulho e Terraplenagem

CNPJ.: 03.911.449/0001-08

Recibo de Serviço

A Empresa CH Entulho e Terraplenagem , Declara receber a quantia de R$ 37.800,00 do Sr.Raul Donato Mendes RG: 27.233.858-8 e CPF: 252.972.718-00 , referente serviço para reforço de um lago com risco de rompimento , localizado na Estrada Mackenzie n, 3000 Bairro Itapetinga Atibaia SP , no período de 14 de janeiro de 2011 á 12 de Fevereiro de 2011, dando como executado e encerrado os serviços.

200 horas de retroescavadeira	**R$ 18.000,00**
260 viajem terra 5 m3	**R$ 15.600,00**
60 horas de bob cat	**R$ 4.200,00**

Atenciosamente,

CH Entulho e Terraplenagem.
Responsável : Henrique Biazini

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARCELO VIEIRA DE MORAES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, em 29/06/2019 às 17:06 , sob o número WRTA19900062020817.
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARCELO VIEIRA DE MORAES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, em 29/06/2019 às 17:06 , sob o número 00183892620198260000 e código 97A6F02.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0018389-26.2019.8.26.0048 e código 97A6F02.

POLICIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO

BOLETIM DE OCORRÊNCIA AMBIENTAL

TERMO CIRCUNSTANCIADO ☐

103

DATA DE EMISSÃO	CODIGO DA OPM	NÚMERO DO BO
17/01/2011	1420	110131
HORA DA EMISSÃO	**DATA DO FATO**	**HORA DO FATO**
11:55	17/01/2011	13:20

NATUREZA DA OCORRÊNCIA	TIPO		AREA EM HECTARE
I26-VISTORIA AMBIENTAL	FLORESTAL		0.0000
LOGRADOURO (AV,RUA,PRAÇA,ALAMEDA,ETC)	**BAIRRO**	**SETOR**	**ÁREA**
EST. DO MACKENZIE, 3000	RIBEIRAO DOS PORCOS	103	RURAL
MUNICIPIO	**LONGITUDE**	**LATITUDE**	
ATIBAIA-SP	46° 33' 43.7 "	23° 10' 52.4 "	

CONDIÇÃO	NOME	RG	SSP	SEXO	DATA DE NASCIMENTO
TT	RENIL WILLIAN MENDES	26.178.503-5	SP	MASCULINO	06/20/1975

NOME DO PAI	NOME DA MÃE	NATURAL
JOSE MARIA MENDES	MARIA DE LOURDES MENDES	ATIBAIA

CUTIS	ESTADO CIVIL	PROFISSÃO	TELEFONE	DOC	NUMERO
BRANCA	CASADO	LAVRADOR	9918-2365	CPF	252978918-50

ENDEREÇO (AV,RUA,PRAÇA,ALAMEDA,ETC)	CEP	BAIRRO	MUNICIPIO
EST. DO MACKENZIE, 3000	12940-000	RIBEIRAO DOS PORCOS	ATIBAIA

VERSÃO:

CONDIÇÃO	NOME	RG	SSP	SEXO	DATA DE NASCIMENTO

NOME DO PAI	NOME DA MÃE	NATURAL

CUTIS	ESTADO CIVIL	PROFISSÃO	TELEFONE	DOC	NUMERO

ENDEREÇO (AV,RUA,PRAÇA,ALAMEDA,ETC)	CEP	BAIRRO	MUNICIPIO

CONDIÇÃO	NOME	RG	SSP	SEXO	DATA DE NASCIMENTO

NOME DO PAI	NOME DA MÃE	NATURAL

CUTIS	ESTADO CIVIL	PROFISSÃO	TELEFONE	DOC	NUMERO

ENDEREÇO (AV,RUA,PRAÇA,ALAMEDA,ETC)	CEP	BAIRRO	MUNICIPIO

CONDIÇÃO	NOME	RG	SSP	SEXO	DATA DE NASCIMENTO

NOME DO PAI	NOME DA MÃE	NATURAL

CUTIS	ESTADO CIVIL	PROFISSÃO	TELEFONE	DOC	NUMERO

ENDEREÇO (AV,RUA,PRAÇA,ALAMEDA,ETC)	CEP	BAIRRO	MUNICIPIO

HISTÓRICO: GTF11JARIAL01406.1600000000000010000 EM ATIVIDADE DE PATRULHAMENTO RURAL, ESTA PATRULHA VEIO A ATENDER A FICHA DE MISSAO N 06/1420/11, REFERENTE A DENUNCIA N 008/1420/11 E COMPARECEMOS AO LOCAL, SENDO CONSTATADO O COMEÇO DE ROMPIMENTO DE BARRAGEM, O PROPRIETARIO RECEBEU NO DIA 11/01/11 A FISCALIZA DO MEIO AMBIENTE DO MUNICIPIO DE ATIBAIA, O SR FERNANDO PROTA, COMO INTEGRANTE DA DEFESA CIVIL. ELABORANDO TERMO DE OCORRENCIA N 4179, REFERENTE A REFORÇAR A BARRAGEM, PELO MOTIVO DAS FORTES CHUVAS QUE OCASIONARAM EM DESLIZAMENTO PARCIAL DA BARRAGEM E DAS LATERAIS, PARA NAO TRAZER TRANSTORNO MAIOR COM MORADORES DO BAIRRO, FOI AUTORIZADO COM OBRAS EMERGENCIAIS, CONFORME ART. 4°, PARAGRAFO 3°, INCISO I DA RES. CONAMA N 369/06.

II

ELABORADOR	COMANDANTE DA PTR	VIATURA	ASSINATURA
CB PM 812999-1 TOZETTO		A-01407	
AUXILIARES			
SD IC PM 893009-A GERALDO			

ATIBAIA-SP, 19 DE JANEIRO DE 2011 (SAA50 - Extrato do BOA)

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUANE ANDRADE..., protocolado em 22/05/2020 às 16:19 , sob o número 21078439220208260000.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1007849-92.2020.8.26.0048 e código 7596FC2.

PREFEITURA DA ESTÂNCIA DE ATIBAIA
Estado de São Paulo
Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente

DEFESA CIVIL
ATIBAIA-SP

Atibaia, 11 de setembro de 2.012

TERMO DE AUTORIZAÇÃO EMERGENCIAL

A Prefeitura da Estância de Atibaia, representada neste ato pelo funcionário que sub-escreve, tendo em vista o requerimento de autorização emergencial para reparos de um canal e de uma barragem, localizados na Estrada do Mackenzie, s/n – Ribeirão dos Porcos, efetuado pelo responsável técnico, Engenheiro Oswaldo Barone Filho, e considerando toda a documentação apresentada, fica o Senhor Renil Willian Mendes autorizado a executar os serviços descritos no projeto e no pedido de licenciamento apresentando ao Departamento de Água e Energia Elétrica – DAEE, protocolado em 27/09/2011.

Esta autorização não exime o proprietário dos demais trâmites, e compensações determinados pelo Departamento de Meio Ambiente.

Atenciosamente,

Thiago Franco de Oliveira
Engenheiro Civil
Chefe do Setor de Diretrizes e Pré-análises

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JULIANES SOUZA DE ANDRADE e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo em 22/05/2020 às 16:19 , sob o número 21078439220208260000.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2007869-28.2020.8.26.0000 e código 16967C.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ATIBAIA
FORO DE ATIBAIA
1ª VARA CÍVEL
Rua Dr. José Roberto Paim, 99 - Parque dos Coqueiros
CEP: 12945-007 - Atibaia - SP
Telefone: (11) 4412-9688 - E-mail: atibaia1cv@tjsp.jus.br

TERMO DE CONCLUSÃO

Em 12 de fevereiro de 2014, faço estes autos conclusos ao Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito Titular, Dr. MARCOS COSME PORTO

DESPACHO

Processo nº:	**0010369-26.2011.8.26.0048**
Classe – Assunto:	**Procedimento Ordinário - Indenização por Dano Material**
Requerente:	**Gabriele Baraldi**
Requerido:	**Raul Donato Mendes**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Marcos Cosme Porto**
Proc. 1527/11

Vistos.

Penhore-se o imóvel.

A prova é clara no sentido de que o réu não reside nesse imóvel, não se falando em bem de família.

Após, intimem-se.

Int.

Atibaia, 12 de fevereiro de 2014.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por MARCOS COSME PORTO. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e o código 1C000000U9SQ.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ALEXANDRE CARVALHO DA SILVA e MARCOS COSME PORTO, liberado nos autos em 22/05/2020 às 16:19 , sob o número 21078439220208260000.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 1C000000U9SQ.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
INFORMAÇÕES DE APOIO PARA EMISSÃO DE CERTIDÃO

Por meio do e-CAC - CPF do código de acesso: 252.972.718-00

19/05/2020 10:12:

CPF: 252.972.718-00 - RAUL DONATO MENDES

Dados Cadastrais

UA de Domicílio: ARF BRAGANCA PAULISTA-SP **Código da UA:** 08.124.02
Endereço: EST DO MACKINZIE,3000
Bairro: ITAPETINGA **CEP:** 12948-490 **Município:** ATIBAIA **UF:**
Situação: REGULAR **Data de Nascimento:** 14/12/1973

Diagnóstico Fiscal na Receita Federal e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

Não foram detectadas pendências/exigibilidades suspensas nos controles da Receita Federal e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

Final do Relatório

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ATILIO MANCINI e Tribunal Regional Federal da 3ª Região, em 21/05/2020 às 10:19:39, sob o número WPRB20200521101939000000000.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pgdoc.do, informe o processo 5001839-92.2020.4.03.6105 e código 07A9633.

PREFEITURA DA ESTÂNCIA DE ATIBAIA
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS
NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA
Código de Verificação
50695796R9

Nº Nota (Nova Versão)
849

Data de Emissão
20/MAI/2020
16:07:39

Competência
05/2020

PRESTADOR DE SERVIÇOS

Razão Social/Nome: **J. DO A. MINE ATIBAIA ME**
CNPJ/CPF: **02.704.086/0001-69**
Endereço: **AV. SÃO JOÃO, 760**
Complemento: **Não Informado**
Município: **Atibaia**
E-mail: **graciela-rp@hotmail.com**
Insc. Municipal: **22662**
CEP: **12.940-260**
Bairro: **CENTRO**
UF: **SP**
País: **BRASIL**
Telefone: **(11) 44131432**
Insc. Estadual:

TOMADOR DE SERVIÇOS

Razão Social/Nome: **RAUL DONATO MENDES**
CNPJ/CPF: **252.972.718-00**
Endereço: **ESTRADA MACKENZIE , 3000**
Complemento: **Não Informado**
Município: **ATIBAIA**
E-mail:
Insc. Municipal:
CEP: **12.942-135**
Bairro: **RIBEIRÃO DOS PORCOS**
UF: **SP**
País: **BRASIL**
Telefone:
Insc. Estadual:

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS

Reforma das almofadas

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

VALOR TOTAL DA NOTA = R$ 300,00

Local da Prestação de Serviço: **ATIBAIA - SP**

Código do Serviço:
Ativ. Serviço: 14.11 - Tapeçaria e reforma de estofamentos em geral.

Valor do INSS Retido (R$)	Valor do IRRF Retido (R$)	Valor do CSLL Retido (R$)	Valor do PIS Retido (R$)	Valor do COFINS Retido (R$)
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Vlr Deduções (R$)	Vlr. Desc. Incondicional	Base de Cálculo do ISS (R$)	Alíquota	Valor do ISS (R$)	Valor Líquido da Nota (R$)
	0,00	300,00	2,01	6,03	300,00

OUTRAS INFORMAÇÕES

O ISSQN desta NFS-e será recolhido pelo PRESTADOR.

Empresa optante do SIMPLES NACIONAL.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JONES LEX CANDIDO MOTTA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, em 08/07/2020 às 19:22:05 , sob o número 21078439220208260000.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010869-92.2010.8.26.0048 e código 15A8F042.

FATURA DE SERVIÇOS

SAAE ATIBAIA
PRAÇA ROBERTO GOMES PEDROSA - CENTRO, 11 - CENTRO - ATIBAIA - SP
CEP: 12941-606 CNPJ: 45.743.580/0001-45
Telefone: (11) 4414-3500

PARA SUA COMODIDADE UTILIZE A AGÊNCIA VIRTUAL

www.saaeatibaia.com.br

NOME / ENDEREÇO	GRUPO	REFERÊNCIA	CDC
	59	05/2019	47331-6

RAUL DONATO MENDES
Estr. MACKENZIE - R. PORCOS, 3000 Sitio Primavera
RIBEIRÃO DOS PORCOS, ATIBAIA - SP CEP: 12942-135

CATEGORIA / ECONOMIA				
R001	C000	I000	P000	Localização: 01.01.0509.0001.2680.0001

DESCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS	
LIXO R-0	24,02

Valor Base Tributos: R$ 24,02

PISR$ 0,40
COFINSR$ 1,83

VENCIMENTO:	28/06/2019	TOTAL A PAGAR:	24,02

SAAE informa: Reajuste de 4,53% nas tarifas de água e esgoto e nos preços de serviços, conf. Resolução ARES-PCJ nº 259/2018 de 07/11/2018.

AVISO DÉBITO: Em 15/01/2019, consta 1 faturas vencidas no valor total 22,21.

CONTROLE DE QUALIDADE DA ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO							
Parâmetros							
Máximo Permitido							
05/2019							

Fatura em débito automático. Obrigado por manter a sua conta em dia.

CDC	REF.	VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR
47331-6	05/2019	28/06/2019	24,02

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA NO VERSO

SAAE ATIBAIA
PRAÇA ROBERTO GOMES PEDROSA - CENTRO, 11 - CENTRO - ATIBAIA - SP
CEP: 12941-606 CNPJ: 45.743.580/0001-45

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JEFFERSON LEX CANDIDO MOTTA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo em 08/05/2020 às 16:19 , sob o número 21078439220208260000.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2001036-69.2020.8.26.0048 e código 15A8F03.

FATURA DE SERVIÇOS

SAAE ATIBAIA
PRAÇA ROBERTO GOMES PEDROSA - CENTRO, 11 - CENTRO - ATIBAIA - SP
CEP: 12941-606 CNPJ: 45.743.580/0001-45
Telefone: (11) 4414-3500

PARA SUA COMODIDADE UTILIZE A AGÊNCIA VIRTUAL
www.saaeatibaia.com.br

NOME / ENDEREÇO	GRUPO	REFERÊNCIA	CDC
	59	03/2020	47331-6

RAUL DONATO MENDES
Rodovia MUNICIPAL ENGENHARIA MACKENZIE - ITAPETINGA, 3000 Sitio Primavera
ITAPETINGA, ATIBAIA - SP CEP: 12942-135

CATEGORIA / ECONOMIA

R001 C000 I000 P000 Localização: 01.01.0509.0001.2680.0001

DESCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS

LIXO R-0	25,17

Valor Base Tributos: R$ 25,17

PISR$ 0,42
COFINSR$ 1,91

VENCIMENTO:	28/04/2020	TOTAL A PAGAR:	25,17

À partir da ref.: 06/2020 haverá reajuste na TAXA DE LIXO pelo índice inflacionário acumulado dos últimos 12 meses.

AVISO DÉBITO: Em 11/02/2020, consta 1 faturas vencidas no valor total 22,21.

CONTROLE DE QUALIDADE DA ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO

Parâmetros							
Máximo Permitido							
03/2020							

Fatura em débito automático. Obrigado por manter a sua conta em dia.

CDC	REF.
47331-6	03/2020

VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR
28/04/2020	25,17

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA NO VERSO

SAAE ATIBAIA
PRAÇA ROBERTO GOMES PEDROSA - CENTRO, 11 - CENTRO - ATIBAIA - SP
CEP: 12941-606 CNPJ: 45.743.580/0001-45

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JEFFERSON LEX CANDIDO MOTTA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, em 08/07/2020 às 16:19 , sob o número 21078439220208260000.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2001084-69.2020.8.26.0048 e código 15A6F031.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ATIBAIA
FORO DE ATIBAIA
1ª VARA CÍVEL
Rua Napoleão Ferro, 315, Alvinópolis - CEP 12942-610, Fone: (11) 4412-9688, Atibaia-SP - E-mail: atibaia1cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

CERTIDÃO

Processo Digital nº:	**0010369-26.2011.8.26.0048**
Classe - Assunto:	**Procedimento Comum - Indenização por Dano Material**
Requerente:	**Gabriele Baraldi**
Requerido:	**Raul Donato Mendes**
Situação do Mandado	**Cumprido - Ato positivo**
Oficial de Justiça	**CLEBER RODRIGUES BERTELI (24300)**

CERTIDÃO - MANDADO CUMPRIDO POSITIVO

CERTIFICO eu, Oficial de Justiça, que em cumprimento ao mandado nº 048.2018/021580-6 dirigi-me ao endereço Estrada Municipal Mackenzie, nº 3000, Sítio Primavera, Gleba I, Itapetinga, Atibaia em 20/12/2018 às 17hs e, aí sendo, efetuei a **AVALIAÇÃO** do imóvel matriculado sob nº 93.959 do Cartório de Registro de Imóveis de Atibaia, tratando-se de Gleba I do Sítio Primavera, com área total de 42.115 m², situado no endereço supra, no importe de **R$ 1.251.657,80 (um milhão, duzentos e cinquenta e um mil e seiscentos e cinquenta e sete reais e oitenta centavos)**, conforme Demonstrativo de Avaliação anexo. Nada Mais.

O referido é verdade e dou fé.

Atibaia, 14 de janeiro de 2019.

Diligência – Guia nº 4561 – R$ 77,10
Utilizado – R$ 77,10

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CLEBER RODRIGUES BERTELI, liberado nos autos em 17/01/2019 às 16:18 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 40B0FF9.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CLEBER RODRIGUES BERTELI, liberado nos autos em 17/01/2019 às 16:18 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 40B0FF9.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
SJ 1.2.4.2 - Serv. de Entrada e Distrib. de Feitos Originários de Dir. Privado 3
Pátio do Colégio, nº 73 - Sala 707 - CEP: 01016-040

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO COM CONCLUSÃO

Processo nº:	**2107843-92.2020.8.26.0000**
Classe – Assunto:	**Agravo de Instrumento - Direito de Vizinhança**
Agravante:	**Raul Donato Mendes**
Agravado:	**Valéria Baraldi e outros**
Relator(a):	**MARIA LÚCIA PIZZOTTI**
Órgão Julgador:	**30ª Câmara de Direito Privado**

Agravo de Instrumento nº **2107843-92.2020.8.26.0000 .**

Entrado em: **22/05/2020**

Tipo da Distribuição: **Prevenção ao Magistrado**

Impedimento: Magistrados impedidos Não informado

Observação: prev 2001271-59.2013.8.26.0000

O presente processo foi distribuído nesta data, por processamento eletrônico, conforme descrito abaixo:

RELATOR: **Desª. Maria Lúcia Pizzotti**

ÓRGÃO JULGADOR: **30ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO**

São Paulo, 28/05/2020 10:47:08.

Maurício Gomes da Silva
Supervisor(a) do Serviço

CONCLUSÃO

Faço estes autos conclusos ao Des. MARIA LÚCIA PIZZOTTI.
São Paulo, 28 de maio de 2020.

Maurício Gomes da Silva
Supervisor(a) do Serviço

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ALEXANDRA KIMURA e MARIA LUCIA PIZZOTTI
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2107843-92.2020.8.26.0000 e código 15B56BC.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

DESPACHO

Agravo de Instrumento Processo nº **2107843-92.2020.8.26.0000**

Relator(a): **MARIA LÚCIA PIZZOTTI**

Órgão Julgador: **30ª Câmara de Direito Privado**

AGRAVANTE: RAUL DONATO MENDES
AGRAVADOS: VALÉRIA BARALDI, JOSÉ RENATO BARALDI, GABRIELE BARALDI - ESPÓLIO, ANNITA HERMINE BARALDI - ESPÓLIO.
INTERESSADO: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ÁGUA E ENERGIA ELÉTRICA - DAEE
COMARCA: ATIBAIA
MAGISTRADO DE PRIMEIRO GRAU: Dra. Adriana da Silva Frias Pereira
(mlf)

Vistos,

Trata-se agravo de instrumento contra a r. decisão que em relação ao pedido de concessão de gratuidade judiciária, observou que a questão já tinha sido decidida em duas instâncias, não havendo elementos novos a considerar. Ainda, determinou a alienação do bem penhorado, nomeando leiloeiro e estabelecendo prazo para a realização do leilão.

Irresignado o agravante pediu a reforma da r. decisão.

Alegou fazer jus à concessão da gratuidade judiciária, bem como, que o imóvel levado à leilão era impenhorável, posto ser o único de seu patrimônio. Pediu a concessão de efeito suspensivo ao recurso.

Decido.

Dispõe o artigo 995, parágrafo único, do CPC que, o Relator poderá

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARIA LUCIA PIZZOTTI e Tribunal de Justica de Sao Paulo, em 28/05/2020 às 19:30 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2107843-92.2020.8.26.0000 e código 15B0EFE6.

suspender o cumprimento da r. decisão atacada, até o julgamento definitivo do recurso, nos casos dos quais possa resultar lesão grave e de difícil reparação.

No caso dos autos, cuida-se de processo em fase de cumprimento de sentença, sendo que, após a realização da penhora do imóvel descrito nos autos e respectiva avaliação, fora determinada a realização de leilão.

Pretende o recorrente a reforma da r. decisão que não acolheu a reiteração de concessão de gratuidade judiciária, bem como, também não acolheu a tese, reiterada, de que o bem constrito era impenhorável.

Analisando os autos, verifico que se trata de liquidação de sentença antiga e as duas teses levantadas pelo agravante já foram objeto de análise por esta Colenda Câmara. A primeira, de concessão da gratuidade judiciária, fora julgada em 14 de agosto de 2019 – AI nº 2118722-5.2019.8.26.0000. No V. Acórdão que negou provimento ao recurso, não acolhendo o pedido de concessão da gratuidade judiciária, restou consignado que:

> ***"Com arrimo nessas premissas, o pedido de gratuidade formulado pelo agravante deve ser indeferido****. O agravante trouxe DIRPF atualizada (fls. 7/13) que indica possuir bens na casa dos R$ 300.000,00 (trezentos mil reais, fls. 38), auferir renda anual de aproximadamente R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais, fls. 10). Todavia, deixou de apresentar outros documentos capazes de retratar a realidade da sua situação financeira. Como explicar, por exemplo, o pagamento de R$ 37.800,00 (trinta e sete mil e oitocentos reais), fls. 48, feito em favor de empresa especializada em terraplanagem? Ora, isso é muito superior à renda anual declarada. A suposta inexistência de contas bancárias (fls. 32) contradiz o dito às fls. 5, uma vez que o objetivo do BacenJud pleiteado junto à I. Primeira Instância era "comprovar (...) sua movimentação bancária". Se não possui conta corrente, como afirma, por qual motivo deseja comprovar sua movimentação bancária? E outra: dispunha, então, de dinheiro em espécie para pagar a empresa de terraplanagem? Em face do parco conjunto probatório, inviável acolher o pedido de gratuidade da justiça."*

É fato que a questão da gratuidade pode ser reanalisada a qualquer tempo,

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARCIA REGINA DELLA SANTINA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, em 28/05/2020 às 19:30 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0007863-28.2020.8.26.0000 e código 15966726.

contudo, é imprescindível que o requerente apresente fato novo que justifique o pleito. No caso em análise, o recorrente não trouxe qualquer prova de alteração da condição que ensejou o indeferimento do benefício, no julgamento supra mencionado.

Também, a questão da impenhorabilidade do imóvel objeto da execução, já foi examinada por esta C. Corte, em julgamento realizado em 16 de maio de 2014 (AI 2046213-45.2014.8.26.0000), onde por votação unânime, fora afastada a tese de impenhorabilidade.

Portanto, **DENEGO** a concessão do efeito suspensivo ao agravo de instrumento.

Intimem-se a parte contrária, para apresentação de contraminuta.

Int..

São Paulo, 28 de maio de 2020.

MARIA LÚCIA PIZZOTTI
Relator

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARIA LUCIA PIZZOTTI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, em 28/05/2020 às 19:30 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2007863-28.2020.8.26.0000 e código 15966256.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
SJ 3.3.3.2 - Serv. de Proces. da 30ª Câmara de Dir. Privado
Conselheiro Furtado, nº 503 - 5º andar - CEP: 01511-000 - São Paulo/SP - 3399-6084

CERTIDÃO

Processo nº:	**2107843-92.2020.8.26.0000**
Classe – Assunto:	**Agravo de Instrumento - Direito de Vizinhança**
Agravante:	**Raul Donato Mendes**
Agravado:	**Valéria Baraldi e outros**
Relator(a):	**MARIA LÚCIA PIZZOTTI**
Órgão Julgador:	**30ª Câmara de Direito Privado**

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO

Certifico que o r. despacho e a intimação da parte agravada foram disponibilizados no DJE de hoje. Considera-se data da publicação o 1º dia útil subsequente.

São Paulo, 1º de junho de 2020

_____
Marilda M. Soares Benigno – Matrícula 306865-5
Escrevente Técnico Judiciário

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARILDA MARIA SOARES BENIGNO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo - SEAJ, em 01/06/2020 19:52 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2107843-92.2020.8.26.0000 e código 15053552.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

TERMO DE JUNTADA AUTOMÁTICA

Processo nº:	**2107843-92.2020.8.26.0000**
Classe – Assunto:	**Agravo de Instrumento - Direito de Vizinhança**
Agravante:	**Raul Donato Mendes**
Agravado:	**Valéria Baraldi e outros**

Junta-se a estes autos a petição protocolada que segue.

São Paulo, 2 de junho de 2020.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ALEXANDRE LIMA DA SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, em 06/06/2022 às 13:52 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2107843-92.2020.8.26.0000 e código 16957021.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO - SP.

ESPÓLIO DE GABRIELE BARALDI E ANNITA HERMINE BARALDI, representados pelos herdeiros **VALÉRIA BARALDI E JOSÉ RENATO BARALDI**, já qualificados nos presentes autos, por sua advogada subscritora, vem, respeitosamente à presença de Vossas Excelências, apresentar sua **CONTRAMINUTA AO AGRAVO DE INSTRUMENTO** requerendo sejam admitidas e acolhidas, pelos motivos e razões que passa a expor.

Informa ainda estar regularmente constituída a patrona da causa às fls da ação principal, estando habilitada portanto a advogada Melissa Yumi Koga Baraldi, inscrita na OAB/SP 211.408, para receber intimações na forma da lei processual civil.

Termos em que

Pede deferimento.

São Paulo, 01 DE Junho de 2020.

***documento assinado digitalmente**

MELISSA YUMI KOGA BARALDI

OAB/SP 211.408

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA YUMI KOGA BARALDI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, em 02/06/2020 às 13:33 , sob o número WPRO20005306060.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2000306-26.2020.8.26.0000 e código 15057072.

CONTRAMINUTA AO AGRAVO DE INSTRUMENTO

AGRAVANTE: RAUL DONATO MENDES

AGRAVADO(S): ESPÓLIO DE GABRIELE E ANNITA HERMINE BARALDI, representados pelos herdeiros VALÉRIA BARALDI E JOSÉ RENATO BARALDI

AÇÃO DE LIQUIDAÇÃO POR ARBITRAMENTO

ORIGEM: 1ª VARA CÍVEL DO FORO DA COMARCA DE ATIBAIA

NÚMERO DO PROCESSO: 1006087-78.2018.8.26.0048

AGRAVO DE INSTRUMENTO NÚMERO 2107843-92.2020.8.26.0000

EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

COLENDA CÂMARA

Incorformado com a r. decisão que indeferiu o pedido dos benefícios da Justiça Gratuita, vem o Agravante AGRAVAR NOVAMENTE da r. decisão de indeferimento, entretanto sem razão lhe assistir, conforme já comprovado.

DA CRONOLOGIA DO PROCESSO

O pleito principal consistente na obrigação de fazer cumulada com indenização material iniciou-se em 27.07.2011.

Houve pedido de Justiça Gratuita em face de contestação, sendo que houve impugnação por parte dos Agravados em 20.01.12 (autos apartados), tendo a r. sentença MANTIDO o pedido de Justiça Gratuita do Agravante.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA KOGA BARALDI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 02/06/2020 às 13:33 , sob o número WPRO20005306060.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2107843-92.2020.8.26.0000 e código 16057072.

A r. sentença foi prolatada em 08.12.12 (fls 241 a 245) e transitou em julgado com o retorno do v. acórdão em 02.05.13.

A partir desse momento, o Agravante interpôs todos os recursos possíveis e imagináveis, visto que não arcava com as custas processuais.

Em simples constatação às 778 folhas dos autos, verifica-se que são:

- Agravos de instrumento
1 – fls 313 a 318 - negado
2 – fls 419 a 424 - negado
3 – fls 457 a 468 – negado (penhora do imóvel)
4 – fls 600 a 607 - negado
5 – fls 759 a 763 – negado (justiça gratuita)
6 – presente agravo não informado nos autos principais

- Apelação intempestiva (perda de prazo de 30 dias) – fls 279 a 286

- Recurso Especial (fls 427-430) seguimento negado

- Mandado de segurança que interpôs ao perder o prazo de apelação em mais de 30 dias – fls 360 a 365

- Ação regressiva contra o proprietário anterior pretendendo suspensão nos autos principais (fls 493 a 496/ 559/560);

- Ação rescisória (fls 504 a 514);

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA KOGA BARALDI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 02/06/2020 às 13:33 , sob o número WPRO20005306060.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1003869-22.2020.8.26.0008 e código 15057072.

- Inclusão de terceiro não interessado à lide (DAEE) fls 577 a 579

- Tentativas absurdas de conciliação após a penhora do bem fls 594 a 598

1 – proposta R$35.000,00 pagas por terceiros;

2 - proposta de ação conjunta contra o Estado;

3 – proposta de divisão dos honorários de perícia que lhe incumbe;

- Tentativa de induzir o Juízo a acreditar que havia feito cessão de crédito à terceiro dos valores devidos fls 737;

IMPORTANTE aqui ressaltar que muito embora se considere o direito do Agravante de recorrer, o mesmo NUNCA obteve êxito em nenhum dos recursos ou ações que propôs no curso do processo. NUNCA!

Tanto o feito foi protelado, que ao longo desses 10 anos, as partes originais do processo já faleceram, sem obter a tutela jurisdicional pretendida.

Durante anos, os Agravados estiveram à mercê dos caprichos do Agravante, sem que nada pudessem fazer, mesmo sofrendo injustas acusações, por exemplo sendo chamada de "mentirosa, dissimulada e vingativa" (fls 65) e recebendo as propostas mais indecentes que se possam existir.

Finalmente, em sede de execução, ao ser instado ao pagamento DA SUA perícia de avaliação de imóvel no valor de R$4.000,00 por não concordar com a avaliação feita pelo Sr. Oficial de Justiça, o Agravante se insurgiu, afirmando que litigava sob o manto da gratuidade judiciária.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA KOGA BARALDI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, em 02/06/2020 às 13:33 , sob o número WPRO20005306060.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1003869-22.2020.8.26.0008 e código 15057072.

O brilhantíssimo Juízo da Comarca de Atibaia finalmente fez justiça, ao indeferir o pedido de Justiça Gratuita do Agravante.

O Recorrente AGRAVOU de tal decisão em 08.11.19 (fls 774 e seguintes) que foi MANTIDA por esse E. Tribunal de Justiça, visto que cabalmente provado pelos Agravados que a parte não é e nunca foi hipossuficiente.

Portanto, os Agravados foram pegos de surpresa para contraminutar o presente recurso em Junho de 2020, visto que o pedido de gratuidade foi indeferido nas duas instâncias, tendo sido apreciado recentemente por esse E. Tribunal, e que o Agravante não informou a interposição do manejo em 1ªinstância e que por tal motivo, o processo continua tramitando, já tendo sido deferido o leilão judicial do imóvel.

DA LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ

Não é a primeira vez que os Agravados apontam a má-fé com que o Agravante conduz esse feito.

Entretanto, resta CLARO a Vossas Excelências que ao AGRAVAR do mesmo pedido de concessão de Justiça Gratuita, em um intervalo de poucos meses, onde a questão já estava decidida por esse E. Tribunal, comprova-se que a única finalidade do Agravante, é de protelar o feito.

Tem sido muito bem sucedido em seu objetivo até o presente momento, mas quando lhe foi determinado o pagamento da perícia judicial, agora sem os benefícios da Justiça Gratuita se insurge sem lhe assistir razão.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA KOGA BARALDI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, em 02/06/2020 às 13:33 , sob o número WPRO20005306060.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2000306-92.2020.8.26.0008 e código 15057072.

Ora, Excelências! Por ANOS os Agravados vem pagando as custas processuais e suportado o Agravante utilizar-se de todos os recursos possíveis para protelar o feito, sem nada dispender.

Requer, por medida de Justiça, que se aplique a multa constante no artigo 81 do NCPC, por ter o Agravado, se encaixado nos requisitos do artigo 80, incisos, IV (opuser resistência injustificada ao processo) e VII (interpuser recurso com intuito manifestamente protelatório) do NCPC, a ser arbitrada conforme melhor entendimento.

DOS PEDIDOS

Por todo o exposto, requerem os Agravados:

Seja mantida a r. decisão de 1°grau que indeferiu o pedido de concessão de Justiça Gratuita pelo Agravante, tendo em vista todos os argumentos expostos.

A aplicação de multa por litigância de ma-fé, a ser arbitrada por esse D. Tribunal, restando claro o comportamento do Agravante com o intuito patente de protelar o feito.

Termos em que,

pede deferimento.

São Paulo, 02 de Junho de 2020.

** documento assinado digitalmente*
MELISSA YUMI KOGA BARALDI
OAB/SP 211.408

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA YUMI KOGA BARALDI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 02/06/2020 às 13:33 , sob o número WPRO20005306060.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2007369-92.2020.8.26.0000 e código 16957072.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
SJ 3.3.3.2 - Serv. de Proces. da 30ª Câmara de Dir. Privado
Conselheiro Furtado, nº 503 - 5º andar - CEP: 01511-000 - São Paulo/SP

TERMO DE CONCLUSÃO

Processo nº:	**2107843-92.2020.8.26.0000**
Classe:	**Agravo de Instrumento**
Assunto:	**Direito de Vizinhança**
Órgão Julgador:	**30ª Câmara de Direito Privado**
Partes:	**é agravante RAUL DONATO MENDES, é agravados VALÉRIA BARALDI (HERDEIRO) E OUTROS**
Foro/Vara de origem:	**Foro de Atibaia - 1ª Vara Cível**
Nº do processo na origem:	**0010369-26.2011.8.26.0048**

CONCLUSÃO

Faço estes autos conclusos a(o) Exmo(a). Senhor(a) Desembargador(a) MARIA LÚCIA PIZZOTTI.

São Paulo, 3 de junho de 2020.

_____

Eu, Marcelo Luís David Gomyde, Matr. M800736, Escrevente Técnico Judiciário, subscrevi.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARCELO LUIS DAVID GOMYDE, liberado nos autos em 08/06/2021 às 14:25 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2107843-92.2020.8.26.0000 e código 15004225.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2020.0000461057

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento nº 2107843-92.2020.8.26.0000, da Comarca de Atibaia, em que é agravante RAUL DONATO MENDES, são agravados VALÉRIA BARALDI (HERDEIRO), JOSÉ RENATO BARALDI (HERDEIRO), GABRIELE BARALDI (ESPÓLIO) e ANNITA HERMINE BARALDI (ESPÓLIO).

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 30ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Negaram provimento ao recurso. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores ANDRADE NETO (Presidente sem voto), LINO MACHADO E CARLOS RUSSO.

São Paulo, 23 de junho de 2020.

MARIA LÚCIA PIZZOTTI
Relator
Assinatura Eletrônica

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARIA LUCIA PIZZOTTI e outros, em 23/06/2020 às 17:10 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2107843-92.2020.8.26.0000 e código 15165024.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

AGRAVANTE: RAUL DONATO MENDES
AGRAVADOS: VALÉRIA BARALDI, JOSÉ RENATO BARALDI, GABRIELE BARALDI - ESPÓLIO, ANNITA HERMINE BARALDI - ESPÓLIO.
INTERESSADO: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ÁGUA E ENERGIA ELÉTRICA - DAEE
COMARCA: ATIBAIA
MAGISTRADO DE PRIMEIRO GRAU: Dra. Adriana da Silva Frias Pereira
(mlf)

EMENTA
AGRAVO DE INSTRUMENTO – IMPENHORABILIDADE – MATÉRIA JÁ EXAMINADA – REITERAÇÃO DE PEDIDO DE CONCESSÃO DE GRATUIDADE – AUSÊNCIA DE FATO NOVO – MANUTENÇÃO DA R. DECISÃO.
1 – Pedido de declaração de impenhorabilidade que já foi examinado por esta c. Câmara - Reiteração de concessão do benefício da gratuidade. Ausência de fato novo.
2 - Manutenção da r. decisão por seus próprios e bem lançados fundamentos – artigo 252 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça de São Paulo.
RECURSO IMPROVIDO.

Vistos.

Trata-se agravo de instrumento contra a r. decisão que em relação ao pedido de concessão de gratuidade judiciária, observou que a questão já tinha sido decidida em duas instâncias, não havendo elementos novos a considerar. Ainda, determinou a alienação do bem penhorado, nomeando leiloeiro e estabelecendo prazo para a realização do leilão.

Irresignado o agravante pediu a reforma da r. decisão.

Alegou fazer jus à concessão da gratuidade judiciária, bem como, que o imóvel levado à leilão era impenhorável, posto ser o único de seu patrimônio. Pediu a concessão de efeito suspensivo ao recurso.

Denegada a concessão de efeito suspensivo (fls.58/60).

Houve apresentação de contraminuta – fls. 63/68.

É o relatório.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARCIA DE LIMA MENDES, Colaborador(a) em 23/06/2020 às 17:10 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2107843-92.2020.8.26.0000 e código 15965024.

Cuida-se de processo em fase de cumprimento de sentença, sendo que, após a realização da penhora do imóvel descrito nos autos e respectiva avaliação, fora determinada a realização de leilão.

Pretende o recorrente a reforma da r. decisão que não acolheu a reiteração de concessão de gratuidade judiciária, bem como, também não acolheu a tese, reiterada, de que o bem constrito era impenhorável.

Analisando os autos, verifico que se trata de liquidação de sentença antiga e as duas teses levantadas pelo agravante já foram objeto de análise por esta Colenda Câmara. A primeira, de concessão da gratuidade judiciária, fora julgada em 14 de agosto de 2019, AI nº 2118722-5.2019.8.26.0000. No V. Acórdão que negou provimento ao recurso, não acolhendo o pedido de concessão da gratuidade judiciária, restou consignado que:

> *"Com arrimo nessas premissas, o pedido de gratuidade formulado pelo agravante deve ser indeferido. O agravante trouxe DIRPF atualizada (fls. 7/13) que indica possuir bens na casa dos R$ 300.000,00 (trezentos mil reais, fls. 38), auferir renda anual de aproximadamente R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais, fls. 10). Todavia, deixou de apresentar outros documentos capazes de retratar a realidade da sua situação financeira. Como explicar, por exemplo, o pagamento de R$ 37.800,00 (trinta e sete mil e oitocentos reais), fls. 48, feito em favor de empresa especializada em terraplanagem? Ora, isso é muito superior à renda anual declarada. A suposta inexistência de contas bancárias (fls. 32) contradiz o dito às fls. 5, uma vez que o objetivo do BacenJud pleiteado junto à I. Primeira Instância era "comprovar (...) sua movimentação bancária". Se não possui conta corrente, como afirma, por qual motivo deseja comprovar sua movimentação bancária? E outra: dispunha, então, de dinheiro em espécie para pagar a empresa de terraplanagem? Em face do parco conjunto probatório, inviável acolher o pedido de gratuidade da justiça.".*

É fato que a questão da gratuidade pode ser reanalisada a qualquer tempo, contudo, é imprescindível que o requerente apresente fato novo que justifique o pleito. No caso em análise, o recorrente não trouxe qualquer prova de alteração da condição que ensejou o indeferimento do benefício, no julgamento supra mencionado.

Também, a questão da impenhorabilidade do imóvel objeto da execução, já foi examinada por esta C. Corte, em julgamento realizado em 16 de maio de 2014 (AI

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARIA LUCIA DE LIMA OLIVEIRA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo - SP, em 23/06/2020 às 17:10 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2107843-92.2020.8.26.0000 e código 15965024.

2046213-45.2014.8.26.0000), onde por votação unânime, fora afastada a tese de impenhorabilidade.

Destarte, a r. decisão da Primeira Instância deve ser prestigiada, por seus próprios e bem lançados fundamentos. Para tanto, valho-me do artigo 252 do Regimento Interno deste Egrégio Tribunal de Justiça. Referido dispositivo estabelece que "Nos recursos em geral, o relator poderá limitar-se a ratificar os fundamentos da decisão recorrida, quando, suficientemente motivada, houver de mantê-la".

O COLENDO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA tem prestigiado este entendimento quando predominantemente reconhece "a viabilidade de o órgão julgador adotar ou ratificar o juízo de valor firmado na sentença, inclusive transcrevendo-a no acórdão, sem que tal medida encerre omissão ou ausência de fundamentação no decisum" (REsp n° 662.272-RS, 2ª Turma, Rel.Min. João Otávio de Noronha, j. de 4.9.2007; REsp n° 641.963-ES, 2ª Turma, Rel. Min. Castro Meira, j. de 21.11.2005; REsp n° 592.092-AL, 2ª Turma, Rel. Min. Eliana Calmon, j. 17.12.2004 e REsp n° 265.534- DF, 4ª Turma, Rel. Min. Fernando Gonçalves, j de 1.12.2003

Mais, não é preciso.

Conclusivamente, **NEGO PROVIMENTO AO RECURSO**.

MARIA LÚCIA PIZZOTTI
Relatora

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARIA LUCIA PIZZOTTI e Tribunal de Justica de Sao Paulo, em 23/06/2020 às 17:10 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2107843-92.2020.8.26.0000 e código 15165284.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
SJ 3.3.3.2 - Serv. de Proces. da 30ª Câmara de Dir. Privado
Conselheiro Furtado, nº 503 - 5º andar - CEP: 01511-000 - São Paulo/SP

CERTIDÃO

Processo nº:	**2107843-92.2020.8.26.0000**
Classe – Assunto:	**Agravo de Instrumento - Direito de Vizinhança**
Agravante:	**Raul Donato Mendes**
Agravado:	**Valéria Baraldi e outros**
Relator(a):	**MARIA LÚCIA PIZZOTTI**
Órgão Julgador:	**30ª Câmara de Direito Privado**

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO

CERTIFICO que o v. Acórdão foi disponibilizado no DJE hoje.
Considera-se data da publicação o 1° dia útil subsequente.

Advogado
Melissa Yumi Koga Baraldi (OAB: 211408/SP) - Melissa Yumi Koga Baraldi (OAB: 211408/SP) - Melissa Yumi Koga Baraldi (OAB: 211408/SP) - Melissa Yumi Koga Baraldi (OAB: 211408/SP) - Duenes do Carmo Silva (OAB: 209712/SP) - Arthur da Motta Trigueiros Neto (OAB: 237457/SP)

São Paulo, 3 de julho de 2020.

Fabiana Alberti de Morais - Matrícula M818968
Escrevente-Chefe

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por FABIANA ALBERTI DE MORAIS e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo - SAJ, em 03/07/2020 às 09:14:25 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2107843-92.2020.8.26.0000 e código 15964012.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

TERMO DE JUNTADA AUTOMÁTICA

Processo nº:	**2107843-92.2020.8.26.0000**
Classe – Assunto:	**Agravo de Instrumento - Direito de Vizinhança**
Agravante:	**Raul Donato Mendes**
Agravado:	**Valéria Baraldi e outros**

Junta-se a estes autos a petição protocolada que segue.

São Paulo, 14 de julho de 2020.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ALEXANDRE LIMA DA SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, em 06/02/2021 às 09:41 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2107843-92.2020.8.26.0000 e código 15083020.

EXCELENTÍSSIMA SENHORA RELATORA DESEMBARGADORA DA 3Oª. CÂMARA DO DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO.

AUTOS 2107843-92.2020.8.26.0000- AGRAVO DE INSTRUMENTO
AGRAVANTE: Raul Donato Mendes
AGRAVADOS: Espólio de Gabriele Baraldi e Outros

RAUL DONATO MENDES, trabalhador rural, qualificado, vem respeitosamente a presença de Vossa Excelência, por sua advogada assinando digitalmente, ante a constatação da não expedição de Termo, juntar documento, extraído de outro processo, que por equívoco, não seguiu com os EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.

Ciente de que referido documento dará maior segurança à convicção dessa EGRÉGIA CÂMARA, requer seja deferida sua juntada.

Termos em que,
Pede Deferimento.

Atibaia, 14 de julho de 2020.

Duenes do Carmo Silva
OAB.SP. 209712

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo - SP, em 14/07/2020 às 09:39 , sob o número WPRO20007331134.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2107843-92.2020.8.26.0000 e código 15935021.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ATIBAIA
FORO DE ATIBAIA
2ª VARA CÍVEL
Rua Dr. José Roberto Paim, 99, Atibaia-SP - 12945-007
Horário de Atendimento ao Público: das Horário de Atendimento ao Público<< Campo excluído do banco de dados >>

DECISÃO/CARTA

Processo Digital nº:	**1000739-84.2015.8.26.0048**
Classe – Assunto:	**Procedimento Sumário - Indenização por Dano Moral**
Requerente:	**Raul Donato Mendes**
Requerido:	**José Fortuna, CPF 804.346.308-53**

A(o) Ilmo(a) Sr(a):
José Fortuna
Ultima Cantiga, 29, Vila Buenos Aires
03627-200 São Paulo-SP

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Marcelo Octaviano Diniz Junqueira**

Vistos.

Concedo à parte autora os benefícios da assistência judiciária gratuita, ***ANOTANDO-SE.***

Adoto o rito ordinário, que permite às partes melhores oportunidades de ação e defesa, sem olvidar que a situação pela qual passa esta Comarca torna muito dificultosa a realização de audiência de conciliação.

Trata-se de ação regressiva com pedido de antecipação da tutela através do qual o autor pretende obter provimento jurisdicional que suspenda a penhora realizada nos autos da ação movida contra ele por Espólio de Grabriele Baraldi.

Como não se desconhece, para que se antecipem os efeitos da tutela jurisdicional final, é imprescindível a presença dos requisitos insertos no art. 273 do CPC, quais sejam, verossimilhança das alegações e perigo na demora da análise do pedido, representado pelo risco de ocorrência de um dano irreparável ou de difícil reparação caso a tutela jurisdicional não seja concedida de imediato.

No presente caso, verifico a presença de tais requisitos.

Com efeito, há elementos que, se não permitem a direta atribuição da responsabilidade ao requerido, conferem verossimilhança às alegações do autor.

Há também iminente risco de prejuízo irreparável ao autor, representado pela possibilidade, bastante plausíve, aliás, de arrematação do bem em eventual hasta pública.

Não obstante, não se pode olvidar que o autor se encontra numa verdadeira "sinuca de bico", já que a decisão judicial manda que providencie o restabelecimento do curso d'água ao seu local original, e há acordo com o Ministério Público que o proíbe de fazê-lo.

Assim, presentes os requisitos legais, ANTECIPO, PARCIALMENTE, OS EFEITOS DA TUTELA para suspender os atos de expropriação do imóvel do autor até decisão final transitada em julgado a ser proferida nesta ação.

A cópia da presente decisão, digitalmente assinada, servirá de documento hábil à comunicação ao Juízo da execução, cabendo ao autor imprimi-la diretamente a partir do sistema e-saj e providenciar o encaminhamento, sem necessidade de comprovação

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARCELO OCTAVIANO DINIZ JUNQUEIRA, liberado nos autos em 23/02/2015 às 22:41 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1000739-84.2015.8.26.0048 e código 3BDCF0.

da entrega nestes autos.

No mais, **CITE-SE** a(o) ré(u) para os termos da ação em epígrafe, cuja cópia da inicial segue em anexo, ficando advertida(o) do prazo de 15 (quinze) dias para apresentar a defesa, sob pena de serem presumidos como verdadeiros os fatos articulados na inicial, nos termos do artigo 285 do Código de Processo Civil.

Servirá a presente, por cópia digitada, como carta de citação, ficando, ainda, ciente de que o recibo que a acompanha valerá como comprovante de que esta citação se efetivou. Cumpra-se na forma e sob as penas da Lei.

Intime-se.

Atibaia, 23 de fevereiro de 2015.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

(CÓPIA DA INICIAL SEGUE ANEXA E FICA FAZENDO PARTE INTEGRANTE DESTA)

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARCELO OCTAVIANO DINIZ JUNQUEIRA, liberado nos autos em 23/02/2015 às 22:41 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1000739-84.2015.8.26.0048 e código 3BDCF0.

CORREIOS **CE** *COMPROVAÇÃO DE ENTREGA REMESSA LOCAL*

AGÊNCIA e DATA DE POSTAGEM

CE 9912260497/2010-DR/SPM TJSP CORREIOS

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DESTINATÁRIO
José Fortuna
Ultima Cantiga, 29, Vila Buenos Aires
03627-200 São Paulo-SP

CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO CE
Foro de Atibaia - Cartório da 2ª Vara Cível
Rua Dr. José Roberto Paim, 99
12945-007 Atibaia-SP

TENTATIVAS DE ENTREGA
1º ____/____/_____ ____:____h
2º ____/____/_____ ____:____h
3º ____/____/_____ ____:____h

ATENÇÃO:
Após 3(três) tentativas de entrega, devolver o objeto.

MOTIVOS DE DEVOLUÇÃO
(1) Mudou-se **(4) Desconhecido** **(7) Ausente**
(2) Endereço insuficiente **(5) Recusado** **(8) Falecido**
(3) Não existe o número **(6) Não procurado** **(9) Outros:**_____

RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO

( ) Informação prestada pelo porteiro ou síndico. ( ) Reintegrado ao Serviço Postal em ____/____/_____.

Uso exclusivo do Cliente: **PROCESSO Nº 1000739-84.2015.8.26.0048**

ASSINATURA DO RECEBEDOR

DATA DA ENTREGA
____/____/_____

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

CORREIOS **AR** *AVISO DE RECEBIMENTO*

AGÊNCIA e DATA DE POSTAGEM

AR 9912260497/2010-DR/SPM TJSP CORREIOS

Reservado espaço à menção MP

DESTINATÁRIO
José Fortuna
Ultima Cantiga, 29, Vila Buenos Aires
03627-200 São Paulo-SP

CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR
Foro de Atibaia - Cartório da 2ª Vara Cível
Rua Dr. José Roberto Paim, 99
12945-007 Atibaia-SP

TENTATIVAS DE ENTREGA
1º ____/____/_____ ____:____h
2º ____/____/_____ ____:____h
3º ____/____/_____ ____:____h

ATENÇÃO:
Após 3 (três) tentativas de entrega, devolver o objeto.

Uso exclusivo do Cliente: **PROC. Nº 1000739-84.2015.8.26.0048**

MOTIVOS DE DEVOLUÇÃO
(1) Mudou-se **(4) Desconhecido** **(7) Ausente**
(2) Endereço insuficiente **(5) Recusado** **(8) Falecido**
(3) Não existe o número **(6) Não procurado** **(9) Outros:**

RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO

( ) Informação prestada pelo porteiro ou síndico. ( ) Reintegrado ao Serviço Postal em ____/____/_____.

ASSINATURA DO RECEBEDOR

DATA DA ENTREGA
____/____/_____

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

Nº DO DOCUMENTO

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARCELO OCTAVIANO DINIZ JUNQUEIRA, liberado nos autos em 23/02/2015 às 22:41 .
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por [illegible] e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo - TJSP em 14/07/2020 às 09:39 , sob o número WPRO20007331134.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1000739-84.2015.8.26.0048 e código 3BDCF0.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1000739-84.2015.8.26.0048 e código 15925024.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ATIBAIA
FORO DE ATIBAIA
2ª VARA CÍVEL
RUA NAPOLEÃO FERRO, 315, Atibaia - SP - CEP 12942-610

SENTENÇA

Processo nº:	**1000739-84.2015.8.26.0048**
Classe - Assunto	**Procedimento Sumário - Indenização por Dano Moral**
Requerente:	**Raul Donato Mendes**
Requerido e Denunciado à Lide (Passivo):	**José Fortuna e outro**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Marcelo Octaviano Diniz Junqueira**

Vistos.

Trata-se de demanda proposta por RAUL DONATO MENDES em face de JOSÉ FORTUNA por meio da qual alega, em síntese, que adquiriu do requerido o imóvel matriculado sob o nº 93.959 do CRI de Atibaia, no qual o réu, então proprietário, realizou desvio de curso d'água para a divisa com a propriedade vizinha, o que resultou, com as chuvas ocorridas em janeiro de 2011, no desmoronamento de cômodos e áreas da propriedade confrontante. Lega que em demanda proposta pelos proprietários da área vizinha, foi condenado ao pagamento de R$ 53.800,00 a título de indenização por danos materiais. Requer seja o demandado condenado a ressarcir-lhe tal prejuízo, inclusive respondendo diretamente perante o vizinho, na execução já em trâmite. Juntou documentos (fls. 9/28).

A liminar requerida para paralisação da execução foi deferida (fl. 30/31).

O réu ofereceu contestação (fls. 35/40), alegando, em resumo, além de requerer o chamamento ao processo do condômino, que o evento ocorreu 3 anos depois da venda, tempo durante o qual não foi o bem devidamente conservado; que realmente "acertou" o rio, mas o fez com anuência do então proprietário do imóvel vizinho e anuência dos órgãos responsáveis; que não se discutiu o primeiro desvio do rio, feito por ele, mas sim o segundo desvio, este realizado pelo autor, sem autorização. Juntou documentos.

Houve réplica (fls. 37/100).

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARCELO OCTAVIANO DINIZ JUNQUEIRA, liberado nos autos em 16/11/2015 às 08:44 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1000739-84.2015.8.26.0048 e código 7745C8.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ATIBAIA
FORO DE ATIBAIA
2ª VARA CÍVEL
RUA NAPOLEÃO FERRO, 315, Atibaia - SP - CEP 12942-610

Diversos documentos foram juntados e o processo foi saneado (fls. 125), com deferimento do chamamento ao processo pleiteado.

Houve contestação por parte do requerido chamado, ORLANDO (fls. 132/139), defendendo, em suma, inépcia da inicial por prescrição, e, no mérito, que sua gleba é completamente separada da do correquerido e que não teve qualquer relação com o córrego; que foi contratado e atuou como engenheiro responsável pelas obras inicialmente realizadas na propriedade do demandado JOSÉ; e, por fim, sustentou que o curso d'água sempre passou pela divisa entre as propriedades e que o desvio realizado levava a água para o mesmo local, passando pelos limites da propriedade vizinha. Juntou documentos.

Sobrevieram petições, requerimentos de provas e diversos outros documentos, sobre as quais as partes se manifestaram ou tiveram oportunidade a tanto.

É o relato do necessário.

Fundamento e DECIDO.

A preliminar suscitada em contestação não se sustenta, pois a inicial foi redigida de forma suficientemente clara e coerente, sem qualquer mínimo prejuízo ao contraditório.

E embora não se trate de questão propriamente "preliminar", tampouco há de se falar em prescrição, pois a pretensão de ressarcimento em regresso apenas teve origem por ocasião do julgamento definitivo em desfavor do ora autor, percebendo-se que a sentença foi proferida em agosto de 2012 (fl. 26) e esta demanda distribuída em fevereiro de 2015.

No mérito, desde logo afasto qualquer responsabilidade do correquerido ORLANDO por eventuais prejuízos experimentados pelos requerente.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARCELO OCTAVIANO DINIZ JUNQUEIRA, liberado nos autos em 16/11/2015 às 08:44 .
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por [illegible] e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo - 02/07/2020 às 09:39 , sob o número WPRO20007331134.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1000739-84.2015.8.26.0048 e código 7745C8.

Embora tenha sido, de fato, proprietário tabular, do que decorre a presunção de sua responsabilidade, há, nos autos, suficientes elementos a comprovar que, de fato, a área era dividida em duas (inclusive por uma estrada!) e que a gleba pertence a ORLANDO sequer tinha confrontação com a propriedade alvo do evento danoso, o que afasta a presunção inicial e torna inevitável a conclusão de que não lhe é imputável qualquer responsabilidade por atos praticados no ou sobre o curso d'água que sequer passa pela área de sua efetiva e concreta responsabilidade.

Por outro lado, o próprio requerido JOSÉ reconhece ter realizado um desvio no curso d'água, "acertando-o", bem como absolutamente todos os documentos inerentes ao ocorrido estão em seu nome.

Assentada tal premissa e atento à controvérsia delimitada pela decisão de fls. 125, não há qualquer necessidade de produção de outras provas além daquelas constantes dos autos e já submetidas ao amplo e irrestrito contraditório.

Não há qualquer mínimo indício, muito menos prova, de um segundo desvio do curso d'água, agora por parte do ora demandante. O que há, como suficientemente esclarecido pelo requerente, são elementos indicando a realização, pelo autor, de obras emergenciais para conter a situação (por exemplo, fls. 14/15), o que, sem qualquer dúvida, exigiu a utilização de máquinas e movimentação de terras.

Não se tratou, porém, de desvio do curso d'água, muito menos empurrando-o ainda mais para a propriedade vizinha. Ao menos não há, nos autos, elementos idôneos a corroborar tal assertiva.

Solucionada uma das controvérsias fáticas relevantes ao julgamento (fl. 125, item "i"), analisemos a outra (item "ii").

A bem da verdade, nota-se que sequer há efetiva alegação, pelo requerido, no sentido de não existir nexo causal entre o deslocamento do rio e o evento danoso ocorrido.

De qualquer modo, no processo instaurado pelo proprietário vizinho em

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARCELO OCTAVIANO DINIZ JUNQUEIRA, liberado nos autos em 16/11/2015 às 08:44 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1000739-84.2015.8.26.0048 e código 7745C8.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ATIBAIA
FORO DE ATIBAIA
2ª VARA CÍVEL
RUA NAPOLEÃO FERRO, 315, Atibaia - SP - CEP 12942-610

face do ora requerente, já foi produzida prova pericial no local dos fatos, cujo laudo foi juntado a estes autos e submetido ao crivo das partes, dele tendo constado o seguinte (fl. 156):

"(...) O curso de referido córredo foi alterado no interior do imóvel do Requerido. O Anexo II do corpo deste Laudo demonstra a situação atual (2010) sobreposta à situação anterior (19798), demonstrando o desvio do córrego.

O novo curso do córrego ficou rente à propriedade da Autora.

As fotos a seguir, retiradas do Google Earth, demonstram que o córrego foi aletrado antes de 2005, pois a foto aérea de 12 de março de 2005 mostra a mesma situação da foto aérea atual(...)"

A taxatividade da conclusão pericial é evidente, tanto assim que não foram os requeridos capazes sequer de apresentar efetiva insurgência, muito menos de convencer ou no mínimo tentar convencer o juízo do contrário.

O córrego teve seu curso desviado e passou a margear a propriedade vizinha antes da venda do imóvel ao ora demandante e depois de sua aquisição pelo primeiro requerido, JOSÉ, o que o torna, sem qualquer dúvida, responsável pelos danos causados.

Aliás, a respeito do nexo causal entre o desvio do córrego e o desmoronamento, parece ser dispensável maior abordagem, já que antes do desvio o córrego sequer passava pela divisa das propriedades, razão pela qual, com chuvas ou sem chuvas, não teria como influenciar a estabilidade da propriedade vizinha. Examine-se, a propósito, as claras conclusões de fl. 164.

De qualquer modo, constou expressamente do laudo pericial que (fl. 167):

"O córrego passava distante da divisa com o imóvel do requerente e, atualmente, passa rente à divisa, comprometendo a segurança das benfeitorias ali situadas".

Outras respostas a quesitos ainda abordaram de forma mais minuciosa a

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARCELO OCTAVIANO DINIZ JUNQUEIRA, liberado nos autos em 16/11/2015 às 08:44 .
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por [illegible] e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo - 02/07/2020 às 09:39 , sob o número WPRO20007331134.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1000739-84.2015.8.26.0048 e código 7745C8.

questão, como, por exemplo, a que afirmou que sequer seria possível ao vizinho ter construído o muro que ali existia se o córrego já estivesse passando no local que passa atualmente (fl. 171).

Aliás, há de se convir que um atento exame das fotografias de fl. 45 basta para que se conclua que o córrego não apenas foi deslocado, mas , isto sim, teve seu curso MUITO deslocado, com evidente aterramento.

Em suma, comprova a conduta ilícita do requerido JOSÉ, os danos experimentados pelo autor e o nexo causal entre eles, não há como evitar sua responsabilização civil e o consequente dever de indenizar.

Neste tópico, relevante assentar o entendimento deste juízo sobre a inviabilidade jurídica de se *transferir* ("sub-rogar") ao ora demandado JOSE toda a responsabilidade do autor perante os proprietários vizinhos, pois estaria sendo atingida a esfera de direitos de pessoa que não integrou a relação processual. Se o crédito daqui decorrente será, ou não, aceito como pagamento pelos vizinhos, trata-se de questão que extrapola o objeto desta demanda, mas que não pode, simplesmente, lhes ser imposto.

Ante todo o exposto, nos termos do artigo 269, inciso I, do Código de Processo Civil, **JULGO IMPROCEDENTE a demanda em face do requerido ORLANDO e PROCEDENTE o pedido para condenar o requerido JOSÉ** a pagar ao autor a importância de R$ 53.800,00, com correção monetária desde a propositura desta demanda e juros de mora de 1% ao mês a partir da citação, eis que, em data anterior, o requerido não pode ser considerado em estado de mora, não podendo o autor, outrossim, auferir vantagem decorrente da demora para a propositura desta demanda.

Sucumbente, deverá o requerido JOSÉ suportar as custas, despesas e honorários em favor do Patrono do autor fixados, com atenção aos critérios legais, em 10% do valor atualizado da condenação. Como deu causa ao chamamento do requerido ORLANDO ao processo, deverá pagar a seu Advogado honorários que, com os mesmos parâmetros, arbitro em R$ 1.600,00.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARCELO OCTAVIANO DINIZ JUNQUEIRA, liberado nos autos em 16/11/2015 às 08:44 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1000739-84.2015.8.26.0048 e código 7745C8.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ATIBAIA
FORO DE ATIBAIA
2ª VARA CÍVEL
RUA NAPOLEÃO FERRO, 315, Atibaia - SP - CEP 12942-610

P.R.I.C.

Atibaia, 13 de novembro de 2015.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARCELO OCTAVIANO DINIZ JUNQUEIRA, liberado nos autos em 16/11/2015 às 08:44 .
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por [illegible] e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo - Fl. 1628 em 14/07/2020 às 09:39 , sob o número WPRO20007331134.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1000739-84.2015.8.26.0048 e código 7745C8.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1000739-84.2015.8.26.0048 e código 7745C8.

EXCELENTÍSSIMA SENHORA RELATORA DESEMBARGADORA DA 3Oª. CÂMARA DO DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO.

AUTOS 2107843-92.2020.8.26.0000- AGRAVO DE INSTRUMENTO
AGRAVANTE: Raul Donato Mendes
AGRAVADOS: Espólio de Gabriele Baraldi e Outros

RAUL DONATO MENDES, trabalhador rural, qualificado, vem respeitosamente a presença de Vossa Excelência, por sua advogada assinando digitalmente, com base no artigo 1022, inciso II, cc. Artigo 1025, no prazo legal, opor *EMBARGOS DE DECLARAÇÃO com efeitos de prequestionamento,* de sorte a aclarar pontos sobre os quais devia se pronunciar esse Egrégio Tribunal, entretanto, não olvidando o Embargante, a função integradora dos presentes.

1 – DO DIREITO

Artigo 1022 CPC: cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para:
I - ....
II – Suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o Juiz de ofício ou a requerimento.
III- ...
Parágrafo primeiro: Considera-se omissa a decisão que:
I - ....
II – incorra em qualquer das condutas do artigo 489, parágrafo 1°..

Artigo 489 – São elementos essenciais da sentença:
Parágrafo 1º.: não se considera fundamentada, qualquer decisão judicial, seja ela interlocutória, sentença ou acórdão, que:
IV - não enfrentar todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador

SÚMULA 98 -STJ: Embargos de Declaração manifestados com notório propósito de prequestionamento não tem caráter protelatório.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por RAUL DONATO MENDES e Tribunal de Justica de Sao Paulo - Gabinete 1 Desembargadora Sandra Galhardo Esteves, em 13/07/2020 às 15:09 , sob o número WPRO20007280114.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2107843-92.2020.8.26.0000 e código 15962EZC.

2 - Breve comentário

1 - É de rigor destacar que analisando a CONTRAMINUTA, de pronto constata-se que dados do processo e seu teor versa sobre fatos, que embora haja conexão, NÃO se referem aos pedidos específicos do presente. Inclusive com divergências.

- Questiona-se: em contraminuta, porque a Embargada, ao relacionar a cronologia do feito não informou que a **2ª. Vara da Comarca de Atibaia**, confirmado por essa **30ª. CÂMARA** e mesma RELATORA, nos autos de APELAÇÃO 1000739-84.2015.8.26.0048, onde ANTECIPOU A TUTELA COM SUSPENSÃO DA PENHORA, bem como, deferiu a JUSTIÇA GRATUITA ao ora Réu?

Como não se abriu vistas, deixou fluir aguardando pela decisão fundamentada, nos termos do **artigo 489 do CPC**, que também não ocorreu.

2 - Diante disso, LAMENTAVELMENTE é visível que todo o teor fático e documental, apresentado por ocasião da impetração do AGRAVO, com a "*máxima vênia*", se analisado, foi de forma bem precária, em total prejuízo aos direitos do cidadão, ora Réu.

3- Diante de tantas NEGATIVAS aos pedidos, NUNCA protelatórios, mas por DIREITO, devidamente comprovados, não se encontra o porquê, a 1ª. Vara da Comarca de Atibaia, não aprecia as provas carreadas pelo Réu, simplesmente as ignora, obrigando-o a Recorrer.

Destaca-se como exemplo, uma decisão, onde o R. Juízo de 1ª. Instância decidiu que não cumpriria decisão de mesma instância. Mas daí veio a decisão de 2ª. Instância, **ACÓRDÃO 2016.0000429568** (cópia anexa citada acima), a qual, apesar de juntada, também foi **ignorada.**

Em resposta aos Recursos, esse E. Tribunal, aplica o artigo 252 do Regimento Interno, novamente, sem fundamentar sobre as provas, negando o direito sagrado do Embargante, do qual não se demoverá.

Quando a Constituição Federal garante nossos direitos, não devemos ter medo em buscá-los.

- PARECE RETALIAÇÃO, ante a existência de decisão de outra VARA JUDICIAL, confirmada por ESSA CÂMARA garantindo

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por [illegible]
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1000739-84.2015.8.26.0048 e código 15962EZC.

o direito do Embargante, em suspender a penhora, mantendo a justiça gratuita, quando o D. Juiz da 1ª. Vara se nega cumpri-la!

"Não se deve ter medo de retaliação! Essa é uma premissa da Nobre Desembargadora Relatora MARIA LÚCIA PIZZOTTI, em matéria jornalística, do jornal A Folha em 24.11.19."

- É fato que o artigo 252 - Regimento Interno desse E. Tribunal, faculta o Relator limitar-se a ratificar os fundamentos da decisão recorrida; mas, por outro lado, é garantia constitucional, art. 5º., Inc. XXXV – A Lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito.

- O que deveria pesar mais segundo a Lei? - Na dúvida, favorece-se o réu. Logo, crê ser de rigor que as provas carreadas por ele devam ser apreciadas.

3 - DO ACÓRDÃO EMBARGADO

DE FORMA SUSCINTA, A DECISÃO SE RESUME A INEXISTÊNCIA DE FATOS NOVOS

É fato que o artigo 252 - Regimento Interno desse E. Tribunal faculta o Relator limitar-se a ratificar os fundamentos da decisão recorrida; por outro lado, há princípio constitucional prescindindo de apreciação judicial lesão ou ameaça a direito.

1– DA OMISSÃO e CONTRADIÇÃO QUANTO A APRECIAÇÃO DOS DOCUMENTOS PARA DEFERIMENTO DA JUSTIÇA GRATUITA

É cediço que se comprova a hipossuficiência, e assim, via de regra, decidem os Tribunais, apresentando o interessado:

a – CARTEIRA DE TRABALHO COMPROVANDO RELAÇÃO DE EMPREGO;
b – DECLARAÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA;
c – EXTRATOS BANCÁRIOS (NÃO POSSUI CONTA BANCÁRIA);
d – DECLARAÇÃO FIRMADA PELO INTERESSADO; (art.374, IV, cc. 99, parágrafo 3º. CPC);
e – INEXISTÊNCIA DE NOME EMPRESARIAL.
F – INEXISTÊNCIA DE CADASTRO PERANTE O INSS.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por [illegible]
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1500369-22.2020.8.26.0048 e código 15962EZC.

- Sabendo-se que a qualquer tempo pode-se requerer o benefício apresentando os documentos de praxe, cabe à JUSTIÇA analisá-los.

- Perdoe-me por questionar, "data venia", mas se a situação de miserabilidade persiste, qual seria o caminho?
- TIRAR UMA NOVA CARTEIRA DE TRABALHO???
- ABRIR UMA CONTA BANCÁRIA???

A R. decisão afirmando inexistência de novos documentos é também CONTRADITÓRIA, quando comprovadamente, desde o início do processo a situação financeira do réu se manteve, sendo atualmente, pior que em 2011!

NOBRE RELATORA!

- NÃO HÁ COMO CRIAR DOCUMENTOS NOVOS, QUANDO SE ESTÁ DIANTE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA IGUAL OU PIOR!

Afinal, em que momento veremos analisadas as provas documentais? - CTPS, Imposto de Renda atual, (PROVA NOVA), inexistência de cnis, de conta bancária e nome empresarial. Até então NÃO ocorreu!!

Além disso, essa mesma Câmara, manteve a justiça Gratuita ao ora Réu, e na mesma ocasião mandou suspender eventual Penhora nos autos 10007239.84.2015.

2 - Há documentos, JAMAIS apreciados, os de fls. **49 e 50**, quando associados ao documento de **fls.46 a 48**, deixam cristalino que NÃO SE SUSTENTA o argumento desse E. TRIBUNAL, quando, nos autos 2118722-5.2019 indeferiu a

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por [illegible]
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2001034-69.2021.8.26.0048 e código 15962EZC.

gratuidade da justiça onde um dos pretextos seria de que o Réu não poderia ter pago despesas de R$ 37.800,00, em sendo hipossuficiente.

Parte da fundamentação: "Com arrimo nessas premissas, o pedido de gratuidade formulado pelo agravante deve ser indeferido. .....Todavia deixou de apresentar outros documentos capazes de retratar a realidade da sua situação financeira"

- Ora Excelências! Com a "máxima venia"! NÃO PODERIA O AGRAVANTE SUBSTITUIR A CTPS, A DECLARAÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA OU CRIAR DOCUMENTOS !!

Todos os documentos de praxe foram apresentados, não ocorrendo, entretanto, apreciação: CTPS, inexistência de contas bancárias, (não há extratos), inexistência de CNIS, imposto de renda com rendimento anual de R$ 25.000,00 em 2018. Será que foi apreciada a média mensal???

"Como explicar, por exemplo o pagamento de R$ 37.800,00 (trinta e sete mil e oitocentos reais), feito a favor da empresa de terraplanagem? Ora, isso é muito superior à renda anual declarada!"

- Ora Excelências! Na petição, de onde o Tribunal tirou tais conclusões (fls.46, último parágrafo) apresentada pela parte Agravada na ocasião, consta o seguinte:

"Também neste ato, apenas a título informativo, junta cópia de comprovante de despesas com obras emergenciais realizadas pelo irmão do Requerido, por ocasião das chuvas de 2011, no valor de R$ 37.800,00"

- Ora Excelências!! Quem custeou as obras não foi o Requerido.

Corroborando com a assertiva, o embargante juntou o Termo de autorização de OBRAS EMERGENCIAIS, em nome do irmão, demonstrando sua relação com interesses do imóvel.

Ao que se apresenta, ditas provas não foram apreciadas.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por [illegible]
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2001869-22.2020.8.26.0000 e código 15962EZC.

- Por justiça, analisem ditos documentos e hão de constatar que foi o irmão do réu, RENIL WILLIAN MENDES quem pagou tal despesa, e verão que seu nome consta em 02(dois) documentos, fls. 49 e 50, restando evidente que houve sua participação para com as responsabilidades do imóvel.

Ditos documentos não juntados anteriormente, pelo fato de que o Réu deles não dispunha, os quais, quando apreciados, **contradirão a decisão** proferida por esse R. Tribunal, no momento em que sentenciou questionando:

- Como poderia o réu pagar dita quantia em sendo hipossuficiente? – Restando, assim, comprovado não ter sido o Réu quem pagou quantia tão vultuosa.

- O documento fls.46, de **29.03.2011 (último parágrafo),** diz ter sido o **irmão quem pagou.**
- Os documentos fls.49 e 50, confirmam a participação do irmão em interesses do imóvel.

Ainda quanto à Justiça Gratuita, também NÃO APRECIADO, logo, NÃO FUNDAMENTADO, item 3 – do PEDIDO, há pedido alternativo, requerendo o Embargante:

"3-E, por improvável o indeferimento da Justiça Gratuita, mas em ocorrendo, seja deferida a oitiva do perito nomeado sobre a proposta de pagamento apresentada às fls.751 a 758".

3.1– DA IMPENHORABILIDADE DO BEM

1 - Quanto a REITERAÇÃO DA IMPENHORABILIDADE, sim, há provas novas!!

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOSE RENIL WILLIAN MENDES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, em 13/07/2020 às 15:09 , sob o número WPRO20007280114.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1500349-22.2020.8.26.0048 e código 15962EZC.

- O que dizer do documento extraído do sitio da Receita Federal, informando os dados cadastrais, dando conta de que o endereço do Réu é no imóvel, o único de sua propriedade, demonstrado na matrícula???

- Se não se equivoca o Réu, além do BACENJUD, não é daí que a JUSTIÇA EXTRAI o endereço da pessoa, quando se faz necessário a algum feito???

2 – Além da informação constante na Receita Federal, há comprovantes de taxa de lixo, reforma de almofadas, todas em nome do Embargante e no endereço da sua residência. – Provas novas -

- E, ao que parece não analisadas, posto não haver fundamentação no relatório quanto as mesmas.

– Requereu também fosse apreciada a certidão do OFICIAL DE JUSTIÇA, onde não consta informação de que o Embargante não tenha sido encontrado no local da avaliação. Prova Nova, não apreciada, ante a inexistência de fundamentação no relatório.

4 – FOTOS E COPIA DE ACÓRDÃO DESSA CÂMARA

1 - Embora não seja o momento adequado para juntada de novas provas, mas tão somente para dar segurança na convicção dessa Corte, anexa fotos, apesar da má qualidade, são suficientes a dar uma noção do esmero que o local é cuidado, demonstrando que, se o réu lá não residisse, não haveria sua lavoura de feijão, sua horta, suas árvores frutíferas, sua criação de galinhas, patos, lago de peixes, etc., para a subsistência de sua família.

Inclusive, apesar da invasão de privacidade, junta uma foto do Réu, adentrando a casa, que diz bastante sobre ele, pessoa simples, lavrador, como sempre informado nos autos.

2 - Junta também ACÓRDÃO dessa Câmara, que reforça a contradição apontada, quanto ao benefício da Justiça gratuita, confirmado anteriormente por essa Câmara.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por [illegible]
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1500369-22.2020.8.26.0048 e código 15962EZC.

Por todo o exposto, roga a esse E. Tribunal, que aprecie cada omissão constatada, fundamentada nos termos do artigo 489, parágrafo 1º. IV, CPC, praticando enfim, a verdadeira JUSTIÇA, julgando procedente o Recurso.

Termos em que,
Pede Deferimento.

Atibaia, 10 de junho de 2020.

Duenes do Carmo Silva
OAB.SP.209712

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, em 13/07/2020 às 15:09 , sob o número WPRO20007280114.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1001089-22.2020.8.26.0048 e código 15962EZC.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2016.0000429568

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 1000739-84.2015.8.26.0048, da Comarca de Atibaia, em que é apelante RAUL DONATO MENDES (JUSTIÇA GRATUITA), são apelados JOSÉ FORTUNA e ORLANDO FEDERZONI.

ACORDAM, em 30ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Deram provimento ao recurso. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores ANDRADE NETO (Presidente sem voto), LINO MACHADO E CARLOS RUSSO.

São Paulo, 1º de junho de 2016.

Maria Lúcia Pizzotti
RELATOR
Assinatura Eletrônica

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARIA LUCIA PIZZOTTI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, em 13/07/2020 às 15:09 , sob o número WPRO20007280114.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1000739-84.2015.8.26.0048 e código 15962183.

PODER JUDICIÁRIO 2
Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Seção de Direito Privado

APELAÇÃO Nº 1000739-84.2015.8.26.0048
VOTO 15203

APELANTE: RAUL DONATO MENDES

APELADO: JOSÉ FORTUNA e ORLANDO FEDERZONI

COMARCA: ATIBAIA

MAGISTRADO PROLATOR DA DECISÃO: DR. MARCELO OCTAVIANO DINIZ JUNQUEIRA

(cra)

EMENTA
AÇÃO REGRESSIVA – IMÓVEIS CONTÍGUOS – VIZINHANÇA – DESVIO DE CÓRREGO – RESPONSABILIDADE PELOS DANOS CAUSADOS – CORREÇÃO MONETÁRIA
1 - *A simples correção monetária plena é mecanismo mediante o qual se empreende a recomposição da efetiva desvalorização da moeda, com o escopo de preservar o poder aquisitivo original, não constituindo um plus que se acrescenta ao crédito, mas um minus que se evita;*
2 – *Autor/ apelante que foi condenado em outra demanda a ressarcir prejuízos causados pelo réu, seu vizinho, conforme restou comprovado por laudo pericial. Vizinho que deve ressarcir os gastos efetuados, suspendendo-se a alienação de imóvel penhorado em nome do autor, que não é responsável pela causa do dano.*
RECURSO PROVIDO.

Trata-se de recurso de apelação interposto contra a r. decisão de fls. 186/191, cujo relatório se adota, que julgou IMPROCEDENTE o pedido inicial em face do réu Orlando e PROCEDENTE em face do réu José, condenando este ao pagamento de R$ 53.800,00, com juros e correção. Diante da sucumbência, condenou o réu José ao pagamento das custas, despesas e honorários em favor do autor, fixados em 10% do valor da condenação. Como deu causa ao chamamento do réu Orlando, deverá pagar ao seu advogado honorários arbitrados em R$ 1.600,00.

Entendeu, o magistrado *a quo*, que deveria ser afastada a tese de prescrição, pois a pretensão de ressarcimento em regresso apenas teve origem por ocasião do julgamento definitivo em desfavor do autor. Quanto ao mérito propriamente dito, disse que o réu Orlando não guarda qualquer responsabilidade pelo evento danoso, pois sua propriedade era dividida por uma estrada com a propriedade do réu José, não lhe sendo imputáveis os atos praticados por este. Observou que José reconheceu ter realizado o desvio no curso d'água, o que obrigou o demandante a realizar obras de caráter urgente para contenção dos danos, que não ocasionaram prejuízo ao réu. Disse que o laudo pericial realizado comprova

Este documento foi liberado nos autos em 22/06/2016 às 16:15, por José Edmilson da Silva, é cópia do original assinado digitalmente por MARIA LUCIA RIBEIRO DE CASTRO PIZZOTTI MENDES.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 1000739-84.2015.8.26.0048 e código 2F899DE.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARIA LUCIA RIBEIRO DE CASTRO PIZZOTTI MENDES e outro, liberado nos autos em 13/07/2020 às 15:09 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1000739-84.2015.8.26.0048 e código 15962783.



Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DIEGO MANOEL DUTRA DE OLIVEIRA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo - Fazenda Publica, protocolado em 28/02/2020 às 15:09 , sob o número WPRO20007280114.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010349-28.2020.8.26.0053 e código 15962E8E.



Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES CARMO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, em 13/07/2020 às 15:09 , sob o número WPRO20007280114.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2001036-22.2020.8.26.0048 e código 15962197.



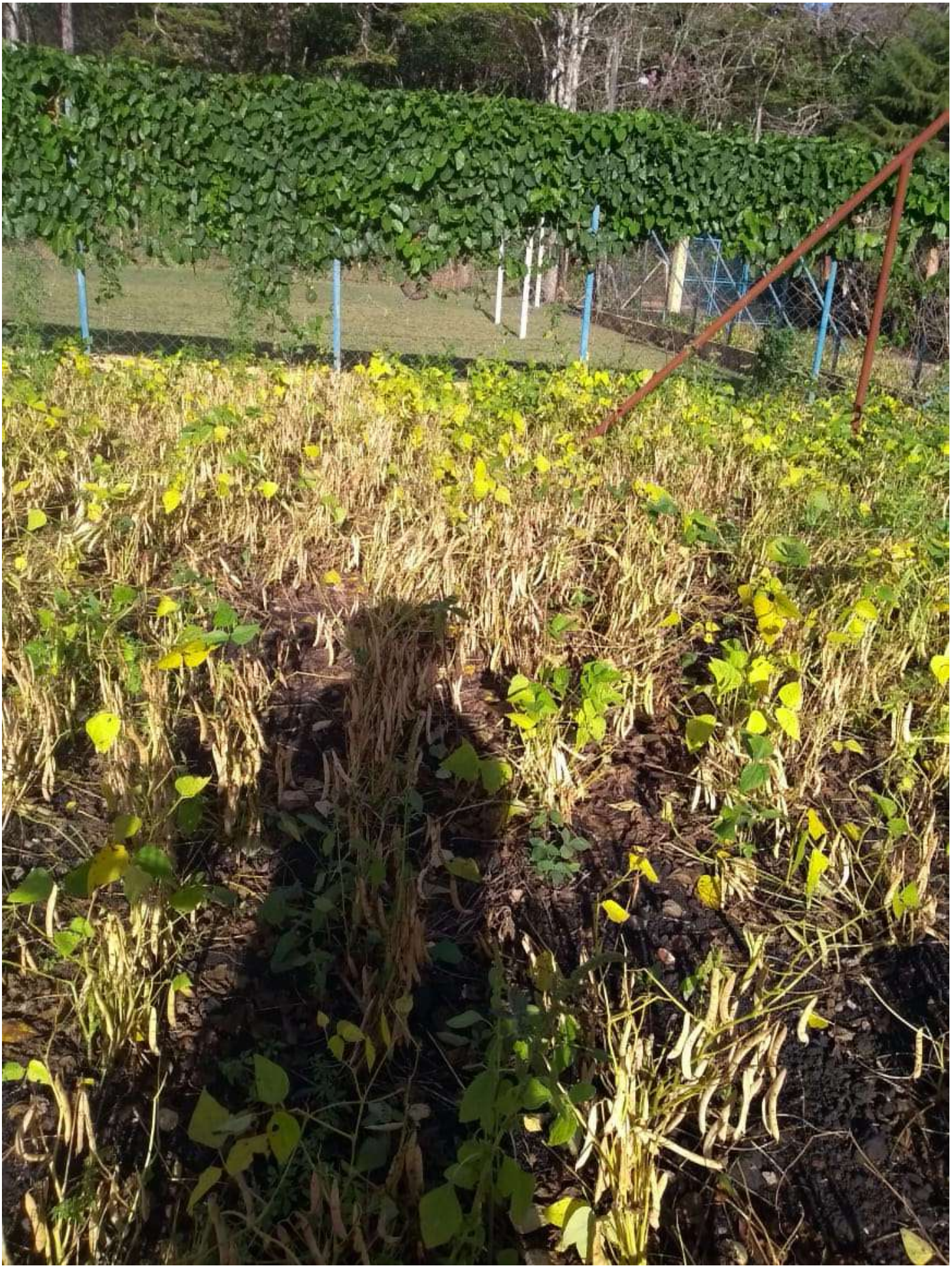
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por [illegible]
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010349-22.2020.8.26.0048 e código 15962E9D.



Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES CARMO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, em 13/07/2020 às 15:09 , sob o número WPRO20007280114.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2001034-92.2020.8.26.0048 e código 15962EA4.



Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES CARMO DE SOUZA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, em 13/07/2020 às 15:09 , sob o número WPRO20007280114.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1000349-22.2020.8.26.0048 e código 15962EAA.



Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES CARMO DE SOUZA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, em 13/07/2020 às 15:09 , sob o número WPRO20007280114.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1000349-22.2020.8.26.0048 e código 15962EB0.



Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por [illegible]
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010349-22.2021.8.26.0048 e código 15962285.



Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ESAJ - TJSP e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, em 13/07/2020 às 15:09 , sob o número WPRO20007280114.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2001084-22.2020.8.26.0048 e código 15962EBA.



Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DIEGO MARTINS DIVINO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, em 13/07/2020 às 15:09 , sob o número WPRO20007280114.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1001049-22.2020.8.26.0048 e código 15962EE0.



Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES CARMO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, em 13/07/2020 às 15:09 , sob o número WPRO20007280114.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1500369-22.2020.8.26.0048 e código 15962E26.



Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES VIEIRA DO CARMO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, em 13/07/2020 às 15:09 , sob o número WPRO20007280114.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1500369-22.2020.8.26.0048 e código 15962EEA.



Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DIEGO MARANHAO DE OLIVEIRA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, em 13/07/2020 às 15:09 , sob o número WPRO20007280114.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2001036-92.2020.8.26.0048 e código 15962EB2.



Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por [illegible]
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1500369-22.2020.8.26.0048 e código 15962EDA.

EXCELENTÍSSIMA SENHORA RELATORA DESEMBARGADORA DA 3Oª. CÂMARA DO DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO.

AUTOS 2107843-92.2020.8.26.0000- AGRAVO DE INSTRUMENTO
AGRAVANTE: Raul Donato Mendes
AGRAVADOS: Espólio de Gabriele Baraldi e Outros

RAUL DONATO MENDES, trabalhador rural, qualificado, vem respeitosamente a presença de Vossa Excelência, por sua advogada assinando digitalmente, ante a constatação da não expedição de Termo, juntar documento, extraído de outro processo, que por equívoco, não seguiu com os EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.

Ciente de que referido documento dará maior segurança à convicção dessa EGRÉGIA CÂMARA, requer seja deferida sua juntada.

Termos em que,
Pede Deferimento.

Atibaia, 14 de julho de 2020.

Duenes do Carmo Silva
OAB.SP. 209712

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA.Protocolado em 14/07/2020 às 09:39:26, sob o número WPRO20007331134. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2107843-92.2020.8.26.0000 e código 15967026.
Este documento é cópia do original assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA.Protocolado em 14/07/2020 às 09:39:26 , sob o número WPRO20007280114.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2107843-92.2020.8.26.0000 e código 15967026.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ATIBAIA
FORO DE ATIBAIA
2ª VARA CÍVEL
Rua Dr. José Roberto Paim, 99, Atibaia-SP - 12945-007
Horário de Atendimento ao Público: das Horário de Atendimento ao Público<< Campo excluído do banco de dados >>

DECISÃO/CARTA

Processo Digital nº:	**1000739-84.2015.8.26.0048**
Classe – Assunto:	**Procedimento Sumário - Indenização por Dano Moral**
Requerente:	**Raul Donato Mendes**
Requerido:	**José Fortuna, CPF 804.346.308-53**

A(o) Ilmo(a) Sr(a):
José Fortuna
Ultima Cantiga, 29, Vila Buenos Aires
03627-200 São Paulo-SP

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Marcelo Octaviano Diniz Junqueira**

Vistos.

Concedo à parte autora os benefícios da assistência judiciária gratuita, ***ANOTANDO-SE.***

Adoto o rito ordinário, que permite às partes melhores oportunidades de ação e defesa, sem olvidar que a situação pela qual passa esta Comarca torna muito dificultosa a realização de audiência de conciliação.

Trata-se de ação regressiva com pedido de antecipação da tutela através do qual o autor pretende obter provimento jurisdicional que suspenda a penhora realizada nos autos da ação movida contra ele por Espólio de Grabriele Baraldi.

Como não se desconhece, para que se antecipem os efeitos da tutela jurisdicional final, é imprescindível a presença dos requisitos insertos no art. 273 do CPC, quais sejam, verossimilhança das alegações e perigo na demora da análise do pedido, representado pelo risco de ocorrência de um dano irreparável ou de difícil reparação caso a tutela jurisdicional não seja concedida de imediato.

No presente caso, verifico a presença de tais requisitos.

Com efeito, há elementos que, se não permitem a direta atribuição da responsabilidade ao requerido, conferem verossimilhança às alegações do autor.

Há também iminente risco de prejuízo irreparável ao autor, representado pela possibilidade, bastante plausíve, aliás, de arrematação do bem em eventual hasta pública.

Não obstante, não se pode olvidar que o autor se encontra numa verdadeira "sinuca de bico", já que a decisão judicial manda que providencie o restabelecimento do curso d'água ao seu local original, e há acordo com o Ministério Público que o proíbe de fazê-lo.

Assim, presentes os requisitos legais, ANTECIPO, PARCIALMENTE, OS EFEITOS DA TUTELA para suspender os atos de expropriação do imóvel do autor até decisão final transitada em julgado a ser proferida nesta ação.

A cópia da presente decisão, digitalmente assinada, servirá de documento hábil à comunicação ao Juízo da execução, cabendo ao autor imprimi-la diretamente a partir do sistema e-saj e providenciar o encaminhamento, sem necessidade de comprovação

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARCELO OCTAVIANO DINIZ JUNQUEIRA, liberado nos autos em 23/02/2015 às 22:41 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1000739-84.2015.8.26.0048 e código 15967226.

da entrega nestes autos.

No mais, **CITE-SE** a(o) ré(u) para os termos da ação em epígrafe, cuja cópia da inicial segue em anexo, ficando advertida(o) do prazo de 15 (quinze) dias para apresentar a defesa, sob pena de serem presumidos como verdadeiros os fatos articulados na inicial, nos termos do artigo 285 do Código de Processo Civil.

Servirá a presente, por cópia digitada, como carta de citação, ficando, ainda, ciente de que o recibo que a acompanha valerá como comprovante de que esta citação se efetivou. Cumpra-se na forma e sob as penas da Lei.

Intime-se.

Atibaia, 23 de fevereiro de 2015.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

(CÓPIA DA INICIAL SEGUE ANEXA E FICA FAZENDO PARTE INTEGRANTE DESTA)

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARCELO OCTAVIANO DINIZ JUNQUEIRA, liberado nos autos em 23/02/2015 às 22:41 .
Este documento é cópia do original assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA.Protocolado em 14/07/2020 às 09:39:26, sob o número WPRO20007331134. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1007369-92.2020.8.26.0008 e código 15967026.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1007369-92.2020.8.26.0008 e código 15967026.

CORREIOS **CE** — *COMPROVAÇÃO DE ENTREGA REMESSA LOCAL*

AGÊNCIA e DATA DE POSTAGEM

CE 9912260497/2010-DR/SPM TJSP CORREIOS

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DESTINATÁRIO
José Fortuna
Ultima Cantiga, 29, Vila Buenos Aires
03627-200 São Paulo-SP

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO CE
Foro de Atibaia - Cartório da 2ª Vara Cível
Rua Dr. José Roberto Paim, 99
12945-007 Atibaia-SP

CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA

TENTATIVAS DE ENTREGA
1º ____/____/_____ ____:____h
2º ____/____/_____ ____:____h
3º ____/____/_____ ____:____h

ATENÇÃO:
Após 3(três) tentativas de entrega, devolver o objeto.

MOTIVOS DE DEVOLUÇÃO
(1) Mudou-se **(4) Desconhecido** **(7) Ausente**
(2) Endereço insuficiente **(5) Recusado** **(8) Falecido**
(3) Não existe o número **(6) Não procurado** **(9) Outros:**_____

RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO

( ) Informação prestada pelo porteiro ou síndico. ( ) Reintegrado ao Serviço Postal em ____/____/_____.

Uso exclusivo do Cliente: **PROCESSO Nº 1000739-84.2015.8.26.0048**

ASSINATURA DO RECEBEDOR

DATA DA ENTREGA
____/____/_____

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

CORREIOS **AR** — *AVISO DE RECEBIMENTO*

AGÊNCIA e DATA DE POSTAGEM

AR 9912260497/2010-DR/SPM TJSP CORREIOS

Reservado espaço à menção MP

DESTINATÁRIO
José Fortuna
Ultima Cantiga, 29, Vila Buenos Aires
03627-200 São Paulo-SP

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR
Foro de Atibaia - Cartório da 2ª Vara Cível
Rua Dr. José Roberto Paim, 99
12945-007 Atibaia-SP

CARIMBO UNIDADE DE ENTREGA

TENTATIVAS DE ENTREGA
1º ____/____/_____ ____:____h
2º ____/____/_____ ____:____h
3º ____/____/_____ ____:____h

ATENÇÃO:
Após 3 (três) tentativas de entrega, devolver o objeto.

Uso exclusivo do Cliente: **PROC. Nº 1000739-84.2015.8.26.0048**

MOTIVOS DE DEVOLUÇÃO
(1) Mudou-se **(4) Desconhecido** **(7) Ausente**
(2) Endereço insuficiente **(5) Recusado** **(8) Falecido**
(3) Não existe o número **(6) Não procurado** **(9) Outros:**

RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO

( ) Informação prestada pelo porteiro ou síndico. ( ) Reintegrado ao Serviço Postal em ____/____/_____.

ASSINATURA DO RECEBEDOR

DATA DA ENTREGA
____/____/_____

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

Nº DO DOCUMENTO

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARCELO OCTAVIANO DINIZ JUNQUEIRA, liberado nos autos em 23/02/2015 às 22:41 .
Este documento é cópia do original assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA.Protocolado em 14/07/2020 às 09:39:26, sob o número WPRO20007331134. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1000739-84.2015.8.26.0048 e código 15967026.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ATIBAIA
FORO DE ATIBAIA
2ª VARA CÍVEL
RUA NAPOLEÃO FERRO, 315, Atibaia - SP - CEP 12942-610

SENTENÇA

Processo nº:	**1000739-84.2015.8.26.0048**
Classe - Assunto	**Procedimento Sumário - Indenização por Dano Moral**
Requerente:	**Raul Donato Mendes**
Requerido e Denunciado à Lide (Passivo):	**José Fortuna e outro**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Marcelo Octaviano Diniz Junqueira**

Vistos.

Trata-se de demanda proposta por RAUL DONATO MENDES em face de JOSÉ FORTUNA por meio da qual alega, em síntese, que adquiriu do requerido o imóvel matriculado sob o nº 93.959 do CRI de Atibaia, no qual o réu, então proprietário, realizou desvio de curso d'água para a divisa com a propriedade vizinha, o que resultou, com as chuvas ocorridas em janeiro de 2011, no desmoronamento de cômodos e áreas da propriedade confrontante. Lega que em demanda proposta pelos proprietários da área vizinha, foi condenado ao pagamento de R$ 53.800,00 a título de indenização por danos materiais. Requer seja o demandado condenado a ressarcir-lhe tal prejuízo, inclusive respondendo diretamente perante o vizinho, na execução já em trâmite. Juntou documentos (fls. 9/28).

A liminar requerida para paralisação da execução foi deferida (fl. 30/31).

O réu ofereceu contestação (fls. 35/40), alegando, em resumo, além de requerer o chamamento ao processo do condômino, que o evento ocorreu 3 anos depois da venda, tempo durante o qual não foi o bem devidamente conservado; que realmente "acertou" o rio, mas o fez com anuência do então proprietário do imóvel vizinho e anuência dos órgãos responsáveis; que não se discutiu o primeiro desvio do rio, feito por ele, mas sim o segundo desvio, este realizado pelo autor, sem autorização. Juntou documentos.

Houve réplica (fls. 37/100).

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARCELO OCTAVIANO DINIZ JUNQUEIRA, liberado nos autos em 16/11/2015 às 08:44 .
Este documento é cópia do original assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA.Protocolado em 14/07/2020 às 09:39:26, sob o número WPRO20007331134. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1000739-84.2015.8.26.0048 e código 15967026.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ATIBAIA
FORO DE ATIBAIA
2ª VARA CÍVEL
RUA NAPOLEÃO FERRO, 315, Atibaia - SP - CEP 12942-610

Diversos documentos foram juntados e o processo foi saneado (fls. 125), com deferimento do chamamento ao processo pleiteado.

Houve contestação por parte do requerido chamado, ORLANDO (fls. 132/139), defendendo, em suma, inépcia da inicial por prescrição, e, no mérito, que sua gleba é completamente separada da do correquerido e que não teve qualquer relação com o córrego; que foi contratado e atuou como engenheiro responsável pelas obras inicialmente realizadas na propriedade do demandado JOSÉ; e, por fim, sustentou que o curso d'água sempre passou pela divisa entre as propriedades e que o desvio realizado levava a água para o mesmo local, passando pelos limites da propriedade vizinha. Juntou documentos.

Sobrevieram petições, requerimentos de provas e diversos outros documentos, sobre as quais as partes se manifestaram ou tiveram oportunidade a tanto.

É o relato do necessário.

Fundamento e DECIDO.

A preliminar suscitada em contestação não se sustenta, pois a inicial foi redigida de forma suficientemente clara e coerente, sem qualquer mínimo prejuízo ao contraditório.

E embora não se trate de questão propriamente "preliminar", tampouco há de se falar em prescrição, pois a pretensão de ressarcimento em regresso apenas teve origem por ocasião do julgamento definitivo em desfavor do ora autor, percebendo-se que a sentença foi proferida em agosto de 2012 (fl. 26) e esta demanda distribuída em fevereiro de 2015.

No mérito, desde logo afasto qualquer responsabilidade do correquerido ORLANDO por eventuais prejuízos experimentados pelos requerente.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARCELO OCTAVIANO DINIZ JUNQUEIRA, liberado nos autos em 16/11/2015 às 08:44 .
Este documento é cópia do original assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA.Protocolado em 14/07/2020 às 09:39:26, sob o número WPRO20007331134. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1000739-84.2015.8.26.0048 e código 15967026.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1000739-84.2015.8.26.0048 e código WPRO20007280114.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ATIBAIA
FORO DE ATIBAIA
2ª VARA CÍVEL
RUA NAPOLEÃO FERRO, 315, Atibaia - SP - CEP 12942-610

Embora tenha sido, de fato, proprietário tabular, do que decorre a presunção de sua responsabilidade, há, nos autos, suficientes elementos a comprovar que, de fato, a área era dividida em duas (inclusive por uma estrada!) e que a gleba pertence a ORLANDO sequer tinha confrontação com a propriedade alvo do evento danoso, o que afasta a presunção inicial e torna inevitável a conclusão de que não lhe é imputável qualquer responsabilidade por atos praticados no ou sobre o curso d'água que sequer passa pela área de sua efetiva e concreta responsabilidade.

Por outro lado, o próprio requerido JOSÉ reconhece ter realizado um desvio no curso d'água, "acertando-o", bem como absolutamente todos os documentos inerentes ao ocorrido estão em seu nome.

Assentada tal premissa e atento à controvérsia delimitada pela decisão de fls. 125, não há qualquer necessidade de produção de outras provas além daquelas constantes dos autos e já submetidas ao amplo e irrestrito contraditório.

Não há qualquer mínimo indício, muito menos prova, de um segundo desvio do curso d'água, agora por parte do ora demandante. O que há, como suficientemente esclarecido pelo requerente, são elementos indicando a realização, pelo autor, de obras emergenciais para conter a situação (por exemplo, fls. 14/15), o que, sem qualquer dúvida, exigiu a utilização de máquinas e movimentação de terras.

Não se tratou, porém, de desvio do curso d'água, muito menos empurrando-o ainda mais para a propriedade vizinha. Ao menos não há, nos autos, elementos idôneos a corroborar tal assertiva.

Solucionada uma das controvérsias fáticas relevantes ao julgamento (fl. 125, item "i"), analisemos a outra (item "ii").

A bem da verdade, nota-se que sequer há efetiva alegação, pelo requerido, no sentido de não existir nexo causal entre o deslocamento do rio e o evento danoso ocorrido.

De qualquer modo, no processo instaurado pelo proprietário vizinho em

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARCELO OCTAVIANO DINIZ JUNQUEIRA, liberado nos autos em 16/11/2015 às 08:44 .
Este documento é cópia do original assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA.Protocolado em 14/07/2020 às 09:39:26, sob o número WPRO20007331134. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1000739-84.2015.8.26.0048 e código 15967026.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1000739-84.2015.8.26.0048 e código WPRO20007280114.

face do ora requerente, já foi produzida prova pericial no local dos fatos, cujo laudo foi juntado a estes autos e submetido ao crivo das partes, dele tendo constado o seguinte (fl. 156):

"(...) O curso de referido córredo foi alterado no interior do imóvel do Requerido. O Anexo II do corpo deste Laudo demonstra a situação atual (2010) sobreposta à situação anterior (19798), demonstrando o desvio do córrego.

O novo curso do córrego ficou rente à propriedade da Autora.

As fotos a seguir, retiradas do Google Earth, demonstram que o córrego foi aletrado antes de 2005, pois a foto aérea de 12 de março de 2005 mostra a mesma situação da foto aérea atual(...)"

A taxatividade da conclusão pericial é evidente, tanto assim que não foram os requeridos capazes sequer de apresentar efetiva insurgência, muito menos de convencer ou no mínimo tentar convencer o juízo do contrário.

O córrego teve seu curso desviado e passou a margear a propriedade vizinha antes da venda do imóvel ao ora demandante e depois de sua aquisição pelo primeiro requerido, JOSÉ, o que o torna, sem qualquer dúvida, responsável pelos danos causados.

Aliás, a respeito do nexo causal entre o desvio do córrego e o desmoronamento, parece ser dispensável maior abordagem, já que antes do desvio o córrego sequer passava pela divisa das propriedades, razão pela qual, com chuvas ou sem chuvas, não teria como influenciar a estabilidade da propriedade vizinha. Examine-se, a propósito, as claras conclusões de fl. 164.

De qualquer modo, constou expressamente do laudo pericial que (fl. 167):

"O córrego passava distante da divisa com o imóvel do requerente e, atualmente, passa rente à divisa, comprometendo a segurança das benfeitorias ali situadas".

Outras respostas a quesitos ainda abordaram de forma mais minuciosa a

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARCELO OCTAVIANO DINIZ JUNQUEIRA, liberado nos autos em 16/11/2015 às 08:44 .
Este documento é cópia do original assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA.Protocolado em 14/07/2020 às 09:39:26, sob o número WPRO20007331134. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1000739-84.2015.8.26.0048 e código 15967026.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1000739-84.2015.8.26.0048 e código WPRO20007280114.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ATIBAIA
FORO DE ATIBAIA
2ª VARA CÍVEL
RUA NAPOLEÃO FERRO, 315, Atibaia - SP - CEP 12942-610

questão, como, por exemplo, a que afirmou que sequer seria possível ao vizinho ter construído o muro que ali existia se o córrego já estivesse passando no local que passa atualmente (fl. 171).

Aliás, há de se convir que um atento exame das fotografias de fl. 45 basta para que se conclua que o córrego não apenas foi deslocado, mas , isto sim, teve seu curso MUITO deslocado, com evidente aterramento.

Em suma, comprova a conduta ilícita do requerido JOSÉ, os danos experimentados pelo autor e o nexo causal entre eles, não há como evitar sua responsabilização civil e o consequente dever de indenizar.

Neste tópico, relevante assentar o entendimento deste juízo sobre a inviabilidade jurídica de se *transferir* ("sub-rogar") ao ora demandado JOSE toda a responsabilidade do autor perante os proprietários vizinhos, pois estaria sendo atingida a esfera de direitos de pessoa que não integrou a relação processual. Se o crédito daqui decorrente será, ou não, aceito como pagamento pelos vizinhos, trata-se de questão que extrapola o objeto desta demanda, mas que não pode, simplesmente, lhes ser imposto.

Ante todo o exposto, nos termos do artigo 269, inciso I, do Código de Processo Civil, **JULGO IMPROCEDENTE a demanda em face do requerido ORLANDO e PROCEDENTE o pedido para condenar o requerido JOSÉ** a pagar ao autor a importância de R$ 53.800,00, com correção monetária desde a propositura desta demanda e juros de mora de 1% ao mês a partir da citação, eis que, em data anterior, o requerido não pode ser considerado em estado de mora, não podendo o autor, outrossim, auferir vantagem decorrente da demora para a propositura desta demanda.

Sucumbente, deverá o requerido JOSÉ suportar as custas, despesas e honorários em favor do Patrono do autor fixados, com atenção aos critérios legais, em 10% do valor atualizado da condenação. Como deu causa ao chamamento do requerido ORLANDO ao processo, deverá pagar a seu Advogado honorários que, com os mesmos parâmetros, arbitro em R$ 1.600,00.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARCELO OCTAVIANO DINIZ JUNQUEIRA, liberado nos autos em 16/11/2015 às 08:44 .
Este documento é cópia do original assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA.Protocolado em 14/07/2020 às 09:39:26, sob o número WPRO20007331134.
Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1000739-84.2015.8.26.0048 e código 15967026.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ATIBAIA
FORO DE ATIBAIA
2ª VARA CÍVEL
RUA NAPOLEÃO FERRO, 315, Atibaia - SP - CEP 12942-610

P.R.I.C.

Atibaia, 13 de novembro de 2015.

e documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARCELO OCTAVIANO DINIZ JUNQUEIRA, liberado nos autos em 16/11/2015 às 08:44 .
a con:Este documento é cópia do original assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA.Protocolado em 14/07/2020 às 09:39:26, sob o número WPRO20007331134. Para acessar os autos processuais,
Este documento é cópia do original assinado digitalmente por MARCELO OCTAVIANO DINIZ JUNQUEIRA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo - Comarca de Atibaia - Foro de Atibaia - 2ª Vara Civel, liberado nos autos em 16/11/2015 às 08:44 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1000739-84.2015.8.26.0048 e código 15967026.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
SJ 3.3.3.2 - Serv. de Proces. da 30ª Câmara de Dir. Privado
Conselheiro Furtado, nº 503 - 5º andar - CEP: 01511-000 - São Paulo/SP

TERMO DE CONCLUSÃO

Processo nº:	**2107843-92.2020.8.26.0000/50000**
Classe:	**Embargos de Declaração Cível**
Assunto:	**Direito de Vizinhança**
Órgão Julgador:	**30ª Câmara de Direito Privado**
Partes:	**é embargante RAUL DONATO MENDES, é embargados VALÉRIA BARALDI (HERDEIRO) E OUTROS**
Foro/Vara de origem:	**Foro de Atibaia - 1ª Vara Cível**
Nº do processo na origem:	**0010369-26.2011.8.26.0048**

CONCLUSÃO

Faço estes autos conclusos a(o) Exmo(a). Senhor(a) Desembargador(a) MARIA LÚCIA PIZZOTTI.

São Paulo, 17 de julho de 2020.

_____

Eu, Marcelo Luís David Gomyde, Matr. M800736, Escrevente Técnico Judiciário, subscrevi.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARCELO LUIS DAVID GOMYDE, liberado nos autos em 17/07/2020 às 09:25 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2107843-92.2020.8.26.0000 e código 15964824.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

DESPACHO

Embargos de Declaração Cível Processo nº **2107843-92.2020.8.26.0000/50000**
Relator(a): **MARIA LÚCIA PIZZOTTI**
Órgão Julgador: **30ª Câmara de Direito Privado**

Manifeste-se a parte contrária quanto aos embargos de declaração interpostos.

Int..

São Paulo, 17 de julho de 2020.

MARIA LÚCIA PIZZOTTI
Relator

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARIA LUCIA PIZZOTTI, Colaborador - 1 VARA DE FAZENDA PUBLICA DE SANTOS, em 02/10/2020 às 09:55 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2107843-92.2020.8.26.0000 e código 15980502.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

TERMO DE JUNTADA AUTOMÁTICA

Processo nº:	**2107843-92.2020.8.26.0000/50000**
Classe – Assunto:	**Embargos de Declaração Cível - Direito de Vizinhança**
Embargante:	**Raul Donato Mendes**
Embargado:	**Valéria Baraldi e outros**

Junta-se a estes autos a petição protocolada que segue.

São Paulo, 21 de julho de 2020.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ALEXANDRE LIMA GOMES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, em 06/02/2022 às 09:55 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2107843-92.2020.8.26.0000 e código 15963004.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO - SP.

Processo 2107843.2020.8.26.0000/50000
Embargos de Declaração

ESPÓLIO DE GABRIELE BARALDI E ANNITA HERMINE BARALDI, representados pelos herdeiros **VALÉRIA BARALDI E JOSÉ RENATO BARALDI,** já qualificados nos presentes embargos de declaração interpostos por **RAUL DONATO MENDES,** manifestando-se nos termos que se seguem.

Em primeiro lugar, requer a desconsideração dos documentos de fls 24 a 33, vistos que juntados aos embargos intempestivamente, vez que o prazo se deu em 10.06.2020. Além disso, trata-se de processo estranho a presente demanda.

Quanto a alegada OMISSÃO e CONTRADIÇÃO apontada pelo Embargante, razão não lhe assiste, havendo apenas inconformismo de sua parte, pretendendo ainda reanálise do mérito, o que não deve prosperar.

A Embargante está ciente de que não trouxe aos autos documentos suficientes que comprovassem sua miserabilidade, para que fosse deferida a Justiça Gratuita.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA KOGA BARALDI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 21/07/2020 às 11:54 , sob o número WPRO20007708700.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2107843-26.2020.8.26.0000 e código 15957702.

Muito pelo contrário. Alega em sua última petição acostada aos autos principais, **que acabou de reformar o seu imóvel**, visto ter se casado, como pode se ver abaixo:

> Cita por exemplo, a manifestação às fls. 698/699, que pretendendo dar transparência, informou que após o casamento, por decisão em comum acordo com a companheira, trocaria a sua moradia para a casa menor, antes, moradia da irmã.
>
> - Como se pode observar em foto anexa a casa foi recentemente reformada com esse fim.

- ***Extraído de fls 812/813 dos autos principais.***

Quanto o Embargante gastou na reforma? Como pagou pela reforma? Se não aufere renda, como se casou e fez a mudança? Seu irmão RENIL sustenta o Embargante e sua esposa?

Além disso, as fotografias acostadas aos autos, somente comprovam que se trata de imóvel rural, rústico, bem como o do próprio Embargado.

Aduz o Embargante que foi o seu irmão quem custeou as obras, mas os recibos acostados abaixo, nos quais foram embasados o indeferimento da Justiça Gratuita, estão em nome do mesmo.

RESUMO DO CONTRATO

Nº E ESCOPO DO CONTRATO, CONDIÇÕES, PRAZO, CUSTOS, ETC...

O serviço e de apresentacao de um projeto de regularizacao de usos em recursos hidricos com obtencao de Outorgas junto ao DAEE. O servico termina no ato do protocolo dos doc. no DAEE. Havera um atendimento no prazo de 90 dias para ajustes de projeto. O pagamento dos honorarios sera de 50% no inicio e 50% no protocolo dos trabalhos

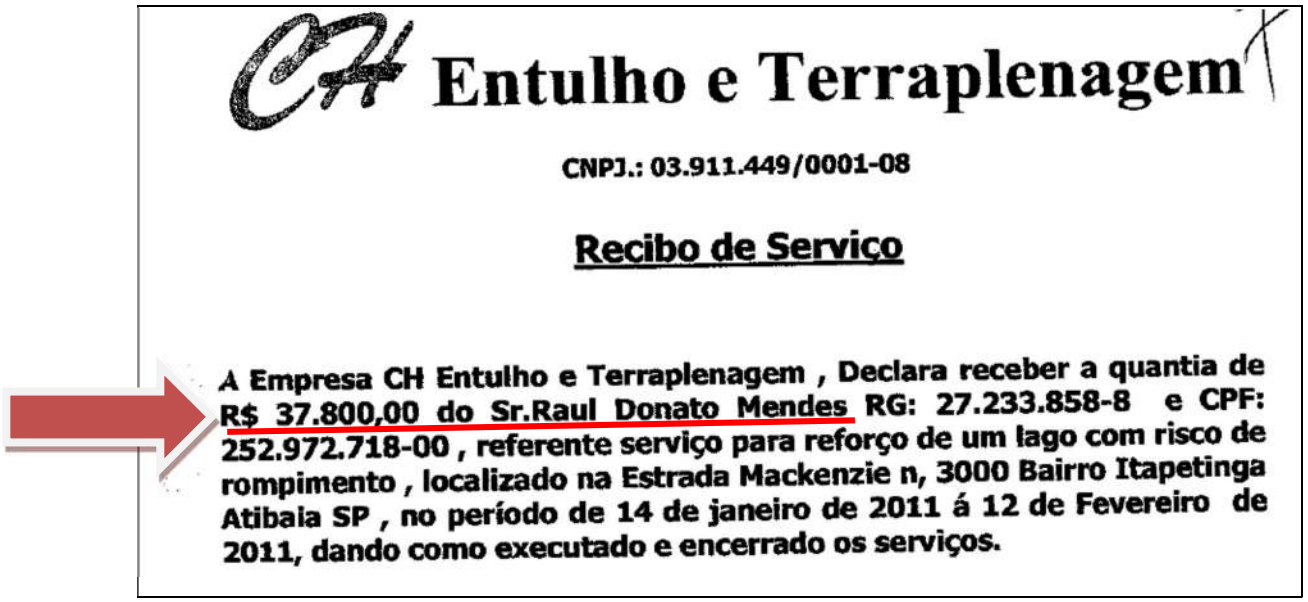
28 - VALOR DO CONTRATO	29 - DATA DO CONTRATO	30 - DATA INICIO DA EXECUÇÃO	31 - 10% ENTIDADE DE CLASSE	32 - VALOR DA ART A PAGAR
3.500,00	22/09/2011	22/09/2011	128	33,00

ASSINATURA

Declaro não ser aplicável, dentro das atividades assumidas nesta ART e nos termos aqui anotados, o atendimento às regras de acessibilidade previstas nas Normas Técnicas de Acessibilidade da ABNT e na legislação específica, em especial o Decreto nº 5.296/2004, para os projetos de construção, reforma ou ampliação de edificações de uso público ou coletivo, nos espaços urbanos ou em mudança de destinação (usos) para estes fins.

33 - LOCAL E DATA	PROFISSIONAL	CONTRATANTE
Atibaia 22/09/2011	Oswaldo Barone Filho	RAUL DONATO MENDES

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA KOGA BARALDI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 21/07/2020 às 11:54 , sob o número WPRO20007708700.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1003869-22.2020.8.26.0008 e código 15957702.



CH Entulho e Terraplenagem

CNPJ.: 03.911.449/0001-08

Recibo de Serviço

A Empresa CH Entulho e Terraplenagem , Declara receber a quantia de R$ 37.800,00 do Sr.Raul Donato Mendes RG: 27.233.858-8 e CPF: 252.972.718-00 , referente serviço para reforço de um lago com risco de rompimento , localizado na Estrada Mackenzie n, 3000 Bairro Itapetinga Atibaia SP , no período de 14 de janeiro de 2011 á 12 de Fevereiro de 2011, dando como executado e encerrado os serviços.

Ou seja: o Embargante não vive em estado de hipossuficiência, sendo notório e público entre os moradores da cidade de Atibaia, de que o mesmo possui plantação de rosas no terreno que pertence ao seu irmão Renil, e que juntos comercializam as flores para a CEAGESP, auferindo renda o suficiente para arcar com as custas processuais e honorários advocatícios.

Resta claro ainda que reside em outro imóvel, tendo seu pedido de desconsideração de penhora sob a alegação de ser bem de família, **COM ACÓRDÃO TRANSITADO EM JULGADO!**

Por outro lado, por ter sido concedido os benefícios da Justiça Gratuita nos autos principais, o Ente interpõe TODOS os recursos e agravos possíveis, com clara finalidade de postergar o feito, beirando a má-fé, vez que o processo - movido inicialmente no ano de 2010 - não consegue ter um regular andamento, prejudicando os Embargados, então vencedores do processo.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA KOGA BARALDI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 21/07/2020 às 11:54 , sob o número WPRO20007708700.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1003869-22.2020.8.26.0008 e código 15957702.

Cite-se ainda, que passados 10 anos, ambos os Autores da demanda, já faleceram, sem ter obtido o provimento jurisdicional que pretendiam.

Entretanto, a justiça tarda, mas não falha!

DOS PEDIDOS

Por todo o exposto, requerem os Embargantes

Seja mantida a r. decisão embargada, visto não haver omissão ou contradição, sequer cerceamento de defesa por falta de análise de provas, pretendendo o Embargante a reanálise do mérito, o que há de ser feito pelas vias corretas.

Termos em que,

pede deferimento.

São Paulo, 21 de Julho de 2020.

** documento assinado digitalmente*
MELISSA YUMI KOGA BARALDI
OAB/SP 211.408

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA YUMI KOGA BARALDI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 21/07/2020 às 11:54 , sob o número WPRO20007708700.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1003869-22.2020.8.26.0008 e código 15957702.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
SJ 3.3.3.2 - Serv. de Proces. da 30ª Câmara de Dir. Privado
Conselheiro Furtado, nº 503 - 5º andar - CEP: 01511-000 - São Paulo/SP - 3399-6084

CERTIDÃO

Processo nº:	**2107843-92.2020.8.26.0000/50000**
Classe – Assunto:	**Embargos de Declaração Cível - Direito de Vizinhança**
Embargante:	**Raul Donato Mendes**
Embargado:	**Valéria Baraldi e outros**
Relator(a):	**MARIA LÚCIA PIZZOTTI**
Órgão Julgador:	**30ª Câmara de Direito Privado**

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO

Certifico que o r. despacho foi disponibilizado no DJE de hoje. Considera-se data da publicação o 1º dia útil subsequente.

Advogado

Melissa Yumi Koga Baraldi (OAB: 211408/SP) - Melissa Yumi Koga Baraldi (OAB: 211408/SP) - Melissa Yumi Koga Baraldi (OAB: 211408/SP) - Melissa Yumi Koga Baraldi (OAB: 211408/SP) - Duenes do Carmo Silva (OAB: 209712/SP) - Arthur da Motta Trigueiros Neto (OAB: 237457/SP)

São Paulo, 21 de julho de 2020

Marilda M. Soares Benigno – Matrícula 306865-5
Escrevente Técnico Judiciário

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARILDA MARIA SOARES BENIGNO e MARIA LUCIA PIZZOTTI, em 21/07/2020 09:55 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2107843-92.2020.8.26.0000 e código 15967682.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
SJ 3.3.3.2 - Serv. de Proces. da 30ª Câmara de Dir. Privado
Conselheiro Furtado, nº 503 - 5º andar - CEP: 01511-000 - São Paulo/SP

TERMO DE CONCLUSÃO

Processo nº:	**2107843-92.2020.8.26.0000/50000**
Classe:	**Embargos de Declaração Cível**
Assunto:	**Direito de Vizinhança**
Órgão Julgador:	**30ª Câmara de Direito Privado**
Partes:	**é embargante RAUL DONATO MENDES, é embargados VALÉRIA BARALDI (HERDEIRO) E OUTROS**
Foro/Vara de origem:	**Foro de Atibaia - 1ª Vara Cível**
Nº do processo na origem:	**0010369-26.2011.8.26.0048**

CONCLUSÃO

Faço estes autos conclusos a(o) Exmo(a). Senhor(a) Desembargador(a) MARIA LÚCIA PIZZOTTI.

São Paulo, 23 de julho de 2020.

_____

Eu, Marcelo Luís David Gomyde, Matr. M800736, Escrevente Técnico Judiciário, subscrevi.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARCELO LUIS DAVID GOMYDE, liberado nos autos em 03/07/2021 às 09:25 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2107843-92.2020.8.26.0000 e código 15964021.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2020.0000671552

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração Cível nº 2107843-92.2020.8.26.0000/50000, da Comarca de Atibaia, em que é embargante RAUL DONATO MENDES, são embargados VALÉRIA BARALDI (HERDEIRO), JOSÉ RENATO BARALDI (HERDEIRO), GABRIELE BARALDI (ESPÓLIO) e ANNITA HERMINE BARALDI (ESPÓLIO).

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 30ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Rejeitaram os embargos. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores ANDRADE NETO (Presidente sem voto), LINO MACHADO E CARLOS RUSSO.

São Paulo, 24 de agosto de 2020.

MARIA LÚCIA PIZZOTTI
Relator
Assinatura Eletrônica

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARIA LUCIA PIZZOTTI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo - SP, em 02/10/2020 às 09:55 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2107843-92.2020.8.26.0000 e código 13976725.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ALEXANDRE ALMEIDA DE OLIVEIRA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, em 02/10/2020 às 09:55 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2107843-92.2020.8.26.0000 e código 13976725.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMBARGANTE: RAUL DONATO MENDES

EMBARGADO: VALÉRIA BARALDI E OUTROS

COMARCA: ATIBAIA

(mlf)

EMENTA
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO − ALEGADA OMISSÃO E CONTRADIÇÃO NO JULGADO − PREQUESTIONAMENTO.
1 − Os embargos de declaração têm por finalidade aclarar ou integrar qualquer decisão que padeça de obscuridade, omissão, contradição ou erro material.
2 - Descabida a alteração do que já foi decidido por meio de embargos de declaração, que não é recurso próprio para este fim. Se o embargante entende que a questão não foi bem apreciada, o recurso cabível é outro, que não os embargos de declaração. Pretensão, ademais, de prequestionamento explícito para fins de interposição de recurso aos Tribunais Superiores.
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CONHECIDOS E REJEITADOS.

Vistos,

Trata-se de embargos de declaração opostos por **Raul Donato Mendes.** contra V. Acórdão desta E. Câmara de Direito Privado que por unanimidade NEGOU PROVIMENTO de recurso.

O embargante interpôs os presentes embargos, alegando omissão e contradição

Contraminuta a fls. 37/40.

É a síntese do necessário.

Prescreve o artigo 1.022 do Código de Processo Civil/2015, que somente serão cabíveis embargos de declaração quando houver obscuridade ou contradição na r.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ALEXANDRE BARBOSA PEREIRA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo - SP, em 02/10/2020 às 09:55 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2107843-92.2020.8.26.0000 e código 13976725.

decisão judicial, ou omissão em ponto relevante não abordado pelo Julgador, assim como erro material.

Em verdade, o que pretende o embargante é a modificação do v. acórdão quanto ao que foi decidido.

Logo, descabida a alteração do que já foi decidido por meio de embargos de declaração, que não é recurso próprio para este fim.

Se o embargante entende que a questão não foi bem apreciada, o recurso cabível é outro, que não os embargos de declaração, que se prestam a esclarecer, se existentes, dúvidas, omissões ou contradições no julgado; não para que se conforme a decisão ao entendimento do embargante (STJ ED AgrRg REsp n° 1.027- DF,/7i DJU de 23.09.91).

Ademais, o julgador não está obrigado a manifestar-se acerca de todas as questões levantadas pelas partes, ou a respondê-las uma a uma, de sorte que não há falar em omissão do acórdão recorrido quando a fundamentação adotada não atende ao anseio da parte ou quando não são mencionados expressamente todos os artigos de lei suscitados. Veja-se decisão do Superior Tribunal de Justiça nesse sentido:

> *Superior Tribunal de Justiça*
> *AgRg no Ag 494107 / RS*
> *AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO 2002/0159111-3*
> *Relator: Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA (1131) − Sexta Turma*
> *Data do julgamento: 28/08/2007*
> *AGRAVO REGIMENTAL. PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DECLARATÓRIOS. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. MATÉRIA PROBATÓRIA. SÚMULA 7/STJ.*
> *1. O juiz não está obrigado a rebater, pormenorizadamente, todas as questões trazidas pela parte, citando os dispositivos legais que esta entende pertinentes para a resolução da controvérsia. Desse modo, inviável a pretensão de ofensa aos arts. 535, I e II e 458, II, do CPC se o Tribunal valeu-se de razões suficientes para o deslinde do litígio. Precedentes.*
> *2. Este Superior Tribunal de Justiça consolidou entendimento (Súmula 98/STJ) no sentido de que embargos de declaração opostos com o intuito de prequestionamento não devem ser considerados procrastinatórios.*

3. Agravo regimental parcialmente provido, para afastar a multa aplicada, pelo Tribunal de origem, no julgamento dos embargos de declaração.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ALEXANDRE CARVALHO DE OLIVEIRA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo - SP, em 02/10/2020 às 09:55 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2107843-92.2020.8.26.0000 e código 13976025.

Para fins de prequestionamento nego ter havido violação à legislação.

Pelo exposto, **CONHEÇO e REJEITO** os embargos de declaração.

Maria Lúcia Pizzotti
Relatora

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARIA LUCIA PIZZOTTI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo - SEP, em 02/10/2020 às 09:55 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2107843-92.2020.8.26.0000 e código 13976025.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
SJ 3.3.3.2 - Serv. de Proces. da 30ª Câmara de Dir. Privado
Conselheiro Furtado, nº 503 - 5º andar - CEP: 01511-000 - São Paulo/SP

CERTIDÃO

Processo nº:	**2107843-92.2020.8.26.0000/50000**
Classe – Assunto:	**Embargos de Declaração Cível - Direito de Vizinhança**
Embargante:	**Raul Donato Mendes**
Embargado:	**Valéria Baraldi e outros**
Relator(a):	**MARIA LÚCIA PIZZOTTI**
Órgão Julgador:	**30ª Câmara de Direito Privado**

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO

CERTIFICO que o v. Acórdão foi disponibilizado no DJE hoje.

Considera-se data da publicação o 1° dia útil subsequente.

Advogado

Arthur da Motta Trigueiros Neto (OAB: 237457/SP) - Duenes do Carmo Silva (OAB: 209712/SP) - Melissa Yumi Koga Baraldi (OAB: 211408/SP)

São Paulo, 8 de setembro de 2020.

Fabiana Alberti de Morais - Matrícula M818968
Escrevente-Chefe

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por FABIANA ALBERTI DE MORAIS e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo - SP, em 08/09/2020 às 09:15:25 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2107843-92.2020.8.26.0000 e código 13956DEB.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
SJ 3.3.3.2 - Serv. de Proces. da 30ª Câmara de Dir. Privado
Conselheiro Furtado, nº 503 - 5º andar - CEP: 01511-000 - São Paulo/SP

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por FABIANA DARIENZO MARANHO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo - SJ 3.3.3.2 - Serv. de Proces. da 30ª Câmara de Dir. Privado, em 02/09/2021 às 09:15:25 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-22.2021.8.26.0000 e código 13956DEB.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

TERMO DE JUNTADA AUTOMÁTICA

Processo nº:	**2107843-92.2020.8.26.0000**
Classe – Assunto:	**Agravo de Instrumento - Direito de Vizinhança**
Agravante:	**Raul Donato Mendes**
Agravado:	**Valéria Baraldi e outros**

Junta-se a estes autos a petição protocolada que segue.

São Paulo, 30 de setembro de 2020.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ALEXANDRE LIMA DA SILVA e outros, em 06/02/2021 às 17:12 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2107843-92.2020.8.26.0000 e código 13944254.

EXCELENTÍSSIMA SENHORA RELATORA DESEMBARGADORA DA 30ª. CÂMARA DO DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO.

AUTOS 2107843-92.2020.8.26.0000- AGRAVO DE INSTRUMENTO
VARA DE ORIGEM 010369-26.2011.8.26.0048
AGRAVANTE: Raul Donato Mendes
AGRAVADOS: Espólio de Gabriele Baraldi e Outros

RAUL DONATO MENDES, brasileiro, trabalhador rural, convivente em união estável, solteiro, portador do RG. 27.233.858-9 – SSP/SP., e do CPF 252.972.718-00, residente e domiciliado na Estrada Municipal do Mackenzie – 3000 – Sítio Primavera - Bairro Itapetinga – CEP 12948-490 – ATIBAIA, SP., vem respeitosamente a presença de Vossa Excelência, por sua advogada adiante assinado interpor,

RECURSO ESPECIAL,

com fundamento no art. 105, III, a, da CF/88, e do art. 1.029 e seguintes do CPC, em razão do V. Acórdão, com pedido de **efeito SUSPENSIVO**, requerendo se digne Vossa Excelência recebê-lo e, após cumpridas as formalidades processuais, remetê-lo ao Colendo Superior Tribunal de Justiça, requerendo a juntada das razões anexas.

O presente recurso é Tempestivo, as partes são legítimas e estão devidamente representadas.

Deixa de recolher o preparo, tendo vista ser seu objeto exatamente o deferimento deste benefício.

Termos em que,
Pede Deferimento.

Atibaia, 29 de setembro de 2020.

DUENES DO CARMO SILVA
OAB.SP. 209712

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, em 30/09/2020 às 17:09 , sob o número WPRO20011354720.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0103690-26.2011.8.26.0048 e código 15B04024.

COLENDO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA!

RAZÕES DO RECURSO ESPECIAL

Autos nº. 2107843-92.2020.8.26.0000 – AGRAVO DE INSTRUMENTO

VARA DE ORIGEM: ATIBAIA

ACÓRDÃO 2020.0000461057 – AGRAVO DE INSTRUMENTO

ACÓRDÃO 2020.000651672 – EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

Recorrente: Raul Donato Mendes
Recorrido: Espólio de Gabriele Baraldi

O respeitável acórdão proferido pela 30ª. Câmara do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de SÃO PAULO, em julgamento o Recurso de Agravo de Instrumento e posterior Embargos de Declaração, manteve a decisão de 1ª. Instância, **indeferindo o pedido de justiça gratuita** ao Recorrente, merece ser reformado pelos motivos a seguir expostos.

I – PRESSUPOSTOS DA ADMISSIBILIDADE

Entende o Recorrente que o v. acórdão viola o disposto no art. 98 e seguintes do CPC, e Lei 1.060/50, preenchendo, portanto, o pressuposto da alínea a, do art. 105 da CF/88, uma vez que viola lei infraconstitucional.

II – DA TEMPESTIVIDADE

A publicação do Acórdão ocorreu em 09.09.2020, vencendo-se o prazo para recurso em 30.09.2020.

III – MANIFESTAÇÕES CONEXAS

1 - Cumpre reforçar que não era intenção do Recorrente sobrecarregar a Justiça em tempos de tanta judicialização, pois esperava-se uma reapreciação de 1ª. Instância, (com a *máxima vênia),* pois lamentavelmente tem ocorrido despachos um tanto quanto estranhos, não raras vezes equivocados, no modesto entendimento do Recorrente.

E, em estando os autos principais conclusos, uma revisão das provas, quiçá, pudesse ocorrer de forma a se cumprir preceito legal.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por [illegible] e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, em 30/09/2020 às 17:09 , sob o número WPRO20011354720.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2107843-92.2020.8.26.0000 e código 15B04024.

Entretanto, ante o decurso do prazo e os riscos de decisão desfavorável em eventual despacho na 1ª. Instância, faz-se necessário a impetração do presente.

2 - Apenas para ilustrar quanto aos despachos, por vezes contraditórios, outros, omissos, cita o fato de em 1ª. Instância, o MM. Juiz arguir em negativa do benefício de que não constava nos autos a sua concessão.

Quanto a tal decisão esclarece o Recorrente:

- O benefício foi deferido em sentença, de 08.08.2012, bem como, em impugnação à sua concessão; logo, foi concedido.

MANIFESTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

- Era imprescindível a manifestação do MINISTÉRIO PUBLICO no feito;

Primeiro, porque havia TAC, anterior ao feito, em fase de cumprimento, que impedia o recorrente de efetuar a reversão de um curso d'água, realizado pelo proprietário anterior.

Segundo, há intervenção ambiental.

Entretanto, reiteradas vezes, na fase de conhecimento, as partes requereram sua intervenção; só ocorrendo no processo de cumprimento de sentença, anos após.

IV – DO PREPARO

Em sendo o objeto do presente, o deferimento do benefício da Justiça Gratuita, restando devidamente comprovada a hipossuficiência, mediante provas documentais, ressaltando que em sentença de 1ª. Instância tenha sido deferido, será muito gravoso, ao Recorrente, arcar com custas processuais, o que certamente interferirá no seu orçamento familiar.

Diante disso, não há lógica no preparo pelo Recorrente para discutir o benefício da justiça Gratuita quando se trata de objeto do mérito.

Ementa Oficial

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA NO RECURSO ESPECIAL.
PROCESSUAL CIVIL. PEDIDO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA COMO MÉRITO DO RECURSO. AUSÊNCIA DE PREPARO. DESERÇÃO. AFASTAMENTO.
PEDIDO FORMULADO NA PRÓPRIA PETIÇÃO RECURSAL. POSSIBILIDADE. AGRAVO PROVIDO.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por [illegible]
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-22.2010.8.26.0048 e código 15B04024.

1. É desnecessário o preparo do recurso cujo mérito discute o próprio direito ao benefício da assistência judiciária gratuita. Não há lógica em se exigir que o recorrente primeiro recolha o que afirma não poder pagar para só depois a Corte decidir se faz jus ou não ao benefício.
2. É viável a formulação, no curso do processo, de pedido de assistência judiciária gratuita na própria petição recursal, dispensando-se a exigência de petição avulsa, quando não houver prejuízo ao trâmite normal do feito.
3. Agravo interno provido.
(AgRg nos EREsp 1222355/MG, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, CORTE ESPECIAL, julgado em 04/11/2015, DJe 25/11/2015

V - DOS FATOS

Pelo presente, pretende o Recorrente rever acórdão que negou provimento ao Agravo de Instrumento interposto. A R. decisão contraria preceitos de Lei 1060/50, bem como, a própria Constituição Federal. Além do mais, a decisão carece de devida fundamentação, requisito de Lei, posto que inexiste manifestação sobre os documentos de praxe e costumeiros carreados, suficientes ao deferimento do benefício, nos quais demonstra sua incapacidade financeira, que o impossibilita de arcar com custas processuais sem prejuízo do próprio sustento.

Diante disso, verifica-se que a decisão proferida, se limitou a utilização do Regimento Interno do Tribunal, artigo 252, sem fundamento constitucional para efetivamente negar o pedido de justiça gratuita pretendido.

1 – Inicialmente, na fase de conhecimento, o D. juiz **deferiu** a Justiça Gratuita, inclusive tendo ocorrido na ocasião, IMPUGNAÇÃO AO PEDIDO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA; do que se pode concluir, que tenha ocorrido análise das provas com profundidade.

2 – Entretanto, em determinada fase do feito, quando o Recorrente encontrava-se em piores condições financeiras, o MM. Juiz de 1ª. Instância, indeferiu-a, afirmando que não consta que o Réu fosse beneficiário da Justiça Gratuita.

Diante disso, o Recorrente, peticionou esclarecendo que a D. Magistrada se equivocara, e que não só a sentença desse feito, como em todos os demais, (ao todo, quatro, na ocasião), havia sim o deferimento da Justiça Gratuita.

Não foi suficiente, e a D. Juiza *a quo* manteve o indeferimento, afirmando não haver elementos novos a considerar, apesar da juntada de documentos de praxe, tais como:

- Carteira de Trabalho e Previdência social, sem nenhum contrato de trabalho.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por [illegible]
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2001369-22.2021.8.26.0000 e código 15B64024.

- Inexistência de CNIS, emitido pelo INSS.
- Inexistência de registro empresarial emitido pela JUCESP.
- Declaração de imposto de renda, obrigatória, em razão do valor do imóvel em R$ 310.000,00 (trezentos e dez mil reais), com rendimentos inferiores a dois salários mínimos mensal.
- Declaração de hipossuficiência assinada.

- Segundo afirmado pela Magistrada de 1ª. Instância, em não havendo elementos novos a considerar, onde e como o Recorrente substituir os documentos de praxe?

- Onde buscar um novo CNIS se ele nunca existiu?
- Tirar uma nova CTPS? Não procede!!!
- Abrir uma Conta Bancária e comprovar movimentação financeira? Não se vê lógica?

3 – Logo, se viu obrigado a AGRAVAR da decisão.

4 - Por seu lado, o TRIBUNAL DE JUSTIÇA, manteve o indeferimento, cuja decisão é contraditória aos documentos carreados, senão vejamos:

- Afirmou o Tribunal em seu decisório: (fls.72)
- O Agravante possui bens no valor de R$ 300.000,00!! **É verdade!**

- A **única** casa de propriedade do Agravante, adquirida em 07. 2008, (mais de doze anos), mediante permuta e mais **R$ 10.500,00**(dez mil e quinhentos reais) conforme **matrícula,** (fls.653 a 656), valorizada ao longo dos anos, e declarada perante a Receita federal o valor de **R$ 310.000,00**, cujo valor de mercado atual, certamente, maior.

- O que, por si só **não é razão** para **indeferimento** da Justiça Gratuita !!

- Entretanto, esse foi um dos critérios invocadas pelo Egrégio Tribunal, mais o fato de o Agravante possuir **renda anual em 2017,** próxima de **R$ 25.000,00,** cerca de **02 (dois) salários mínimos mensal.**

Outro argumento do Tribunal, justificando o indeferimento do Benefício, versa sobre uma petição antiga de autoria do Recorrente, acostada pela Recorrida, **(fls.729/730)** apreciada, possivelmente de forma equivocada, já que há no feito, **provas documentais contundentes,** da participação do irmão do Recorrente em responsabilidades para com o imóvel.

- Consta da citada petição de autoria do Recorrente: "*Também neste ato, a título informativo, junta cópia de comprovante de despesas com obras emergenciais realizadas pelo **irmão** do Requerido*" ***(fls. 729 a 730)***

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por [illegible]
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2001354-20.2020.8.26.0000 e código 15B04024.

- Ora! Está escrito que foi **o irmão** do Recorrente e **não ele** quem pagou! Segundo afirmou o Tribunal em decisão, ***"esse valor é muito superior à renda declarada!!*** E o é realmente. Mas esse valor é do irmão!

- **Não** se tratam de **meros argumentos** do Recorrente quando afirma ter sido o irmão RENIL WILLIAN MENDES quem pagou pelas obras executadas até então. Há documentos com **datas remotas**, comprovando o alegado, como por exemplo:

a – Termo de autorização EMERGENCIAL emitido pela PREFEITURA DA ESTÂNCIA DE ATIBAIA – Secretaria do Meio Ambiente - datada de **11.09.2012,** autorizando o Senhor **RENIL WILLIAN MENDES a executar os serviços no imóvel. -** Aqueles mesmos serviços pelos quais foram pagos, R$ 37.500,00, e que em parte, norteou o Tribunal a negar a Justiça Gratuita.

b – BOLETIM DE OCORRÊNCIA AMBIENTAL - POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SP. Como se vê, também está em nome de RENIL WILLIAN MENDES.

As provas **documentais**, com identificação do irmão do Recorrente, quando em providências necessárias junto aos órgãos públicos, juntadas por ocasião do AGRAVO, deixam evidente que contou com participação e ajuda financeira do irmão, logo, a **assertiva** de que seja **HIPOSSUFICIENTE** vem sendo frequentemente demonstrada.

O fato é que, em nenhum momento, quer seja em PRIMEIRA ou SEGUNDA INSTÂNCIA existe fundamentação acerca das provas de praxe carreadas, mesmo sendo requisito, conforme previsão legal.

5 – Do Agravo ora em discussão: quando em nova decisão de 1ª. Instância, (um novo equívoco) já que não consta fundamentação, do indeferimento da Impenhorabilidade pretendida na ocasião, do único bem imóvel doRecorrente, sobre as provas do domínio, propriedade e posse, onde há Declaração Pública de Testemunha, buscas no Registro de imóveis, constatando inexistência de outros bens, fotos atuais do local, com as plantações de subsistência, Declaração de Imposto de Renda com endereço do imóvel, etc, onde mora com a companheira, bem como, no mesmo imóvel, porém, em outra casa, mora a mãe, que é viúva, o irmão, recém separado e seu filho, recorreu e no mesmo AGRAVO, reiterou o benefício da Justiça Gratuita, ante a possibilidade de o pedido poder ser feito em qualquer fase do processo.

Dessa feita o EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, valendo-se do seu REGIMENTO INTERNO, com base no art. 252, e novamente, nada, repito,

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por [illegible]
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2001354-26.2020.8.26.0000 e código 15B04024.

nada fundamentou quanto aos documentos de praxe, atualizados, como por exemplo, a Declaração de Imposto de Renda recente, repetindo entretanto, por questões óbvias a CTPS – Carteira de Trabalho e Previdência Social, Inexistência de CNIS, Inexistência conta bancária, inexistência de empresa em nome do Recorrente, que é trabalhador rural de uma vida toda.

NOBRES JULGADORES!

Restam evidentes os equívocos suscitados, quer seja em 1ª. quanto em 2ª. Instâncias, passíveis, não de reapreciação das provas, exatamente, mas por ofensa à Lei, deferindo-se, e porque não, manter o já deferido, por ocasião da ação de conhecimento, em sentença, nos termos da Lei, por fim, o benefício da Justiça Gratuita, vez que, podendo ser requerido em qualquer fase do feito, restando configurado que a condição de hipossuficiência se manteve, estando ainda pior, nos dias atuais.

Ainda, quanto à gratuidade da Justiça, o novo Código de Processo Civil evoluiu, adequando-se à realidade atual brasileira e dos seus cidadãos. E, ao entender, equivocadamente, acerca dos requisitos para o deferimento da Gratuidade da Justiça, vê-se novos parâmetros utilizados pela D. Magistrada "*a quo*" e porque não, pelo E. Tribunal de Justiça?

Desnecessário o relato, mais por amor ao debate, no caso das pessoas naturais, o Novo CPC é claro ao afirmar que, a estas é admitido que, somente seja necessário a **mera declaração de hipossuficiência financeira**, presumindo-se verdadeira e suficiente tal alegação, não sendo preciso a produção de nenhuma outra prova.

Tal entendimento de que **não é necessário que a parte produza nenhuma outra prova além da mera Declaração de Hipossuficiência para a concessão da Gratuidade de Justiça**, possui amparo no que está disposto no inciso IV do art. 374 c/c art. 99, § 3º, ambos do CPC.

*Art. 99, § 3º - **Presume-se verdadeira a alegação de insuficiência** deduzida exclusivamente por pessoa natural.*

Ocorre porém, que o Recorrente apresentou na ocasião, todas as provas frequentemente utilizadas para demonstrar sua hipossuficiência.

- Carteira de Trabalho – **inexistência** de contrato de trabalho.
- Comprovante de **inexistência** de Cadastro junto ao INSS – CNIS.
- Declaração de Imposto de Renda 2018 – com renda de R$ 24.951,00.
- Comprovante de **inexistência** de empresa em seu nome junto a JUCESP.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por [illegible]
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2001084-23.2021.8.26.0048 e código 15B04024.

- Por consequência óbvia, não apresentou extratos bancários, ante a **inexistência** de conta e cartão de crédito em seu nome.

- Não se olvidando de mencionar, quanto ao documento apresentado pelo Recorrido **(fls. 729**) que, com a *máxima vênia,* **não** foi apreciado com acuidade, quer seja pelo Tribunal de Justiça, quer seja pela D. Juíza de 1ª. Instância.

VI – DO PEDIDO

Por todo o exposto, requer se dignem Vossas Excelências, reconsiderarem o R. Acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO, ante a comprovação de falta de apreciação dos documentos de praxe, que demonstram cabalmente a hipossuficiência do Recorrente, deferindo o Benefício da Justiça Gratuita, a que faz jus, concedido na fase de conhecimento, e suprimido, sem a devida apreciação das provas costumeiras, onde se constata que a condição de miserabilidade, se não é a mesma, é ainda pior que em 08.08.2012, data da prolação da sentença.

A procedência do Pedido, por medida de Justiça, reformando o R. Acórdão.

Termos em que,
Pede Deferimento.

Atibaia, 30 de setembro de 2020.

Duenes do Carmo Silva
OAB.SP. 209712

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, em 30/09/2020 às 17:09 , sob o número WPRO20011354720.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2001354-26.2020.8.26.0048 e código 15B64024.

CERTIDÃO

Autos: 2107843-92.2020.8.26.0000
Classe: Agravo de Instrumento

Certifico e dou fé que foi realizada renumeração nas páginas do presente processo nos seguintes termos:

Número anterior	Número atual
86	143
87	86
95	94
103	102
105	104
106	105
107	106
108	107
109	108
110	109
111	110
112	111
113	112
114	113
115	114
116	115
117	116
118	117
119	118
120	119
121	120
122	121
123	122
124	123
125	124
126	125
127	126
128	127
129	128
130	129
131	130
135	134
136	135
137	136
142	141

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ALEXANDRE JUNQUEIRA DE GOMYDE, liberado nos autos em 09/02/2021 às 19:05 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2107843-92.2020.8.26.0000 e código 13B00232E.

São Paulo, 02 de outubro de 2020.

Marcelo Luís David Gomyde

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ALEXANDRE JUNQUEIRA DE GOMYDE, liberado nos autos em 09/02/2021 às 09:05 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1001369-22.2021.8.26.0048 e código 13B00232E.

CERTIDÃO

Autos: 2107843-92.2020.8.26.0000
Classe: Agravo de Instrumento

Certifico e dou fé que foi realizada renumeração nas páginas do presente processo nos seguintes termos:

Número anterior	Número atual
86	136
94	86
102	94
104	96
105	97
106	98
107	99
108	100
109	101
110	102
111	103
112	104
113	105
114	106
115	107
116	108
117	109
118	110
119	111
120	112
121	113
122	114
123	115
124	116
125	117
126	118
127	119
128	120
129	121
130	122
134	126
135	127
136	128
141	133
143	135

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARCIA CRISTINA XAVIER DE LIMA MANDELLI, liberado nos autos em 09/02/2021 às 19:05 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2107843-92.2020.8.26.0000 e código 13B00220.

São Paulo, 02 de outubro de 2020.

Marcelo Luís David Gomyde

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ALEXANDRE JUNQUEIRA DE LIMA e Tribunal de Justica de Sao Paulo, liberado nos autos em 09/10/2020 às 09:05 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1000369-22.2020.8.26.0048 e código 15B00000.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
SJ 3.3.7 - Serv. de Proces. Rec. aos Trib. Sup. Dir. Privado 3
Conselheiro Furtado, nº 503 - 6º andar - CEP: 01511-000 - São Paulo/SP

CERTIDÃO

Processo nº:	**2107843-92.2020.8.26.0000**
Classe – Assunto:	**Agravo de Instrumento - Direito de Vizinhança**
Agravante	**Raul Donato Mendes**
Agravado	**Valéria Baraldi e outros**

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO

Certifico que foi disponibilizada no Diário da Justiça Eletrônico, na data de hoje, a intimação da(s) parte(s) recorrida(s) para apresentar(em) contrarrazões. Considera-se data da publicação o primeiro dia útil subsequente.

Advogado
Melissa Yumi Koga Baraldi (OAB: 211408/SP) - Melissa Yumi Koga Baraldi (OAB: 211408/SP) - Melissa Yumi Koga Baraldi (OAB: 211408/SP) - Melissa Yumi Koga Baraldi (OAB: 211408/SP) - Duenes do Carmo Silva (OAB: 209712/SP) - Arthur da Motta Trigueiros Neto (OAB: 237457/SP)

São Paulo, 6 de outubro de 2020.

_____
Marina Akemi Konishi - Matrícula: M309457
Escrevente Técnico Judiciário

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARINA AKEMI KONISHI, liberado nos autos em 06/10/2020 às 19:25 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2107843-92.2020.8.26.0000 e código 15042754.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
SJ 3.3.7 - Serv. de Proces. Rec. aos Trib. Sup. Dir. Privado 3
Conselheiro Furtado, nº 503 - 6º andar - CEP: 01511-000 - São Paulo/SP

CERTIDÃO

Processo nº:	**2107843-92.2020.8.26.0000**
Classe – Assunto:	**Agravo de Instrumento - Direito de Vizinhança**
Agravante	**Raul Donato Mendes**
Agravado	**Valéria Baraldi e outros**
Relator(a):	**MARIA LÚCIA PIZZOTTI**
Órgão Julgador:	**30ª Câmara de Direito Privado**

CERTIDÃO DE DECURSO DE PRAZO

Certifico que decorreu o prazo legal sem apresentação de contrarrazões.

São Paulo, 24 de novembro de 2020.

Cláudio Jesus do Nascimento - Matrícula: M8173714
Escrevente Técnico Judiciário

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CLAUDIO JESUS DO NASCIMENTO, liberado nos autos em 24/11/2020 às 15:12 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2107843-92.2020.8.26.0000 e código 13567DBE.

2107843-92.2020.8.26.0000
M362838

Recurso especial nº 2107843-92.2020.8.26.0000.

I. Trata-se de recurso especial interposto por RAUL DONATO MENDES, com fundamento no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, contra o V. Acórdão proferido na C. 30ª Câmara de Direito Privado.

O reclamo versa sobre a concessão dos benefícios da justiça gratuita, razão pela qual recomendável aceitar sua interposição sem o recolhimento do preparo, em atenção ao art. 99, §7º, do CPC.

II. O recurso não reúne condições de admissibilidade.

Violação aos arts. 98, 99, §3º, e 374, IV, do CPC:

Não ficou demonstrada a alegada vulneração aos dispositivos arrolados, pois as exigências legais na solução das questões de fato e de direito da lide foram atendidas pelo V. Acórdão ao declinar as premissas nas quais assentada a decisão.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por [illegible]
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2107843-92.2020.8.26.0000 e código [illegible]

Nesse sentido, o E. Superior Tribunal de Justiça vem decidindo que *"a simples referência aos dispositivos legais desacompanhada da necessária argumentação que sustente a alegada ofensa à lei federal não é suficiente para o conhecimento do recurso especial"* (Agravo Regimental no Agravo em Recurso Especial 601358/PE, Relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, in DJe de 02.9.2016).

Além disso, ao decidir da forma impugnada, a D. Turma Julgadora o fez diante das circunstâncias fáticas próprias do processo sub judice, certo que as razões do recurso ativeram-se a uma perspectiva de reexame desses elementos. Mas isso é vedado pelo enunciado na Súmula 7 do E. Superior Tribunal de Justiça.

Menção genérica à lei sem especificação dos eventuais artigos violados:

Embora a Lei 1.060 de 1950 tenha sido indicada como infringida nas razões, consigno que a menção genérica ao texto normativo, sem a especificação dos artigos porventura violados, não se presta à interposição do recurso ora apreciado (agravo em recurso especial 842514/SP, relator ministro MOURA RIBEIRO, in DJe de 26.2.2016).

III. Pelo exposto, **INADMITO** o recurso especial, com base no art. 1.030, V, do CPC.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por [illegible]
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2107843-92.2020.8.26.0000 e código 13963023.

2107843-92.2020.8.26.0000
M362838

IV. Alerto que esta Presidência não conhecerá de eventuais embargos declaratórios opostos contra a presente decisão. Isto porque o E. Superior Tribunal de Justiça já consagrou entendimento no sentido de que os embargos de declaração opostos contra decisão de inadmissão de recurso especial não têm o condão de interromper ou suspender o prazo recursal, uma vez que o único recurso cabível contra tal despacho é o agravo em recurso especial (nesse sentido: AREsp 1559661/RJ, Ministro Presidente João Otavio Noronha, in DJe de 27.08.2019; AREsp 1553707, Ministro Presidente João Otavio Noronha, in DJe de 27.08.2019; AREsp 1544780, Ministro Presidente João Otavio Noronha, in DJe de 23.08.2019 e AREsp 1546520, Ministro Presidente João Otavio Noronha, in DJe de 20.08.2019).

São Paulo, 6 de dezembro de 2020.

DIMAS RUBENS FONSECA

PRESIDENTE DA SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por [illegible]
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2107843-92.2020.8.26.0000 e código [illegible]

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
SJ 3.3.7 - Serv. de Proces. Rec. aos Trib. Sup. Dir. Privado 3
Conselheiro Furtado, nº 503 - 6º andar - CEP: 01511-000 - São Paulo/SP

CERTIDÃO

Processo nº:	**2107843-92.2020.8.26.0000**
Classe – Assunto:	**Agravo de Instrumento - Direito de Vizinhança**
Agravante	**Raul Donato Mendes**
Agravado	**Valéria Baraldi e outros**
Relator(a):	**MARIA LÚCIA PIZZOTTI**
Órgão Julgador:	**30ª Câmara de Direito Privado**

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO

Certifico que o(s) r(r). despacho(s) retro(s) foi(ram) disponibilizado(s) no Diário de Justiça Eletrônico de hoje. Considera-se data da publicação o primeiro dia útil subsequente.

Advogado
Arthur da Motta Trigueiros Neto (OAB: 237457/SP) - Duenes do Carmo Silva (OAB: 209712/SP) - Melissa Yumi Koga Baraldi (OAB: 211408/SP)

São Paulo, 10 de dezembro de 2020.

RONALDO ZANIBONI - Matrícula: 312723
Escrevente Técnico Judiciário

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por RONALDO ZANIBONI, liberado nos autos em 10/12/2020 às 19:25 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2107843-92.2020.8.26.0000 e código 13954EE0.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
SJ 3.3.7 - Serv. de Proces. Rec. aos Trib. Sup. Dir. Privado 3
Conselheiro Furtado, nº 503 - 6º andar - CEP: 01511-000 - São Paulo/SP - 3399-6084

CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO

Processo nº:	**2107843-92.2020.8.26.0000**
Classe – Assunto:	**Agravo de Instrumento - Direito de Vizinhança**
Agravante	**Raul Donato Mendes**
Agravado	**Valéria Baraldi e outros**
Relator(a):	**MARIA LÚCIA PIZZOTTI**
Órgão Julgador:	**30ª Câmara de Direito Privado**
Comarca de Origem	**Atibaia**
Vara de Origem	**1ª Vara Cível**

Certifico que a r decisão transitou em julgado em 04/02/2021.

São Paulo, 8 de fevereiro de 2021.

_____
Ederson Munhoz de Godoy - Matrícula: M369263
Chefe de Seção Judiciário

TERMO DE ENCAMINHAMENTO AO ARQUIVO

Certifico que nesta data enviei o e-mail com a comunicação do trânsito em julgado à Vara de Origem e encaminhei os presentes autos ao arquivo.

São Paulo, 8 de fevereiro de 2021

_____
Ederson Munhoz de Godoy - Matrícula: M369263
Chefe de Seção Judiciário

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por EDERSON MUNHOZ DE GODOY, liberado nos autos em 08/02/2021 às 15:35 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2107843-92.2020.8.26.0000 e código 15967021.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ATIBAIA DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROCESSO Nº 0010369-26.2011.8.26.0048

SATO LEILÕES, www.satoleiloes.com.br, na pessoa do leiloeiro oficial ANTONIO HISSAO SATO JUNIOR, matrícula JUCESP n° 690, com escritório na Travessa Comandante Salgado, nº 75, Bairro Fundação, São Caetano do Sul/ SP, CEP 09520-330, telefone 11 4223-4343, e-mail: judicial@satoleiloes.com.br, nos autos da AÇÃO EM EPÍGRAFE supracitada, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, expor e requerer o quanto segue:

Este leiloeiro foi nomeado para realizar os leilões do bem penhorado nos presentes autos e apesar de todos os esforços para a realização e consumação da hasta pública, a presente restou negativa.

Sendo assim, requer esta Gestora a juntada do auto negativo e, visando uma consumação positiva, solicitar a designação de novas praças.

Nestes termos,
pede deferimento.

Atibaia, 3 de março de 2021.

ANTONIO HISSAO SATO JUNIOR

Leiloeiro JUCESP nº 690

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TALITA RODRIGUES GOUVEIA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/03/2021 às 15:33 , sob o número WAIA21700183222
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 777F555.

AUTO DE LEILÃO NEGATIVO

Data/Hora Leilão:	02/03/2021 17:00:00
Processo:	0010369-26.2011.8.26.0048/,
Leilão:	2ª Praça
Lance Mínimo:	R$ 967.898,76

Em cumprimento às disposições legais, foi lavrado este Auto em decorrência da não arrematação no local e horário indicados no Edital de Leilão, quando, cumpridas as formalidades legais, foi realizado o Leilão Público para venda, através de lance, do(s) bem(ns) penhorado(s) nos autos do Processo acima, a saber:

GLEBA 1, COM A ÁREA TOTAL DE 42.115,19 METROS QUADRADOS, DENOMINADO "SÍTIO PRIMAVERA", e que corresponde à parte do terreno que originariamente era composto de três quinhões distintos, mas anexos formando um só todo, correspondente as glebas 1, 3, 4, 5 e 6, situado no Bairro do Itapetinga, zona rural do Município e Comarca de Atibaia-SP, localizado na margem direita da Estrada Municipal do Mackenzie, sentido de quem do imóvel vai a Rodovia Fernão Dias e a cidade de Atibaia, contendo casa sede do imóvel, cada de empregado, ambas de tijolos e telhas, pomar e pequenas benfeitorias, compreendida medidas, divisas e confrontações melhores descritas na matrícula. INCRA nº 634.018.000.809-5, área total 17,0ha, mod. Fiscal 16,0ha, nº mod. Fiscais 1,0625, fmp 2,0ha, NIRF: 3.852.743-0. MATRÍCULA: Nº 93.959 do Cartório de Registro de Imóveis de Atibaia do Estado de São Paulo. AVALIAÇÃO: R$ 1.251.657,80 (um milhão, duzentos e cinquenta e um mil, seiscentos e cinquenta e sete reais e oitenta centavos) em janeiro de 2019 (fls. 669). LOCALIZAÇÃO: Sítio Primavera, Estrada do Mackenzie 3300, Bairro Itapetininga, Atibaia – SP.

Apregoado(s) o(s) bem(ns), não ocorreram licitantes, pelo que o Leiloeiro Público Oficial CERTIFICA LEILÃO NEGATIVO.

Leiloeiro Público Oficial

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por TALITA RODRIGUES GOUVEIA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 03/03/2021 às 15:33 , sob o número WAIA21700183222
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 777F55D.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ATIBAIA
FORO DE ATIBAIA
1ª VARA CÍVEL
Rua Dr. José Roberto Paim, 99, Parque dos Coqueiros - CEP 12945-007,
Fone: (11) 3402-5547, Atibaia-SP - E-mail: atibaia1cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

DECISÃO

Processo Digital nº:	**0010369-26.2011.8.26.0048 - Controle nº 2011/001527**
Classe - Assunto	**Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material**
Requerente:	**Gabriele Baraldi**
Requerido:	**Raul Donato Mendes**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Adriana da Silva Frias Pereira**

Vistos.

Fls. 1098/1099: Diga a exequente em prosseguimento.

Intime-se.

Atibaia, 01 de abril de 2021.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ADRIANA DA SILVA FRIAS PEREIRA, liberado nos autos em 05/04/2021 às 12:12 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 79E58BE.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0213/2021, foi disponibilizado na página 716/721 do Diário de Justiça Eletrônico em 09/04/2021. Considera-se a data de publicação em 12/04/2021, primeiro dia útil subsequente à data de disponibilização.

Advogado
Melissa Yumi Koga Baraldi (OAB 211408/SP)
Duenes do Carmo Silva (OAB 209712/SP)
Arthur da Motta Trigueiros Neto (OAB 237457/SP)
Fernando Jose Cerello Gonçalves Pereira (OAB 268408/SP)

Teor do ato: "Vistos. Fls. 1098/1099: Diga a exequente em prosseguimento. Intime-se."

Atibaia, 9 de abril de 2021.

Natália Aparecida da Silva
Chefe de Seção Judiciário

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA APARECIDA DA SILVA, liberado nos autos em 09/04/2021 às 20:51 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 7A80458.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DO FORO DA COMARCA DE ATIBAIA, SP.

Processo número 0010369.26.2011.8.26.0048

ESPÓLIO DE GABRIELE BARALDI, já qualificado nos autos em epígrafe que move em desfavor de **RAUL DONATO MENDES,** por sua procuradora subscritora, vem, respeitosamente à presença de Vossa Excelência, manifestar-se em termos de prosseguimento do presente feito, informando e requerendo o que passa a seguir.

Conforme previsto no artigo **883** do NCPC, requerer que novo leilão seja presidido pelo Leiloeiro Público Oficial, Sr. **LUIZ TOCIAKI HIRANO**, inscrito na JUCESP sob n° **922**, com escritório na **Rua Toledo Barbosa 93 Sala 02 Belenzinho São Paulo – Capital** , Fone **2693-0000**, e-mail **contato@leiloeirosp.com.br**, devidamente cadastrado como leiloeiro no portal de auxiliares da justiça do Tribunal e Justiça de São Paulo

http://www.tjsp.jus.br/AuxiliaresJustica/AuxiliarJustica/ConsultaPublica/Perfil/2251

na modalidade eletrônica nos termos do artigo **882** do NCPC e regulamentada pelo provimento CSM 1625/2009 e se utilizará de sua plataforma eletrônica

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA YUMI KOGA BARALDI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 12/04/2021 às 10:21 , sob o número WAIA21700320742
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 7A9CC75.

www.leiloeirosp.com.br, cuja ferramenta encontra-se devidamente homologada pelo TJ/SP.

O Leiloeiro Oficial ora indicado informará data, hora e local do leilão a ser realizado.

Termos em que,
pede e espera deferimento.

São Paulo, 09 de Abril de 2021.

documento assinado digitalmente

MELISSA YUMI KOGA BARALDI
OAB/SP 211.408

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA YUMI KOGA BARALDI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 12/04/2021 às 10:21 , sob o número WAIA21700320742
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 7A9CC75.

EXCELENTÍSSIMA SENHORA DOUTORA JUÍZA DE DIREITO DA 1ª. VARA CÍVEL DA COMARCA DE ATIBAIA.

Processo 0010369-26.2011.8.26.0048 – indenização por dano material
Requerente: Espólio de Gabriele Baraldi
Requerido: Raul Donato Mendes

RAUL DONATO MENDES, qualificado, vem respeitosamente a presença de Vossa Excelência, por sua advogada assinando digitalmente, manifestar, expondo e requerendo o quanto segue:

Data maxima venia, com fulcro no artigo 93, inciso IX, da Constituição Federal, requer se digne Vossa Excelência fundamentar a decisão sobre o PEDIDO DE TUTELA DE EVIDÊNCIA, peticionado às **fls. 916 a 918**, e seus anexos, **(fls. 919 a 927**), posto não ter ocorrido nem mesmo de forma concisa.

Principalmente, quanto as mensagens eletrônicas trocadas com o MINISTÉRIO PÚBLICO, e o requerimento para que o *Parquet*, enfim, esclareça que a multa por atraso, que a autora insiste em cobrar (mesmo ciente ser indevida, ante a sua substituição pela AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS em curso nos autos 1006087-78.2018).

Termos em que,
Pede Deferimento.
Atibaia, 14 de abril de 2021.
Duenes do Carmo Silva
OAB.SP. 209712

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 14/04/2021 às 11:40 , sob o número WAIA21700331442
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 7AD1563.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ATIBAIA
FORO DE ATIBAIA
1ª VARA CÍVEL
Rua Dr. José Roberto Paim, 99, Parque dos Coqueiros - CEP 12945-007,
Fone: (11) 3402-5547, Atibaia-SP - E-mail: atibaia1cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

DECISÃO

Processo Digital nº:	**0010369-26.2011.8.26.0048 - Controle nº 2011/001527**
Classe - Assunto	**Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material**
Requerente:	**Gabriele Baraldi**
Requerido:	**Raul Donato Mendes**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Adriana da Silva Frias Pereira**

Vistos.

1) Fls. 1102/1103: Defiro. Nomeio leiloeiro Luiz Tociaki Hirano. Intime-se para realização dos leilões observando-se decisões contidas nos autos.

2) Fls. 1104: abra-se vista dos autos ao Ministério Público.

Intime-se.

Atibaia, 30 de junho de 2021.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ADRIANA DA SILVA FRIAS PEREIRA, liberado nos autos em 30/06/2021 às 18:38 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 80DE1C4.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ATIBAIA
FORO DE ATIBAIA
1ª VARA CÍVEL
Rua Dr. José Roberto Paim, 99, Parque dos Coqueiros - CEP 12945-007,
Fone: (11) 3402-5547, Atibaia-SP - E-mail: atibaia1cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

ATO ORDINATÓRIO

Processo Digital n°:	**0010369-26.2011.8.26.0048**
Classe − Assunto:	**Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material**
Requerente:	**Gabriele Baraldi**
Requerido:	**Raul Donato Mendes**

Ato Ordinatório

Vista ao Ministério Público.

Atibaia, 01 de julho de 2021.
Eu, ___, Natália Aparecida da Silva, Chefe de Seção Judiciário.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA APARECIDA DA SILVA, liberado nos autos em 01/07/2021 às 14:25 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 80F3D28.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ATIBAIA
FORO DE ATIBAIA
1ª VARA CÍVEL
Rua Dr. José Roberto Paim, 99, Parque dos Coqueiros - CEP 12945-007,
Fone: (11) 3402-5547, Atibaia-SP - E-mail: atibaia1cv@tjsp.jus.br

CERTIDÃO DE REMESSA PARA O PORTAL ELETRÔNICO

Processo n°:	**0010369-26.2011.8.26.0048**
Classe – Assunto:	**Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material**
Requerente:	**Gabriele Baraldi e outro**
Requerido:	**Raul Donato Mendes**

CERTIFICA-SE que em 01/07/2021 o ato abaixo foi encaminhado ao **Portal Eletrônico do (a):** Ministério Público do Estado de São Paulo.

Teor do ato: Vista ao Ministério Público.

Atibaia, (SP), 01 de julho de 2021

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 01/07/2021 às 14:26 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 80F45FE.

ESTADO DE SÃO PAULO
PODER JUDICIÁRIO

CIÊNCIA DA INTIMAÇÃO

Autos nº: **0010369-26.2011.8.26.0048**
Foro: **Foro de Atibaia**

Declaramos ciência nesta data, através do acesso ao portal eletrônico, do teor do ato transcrito abaixo.

Data da intimação: **02/07/2021 14:53**
Prazo: **10 dias**
Intimado: **Ministério Público do Estado de São Paulo**
Teor do Ato: **Vista ao Ministério Público.**

Atibaia, 2 de Julho de 2021

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por WANDERSON MARCIO RIBEIRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 02/07/2021 às 15:16 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 810FA75.

PROCESSO N.º 0010369-26.2011.8.26.0048

NÃO INTERVENÇÃO

MM. JUIZ:

Analisando os autos, verifica-se que não está presente qualquer das hipóteses do artigo 178 do Código de Processo Civil, que pudesse justificar a intervenção do órgão Ministerial.

Trata-se de partes maiores e capazes.

Diante do exposto, nos termos do Ato 1.16/19 – PGJ/CGMP, deixa esta Promotoria de Justiça de se manifestar no presente feito.

Atibaia, data supra.

WANDERSON MÁRCIO RIBEIRO

PROMOTOR DE JUSTIÇA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por WANDERSON MARCIO RIBEIRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 02/07/2021 às 16:24 , sob o número WAIA21700602616
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 8116C03.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ATIBAIA
FORO DE ATIBAIA
1ª VARA CÍVEL
Rua Dr. José Roberto Paim, 99, Parque dos Coqueiros - CEP 12945-007,
Fone: (11) 3402-5547, Atibaia-SP - E-mail: atibaia1cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

CERTIDÃO

Processo Digital n°:	**0010369-26.2011.8.26.0048**
Classe – Assunto:	**Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material**
Requerente:	**Gabriele Baraldi**
Requerido:	**Raul Donato Mendes**

C E R T I D Ã O

Certifico e dou fé que enviei e-mail para o leiloeiro nomeado às fls. 1105. Nada Mais. Atibaia, 05 de julho de 2021. Eu, ___, Alexandre Marques Munhoz, Chefe de Seção Judiciário.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ALEXANDRE MARQUES MUNHOZ, liberado nos autos em 05/07/2021 às 15:57 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 8139AB4.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0439/2021, foi disponibilizado na página 720/726 do Diário de Justiça Eletrônico em 12/07/2021. Considera-se a data de publicação em 13/07/2021, primeiro dia útil subsequente à data de disponibilização.

Advogado
Melissa Yumi Koga Baraldi (OAB 211408/SP)
Duenes do Carmo Silva (OAB 209712/SP)
Arthur da Motta Trigueiros Neto (OAB 237457/SP)
Fernando Jose Cerello Gonçalves Pereira (OAB 268408/SP)

Teor do ato: "Vistos. 1) Fls. 1102/1103: Defiro. Nomeio leiloeiro Luiz Tociaki Hirano. Intime-se para realização dos leilões observando-se decisões contidas nos autos. 2) Fls. 1104: abra-se vista dos autos ao Ministério Público. Intime-se."

Atibaia, 12 de julho de 2021.

ANA PAULA VASTO
Escrevente Técnico Judiciário

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANA PAULA VASTO, liberado nos autos em 12/07/2021 às 12:18 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 81AD33B.

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ATIBAIA/SP

PROCESSO Nº 0010369-26.2011.8.26.0048
PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL

LEILOEIRO SÃO PAULO, representado pelo leiloeiro oficial Luiz Tociaki Hirano, Jucesp nº 922, hospedado em www.leiloeirosp.com.br, homologado de acordo com o Provimento CSM nº 1625/2009, indicado para realizar o LEILÃO ELETRÔNICO, por seu advogado vem, mui respeitosamente, à presença de V. Exª., requerer a juntada da **MINUTA DE EDITAL** na versão completa e em resumo **(DOC.01),** a **juntada do comprovante de envio da minuta por e-mail (DOC. 02),** da **MATRÍCULA ATUALIZADA (DOC. 03),** bem como da **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS (DOC. 04).**

Outrossim, autoriza a Agência **SCORPIUS ON LINE PUBLICIDADE LTDA**, com endereço comercial na Rua Senador Feijó, nº 40, 6º andar, conj. 61, Centro, São Paulo/SP, CEP 01006-000, Telefone 11-31075121, representada por seus advogados **ORESTE GUIDI**, OAB/SP nº 104.232 e a Sra. **PRISCILLA GUIDI**, RG 22.706.657-1, a retirar edital para a sua devida publicação.

Termos em que,
P. deferimento.
São Paulo, 15 de julho de 2021

LEILOEIRO SÃO PAULO
Luiz Tociaki Hirano
JUCESP nº 922.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ORESTE GUIDI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 15/07/2021 às 16:39 , sob o número WAIA21700646796
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 820C831.

EDITAL DE LEILÃO ELETRÔNICO JUDICIAL

Edital de 1º e 2º Leilão de BEM IMÓVEL e para intimação do requerido **RAUL DONATO MENDES** (CPF/MF 252.972.718-00), e demais interessados, expedido nos autos da AÇÃO DE PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL nº 0010369-26.2011.8.26.0048 em trâmite na **1ª Vara Cível da Comarca de Atibaia, Estado de São Paulo/SP**, requerida por **ESPÓLIO DE GABRIELE BARALDI** representada por **ANNITA HERMINE BARALDI** (CPF/MF 054.774.848-53).

A Dra. Adriana da Silva Frias Pereira, Juíza de Direito, na forma da Lei, etc., nos termos do Art. 881, § 1º do CPC, **FAZ SABER** que levará a leilão o bem abaixo descrito, através do portal de leilões on-line do **GESTOR JUDICIAL LEILOEIRO SP (www.leiloeirosp.com.br)**, em condições que segue:

1. **DESCRIÇÃO DO BEM:** Gleba 1, com a área total de 42.115,19 metros quadrados, denominado "Sítio Primavera", e que corresponde à parte do terreno que originariamente era composto de três quinhões distintos, mas anexos formando um só todo, correspondente as glebas 1, 3, 4, 5 e 6, situado no Bairro do Itapetinga, zona rural do Município e Comarca de Atibaia-SP, localizado na margem direita da Estrada Municipal do Mackenzie, sentido de quem do imóvel vai a Rodovia Fernão Dias e a cidade de Atibaia, contendo casa sede do imóvel, cada de empregado, ambas de tijolos e telhas, pomar e pequenas benfeitorias, compreendida dentro das seguintes medidas, divisas e confrontações: "Tem início no marco 01, situado na margem direita da Estrada Municipal do Mackenzie, sentido de quem do imóvel vai a Rodovia Fernão Dias e a cidade de Atibaia, numa ponte sobre um pequeno córrego, onde confronta com o imóvel objeto da Matrícula 768, de propriedade Alberto Cardoso de Almeida e sua esposa Hanne Barb Herlinde Hinderberger Cardoso de Almeida; deste ponto abandonando a estrada, segue por cerca e alambrado, com esta confrontação com os seguintes azimutes e distancias: 7º37'58" e distância de 56,04 metros até o marco 2; 21º15'18" e distancia de 14,36 metros até o marco 03; 48º14'03" e distância de 35,26 metros até o marco 4; 40º06'44" e distância de 27,04 metros até o marco 5; cravado num canto de cerca de arame, no vértice formado com a divisa do imóvel objeto da Matrícula 49952, denominado Gleba B, de propriedade de Gabriele Baraldi e s/m Annita Baraldi e de Orlando Genaro e s/m Anna Molezinini Genaro; deste ponto deflete à direita e segue, por muro, com esta confrontação, com os seguintes azimutes e distancias: 141º41'26" e distância de 103,53 metros até o marco 6; 147º51'08" e distância de 49,38 metros até o marco 7, no canto do muro, e alinhamento de uma cerca de arame; deste ponto segue, por cerca de arame, com a mesma confrontação, com os seguintes azimutes e distâncias: 148º55'00" e distância de 60,23 metros até o marco 8; 156º50'03" e distância de 23,60 metros até o marco 10; 163º29'52" e distância de 25,91 metros até o marco 11; vértice formado com a divisa do imóvel objeto da Matrícula 49951, denominado Gleba A, de propriedade de Moyses Albano Nunes e s/m Neide Bravo Nunes, Altino Luiz de Campos Pinheiro e s/m Carmem Assunta Candido de Faria Campos Pinheiro e Elda Genaro; deste ponto segue, ainda, por cerca de arame, com esta confrontação, com os seguintes azimutes e distancias: 158º51'09" e distância de 29,94 metros até o marco 12; 183º13'18" e distância de 18,40 metros até o marco 13; 223º25'53" e distância de 26,79 metros até o marco 14; 192º47'39" e distância de 27,74 metros até o marco 15; 182º50'11" e distância de 18,27 metros até o marco 16; 226º51'07" e distancia de 47,79 metros até o marco 19; cravado numa ponte sob um córrego e margem de uma Estrada Municipal que do bairro vai a Rodovia Fernão Dias e a esta cidade de Atibaia; deste ponto deflete à direita e segue por cerca de arame, margeando a referida estrada sentido a Rodovia Fernão Dias e a esta cidade de Atibaia, com o azimute de 314º38'29" e distancia de 64,76 metros até o marco 20, num ponto de curva, deste ponto deflete à direita e segue em curva de raio de 15,73 metros, desenvolvendo uma distância de 10,60 metros pela confluência desta estrada municipal com a Estrada Municipal do Mackenzie, por cerca de arame e alambrado, em direção à Rodovia Fernão Dias e a cidade de Atibaia, por uma distância de 258,34

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ORESTE GUIDI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 15/07/2021 às 16:39 , sob o número WAIA21700646796
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 820C833.

metros até o marco 1, início dessa descrição. INCRA nº 634.018.000.809-5, área total 17,0ha, mod. Fiscal 16,0ha, nº mod. Fiscais 1,0625, fmp 2,0ha, NIRF nº 3.852.743-0. **Matrícula nº 93.959 do CRI da Comarca de Atibaia/SP.**

2. **AVALIAÇÃO: R$ 1.251.657,80 (dezembro/2018 - Conforme fls. 667/669 dos autos).**
3. **ÔNUS:** Consta da referida matrícula, conforme Av.3 (12/09/2018), a PENHORA EXEQUENDA. Consta dos autos nas fls. 941/943 a Rejeição dos Embargos de Declaração do Agravo de Instrumento nº 2107843-92.2020.8.26.0000/50000, negando provimento; consta ainda o Cumprimento Provisório de Sentença, Processo 0001385- 82.2013.8.26.0048, em tramite 1ª Vara Cível do Foro da Comarca de Atibaia/SP, pendente de julgamento da Impugnação.
4. **DÉBITOS FISCAIS:** Não consta.
5. **VISITAÇÃO:** Não há visitação.
6. **LEILOEIRO:** O leilão será conduzido pelo Sr. Luiz Tociaki Hirano, matriculado na Junta Comercia do Estado de São Paulo – JUCESP sob o nº 922.
7. **DATA DOS LEILÕES: 1º Leilão começa em 31/08/2021, às 10hs00min, e termina em 03/09/2021, às 10hs00min e; 2º Leilão começa em 03/09/2021, às 10hs01min, e termina em 23/09/2021, às 10hs00min.**
8. **CONDIÇÕES DE VENDA:** Será considerado arrematante aquele que der lance igual ou superior ao valor da avaliação (1º Leilão) ou aquele que der lance de valor igual ou superior a *70% do valor da avaliação* (2º Leilão). Caso não haja propostas para pagamento à vista, serão admitidas propostas escritas de arrematação parcelada, necessário sinal não inferior a 25% do valor da proposta, e o restante em até 30 meses, mediante correção mensal pelo índice do E. TJ/SP, prevalecendo a de maior valor, que estarão sujeitas a apreciação pelo MM. Juízo da causa (Art. 891, Par. único, Art. 895, § 1º, § 2º, § 7º e § 8º do CPC).
9. **PAGAMENTO:** O preço do bem arrematado deverá ser depositado através de guia de depósito judicial do Banco do Brasil gerada no https://portaldecustas.tjsp.jus.br/portaltjsp/login.jsp, respectivamente, no prazo de até 24 horas da realização do leilão. Em até 5 horas após o encerramento do leilão, cada arrematante receberá um e-mail com instruções para depósito (Art. 884, IV do CPC).
10. **COMISSÃO DO LEILOEIRO:** 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação (não incluso no valor do arremate), e deverá ser paga mediante DOC, TED ou depósito em dinheiro, no prazo de até 01 (um) dia útil a contar do encerramento do leilão na conta do Leiloeiro Oficial (Art. 884, Par. Único do CPC e Art. 24, Par. Único do Decreto nº 21.981/32).
11. **DO CANCELAMENTO APÓS A PUBLICAÇÃO DO EDITAL:** Caso o leilão seja cancelada após a publicação do edital, especialmente em razão de acordo entre as partes, será devido o reembolso das despesas suportadas pelo leiloeiro no aporte de 2% (dois por cento) do valor acordado entre as partes ou àquele que der causa ao cancelamento.
12. **DÉBITOS E OBRIGAÇÕES DO ARREMATANTE:** Eventuais débitos de IPTU/ITR e demais taxas e impostos, até a data do leilão serão pagos com o produto da venda, inclusive débitos condominiais de natureza propter rem, mediante apresentação de extrato pelo arrematante ao MM. Juízo da causa (Art. 130, Par. Único do CTN). O bem será alienado no estado de conservação em que se encontra, sendo a verificação de documental, de gravames/credores e de área de responsabilidade do arrematante, que será responsável pela eventual regularização que se faça necessária. Os atos necessários para a expedição de carta de arrematação, registro, ITBI, imissão na posse e demais

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ORESTE GUIDI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 15/07/2021 às 16:39 , sob o número WAIA21700646796
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 820C833.

providências serão de responsabilidade do arrematante (Art. 901, "*caput*", § 1º e § 2º e Art. 903 do CPC). Os valores de avaliação e débitos serão atualizados até a data do efetivo leilão. Em caso de inadimplemento, tal informação será encaminhada ao MM. Juízo competente para a aplicação das medidas legais cabíveis.

13. **DÚVIDAS E ESCLARECIMENTOS:** Pessoalmente perante o Ofício Cível onde tramita a presente ação, no escritório do leiloeiro oficial, localizado na Rua Toledo Barbosa, nº 93, sala 2, Belenzinho, CEP 03061-000, São Paulo/SP, através do telefone (11) 2693-0000 ou pelo e-mail: **contato@leiloeirosp.com.br**.

Fica o requerido **RAUL DONATO MENDES** e demais interessados **INTIMADOS** das designações supra, caso não seja(m) localizado(s) para a intimação pessoal/postal. Dos autos não consta recurso ou causa pendente de julgamento. Será o presente Edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei.

Atibaia, 15 15de julho de 2021.

Eu, _____, Escrevente, digitei.

Eu, _____, Coordenador (a), subscrevi.

_____

ADRIANA DA SILVA FRIAS PEREIRA

JUÍZA DE DIREITO

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ORESTE GUIDI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 15/07/2021 às 16:39 , sob o número WAIA21700646796
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 820C833.

EDITAL DE LEILÃO ELETRÔNICO JUDICIAL – EM RESUMO

Edital de 1º e 2º Leilão de BEM IMÓVEL e para intimação do requerido **RAUL DONATO MENDES** (CPF/MF 252.972.718-00), e demais interessados, expedido nos autos da AÇÃO DE PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL nº 0010369-26.2011.8.26.0048 em trâmite na **1ª Vara Cível da Comarca de Atibaia, Estado de São Paulo/SP**, requerida por **ESPÓLIO DE GABRIELE BARALDI** representada por **ANNITA HERMINE BARALDI** (CPF/MF 054.774.848-53).

Nos termos do Art. 881, § 1º do CPC, **FAZ SABER** que levará a praça o bem abaixo descrito, através do portal de leilões on-line da **GESTOR JUDICIAL LEILOEIRO SP (www.leiloeirosp.com.br)**, em condições que segue:

1. **DESCRIÇÃO DO BEM:** Gleba 1, com a área total de 42.115,19 metros quadrados, denominado "Sítio Primavera", e que corresponde à parte do terreno que originariamente era composto de três quinhões distintos, mas anexos formando um só todo, correspondente as glebas 1, 3, 4, 5 e 6, situado no Bairro do Itapetinga, zona rural do Município e Comarca de Atibaia-SP, localizado na margem direita da Estrada Municipal do Mackenzie, sentido de quem do imóvel vai a Rodovia Fernão Dias e a cidade de Atibaia, contendo casa sede do imóvel, cada de empregado, ambas de tijolos e telhas, pomar e pequenas benfeitorias, compreendida dentro das seguintes medidas, divisas e confrontações: "Tem início no marco 01, situado na margem direita da Estrada Municipal do Mackenzie, sentido de quem do imóvel vai a Rodovia Fernão Dias e a cidade de Atibaia, numa ponte sobre um pequeno córrego, onde confronta com o imóvel objeto da Matrícula 768, de propriedade Alberto Cardoso de Almeida e sua esposa Hanne Barb Herlinde Hinderberger Cardoso de Almeida; deste ponto abandonando a estrada, segue por cerca e alambrado, com esta confrontação com os seguintes azimutes e distancias: 7º37'58" e distância de 56,04 metros até o marco 2; 21º15'18" e distância de 14,36 metros até o marco 03; 48º14'03" e distância de 35,26 metros até o marco 4; 40º06'44" e distância de 27,04 metros até o marco 5; cravado num canto de cerca de arame, no vértice formado com a divisa do imóvel objeto da Matrícula 49952, denominado Gleba B, de propriedade de Gabriele Baraldi e s/m Annita Baraldi e de Orlando Genaro e s/m Anna Molezinini Genaro; deste ponto deflete à direita e segue, por muro, com esta confrontação, com os seguintes azimutes e distancias: 141º41'26" e distância de 103,53 metros até o marco 6; 147º51'08" e distância de 49,38 metros até o marco 7, no canto do muro, e alinhamento de uma cerca de arame; deste ponto segue, por cerca de arame, com a mesma confrontação, com os seguintes azimutes e distâncias: 148º55'00" e distância de 60,23 metros até o marco 8; 156º50'03" e distância de 23,60 metros até o marco 10; 163º29'52" e distância de 25,91 metros até o marco 11; vértice formado com a divisa do imóvel objeto da Matrícula 49951, denominado Gleba A, de propriedade de Moyses Albano Nunes e s/m Neide Bravo Nunes, Altino Luiz de Campos Pinheiro e s/m Carmem Assunta Candido de Faria Campos Pinheiro e Elda Genaro; deste ponto segue, ainda, por cerca de arame, com esta confrontação, com os seguintes azimutes e distancias: 158º51'09" e distância de 29,94 metros até o marco 12; 183º13'18" e distância de 18,40 metros até o marco 13; 223º25'53" e distância de 26,79 metros até o marco 14; 192º47'39" e distância de 27,74 metros até o marco 15; 182º50'11" e distância de 18,27 metros até o marco 16; 226º51'07" e distância de 47,79 metros até o marco 19; cravado numa ponte sob um córrego e margem de uma Estrada Municipal que do bairro vai a Rodovia Fernão Dias e a esta cidade de Atibaia; deste ponto deflete à direita e segue por cerca de arame, margeando a referida estrada sentido a Rodovia Fernão Dias e a esta cidade de Atibaia, com o azimute de 314º38'29" e distância de 64,76 metros até o marco 20, num ponto de curva, deste ponto deflete à direita e segue em curva de raio de 15,73 metros, desenvolvendo uma distância de 10,60 metros pela confluência desta estrada municipal com a Estrada Municipal do Mackenzie, por cerca de arame e alambrado, em direção à Rodovia Fernão Dias e a cidade de Atibaia, por uma distância de 258,34 metros até o marco 1, início dessa descrição. INCRA nº 634.018.000.809-5, área total 17,0ha, mod. Fiscal 16,0ha, nº mod. Fiscais 1,0625, fmp 2,0ha, NIRF nº 3.852.743-0. **Matrícula nº 93.959 do CRI da Comarca de Atibaia/SP.**

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ORESTE GUIDI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 15/07/2021 às 16:39 , sob o número WAIA21700646796
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 820C835.

2. **AVALIAÇÃO: R$ 1.251.657,80 (dezembro/2018 - Conforme fls. 667/669 dos autos).**

3. **ÔNUS:** Consta da referida matrícula, conforme Av.3 (12/09/2018), a PENHORA EXEQUENDA. Consta dos autos nas fls. 941/943 a Rejeição dos Embargos de Declaração do Agravo de Instrumento nº 2107843-92.2020.8.26.0000/50000, negando provimento; consta ainda o Cumprimento Provisório de Sentença, Processo 0001385- 82.2013.8.26.0048, em tramite 1ª Vara Cível do Foro da Comarca de Atibaia/SP, pendente de julgamento da Impugnação.

4. **DÉBITOS FISCAIS:** Não consta.

5. **VISITAÇÃO:** Não há visitação.

6. **LEILOEIRO:** O leilão será conduzido pelo Sr. Luiz Tociaki Hirano, matriculado na Junta Comercia do Estado de São Paulo – JUCESP sob o nº 922.

7. **DATA DOS LEILÕES: 1º Leilão começa em 31/08/2021, às 10hs00min, e termina em 03/09/2021, às 10hs00min e; 2º Leilão começa em 03/09/2021, às 10hs01min, e termina em 23/09/2021, às 10hs00min.**

8. **CONDIÇÕES DE VENDA E INFORMAÇÃO:** Edital completo com forma de pagamento, lance mínimo, comissão do leiloeiro e demais condições no **site** **www.leiloeirosp.com.br**. O presente edital é publicado em seu formato resumido, nos termos do Art. 887, § 3º do CPC.

9. **DÚVIDAS E ESCLARECIMENTOS:** Pessoalmente perante o Ofício Cível onde tramita a presente ação, no escritório do leiloeiro oficial, localizado na Rua Toledo Barbosa, nº 93, sala 2, Belenzinho, CEP 03061-000, São Paulo/SP, através do telefone (11) 2693-0000 ou pelo e-mail: **contato@leiloeirosp.com.br**.

Fica o requerido **RAUL DONATO MENDES** e demais interessados **INTIMADOS** das designações supra, caso não seja(m) localizado(s) para a intimação pessoal/postal. Dos autos não consta recurso ou causa pendente de julgamento. Será o presente Edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei.

Atibaia, 15 de julho de 2021.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ORESTE GUIDI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 15/07/2021 às 16:39 , sob o número WAIA21700646796
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 820C835.

priscila.saderi@agenciascp.com.br

De: priscila.saderi@agenciascp.com.br
Enviado em: quinta-feira, 15 de julho de 2021 15:39
Para: 'atibaia1cv@tjsp.jus.br'
Cc: 'mayara@agenciascp.com.br'; 'edital@agenciascp.com.br'; 'priscilla@agenciascp.com.br'
Assunto: *MINUTA DE EDITAL COM DATAS - PROCESSO 0010369-26.2011.8.26.0048 - LEILOEIRO SP
Anexos: 06. 0010369-26.2011.8.26.0048 - Edital Completo.docx; 07. 0010369-26.2011.8.26.0048 - Edital Resumido.docx; 04. 0010369-26.2011.8.26.0048 - Matricula Atualizada.pdf; 05. 0010369-26.2011.8.26.0048 - Certidão Negativa de Débitos.pdf

Ao 1º Ofício Cível da Comarca de Atibaia/SP.

Segue anexo edital com datas e demais documentos.

DATA DAS PRAÇAS: **1º Leilão começa em 31/08/2021, às 10hs00min, e termina em 03/09/2021, às 10hs00min e; 2º Leilão começa em 03/09/2021, às 10hs01min, e termina em 23/09/2021, às 10hs00min.**

Atenciosamente,

PRISCILA SADERI
+55 11 3107-5121
+55 11 98675-7230
www.agenciascp.com.br
Rua José Debieux, 35, cj. 157, São Paulo/SP, CEP 02038-030

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ORESTE GUIDI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 15/07/2021 às 16:39 , sob o número WAIA21700646796
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 820C837.

LIVRO Nº 2 - REGISTRO GERAL

REGISTRO DE IMÓVEIS

ATIBAIA - Estado de São Paulo

MATRÍCULA 93.959 | FICHA 01

IMÓVEL:- Gleba 1, com a área total de 42.115,19 metros quadrados, denominado "Sítio Primavera", e que corresponde à parte do terreno que originariamente era composto de três quinhões distintos, mas anexos formando um só todo, correspondente as glebas 1, 3, 4, 5 e 6, situado no Bairro do Itapetinga, zona rural do Município e Comarca de Atibaia-SP, localizado na margem direita da Estrada Municipal do Mackenzie, sentido de quem do imóvel vai a Rodovia Fernão Dias e a cidade de Atibaia, contendo casa sede do imóvel, casa de empregado, ambas de tijolos e telhas, pomar e pequenas benfeitorias, compreendida dentro das seguintes medidas, divisas e confrontações: "Tem inicio no marco 01, situado na margem direita da Estrada Municipal do Mackenzie, sentido de quem do imóvel vai a Rodovia Fernão Dias e a cidade de Atibaia, numa ponte sobre um pequeno córrego, onde confronta com o imóvel objeto da Matrícula 768, de propriedade ALBERTO CARDOSO DE ALMEIDA e sua esposa HANNE BARB HERLINDE HINDERBERGER CARDOSO DE ALMEIDA; deste ponto abandonando a estrada, segue por cerca e alambrado, com esta confrontação com os seguintes azimutes e distâncias: 7º37'58" e distância de 56,04 metros até o marco 2; 21º15'18" e distância de 14,36 metros até o marco 03; 48º14'03" e distância de 35,26 metros até o marco 4; 40º06'44" e distância de 27,04 metros até o marco 5; cravado num canto de cerca de arame, no vértice formado com a divisa do imóvel objeto da Matrícula 49952, denominado Gleba B, de propriedade de GABRIELE BARALDI e s/m ANNITA BARALDI e de ORLANDO GENARO e s/m ANNA MOLEZININI GENARO; deste ponto deflete à direita e segue, por muro, com esta confrontação, com os seguintes azimutes e distâncias: 141º41'26" e distância de 103,53 metros até o marco 6; 147º51'08" e distância de 49,38 metros até o marco 7, no canto do muro e alinhamento de uma cerca de arame; deste ponto segue, por cerca de arame, com a mesma confrontação, com os seguintes azimutes e distâncias: 148º55'00" e distância de 60,23 metros até o marco 8; 156º50'03" e distância de 38,00 metros até o marco 9; 194º39'45" e distância de 23,60 metros até o marco 10; 163º29'52" e distância de 25,91 metros até o marco 11; vértice formado com a divisa do imóvel objeto da Matrícula 49951, denominado Gleba A, de propriedade de MOYSES ALBANO NUNES E S/M NEIDE BRAVO NUNES, ALTINO LUIZ DE

CONTINUA NO VERSO ...

Visualização disponibilizada pela Central Registradores de Imóveis(www.registradores.org.br)-Visualizado em:08/07/2021 09:03:15

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ORESTE GUIDI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 15/07/2021 às 16:39 , sob o número WAIA21700646796
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 820C838.

MATRÍCULA 93.959 | FICHA 01 VERSO

CAMPOS PINHEIRO E S/M CARMEM ASSUNTA CANDIDO DE FARIA CAMPOS PINHEIRO E ELDA GENARO; deste ponto segue, ainda, por cerca de arame, com esta confrontação, com os seguintes azimutes e distâncias: 158º51'09" e distância de 29,94 metros até o marco 12; 183º13'18" e distância de 18,40 metros até o marco 13; 223º25'53" e distância de 26,79 metros até o marco 14; 192º47'39" e distância de 27,74 metros até o marco 15; 182º50'11" e distância de 18,27 metros até o marco 16; 226º51'07" e distância de 47,79 metros até o marco 19; cravado numa ponte sob um córrego e margem de uma Estrada Municipal que do bairro vai a Rodovia Fernão Dias e a esta cidade de Atibaia; deste ponto deflete à direita e segue por cerca de arame, margeando a referida estrada sentido a Rodovia Fernão Dias e a esta cidade de Atibaia, com o azimute de 314º38'29" e distância de 64,76 metros até o marco 20, num ponto de curva, deste ponto deflete à direita e segue em curva de raio de 15,73 metros, desenvolvendo uma distância de 10,60 metros pela confluência desta estrada municipal com a Estrada Municipal do Mackenzie, até o marco 21, ponto de curva; deste ponto deflete a direita e segue margeando a Estrada Municipal do Mackenzie, por cerca de arame e alambrado, em direção à Rodovia Fernão Dias e a cidade de Atibaia, por uma distância de 258,34 metros até o marco 1, início dessa descrição.

INCRA: 634.018.000.809-5, área total 17,0 ha, mod. fiscal 16,0 ha, n. mod. fiscais 1,0625, fmp 2,0 ha, NIRF: 3.852.743-0

PROPRIETARIOS:- ORLANDO FEDERZONI, arquiteto, RG. 2.550.250-SSP/SP, CPF. 027.513.218-87 e sua esposa, com quem é casado pelo regime da comunhão de bens, antes da vigência da Lei 6.515/77, EUCELIA FEDERZONI, do lar, RG. 4.939.085-SSP/SP, CPF. 147.385.298-62, brasileiros, residentes e domiciliados na Estrada Mackenzie, 3.300, bairro do Itapetinga, nesta cidade; e JOSE FORTUNA, brasileiro, divorciado, eletricitário, RG. 11.377.404-7-SSP/SP, CPF. 804.346.308-53, residente e domiciliado na Travessa Ultima Cantiga, 29, Penha, São Paulo-SP, **na proporção de 77,10% ao primeiro e de 22,90% ao segundo.**

CONTINUA NA FICHA 02

Visualização disponibilizada pela Central Registradores de Imóveis(www.registradores.org.br)-Visualizado em:08/07/2021 09:03:15

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ORESTE GUIDI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 15/07/2021 às 16:39 , sob o número WAIA21700646796
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 820C838.

LIVRO Nº 2 - REGISTRO GERAL

MATRÍCULA 93.959 | FICHA 02

REGISTRO DE IMÓVEIS
ATIBAIA - Estado de São Paulo

TÍTULO AQUISITIVO:- R.3 de 19/04/2000 e Av.6 (Retificação administrativa), desta data, na matrícula 54.559, livro 02 de registro geral.
Atibaia, 05 de outubro de 2007.
[Microfilme nº. 202.878 de 14/05/2007 - Rolo nº. 3.630].

João de Amarante Leite
Escrevente Autorizado

R.1/93.959 - PERMUTA - Pela escritura de permuta lavrada aos 25.10.2007, no 2º Tabelionato de Notas local, Lv. 822, fls. 364, os condôminos, ORLANDO FEDERZONI, e s/mulher EUCELIA FEDERZONI, já qualificados, transmitiram **uma fração ideal de 77,10% do imóvel objeto desta matrícula a JOSÉ FORTUNA**, RG: 11.377.404-7/SP, CPF: 804.346.308/53, brasileiro, divorciado, eletricitário, domiciliado e residente em São Paulo/SP, na Rua Togo, n. 405, apto. 02, Jardim Japão, VIla Maria, pelo preço de R$ 19.500,00, **ficando desta forma proprietário da totalidade**. Foram apresentados os seguintes documentos do imóvel: 1) Certificado de Cadastro de Imóvel Rural - CCIR 2003 - 2004 - 2005; 2) Certidão Negativa de Débitos de Imóvel Rural, NIRF: 3.852.743-0, emitida em 24.10.2007; e, 3) Recibo de Entrega da Declaração do ITR através do DIAC/DIAT 2007. Valor Venal R$ 25.978,00. Atibaia, 08 de novembro de 2007. O Escrevente Autorizado,

EMERSON LUIS LADINI

(Protocolo 206258, de 01.11/Microfilme/Rolo 3653)

R.2 - 93.959 - VENDA E COMPRA - Por escritura Particular de venda e compra (art. 108 CCB), passada nesta cidade, em 11 de julho de 2008, o proprietário, JOSÉ FORTUNA (divorciado), já qualificado, atualmente domiciliado nesta cidade, na Rua Anice Cury Sabbag, 123, bairro do Ribeirão, transmitiu o imóvel desta matricula a **RAUL DONATO MENDES**, RG. 27.233.858-8 SSP/SP., CPF/MF. 252.972.718-00, brasileiro, solteiro, maior, comerciante, domiciliado nesta cidade, na Estrada Municipal do Mackenzie, Sítio Primavera, bairro do Ribeirão, pelo preço de R$ 10.500,00. O comprador e os vendedores, em comum acordo, dispensaram a apresentação dos documentos enumerados no Decreto n. 93.240/86, inclusive as certidões fiscais e de feitos ajuizados, declarando

CONTINUA NO VERSO ..

Visualização disponibilizada pela Central Registradores de Imóveis(www.registradores.org.br)-Visualizado em:08/07/2021 09:03:15

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ORESTE GUIDI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 15/07/2021 às 16:39 , sob o número WAIA21700646796
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 820C838.

MATRÍCULA 93.959 | FICHA 02 VERSO

expressamente e sob responsabilidade solidária, que tem pleno conhecimento da lei 11.382/06. Foi apresentada a comprovação da quitação do Imposto Territorial Rural, dos cinco últimos exercícios, através da Certidão de Regularidade Fiscal do Imóvel Rural, expedida pelo Ministerio da Fazenda Secretaria da Receita Federal, em 10/07/2008, com validade até 12/01/2009, nº. 84FA.5ADE.6569.4BA6, o DIAC/DIAT 2007 e o C.C.I.R. 2003/2004/2005 expedido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrario - MDA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agraria - INCRA, com recolhimento da taxa de serviços cadastrais, e guia de ISTBI no valor de R$ 210,00, devidamente autenticada. Atibaia, 22 de julho de 2008.
[Microfilme nº. 211.456 de 11/07/2008 - Rolo nº. 3.820].

Wagner Luis Constantino Veliani
Escrevente Autorizado

Av.03/93.959 – Protocolo Eletrônico n. 323.627 de 12/09/2018 – **PENHORA** - Conforme certidão expedida pelo Juízo da 1ª Vara Cível de Atibaia - SP, em 11/09/2018, nos autos da ação de Execução Civil - proc. nº **00103692620118260048**, protocolo PH000229481, que GABRIELE BARALDI, CPF: 063.971.668-72, move em face de RAUL DONATO MENDES, já qualificado, foi determinada a **PENHORA** do imóvel aqui matriculado, sendo nomeado depositário o executado. Valor da causa: R$ 828.266,63. Atibaia, 10 de outubro de 2018. O Escrevente,

Thiago Henrique Alonso Netto

Visualização disponibilizada pela Central Registradores de Imóveis(www.registradores.org.br)-Visualizado em:08/07/2021 09:03:15

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ORESTE GUIDI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 15/07/2021 às 16:39 , sob o número WAIA21700646796
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 820C838.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO DE IMÓVEL RURAL

Número do Imóvel na Receita Federal - NIRF: 3.852.743-0
Nome do Imóvel: CHACARA FEDERZONI

Município: ATIBAIA **UF: SP**
Área total (em hectares): 11,6

Contribuinte: ORLANDO FEDERZONI
CPF: 027.513.218-87

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas do imóvel rural acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências para esse imóvel rural, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda nacional (PGFN).

Esta certidão se refere à situação do imóvel rural no âmbito da RFB e da PGFN.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 09:06:10 do dia 08/07/2021 <hora e data de Brasília>.
Válida até 04/01/2022.
Código de controle da certidão: **A7EF.AF2C.1E44.E8FB**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ORESTE GUIDI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 15/07/2021 às 16:39 , sob o número WAIA21700646796
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 820C839.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ATIBAIA
FORO DE ATIBAIA
1ª VARA CÍVEL
Rua Dr. José Roberto Paim, 99, Parque dos Coqueiros - CEP 12945-007,
Fone: (11) 3402-5547, Atibaia-SP - E-mail: atibaia1cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

DECISÃO

Processo Digital nº:	**0010369-26.2011.8.26.0048**
Classe - Assunto	**Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material**
Requerente:	**Gabriele Baraldi**
Requerido:	**Raul Donato Mendes**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **CARLOS HENRIQUE SCALA DE ALMEIDA**

Vistos.

1) Fls. 916/918: A impenhorabilidade se resume ao imóvel produtivo de pequeno produtor rural, não sendo este o caso dos autos, razão pela qual indefiro o pedido formulado.

2) Acolho as datas designadas para a realização das praças.

Assim, para 1ª Praça, designo o dia 31.08.2021, às 10h00. Não havendo lance igual ou superior ao da avaliação nos três dias subsequentes, a 2ª Praça seguirá, sem interrupção, iniciando-se no dia **03.09.2021**, às 10h01min, encerrando-se no dia **23.09.2021** às 10h00.

Intimem-se as partes através de seus patronos.

Aprovo a minuta apresentada. Providencie a Serventia a afixação de uma via do edital no lugar de costume, no saguão deste Fórum.

Cientifique-se a leiloeira para as providências necessárias à divulgação das praças.

Intime-se.

Atibaia, 19 de julho de 2021.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CARLOS HENRIQUE SCALA DE ALMEIDA, liberado nos autos em 19/07/2021 às 15:18 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 824220B.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ATIBAIA
FORO DE ATIBAIA
1ª VARA CÍVEL
Rua Dr. José Roberto Paim, 99, Parque dos Coqueiros - CEP 12945-007,
Fone: (11) 3402-5547, Atibaia-SP - E-mail: atibaia1cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

CERTIDÃO

Processo Digital n°:	**0010369-26.2011.8.26.0048**
Classe – Assunto:	**Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material**
Requerente:	**Gabriele Baraldi**
Requerido:	**Raul Donato Mendes**

C E R T I D Ã O

Certifico e dou fé que intimei leiloeiro da decisão de fls. 1124, bem como certifico que foi afixada uma via da minuta no saguão do forum. Nada Mais. Atibaia, 21 de julho de 2021. Eu, ___, Alexandre Marques Munhoz, Chefe de Seção Judiciário.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ALEXANDRE MARQUES MUNHOZ, liberado nos autos em 21/07/2021 às 11:11 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 8272026.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0469/2021, foi disponibilizado na página 756/761 do Diário de Justiça Eletrônico em 21/07/2021. Considera-se a data de publicação em 22/07/2021, primeiro dia útil subsequente à data de disponibilização.

Advogado
Melissa Yumi Koga Baraldi (OAB 211408/SP)
Duenes do Carmo Silva (OAB 209712/SP)
Arthur da Motta Trigueiros Neto (OAB 237457/SP)
Fernando Jose Cerello Gonçalves Pereira (OAB 268408/SP)

Teor do ato: "Vistos. 1) Fls. 916/918: A impenhorabilidade se resume ao imóvel produtivo de pequeno produtor rural, não sendo este o caso dos autos, razão pela qual indefiro o pedido formulado. 2) Acolho as datas designadas para a realização das praças. Assim, para 1ª Praça, designo o dia 31.08.2021, às 10h00. Não havendo lance igual ou superior ao da avaliação nos três dias subsequentes, a 2ª Praça seguirá, sem interrupção, iniciando-se no dia 03.09.2021, às 10h01min, encerrando-se no dia 23.09.2021 às 10h00. Intimem-se as partes através de seus patronos. Aprovo a minuta apresentada. Providencie a Serventia a afixação de uma via do edital no lugar de costume, no saguão deste Fórum. Cientifique-se a leiloeira para as providências necessárias à divulgação das praças. Intime-se."

Atibaia, 21 de julho de 2021.

ANA PAULA VASTO
Escrevente Técnico Judiciário

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANA PAULA VASTO, liberado nos autos em 21/07/2021 às 12:27 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 82744F8.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1º VARA CIVEL DA COMARCA DA CIDADE DE ATIBAIA / ESTADO DE SÃO PAULO.

Processo nº **0010369-26.2011.8.26.0048**
Reqte: **GABRIELE BARALDI** (ESPOLIO)
Executado: **RAUL DONATO MENDES**

LEILOEIRO SÃO PAULO, portal de leilões eletrônicos, por seu representante legal, vem perante V. Exa. requerer a juntada nos autos do processo.

Pede e espera deferimento

São Paulo, 22 de Julho de 2021



Luiz Tociaki Hirano
JUCESP 922

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por LUIZ TOCIAKI HIRANO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 24/07/2021 às 08:24 , sob o número WAIA21700677527
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 82B91D4.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1º VARA CIVEL DA COMARCA DA CIDADE DE ATIBAIA / ESTADO DE SÃO PAULO.

.

.

Processo nº **0010369-26.2011.8.26.0048**

Eu, LUIZ TOCIAKI HIRANO, Leiloeiro **JUCESP 922,** no processo onde o **GABRIELE BARALDI (espolio)**, nos autos da ação cível, que move em face de **RAUL DONATO MENDES**, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência pedir:

Autorização para tirar fotos do Imóvel no dia **28.07.2021 (quarta-feira) às 10h.**

Termos em que,

Pede e espera deferimento.

São Paulo, 22 de julho de 2021



Leiloeiro JUCESP 922 – Fone 11 9 9948 8310

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por LUIZ TOCIAKI HIRANO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 24/07/2021 às 08:24 , sob o número WAIA21700677527
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 82B91D6.

EXCLENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUÍZ(A)DE DIREITO DA 1ª. VARA CÍVEL DA COMARCA DE ATIBAIA, SP.

Processo 0010369-26.2011.8.26.0048 – Indenização por Dano Material
Requerente: Espólio de Gabriele Baraldi
Requerido: Raul Donato Mendes

RAUL DONATO MENDES, trabalhador rural, qualificado, vem respeitosamente a presença de Vossa Excelência, por sua advogada, com fulcro no artigo 1022 – CPC, no prazo legal, opor *EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.*

1 – DO DIREITO

Artigo 1022 CPC: cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para:

I- esclarecer obscuridade ou eliminar contradição;
II – Suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o Juiz de ofício ou a requerimento.
III - corrigir erro material.
Parágrafo primeiro: Considera-se omissa a decisão que:
I - deixe de se manifestar sobre tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em incidente de assunção de competência aplicável ao caso sob julgamento;
II – incorra em qualquer das condutas do artigo 489, parágrafo 1º.

2 – DA DECISÃO EMBARGADA

– A DECISÃO INTERLOCUTÓRIA, (fls.1124), em modesto entendimento, ante a inexistência de FUNDAMENTAÇÃO sobre a provas carreadas, em específico a de fls. 922, há OMISSÃO, segundo artigo 1022- CPC.

Assim decidiu Vossa Excelência:
"*1 – fls. 916/918 – A impenhorabilidade se resume a imóvel produtivo de pequeno produtor rural, não sendo este o caso dos autos, razão pelo qual indefiro o pedido formulado*."

3 – CONCEITO DE PEQUENO PRODUTOR RURAL

Pois bem:
1 - Em modesto entendimento, o conceito que melhor se enquadra encontra-se na letra da lei **LEI Nº 11.326, DE 24 DE JULHO DE 2006.**

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 26/07/2021 às 15:58 , sob o número WAIA21700681672
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 82DC1A1.

Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; (Redação dada pela Lei nº 12.512, de 2011)

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

2 - Em complemento, podemos afirmar que pequeno produtor rural é a pessoa física, residente no imóvel rural ou em aglomerado urbano ou rural próximo a ele que, individualmente ou em regime de economia familiar, seja proprietário, usufrutuário, possuidor, assentado, parceiro ou meeiro outorgados, comodatário ou arrendatário que explora atividade agropecuária, em área de até 4 (quatro) módulos fiscais; ou quando em área igual ou inferior a 4 (quatro) módulos fiscais ou atividade seringueira ou pesqueira artesanal, sem auxílio de empregados permanentes.

3 – PROVA DOCUMENTAIS

1 **– FLS. 922 a 926:** cadastro ambiental rural, extraído da SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE – GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, demonstrando o enquadramento como agricultor familiar.

2 – FLS 814 A 827 - FOTOGRAFIAS.
3 – FLS. 851- DECLARAÇÃO PÚBLICA
4 – FLS. 830, 856/858 – COMPROVANTES de residência do réu no imóvel, o que também conduz à IMPENHORABILIDADE.

4- DO PEDIDO

Ante o exposto, requer se digne Vossa Excelência receber os presentes, fundamentando as razões da decisão de fls. 1124, esclarecendo a omissão apontada, decidindo pela procedência.

Termos em que,
Pede Deferimento,

Atibaia, 26 de julho de 2021.

Duenes do Carmo Silva
OAB.SP. 209712

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 26/07/2021 às 15:58 , sob o número WAIA21700681672
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 00103369-26.2011.8.26.0048 e código 82DC1A1.

Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente

CAR - Cadastro Ambiental Rural

Número: 35041070394624

SIGAM

Data Emissão: 05/01/2021 10:15:28
Número do Protocolo: **501607**
Número SiCAR-SP: **35041070394624**
Número SiCAR-Federal: **SP-3504107-B8091CCE6FCF40F199950A00C5C8B69F**
Data da Inscrição: 05/01/2021
Situação do CAR: **Inscrito**
Data da Situação do CAR: 05/01/2021
Situação da Adequação Ambiental: **Não iniciada - PRA**

Nome do Imóvel: Sítio Primavera
Tipo de Domínio: PROPRIEDADE
Número do CIR: 9500927582649
Área Total (Calculada): 4,2132 ha
Módulos Fiscais: 0,26
Atividade Principal: Agricultura
Endereço do imóvel: Estrada do Mackenzie, 3000, , Itapetinga, ATIBAIA
Tipo de Imóvel: RURAL

A situação do Cadastro pode ser consultada em tempo real por qualquer cidadão através da Consulta Pública disponível no SIGAM. Para mais informações, consulte www.ambiente.sp.gov.br/sicar, na página sobre acesso à informação.

PROPRIETÁRIOS ou POSSEIROS

CPF / CNPJ	Nome	Telefone	E-mail	Qualificação
CPF: 25297271800	Raul Donato Mendes	11 - 99182365	rauldm12@hotmail.com	

DECLARAÇÕES

Declaração
Desenvolve atividade agrossilvopastoril
É agricultor familiar

MATRÍCULAS

Matrícula	Livro	Comarca	Cartório
93959	2	Atibaia	1

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 26/07/2021 às 15:58 , sob o número WAIA21700681672
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 82DC1B2.

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ATIBAIA/SP

PROCESSO Nº 0010369-26.2011.8.26.0048

AÇÃO:.....PROCEDIMENTO COMUM
REQUERENTE:.....GABRIELE BARALDI
REQUERIDO:.....RAUL DONATO MENDES

O subscritor da presente, tendo sido autorizado a publicar o edital nos autos em epígrafe, cujo feito tramita perante esta DD. Vara e r. Cartório, vem, mui respeitosamente, à presença de V. Exª. requerer a juntada dos inclusos comprovantes da publicação do edital.

Termos em que,

P. deferimento.

São Paulo, 26 de julho de 2021

ORESTE GUIDI
OAB/SP nº 104.232

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ORESTE GUIDI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 27/07/2021 às 10:33 , sob o número WAIA21700684264
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 82E97D5.

DocuSign Envelope ID: CCCEFFE7-08FD-45E6-A7C5-ACC99277DEB7

Leiloeiro SP **Edital de 1º e 2º Leilão** de BEM IMÓVEL e para intimação do requerido **RAUL DONATO MENDES** (CPF/MF 252.972.718-00), e demais interessados, expedido nos autos da AÇÃO DE PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL nº 0010369-26.2011.8.26.0048 em trâmite na **1ª Vara Cível da Comarca de Atibaia, Estado de São Paulo/SP**, requerida por **ESPÓLIO DE GABRIELE BARALDI** representada por **ANNITA HERMINE BARALDI** (CPF/MF 054.774.848-53). Nos termos do Art. 881, § 1º do CPC, **FAZ SABER** que levará a praça o bem abaixo descrito, através do portal de leilões on-line da **GESTOR JUDICIALLEILOEIRO SP (www.leiloeirosp.com.br)**, em condições que segue: **1. DESCRIÇÃO DO BEM:** Gleba 1, com a área total de 42.115,19 metros quadrados, denominado "Sítio Primavera", e que corresponde à parte do terreno que originariamente era composto de três quinhões distintos, mas anexos formando um só todo, correspondente as glebas 1, 3, 4, 5 e 6, situado no Bairro do Itapetinga, zona rural do Município e Comarca de Atibaia-SP, localizado na margem direita da Estrada Municipal do Mackenzie, sentido de quem do imóvel vai a Rodovia Fernão Dias e a cidade de Atibaia, contendo casa sede do imóvel, cada de empregado, ambas de tijolos e telhas, pomar e pequenas benfeitorias, compreendida dentro das seguintes medidas, divisas e confrontações: "Tem início no marco 01, situado na margem direita da Estrada Municipal do Mackenzie, sentido de quem do imóvel vai a Rodovia Fernão Dias e a cidade de Atibaia, numa ponte sobre um pequeno córrego, onde confronta com o imóvel objeto da Matrícula 768, de propriedade Alberto Cardoso de Almeida e sua esposa Hanne Barb Herlinde Hinderberger Cardoso de Almeida; deste ponto abandonando a estrada, segue por cerca e alambrado, com esta confrontação com os seguintes azimutes e distancias: 7º37'58" e distância de 56,04 metros até o marco 2; 21º15'18" e distância de 14,36 metros até o marco 03; 48º14'03" e distância de 35,26 metros até o marco 4; 40º06'44" e distância de 27,04 metros até o marco 5; cravado num canto de cerca de arame, no vértice formado com a divisa do imóvel objeto da Matrícula 49952, denominado Gleba B, de propriedade de Gabriele Baraldi e s/m Annita Baraldi e de Orlando Genaro e s/m Anna Molezinini Genaro; deste ponto deflete à direita e segue, por muro, com esta confrontação, com os seguintes azimutes e distancias: 141º41'26" e distância de 103,53 metros até o marco 6; 147º51'08" e distância de 49,38 metros até o marco 7, no canto do muro, e alinhamento de uma cerca de arame; deste ponto segue, por cerca de arame, com a mesma confrontação, com os seguintes azimutes e distâncias: 148º55'00" e distância de 60,23 metros até o marco 8; 156º50'03" e distância de 23,60 metros até o marco 10; 163º29'52" e distância de 25,91 metros até o marco 11; vértice formado com a divisa do imóvel objeto da Matrícula 49951, denominado Gleba A, de propriedade de Moyses Albano Nunes e s/m Neide Bravo Nunes, Altino Luiz de Campos Pinheiro e s/m Carmem Assunta Candido de Faria Campos Pinheiro e Elda Genaro; deste ponto segue, ainda, por cerca de arame, com esta confrontação, com os seguintes azimutes e distancias: 158º51'09" e distância de 29,94 metros até o marco 12; 183º13'18" e distância de 18,40 metros até o marco 13; 223º25'53" e distância de 26,79 metros até o marco 14; 192º47'39" e distância de 27,74 metros até o marco 15;182º50'11" e distância de 18,27 metros até o marco 16; 226º51'07" e distância de 47,79 metros até o marco 19; cravado numa ponte sob um córrego e margem de uma Estrada Municipal que do bairro vai a Rodovia Fernão Dias e a esta cidade de Atibaia; deste ponto deflete à direita e segue por cerca de arame, margeando a referida estrada sentido a Rodovia Fernão Dias e a esta cidade de Atibaia, com o azimute de 314º38'29" e distância de 64,76 metros até o marco 20, num ponto de curva, deste ponto deflete à direita e segue em curva de raio de 15,73 metros, desenvolvendo uma distância de 10,60 metros pela confluência desta estrada municipal com a Estrada Municipal do Mackenzie, por cerca de arame e alambrado, em direção à Rodovia Fernão Dias e a cidade de Atibaia, por uma distância de 258,34 metros até o marco 1, início dessa descrição. INCRA nº 634.018.000.809-5, área total 17,0ha, mod. Fiscal 16,0ha, nº mod. Fiscais 1,0625, fmp 2,0ha, NIRF nº 3.852.743-0. **Matrícula nº 93.959 do CRI da Comarca de Atibaia/SP. 2. AVALIAÇÃO: R$ 1.251.657,80 (dezembro/2018 - Conforme fls. 667/669 dos autos). 3. ÔNUS:** Consta da referida matrícula, conforme Av.3 (12/09/2018), a PENHORA EXEQUENDA. Consta dos autos nas fls. 941/943 a Rejeição dos Embargos de Declaração do Agravo de Instrumento nº 2107843-92.2020.8.26.0000/50000, negando provimento; consta ainda o Cumprimento Provisório de Sentença, Processo 0001385- 82.2013.8.26.0048, em tramite 1ª Vara Cível do Foro da Comarca de Atibaia/SP, pendente de julgamento da Impugnação. **4. DÉBITOS FISCAIS:** Não consta. **5. VISITAÇÃO:** Não há visitação. **6. LEILOEIRO:** O leilão será conduzido pelo Sr. Luiz Tociaki Hirano, matriculado na Junta Comercia do Estado de São Paulo – JUCESP sob o nº 922. **7. DATA DOS LEILÕES: 1º Leilão começa em 31/08/2021, às 10hs00min, e termina em 03/09/2021, às 10hs00min e; 2º Leilão começa em 03/09/2021, às 10hs01min, e termina em 23/09/2021, às 10hs00min. 8. CONDIÇÕES DE VENDA E INFORMAÇÃO:** Edital completo com forma de pagamento, lance mínimo, comissão do leiloeiro e demais condições no **site www.leiloeirosp.com.br**. O presente edital é publicado em seu formato resumido, nos termos do Art. 887, § 3º do CPC. **9. DÚVIDAS E ESCLARECIMENTOS:** Pessoalmente perante o Ofício Cível onde tramita a presente ação, no escritório do leiloeiro oficial, localizado na Rua Toledo Barbosa, nº 93, sala 2, Belenzinho, CEP 03061-000, São Paulo/SP, através do telefone (11) 2693-0000 ou pelo e-mail: **contato@leiloeirosp.com.br**. Fica o requerido **RAUL DONATO MENDES** e demais interessados **INTIMADOS** das designações supra, caso não seja(m) localizado(s) para a intimação pessoal/postal. Dos autos não consta recurso ou causa pendente de julgamento. Será o presente Edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. Atibaia, 15 de julho de 2021.

Leiloeiro SP **Edital de 1º e 2º Leilão SOBRE OS DIREITOS SOBRE BEM IMÓVEL** e para intimação do requerido **CLAUDEMIR DE MORAES** (CPF/MF 106.224.488-54), do credor fiduciário **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – CEF** (CNPJ/MF 00.360.305/0001-04), da credora fiscal **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS** e demais interessados, expedido nos autos da AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL nº 1000167-24.2018.8.26.0566 em trâmite na **4ª Vara Cível da Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo/SP**, requerida por **CONDOMÍNIO SPAZIO MONT ROYAL** (CNPJ/MF 21.501.436/0001-34). A Dra. Flavia de Almeida Montingelli Zanferdini, Juíza de Direito, na forma da Lei, etc., nos termos do Art. 881, § 1º do CPC, **FAZ SABER** que levará a LEILÃO o bem abaixo descrito, através do portal de leilões on-line do **GESTOR JUDICIAL LEILOEIRO SP (www.leiloeirosp.com.br)**, em condições que segue: **1. DESCRIÇÃO DO BEM:** OS DIREITOS SOBRE UNIDADE AUTÔNOMA DESIGNADA COMO "APARTAMENTO" Nº 504, localizada no 4º andar ou 5º pavimento, do bloco 16, a ser construída, no empreendimento denominado "Spazio Mont Royal" situado nesta cidade, município, comarca e circunscrição de São Carlos-SP., à avenida Perimetral, s/n, com a seguinte descrição: será constituído de 02 (dois) dormitórios, banheiro, sala, cozinha, circulação, e terá área total de 86,275 metros quadrados; sendo 42,690 metros quadrados de área real privativa coberta; 12,000 metros quadrados de área real de estacionamento descoberta de divisão não proporcional; 31,585 metros quadrados de área real de uso comum de divisão proporcional; correspondendo a fração ideal no terreno e nas coisas de uso comum de 0,1385533%. Esta unidade possui como acessória a vaga de garagem descoberta livre "padrão", nº 520. Conforme Av.06 da matrícula, dá-se por concluída a construção desta unidade, situado no empreendimento "Spazio Mont Royal" localizado na Avenida Heitor José Reali, nº 1.031. Inscrição Municipal nº 05.134.003.001. **Matrícula nº 151.878 do CRI da Comarca de São Carlos/SP. 2. AVALIAÇÃO: R$ 146.000,00 (novembro/2018 - Conforme fl. 114 dos autos). 3. ÔNUS:** Consta da referida matrícula, conforme R.05 (19/10/2015), a alienação fiduciária a favor da Caixa Econômica Federal – CEP; conforme Av.07 (25/10/2018), a PENHORA EXEQUENDA. **4. DÉBITOS FICAIS:** Os débitos fiscais deverão serem apurados pelo interessados diretamente na municipalidade. **5. DÉBITO FIDUCIÁRIO:** Consta nos autos as fls. 347/348, débito fiduciário na monta de R$ 96.764,90 (abril/2021), a favor da Caixa Econômica Federal - CEF. **6. VISITAÇÃO:** Não há visitação. **7. LEILOEIRO:** O leilão será conduzido pelo Sr. Luiz Tociaki Hirano, matriculado na Junta Comercia do Estado de São Paulo – JUCESP sob o nº 922. **8. DATA DOS LEILÕES: 1º Leilão começa em 16/08/2021, às 10hs00min, e termina em 19/08/2021, às 10hs00min e; 2º Leilão começa em 19/08/2021, às 10hs01min, e termina em 08/09/2021, às 10hs00min. 9. CONDIÇÕES DE VENDA:** Será considerado arrematante aquele que der lance igual ou superior ao valor da avaliação (1º Leilão) ou aquele que der lance de valor igual ou superior a *60% do valor da avaliação* (2º Leilão). Caso não haja propostas para pagamento à vista, serão admitidas propostas escritas de arrematação parcelada, necessário sinal não inferior a 25% do valor da proposta, e o restante em até 30 meses, mediante correção mensal pelo índice do E. TJ/SP, prevalecendo a de maior valor, que estarão sujeitas a apreciação pelo MM. Juízo da causa (Art. 891, Par. único, Art. 895, § 1º, § 2º, § 7º e § 8º do CPC). **10. PAGAMENTO:** O preço do bem arrematado deverá ser depositado através de guia de depósito judicial do Banco do Brasil gerada no https://portaldecustas.tjsp.jus.br/portaltjsp/login.jsp,respectivamente, no prazo de até 24 horas da realização do leilão. Em até 5 horas após o encerramento do leilão, cada arrematante receberá um e-mail com instruções para depósito (Art. 884, IV do CPC). **11. COMISSÃO DO LEILOEIRO:** 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação (não incluso no valor do arremate), e deverá ser paga mediante DOC, TED ou depósito em dinheiro, no prazo de até 01 (um) dia útil a contar do encerramento do leilão na conta do Leiloeiro Oficial (Art. 884, Par. Único do CPC e Art. 24, Par. Único do Decreto nº 21.981/32). **12. DO CANCELAMENTO APÓS A PUBLICAÇÃO DO EDITAL:** Caso o leilão seja cancelada após a publicação do edital, especialmente em razão de acordo entre as partes, será devido o reembolso das despesas suportadas pelo leiloeiro no aporte de 2% (dois por cento) do valor acordado entre as partes ou àquele que der causa ao cancelamento. **13. DÉBITOS E OBRIGAÇÕES DO ARREMATANTE:** Eventuais débitos de IPTU/ITR e demais taxas e impostos até a data do leilão serão pagos com o produto da venda, mediante apresentação de extrato pelo arrematante ao MM. Juízo da causa (Art. 130, Par. Único do CTN). O bem será alienado no estado de conservação em que se encontra, sendo a verificação de documental, de gravames/credores e de área de responsabilidade do arrematante, que será responsável pela eventual regularização que se faça necessária. Os atos necessários para a expedição de carta de arrematação, registro, ITBI, imissão na posse e demais providências serão de responsabilidade do arrematante (Art. 901, "*caput*", § 1º e § 2º e Art. 903 do CPC). Os valores de avaliação e débitos serão atualizados até a data do efetivo leilão. Em caso de inadimplemento, tal informação será encaminhada ao MM. Juízo competente para a aplicação das medidas legais cabíveis. **14. DÚVIDAS E ESCLARECIMENTOS:** Pessoalmente perante o Ofício Cível onde tramita a presente ação, no escritório do leiloeiro oficial, localizado na Rua Toledo Barbosa, nº 93, sala 2, Belenzinho, CEP 03061-000, São Paulo/SP, através do telefone (11) 2693-0000 ou pelo e-mail: **contato@leiloeirosp.com.br**. Fica o requerido **CLAUDEMIR DE MORAES**, o credor fiduciário **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – CEF,** a credora fiscal **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS** e demais interessados **INTIMADOS** das designações supra, caso não seja(m) localizado(s) para a intimação pessoal/postal. Dos autos não consta recurso ou causa pendente de julgamento. Será o presente Edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. São Carlos, 19 de julho de 2021. **Eu, Escrevente, digitei. Eu, Coordenador (a), subscrevi. FLAVIA DE ALMEIDA MONTINGELLI ZANFERDINI JUÍZA DE DIREITO**

Leilões Judiciais

VARA ÚNICA DA COMARCA DE CHAVANTES/SP
OFÍCIO ÚNICO DA COMARCA DE CHAVANTES/SP

EDITAL de 1º e 2º Leilão de bem imóvel e para intimação dos executados **R. C. XAVIER AÇOUGUE ME** (CNPJ/MF 03.849.723/0001-58), na pessoa de seu representante legal; **RODRIGO CABETTE XAVIER** (CPF. 284.509.588-06); *os credores:* **EVALDO JOSÉ CALLEGARI E OUTROS,** da **PREFEITURA MUNICIPAL DE IPAUSSU** e demais interessados, expedido nos autos do Cumprimento de Sentença que lhe requer **BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A** (CNPJ/MF 90.400.888/0001-42). – **Processo nº 1000526-25.2017.8.26.0140.** A Dra. **Lêda Maria Sperandio Furlanetti**, Juíza de Direito da Vara Única de Chavantes - SP, Estado de São Paulo, na forma da lei, etc... **FAZ SABER** que, com fundamento nos artigos 882 a 903 do NCPC e Provimento CSM nº 1625/09 do TJ/SP, e ainda artigo 335, "caput", do Código Penal, através do **GESTOR JUDICIAL FRAZÃO LEILÕES (www.frazaoleiloes.com.br)**, portal de leilões eletrônicos, levará a público pregão de venda e arrematação no **1º Leilão com início no dia 02 de agosto de 2021, às 11h30min**, e com **término no dia 05 de agosto de 2021, às 11h30min**, entregando-o a quem mais der valor igual ou superior ao da avaliação, ficando desde já designado o **2º Leilão com início no dia 05 de agosto de 2021, às 11h30min** e com **término no dia 26 de agosto de 2021, às 11h30min**, caso não haja licitantes no 1º Leilão, ocasião em que o bem será entregue a quem mais der, **não sendo aceito lance inferior a 60% do valor da avaliação atualizada** (Art. 891, parágrafo único do NCPC), do imóvel abaixo descrito, conforme condições de venda constantes no presente edital. **IMÓVEL:** Um lote de terreno urbano, caracterizado como sendo o lote 04 da Quadra III do Loteamento "Jardim do Lago", situado em Ipaussu/SP, na Rua José Francisco Gomes (antiga Rua 3), lado par, distante 60,00 metros da esquina com a Rua José Francisco Gomes; dividindo de um lado com o lote 03; nos fundos com o lote 14; e do outro lado com o lote 05, todos da Quadra III. O presente imóvel possui um prédio residencial de tijolos, coberto de telhas, com área de 296,02 metros quadrados, sob o nº66 da Rua José Francisco Gomes. Cadastro Municipal nº C03-04A. **Matrícula nº 5.029 do CRI de Ipaussu/SP. Ocupado. O bem será vendido no estado de conservação em que se encontra, sem garantia, constituindo ônus do interessado verificar suas condições, antes das datas designadas para as alienações judiciais eletrônicas. ÔNUS:** Consta da referida matrícula, conforme **R.04 (14/12/2015)** HIPOTECA em favor de BANCO SANTANDE (BRASIL) S/A; **AV.06(16/12/2019) –** PENHORA em favor de EVALDO JOAÉ CALLEGARI E OUTROS nos autos da Execução Trabalhista nº 0010476-72.2017.5.15.0030-1 perante o Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região, Comarca de Ourinhos/SP, Vara do Trabalho de Ourinhos-SP. **AV.07(15/10/2020)** a INDISPONIBILIDADE do bem decretada nos autos do processo nº 00004821920198260539 em trâmite perante o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo-SP – Santa Cruz do Rio Pardo – Central – 3º Ofício Judicial. **DO VALOR MÍNIMO PARA VENDA DO IMÓVEL:** No primeiro pregão, o valor mínimo para a venda do imóvel apregoado será o valor da avaliação judicial que corresponde a **R$ 480.073,44 (maio/2021 – Valor Atualizado conforme Tabela Prática do TJ/SP)**, que será atualizada à época da alienação. No segundo pregão, o valor mínimo para a venda do imóvel corresponderá a **50% da avaliação atualizada. LEILOEIRO:** O leilão será conduzido pelo Sr. Carlos Eduardo Luis Campos Frazão, podendo se fazer substituir por Carlos Alberto Fernando Santos Frazão ou Ana Claudia Carolina Campos Frazão, leiloeiros oficiais, inscritos na JUCESP sob os nºs 751, 203 e 836, respectivamente. **COMO PARTICIPAR:** O interessado em participar da alienação judicial eletrônica deverá se cadastrar previamente no site **www.frazaoleiloes.com.br**. Durante a alienação, os lanços deverão ser oferecidos diretamente no sistema do Leiloeiro, de modo a viabilizar a preservação do tempo real das ofertas. Sobrevindo novo lanço nos três minutos antecedentes ao termo final da Alienação Judicial eletrônica, o horário (cronômetro) de fechamento do pregão será prorrogado por mais três minutos e sinalizado para que todos os usuários interessados tenham oportunidade de ofertar novos lanços. **DÉBITO EXEQUENDO: R$ 1.534.282,11 (junho/2017 – Conf. fls. 52)**, valor que será atualizado à época da alienação. **DÉBITOS IPTU:** Eventuais débitos de IPTU deverão ser apurados pessoalmente perante a Prefeitura de Ipaussu. **OBRIGAÇÕES DO ARREMATANTE:** Eventuais ônus sobre o imóvel e todas as providências e despesas relativas à transferência, tais como desocupação, ITBI, foro, laudêmio, taxas, alvarás, certidões, escrituras, registros e outras despesas pertinentes, oriundos de construção ou reformas não averbados no Órgão competente, inclusive débitos apurados junto ao INSS, correrão por conta do arrematante, **exceto eventuais débitos de IPTU, demais taxas e impostos, conforme o art. 130, "caput" e parágrafo único do CTN, bem como os débitos de condomínio (que possuem natureza "propter rem"), os quais ficam sub-rogados no preço da arrematação (art. 908, §1º, NCPC). CONDIÇÕES DE VENDA e PAGAMENTO:** Será considerado arrematante aquele que der lance igual ou superior ao valor de avaliação (1º leilão) ou aquele que der lance igual ou superior a **50%** do valor de avaliação (2º leilão). **O arrematante efetuará o pagamento à vista**. O depósito deve ser efetuado em até 24h (vinte e quatro horas) a contar do encerramento do leilão, através de guia de depósito judicial do Banco Brasil, (obtida através do site https://portaldecustas.tjsp.jus.br/portaltjsp/login.jsp). Decorrido o prazo sem que o arrematante tenha realizado o depósito do preço ou do sinal, tal informação será encaminhada ao MM. Juízo competente para a aplicação das medidas legais cabíveis. **DO PAGAMENTO PARCELADO: Cumprindo a previsão do artigo 891, parágrafo único e artigo 895 e parágrafos do NCPC**, poderão ser apresentadas propostas para o pagamento do lance de forma parcelada, sendo necessário sinal **igual ou superior a 25%** do valor do lance (pagamento através de guia de depósito judicial do Banco Brasil, obtida através do site (https://portaldecustas.tjsp.jus.br/portaltjsp/login.jsp) **e o restante em até 30 parcelas,** com indexador de correção monetária apresentado pelo arrematante e garantido pela hipoteca do próprio bem, **ficando esta forma de pagamento sujeita a apreciação do MM. Juízo para validação, CASO NÃO HAJA LANCE PARA PAGAMENTO À VISTA. O lance parcelado deverá ser ofertado diretamente no site do Leiloeiro. COMISSÃO DO LEILOEIRO: A comissão devida ao Leiloeiro será de 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação,** não se incluindo no valor do lanço. O depósito da comissão deverá ser em juízo, no prazo de até 01 (um) dia útil e seu levantamento será autorizado após a apreciação da idoneidade do lance pelo Juízo, nos termos do parágrafo único do artigo 267 das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça. **REMIÇÃO DA EXECUÇÃO E ACORDO:** Se a parte executada, após a publicação do presente edital, pagar a dívida **antes** de adjudicado ou alienado o bem, ou sendo firmado acordo entre as partes, deverá arcar com as despesas de divulgação assumidas pelo leiloeiro, nos termos art. 40 do Decreto 21.981/32. Contudo, caso a remição ou acordo ocorra **após a realização da alienação**, o Leiloeiro fará jus à comissão previamente fixada, conforme § 3º do artigo 7º da Resolução nº 236 do Conselho Nacional de Justiça de 13/07/2016. **DÚVIDAS E ESCLARECIMENTOS:** Pessoalmente perante o Ofício Cível onde tramita a presente ação, no escritório do leiloeiro oficial, localizado na Rua da Mooca, 3547, Mooca, São Paulo/SP, através do telefone (11) 3550-4066 ou pelo e-mail: contato@frazaoleiloes.com.br. Ficam os **EXECUTADOS**, ***os credores:*** **EVALDO JOSÉ CALLEGARI E OUTROS**, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE IPAUSSU** e demais interessados, **INTIMADOS** das designações supra, bem como da penhora realizada em data de 10/06/2019 (cf. fls. 221/222), através da publicação deste EDITAL, nos termos do art. 274, parágrafo único art. 887, § 2º, §3º e § 5º e art. 889, parágrafo único, todos do Novo Código de Processo Civil, caso não sejam localizados para a intimação pessoal. Não consta dos autos haver recurso ou causa pendente de julgamento. Todas as regras e condições do Leilão estão disponíveis no Portal www.frazaoleiloes.com.br. Será o edital, afixado e publicado. Chavantes, 07 de junho de 2021. Eu, Escrevente, digitei. Eu, Coordenador(a), subscrevi. **LÊDA MARIA SPERANDIO FURLANETTI JUÍZA DE DIREITO**

FRAZÃO Leilões
Fotos, edital e matrícula no site do leiloeiro. Cadastre-se para dar lance pela internet.
Tel. 11-3550-4066 - www.FrazaoLeiloes.com.br

ROSSI LEILÕES 25 anos

2ª VARA CÍVEL COMARCA DE JABOTICABAL- SP

EDITAL DE PRAÇA JUDICIAL ONLINE. Ugo Rossi Filho - Leiloeiro Oficial - JUCESP 394. 2ª VARA CÍVEL COMARCA DE JABOTICABAL- SP. Processo nº 0000511-71.2018.8.26.0291 Executado: **LAERTE TRIZÓLIO e ELISABETE RODRIGUES TRIZÓLIO**. Um terreno indicado como Lote nº 245, da Quadra 11, do loteamento denominado **Residencial Bom Jesus**, situado com frente para a Rua José Bonifácio, nesta **Cidade e Comarca de Jaboticabal - SP**, que se acha caracterizado dentro das seguintes medidas e confrontações: tem início junto ao alinhamento à Rua José Bonifácio, medindo 41,33 metros (quarenta e um metros e trinta e três centímetros), segue em curva de concordância medindo 13,03 metros (treze metros e três centímetros), confrontando com a referida Rua e Rua Nova, segue em curva de concordância, medindo 8,42 (oito metros e quarenta e dois centímetros), confrontando com a Rua Nove e a Rua Oito, segue medindo 31,50 metros (trinta e um metros e cinquenta centímetros), confrontando com a Rua Oito, deflete à esquerda medindo 35,72 (trinta e cinco metros e setenta e dois centímetros), confrontando com os lotes 243 e 244, até ponto inicial desta descrição, contendo 01 (uma) casa de tijolos e coberta de telhas, 01 (um) pátio, serviço de água e outras benfeitorias: perfazendo o terreno uma área de 2.001,64 metros quadrados (dois mil e um metros e sessenta e quatro centímetros quadrados) [illegible] loteamento registrado em 14/12/2006, sob o nº 01/37.666. Consta no laudo de avaliação que trata-se de imóvel residencial com construção de 2 (duas) casas no mesmo terreno e matrícula. Casa 1 dentro da matrícula nº 37.883 - Características do imóvel: classe residencial - tipo casa, estrutura de tijolo de barro, pintura sobre argamassa, telhado com telhas de barro e forro de madeira, paredes rebocadas com cantos de infiltração e pintura em látex desgastadas com trincas, revestimento de paredes do banheiro com azulejo até o teto, piso cerâmico em toda parte interna do imóvel e externa concreto rústico, gabinete no banheiro, portas e batentes em madeira internas, e externas com aço com vidro, janelas em aço com pintura à óleo, garagem para um veículo coberta, não possui muros laterais, toda a área de divisa com as vias públicas feita com telas e palanques de concreto, portão de ferro na entrada. Frente 47,62. Área de construção 136,50 m² (47,75 área aberta e 88,75 área fechada), área do terreno 2.001,65 (total). Idade aparente de 35 anos. Descrição dos cômodos: 2 dormitórios, 1 suíte, 1 sala, copa/cozinha, 1 banheiro, área de serviço, despensa, garagem. Casa 2 dentro da matrícula nº 37.883 - Residencial tipo casa - estrutura de tijolo de barro, pintura sobre argamassa, telhado com telhas de barro, forro de madeira, paredes rebocadas com marcas de infiltração e pintura látex em bom estado de conservação. Revestimento de paredes sendo banheiro com azulejo até o teto e box de acrílico, piso cerâmico em toda parte interna do imóvel, parte externa com concreto rústico, gabinete no banheiro, portas e batentes em madeiras internas, e externas em aço com vidro, janelas em aço com pintura à óleo, garagem para 1 veículo coberta. Não possui muros laterais, toda área de divisa com as vias públicas feita com telas e palanques 2 de concreto. Portão de ferro na entrada. Área de construção 162,50 m² (85,50 áreas aberta e 77,00 área fechada). Área do terreno 2.001,65 (total). Idade aparente de 35 anos. Descrição dos cômodos: 2 dormitórios, 1 suíte, 1 sala, copa/cozinha, 1 banheiro, área de serviço, despensa, garagem. Imóvel localizado na Rua José Bonifácio nº 2021, bairro Residencial Bom Jesus, Jaboticabal - SP. **Matrícula 37.883 do 1º CRI de Jaboticabal -SP**. Averbações/ Ônus: Não consta nos autos documentos probantes de eventuais ônus que recaiam sobre o bem. **1ª Praça começa em 03/08/2021 às 15h00min**, seguir-se-á sem interrupção a **2ª Praça com início em 06/08/2021 às 11h01min, e termina em 31/08/2021 às 15h00 min**. Fica o **Sr. LAERTE TRIZÓLIO, ELISABETE RODRIGUES TRIZÓLIO** + demais interessados **INTIMADOS** das designações supra. Lance mínimo na 1ª praça **R$ 587.121,00** (quinhentos e oitenta e sete mil, cento e vinte e um reais) - (julho /2021), **valor este que será atualizado à época da alienação**. - Lance mínimo na 2ª praça: valor igual ou superior a 60% do valor da avaliação.

Maiores informações através do site www.rossileiloes.com.br

1ª Vara Cível da Comarca de Bauru, Estado de São Paulo

EDITAL DE 1º e 2º Leilão e de intimação do executado **Marcos Roberto Vieira,** inscrito no CPF sob nº 334.050.398-27, bem como seu cônjuge, **Silvana Aparecida Moreira Vieira**, inscrita no CPF sob nº 391.069.018-16, o credor fiduciário **FUNDO DE ARRENDAMENTO RESIDENCIAL – FAR**, inscrito no CNPJ sob nº 03.190.167/0001-50, representado pela **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF**, inscrita no CNPJ sob nº 00.360.305/0001-04, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU**, e demais interessados. A Dra. **Rossana Teresa Curioni Mergulhão**, MMª. Juíza de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Bauru, Estado de São Paulo, na forma da lei, **FAZ SABER**, aos que o presente Edital de 1º e 2º Leilão do bem imóvel, virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, que por este Juízo processam-se os autos da **AÇÃO DE EXECUÇÃO** ajuizado por **Condomínio Residencial dos Eucaliptos, inscrito no CNPJ nº 14.491.605/0001-37** em face de **Marcos Roberto Vieira e outra** - **processo nº 1031488-44.2017.8.26.0071**, e que foi designada a venda do bem descrito abaixo por **MEIO ELETRÔNICO**, conduzido pelo Leiloeiro Oficial Sr. Tiago Clemente Sampaio, matriculado na Junta Comercial do Estado de São Paulo – **JUCESP** sob o nº 1089, através do **Portal www.multiplicaleiloes.com.br**, o 1º Leilão terá início no dia **02/08/2021** às 14h00, e se encerrará dia **05/08/2021** às 14h00, onde somente serão aceitos lances iguais ou superiores ao valor da avaliação; não havendo lance igual ou superior ao valor da avaliação, seguir-se-á sem interrupção o 2º Leilão, que terá início no **dia 05/08/2021** às 14h01, e se encerrará no dia **26/08/2021** às 14h00, onde serão aceitos lances com no mínimo 60% (sessenta por cento) do valor da avaliação. **RELAÇÃO DO BEM** – Direitos sobre Uma Unidade Autônoma designada como apartamento, identificado pelo nº 1841 localizado no 4º Pavimento ou 3º andar, do Bloco 18, do empreendimento denominado "Condomínio Residencial dos Eucaliptos", situado na rua Engenheiro Miguel Melhado Campos, nº 1-129, nesta cidade de Bauru-SP, contendo uma área total de 47,05m², sendo 42,05m² de área privativa, e 5,00m² de área de uso comum, correspondendo-lhe ainda uma fração ideal no terreno e nas coisas de uso comum de 0,2500%. Cadastro nº 31621288, objeto da matrícula nº 102.310 do 2º Cartório de Registro de Imóveis de Bauru/SP. **Valor da Avaliação: R$ 82.500,00 (agosto/2020). Valor da Avaliação atualizado até junho de 2021: R$ 89.178,28 (oitenta e nove mil, cento e setenta e oito reais e vinte e oito centavos)** - que será atualizado até a data do início da alienação conforme tabela de atualização monetária do TJ/SP. **DÉBITOS DE IPTU:** Constam débitos de IPTU/Dívida Ativa no valor de R$ 1.323,48 até 04/06/2021. **CRÉDITO EXECUTADO:** Débitos desta ação no valor de R$ 6.673,68 em abril de 2021. Dos autos não consta recursos ou causa pendente de julgamento. **CONDIÇÕES DE VENDA E INFORMAÇÃO** - Edital completo com forma de pagamento, comissão do leiloeiro, ônus sobre o bem e demais condições no site www.multiplicaleiloes.com.br. **FALE CONOSCO**: Eventuais dúvidas poderão ser esclarecidas no escritório do Leiloeiro Oficial, na Av. Das Nações Unidas, 18801 – Conj. 715 - Santo Amaro - São Paulo/SP ou pelos nossos canais de atendimento: **11 5521-2717** ou **11 99875-7654**, **contato@multiplicaleiloes.com.br**. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de Bauru, 21 de junho de 2021. **Rossana Teresa Curioni Mergulhão - Juíza de Direito.**

Tel: 11 5521.2717 / 5521.2562 - multipliqueleilões.com.br

4ª Vara Cível do Foro Regional do Jabaquara, Comarca de São Paulo – SP

EDITAL DE 1º e 2º Leilão e de intimação da executada **Vilma Aparecida da Silva Almeida,** inscrita no CPF sob nº 855.585.598-53, bem como seu cônjuge, **JOÃO FARIA DE ALMEIDA**, inscrito no CPF sob nº 645.489.378-20, **CATIA SILVA FAIM**, inscrita no CPF sob nº 166.111.348-67, bem como seu cônjuge se casada for; **CILEDES SILVA**, inscrita no CPF sob nº 098.053.528-03, **EUNICE VIEIRA SILVA**, inscrita no CPF sob nº 256.692.918-16, **ROSEMARY FAIM DE LIMA**, inscrita no CPF sob nº 061.871.148-17, bem como seu cônjuge **Assis Aparecido de Lima**, inscrito no CPF sob nº 059.253.358-13, **REGIANE FAIM MENDES**, inscrita no CPF sob nº 068.551.228-25, bem como seu cônjuge **EDSON ZAPATERRA MENDES**, inscrito no CPF sob nº 078.057.018-90, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO**, e demais interessados. O Dr. **FABIO FRESCA**, MM. Juiz de Direito da 4ª Vara Cível do Foro Regional do Jabaquara, Comarca de São Paulo - SP, na forma da lei, **FAZ SABER**, aos que o presente Edital de 1º e 2º Leilão do bem imóvel, virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, que por este Juízo processam-se os autos da **AÇÃO DE EXTINÇÃO DE CONDOMÍNIO** ajuizado por **Edino Silva, inscrito no CPF nº 108.721.088-72, Erasmo Silva, inscrito no CPF nº 106.035.578-72 e Nelson Gomes Faim, inscrito no CPF nº 422.112.398-20** em face de **Vilma Aparecida da Silva Almeida** - **processo nº 1001493-98.2014.8.26.0003**, e que foi designada a venda do bem descrito abaixo por **MEIO ELETRÔNICO**, conduzido pelo Leiloeiro Oficial Sr. Tiago Clemente Sampaio, matriculado na Junta Comercial do Estado de São Paulo – **JUCESP** sob o nº 1089, através do **Portal www.multiplicaleiloes.com.br**, o 1º Leilão terá início no dia **02/08/2021** às 14h00, e se encerrará dia **05/08/2021** às 14h00, onde somente serão aceitos lances iguais ou superiores ao valor da avaliação; não havendo lance igual ou superior ao valor da avaliação, seguir-se-á sem interrupção o 2º Leilão, que terá início no **dia 05/08/2021** às 14h01, e se encerrará no dia **31/08/2021** às 14h00, onde serão aceitos lances com no mínimo 60% (sessenta por cento) do valor da avaliação. **RELAÇÃO DO BEM** – Terreno situado na Alameda Tupinás, lote 17 da quadra G, no 42º Subdistrito - Jabaquara, medindo 10,00m de frente, por 50,00m da frente aos fundos, de ambos os lados, tendo nos fundos a mesma medida da frente, encerrando a área de 500,00m², confrontando de um lado com propriedade de Ernesto Perini, e de outro lado e nos fundos com propriedades de Georges Baedes. Construção: uma casa sob nº 74 da Alameda Tupinás. Contribuinte nº 089.502.0006-6, objeto da matrícula nº 148.184 do 8º Cartório de Registro de Imóveis da Capital/SP. Conforme Av.2 e Av.5 da citada matrícula, consta que o prédio nº 74 da Alameda Tupinás, tem atualmente o nº 301 da referida via pública, a qual passou a denominar-se Rua Deputado João Bravo Caldeira. **Conforme Laudo de Avaliação (fls. 458/536)**, a casa possui no recuo frontal garagem descoberta para estacionamento de 03 automóveis de passeio e nos fundos, edícula. A construção principal possui: sala de estar, 03 dormitórios, 02 banheiros, 01 cozinha, 01 área de serviço, 01 escritório interno e 02 escritórios externos. A edícula possui: sala de estar, 02 dormitórios, sendo 01 suíte, 01 banheiro social e cozinha. De acordo com mediação no local, o imóvel possui 254,15m² de área construída sendo: construção principal: 190,70m² e edícula: 63,45m². **Valor da Avaliação: R$ 1.887.000,00 (agosto/2018). Valor da Avaliação atualizado até maio de 2021: R$ 2.140.356,63 (dois milhões, cento e quarenta mil, trezentos e cinquenta e seis reais e sessenta e três centavos)** - que será atualizado até a data do início da alienação conforme tabela de atualização monetária do TJ/SP. **DÉBITOS DE IPTU:** Não constam débitos de IPTU/Dívida Ativa até 03/06/2021. **CONDIÇÕES DE VENDA E INFORMAÇÃO** - Edital completo com forma de pagamento, comissão do leiloeiro, ônus sobre o bem e demais condições no site www.multiplicaleiloes.com.br. **FALE CONOSCO**: Eventuais dúvidas poderão ser esclarecidas no escritório do Leiloeiro Oficial, na Av. Das Nações Unidas, 18801 – Conj. 715 - Santo Amaro - São Paulo/SP ou pelos nossos canais de atendimento: **11 5521-2717** ou **11 99875-7654**, **contato@multiplicaleiloes.com.br**. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, 04 de junho de 2021. **FABIO FRESCA - Juiz de Direito.**

Tel: 11 5521.2717 / 5521.2562 - multipliqueleilões.com.br

27ª Vara Cível do Foro Central, Comarca de São Paulo - SP

EDITAL DE 1º e 2º Leilão e de intimação do executado **VICENTE LENTINI FILHO,** inscrito no CPF sob nº 007.807.748-68, bem como seu cônjuge, **MAGDALENA CARMEN WEIZ LENTINI**, inscrita no CPF sob nº 007.025.108-82, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO,** e demais interessados. A Dra. **MELISSA BERTOLUCCI**, MMª. Juíza de Direito da 27ª Vara Cível do Foro Central, Comarca de São Paulo - SP, na forma da lei, **FAZ SABER**, aos que o presente Edital de 1º e 2º Leilão do bem imóvel, virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, que por este Juízo processam-se os autos da **AÇÃO DE PROCEDIMENTO SUMÁRIO** ajuizado por **CONDOMÍNIO EDIFÍCIO MICO LEÃO DOURADO, inscrito no CNPJ nº 01.363.180/0001-39** em face de **VICENTE LENTINI FILHO e outro** - **processo nº 1084691-96.2015.8.26.0100**, e que foi designada a venda do bem descrito abaixo por **MEIO ELETRÔNICO**, conduzido pelo Leiloeiro Oficial Sr. Tiago Clemente Sampaio, matriculado na Junta Comercial do Estado de São Paulo – **JUCESP** sob o nº 1089, através do **Portal www.multiplicaleiloes.com.br**, o 1º Leilão terá início no dia **02/08/2021** às 14h00, e se encerrará dia **05/08/2021** às 14h00, onde somente serão aceitos lances iguais ou superiores ao valor da avaliação; não havendo lance igual ou superior ao valor da avaliação, seguir-se-á sem interrupção o 2º Leilão, que terá início no **dia 05/08/2021** às 14h01, e se encerrará no dia **26/08/2021** às 14h00, onde serão aceitos lances com no mínimo 50% (cinquenta por cento) do valor da avaliação. **RELAÇÃO DO BEM** – Loja, localizada no pavimento térreo do "Condomínio Edifício Mico Leão Dourado", situado na Avenida Aclimação nº 68, no 37º subdistrito – Aclimação, contendo uma área útil ou privativa de 101,53m2, área comum de divisão proporcional de 146,63m2, área total de 248,16m2, possui uma fração ideal de participação da unidade, nas partes e coisas comuns do edifício de 0,0612. Contribuinte nº 033.050.0324-3, objeto da matrícula nº 104.665 do 16º Cartório de Registro de Imóveis da Capital/SP. Conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária do Edifício Mico Leão Dourado realizada no dia 01 de novembro de 2016, o referido imóvel possui o direito a duas vagas indeterminadas de garagem. **Valor da Avaliação: R$ 1.682.000,00 (outubro/2018). Valor da Avaliação atualizado até maio de 2021: R$ 1.902.126,10 (um milhão, novecentos e dois mil, cento e vinte e seis reais e dez centavos)** - que será atualizado até a data do início da alienação conforme tabela de atualização monetária do TJ/SP. **DÉBITOS DE IPTU:** Débitos fiscais (IPTU e taxas) que já constam em Dívida Ativa, referentes a Exercícios Anteriores: Nada consta até 27.05.2021. Débitos fiscais (IPTU e taxas) referentes ao Exercício Atual: R$ 10.858,73 até 27.05.2021. **CRÉDITO EXECUTADO:** Débitos desta ação no valor de R$ 196.476,91 em maio de 2021. Dos autos não consta recursos ou causa pendente de julgamento. **CONDIÇÕES DE VENDA E INFORMAÇÃO** - Edital completo com forma de pagamento, comissão do leiloeiro, ônus sobre o bem e demais condições no site www.multiplicaleiloes.com.br. **FALE CONOSCO**: Eventuais dúvidas poderão ser esclarecidas no escritório do Leiloeiro Oficial, na Av. Das Nações Unidas, 18801 – Conj. 715 - Santo Amaro - São Paulo/SP ou pelos nossos canais de atendimento: **11 5521-2717** ou **11 99875-7654**, **contato@multiplicaleiloes.com.br**. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, 09 de junho de 2021. **MELISSA BERTOLUCCI - Juíza de Direito.**

Tel: 11 5521.2717 / 5521.2562 - multipliqueleilões.com.br

MILAN LEILÕES
LEILOEIROS OFICIAIS
Ford

LEILÃO APROX. 60 VEÍCULOS

ORIGINÁRIOS DA FROTA, MARKETING, TESTE COMPARATIVO E RECOMPRA

DIA 26 DE JULHO 2021 (SEGUNDA FEIRA) ÀS 9:30H. LEILÃO PRESENCIAL E ON-LINE

9BFZB55S5M8846288 - 9BFZF55P3KB625732 - 9BFZB55S6M8845392 - 9BFZH55S6M8053080 - 9BFZB55S1M8846286 - 8AFAR23L3LJ170047 - 9BFZB55S2M8812714 - 9BFZB55S3M8846287 - 9BFZB55S9M8844690 - 8AFAR23L4MJ208516 - 9BFZB55S7M8846566 - 9BFZB55S4M8812715 - 9BFZB55SXM8846285 - 9BFZH55L2G8347198 - 9BFZD55P9EB734877 - 9BFFF22C78B056146 - 94T1T4D23DH000596 - 8AFAR23L7DJ092485 - 9BFZB55H7G8575307 - 3FA6P0D94ER369231 - 8AFAR23L6EJ134291 - 9BFZB55H3F8530668 - 9BFZB55H3D8773703 - 8AFSZZFFCHJ491953 - 8AFSZZFFCEJ219397 - 3FA6POK99ER280077 - 8AFTZZFHCCJ465530 - 8AFSZZFHCGJ359138 - 9BFZD55J6EB697136 - 9BFZB55H7D8816472 - 9BFZH55L8K8346596 - 9BFZB55H2F8976052 - 9BFZB55V4J8691352 - 9BFZD55R0GB517500 - 9BFZB55H1F8959789 - 9BFZH55L8F8241790 - 8AFAR23L8DJ080751 - 8AFAR23L4EJ245812 - 9BFZB55H6D8822084 - 9BFZB55H7E8898897 - 9BFWEA7B7KBS45299 - 9BFZH55L7G8334138 - 9BFZB55H2G8564361 - 3FADP4YJ3EM101125 - 9BFZD55P9EB653877 - 9BFZB55PXH8608860 - 3FAFP4WJ8EM181467 - 8AFAR23JXDJ094021 - 9BFZF55A438498299 - 9BFZB55S5M8843259 - 9BFZF55P3D8368064 - 9BFZD55P5EB737873

facebook.com/milanleiloes
@ milanleiloes
twitter.com/milanleiloes

Informações:
Tel: **11 3845-5599** ou www.milanleiloes.com.br
Ronaldo Milan - Leiloeiro Oficial - Jucesp 266

LÍDER LEILÕES

LEILÃO ONLINE FUNAD

COM TRANSMISSÃO AO VIVO

LEILOEIRA OFICIAL
TATIANA PAULA ZANI - JUCESP 723

VEÍCULOS COM DOCUMENTAÇÃO E SUCATAS

LEILÃO DIA 30.07.2021 às 10H00

www.liderleiloes.com.br
11 4425-2905 | 4425-5925
liderleiloes

Lance total

Angélica Mieko Inoue Dantas, Leiloeiro Oficial, matrícula JUCESP 747, devidamente autorizado pelo(s) comitente (s) SESI SENAI-SP (por intermédio da GSCF - Supervisão Patrimônio), torna público a oferta, em LEILÃO ONLINE – CAMPINAS e SÃO PAULO (Ref. 07) extrajudicial, a venda dos bens descriminados no endereço eletrônico www.lancetotal.com.br, com encerramento a partir das 09h00 do dia 27 de Julho de 2021, observadas as disposições da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, bem como pela Legislação Estadual pertinente e, por fim as Condições Gerais do Leilão. Os bens serão entregues nos dias LOTES: 001 ao 055 (São Paulo) - Data: Dia 03/08/2021 - Horário: Das 10h às 15h - Local: Rua Martinho de Campos, 154 - Vila Anastácio, São Paulo - SP, 05093-05 – LOTES: 056 ao 386 (Campinas) – Data: Dia 04/08/2021 - Horário: Das 10h às 15h - Local: Rua Geraldo Nucci, 330 - Jardim Santa Maria, Campinas - SP, 13055-610. DA VISITAÇÃO: Os lotes estarão disponíveis para visitação mediante agendamento prévio pelo email : lancetotal@lancetotal.com.br. LOTES: 001 ao 055 (São Paulo) - Data: Dia 23/07/2021 - Horário: Das 10h às 15h - Local: Rua Martinho de Campos, 154 - Vila Anastácio, São Paulo - SP, 05093-05 – LOTES: 056 ao 386 (Campinas) – Data: Dia 22/07/2021 - Horário: Das 10h às 15h - Local: Rua Geraldo Nucci, 330 - Jardim Santa Maria, Campinas - SP, 13055-610. A venda será realizada à vista. O pagamento de comissão do Leiloeiro de 5% (cinco por cento) sobre o valor de arrematação, que será realizado no ato. Maiores informações com relação completa de lotes consulte o site www.lancetotal.com.br ou no escritório do Leiloeiro tel. (11) 3868-2910.

SESI SENAI

WWW.LANCETOTAL.COM.BR

LEILÃO VIP DIRETO | **www.vipdireto.com** | **11 3777-9602** | **relacionamento@vipdireto.com**

Leilão público realizado pelos leiloeiros públicos oficiais Hettury Wladimir Palhais Alves Pereira, JUCEMA 13/1997, Gustavo Chaves Lages Rebelo, matriculado na JUCEMA 20/2013, Wesley Durval Palhais Alves Pereira, matriculado na JUCEMA 11/1996, Vicente De Paulo Albuquerque Costa Filho, matriculado na JUCEMA 12/1996, Vicente de Paulo Albuquerque Costa Filho, matriculado na JUCESP – 1086 , Conceição de Maria Costa Lopes matriculada na JUCEA – 019/2017, Erico Lages Soares, matriculado na JUCEPI – 02/94, Erico Sobral Soares na JUCEPI – 15/2015, Roberto Costa Garcia matriculado na JUCEPE – 11/2015, Carlos Adriano Solano dos Santos Pinho na JUCEAL – 15/2011, Roberto Jacinto Pinho Junior matriculado na JUCEP – 006/2009, Josecelli Kildare Fraga Gomes matriculado na JUCEB – 11/023537-1, Eduardo Jordão Boyadjian matriculado na JUCESP – 464, José Carlos Barbosa matriculado na JUCESP – 1057, Hélcio Kronberg matriculado na JUCEPAR – 653, torna público a realização de leilões on-line/eletrônico de veículos e produtos nos dias 01/07/2021, 02/07/2021, 05/07/2021, 06/07/2021, 07/07/2021, 08/07/2021, 12/07/2021, 13/07/2021, 14/07/2021, 15/07/2021, 16/07/2021, 19/07/2021, 20/07/2021, 21/07/2021, 22/07/2021, 23/07/2021, 26/07/2021, 27/07/2021, 28/07/2021, 29/07/2021, 30/07/2021, 02/08/2021, 03/08/2021, 04/08/2021, 05/08/2021, 06/08/2021, 09/08/2021, 10/08/2021, 11/08/2021, 12/08/2021, 13/08/2021, 16/08/2021, 17/08/2021, 18/08/2021, 19/08/2021, 20/08/2021, 23/08/2021, 24/08/2021, 25/08/2021, 26/08/2021, 27/08/2021, 30/08/2021, 31/08/2021, 01/09/2021, 02/09/2021, 03/09/2021, 06/09/2021, 07/09/2021, 08/09/2021, 09/09/2021, 10/09/2021, 13/09/2021, 14/09/2021, 15/09/2021, 16/09/2021, 17/09/2021, 20/09/2021, 21/09/2021, 22/09/2021, 23/09/2021, 24/09/2021, 27/09/2021, 28/09/2021, 29/09/2021 e 30/09/2021, ás 10 horas, 13 horas, 14 horas e 18 horas, por meio do endereço eletrônico www.vipdireto.com, com média de 20 itens, podendo haver alteração de acordo com cada comitente. O presente Leilão tem por objeto a alienação pública pela maior oferta alcançada de itens particulares pertencentes a pessoas físicas ou jurídicas, devidamente qualificadas e identificadas nos TERMOS DE AUTORIZAÇÃO DE LEILÃO previamente assinados/aceitos e anexos a este Edital Público de Leilão Oficial. O Edital completo está à disposição dos interessados no website www.vipdireto.com Maiores informações poderão ser obtidas pelo E-mail relacionamento@vipdireto.com ou (11) 3777-9602 ou acesse www.vipdireto.com

SUPERBID **www.majudicial.com.br** | **Informações: (11) 4950-9660** | **rpreto.nucleo@majudicial.com.br**

4ª Vara Cível da Comarca de Ribeirão Preto/SP - EDITAL DE LEILÃO, em resumo (art. 887, §3º - CPC), e de intimação do(a)(s) executado(a)(s) Alessandro Araújo da Costa .. O(A) MM. Juiz(a) de Direito Dr.(a) HEBER MENDES BATISTA da 4ª Vara Cível da Comarca de Ribeirão Preto/SP, na forma da lei, FAZ SABER..., que por este Juízo processam-se os autos da Ação de Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução ajuizada por Dailson Rezende Sociedade Individual de Advocacia contra Alessandro Araújo da Costa - Processo nº 1018224-42.2019.8.26.0506 (Nº de Ordem 980/2019) e que foi designada a venda do(s) bem(ns) descrito(s) abaixo, de acordo com as regras expostas a seguir: O leilão será realizado por MEIO ELETRÔNICO, através do Portal www.calilleiloes.com.br. O 1º pregão terá início em 16/08/2021, a partir das 14:00 horas, encerrando-se em 19/08/2021, às 14:00 horas. Caso os lances ofertados não atinjam o valor mínimo de venda do(s) bem(ns) no 1º pregão, o leilão seguir-se-á sem interrupção até às 14:00 horas do dia 08/09/2021 - 2º pregão. Os lances deverão ser ofertados pela rede Internet, através do Portal www.calilleiloes.com.br. O Leilão será conduzido pelo(a) Leiloeiro(a) Oficial Sr(a). Julio Abdo Costa Calil, JUCESP nº 813. Os débitos fiscais e tributários incidentes sobre do(s) bem(ns) arrematado(s) sub-rogarão no preço da arrematação (art. 130, CTN), ficando o arrematante responsável pelo pagamento dos débitos de outra natureza. O arrematante deverá pagar, a título de comissão, o valor correspondente a 5% (cinco por cento) do preço de arrematação do(s) bem(ns). Todas as regras e condições do Leilão estão disponíveis, em inteiro teor, nos autos do processo e no Portal www.calilleiloes.com.br. A publicação deste edital supre eventual insucesso das notificações pessoais e dos respectivos patronos e será realizada através da rede mundial de computadores, conforme determina o §2º, do artigo 887, do Código de Processo Civil. RELAÇÃO DO(S) BEM(NS): Lote 1 - Fiat/Palio EL, Placa BKD9498, ano mod/fab 1996/1996.Valor da Avaliação pela Tabela Fipe em setembro/2020: R$ 7.667,00 (sete mil, seiscentos e sessenta e sete reais). Valor da avaliação atualizado pelo índice de correção monetária do TJ/SP em JUNHO/2021: R$ 8.257,91 (oito mil, duzentos e cinquenta e sete reais e noventa e um centavos). Depositário: Não Informado. Local do bem: Não informado. Penhora realizada por termo (§1º, art. 845, CPC).

Lut Lut Lut Lut (11) 3047-9800 | WWW.LUT.COM.BR Lut Lut Lut Lut

Edital pormenorizado

CEZAR AUGUSTO BADOLATO SILVA, leiloeiro oficial, matriculado na JUCESP sob o nº 602, torna público que realizará um leilão extrajudicial no dia 28/07/2021 a partir das 14h, pelo site www.lut.com.br, autorizado pela comitente **NOTRE DAME INTERMÉDICA SAÚDE S/A (CNPJ nº 44.649.812/0001-38)**. Os bens a serem apregoados permanecerão sob a guarda e responsabilidade da Comitente e estarão abertos para visitação onde poderão ser examinados pelos interessados, **mediante prévio agendamento (24h)** através dos tels.: (11) 3047-9800 ou 98206-8417; serão vendidos no estado em que se encontram, por preços não inferiores aos estipulados, não podendo o leiloeiro vender a crédito ou a prazo sem autorização prévia do comitente, devendo ser observadas as condições de venda e pagamento do leilão. O valor da comissão do Leiloeiro, a ser pago pelo(s) arrematante(s), corresponderá a 5% (cinco por cento) sobre o valor de venda dos bens arrematados (conforme Decreto nº 21.981, de 19/10/1932). O Comitente se responsabiliza pela qualidade, origem, existência, legitimidade, autenticidade e segurança dos bens a serem apregoados, sendo também responsável pela entrega dos bens aos arrematantes, permanecendo o COMITENTE como **único responsável pela veracidade das informações fornecidas e relativas aos referidos bens. Bens levados a leilão pormenorizados e descritos:** Lote 1: VW Gol 1.0 ano 2013/2014 - placa final 26 - chassi final 8021 - RENAVAM final 714 - Cor branca - Combustível FLEX - 04 portas /// Lote 2: VW Gol City MB s ano 2014/2015 - placa final 80 - chassi final 0500 - RENAVAM final 462 - Cor branca - Combustível FLEX - 04 portas /// Lote 3: Pick-UP Gm Montana LS2 ano 2016/2017 - placa final 45 - chassi final 2818 - RENAVAM final 173 - Cor Prata - Combustível FLEX - 02 portas. Observações: A) Os bens serão vendidos no estado em que se encontram e sem direito a garantia. B) Todos os custos e procedimentos envolvidos para a retirada serão de responsabilidade do arrematante. C) O pagamento deverá ser efetuado em 24h após o recebimento do boleto. D) Os Compradores que optarem por NÃO realizar a visitação, declaram que aceitam adquiri-los no estado em que se encontram, sem direito a reclamação e reposição de peças. E) Os impostos de qualquer natureza, inclusive ICMS, decorrentes do transporte dos bens até o destino, devendo este providenciar documentação hábil para tal finalidade tanto para operações estaduais como para interestaduais, excluindo qualquer responsabilidade do leiloeiro e do comitente vendedor por eventuais autuações. Caso o leiloeiro e/ou o comitente sejam autuados em relação a tais tributos, o arrematante será responsável por reembolsar os prejuízos daí decorrentes de acordo com o Convênio ICMS 93 de 17/09/2015. F) Os lotes poderão ser apregoados em quantidades aproximadas, e podem conter variações nas quantidades citadas, sem que seja devido qualquer pagamento adicional e/ou reembolso do valor pago.

CEZAR AUGUSTO BADOLATO SILVA, leiloeiro oficial, matriculado na JUCESP sob o nº 602, torna público que realizará um leilão extrajudicial no dia 29/07/2021 a partir das 09:30h, pelo site www.lut.com.br, autorizado pela comitente **NOTRE DAME INTERMÉDICA SAÚDE S/A (CNPJ nº 44.649.812/0001-38)**. Os bens a serem apregoados permanecerão sob a guarda e responsabilidade da Comitente e estarão abertos para visitação onde poderão ser examinados pelos interessados, **mediante prévio agendamento (24h)** através dos tels.: (11) 3047-9800 ou 98206-8417; serão vendidos no estado em que se encontram, por preços não inferiores aos estipulados, não podendo o leiloeiro vender a crédito ou a prazo sem autorização prévia do comitente, devendo ser observadas as condições de venda e pagamento do leilão. O valor da comissão do Leiloeiro, a ser pago pelo(s) arrematante(s), corresponderá a 5% (cinco por cento) sobre o valor de venda dos bens arrematados (conforme Decreto nº 21.981, de 19/10/1932). O Comitente se responsabiliza pela qualidade, origem, existência, legitimidade, autenticidade e segurança dos bens a serem apregoados, sendo também responsável pela entrega dos bens aos arrematantes, permanecendo o COMITENTE como único responsável pela veracidade das informações fornecidas e relativas aos referidos bens. **Bens levados a leilão pormenorizados e descritos:** EQUIPTOS HOSPITALARES, GRÁFICOS, CAMAS, MOBILIÁRIOS OUTROS. Observações: A) Os bens serão vendidos no estado em que se encontram e sem direito a garantia. B) Todos os custos e procedimentos envolvidos para a retirada serão de responsabilidade do arrematante. C) O pagamento deverá ser efetuado em 24h após o recebimento do boleto. D) Os Compradores que optarem por NÃO realizar a visitação, declaram que aceitam adquiri-los no estado em que se encontram, sem direito a reclamação e reposição de peças. E) Os impostos de qualquer natureza, inclusive ICMS, decorrentes do transporte dos bens até o destino, devendo este providenciar documentação hábil para tal finalidade tanto para operações estaduais como para interestaduais, excluindo qualquer responsabilidade do leiloeiro e do comitente vendedor por eventuais autuações. Caso o leiloeiro e/ou o comitente sejam autuados em relação a tais tributos, o arrematante será responsável por reembolsar os prejuízos daí decorrentes de acordo com o Convênio ICMS 93 de 17/09/2015. F) Os lotes poderão ser apregoados em quantidades aproximadas, e podem conter variações nas quantidades citadas, sem que seja devido qualquer pagamento adicional e/ou reembolso do valor pago.

Publique em jornal de grande circulação



Ligue já:
11. 3729-6600

JUCESP 591
Luis Andrade
fotos no site www.andradeleiloes.com.br

28/07/2021 - 14:00 hs. **4ª FEIRA**
VISITAÇÃO NOS DIAS 21, 22 E 23 DE JULHO
HORÁRIO DAS 10:00 ÁS 12:00 E DAS 13:30 AS 15:30
Na Rua Santarém, 560 - Pq. Industrial - São José dos Campos/SP
ON LINE

FUNDHAS **LEILÃO DE SUCATAS, MATERIAIS E VEÍCULO.**

TODAS AS INFORMAÇÕES REFERENTES AO LEILÃO CONSTAM EM NOSSO SITE.
LUIS ANDRADE - Leiloeiro Oficial - Inf. Tels. (11) 4049.3622/4047.2188 11 96835-2566.

DocuSigned by:
Jornal Gazeta SP Ltda. - EPP
Assinado por: JORNAL GAZETA SP LTDA:04735364000170
CPF: 29513946889
Data/Hora da Assinatura: 23/07/2021 | 18:31:55 PDT
ICP Brasil
5146939EFE414F8FAB3A7733135E2CCF

PÁGINA CERTIFICADA. O JORNAL GAZETA SP LTDA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.gazetasp.com.br

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ORESTE GUIDI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 27/07/2021 às 10:33 , sob o número WAIA21700684264 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 82E97E7.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ATIBAIA
FORO DE ATIBAIA
1ª VARA CÍVEL
Rua Dr. José Roberto Paim, 99, Parque dos Coqueiros - CEP 12945-007,
Fone: (11) 3402-5547, Atibaia-SP - E-mail: atibaia1cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

DECISÃO

Processo Digital nº:	**0010369-26.2011.8.26.0048**
Classe - Assunto	**Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material**
Requerente:	**Gabriele Baraldi**
Requerido:	**Raul Donato Mendes**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Adriana da Silva Frias Pereira**

Vistos.

Ante o primado contido no artigo 1.023, §2º, do Código de Processo Civil, manifeste-se a parte embargada no prazo de 5 (cinco) dias.

Intime-se.

Atibaia, 27 de julho de 2021.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ADRIANA DA SILVA FRIAS PEREIRA, liberado nos autos em 27/07/2021 às 15:09 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 82E745F.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DO FORO DA COMARCA DE ATIBAIA, SP.

Processo número 0010369.26.2011.8.26.0048

ESPÓLIO DE GABRIELE BARALDI, já qualificado nos autos em epígrafe que move em desfavor de **RAUL DONATO MENDES**, por sua procuradora subscritora, vem, respeitosamente à presença de Vossa Excelência, em cumprimento a decisão de fls 1.124, manifestar-se pelos fatos e motivos abaixo elencados.

DA LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ

O Embargante ultrapassa todas as barreiras da má-fé, agindo de forma abusiva, impondo voluntariamente empecilhos para que a Embargada não consiga atingir a finalidade da demanda (leilão do imóvel para pagamento da dívida).

É simplesmente um ABSURDO, que a essa altura da demanda, o Embargante ainda esteja discutindo sobre a "impenhorabilidade do bem", sem que haja qualquer punição sobre seus atos.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA YUMI KOGA BARALDI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 05/08/2021 às 10:11 , sob o número WAIA21700719300
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 83B3D8A.

Deve-se considerar ainda, Vossa Excelência, que RECENTEMENTE às fls 864, a antiga magistrada já havia alertado o Embargante acerca de atos atentatórios à Justiça:

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Adriana da Silva Frias Pereira**

Vistos.

1) As arguições trazidas a lume, mais uma vez, pelo executado já foram decididas nos autos, inclusive em Superior Instância, em que foi negado o benefício da gratuidade, bem como afastada a impenhorabilidade do bem (fls. 700 e 749)

Não há elementos novos a considerar.

Diante da insistência do executado, que se opõe à execução empregando meios artificiosos e resiste injustificadamente às ordens judiciais, advirto-o de que seu procedimento constitui ato atentatório à dignidade da Justiça (CPC, art. 772, II cc 774, II e IV), passível de aplicação de multa se nova manifestação neste sentido for apresentada.

2) Quanto aos cálculos, diga a exequente em 5 dias.

3) Mantenho o leilão já designado.

Intime-se.

Dessa forma é **imprescindível** a aplicação da multa por litigância de má-fé, inteligência do artigo 79 e 81 do CPC, por violação ao previsto no artigo 80; II;IV;V;VI e VIII do CPC.

Reitera-se anda que desde o alerta acima, o Embargante continua insistindo através de diversos recuros e manifestações nos autos, na superadíssima tese da "impenhorabilidade do bem", sendo alertada pela segunda vez pela antiga magistrada às fls 908, como se observa abaixo:

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA YUMI KOGA BARALDI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 05/08/2021 às 10:11 , sob o número WAIA21700719300
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 83B3D8A.

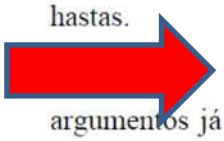
Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Adriana da Silva Frias Pereira**

Vistos.

Conheço dos embargos por tempestivos, mas lhes nego conhecimento.

O artigo 1.022 do Código de Processo Civil estabelece que são cabíveis embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para esclarecer obscuridade ou eliminar contradição, suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento, bem como para corrigir erro material.

No caso em testilha, a parte embargante apresenta argumentos que não guardam qualquer relação com a decisão embargada, que limitou-se a aprovar o edital e designar datas das hastas.



Em verdade, como já alertado diversas vezes, o executado limita-se a repisar argumentos já definidos nesta seara e em Superior instância, demonstrando o caráter meramente protelatório do recurso e de diversas manifestações nos autos.

Assim, não acolho os embargos interpostos.

Intime-se.

Atibaia, 30 de novembro de 2020.

Excelência, é um ABSURDO que até o presente momento, nenhuma atitude tenha sido tomada quanto à forma protelatória com que tem agido o Embargante!!

Será mesmo permitido ao Embargante continuar a protelar o feito com a negligência da aplicação da lei?

Dessa forma, ROGA a Embargada pela aplicação da multa por litigância de má-fé ao Embargante, visto que o processo que corre há mais de 10 anos com os dois autores originais do processo já falecidos, sem que tenha sido feita Justiça até o presente momento.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA YUMI KOGA BARALDI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 05/08/2021 às 10:11 , sob o número WAIA21700719300
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 83B3D8A.

DAS MANIFESTAÇÕES MERAMENTE PROTELATÓRIAS DO EMBARGANTE

Conforme acima exposto, não há o que se Rediscutir quanto aos fatos alegados pelo Embargante.

O documento trazido aos autos às fls 1.131 nada comprovam, visto que é a forma como o próprio Embargante se declara no cadastro, ou seja: sem valor legal.

Observe-se ainda que os demais documentos citados pelo Embargante já foram objeto de análise em outras muitas manifestações e recursos, não havendo que se falar em fato novo que impossibilite a penhora do imóvel.

DOS PEDIDOS

Por todo o exposto, vem a Embargada rogar pela aplicação da multa por litigância de má-fé ao Embargante, visto ser INADMISSÍVEL que o mesmo – já advertido por duas vezes anteriormente - continue a agir protelando o feito e prejudicando a aplicação da justiça, bem como os Autores da ação.

Requer ainda a improcedência dos embargos interpostos, visto não haver nenhuma omissão a ser sanada.

Termos em que,
pede deferimento.
São Paulo, 05 de Agosto de 2021.

documento assinado digitalmente

MELISSA YUMI KOGA BARALDI
OAB/SP 211.408

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA YUMI KOGA BARALDI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 05/08/2021 às 10:11 , sob o número WAIA21700719300
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 83B3D8A.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0507/2021, foi disponibilizado na página 781/792 do Diário de Justiça Eletrônico em 05/08/2021. Considera-se a data de publicação em 06/08/2021, primeiro dia útil subsequente à data de disponibilização.

Advogado
Melissa Yumi Koga Baraldi (OAB 211408/SP)
Duenes do Carmo Silva (OAB 209712/SP)
Arthur da Motta Trigueiros Neto (OAB 237457/SP)
Fernando Jose Cerello Gonçalves Pereira (OAB 268408/SP)

Teor do ato: "Vistos. Ante o primado contido no artigo 1.023, §2º, do Código de Processo Civil, manifeste-se a parte embargada no prazo de 5 (cinco) dias. Intime-se."

Atibaia, 5 de agosto de 2021.

ANA PAULA VASTO
Escrevente Técnico Judiciário

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANA PAULA VASTO, liberado nos autos em 05/08/2021 às 13:49 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 83B9754.

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA 1ª. VARA CÍVEL DA COMARCA DE ATIBAIA.

Processo 0010369-26.2011.8.26.0048 – indenização por dano material
Requerente: Espólio de Gabriele Baraldi
Requerido: Raul Donato Mendes

RAUL DONATO MENDES, qualificado, vem respeitosamente a presença de Vossa Excelência, por sua advogada, manifestar, expondo e requerendo o quanto segue, quanto a **discordância** do valor dos **cálculos de fl. 639.**

1 – Discordância do valor dos cálculos de fls. 639

Uma vez tendo os autores, **desde a sentença nos autos principais,** ciência da existência da **causa impeditiva**, (ALEGAÇÃO NA IMPUGNAÇÃO DA AÇÃO DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA – **0001385.82.2013** - antigo CPC) para a reversão do curso d'água pelo Réu, bem como, o fato de os mesmos constatarem que a **reversão lhes traria prejuízos**, entende o réu que a dívida nesse feito, trata-se apenas da INDENIZAÇÃO pelos danos materiais, devida desde março 2011, no valor inicial de **R$ 53.800,00**, os quais, atualizados monetariamente mais juros legais, chega a **R$ 206.532,23** (duzentos e seis mil quinhentos e trinta e dois reais e vinte e três centavos), conforme cálculo anexo.

Esse é o valor que o Réu entende ser devido.

2 - Prova da causa impeditiva para o Réu reverter o curso d'água - (parte da sentença condenatória)

21.06.2011 – TAC entre Réu e MINISTÉRIO PUBLICO (***fls. 257/262)***, onde ficou acordado a plantação de 700 mudas de árvores nativas.

Posteriormente, se conheceu que a nova área de APP criada em razão do TAC, seria o local onde anteriormente era o curso d'agua.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 25/08/2021 às 17:06 , sob o número WAIA21700795252
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 00010369-26.2011.8.26.0048 e código 856B46D.

- 08.08.2012 – Sentença.

- O réu não tinha como prever que a justiça, mais de ano após firmar o TAC, o condenaria à reverter o curso d'agua a situação anterior.

– É fato que os autores, desde a sentença tinham conhecimento sobre a existência do **TAC 20/2010,** que impedia o réu de cumprir parte da sentença.

13.11.2012 - Tal assertiva é confirmada na petição de **fls. 319/320,** último parágrafo.

3 – Desistência pelos autores da reversão do curso d'agua

21.01.2013 - Autores concluem que a reversão do curso d'água à situação anterior, lhes trará prejuízo, pois perderão parte útil do terreno. Requerem indenização por perdas e danos. **Fls. 406/407**

- A Indenização por perdas e danos está em curso nos autos 1006087-78.2018.

Dessa forma, a multa pela não reversão do curso d'agua, deixou de existir.

E, apesar de o DAEE manifestar no sentido que a reversão à situação anterior, não implicaria em grandes danos ambientais, os **autores,** por **vontade própria desistiram da reversão.**

5 – No ensejo, requer a **retificação da Minuta do Edital do leilão** para fazer constar, que o imóvel está **ocupado** e que há **embargos de declaração** a serem apreciados.

Termos em que,
Pede Deferimento.

Atibaia, 25 de agosto de 2021.

Duenes do Carmo Silva
OAB.SP 209712

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 25/08/2021 às 17:06 , sob o número WAIA21700795252
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 00103369-26.2011.8.26.0048 e código 856B46D.

PLANILHA DE DÉBITOS JUDICIAIS

Sentença condenatória autos 0010369-26.2011.
Data de atualização dos valores: julho/2021
Indexador utilizado: TJ/SP (Tabela Tribunal Just SP-INPC)
Juros moratórios legais
Acréscimo de 0,00% referente a multa.
Honorários advocatícios de 0,00%.

ITEM	DESCRIÇÃO	DATA	VALOR SINGELO	VALOR ATUALIZADO	JUROS COMPENSATÓRIOS 0,00% a.m.	JUROS MORATÓRIOS LEGAIS	MULTA 0,00%	TOTAL
1		31/03/2011	53.800,00	96.030,91	0,00	110.501,32	0,00	206.532,23
				Sub-Total				R$ 206.532,23
				TOTAL GERAL				R$ 206.532,23

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 25/08/2021 às 17:06 , sob o número WAIA21700795252
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 856B46F.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ATIBAIA
FORO DE ATIBAIA
1ª VARA CÍVEL
Rua Dr. José Roberto Paim, 99, Parque dos Coqueiros - CEP 12945-007,
Fone: (11) 3402-5547, Atibaia-SP - E-mail: atibaia1cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

DECISÃO

Processo Digital nº:	**0010369-26.2011.8.26.0048**
Classe - Assunto	**Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material**
Requerente:	**Gabriele Baraldi**
Requerido:	**Raul Donato Mendes**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Adriana da Silva Frias Pereira**

Vistos.

1) Fls. 1129/1130: Conheço dos embargos por tempestivos, mas lhes nego conhecimento.

O artigo 1.022 do Código de Processo Civil estabelece que são cabíveis embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para esclarecer obscuridade ou eliminar contradição, suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento, bem como para corrigir erro material.

No caso em testilha, a parte embargante não apresentou qualquer contradição, obscuridade, omissão ou erro material que possa ser corrigido nesta seara.

Em verdade, discorda dos termos do *decisum*, buscando com isso efeito infringente do qual o remédio escolhido não é dotado, o que leva à rejeição da pretensão deduzida.

Ademais, a questão relativa à penhorabilidade do imóvel já foi objeto de decisão, em primeiro grau, e também em grau de recurso (V. Acórdão de fls. 476/486 e V. Acórdão de fls. 1.013/1.016).

Assim, não acolho os embargos interpostos.

2) Fls. 1140/1141: de fato há questão pendente de análise, ou seja, se o ajuizamento do pedido de conversão da obrigação de fazer, em perdas e danos, traz reflexos, ao menos em parte, quanto ao objeto desta execução.

E, a esse respeito, assiste razão ao executado.

Com efeito, após várias manifestações do executado, no sentido de que não tinha condições de cumprir a obrigação de fazer, fixada no julgado, de reverter o curso do rio, por ter firmado TAC com o Ministério Público (por questões ambientais), e após manifestação do Ministério Público, no incidente de cumprimento de sentença em apenso (0001385-82.2013.8.26.0048), o exequente aqui se manifestou, às fls. 584/586, 587/589, 620 e 623, e também às fls. 129/130 do incidente em apenso 0001385-82.2013.8.26.0048, concordando com a

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ADRIANA DA SILVA FRIAS PEREIRA, liberado nos autos em 12/09/2021 às 11:46 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 8689CF2.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ATIBAIA
FORO DE ATIBAIA
1ª VARA CÍVEL
Rua Dr. José Roberto Paim, 99, Parque dos Coqueiros - CEP 12945-007,
Fone: (11) 3402-5547, Atibaia-SP - E-mail: atibaia1cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

conversão da obrigação de fazer, em indenização por perdas e danos.

Foi então proferida a Decisão de fls. 635, no sentido de que a presente execução deveria prosseguir pelo valor líquido, e que o pedido de indenização por perdas e danos deveria ser formulado em incidente próprio.

Em virtude disso, o exequente ajuizou ação, que tramita por este Juízo, sob nº 1006087-78.2018.8.26.0048 (atualmente em fase de perícia), em que pleiteia a reparação dos danos, já que a alteração do curso do rio (e que não será revertida), invadiu sua propriedade, e parte dela ficou inutilizada, pelo próprio curso do rio, e pela restrição de uso, quanto às margens do rio.

Evidente, portanto, que a conversão da obrigação de fazer, por indenização por perdas e danos, atinge, no caso dos autos, a própria obrigação de fazer (ou seja, a obrigação de reverter o curso do rio, que não será cumprida – e esse é o fundamento do pedido de indenização). E, se a conversão atinge a obrigação principal, não há que se falar em exigência da multa fixada para o seu descumprimento, na medida em que o exequente, à vista das ponderações do executado e do Ministério Público, admitiu que o cumprimento da obrigação de fazer não era realmente viável.

Não se trata, portanto, de descumprimento voluntário.

Assim, manifeste-se o exequente, sobre o cálculo trazido às fls. 1.142, apresentando cálculo do débito exclusivamente quanto à parte líquida, sem a multa fixada para o descumprimento da obrigação de fazer.

Após o decurso de prazo recursal em relação a esta Decisão, abra-se nova conclusão no incidente 0001385-82.2013.8.26.0048, em razão da impugnação lá apresentada, também relativa à inexigência da multa.

3) No mais, aguarde-se encerramento do leilão.

Intime-se.

Atibaia, 09 de setembro de 2021.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ADRIANA DA SILVA FRIAS PEREIRA, liberado nos autos em 12/09/2021 às 11:46 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 8689CF2.

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0619/2021, encaminhada para publicação.

Advogado	Forma
Arthur da Motta Trigueiros Neto (OAB 237457/SP)	D.J.E
Fernando Jose Cerello Gonçalves Pereira (OAB 268408/SP)	D.J.E

Teor do ato: "Vistos. 1) Fls. 1129/1130: Conheço dos embargos por tempestivos, mas lhes nego conhecimento. O artigo 1.022 do Código de Processo Civil estabelece que são cabíveis embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para esclarecer obscuridade ou eliminar contradição, suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento, bem como para corrigir erro material. No caso em testilha, a parte embargante não apresentou qualquer contradição, obscuridade, omissão ou erro material que possa ser corrigido nesta seara. Em verdade, discorda dos termos do decisum, buscando com isso efeito infringente do qual o remédio escolhido não é dotado, o que leva à rejeição da pretensão deduzida. Ademais, a questão relativa à penhorabilidade do imóvel já foi objeto de decisão, em primeiro grau, e também em grau de recurso (V. Acórdão de fls. 476/486 e V. Acórdão de fls. 1.013/1.016). Assim, não acolho os embargos interpostos. 2) Fls. 1140/1141: de fato há questão pendente de análise, ou seja, se o ajuizamento do pedido de conversão da obrigação de fazer, em perdas e danos, traz reflexos, ao menos em parte, quanto ao objeto desta execução. E, a esse respeito, assiste razão ao executado. Com efeito, após várias manifestações do executado, no sentido de que não tinha condições de cumprir a obrigação de fazer, fixada no julgado, de reverter o curso do rio, por ter firmado TAC com o Ministério Público (por questões ambientais), e após manifestação do Ministério Público, no incidente de cumprimento de sentença em apenso (0001385-82.2013.8.26.0048), o exequente aqui se manifestou, às fls. 584/586, 587/589, 620 e 623, e também às fls. 129/130 do incidente em apenso 0001385-82.2013.8.26.0048, concordando com a conversão da obrigação de fazer, em indenização por perdas e danos. Foi então proferida a Decisão de fls. 635, no sentido de que a presente execução deveria prosseguir pelo valor líquido, e que o pedido de indenização por perdas e danos deveria ser formulado em incidente próprio. Em virtude disso, o exequente ajuizou ação, que tramita por este Juízo, sob nº 1006087-78.2018.8.26.0048 (atualmente em fase de perícia), em que pleiteia a reparação dos danos, já que a alteração do curso do rio (e que não será revertida), invadiu sua propriedade, e parte dela ficou inutilizada, pelo próprio curso do rio, e pela restrição de uso, quanto às margens do rio. Evidente, portanto, que a conversão da obrigação de fazer, por indenização por perdas e danos, atinge, no caso dos autos, a própria obrigação de fazer (ou seja, a obrigação de reverter o curso do rio, que não será cumprida e esse é o fundamento do pedido de indenização). E, se a conversão atinge a obrigação principal, não há que se falar em exigência da multa fixada para o seu descumprimento, na medida em que o exequente, à vista das ponderações do executado e do Ministério Público, admitiu que o cumprimento da obrigação de fazer não era realmente viável. Não se trata, portanto, de descumprimento voluntário. Assim, manifeste-se o exequente, sobre o cálculo trazido às fls. 1.142, apresentando cálculo do débito exclusivamente quanto à parte líquida, sem a multa fixada para o descumprimento da obrigação de fazer. Após o decurso de prazo recursal em relação a esta Decisão, abra-se nova conclusão no incidente 0001385-82.2013.8.26.0048, em razão da impugnação lá apresentada, também relativa à inexigência da multa. 3) No mais, aguarde-se encerramento do leilão. Intime-se."

Atibaia, 13 de setembro de 2021.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 13/09/2021 às 01:06 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 86BEBA8.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ATIBAIA
FORO DE ATIBAIA
1ª VARA CÍVEL
Rua Dr. José Roberto Paim, 99, Parque dos Coqueiros - CEP 12945-007,
Fone: (11) 3402-5547, Atibaia-SP - E-mail: atibaia1cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

ATO ORDINATÓRIO

Processo Digital nº:	**0010369-26.2011.8.26.0048**
Classe – Assunto:	**Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material**
Requerente:	**Gabriele Baraldi**
Requerido:	**Raul Donato Mendes**

Ato Ordinatório

Ciência ao Ministério Público.

Atibaia, 13 de setembro de 2021.
Eu, ___, Natália Aparecida da Silva, Chefe de Seção Judiciário.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA APARECIDA DA SILVA, liberado nos autos em 13/09/2021 às 10:11 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 86C5C5D.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ATIBAIA
FORO DE ATIBAIA
1ª VARA CÍVEL
Rua Dr. José Roberto Paim, 99, Parque dos Coqueiros - CEP 12945-007,
Fone: (11) 3402-5547, Atibaia-SP - E-mail: atibaia1cv@tjsp.jus.br

CERTIDÃO DE REMESSA PARA O PORTAL ELETRÔNICO

Processo n°:	**0010369-26.2011.8.26.0048**
Classe – Assunto:	**Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material**
Requerente:	**Gabriele Baraldi e outro**
Requerido:	**Raul Donato Mendes**

CERTIFICA-SE que em 13/09/2021 o ato abaixo foi encaminhado ao **Portal Eletrônico do (a):** Ministério Público do Estado de São Paulo.

Teor do ato: Ato Ordinatório - Ciência ao Ministério Público

Atibaia, (SP), 13 de setembro de 2021

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 13/09/2021 às 11:27 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 86C8275.

ESTADO DE SÃO PAULO
PODER JUDICIÁRIO

CIÊNCIA DA INTIMAÇÃO

Autos nº: **0010369-26.2011.8.26.0048**
Foro: **Foro de Atibaia**

Declaramos ciência nesta data, através do acesso ao portal eletrônico, do teor do ato transcrito abaixo.

Data da intimação: **13/09/2021 12:12**
Prazo: **10 dias**
Intimado: **Ministério Público do Estado de São Paulo**
Teor do Ato: **Ato Ordinatório - Ciência ao Ministério Público**

Atibaia, 13 de Setembro de 2021

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por WANDERSON MARCIO RIBEIRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 13/09/2021 às 12:18 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 86C9DAE.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo, constante da relação nº 0619/2021, foi disponibilizado no Diário de Justiça Eletrônico em 14/09/2021. Considera-se a data de publicação em 15/09/2021, primeiro dia útil subsequente à data de disponibilização.

Advogado
Arthur da Motta Trigueiros Neto (OAB 237457/SP)
Fernando Jose Cerello Gonçalves Pereira (OAB 268408/SP)

Teor do ato: "Vistos. 1) Fls. 1129/1130: Conheço dos embargos por tempestivos, mas lhes nego conhecimento. O artigo 1.022 do Código de Processo Civil estabelece que são cabíveis embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para esclarecer obscuridade ou eliminar contradição, suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento, bem como para corrigir erro material. No caso em testilha, a parte embargante não apresentou qualquer contradição, obscuridade, omissão ou erro material que possa ser corrigido nesta seara. Em verdade, discorda dos termos do decisum, buscando com isso efeito infringente do qual o remédio escolhido não é dotado, o que leva à rejeição da pretensão deduzida. Ademais, a questão relativa à penhorabilidade do imóvel já foi objeto de decisão, em primeiro grau, e também em grau de recurso (V. Acórdão de fls. 476/486 e V. Acórdão de fls. 1.013/1.016). Assim, não acolho os embargos interpostos. 2) Fls. 1140/1141: de fato há questão pendente de análise, ou seja, se o ajuizamento do pedido de conversão da obrigação de fazer, em perdas e danos, traz reflexos, ao menos em parte, quanto ao objeto desta execução. E, a esse respeito, assiste razão ao executado. Com efeito, após várias manifestações do executado, no sentido de que não tinha condições de cumprir a obrigação de fazer, fixada no julgado, de reverter o curso do rio, por ter firmado TAC com o Ministério Público (por questões ambientais), e após manifestação do Ministério Público, no incidente de cumprimento de sentença em apenso (0001385-82.2013.8.26.0048), o exequente aqui se manifestou, às fls. 584/586, 587/589, 620 e 623, e também às fls. 129/130 do incidente em apenso 0001385-82.2013.8.26.0048, concordando com a conversão da obrigação de fazer, em indenização por perdas e danos. Foi então proferida a Decisão de fls. 635, no sentido de que a presente execução deveria prosseguir pelo valor líquido, e que o pedido de indenização por perdas e danos deveria ser formulado em incidente próprio. Em virtude disso, o exequente ajuizou ação, que tramita por este Juízo, sob nº 1006087-78.2018.8.26.0048 (atualmente em fase de perícia), em que pleiteia a reparação dos danos, já que a alteração do curso do rio (e que não será revertida), invadiu sua propriedade, e parte dela ficou inutilizada, pelo próprio curso do rio, e pela restrição de uso, quanto às margens do rio. Evidente, portanto, que a conversão da obrigação de fazer, por indenização por perdas e danos, atinge, no caso dos autos, a própria obrigação de fazer (ou seja, a obrigação de reverter o curso do rio, que não será cumprida e esse é o fundamento do pedido de indenização). E, se a conversão atinge a obrigação principal, não há que se falar em exigência da multa fixada para o seu descumprimento, na medida em que o exequente, à vista das ponderações do executado e do Ministério Público, admitiu que o cumprimento da obrigação de fazer não era realmente viável. Não se trata, portanto, de descumprimento voluntário. Assim, manifeste-se o exequente, sobre o cálculo trazido às fls. 1.142, apresentando cálculo do débito exclusivamente quanto à parte líquida, sem a multa fixada para o descumprimento da obrigação de fazer. Após o decurso de prazo recursal em relação a esta Decisão, abra-se nova conclusão no incidente 0001385-82.2013.8.26.0048, em razão da impugnação lá apresentada, também relativa à inexigência da multa. 3) No mais, aguarde-se encerramento do leilão. Intime-se."

Atibaia, 14 de setembro de 2021.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 14/09/2021 às 03:44 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 86DAC36.

MELISSA YUMI KOGA BARALDI
ADVOCACIA

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ATIBAIA, SP.

Processo número 0001385-82.2013.8.26.0048

ESPÓLIO DE GABRIELE BARALDI, já qualificado nos autos que move em desfavor de **RAUL DONATO MENDES**, por sua advogada subscritora, vem, respeitosamente à presença de Vossa Excelência, com fulcro no artigo 1.022 do CPC, opor **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO** à r. decisão prolatada às fls 1143/1144, tendo em vista a existência de obscuridade e contradição, no item 2, que acolhe o pedido do Executado realizado às fls 1140/1141, como passa a expor.

Entendeu a MM. Magistrada *pela existência de questão pendente de análise*, ou seja, se o ajuizamento do pedido de conversão da obrigação de fazer em perdas e danos, traria reflexos, ao menos em parte, quanto ao objeto da execução da ação.

Melissa Yumi Koga Baraldi
mel.adv2007@gmail.com
(11) 98115-5135
(11) 98115-5135

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA YUMI KOGA BARALDI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 16/09/2021 às 12:43 , sob o número WAIA21700867199
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 871D4F7.

NOVA IMPUGNAÇÃO DO VALOR DOS CÁLCULOS APRESENTADOS ÀS FLS 639

Veja, Vossa Excelência, que os cálculos foram apresentados pelos Exequentes às fls 639, na data de *07.08.2018.*

Já às fls 671 a 673, o Executado, tempestivamente manifesta-se GENERICAMENTE acerca dos cálculos apresentados pelo ex adverso, alegando a inaplicabilidade da multa diária pela impossibilidade da obrigação de fazer.

É previsto pelo CPC que não basta a simples manifestação de inconformismo com o artigo de liquidação. É necessário o apontamento das razões pelas quais os demonstrativos ou planilhas de cálculos devem ser modificados, bem como as razões que ataquem de forma específica, os procedimentos adotados pela parte contrária – inteligência do artigo 525, CPC, rol taxativo.

Aqui vale o Princípio de que "cálculo se rebate com cálculo"!

Em r. decisão, esse mesmo Juízo (fls 700, item 1), **deixou de apreciar o pedido de revisão dos cálculos**, visto que o Executado sequer apresentou o valor que entendia devido, não preenchendo os requisitos

Melissa Yumi Koga Baraldi
mel.adv2007@gmail.com
(11) 98115-5135
(11) 98115-5135

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA YUMI KOGA BARALDI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 16/09/2021 às 12:43 , sob o número WAIA21700867199
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 871D4F7.

previstos, ou seja, por essa decisão, operou-se a PRECLUSÃO CONSUMATIVA.

RECURSO DO EXECUTADO CONTRA DECISÃO QUE DEIXOU DE APRECIAR O PEDIDO DE REVISÃO DOS CÁLCULOS – COISA JULGADA.

Pois bem. Veja que foi facultado ao Executado manifestar-se sobre os cálculos apresentados pelos Exequentes, e que sendo indeferido o pedido de revisão, o Executado AGRAVOU DE INSTRUMENTO da r. decisão (fls 759 a 756)

Considerando que o agravo de instrumento em questão, não foi conhecido e **TRANSITOU EM JULGADO em 13.02.20 (fls 765)**, havendo a consolidação do ato, permanecendo o valor inalterado.

Tanto que em TODAS as decisões posteriores, o MM. Juízo de 1° grau manteve tal posição, informando que não tinha mais nada a ser apreciado quanto à revisão dos cálculos **e o Executado não mais se manifestou nesse sentido até 25.08.21.**

Portanto, Vossa Excelência, *data maxima venia, não há nenhuma questão "pendente de análise".*

Inclusive, como poderia haver impugnação dos cálculos se o imóvel inclusive já foi levado à leilão, após a liquidação do débito?

Melissa Yumi Koga Baraldi
mel.adv2007@gmail.com
(11) 98115-5135
(11) 98115-5135

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA YUMI KOGA BARALDI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 16/09/2021 às 12:43 , sob o número WAIA21700867199
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 871D4F7.

MÉRITO

Embora não seja o mérito objeto de reanálise, somente para efeitos de argumentação, aduzem os Exequentes que a multa diária se refere à demora em se cumprir a obrigação de fazer, objetivando que se compelisse o Executado a realizar a mais rapidamente a obrigação de fazer.

Já a ação de indenização requerida nos autos de número 1006087-78.2018.8.26.0048, refere-se ao ressarcimento pela perda de em razão do desvio do curso do rio.

Ou seja, não há *bis in idem*, pois a multa e o processo indenizatório possuem NATUREZAS DIVERSAS, sendo que as astreintes foram devidas até que os Exequentes (tendo a certeza de que o Executado nada iria fazer), requeressem a conversão da obrigação de fazer em obrigação de pagar.

Não admitir a aplicação das astreintes, a essa altura, implicaria em se parabenizar o Executado pelo seu êxito em protelar o feito durante 10 anos, sem nenhum tipo de sanção!

DOS PEDIDOS

Demonstrada a existência de contradição entre o acórdão de fls 765 e a decisão de revisão dos cálculos

Melissa Yumi Koga Baraldi
mel.adv2007@gmail.com
(11) 98115-5135
(11) 98115-5135

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA YUMI KOGA BARALDI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 16/09/2021 às 12:43 , sob o número WAIA21700867199
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 871D4F7.

na r. decisão, requer a Vossa Excelência que **sejam MANTIDOS os cálculos de fls 639,** os quais reitera, visto que decisão atual em sentido contrário, irá ferir o TRÂNSITO EM JULGADO e a COISA JULGADA, em desobediência clara ao estabelecido na CF, artigo 5° Inciso XXXVI.

Termos em que,

pede deferimento.

São Paulo, 16 de Setembro de 2021.

documento assinado digitalmente

MELISSA YUMI KOGA BARALDI

OAB/SP 211.408

Melissa Yumi Koga Baraldi
mel.adv2007@gmail.com
(11) 98115-5135
(11) 98115-5135

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA YUMI KOGA BARALDI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 16/09/2021 às 12:43 , sob o número WAIA21700867199
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 871D4F7.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ATIBAIA
FORO DE ATIBAIA
1ª VARA CÍVEL
Rua Dr. José Roberto Paim, 99, Parque dos Coqueiros - CEP 12945-007,
Fone: (11) 3402-5547, Atibaia-SP - E-mail: atibaia1cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

DECISÃO

Processo Digital nº:	**0010369-26.2011.8.26.0048**
Classe - Assunto	**Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material**
Requerente:	**Gabriele Baraldi**
Requerido:	**Raul Donato Mendes**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Adriana da Silva Frias Pereira**

Vistos.

Ante o primado contido no artigo 1.023, §2º, do Código de Processo Civil, manifeste-se a parte embargada no prazo de 5 (cinco) dias.

Intime-se.

Atibaia, 17 de setembro de 2021.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ADRIANA DA SILVA FRIAS PEREIRA, liberado nos autos em 17/09/2021 às 18:17 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 8738D00.

MELISSA YUMI KOGA BARALDI
ADVOCACIA

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ATIBAIA, SP.

Processo número 0001385-82.2013.8.26.0048

ESPÓLIO DE GABRIELE BARALDI, já qualificado nos autos que move em desfavor de **RAUL DONATO MENDES**, por sua advogada subscritora, vem, respeitosamente à presença de Vossa Excelência, com fulcro no artigo 1.022 do CPC, complementar as alegações dos **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO no tangente ao mérito**, à r. decisão prolatada às fls 1143/1144, tendo em vista a existência de obscuridade e contradição, no item 2, que acolhe o pedido do Executado realizado às fls 1140/1141, como passa a expor.

Entendeu a MM. Magistrada *pela existência de questão pendente de análise*, ou seja, se o ajuizamento do pedido de conversão da obrigação de fazer em perdas e danos, traria reflexos, ao menos em parte, quanto ao objeto da execução da ação.

Melissa Yumi Koga Baraldi
mel.adv2007@gmail.com
(11) 98115-5135
(11) 98115-5135

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA YUMI KOGA BARALDI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 17/09/2021 às 18:25 , sob o número WAIA21700874659
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 8744DA2.

Foi induzida a erro ao acreditar que o Executado NÃO TINHA CONDIÇÕES DE CUMPRIR COM A OBRIGAÇÃO DE FAZER, o que é cúmulo da má-fé com que costumeiramente litiga o mesmo.

Em análise mais detida dos autos, que possui mais de 10 anos e 1.154 folhas, a procuradora encontrou provas de que não havia CAUSA IMPEDITIVA para o cumprimento da obrigação de fazer, senão vejamos:

1 - O TAC firmado em 26.01.11 em nenhum momento impede a reversão do rio (fls 257 a 261)

2 - em manifestação, o DAEE (Departamento de Águas) requereu complementação de documentos para realização a obra (fls 265)

3- às fls 297 o MP requer a entrega do projeto para regularizar as interferências devidas em razão de possível intervenção em curso d´água.

4 - a Prefeitura de Atibaia, fls 299 igualmente AUTORIZOU a realização da obra em 07.11.12

5 - no acórdão da ação rescisória interposta pelo Executado em 11.05.15, o Tribunal confirma que não há impedimento para o cumprimento da obrigação de fazer (fls 554 a 566)

Melissa Yumi Koga Baraldi
mel.adv2007@gmail.com
(11) 98115-5135
(11) 98115-5135

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA YUMI KOGA BARALDI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 17/09/2021 às 18:25 , sob o número WAIA21700874659
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 8744DA2.

6 – DAEE autoriza a reversão do curso do rio fls 526

7 - quando instada a se manifestar novamente em 27.06.16 às fls 615, o DAEE comprova que em algum momento o Executado começou a executar a obra, mas não a concluiu.

Todos os documentos apontados estão anexados a essa petição, requerendo a Vossa Excelência observar e concluir que não houve causa impeditiva para o cumprimento da obrigação de fazer, mas sim, que, em determinado momento, os Exequentes OPTARAM pela conversão na obrigação de pagar, vez que há cada vez mais perda da área útil de sua propriedade.

O Executado sempre se utilizou do pretexto de que não poderia reverter o curso do rio, pois o TAC firmado com o MPA de Atibia impedia o cumprimento.

O próprio MP pediu para que o Executado apresentasse o projeto de regularização do rio e igualmente manifestou no sentido de que adequaria o TAC à decisão judicial, informando ainda NÃO SER NECESSÁRIA a sua autorização para o cumprimento do comando sentencial (fls 580 – doc 8).

Dessa forma, requer a manutenção da multa diária, conforme cálculos apresentados às fls 639, por ser medida de segurança jurídica.

Melissa Yumi Koga Baraldi
mel.adv2007@gmail.com
(11) 98115-5135
(11) 98115-5135

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA YUMI KOGA BARALDI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 17/09/2021 às 18:25 , sob o número WAIA21700874659
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 8744DA2.

Além de existir acórdão transitado em julgado sobre a falta de apreciação dos cálculos do Executado, que implicou em prescrição consumativa e aceitação do cálculo apresentado pelos Exequentes, esse MM. Juízo por diversas vezes se manifestou no sentido de que não havia mais nada a se discutir sobre a incidência da multa diária (fls 864, 869, 889).

Tão consolidado estava o ato que a penhora requerida pelos Exequentes, e realizada muitos anos depois, foi realizada com o valor já liquidado da multa diária, que correu até que a obrigação e fazer foi convertida em obrigação de pagar (doc 9)

Demonstrada a existência de contradição entre as r. decisões anteriormente prolatadas e a decisão de de fls 1143 e 1144, requer a Vossa Excelência que **sejam MANTIDOS os cálculos de fls 639,** os quais reitera.

Termos em que,

pede deferimento.

São Paulo, 17 de Setembro de 2021.

documento assinado digitalmente

MELISSA YUMI KOGA BARALDI

OAB/SP 211.408

Melissa Yumi Koga Baraldi
mel.adv2007@gmail.com
(11) 98115-5135
(11) 98115-5135

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA YUMI KOGA BARALDI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 17/09/2021 às 18:25 , sob o número WAIA21700874659
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 8744DA2.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

255
a
242

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

I.C. n. 20/10

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO,** pelo Promotor de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Atibaia, abaixo assinado e, de outro lado, **RAUL DONATO MENDES,** brasileiro, solteiro, comerciante, portador do RG n. 27.233.858-8, CIC n. 252.972.718-00, residente e domiciliado na Rua Anice Cury Sabbag, 123, Bairro Ribeirão, nesta cidade; **ESPÓLIO DE SERGIO GONÇALVES PACHECO**, representado pela inventariante **ADRIANA GONÇALVES PACHECO,** brasileira, solteira, portadora do RG n. 12.922.046 e CIC n. 127.582.588-54, residente e domiciliada na Rua Afonso de Freitas, 488, apto. 62, São Paulo/SP; e **RENIL WILLIAN MENDES**, brasileiro, casado, floricultor, portador do RG n. 26.178.503-5 e CIC n. 252.978.918-50, residente e domiciliado na Rua Emídio Gomes, 120, Jd. Shangri-lá, nesta cidade, doravante chamados de **COMPROMISSÁRIOS**, nos autos do Inquérito Civil sob número em epígrafe, acordaram as seguintes cláusulas:

Impressão oficial

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA YUMI KOGA BARALDI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 17/09/2021 às 18:25 , sob o número WAIA21700874659
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 8744DA6.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

1. O primeiro **COMPROMISSÁRIO** – na qualidade de proprietário do **"Sítio Primavera"**, situado no Bairro Itapetinga, neste município, matriculado no Cartório de Registro de Imóveis desta comarca sob o n. 93.959, com área de 4,21 hectares (fls. 52/55), cadastrado no INCRA sob o n. 950.092.758.264-9 (fls. 56) –; o segundo **COMPROMISSÁRIO** – na qualidade de proprietário da **"Fazenda Santa Olímpia"**, situada no Bairro Itapetinga, neste município, matriculado no Cartório de Registro de Imóveis desta comarca sob o n. 38.617, com área de 173,19 hectares (fls. 84), cadastrado no INCRA sob o n. 634.018.014.915-2 (fls. 84) –; e, por fim, o terceiro **COMPROMISSÁRIO** – na qualidade de **arrendatário** de parte desses imóveis, inclusive das áreas objeto do dano ambiental (fls. 71/73 e 81/83) –, reconhecem a responsabilidade pelas degradações ambientais perpetradas nesses imóveis, conforme autuações da Polícia Militar Ambiental (**AIA n. 234.562** – "Sítio Primavera" – fls. 8; **AIA n. 234.575/09** – "Fazenda Santa Olímpia" – fls. 76);

2. OS **COMPROMISSÁRIOS** se comprometem a cumprir rigorosamente as obrigações assumidas com a Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo através dos **TCRA's ns. 88.922/09** ("Sítio Primavera" – fls. 48) e **88.941/09** ("Fazenda Santa Olímpia" – fls. 77);

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA YUMI KOGA BARALDI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 17/09/2021 às 18:25 , sob o número WAIA21700874659
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 8744DA6.
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

3. OS **COMPROMISSÁRIOS** obrigam-se, finalmente, a apresentar, após a efetiva execução das medidas ambientais, relatório técnico e fotográfico atestando o integral cumprimento de suas obrigações, assinado por profissional habilitado, com recolhimento de ART;

4. Os prazos acima delineados somente serão prorrogados por motivos devidamente justificados e a pedido dos **COMPROMISSÁRIOS.**

5. O não cumprimento das obrigações aqui assumidas pelos **COMPROMISSÁRIOS**, até as datas fixadas no presente termo, implicará na execução do presente **título extrajudicial**, especificamente no pagamento ao Fundo Estadual para Reparação dos Interesses Difusos Lesados (arts. 13 e 20 da Lei Federal nº 7.347/85, regulamentada pelo Decreto nº 1.306/94), criado, em âmbito Estadual, pelo Decreto nº 27.070, de 8.6.87, da **multa diária** correspondente a **meio salário mínimo** nacional vigente na data do inadimplemento, até a satisfação integral das obrigações aqui assumidas, sem prejuízo das providências cíveis pertinentes (obrigação de fazer e de não fazer);

6. A fiscalização do cumprimento do compromisso ora firmado será feita pela Coordenadoria da Biodiversidade e Proteção de Recursos Naturais – Centro Técnico Regional 1-Campinas (CTR1), ou outro órgão que vier a ser indicado pelo **MINISTÉRIO PÚBLICO**, através da

Imprensa oficial

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA YUMI KOGA BARALDI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 17/09/2021 às 18:25 , sob o número WAIA21700874659
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 8744DA6.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Curadoria de Meio Ambiente da Promotoria de Justiça da Comarca de Atibaia;

7. Este compromisso não inibe ou restringe, de forma alguma, as ações de controle, fiscalização e monitoramento de qualquer órgão ambiental, nem limita ou impede o exercício, por ele, de suas atribuições e prerrogativas legais e regulamentares;

8. A celebração deste compromisso de ajustamento de conduta ou de outro pactuado com qualquer órgão da Administração Pública não impede que um novo termo seja firmado entre o **MINISTÉRIO PÚBLICO** e a **COMPROMISSÁRIA**, desde que mais vantajoso para o meio ambiente;

9. O **MINISTÉRIO PÚBLICO** poderá, a qualquer tempo, diante de novas informações ou se assim as circunstâncias o exigirem, retificar ou complementar este compromisso, determinando outras providências que se fizerem necessárias, sob pena de invalidade imediata deste termo, ficando autorizado, nesse caso, a dar prosseguimento ao Inquérito Civil eventualmente arquivado pelo Conselho Superior do Ministério Público em decorrência deste instrumento;

10. Este acordo produzirá efeitos legais depois de homologado o arquivamento do respectivo Inquérito Civil pelo Conselho Superior do Ministério Público;

PROMOTORIA DE JUSTIÇA
DO MEIO AMBIENTE DE ATIBAIA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA YUMI KOGA BARALDI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 17/09/2021 às 18:25 , sob o número WAIA21700874659
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 8744DA6.
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

11. As questões decorrentes deste compromisso serão dirimidas no foro do local do imóvel mencionado nos autos do Inquérito Civil sob número em epígrafe.

Satisfeitos com os termos acima fixados, firma-se o presente em cinco vias, que são assinadas pelo Promotor de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Atibaia e pelos compromissários.

Atibaia, 21 de junho de 2011.

MARCIO FRANCISCO ESCUDEIRO LEITE
2º Promotor de Justiça de Atibaia

RAUL DONATO MENDES
COMPROMISSÁRIO

ESPÓLIO DE SERGIO GONÇALVES PACHECO
COMPROMISSÁRIO

RENIL WILLIAN MENDES
COMPROMISSÁRIO

PROMOTORIA DE JUSTIÇA
DO MEIO AMBIENTE DE ATIBAIA
5

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA YUMI KOGA BARALDI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 17/09/2021 às 18:25 , sob o número WAIA21700874659
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 8744DA6.

250

SECRETARIA DE SANEAMENTO E RECURSOS HÍDRICOS
DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA
DIRETORIA DA BACIA DO MÉDIO TIETÊ
Av. Estados Unidos, 988 - Piracicaba - SP - CEP: 13416-500
Fone-Fax (19) 3434-5111 www.daee.sp.gov.br

Ofício BMT/ Nº 1814 / 2012 Piracicaba, 21 de junho de 2012.
(Autos nº 9813035 - DAEE)

Ref.: Complementação de documentos.

Prezado Senhor:

Tramitam neste Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE, Autos em nome de **Raul Donato Mendes - CPF nº 252.972.718-00**, que tratam de um requerimento de outorga de uso de recursos hídricos para regularização de um barramento e outro de obra ou serviço de proteção de leito - Protocolos DAEE/BMT/BMAT Nº 411/412/2011, localizado na Estrada do Mackenzie, s/nº - Sítio Primavera - Gleba I - bairro do Itapetinga, município de Atibaia - SP.

Após análise da documentação apresentada, constatou-se a necessidade de sua complementação com apresentação dos documentos abaixo relacionados:

- ✓ Protocolo CETESB - Agenda Verde;
- ✓ Correção dos valores de volume total e volume útil do barramento;
- ✓ Projeto de readequação do barramento, contemplando: vertedor de superfície, descarregador de fundo e bacia de dissipação, observando a velocidade máxima admissível no canal, que é a velocidade que não causará erosão no corpo do canal;
- ✓ No projeto apresentado para a proteção de leito e margens, deverá utilizar revestimento rígido, do tipo pedra argamassada. Deverá apresentar também projeto para construção de uma escada hidráulica, devido ao intenso processo erosivo que ocorre no local;
- ✓ Proposta de cronograma para a execução das obras de proteção de leito e margens e para obras de readequação do barramento.

Desta forma, vimos comunicá-lo que o processo de outorga encontra-se **arquivado temporariamente** e solicitamos, no prazo de até **60 (sessenta) dias,** contados a partir do recebimento deste, o comparecimento de representante legal, em nosso Escritório de Apoio Técnico de Atibaia, Rua José Pires, 514 - Centro, município de Atibaia - SP, fone (11) 4413-6288/4413-6244, para apresentação da documentação acima mencionada.

Outrossim, ***advertimos*** que o não atendimento ao prazo acima estabelecido **implicará no indeferimento dos requerimentos protocolados neste DAEE**, ficando esse posto sujeito às sanções que dispõem a Lei nº 7.663, de 30/12/91; o Decreto Federal nº 24.643, de 10/07/34 - "Código de Águas", e o Decreto Estadual nº 41.258, de 31/10/96 e, ainda, à ação da fiscalização deste órgão, segundo a Portaria DAEE nº 01/98, de 03/01/98.

Atenciosamente,

Luiz Roberto Moretti
Resp. p/ Expediente da BMT

Ilmo. Senhor
Raul Donato Mendes
Rua Anjos Cury Sobrino, 127 - bairro Jardim Shangrila

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA YUMI KOGA BARALDI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 17/09/2021 às 18:25 , sob o número WAIA21700874659
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 8744DAA.

261

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ATIBAIA
Rua Dr. José Roberto Paim nº 99 - Parque dos Coqueiros
ATIBAIA/SP - CEP: 12940-910 (Fórum de Atibaia)
Fone: (11) 4412-6963 e-mail: pjatibaia@mp.sp.gov.br
2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA

Atibaia, 27 de Setembro de 2011.

Ofício n. 462/2011

Senhor Renil,

Apraz-me cumprimentar Vossa Senhoria na oportunidade em que lhe cientifico da instauração do **Inquérito Civil nº 302/11**, com a finalidade de apurar possível intervenção em curso d'água, para fins do disposto no artigo 108 da Lei Complementar Estadual n. 734/93 (Ato Normativo n. 484/06-CPJ, arts. 20 e 21), conforme Portaria em anexo, solicitando, no prazo de 30 dias, a comprovação da apresentação aos órgãos ambientais competentes de projetos técnicos tendentes a regularizar as indevidas interferências em área de preservação permanente.

MARCIO FRANCISCO ESCUDEIRO LEITE
2º PROMOTOR DE JUSTIÇA

Ilustríssimo Senhor
RENIL WILLIAN MENDES
Rua Emídio Gomes, 120
Jd. Shangri-Lá - ATIBAIA - SP
CEP 12948-023

imprensaoficial
MP 01

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA YUMI KOGA BARALDI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 17/09/2021 às 18:25 , sob o número WAIA21700874659
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 8744DAB.

PREFEITURA DA ESTÂNCIA DE ATIBAIA
Estado de São Paulo
Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente

DEFESA CIVIL
ATIBAIA-SP

280
7

Atibaia, 11 de setembro de 2.012

TERMO DE AUTORIZAÇÃO EMERGENCIAL

A Prefeitura da Estância de Atibaia, representada neste ato pelo funcionário que sub-escreve, tendo em vista o requerimento de autorização emergencial para reparos de um canal e de uma barragem, localizados na Estrada do Mackenzie, s/n – Ribeirão dos Porcos, efetuado pelo responsável técnico, Engenheiro Oswaldo Barone Filho, e considerando toda a documentação apresentada, fica o Senhor Renil Willian Mendes autorizado a executar os serviços descritos no projeto e no pedido de licenciamento apresentando ao Departamento de Água e Energia Elétrica – DAEE, protocolado em 27/09/2011.

Esta autorização não exime o proprietário dos demais trâmites, e compensações determinados pelo Departamento de Meio Ambiente.

Atenciosamente,

Thiago Franco de Oliveira
Engenheiro Civil
Chefe do Setor de Diretrizes e Pré-análises

Avenida da Saudade, 252 – Centro - CEP. 12.940-560
Telefone: 11 4414-2000 / www.atibaia.sp.gov.br

Atibaia PREFEITURA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CREUSA DE LOURDES BARBOSA RAMOS, liberado nos autos em 06/11/2014 às 09:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 303F14.
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA YUMI KOGA BARALDI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 17/09/2021 às 18:25 , sob o número WAIA21700874659
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 8744DAD.

Registro: 2015.0000273935

Ação Rescisória Processo nº **2096428-25.2014.8.26.0000**
Relator(a): **Andrade Neto**
Órgão Julgador: **15º Grupo de Câmaras de Direito Privado**

Autora: Raul Donato Mendes

Réu: Annita Hermine Baraldi - Espólio Gabriele Baraldi

Comarca: Atibaia – 1ª Vara Única (Autos nº 0010369-26.2011.8.26.0048)

Juiz prolator: Marcos Cosme Porto

Decisão Monocrática Nº 23003

Vistos.

Trata-se de ação rescisória pretendendo desconstituir a sentença proferida pelo juiz da Vara Única (Autos nº 0010369-26.2011.8.26.0048) do Foro de Atibaia, que julgou procedente ação proposta para obrigá-lo a reverter o curso do rio que faz divisa com o autor, sob pena de multa diária de R$ 200,00 e também condená-lo ao pagamento de danos materiais no valor de R$ 53.800,00, em razão dos danos causados pelo desvio do curso do rio.

O autor argumenta que a decisão violou o art. 82, III (485, V, CPC), que determina a intervenção do Ministério Público em ações em que há interesse público, como modificação da área de preservação permanente.

Alega, ainda, que obteve documento novo (Outorga para alteração do curso d'agua junto ao Departamento de Água e Energia Elétrica - DAEE) que não podia fazer uso, capaz de, por si só, lhe assegurar

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANDRADE NETO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 17/09/2021 às 18:25 , sob o número WAIA21700874652
Para conferir o original, acesse o site http://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2096428-25.2014.8.26.0000 e código 88A0EB1.

pronunciamento favorável.

Aduz, também, que o magistrado incidiu em erro de fato, ao considerar a obra totalmente irregular, ignorando a outorga conferida pelo DAEE.

Alega, ainda, que o magistrado silenciou sobre o Termo de Ajustamento de Conduta, que transformou a área antes ocupada pelo rio em área de preservação permanente, o que impede a reversão do curso do rio sem a concordância do MP.

Pede, ao final, que a sentença seja rescindida, proferindo-se um novo julgamento parar I – responsabilizar o Estado pelos danos suportados pelas partes, incumbindo a Ele a reversão do curso do rio; II- isentá-lo "... *no evento, por estar em dia perante os órgãos ambientais competentes*" e que III – a condenação seja rateada entre os três confrontantes "...*que assumiram os riscos, ao concordarem com o desvio, assim como o Estado, por regularizá-lo*".

É o relatório.

Inicialmente cumpre ponderar ter o relator competência para indeferir liminarmente pedido de ação rescisória, nos casos previstos no art. 490 do CPC. Neste particular, pondera com percuciência José Carlos Moreira Alves que "*É de inteira conveniência que o relator não se omita no exercício rigoroso desse controle in limine litis, a fim de evitar o inútil prosseguimento de rescisória manifestamente inviável. Para o próprio autor, é preferível o indeferimento liminar a eventual julgamento colegiado de inadmissibilidade da ação, com condenações acessórias e, se unânime a decisão, com perda do depósito*" (Comentários ao Código de Processo Civil, 11ª edição, Forense,

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por [illegible]
Para conferir o original, acesse o site http://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pgdoc.do e informe o processo 2096428-25.2014.8.26.0000 e código 8A0EB1.
Assinado digitalmente em 17/09/2021 às 18:25 , sob o número WAIA21700874659
Acesse em https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pgdoc.do e informe o processo 2096428-25.2014.8.26.0000 e código 8A0EB1.

vol. V, p. 187).

Nesse sentido já decidiu o Superior Tribunal de Justiça: "*Assim, o relator pode decretar a extinção do processo, sem julgamento do mérito (RT 578/150, 658/114) ou extinguir o processo, por impossibilidade jurídica do pedido*" (STJ- 1ª Seção, AR 487 - PR - AgRg, rel. Min. Humberto Gomes Barros, j. 10.12.97, negaram provimento, maioria, DJU 23.3.98, p. 3; RT 682/124).

É exatamente esta a hipótese dos autos.

A demanda onde proferida a sentença rescindenda foi proposta com a finalidade de responsabilizar o vizinho – ora requerente – pelos danos causados pela modificação do curso do rio que faz divisa entre os imóveis dos litigantes e, por conseguinte, obter a reversão da obra com a finalidade de evitar novos danos ao imóvel prejudicado.

Como cediço, a responsabilidade fundada no direito de vizinhança é de natureza objetiva, bastando para sua configuração a comprovação do dano e do nexo de causalidade com a edificação erigida na propriedade limítrofe.

Isso significa que, a despeito da adoção das providências e a observância das normas ambientais, uma vez consumado o dano em decorrência da obra vizinha, surge a obrigação de indenizar.

Segundo a sentença copiada às fls. 17/21, "*A prova pericial foi conclusiva em indicar o nexo causal entre a obra, totalmente irregular, e os danos sofridos pelo autor...*" e a reversão da obra de desvio do rio foi justificada pelo perito ao afirmar que as edificações dos autores "... *não*

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por [illegible]
Para conferir o original, acesse o site http://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2096428-25.2014.8.26.0000 e código 8AA0EB1.

devem situar-se tão próximas do córrego, de modo a evitar que os mesmos problemas se repitam futuramente". (fls. 146).".

Sendo assim, considerando a conclusão de que a obra feita pelo proprietário do imóvel transmitido ao autor acarretou danos e causa risco à propriedade do vizinho, mostra-se irrelevante a obtenção de licença governamental para sua realização e descabida a pretensão de responsabilizar os vizinhos apenas pelo fato de terem autorizado a realização da obra.

Frise-se, ainda, que não é possível responsabilizar o Estado na presente demanda, uma vez que o ente público sequer fez parte do polo passivo da ação.

Também se mostra desnecessária a participação do Ministério Público, uma vez que a demanda envolve exclusivamente direito de vizinhança e a alteração determinada nada mais fez senão retornar o leito fluvial a sua condição natural anterior, sem qualquer repercussão negativa na área de preservação permanente dos imóveis.

Além disso, conforme constou expressamente no item 9 do termo de ajustamento de conduta referido pelo autor, firmado antes da prolação da sentença, em setembro de 2011, o "*Ministério Público poderá, a qualquer tempo, diante de novas informações ou se assim as circunstâncias exigirem, retificar ou complementar este compromisso, determinando outras providências necessárias, sob pena de invalidade imediata deste termo, ficando autorizado, neste caso, a dar prosseguimento ao Inquérito Civil eventualmente arquivado pelo Conselho do Ministério Público em decorrência deste instrumento.*" (fls. 28)

Dessa forma, considerando que a decisão judicial transitada em

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por [illegible]
Para conferir o original, acesse o site http://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2096428-25.2014.8.26.0000 e código 8AA0EB1.
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, instituído a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil.
Este documento foi gerado pelo usuário [illegible] em 17/09/2021 às 18:25 , sob o número WAIA21700874659
Juntado em 17/09/2021 às 18:25 , sob o número WAIA21700874659

julgado é circunstância que impõe necessariamente a modificação do termo de ajustamento, não há falar em necessidade de anuência do Ministério Público, bastando à parte levar ao conhecimento do Parquet a existência do título judicial.

Nesta perspectiva, ausentes na espécie quaisquer das hipóteses legais que autorizariam a propositura da rescisória, há que se reputar o autor carecedor da ação por falta de interesse processual, razão pela qual, com fundamento no art. 490, I e 295, III, e 267, VI, todos do CPC, indefiro liminarmente a petição inicial e julgo extinto o processo sem julgamento de mérito.

Int.

São Paulo, 28 de abril de 2015.

Andrade Neto
Relator

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANDRADE NETO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 17/09/2021 às 18:25 , sob o número WAIA21700874652
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2096428-25.2014.8.26.0000 e código 88A0EB1.

PORTARIA DAEE Nº 1466, DE 26 DE SETEMBRO DE 2003

O SUPERINTENDENTE DO DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 11, incisos I e XVI do Decreto nº 52.636 de 03/02/71, e à vista do Código de Águas, da Lei nº 6.134 de 02/06/88, do Decreto nº 32.955 de 07/02/91, da Lei nº 7.663 de 30/12/91, do Decreto 41.258 de 01/11/96 e da Portaria D.A.E.E. nº 717 de 12/12/96, em solução aos requerimentos constantes dos Autos nº 9802888 - DAEE

DETERMINA

ARTIGO 1º - Fica o Sr. JOSÉ FORTUNA, CPF 804.346.308-53, autorizado a utilizar e interferir em recursos hídricos, no Sítio Primavera, Estrada do Mackenzie, 3300, Bairro Itapetinga, município de ATIBAIA, para fins de lazer, paisagismo e dreangem, conforme abaixo relacionado:

USO	RECURSO HÍDRICO	COORD. UTM KM			Prazo	VAZÃO	PERIODO	
		N	E	MC	(anos)	M³/H	H/D	D/M
Barramento	Ribeirão dos Porcos	7.435,43	340,22	45	30			
Captação	Ribeirão dos Porcos	7.435,42	340,21	45	5	1,29	24	30
Lançamento	Ribeirão dos Porcos	7.435,53	340,15	45	5	1,29	24	30
Canalização (trapezoidal - B=3,60 m)	Ribeirão dos Porcos	7.435,43 7.435,50	340,22 340,20	45 45	30			

ARTIGO 2º - Os usos e/ou interferências nos recursos hídricos acima outorgados, deverão estar de acordo com a legislação municipal, referente ao uso e ocupação do solo, e/ou ainda estar de acordo com a legislação estadual e federal, referentes à proteção ambiental (artigo 2º da lei 4771/65 - Código Florestal) e à poluição das águas (Lei Estadual 997 e seu regulamento), atendendo às exigências dos órgãos responsáveis nos aspectos de sua competência e especificamente:

- Ao Departamento Estadual de Proteção de Recursos Naturais - DEPRN.

ARTIGO 3º - Fica o autorizado obrigado a:

1- operar as obras, segundo as condições que venham a ser determinadas pelo DAEE;

2- manter as obras e serviços em perfeitas condições de estabilidade e segurança, respondendo pelos danos a que der causa, em relação ao meio ambiente e a terceiros;

3- responder, civilmente, por danos causados à vida, à saúde, e ao meio ambiente, prejuízos de qualquer natureza a terceiros, em razão da manutenção , operação ou funcionamento das obras, bem como do uso inadequado que vier a fazer da outorga solicitada.

4- responder por todos os encargos relativos à execução de serviços ou obras e a implantação de equipamentos ou mecanismos, necessários a manter as condições acima, bem como nos casos de alteração, modificação ou adaptação dos sistemas que, a critério do DAEE, venham a ser exigidos, em função do interesse público ou social;

5- manter a jusante do(s) Barramento(s)a vazão mínima natural.

ARTIGO 4º - Esta outorga deverá, obrigatoriamente, permanecer no local onde foram autorizados os usos e/ou interferências nos recursos hídricos, citados nesse documento, para fins de fiscalização.

ARTIGO 5º - A não observância ao estabelecido neste ato, poderá caracterizar o usuário como infrator com a conseqüente aplicação das penalidades previstas na Portaria DAEE nº 1/98, que regulamentou os artigos 9º a 13 da Lei Estadual 7663/91.

ARTIGO 6º - Esta Portaria poderá ser revogada, sem que caiba indenização a qualquer título, além dos casos gerais, nos seguintes casos especiais:

I - quando os estudos de planejamento regional de utilização dos recursos hídricos tornarem necessárias adequações dos sistemas outorgados;

II - na hipótese de infringência das disposições relativas à legislação pertinente.

ARTIGO 7º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA,
aos de de 2003

RICARDO DARUIZ BORSARI
Superintendente

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA YUMI KOGA BARALDI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 17/09/2021 às 18:25 , sob o número WAIA21700874659
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 8744DB4.
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA YUMI KOGA BARALDI e RAIMUNDA APARECIDA DA SILVA, liberado nos autos em 05/08/2015 às 14:01 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 58A0EE.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
1ª PROMOTORIA DE ATIBAIA

1ª. Vara Cível de Atibaia
Autos n° 0001385-82.2013
Cumprimento de sentença

MM. Juiz:

Trata-se de cumprimento de sentença que condenou RAUL DONATO MENDES à reversão de curso de rio *a status quo ante*, bem como sua canalização na divisa de dois imóveis, bem como ao pagamento de indenização em favor do autor no valor de R$ 53.800,00, com correção monetária a partir de março de 2.011 e juros legais a partir da citação (fls. 17/20).

Executado apresentou impugnação a fls. 47/50, aduzindo impossibilidade de cumprimento desta obrigação de fazer em razão de ter celebrado termo de ajustamento de conduta com o Ministério Público, após a realização de intervenções no local, que contempla a sua reparação, por meio de plantio compensatório que abarca a área, objeto do pedido inicial.

Forneceu cópia do termo do termo de ajustamento (fls. 52/56), do termo de autorização emergencial expedida pela Prefeitura para fins de realização de reparos do canal e da barragem existentes no local, decorrentes do pedido de licenciamento concedido pelo DAEE (fls. 59).

Apresentou, ainda, cópia de ofício enviado ao Ministério Público pelo departamento de águas e energia elétrica comunicando deferimento de autorização e dispensa de outorga em 24/10/2012 (fls. 60), certidão de publicação (fls. 61 e 62).

Pois bem.

Este documento foi protocolado em 29/10/2015 às 18:47 , é cópia do original assinado digitalmente por FABIO VITAL DE AVILA.
Este documento foi protocolado em 03/02/2016 às 15:04 , sob o número WAIA16700092302.
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 17/09/2021 às 18:25 , sob o número WAIA21700874659
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 8744DB6.
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA YUMI KOGA BARALDI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 17/09/2021 às 18:25 , sob o número WAIA21700874659
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 931DB9.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
1ª PROMOTORIA DE ATIBAIA

Pelo que se verifica, o executado promoveu alterações em recursos hídricos após obter autorização e dispensa de outorga dos órgãos da administração competentes para tanto.

O ato administrativo se trata de ato jurídico por meio do qual os agentes públicos, no desempenho de determinada função administrativa, exteriorizam, observando as normas legais, sob certa forma e com autoridade, o querer do Estado, consistente em, juridicamente, criar, reconhecer, renunciar, modificar e extinguir vantagens ou impor obrigações[1].

Como se sabe, o ato administrativo tem como atributo: presunção de legitimidade e veracidade, imperatividade, exigibilidade e autoexecutoriedade.

Incontroverso, ainda, que o Judiciário pode rever os atos administrativos no caso de suposta ilegalidade, conforme magistério de José dos Santos Carvalho Filho:

Inquinado o ato de vício de legalidade, pode ele ser invalidado pelo Judiciário ou pela própria Administração. Distinguindo-se a função jurisdicional das demais funções pelo fato de defrontar-se com situação de dúvida ou conflito e de enfrentar tais situações mediante a aplicação da lei in concreto, claro que é ela adequada para dirimir eventual conflito entre o ato administrativo e a lei, e é por isso, aliás, que, como observa GABINO FRAGA, configura-se como forma de garantia aos indivíduos. Desse modo, discutida numa ação judicial a validade de um ato administrativo e verificando o juiz a ausência de um dos requisitos de validade, profere decisão invalidando o ato. Ao fazê-lo, procede à retirada do ato de dentro do mundo jurídico.[2]

---

[1] Da CUNHA JUNIOR, Dirley. *Curso de Direito Administrativo*. 10ª. Ed. Salvador: Editora Juspodivm, 2011, p. 99.
[2] CARVALHO FILHO, José dos Santos. *Manual de Direito Administrativo*. 21ª. Ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009, p. 151.

Este documento foi protocolado em 29/10/2015 às 18:47, é cópia do original assinado digitalmente por FABIO VITAL DE AVILA.
Para conferir o original, acesse o site http://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 8744DB6.
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA YUMI KOGA BARALDI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 17/09/2021 às 18:25 , sob o número WAIA16700092302
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 931DBC.
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA YUMI KOGA BARALDI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 17/09/2021 às 18:25 , sob o número WAIA21700874659
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 8744DB6.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
1ª PROMOTORIA DE ATIBAIA

Ocorre que, para isto, contudo, se revela imprescindível a intervenção no feito da responsável pela edição do ato contrariado, ou seja, o órgão da Administração Pública que concedeu ou não a autorização para intervenções, o que não se constatou no processo de conhecimento.

Nesta linha, de se sopesar que tal intervenção se justifica para se aferir sob o aspecto técnico, a melhor e mais adequada solução, sob o enfoque difuso, no que se refere á reversão das medidas adotadas ou sua manutenção, até mesmo porque não se dispõe de elementos que demonstrem que após a realização da medida questionada tenha ocorrido novo evento suscetível de danos aos interessados.

Não bastasse, observa-se existência de manifestação por parte do exequente no sentido de possível conversão da obrigação de fazer em indenização por perdas e danos, pois tal medida poderá lhe ocasionar prejuízos em razão da perda de parte de seu terreno útil – medida esta, então, que poderia ensejar a manutenção da situação atual e convalidar os atos praticados pelo Poder Público, indiretamente afetados pela decisão ora questionada pelos executados.

Diante do quanto restou deduzido, por primeiro, entende o Ministério Público que as partes se manifestem sobre a conversão da obrigação de fazer em perdas e danos, para fins de solucionar o impasse gerado, de modo, inclusive, a ratificar os termos dos ajustes de condutas formalizados na área, possibilitando seu efetivo cumprimento.

Atibaia, 29 de outubro de 2015.

FÁBIO VITAL DE ÁVILA
Promotor de Justiça

Cristina Celia Garcia
Analista de Promotoria I

Este documento foi protocolado em 29/10/2015 às 18:47 , é cópia do original assinado digitalmente por FABIO VITAL DE AVILA.
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA YUMI KOGA BARALDI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 17/09/2021 às 18:25 , sob o número WAIA16700092302
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 931DBE.
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA YUMI KOGA BARALDI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 17/09/2021 às 18:25 , sob o número WAIA21700874659
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 8744DB6.

MATRÍCULA 93.959 | FICHA 02 VERSO

expressamente e sob responsabilidade solidária, que tem pleno conhecimento da lei 11.382/06. Foi apresentada a comprovação da quitação do Imposto Territorial Rural, dos cinco últimos exercícios, através da Certidão de Regularidade Fiscal do Imóvel Rural, expedida pelo Ministerio da Fazenda Secretaria da Receita Federal, em 10/07/2008, com validade até 12/01/2009, nº. 84FA.5ADE.6569.4BA6, o DIAC/DIAT 2007 e o C.C.I.R. 2003/2004/2005 expedido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrario - MDA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agraria - INCRA, com recolhimento da taxa de serviços cadastrais, e guia de ISTBI no valor de R$ 210,00, devidamente autenticada. Atibaia, 22 de julho de 2008.
[Microfilme nº. 211.456 de 11/07/2008 - Rolo nº. 3.820].

Ragner Luis Constantino Veiga
Escrevente Autorizado

Av.03/93.959 – Protocolo Eletrônico n. 323.627 de 12/09/2018 – **PENHORA** - Conforme certidão expedida pelo Juízo da 1ª Vara Cível de Atibaia - SP, em 11/09/2018, nos autos da ação de Execução Civil - proc. nº **00103692620118260048**, protocolo PH000229481, que GABRIELE BARALDI, CPF: 063.971.668-72, move em face de RAUL DONATO MENDES, já qualificado, foi determinada a **PENHORA** do imóvel aqui matriculado, sendo nomeado depositário o executado. Valor da causa: R$ 828.266,63. Atibaia, 10 de outubro de 2018. O Escrevente,

Thiago Henrique Alonso Netto

CERTIFICO E DOU FÉ, que a presente é reprodução autêntica da Matrícula nº 93959 do livro 2 de Registro Geral, extraída nos termos do artigo 19 da Lei 6.015/73 e reproduz os atos relativos a ônus e alienações, relatando os fatos jurídicos até o último ato acima, e até o dia útil anterior a esta data. Esta certidão serve de filiação vintenária no caso da matrícula ter sido aberta há mais de 20 anos. Certidão Digital expedida conforme o item 345 e seguintes do Cap. XX - Tomo II das NSCGJSP.
O Escrevente, José Roberto Amaral Zanoni.
Atibaia-SP, 10 de outubro de 2018.

Of:30,69+Est:8,72+IPESP:5,97+RC:1,62+TJ:2,11+MP:1,47+ISS:0,61=R$51,19.
Para lavratura de escrituras esta certidão é valida por 30 dias (NSCGJSP Cap. XIV, 15, "c").

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ALEXANDRE MCTTA DELAMANO, liberaco nos autos em 11/10/2018 às 14:59 .
Para conferir o original, acesse o site https://esa.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 33041A9.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ATIBAIA
FORO DE ATIBAIA
1ª VARA CÍVEL
Rua Dr. José Roberto Paim, 99, Parque dos Coqueiros - CEP 12945-007,
Fone: (11) 3402-5547, Atibaia-SP - E-mail: atibaia1cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

DECISÃO

Processo Digital nº:	**0010369-26.2011.8.26.0048 - Controle nº 2011/001527**
Classe - Assunto	**Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material**
Requerente:	**Gabriele Baraldi**
Requerido:	**Raul Donato Mendes**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Adriana da Silva Frias Pereira**

Vistos.

1) Fls. 877/878: Indefiro o pedido de retirada do leilão do site da gestora de leilões, uma vez que o ato havia sido autorizado judicialmente e foi realizado sem qualquer nulidade a ser sanada.

2) Nada a prover acerca da multa diária, questão já debatida nos autos, não havendo fato novo a considerar.

3) Fls. 883/885: Ante a indicação da exequente, nomeio gestora SATO LEILÕES, pela leiloeira Juliana Hisa Sato, para realização dos futuros leilões nos autos.

4) Intime-se a gestora para realização de novo leilão, observando-se o quanto decidido nos autos.

Intime-se.

Atibaia, 11 de novembro de 2020.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ADRIANA DA SILVA FRIAS PEREIRA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo - SAJ, em 17/09/2021 às 18:25 , sob o número WAIA21700874659
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 67B4C03E.

SECRETARIA DE SANEAMENTO E RECURSOS HÍDRICOS
DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA
DIRETORIA DA BACIA DO MÉDIO TIETÊ – BMT
Escritório de Apoio Técnico de Atibaia – BMAT

Processo DAEE N° **9813035**
Interessado: **Raul Donato Mendes**
INF/ BMT / BMAT N° 023 / 2016

Senhor Diretor da BMT

Assunto: Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos em propriedade denominada Sítio Primavera, localizada na Estrada do Makenzie, s/n, bairro Itapetinga, município de Atibaia;

Apreciação: Trata-se do Processo 9813035 em nome Raul Donato Mendes, com Requerimento de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos para um barramento e Requerimento de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos para Serviço de Proteção de Leito. Temos a informar:

- Em 27/09/2011 foram protocolados no DAEE os requerimentos de outorga de direito de uso para regularização de um barramento, sob protocolo DAEE/BMT/BMAT nº 411/2011 e Obra ou Serviço de Proteção de Leito, sob protocolo DAEE nº 412/2011. Na mesma data foi protocolado também o requerimento de dispensa de outorga de recursos hídricos para duas captações de água superficial e um tanque escavado;

- Informamos que, após análise de toda a documentação, tanto técnica como administrativa apresentada pelo usuário, foi elaborado o Parecer Técnico de Outorga – PTO BMAT 070/2012 em 04/10/2012, propondo o deferimento do pleito solicitado. Ainda em 04/10/2012 foi emitido também o Parecer Técnico de Dispensa de Outorga – PTDO 135/2012, manifestando favoravelmente pela dispensa de outorga de recursos hídricos;

- Declaramos que os estudos hidrológicos, hidráulicos e demais documentos apresentados pelo usuário encontravam-se dentro da legislação de recursos hídricos vigente e das Normas e Instruções técnicas do DAEE. Salientamos também que os Pareceres Técnicos foram elaborados sempre obedecendo ao que determina a legislação estadual recursos hídricos do Estado de São Paulo, bem como as Normas e Instruções Técnicas do DAEE;

- Uma vez procedida a análise técnica, foi publicada no D.O.E. a Portaria DAEE nº 2404, de 23 de outubro de 2012, autorizando o Sr. Raul Donato Mendes a interferir em recursos hídricos no Sítio Primavera. De acordo com o Artigo 2º da referida Portaria, a emissão da outorga ficou condicionada à execução de obras de adequação do barramento;

- Em 12/12/2014, através do protocolo DAEE/BMT/BMAT 12565/2014, o usuário encaminhou ao DAEE o relatório fotográfico referente a execução das obras do canal e do barramento;

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ARMANDO DE ARRUDA MONTEIRO NETO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, em 17/09/2018 às 13:23:10 , sob o número WAXA17000076509
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 8324D9E.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ATIBAIA
FORO DE ATIBAIA
1ª VARA CÍVEL
Rua Napoleão Ferro, 315, Alvinópolis - CEP 12942-610, Fone: (11) 4412-9688, Atibaia-SP - E-mail: atibaia1cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

DECISÃO

Processo Digital nº:	**0010369-26.2011.8.26.0048 - Controle nº 2011/001527**
Classe - Assunto	**Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material**
Requerente:	**Gabriele Baraldi**
Requerido:	**Raul Donato Mendes**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Adriana da Silva Frias Pereira**

Vistos.

1) Retifique-se o edital, constando os informes prestados pelo executado às fls. 813. Intime-se o gestor por e-mail.

2) Mantenho, no mais, o quanto já decidido.

Intime-se.

Atibaia, 27 de julho de 2020.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ADRIANA DA SILVA FRIAS PEREIRA e Tribunal de Justica de Sao Paulo, em 27/07/2020 às 19:42 , sob o número WAIA20700874659
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 67743BD9.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ATIBAIA
FORO DE ATIBAIA
1ª VARA CÍVEL
Rua Napoleão Ferro, 315, Alvinópolis - CEP 12942-610, Fone: (11) 4412-9688, Atibaia-SP - E-mail: atibaia1cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

DECISÃO

Processo Digital nº:	**0010369-26.2011.8.26.0048 - Controle nº 2011/001527**
Classe - Assunto	**Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material**
Requerente:	**Gabriele Baraldi**
Requerido:	**Raul Donato Mendes**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Adriana da Silva Frias Pereira**

Vistos.

1) As arguições trazidas a lume, mais uma vez, pelo executado já foram decididas nos autos, inclusive em Superior Instância, em que foi negado o benefício da gratuidade, bem como afastada a impenhorabilidade do bem (fls. 700 e 749)

Não há elementos novos a considerar.

Diante da insistência do executado, que se opõe à execução empregando meios artificiosos e resiste injustificadamente às ordens judiciais, advirto-o de que seu procedimento constitui ato atentatório à dignidade da Justiça (CPC, art. 772, II cc 774, II e IV), passível de aplicação de multa se nova manifestação neste sentido for apresentada.

2) Quanto aos cálculos, diga a exequente em 5 dias.

3) Mantenho o leilão já designado.

Intime-se.

Atibaia, 22 de julho de 2020.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ADRIANA DA SILVA FRIAS PEREIRA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, em 17/09/2021 às 18:25 , sob o número WAIA21700874659
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 87900012.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ATIBAIA
FORO DE ATIBAIA
1ª VARA CÍVEL
Rua Dr. José Roberto Paim, 99, Parque dos Coqueiros - CEP 12945-007,
Fone: (11) 3402-5547, Atibaia-SP - E-mail: atibaia1cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

DECISÃO

Processo Digital nº:	**0010369-26.2011.8.26.0048**
Classe - Assunto	**Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material**
Requerente:	**Gabriele Baraldi**
Requerido:	**Raul Donato Mendes**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Adriana da Silva Frias Pereira**

Vistos.

Ante o primado contido no artigo 1.023, §2º, do Código de Processo Civil, manifeste-se a parte embargada no prazo de 5 (cinco) dias.

Intimem-se.

Atibaia, 20 de setembro de 2021.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ADRIANA DA SILVA FRIAS PEREIRA, liberado nos autos em 20/09/2021 às 17:52 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 875B648.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo, constante da relação nº 0638/2021, foi disponibilizado no Diário de Justiça Eletrônico em 21/09/2021. Considera-se a data de publicação em 22/09/2021, primeiro dia útil subsequente à data de disponibilização.

Advogado
Melissa Yumi Koga Baraldi (OAB 211408/SP)
Duenes do Carmo Silva (OAB 209712/SP)
Arthur da Motta Trigueiros Neto (OAB 237457/SP)
Fernando Jose Cerello Gonçalves Pereira (OAB 268408/SP)

Teor do ato: "Vistos. Ante o primado contido no artigo 1.023, §2º, do Código de Processo Civil, manifeste-se a parte embargada no prazo de 5 (cinco) dias. Intime-se."

Atibaia, 21 de setembro de 2021.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 21/09/2021 às 01:43 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 876FC3D.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo, constante da relação nº 0642/2021, foi disponibilizado no Diário de Justiça Eletrônico em 22/09/2021. Considera-se a data de publicação em 23/09/2021, primeiro dia útil subsequente à data de disponibilização.

Advogado
Melissa Yumi Koga Baraldi (OAB 211408/SP)
Duenes do Carmo Silva (OAB 209712/SP)
Arthur da Motta Trigueiros Neto (OAB 237457/SP)
Fernando Jose Cerello Gonçalves Pereira (OAB 268408/SP)

Teor do ato: "Vistos. Ante o primado contido no artigo 1.023, §2º, do Código de Processo Civil, manifeste-se a parte embargada no prazo de 5 (cinco) dias. Intimem-se."

Atibaia, 22 de setembro de 2021.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 22/09/2021 às 06:37 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 878A04A.

AUTO NEGATIVO DE 1º e 2º LEILÕES

PROCESSO N°. **0010369-26.2011.8.26.0048**
VARA CÍVEL: **1 vc**
COMARCA: **Atibaia**

A **LeiloeiroSP**, representada pelo leiloeiro oficial, Luiz Tociaki Hirano – JUCESP nº 922, procedeu a realização do certame através do gestor, www.leiloeirosp.com.br, levando a público o lote abaixo:

Lote 01: Gleba 1, com a área total de 42.115,19 metros quadrados, denominado "Sítio Primavera", e que corresponde à parte do terreno que originariamente era composto de três quinhões distintos, mas anexos formando um só todo, correspondente as glebas 1, 3, 4, 5 e 6, situado no Bairro do Itapetinga, zona rural do Município e Comarca de Atibaia-SP, localizado na margem direita da Estrada Municipal do Mackenzie, sentido de quem do imóvel vai a Rodovia Fernão Dias e a cidade de Atibaia, contendo casa sede do imóvel, cada de empregado, ambas de tijolos e telhas, pomar e pequenas benfeitorias, compreendida dentro das seguintes medidas, divisas e confrontações: "Tem início no marco 01, situado na margem direita da Estrada Municipal do Mackenzie, sentido de quem do imóvel vai a Rodovia Fernão Dias e a cidade de Atibaia, numa ponte sobre um pequeno córrego, onde confronta com o imóvel objeto da Matrícula 768, de propriedade Alberto Cardoso de Almeida e sua esposa Hanne Barb Herlinde Hinderberger Cardoso de Almeida; deste ponto abandonando a estrada, segue por cerca e alambrado, com esta confrontação com os seguintes azimutes e distancias: 7º37'58" e distância de 56,04 metros até o marco 2; 21º15'18" e distância de 14,36 metros até o marco 03; 48º14'03" e distância de 35,26 metros até o marco 4; 40º06'44" e distância de 27,04 metros até o marco 5; cravado num canto de cerca de arame, no vértice formado com a divisa do imóvel objeto da Matrícula 49952, denominado Gleba B, de propriedade de Gabriele Baraldi e s/m Annita Baraldi e de Orlando Genaro e s/m Anna Molezinini Genaro; deste ponto deflete à direita e segue, por muro, com esta confrontação, com os seguintes azimutes e distancias: 141º41'26" e distância de 103,53 metros até o marco 6; 147º51'08" e distância de 49,38 metros até o marco 7, no canto do muro, e alinhamento de uma cerca de arame; deste ponto segue, por cerca de arame, com a mesma confrontação, com os seguintes azimutes e distâncias: 148º55'00" e distância de 60,23 metros até o marco 8; 156º50'03" e distância de 23,60 metros até o marco 10; 163º29'52" e distância de 25,91 metros até o marco 11; vértice formado com a divisa do imóvel objeto da Matrícula 49951, denominado Gleba A, de propriedade de Moyses Albano Nunes e s/m Neide Bravo Nunes, Altino Luiz de Campos Pinheiro e s/m Carmem Assunta Candido de Faria Campos Pinheiro e Elda Genaro; deste ponto segue, ainda, por cerca de arame, com esta confrontação, com os seguintes azimutes e distancias: 158º51'09" e distância de 29,94 metros até o marco 12; 183º13'18" e distância de 18,40 metros até o marco 13; 223º25'53" e distância de 26,79 metros até o marco 14; 192º47'39" e distância de 27,74 metros até o marco 15; 182º50'11" e distância de 18,27 metros até o marco 16; 226º51'07" e distância de 47,79 metros até o marco 19; cravado numa ponte sob um córrego e margem de uma Estrada Municipal que do bairro vai a Rodovia Fernão

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ALEXANDRE MOTTA DELAMANO, liberado nos autos em 23/09/2021 às 21:58 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 87BADC9.

Dias e a esta cidade de Atibaia; deste ponto deflete à direita e segue por cerca de arame, margeando a referida estrada sentido a Rodovia Fernão Dias e a esta cidade de Atibaia, com o azimute de 314º38'29" e distância de 64,76 metros até o marco 20, num ponto de curva, deste ponto deflete à direita e segue em curva de raio de 15,73 metros, desenvolvendo uma distância de 10,60 metros pela confluência desta estrada municipal com a Estrada Municipal do Mackenzie, por cerca de arame e alambrado, em direção à Rodovia Fernão Dias e a cidade de Atibaia, por uma distância de 258,34 metros até o marco 1, início dessa descrição. INCRA nº 634.018.000.809-5, área total 17,0ha, mod. Fiscal 16,0ha, nº mod. Fiscais 1,0625, fmp 2,0ha, NIRF nº 3.852.743-0. Matrícula nº 93.959 do CRI da Comarca de Atibaia/SP.

E apregoando os bens penhorados, certificou que **NÃO HOUVE LICITANTES.**

Para constar, lavrou-se o presente, AUTO DE LEILÃO que, lido e achado conforme, vai devidamente assinado.

São Paulo, 23 de setembro de 2021.



Luiz Tociaki Hirano
Leiloeiro Oficial – JUCESP nº 922

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ALEXANDRE MOTTA DELAMANO, liberado nos autos em 23/09/2021 às 21:58 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 87BADC9.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 01ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ATIBAIA DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROCESSO nº 0010369-26.2011.8.26.0048

GABRIELE BARALDI, por seu advogado e bastante procurador *in fine* assinado, nos autos do processo em epígrafe, que move em face de RAUL DONATO MENDES, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, considerando o resultado negativo do leilão realizado, requerer novo praceamento do bem penhorado, substituindo a anterior empresa de leilões, para os devidos fins de direito.

Assim, com base do disposto no artigo 883 do Código de Processo Civil, requer a nomeação do Leiloeiro Oficial, Tiago Tessler Blecher, inscrito na JUCESP sob o nº 1.098, que realizará o certame com divulgação e captação de lances em tempo real, na forma eletrônica, por meio do *site* www.webleiloes.com.br, devidamente habilitado perante o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, no termos do artigo 882, §§1º e 2º do Código de Processo Civil e Processo STI-2015/190888 (documento anexo), com escritório na Avenida Marquês de São Vicente, nº 230, Cj. 1906, Várzea da Barra Funda, São Paulo/SP, dispondo de cadastro no sistema Auxiliares da Justiça compatível com as Normas de Serviço da Corregedoria Geral de Justiça atualizadas pelo Provimento CG nº. 19/2021.

Termos em que,
Pede Deferimento.

Atibaia, 27 de setembro de 2021

Melissa Yumi Koga Baraldi
OAB/SP nº 211.408

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA YUMI KOGA BARALDI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 27/09/2021 às 10:59 , sob o número WAIA21700902369
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 87E9C12.

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA 1ª. VARA CÍVEL DA COMARCA DE ATIBAIA.

Processo 0010369-26.2011.8.26.0048 – indenização por dano material
Requerentes: Espólio de Gabriele Baraldi
Requerido: Raul Donato Mendes

RAUL DONATO MENDES, qualificado, vem respeitosamente a presença de Vossa Excelência, por sua advogada, manifestar sobre os EMBARGOS DE DECLARAÇÃO de **fls. 1150/1154** e **1156/1159.**

1 - Os Autores, às fls. 1150/1154, interpõem EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, e **novamente o fazem** às fls. 1156/1159 constando a numeração **0001385-82.2013.8.26.0048** – cumprimento de sentença,

Por economia processual responde a ambos nesse ato, o que levará a uma petição longa, para rebater todos os argumentos.

2 – Os Requerentes impetraram EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, contra **R. DECISÃO** de **fls. 1143/1144** alegando obscuridade e contradição, quando a justiça, após reiterados requerimentos pelo Réu e pelos próprios autores desde a **prolação da sentença**, como mencionado em alguns documentos abaixo, decidiu questão pendente de análise, qual seja, a **impossibilidade** de o Réu cumprir parte da sentença que o mandava retornar o leito do rio a situação original, sob pena de multa diária, ante a existência de obrigação ambiental firmada com o MINISTÉRIO PÚBLICO em 2010.

Ou seja: parte da sentença era inexequível. Não se tratando, entretanto, de descumprimento voluntário ou pretexto, como afirmam os Autores.

Havia CAUSA IMPEDITIVA, alegada também por ocasião da defesa, nos AUTOS DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, onde a questão ainda não foi apreciada.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 28/09/2021 às 14:21 , sob o número WAIA21700909037
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 880AA08.

Além do mais, em 21.01.2013 os autores desistiram da reversão do curso d'agua, alegando que a reversão lhes traria prejuízos maiores e pedem INDENIZAÇÃO por eventual área de terreno perdida, já em curso nos autos 1006087-78.2018.8.26.0048. Logo, estariam cobrando duas vezes, já que cobra uma vez nesses autos.

- Logo, resta clara a assertiva dos autores de que desistiram da reversão do curso do rio porque lhes traria prejuízos **(fls. 406/407)** e não porque o Réu tivesse intenção em descumpri-la, conforme alegam nos Embargos.

Sem olvidar, o processo do cumprimento de sentença - autos 0001385-82.2013.8.26.0048, cuja defesa do Executado, ainda não foi apreciada, onde executam a mesma multa diária. Logo, cobrando pela terceira vez.

Certamente, seria muito **mais simples e menos oneroso** ao Réu, fazer a reversão do curso d'água a situação anterior.

O fato é que o Réu repetiu tantas vezes(possivelmente de forma não tão clara), a assertiva de que a multa diária NÃO ERA DEVIDA, para evitar a PRECLUSÃO, que a justiça chegou a dizer que estava sendo desleal.
2.1– 08.08.2012 – sentença. **(Fls. 241 a 245)**

2.2- 13.11.2012 – **Autores requerem** "*pedido de esclarecimentos do MM. Juízo ao Ministério Público sobre a CONTRADIÇÃO entre a r. sentença prolatada que determina a reversão do curso do rio e a alegada "proibição de reversão" do mesmo". (**Fls.319 a 320)***

2.3- *26.10.2012* **– Procuradora do Réu, envia e-mail à procuradora dos Autores,** reafirmando ser do conhecimento daqueles a impossibilidade da reversão do curso d'agua, inclusive menciona sobre o deferimento do DAEE para realização de obras emergenciais, com as quais, seria necessário a concordância, ante o fato de o rio estar nas divisas das propriedades. **(fls. 321/322)**

2.4- 20.11.2013 – **Réu reitera** pedido de manifestação da Justiça sobre o CONFLITO existente entre a sentença que manda reverter o curso do rio e a necessidade de se cumprir o TAC 20/10 firmado com Ministério Público. (**Fls.384 a 386**)

2.5- 10.12.2013 – **Autores requerem** manifestação conjunta da JUSTIÇA e MINISTÉRIO PÚBLICO DE ATIBAIA para que a R. Sentença prevaleça sobre o TAC firmado pelo Réu. **(Fls.390 a 392)**

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 28/09/2021 às 14:21 , sob o número WAIA21700909037
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 00103369-26.2011.8.26.0048 e código 880AA08.

2.6- 23.02.2015 – **Liminar de Vara diversa,** onde a Justiça apreciou o ponto controvertido deferindo a suspensão do leilão, confirmado pelo Tribunal de Justiça. Entretanto, não foi acatada pela Justiça.

- *Assim disse o Juiz da 2ª. Vara Cível: "Não obstante não se pode olvidar que o autor se encontra numa verdadeira "sinuca de bico" já que decisão judicial manda que providencie o restabelecimento do curso d'agua ao seu local original, e há acordo com o Ministério Público que o proíbe de fazê-lo"* ***(fls.490 a 492****).*

Enfim, foram muitas vezes, requerendo a apreciação da Causa Impeditiva que impossibilitou o Réu reverter o curso d 'agua, e repetindo ser a multa diária pelo descumprimento indevida.

- Não há obscuridade nem contradição na r. decisão de fls. 1143/1144, o que se constata, é que, com muita grandeza, a Justiça está sendo feita, ao analisar a causa impeditiva da reversão fixada em sentença, a favor do Réu.

3 - DOS ARGUMENTOS TRAZIDOS PELOS AUTORES NOS DOIS EMBARGOS

3.1- Tão somente para reavivar a memória dos Autores, quando alegam que o feito se arrasta há mais de 10 anos, ignorando o fato de ser físico, bem como, os longos meses parado, ante os problemas estruturais do Fórum, **relembra-os** que **desde a chuva de janeiro 2011**, a intenção do Réu **sempre** foi resolver os problemas de forma amigável, e o mais rápido possível.

- Fizeram reunião na casa do réu, com a presença de um Engenheiro, sendo entregue o projeto para obras de contenção.

- O projeto, (parte dos autos), foi encaminhado ao DAEE, e como se vê foi deferida a OUTORGA.

- Também foi encaminhado o projeto ao Ministério Público. Item 3 dos embargos fls. 1156/1160

- O Réu, realizou a obra de contenção, que na época custou mais de R$ 70.000,00, e a cerca de **10 anos**, só trouxe resultados positivos.

- Também é fato que o Réu pediu audiência de conciliação no CEJUSC, com a presença de José Fortuna, o proprietário anterior.

- E OS AUTORES??? Se recusaram a negociar, quando é interesse de ambos, já que são confrontantes. Insistem em litigância de má fé por parte do réu, quando na verdade o réu está tão somente se

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 28/09/2021 às 14:21 , sob o número WAIA21700909037
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 00103369-26.2011.8.26.0048 e código 880AA08.

defendendo; denunciaram o Réu no Ministério Público, onde não lograram êxito, etc.

- Para que tanta beligerância?

3.2 – Alegam os Autores que o Réu às fls. 671 a 673, genericamente, manifesta sobre os cálculos apresentados às fls. 639 e que deveria constar as razões pelas quais os mesmos deveriam ser modificados.

- Pois bem: além de descrever com detalhes as razões pelas quais a **multa** não deveria constar dos cálculos da PLANILHA (**fls. 639)**, é visível que o único valor devido, seria o valor da CONDENAÇÃO À TÍTULO DE INDENIZAÇÃO apresentado naquele momento pelos Autores, na quantia de R$ 156.323,03.

Assim, pareceu ao réu, desnecessário fazer novos cálculos, pois nesse caso, seria apenas atualizar o valor da Indenização.

4 **– Novamente AUTORES imputam má fé ao Réu em induzir à erro a Justiça.**

- **Pois Bem**: Jamais o Réu se prestaria a esse comportamento.

Caberá à Justiça concluir se houve má fé de alguma parte com intenção de indução a erro.

Vejamos os fatos:

4.1 - **O AUTOR**, no anos de2000, por alguma razão que o favorecia, caso contrário não o faria, concorda em fazer a mudança do rio para a divisa das propriedades, deixando a margem muito próxima das construções existentes no seu imóvel.

4.2 – O autor falece, **a viúva**, que no feito diz não conviver com o esposo por ocasião do desvio do rio, impetra AÇÃO DE PRODUÇÃO DE ANTECIPADA DE PROVAS, (onde inclusive, afirma ter o falecido esposo autorizado a reversão), sob o argumento de que suas construções, as mesmas que ficaram próximas das margens quando do desvio, estavam danificadas.

4.3 – **Janeiro 2011,** antes da conclusão da PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVAS, chuvas atípicas assolam ATIBAIA e danificam com gravidade as construções da Autora.
- A mesma chuva também trouxe prejuízos ao Réu, que, em tese poderia imputar ao autor responsabilidade em parte, vez que tenha concordado com o desvio, do qual o réu sequer tinha conhecimento. Mas não o fez.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 28/09/2021 às 14:21 , sob o número WAIA21700909037
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 00103369-26.2011.8.26.0048 e código 880AA08.

4.4 – Autora denuncia o Réu ao Ministério Público, sendo instaurado o IC 302/2011 – Arquivado em abril/2018, sem qualquer punição.

4.5 - O Réu, por seu lado, de maneira responsável, ao invés de litigar contra o vizinho, procura POLÍCIA AMBIENTAL e o MUNICÍPIO, sendo instaurado os procedimentos administrativos respectivos, obtendo autorização para OBRAS EMERGENCIAIS, as quais, até os dias atuais, tem trazido resultados positivos nas divisas das propriedades.

4.6 - Os Autores mencionam no item 7 dos EMBARGOS **fls. 1156/1159** que o DAEE informa que a obra não foi concluída; entretanto, não mencionam os documentos de **fls. 625 a 629 onde esclarece as razões da paralização.**

4.7**-** O Réu, que não desviou o curso do rio, tentou fazer composição amigável, localiza o proprietário anterior, que compareceu no CEJUSC, **(fls.594 a 598**) apresentando proposta de pagamento; mas os Autores, sequer fazem contraproposta, e posteriormente, são taxativos em não conciliar. (Fls. **620 a 623).**

4.8 - Afirmam os Autores que o Réu sempre utilizou o pretexto do TAC firmado com o MINISTÉRIO PÚBLICO DE ATIBAIA que o impedia de reverter o curso d'agua.

- Ora Excelência!! Não se trata de pretexto, mas sim de TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA com o Ministério o público, repito: homologado e arquivado **(fls. 262).**

- Como poderia descumpri-lo?

Ressalte-se que os AUTORES juntaram alguns documentos, já acostados, **(fls. 1160/1181),** não juntando porém, a folha **262** do TAC 20/10, onde consta "Homologado e arquivado"; bem como, as fls. 625 a 629, dos esclarecimentos prestados pela paralização das obras de contenção, e ainda a página do IC 302/2011 determinando o arquivamento com a inocência do Réu. Também não juntou o Projeto de Regularização das obras, solicitado pelo Ministério Público, nem a Outorga **(fls. 541),** demonstrando a regularidade do Réu perante o DAEE. E junta documento de fls. 526, que nada mais é que a Outorga deferida ao proprietário anterior.

É cediço que o Réu está em dia com o MP, quanto ao TAC 20/10, bem como, quanto IC 302/11, bem como junto ao DAEE.

Embora a Justiça tenha dito que nada mais tinha a se discutir sobre a multa diária, porém, ainda não havia apreciado o fato de que o

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 28/09/2021 às 14:21 , sob o número WAIA21700909037
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 00103369-26.2011.8.26.0048 e código 880AA08.

Réu estava numa "sinuca de bico", quando a justiça o mandava reverter o curso do rio a condição original e havia TAC com o Meio Ambiente que o impedia de fazê-lo.

A Apreciação só ocorre por ocasião da decisão de **fls.1143/1144.**

Estranho seria manter a parte da sentença condenatória referente a multa, **quando os próprios autores**, logo após a sentença pedem a JUSTIÇA que esclareça a contradição entre a sentença e o TAC.

- Logo, os autores sempre conheceram do IMPEDIMENTO para o réu fazer a reversão. Mas, paulatinamente, foram se valendo dos procedimentos judiciais, para se beneficiarem.

4 - DO PEDIDO

1 - Embora, às vezes questionável, mas no caso em tela é possível afirmar que A JUSTIÇA TARDA MAS NÃO FALHA, e note-se, com muita grandeza por parte da nobre julgadora.

Não há obscuridade nem contradição na R. Decisão prolatada às fls.1143/1144. É nessa premissa, e confiança que os EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, por medida de Justiça, devem ser julgados improcedentes.

2 - Por economia processual, dá como parte do pagamento do valor principal da Indenização, **R$ 53.800,00** o veículo PLACA LQQ-1085 - cujo valor pela tabela FIPE em 23.09.21, era **R$ 52.044,00**.

3 - Ante o Leilão frustrado, conforme ata às **fls.1185/1186,** e a **R. Decisão de fls. 1143/1144,** requer se digne Vossa Excelência, levantar a penhora da Matrícula do imóvel de titularidade do réu, para retificação do valor do débito nela constante.

4 - Manifesta discordância da petição de **fls.1187**, até que ocorra a retificação do valor do débito na Certidão de Penhora **fls. 648 a 650** e na Matrícula do imóvel **(fls. 653 a 656).**

Termos em que,
Pede Deferimento.
Atibaia, 28 de setembro de 2021.

Duenes do Carmo Silva
OAB.SP. 209712

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 28/09/2021 às 14:21 , sob o número WAIA21700909037
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 00103369-26.2011.8.26.0048 e código 880AA08.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN

DETRAN-SP

CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO - ELETRÔNICO

CÓDIGO RENAVAM
00851759092

PLACA
LQQ1085

EXERCÍCIO
2021

ANO FABRICAÇÃO
2004

ANO MODELO
2005

NÚMERO DO CRV
***

Valide este QRCode com app Vio

CÓDIGO DE SEGURANÇA DO CLA
41018660416

CAT
***

MARCA / MODELO / VERSÃO
NISSAN/FRONTIER 4X4 XE

ESPÉCIE / TIPO
ESPECIAL CAMINHONETE

PLACA ANTERIOR / UF
*******/**

CHASSI
94DCMUD225J585331

COR PREDOMINANTE
PRETA

COMBUSTÍVEL
DIESEL

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 28/09/2021 às 14:21 , sob o número WAIA21700909037
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 00103369-26.2011.8.26.0048 e código 880AA0B.

10:52

Avaliação



Nissan Frontier

Nissan Frontier XE 4x4 2.8 (cab. dupla) 2005

ALTERAR VERSÃO

Preço iCarros	Preço FIPE
R$ -	**R$ 52.044,00**

Venda seu **Nissan Frontier** no iCarros

ANUNCIE AGORA

Variação de preços

Preço iCarros

Preço FIPE

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 28/09/2021 às 14:21 , sob o número WAIA21700909037
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 00103369-26.2011.8.26.0048 e código 880AA11.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ATIBAIA
FORO DE ATIBAIA
1ª VARA CÍVEL
Rua Dr. José Roberto Paim, 99, Parque dos Coqueiros - CEP 12945-007,
Fone: (11) 3402-5547, Atibaia-SP - E-mail: atibaia1cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

DECISÃO

Processo Digital nº:	**0010369-26.2011.8.26.0048**
Classe - Assunto	**Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material**
Requerente:	**Gabriele Baraldi**
Requerido:	**Raul Donato Mendes**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Adriana da Silva Frias Pereira**

Vistos.

1. Conheço dos embargos por tempestivos.

O artigo 1.022 do Código de Processo Civil estabelece que são cabíveis embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para esclarecer obscuridade ou eliminar contradição, suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento, bem como para corrigir erro material.

No caso em testilha, a parte embargante não apresentou qualquer contradição, obscuridade, omissão ou erro material que possa ser corrigido nesta seara.

Em verdade, discorda dos termos da sentença, buscando com isso efeito infringente do qual o remédio escolhido não é dotado, o que leva à rejeição da pretensão deduzida.

Assim, não acolho os embargos interpostos.

2. Manifeste-se o exequente, sobre a oferta de bem em pagamento, apresentada às fls. 1.188/1.193 (documento de fls. 1.194/1.195).

3. Após o decurso de prazo recursal em relação a esta Decisão, abra-se nova conclusão no incidente 0001385-82.2013.8.26.0048, em razão da impugnação lá apresentada, também relativa à inexigência da multa.

Intimem-se.

Atibaia, 27 de outubro de 2021.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ADRIANA DA SILVA FRIAS PEREIRA, liberado nos autos em 27/10/2021 às 19:04 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 8A5447F.

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0742/2021, encaminhada para publicação.

Advogado	Forma
Melissa Yumi Koga Baraldi (OAB 211408/SP)	D.J.E
Duenes do Carmo Silva (OAB 209712/SP)	D.J.E
Arthur da Motta Trigueiros Neto (OAB 237457/SP)	D.J.E
Fernando Jose Cerello Gonçalves Pereira (OAB 268408/SP)	D.J.E

Teor do ato: "Vistos. 1. Conheço dos embargos por tempestivos. O artigo 1.022 do Código de Processo Civil estabelece que são cabíveis embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para esclarecer obscuridade ou eliminar contradição, suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento, bem como para corrigir erro material. No caso em testilha, a parte embargante não apresentou qualquer contradição, obscuridade, omissão ou erro material que possa ser corrigido nesta seara. Em verdade, discorda dos termos da sentença, buscando com isso efeito infringente do qual o remédio escolhido não é dotado, o que leva à rejeição da pretensão deduzida. Assim, não acolho os embargos interpostos. 2. Manifeste-se o exequente, sobre a oferta de bem em pagamento, apresentada às fls. 1.188/1.193 (documento de fls. 1.194/1.195). 3. Após o decurso de prazo recursal em relação a esta Decisão, abra-se nova conclusão no incidente 0001385-82.2013.8.26.0048, em razão da impugnação lá apresentada, também relativa à inexigência da multa. Intimem-se."

Atibaia, 28 de outubro de 2021.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 28/10/2021 às 00:57 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 8A60FBF.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo, constante da relação nº 0742/2021, foi disponibilizado no Diário de Justiça Eletrônico em 03/11/2021. Considera-se a data de publicação em 04/11/2021, primeiro dia útil subsequente à data de disponibilização.

Advogado
Melissa Yumi Koga Baraldi (OAB 211408/SP)
Duenes do Carmo Silva (OAB 209712/SP)
Arthur da Motta Trigueiros Neto (OAB 237457/SP)
Fernando Jose Cerello Gonçalves Pereira (OAB 268408/SP)

Teor do ato: "Vistos. 1. Conheço dos embargos por tempestivos. O artigo 1.022 do Código de Processo Civil estabelece que são cabíveis embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para esclarecer obscuridade ou eliminar contradição, suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento, bem como para corrigir erro material. No caso em testilha, a parte embargante não apresentou qualquer contradição, obscuridade, omissão ou erro material que possa ser corrigido nesta seara. Em verdade, discorda dos termos da sentença, buscando com isso efeito infringente do qual o remédio escolhido não é dotado, o que leva à rejeição da pretensão deduzida. Assim, não acolho os embargos interpostos. 2. Manifeste-se o exequente, sobre a oferta de bem em pagamento, apresentada às fls. 1.188/1.193 (documento de fls. 1.194/1.195). 3. Após o decurso de prazo recursal em relação a esta Decisão, abra-se nova conclusão no incidente 0001385-82.2013.8.26.0048, em razão da impugnação lá apresentada, também relativa à inexigência da multa. Intimem-se."

Atibaia, 29 de outubro de 2021.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 29/10/2021 às 02:44 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 8A7DDAB.

MELISSA YUMI KOGA BARALDI
ADVOCACIA

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ATIBAIA, SP.

Processo número 0001385-82.2013.8.26.0048

ESPÓLIO DE GABRIELE BARALDI, já qualificado nos autos que move em desfavor de **RAUL DONATO MENDES**, por sua advogada subscritora, vem, respeitosamente à presença de Vossa Excelência, informar a interposição de Agravo de Instrumento (protocolo e agravo anexos), em face da r. decisão de fls 1134 e 1144, nos termos do artigo 1.018 do CPC.

Em que pese a interposição do Agravo de Instrumento, os Agravantes se manifestam no sentido de aceitar como parte do pagamento o automóvel apresentado, *desde que apresentado o laudo pericial cautelar veicular* pelo Requerido (realizado em qualquer empresa de vistoria credenciada), e que o bem esteja livre de ônus que venham a ensejar queda no valor de revenda do bem.

Melissa Yumi Koga Baraldi
mel.adv2007@gmail.com
(11) 98115-5135
(11) 98115-5135

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA YUMI KOGA BARALDI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/11/2021 às 12:39 , sob o número WAIA21701078953
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 8C04BB7.

MELISSA YUMI KOGA BARALDI
ADVOCACIA

É de se considerar que o interesse em receber parte do pagamento não afeta o prosseguimento do feito, vez que de qualquer forma, o valor do bem é inferior ao valor da dívida – com ou sem a incidência da multa diária.

Requer ainda a reconsideração da r. decisão de fls 1143 e 1144 no sentido de não excluir a multa diária do cálculo apresentado pelos Autores às fls 639.

Termos em que,

pede deferimento.

São Paulo, 19 de Novembro de 2021.

documento assinado digitalmente

MELISSA YUMI KOGA BARALDI

OAB/SP 211.408

Melissa Yumi Koga Baraldi
mel.adv2007@gmail.com
(11) 98115-5135
(11) 98115-5135

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA YUMI KOGA BARALDI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/11/2021 às 12:39 , sob o número WAIA21701078953
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 8C04BB7.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PODER JUDICIÁRIO

RECIBO DO PROTOCOLO
PETICIONAMENTO INICIAL - SEGUNDO GRAU

Dados Básicos

Seções/Subseções:	Tribunal de Justiça
Processo:	22708494720218260000
Classe do Processo:	Agravo de Instrumento
Assunto principal:	7698 - Perdas e Danos
Data/Hora:	19/11/2021 12:06:42

Partes

Agravante:	Valéria Baraldi
Agravante:	José Renato Baraldi
Agravado:	Raul Donato Mendes

Documentos

Petição:	Agravo de Instrumento processo Atibaia - 1-16.pdf
Petição:	Agravo de Instrumento processo Atibaia - 17-26.pdf
Cópia da inicial (ação originária):	doc 1 - petição inicial fls 3 a 11 - 1-9.pdf
Cópia(s) da(s) procuração(ões):	doc 2 - procuração Agravantes fls 18 - 1.pdf
Contestação:	doc 3 - contestação fls 63 a 69 - 1-2.pdf
Contestação:	doc 3 - contestação fls 63 a 69 - 3-4.pdf
Contestação:	doc 3 - contestação fls 63 a 69 - 5-6.pdf
Contestação:	doc 3 - contestação fls 63 a 69 - 7.pdf
Cópia(s) da(s) procuração(ões):	doc 4 - procuração do Agravado fls 70 - 1.pdf
Cópia de Sentença:	doc 5 - sentença fls 241 a 245 - 1-2.pdf
Cópia de Sentença:	doc 5 - sentença fls 241 a 245 - 3-4.pdf

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA YUMI KOGA BARALDI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/11/2021 às 12:39 , sob o número WAIA21701078953
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 8C04BB8.

Cópia de Sentença:	doc 5 - sentença fls 241 a 245 - 5.pdf
Cópia de Acórdão:	doc 6 - acordao fls 341 a 345 - 1-14.pdf
Cópia da certidão de trânsito em julgado:	doc 7 - transito em julgado do acordao fls 347 - 1.pdf
Documento 8:	doc 8 - TAC fls 257 a 261 - 1-5.pdf
Documento 9:	doc 9 - pedido complementação de documentos DAEE fls 265 - 1.pdf
Documento 10:	doc 10 - MP pedindo regularizaçao da área fls 297 - 1.pdf
Documento 11:	doc 11 - autorização prefeitura fls 296 - 1.pdf
Cópia da sentença/acórdão:	doc 12- acordão ação rescisória do Agravado fls 551 a 556 - 1-8.pdf
Documento 5:	doc 13 - outorga e fiscalização DAEE - 1-2.pdf
Documento 14:	doc 14 - manifestação Procuradoria Geral fls 618 - 1.pdf
Mensagem Eletrônica (e-mail):	doc 15 - email informando início das obras - 1.pdf
Documento 16:	doc 16 - ação rescisoria do Agravado - 1-11.pdf
Planilha de Cálculos:	doc 17 - cálculos apresentado pelos Agravantes fs 637 a 639 - 1-3.pdf
Impugnação:	doc 18 - impugnação genérica dos cálculos pelo Agravado fls 671 a 673 - 1-3.pdf
Decisão Interlocutória:	doc 19 - decisão que deixou de considerar os cálculos do Agravado fls 700 - 1.pdf
Auto de Penhora:	doc 20 - penhora com valor liquidado - 1.pdf
Cópia de Acórdão:	doc 21 - .acórdão do Agravo que indeferiu a revisão de cálculos - 1-7.pdf
Cópia da certidão de trânsito em julgado:	doc 22 - .trânsito em julgado do acórdão do Agravo fls 765 - 1.pdf
Decisão Interlocutória:	doc 23 - decisaõ mantendo despacho fls 864 - 1.pdf
Decisão Interlocutória:	doc 24 - decisão mantendo multa diária - 1.pdf
Cópia da petição que ensejou a decisão agravada:	doc 25 - petição do Agravado discordando sobre os cálculos fls 1140 a 1142 - 1-3.pdf

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA YUMI KOGA BARALDI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/11/2021 às 12:39 , sob o número WAIA21701078953
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 8C04BB8.

Decisão Agravada:	doc 26 - decisão que acolhe os cálculos apresentados pelo Agravado fls 1143 e 1144 - 1-2.pdf
Documento 27:	doc 27 -embargos declaração Agravantes fls 1150 a 1154 e 1156 a 1159 - 1-9.pdf
Decisão Interlocutória:	doc 28 - mantendo a decisão agravada - 1.pdf
Documento 29:	doc 29 - fls 615 - feito com mais de 10 anos - 1-2.pdf
Documento 30:	doc 30 - petição confissão de que não executou a obra por falta de dinheiro - 1-4.pdf
Mensagem Eletrônica (e-mail):	doc 31 - e-mail sobre início das obras fls 321 - 1-3.pdf
Cópia da Certidão de intimação:	doc 32 - certidao publicação decisao - 1.pdf
Documento 33:	doc 33 - suspensao do processo por ação regressiva fls 493 - 1-4.pdf
Guia de Custas:	guia interposição de Agravo de Instrumento - 1.pdf
Documento 34:	Comprovante_18-11-2021_093705 - 1.pdf
Guia de Custas:	guia taxa retorno agravo - 1-2.pdf
Documento 35:	Comprovante_18-11-2021_093853 - 1.pdf

Nota: Alguns dos documentos peticionados foram segmentados para manter o padrão de tamanho definido pelo Tribunal.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA YUMI KOGA BARALDI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/11/2021 às 12:39 , sob o número WAIA21701078953
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 8C04BB8.

AGRAVO DE INSTRUMENTO

Referente
Ação de indenização por danos materiais
Processo número 0010369-26.2011.8.26.0048
Agravantes: Valéria e José Renato Baraldi
Agravado: Raul Donato Mendes
Comarca de Atibaia - SP

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO – SP.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA YUMI KOGA BARALDI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/11/2021 às 12:39 , sob o número WAIA21701078953
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 8C04BBC.

Agravantes:

ESPÓLIO DE GABRIELE BARALDI, representado por seus herdeiros VALÉRIA BARALDI, brasileira, divorciada, cirurgiã-dentista, portadora do RG n°19.669.972-1, SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 188.347.398-50, residente e domiciliada na Rua Afonso Celso, 694, apto 62 D, CEP: 04119-060, Vila Mariana- SP E JOSÉ RENATO BARALDI, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG nº 23.402.412-4 inscrito no CPF/MF sob o nº 278 447 828-97, residente e domiciliado na Rua Afonso Celso, 718 apto 94, Vila Mariana, CEP:04119-060, São Paulo Capital,

Agravado:

RAUL DONATO MENDES, brasileiro, solteiro, trabalhador rural, portador do RG número 27.233.858-8 e do CPF/MF 252.972.718-00, residente e domiciliado na Rua Anice Cury Sabag, 123, Cep 12.948-022, Jardim Shangri-lá, Atibaia - SP;

Interposição do Recuso

AGRAVO DE INSTRUMENTO com base no artigo 1.015, parágrafo único do CPC, em face da r. decisão de folhas 1.143 e 1144;

I. Nomes dos Advogados:

Os Agravantes informam os nomes e endereços dos advogados habilitados na ação, aptos a serem intimados dos atos processuais (artigo 1.016, inciso IV do CPC):

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA YUMI KOGA BARALDI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/11/2021 às 12:39 , sob o número WAIA21701078953
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 8C04BBC.

Pelos AGRAVANTES: Dra. Melissa Yumi Koga Baraldi, inscrita na OAB/SP sob o número 211.408, com endereço eletrônico: advocacia@melbaraldi.com.br;

Pelo AGRAVADO: Dra. Duenes do Carmo Silva, inscrita na OAB/SP sob o número 209.712, com endereço eletrônico: duenes_adv@hotmail.com;

II. Da tempestividade:

O recurso interposto deve ser considerado tempestivo, considerando que a patrona dos Agravantes foi intimada no dia 04.11.21 da decisão atacada, consoante se vê da certidão acostada.

Visto que o prazo do recurso em espécie é quinzenal, considerando os feriados nacionais e estaduais havidos nesse período, atesta-se que o prazo processual está devidamente obedecido.

III. Da formação do instrumento:

a) Preparo (CPC, artigo 1.007, caput c/c artigo 1.017, §único)

Conforme comprovam os Agravantes, o preparo e as custas de retorno foram devidamente recolhidas.

b) peças obrigatórias e facultativas

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA YUMI KOGA BARALDI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/11/2021 às 12:39 , sob o número WAIA21701078953
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 8C04BBC.

Os autos do processo em espécie são eletrônicos. Em razão disso, informa que o presente Agravo de Instrumento é instruído com cópia integral do processo originário, entre cópias facultativas e obrigatórias, motivo tal que declara como sendo autênticos e conferidos com os originais, sob as penas da lei.

IV. Documentos facultativos:

PARTE I – Documentos ação de conhecimento até o trânsito em julgado

- doc 1 - Petição inicial (fls 3 a 10);
- doc 2 - Procuração advogada dos Agravantes (fls 18)
- doc 3 – Contestação (fls 63 a 69);
- doc 4 - Procuração advogada do Agravado (fls 70);
- doc 5 – Sentença (fls 241 a 245);
- doc 6 – Acórdão (fls 341 a 345);
- doc 7 - Trânsito em julgado do acórdão (fls 347);

PARTE II – Autorizações para a realização da obra

- doc 8 - TAC MP Ambiental firmado com Agravado (fls 257 a 261);
- doc 9 - Pedido complementação docs pelo DAEE (fls 265);
- doc 10 - Intimação do MP requerendo regularização da área – (fls 297);
- doc 11 - Autorização de obras dada pela Prefeitura (fls 296);
- doc 12 - Acórdão de ação rescisória do Agravado (fls 551 a 556);
- doc 13 - autorização e fiscalização de obras pelo DAEE fls (615e 616);
- doc 14 - Manifestação Procuradoria Geral Campinas (fls 618);
- doc 15 – e-mail informando início das obras (fls 322);

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA YUMI KOGA BARALDI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/11/2021 às 12:39 , sob o número WAIA21701078953
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 8C04BBC.

PARTE III – Documentos sobre o cálculo revisto com decisão transitada em julgado

- doc 16 - Ação rescisória Agravado – (fls 504 a 514);
- doc 17 – Cálculos apresentados pelos Agravantes (fls 637 a 639);
- doc 18 - Impugnação genérica dos cálculos pelo Agravado (fls 671 a 673);
- doc 19 - Decisão que deixou de considerar os cálculos apresentados pelo Agravado, (fls 700);
- doc 20 - Penhora com valor liquidado e homologado (fls 656);
- doc 21 – Acórdão do agravo que indeferiu a revisão de cálculos (fls 759 a 764);
- doc 22 – Trânsito em julgado do acórdão que indeferiu a revisão de cálculos (fls 765);
- doc 23 - Decisão mantendo o despacho (fls 864);
- doc 24 - Decisão mantendo multa diária (fls 889);
- doc 25 - Petição Agravado discordando dos cálculos (fls 1140 a 1142);
- doc 26 - Decisão acolhe os cálculos apresentados pelo Agravado (fls 1143 e 1144) – decisão agravada.
- doc 27 - Embargos de declaração dos Agravantes (fls 1150 a 1154 e 1156 a 1159);
- doc 28 - Decisão interlocutória mantendo cálculos Agravado (fls 1196);

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA YUMI KOGA BARALDI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/11/2021 às 12:39 , sob o número WAIA21701078953
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 8C04BBC.

PARTE IV – Outros documentos

- doc 29 – Decisão feito com mais de 10 anos (fls 615);
- doc 30 – Petição de CONFISSÃO do Agravado (fls 594);
- doc 31 – E-mail sobre início das obras (fls 321);
- doc 32 – Certidão de publicação decisão (fls 1143 e 1144);
- doc 33 – Ação regressiva Agravado (fls 493);

PARTE V – Requerimento final:

Diante disso, pleiteia-se o processamento do recurso, sendo esse distribuído a uma das Câmaras de Direito Privado deste Egrégio Tribunal de Justiça (CPC, art. 1.016, caput), acolhendo-se e dando provimento aos pedidos dos Agravantes, conforme razões expostas.

Termos em que
pede deferimento.

São Paulo, 19 de Novembro de 2021.

***documento assinado digitalmente**
MELISSA YUMI KOGA BARALDI
OAB/SP 211.408

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA YUMI KOGA BARALDI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/11/2021 às 12:39 , sob o número WAIA21701078953
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 8C04BBC.

AGRAVANTES: VALÉRIA BARALDI E JOSÉ RENATO BARALDI (ESPÓLIO DE GABRIELE BARALDI)
AGRAVADO: RAUL DONATO MENDES
AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS
ORIGEM: 1ª VARA CÍVEL DO FORO DA COMARCA DE ATIBAIA
NÚMERO DO PROCESSO: 0001385-82.2013.8.26.0048

EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COLENDA CÂMARA

Insurgem-se os Agravantes da r. decisão de fls 1196, que não acolheu os embargos de declaração por eles interpostos, alegando a MM. Magistrada, data maxima venia, que os Embargantes discordam dos termos da sentença, buscando efeito infringente, levando à rejeição da pretensão deduzida, fato que não condiz com a realidade.



Ressalta-se que o presente feito já tramita há mais de 10 anos, de forma muito confusa e conturbada, conforme atesta a própria MM. Juíza a quo às fls 635, requerendo atenção dos D. Desembargadores acerca dos detalhes existentes no cumprimento de sentença.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA YUMI KOGA BARALDI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/11/2021 às 12:39 , sob o número WAIA21701078953
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 8C04BBC.

- **SÍNTESE DA LIDE**

PARTE I – FASE DE CONHECIMENTO.

Trata-se originalmente de ação de obrigação de fazer consistente em condenar o Agravado a proceder a reversão do curso do rio que passa em sua propriedade, ao seu local original, além de indenizar os Agravantes em R$53.800,00 pelo prejuízo material sofrido em razão da destruição causada pelo desvio do rio, que causou desabamento das construções que os Agravantes possuíam

Pleitearam ainda a aplicação de multa diária de R$500,00 em caso de descumprimento de comando sentencial.

De fato, após a fase instrutória, o Agravado foi condenado a proceder a reversão do curso do rio ao seu local original, canalizando-o na divisa entre as duas propriedades, concedendo-se o prazo de 60 dias para realização da obra, passando a correr multa diária de R$200,00 após o 61º dia, em caso de descumprimento.

Igualmente, o Agravado foi condenado ao pagamento de R$53.800,00 pelas perdas e danos causadas aos Agravantes pela perda de suas construções.

O Agravado, sempre se utilizando de medidas protelatórias, beneficiado pela concessão da Justiça Gratuita, nunca cumpriu integralmente a obrigação de fazer, sempre sob o argumento de que havia firmado um acordo (TAC fls 257 a 261) com o Ministério Público Ambiental, e que portanto, não poderia reverter o curso do rio ao seu estado anterior.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA YUMI KOGA BARALDI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/11/2021 às 12:39 , sob o número WAIA21701078953
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 8C04BBC.

Entretanto, nunca houve causa impeditiva para a realização da obrigação de fazer, inclusive confessando o Agravado em petição de fls 594, que não havia realizado a obra tão-somente por insuficiência de recursos.

II – CUMPRIMENTO DE SENTENÇA.

1 .Cálculos e penhora do imóvel

Iniciada a fase de cumprimento de sentença, o Agravado interpôs todos os recursos possíveis a fim de reverter a r. sentença condenatória e barrar a execução da obrigação de fazer.

Nesse ínterim, foi deferida a averbação da penhora do imóvel na matrícula do imóvel do Agravado (fs 489) em 01.12.2014, a fim de garantir a execução.

O Requerido foi intimado acerca da penhora às fls 474, na data de 14.05.14. E embora os Agravantes passassem anos requerendo a averbação na matrícula do imóvel, tal ato só foi concretizado em 2018,

Por fim, depois de aguardar por anos o cumprimento da obrigação, bem como o pagamento da indenização, os Agravantes optaram por converter a obrigação de fazer em indenização por perdas e danos.

Na petição de fls 570, datada de 21.01.16, os Agravantes atualizaram o cálculo da parte líquida da dívida, no montante de R$444.526,63, juntando a planilha correspondente.

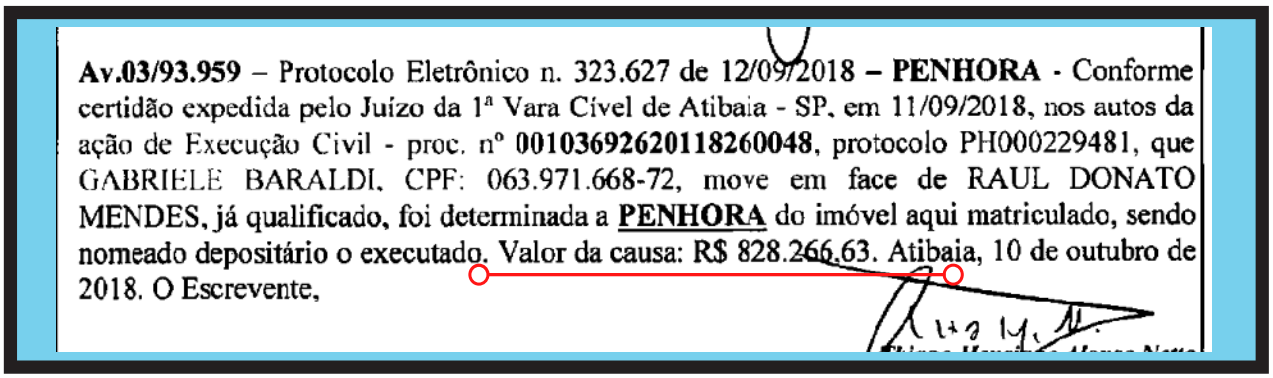
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA YUMI KOGA BARALDI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/11/2021 às 12:39 , sob o número WAIA21701078953
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 8C04BBC.

Após essa primeira apresentação de cálculos, sequer houve manifestação do Agravado impugnando o cálculo de pronto.

Sobreveio decisão de fls 635, onde a MM. Juíza a quo determinou que o pedido de perdas e danos seguisse em incidente próprio (autos de número 1006087-78.2018.8.26.0048) e que a execução da parte líquida, prosseguiria, vez que tramitando de longa data.

Os Agravantes então, informando o juízo de que a penhora do imóvel requerida em dezembro de 2014 ainda não havia sido realizada, reiteraram tal pedido, atualizando o valor da dívida em R$828.266,63 fls 637 a 642.

Finalmente, após quase 4 anos de espera, houve a averbação da penhora do imóvel na matrícula, na data de 10.10.2018 (fls 656).



Av.03/93.959 – Protocolo Eletrônico n. 323.627 de 12/09/2018 – **PENHORA** - Conforme certidão expedida pelo Juízo da 1ª Vara Cível de Atibaia - SP, em 11/09/2018, nos autos da ação de Execução Civil - proc. nº **00103692620118260048**, protocolo PH000229481, que GABRIELE BARALDI, CPF: 063.971.668-72, move em face de RAUL DONATO MENDES, já qualificado, foi determinada a **PENHORA** do imóvel aqui matriculado, sendo nomeado depositário o executado. Valor da causa: R$ 828.266,63. Atibaia, 10 de outubro de 2018. O Escrevente,

O Agravado teve oportunidade de impugnar os cálculos dos Agravantes apresentdos às fls 639, porém, o fez de forma totalmente genérica, sem apresentar os valores que entendia por corretos.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA YUMI KOGA BARALDI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/11/2021 às 12:39 , sob o número WAIA21701078953
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 8C04BBC.

Tanto que na r. decisão de fls 700, houve o despacho da Magistrada no seguinte sentido:

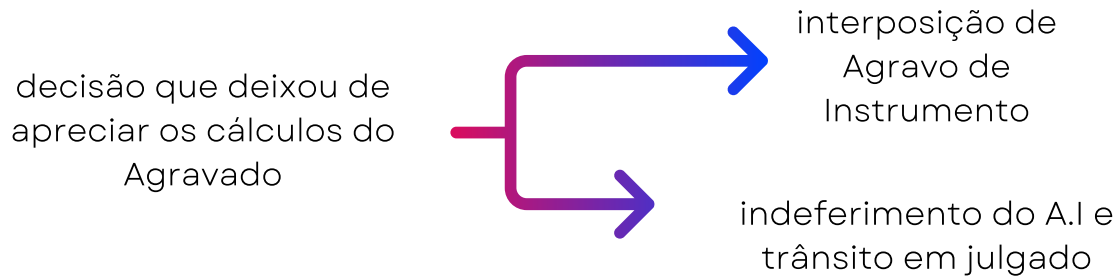
> "**Deixo de apreciar o pedido de revisão dos cálculos**, tendo em vista que o executado sequer apresentou o valor que entende devido, ou seja, se limitou a impugnar, **de forma genérica**, o valor do débito" (grifo nosso)

Vejam que de tal decisão, houve interposição de Agravo de Instrumento (fls 759 a 764) pelo ora Executado, requerendo a exclusão da multa diária dos cálculos apresentados pelos Agravantes (fls 762), sob alegação de que havia causa impeditiva ao cumprimento da obrigação de fazer, fato que é e sempre foi, inverdadeiro.

> Trata-se de agravo de instrumento interposto contra a r. decisão que deixou de apreciar o pedido de revisão de cálculos, considerando que o réu sequer tinha apresentado o valor que entendia devido, isto é, que se limitou a impugnar, de forma genérica, o valor do débito.
>
> Arguiu o agravante, em suma, que é necessário que se exclua a multa diária dos cálculos apresentados pelos agravados, ante a desistência desses pela reversão do curso do rio à situação anterior.

Considerando que o agravo de instrumento visando a revisão dos cálculos apresentados pelos Agravantes, não foi conhecido e TRANSITOU EM JULGADO em 13.02.20 (fls 765), houve a consolidação do ato, pela preclusão consumativa, permanecendo o valor indicado pelos Agravantes.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA YUMI KOGA BARALDI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/11/2021 às 12:39 , sob o número WAIA21701078953
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 8C04BBC.



2. Fase de expropriação do imóvel

Tão consolidado estava o valor do débito, que a fase de leilão judicial do imóvel se iniciou (fls 766 a 768), com publicação dos editais no valor apresentado pelos Agravantes, do qual o Agravado não discordou.

Às fls 864, a D. Magistrada decide que não há elementos novos a se considerar acerca de pedidos reiterados pelo Agravado, e no item 2, pede a manifestação do Exequente quanto aos cálculos, em 5 dias.

Às fls 867/868, os Agravantes (Exequentes) se manifestam concordando novamente com os cálculos de avaliação do Sr. Oficial de Justiça, bem como reiteram os cálculos apresentados às fls 639 (valor da dívida de R$825.266,23).

Em decisão de fls 869, item 2, a MM. Juíza, em resposta as petições do Agravado, alegando impenhorabilidade do imóvel e exclusão da multa diária, novamente confirma “Mantenho, no mais, o quanto já decidido”

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA YUMI KOGA BARALDI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/11/2021 às 12:39 , sob o número WAIA21701078953
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 8C04BBC.

Novamente, o Agravado às fs 877 e 878, requer a exclusão da multa diária, no que decide a D. Juíza às fls 889 item 2. Nada a prover acerca da multa diária, questão já debatida nos autos, não havendo fato novo a considerar.

O Agravado interpôs com Embargos de Declaração da decisão de fls 889, alegando causa impeditiva para o cumprimento da obrigação de fazer, requerendo a exclusão da multa diária por culpa do Ministério Público Ambiental.

Novamente, houve decisão não acolhendo os embargos do Agravado. E ainda mais, aduz que "o Requerido repisa argumentos já apreciados e rejeitados por este Juízo, alguns deles inclusive em Superior Instância, buscando unicamente interromper o andamento da lide" (fls 915)

III - DA R. DECISÃO COMBATIDA

Eis que em meio a novos recursos interpostos pelo Agravado, o mesmo protocola uma petição em 25.08.21, DISCORDANDO dos cálculos apresentados às fls 639, apresentando como devido o valor de R$206.532,23, requerendo a exclusão da multa diária que fora aplicada em comando sentencial.

Surpreendentemente, no item 2 da r. decisão de fls 1144, a Magistrada simplesmente acolhe a alegação do Agravante de que havia uma questão pendente de análise, qual seja: a causa impeditiva ao cumprimento da obrigação de fazer, excluindo-se a multa diária do cálculo do débito.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA YUMI KOGA BARALDI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/11/2021 às 12:39 , sob o número WAIA21701078953
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 8C04BBC.

> “Evidente, portanto, que a conversão da obrigação de fazer, por indenização por perdas e danos, atinge, no caso dos autos, a própria obrigação de fazer (ou seja obrigação de reverter o curso do rio, que não será cumprida – e esse é o fundamento do pedido de indenização). E, se a conversão atinge a obrigação principal, não há que se falar em exigência da multa fixada para o seu descumprimento, na medida em que o exequente, à vista das ponderações do executado e do Ministério Público, admitiu que o cumprimento da obrigação de fazer não era realmente viável. Não se trata portanto, de descumprimento voluntário.”

Conforme exaustivamente se comprovará, os Agravantes, diante da resistência do Agravado em não cumprir a obrigação de fazer, de fato concordaram que seria melhor a conversão da obrigação de fazer em indenização por perdas e danos.

No momento em que ocorreu a extinção da obrigação de fazer, a multa diária estava correndo, vez que aplicada mediante a MORA no descumprimento da obrigação.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA YUMI KOGA BARALDI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/11/2021 às 12:39 , sob o número WAIA21701078953
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 8C04BBC.

Vejam, Excelências, que a indenização por perdas e danos se refere EXCLUSIVAMENTE a perda de área útil dos Agravantes - que não poderão construir na área de 30 m a partir do leito do rio - e não pelo prejuízo sofrido pelo desabamento de suas construções e sua regularização.

Reiteram que mesmo que o Agravado pague pela destruição das construções que haviam no local (muro de divisa, galinheiro, curral), o curso do rio permanecerá irregular, invandindo o terreno dos Agravantes, que terão que proceder a regularização da área com novas medições (contratação de topógrafo) e proceder a reconstrução da divisa entre os terrenos.

O Ministério Público sempre afirmou que o TAC - que inclusive foi firmado antes da sentença, poderia ser adequado ao cumprimento da decisão judicial, e mesmo em sede de ação RESCISÓRIA, o D. Tribunal observou que não havia nenhum fato impeditivo para a realização da obra.

Tanto que o Agravado iniciou a reparação do dano (e-mail da advogada, fls 322) e o próprio DAEE atestou às fls 616, abaixo reproduzidos:

Duenes Carmo <duenes_adv@hotmail.com> 30 de outubro de 2012 13:2
Para: "mel.adv2007@gmail.com" <mel.adv2007@gmail.com>

Boa Tarde!

Considerando a proximidade das chuvas, as obras já foram iniciadas às custas do Raul/Renil, (Queira por favor informar à Sra. Annita que há máquina trabalhando no local);
que foi orientado a guardar todos os comprovantes de despesas, para dar conhecimento, conforme conversa feita anteriormente.

Tão logo eu tenha cópia do deferimento do DAEE, da outorga e da manifestação do MP, quanto ao possível equívoco do Juiz que decidiu
pela reversão do curso do córrego, interferindo na nova APP, juntarei no processo.

À disposição.
Duenes

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA YUMI KOGA BARALDI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/11/2021 às 12:39 , sob o número WAIA21701078953
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 8C04BBC.

> Aos 10/09/2015 realizamos vistoria no local e constatamos que foi executada a etapa que compreende o alteamento da barragem e a construção da primeira bacia de dissipação, como consta no projeto apresentado ao DAEE. A segunda bacia de dissipação proposta não foi executada. Dessa forma, lavramos o Auto de Inspeção BMT/BMAT n° 069/2015-05;

Pois bem. Apesar de demonstrado todos os fatos, não houve acolhimento dos embargos dos Agravantes para dirimir a contradição existente, passando-se portanto a Magistrada a dar razão ao Agravado, na melhor aplicação do ditado: "água mole em pedra dura, tanto bate até que fura". Isso é inadmissível.

Na petição de fls 594, o Agravado CONFESSA que: item 1. É fato que em existindo Sentença Condenatória, é certo que há uma obrigação a ser cumprida. 2. É fato também que certamente se o Réu dispusesse de dita quantia, teria adimplido a obrigação, pondo fim a demanda.

Em realidade, o Agravado nunca pretendeu cumprir com a obrigação de fazer. Postergou o feito o quanto pôde, a fim de tentar empurrar a condenação para o antigo proprietário, de quem ele comprou o imóvel.

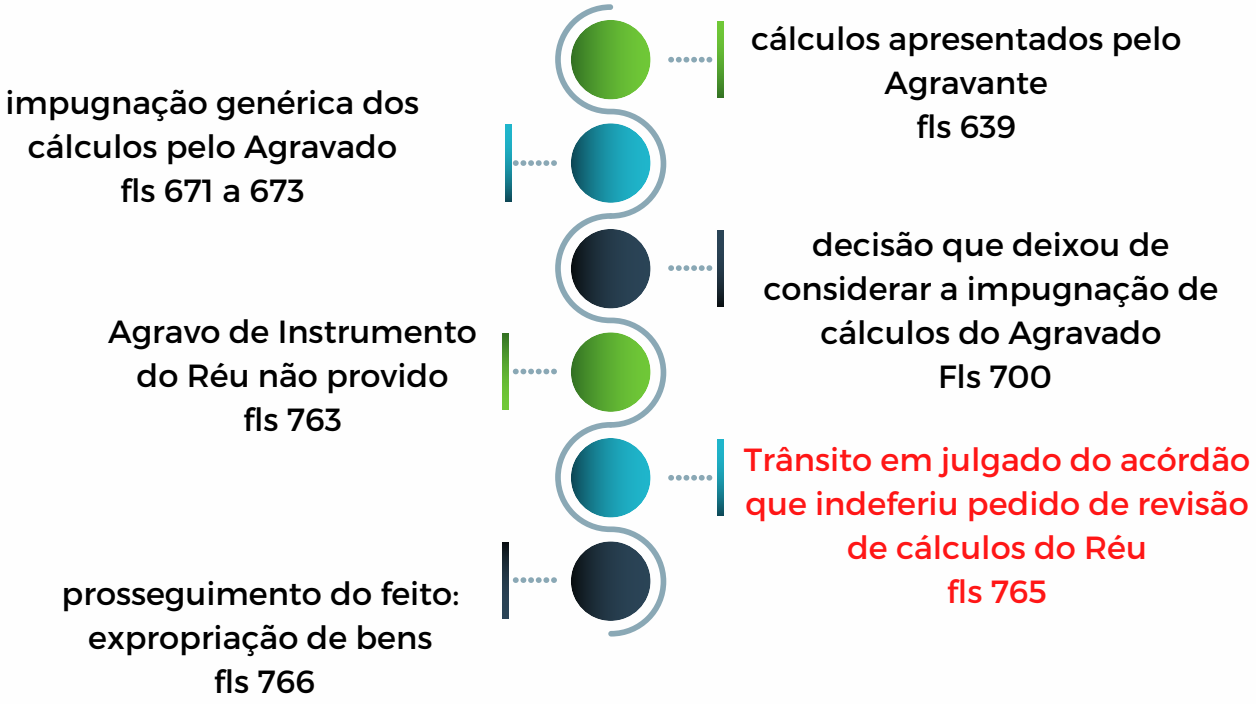
Tanto que moveu ação regressiva contra o antigo proprietário, venceu a demanda, mas não o executou, pretendendo que ele pagasse diretamente aos Agravantes o valor de R$35.000,00 para encerrar a presente demanda - o que não foi aceito pelos mesmos por ser absurdo (fls 493)

Tentou através de apelação, mandado de segurança e até mesmo ação rescisória, reverter a sentença condenatória.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA YUMI KOGA BARALDI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/11/2021 às 12:39 , sob o número WAIA21701078953
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 8C04BBC.

IV - DO DIREITO ADQUIRIDO E DA COISA JULGADA. PRINCÍPIO DA SEGURANÇA JURÍDICA

Vejam, Excelências, que a questão a ser combatida, sequer se refere à discussão de mérito, que não poderia ser rediscutida,, mas sim, fere questão processual, tendo em vista que:



Admitir após mais de 3 anos que a multa diária é incabível, rediscutindo o mérito após trânsito em julgado das decisões, é ferir o direito adquirido dos Agravantes e atentar contra a coisa julgada!

Especialmente no artigo 507 do CPC, há previsão de que "É vedado à parte discutir no curso do processo as questões já decididas a cujo respeito se operou a preclusão".

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA YUMI KOGA BARALDI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/11/2021 às 12:39 , sob o número WAIA21701078953
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 8C04BBC.

É cristalino que, com o trânsito em julgado do v. acórdão, houve a preclusão consumativa do direito do Agravado de rediscutir os cálculos apresentados pelos Agravantes, motivo pelo qual, se dirigem os Agravantes a esse E. Tribunal, para ver reformada a decisão de 1º grau.

V - DO MÉRITO, EM SÍNTESE

Embora não seja o objetivo rediscutir o mérito, os Agravantes apresentarão suas razões, em breve síntese:

Alegação do Agravado: pretende exclusão da multa diária aplicada, sob argumento de que havia fato impeditivo para cumprimento da obrigação de fazer – especialmente o Termo de Ajustamento de Conduta firmado com o MP Ambiental de Atibaia.

a. Fls 257 a 261 – Termo de Ajuste de Conduta firmado em 26.01.11 pelo Agravado, item 9;



Ministério Público Ambiental **TAC**

O MINISTÉRIO PÚBLICO ***poderá, a qualquer tempo, diante de novas informações ou se assim as circunstâncias o exigirem, retificar ou complementar este compromisso***, determinando outras providências que se fizerem necessárias, sob pena de invalidade imediata deste termo, ficando autorizado, nesse caso, a dar prosseguimento ao Inquérito Cível eventualmente arquivado pelo Conselho Superior do Ministério Público em decorrência deste instrumento. fls 242

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA YUMI KOGA BARALDI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/11/2021 às 12:39 , sob o número WAIA21701078953
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 8C04BBC.

b. DAEE (Departamento de Águas) requereu complementação de documentos para aprovação da obrigação de fazer (fls 265);

Pedido de complementação de documentos

DAEE

Piracicaba: 21 de junho de 2012.

Tramitam neste Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE, Autos em nome de Raul Donato Mendes, CPF 252.972.718-00, que tratam de um **requerimento de outorga** de uso de recursos hídricos para **regularização** de um barramento e outro de obra ou serviço de proteção do leite. Protocolos DAEE/MBT/BMAT n 411/2011, localizado na Estrada do Mackenzie s/n, Sítio Primavera - Gleba I - bairro do Itapetinga, município de Atibaia, SP.

Após análise da documentação apresentada, constatou-se a necessidade de sua complementação com apresentação dos documentos abaixo relacionados (segue)...

c. Fls 297 o MP Ambiental requer a entrega do projeto para regularizar a obra;

REGULARIZAÇÃO DE OBRA - MPAmbiental

Apraz-me cumprimentar Vossa Senhoria na oportunidade em que lhe cientifico da Instauração de Inquérito Civil n 301/11, com a finalidade de apurar possível intervenção em curso d´água para fins do disposto no artigo 108 da Lei Complementar Estadual n 734/93 (Ato Normativo n 484/06 - CPJ, arts 20 e 21), conforme Portaria em anexo, **solicitando, no prazo de 30 dia**s, a comprovação da apresentação aos órgãos ambientais competentes de **projetos técnicos tendentes a regularizar** as indevidas interferências em área de preservação permanente
(ofício 462/11, 27 de setembro de 2011)

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA YUMI KOGA BARALDI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/11/2021 às 12:39 , sob o número WAIA21701078953
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 8C04BBC.

c. Fls 296, a Prefeitura de Atibaia, autoriza a realização da obra em 07.11.12;



Prefeitura de Atibaia

AUTORIZAÇÃO

A Prefeitura da Estância de Atibaia, representada neste ato pelo funcionário que subscreve, tendo em vista o requerimento de uma autorização emergencial para reparos de um canal e de uma barragem, localizados na Estrada do Mackenzie s/n - Ribeirão dos Porcos, efetuado pelo responsável técnico, Engenheiro Oswaldo Barone Filho, e considerando toda a documentação apresentada, *fica o Senhor Renil Willian Mendes* ***autorizado a executar*** *os serviços descritos no projeto e no pedido de licenciamento apresentado ao Departamento de Água e Energia Elétrica - DAEE, protocolado em 27.09.11.*

Esta autorização não exime o proprietários dos demais trâmites e compensações determinados pelo Departamento de meio Ambiente.

(Thiago Franco de Oliveira - engenheiro civil) 11.09.12

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA YUMI KOGA BARALDI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/11/2021 às 12:39 , sob o número WAIA21701078953
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 8C04BBC.

e. Fls 554 a 566 o E. Tribunal de Justiça de SP em decisão na ação rescisória proposto pelo Agravado afirma que não há impedimento da obrigação de fazer;

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
30a CÂMARA DA SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO
Ação rescisória 2096428-25.2014.8.26.0000



Também se mostra *desnecessária a participação do Ministério Público*, uma vez que a demanda envolve exclusivamente direito de vizinhança e a alteração determinada nada mais fez senão retornar o leito fluvial a sua condição natural anterior, sem qualquer repercussão negativa na área de preservação permanente dos imóveis.

Além disso, conforme constou expressamente no item 9 do Termo de Ajustamento de Conduta referido pelo Autor, firmado antes da prolação da sentença em setembro de 2011, " *O* **Ministério Público poderá, a qualquer tempo,** *diante de novas informações ou se assim as circunstâncias o exigirem, retificar ou complementar este compromisso, determinando outras providências que se fizerem necessárias, sob pena de invalidade imediata deste termo, ficando autorizado, nesse caso, a dar prosseguimento ao Inquérito Cível eventualmente arquivado pelo Conselho Superior do Ministério Público em decorrência deste instrumento. fls 242*"

Dessa forma, considerando que a **decisão judicial transitada em julgado é circunstância que *impõe necessariamente a modificação do Termo de Ajustamento,*** não há que se falar em necessidade de anuência do Ministério Público, bastante a parte levar ao conhecimento do Parquet a existência do título judicial.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA YUMI KOGA BARALDI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/11/2021 às 12:39 , sob o número WAIA21701078953
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 8C04BBC.

a. DAEE em 27.06.16 (fls 615) fiscaliza o Agravado e afirma que o Agravado iniciou as obras mas não a concluiu; e que possuía autorização para a obra desde 23.10.12 – tendo sido inclusive publicada no Diário Oficial fls 542.



DAEE
Departamento de Águas

Uma vez procedida a análise técnica, foi publicada no D.O.E a Portaria DAEE n 2404, de 23 de outubro de 2012 **AUTORIZANDO o Sr. Raul Donato Mendes** a interferir em **recursos hídricos** no Sítio Primavera. De acordo com o Artigo 2o da referida Portaria, a emissão da outorga ficou condicionada à execução de obras de adequação do barramento; fls 615 e 616

Observamos também um intenso processo erosivo nas margens e leito do rio e curso d´água, ao longo do canal que percorre o trecho da propriedade, ***fazendo-se imprescindível a continuidade da obra de*** proteção ao leito para combate à erosão.

Ora, se o cumprimento da obrigação NÃO se deu por forma espontânea, é cabível a multa diária, vez que a mesma serve para fazer cumprir o comando sentencial em determinado prazo.

Já a indenização por perdas e danos, refere-se exclusivamente a perda de área útil dos Agravantes, fato que não poderá ser revertido.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA YUMI KOGA BARALDI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/11/2021 às 12:39 , sob o número WAIA21701078953
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 8C04BBC.

Pretender a exclusão da multa diária que fora aplicada, a essa altura, implicaria em se parabenizar o Executado pelo seu êxito em protelar o feito durante 10 anos, sem nenhum tipo de sanção! Cabe ressaltar que o Agravado foi advertido diversas vezes por sua conduta desleal ao litigar.

Ademais, o desvio do curso continua existindo e precisará ser canalizado, o que persiste como prejuízo para os Agravantes.

VI - SÍNTESE DO LITÍGIO

1 - Agravantes pleitearam a obrigação de fazer consistente na conversão do leito do rio ao local original, danos materiais e aplicação de multa diária em caso de descumprimento;

2 - Houve decisão condenatória com trânsito em julgado da obrigação de fazer, pagamento e aplicação de multa diária de R$200,00/dia após o 60o dia;

3 - Inércia do Agravado alegando não pode cumprir com a obrigação de fazer por ter firmado um TAC com o MPAmbiental.

4 - Após anos de espera, os Agravantes concordam a conversão da obrigação de fazer em perdas e danos.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA YUMI KOGA BARALDI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/11/2021 às 12:39 , sob o número WAIA21701078953
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 8C04BBC.

5- Houve a penhora do imóvel no valor de R$828.266.63 deferida em 2014 e efetivada em 2018.

6- Agravado impugna genericamente os cálculos apresentados pelos Agravantes.

7 - MM. Juízo deixa de apreciar o pedido de revisão de cálculos do Agravado.

8 - Agravado interpõe A.I da decisão que indeferiu a revisão de cálculos.

9 - Há o trânsito em julgado do Agravo que indeferiu o pedido de revisão de cálculos.

10 - Início da fase de expropriação de bens (3 leilões realizados)

11 - Petição do Agravado em 2021, rediscutindo o cálculo para exclusão de multa diária.

12 - Decisão agravada, que acolheu o pedido do Agravado para exclusão da multa.

13 - Embargos de declaração dos Agravantes a fim de dirimir a contradição existente entre as decisões.

14 - MM. Juízo não acolhe os embargos dos Agravantes, alterando o valor dos cálculos.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA YUMI KOGA BARALDI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/11/2021 às 12:39 , sob o número WAIA21701078953
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 8C04BBC.

Resumidamente: 

✓ nunca houve causa impeditiva para cumprimento da obrigação de fazer, tanto que as obras foram iniciadas;

✓ há trânsito em julgado da r. decisão que indeferiu a revisão de cálculos pelo Agravado;

✓ não se pode portanto, rediscutir o mérito, excluindo a multa diária do cálculo tendo em vista que há decisão transitada em julgado acerca do indeferimento da revisão pleiteada pelo Agravado.

Requerem portanto, seja o Agravo de Instrumento acolhido e provido, no sentido de se reformar a r. decisão de fls 1143 e 1144 que excluiu a multa diária do valor já consumado pela preclusão como o valor devido pelo Agravado.

VI - DOS PEDIDOS

Demonstrada a existência de contradição entre o acórdão de fls 765 e a decisão de revisão dos cálculos para exclusão da multa diária, requer a esse D. Tribunal que:

- a) Seja o Agravo de Instrumento acolhido e provido a fim de reformar a r. decisão de fls 1143 e 1144, que excluiu a multa diária dos cálculos já consolidados pelo trânsito em julgado.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA YUMI KOGA BARALDI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/11/2021 às 12:39 , sob o número WAIA21701078953
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 8C04BBC.

- b) Consequentemente, que sejam MANTIDOS os cálculos de fls 639, e o valor apresentado pelos Agravante de R$828.266,63, os quais reiteram, visto que decisão atual em sentido contrário, irá ferir o TRÂNSITO EM JULGADO, a COISA JULGADA e DIREITO ADQUIRIDO, em desobediência clara ao estabelecido na CF, artigo 5º Inciso XXXVI

Termos em que,
pede deferimento.
São Paulo, 19 de Novembro de 2021

documento assinado digitalmente
MELISSA YUMI KOGA BARALDI
OAB/SP 211.408

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA YUMI KOGA BARALDI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/11/2021 às 12:39 , sob o número WAIA21701078953
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 8C04BBC.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

DESPACHO

Agravo de Instrumento Processo nº **2270849-47.2021.8.26.0000**

Relator(a): **MARIA LÚCIA PIZZOTTI**

Órgão Julgador: **30ª Câmara de Direito Privado**

AGRAVANTES: VALÉRIA BARALDI e JOSÉ RENATO BARALDI
AGRAVADO: RAUL DONATO MENDES
INTERESSADO: ESPÓLIO DE GABRIELE BARALDI
COMARCA: ATIBAIA
PROCESSO DE ORIGEM: 0010369-26.2011.8.26.0048

Vistos.

Trata-se de **agravo**, interposto na modalidade de **instrumento**, contra r. decisão que acolheu o pedido do agravado de afastamento da multa, resultando em um cálculo no valor de R$ 206.532,23 e não, o montante informado pelos agravantes exequentes, no importe de R$ 825.266,23. Entendendo, a i. Magistrada *a quo*, que havia uma questão pendente de análise, qual seja, a causa impeditiva ao cumprimento da obrigação de fazer, excluindo-se a multa diária do cálculo exequendo.

Aduz a parte agravante, em síntese, que diante da inércia do agravado em cumprir a obrigação de fazer (desvio do rio), houve a conversão para perda e danos e a consequente inclusão da multa diária pelo descumprimento da obrigação. Alega que a indenização por perdas e danos se refere exclusivamente à perda de área útil dos agravantes que não poderão construir na área de 30m a partir do leito do rio e não pelo prejuízo sofrido diante do desabamento de suas construções e sua regularização. Afirma que mesmo que o agravado pague pela destruição das construções que havia no local (muro de divida, galinheiro, curral), o curso do rio permanecerá irregular, invadindo o terreno dos agravantes que terão que proceder à regularização da área com novas medições (contratação de topógrafo) e reconstruir a divisa entre os terrenos.

Argumenta que o **Ministério Público quando da elaboração do TAC** (Termo de Ajuste de Conduta) (firmado antes da r. sentença) constou que poderia ser adequado ao cumprimento da decisão judicial e até mesmo na **ação rescisória, este e. Tribunal** observou que não havia qualquer fato impeditivo para a realização da obra, tanto que o agravado chegou a dar início às obras (desvio do rio). Alega que há mais de dez anos, não houve a satisfação da obrigação, muito menos o pagamento integral do débito. Sustenta que o agravado interpôs diversos recursos, não tendo tido êxito em nenhum deles, no intuito de postergar o pagamento do valor exequendo e que somente agora obteve a redução do valor, o qual anteriormente (decisão transitada em julgado) fora definido em R$ 825.266,13. Pede a reversão da r. decisão agravada, considerando o montante devido no importe supracitado.

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por MARIA LUCIA RIBEIRO DE CASTRO PIZZOTTI MENDES. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 8C2EDC4.
Este documento é cópia do original assinado digitalmente por MARIA LUCIA RIBEIRO DE CASTRO PIZZOTTI MENDES. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 8C2EDC4.

Pois bem.

Nenhum efeito foi pretendido neste recurso, contudo, prudente, diante das questões apontadas neste agravo, a concessão, de ofício, do efeito suspensivo até o julgamento deste recurso.

Desta forma, **CONCEDO, de ofício, o efeito suspensivo**, obstando o andamento da ação de origem, até seu julgamento deste recurso.

Comunique-se ao r. Juízo *a quo*, **solicitando informações acerca do trânsito em julgado da decisão quanto ao valor exequendo, objeto deste agravo**, ficando desde logo autorizada a comunicação pela via eletrônica, bem como, **intime-se o agravado, por meio de seus patronos, para apresentação de contraminuta nos termos do art. 1019, II, do CPC**.

Decorrido o prazo, tornem-me.

Int.

São Paulo, 19 de novembro de 2021.

MARIA LÚCIA PIZZOTTI
Relator

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por MARIA LUCIA RIBEIRO DE CASTRO PIZZOTTI MENDES. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 8C2EDC4.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ATIBAIA
FORO DE ATIBAIA
1ª VARA CÍVEL
Rua Dr. José Roberto Paim, 99, Parque dos Coqueiros - CEP 12945-007,
Fone: (11) 3402-5547, Atibaia-SP - E-mail: atibaia1cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

DECISÃO

Processo Digital nº:	**0010369-26.2011.8.26.0048**
Classe - Assunto	**Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material**
Requerente:	**Gabriele Baraldi**
Requerido:	**Raul Donato Mendes**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Adriana da Silva Frias Pereira**

Vistos.

1) Fls. 1199/1200: Ciente da interposição do recurso, ficando mantida a decisão agravada por seus próprios fundamentos.

2) Ante a concessão de efeito suspensivo, aguarde-se julgamento do recurso interposto.

3) Encaminheim-se as informações prestadas nesta data com as cautelas de praxe e homenagens de estilo.

Intime-se.

Atibaia, 29 de novembro de 2021.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ADRIANA DA SILVA FRIAS PEREIRA, liberado nos autos em 29/11/2021 às 16:07 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 8CCABE4.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ATIBAIA
FORO DE ATIBAIA
1ª VARA CÍVEL
Rua Dr. José Roberto Paim, 99, Parque dos Coqueiros - CEP 12945-007,
Fone: (11) 3402-5547, Atibaia-SP - E-mail: atibaia1cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

I N F O R M A Ç Õ E S D E A G R A V O D E I N S T R U M E N T O

Processo Digital nº:	**0010369-26.2011.8.26.0048**
Classe - Assunto	**Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material**
Requerente:	**Gabriele Baraldi**
Requerido:	**Raul Donato Mendes**

AGRAVO DE INSTRUMENTO nº 2270849-47.2021.8.26.0000
Seção de Processamento da 30ª Câmara de Direito Privado

Exma. Sra. Relatora

Venho pelo presente prestar as seguintes informações nos autos do Agravo de Instrumento supra referido, atendendo à determinação de fls. 149/150, informando que, conforme peças dos autos principais (número de fls. aqui referido), a agravante apresentou o cálculo às fls. 637/642, seguindo-se à impugnação genérica do executado (fls. 671/673), que deixou de ser apreciada nesta seara justamente por faltar-lhe parâmetros demonstrando incorreções ou excessos por parte da exequente (fls. 700).

O executado então agravou da decisão proferida (fls. 741), porém seu recurso não foi conhecido (fls. 761/763), transitando em julgado em 13.03.2020 (fls. 765).

Seguiram-se, então, várias manifestações das partes, e o executado então apresentou impugnação ao saldo devedor, agora apresentando o valor que entendia devido (fls. 1.140/1.141), destacando, no mais, a existência de ação, quanto à conversão da obrigação de fazer, em perdas e danos, e seus reflexos a esta execução.

Proferi, então, a Decisão aqui agravada, que analisou não apenas o pedido de fls. 1.140/1.141, mas também o incidente em apenso, de cumprimento de sentença, reconhecendo que a pretensão de conversão da obrigação de fazer, em indenização por perdas e danos, atingia a própria obrigação de fazer (ou seja, a obrigação de reverter o curso do rio) e, em consequência a multa fixada para o descumprimento daquela obrigação.

Eram estas as informações que me cabia prestar, seguidas de senha para acesso aos autos: oqyctx.

Protesto por votos de estima e consideração e coloco-me à disposição de Vossa

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ADRIANA DA SILVA FRIAS PEREIRA, liberado nos autos em 29/11/2021 às 16:07 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 8CCABEE.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ATIBAIA
FORO DE ATIBAIA
1ª VARA CÍVEL
Rua Dr. José Roberto Paim, 99, Parque dos Coqueiros - CEP 12945-007,
Fone: (11) 3402-5547, Atibaia-SP - E-mail: atibaia1cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

Excelência e da Colenda Câmara para outras informações.

Intime-se.

Atibaia, 29 de novembro de 2021.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ADRIANA DA SILVA FRIAS PEREIRA, liberado nos autos em 29/11/2021 às 16:07 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 8CCABEE.

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0840/2021, encaminhada para publicação.

Advogado	Forma
Melissa Yumi Koga Baraldi (OAB 211408/SP)	D.J.E
Duenes do Carmo Silva (OAB 209712/SP)	D.J.E
Arthur da Motta Trigueiros Neto (OAB 237457/SP)	D.J.E
Fernando Jose Cerello Gonçalves Pereira (OAB 268408/SP)	D.J.E

Teor do ato: "Vistos. 1) Fls. 1199/1200: Ciente da interposição do recurso, ficando mantida a decisão agravada por seus próprios fundamentos. 2) Ante a concessão de efeito suspensivo, aguarde-se julgamento do recurso interposto. 3) Encaminheim-se as informações prestadas nesta data com as cautelas de praxe e homenagens de estilo. Intime-se."

Atibaia, 30 de novembro de 2021.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 30/11/2021 às 01:01 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 8CDA7F7.

Entregue: Agravo de Instrumento nº 2270849-47.2021.8.26.0000 Proc. 0010369-26.2011.8.26.0048

Microsoft Outlook
<MicrosoftExchange329e71ec88ae4615bbc36ab6ce41109e@tjsp.onmicrosoft.com>

Ter, 30/11/2021 12:27

Para: SJ 3.3.3.2 - 30 CAMARA DIREITO PRIVADO <sj3.3.3.2@tjsp.jus.br>

A sua mensagem foi entregue aos seguintes destinatários:

SJ 3.3.3.2 - 30 CAMARA DIREITO PRIVADO (sj3.3.3.2@tjsp.jus.br)

Assunto: Agravo de Instrumento nº 2270849-47.2021.8.26.0000 Proc. 0010369-26.2011.8.26.0048

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA APARECIDA DA SILVA, liberado nos autos em 30/11/2021 às 12:30 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 8CE5D34.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo, constante da relação nº 0840/2021, foi disponibilizado no Diário de Justiça Eletrônico em 01/12/2021. Considera-se a data de publicação em 02/12/2021, primeiro dia útil subsequente à data de disponibilização.

Advogado
Melissa Yumi Koga Baraldi (OAB 211408/SP)
Duenes do Carmo Silva (OAB 209712/SP)
Arthur da Motta Trigueiros Neto (OAB 237457/SP)
Fernando Jose Cerello Gonçalves Pereira (OAB 268408/SP)

Teor do ato: "Vistos. 1) Fls. 1199/1200: Ciente da interposição do recurso, ficando mantida a decisão agravada por seus próprios fundamentos. 2) Ante a concessão de efeito suspensivo, aguarde-se julgamento do recurso interposto. 3) Encaminheim-se as informações prestadas nesta data com as cautelas de praxe e homenagens de estilo. Intime-se."

Atibaia, 1 de dezembro de 2021.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 01/12/2021 às 01:48 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 8CF9428.

EXCELENTÍSSIMA SENHORA DOUTORA JUIZA DE DIREITO DA 1ª. VARA CÍVEL DA COMARCA DE ATIBAIA.

Processo 0010369-26.2011.8.26.0048-Indenização por dano material
Requerentes: Espólio de Gabriele Baraldi
Requerido: Raul Donato Mendes

RAUL DONATO MENDES, brasileiro, trabalhador rural, portador do RG. 27.233.858-9 – SSP/SP., e do CPF 252.972.718-00, residente e domiciliado na Estrada Municipal do Mackenzie – 3000 – Sítio Primavera - Bairro Itapetinga – CEP 12948-490 – ATIBAIA, SP., vem respeitosamente a presença de Vossa Excelência, por sua advogada juntar comprovante de depósito Judicial do valor fixado na sentença a título de indenização por danos materiais, no valor de R$ 53.800,00 (cinquenta e três mil e oitocentos reais).

Conforme informado nos autos, o Requerido não possui conta bancária, nunca possuiu cartão de crédito, não possui rendimentos fixos, vez que trabalha em regime de economia familiar no cultivo de mudas de rosas, sem registro na CTPS, logo, **não teria capacidade financeira** de dispor de dita quantia.

Em razão disso, o depósito foi efetuado diretamente da conta do irmão Renil Willian Mendes.

Aguarda pela manifestação dos autores.

Termos em que,
Pede Deferimento.

Atibaia, 05 de maio de 2022.

Duenes do Carmo Silva
OAB.SP. 209712

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 05/05/2022 às 13:59 , sob o número WAIA22700399340
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 98F4261.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SAO PAULO

GUIA DE DEPÓSITO JUDICIAL VIA BOLETO DE COBRANÇA

Autor: GABRIELE BARALDI

Réu: Raul Donato Mendes

Atibaia Foro De Atibaia - Cartório Da 1ª Vara Cível

Processo: 00103692620118260048 - ID 081020000123425847

GUIA C/ NúM. CONTA JUDICIAL DISPONíVEL NO DIA SEGUINTE AO

PGTO EM WWW.BB.COM.BR>GOVERNO>JUDICIARIO>GUIA DEP.JUDICIAL

Texto de Responsabilidade do Depositante: Depósito do valor

principal fixado em sentença.

Recibo do Pagador

BANCO DO BRASIL | **001-9** | **00190.00009 02836.585014 02457.773170 7 90360005380000**

Nome do Pagador/CPF/CNPJ/Endereço
RENIL WILLIAN MENDES CPF: 252.978.918-50
TRIBUNAL DE JUSTICA. SP - PROCESSO: 00103692620118260048 - 51174001000193, Atibaia Foro De Atibaia - Cartório Da 1ª Vara Cível

Beneficiário Final
TRIBUNAL DE JUSTICA. SP - 51174001000193

Nosso-Número	Nr. Documento	Data de Vencimento	Valor do Documento	(=) Valor Pago
28365850102457773	81020000123425847	04/07/2022	53.800,00	53.800,00

Nome do Beneficiário/CPF/CNPJ/Endereço
BANCO DO BRASIL S/A

Agência/Código do Beneficiário
2234 / 99747159-X

Autenticação Mecânica

BANCO DO BRASIL | **001-9** | **00190.00009 02836.585014 02457.773170 7 90360005380000**

Local de Pagamento
PAGAR PREFERENCIALMENTE NOS CANAIS DE AUTOATENDIMENTO DO BANCO DO BRASIL

Data de Vencimento
04/07/2022

Nome do Beneficiário/CPF/CNPJ
BANCO DO BRASIL S/A

Agência/Código do Beneficiário
2234 / 99747159-X

Data do Documento	Nr. Documento	Espécie DOC	Aceite	Data do Processamento	Nosso-Número
04/05/2022	81020000123425847	ND	N	04/05/2022	28365850102457773

Uso do Banco	Carteira	Espécie	Quantidade	xValor	(=) Valor do Documento
81020000123425847	17	R$			53.800,00

Informações de Responsabilidade do Beneficiário
GUIA DE DEP SITO JUDICIAL. ID Nr. 081020000123425847 Comprovante c/ n° Conta Judicial disponível no dia seguinte ao pgto, pelo site www.bb.com.br, opção S etor Público> Judiciário>Guia Dep.Jud.>Comprovante Pag.Dep

(-) Desconto/Abatimento

(+) Juros/Multa

(=) Valor Cobrado
53.800,00

Nome do Pagador/CPF/CNPJ/Endereço
RENIL WILLIAN MENDES CPF: 252.978.918-50
TRIBUNAL DE JUSTICA. SP - PROCESSO: 00103692620118260048 - 51174001000193, Atibaia Foro De Atibaia - Cartório Da 1ª Vara Cível

Beneficiário Final
TRIBUNAL DE JUSTICA. SP - 51174001000193

Código de Baixa

Autenticação Mecânica - **Ficha de Compensação**

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 05/05/2022 às 13:59 , sob o número WAIA22700399340
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 00103692620118260048 e código 98F4268.



pagamento realizado

R$ 53.800,00
valor pago via boleto

para
Sistema Djo . Deposito Judicial
cnpj: 00.000.000/4906-95

de
Renil Willian Mendes
341 Itaú Unibanco S/A - 0030 | 58523 - 6
cpf: 252.978.918-50

realizado em
05/05/2022 às 13:17:07

ver comprovante

compartilhar

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 05/05/2022 às 13:59 , sob o número WAIA22700399340
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 00103369-26.2011.8.26.0048 e código 98F4270.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ATIBAIA
FORO DE ATIBAIA
1ª VARA CÍVEL
Rua Dr. José Roberto Paim, 99, Parque dos Coqueiros - CEP 12945-007,
Fone: (11) 3402-5547, Atibaia-SP - E-mail: atibaia1cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às17h00min

ATO ORDINATÓRIO

Processo Digital nº:	**0010369-26.2011.8.26.0048**
Classe – Assunto:	**Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material**
Requerente:	**Gabriele Baraldi**
Requerido:	**Raul Donato Mendes**

CERTIDÃO - Ato Ordinatório

Certifico e dou fé que, nos termos do art. 203, § 4º, do CPC, preparei para remessa ao Diário da Justiça Eletrônico o(s) seguinte(s) ato(s) ordinatório(s):
Manifeste-se o requerente quanto petição de fls. 1238/1240.
Nada Mais. Atibaia, 05 de maio de 2022. Eu, ___, Alexandre Marques Munhoz, Chefe de Seção Judiciário.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ALEXANDRE MARQUES MUNHOZ, liberado nos autos em 05/05/2022 às 18:44 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 98FD038.

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0350/2022, encaminhada para publicação.

Advogado	Forma
Melissa Yumi Koga Baraldi (OAB 211408/SP)	D.J.E
Duenes do Carmo Silva (OAB 209712/SP)	D.J.E
Arthur da Motta Trigueiros Neto (OAB 237457/SP)	D.J.E
Fernando Jose Cerello Gonçalves Pereira (OAB 268408/SP)	D.J.E

Teor do ato: "Manifeste-se o requerente quanto petição de fls. 1238/1240."

Atibaia, 6 de maio de 2022.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 06/05/2022 às 00:44 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 99013D9.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DO FORO DA COMARCA DE ATIBAIA, SP.

Processo número 0010369-26.2011.8.26.0048
"Indenização por dano material)

ESPÓLIO DE GABRIELE BARALDI, representado por seus herdeiros **VALÉRIA BARALDI E JOSÉ RENATO BARALDI**, já qualificado nos autos que move em desfavor de **RAUL DONATO MENDES,** por sua advogada subscritora, vem, respeitosamente à presença de Vossa Excelência **requerer o levantamento do valor de R$53.800,00** (cinquenta e três mil e oitocentos reais) depositado às fls 1239/1240, conforme os Mandados de Levantamento Eletrônico anexos, devidamente preenchidos.

Em tempo, considerando que o valor da dívida de R$828.266,63 foi fixado no mês de outubro de 2018 para fins de averbação de penhora – fls 647 a 650 - requer a atualização monetária

Melissa Yumi Koga Baraldi
mel.adv2007@gmail.com
(11) 98115-5135
(11) 98115-5135

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA YUMI KOGA BARALDI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 06/05/2022 às 09:48 , sob o número WAIA22700402707
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 99081F2.

do débito, bem como a atualização monetária do imóvel penhorado **pela contadoria judicial**, a fim de se evitar discussões entre as partes.

Há entendimento do E.STJ no sentido de que o envio dos autos à contadoria judicial para atualização monetária, **é ato de mero expediente, portanto irrecorrível**, vez que não causa prejuízo às partes:

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE EXECUÇÃO. PEDIDO DE NOVA AVALIAÇÃO DO IMÓVEL RURAL. PRECLUSÃO. ADJUDICAÇÃO DO BEM. NECESSIDADE DE PRÉVIA MANIFESTAÇÃO DO EXECUTADO. **ATUALIZAÇÃO DA DÍVDA E DO VALOR DO BEM PENHORADO PELA CONTADORIA DO JUÍZO. REMESSA DOS AUTOS À CONTADORIA. ATO DE MERO EXPEDIENTE.**

(...) A princípio, compreendo que não deve ser conhecida a insurgência contra a remessa dos autos à Contadoria Judicial, para atualização do valor do débito e da atualização da avaliação do imóvel. Na espécie, conforme determinado pelo juízo, ***caberá à contadoria tão somente a atualização monetária do valor do débito e do valor do bem penhorado. Em*** *verdade, não será realizada uma nova avaliação no imóvel, como quer fazer crer o agravante. Impede destacar que a providência apenas impulsiona o processo e não* ***imputa qualquer gravame ou ônus financeiro às partes, consubstanciando despacho de mero expediente, o que não enfrenta, por conseguinte, a interposição de recurso.*** *(Resp 199.305/RJ, Rel. Ministro JOSÉ DELGADO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 16/03/1999, DJ 07/-6/1999,p.61)*

Do valor atualizado da dívida deverá ser abatido o montante de R$53.800,00 (cinquenta e três mil e oitocentos reais) depositado pelo Executado.

Melissa Yumi Koga Baraldi
mel.adv2007@gmail.com
(11) 98115-5135
(11) 98115-5135

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA YUMI KOGA BARALDI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 06/05/2022 às 09:48 , sob o número WAIA22700402707
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 99081F2.

MELISSA YUMI KOGA BARALDI
ADVOCACIA

Termos em que
pede e aguarda deferimento.

São Paulo, 06 de Maio de 2022.

documento assinado digitalmente

MELISSA YUMI KOGA BARALDI

OAB/SP 211.408

Melissa Yumi Koga Baraldi
@ mel.adv2007@gmail.com
(11) 98115-5135
(11) 98115-5135

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA YUMI KOGA BARALDI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 06/05/2022 às 09:48 , sob o número WAIA22700402707
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 99081F2.

FORMULÁRIO MLE – MANDADO DE LEVANTAMENTO ELETRÔNICO

(1 Formulário para cada beneficiário. Válido para depósitos a partir de 01/03/2017)

Número do processo *(padrão CNJ)*: **0010369-26.2011.8.26.0048**

Nome do beneficiário do levantamento: JOSÉ RENATO BARALDI

CPF/CNPJ: 278.447.828-97

Tipo de Beneficiário:

(X) Parte

( ) Advogado – OAB/___ nº_____ - Procuração nas fls. ____

( ) Procurador/Representante Legal – Procuração nas fls. ____

( ) Terceiro

Tipo de levantamento: (X) Parcial

( ) Total

Nº da página do processo onde consta comprovante do depósito:1239 e 1240

Valor nominal do depósito (posterior a 01/03/2017): R$26.900,00

Tipo de levantamento:

( ) I - Comparecer ao banco [valores até R$ 5.000,00 – isento de tarifa];

( ) II - Crédito em conta do Banco do Brasil* [Qualquer valor. Isento de tarifa];

(X) III – Crédito em conta para outros bancos* [Qualquer valor. Será cobrada tarifa correspondente à TED/DOC];

( ) IV – Recolher GRU;

( ) V – Novo Depósito Judicial.

***Para as opções "II - Crédito em conta do Banco do Brasil" e "III – Crédito em conta para outros bancos", será necessário informar os seguintes dados bancários:**

Nome do titular da conta: JOSÉ RENATO BARALDI

CPF/CNPJ do titular da conta: 278.447.828-97

Banco: BRADESCO Código do Banco: 237

Agência: 0548

Conta nº: 0115857-0 Tipo de Conta: (X) Corrente ( ) Poupança

Observações:

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA YUMI KOGA BARALDI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 06/05/2022 às 09:48 , sob o número WAIA22700402707
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 99081FC.

FORMULÁRIO MLE – MANDADO DE LEVANTAMENTO ELETRÔNICO

(1 Formulário para cada beneficiário. Válido para depósitos a partir de 01/03/2017)

Número do processo *(padrão CNJ)*: **0010369-26.2011.8.26.0048**

Nome do beneficiário do levantamento: VALÉRIA BARALDI

CPF/CNPJ:188.347.398-50

Tipo de Beneficiário:

(X) Parte

( ) Advogado – OAB/___ nº_____ - Procuração nas fls. ____

( ) Procurador/Representante Legal – Procuração nas fls. ____

( ) Terceiro

Tipo de levantamento: (X) Parcial

( ) Total

Nº da página do processo onde consta comprovante do depósito:1239 e 1240

Valor nominal do depósito (posterior a 01/03/2017): R$26.900,00

Tipo de levantamento:

( ) I - Comparecer ao banco [valores até R$ 5.000,00 – isento de tarifa];

( ) II - Crédito em conta do Banco do Brasil* [Qualquer valor. Isento de tarifa];

(X) III – Crédito em conta para outros bancos* [Qualquer valor. Será cobrada tarifa correspondente à TED/DOC];

( ) IV – Recolher GRU;

( ) V – Novo Depósito Judicial.

***Para as opções "II - Crédito em conta do Banco do Brasil" e "III – Crédito em conta para outros bancos", será necessário informar os seguintes dados bancários:**

Nome do titular da conta:VALÉRIA BARALDI

CPF/CNPJ do titular da conta:188.347.398-50

Banco: ITAÚ Código do Banco: 341

Agência:4088

Conta nº:12422-9 Tipo de Conta: (X) Corrente ( ) Poupança

Observações:

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA YUMI KOGA BARALDI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 06/05/2022 às 09:48 , sob o número WAIA22700402707
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 99081FF.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo, constante da relação nº 0350/2022, foi disponibilizado no Diário de Justiça Eletrônico em 09/05/2022. Considera-se a data de publicação em 10/05/2022, primeiro dia útil subsequente à data de disponibilização.

Advogado
Melissa Yumi Koga Baraldi (OAB 211408/SP)
Duenes do Carmo Silva (OAB 209712/SP)
Arthur da Motta Trigueiros Neto (OAB 237457/SP)
Fernando Jose Cerello Gonçalves Pereira (OAB 268408/SP)

Teor do ato: "Manifeste-se o requerente quanto petição de fls. 1238/1240."

Atibaia, 9 de maio de 2022.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 09/05/2022 às 01:39 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 992E441.

MELISSA YUMI KOGA BARALDI
ADVOCACIA

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DO FORO DA COMARCA DE ATIBAIA, SP.

Processo número 0010369-26.2011.8.26.0048

ESPÓLIO DE GABRIELE BARALDI, representado por seus herdeiros **VALÉRIA BARALDI E JOSÉ RENATO BARALDI**, já qualificado nos autos que move em desfavor de **RAUL DONATO MENDES,** por sua advogada subscritora, vem, respeitosamente à presença de Vossa Excelência**, reiterar** o **pedido de levantamento** do valor depositado às fls 1239/1240, conforme **MLEs já juntados**, bem como deferir a atualização do débito, conforme requerido.

Termos em que
pede e aguarda deferimento.
São Paulo, 18 de Maio de 2022.

documento assinado digitalmente

MELISSA YUMI KOGA BARALDI
OAB/SP 211.408

Melissa Yumi Koga Baraldi
mel.adv2007@gmail.com
(11) 98115-5135
(11) 98115-5135

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA YUMI KOGA BARALDI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 18/05/2022 às 10:58 , sob o número WAIA22700445724
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 9A1B273.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ATIBAIA
FORO DE ATIBAIA
1ª VARA CÍVEL
Rua Dr. José Roberto Paim, 99, Parque dos Coqueiros - CEP 12945-007,
Fone: (11) 3402-5547, Atibaia-SP - E-mail: atibaia1cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às17h00min

DECISÃO

Processo Digital nº:	**0010369-26.2011.8.26.0048**
Classe - Assunto	**Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material**
Requerente:	**Gabriele Baraldi**
Requerido:	**Raul Donato Mendes**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Adriana da Silva Frias Pereira**

Vistos.

Anoto que o valor depositado pelo executado é inferior ao valor devido, não importando em prejuízo a qualquer das partes, tampouco descumprimento da determinação que obstou o andamento do feito.

Considerando que a utilização da nova ferramenta (MLE) é obrigatória para o levantamento dos valores depositados a partir de 01/03/2017, conforme Comunicado Conjunto nº 0915/19, e diante dos formulários apresentados às fls. 1246/1247, expeça-se mandado de levantamento eletrônico.

Após, aguarde-se definição do recurso.

Intime-se.

Atibaia, 26 de maio de 2022.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ADRIANA DA SILVA FRIAS PEREIRA, liberado nos autos em 27/05/2022 às 17:04 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 9AEA683.

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0424/2022, encaminhada para publicação.

Advogado	Forma
Melissa Yumi Koga Baraldi (OAB 211408/SP)	D.J.E
Duenes do Carmo Silva (OAB 209712/SP)	D.J.E
Arthur da Motta Trigueiros Neto (OAB 237457/SP)	D.J.E
Fernando Jose Cerello Gonçalves Pereira (OAB 268408/SP)	D.J.E

Teor do ato: "Vistos. Anoto que o valor depositado pelo executado é inferior ao valor devido, não importando em prejuízo a qualquer das partes, tampouco descumprimento da determinação que obstou o andamento do feito. Considerando que a utilização da nova ferramenta (MLE) éobrigatóriapara o levantamento dos valores depositadosa partir de 01/03/2017, conforme Comunicado Conjunto nº 0915/19, e diante dos formulários apresentados às fls. 1246/1247, expeça-se mandado de levantamento eletrônico. Após, aguarde-se definição do recurso. Intime-se."

Atibaia, 30 de maio de 2022.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 30/05/2022 às 00:46 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 9B1F443.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo, constante da relação nº 0424/2022, foi disponibilizado no Diário de Justiça Eletrônico em 31/05/2022. Considera-se a data de publicação em 01/06/2022, primeiro dia útil subsequente à data de disponibilização.

Advogado
Melissa Yumi Koga Baraldi (OAB 211408/SP)
Duenes do Carmo Silva (OAB 209712/SP)
Arthur da Motta Trigueiros Neto (OAB 237457/SP)
Fernando Jose Cerello Gonçalves Pereira (OAB 268408/SP)

Teor do ato: "Vistos. Anoto que o valor depositado pelo executado é inferior ao valor devido, não importando em prejuízo a qualquer das partes, tampouco descumprimento da determinação que obstou o andamento do feito. Considerando que a utilização da nova ferramenta (MLE) éobrigatóriapara o levantamento dos valores depositadosa partir de 01/03/2017, conforme Comunicado Conjunto nº 0915/19, e diante dos formulários apresentados às fls. 1246/1247, expeça-se mandado de levantamento eletrônico. Após, aguarde-se definição do recurso. Intime-se."

Atibaia, 31 de maio de 2022.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 31/05/2022 às 01:39 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 9B3F88C.

PODER JUDICIARIO
TRIB.DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO - SP
ALVARA ELETRONICO DE PAGAMENTO N 20220530153246075320

Comarca	Vara/Serventia
ATIBAIA	1ª VARA CÍVEL
Numero do Processo	
00103692620118260048	
Autor	Reu
GABRIELE BARALDI	RAUL DONATO MENDES
CPF/CNPJ Réu	
252.972.718-00	
Data de Expedicao	Data de Validade
30/05/2022	27/09/2022

TOTAL DE PAGAMENTOS INFORMADOS NO MANDADO: 001

Numero da Solicitacao:	0001	Tipo Valor.....:	Valor em Real
Valor.....:	27.048,95	Calculado em.....:	31.05.2022
IR.....:	0,00	Tarifa.....:	0,00
Finalidade.....:	Transf. entre Bancos	Tipo Conta.....:	Cta Corrente
Banco.....:	000000341	Nome Banco.....:	ITAU UNIBANCO
Agência.....:	4088		
Conta/Dv.....:	00.000.012.422-9		
Tipo Pessoa Conta....:	Fisica	CPF Titular Conta:	188.347.398-50
Beneficiario.....:	VALERIA BARALDI		
CPF/CNPJ Beneficiario:	188.347.398-50		
Tipo Beneficiario....:	Fisica		
Conta/Pcl Resgatada..:	2300133213180 0001		
Conta/Pcl Resgatada..:	2300133213180 0002		

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ALEXANDRE MOTTA DELAMANO, liberado nos autos em 31/05/2022 às 15:29 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 9B53798.

PODER JUDICIARIO
TRIB.DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO - SP
ALVARA ELETRONICO DE PAGAMENTO N 20220530153105075318

Comarca	Vara/Serventia
ATIBAIA	1ª VARA CÍVEL
Numero do Processo	
00103692620118260048	
Autor	Reu
GABRIELE BARALDI	RAUL DONATO MENDES
CPF/CNPJ Réu	
252.972.718-00	
Data de Expedicao	Data de Validade
30/05/2022	27/09/2022

TOTAL DE PAGAMENTOS INFORMADOS NO MANDADO: 001

Numero da Solicitacao:	0001	Tipo Valor.....:	Valor em Real
Valor.....:	27.048,95	Calculado em.....:	31.05.2022
IR.....:	0,00	Tarifa.....:	0,00
Finalidade.....:	Transf. entre Bancos	Tipo Conta.....:	Cta Corrente
Banco.....:	000000237	Nome Banco.....:	BANCO BRADESCO
Agência.....:	548		
Conta/Dv.....:	00.000.115.857-0		
Tipo Pessoa Conta....:	Fisica	CPF Titular Conta:	278.447.828-97
Beneficiario.....:	JOSE RENATO BARALDI		
CPF/CNPJ Beneficiario:	278.447.828-97		
Tipo Beneficiario....:	Fisica		
Conta/Pcl Resgatada..:	2300133213180 0001		
Conta/Pcl Resgatada..:	2300133213180 0002		

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ALEXANDRE MOTTA DELAMANO, liberado nos autos em 31/05/2022 às 15:30 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 9B538CA.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
SJ 1.2.4.2 - Serv. de Entrada e Distrib. de Feitos Originários de Dir. Privado 3
Pátio do Colégio, nº 73 - Sala 707 - CEP: 01016-040

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO COM CONCLUSÃO

Processo nº:	**2270849-47.2021.8.26.0000**
Classe – Assunto:	**Agravo de Instrumento - Direito de Vizinhança**
Agravante:	**Valéria Baraldi e outro**
Agravado:	**Raul Donato Mendes**
Relator(a):	**MARIA LÚCIA PIZZOTTI**
Órgão Julgador:	**30ª Câmara de Direito Privado**

Agravo de Instrumento nº **2270849-47.2021.8.26.0000 .**

Entrado em: **19/11/2021**

Tipo da Distribuição: **Prevenção ao Magistrado**

Prevenção: 0244804-55.2012.8.26.0000

Impedimento: Magistrados impedidos Não informado

O presente processo foi distribuído nesta data, por processamento eletrônico, conforme descrito abaixo:

RELATOR: **Desª. Maria Lúcia Pizzotti**
ÓRGÃO JULGADOR: **30ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO**

São Paulo, 19/11/2021 14:58:31.

Maurício Gomes da Silva
Supervisor(a) do Serviço

CONCLUSÃO
Faço estes autos conclusos ao Des. MARIA LÚCIA PIZZOTTI.
São Paulo, 19 de novembro de 2021.

Maurício Gomes da Silva
Supervisor(a) do Serviço

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por [illegible]
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2270849-47.2021.8.26.0000 e código [illegible]



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

DESPACHO

Agravo de Instrumento Processo nº **2270849-47.2021.8.26.0000**

Relator(a): **MARIA LÚCIA PIZZOTTI**

Órgão Julgador: **30ª Câmara de Direito Privado**

AGRAVANTES: VALÉRIA BARALDI e JOSÉ RENATO BARALDI
AGRAVADO: RAUL DONATO MENDES
INTERESSADO: ESPÓLIO DE GABRIELE BARALDI
COMARCA: ATIBAIA
PROCESSO DE ORIGEM: 0010369-26.2011.8.26.0048

Vistos.

Trata-se de **agravo**, interposto na modalidade de **instrumento**, contra r. decisão que acolheu o pedido do agravado de afastamento da multa, resultando em um cálculo no valor de R$ 206.532,23 e não, o montante informado pelos agravantes exequentes, no importe de R$ 825.266,23. Entendendo, a i. Magistrada *a quo*, que havia uma questão pendente de análise, qual seja, a causa impeditiva ao cumprimento da obrigação de fazer, excluindo-se a multa diária do cálculo exequendo.

Aduz a parte agravante, em síntese, que diante da inércia do agravado em cumprir a obrigação de fazer (desvio do rio), houve a conversão para perda e danos e a consequente inclusão da multa diária pelo descumprimento da obrigação. Alega que a indenização por perdas e danos se refere exclusivamente à perda de área útil dos agravantes que não poderão construir na área de 30m a partir do leito do rio e não pelo prejuízo sofrido diante do desabamento de suas construções e sua regularização. Afirma que mesmo que o agravado pague pela destruição das construções que havia no local (muro de divida, galinheiro, curral), o curso do rio permanecerá irregular, invadindo o terreno dos agravantes que terão que proceder à regularização da área com novas medições (contratação de topógrafo) e reconstruir a divisa entre os terrenos.

Argumenta que o **Ministério Público quando da elaboração do TAC** (Termo de Ajuste de Conduta) (firmado antes da r. sentença) constou que poderia ser adequado ao cumprimento da decisão judicial e até mesmo na **ação rescisória, este e. Tribunal** observou que não havia qualquer fato impeditivo para a realização da obra, tanto que o agravado chegou a dar início às obras (desvio do rio). Alega que há mais de dez anos, não houve a satisfação da obrigação, muito menos o pagamento integral do débito. Sustenta que o agravado interpôs diversos recursos, não tendo tido êxito em nenhum deles, no intuito de postergar o pagamento do valor exequendo e que somente agora obteve a redução do valor, o qual anteriormente (decisão transitada em julgado) fora definido em R$ 825.266,13. Pede a reversão da r. decisão agravada, considerando o montante devido no importe supracitado.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARIA LUCIA PIZZOTTI e Tribunal de Justica de Sao Paulo, em 19/11/2021 às 17:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2270849-47.2021.8.26.0000 e código A[illegible].

Pois bem.

Nenhum efeito foi pretendido neste recurso, contudo, prudente, diante das questões apontadas neste agravo, a concessão, de ofício, do efeito suspensivo até o julgamento deste recurso.

Desta forma, **CONCEDO, de ofício, o efeito suspensivo**, obstando o andamento da ação de origem, até seu julgamento deste recurso.

Comunique-se ao r. Juízo *a quo*, **solicitando informações acerca do trânsito em julgado da decisão quanto ao valor exequendo, objeto deste agravo**, ficando desde logo autorizada a comunicação pela via eletrônica, bem como, **intime-se o agravado, por meio de seus patronos, para apresentação de contraminuta nos termos do art. 1019, II, do CPC**.

Decorrido o prazo, tornem-me.

Int.

São Paulo, 19 de novembro de 2021.

MARIA LÚCIA PIZZOTTI
Relator

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARIA LUCIA PIZZOTTI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, em 19/11/2021 às 17:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2071086-26.2021.8.26.0000 e código 17809932.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ATIBAIA
FORO DE ATIBAIA
1ª VARA CÍVEL
Rua Dr. José Roberto Paim, 99, Parque dos Coqueiros - CEP 12945-007,
Fone: (11) 3402-5547, Atibaia-SP - E-mail: atibaia1cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

INFORMAÇÕES DE AGRAVO DE INSTRUMENTO

Processo Digital nº:	**0010369-26.2011.8.26.0048**
Classe - Assunto	**Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material**
Requerente:	**Gabriele Baraldi**
Requerido:	**Raul Donato Mendes**

AGRAVO DE INSTRUMENTO nº 2270849-47.2021.8.26.0000
Seção de Processamento da 30ª Câmara de Direito Privado

Exma. Sra. Relatora

Venho pelo presente prestar as seguintes informações nos autos do Agravo de Instrumento supra referido, atendendo à determinação de fls. 149/150, informando que, conforme peças dos autos principais (número de fls. aqui referido), a agravante apresentou o cálculo às fls. 637/642, seguindo-se à impugnação genérica do executado (fls. 671/673), que deixou de ser apreciada nesta seara justamente por faltar-lhe parâmetros demonstrando incorreções ou excessos por parte da exequente (fls. 700).

O executado então agravou da decisão proferida (fls. 741), porém seu recurso não foi conhecido (fls. 761/763), transitando em julgado em 13.03.2020 (fls. 765).

Seguiram-se, então, várias manifestações das partes, e o executado então apresentou impugnação ao saldo devedor, agora apresentando o valor que entendia devido (fls. 1.140/1.141), destacando, no mais, a existência de ação, quanto à conversão da obrigação de fazer, em perdas e danos, e seus reflexos a esta execução.

Proferi, então, a Decisão aqui agravada, que analisou não apenas o pedido de fls. 1.140/1.141, mas também o incidente em apenso, de cumprimento de sentença, reconhecendo que a pretensão de conversão da obrigação de fazer, em indenização por perdas e danos, atingia a própria obrigação de fazer (ou seja, a obrigação de reverter o curso do rio) e, em consequência a multa fixada para o descumprimento daquela obrigação.

Eram estas as informações que me cabia prestar, seguidas de senha para acesso aos autos: oqyctx.

Protesto por votos de estima e consideração e coloco-me à disposição de Vossa

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por ADRIANA DA SILVA FRIAS PEREIRA. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e o código 8CCABEE.
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ADRIANA DA SILVA FRIAS PEREIRA e Tribunal de Justica de Sao Paulo - SSPC, em 14/12/2021 às 13:52 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 8CCABEE.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ATIBAIA
FORO DE ATIBAIA
1ª VARA CÍVEL
Rua Dr. José Roberto Paim, 99, Parque dos Coqueiros - CEP 12945-007,
Fone: (11) 3402-5547, Atibaia-SP - E-mail: atibaia1cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

Excelência e da Colenda Câmara para outras informações.

Intime-se.

Atibaia, 29 de novembro de 2021.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por ADRIANA DA SILVA FRIAS PEREIRA. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/esaj, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e o código 8CCABEE.
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ADRIANA DA SILVA FRIAS PEREIRA e Tribunal de Justica de Sao Paulo - SAJ, em 14/12/2021 às 13:52 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 8CCABEE.

EXCELENTÍSSIMA SENHORA RELATORA DESEMBARGADORA **MARIA LÚCIA PIZZOTTI** - 30ª. CÂMARA DE DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO.

AUTOS 2270849.47.2021.8.26.0000 – AGRAVO DE INSTRUMENTO

AGRAVANTES: ESPÓLIOS DE GABRIELE BARALDI e ANNITA HERMINE BARALDI
AGRAVADO: RAUL DONATO MENDES
PROCESSO DE ORIGEM: 0010369-26.2011.8.26.0048 – Reparação de danos materiais -1ª. Vara Cível da Comarca de Atibaia

RAUL DONATO MENDES, brasileiro, trabalhador rural, convivente em união estável, solteiro, portador do RG. 27.233.858-9 – SSP/SP., e do CPF 252.972.718-00, residente e domiciliado na Estrada Municipal do Mackenzie – 3000 – Sítio Primavera - Bairro Itapetinga – CEP 12948-490 – ATIBAIA, SP., vem respeitosamente a presença de Vossa Excelência, por sua advogada, apresentar CONTRARRAZÕES.

I - PREÂMBULO

1 – Segundo afirmou a Nobre Magistrada, que **assumiu o feito pós sentença,** os autos tramitam de forma confusa e conturbada. (fls. 635) O que, no modesto entendimento do Agravado, além das páginas digitalizadas dos autos físicos estarem numa certa desordem, pode estar também no fato de a sentença, ao não responsabilizar os agravantes, nos termos do **art. 1.297 CC**, que diretamente assumiram os riscos dos danos materiais suportados, já que o córrego encontra-se nas divisas das propriedades, obrigou o Agravado a insistir nos pedidos, tendo como principal, num primeiro momento, **CAUSA IMPEDITIVA -** alheia à vontade do Agravado, impossibilitando-o de adimplir a SENTENÇA, na parte que determina a reversão do curso d'água.

E mais tarde, ante a desistência da reversão do curso d'agua pelos agravantes. **(fls.406/407)**

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por 15 e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, em 14/12/2021 às 17:39 , sob o número WPRO21015190383.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2270849-47.2021.8.26.0000 e código A1004852.

Apreciadas a **CAUSA IMPEDITIVA** para o cumprimento da sentença, bem como, a **INEXISTÊNCIA DA MULTA**, ante o fato de os AGRAVANTES desistirem da reversão do curso d'agua, como se verá a seguir, os incidentes processuais finalizarão.

Caso Contrário, a MULTA DIÁRIA se eterniza, e a dívida impagável.

Entretanto, **capciosament**e e de forma muito **cômoda,** os AGRAVANTES atualizam MULTA DIÁRIA, desde 2011 e levaram a leilão o único imóvel do agravado, do qual se tem **certeza absoluta** ser impenhorável, mas, **conturbadamente** a justiça entende contrário.

Também, por diversas vezes questionado o indeferimento da JUSTIÇA GRATUITA, concedido inicialmente, e posteriormente, negado, **conturbadamente.**

O fato é que, após insistentes requerimentos, possivelmente mal formulados em alguns momentos, a Douta Magistrada, enfim, constatou que a **CAUSA IMPEDITIVA** que levou o AGRAVADO a não cumprir a sentença, **não havia sido apreciada.**

Assim, entende o inconformismo dos AGRAVANTES nos presentes. Porém, certamente, seria de **muito mais valia**, que houvessem conciliado desde o ano de 2011, quando insistentemente procurados.

2 – Alegam os Agravados que o processo se arrasta por mais de 10 anos, mas se esquecem de lembrar os transtornos do FÓRUM DE ATIBAIA, em razão dos problemas de engenharia, e de que eram físicos.

Afirmam que o Agravado se utilizava de Recursos protelatórios, quando na verdade estava tão somente reivindicando seus direitos, por fim aclarados.

É um grande alento ao AGRAVADO, quando enfim, a verdadeira justiça se vislumbra.

3 – **MOTIVADAMANTE** sempre discordou o AGRAVADO da SENTENÇA proferida pelo D. Juiz MARCOS COSME PORTO, vez que LAUDO PERICIAL **(fls. 27/51)** dá conta de que os AGRAVANTES assumiram os riscos dos danos materiais. E, modestamente, entende que os custos nas divisas de propriedades devam ser suportados pelos confrontantes.

Diz o código civil:

Art. 1.297. O proprietário tem direito a cercar, murar, valar ou tapar de qualquer modo o seu prédio, urbano ou rural, e pode constranger o seu confinante a proceder com ele à demarcação entre os dois prédios, a aviventar rumos apagados e a renovar marcos destruídos ou arruinados,

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por [illegible]
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0710869-26.2021.8.26.0000 e código A1064524.

repartindo-se proporcionalmente entre os interessados as respectivas despesas.

§ 1o Os intervalos, muros, cercas e os tapumes divisórios, tais como sebes vivas, cercas de arame ou de madeira, valas ou banquetas, presumem-se, até prova em contrário, pertencer a ambos os proprietários confinantes, sendo estes obrigados, de conformidade com os costumes da localidade, a concorrer, em partes iguais, para as despesas de sua construção e conservação (grifo nosso)

II - DA INJUSTIÇA QUANTO À SENTENÇA

Motivadamente, entende o Agravado que caberia a ambos custearem os danos materiais nas divisas de suas propriedades: aos AGRAVANTES, porque participaram do evento desvio, e que, a partir dele, suas construções ficaram rentes ao rio; E ao AGRAVADO, por ser o atual proprietário. (Art.1297 Código Civil).

Em consequência, em sendo a **obra irregular,** conforme sentenciou D. Juiz MARCOS COSME PORTO, poderiam as partes regressarem contra o Estado de São Paulo, que, por seu órgão ambiental deferiu a OUTORGA.

Poderia o Agravado APELAR e o fez. Porém, teve o requerimento para a devolução de prazo dos autos indeferida, apesar de estarem conclusos, sendo a APELAÇÃO improcedente ante a intempestividade.

- Publicação sentença: 22.08.2012 **(fls.249)**
- Prazo para apelar: 06.09.2012.
- Autos conclusos: 24.08.2012;
- Requerimento devolução de prazo: 03.09.2012 **(fls.255/256)**
- Juiz manda serventia informar se houve Conclusão **(fls.266)**
- **20.09.2012** Serventia informa que os autos **foram à conclusão** em 24.08.2012, uma sexta feira **(fls.267)**

Logo, assistia razão ao AGRAVADO quando requereu a devolução do prazo.

III - DA IMPOSSIBILIDADE DO CUMPRIMENTO DA SENTENÇA CAUSA IMPEDITIVA E INEXIGIBILIDADE DA MULTA - OBJETO DOS PRESENTES

1 - Prolatada a Sentença, de imediato, o AGRAVADO deu conhecimento aos AGRAVANTES , peticionou nos autos principais, no TAC 20/10, bem como, nos autos 0001385-82.2013.8,26.0048 - **incidente de cumprimento de sentença -** por ocasião da IMPUGNAÇÃO À EXECUÇÃO (antigo CPC), sobre a impossibilidade de se fazer reversão do curso d'água a situação anterior, por **CAUSA IMPEDITIVA**, pois a área havia sido utilizada para plantação de 700 mudas de árvores, em fase

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por [illegible]
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0001385-82.2013.8.26.0048 e código A10048524.

avançada de crescimento, objeto de TAC (homologado e arquivado) firmado com o MINISTÉRIO PUBLICO, **antes de sentença.**
- Sentença: **08.08.2012**; (fls. 45 a 49).
- TCRA,s **88.922/2009 e 88.941/09 (**fls.65 a 69); TAC 20/2010

Tentou conciliar, nesse momento com a participação do proprietário anterior em audiência no CEJUSC. Refutado pelos AGRAVANTES.

2 – Foram incontáveis as manifestações de ambas as partes requerendo apreciação da JUSTIÇA, sobre a **impossibilidade** do AGRAVADO em cumprir parte da sentença que determinou cominação de **multa diária R$ 200,00** caso não revertesse o curso d'água num prazo de 60 dias a contar da sentença.

Nesse sentido, a manifestação dos AGRAVANTES **(fls.319/320** autos originários), e pelo agravado, são várias as petições, até a última (**fls. 1140/1141** autos originários), desde a prolação da sentença, quando requereu a devolução de prazo, para APELAÇÃO, alegando a imperiosa necessidade do recurso, e razão da CAUSA IMPEDITIVA, estando os autos conclusos na ocasião. (**Fls.255/256**-autos originários),

Por outro lado, caso o AGRAVADO revertesse o curso d'agua à situação anterior estaria sujeito a multa de **½ salário mínimo/dia mais** execução de título extrajudicial.

Há que se observar na CAUSA IMPEDITIVA para cumprimento da sentença não só o valor a maior da multa prevista no TAC, mas principalmente, em razão de **já estar implantada a nova área de preservação permanente.**

3 - Em **21.01.2013** - Autores concluem que a reversão do curso d'água à situação anterior, lhes trará prejuízo, pois perderão parte útil do terreno. Requerem indenização por perdas e danos. **Fls. 406/407.** E mesmo assim, novamente às folhas 620/623 atualizam os cálculos da indenização incluindo a multa.

Questionados pelo Agravado, pois dessa forma, em um segundo momento, a multa pela não reversão do curso d'agua, deixou de existir. E a Indenização por perdas e danos está em curso nos autos 1006087-78.2018. Será que pretendiam receber por 03 vezes a mesma indenização, posto que ainda pendente o processo de cumprimento de sentença?
Ou seja: Receber no autos originários, na indenização e no cumprimento de sentença onde executam a multa diária

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por [illegible]
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2021.8.26.0000 e código A10048524.

E, apesar de o DAEE manifestar no sentido que a reversão à situação anterior, não implicaria em grandes danos ambientais, os **autores,** por **vontade própria desistiram da reversão.**

5 - Isso é fato! Por outro lado, quando os AGRAVANTES insistem na cobrança da Multa, argumentando trânsito em julgado dos cálculos, certamente é outra denominação.

Importante também destacar, **não só** a CAUSA IMPEDITIVA e a desistência dos AGRAVANTES no cumprimento da sentença, quanto ao desvio do curso d'água à situação anterior, para que esse Egrégio Tribunal **confirme a exclusão da multa diária**, cobrada; mas, **subjetivamente** a **má-fé,** quando se constata, que por vontade própria desistiram da reversão do curso d'água.
- A prova é clara! (**Fls. 406/407** autos originários).

6 – Fls. 1143/1144 – Ocorre a Apreciação da causa impeditiva.
7 – Fls. 1196 – Decisão Agravada.

8- Quanto aos cálculos da indenização com inclusão da Multa pelos agravantes, é no mínimo uma forma de **burlar o que requereram,** às **fls. 406/407**.

Como se pode observar às **fls.671/673**, claramente afirma o AGRAVADO ser a multa **indevida** ante o fato de os AGRAVANTES terem se manifestado já em 2013, de que não mais pretendiam a reversão do curso d'água a situação anterior, bem como pela causa impeditiva fartamente questionada, conforme confirma a nobre juíza de 1ª. instância.

E em todas as vezes que a Justiça mandou os AGRAVANTES se posicionarem sobre os cálculos sem a multa, se **OMITIAM.**

As fls. 686 o Agravado reiterou a manifestação. E novamente se omitiram. Só manifestando quando da decisão de fls. 1143/1144.

IV – DA INJUSTIÇA NO INDEFERIMENTO DA IMPENHORABILIDADE

1 – Iniciou-se o CUMPRIMENTO DA SENTENÇA, na vigência do antigo CPC, chegando-se a penhora do único imóvel de propriedade do Agravado, trabalhado pela família desde sua aquisição, até os dias atuais. Logo, **IMPENHORÁVEL**.

Não se consegue entender o que levou o d. magistrado **Marcos Cosme Porto**, juiz anterior na 1ª. instância, a dizer: "A prova é clara. Penhore-se o imóvel".

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por [illegible] e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo em 14/12/2021 às 17:39 , sob o número WPRO21015190383.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0210869-26.2021.8.26.0000 e código A1004852.

2 - Obviamente que, caso a R. SENTENÇA de primeira instância imputasse a ambos a reponsabilidade, conforme prevê legislação vigente, ou que fosse deferida citação do proprietário anterior, pelos danos nas divisas de suas propriedades, certamente não se chegaria à PENHORA do único bem do AGRAVADO.

Também não se chegaria a PENHORA caso fosse apreciado e deferido o pedido de citação do proprietário anterior, requerido em CONTESTAÇÃO.

Certamente esse processo já teria finalizado. Mas enfim, não se pode alterar o passado.

3 - Os Agravantes levam a justiça a erro, quanto ao endereço do Agravado, e **insistem** nesse feito ser o seu endereço Rua Anice Cury Sabag –123– Jardim Shangri-lá – CEP 12948-022 - ATIBAIA, SP.

Tal artifício dos AGRAVANTES, levou, a Nobre Julgadora de 1ª. Instância, bem como, esse Egrégio Tribunal a NEGAR PROVIMENTO da Impenhorabilidade do único imóvel do AGRAVADO.

Revendo as provas:

3.1- O Agravante afirmou em CONTESTAÇÃO – primeira manifestação no feito – **fls. 37** que o endereço utilizado era para receber intimações.

3.2- O Oficial de Justiça certificou, por duas vezes, não ter encontrado o Agravante no imóvel, deixando recados. **(Fls. 60/61** – autos originários)

3.3- TAC/2010 **(fls.257/264** autos originários) diz que parte do imóvel do Agravado é objeto de arrendamento rural por RENIL WILLIAN MENDES seu irmão. Consta dos autos que o imóvel do Agravado foi adquirido para o cultivo de flores, em regime de economia familiar.

3.4 – **Fls. 491/492** – Tutela antecipada suspendendo a penhora.

3.5 – **Fls. 608/613** ACÓRDAO 2016.0000429568 dessa **mesma Câmara e Relatora**, suspendem a PENHORA afirmando que o Agravado não deu causa aos danos.

3.6- **Fls. 670** – Declaração Pública

3.7- **Fls. 916 a 926**: O imóvel é pequena propriedade rural, decisão de Repercussão geral do STF

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por [illegible]
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2021.8.26.0000 e código A1064524.

3.8- Declarações da receita Federal, de imposto de renda, taxas municipais, notas de despesas, todas com endereço do AGRAVADO no sítio Primavera.

V – DO INEFERIMENTO DA JUSTIÇA GRATUITA

É oportuno reiterar o inconformismo do Agravado ante o INDEFERIMENTODA JUSTIÇA GRATUITA nos autos originários.

O Agravado teve 05 processos durante sua existência, e em todos eles foi deferido o benefício, inclusive nesse; retirado posteriormente.

Revendo as provas, constata-se que sequer é cadastrado no CNIS. Sendo trabalhador rural desde a infância, **nunca** teve registro na CTPS, **não** possui conta bancária, nem empresa em seu nome, não é produtor rural, e somente faz declaração de imposto de renda ante a obrigatoriedade, pelo fato de seu imóvel ter valor superior a trezentos mil reais.

Houve um momento no feito, que essa nobre Corte, justificou o indeferimento, pelo fato de o AGRAVADO ter pago despesas da obra para conter a erosão na divisa das propriedades, apesar de comprovado que a referida despesa foi paga por RENIL WIILIAN MENDES, produtor rural e arrendatário de parte da área, na ocasião.

VI – DA DECISÃO AGRAVADA

1 - Após análise das RAZÕES e CONTRARRAZÕES, Vossas Excelências hão de constatar, que, embora tenha ocorrido TRÂNSITO EM JULGADO com **relação aos cálculos**, resta claro que os motivos suscitados pelo AGRAVADO, seguido à prolação da SENTENÇA, num primeiro momento foi **CAUSA IMPEDITIVA** para o cumprimento de sentença, ante o compromisso firmado com o Ministério Público, já em 2010, cerca de 02 anos anterior à Sentença.

2 - Num segundo momento, a manifestação dos AGRAVANTES quando optaram por não fazer a reversão do curso d'agua à situação anterior. Dessa forma, a multa prevista na sentença deixou de existir.

Essas **duas questões** só foram apreciadas, recentemente, dando razão ao AGRAVADO. Embora o resultado da apreciação interfira nos cálculos, o que está sendo apreciado são os motivos que levaram aos **cálculos**, mas não os próprios cálculos, logo, não interfere no trânsito em julgado arguido pelos AGRAVANTES.

3 – É importante frisar, que jamais esperava o AGRAVADO que os agravantes, após desistirem da mudança do curso do rio, e aguardando andamento de AÇÃO DE INDENIZAÇÃO, e ainda pendente de decisão a

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por [illegible] e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo em 14/12/2021 às 17:39 , sob o número WPRO21015190383.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0710869-26.2021.8.26.0000 e código A1004524.

IMPUGNAÇÃO À EXECUÇÃO, se aproveitariam para lhe causar mais prejuízos levando a erro a JUSTIÇA.

No modesto entendimento a falta de lealdade para com o vizinho foi imprópria.

VII – DO PEDIDO

Ante o exposto, requer se digne essa Nobre Corte, julgar improcedente o AGRAVO, mantendo a R, decisão de 1ª. Instância, bem como sejam examinadas as pendências suscitadas nesse ato.

E ainda, em sendo possível reanálise das provas quanto ao benefício da Justiça gratuita e a impenhorabilidade do único bem imóvel do Agravado, requer sejam deferidas, por direito e Justiça.

Termos em que,
Pede Deferimento.

Atibaia, 14 de dezembro de 2021.

Duenes do Carmo Silva
OAB.SP. 209712

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, em 14/12/2021 às 17:39 , sob o número WPRO21015190383.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0710869-26.2021.8.26.0000 e código AD000000524.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
SJ 3.3.3.2 - Serv. de Proces. da 30ª Câmara de Dir. Privado
Conselheiro Furtado, nº 503 - 5º andar - CEP: 01511-000 - São Paulo/SP

TERMO DE CONCLUSÃO

Processo nº:	**2270849-47.2021.8.26.0000**
Classe:	**Agravo de Instrumento**
Assunto:	**Direito de Vizinhança**
Órgão Julgador:	**30ª Câmara de Direito Privado**
Partes:	**é agravantes VALÉRIA BARALDI E OUTRO, é agravado RAUL DONATO MENDES**
Foro/Vara de origem:	**Foro de Atibaia - 1ª Vara Cível**
Nº do processo na origem:	**0010369-26.2011.8.26.0048**

CONCLUSÃO

Faço estes autos conclusos a(o) Exmo(a). Senhor(a) Desembargador(a) MARIA LÚCIA PIZZOTTI.

São Paulo, 10 de janeiro de 2022.

_____

Eu, BRUNO HENRIQUE GRAMULHA PIRES, Matr. M370983, Escrevente Técnico Judiciário, subscrevi.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por [illegible]
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo [illegible] e código [illegible].

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2022.0000152841

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento nº 2270849-47.2021.8.26.0000, da Comarca de Atibaia, em que são agravantes VALÉRIA BARALDI e JOSÉ RENATO BARALDI, é agravado RAUL DONATO MENDES.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 30ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Deram provimento ao recurso. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores ANDRADE NETO (Presidente) E LINO MACHADO.

São Paulo, 7 de março de 2022.

MARIA LÚCIA PIZZOTTI
Relator(a)
Assinatura Eletrônica

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARIA LUCIA PIZZOTTI e outro(s), em 07/03/2022 às 12:46 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2270849-47.2021.8.26.0000 e código 18044515.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

AGRAVANTES: VALÉRIA BARALDI e JOSÉ RENATO BARALDI
AGRAVADO: RAUL DONATO MENDES
INTERESSADO: ESPÓLIO DE GABRIELE BARALDI
MAGISTRADA PROLATORA DA DECISÃO: DRA. ADRIANA DA SILVA FRIAS PEREIRA
COMARCA: ATIBAIA
VOTO 34554
(m)

EMENTA
AGRAVO DE INSTRUMENTO − DÉBITO EXEQUENDO − VALOR − IMPUGNAÇAO INTEMPESTIVA − COISA JULGADA
I − Ação de origem que tinha por objeto obrigação de fazer − desvio do curso do rio que interliga os imóveis das partes. Conversão em perdas e danos. Cumprimento de sentença, cálculo apresentado com impugnação genérica. Não conhecimento. Decisões que transitaram em julgado;
II − Redução do valor exequendo. Impossibilidade. Planilha de cálculo intempestivamente demonstrada pelo executado. Ação que perdura por mais de dez anos. Montante demonstrado que não comporta redução, resultado da atualização e juros decorrentes do não adimplemento do débito.

RECURSO PROVIDO

Vistos.

Trata-se de **agravo**, interposto na modalidade de i**nstrumento**, contra r. decisão que acolheu o pedido do agravado de afastamento da multa, resultando em um cálculo no valor de R$ 206.532,23 e não, o montante informado pelos agravantes exequentes, no importe de R$ 825.266,23. Entendendo, a i. Magistrada *a quo*, que havia uma questão pendente de análise, qual seja, a causa impeditiva ao cumprimento da obrigação de fazer, excluindo-se a multa diária do cálculo exequendo.

Aduz a parte agravante, em síntese, que diante da inércia do agravado em cumprir a obrigação de fazer (desvio do rio), houve a conversão para perda e danos e a consequente inclusão da multa diária pelo descumprimento da obrigação. Alega que a indenização por perdas e danos se refere exclusivamente à perda de área útil dos agravantes que não poderão construir na área de 30m a partir do leito do rio e não pelo prejuízo sofrido diante do desabamento de suas construções e sua regularização. Afirma que mesmo que o agravado pague pela destruição das construções que havia no local (muro de divisa, galinheiro, curral), o curso do rio permanecerá irregular, invadindo o terreno dos agravantes que terão que proceder à regularização da área com novas medições (contratação de topógrafo) e reconstruir a divisa entre os terrenos. Argumenta que o **Ministério Público quando da elaboração do TAC** (Termo de Ajuste de Conduta) (firmado antes da r. sentença) constou que poderia ser adequado ao cumprimento da decisão judicial e até mesmo na **ação rescisória, este e. Tribunal** observou que não havia qualquer fato impeditivo para a realização da obra, tanto que o agravado chegou a dar

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARIA LUCIA DE LIMA DOS SANTOS, Liberado nos autos em 07/03/2022 às 12:46 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2270849-47.2021.8.26.0000 e código 18034515.

início às obras (desvio do rio). Alega que há mais de dez anos, não houve a satisfação da obrigação, muito menos o pagamento integral do débito. Sustenta que o agravado interpôs diversos recursos, não tendo tido êxito em nenhum deles, no intuito de postergar o pagamento do valor exequendo e que somente agora obteve a redução do valor, o qual anteriormente (decisão transitada em julgado) fora definido em R$ 825.266,13. Opinou pela reversão da r. decisão agravada, considerando o agravado no importe supracitado.

Informações prestadas pelo r. Juízo *a quo* (fls. 154/155)

Contraminuta às fls. 157/164

É a síntese do necessário.

Observa-se que a demanda foi ajuizada em 2011, autos nº 0010369-26.2011.8.26.0048. Trata-se de ação de obrigação de fazer postulada pela parte agravante contra o agravado, compelindo este a proceder a reversão do curso do rio que passa na propriedade da recorrente, além do pedido de indenização no importe (à época) de R$ 3.800,00, decorrente do prejuízo material sofrido, pois houve desabamento de construções que a parte agravante possuía em função do desvio do rio (pelo agravado) para o terreno da parte recorrente. Postulou ainda a aplicação de multa diária de R$ 500,00, em caso de descumprimento. A r. sentença proferida em 2012, condenou o réu agravado a reverter o curso do rio e sua canalização na divisa dos dois imóveis, concedendo o prazo de 60 dias para a conclusão. Após o prazo supra, passaria a correr multa de R$ 200,00, no caso de descumprimento (cópia da r. sentença, acostada às fls. 45/49).

Interposta apelação, esta não foi conhecida, em razão de sua intempestividade, conforme cópia do v. acórdão proferido por esta c. Câmara às fls. 59/63. Decisão transitada em julgado em 27.05.2013 (fls. 64).

Iniciado o cumprimento de sentença, houve outros recurso interpostos pelo agravado, não tendo cumprido a obrigação de fazer, motivo pelo qual, iniciou-se os atos expropriatórios, obtendo-se a penhora do imóvel do agravado. Não tendo obtido sucesso com a reversão do rio, a parte agravante optou pela conversão de tal obrigação em perdas e danos. Atualizando-se o débito, em 21.01.2016, para R$ 444.626,63 (fls. 09, deste agravo). Não houve manifestação do executado agravado. Ato contínuo, determino o r. Juízo *a quo*, que o pedido de perdas e danos fossem analisados em autos próprios (nº 1006087-78.2018.8.26.0048). A parte agravante atualizou o débito para R$ 828.266,63 (fls. 637/642 – autos de origem). Para satisfazer a obrigação, houve a penhora do imóvel do agravado, em 10.10.2018, conforme cópia do termo acostado às fls. 10, constando como valor devido, o montante de R$ 828.266,63. O agravado, por sua vez, impugnou o cálculo, contudo, diante de seu caráter genérico, o r. Juízo de Primeira Instância, não acolheu a impugnação, decisão esta mantida por esta c. Câmara (fls. 11), transitando em julgando o v. acórdão em 13.02.2020. Após a expropriação do imóvel e havendo embargos de declaração não acolhidos, o agravado peticionou questionando, em momento intempestivo, o cálculo, o que foi acolhido pela r. Primeira Instância, motivo do presente agravo.

Razão assiste ao agravante.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARIANA DE LIMA MUNHOZ, Colegiado 7 em 07/03/2022 às 12:46 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2270849-47.2021.8.26.0000 e código 18084515.

Respeitado entendimento diverso, não há que ser considerada a questão do alegado impedimento à obrigação de fazer, pois, houve diversos prazos para que o agravado se manifestasse, havendo confissão sobre o não cumprimento da obrigação de fazer (desvio do curso do rio) e o prazo para impugnação e apresentação de cálculos devidos há muito havia decorrido. **Deixou o agravado de cumprir comando judicial (desviar o curso do rio), convertido o feito em perdas e danos, interpôs diversos recursos, impedindo o andamento do processo e o pagamento do débito.**

No momento em que ocorreu a extinção da obrigação de fazer e convertido o feito em perdas e danos, a multa e os valores cobrados estão corretos, pois a demanda tem quase onze anos.

Ademais, o valor já fora objeto de apreciação pela r. Primeira Instância que havia acolhido o cálculo inicialmente apresentado pela parte agravante e analisado por esta c. Câmara que deixou de conhecer o agravo interposto pelo agravado, conforme acórdão proferido às fls. 762/763 (autos de origem), transitando em julgado em 13.02.2020.

Em arremate, anoto que a questão aqui tratada, não cabe discussão, pois foi atingida pelo fenômeno da coisa julgada e princípio da segurança jurídica. Cabendo, inclusive, ao agravado, multa por litigar de má-fé, ciente da obrigação (confessada, tanto que ajuizou demanda contra o ex-proprietário do bem, reconhecendo a irregularidade do rio que atravessa o terreno da parte agravante) peticiona e repisa fatos que já foram julgados e transitados em julgado. Contudo, deixou, neste momento, de condenar o agravado pela irregular litigância, ressalvando que eventual insurgência contra decisão transitada em julgado haverá condenação nos moldes e percentuais descritos na lei processual civil.

Diante do exposto, **DOU PROVIMENTO** ao recurso para manter o valor do débito em R$ 825.266,23.

MARIA LÚCIA PIZZOTTI
Relatora

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARIA LUCIA PIZZOTTI e outros, em 07/03/2022 às 12:46 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2270849-47.2021.8.26.0000 e código 18094515.

EXCELENTÍSSIMA SENHORA DESEMBARGADORA RELATORA DA 30ª. CÂMARA DE DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO.

AGRAVO DE INSTRUMENTO 2270849-47.2021.8.26.0000
AGRAVANTE: Espólio de Gabriele Baraldi
AGRAVADO: Raul Donato Mendes

RAUL DONATO MENDES, trabalhador rural, qualificado, vem respeitosamente a presença de Vossa Excelência, por sua advogada, com base no artigo 1022 do CPC, opor *EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, em razão da R. decisão proferida no v. Acórdão de fls. 166 a 169,* ante a constatação de contradição e omissão apontadas a seguir:

I – DO DIREITO

1 - Artigo 1022 CPC: cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para:
I – Esclarecer obscuridade ou eliminar contradição.
II – Suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o Juiz de ofício ou a requerimento.
III- corrigir erro material.

2 – Com a *maxima venia, mas* o fato é que o presente transformou-se num verdadeiro imbróglio.

- Inicialmente, o **Réu não deu causa** aos danos dos agravantes e ainda suportou **danos materiais** em maior proporção. Porém, responde ao presente pelo fato de ser o atual proprietário. O d. Juiz de 1ª. Instância, SENTENCIOU, afirmando ser **irregular a obra** de reversão do curso d'agua, sem **antes** ouvir órgão ambiental competente, apesar de o **MINISTÉRIO PÚBLICO** manifestar nesse sentido, e posteriormente, o órgão ambiental – DAEE – confirmar ser a obra **regular,** inclusive, com o **deferimento de OUTORGA.**

- Logo, **sem a oitiva** do departamento técnico, antes da sentença, restaria prejudicado o litisconsórcio necessário.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por [illegible] e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, em 21/03/2022 às 19:46 , sob o número WPRO22003019421.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2270849-47.2021.8.26.0000 e código 2[illegible].

- O réu se viu impossibilitado de cumprir parte da sentença, que o condenou a pena de multa diária de R$ 200,00, ante a existência de TAC com o MINISTÉRIO PÚBLICO AMBIENTAL, onde estava sujeito a multa diária de ½ salário mínimo.

- Para onde correr? - Obviamente, pela **multa de menor valor,** prevista no presente, até que se **apreciasse** a IMPOSSIBILIDADE DE SE REVERTER CURSO D'ÀGUA, ante o TAC firmado com o MINISTÉRIO PÚBLICO AMBIENTAL, ocorrendo tão somente na **decisão,** ora, agravada.

- Enquanto isso, os autores se dão conta de que **retornar o curso d'água** à situação anterior **lhes traria prejuízos** e optam por indenização.

- Logo, os autores, quando **desistiram da reversão do curso d'agua**, a parte da sentença que imputou a multa diária, caso não ocorresse a reversão, deixou de existir.

- *Data venia! É* difícil crer que essa Nobre Corte, detentora de vasto saber jurídico, insiste em manter a multa diária, sob o manto do trânsito em julgado, quando, por fim, a R. Juíza de 1ª. Instância, constata ter razão o Agravado, e ante o fato de que os Agravantes fizeram **opção por indenização** da área de terra perdida, o que, por questões óbvias **substituiu a multa**.

II – DA CONTRADIÇÃO

Apenas para contribuir com o alegado, sem qualquer **pretensão** de **novo julgamento,** junta documentos, extraídos dos autos principais, mencionados em contrarrazões, onde se vê que já em **21.01.2013,** poucos meses após sentença, de **08.2012**, os Agravantes desistiram da reversão do curso d'água.

- Logo, com a ***maxima venia,*** é **contraditório** que esse Tribunal mantenha a multa diária, que estava vinculada à não reversão do curso d'agua.

- Sabendo-se que desde **21.01.2013**, os autores **NÃO** têm interesse na reversão do curso d'agua, e optam por serem indenizados pela área perdida, cujo processo se encontra em curso, **autos 1006087-78.2018**, com perícia concluída, manter a multa significa **obrigar o Agravado** a pagar **02 (duas) vezes** pela mesma indenização.

III – DA OMISSÃO

Salvo engano, o artigo 489 do CPC, prevê que todos os argumentos suscitados pelas partes devam ser apreciados, pelo julgador.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por [illegible].
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1006087-78.2018.8.26.0048 e código 1076229520.

Entretanto, constata-se no presente, que os argumentos trazidos em contrarrazões pelo Agravado foram ignorados.

Dessa forma, reitera pela apreciação dos pedidos formulados, além da inexistência da multa, mantendo-se o valor principal da indenização, qual seja, R$ 53.800,00, atualizados desde março 2011, ratificando a decisão agravada ante a contradição apontada acima, o pedido da justiça gratuita e o da Impenhorabilidade do único bem imóvel do Agravado.

Ante o exposto, requer se digne Vossa Excelência receber os presentes, apreciando a contradição e omissão apontadas, decidindo pela procedência.

Termos em que,
Pede Deferimento,

Atibaia, 21 de março de 2022.

Duenes do Carmo Silva
OAB.SP. 209712

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, em 21/03/2022 às 19:46 , sob o número WPRO22003019421.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008469-26.2021.8.26.0048 e código 22032119421.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO
Secretaria Judiciária

Embargos de Declaração Cível
nº2270849-47.2021.8.26.0000/50000

Vistos.

Em face da oposição de embargos de declaração e tendo em vista que o eventual acolhimento destes poderá implicar em modificação do v. Acórdão, manifeste-se a embargada em cinco dias, nos termos do art. 1023, § 2º do CPC.

Int.

São Paulo, 24 de março de 2022

MARIA LÚCIA PIZZOTTI
Relatora

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARIA LUCIA PIZZOTTI e Tribunal de Justica de Sao Paulo - SP, em 16/05/2022 às 09:34 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2270849-47.2021.8.26.0000 e código 10304852.

EXCELENTÍSSIMA SENHORA DOUTORA DESEMBARGADORA RELATORA DA 30ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO, CAPITAL.

Agravo de instrumento 2270849-47.2021.8.26.0000

Agravante: Espólio de Gabriele Baraldi

Agravado: Raul Donato Mendes

ESPÓLIO DE GABRIELE BARALDI, representado por seus herdeiros VALÉRIA BARALDI E JOSÉ RENATO BARALDI, já qualificado nos autos que move em desfavor de **RAUL DONATO MENDES,** por sua advogada subscritora, vem, respeitosamente à presença de Vossa Excelência, manifestar-se acerca dos embargos de declaração interpostos pelo Agravado.

Inconformado, pretende o Agravado o efeito modificativo da v. decisão, valendo-se erroneamente, dos presentes embargos para tanto.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PAULO ALEXANDRE BATISTA DE LIMA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, em 30/03/2022 às 09:19 , sob o número WPRO22003431896.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2270849-47.2021.8.26.0000 e código 19

I. DO MÉRITO

O Agravado limita-se a suscitar **pontos sobre os quais já há decisão** final, **atingidas pelo fenômeno da coisa julgada**, conforme o v. acórdão e decisões anteriores já determinaram, senão vejamos:



Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PAULO SERGIO ANDRADE DE LIMA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 30/03/2022 às 09:19 , sob o número WPRO22003431896.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2021846-26.2021.8.26.0000 e código 19



As questões acima foram examinadas e reexaminadas ao longo de quase 11 anos de processo, inclusive em instâncias superiores, não havendo mais como serem objeto de alteração, como pretende o Agravado.

II. DOS DOCUMENTOS ACOSTADOS

Trata-se de petição protocolizada pelos Agravantes em **21.01.2014** e não 21.01.2013, conforme alega o Agravado.

A r. sentença foi proferida em 08.08.2012 e o recurso de apelação - intempestivo - interposto pelo Agravado em 03.12.2012, não foi admitido com efeito suspensivo (doc 1) quanto aos efeitos da tutela , prosseguindo-se a aplicação da multa diária (docs 2 e 3)

Portanto, tal petição somente corrobora as alegações dos Agravantes.

Além disso, destaca-se o 3º parágrafo da petição, que afirma não ter havido manifestação acerca do valor condenatório por parte do Agravado.

> *"Visto que o Réu* ***igualmente se silenciou quanto à execução do valor condenatório,*** *os Autores indicam à penhora o imóvel do Réu, matrícula 93.959 – imóvel Gleba 1 "Sítio Primavera" Registrado no Oficial de Registro de Imóveis e Anexos da Comarca de Atibaia, SP, onde deverã ser averbada a penhora em favor de Espólio de Gabriele Baraldi em razão da garantia da execução da presente (execução) sic"*

Já na cota ministerial acostada, verifica-se que no ano de 2016 sequer havia decisão definitiva acerca da conversão do pedido de obrigação de fazer em perdas e danos.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por PAULO ALEXANDRE BATISTA MUNHOZ e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 30/03/2022 às 09:19 , sob o número WPRO22003431896.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 10108469-26.2021.8.26.0008 e código 19

III. DA APLICAÇÃO DA MULTA POR LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ

Destaca-se que o Agravado sempre agiu com **extrema deslealdade** e má-fé, fomentadas pelo fato de nunca ter sofrido qualquer consequência processual. Embora os Agravantes tenham requerido a aplicação da multa por litigância de má-fé por diversas vezes, e ainda que tenha sido o Agravado alertado exaustivamente de seus atos maliciosos, não cessaram as tentativas de protelar o feito.

O Juízo irá ignorar a petição de fls. 371/373, que está muito próximo da deslealdade processual e das sanções do art. 600, do CPC.

Aguardo provocação adequada do vencedor.

Int.

Atibaia. 18 de dezembro de 2013.

doc 3 - decisão de 18.12.2013

Diante da insistência do executado, que se opõe à execução empregando meios artificiosos e resiste injustificadamente às ordens judiciais, advirto-o de que seu procedimento constitui ato atentatório à dignidade da Justiça (CPC, art. 772, II cc 774, II e IV), passível de aplicação de multa se nova manifestação neste sentido for apresentada.

2) Quanto aos cálculos, diga a exequente em 5 dias.

3) Mantenho o leilão já designado.

Intime-se.

Atibaia, 22 de julho de 2020.

doc 4 - decisão de 22.07.2020

Em verdade, como já alertado diversas vezes, o executado limita-se a repisar argumentos já definidos nesta seara e em Superior instância, demonstrando o caráter meramente protelatório do recurso e de diversas manifestações nos autos.

Assim, não acolho os embargos interpostos.

Intime-se.

Atibaia, 30 de novembro de 2020.

doc 5 - decisão de 20.11.2020

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por [illegible]
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1021869-26.2021.8.26.0000 e código 19[illegible]

Nota-se que o requerido repisa argumentos já apreciados e rejeitados por este Juízo, alguns deles inclusive em Superior Instância, buscando unicamente interromper o andamento da lide.

Intime-se.

Atibaia, 16 de dezembro de 2020.

doc 6 - decisão de 16.12.2020

Por fim, a própria MM. Desembargadora Relatora observou em sua parte final da decisão do presente Agravo de Instrumento:

Em arremate, anoto que a questão aqui tratada, não cabe discussão, pois foi atingida pelo fenômeno da coisa julgada e princípio da segurança jurídica. Cabendo, inclusive, ao agravado, multa por litigar de má-fé, ciente da obrigação (confessada, tanto que ajuizou demanda contra o ex-proprietário do bem, reconhecendo a irregularidade do rio que atravessa o terreno da parte agravante) peticiona e repisa fatos que já foram julgados e transitados em julgado. Contudo, deixou, neste momento, de condenar o agravado pela irregular litigância, ressalvando que eventual insurgência contra decisão transitada em julgado haverá condenação nos moldes e percentuais descritos na lei processual civil.

Diante do exposto, **DOU PROVIMENTO** ao recurso para manter o valor do débito em R$ 825.266,23.

MARIA LÚCIA PIZZOTTI
Relatora

E assim mesmo, ardilosamente, o Agravado por meio de embargos declaratórios, insiste nas mesmas alegações **elencadas no item I,** que sabe já terem sidos julgadas, inclusive em 2ª instância, em ação rescisória, em mandado de segurança, em recurso especial, com fim meramente protelatório, como já visto por diversas vezes pelos Agravantes.

Dessa forma, é imprescindível a aplicação da multa ao Agravado por litigância de má-fé, prevista no artigo 80, incisos I, II, IV, V, VI, VII do CPC, especialmente por protelar o feito com interposições de recursos e incidentes que sabe descabidos.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por [illegible]
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1021846-76.2021.8.26.0000 e código 19[illegible]

DOS PEDIDOS

Por todo o exposto, requer a IMPROCEDÊNCIA dos embargos de declaração interpostos pelo Agravado, visto não existir qualquer omissão ou contradição a ser sanada na v. decisão proferida.

Requer derradeiramente, seja aplicada ao Agravado a multa por litigância de má-fé, prevista no artigo 81, §3º do CPC, em valor suficiente para inibir seus atos ardilosos no processo, tendo em vista que **novamente** o Requerido está **se insurgindo, buscando efeito modificativo** em **decisões** sobre a qual já há **coisa julgada**, conforme determinado por este E. Tribunal de Justiça em seu v. acórdão.

Termos em que
pede e aguarda deferimento.

São Paulo, 30 de Março de 2022.

*documento assinado digitalmente

Melissa Yumi Koga Baraldi
OAB/SP 211.408

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA YUMI KOGA BARALDI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, em 30/03/2022 às 09:19 , sob o número WPRO22003431896.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2071046-76.2021.8.26.0000 e código 19486332.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
30ª Câmara de Direito Privado
Conselheiro Furtado, nº 503 - 5º andar - CEP: 0000--999-999

TERMO DE CONCLUSÃO

Processo nº:	**2270849-47.2021.8.26.0000/50000**
Classe:	**Embargos de Declaração Cível**
Assunto:	**Direito de Vizinhança**
Órgão Julgador:	**30ª Câmara de Direito Privado**
Partes:	**é embargante RAUL DONATO MENDES, é embargados VALÉRIA BARALDI E OUTRO**
Foro/Vara de origem:	**Foro de Atibaia - 1ª Vara Cível**
Nº do processo na origem:	**0010369-26.2011.8.26.0048**

CONCLUSÃO

Faço estes autos conclusos a(o) Exmo(a). Senhor(a) Desembargador(a) MARIA LÚCIA PIZZOTTI.

São Paulo, 30 de março de 2022.

_____

Eu, ELIELTON DANIEL, Matr. M372075, Escrevente Técnico Judiciário, subscrevi.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ELIELTON DANIEL e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo - SP, em 30/03/2022 às 13:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2270849-47.2021.8.26.0000 e código 1[illegible]524.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2022.0000259942

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração Cível nº 2270849-47.2021.8.26.0000/50000, da Comarca de Atibaia, em que é embargante RAUL DONATO MENDES, são embargados VALÉRIA BARALDI e JOSÉ RENATO BARALDI.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 30ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Rejeitaram os embargos. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores ANDRADE NETO (Presidente) E LINO MACHADO.

São Paulo, 7 de abril de 2022.

MARIA LÚCIA PIZZOTTI
Relator(a)
Assinatura Eletrônica

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARIA LUCIA PIZZOTTI e RAUL DONATO MENDES, em 16/05/2022 às 09:34 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2270849-47.2021.8.26.0000 e código 407049312.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMBARGANTE: RAUL DONATO MENDES
EMBARGADO: ESPÓLIO DE GABRIELE BARALDI representado por seus herdeiros Valéria Baraldi e José Renato Baraldi
VOTO 34890
(m)

EMENTA
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – CARÁTER INFRINGENTE
- Descabida a alteração do que já foi decidido por meio de embargos de declaração, que não é recurso próprio para este fim. Se a embargante entende que a questão não foi bem apreciada, o recurso cabível é outro, que não os embargos de declaração, que se prestam a esclarecer, se existentes, dúvidas, omissões ou contradições no julgado; não para que se conforme a decisão ao entendimento da embargante;

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS

Trata-se de embargos de declaração opostos contra v. acórdão desta c. Câmara de Direito Privado que, por unanimidade, deu provimento ao agravo de instrumento interposto pela parte embargada.

O embargante executado pugna pela declaração do v. Acórdão. Pretende o acolhimento dos presentes embargos, em notório caráter infringente.

É a síntese do necessário.

Prescreve o artigo 1.022 do Código de Processo Civil, que somente serão cabíveis embargos de declaração quando houver obscuridade ou contradição na decisão judicial, ou omissão em ponto relevante não abordado pelo Julgador, assim como erro material.

Nos embargos em análise, o que pretende a embargante, em verdade, **é a modificação do acórdão quanto ao que foi decidido, mormente a questão relacionada à redução dos locatícios.** Sem razão, contudo.

Restou fundamentado na r. decisão ora combatida que:

(...) não há que ser considerada a questão do alegado impedimento à obrigação de fazer, pois, houve diversos prazos para que o agravado se manifestasse, havendo confissão sobre o não cumprimento da obrigação de fazer (desvio do curso do rio) e o prazo para impugnação e apresentação de cálculos devidos há muito havia decorrido. Deixou o agravado de cumprir comando judicial (desviar o curso do rio), convertido o feito em perdas e danos, interpôs diversos recursos, impedindo o andamento do processo e o pagamento do débito". (fls. 169)

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARIANA DE LIMA E MENDES, Liberado nos autos em 16/05/2022 às 09:34 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2270849-47.2021.8.26.0000 e código 107049312.

Trata-se de mero inconformismo com o resultado do julgamento, não cabendo alteração do que já foi decidido por meio de embargos de declaração, que não é recurso próprio para este fim.

Se a embargante entende que a questão não foi bem apreciada, o recurso cabível é outro, que não os embargos de declaração, **que se prestam a esclarecer, se existentes, dúvidas, omissões ou contradições no julgado**; não para que se conforme a decisão ao entendimento do embargante (STJ ED AgrRg REsp n° 1.027- DF, DJU de 23.09.91).

Pelo exposto, **CONHEÇO** dos embargos de declaração e os **REJEITO.**

Maria Lúcia Pizzotti
Relatora

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARIA LUCIA PIZZOTTI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, em 16/05/2022 às 09:34 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2270849-47.2021.8.26.0000 e código 107649312.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR PRESIDENTE DA 30ª. CÂMARA DE DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO.

RECURSO ESPECIAL

AGRAVO DE INSTRUMENTO 2270849-47.2021.8.26.0000
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO 5000
AGRAVANTE: ESPÓLIO DE GABRELE BARALDI
AGRAVADO: RAUL DONATO MENDES

Vara de Origem: 1ª. Vara Cível de Atibaia *Processo 0010369-26.2011.8.26.0048-Indenização por dano material*

RAUL DONATO MENDES, brasileiro, trabalhador rural, convivente em união estável, solteiro, portador do RG. 27.233.858-9 – SSP/SP., e do CPF 252.972.718-00, residente e domiciliado na Estrada Municipal do Mackenzie – 3000 – Sítio Primavera - Bairro Itapetinga – CEP 12948-490 – ATIBAIA, SP., vem respeitosamente a presença de Vossa Excelência, por sua advogada, impetrar

RECURSO ESPECIAL

em face do ESPÓLIO DE GABRIELE BARALDI, representado pelos herdeiros, JOSÉ RENATO BARALDI, brasileiro, casado, comerciante, RG. 23.402.412-4, CPF 278.447.828-97, e VALÉRIA BARALDI, brasileira, divorciada, cirurgiã dentista, RG. 19.669.972-1, SSP/SP, CPF 188.347.398-50, inconformado com o R. Acórdão 20220000259942 - que negou provimento aos EMBARGOS DE DECLARAÇÃO impetra, com fundamento no artigo 105, III, alíneas “a” e “c” da Constituição Federal e do artigo 1029 do CPC/2015, requerendo seja recebido, processado e admitido, determinando sua remessa ao Colendo SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.

Termos em que,
Pede Deferimento.

Atibaia, 09 de maio de 2022.

Duenes do Carmo Silva
OAB/SP. 209712

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, em 09/05/2022 às 11:54 , sob o número WPRO22005063827.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código A00063827.

EGRÉGIO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA!

RECORRENTE: Raul Donato Mendes
RECORRIDO: Espólio de Gabriele Baraldi

RECURSO ESPECIAL

COLENDA TURMA!
EMÉRITOS MINISTROS!

Com a *maxima venia,* o V. Acórdão recorrido merece reforma.

Lamentavelmente, o Egrégio Tribunal de Justiça de São Paulo, com relação às provas carreadas pelo ora Recorrente, se limitou a dizer que ele teria que utilizar de Recurso Próprio, restando tão somente recorrer à Instância Superior.

- Em alguns casos, quando apreciadas as provas, embora perceptíveis, favoráveis ao Recorrente, o Tribunal se posicionou de forma contrária.

Apesar de o Recorrente questionar as contradições e omissões em RECURSO PRÓPRIO, não obteve êxito.

Diante disso, se vê obrigado à RECORRER ao SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.

- Tomemos apenas um exemplo fático; embora haja outros:

- O Recorrente foi condenado a fazer a reversão de um curso d'água à situação anterior, sob pena de multa diária.

- O Recorrido, por vontade própria, optou pela não reversão, alegando que a reversão lhe traria prejuízos (fartamente comprovado nos autos) preferindo ser indenizado.

Ora!! A multa diária deixou de existir quando o Recorrido não quer a reversão!!

- Em reforço, ao alegado, em 1ª. INSTÂNCIA, a Douta Juíza se **posicionou favorável** ao Recorrente, embora tardiamente, decidindo que havia impedimento alheio à sua vontade para que a reversão do curso d'água ocorresse, havendo inclusive AÇÃO DE INDENIZAÇÃO por perdas e danos em curso, para o mesmo fim, como se verá a seguir.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por [illegible]
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1008469-26.2021.8.26.0068 e código A00016528.

O Recorrido **agravou** da decisão, vindo o Tribunal de Justiça de São Paulo a decidir de **forma contrária**, mantendo a cobrança da multa diária, sem data limite. Daqui a pouco, o valor a ser pago ultrapassará um milhão de reais.

- Imaginemos essa dívida para alguém que sobrevive com renda de menos de 02 salários mínimos/mensal como trabalhador rural!!!!!!!

Estamos diante de ENRIQUECIMENTO ILÍCITO, esperando enfim, por uma apreciação acurada das provas, por medida de JUSTIÇA.

I - SÍNTESE DOS FATOS

1 - O Recorrente, trabalhador rural em regime de economia familiar, adquiriu mediante permuta de seu único imóvel, área descrita na Matrícula 93.959, em 11.07.08, para o cultivo de mudas de rosas.

Tal área confronta com a do Recorrido.

2 - Por volta do **ano 2000**, o proprietário anterior JOSÉ FORTUNA, da área hoje pertencente ao Recorrente, mediante processo administrativo no DAEE – DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ENERGIA ELÉTRICA – com a devida **anuência** do Recorrido, requereu, dentre outros, a regularização e OUTORGA de alteração de um curso d'agua para as divisas das propriedades.

Na ocasião da reversão do curso d'água, um galinheiro e um estábulo, na propriedade do Recorrido, ficaram a menos de 30 metros da margem.

A OUTORGA regularizando a reversão, data de **26.09.2003**, quando vigente a RESOLUÇÃO 302 de 13.05.2002 – CONAMA, que prevê **distância mínima 100(cem)metros**, da área de APP, quando se tratar de **zona rural,** que é o caso.

- Entretanto, as construções estavam a **menos de 30 metros da margem**. Dessa forma, entende que o órgão Ambiental – DAEE – **não poderia** regularizar a obra de reversão.

Mesmo estando a reversão do curso d'água em desacordo com a LEGISLAÇÃO vigente, o DAEE deferiu a OUTORGA.

3 - Por **mais de 10(dez) anos** o curso d'agua seguiu seu leito tranquilamente e sem problemas. Entretanto, em janeiro de 2011, ocorreu uma chuva **acima da média**, causando transtornos em vasta área do Município.

A mesma chuva destruiu o galinheiro e o estábulo do Recorrido, rompeu uma barragem na propriedade do Recorrente, causando-lhe danos em maior monta.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por [illegible]
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0710869-26.2021.8.26.0000 e código A000[illegible].

- Porém, em nenhum momento O Recorrente se virou contra o proprietário anterior, nem mesmo contra o Recorrido, GABRIELLI BARALDI, que **anuiu** com a reversão do curso d'água.

- Pelo contrário! Chamou a POLÍCIA AMBIENTAL, registrou ocorrência, sendo autorizado a realizar obras no local, em valor aproximado de R$ 70.000,00 (setenta mil reais), na ocasião, e desde então, não se falou em novos transtornos no local.

4 **- Em 2011,** GABRIELLI BARALDI, que anuiu com a mudança do curso d'água para as divisas das propriedades, **era morto**, e a viúva, ANNITA HERMINE BARALDI, afirmou no decorrer do feito, não viver com GABRIELI BARALDI, e que desconhecia que tenha dado sua concordância, **recorrendo à justiça,** pedindo indenização pelo **galinheiro e o estábulo**.

Houve Perícia, comprovando haver **nexo causal** entre a mudança do curso d'água e os danos materiais do galinheiro e do estábulo do Recorrido.

5 – Sobreveio a **sentença,** em 03.08.2012, condenando o Recorrente, por ser o atual proprietário do imóvel, a reverter o curso d'água a situação anterior, sob pena de multa diária de R$ 200,00(duzentos reais), mais indenização de R$ 53.800,00 (cinquenta e três mil e oitocentos reais) pelos danos materiais.

Na sentença, afirma o D. Juiz de 1ª. Instância tratar-se de obra **totalmente irregular!** Logo, é fato que antes da prolação da sentença deveria ter ouvido o órgão que a regularizou. O que não ocorreu.

6 – A Recorrida ingressou com CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DA SENTENÇA, na vigência do CPC anterior, em autos distintos, cuja IMPUGNAÇÃO À EXECUÇÃO até essa data não foi apreciada. (Autos 0001385-82.2013.8.26.0048)

7 – A Recorrida requereu PENHORA no único bem imóvel de propriedade do Recorrente, sendo deferida, indo a leilão.

O Recorrente, para não ter expropriado seu único bem imóvel, recorreu, com farta prova do seu endereço, declaração pública de testemunha, pesquisa de bens, bem como, **DECISÃO DO STF – TEMA 961 - ARE 1038507** - com **REPERCUSSÃO GERAL**, demonstrando a **IMPENHORABILIDADE.**

- Em reforço ao alegado, juntou decisão da mesma 30ª. CÂMARA JULGADORA, deferindo a **SUSPENSÃO** dessa **PENHORA** nos autos 1000739-84.2015.8.26.0048, contradizendo a própria decisão desse feito.

- E, apesar da **CONTRADIÇÃO**, o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO manteve a PENHORA. O que entende ser um equívoco grave.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por [illegible]
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1000739-84.2021.8.26.0048 e código A000[illegible]

8 – Nessa seara, a Sentença de 1º. Grau **deferiu** os benefícios da JUSTIÇA GRATUITA ao Recorrente. Entretanto, posteriormente, o Tribunal de Justiça de São Paulo, **indeferiu-a**, tendo como motivação o fato de o Recorrente possuir imóvel no valor de R$ 300.000,00, declarado à Receita Federal, (a que está obrigado em razão do valor do bem), e que tenha pago uma despesa de R$37.800,00, despesa essa, **paga por terceiros**, devidamente grafado na petição, quando da juntada, que o mesmo não havia sido feito pelo Recorrente, que sequer possui conta bancária e **nunca** possuiu cartão de crédito em seu nome.

Além do que, o Recorrente **jamais** possuiu registro na CTPS, sequer é cadastrado no CNIS, ante o fato trabalhar em regime de economia familiar a vida toda, nunca possuiu empresa em seu nome**, tudo** devidamente documentado nos autos.

E novamente o Tribunal de justiça de São Paulo ignora as provas, mantendo o indeferimento da Justiça Gratuita.

- Ante o exposto, por DIREITO e JUSTIÇA recorre à essa NOBRE CORTE.

II – DO IMPEDIMENTO PARA REVERTER O CURSO D'ÁGUA À SITUAÇÃO ANTERIOR – DA AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR PERDAS E DANOS – DA DECISÃO DE 1ª. INSTÂNCIA PELA INEXISTÊNCIA DE MULTA POR DESCUMPRIMENTO –

Em **2009**, portanto, antes da sentença **(03.08.2012),** mediante processo administrativo TCRA's, números **88.922/09** e **88.941/09,** o Recorrente cedeu sua propriedade para a **PLANTAÇÃO DE 700 MUDAS DE ÁRVORES** nativas, em cumprimento ao **TAC –** Termo de Ajustamento de Conduta **20/2010,** firmado por ele, seu irmão RENIL WILLIA MENDES e ESPÓLIO DE SERGIO GONÇALVES PACHECO e o **MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL.**

Ditas mudas de árvores, **casualmente,** foram plantadas na área onde antes era um curso d'água. O Recorrente sequer tinha conhecimento da existência dele no local.

- Impossível então, seria prever que no futuro seria condenado a reverter o curso d'água ao local anterior.

Diante, disso, foram diversos **REQUERIMENTOS** tanto do Recorrente como do Recorrido, pedindo a manifestação do **MINISTÉRIO PÚBLICO AMBIENTAL**, parte coatora no TAC 20/2010, bem como, fossem apreciadas as razões do impedimento para a reversão do curso d'água à situação anterior.

- Quanto a Manifestação do MINISTÉRIO PÚBLICO AMBIENTAL, ela **NÃO OCORREU** nos autos 0010369-26.2011.8.26.0048, ocorrendo somente no incidente da execução (0001385-82.2013.8.26.00480, sendo que a

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por [illegible]
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código A000045828.

APRECIAÇÃO das razões do impedimento pela 1ª. Instância, só ocorreu em **10.09.2021,** levando o Recorrido a AGRAVAR da decisão.

Assim decidiu a Douta Magistrada de 1ª. Instância:

"2) Fls. 1140/1141: de fato há questão pendente de análise, ou seja, se o ajuizamento do pedido de conversão da obrigação de fazer, em perdas e danos, traz reflexos, ao menos em parte quanto ao objeto desta execução.

E, a esse respeito, assiste razão ao executado.

Com efeito, após várias manifestações do executado de que não tinha condições de cumprir a obrigação de fazer, fixada no julgado, de reverter o curso do rio, por ter firmado TAC com o Ministério Público (por questões ambientais), e após manifestação do Ministério Público, no incidente de cumprimento de sentença em apenso (0001385-82.2013.8.26.0048), o exequente aqui se manifestou, às fls. 584/586, 587/589, 620 e 623, e também às fls. 129/130 do incidente em apenso 0001385.82.2013.8.26.0048, concordando com a conversão da obrigação de fazer, em indenização por perdas e danos.

Foi então proferida a decisão de fls. 635, no sentido de que a presente execução deveria prosseguir pelo valor líquido, e que o pedido de indenização por perdas e danos deveria ser formulado em incidente próprio.

Em virtude disso, o exequente ajuizou ação, que tramita por este juízo, sob nr. 1006087-78.2018.8.26.0040 (atualmente em fase de perícia), em que pleiteia a reparação dos danos, já que a alteração do curso do rio (e que não será revertida), invadiu sua propriedade, e parte dela ficou inutilizada, pelo próprio curso do rio, e pela restrição de uso, quanto às margens do rio.

Evidente, portanto, que a conversão da obrigação de fazer, por indenização por perdas e danos, atinge no caso dos autos, a própria obrigação de fazer (ou seja, a obrigação de reverter o curso do rio, que não será cumprida – e esse é o fundamento do pedido de indenização).

E, se a conversão atinge a obrigação principal, não há que se falar em exigência de multa fixada para o seu descumprimento, na medida em que o exequente, à vista das ponderações do executado e do Ministério Público, admitiu que o cumprimento da obrigação de fazer não era realmente viável.

Não se trata, portanto, de descumprimento voluntário.

- Entretanto, o Egrégio Tribunal de Justiça de São Paulo decidiu a favor do Recorrido, deferindo o agravo.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por [illegible] e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, em 24/02/2022 às 13:47 , sob o número WPRO22005063827.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0271084-26.2021.8.26.0000 e código A000163528.

- VEJAMOS: cumprir a SENTENÇA, fazendo a reversão do curso d'água a situação anterior levaria o RECORRENTE ao cometimento de **CRIME AMBIENTAL** e ao pagamento de multa de 1/2 salário mínimo/dia, ou seja, em valor maior que a multa da sentença, R$ 200,00/dia, além de outras cominações legais.

- Não se vislumbra qualquer lógica na decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO, que deferiu o AGRAVO interposto pelo Recorrido, mantendo o pagamento de multa de R$200,00/dia infinitamente, (**sem data limite).**

II – DAS RAZÕES DO PRESENTE

Infelizmente a sentença de 1º. Grau, eivada de equívocos, deveria ser anulada. O Processo está em um estado de confusão que necessita ser apreciado e revisto por essa CORTE SUPERIOR, para enfim, por Direito, seja aplicada a Justiça.

É notória a falta de manifestação sobre determinadas provas cabais juntadas pelo ora Recorrente, como se constata no exemplo do preâmbulo.

1º. - A JUSTIÇA não ouviu**, antes da prolação da Sentença,** o DAEE, órgão responsável pelo comando decisório que **legalizou obra IRREGULAR,** segundo decidiu o D. Juiz de 1ª. Instância.

- Vislumbrando se tratar de obra IRREGULAR, conforme afirma a sentença, obrigatoriamente dever-se-ia ouvir o DAEE – Departamento de Águas e Energia Elétrica, antes da assertiva.

Incontroverso, que o JUDICIÁRIO possa rever os atos administrativos no caso de suposta ilegalidade; e por cautela deveria ter ouvido o DAEE, antes da prolação da sentença.

2º. - A JUSTIÇA também não ouviu, **antes da prolação da Sentença,** o MINISTÉRIO PÚBLICO AMBIENTAL, órgão responsável pelo ato decisório que originou o TAC – Termo de Ajustamento de Conduta, firmado em 2010, **(antes da sentença**), que viria a impedir o Recorrente de retornar o curso d'água à situação anterior, apesar dos diversos requerimentos para tanto.

- Consequentemente, não ocorreu o LITISCONSÓRCIO NECESSÁRIO. Dessa forma, **não houve** ato Jurídico Perfeito.

3º. - O Recorrido, **por desejo próprio**, não quis que o Recorrente fizesse a reversão do curso d'água, pois **lhe traria prejuízos,** optando por indenização por perdas e danos, já em curso.

Mesmo assim, insiste em cobrar a MULTA DIÁRIA pela NÃO reversão. No mínimo é ENRIQUECIMENTO ILÍCITO, quando cobra duas vezes o mesmo débito, sem data limite, tornando-se IMPAGÁVEL.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por [illegible]
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0710869-26.2021.8.26.0000 e código A00016528.

4º.- Manter a **cobrança da multa indefinidamente** é outra omissão crassa do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO. Ora, se a multa diária, pela não reversão do curso do d'água está sendo cobrada desde 24.10.2012, essa multa será cobrada até quando???

- Há que se impor um limite!!

- Ora! Sabendo-se que o Recorrido **não quis** fosse feita a reversão do curso d'água à situação anterior, **onde está o direito** em cobrar MULTA pela não reversão?

5º.- Não foram julgados os EMBARGOS À EXECUÇÃO, impetrados na vigência do CPC anterior, que seguiram em autos separados – CUMPRIMENTO DE SENTENÇA 0001385-82.2013.8.26.0048.

6º.- IMPENHORABILIDADE do bem imóvel: é fato que tenha ocorrido decisão de 1ª e 2ª. Instâncias deferindo a penhora do único bem imóvel, residência do Recorrente e familiares, entretanto, em sendo apresentada a Busca de bens em nome do Recorrente, comprovantes de endereços, declaração pública de testemunha, fotos, e por fim, a decisão do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL **– TEMA 961 - ARE 1038507** - com **REPERCUSSÃO GERAL**, sobre impenhorabilidade, cujos requisitos o Recorrente preenche.

Alguma manifestação sobre ditas provas haveria de ocorrer. Simplesmente decidir ser o imóvel impenhorável, sem fundamentação é **cercear** o direito de defesa.

Além do que, mais de 10 anos se passaram, o Recorrente constituiu família, o irmão se separou vindo a residir no imóvel juntamente com o filho, já que não dispõe de outro bem.

Ou seja: o imóvel, se mantém IMPENHORÁVEL.

7º.- INDEFERIMENTO DA JUSTIÇA GRATUITA: inicialmente foi deferida a Justiça Gratuita ao Recorrente. Mais tarde, indeferida, por ter um imóvel em seu nome. E, apesar de juntados documentos convencionais, CTPS, Declaração de Imposto de Renda, inexistência de CNIS, inexistência de conta bancária e cartão de crédito, de todo o período, **nada foi dito sobre elas.**

Como dito acima, a 30ª. CÂMARA DE DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO, defere a JUSTIÇA GRATUITA para o Recorrente num feito e a nega em outro.

- Defere a SUSPENSÃO DA PENHORA num feito e a nega em outro.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por [illegible]
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0001385-82.2013.8.26.0048 e código [illegible]

EMENTA

"AÇÃO REGRESSIVA - IMÓVEIS CONTÍGUOS – VIZINHANÇA – DESVIO DE CÓRREGO – RESPONSABILIDADE PELOS DANOS CAUSADOS – CORREÇÃO MONETÁRIA

1 – .....

2 – Autor/ Apelante que foi condenado em outra demanda ressarcir prejuízos causados pelo réu, seu vizinho, conforme restou comprovado por laudo pericial. Vizinho que deve ressarcir os gastos efetuados suspendendo-se a alienação do imóvel penhorado em nome do autor que não é responsável pela causa do dano. (Grifo nosso)

É fato que estamos diante de CONTRADIÇÃO. POR DIREITO E JUSTIÇA as provas hão de ser revistas.

III - DO DIREITO

C.F.- Art. 105. Compete ao Superior Tribunal de Justiça:

III - julgar, em recurso especial, as causas decididas, em única ou última instância, pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando a decisão recorrida:

a) Contrariar tratado ou lei federal, ou negar-lhes vigência;

NCPC - Art. 489. São elementos essenciais da sentença:
§ 1o Não se considera fundamentada qualquer decisão judicial, seja ela interlocutória, sentença ou acórdão, que:
I - se limitar à indicação, à reprodução ou à paráfrase de ato normativo, sem explicar sua relação com a causa ou a questão decidida;
(. . .)
IV - não enfrentar todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador;

IV – DO PEDIDO

- Face ao exposto, em atendidos os requisitos de admissibilidade, requer seja recebido, admitido e processado, julgando procedentes os pedidos.

1 – Declaração da inexistência do Litisconsórcio necessário, com a nulidade da sentença, ante a falta de oitiva do DAEE e do MINISTÉRIO PÚBLICO AMBIENTAL nos autos originários, antes da sentença, que levou a Justiça a prolatar sentença conflitante, qual seja:

- O Recorrente não pode cumprir o comando decisório; e o Recorrido se aproveita da situação para cobrar multa indevida.

2 – Caso se faça necessário, seja ouvido o MINISTÉRIO PÚBLICO AMBIENTAL DE ATIBAIA, convalidando os termos do TAC 20/2010, para enfim, confirmar ser indevida a multa diária cobrada nesse feito.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por [illegible]
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0710869-26.2021.8.26.0000 e código A00016528.

3 – Manutenção da DECISÃO AGRAVADA, que saneou a falta de apreciação de questão pendente de análise, qual seja, a inexistência da multa diária que insiste o Recorrido em cobrar.

Ou, por improvável que decida o contrário, que haja fixação de limite da multa diária ante o valor excessivo e impagável.

4 – Apreciação das provas da hipossuficiência, que pode ser requerida a qualquer tempo, restaurando o Benefício da Justiça Gratuita.

– Apreciação das provas da Impenhorabilidade, em especial DECISÃO DO STF TEMA 961 - REPERCUSSÃO GERAL – ARE 1038507, e o acórdão do Tribunal de Justiça, que determinou fosse suspensa a penhora em feito conexo, único bem imóvel do Recorrente, declarando a IMPENHORABILIDADE.

E, por improvável que ocorra, requer seja desconstituída penhora até que seja julgada a IMPUGNAÇÃO À EXECUÇÃO nos autos 0001385-82.2013.8.26.0048 – 1ª. Vara Cível da Comarca de Atibaia.

7 – Intimação do Recorrido para que manifeste se o desejar.

Termos em que,
Pede Deferimento.

Atibaia, 09 de maio de 2022.

Duenes do Carmo Silva
OAB.SP. 209712

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, em 09/05/2022 às 11:54 , sob o número WPRO22005063827.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0001385-82.2013.8.26.0048 e código A00015452.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR PRESIDENTE DA 30ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO.

Processo número 0010369-26.2011.8.26.0048

ESPÓLIO DE GABRIELE BARALDI, representado por seus herdeiros **VALÉRIA BARALDI E JOSÉ RENATO BARALDI**, já qualificados nos autos do processo epigrafado, vem, respeitosamente à presença de Vossa Excelência, através de sua advogada constituída, apresentar suas

CONTRARRAZÕES AO RECURSO ESPECIAL

requerendo que sejam recebidas, atuadas e atendidas as formalidades de estilo, remetidas ao exame do Egregio Superior Tribunal de Jusitça.

Termos em que
pede e aguarda deferimento.

São Paulo, 23 de Maio de 2022.

documento assinado digitalmente

MELISSA YUMI KOGA BARALDI

OAB/SP 211.408

Melissa Yumi Koga Baraldi
mel.adv2007@gmail.com
(11) 98115-5135
(11) 98115-5135

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA YUMI KOGA BARALDI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, em 23/05/2022 às 14:48 , sob o número WPR 22005731870.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 1AC23562.

MELISSA YUMI KOGA BARALDI
ADVOCACIA

EGRÉGIO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CONTRARRAZÕES AO RECURSO ESPECIAL

RECORRENTE: RAUL DONATO MENDES
RECORRIDOS: ESPÓLIO DE GABRIELE BARALDI
PROCESSO NÚMERO 0010369-26.2011.8.26.0048
ORIGEM: 1ª VARA CÍVEL DE ATIBAIA

EMÉRITO MINISTRO RELATOR
ÉMERITOS MINISTROS JULGADORES
NOBRE CORTE.

Trata-se de recurso especial interposto em embargos de declaração opostos contra o v. acórdão desta C. Câmara de Direito Privado, que por unanimidade, deu provimento ao agravo de intrumento interpostos pelos Recorridos.

PRELIMINARMENTE

Importante destacar as razões preliminares que prejudicam a admissibilidade do Recurso Especial interposto pelo Recorrente.

Melissa Yumi Koga Baraldi
@ mel.adv2007@gmail.com
(11) 98115-5135
(11) 98115-5135

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA YUMI KOGA BARALDI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, em 23/05/2022 às 14:48 , sob o número WPR 22005731870.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código 1AC03562.

I. AUSÊNCIA DE REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE DO PRESENTE RECURSO ESPECIAL

Em simples análise à peça recursal, é possível verificar que não foi atendida a exigência estabelecida no §1º do artigo 1.029 do CPC, o que por si só já enseja a não admissibilidade do recurso.

Da leitura das razões recursais, constata-se haver apenas referência a uma única decisão, limitando-se a discorrer de forma genérica tal divergência, sem nenhuma fundamentação para tanto.

Neste caso, como o Recorrente fundamenta a propositura do Resp no artigo 105, III, alíneas "a" e "c", tal fato lhe acarreta prejuízo acerca da admissibilidade do recurso.

II. DA AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO

O prequestionamento é requisito indispensável à propositura do Recurso Especial, exigindo o pronunciamento judicial específico.

Entretatanto, o Recorrente sequer suscitou as questões relativas aos preceitos federais, que NÃO foram debatidas, nem tratadas expressamente na r. decisão recorrida.

Melissa Yumi Koga Baraldi
mel.adv2007@gmail.com
(11) 98115-5135
(11) 98115-5135

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA YUMI KOGA BARALDI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 23/05/2022 às 14:48 , sob o número WPR 0220057318700
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2210369-26.2021.8.26.0000 e código 14C38622.

Portanto, requerem os Recorridos o acolhimento das preliminares alegadas, com o não conhecimento do recurso interposto de forma meramente protelatória.

III. DA FALTA DE ALEGAÇÃO DO R. ACÓRDÃO COM A LEI FEDERAL

Vejamos que o Recorrido sequer suscitou a contrariedade alegada na alínea "a" do artigo 105, II da CF, na r. decisão combatida.

Dessa forma, sequer é possível aos Recorridos contestar adequadamente o presente Recurso Especial.

Ademais, todas as questões alegadas pelo Recorrente já foram objeto de decisão definitiva, devendo o v. acórdão ser mantido pelos seus próprios fundamentos.

IV. DO MÉRITO

Não obstante as preliminares alegadas, os Recorridos responderão às infundadas questões de mérito apresentadas pelo Recorrente.

Melissa Yumi Koga Baraldi
mel.adv2007@gmail.com
(11) 98115-5135
(11) 98115-5135

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA YUMI KOGA BARALDI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 23/05/2022 às 14:48 , sob o número WPR 0022005731870.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2210369-26.2021.8.26.0000 e código 14235622.

As alegações do Recorrido são sempre as mesmas, sobre as quais existem julgamento e trânsito em julgado, senão vejamos:

- não poder reverter o curso do rio por decisão do MP Ambiental;
- necessidade de litisconsórcio necessário com o DAAE;
- impenhorabilidade do imóvel;
- necessidade de concessão de Justiça Gratuita;
- valor excessivo e impagável da dívida por falta de limitação;
- desconstituição da penhora;

Todas as teses foram ultrapassadas e transitaram em julgado, tornando o presente recurso meramente protelatório.

V. DA LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ

O Recorrente foi alertado anteriormente por diversas vezes, acerca do cabimento de multa por litigar de má-fé.

Reproduzem os Recorridos o trecho da r. decisão da qual se insurgiu o Recorrente:

"Em arremate, anoto que a questão aqui tratada, não cabe discussão, pois foi atingida pelo fenômeno da coisa julgada e princípio da segurança jurídica. Cabendo, inclusive, ao agravado, multa por litigar de má-fé, ciente da obrigação (confessada, tanto que ajuizou demanda contra o ex-proprietário do bem,

Melissa Yumi Koga Baraldi
mel.adv2007@gmail.com
(11) 98115-5135
(11) 98115-5135

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA YUMI KOGA BARALDI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 23/05/2022 às 14:48 , sob o número WPR 0022005731870.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2210369-26.2021.8.26.0000 e código 14C23562.

reconhecendo a irregularidade do rio que atravessa o terreno da parte agravante) peticiona e repisa fatos que já foram julgados e transitados em julgado. Contudo, deixou, neste momento, de condenar o agravado pela irregular litigância, ressalvando que eventual insurgência contra decisão transitada em julgado haverá condenação nos moldes e percentuais descritos na lei processual civil."

Requer portanto, a aplicação de multa por litigância de má-fé, vez que o Recorrente novamente está se insurgindo contra decisões julgadas e transitadas em julgado.

VI. DO PEDIDO FINAL

Por todo o exposto, requer seja **INADMITIDO** o Recurso Especial, e na hipótese de sua admissibilidade, lhe seja **NEGADO PROVIMENTO**, mantendo-se a decisão do v.acórdão de fls 203 a 205, posto que **não houve a alegada violação** aos artigos mencionados, tampouco restou comprovada divergência jurisprudencial, além de condenar o Recorrido ao pagamento de honorários sucumbenciais.

Termos em que,
Pede deferimento
São Paulo, 23 de Maio de 2022.

*documento assinado digitalmente

MELISSA YUMI KOGA BARALDI
OAB/SP 211.408

Melissa Yumi Koga Baraldi
mel.adv2007@gmail.com
(11) 98115-5135
(11) 98115-5135

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA YUMI KOGA BARALDI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 23/05/2022 às 14:48 , sob o número WPR0022005731870.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2210369-26.2021.8.26.0000 e código 14235622.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PRESIDÊNCIA DA SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO

2270849-47.2021.8.26.0000
M362838

Recurso especial nº 2270849-47.2021.8.26.0000.

I. Trata-se de recurso especial interposto por RAUL DONATO MENDES, com fundamento no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, contra o V. Acórdão proferido na C. 30ª Câmara de Direito Privado.

II. O recurso não reúne condições de admissibilidade pela alínea "a" da norma autorizadora.

Alegação de violação a normas constitucionais:

Consigno que a assertiva de ofensa a dispositivos e jurisprudências constitucionais não serve de suporte à interposição de recurso especial por fugir às hipóteses versadas no art. 105, III e respectivas alíneas, da Constituição da República.

Deixou s recorrente de indicar qualquer dispositivo de lei federal porventura violado.

Em face da deficiente fundamentação, impõe-se, neste aspecto, a aplicação da Súmula 284 do E. Supremo Tribunal Federal, adotada pelo E. Superior Tribunal de Justiça.

III. Melhor sorte não colhe o reclamo sob o prisma da letra "c".

O dissenso jurisprudencial deve ser comprovado por certidão, ou cópia, ou citação do repositório de jurisprudência, oficial ou credenciado, inclusive em mídia eletrônica, em que tiver sido publicada a decisão divergente, ou ainda pela reprodução do julgado disponível na

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ALEXANDRE DE ALMEIDA ASSUMPCAO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo - Presidencia da Secao de Direito Privado, em 27/07/2022 12:23:45 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2270849-47.2021.8.26.0000 e código 14D62AAC.

internet, com indicação da respectiva fonte, devendo ser demonstrado de forma analítica, mediante o confronto das partes idênticas ou semelhantes do acórdão recorrido e daqueles eventualmente trazidos à colação, na forma exigida pelo artigo 1.029, parágrafo 1º, do Código de Processo Civil, com a transcrição dos trechos que configurem o dissídio, mencionadas as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados (neste sentido, o agravo interno no agravo em recurso especial 1700021/SP, Relatora Ministra **Nancy Andrighi**, in DJe de 11.12.2020 e os embargos de declaração no recurso especial 1856469/SE, Relator Ministro **Mauro Campbell Marques**, in DJe de 23.10.2020).

É condição sine qua non, para efeito de comprovação do dissenso interpretativo, não serem os julgados arrolados oriundos do tribunal prolator da decisão impugnada, e esse é o caso.

Nesse sentido, a própria redação do permissivo constitucional e a da Súmula 13 do E. Superior Tribunal de Justiça.

Pedido de aplicação da pena de litigância de má-fé deduzido em contrarrazões:

Não procede o pedido da parte recorrida de aplicação da multa por litigância de má-fé, uma vez que apenas foi exercido o direito de recorrer, desdobramento natural dos direitos de ação e defesa.

Neste sentido, confira-se entendimento uniforme do E. Superior Tribunal de Justiça: AgInt no RE no Ag Int nos EAREsp 823222/MG, Rel. Min. Vice-Presidente do STJ, DJe de 27.10.2017; AgInt no RE nos EDcl no AgInt no AREsp 897028/RJ, Rel. Min. Vice-Presidente do STJ, DJe de 27.10.2017; EDcl no RE nos EDcl no AgInt no AREsp 712747/SE, Rel. Min. Vice-Presidente do STJ, DJe de 19.12.2017; e EDcl no RE nos EDcl nos EREsp 1535196/SP, Rel. Min. Vice-Presidente do STJ, DJe

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ALEXANDRE DE ALMEIDA SOUZA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo - Presidencia da Secao de Direito Privado, em 19/12/2022 09:33 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2270849-47.2021.8.26.0000 e código 14052457.

de 25.9.2017.

Pedido de majoração da verba honorária formulado em contrarrazões:

De resto, o pedido deduzido nas contrarrazões do recurso especial de majoração de honorários advocatícios não comporta análise neste momento processual. Isso porque, nos termos do artigo 85, §11, do Código de Processo Civil atual, o pronunciamento a respeito de majoração da verba honorária dar-se-á por ocasião do eventual julgamento do recurso, cabendo a esta Presidência apenas a realização do juízo de admissibilidade dos recursos excepcionais dirigidos às Cortes Superiores.

IV. Pelo exposto, **INADMITO** o recurso especial, com base no art. 1.030, V, do CPC.

V. Alerto que esta Presidência não conhecerá de eventuais embargos declaratórios opostos contra a presente decisão. Isto porque o E. Superior Tribunal de Justiça já consagrou entendimento no sentido de que os embargos de declaração opostos contra decisão de inadmissão de recurso especial não têm o condão de interromper ou suspender o prazo recursal, uma vez que o único recurso cabível contra tal despacho é o agravo em recurso especial (nesse sentido: AgInt no AREsp 1599563/RJ, 3ª Turma, Relator Ministro **Ricardo Villas Bôas Cueva**, in DJe de 03.11.2021; AgInt no AREsp 1875740/RJ, 4ª Turma, Relator Ministro **Luis Felipe Salomão**, in DJe de 28.10.2021; AgInt nos EDcl no EAREsp 1632917/SP, Corte Especial, Relator Ministro **João Otávio de Noronha**, in DJE de 11.03.2021 e AgInt no AREsp 1703448/RS, 4ª Turma, Relatora Ministra **Maria Isabel Gallotti**, in DJe de 11.02.2021).

São Paulo, 20 de julho de 2022.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ALEXANDRE DE ANDRADE SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo - SP, em 20/07/2022 13:45 09:33 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2270849-47.2021.8.26.0000 e código 14052457.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PRESIDÊNCIA DA SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO

2270849-47.2021.8.26.0000
M362838

BERETTA DA SILVEIRA

PRESIDENTE DA SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ALEXANDRE BERETTA DA SILVEIRA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo - SEDIPRI, liberado nos autos em 19/12/2022 às 09:33 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2270849-47.2021.8.26.0000 e código 14052457.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
SJ 3.3.7 - Serv. de Proces. Rec. aos Trib. Sup. Dir. Privado 3
Conselheiro Furtado, nº 503 - 6º andar - Liberdade - CEP: 01511-000 - São Paulo/SP

CERTIDÃO

Processo nº:	**2270849-47.2021.8.26.0000**
Classe – Assunto:	**Agravo de Instrumento - Direito de Vizinhança**
Agravante	**Valéria Baraldi e outro**
Agravado	**Raul Donato Mendes**
Relator(a):	**MARIA LÚCIA PIZZOTTI**
Órgão Julgador:	**30ª Câmara de Direito Privado**

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO

Certifico que o(s) r(r). despacho(s) retro(s) foi(ram) disponibilizado(s) no Diário de Justiça Eletrônico de hoje. Considera-se data da publicação o primeiro dia útil subsequente.

Advogado
Duenes do Carmo Silva (OAB: 209712/SP) - Melissa Yumi Koga Baraldi (OAB: 211408/SP)

São Paulo, 22 de julho de 2022.

Marina Akemi Konishi - Matrícula: M309457
Escrevente Técnico Judiciário

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARINA AKEMI KONISHI, liberado nos autos em 22/07/2022 às 13:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2270849-47.2021.8.26.0000 e código A0F54515.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR PRESIDENTE DA 30ª. CÂMARA DE DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO.

EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE

AGRAVO DE INSTRUMENTO 2270849-47.2021.8.26.0000
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO 5000
AGRAVANTE: ESPÓLIO DE GABRELE BARALDI
AGRAVADO: RAUL DONATO MENDES

Vara de Origem: 1ª. Vara Cível de Atibaia *Processo 0010369-26.2011.8.26.0048-Indenização por dano material*

RAUL DONATO MENDES, brasileiro, trabalhador rural, solteiro, portador do RG. 27.233.858-9 – SSP/SP., e do CPF 252.972.718-00, residente e domiciliado na Estrada Municipal do Mackenzie – 3000 – Sítio Primavera - Bairro Itapetinga – CEP 12948-490 – ATIBAIA, SP., vem respeitosamente a presença de Vossa Excelência, por sua advogada, impetrar

EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE

em face dos ESPÓLIOS DE GABRIELE BARALDI E ANNITA HERMINE BARALDI, qualificados, pelas razões a seguir:

I – DOS FATOS

1 - A ação originária, AUTOS *0010369-26.2011.8.26.0048-Indenização por dano material,* onde o requerido RAUL DONATO MENDES, por ser o atual proprietário do imóvel, foi condenado a ressarcir o vizinho por danos materiais em sua propriedade, ocasionados por chuvas fortes ocorridas em janeiro 2011, conforme esclarecimentos a seguir.

2 - No ano de 2002, GABRIELE BARALDI, mediante declaração com firma reconhecida, juntamente com seus confrontantes na ocasião, MOYSES ALBANO NUNES, JOSÉ FORTUNA e ORLANDO FEDERZONI, requereram ao DAEE – DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA, a outorga regularizando a alteração de um curso d´água, que antes corria dentro da propriedade de JOSÉ FORTUNA e ORLANDO FEDERZONI.

A OUTORGA se deu em 26.09.2003, em nome de JOSÉ FORTUNA, com vigência por 30 anos.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ESTEVAN SOLDI ESTEVES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, em 15/08/2022 às 17:21 , sob o número WPRO22009578112.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2270849-47.2021.8.26.0000 e código 16552952.

A mudança do curso d´água, obviamente interessava a ambos.

Ocorre que, primeiro fizeram a mudança do curso d´água, aparentemente sem projeto, ficando as construções (**estábulo e galinheiro**) existentes no imóvel de GABRIELE BARALDI e ORLANDO MOLEZINI GENARO, com menos de 30 (trinta) metros da margem; e somente cerca de 02(dois) anos após, requereram a legalização da obra.

- Em nossa modesta opinião, o DAEE não poderia ter regularizado a obra sem que antes, os responsáveis reposicionasse o curso d´água respeitando RESOLUÇÃO CONAMA 302 DE 13.05.2002.

- Dessa forma, entende que o DAEE deveria ingressar no feito, como parte, sob pena de NULIDADE.

3 **–** Em 2011, GABRIELI BARALDI, que anuiu com a mudança do curso d'água para as divisas das propriedades, **era morto**, e a viúva, ANNITA HERMINE BARALDI, afirmou no decorrer do feito, não viver com GABRIELI BARALDI, e que desconhecia que tenha dado sua concordância, **recorrendo à justiça,** pedindo indenização pelo **galinheiro e o estábulo,** danificados por fortes chuvas ocorridas em janeiro 2011.

Entretanto, é possível constatar já na Inicial de PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVAS que o falecido GABRIELE BARALDI teria dado sua concordância.

4 – Veio a Sentença, deferindo gratuidade da justiça ao Requerido, a condenação a reverter o curso d´água a situação anterior, sob pena de multa diária de R$ 200,00 mais o pagamento de indenização de R$53.800,00.

5 – O Requerido, mediante ajuda do irmão Renil, como se vê em farta documentação acostada, depositou o valor principal de R$ 53.800,00, porém, sem as correções devidas, e óbvio, sem o pagamento da multa diária, inicialmente pela CAUSA IMPEDITIVA, e também porque os próprios autores desistiram da reversão do curso d´água.

II - DO NÃO PAGAMENTO DA MULTA DIÁRIA PELA NÃO REVERSÃO

1 – Os autores ingressaram com CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DA SENTENÇA, na vigência do CPC anterior, em autos distintos, cuja IMPUGNAÇÃO À EXECUÇÃO até essa data não foi apreciada. (Autos 0001385-82.2013.8.26.0048).

Houve IMPUNAÇÃO À EXECUÇÃO (CPC anterior), e nela alegou CAUSA MODIFICATIVA E IMPEDITIVA, essa última, apreciada nos autos principais – AÇÃO ORIGINÁRIA, de forma tardia, da qual os autores AGRAVARAM obtendo êxito.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por [illegible]
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0001385-82.2013.8.26.0048 e código 16552952.

- Em nossa modesta opinião, a parte **não deveria ser punida** por equívoco **da justiça** que apreciou tardiamente um direito, exaustivamente requerido, conforme afirmou a nobre julgadora de 1ª. Instância. Mesmo porque, não foram apreciados os demais documentos anexados à Impugnação.

Além do que, a decisão do Tribunal de Justiça, por ocasião do ACÓRDÃO do Agravo supra, leva a uma **situação descabida**, qual seja, manter a multa diária pelo não cumprimento da sentença **infinitamente**.

Nota-se ser absurdo manter a multa resultante de **CAUSA IMPEDITIVA**, devidamente comprovada, **inclusive pelos autores**, que por várias vezes requereram fosse ouvido o MINISTÉRIO PÚBLICO AMBIENTAL, apesar da juntada de **prova cabal**, qual seja o TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA, demonstrando o impedimento para se fazer a reversão do curso d´água a situação anterior, conforme sentenciado, e ainda, a desistência dos autores, ou seja, **não mais pretendiam a reversão**.

II - DA IMPENHORABILIDADE

Não custa repetir que **não se trata** de mero inconformismo com a penhora do único bem imóvel do Requerido, quando, lamentavelmente, a justiça em 1ª. e 2ª. instâncias, equivocadamente a mantiveram.

- Vejamos: Desde a contestação o Réu declara seu endereço no imóvel; é seu único imóvel; há farta comprovação de endereços nos autos, por exemplo, Contrato de Permuta, certidão do Oficial de Justiça confirmando a intimação no local, é utilizado para cultura de subsistência da família, há suspensão da penhora em 1ª. e 2ª. instâncias em feito conexo, há declaração pública, consta do Termo de Ajustamento de Conduta, que RENIL WILLIAN MENDES (irmão do requerido) já no ano 2010 seja arrendatário do imóvel, logo, uso familiar, etc.

- Em decisão de 1ª. Instância, a Justiça se limitou a dizer: a prova é clara, de que o Requerido não reside no imóvel. Penhore-se o imóvel. Em outro momento, disse: **não vou acatar** decisão de mesmo grau de jurisdição, e mesmo após a 2ª.Instância manter a suspensão da penhora, a justiça se limita a dizer que as provas foram analisadas. Como não há fundamentação, não parece terem sido apreciadas.

III – DA SUSPENSÃO DA GRATUIDADE DA JUSTIÇA

Também não custa repetir que **não se trata** de mero inconformismo com a suspensão da justiça gratuita deferida inicialmente, mesmo após Impugnação.

- Vejamos: todos os documentos de praxe foram juntados. CTPS sem registro, **sequer** possui cadastro do NIS, pois é **trabalhador rural** no grupo familiar desde criança, quando ainda era só o enchedor de sacos para plantar as mudas, **não** é produtor rural, **não** é empresário, **sequer** é titular de conta bancária ou poupança.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por [illegible]
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1027869-26.2021.8.26.0000 e código [illegible]

- Em decisão a JUSTIÇA jamais fundamentou sobre essa documentação. E, quando o Tribunal decidiu sobre o **indeferimento da gratuidade** disse que o Réu possui casa no valor de R$ 300.000,00(trezentos mil reais), o que é verdade, (adquirida mediante permuta em 2008) como se vê do contrato de compra e venda, e que tenha pago uma despesa de R$37.000,00, quando na verdade, devidamente provado em petição **(vários anos antes da decisão)** que referida despesa havia sido paga por RENIL WILLIAN MENDES, o irmão que arrenda a terra desde 2010; o irmão que procurou a polícia ambiental e o Município pedindo autorização para realização de obras quando das chuvas. Inclusive, dita despesa refere-se a estas obras emergenciais. Logo, comprovado não ter sido pago pelo Réu.

Ressaltando também, que a procuradora do feito atua de forma graciosa, e ainda custeou despesas para agravar 02 vezes.

IV - DO DIREITO

Súmula 393. A exceção de pré-executividade é admissível na execução fiscal relativamente às matérias conhecíveis de ofício que não demandem dilação probatória."

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE EXECUÇÃO. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE – PRAZO PARA INTERPOSIÇÃO – INEXISTÊNCIA – CONTRATO DE PROMESSA DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL – TÍTULO LÍQUIDO, CERTO E EXIGÍVEL. – A ***exceção de pré-executividade, por comportar apenas matéria de ordem pública, não possui prazo legalmente previsto e, portanto, pode ser oposta a qualquer momento*** *– TJ-MG – AC: 10024111968319001 MG, Relator: Pedro Aleixo, Julgamento: 02/05/2018, Data de Publicação: 11/05/2018.*

V – RAZÕES DA PRESENTE / PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS DA AÇÃO / CONSIDERAÇÕES FINAIS

1 - São **02(dois) processos**, inicialmente distintos. O Processo 0010369-26.2011.8.26.0048 - Indenização por dano material, **autos principais. -**

O processo 0001385-82.2013.8.26.0048 – **Cumprimento Provisório de Sentença**, no qual houve IMPUGNAÇÃO À EXECUÇÃO, nos termos do CPC anterior, onde a CAUSA IMPEDITIVA, bem como os demais requerimentos, até então **não foram apreciados**.

Ocorre porém, após **insistentes manifestações**, a D. Magistrada, enfim, apreciou nos **autos principais**, a CAUSA IMPEDITIVA alegada por ocasião da IMPUGNAÇÃO À EXECUÇÃO, relacionando a decisão nos autos do CUMPRIMENTO DE SENTENÇA.

Há que ser revista a decisão agravada que conferiu **razão ao réu**, quanto ao impedimento, por razão alheia a sua vontade para cumprir a decisão condenatória, qual seja a reversão do curso d´água a situação anterior,

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por [illegible]
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código [illegible]

ante o fato de que, se a **JUSTIÇA decidiu tardiamente**, não por desídia do Réu, que insistentemente requereu a apreciação do TAC firmado com **Ministério Público Ambiental** (antes da sentença**),** onde a pena pelo descumprimento seria ainda maior.

Não revisar a decisão agravada significa que a **multa diária** imposta ao réu por ocasião da sentença, apesar de os AUTORES desistirem da reversão do curso d´água, **continua ativa**, indefinidamente, com **excesso de execução.**

2 – Considerando-se a existência de ACÓRDÃO em outro feito, que deferiu a suspensão da penhora de processo conexo, bem como os dispositivos constitucionais incisos XXXV e LV da Constituição Federal, que asseguram o direito ao **devido processo legal e à ampla defesa,** entende que a IMPENHORABILIDADE bem como, a suspensão do BENEFÍCIO DA JUSTIÇA GRATUITA, inicialmente concedida devam ser revistos.

Art. 783. A execução para cobrança de crédito fundar-se-á sempre em título de obrigação certa, líquida e exigível.

- Pois bem: **não pode ser considerado obrigação líquida**, quando não há data final para o pagamento de uma multa que deixou de existir, desde a IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, a ser julgada, e ante a constatação pela JUSTIÇA, **mesmo que tardia**, da causa impeditiva.

VI - DO PEDIDO

Ante o exposto, requer seja recebida a presente, julgando procedentes os pedidos:

1 – A NULIDADE do feito, ante o não ingresso do DAEE como parte, para formação do LITISCONSÓRCIO NECESSÁRIO.
2 – A NULIDADE ante o fato de que o título executivo não seja líquido e certo ante a indefinição de prazo da multa, quando se sabe, que o comando decisório não poderá ser cumprido.
3 – Em caso de indeferimento da Nulidade, seja deferida a **ilegalidade** da PENHORA e a consequente IMPENHORABILIDADE.
4 – A manutenção da JUSTIÇA GRATUITA.
5 – A inexistência de MULTA DIÁRIA, que até então se perpetua, após decisão do Tribunal de Justiça, que julgou procedente o agravo supra.
6 – Reapreciação da decisão tardia da causa impeditiva, visto que, não foi por desídia do Requerido, logo, não pode ser prejudicado em seu direito.

Termos em que,
Pede Deferimento,
Atibaia, 15 de agosto de 2022.

Duenes do Carmo Silva
OAB.SP. 209712

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, em 15/08/2022 às 17:21 , sob o número WPRO22009578112.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0710869-26.2021.8.26.0000 e código 16349952.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PRESIDÊNCIA DA SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO

2270849-47.2021.8.26.0000
M110709

Processo nº 2270849-47.2021.8.26.0000.

1. Fls. 237/300:

Desnecessária a autuação e distribuição da presente Ação Anulatória de Citação c.c. Pedido de Antecipação de Tutela, cadastrada no sistema SAJ como Petição Cível,uma vez que não se encontra inserida no rol de feitos originários do artigo 184, inciso IV, do Regimento Interno deste Tribunal de Justiça.

Dessa forma, equivocado o peticionamento eletrônico em segundo grau, cabendo ao peticionário protocolar a petição diretamente no Juízo de primeiro grau.

Além do mais, submeter tal ação à palavra definitiva do Tribunal significaria, na prática, a subtração do juiz natural, o que não se mostra admitido no ordenamento jurídico pátrio, cabendo ao peticionário protocolar seu pedido em primeiro grau.

2. Esgotada a jurisdição deste Tribunal de Justiça, com o exame negativo do recurso especial (fls. 231/234), oportunamente, certificado o trânsito em julgado, remetam-se os autos ao Juízo de origem observadas as formalidades legais.

São Paulo, 30 de agosto de 2022.

BERETTA DA SILVEIRA
PRESIDENTE DA SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por [illegible]
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2270849-47.2021.8.26.0000 e código [illegible]

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
SJ 3.3.7 - Serv. de Proces. Rec. aos Trib. Sup. Dir. Privado 3
Pátio do Colégio, 73 - Pátio do Colégio - 5º andar - Sala 512 - Sé -
CEP: 01016-040 - São Paulo/SP

CERTIDÃO

Processo nº:	**2270849-47.2021.8.26.0000**
Classe – Assunto:	**Agravo de Instrumento - Direito de Vizinhança**
Agravante	**Valéria Baraldi e outro**
Agravado	**Raul Donato Mendes**
Relator(a):	**MARIA LÚCIA PIZZOTTI**
Órgão Julgador:	**30ª Câmara de Direito Privado**

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO

Certifico que o(s) r(r). despacho(s) retro(s) foi(ram) disponibilizado(s) no Diário de Justiça Eletrônico de hoje. Considera-se data da publicação o primeiro dia útil subsequente.

Advogado
Duenes do Carmo Silva (OAB: 209712/SP) - Melissa Yumi Koga Baraldi (OAB: 211408/SP)

São Paulo, 1º de setembro de 2022.

Marina Akemi Konishi - Matrícula: M309457
Escrevente Técnico Judiciário

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARINA AKEMI KONISHI, liberado nos autos em 01/09/2022 às 13:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2270849-47.2021.8.26.0000 e código 163944528.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR PRESIDENTE DA 30ª. CÂMARA DE DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO.

AGRAVO DE INSTRUMENTO 2270849-47.2021.8.26.0000
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO 5000
AGRAVANTE: ESPÓLIO DE GABRELE BARALDI
AGRAVADO: RAUL DONATO MENDES

Vara de Origem: 1ª. Vara Cível de Atibaia *Processo 0010369-26.2011.8.26.0048-Indenização por dano material*

RAUL DONATO MENDES, brasileiro, trabalhador rural, solteiro, portador do RG. 27.233.858-9 – SSP/SP., e do CPF 252.972.718-00, residente e domiciliado na Estrada Municipal do Mackenzie – 3000 – Sítio Primavera - Bairro Itapetinga – CEP 12948-490 – ATIBAIA, SP., vem respeitosamente a presença de Vossa Excelência, por sua advogada, impetrar **EMBARGOS DECLARATÓRIOS**, em razão do Despacho interlocutório às fls. 301.

I – DA OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO

1 – Com a devida *venia,* entende o Embargante que o Despacho Interlocutório às fls. 301, diverge do petitório contrariado.

- O pedido do Embargante é EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE, objetivando apontar vícios e erros em matéria de ordem pública, não necessitando dilação probatória. Ou seja; não há produção de novas provas.

Carecendo tão somente ressaltar aos nobres julgadores, que os documentos comprovam a possibilidade de anulação da execução.

2 - Conforme ordenamento jurídico, a exceção de pré-executividade é cabida em qualquer fase da execução, desde que não seja necessário análise de novas provas.

E, estando o feito em prazo recursal, em 2ª. Instância, entendeu o embargante, que a competência seria do Tribunal de Justiça, e não de 1ª. instância.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANA CAROLINA DIETRICH MANICOBA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, em 12/09/2022 às 11:15 , sob o número WPRO22010875346.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2270849-47.2021.8.26.0000 e código 16364952.

Por tal razão, dita petição foi cadastrada no Sistema E-Saj como exceção de pré-executividade, **não se tratando**, entretanto, de AÇÃO ANULATÓRIA cc PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA, como discorreu Vossa Excelência em r. Despacho.

II - DO DIREITO

Art. 1.022. Cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para:

I - esclarecer obscuridade ou eliminar contradição;

II - suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento;

III - corrigir erro material.

III - DO PEDIDO

Ante o exposto, requer se digne Vossa Excelência receber e apreciar os presentes, aclarando-se as dúvidas, para o devido prosseguimento.

Termos em que,
Pede Deferimento.

Atibaia, 12 de setembro de 2022.

Duenes do Carmo Silva
OAB.SP. 209712

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo - 12/09/2022 às 11:15 , sob o número WPRO22010875346.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1036952-26.2021.8.26.0068 e código 16GA0052E.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PRESIDÊNCIA DA SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO

2270849-47.2021.8.26.0000
M110709

Processo nº 2270849-47.2021.8.26.0000.

1. Trata-se de embargos de declaração opostos por RAUL DONATO MENDES (fls. 303/304).

Alega, em síntese, a existência de contradição e obscuridade na decisão embargada (fls. 301), ao argumento de que se trata de exceção de pré-executividade *"objetivando apontar vícios e erros em matéria de ordem pública, não necessitando dilação probatória."*, e estando o feito em Segunda Instância entende ser competente este Tribunal.

É a síntese do necessário.

Com efeito, houve erro material na decisão embargada, assim onde se lê "*Desnecessária a autuação e distribuição da presente Ação Anulatória de Citação c.c. Pedido de Antecipação de Tutela, cadastrada no sistema SAJ como Petição Cível".* Leia-se " *Desnecessária a autuação e distribuição da presente Exceção de Pré-Executividade, cadastrada como petição intermediária.*

Contudo, em que pesem os argumentos do embargante, não se verifica na decisão embargada obscuridade, contradição ou omissão, o que inviabiliza o acolhimento dos aclaratórios.

A "exceção de pré executividade" não se insere no rol de feitos originários desta Corte, devendo ser apresentada pelas vias próprias e não como petição intermediária no presente agravo de instrumento, cabendo ao patrono, como já ressaltado, corrigir o equívoco no peticionamento.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ALEXANDRE DE ANDRADE SILVA:10839 e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, em 19/12/2022 15:26 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2270849-47.2021.8.26.0000 e código ACD00000E2.

Pelo exposto, REJEITO os presentes embargos de declaração.

2. Inadmitido o recurso especial (fls. 231/234), certifique-se o trânsito em julgado, comunique-se ao Juízo de origem e oportunamente arquivem-se os autos.

São Paulo, 11 de novembro de 2022.

BERETTA DA SILVEIRA

PRESIDENTE DA SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ALEXANDRE DE ALMEIDA BERETTA DA SILVEIRA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo - SAJ, em 11/11/2022 15:26 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2270849-47.2021.8.26.0000 e código ACD00000E2.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
SJ 3.3.7 - Serv. de Proces. Rec. aos Trib. Sup. Dir. Privado 3
Pátio do Colégio, 73 - Pátio do Colégio - 5º andar - Sala 512 - Sé - CEP: 01016-040 - São Paulo/SP

CERTIDÃO

Processo nº:	**2270849-47.2021.8.26.0000**
Classe – Assunto:	**Agravo de Instrumento - Direito de Vizinhança**
Agravante	**Valéria Baraldi e outro**
Agravado	**Raul Donato Mendes**
Relator(a):	**MARIA LÚCIA PIZZOTTI**
Órgão Julgador:	**30ª Câmara de Direito Privado**

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO

Certifico que o(s) r(r). despacho(s) retro(s) foi(ram) disponibilizado(s) no Diário de Justiça Eletrônico de hoje. Considera-se data da publicação o primeiro dia útil subsequente.

Advogado
Duenes do Carmo Silva (OAB: 209712/SP) - Melissa Yumi Koga Baraldi (OAB: 211408/SP)

São Paulo, 17 de novembro de 2022.

Marina Akemi Konishi - Matrícula: M309457
Escrevente Técnico Judiciário

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARINA AKEMI KONISHI, liberado nos autos em 17/11/2022 às 13:47 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2270849-47.2021.8.26.0000 e código ACD00057529.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria Judiciária
Serviço de Processamento de Recursos aos Tribunais Superiores de Direito Privado 3

2270849-47.2021.8.26.0000 - Agravo de Instrumento

CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO

Certifico que a r. decisão transitou em julgado em 09/12/2022

São Paulo, 13 de dezembro de 2022.

Douglas Stefanelli
Escrevente Técnico Judiciário
M120979

CERTIDÃO DE ENCAMINHAMENTO AO ARQUIVO

Certifico que, nesta data, enviei o e-mail com a comunicação do trânsito em julgado à Vara de Origem e encaminhei os presentes autos ao arquivo.

São Paulo, 13 de dezembro de 2022.

Douglas Stefanelli
Escrevente Técnico Judiciário
M120979

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por [illegible]
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 2270849-47.2021.8.26.0000 e código [illegible]

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ATIBAIA
FORO DE ATIBAIA
1ª VARA CÍVEL
Rua Dr. José Roberto Paim, 99, Parque dos Coqueiros - CEP 12945-007, Fone: (11) 3402-5547, Atibaia-SP - E-mail: atibaia1cv@tjsp.jus.br

DECISÃO

Processo nº:	**0010369-26.2011.8.26.0048**
Classe – Assunto:	**Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material**
Requerente:	**Gabriele Baraldi**
Requerido:	**Raul Donato Mendes**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Adriana da Silva Frias Pereira**

Vistos.

Evolua-se para cumprimento de sentença, ante a decisão de fls. 380.

Diante do julgamento definitivo do recurso, digam as partes em prosseguimento, no prazo legal.

Após, dê-se vista ao Ministério Público.

Intimem-se.

Atibaia 02 de março de 2023

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ADRIANA DA SILVA FRIAS PEREIRA, liberado nos autos em 03/03/2023 às 08:54 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código B251ABC.

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0179/2023, encaminhada para publicação.

Advogado	Forma
Melissa Yumi Koga Baraldi (OAB 211408/SP)	D.J.E
Duenes do Carmo Silva (OAB 209712/SP)	D.J.E
Arthur da Motta Trigueiros Neto (OAB 237457/SP)	D.J.E
Fernando Jose Cerello Gonçalves Pereira (OAB 268408/SP)	D.J.E

Teor do ato: "Vistos. Evolua-se para cumprimento de sentença, ante a decisão de fls. 380. Diante do julgamento definitivo do recurso, digam as partes em prosseguimento, no prazo legal. Após, dê-se vista ao Ministério Público. Intimem-se."

Atibaia, 3 de março de 2023.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 03/03/2023 às 09:08 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código B26053D.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo, constante da relação nº 0179/2023, foi disponibilizado no Diário de Justiça Eletrônico em 06/03/2023. Considera-se a data de publicação em 07/03/2023, primeiro dia útil subsequente à data de disponibilização.

Advogado
Melissa Yumi Koga Baraldi (OAB 211408/SP)
Duenes do Carmo Silva (OAB 209712/SP)
Arthur da Motta Trigueiros Neto (OAB 237457/SP)
Fernando Jose Cerello Gonçalves Pereira (OAB 268408/SP)

Teor do ato: "Vistos. Evolua-se para cumprimento de sentença, ante a decisão de fls. 380. Diante do julgamento definitivo do recurso, digam as partes em prosseguimento, no prazo legal. Após, dê-se vista ao Ministério Público. Intimem-se."

Atibaia, 6 de março de 2023.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 06/03/2023 às 03:30 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código B283613.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DO FORO DA COMARCA DE ATIBAIA, SP.

Processo número 0010369-26.2011.8.26.0048

ESPÓLIO DE GABRIELE BARALDI, representado por seus herdeiros **VALÉRIA BARALDI E JOSÉ RENATO BARALDI**, já qualificado nos autos que move em desfavor de **RAUL DONATO MENDES**, por sua advogada subscritora, vem, respeitosamente à presença de Vossa Excelência, em cumprimento a r. decisão de fls 1321, apresentar planilha de cálculo atualizada do débito, tendo em vista o pagamento parcial de fls 1240.

Com isso, requer nova realização de leilão do bem imóvel.

Termos em que,

Pede deferimento

São Paulo, 13 de Março de 2023.

*documento assinado digitalmente

MELISSA YUMI KOGA BARALDI

OAB/SP 211.408

Melissa Yumi Koga Baraldi
mel.adv2007@gmail.com
(11) 98115-5135
(11) 98115-5135

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA YUMI KOGA BARALDI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 13/03/2023 às 09:43 , sob o número WAIA23700228210
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código B31A22A.

Tabela de atualização de cálculo							
Item 1: Condenação							
Val. Inicial:	Data:	Atualização TJ		Val. Atual	Juros 1% ao mês		Valor final
R$ 53.800,00	mar/11	44,834327	88,615826	R$ 106.336,63	145%	R$ 154.188,12	**R$ 154.188,12**
Data inicial para correção em março de 2011 até maio 2022							
Valor Pago Pelo Autor em maio/2022:							**R$ 53.800,00**
Saldo devido em maio/ 2022							**R$ 100.388,12**
Valor final em fevereiro/2022							
R$ 100.388,12	fev/23	88,615826	90,251545	R$ 102.241,14	9%	R$ 9.201,70	**R$ 111.442,84**
Data inicial para contagem de júros em janeiro de 2011							

Item2: Multa					
Val. ao dia:	Data inicial	Data final	Val. Atualizado	Juros 1% ao mês	Valor final
R$ 200,00	24/10/2012	31/07/2018	R$ 642.246,50	Conforme Tab. Anexa	R$ 1.228.408,68

Cálculo Final	
Item 1: Condenação	R$ 111.442,84
Item2: Multa	R$ 1.228.408,68
Soma final dos valores devidos	**R$ 1.339.851,52**

Índices TJSP para março de 2023

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA YUMI KOGA BARALDI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 13/03/2023 às 09:43 , sob o número WAIA23700228210
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 00110369-26.2011.8.26.0048 e código B31A231.

Lote	quadra		
	ANO		**Atibaia atualizaçao de cálculo**

R$ 200,00 /dia

mês	ano	dias	valor	atualização TJ		valor atual.	juros 1% m
outubro	2012	7	1400,00	48,791424	90,251545	2589,64	124%
novembro	2012	30	6000,00	49,137843	90,251545	11020,21	123%
dezembro	2012	31	6200,00	49,403187	90,251545	11326,39	122%
janeiro	2013	30	6000,00	49,76877	90,251545	10880,50	121%
fevereiro	2013	28	5600,00	50,226642	90,251545	10062,56	120%
março	2013	31	6200,00	50,48782	90,251545	11083,06	119%
abril	2013	30	6000,00	50,790746	90,251545	10661,57	118%
maio	2013	31	6200,00	51,090411	90,251545	10952,34	117%
junho	2013	30	6000,00	51,269227	90,251545	10562,07	116%
julho	2013	31	6200,00	51,41278	90,251545	10883,67	115%
agosto	2013	30	6000,00	51,345943	90,251545	10546,29	114%
setembro	2013	31	6200,00	51,428096	90,251545	10880,43	113%
outubro	2013	30	6000,00	51,566951	90,251545	10501,09	112%
novembro	2013	31	6200,00	51,881509	90,251545	10785,34	111%
dezembro	2013	30	6000,00	52,161669	90,251545	10381,36	110%
janeiro	2014	30	6000,00	52,537233	90,251545	10307,15	109%
fevereiro	2014	28	5600,00	52,868217	90,251545	9559,78	108%
março	2014	31	6200,00	53,206573	90,251545	10516,74	107%
abril	2014	30	6000,00	53,642866	90,251545	10094,71	106%
maio	2014	31	6200,00	54,06128	90,251545	10350,47	105%
junho	2014	30	6000,00	54,385647	90,251545	9956,84	104%
julho	2014	31	6200,00	54,527049	90,251545	10262,06	103%
agosto	2014	30	6000,00	54,597934	90,251545	9918,13	102%
setembro	2014	31	6200,00	54,69621	90,251545	10230,32	101%
outubro	2014	30	6000,00	54,964221	90,251545	9852,03	100%
novembro	2014	31	6200,00	55,173085	90,251545	10141,89	99%
dezembro	2014	30	6000,00	55,465502	90,251545	9762,99	98%
janeiro	2015	31	6200,00	55,809388	90,251545	10026,26	97%
fevereiro	2015	28	5600,00	56,635366	90,251545	8923,91	96%
março	2015	31	6200,00	57,292336	90,251545	9766,74	95%
abril	2015	30	6000,00	58,15745	90,251545	9311,09	94%
maio	2015	31	6200,00	58,570367	90,251545	9553,63	93%
junho	2015	30	6000,00	59,150213	90,251545	9154,82	92%
julho	2015	31	6200,00	59,605669	90,251545	9387,69	91%
agosto	2015	30	6000,00	59,951381	90,251545	9032,47	90%
setembro	2015	31	6200,00	60,101259	90,251545	9310,28	89%
outubro	2015	30	6000,00	60,407775	90,251545	8964,23	88%
novembro	2015	31	6200,00	60,872914	90,251545	9192,26	87%
dezembro	2015	30	6000,00	61,548603	90,251545	8798,08	86%
janeiro	2016	31	6200,00	62,10254	90,251545	9010,25	85%
fevereiro	2016	29	5800,00	63,040288	90,251545	8303,56	84%
março	2016	31	6200,00	63,63917	90,251545	8792,69	83%
abril	2016	30	6000,00	63,919182	90,251545	8471,78	82%
maio	2016	31	6200,00	64,328264	90,251545	8698,50	81%
junho	2016	30	6000,00	64,95868	90,251545	8336,21	80%

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA YUMI KOGA BARALDI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 13/03/2023 às 09:43 , sob o número WAIA23700228210
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código B31A235.

julho	2016	31	6200,00	65,263985	90,251545	8573,79	79%
agosto	2016	31	6200,00	65,681674	90,251545	8519,26	78%
setembro	2016	30	6000,00	65,885287	90,251545	8218,97	77%
outubro	2016	31	6200,00	65,937995	90,251545	8486,15	76%
novembro	2016	30	6000,00	66,050089	90,251545	8198,46	75%
dezembro	2016	31	6200,00	66,096324	90,251545	8465,82	74%
janeiro	2017	31	6200,00	66,188858	90,251545	8453,98	73%
fevereiro	2017	28	5600,00	66,466851	90,251545	7603,92	72%
março	2017	31	6200,00	66,626371	90,251545	8398,47	71%
abril	2017	30	6000,00	66,839575	90,251545	8101,63	70%
maio	2017	31	6200,00	66,893046	90,251545	8364,99	69%
junho	2017	30	6000,00	67,13386	90,251545	8066,11	68%
julho	2017	31	6200,00	66,932458	90,251545	8360,06	67%
agosto	2017	31	6200,00	67,046243	90,251545	8345,88	66%
setembro	2017	30	6000,00	67,026129	90,251545	8079,08	65%
outubro	2017	31	6200,00	67,012723	90,251545	8350,05	64%
novembro	2017	30	6000,00	67,26067	90,251545	8050,91	63%
dezembro	2017	31	6200,00	67,381739	90,251545	8304,32	62%
janeiro	2018	31	6200,00	67,556931	90,251545	8282,79	61%
fevereiro	2018	28	5600,00	67,712311	90,251545	7464,06	60%
março	2018	31	6200,00	67,834193	90,251545	8248,93	59%
abril	2018	30	6000,00	67,881676	90,251545	7977,25	58%
maio	2018	31	6200,00	68,024227	90,251545	8225,89	57%
junho	2018	30	6000,00	68,316731	90,251545	7926,45	56%
julho	2018	31	6200,00	69,29366	90,251545	8075,19	55%
agosto	2018	0	0,00	69,466894	90,251545	0,00	54%
setembro	2018	0	0,00	69,466894	90,251545	0,00	53%
outubro	2018	0	0,00	69,675294	90,251545	0,00	52%
novembro	2018	0	0,00	69,953995	90,251545	0,00	51%
dezembro	2018	0	0,00	69,77911	90,251545	0,00	50%
janeiro	2019	0	0,00	69,8768	90,251545	0,00	49%
fevereiro	2019	0	0,00	70,128356	90,251545	0,00	48%
março	2019	0	0,00	70,507049	90,251545	0,00	47%
abril	2019	0	0,00	71,049953	90,251545	0,00	46%
maio	2019	0	0,00	71,476252	90,251545	0,00	45%
junho	2019	0	0,00	71,583466	90,251545	0,00	44%
julho	2019	0	0,00	71,590624	90,251545	0,00	43%
agosto	2019	0	0,00	71,662214	90,251545	0,00	42%
setembro	2019	0	0,00	71,748208	90,251545	0,00	41%
outubro	2019	0	0,00	71,712333	90,251545	0,00	40%
novembro	2019	0	0,00	71,741017	90,251545	0,00	39%
dezembro	2019	0	0,00	72,128418	90,251545	0,00	38%
janeiro	2020	0	0,00	73,008384	90,251545	0,00	37%
fevereiro	2020	0	0,00	73,147099	90,251545	0,00	36%
março	2020	0	0,00	73,271449	90,251545	0,00	35%
abril	2020	0	0,00	73,403337	90,251545	0,00	34%
maio	2020	0	0,00	73,234509	90,251545	0,00	33%
junho	2020	0	0,00	73,051422	90,251545	0,00	32%
julho	2020	0	0,00	73,270576	90,251545	0,00	31%
agosto	2020	0	0,00	73,592966	90,251545	0,00	30%

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA YUMI KOGA BARALDI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 13/03/2023 às 09:43 , sob o número WAIA23700228210
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código B31A235.

setembro	2020	0	0,00	73,8579	90,251545	0,00	29%
outubro	2020	0	0,00	74,500463	90,251545	0,00	28%
novembro	2020	0	0,00	75,163517	90,251545	0,00	27%
dezembro	2020	0	0,00	75,87757	90,251545	0,00	26%
janeiro	2021	0	0,00	76,985382	90,251545	0,00	25%
fevereiro	2021	0	0,00	77,193242	90,251545	0,00	24%
março	2021	0	0,00	77,826226	90,251545	0,00	23%
abril	2021	0	0,00	78,495531	90,251545	0,00	22%
maio	2021	0	0,00	78,793814	90,251545	0,00	21%
junho	2021	0	0,00	79,550234	90,251545	0,00	20%
julho	2021	0	0,00	80,027535	90,251545	0,00	19%
agosto	2021	0	0,00	80,843815	90,251545	0,00	18%
setembro	2021	0	0,00	81,55524	90,251545	0,00	17%
outubro	2021	0	0,00	82,533902	90,251545	0,00	16%
novembro	2021	0	0,00	83,491295	90,251545	0,00	15%
dezembro	2021	0	0,00	84,192621	90,251545	0,00	14%
janeiro	2022	0	0,00	84,807227	90,251545	0,00	13%
fevereiro	2022	0	0,00	85,375435	90,251545	0,00	12%
março	2022	0	0,00	86,229189	90,251545	0,00	11%
abril	2022	0	0,00	87,703708	90,251545	0,00	10%
maio	2022	0	0,00	88,615826	90,251545	0,00	9%
junho	2022	0	0,00	89,014597	90,251545	0,00	8%
julho	2022	0	0,00	89,566487	90,251545	0,00	7%
agosto	2022	0	0,00	89,029088	90,251545	0,00	6%
setembro	2022	0	0,00	88,753097	90,251545	0,00	5%
outubro	2022	0	0,00	88,469087	90,251545	0,00	4%
novembro	2022	0	0,00	88,884891	90,251545	0,00	3%
dezembro	2022	0	0,00	89,222653	90,251545	0,00	2%
janeiro	2023	0	0,00	89,838289	90,251545	0,00	1%
fevereiro	2023	0	0,00	90,251545	90,251545	0,00	0%
Subtotal						**R$ 642.246,50**	

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA YUMI KOGA BARALDI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 13/03/2023 às 09:43 , sob o número WAIA23700228210
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código B31A235.

v. juros	total
R$ 3.211,15	5800,79
R$ 13.554,86	24575,06
R$ 13.818,19	25144,58
R$ 13.165,41	24045,91
R$ 12.075,07	22137,63
R$ 13.188,84	24271,90
R$ 12.580,66	23242,23
R$ 12.814,24	23766,58
R$ 12.252,00	22814,08
R$ 12.516,22	23399,88
R$ 12.022,77	22569,06
R$ 12.294,88	23175,31
R$ 11.761,22	22262,31
R$ 11.971,72	22757,06
R$ 11.419,50	21800,86
R$ 11.234,80	21541,95
R$ 10.324,57	19884,35
R$ 11.252,91	21769,65
R$ 10.700,39	20795,11
R$ 10.867,99	21218,46
R$ 10.355,12	20311,96
R$ 10.569,92	20831,97
R$ 10.116,49	20034,62
R$ 10.332,62	20562,94
R$ 9.852,03	19704,06
R$ 10.040,48	20182,37
R$ 9.567,73	19330,72
R$ 9.725,47	19751,74
R$ 8.566,95	17490,85
R$ 9.278,41	19045,15
R$ 8.752,42	18063,52
R$ 8.884,88	18438,50
R$ 8.422,43	17577,25
R$ 8.542,80	17930,49
R$ 8.129,23	17161,70
R$ 8.286,15	17596,43
R$ 7.888,52	16852,75
R$ 7.997,27	17189,52
R$ 7.566,35	16364,42
R$ 7.658,71	16668,97
R$ 6.974,99	15278,55
R$ 7.297,93	16090,63
R$ 6.946,86	15418,64
R$ 7.045,79	15744,29
R$ 6.668,97	15005,18

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA YUMI KOGA BARALDI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 13/03/2023 às 09:43 , sob o número WAIA23700228210
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código B31A235.

R$ 6.773,29	15347,08
R$ 6.645,03	15164,29
R$ 6.328,61	14547,58
R$ 6.449,47	14935,62
R$ 6.148,85	14347,31
R$ 6.264,71	14730,53
R$ 6.171,41	14625,39
R$ 5.474,82	13078,74
R$ 5.962,91	14361,38
R$ 5.671,14	13772,76
R$ 5.771,84	14136,83
R$ 5.484,96	13551,07
R$ 5.601,24	13961,31
R$ 5.508,28	13854,15
R$ 5.251,40	13330,48
R$ 5.344,03	13694,08
R$ 5.072,07	13122,98
R$ 5.148,68	13453,00
R$ 5.052,50	13335,28
R$ 4.478,44	11942,49
R$ 4.866,87	13115,80
R$ 4.626,81	12604,06
R$ 4.688,76	12914,64
R$ 4.438,81	12365,26
R$ 4.441,36	12516,55
R$ 0,00	0,00
R$ 0,00	0,00
R$ 0,00	0,00
R$ 0,00	0,00
R$ 0,00	0,00
R$ 0,00	0,00
R$ 0,00	0,00
R$ 0,00	0,00
R$ 0,00	0,00
R$ 0,00	0,00
R$ 0,00	0,00
R$ 0,00	0,00
R$ 0,00	0,00
R$ 0,00	0,00
R$ 0,00	0,00
R$ 0,00	0,00
R$ 0,00	0,00
R$ 0,00	0,00
R$ 0,00	0,00
R$ 0,00	0,00
R$ 0,00	0,00
R$ 0,00	0,00
R$ 0,00	0,00
R$ 0,00	0,00
R$ 0,00	0,00
R$ 0,00	0,00
R$ 0,00	0,00

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA YUMI KOGA BARALDI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 13/03/2023 às 09:43 , sob o número WAIA23700228210
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código B31A235.

R$ 0,00	0,00
R$ 0,00	0,00
R$ 0,00	0,00
R$ 0,00	0,00
R$ 0,00	0,00
R$ 0,00	0,00
R$ 0,00	0,00
R$ 0,00	0,00
R$ 0,00	0,00
R$ 0,00	0,00
R$ 0,00	0,00
R$ 0,00	0,00
R$ 0,00	0,00
R$ 0,00	0,00
R$ 0,00	0,00
R$ 0,00	0,00
R$ 0,00	0,00
R$ 0,00	0,00
R$ 0,00	0,00
R$ 0,00	0,00
R$ 0,00	0,00
R$ 0,00	0,00
R$ 0,00	0,00
R$ 0,00	0,00
R$ 0,00	0,00
R$ 0,00	0,00
R$ 0,00	0,00
R$ 0,00	0,00
R$ 0,00	0,00
R$ 0,00	0,00
R$ 1.228.408,68	

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA YUMI KOGA BARALDI e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 13/03/2023 às 09:43 , sob o número WAIA23700228210
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código B31A235.

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA 1ª. VARA CÍVEL DA COMARCA DE ATIBAIA.

Processo 0010369-26.2011 – Indenização por Dano Material
Requerente: Espólio de Gabriele Baraldi
Requerido: Raul Donato Mendes

RAUL DONATO MENDES, qualificado, vem respeitosamente a presença de Vossa Excelência, por sua advogada adiante assinado, dar conhecimento da impetração do RECURSO DE APELAÇÃO nos autos 0001385-82.2013.8.26.0048 CUMPRIMENTODE SENTENÇA, no qual recorre, principalmente em razão da não apreciação das provas da IMPUGNAÇÃO À EXECUÇÃO, apesar de reiterados os REQUERIMENTOS nesses autos principais.

Termos em que,
Pede Deferimento

Atibaia, 24 de março de 2023.

Duenes Carmo Silva
OAB.SP.209712

.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 24/03/2023 às 10:27 , sob o número WAIA23700278845
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código B42F321.

EXCELENTÍSSIMA SENHORA DOUTORA JUIZA DE DIREITO DA 1ª. VARA CÍVEL DA COMARCA DE ATIBAIA.

Processo 0001385-82.2013.8.26.0048 – Cumprimento de sentença
Exequentes: Espólios de Gabriele Baraldi e Anita H. Baraldi
Executado: Raul Donato Mendes

RAUL DONATO MENDES, brasileiro, solteiro, trabalhador rural, RG. 27.233.858-9 – SSP/SP., e do CPF 252.972.718-00, residente e domiciliado na Estrada Municipal do Mackenzie – 3000 – Sítio Primavera - Bairro Itapetinga – CEP 12948-490 – ATIBAIA, SP., vem respeitosamente a presença de Vossa Excelência, por sua advogada interpor,

RECURSO DE APELAÇÃO

em razão da R. Sentença de **fls.254** que extinguiu o feito nos termos do artigo 485, inciso VI.

Requer seja recebido em ambos os efeitos, a intimação do Recorrido, para, querendo, oferecer contrarrazões, e o encaminhamento ao Tribunal de Justiça.

O Apelante é beneficiário da Justiça, requerendo assim, a manutenção.

Termos em que,
Pede Deferimento.

Atibaia, 18 de janeiro de 2023.

Duenes do Carmo Silva
OAB.SP. 209712

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/01/2023 às 17:16 , sob o número WAIA23700035897
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0001385-82.2013.8.26.0048 e código AE884DA.
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 24/03/2023 às 10:27 , sob o número WAIA23700278845
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 00010369-26.2011.8.26.0048 e código B42F328.

RAZÕES DO RECURSO

APELANTE: Raul Donato Mendes
APELADOS: Espólios de Gabrieli Baraldi e Anita H. Baraldi

Processo de Origem: *001385-82.2013.8.26.0048 – 1ª. Vara Cível da Comarca de ATIBAIA – CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DE SENTENÇA*

EGRÉGIO TRIBUNAL!

COLENDA CÂMARA!

I – DA TEMPESTIVIDADE

A Publicação da Sentença ocorreu em 26.09.2022, **(fls.259**), houve impetração de Embargos de Declaração, negados em 25.11.2022 **(fls.282),** publicado em 30.11.2022 (**fls.284),** cujo prazo se daria em 22.12.2022, já no recesso, com a suspensão dos prazos até 20.01.2023. - Portanto, tempestivo.

II – PRELIMINARES

1 - Para facilitar o entendimento dessa Nobre Corte, esclarece que a presente Execução, conforme **fl. 01**, iniciou-se em **25.01.2013,** na vigência do **CPC** anterior, como **processo físico**.

Tempos após, o Fórum da Comarca de Origem – ATIBAIA - teve suspensas as atividades consideradas não urgentes, em razão de problemas estruturais de engenharia.

Veio o Peticionamento Eletrônico, e enquanto restritas as atividades do Fórum, os servidores digitalizaram os autos físicos.

Possivelmente a digitalização, fato novo na ocasião, trouxe certos inconvenientes, como exemplo, certa desordem dos documentos, inclusive, com **falta** da última folha da sentença **(fls.17/20)**.

O Fato é **incontroverso;** exemplificando, cita o documento identificado como Petição Inicial (outras) **(fls.03/07**), a procuração **(fls.8)** custas iniciais, documentos diversos, e outros até a página 24, os quais, são partes da carta de sentença, cuja petição de juntada encontra-se às **fls. 37**.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/01/2023 às 17:16 , sob o número WAIA23700035897
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0001385-82.2013.8.26.0048 e código AE884DA.
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 24/03/2023 às 10:27 , sob o número WAIA23700278845
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 00010369-26.2011.8.26.0048 e código B42F328.

Ou seja, classificados **antes** mesmo da PETIÇÃO DE CUMPRMENTO DE SENTENÇA, que se encontra às **fls. 25/31.**

Em outro momento, a petição de **fls. 37** fala em juntada de carta de sentença, que por sua vez, encontra-se às **fls. 02**.

O Fato é que, apesar do despacho de **fls. 100**, determinando a reclassificação dos presentes, há certa desordem até às fls. 99.

- Entende o Apelante que seria caso de nulidade. Entretanto, por economia processual, pretende identifica-los com clareza facilitando o entendimento.

Acredita o Apelante que a **não apreciação até então**, da Impugnação à Execução, se deve em parte, em razão das circunstâncias acima.

2 – DA JUSTIÇA GRATUITA

Foi deferido os benefícios da justiça gratuita. Diante disso, requer sua manutenção, juntando documentação de praxe.

O Apelante, desde criança trabalha em plantação de mudas de rosas. É **trabalhador rural**. Porém, nunca teve registro na CTPS.

a) – Não possui conta bancária ou poupança
b) – Não possui Cartão de crédito
c) – Não possui Registro na CTPS.
d) – Não possui CNIS - Cadastro Nacional de Informações Sociais
e) – Não possui Cadastro como produtor rural, MEI, comerciante ou empresário.

f) – E, para que não venham os Apelados impugnar o benefício afirmando que o Apelante pagou uma despesa de **R$ 37.800,00 (fls. 141),** conforme já esclarecido em outra oportunidade, junta petição da época, 29.03.2011, informando que a dívida havia sido paga **pelo irmão RENIL WILLIAN MENDES.**

- Tal assertiva, de pronto pode ser constatada na IMPUGNAÇÃO às **fls. 49**, **1º. Parágrafo**, onde afirma que as despesas para realização das obras de manutenção foram custeadas por familiares do Apelante, bem como, às **fls.69 a 82,** com dezenas de documentos em nome de RENIL WILLIAN MENDES, seu irmão.

- Dessa forma, confirma que o Apelante não tinha condições de arcar com a obra de manutenção, à época, **R$ 74.906,83,** custeada pelo irmão, que recebe em pagamento, com serviços na

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/01/2023 às 17:16 , sob o número WAIA23700035897
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0001385-82.2013.8.26.0048 e código AE884DA.
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 24/03/2023 às 10:27 , sob o número WAIA23700278845
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 00010369-26.2011.8.26.0048 e código B42F328.

sua plantação de mudas de rosas, e dentre outros, pelo fato de que o imóvel é usado para sua moradia e de sua família.

- Ressalte-se que ditos documentos em nome do irmão do Apelante, encontram-se sem impugnação por parte dos apelados quando lhes cabia.

g) E também, para que os Apelados não venham alegar que o Apelante faça Declaração de Imposto de Renda, ratifica que o fato decorre da obrigatoriedade legal, em razão do valor do imóvel superior a R$ 300.000,00.

3 – DA IMPENHORABILIDADE DO ÚNICO BEM IMÓVEL

Às **fls. 102**, dentre outros, despachou o D. Juiz "a quo" para que o Apelante comprovasse ser o imóvel, bem de família.

- Às fls. **111**/**112**, peticionou o Apelante juntando certidão do Registro de imóveis comprovando tratar-se de único bem, juntou petição onde informa que o endereço da Rua Anice Cury Sabag, 123 – seu antigo imóvel – com endereço para receber intimações – logo, não se tratava de sua residência; imóvel esse, objeto de permuta pelo imóvel rural, confrontante dos Apelados, como se vê do contrato. **(Fls. 111/121**).

- Também como prova da impenhorabilidade, o imóvel, já em **2010**, portanto, antes da presente, era utilizado para uso familiar, em arrendamento, por RENIL WILLIAN MENDES, como produtor rural, irmão do Apelante, como se vê no TAC - **fls.51/58,** em específico às **fls.53**, na referência ao terceiro compromissário, na qualidade de arrendatário desses imóveis.

- **Fls. 267/269** – Arrendatário – produtor rural - cópia de Relatório encaminhado ao MP informando o andamento do cumprimento do TAC 20/2010.

- Há também CAR – Cadastro de atividade Rural em nome do Apelante.

- Há Comprovantes de endereço em nome do Apelante e do irmão.

- Há Declaração Pública de testemunha, confirmando ser o imóvel utilizado pelo Apelante e sua família.

Lembrando que, no momento, além do Apelante, **residem no imóvel**: RENIL WILLIAN MENDES, irmão do Apelante, juntamente com o filho, em razão do Divórcio. A irmã RITA DE CÁSSIA MENDES com seus 03 filhos, sendo um menor.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/01/2023 às 17:16 , sob o número WAIA23700035897
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0001385-82.2013.8.26.0048 e código AE884DA.
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 24/03/2023 às 10:27 , sob o número WAIA23700278845
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 00010369-26.2011.8.26.0048 e código B42F328.

- Enfim! Certamente o imóvel é impenhorável!

III – RESUMO DOS FATOS

1 - Às **fls.25/31** os Apelados impetraram Execução Provisória de Sentença, proferida nos autos 0010369-26.2011.8.26.0048 – (**fls.17/20), (faltando a última página),** pretendendo receber a multa diária de R$ 200,00/dia, pelo não cumprimento de parte da sentença que mandou o Apelante reverter o curso d'água à condição anterior.

Na mesma peça, às fls. 30, os Apelados requereram a INTIMAÇÃO do Ministério Público, pois cientes da existência de conflito entre a SENTENÇA e o TAC 20/2010 – Termo de Ajustamento de Conduta, firmado em 24.10.2011, que utilizou a área onde era o curso d'água para plantio de 700 mudas de árvores nativas.

- Logo, os Apelados sempre tiveram conhecimento da causa IMPEDITIVA.

- O descumprimento do TAC implicaria em multa de ½ salário mínimo/dia.

- Dessa forma, em razão do valor, seria melhor descumprir a sentença, ora em execução, e acreditar que a justiça apreciasse a causa IMPEDITIVA demonstrada na Impugnação.

2 – Às **fls. 47/50** o Apelante ofereceu Impugnação à Execução, aditando-a, às **fls. 137/140,** ainda na vigência do CPC anterior, alegando em resumo, causas Impeditiva e Modificativa.

- Impeditiva, pois não poderia retornar o curso de água à situação anterior, ante o compromisso com o MP Anbiental.

- Modificativa, pois a sentença fixou Indenização pelos danos materiais em R$ 53.800,00, e por outro lado, o Apelante teve despesas de R$ 74.906,83 na realização de obras nas divisas das propriedades, que em virtude de lei, devem ser divididas.

- A sentença **não condenou** o Apelante ao custeio de despesas de manutenção da área na divisa dos imóveis.

- A Execução até então, seguia em autos autônomos.

3- Às **fls. 102** a Justiça diz que o TAC pode até alterar o cumprimento de sentença e manda ouvir o MP ambiental, e que o Apelante comprovasse ser o imóvel bem de família.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/01/2023 às 17:16 , sob o número WAIA23700035837
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0001385-82.2013.8.26.0048 e código AE884DA.
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 24/03/2023 às 10:27 , sob o número WAIA23700278845
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código B42F328.

No mesmo despacho, dá a entender que a atitude do Apelante estava errada. Com o que discorda, pois, era seu direito comprovar estar agindo corretamente.

- Senão Vejamos: os apelados, em comum acordo com o proprietário anterior ao Apelante, com firmas reconhecidas em tabelionato, alteram o curso de água, não observando que suas construções ficaram próximas das margens. Mas quando a natureza lhes traz prejuízo, querem cobrar do Apelante, ignorando que ele também sofrera danos materiais, pelo mesmo motivo.

- Portanto, o Apelante, que está em dia perante os órgãos ambientais, precisa se defender.

4 – O ministério Público manifestou, **fls. 124/125,** no sentido de que se ouvisse o DAEE, e dentre outros, disse que o judiciário poderia rever atos administrativos no caso de suposta ilegalidade.

5- Às fls**. 194**, o DAEE respondeu, alegando não ser parte, juntou parecer informando que em 27.09.2011, o Apelante protocolou requerimento de outorga, **deferida em 23.10.2012.**

Na mesma peça informou que o Apelante realizou obras no canal de barramento e que ainda havia obras por realizar.

Documentação conexa, como termo emergencial para realização das obras, publicação no Diário Oficial deferindo a outorga e fotos das obras encontram-se às **fls. 59/64.**

Ou seja: O Apelante estava em dia com as obrigações.

- Ressalte-se que o Apelante não poderia dar continuidade às obras, mesmo que devidamente autorizadas pelo DAEE, ante o risco de o Ministério Público rever a decisão no TAC, pois conforme manifestação dos Apelados, poderia ocorrer, como se vê no *e-mail* às **fls. 33**: ***"Que eu saiba é possível desarquivar o inquérito civil e pedir a revisão do Tac. Eu vou para Atibaia essa semana conversar no MP ambiental"*** *(*grifo nosso)

6 - Às fls. **129/130**, os Apelados concordam com a conversão da obrigação de fazer em indenização por perdas e danos.

- Logo, a partir daí, o conflito entre a SENTENÇA e o TAC deveria deixar de existir. Porém, a IMPUGNAÇÃO À EXECUÇÃO da causa MODIFICATIVA, que questiona a divisão das despesas das obras feitas pelo Apelante estava pendente de apreciação e julgamento.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/01/2023 às 17:16 , sob o número WAIA23700035837
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0001385-82.2013.8.26.0048 e código AE884DA.
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 24/03/2023 às 10:27 , sob o número WAIA23700278845
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 00010369-26.2011.8.26.0048 e código B42F328.

7 - A sentença é clara quando se refere à INDENIZAÇÃO PELOS DANOS MATERIAIS, mas **não condenou o Apelante** a custear pelas obras de manutenção nas divisas, que por lei, deveriam ser **divididas** entre os confrontantes.

Diz o CC. Lei 10.406/2002 - art. 1297. O proprietário tem direito a cercar, murar, valar ou tapar de qualquer modo o seu prédio, urbano ou rural, e pode constranger o seu confinante a proceder com ele à demarcação entre os dois prédios, a aviventar rumos apagados e a renovar marcos destruídos ou arruinados, repartindo-se proporcionalmente entre os interessados as respectivas despesas.

7 - **Pois bem:** solucionada a CAUSA IMPEDITIVA, dever-se-ia extinguir a MULTA DIÁRIA, o que não ocorreu nos autos principais 0010369-26.2011.8.26.0048 – Indenização por danos materiais – onde os Apelados, num imbróglio abusam da lei para causar prejuízo ao Apelante.

- Vejamos a decisão interlocutória, (fls.1143-Autos principais) onde enfim, a D. Magistrada se posiciona favorável ao Apelante, declarando que não havia apreciado a causa impeditiva, fazendo-o na ocasião.

- É evidente que os Apelados sempre tiveram conhecimento da causa impeditiva, manifestando várias vezes a respeito; pedem a conversão da multa em indenização. Mas, mantém a cobrança da multa diária nos autos principais, de forma indefinida, e diga-se, com o aval do Tribunal de Justiça.

E apesar de a Justiça, nos autos principais, tardiamente, apreciar favorável ao Apelante, o Tribunal se posiciona no sentido que a Multa é devida, e os Apelados se valem disso, cobrando-a por 02 (duas) vezes. Uma, nos autos principais, sem fixação de prazo para o término e outra nos autos 1006087-78.2018.8,26.0048

IV - RAZÕES DO PRESENTE E DA SENTENÇA APELADA

1 - A R. Sentença **de fls. 254,** precisa ser revista, quando ignora a IMPUGNAÇÃO À EXECUÇÃO e seus anexos, de fls. **47/82** e **137/143**, em enorme prejuízo do Apelante.

- Impetrou Embargos de Declaração, sendo negados. **(Fls.260/269)**

- O fato é que estamos diante de cerceamento de defesa, quando extingue o feito sem apreciar a impugnação à execução, quer seja no presente, quanto nos autos principais.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/01/2023 às 17:16 , sob o número WAIA23700035837
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0001385-82.2013.8.26.0048 e código AE884DA.
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 24/03/2023 às 10:27 , sob o número WAIA23700278845
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código B42F328.

2 - Em 21.06.2013, nos autos 1527/2011, atual 0010369-26.2011, ocorre o apensamento aos autos principais; em 03.07 2013, a Justiça determina que a execução seguirá nos autos principais, com pedido adequado, pertinente e objetivo. **(fls.262/263).**

Mas, apesar do despacho para que a execução seguisse nos autos principais, esse feito prosseguiu normalmente.

- Percebia-se haver situação conflitante entre os autos principais e a Execução.

A petição acostada às **fls.264/266**, **extraída dos autos principais**, demonstra claramente, em específico no **item 7**, a necessidade premente do julgamento da presente Impugnação.

Outro exemplo; nos autos principais, requereu o Apelante a manifestação do Ministério Público Ambiental, juntando as peças do seu pronunciamento no presente.

- Em resposta, o Ministério Público declinou de sua manifestação, afirmando que no feito não cabia sua manifestação.

3 – **Pois bem:** não raras vezes, assim o fez o Apelante, quer seja nos autos principais ou nesse feito, insistindo nos requerimentos da apreciação das causas IMPEDITIVA e MODIFICATIVA alegadas às fls.47/50 e fls.137/140 e seus anexos.

Às **fls. 264/266**, dias após o apensamento, (cópia extraída dos autos principais), vê-se a insistência do Apelante, no último parágrafo, reiterando pela apreciação da Impugnação à execução.

O fato é que, ditas provas não foram apreciadas, se limitando a justiça a dizer que os Apelados prosseguiram com a pretensão nos autos principais.

- Ora Excelências! Onde está o direito do Apelante, que teve suas provas ignoradas?

- Por tal razão, se fez necessário aguardar a sentença no presente, onde o Apelante respondeu à todas aberturas de vistas, tomando-se o cuidado em sempre reiterar a necessidade do julgamento da IMPUGNAÇÃO À EXECUÇÃO, e em não ocorrendo, como é o caso, enfim, recorrer a Instância superior, dentro do prazo legal, resguardando seus direitos.

4 - Também há que ser revista a Impenhorabilidade do único bem imóvel do Apelante, conforme farta prova documental demonstrando preencher os requisitos.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/01/2023 às 17:16 , sob o número WAIA23700035837
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0001385-82.2013.8.26.0048 e código AE884DA.
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 24/03/2023 às 10:27 , sob o número WAIA23700278845
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código B42F328.

5 – Espera ainda seja mantido o benefício da Justiça gratuita, ante a juntada das provas de praxe.

6 – Como se vê em R. Sentença fls. 17/20, o Apelante foi condenado a indenizar pelos danos materiais, cujo valor principal, foi pago, e a fazer a reversão do curso da água, sob pena de multa diária, convertida em indenização, pelos Apelados.

- Logo, a Multa Diária, deveria deixar de existir. Mas pelo contrário, os Apelados, se contradizem, insistindo em cobrá-la nos autos principais.

- Inclusive, com constrição de penhora no único bem imóvel do Apelante. Em arrepio da lei, posto seja Impenhorável.

- Com todo respeito, mas definitivamente, estamos diante de ludibriadores.

7 – Ainda sobre a R. Sentença proferida nos autos principais, nela, não há condenação para o Apelante custear as obras de manutenção. Dessa forma, entende que deveriam ser divididas nos termos da lei, sem necessidade de ação de conhecimento, ante a objetividade da sentença.

V - DO DIREITO

Art. 1009 CPC. Da sentença cabe Apelação.

VI – DO PEDIDO

Ante o exposto requer se digne esse Colendo Tribunal receber o presente em ambos os efeitos, dando provimento ao Recurso, reformando totalmente a R. Sentença recorrida, com a procedência da impugnação ao Cumprimento de Sentença impetrada na vigência do CPC anterior, a impenhorabilidade do bem imóvel e a manutenção da justiça gratuita por medida de JUSTIÇA.

Termos em quer,
Pede Deferimento.

Atibaia, 19 de janeiro de 2023.

Duenes do Carmo Silva
OAB.SP. 209712

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 19/01/2023 às 17:16 , sob o número WAIA23700035837
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0001385-82.2013.8.26.0048 e código AE884DA.
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 24/03/2023 às 10:27 , sob o número WAIA23700278845
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 00010369-26.2011.8.26.0048 e código B42F328.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ATIBAIA
FORO DE ATIBAIA
1ª VARA CÍVEL
Rua Dr. José Roberto Paim, 99, Parque dos Coqueiros - CEP 12945-007,
Fone: (11) 3402-5547, Atibaia-SP - E-mail: atibaia1cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às17h00min

CERTIDÃO

Processo Digital n°:	**0001385-82.2013.8.26.0048**
Classe – Assunto:	**Cumprimento Provisório de Sentença - Liquidação / Cumprimento / Execução**
Requerente:	**Gabriele Baraldi**
Requerido:	**Raul Donato Mendes**

C E R T I D Ã O

Certifico e dou fé que decorreu o prazo concedido sem manifestação da parte autora. Nada Mais. Atibaia, 23 de março de 2023. Eu, Alexandre Marques Munhoz, Chefe de Seção Judiciário.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 24/03/2023 às 10:27 , sob o número WAIA23700278845
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código B42F328.
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ALEXANDRE MARQUES MUNHOZ, liberado nos autos em 23/03/2023 às 16:12 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0001385-82.2013.8.26.0048 e código B4103EE.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ATIBAIA
FORO DE ATIBAIA
1ª VARA CÍVEL
Rua Dr. José Roberto Paim, 99, Parque dos Coqueiros - CEP 12945-007,
Fone: (11) 3402-5547, Atibaia-SP - E-mail: atibaia1cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às17h00min

CERTIDÃO

Processo Digital n°:	**0001385-82.2013.8.26.0048**
Classe – Assunto:	**Cumprimento Provisório de Sentença - Liquidação / Cumprimento / Execução**
Requerente:	**Gabriele Baraldi**
Requerido:	**Raul Donato Mendes**

C E R T I D Ã O

Certifico e dou fé que, nos termos do artigo 102 das Normas de Serviço da Corregedoria Geral de Justiça:

(i) este processo não contém mídias digitais;

(ii) o valor do preparo a ser recolhido é R$ 898,65;

(iii) a parte recorrente não recolheu preparo .

Certifico, por fim, que remeto os autos à E. Superior Instância.

Nada Mais. Atibaia, 23 de março de 2023. Eu, Alexandre Marques Munhoz, Chefe de Seção Judiciário.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 24/03/2023 às 10:27 , sob o número WAIA23700278845
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código B42F328.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ALEXANDRE MARQUES MUNHOZ, liberado nos autos em 23/03/2023 às 17:37 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0001385-82.2013.8.26.0048 e código B413344.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ATIBAIA
FORO DE ATIBAIA
1ª VARA CÍVEL
Rua Dr. José Roberto Paim, 99, Parque dos Coqueiros - CEP 12945-007,
Fone: (11) 3402-5547, Atibaia-SP - E-mail: atibaia1cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às17h00min

CERTIDÃO

Processo Digital n°:	**0010369-26.2011.8.26.0048**
Classe – Assunto:	**Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material**
Requerente:	**Gabriele Baraldi**
Requerido:	**Raul Donato Mendes**

C E R T I D Ã O

Certifico e dou fé que foi alterado no sistema para cumprimento de sentença, conforme determinado às fls. 1321. Nada Mais. Atibaia, 27 de março de 2023. Eu, ___, Alexandre Marques Munhoz, Chefe de Seção Judiciário.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ALEXANDRE MARQUES MUNHOZ, liberado nos autos em 27/03/2023 às 10:09 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código B44108A.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de Atibaia
Foro de Atibaia
1ª Vara Cível
Rua Dr. José Roberto Paim, 99, Parque dos Coqueiros - CEP 12945-007, Fone: (11) 3402-5547, Atibaia-SP - E-mail: atibaia1cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às17h00min

DESPACHO

Processo:	**0010369-26.2011.8.26.0048 - Cumprimento de sentença**
Requerente:	**Gabriele Baraldi**
Requerido:	**Raul Donato Mendes**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Adriana da Silva Frias Pereira

Vistos.

Ao Ministério Público.

Intimem-se.

Atibaia, 14 de junho de 2023.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ADRIANA DA SILVA FRIAS PEREIRA, liberado nos autos em 15/06/2023 às 09:17 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código BA45880.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ATIBAIA
FORO DE ATIBAIA
1ª VARA CÍVEL
Rua Dr. José Roberto Paim, 99, Parque dos Coqueiros - CEP 12945-007,
Fone: (11) 3402-5547, Atibaia-SP - E-mail: atibaia1cv@tjsp.jus.br

CERTIDÃO DE REMESSA PARA O PORTAL ELETRÔNICO

Processo n°:	**0010369-26.2011.8.26.0048**
Classe – Assunto:	**Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material**
Requerente:	**Gabriele Baraldi e outro**
Requerido:	**Raul Donato Mendes**

CERTIFICA-SE que em 15/06/2023 o ato abaixo foi encaminhado ao **Portal Eletrônico do (a):** Ministério Público do Estado de São Paulo.

Teor do ato: Vistos. Ao Ministério Público. Intimem-se.

Atibaia, (SP), 15 de junho de 2023

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 15/06/2023 às 09:18 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código BA4E5D0.

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0474/2023, encaminhada para publicação.

Advogado	Forma
Melissa Yumi Koga Baraldi (OAB 211408/SP)	D.J.E
Duenes do Carmo Silva (OAB 209712/SP)	D.J.E
Arthur da Motta Trigueiros Neto (OAB 237457/SP)	D.J.E
Fernando Jose Cerello Gonçalves Pereira (OAB 268408/SP)	D.J.E

Teor do ato: "Vistos. Ao Ministério Público. Intimem-se."

Atibaia, 15 de junho de 2023.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 15/06/2023 às 11:44 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código BA54C29.

ESTADO DE SÃO PAULO
PODER JUDICIÁRIO

CIÊNCIA DA INTIMAÇÃO

Autos nº: **0010369-26.2011.8.26.0048**
Foro: **Foro de Atibaia**

Declaramos ciência nesta data, através do acesso ao portal eletrônico, do teor do ato transcrito abaixo.

Data da intimação: **15/06/2023 21:02**
Prazo: **10 dias**
Intimado: **Ministério Público do Estado de São Paulo**
Teor do Ato: **Vistos. Ao Ministério Público. Intimem-se.**

Atibaia, 15 de Junho de 2023

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por WANDERSON MARCIO RIBEIRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 15/06/2023 às 21:27 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código BA64EE2.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo, constante da relação nº 0474/2023, foi disponibilizado no Diário de Justiça Eletrônico em 16/06/2023. Considera-se a data de publicação em 19/06/2023, primeiro dia útil subsequente à data de disponibilização.

Advogado
Melissa Yumi Koga Baraldi (OAB 211408/SP)
Duenes do Carmo Silva (OAB 209712/SP)
Arthur da Motta Trigueiros Neto (OAB 237457/SP)
Fernando Jose Cerello Gonçalves Pereira (OAB 268408/SP)

Teor do ato: "Vistos. Ao Ministério Público. Intimem-se."

Atibaia, 16 de junho de 2023.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 16/06/2023 às 06:25 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código BA6B4E3.

MANIFESTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Processo nº 0010369-26.2011.8.26.0048

Meritíssima Juíza,

Reitero manifestação de fls. 1109, **pela não intervenção**.

Atibaia, data supra.

Wanderson Márcio Ribeiro

Promotor de Justiça

Mariana Perdigão Coutinho Gelio

Analista Jurídica

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por WANDERSON MARCIO RIBEIRO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 15/06/2023 às 21:48 , sob o número WAIA23700607334
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código BA6B515.

EXCELENTÍSSIMA SENHORA DOUTORA JUIZA DE DIREITO DA 1ª. VARA CÍVEL DA COMARCA DE ATIBAIA.

Processo 0010369-26.2011.8.26.0048 – Indenização por Dano Material
Requerente: Espólio de Gabriele Baraldi
Requerido: Raul Donato Mendes

RAUL DONATO MENDES, qualificado, vem respeitosamente a presença de Vossa Excelência, por sua advogada, requerer **NULIDADE PROCESSUAL RELATIVA**, conforme os fatos e fundamentos a seguir:

1 - **Às fls. 1332**, o Executado deu conhecimento do RECURSO DE APELAÇÃO nos autos **0001385.82.2013.8.26.0048** – CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - em razão da sentença extinguindo-o, **sem apreciação** DA IMPUGNAÇÃO À EXECUÇÃO e das provas carreadas às fls. 47/82 e 137/141, apresentada tempestivamente. (Em apenso)

- Resumidamente, assim decidiu Vossa Excelência naquele feito:

"*Ante a manifestação retro, denotando que a exequente prosseguiu com a pretensão nos autos principais (após o trânsito em julgado), julgo extinta a presente, com fundamento o artigo 485, inciso VI, do Código de Processo Civil, por falta de interesse processual superveniente*."

2 – E, apesar de reiteradas manifestações do Executado, podendo citar, **fls. 386**, **672,** requerendo fosse apreciada a IMPUGNAÇÃO À EXECUÇÃO, V. Exa. extinguiu o processo sem o fazê-lo.

2.1 – DA CAUSA MODIFICATIVA: – Como se vê, acertadamente a Sentença de fls.241/245 não prevê condenação do Requerido a custear as obras de manutenção no curso d'agua, que corre nas divisas das propriedades, quer sejam as realizadas na ocasião, e as futuras, que se fizerem necessárias

Conforme legislação vigente, CC. Art. 1.297, tais despesas devem ser divididas entre os confinantes.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 11/08/2023 às 19:27 , sob o número WAIA23700856083
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código BEFCCF8.

> RECURSO ESPECIAL Nº 2.035.008 - SP (2022/0195706-2) RELATORA: MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI RECORRENTE: LEANDRO TEODORO ALVES ADVOGADO: RENATA DE BRITTO BERNARDO DO PRADO - SP355400 RECORRIDO: ANTONIO ROBERTO TAVELLA ADVOGADO: TÉRCIO DE OLIVEIRA CARDOSO - SP189695 EMENTA RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL. DIREITO DE TAPAGEM. MURO DIVISÓRIO. DESPESAS DE CONSTRUÇÃO. ACORDO PRÉVIO. DESNECESSIDADE. CONDOMÍNIO NECESSÁRIO. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. 1. O direito de tapagem disposto do art. 1.297 do Código Civil prevê o direito ao compartilhamento de gastos decorrentes da construção de muro comum aos proprietários lindeiros. 2. O acordo prévio de vontades não é requisito à meação das despesas de construção do muro pretendidas. 3. Recurso especial parcialmente provido. ACÓRDÃO A Quarta Turma, por unanimidade, deu parcial provimento ao recurso especial, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora. Os Srs. Ministros Antonio Carlos Ferreira, Marco Buzzi e Raul Araújo (Presidente) votaram com a Sra. Ministra Relatora. Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro João Otávio de Noronha. Brasília/DF, 02 de maio de 2023(Data do Julgamento) MINISTRA MARIA ISABEL

- Pois bem: logo após a sentença, foram custeadas pelo Executado, obras de manutenção devidamente autorizadas pelo DAEE, nas divisas das propriedades, no valor de R$ 74.906,83 (setenta e quatro mil novecentos e seis reais e oitenta e três centavos). (Fls. **68/82 e 141)**

Sabendo-se, que por força de Lei, tais despesas devam ser divididas, caberia ao executado pagar apenas R$ 16.346,59, uma vez sendo o valor da condenação por danos materiais em R$ 53.800,00(cinquenta e três mil e oitocentos reais).

É preciso observar também, que o valor fixado na indenização do curral nesse feito, em março 2011, foi de **R$ 17.000,00;** por outro lado, o LAUDO PERICIAL, nos autos 1006087-78.2018, os danos do mesmo curral foram calculados em **R$11.000,00.** Conforme o Perito, **esse é o valor que deve prevalecer**.

- Logo, os valores da Reparação de danos materiais nesse feito, obrigatoriamente necessitam alteração.

- Para facilitar o entendimento, cogita o Executado que nesse feito, deva ser **excluído** o valor a ser indenizado pelo curral, vez que, **já consta do cálculo** da indenização nos autos 1006087-82.2022.8.26.0048, pois **não cabe duas indenizações pelo mesmo dano.**

No mesmo sentido é a cobrança da multa diária, que embora tenha decidido o TRIBUNAL DE JUSTIÇA ser ela devida, foi substituída por INDENIZAÇÃO nos autos 1006087-78.2018, não cabendo ao executado indenizar duas vezes pelo mesmo dano.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 11/08/2023 às 19:27 , sob o número WAIA23700856083
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código BEFCCF8.

RESUMO DOS CÁLCULOS DO VALOR DA INDENIZAÇÃO

a) - indenização danos materiais nesse feito: R$53.800,00
Indenização do Curral a ser substituída: - R$17.000,00
Subtotal a **ser indenizado**: R$ 36.800,00

b) – Despesas de obras nas divisas pagas p/executado: R$ 74.906,83
50% das despesas cabidas aos Exequentes: R$ 37.453,41

- Logo, após apreciada a IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, por **direito e justiça**, o executado teria um crédito de R$ 653,41 nesse feito.

- Sem olvidar, que o Executado efetuou depósito de R$ 53.800,00 (cinquenta e três mil e oitocentos reais), **(fls.1240**), o qual, certamente poderá ser aproveitado na indenização do terreno dos exequentes, autos 1006087-72.2018 – atualmente APP.

2.2 –DA CAUSA IMPEDITIVA: - Insistem os Exequentes na cobrança de multa diária prevista na sentença, pela não reversão do curso d'água à situação anterior.

- Entretanto, como se sabe, há pedido de indenização dos Exequentes em substituição à Multa, no processo 1006087-78.2018.8.26.0048. (Em apenso)

- ORA EXCELÊNCIA!! Ou se COBRA a indenização ou se COBRA a Multa!!

- COBRAR a multa diária e COBRAR a indenização, é enriquecimento ilícito e má fé dos exequentes.

2.3 **– Lei nº 13.105 de 16 de Março de 2015**

Art. 805. Quando por vários meios o exequente puder promover a execução, o juiz mandará que se faça pelo modo menos gravoso para o executado.

- Norteando-se pela legislação vigente, caberia ao executado pagar tão somente a indenização da área de APP, resultado da erosão no imóvel do Exequente, mas não a multa diária.

3 – NULIDADE DE ALGIBEIRA: estando em curso a AÇÃO DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA nos autos 0001385-82.2013, era necessário aguardar seu desfecho, quando lamentavelmente culminou com sua extinção, nos termos do art. 485, VI, CPC, efetuar os recursos cabíveis, reiterando pela apreciação da IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 11/08/2023 às 19:27 , sob o número WAIA23700856083
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código BEFCCF8.

Ante o fato de ter aguardado pela apreciação da IMPUGNAÇÃO À EXECUÇÃO nos autos 0001385.82.2013, o que até então, não ocorreu, entende que não se trata de nulidade de Algibeira.

> TJ-MG – A. de Instrumento - Cv: AI XXXXX40042276001 Pitangui
>
> EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - PRELIMINAR - NULIDADE DA DECISÃO AGRAVADA - **AUSÊNCIA DE APRECIAÇÃO** DA **IMPUGNAÇÃO** - NEGATIVA DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL - DECISÃO CASSADA. 1. Evidenciado nos autos que o Juízo "a quo" homologou os cálculos apresentados pela perícia judicial sem apreciar a **impugnação** ao cumprimento de sentença, impõe o reconhecimento de nulidade da decisão recorrida por negativa de prestação jurisdicional. 2. Preliminar acolhida.
>
> TRT-1 - Agravo de Petição: AP XXXXX20165010531 RJ
>
> **AUSÊNCIA DE APRECIAÇÃO** DA **IMPUGNAÇÃO** À EXECUÇÃO. NULIDADE. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. CONFIGURAÇÃO. Verificando-se que que o magistrado de origem deixou de apreciar a **impugnação** à execução apresentada tempestivamente pelo agravante, cabe declarar a nulidade dos atos posteriores praticados, por negativa de prestação jurisdicional, e determinar o retorno dos autos para julgamento da **impugnação**.

4 – DA MANIFESTAÇÃO DO MP às fls.1350: declinou o MP de falar no presente. Entretanto, entende que seja competência do MINISTÉRIO PÚBLICO AMBIENTAL manifestar, em razão do procedimento administrativo – TAC – **fls.527/532**, firmado com o Executado e outros, motivo da CAUSA IMPEDITIVA que levou ao não cumprimento do comando decisório.

5 – DO PEDIDO: ante o exposto, requer se digne Vossa Excelência deferir Tutela antecipada para suspender os atos processuais, a partir do início do Cumprimento de Sentença, até o julgamento da IMPUGNAÇÃO À EXECUÇÃO, apresentada tempestivamente nos autos 0001385-82.2013.8.16.0048 (apenso), ora requerida.

5.1 - Seja declarada NULIDADE RELATIVA dos atos posteriores à sentença, por negativa da prestação jurisdicional, que leva ao cerceamento de defesa.

5.2 – Seja deferida a revisão do valor da indenização do curral, para R$ 11.000,00, nos termos do LAUDO PERICIAL nos autos 1006087-78.2018 (apenso).

Termos em que,
Pede deferimento.
Atibaia, 08 de agosto de 2023.

Duenes Carmo Silva
OAB.SP. 209712

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 11/08/2023 às 19:27 , sob o número WAIA23700856083
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código BEFCCF8.

Walmir Pereira Modotti

ENGENHEIRO CIVIL
E TÉCNICO EM ELETRÔNICA
CREA 128.880/D

141

Avaliações e Perícias de Engenharia

Item	Descrição	Total médio Mat.+M.O.	Quant.	Total
02830.8.1.1	Fundação do Muro de Arrimo	R$ 200,74/m	30m	R$ 6.022,20
02830.8.2.1	Muro de arrimo	R$ 189,80/m²	60m²	R$ 11.388,00
03931.8.3.1	Reparo de juntas de movimentação	R$ 200,97/m²	1,5m²	R$ 301,46
Total				R$ 17.711,66
BDI = 30%				R$ 5.313,50
TOTAL + BDI, em números redondos				**R$ 17.000,00**

IV.4.1 - EDÍCULA E GALINHEIRO:

Para o cálculo da edícula e do galinheiro, os quais terão que ser inteiramente refeitos, utilizaremos o Estudo Valores de Edificações de Imóveis Urbanos do IBAPE/SP.

O referido trabalho representa a revisão das anteriores "Normas para Avaliação de Imóveis" e "Normas para Avaliação de Imóveis na Desapropriação" do IBAPE - Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharias e está baseada na NBR 14653.

A ABNT NBR 14653-2 foi elaborada no Comitê Brasileiro de Construção Civil (ABNT/CB-02), pela Comissão de Estudo de Avaliação na Construção Civil (CE-02:134.02).

Os valores unitários médios, assim como os intervalos de valores relativos aos padrões construtivos, está vinculado ao valor do H8-N do SINDUSCON, conforme tabela a seguir:

Rua Tabatinguera, 140, conj. 403, Centro, São Paulo - SP CEP 01020-901
Tel./Fax: (11) 3115-0750 e-mail: walmirmodotti@uol.com.br

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 11/08/2023 às 19:27 , sob o número WAIA23700856083
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código BEFCCF9.

Walmir Pereira Modotti

ENGENHEIRO CIVIL
E TÉCNICO EM ELETRÔNICA
CREA 128.880/D

145

Avaliações e Perícias de Engenharia

IV.4.3 – VALOR TOTAL DAS OBRAS PARA REPARO DO IMÓVEL:

O valor total das benfeitorias que devem ser realizadas para recuperar o imóvel é:

Benfeitoria	Valor
Estábulo e muros	R$ 17.000,00
Edícula	R$ 26.100,00
Galinheiro	R$ 10.700,00
TOTAL	**R$ 53.800,00**

VT = R$ 53.800,00

(cinquenta e três mil e oitocentos reais)

Válido para março de 2011.

Rua Tabatinguera, 140, conj. 403, Centro, São Paulo - SP CEP 01020-901
Tel./Fax: (11) 3115-0750 e-mail: walmirmodotti@uol.com.br

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 11/08/2023 às 19:27 , sob o número WAIA23700856083
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código BEFCCFA.

Marcos E. Bigatto
Engenheiro Civil
CREA 506.105.315 - IBAPE 1507

II.2 – Sobre a Indenização do Curral

As fls. 235/236 dos Autos a parte Requerida alega que a perícia feita do curral já é objeto de indenização nos autos principais e que pelo princípio do pagamento menos gravoso requer seja utilizado o valor atual da perícia do curral em substituição à indenização prevista nos autos principais referentes ao mesmo bem.

Esclarecimento:

Como se verifica nos Autos principais, fls. 121/122 do mesmo, o valor de indenização do Curral levou em consideração a recuperação desta edificação com execução de nova fundação e muro de arrimo (além de reparos das juntas de movimentação), o que resultou em valor superior ao valor da própria edificação calculado no laudo pericial mais recente.

O detalhe é que a recuperação do curral considerada pelo Perito anterior não é recomendada pois iria restar em área não edificante, e, por este motivo, a indenização referente a esta edificação apresentada no laudo pericial atual considerou o valor de reedição da edificação mais a sua demolição, que de fato é inferior ao valor de recuperação da mesma. Portanto, tecnicamente, o valor calculado nesta pericia é o que deve prevalecer.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARCOS EDUARDO BIGATTO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 01/02/2022 às 10:32 , sob o número WAIA22700066861
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 11/08/2023 às 19:27 , sob o número WAIA23700856083
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1006087-78.2018.8.26.0048 e código 910BD7A.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código BEFCCFD.

Marcos E. Bigatto
Engenheiro Civil
CREA 506.105.315 - IBAPE 1507

II.4 – Sobre os Quesitos 2 e 2.1

Comentários do Requerido (fls. 243/244): Em resposta, às fls. 218, quanto ao quesito 2, respondeu sim. E quanto ao quesito 2.1 respondeu: não, pois a distância foi respeitada. Ante o exposto, junta foto da área no ano de 2008, portanto, antes das enchentes (ocorridas em 2011), onde, conforme o Assistente técnico, a linha branca é o córrego e a vermelha delimita os 30 metros da área de APP. Logo, as construções do autor, (galinheiro, curral e edícula) quando da reversão do curso d'agua, por volta dos anos 2002, teriam ficado dentro da área de APP.

Esclarecimento: De fato, as construções do Autor que ficavam fora de APP, com a alteração do curso d'água, passaram a ficar dentro da faixa dos 30 metros em relação ao novo traçado do córrego. O detalhe é que tais construções jamais foram irregulares, pois a distância de APP foi respeitada quando da construção das mesmas.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARCOS EDUARDO BIGATTO e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 01/02/2022 às 10:32 , sob o número WAIA22700066861
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 11/08/2023 às 19:27 , sob o número WAIA23700856083
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1006087-78.2018.8.26.0048 e código 910BD7A.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código BEFCCFD.

LEITE, LMA MARTINHO ADVOGADOS
Rua Lydia Ferrari Magnoli, 108, 3º andar
Jardim Avelino - São Paulo - SP - CEP 03227-085
+ 55 11 2084-9900 | intima@lma.com.br
www.lma.com.br

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUÍZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ATIBAIA – SP

PROCESSO N.º 0010369-26.2011.8.26.0048

ESPÓLIO DE GABRIELE BARALDI, já qualificado nos autos de Cumprimento de Sentença em epígrafe que move em desfavor de RAUL DONATO MENDES, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, requerer a juntada do incluso instrumento de SUBSTABELECIMENTO SEM RESERVA DE PODERES.

Outrossim, considerando o trânsito em julgado dos acórdãos constantes às fls. 1.269/1.272 e 1.284/1.286[1], e nos termos da decisão de fls. 1.321 (conversão do feito em cumprimento definitivo de sentença) e petição de fls. 1.324/1.331 (juntada de cálculos e requerimento de redesignação de hasta pública), o Requerente serve-se do presente para reiterar a sequência do processo nos seguintes termos.

Trata-se de processo que tramita há mais de 10 (dez) anos e atualmente se encontra em fase de cumprimento de sentença, já havendo sido saneadas todas as questões processuais pendentes e sanadas, com trânsito em julgado, todas as questões de mérito discutidas.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por LEANDRO MARTINHO LEITE e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 14/08/2023 às 19:11 , sob o número WAIA23700862814
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código BF1F9D0.

LEITE, LMA MARTINHO ADVOGADOS
Rua Lydia Ferrari Magnoli, 108, 3º andar
Jardim Avelino - São Paulo - SP - CEP 03227-085
+ 55 11 2084-9900 | intima@lma.com.br
www.lma.com.br

A definitividade da aplicação da multa e sua quantificação (alegação que está novamente sendo reiterada pelo Executado) já foi confirmada pelo acórdão transitado em julgado indicado às fls. 1.269/1.272[2].

Esclarece o Requerente que o Auto de Penhora do bem indicado como garantia do presente Cumprimento de Sentença está às fls. 474/475, o bem penhorado foi avaliado às fls. 670, e a avaliação foi homologada às fls. 766/767, restando tais atos estabilizados pela coisa julgada.

Há muito também já foi confirmado o afastamento da alegação de bem de família, confirmado pelos acórdãos de fls. 476/486 e 1.013/1.016.

O que se verifica é que o Executado, mais uma vez, de forma a postergar a evolução do processo, reitera seu questionamento em face de tudo o quanto já foi decidido, em uma espiral de infindáveis repetições.

Isso se verifica, como exemplo, na nova petição trazida às 1.332/1.342, em que o Executado, de forma transversa, noticia a interposição de uma apelação nos autos do processo de liquidação de sentença, como forma de questionar a incidência da multa já confirmada pelo acórdão constante às fls. 1.269/1.272.

Contudo, conforme acima indicado e referenciado, tais alegações mostram-se totalmente inoportunas e infundadas, devendo ser de pronto afastadas.

Com efeito, e nos termos do já requerido, postula o Requerente a sequência do feito com a redesignação de hasta pública para alienação do bem penhorado.

[2] Acórdão Proferido nos autos do Agravo de Instrumento 2270849-47.2021.8.26.0000, com cópia constante às fls. 1.269/1.272: "EMENTA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. DÉBITO EXEQUENDO. VALOR. IMPUGNAÇAO INTEMPESTIVA. COISA JULGADA. RECURSO PROVIDO. I Ação de origem que tinha por objeto obrigação de fazer desvio do curso do rio que interliga os imóveis das partes. Conversão em perdas e danos. Cumprimento de sentença, cálculo apresentado com impugnação genérica. Não conhecimento. Decisões que transitaram em julgado; II Redução do valor exequendo. Impossibilidade. Planilha de cálculo

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por LEANDRO MARTINHO LEITE e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 14/08/2023 às 19:11 , sob o número WAIA23700862814
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código BF1F9D0.

LEITE, LMA MARTINHO ADVOGADOS
Rua Lydia Ferrari Magnoli, 108, 3º andar
Jardim Avelino - São Paulo - SP - CEP 03227-085
+ 55 11 2084-9900 | intima@lma.com.br
www.lma.com.br

Para a realização da hasta requer, novamente, a designação da empresa MEGA LEILÕES – GESTOR JUDICIAL, contato@megaleiloes.com.br, na pessoa do Sr. Fernando José Cerello G. Pereira (Jucesp nº 844), habilitado pelo TJ/SP, autorizando-se que a alienação seja feita em duas hastas sucessivas, permitindo-se a venda em segunda praça por até 60% (sessenta por cento) do valor atualizado da avaliação (uma vez que já realizadas outras hastas sem licitantes), intimando-se por edital o Executado e eventuais ocupantes da realização do ato.

Esclarece, como forma de colaborar com o avançar do feito e facilitar o trabalho do Ilustre Leiloeiro, que anteriormente já havia sido elaborado pelo mesmo um edital de venda do bem (vide fls. 795/794), e que a Certidão de Matrícula do Imóvel com o Registro da Penhora está anexada às fls. 798/801.

Informa que os cálculos atualizados do valor executado foram anexados às fls. 1.324/1.331, já considerando a dedução dos últimos valores levantados, servindo estes como parâmetro para eventual da participação do Autor como licitante da hasta com a utilização de seu crédito atualizado, nos termos do §1º do Artigo 892 do CPC.

Por fim, requer que todas as intimações relativas ao presente feito, realizadas via Diário Oficial, sejam expedidas exclusivamente em nome de **Laurindo Leite Júnior**, inscrito nos quadros da OAB/SP sob nº 173.229 e **Leandro Martinho Leite**, inscrito nos quadros da OAB/SP sob nº 174.082, ficando ressalvada a possibilidade de intimação pessoal dos demais advogados substabelecidos, sob pena de nulidade.

Termos em que, pede deferimento.
São Paulo, 14 de agosto de 2023.

LEANDRO MARTINHO LEITE
OAB/SP Nº 174.082

intempestivamente demonstrada pelo executado. Ação que perdura por mais de dez anos. Montante demonstrado que não comporta redução, resultado da atualização e juros decorrentes do não adimplemento do débito. (...)"

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por LEANDRO MARTINHO LEITE e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 14/08/2023 às 19:11 , sob o número WAIA23700862814
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código BF1F9D0.

SUBSTABELECIMENTO

Substabeleço sem reservas e com quitação de honorários aos advogados: **LAURINDO LEITE JÚNIOR**, brasileiro, divorciado, advogado inscrito nos quadros da OAB/SP sob o n.º 173.229, **LEANDRO MARTINHO LEITE**, brasileiro, casado, advogado inscrito nos quadros da OAB/SP sob o n.º 174.082, **DIENGLES ANTONIO ZAMBIANCO**, brasileiro, casado, advogado inscrito nos quadros da OAB/SP sob o n.º 244.646, **MARCELA GRECO THOMAZ,** brasileira, casada, advogada inscrita nos quadros da OAB/SP sob o nº 299.940, **JÚLIO CÉSAR COVRE,** brasileiro, casado, advogado inscrito nos quadros da OAB/SP sob o nº 308.566, **RICARDO FLORÊNCIO GERALDINI,** brasileiro, casado, advogado inscrito nos quadros da OAB/SP sob o nº 331.957, **GABRIELA CALDEIRA TUNCHEL**, brasileira, casada, advogada inscrita nos quadros da OAB/SP sob o nº 392.538, todos representantes da Sociedade de Advogados LEITE, MARTINHO ADVOGADOS, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 04.884.210/0001-40 e nos quadros da OAB/SP sob o n.º 6488, com endereço na Rua Lydia Ferrari Magnoli, n.º 108 – 3º andar – Conjunto 301 – Jardim Avelino – CEP: 03227-085 – São Paulo – SP – Fone: (11) 2084-9900 – Fax (11) 2084-9909 – E-mail: intima@LMA.com.br, os poderes que me foram outorgados pelo ESPÓLIO DE GABRIELE BARALDI e ESPÓLIO DE ANITTA HERMINE BARALDI, para atuação nos autos das ações judiciais n.º 0010369-26.2011.8.26.0048 (atualmente em fase de cumprimento de sentença autuado sob o n.º 0001385-82.2013.8.26.0048) e 1006087-78.2018.8.26.0048, incluindo-se aí todos os recursos e incidentes autos e futuros, bem como eventuais ações e medidas novas que forem interpostas e que sejam relacionadas à mesma discussão de origem.

São Paulo, 23 de Maio de 2023.

MELISSA YUMI KOGA BARALDI
Assinado de forma digital por MELISSA YUMI KOGA BARALDI
Dados: 2023.05.22 09:31:46 -03'00'

MELISSA YUMI KOGA BARALDI

OAB/SP 211.408

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por LEANDRO MARTINHO LEITE e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 14/08/2023 às 19:11 , sob o número WAIA23700862814
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código BF1F9D1.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ATIBAIA
FORO DE ATIBAIA
1ª VARA CÍVEL
Rua Dr. José Roberto Paim, 99, Parque dos Coqueiros - CEP 12945-007,
Fone: (11) 3402-5547, Atibaia-SP - E-mail: atibaia1cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às17h00min

DECISÃO

Processo Digital nº:	**0010369-26.2011.8.26.0048**
Classe - Assunto	**Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material**
Requerente:	**Gabriele Baraldi**
Requerido:	**Raul Donato Mendes**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Adriana da Silva Frias Pereira**

Vistos.

De fato, o executado repisa argumentos já decididos nos autos, abarcados portanto pela preclusão material, nada havendo a deliberar na petição de fls. 1.351/1.354, devendo o feito prosseguir regularmente.

Defiro a alienação do bem, e nomeio leiloeiro **DANIEL MELO CRUZ, Jucesp nº** 1125, e-mail contato@lancejudicial.com.br, devidamente habilitado e com status ativo no Portal de Auxiliares da Justiça do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

O leilão deverá ser realizado em dois pregões, pelo prazo mínimo de 3 dias o primeiro, e 20 dias o segundo.

No primeiro pregão, não serão admitidos lances inferiores ao valor de avaliação do bem. Não havendo lance superior à importância da avaliação, seguir-se-á, sem interrupção, a segunda etapa, que se estenderá por no mínimo 20 (vinte) dias e se encerrará em dia e hora previamente definidos no edital.

No segundo pregão serão admitidos lances não inferiores a 70% da última avaliação atualizada ou 80% do valor de avaliação atualizada, caso se trate de bem de incapaz.

A atualização deverá ser pela Tabela Prática do Tribunal de Justiça para os débitos judiciais comuns.

O pagamento poderá ser parcelado, conforme previsto no artigo 895 do Código de Processo Civil, com o depósito da parcela inicial – que deve corresponder no mínimo a 25% do valor do lance feito – em até 24 horas após ter sido declarado vencedor pelo leiloeiro.

O leilão será realizado exclusivamente por meio eletrônico por meio da plataforma http://www.lancejudicial.com.br, nos quais serão captados lances, mesmo que abaixo do valor de avaliação, dependendo nesta hipótese, de liberação do Juízo para se concretizar a venda e será

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ADRIANA DA SILVA FRIAS PEREIRA, liberado nos autos em 06/09/2023 às 21:45 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código C1011D8.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ATIBAIA
FORO DE ATIBAIA
1ª VARA CÍVEL
Rua Dr. José Roberto Paim, 99, Parque dos Coqueiros - CEP 12945-007,
Fone: (11) 3402-5547, Atibaia-SP - E-mail: atibaia1cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às17h00min

presidido pelo leiloeiro oficial, autorizado e credenciado pela Jucesp.

Desde logo, fixo a comissão da leiloeiro em 5% sobre o valor da arrematação, a ser paga pelo arrematante, não se incluindo no valor do lance, o que deverá ser informado previamente aos interessados.

O leilão será presidido pelo leiloeiro oficial, em portal virtual que atenda à regulação específica, no qual serão captados lances, observados os patamares mínimos acima estabelecidos.

Os interessados deverão cadastrar-se previamente no portal para que participem do leilão eletrônico fornecendo todas as informações solicitadas.

Durante a alienação, os lances deverão ser oferecidos diretamente no sistema do gestor e imediatamente divulgados on-line, de modo a viabilizar a preservação do tempo real das ofertas.

Somente será realizada segunda tentativa de leilão caso o primeiro não conte com nenhum lance válido durante todo o período previsto.

O procedimento do leilão deve observar o disposto nos artigos 886 a 903, do Código de Processo Civil, assim como o Provimento CSM nº 1625/2009 e art. 250 e seguintes das Normas de Serviço da Corregedoria Geral de Justiça do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Caberá ao leiloeiro efetuar a publicação do edital no sítio eletrônico previamente designado por este fim de acordo com as normas administrativas do Tribunal.

O edital deve conter todos os requisitos estabelecidos no art. 887, do Código de Processo Civil. Deverá constar do edital, também, que:

- os bens serão vendidos no estado de conservação em que se encontram, sem garantia, constituindo ônus do interessado verificar suas condições, antes das datas designadas para as alienações judiciais eletrônicas;

- o arrematante arcará com os débitos pendentes que recaiam sobre o bem, exceto os decorrentes de débitos fiscais e tributários conforme o artigo 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional, e exceto os débitos de condomínio (que possuem natureza propter rem), os quais ficam sub-rogados no preço da arrematação.

A publicação do edital deverá ocorrer no site designado pelo Tribunal, pelo menos 5 dias antes da data marcada para o leilão.

Ficam autorizados os funcionários do leiloeiro, devidamente identificados, a

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ADRIANA DA SILVA FRIAS PEREIRA, liberado nos autos em 06/09/2023 às 21:45 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código C1011D8.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ATIBAIA
FORO DE ATIBAIA
1ª VARA CÍVEL
Rua Dr. José Roberto Paim, 99, Parque dos Coqueiros - CEP 12945-007,
Fone: (11) 3402-5547, Atibaia-SP - E-mail: atibaia1cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às17h00min

providenciar o cadastro e agendamento, pela internet, dos interessados em vistoriar o bem penhorado, cabendo aos responsáveis pela guarda facultar o ingresso dos interessados, designando-se datas para as visitas.

Igualmente, ficam autorizados os funcionários do leiloeiro, devidamente identificados, a obter diretamente, material fotográfico para inseri-lo no portal do Gestor, a fim de que os licitantes tenham pleno conhecimento das características do bem, que serão vendidos no estado em que se encontram.

No mesmo prazo, deverão ser cientificados o executado e as demais pessoas previstas no art. 889, do Código de Processo Civil, cabendo à parte requerente requerer e providenciar o necessário.

Sem prejuízo, para a garantia da higidez do negócio, fica autorizado que o próprio leiloeiro encaminhe também as comunicações pertinentes, juntando posteriormente aos autos.

Comprovado o recolhimento das despesas necessárias, intime(m)-se executado(s), na pessoa de seu advogado, ou, na ausência, pessoalmente, por via eletrônica ou carta direcionada ao endereço de citação ou último endereço cadastrado nos autos.

Registre-se que, se o executado for revel e não tiver advogado constituído, não constando dos autos seu endereço atual ou, ainda, não sendo ele encontrado no endereço constante do processo, a intimação considerar-se-á feita por meio do próprio edital de leilão.

A presente decisão, assinada digitalmente, servirá como carta, mandado ou ofício, para comunicação do executado e demais interessados, bem como ordem judicial para que os funcionários do leiloeiro possam ingressar no local onde o bem a ser leiloado se encontra.

Cumpra-se na forma e sob as penas da Lei.

Intime-se.

Atibaia, 05 de setembro de 2023.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ADRIANA DA SILVA FRIAS PEREIRA, liberado nos autos em 06/09/2023 às 21:45 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código C1011D8.

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0738/2023, encaminhada para publicação.

Advogado	Forma
Duenes do Carmo Silva (OAB 209712/SP)	D.J.E
Arthur da Motta Trigueiros Neto (OAB 237457/SP)	D.J.E
Fernando Jose Cerello Gonçalves Pereira (OAB 268408/SP)	D.J.E
Laurindo Leite Junior (OAB 173229/SP)	D.J.E
Leandro Martinho Leite (OAB 174082/SP)	D.J.E

Teor do ato: "Vistos. De fato, o executado repisa argumentos já decididos nos autos, abarcados portanto pela preclusão material, nada havendo a deliberar na petição de fls. 1.351/1.354, devendo o feito prosseguir regularmente. Defiro a alienação do bem, e nomeio leiloeiro DANIEL MELO CRUZ, Jucesp nº 1125, e-mail contato@lancejudicial.com.br, devidamente habilitado e com status ativo no Portal de Auxiliares da Justiça do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. O leilão deverá ser realizado em dois pregões, pelo prazo mínimo de 3 dias o primeiro, e 20 dias o segundo. No primeiro pregão, não serão admitidos lances inferiores ao valor de avaliação do bem. Não havendo lance superior à importância da avaliação, seguir-se-á, sem interrupção, a segunda etapa, que se estenderá por no mínimo 20 (vinte) dias e se encerrará em dia e hora previamente definidos no edital. No segundo pregão serão admitidos lances não inferiores a 70% da última avaliação atualizada ou 80% do valor de avaliação atualizada, caso se trate de bem de incapaz. A atualização deverá ser pela Tabela Prática do Tribunal de Justiça para os débitos judiciais comuns. O pagamento poderá ser parcelado, conforme previsto no artigo 895 do Código de Processo Civil, com o depósito da parcela inicial que deve corresponder no mínimo a 25% do valor do lance feito em até 24 horas após ter sido declarado vencedor pelo leiloeiro. O leilão será realizado exclusivamente por meio eletrônico por meio da plataforma http://www.lancejudicial.com.br, nos quais serão captados lances, mesmo que abaixo do valor de avaliação, dependendo nesta hipótese, de liberação do Juízo para se concretizar a venda e será presidido pelo leiloeiro oficial, autorizado e credenciado pela Jucesp. Desde logo, fixo a comissão da leiloeiro em 5% sobre o valor da arrematação, a ser paga pelo arrematante, não se incluindo no valor do lance, o que deverá ser informado previamente aos interessados. O leilão será presidido pelo leiloeiro oficial, em portal virtual que atenda à regulação específica, no qual serão captados lances, observados os patamares mínimos acima estabelecidos. Os interessados deverão cadastrar-se previamente no portal para que participem do leilão eletrônico fornecendo todas as informações solicitadas. Durante a alienação, os lances deverão ser oferecidos diretamente no sistema do gestor e imediatamente divulgados on-line, de modo a viabilizar a preservação do tempo real das ofertas. Somente será realizada segunda tentativa de leilão caso o primeiro não conte com nenhum lance válido durante todo o período previsto. O procedimento do leilão deve observar o disposto nos artigos 886 a 903, do Código de Processo Civil, assim como o Provimento CSM nº 1625/2009 e art. 250 e seguintes das Normas de Serviço da Corregedoria Geral de Justiça do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Caberá ao leiloeiro efetuar a publicação do edital no sítio eletrônico previamente designado por este fim de acordo com as normas administrativas do Tribunal. O edital deve conter todos os requisitos estabelecidos no art. 887, do Código de Processo Civil. Deverá constar do edital, também, que: - os bens serão vendidos no estado de conservação em que se encontram, sem garantia, constituindo ônus do interessado verificar suas condições, antes das datas designadas para as alienações judiciais eletrônicas; - o arrematante arcará com os débitos pendentes que recaiam sobre o bem, exceto os decorrentes de débitos fiscais e tributários conforme o artigo 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional, e exceto os débitos de condomínio (que possuem natureza propter rem), os quais ficam sub-rogados no preço da arrematação. A publicação do edital deverá ocorrer no site designado pelo Tribunal, pelo menos 5 dias antes da data marcada para o leilão. Ficam autorizados os funcionários do leiloeiro, devidamente identificados, a providenciar o cadastro e agendamento, pela internet, dos interessados em vistoriar o bem penhorado, cabendo aos responsáveis pela guarda facultar o ingresso dos interessados, designando-se datas para as visitas. Igualmente, ficam autorizados os funcionários do leiloeiro,

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 07/09/2023 às 05:54 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código C121CD1.

devidamente identificados, a obter diretamente, material fotográfico para inseri-lo no portal do Gestor, a fim de que os licitantes tenham pleno conhecimento das características do bem, que serão vendidos no estado em que se encontram. No mesmo prazo, deverão ser cientificados o executado e as demais pessoas previstas no art. 889, do Código de Processo Civil, cabendo à parte requerente requerer e providenciar o necessário. Sem prejuízo, para a garantia da higidez do negócio, fica autorizado que o próprio leiloeiro encaminhe também as comunicações pertinentes, juntando posteriormente aos autos. Comprovado o recolhimento das despesas necessárias, intime(m)-se executado(s), na pessoa de seu advogado, ou, na ausência, pessoalmente, por via eletrônica ou carta direcionada ao endereço de citação ou último endereço cadastrado nos autos. Registre-se que, se o executado for revel e não tiver advogado constituído, não constando dos autos seu endereço atual ou, ainda, não sendo ele encontrado no endereço constante do processo, a intimação considerar-se-á feita por meio do próprio edital de leilão. A presente decisão, assinada digitalmente, servirá como carta, mandado ou ofício, para comunicação do executado e demais interessados, bem como ordem judicial para que os funcionários do leiloeiro possam ingressar no local onde o bem a ser leiloado se encontra. Cumpra-se na forma e sob as penas da Lei. Intime-se."

Atibaia, 7 de setembro de 2023.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 07/09/2023 às 05:54 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código C121CD1.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo, constante da relação nº 0738/2023, foi disponibilizado no Diário de Justiça Eletrônico em 12/09/2023. Considera-se a data de publicação em 13/09/2023, primeiro dia útil subsequente à data de disponibilização.

Advogado
Duenes do Carmo Silva (OAB 209712/SP)
Arthur da Motta Trigueiros Neto (OAB 237457/SP)
Fernando Jose Cerello Gonçalves Pereira (OAB 268408/SP)
Laurindo Leite Junior (OAB 173229/SP)
Leandro Martinho Leite (OAB 174082/SP)

Teor do ato: "Vistos. De fato, o executado repisa argumentos já decididos nos autos, abarcados portanto pela preclusão material, nada havendo a deliberar na petição de fls. 1.351/1.354, devendo o feito prosseguir regularmente. Defiro a alienação do bem, e nomeio leiloeiro DANIEL MELO CRUZ, Jucesp nº 1125, e-mail contato@lancejudicial.com.br, devidamente habilitado e com status ativo no Portal de Auxiliares da Justiça do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. O leilão deverá ser realizado em dois pregões, pelo prazo mínimo de 3 dias o primeiro, e 20 dias o segundo. No primeiro pregão, não serão admitidos lances inferiores ao valor de avaliação do bem. Não havendo lance superior à importância da avaliação, seguir-se-á, sem interrupção, a segunda etapa, que se estenderá por no mínimo 20 (vinte) dias e se encerrará em dia e hora previamente definidos no edital. No segundo pregão serão admitidos lances não inferiores a 70% da última avaliação atualizada ou 80% do valor de avaliação atualizada, caso se trate de bem de incapaz. A atualização deverá ser pela Tabela Prática do Tribunal de Justiça para os débitos judiciais comuns. O pagamento poderá ser parcelado, conforme previsto no artigo 895 do Código de Processo Civil, com o depósito da parcela inicial que deve corresponder no mínimo a 25% do valor do lance feito em até 24 horas após ter sido declarado vencedor pelo leiloeiro. O leilão será realizado exclusivamente por meio eletrônico por meio da plataforma http://www.lancejudicial.com.br, nos quais serão captados lances, mesmo que abaixo do valor de avaliação, dependendo nesta hipótese, de liberação do Juízo para se concretizar a venda e será presidido pelo leiloeiro oficial, autorizado e credenciado pela Jucesp. Desde logo, fixo a comissão da leiloeiro em 5% sobre o valor da arrematação, a ser paga pelo arrematante, não se incluindo no valor do lance, o que deverá ser informado previamente aos interessados. O leilão será presidido pelo leiloeiro oficial, em portal virtual que atenda à regulação específica, no qual serão captados lances, observados os patamares mínimos acima estabelecidos. Os interessados deverão cadastrar-se previamente no portal para que participem do leilão eletrônico fornecendo todas as informações solicitadas. Durante a alienação, os lances deverão ser oferecidos diretamente no sistema do gestor e imediatamente divulgados on-line, de modo a viabilizar a preservação do tempo real das ofertas. Somente será realizada segunda tentativa de leilão caso o primeiro não conte com nenhum lance válido durante todo o período previsto. O procedimento do leilão deve observar o disposto nos artigos 886 a 903, do Código de Processo Civil, assim como o Provimento CSM nº 1625/2009 e art. 250 e seguintes das Normas de Serviço da Corregedoria Geral de Justiça do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Caberá ao leiloeiro efetuar a publicação do edital no sítio eletrônico previamente designado por este fim de acordo com as normas administrativas do Tribunal. O edital deve conter todos os requisitos estabelecidos no art. 887, do Código de Processo Civil. Deverá constar do edital, também, que: - os bens serão vendidos no estado de conservação em que se encontram, sem garantia, constituindo ônus do interessado verificar suas condições, antes das datas designadas para as alienações judiciais eletrônicas; - o arrematante arcará com os débitos pendentes que recaiam sobre o bem, exceto os decorrentes de débitos fiscais e tributários conforme o artigo 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional, e exceto os débitos de condomínio (que possuem natureza propter rem), os quais ficam sub-rogados no preço da arrematação. A publicação do edital deverá ocorrer no site designado pelo Tribunal, pelo menos 5 dias antes da data marcada para o leilão. Ficam autorizados os funcionários do leiloeiro, devidamente identificados, a providenciar o cadastro e agendamento, pela internet, dos

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 12/09/2023 às 06:32 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código C144F07.

interessados em vistoriar o bem penhorado, cabendo aos responsáveis pela guarda facultar o ingresso dos interessados, designando-se datas para as visitas. Igualmente, ficam autorizados os funcionários do leiloeiro, devidamente identificados, a obter diretamente, material fotográfico para inseri-lo no portal do Gestor, a fim de que os licitantes tenham pleno conhecimento das características do bem, que serão vendidos no estado em que se encontram. No mesmo prazo, deverão ser cientificados o executado e as demais pessoas previstas no art. 889, do Código de Processo Civil, cabendo à parte requerente requerer e providenciar o necessário. Sem prejuízo, para a garantia da higidez do negócio, fica autorizado que o próprio leiloeiro encaminhe também as comunicações pertinentes, juntando posteriormente aos autos. Comprovado o recolhimento das despesas necessárias, intime(m)-se executado(s), na pessoa de seu advogado, ou, na ausência, pessoalmente, por via eletrônica ou carta direcionada ao endereço de citação ou último endereço cadastrado nos autos. Registre-se que, se o executado for revel e não tiver advogado constituído, não constando dos autos seu endereço atual ou, ainda, não sendo ele encontrado no endereço constante do processo, a intimação considerar-se-á feita por meio do próprio edital de leilão. A presente decisão, assinada digitalmente, servirá como carta, mandado ou ofício, para comunicação do executado e demais interessados, bem como ordem judicial para que os funcionários do leiloeiro possam ingressar no local onde o bem a ser leiloado se encontra. Cumpra-se na forma e sob as penas da Lei. Intime-se."

Atibaia, 12 de setembro de 2023.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 12/09/2023 às 06:32 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código C144F07.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ATIBAIA
FORO DE ATIBAIA
1ª VARA CÍVEL
Rua Dr. José Roberto Paim, 99, Parque dos Coqueiros - CEP 12945-007,
Fone: (11) 3402-5547, Atibaia-SP - E-mail: atibaia1cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às17h00min

CERTIDÃO

Processo Digital n°:	**0010369-26.2011.8.26.0048**
Classe – Assunto:	**Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material**
Requerente:	**Gabriele Baraldi**
Requerido:	**Raul Donato Mendes**

C E R T I D Ã O

Certifico e dou fé que intimei o leiloeiro nomeado. Nada Mais. Atibaia, 12 de setembro de 2023. Eu, ___, Alexandre Marques Munhoz, Chefe de Seção Judiciário.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ALEXANDRE MARQUES MUNHOZ, liberado nos autos em 12/09/2023 às 11:46 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código C14ECF5.

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA(O) 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ATIBAIA

Processo nº: **0010369-26.2011.8.26.0048**

Daniel Melo Cruz,, leiloeiro pelo Sistema **GRUPO LANCE** - devidamente habilitado por este E. Tribunal através do link www.grupolance.com.br**,** honrado com sua nomeação, por intermédio seu advogado infra assinado, **DR. ADRIANO PIOVEZAN FONTE, OAB SP 306.683**, nos autos em epigrafe, vem, permissa máxima vênia, a presença de Vossa Excelência, por meio desta petição apresentar as datas para realização de leilão no processo, como segue:

1. Datas do primeiro leilão:

Início do 1º Leilão:	03/11/2023 às 00:00
Encerramento do 1º Leilão:	**08/11/2023 às 15:33**

2. Não havendo lances no primeiro leilão, seguir-se-á sem interrupção ao segundo leilão, que se estenderá em aberto e se encerrará na data e horário marcado (todo, em horário de Brasília).

Início do 2º Leilão:	08/11/2023 às 15:33
Encerramento do 2º Leilão:	**30/11/2023 às 15:33**

3. Dessa forma, requer a aprovação das datas, para posterior juntada da minuta do edital de leilão.

4. Possuindo as partes, advogado constituído nos autos, com base no art. 889 do CPC, pede este Leiloeiro Oficial / Sistema do **GRUPO LANCE**, respeitosamente, que esta D. Vara realize a intimação(ões) eletrônica(s) dos advogados, via DJE.

5. De outra parte, informa que procederá a cientificação, caso existam, do(s) terceiro(s) envolvido(s) nestes autos, bem como do(s) credor(es) com ônus real e do executado caso o

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ADRIANO PIOVEZAN FONTE e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 22/09/2023 às 09:48 , sob o número WAIA23701029792
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código C2359B5.

mesmo não tenha advogado constituído nos autos, através de carta ou por petição para cientificação aos autos que foram expedidas as garantias sobre o(s) bem(ns) a ser(em) alienado(s), sendo estas posteriormente comprovadas.

6. No mais, informa que diante da redação do caput e parágrafos **§ 1º e 2o do art. 887 do CPC**, já em vigor, informa esta Gestora procederá a publicação do edital legal com antecedência mínima de 5 dias antes do início do pregão, dentro do seu sítio eletrônico, qual seja, www.grupolance.com.br, dispensando-se, portanto, as demais publicações legais, e, para fins de controle de prazo, a publicação será datada no dia que for anexado a minuta aos autos.

7. Requer, outrossim, que as futuras intimações relativas ao presente processo, quando houver necessidade de ciência do Leiloeiro e sua equipe, sejam enviadas por uma das seguintes opções a escolha deste M.M. Juízo:

a. Pelo e-mail: contato@grupolance.com.br**,** ou;
b. Que conste no despacho o nome do Leiloeiro ou do portal;
Para assim, haver o devido acompanhamento e andamento do presente feito.

Termos em que, pede deferimento.
Renovamos ao este. M.M. Juízo, nossos protestos de mais elevada estima e distinta consideração.

Adriano Piovezan Fonte
306.683 OAB/SP

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ADRIANO PIOVEZAN FONTE e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 22/09/2023 às 09:48 , sob o número WAIA23701029792
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código C2359B5.

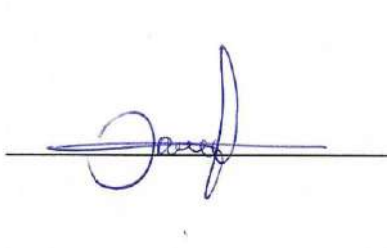
PROCURAÇÃO AD JUDICIA ET EXTRA

OUTORGANTE: **Daniel Melo Cruz**, de nacionalidade brasileira, titular do **RG nº 561404094 SSP/SP**, inscrito sob o **CPF 027.601.055-80**;

OUTORGADO: **ADRIANO PIOVEZAN FONTE**, de nacionalidade brasileira, casado, portador da cédula de identidade **RG nº 32.152.427-5 SSP/SP** e inscrito no CPF/MF sob nº. 373.755.258-46, residente a Avenida Marechal Deodoro da Fonseca, 790, apto 81, CEP 11410-221, Guarujá-SP.

PODERES: Pelo presente instrumento o outorgante confere ao outorgado amplos poderes para o foro em geral, com cláusula “Ad Judicia” em qualquer juízo, Instancia ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito, as ações competentes e defende-lo nas contrárias, seguindo umas e outras, até final decisão, usando os recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhe ainda, desistir, transigir, substituir leiloeiros e firmar compromissos ou acordo, receber e dar quitação, podendo agir em Juízo ou fora dele, assim como substabelecer está a outrem, com reservas de iguais poderes, para agir em conjunto ou separadamente com o substabelecido.

São Paulo, quarta, 13 de setembro de 2023.



Daniel Melo Cruz
JUCESP Nº 1125

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ADRIANO PIOVEZAN FONTE e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 22/09/2023 às 09:48 , sob o número WAIA23701029792
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código C2359B5.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ATIBAIA
FORO DE ATIBAIA
1ª VARA CÍVEL
Rua Dr. José Roberto Paim, 99, Parque dos Coqueiros - CEP 12945-007,
Fone: (11) 3402-5547, Atibaia-SP - E-mail: atibaia1cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às17h00min

DECISÃO

Processo Digital nº:	**0010369-26.2011.8.26.0048 - Controle nº 2011/001527**
Classe - Assunto	**Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material**
Requerente:	**Gabriele Baraldi**
Requerido:	**Raul Donato Mendes**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Adriana da Silva Frias Pereira**

Vistos.

Acolho as datas designadas para a realização das praças.

Assim, para 1ª Praça, designo o dia 03.11.2023, às 0h00. Não havendo lance igual ou superior ao da avaliação nos três dias subsequentes, a 2ª Praça seguirá, sem interrupção, iniciando-se no dia **08.11.2023**, às 15h33min, encerrando-se no dia **30.11.2023** às 15h33min.

Intimem-se as partes através de seus patronos.

Aprovo a minuta apresentada. Providencie a Serventia a afixação de uma via do edital no lugar de costume, no saguão deste Fórum.

Cientifique-se a leiloeira para as providências necessárias à divulgação das praças.

Intime-se.

Atibaia, 22 de setembro de 2023.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ADRIANA DA SILVA FRIAS PEREIRA, liberado nos autos em 22/09/2023 às 15:20 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código C2400C0.

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0788/2023, encaminhada para publicação.

Advogado	Forma
Duenes do Carmo Silva (OAB 209712/SP)	D.J.E
Arthur da Motta Trigueiros Neto (OAB 237457/SP)	D.J.E
Fernando Jose Cerello Gonçalves Pereira (OAB 268408/SP)	D.J.E
Laurindo Leite Junior (OAB 173229/SP)	D.J.E
Leandro Martinho Leite (OAB 174082/SP)	D.J.E

Teor do ato: "Vistos. Acolho as datas designadas para a realização das praças. Assim, para 1ª Praça, designo o dia 03.11.2023, às 0h00. Não havendo lance igual ou superior ao da avaliação nos três dias subsequentes, a 2ª Praça seguirá, sem interrupção, iniciando-se no dia 08.11.2023, às 15h33min, encerrando-se no dia 30.11.2023 às 15h33min. Intimem-se as partes através de seus patronos. Aprovo a minuta apresentada. Providencie a Serventia a afixação de uma via do edital no lugar de costume, no saguão deste Fórum. Cientifique-se a leiloeira para as providências necessárias à divulgação das praças. Intime-se."

Atibaia, 25 de setembro de 2023.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 25/09/2023 às 06:04 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código C254296.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ATIBAIA
FORO DE ATIBAIA
1ª VARA CÍVEL
Rua Dr. José Roberto Paim, 99, Parque dos Coqueiros - CEP 12945-007,
Fone: (11) 3402-5547, Atibaia-SP - E-mail: atibaia1cv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às17h00min

CERTIDÃO

Processo Digital n°:	**0010369-26.2011.8.26.0048**
Classe – Assunto:	**Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material**
Requerente:	**Gabriele Baraldi**
Requerido:	**Raul Donato Mendes**

C E R T I D Ã O

Certifico e dou fé que intimei o leiloeiro da decisão retro e que ainda não foi apresentada a minuta conforme fls. 1371. Nada Mais. Atibaia, 26 de setembro de 2023. Eu, ___, Alexandre Marques Munhoz, Chefe de Seção Judiciário.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ALEXANDRE MARQUES MUNHOZ, liberado nos autos em 26/09/2023 às 09:06 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código C27328F.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo, constante da relação nº 0788/2023, foi disponibilizado no Diário de Justiça Eletrônico em 26/09/2023. Considera-se a data de publicação em 27/09/2023, primeiro dia útil subsequente à data de disponibilização.

Advogado
Duenes do Carmo Silva (OAB 209712/SP)
Arthur da Motta Trigueiros Neto (OAB 237457/SP)
Fernando Jose Cerello Gonçalves Pereira (OAB 268408/SP)
Laurindo Leite Junior (OAB 173229/SP)
Leandro Martinho Leite (OAB 174082/SP)

Teor do ato: "Vistos. Acolho as datas designadas para a realização das praças. Assim, para 1ª Praça, designo o dia 03.11.2023, às 0h00. Não havendo lance igual ou superior ao da avaliação nos três dias subsequentes, a 2ª Praça seguirá, sem interrupção, iniciando-se no dia 08.11.2023, às 15h33min, encerrando-se no dia 30.11.2023 às 15h33min. Intimem-se as partes através de seus patronos. Aprovo a minuta apresentada. Providencie a Serventia a afixação de uma via do edital no lugar de costume, no saguão deste Fórum. Cientifique-se a leiloeira para as providências necessárias à divulgação das praças. Intime-se."

Atibaia, 26 de setembro de 2023.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 26/09/2023 às 10:34 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código C276F39.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO.

AGRAVANTE: RAUL DONATO MENDES
AGRAVADOS: ESPÓLIOS DE GABRIELE BARALDI e ANNITA HERMINE BARALDI
PROCESSO DE ORIGEM: 0010369-26.2011.8.26.0048 – Reparação de Danos Materiais
Origem: 1ª. Vara Cível da Comarca de Atibaia

RAUL DONATO MENDES, brasileiro, trabalhador rural, solteiro, portador do RG. 27.233.858-9 – SSP/SP., e do CPF 252.972.718-00, residente e domiciliado na Estrada Municipal do Mackenzie – 3000 – Sítio Primavera - Bairro Itapetinga – CEP 12948-490 – ATIBAIA, SP., vem respeitosamente a presença de Vossa Excelência, por sua advogada adiante assinado interpor,

AGRAVO DE INSTRUMENTO

em face dos *ESPÓLIOS DE GABRIELE BARALDI* e *ANNITA HERMINE BARALDI,* representado pelos herdeiros VALÉRIA BARALDI, brasileira divorciada, cirurgiã dentista, RG. 19.669.972-1 e CPF 188.347.398-50, e JOSÉ RENATO BARALDI, brasileiro, casado, comerciante, RG. 23.402.412.4 e CPF 278.447.828-97, residentes e domiciliados na Rua Capitão Macedo – 287 – ap. 12.a, V. Clementino – CEP 04021-020 – SÃO PAULO, SP., não se conformando com o R. DECISÃO proferida às **fls. 1363/1365**, dos autos supra, pelas razões de fato e direito adiante expostas.

I - DA TEMPESTIVIDADE

Conforme certidão de **fls.1368/1369**, a publicação ocorreu dia 13.09.2023. Por se tratar de prazo processual, expira dia 04.10.23.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 01/10/2023 às 16:26 , sob o número WAIA23701065586
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código C2ED2D0.

II – AUSÊNCIA DE PREPARO

O Agravante reitera pelo benefício da justiça gratuita, nos termos do artigo 99 do CPC, considerando-se, não possuir rendimentos fixos, não possui empresa em nome próprio, não possui conta bancária, nunca teve registro na CTPS.

III – NOME E ENDEREÇO DOS PROCURADORES

Pelo Agravante: Duenes do Carmo Silva, Rua Pedro Dominicali – 17 – Jardim do Trevo – CEP 12944-491 – ATIBAIA, SP. OAB/SP. 209712, (por transferência).

Pelos Agravados: Leandro Martinho Leite, Rua Lydia Ferrari Magnoli, 108, 3º. Andar, conj. 301 – Jardim Avelino, CEP 03227-085 - SÃO PAULO, SP. OAB/SP 174082.

IV – DA JUNTADA DE PEÇAS

Trata-se de autos eletrônicos; logo, dispensa-se a juntada de documentos, nos termos do art.1017, parágrafo. 5º., do CPC.

V – ISTO POSTO REQUER:

Seja o presente distribuído e recebido em duplo efeito, com pedido de **tutela de urgência**, pois a decisão agravada é suscetível de grave dano e de difícil reparação, na medida em que o **único imóvel** do Agravante, que **abriga a entidade familiar** está em risco de ir à hasta pública.

Termos em que,
Pede Deferimento.

Atibaia, 01 de outubro de 2023.

Duenes Carmo Silva
OAB.SP. 209712

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 01/10/2023 às 16:26 , sob o número WAIA23701065586
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código C2ED2D0.

EGRÉGIO TRIBUNAL!
COLENDA CÂMARA!

PROCESSO DE ORIGEM: 0010369-26.2011.8.26.0048 – Reparação de Danos Materiais
AGRAVANTE: RAUL DONATO MENDES
AGRAVADOS: ESPÓLIOS DE GABRIELE BARALDI e ANNITA HERMINE BARALDI

RAZÕES DO AGRAVANTE

I- DAS RAZÕES DO PRESENTE

1 - O Agravante efetivou insistentes requerimentos para que a justiça apreciasse as provas de suas alegações da IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, pois, trata-se de **direito à ampla defesa e ao contraditório.**

- Dentre eles, a título comprobatório, cita **fls. 386.**

2 - Esse feito, tramitava pelo CÓDIDO DE PROCESSO CIVIL ANTERIOR, onde o CUMPRIMENTO DE SENTENÇA **seguia em autos distintos, e posteriormente, apensado ao presente.**

No curso da transição para o novo CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, em 1ª. Instância, decidiu-se que a Execução seguiria nos autos principais, ou seja o presente.

Ocorre que, com **certeza absoluta,** as provas da IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, jamais foram apreciadas. Apesar dos reiterados requerimentos.

3 – Quando a justiça diz que os documentos estão PRECLUSOS e que o Agravante repisa fatos julgados, o Agravante vê como **omissão** ou **equívoco.**

- Essa assertiva pode ser constatada, como exemplo a decisão **tardia,** de fls. onde a R. Juíza de 1ª. Instância **admite** que assistia razão o Agravante.

4 – Foram vários os requerimentos, sem respostas, não só com relação a inexistência de julgamento e apreciação das provas da impugnação ao cumprimento de sentença.

Mas, quando os reitera a justiça diz que está repisando, dando a impressão que só o Agravante erra quanto aos procedimentos.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 01/10/2023 às 16:26 , sob o número WAIA23701065586
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código C2ED2D0.

II – DA EXTINÇÃO DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA- PROC. 0001385.82.2013.8.26.0048 SEM JULGAMENTO DO MÉRITO – (apenso)

1 - Quando a justiça decide extinguir o feito, ante a alegação de que a execução seguia nos autos principais, por direito e justiça, as provas deveriam e devem ser apreciadas.

- Mas não o foram!

III - DA DECISÃO AGRAVADA E A FALTA DE RESPOSTA DE 1ª. INSTÂNCIA

1 - A R. decisão de fls. **1363/1365** deve ser combatida e reformada, ante o risco iminente de dano irreparável ao Agravado.

Nela, a D. Juíza se **restringe apenas** a dizer que o Agravante repisa argumentos já deliberados, que há preclusão material, e foca exclusivamente em atos do leilão judicial, deferindo a constrição do único bem imóvel do Agravante, **devidamente comprovado,** mediante **certidão do Registro de imóveis.**

A Decisão **ignora os demais pedidos**, como se vê a seguir.

Não é fato novo decisão equivocada pelo MM. Juiz de 1ª. instância. Podendo citar como exemplo, o despacho recente de **fls.1374**, onde **defere** a minuta do edital de leilão, quando **sequer foi juntada**.

2 - Às **fls.1351/1354** o Agravante requereu fosse declarada NULIDADE RELATIVA dos atos posteriores à sentença, por **negativa da prestação jurisdicional**, ante **inexistência** de apreciação da IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA.

Entendeu o Agravante **não se tratar** de NULIDADE DE ALGIBEIRA, posto que, **estando em curso** a AÇÃO DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA nos autos 0001385-82.2013, era necessário aguardar seu desfecho, efetuar os recursos cabíveis, reiterando pela apreciação da IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA.

Ante o fato de ter aguardado pela apreciação da IMPUGNAÇÃO À EXECUÇÃO nos autos 0001385.82.2013, **que não ocorreu**, entende que não se trate de nulidade de Algibeira.

- Juntou decisões.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 01/10/2023 às 16:26 , sob o número WAIA23701065586
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código C2ED2D0.

3 - Pode parecer absurdo requerer a NULIDADE RELATIVA nesse momento do processo, mas por certo, NÃO ESTÁ PRECLUSO o direito a análise da IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, apresentada **tempestivamente**, que seguia em autos apartados, antes da vigência do NCPC; e, apesar de APENSO, foi **ignorada pela justiça**

- NÃO SE TRATANDO, ENTRETANTO, DE REANÁLISE!!

4 - No pedido, requereu deferimento de Tutela antecipada para suspender os atos processuais, a partir do início do Cumprimento de Sentença, até o julgamento da IMPUGNAÇÃO À EXECUÇÃO, apresentada **tempestivamente** nos autos 0001385-82.2013.8.16.0048 (apenso).

5 – Juntou novos cálculos, pois, em sendo julgada procedente a IMPUGNAÇÃO, os **autos principais, obrigatoriamente sofrerá alterações.**

6 – Além da NULIDADE RELATIVA, **independentemente** do seu indeferimento, requereu a **correção** dos valores da indenização inicial, com base no laudo pericial mais recente.

- Nos cálculos é preciso observar que o valor fixado na indenização do curral nesse feito, em março 2011, foi de **R$ 17.000,00;** por outro lado, o LAUDO PERICIAL, nos autos 1006087-78.2018, os danos do mesmo curral foram calculados em **R$11.000,00.**

- Conforme o Perito, **esse é o valor indenizatório a prevalecer**.

- Logo, os valores da Reparação de danos materiais nesse feito, obrigatoriamente necessitam alteração.

- Para facilitar o entendimento, cogita o Agravante que nesse feito, possa **excluir** o valor a ser indenizado pelo curral, vez que, **já consta do cálculo** da indenização nos autos 1006087-82.2022.8.26.0048, pois **não cabe duas indenizações pelo mesmo dano.**

No **mesmo sentido** é a cobrança da multa diária, que embora tenha decidido Esse TRIBUNAL ser devida, Ela foi **substituída** pela INDENIZAÇÃO nos autos 1006087-78.2018, não cabendo ao Agravante indenizar duas vezes pelo mesmo dano.

7 - **Lamentavelmente,** a R. Juíza de 1ª. Instância, mais uma vez, se nega a responder aos requerimentos, que não estão precluso, como se verá a seguir, o que obriga o Agravante a Recorrer da decisão.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 01/10/2023 às 16:26 , sob o número WAIA23701065586
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 00110369-26.2011.8.26.0048 e código C2ED2D0.

- Se não o fosse pelo DEFERIMENTO TOTAL dos pedidos, **no mínimo** deve uma resposta, aos pedidos de **correção dos valores** da indenização, com base em perícia mais recente.

– Também é devida uma resposta, ao fato de que os Agravados insistem em **cobrar 02 duas vezes pelo mesma indenização.**

7.1 – DA CAUSA IMPEDITIVA: está fartamente relatado, por ambas as partes, que havia impedimento para o AGRAVANTE executar a reversão do curso d'água à situação anterior, em razão de TAC firmado anteriormente com MINISTÉRIO PÚBLICO.

E que, no decorrer do feito os **AGRAVADOS PREFERIRAM** a **INDENIZAÇÃO** pela área perdida, ao invés da reversão. Sendo devidamente acatado pelo MINISTÉRIO PÚBLICO.

- Instaurou-se então, os autos 1006087-78.2018.8.26.0048 - INDENIZAÇÃO, (apenso), que é a **substituição,** pelo não cumprimento da reversão do curso d'água, quer seja pela CAUSA IMPEDITIVA, quer seja a pedido dos Agravados, que NÃO MAIS A PRETENDERAM.

- Apesar disso, INSISTEM os Agravados na cobrança da MULTA DIÁRIA, nesse feito, e **pasmem!** CONFIRMADO POR ESSE TRIBUNAL, e **também** a cobrança de INDENIZAÇÃO pela área perdida, que é a **substituição,** pelo não cumprimento da reversão do curso d'água.

- ORA EXCELÊNCIA!! Ou se COBRA a MULTA ou a indenização que a SUBISTITUIU!!

- E quando o Agravante, no **prazo legal**, norteando-se pelo andamento dos autos 0001385.82.2013, requer a NULIDADE RELATIVA, a JUSTIÇA diz que está precluso.

IV – FUNDAMENTOS JURÍDICOS

1 - O Artigo 1019 do CPC autoriza ao relator a conceder o efeito suspensivo ou a Tutela antecipada no Agravo de Instrumento. O pedido está no fato de que o Agravante possui apenas um imóvel, é pequena propriedade rural, e nele reside a entidade familiar.

Restando claro o *periculum in mora*, justificando assim, o pedido.

2 - Art. 1.015. Cabe agravo de instrumento contra as decisões interlocutórias que versarem sobre:

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 01/10/2023 às 16:26 , sob o número WAIA23701065586
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 00103369-26.2011.8.26.0048 e código C2ED2D0.

Parágrafo único. Também caberá agravo de instrumento contra decisões interlocutórias proferidas na fase de liquidação de sentença ou de cumprimento de sentença, no processo de execução e no processo de inventário.

V – DO PEDIDO

1 - Ante o exposto, requer se digne Vossa Excelência receber o presente, reformando a r. decisão de 1ª. instância, deferindo a Tutela antecipada para suspender os atos processuais, declarando a Nulidade Relativa, a partir do início do Cumprimento de Sentença, até o julgamento da IMPUGNAÇÃO À EXECUÇÃO, apresentada **tempestivamente** nos autos 0001385-82.2013.8.16.0048 (apenso), obstando o ato constritivo do único bem imóvel do Agravante, julgando-o procedente.

3 – Seja deferida a revisão do valor da indenização do curral, para R$ 11.000,00, nos termos do LAUDO PERICIAL nos autos 1006087-78.2018 (apenso).

4 - Sejam intimados os Agravados para que se manifestem se o desejar.

5 - E, por improvável que esse Egrégio Tribunal indefira o presente, SUPLICA por uma decisão objetiva, à seguinte pergunta: **O AGRAVANTE ESTÁ OBRIGADO A PAGAR 02 (DUAS VEZES) PELO MESMO DANO?**

Termos em que,
Pede Deferimento.

Atibaia, 01 de outubro de 2023

Duenes Carmo Silva
OAB.SP. 209712

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DUENES DO CARMO SILVA e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 01/10/2023 às 16:26 , sob o número WAIA23701065586
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010369-26.2011.8.26.0048 e código C2ED2D0.